SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 09 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4356

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS INICIARÁ NESTA SEXTA-FEIRA (11/09/2026) A CONSULTA PÚBLICA DAS MINUTAS DE RESOLUÇÕES

A Consulta Pública nº 014/2026 – *"Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 010, de 2026 e Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 036, de 2023"* tem a **finalidade de receber contribuições dos titulares, prestadores de serviços de saneamento básico e a quem mais interessar.** As contribuições poderão ser realizadas por meio do formulário *on-line* que será disponibilizado, juntamente com toda a documentação utilizada no estudo, no site da ARISMIG, no link: https://arismig.mg.gov.br/controle-social/01.
A presente consulta pública trata da "*Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 010, de 2026 e Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 036, de 2023".* Essas normas serão utilizadas no âmbito da regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.
Por favor, para o preenchimento do formulário on-line observe as instruções abaixo:
A leitura das minutas de resoluções deve ser realizada previamente.
Preencha todos os campos do formulário *on-line* durante o período em que a consulta pública estiver aberta ao recebimento de contribuições.
Período: 11 a 23 de setembro de 2026, em atendimento ao disposto no art. 34, do Decreto Federal nº 7217, de 2010.–
As contribuições recebidas fora do prazo, ou que não forem pelo formulário on-line, não serão consideradas.
A sua participação é muito importante para a transparência do processo.
Roteiro de instruções para consulta pública:
A norma será utilizada no âmbito da regulação e fiscalização da agência, portanto a participação de prestadores dos serviços de saneamento e de técnicos da área são importantes.
A participação no procedimento de consulta pública far-se-á mediante identificação dos interessados e utilização de formulário próprio.
Todas as contribuições recebidas serão examinadas pela ARISMIG, responsável pela *Consulta Pública nº 014/2026 – "Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 010, de 2026 e Minuta de Resolução que altera a Resolução DC nº 036, de 2023".*

Obrigada pela sua participação!

Publicado por:
Monique Moreira Ferreira
Código Identificador:509A0AA8

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO

AMARP
EXTRATO ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO -PRC Nº 022/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO-AMARP(MG) – Processo Nº 022/2026 - Dispensa Simples nº 015/2026. Torna público o extrato do ATO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO e CONTRATO celebrado com a empresa **MARCELO DIAS LIMÃO-ME**. Objeto: constitui objeto contratação de empresa especializada para a instalação e a prestação de serviços do sistema de monitoramento de câmeras, incluindo materiais e mão de obra, nas dependências da AMARP, de natureza COMUM, de acordo com as especificações da Requisição de

Compras Simples-RCS e seus anexos. Fundamento legal: Art. 75, Inciso II, §2º da Lei Federal 14.133/2021 e alterações. Data: 08.09.2026.

RAFAEL CÁSSIO DOS SANTOS-
Presidente da Comissão de Contratação.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL-
Presidente da AMARP.

Publicado por:
Hariana Salesi Augusto de Oliveira
Código Identificador:C55DBD6F

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 638/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 638/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21 , neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **WALTER JOSÉ LESSA ,**doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **AMENTA CLIMATIZAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 46.368.367/0001-63, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 638/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 21 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:8FFFAB2F

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 639/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025
EXTRATO DE CONTRATO Nº 639/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **WALTER JOSÉ LESSA ,**doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **ODETE MARIA FREITAS,** inscrita no CNPJ sob o nº 45.897.289/0001-21, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 639/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 3.414,05 (três mil quatrocentos e quatorze reais e cinco centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 24 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:D7E7C4E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO TCEMG Nº 1.217.902
A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, por intermédio de seu Diretor Executivo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **TORNA PÚBLICA A REVOGAÇÃO** do **Processo Administrativo nº 013/2026 – Pregão Eletrônico nº 010/2026**, cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, compreendendo computadores e notebooks destinados ao atendimento das necessidades dos Municípios consorciados.
A revogação fundamenta-se no **art. 71, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, e decorre de razões supervenientes de interesse público, conveniência e oportunidade administrativa, devidamente motivadas no respectivo **Despacho Administrativo de Revogação**, considerando a necessidade de reavaliação e reformulação da fase preparatória e da estratégia da contratação, especialmente quanto à formação e às memórias de cálculo dos quantitativos, ao parcelamento do objeto, às especificações técnicas e à demonstração da efetiva competitividade do mercado, à luz dos apontamentos constantes da decisão cautelar proferida pelo **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, no Processo nº 1.217.902**.
Esclarece-se que a presente revogação decorre de **juízo administrativo próprio de conveniência e oportunidade**, visando à preservação do interesse público, da segurança jurídica, do planejamento, da competitividade, da economicidade e da eficiência da futura contratação, **não importando reconhecimento definitivo das irregularidades objeto da Representação em trâmite perante o TCEMG**.
O Despacho Administrativo de Revogação e os demais documentos pertinentes encontram-se disponíveis para consulta nos meios oficiais de divulgação do Consórcio AMESP.

Pouso Alegre/MG, aos 08 de Setembro de 2026.

MOACIR FRANCO
Diretor Executivo
Consórcio AMESP

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:5FA8930D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE SUSPENSÃO

SUSPENSÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE),** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026 –** Objeto: OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS, REAGENTES, SANEANTES E DESCARTÁVEIS,** aos

Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP. Após análise do **item 3 do Termo de Referência**, constatou-se a necessidade de promover **ajustes na estruturação do objeto**, especialmente no que se refere à **divisão, organização e composição dos itens/lotes** que integram o certame, com o objetivo de assegurar maior adequação técnica, competitividade, economicidade e conformidade com as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021.** Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO –
regoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:D48F2657

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE - PORTARIA N° 05, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Ementa: Institui e nomeia COMISSÃO AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 002/2026 – Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP Saúde e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO - AMVAP SAÚDE, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade de realização de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, destinado à contratação temporária de pessoal para atender às demandas do Consórcio,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026, do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP Saúde.

Art. 2º Os membros de que trata o artigo anterior deste Ato, ficam assim nomeados:

I – Presidente: Renata Pires de Rezende;
II – Secretária: Cristiani Borges de Oliveira;
III – Membro: Marina Rodrigues da Silva;
IV – Membro: Wesly Teodoro de Freitas Martins;
V – Membro: Camilla Martins de Sousa.

Parágrafo único: A comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º À Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, compete:

I – Auxiliar na elaboração do edital de convocação;
II – Fazer ampla divulgação do processo seletivo;
III – Divulgar o número de vagas;
IV - Realizar todo o processo de inscrição, classificação e chamada dos candidatos, de acordo com os critérios estabelecidos no edital;
V – Elaborar quadro demonstrativo de vagas envolvidas no processo, contendo informações quanto à vaga, escolaridade mínima, requisitos e carga horária;
VI – Zelar pela legalidade, publicidade, impessoalidade e demais princípios que regem a Administração Pública.

Art. 4º As decisões da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do Consórcio AMVAP Saúde serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto do desempate, quando for necessário.

Art. 5º A Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do Consórcio AMVAP Saúde, poderá solicitar a participação de outros colaboradores do Consórcio para auxiliar nos trabalhos da comissão.

Art. 6º Compete ao Presidente da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do Consórcio AMVAP Saúde conduzir as reuniões.

Art. 7º Compete ao Secretário da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do Consórcio AMVAP Saúde:
I – Coordenar a análise do formulário de inscrição apresentada pelos candidatos;
II – Propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;
III – Elaborar os relatórios, assinando-os conjuntamente com os demais membros.

Art. 8º O prazo de duração do contrato proveniente do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do Consórcio AMVAP Saúde será de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 08 de Setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do Consórcio AMVAP Saúde

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:7FE44D20

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 32/2026, PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 22 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, torna público que fará:

Chamamento Público para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na *prestação de serviços de exames de diagnóstico por imagem, destinados ao atendimento dos pacientes dos municípios consorciados ao AMVAP SAÚDE.*

O recebimento da documentação relativa à habilitação das empresas candidatas ao credenciamento acima ocorrerá **a partir do dia 09/09/2026**, conforme os documentos enumerados no Edital, no horário das 8h às 11h e das 13h30 às 17h, ficando aberto o prazo para credenciamento conforme disposições constantes no instrumento convocatório. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br e na sede do AMVAP SAÚDE, em horário comercial, de segunda a sexta-feira. Mais informações pelo e-mail credenciamento@amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:10173E2B

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - DESPACHO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - ARP Nº 07/2026

O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, inscrito

no CNPJ sob o nº 18.151.467/0001-06, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 39/2026 – Pregão Eletrônico nº 07/2026, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos em consultas de Neuropediatria, destinados ao atendimento dos pacientes do Município de Canápolis/MG, com realização obrigatória dos atendimentos no território municipal, em Unidades Básicas de Saúde – UBS, postos de saúde ou unidades equivalentes;

CONSIDERANDO que o certame foi concluído, com a formalização da Ata de Registro de Preços nº 07/2026;

CONSIDERANDO que, após a conclusão do procedimento, sobreveio reavaliação administrativa quanto à solução inicialmente adotada, tendo sido identificada a conveniência de adoção de modelo capaz de ampliar o universo de prestadores aptos à execução dos serviços, mediante condições previamente estabelecidas e observância da isonomia;

CONSIDERANDO que a circunstância superveniente encontra-se devidamente motivada nos autos e evidencia a necessidade de adequação da estratégia de contratação às necessidades assistenciais identificadas;

CONSIDERANDO que a medida não decorre da identificação de ilegalidade, vício ou irregularidade no procedimento licitatório, mas de reavaliação administrativa quanto à solução mais adequada ao interesse público;

CONSIDERANDO que foi assegurada aos interessados a prévia manifestação acerca da intenção de revogação, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo sido apreciadas as manifestações eventualmente apresentadas;

CONSIDERANDO que, após a análise dos elementos constantes dos autos e das manifestações apresentadas, permanecem presentes os fundamentos que justificam a adoção da medida;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados ao interesse público, planejamento, eficiência e busca da solução mais adequada à necessidade administrativa;

DECIDO:
I – REVOGAR, por motivo de conveniência e oportunidade, com fundamento no art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Processo Licitatório nº 39/2026 – Pregão Eletrônico nº 07/2026, em razão da circunstância superveniente devidamente motivada nos autos e da reavaliação da solução inicialmente adotada para atendimento da demanda de consultas de Neuropediatria do Município de Canápolis/MG;

II – DETERMINAR que a unidade competente adote as providências administrativas e jurídicas cabíveis quanto à Ata de Registro de Preços nº 07/2026, mediante verificação da existência de contratos, empenhos, ordens de serviço, serviços executados, obrigações pendentes ou outros efeitos dela decorrentes, observando-se a legislação aplicável e resguardando-se os direitos eventualmente constituídos;

III – DETERMINAR a adoção das providências necessárias à instauração de novo procedimento administrativo, com definição da solução de contratação mais adequada à necessidade pública identificada, observada a legislação aplicável;

IV – DAR CIÊNCIA aos interessados da presente decisão, facultando-lhes a interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 165, inciso I, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021;
V – DECORRIDO o prazo recursal sem interposição de recurso, ou após o respectivo julgamento, adotem-se as providências necessárias ao cumprimento desta decisão.

A presente decisão fundamenta-se em reavaliação administrativa superveniente quanto à conveniência e oportunidade da solução adotada, não decorrendo de ilegalidade, vício ou irregularidade do procedimento licitatório.

Dê-se ciência aos interessados.

Publique-se na forma da legislação aplicável.

Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Uberlândia/MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Autoridade Competente
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:E8669344

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DE BAIXA MOGIANA

EDITAIS
PORTARIA 19 DE 08 SETE 2026

PORTARIA Nº 019, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa Agente Público para atuar temporariamente e exclusivamente no Processo Licitatório nº 024/2026, Pregão Eletrônico nº 012/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG, no uso de suas atribuições legais, nos termos de seu Estatuto;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, inciso L e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º e 7º, todos da Instrução Normativa 001/2023 do CIMOG;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria 014/2026 que “Designa Agentes Públicos para atuar nas Licitações e Contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG”;

CONSIDERANDO a vacância da função de Agente de Contratação/Pregoeiro/Presidente Comissão de Contratação do CIMOG ocorrida em 02/09/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de dar andamento aos processos licitatórios do CIMOG já publicados;

CONSIDERANDO a escassez de pessoal no âmbito do CIMOG;

RESOLVE:
Art. 1º Designar temporariamente o agente público do CIMOG Sr. José Augusto Madeira Machado, para atuar como Pregoeiro/Presidente da Comissão de Contratação, exclusivamente no Processo Licitatório nº 024/2026, Pregão Eletrônico nº 012/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé - MG, 08 de setembro de 2026.

JARBAS CORREA FILHO
Presidente do CIMOG
Prefeito de Guaxupé

Publicado por:
Marco Antonio Godoy
Código Identificador:D4D1BC13

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE ATA DESERTA

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA. A Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - AMEG. TORNA público que foi declarada DESERTA a Dispensa Eletrônica nº 030/2026 - Procedimento Licitatório nº 046/2026 no dia 08/09/2026 ás 09h. Objeto: "**SERVIÇOS LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO PRANCHA".** Motivo: não houve propostas cadastradas.

Passos 08/09/2026.

SILENE CAIRES ENES DOS SANTOS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:3CEA9584

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 037/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 023/2026 – A Associação Pública dos Municípios da microrregião do Médio Rio Grande, TORNA PÚBLICO que se encontra aberta o Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática (computadores desktop, notebooks, impressoras e demais periféricos, bem como a infraestrutura de rede cabeada e sem fio) utilizados nas dependências administrativas da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG, na modalidade Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, a sessão será dia **14/09/2026 às 09H**, apresentar propostas no site https://ammlicita.org.br, edital no link http://ameg-mg.portaltp.com.br/.

Passos/MG, 04/09/2026.

SILENE CAIRES ENES.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Silene Caires Enes Dos Santos
Código Identificador:D041AF71

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÃMARA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO 015

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 015/2026

ARTIGO 74, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.

EMPRESA: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: Contratação de curso com a Empresa INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, para treinamento de 04 participantes, no curso cujo tema é: Atuação Parlamentar e a responsabilidade civil, penal, administrativa e ética dos vereadores, realizado nos dias 24 à 27 de março de 2026, na cidade de Belo Horizonte - MG.

DATA: 27/03/2026.
VALOR GLOBAL: R$5.560,00 (Cinco mil, quinhentos e sessenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
MANUT. LEGISLATIVO
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE: 01- CORPO LEGISLATIVO
Dotação: 3.3.90.39.00.00

CURSOS E TREINAMENTOS:
Ficha 09

Dotação3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa jurídica.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:158B84D2

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO 016

EXTRATO CONTRATO CM Nº 016/2026

Ref.: Processo 0000371/2026
Dispensa n.º 25/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito público, com sede na avenida seis, nº 2507, Bairro Centro, estabelecida nesta cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 26.042.200/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Presidente ABEL JOSÉ SILVA FREITAS, brasileiro, casado, portador do RG nº MG-16.850330- SSP-MG e inscrito sob CPF- 125.395.676-65, residente e domiciliado na Rua dezessete, 2017, centro nesta cidade.

CONTRATADA: PISA & MENEZES CONTABILIDADE LTDA, inscrita sob CNPJ- 12.374.394/0001-27, com sede na Avenida Seis, nº 2694, casa, centro, cep-38.260.000, nesta cidade de SÃO FRANCISCO DE SALES- MG, E-mail: aliancacontabilsfs@gmail.com, neste ato representada por LUDIMILA PISA DOS SANTOS MENEZES, brasileira, contadora, inscrita no CPF- sob nº 101.264.896-61e CRC- MG- 115309 residente e domiciliado na Avenida oito, nº 3166, centro, Cep- 38.260.000, nesta cidade de São Francisco de Seles, Estado de Minas Gerais,

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (SICOM) PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS E AUXÍLIO NAS INFORMAÇÕES DO E-SOCIAL E AUXÍLIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL", nos termos do Termo de Referência.(anexo I)

- Valor mensal**: R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais)**
-Valor Global: **R$48.000,000 (Quarenta e oito Mil Reais)**
Finalizar: 31 de dezembro de 2026.

VEREADOR: ABEL JOSÉ SILVA FREITAS-
Presidente da Câmara Municipal de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:D3B8B40A

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO 018

EXTRATO CONTRATO CM Nº 018/2026

Ref.: Processo 0000375/2026
Dispensa n.º 28/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES, pessoa jurídica de direito público, com sede na avenida seis, nº 2507, Bairro Centro, estabelecida nesta cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 26.042.200/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Presidente ABEL JOSÉ SILVA FREITAS, brasileiro, casado, portador do RG nº MG-16.850330- SSP-MG e inscrito sob CPF- 125.395.676-65, residente e domiciliado na Rua dezessete, nº 2017, centro, nesta cidade.

CONTRATADA: ALGAR TELECOM S/A, CNPJ-71.208.516/0001-74, inscrição Estadual- 702.980.945-0010, Inscrição Municipal: 111.608.00, sediada na Rua José Alves Garcia, 415, na cidade de Uberlândia-MG, representado pelo Sr. **JEANKARLO RODRIGUES DA CUNHA,** Coordenador de Negócios Governo, portador do CPF-047.399.926-98.

OBJETO:

Cláusula 1ª - O objeto do presente contrato é *"*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, QUE POSSUA OUTORGA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), DISPONIBILIZANDO LINHAS TELEFÔNICAS FIXAS PARA UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE LOCAL E LONGA DISTÂNCIA E, INTERNET BANDA LARGA VIA FIBRA ÓPTICA, SUPORTE TÉCNICO 24 HORAS POR DIA E 7 (SETE) DIAS POR SEMANA, INCLUSIVE FERIADOS, MEDIANTE CONTATO TELEFÔNICO COM CONTATO DIRETO AO SUPORTE, ALÉM DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES, FORNECIMENTO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE PARA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES- MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da assinatura do Termo de Ratificação/contrato.

DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

Item	Quant. Meses	Descrição	Valor Unit.	Valor Mensal	Total Anual
1	54	Assinatura de Serviço de Linhas Diretas/Analógicas com plano de chamadas ilimitadas	R$ 215,45	R$ 430,90	R$11.634,30
2	27	Contratação serviço de telefonia celular – plano ilimitado com pacotes de dados e ligações ilimitadas	R$ 100,10	R$ 100,10	R$ 2.702,70
3	27	Microsolft 365/business Basic	R$ 140,00	R$ 140,00	R$ 3.780,00
4	27	Link de Internet via fibra óptica, dedicado, 300/300 Mbps, com 4 ips válidos, SLA 99,50%, contrato 12 meses. Prazo de instalação: 30 dias Local de entrega: Câmara Municipal de São Francisco de Sales.	R$1.350,00	R$1.350,00	R$36.450,00
		TOTAL MENSAL	-	R$2.021,00	R$54.567,00
		Instalação, configuração e treinamento(cobrança única)			R$ 490,00
-	-	**TOTAL ANUAL+INSTALAÇÃO**			**R$55.057,00**

-Valor Global: R$55.057,00 (Cinquenta e Cinco Mil, Cinquenta e Sete Reais).
Inicio: Assinatura do contrato
-Finalizar: 30 de agosto de 2027.

VEREADOR: ABEL JOSÉ SILVA FREITAS-
Presidente da Câmara Municipal de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:311EF383

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO 019

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026

ARTIGO 74, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.
EMPRESA: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: Contratação de curso com a Empresa **GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA,** para treinamento e capacitação de 11 (onze) participantes, no curso com o seguinte tema: Responsabilização na gestão de pessoal municipal: limites constitucionais, controle legislativo e prevenção de ilegalidades, realizado nos dias 26 à 29 de maio de 2026, na cidade de Brasília – DF.

DATA: 29/09/2026
VALOR GLOBAL: R$16.390,00 (dezesseis mil trezentos e noventa reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
MANUT. LEGISLATIVO
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE: 01- CORPO LEGISLATIVO
Dotação: 3.3.90.39.00.00

CURSOS E TREINAMENTOS
Ficha 09

Dotação3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa jurídica.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:417EC5A0

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO 020

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 020/2026

ARTIGO 74, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.
EMPRESA: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: Curso para treinamento de 02 participantes, no curso cujo tema é: Fiscalização das contratações públicas: como identificar terceirização irregular, contratações sem concurso e irregularidades em processos seletivos na administração municipal, realizado nos dias 09 à 12 de junho de 2026, na cidade de Belo Horizonte - MG.

DATA: 12/06/2026.
VALOR GLOBAL: R$2.780,00 (Dois mil, setecentos e oitenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

MANUT. LEGISLATIVO
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE: 01- CORPO LEGISLATIVO
Dotação: 3.3.90.39.00.00

CURSOS E TREINAMENTOS:
Ficha 09

Dotação3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa jurídica.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:F9E3DA62

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO 022

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026

ARTIGO 74, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.
EMPRESA: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: Contratação de curso com a Empresa **GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA,** para treinamento e capacitação de 1 (um) participante, no curso com o seguinte tema: atuação do legislativo municipal em ano eleitoral: limites institucionais, vedações legais e boas práticas administrativas, realizado nos dias 30 de junho à 03 de julho de 2026, na cidade de Brasília – DF.
VALOR GLOBAL: R$ R$1.490,00 (mil quatrocentos e noventa reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
MANUT. LEGISLATIVO
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE: 01- CORPO LEGISLATIVO
Dotação: 3.3.90.39.00.00

CURSOS E TREINAMENTOS
Ficha 09

Dotação3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa jurídica.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:87F0A2C2

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
EXTRATO CONTRATO O21

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

ARTIGO 74, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG.
EMPRESA: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

OBJETO: Contratação de curso com a Empresa **GÊNESIS CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA,** para treinamento e capacitação de 5 (cinco) participantes, no curso com o seguinte tema: a atuação do legislativo municipal em ano eleitoral; limites institucionais, vedações legais e boas práticas administrativas, realizado nos dias 23 à 26 de junho de 2026, na cidade de Brasília – DF.
DATA: 26/06/2026
VALOR GLOBAL: R$7.450,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
MANUT. LEGISLATIVO
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE: 01- CORPO LEGISLATIVO
Dotação: 3.3.90.39.00.00

CURSOS E TREINAMENTOS
Ficha 09

Dotação3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa jurídica.

Publicado por:
Teresinha Teixeira Silva
Código Identificador:BD5715C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Barão de Cocais/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.946.262/0001-49, torna público o interesse em realizar pesquisa de preços, pelo prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação deste aviso, visando à composição de processo administrativo de contratação, cujos objetos consistem em:

•Prestação de serviços de buffet para a Reunião Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário e outras honrarias da Câmara Municipal de Barão de Cocais, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

As empresas interessadas deverão encaminhar suas manifestações de interesse e respectivas pesquisas de preços para o e-mail: compras@cmbaraodecocais.mg.gov.br.

Barão de Cocais/MG, 04 de setembro de 2026.

STEFANI GRACE DA SILVA MORAES FONSECA
Coordenadora de Aquisição de Bens e Serviços

Publicado por:
Stefani Grace da Silva Moraes Fonseca
Código Identificador:DE8049F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 022/2026

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021, e CONSIDERANDO ainda que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, inciso VIII da Nova Lei de Licitações, AUTORIZO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026.
Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação, conforme descrito abaixo:
Objeto a ser contratado: Inscrição no curso presencial "COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA NA ERA DIGITAL: REDES SOCIAIS, PUBLICIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA", a ser

realizado de15 a 18 de setembro de 2026, com carga horária total de 18 horas, na cidade de Belo Horizonte/MG.
Quantidade: 01.
Valor Total: R$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais).
Fundamento Legal: Art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021.
Justificativa anexa nos autos do presente Processo de Inexigibilidade de Licitação.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, especialmente a prevista no caput do artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Caetanópolis, 08 de setembro de 2026.

PEDRO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Mariane Beatriz Dos Santos
Código Identificador:FD3A702A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
PORTARIA Nº 40/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 40/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a concessão de período de gozo de férias aos servidores que menciona."

A Câmara Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, por seu Presidente e representante legal, valendo-se das atribuições previstas especialmente no art. 44 e 45, "g" do Regimento Interno do Poder Legislativo e art. 87, II e IX da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, de acordo com os requerimentos formulados, férias regulamentares aos servidores abaixo mencionados:

SERVIDORES			
NOME	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
Bruna Gonçalves de Souza	Contadora	20/06/2024 a 20/06/2025	08/09/2026 a 22/09/2026
Jonatam Bernardes Tavares	Controlador Interno	20/06/2025 a 20/06/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
Valdemiro Caetano Braga Júnior	Cheve de Gabinete	14/01/2025 a 13/01/2026	14/09/2026 a 28/09/2026

Art. 2º - A presente concessão atende solicitação dos servidores, conforme requerimento protocolado e deferido pela Diretoria Administrativa e pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Conquista/MG, aos 08 de setembro de 2026.

AIRTON LUCAS DE OLIVEIRA
= Vereador Presidente

Publicado por:
Fabrício de Souza Silva
Código Identificador:1B9871D4

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
PORTARIA Nº 41/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 41/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para fins de devolução financeira ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, vereador Airton Lucas de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Regimento Interno deste Poder Legislativo Municipal e com a Lei Orgânica do Município de Conquista, e demais legislações de Direito Administrativo,

Considerando a disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Conquista,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam parcialmente anulados os saldos das dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Conquista, conforme discriminado no quadro abaixo:

Órgãos, Unidades e Subunidades	Classificação funcional programática / Dotação	Ficha	Saldo anulado
01.001 – Corpo Legislativo	01.031.0001.2.002 – Manutenção das Atividades Legislativas		
	3.3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	6	R$ 6.150,84
01.02 – Secretaria	01.031.0001.1.000 – Aquisição de Imóvel, Construção, Ampliação e Reforma do Prédio da Câmara		
	3.4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	7	R$ 1.500,00
	3.4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	8	R$ 1.500,00
	3.4.4.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	9	R$ 1.500,00
01.02 – Secretaria	01.122.0001.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara		
	3.3.1.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado	11	R$ 300,00
	3.3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	12	R$ 15.100,17
	3.3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	13	R$ 4.436,17
	3.3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	14	R$ 581,05
	3.3.3.90.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado	17	R$ 1.000,00
	3.3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	20	R$ 9.956,11
	3.3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	23	R$ 4.000,00
	3.3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	25	R$ 2.253,22
	3.3.3.90.46.00.00 – Auxílio-Alimentação	26	R$ 11.922,44
	3.3.3.90.47.00.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas	27	R$ 2.000,00
	3.3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	29	R$ 1.000,00
	3.4.4.90.30.00.00 – Material de Consumo	30	R$ 1.600,00
	3.4.4.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	31	R$ 2.600,00
	3.4.4.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	32	R$ 2.600,00
	3.4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	33	R$ 10.000,00

TOTAL R$ 80.000,00

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Conquista/MG, 08 de setembro de 2026.

AIRTON LUCAS DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Conquista

Publicado por:
Mayara Faria Bizinoto
Código Identificador:FE967A25

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE EXONERAÇÃO Nº 014/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 46, item V da Resolução nº 05/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como o artigo 30, item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo

com o artigo 11, caput, e em seu parágrafo único da Resolução 217 de 28/07/2014, resolve **EXONERAR, LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.426.126-XX, do cargo de provimento em comissão, exonerável "ad nutum" de **ASSESSORA DE GABINETE,** a partir do dia 04 de setembro de 2026, ficando assegurados todos os direitos decorrentes da exoneração.

Gabinete da Presidência, 04 de setembro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Janaína de Assis Rocha
Código Identificador:CAB404BA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 016/2026

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, item VII da Lei Orgânica do Município de Curvelo, promulgada aos 18 de março de 1990, resolve NOMEAR **LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.426.126-XX para exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum", de **COORDENADOR DA ESCOLA DO LEGISLATIVO** constante no Quadro Geral de Cargos – QCG da Resolução nº 307, de 14/04/2025, alterada pela Resolução nº 354, de 20 de julho de 2026, a partir de 08 de setembro de 2026, percebendo mensalmente o vencimento previsto na legislação, sobre o qual incidirão todos os reajustes legais.

Gabinete da Presidência, 08 de setembro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

ELIAS TRINDADE
Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA
Secretário

Publicado por:
Janaína de Assis Rocha
Código Identificador:32C86F97

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
PORTARIA Nº 1.031/2026

PORTARIA N.º 1.031, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO GESTOR E FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2026, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando o que estabelece o artigo 117 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o artigo 24 da Portaria n.º 732, de 24 de julho de 2023, com redação dada pela Portaria n.º 832, de 05 de julho de 2024;

Considerando que o designado para as funções terá a incumbência de certificar que as condições estabelecidas no contrato ou instrumento congênere estejam sendo cumpridas, durante a sua execução, para que os objetivos nele previstos sejam materialmente concretizados;

Resolve:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a) para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços (ARP) n.º 04/2026, oriunda(s) do Processo de Licitatório n.º 19/2026 – Pregão Eletrônico n.º 06/2026, que tem por objeto o "Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo":

I – Sônia Maria de Azevedo Sousa Leite, matrícula 035, como gestor(a); e

II – André Lima Hipólito de Souza – matrícula 149, como fiscal.

§ 1º Na ausência de algum dos(as) servidores(as) mencionados(as) nos incisos I e II do caput deste artigo, as funções de gestão e fiscalização, conforme o caso, serão executadas por suplente(s) a ser(em) designado(s) por ato da Presidência da Câmara Municipal de Curvelo.

§ 2º A designação do(a) servidor(a) de que trata o caput deste artigo também se estende aos termos de contrato ou instrumentos congêneres oriundos da respectiva ARP.

Art. 2º Compete ao(à) servidor(a) ora designado(a), acompanhar e fiscalizar a execução da ARP n.º 04/2026, observando, no que couber, as disposições do artigo 24 da Portaria n.º 732, de 24 de julho de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2026.

Gabinete da Presidência, 08 de setembro de 2026.

VEREADOR DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:3387D192

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
TERMO DE POSSE Nº 016/2026

Aos 08 (oito) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, compareceu perante o Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Vereador Danilo Santos Xavier Guimarães, a senhora **LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.426.126-XX, para, de acordo com a sua nomeação, exercer o Cargo de Provimento em Comissão, exonerável "ad nutum" de **COORDENADOR DA ESCOLA DO LEGISLATIVO**, constante da Resolução nº 307, de 14/04/2025, alterada pela Resolução nº 354, de 20 de julho de 2026.

O Senhor Presidente tomou-lhe o compromisso de leal e honestamente desempenhar suas funções e lhe deu posse, tendo o mesmo, logo após, entrado no exercício do referido cargo

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, 08 de setembro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente

LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ
Coordenador da Escola do Legislativo

Publicado por:
Janaína de Assis Rocha
Código Identificador:955B4695

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA

ATOS NORMATIVOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 012/2026

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Contrato Administrativo: nº 013/2022
Contratante: Câmara Municipal de Formiga/MG.
Contratado: Organizar Engenharia e Consultoria Ltda - ME

Ficam alteradas as cláusulas segunda e quarta do contrato primitivo:

- CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de locação por até 12 (doze) meses, ou até a realização de outra licitação, passando a vigorar este pelo período de 01/09/2026 a 31/08/2027, podendo ser prorrogado por iguais períodos, em conformidade com o art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

- CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO: Ante a prorrogação do contrato de prestação de serviços pagará ao CONTRATADO o valor mensal do atual do contrato que doravante passa a ser acrescentado da correção pelo índice acumulado do INPC de Agosto/2025 a Julho/2026, a partir de 01 de setembro de 2026, no percentual de 4,10%. O valor mensal do contrato passará de R$ 396,40 (trezentos e noventa e seis reais e quarenta centavos) para R$412,64 (quatrocentos e doze reais e sessenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 31 de agosto de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA -
Presidente da Câmara Municipal de Formiga

Publicado por:
Mariana Fátima Souza
Código Identificador:89D92548

ATOS NORMATIVOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 013/2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Administrativo de Compras: nº 069/2024
Inexigibilidade nº 009/2024
Contrato: nº 011/2024

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA/MG.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE FORMIGA – PATRONATO SÃO LUIZ

O prazo de vigência do Contrato Originário fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 02 de setembro de 2026 terminando em 01 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses com fundamento no art. 107, da Lei 14.133/2021, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato.

Data da assinatura: 31 de agosto de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA -
Presidente da Câmara Municipal de Formiga

Publicado por:
Mariana Fátima Souza
Código Identificador:56C16F65

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
ATO DA MESA Nº 04/2026

ATO DA MESA Nº 04/2026

Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Jacuí/MG, a aceitação e a utilização de assinaturas eletrônicas, estabelece os níveis mínimos de confiabilidade exigidos para documentos e interações administrativas e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente da competência para dirigir e disciplinar os serviços administrativos internos da Câmara Municipal, e
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, disciplina o uso de assinaturas eletrônicas nas interações com entes públicos, com o objetivo de conferir segurança, autenticidade, integridade e eficiência aos serviços públicos prestados em ambiente eletrônico;
CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020 classifica as assinaturas eletrônicas em simples, avançada e qualificada, de acordo com o nível de confiança sobre a identidade do signatário e a integridade do documento;
CONSIDERANDO que o art. 5º da Lei Federal nº 14.063/2020 determina que, no âmbito de suas competências, ato do titular do Poder estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e interações com o ente público, observadas as hipóteses em que a lei exige assinatura eletrônica qualificada;
CONSIDERANDO que, na Consulta nº 1.164.024, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais fixou prejulgamento de tese, com caráter normativo, no sentido de que a validade de cada espécie de assinatura eletrônica depende de ato normativo próprio da Administração Pública que estabeleça o nível de confiabilidade exigido para cada tipo de interação, respeitados os critérios da Lei Federal nº 14.063/2020;
CONSIDERANDO que, na mesma Consulta, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais reconheceu que a assinatura eletrônica com certificado "gov.br" é do tipo avançada e pode, mediante regulamentação própria e observados os limites legais, ser reconhecida como válida, inclusive na subscrição de termos de recebimento de serviços e produtos pela Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica e uniformidade aos procedimentos administrativos eletrônicos da Câmara Municipal, inclusive quanto a termos de recebimento, atestos, declarações, documentos de execução contratual, contratos, termos aditivos e demais instrumentos administrativos;
RESOLVE expedir o seguinte Ato da Mesa:
Art. 1º Este Ato regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Jacuí/MG, a aceitação e a utilização de assinaturas eletrônicas em documentos e interações administrativas, estabelecendo os níveis mínimos de confiabilidade exigidos, nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.
Art. 2º Para os fins deste Ato, consideram-se:
I - assinatura eletrônica simples: aquela que permite identificar o signatário e associa seus dados a outros dados em formato eletrônico, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei Federal nº 14.063/2020;
II - assinatura eletrônica avançada: aquela que utiliza certificado não emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade do documento, desde que atenda aos requisitos do art. 4º, inciso II, da Lei Federal nº 14.063/2020;
III - assinatura eletrônica qualificada: aquela que utiliza certificado digital ICP-Brasil, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Federal nº 14.063/2020;

IV - assinatura eletrônica avançada "gov.br": a assinatura realizada por meio da Plataforma GOV.BR, do Portal de Assinatura Eletrônica ou de serviço oficial integrado, desde que atendidos os requisitos técnicos e de autenticação definidos pela União para essa modalidade.

Art. 3º A assinatura eletrônica simples poderá ser admitida em interações administrativas de menor impacto, que não envolvam informações protegidas por grau de sigilo, nem produzam efeitos jurídicos, financeiros ou patrimoniais que recomendem nível superior de confiabilidade.

Art. 4º A assinatura eletrônica avançada, inclusive a realizada por meio do GOV.BR, fica admitida e reconhecida como válida, com eficácia equivalente à assinatura manuscrita para os atos abrangidos por este Ato, desde que não haja exigência legal de assinatura eletrônica qualificada.

§ 1º A assinatura eletrônica avançada poderá ser utilizada, entre outros, nos seguintes documentos e interações:

I - termos de recebimento provisório ou definitivo de serviços, bens e produtos;

II - atestes, certificações e declarações relacionadas à execução de despesas, inclusive atestos de notas fiscais e documentos equivalentes;

III - relatórios, manifestações, requerimentos, declarações, comunicações, autorizações e documentos administrativos internos ou apresentados por terceiros;

IV - documentos relativos à execução, fiscalização e gestão de contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres;

V - contratos, termos aditivos e demais instrumentos administrativos, quanto às assinaturas dos signatários para os quais a legislação não exija assinatura eletrônica qualificada;

VI - outros documentos e interações administrativas em que, consideradas a natureza do ato, a identificação do signatário e a necessidade de preservação da integridade documental, o nível avançado seja adequado.

§ 2º A aceitação prevista neste artigo não dispensa a verificação da autenticidade e da integridade do arquivo eletrônico, nem afasta exigências específicas previstas em lei, edital, instrumento convocatório, contrato, convênio ou determinação de autoridade competente.

Art. 5º A assinatura eletrônica qualificada será admitida em qualquer interação eletrônica com a Câmara Municipal e será obrigatória nas hipóteses previstas no § 2º do art. 5º da Lei Federal nº 14.063/2020 e nas demais situações em que houver exigência legal específica.

§ 1º Nos atos assinados eletronicamente pelo Presidente da Câmara Municipal, na condição de Chefe do Poder Legislativo, será utilizada assinatura eletrônica qualificada, ressalvada hipótese legal expressa em sentido diverso.

§ 2º Nos contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres em que o Presidente da Câmara figure como signatário, a exigência do § 1º incidirá sobre sua assinatura, sem prejuízo da utilização de assinatura eletrônica avançada pelos demais signatários, quando legalmente admitida.

Art. 6º Os documentos assinados eletronicamente somente serão considerados regulares para fins administrativos após a verificação de sua autenticidade, integridade e possibilidade de validação por meio oficial ou mecanismo tecnicamente idôneo.

§ 1º Quando utilizada assinatura eletrônica avançada GOV.BR, deverá ser preservado o arquivo eletrônico original assinado, preferencialmente em formato que permita a conferência posterior da assinatura e de seus dados de validação.

§ 2º Não será suficiente, para comprovação da assinatura eletrônica, a mera impressão, imagem, captura de tela ou reprodução do documento que impeça a verificação técnica da assinatura, salvo se acompanhada do arquivo eletrônico original ou de mecanismo oficial de validação.

Art. 7º As unidades administrativas da Câmara Municipal não poderão recusar documento exclusivamente pelo fato de estar assinado mediante assinatura eletrônica avançada GOV.BR, quando essa modalidade estiver autorizada por este Ato e não houver exigência de nível qualificado.

Parágrafo único. Persistindo dúvida quanto à autoria, integridade ou validade da assinatura, a unidade responsável poderá solicitar nova validação, apresentação do arquivo original ou regularização do documento pelo interessado.

Art. 8º Quando norma específica, edital, instrumento convocatório, contrato, convênio, sistema eletrônico ou exigência do órgão destinatário estabelecer nível de assinatura superior ao previsto neste Ato, prevalecerá o nível de confiabilidade mais elevado.

Parágrafo único. Em caso de conflito entre normas vigentes ou entre normas editadas por entes distintos, observar-se-á o disposto no § 5º do art. 5º da Lei Federal nº 14.063/2020, com prevalência da assinatura eletrônica qualificada.

Art. 9º A utilização de assinatura eletrônica não torna obrigatória a tramitação exclusivamente digital dos processos administrativos nem impede, quando cabível, a utilização de assinatura manuscrita em documentos físicos.

Art. 10. A Câmara Municipal manterá, em seu sítio eletrônico institucional, informação sobre os requisitos e os mecanismos aceitos para o reconhecimento de assinatura eletrônica avançada, em cumprimento ao § 4º do art. 5º da Lei Federal nº 14.063/2020.

Art. 11. Compete aos setores responsáveis pela instrução, fiscalização, liquidação, pagamento, gestão documental e controle interno observar as disposições deste Ato e adotar as providências necessárias à adequada guarda e conferência dos documentos eletronicamente assinados.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, observadas a Lei Federal nº 14.063/2020, a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aplicáveis à matéria.

Art. 13. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacuí/MG, 26 de agosto de 2026.

FLÁVIO BERNARDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacuí

HEDER PRATES DA SILVA
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Jacuí

JOSIANE DE SOUZA FERREIRA
1ª Secretária da Câmara Municipal de Jacuí

Publicado por:
Thalita Cintra de Pádua
Código Identificador:B6083EC7

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
ATO DA MESA Nº 05/2026

ATO DA MESA Nº 05/2026

Estabelece diretrizes para a utilização continuada do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL como instrumento de apoio, registro, organização, publicidade e transparência das atividades legislativas da Câmara Municipal de Jacuí/MG e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente nos termos dos arts. 28 e 31, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura o direito de acesso às informações de interesse coletivo ou geral e submete a Administração Pública, em todos os Poderes e esferas federativas, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXIII, e 37, caput;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação, aplica-se aos órgãos integrantes do Poder Legislativo municipal e estabelece, entre suas diretrizes, a publicidade como preceito geral, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitação, a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e o desenvolvimento da cultura de transparência;

CONSIDERANDO que os arts. 6º e 8º da Lei Federal nº 12.527/2011 impõem aos órgãos públicos o dever de assegurar gestão transparente da informação, amplo acesso e divulgação das informações de interesse coletivo ou geral, com preservação de sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Jacuí/MG regulamentou, por meio da Resolução nº 4/2025, a aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011 em seu âmbito, consolidando institucionalmente o compromisso com a transparência e o acesso à informação;

CONSIDERANDO que o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL, desenvolvido pelo Programa Interlegis do Senado Federal, é destinado à informatização e à agilização do processo legislativo, permitindo, entre outras funcionalidades, o registro e a tramitação de proposições, a organização de sessões plenárias, a manutenção da base de normas jurídicas, o registro de votações e o acompanhamento da produção legislativa pelos cidadãos;

CONSIDERANDO que o SAPL encontra-se implantado e em utilização pela Câmara Municipal de Jacuí/MG, reunindo informações e registros relacionados à atividade legislativa e constituindo instrumento relevante de consulta pública e de preservação da memória institucional;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de preservar a continuidade, a padronização e a rastreabilidade dos registros legislativos, evitando a dispersão de informações, a perda de histórico institucional e retrocessos nos mecanismos de publicidade e transparência;

RESOLVE expedir o seguinte Ato da Mesa:

Art. 1º Fica reconhecido e mantido, no âmbito da Câmara Municipal de Jacuí/MG, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL como ferramenta institucional de apoio ao processo legislativo, destinada ao registro, à organização, ao acompanhamento e à divulgação das atividades legislativas da Casa.

Parágrafo único. A utilização do SAPL deverá observar a legislação vigente, o Regimento Interno, as normas internas da Câmara Municipal e as limitações técnicas próprias do sistema.

Art. 2º A utilização do SAPL observará, especialmente, as seguintes finalidades:

I - ampliar a publicidade e a transparência das atividades legislativas;

II - facilitar o acesso dos cidadãos às matérias legislativas, tramitações, pautas, sessões, votações, normas jurídicas e demais informações de interesse público;

III - assegurar maior padronização, organização, rastreabilidade e continuidade dos registros do processo legislativo;

IV - contribuir para a preservação da memória institucional e do histórico legislativo da Câmara Municipal;

V - conferir maior eficiência às rotinas de vereadores, servidores e unidades administrativas envolvidas no processo legislativo;

VI - favorecer o controle social e o acompanhamento da atuação legislativa pela sociedade.

Art. 3º Deverão ser registradas e mantidas atualizadas no SAPL, na medida de sua pertinência e das funcionalidades disponibilizadas pelo sistema, as informações públicas relacionadas ao processo legislativo, especialmente:

I - matérias legislativas e respectivos textos, documentos acessórios, emendas, substitutivos e demais peças vinculadas à tramitação;

II - protocolos, tramitações, encaminhamentos, relatorias, pareceres e situações das matérias;

III - pautas, expedientes, ordens do dia, registros das sessões plenárias, presenças, votações e respectivos resultados;

IV - normas jurídicas, suas alterações e, quando disponível, os vínculos com as matérias legislativas que lhes deram origem;

V - informações institucionais relativas à Mesa Diretora, comissões, parlamentares e demais estruturas relacionadas à atividade legislativa;

VI - outros dados e documentos de natureza legislativa cuja disponibilização seja compatível com as funcionalidades do sistema e com o interesse público.

Art. 4º Os setores e servidores responsáveis pelas rotinas legislativas deverão promover a alimentação e a atualização do SAPL de forma regular, observadas suas atribuições funcionais, buscando assegurar exatidão, clareza, integridade, atualidade e coerência entre os registros eletrônicos e os atos efetivamente praticados.

Parágrafo único. A Presidência poderá definir responsáveis, perfis de acesso e rotinas operacionais para utilização do sistema, sem prejuízo das atribuições previstas nas normas de organização administrativa da Câmara Municipal.

Art. 5º A descontinuidade permanente do SAPL, sua substituição por outro sistema ou a adoção de procedimento predominantemente manual em seu lugar deverá ser precedida de deliberação formal e motivada da Mesa Diretora, com avaliação dos impactos sobre a publicidade, a transparência, o acesso à informação, a integridade dos registros, a preservação do histórico legislativo e a eficiência administrativa.

§ 1º A eventual solução substitutiva deverá assegurar, em nível equivalente ou superior, mecanismos de consulta pública, acompanhamento da tramitação legislativa, preservação e migração do acervo histórico, rastreabilidade das informações e continuidade dos registros.

§ 2º A indisponibilidade temporária do SAPL por razões técnicas, de manutenção, segurança ou caso fortuito não caracteriza descontinuidade, devendo ser adotadas medidas de contingência para preservar a regularidade dos trabalhos legislativos e, restabelecido o sistema, promover-se a atualização dos registros pertinentes.

Art. 6º O registro ou a disponibilização de documento no SAPL não substitui as formalidades de assinatura, protocolo, publicação oficial, arquivamento, guarda ou conservação documental exigidas pela legislação, pelo Regimento Interno ou por norma específica.

Art. 7º A publicidade promovida por meio do SAPL observará as hipóteses legais de sigilo, a proteção de informações pessoais e as normas de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 12.527/2011 e a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo único. A existência de informação ou documento no âmbito interno do sistema não implica, por si só, autorização para acesso público quando houver restrição legal aplicável.

Art. 8º Sempre que tecnicamente possível, deverá ser preservada a continuidade do acervo já existente no SAPL, evitando-se exclusões, duplicidades ou alterações que prejudiquem a compreensão do histórico das matérias, sessões, votações e normas jurídicas.

Parágrafo único. Eventuais correções de dados deverão preservar, quando o sistema assim permitir, a coerência e a rastreabilidade do registro, vedada a supressão indevida de informações públicas integrantes do histórico legislativo.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, observados o Regimento Interno, a Lei Federal nº 12.527/2011, as normas internas de transparência, proteção de dados e gestão documental e as diretrizes deste Ato.

Art. 10. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacuí/MG, 2 de setembro de 2026.

FLÁVIO BERNARDES
Presidente da Câmara Municipal de Jacuí

HEDER PRATES DA SILVA
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Jacuí

JOSIANE DE SOUZA FERREIRA
1ª Secretária da Câmara Municipal de Jacuí

Publicado por:
Thalita Cintra de Pádua
Código Identificador:7DE67998

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 1.871, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

Designa servidora para cargo em substituição.

O Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno (Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016), Resolve: Art. 1º Designar a servidora CLARICE COTA E SILVA, ocupante do cargo de Supervisor de Compras e Contratos, para o exercício do cargo de Chefe de Compras, Licitações e Contratos, enquanto durar o período de férias prêmio (30 dias) da servidora Mary Caetano Silva Santos, a partir de 8 de Setembro de 2026. Art. 2º No período da substituição, a servidora Clarice Cota e Silva, receberá a remuneração do cargo de Chefe de Compras, Licitações e Contratos. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. CUMPRA-SE.

João Monlevade, 8 de Setembro de 2026.

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Flávio Cristiano Pena Lial
Código Identificador:0CE902E1

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 1.872, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

Designa servidora para cargo em substituição.

O Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno (Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016), Resolve: Art. 1º Designar a servidora NATASHA BARCELLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente Parlamentar I – Setor de Compras, Licitações e Contratos, para o exercício do cargo de Controlador Interno, enquanto durar as férias regulamentares da servidora Lourdes Saraiva Zambelli, no período de 8 de Setembro de 2026 a 27 de Setembro de 2026. Art. 2º No período da substituição, a servidora Natasha Barcellos de Oliveira, receberá a remuneração do cargo de Controlador Interno. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 1.867, de 27 de Julho de 2026. CUMPRA-SE.

João Monlevade, 8 de Setembro de 2026.

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Flávio Cristiano Pena Lial
Código Identificador:C08414F9

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 1.873, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa servidora para cargo em substituição.

O Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno (Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016), Resolve: Art. 1º Designar a servidora RONILDA DE SOUZA PEREIRA, cargo de Supervisor de Arquivo, para o exercício do cargo de Ouvidor, enquanto durar as férias regulamentares da servidora Mércia Ferreira Pires Cardoso, no período de 8 de Setembro de 2026 a 27 de Setembro de 2026. Art. 2º No período da substituição, a servidora Ronilda de Souza Pereira, receberá a remuneração do cargo de Ouvidor. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. CUMPRA-SE.

João Monlevade, 8 de Setembro de 2026.

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Flávio Cristiano Pena Lial
Código Identificador:58575612

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 1.874, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

Designa servidora para cargo em substituição.

O Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno (Resolução nº 695, de 20 de dezembro de 2016), Resolve: Art. 1º Designar a servidora MARIA APARECIDA JACINTO, cargo de Agente Parlamentar I - Zeladoria, para o exercício do cargo de Supervisor de Arquivo, enquanto a servidora Ronilda de Souza Pereira, titular do cargo estiver substituindo o cargo de Ouvidor, no período de 8 de Setembro de 2026 a 27 de Setembro de 2026. Art. 2º No período da substituição, a servidora Maria Aparecida Jacinto, receberá a remuneração do cargo de Supervisor de Arquivo. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. CUMPRA-SE.

João Monlevade, 8 de Setembro de 2026.

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Flávio Cristiano Pena Lial
Código Identificador:847F07F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERA

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº63-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº63-2026

AVISO DE CHAMAMENTO Nº 63/2026

A Câmara Municipal de Nova Era/MG torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o art. 72 do mesmo diploma legal, visando à obtenção de propostas para contratação de empresa especializada, conforme especificações constantes neste Aviso de Chamamento e no Termo de Referência.

Fica dispensada a elaboração de edital, nos termos da legislação aplicável.

1. OBJETO

Aquisição de 01 (uma) Smart TV de 100 (cem) polegadas, com resolução Ultra 4K, destinada ao Plenário da Câmara Municipal de Nova Era/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência nº 64/2026.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição do equipamento tem como finalidade atender às necessidades do Plenário da Câmara Municipal, onde será utilizado durante a realização das reuniões, sessões e demais atividades institucionais.

O equipamento proporcionará melhor visualização das informações, documentos, apresentações, pautas e demais conteúdos exibidos durante os trabalhos legislativos, garantindo maior qualidade e acessibilidade visual aos vereadores, servidores e público presente.

A escolha de um equipamento com tela de 100 (cem) polegadas e resolução Ultra 4K justifica-se pela necessidade de proporcionar boa visibilidade a todos os presentes no Plenário, inclusive àqueles que estiverem posicionados a maior distância da tela.

Além disso, os recursos tecnológicos disponíveis no equipamento contribuirão para maior praticidade e eficiência na apresentação de conteúdos, podendo também facilitar a integração com computadores e outros dispositivos utilizados nas atividades da Câmara.

3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter identificação do proponente, CPF ou CNPJ, descrição detalhada do objeto, valor unitário e total, prazo de entrega, condições de pagamento, validade da proposta, garantia e indicação de inclusão ou não do frete.

As propostas poderão ser encaminhadas para o e-mail compras@cmne.mg.gov.br , até às 23h59min do dia **15/09/2026**
Também poderão ser entregues presencialmente, em envelope lacrado, até às 16h00min do mesmo dia, no Setor de Compras, Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Nova Era/MG.

4. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Solicitação de Fornecimento.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente e contendo o número da respectiva Solicitação de Fornecimento.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo de **5 (cinco) dias úteis**, nos termos do § 3º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no **Diário Oficial**, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e no mural da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preço de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/MG, 08 de setembro de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era/MG

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:790E5D3C

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE REFERÊNCIA Nº63-2026 E AVISO DE CHAMAMENTO Nº63-2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 63/2026

1. OBJETO

Aquisição de 01 (uma) Smart TV de 100 (cem) polegadas, com resolução Ultra 4K, destinada ao Plenário da Câmara Municipal de Nova Era/MG, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição do equipamento tem como finalidade atender às necessidades do Plenário da Câmara Municipal, onde será utilizado durante a realização das reuniões, sessões e demais atividades institucionais.
O equipamento proporcionará melhor visualização das informações, documentos, apresentações, pautas e demais conteúdos exibidos durante os trabalhos legislativos, garantindo maior qualidade e acessibilidade visual aos vereadores, servidores e público presente.

A escolha de um equipamento com tela de 100 (cem) polegadas e resolução Ultra 4K justifica-se pela necessidade de proporcionar boa visibilidade a todos os presentes no Plenário, inclusive àqueles que estiverem posicionados a maior distância da tela.

Além disso, os recursos tecnológicos disponíveis no equipamento contribuirão para maior praticidade e eficiência na apresentação de conteúdos, podendo também facilitar a integração com computadores e outros dispositivos utilizados nas atividades da Câmara.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

3.1 Quantitativo
01 (uma) Smart TV de 100 (cem) polegadas.

3.2 Características Mínimas
O equipamento deverá atender, no mínimo, às seguintes características:
a) Tela com 100 (cem) polegadas;
b) Resolução mínima Ultra HD 4K (3840 x 2160 pixels);
c) Funcionalidade Smart TV, permitindo acesso a recursos e aplicativos compatíveis;
d) Conectividade Wi-Fi integrada;
e) Conectividade Bluetooth ou tecnologia equivalente;
f) No mínimo 4 (quatro) entradas HDMI;
g) Entrada(s) USB;
h) Saída de áudio ou recursos de conexão de áudio compatíveis com equipamentos externos;
i) Compatibilidade com computadores, notebooks e demais dispositivos utilizados para apresentação de conteúdos;
j) Sistema de áudio integrado adequado ao uso em ambiente de Plenário;
k) Controle remoto e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento;
l) Alimentação elétrica compatível com a rede elétrica disponível no local de instalação;
m) Produto novo, sem uso anterior, em perfeito estado de funcionamento e acompanhado dos respectivos acessórios e documentação;
n) Garantia do fabricante, observadas as condições e o prazo estabelecidos na legislação aplicável.

As especificações acima estabelecem requisitos mínimos de desempenho e funcionalidade, não sendo exigida marca, modelo ou fabricante específico, admitindo-se produto equivalente ou superior que atenda integralmente às características estabelecidas.

3.3 Personalização
Não se aplica personalização específica ao objeto.

4. PRAZO DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento emitida pela Câmara Municipal de Nova Era/MG.

A entrega deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Nova Era/MG, em local indicado pelo setor responsável, em horário previamente estabelecido.

O produto deverá ser entregue devidamente acondicionado, acompanhado de seus acessórios, manual de instruções e demais documentos pertinentes, quando aplicável.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço global, desde que a proposta atenda integralmente às especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

A Nota Fiscal deverá conter o número da respectiva Solicitação de Fornecimento emitida pela Câmara Municipal de Nova Era/MG.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá:
a) Fornecer o objeto em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
b) Entregar o produto novo, sem uso anterior e em perfeitas condições de funcionamento;
c) Cumprir o prazo de entrega estabelecido;
d) Responsabilizar-se por todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, embalagem, frete e demais despesas necessárias à entrega do objeto;

e) Responsabilizar-se pela garantia do produto, nos termos da legislação aplicável;
f) Providenciar, sem ônus adicional para a Câmara Municipal, a substituição ou correção do produto que apresentar defeitos ou estiver em desacordo com as especificações contratadas;
g) Manter, durante a execução da contratação, as condições de habilitação e regularidade exigidas pela legislação aplicável, quando cabíveis.

8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso II, e no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as demais disposições legais aplicáveis à contratação direta por dispensa de licitação.
9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente da Câmara Municipal de Nova Era/MG:

10. PARTICIPAÇÃO DOS PROPONENTES

Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas, observadas as exigências legais aplicáveis.

10.1 Pessoa Física

As propostas apresentadas por pessoa física estarão sujeitas às retenções legais, incluindo INSS, ISSQN e IRRF, quando aplicável.

10.2 Pessoa Jurídica

A pessoa jurídica deverá apresentar regularidade fiscal e demais documentos e exigências legais aplicáveis à contratação.

11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão conter, no mínimo:
a) Identificação do proponente;
b) CPF ou CNPJ;
c) Descrição detalhada do produto ofertado;
d) Marca e modelo do produto ofertado, se houver, para fins de identificação da proposta apresentada pelo fornecedor;
e) Valor unitário e valor total da proposta;
f) Prazo de entrega;
g) Condições de pagamento;
h) Prazo de validade da proposta;
i) Prazo de garantia do produto;
j) Informação quanto à inclusão de frete e demais custos necessários à entrega.

A indicação de marca e modelo, quando realizada pelo proponente em sua própria proposta, servirá exclusivamente para identificar o produto ofertado, devendo o equipamento atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

12. PESQUISA DE PREÇO ESTIMATIVO

A estimativa do valor da contratação será realizada pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Nova Era/MG, mediante pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Nova Era/MG, 08 de setembro de 2026.

Elaboração:
ÂNGELA BARONY LAGE
Assessora de Administração e Serviços Gerais
Câmara Municipal de Nova Era/MG

Aprovação:
GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era/MG

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:CC660AD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO 09/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU. Contrato nº 09/2026. Contratante: Câmara Municipal de Paracatu. CNPJ: 20.215.158/0001-96. Contratada: THIAGO CLEBER GONÇALVES DE OLVEIRA MAIA – MEI (Maia Soluções em Tecnologia), inscrita no CNPJ sob o nº 39.846.312/0001-56. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de produção, captação, edição, transmissão e divulgação de conteúdo audiovisual institucional, abrangendo sessões legislativas e eventos oficiais da Câmara Municipal de Paracatu, por meio de redes sociais, plataformas de streaming e outros canais de comunicação institucional, incluindo a organização, armazenamento e backup do acervo audiovisual produzido, com no mínimo 2 (dois) técnicos para a execução dos serviços, correspondendo ao lote 01 do Pregão 05/2026. No valor total de 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais).

Paracatu, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leovando Mendes Teixeira
Código Identificador:5A0EC74D

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO 10/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU. Contrato nº 10/2026. Contratante: Câmara Municipal de Paracatu. CNPJ: 20.215.158/0001-96. Contratada: THIAGO CLEBER GONÇALVES DE OLVEIRA MAIA – MEI (Maia Soluções em Tecnologia), inscrita no CNPJ sob o nº 39.846.312/0001-56. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de produção, captação, edição, transmissão e divulgação de conteúdo audiovisual institucional, abrangendo sessões legislativas e eventos oficiais da Câmara Municipal de Paracatu, por meio de redes sociais, plataformas de streaming e outros canais de comunicação institucional, incluindo a organização, armazenamento e backup do acervo audiovisual produzido, com no mínimo 2 (dois) técnicos para a execução dos serviços, correspondendo ao lote 02 do Pregão 05/2026. No valor total de 38.699,00 (trinta e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais).

Paracatu, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leovando Mendes Teixeira
Código Identificador:B4F31D70

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Processo Administrativo nº: 036/2026

Pregão Eletrônico nº 06/2026:

Atenção fornecedores:

A reabertura da sessão de julgamento e habilitação do Pregão Eletrônico nº 06/2026, suspensa em razão do encerramento do expediente no dia 08/09/2026, ocorrerá no dia 10/09/2026, às 10h.

AT.TE: MARJORIE SANTOS SIQUEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:10D0AA80

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2024/PRC34- DISP90020

CMPN - Extrato do 2º Aditivo ao Contrato nº 16/2022 – Processo nº 34/2024 - Dispensa nº 90020/2024. Torna pública a prorrogação da contratação da empresa Llevon Informática Ltda., CNPJ n° 02.092.217/0001-02. Objeto: Prorrogação do contrato de prestação de serviço técnicos de migração, hospedagem e manutenção dos sistemas web da Câmara. Valor total do contrato: R$3.184,59 (três mil e cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Período de vigência: 19/08/2026 até 19/08/2027.

Ponte Nova – MG, 08 de setembro de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:789CBD9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES.
CONTRATADA: LUNAT SOLUÇÕES LTDA.
As partes acima identificadas resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2026**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto promover adequação no objeto do Contrato nº 019/2026, mediante alteração das dimensões das portas dos gabinetes dos Vereadores, visando ao atendimento dos critérios e requisitos de acessibilidade aplicáveis.
1.2. Fica acrescida ao objeto contratual a adequação de **11 (onze) portas dos gabinetes dos Vereadores**, originalmente previstas com largura de **80 cm (oitenta centímetros)**, que passarão a possuir largura de **90 cm (noventa centímetros)**.
1.3. A alteração compreende o fornecimento dos materiais, mão de obra, adaptações, instalação, ajustes, acabamentos e demais serviços necessários à perfeita execução da adequação, observados os padrões técnicos e de acabamento estabelecidos para o objeto contratado.
1.4. A alteração justifica-se pela necessidade de adequação das instalações dos gabinetes dos Vereadores aos critérios de acessibilidade, proporcionando condições adequadas de circulação e utilização dos ambientes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO E DO NOVO VALOR CONTRATUAL
2.1. Em decorrência da alteração do objeto prevista neste Termo Aditivo, fica acrescido ao valor do Contrato nº 019/2026 o montante de **R$ 6.989,00 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais)**.
2.2. O acréscimo de R$ 6.989,00 corresponde a aproximadamente **22,58% (vinte e dois vírgula cinquenta e oito por cento)** do valor inicial do contrato.
2.3. Dessa forma, o valor global do Contrato nº 019/2026, originalmente estabelecido em **R$ 30.949,00 (trinta mil novecentos e quarenta e nove reais)**, passa a ser de **R$ 37.938,00 (trinta e sete mil novecentos e trinta e oito reais)**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA
3.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições aplicáveis da **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere às alterações dos contratos administrativos, bem como nas disposições constantes do Contrato nº 019/2026.
3.2. A alteração decorre da necessidade de adequação técnica identificada durante a execução contratual, consistente na ampliação da largura das 11 (onze) portas dos gabinetes dos Vereadores, de 80 cm (oitenta centímetros) para 90 cm (noventa centímetros), visando ao atendimento dos critérios de acessibilidade.
3.3. O acréscimo financeiro decorrente da alteração corresponde a aproximadamente **22,58% do valor inicial atualizado do contrato**, observando-se o limite aplicável aos acréscimos contratuais previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária prevista no Contrato nº 019/2026:
F: 012-33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
5.1. Permanecem inalteradas e integralmente ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 019/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Ribeirão das Neves, 08 de setembro de 2026.

WEBERSON EDUARDO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

LUCAS REZENDE PAULO
Sócio Diretor da Lunat Soluções LTDA.
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Publicado por:
Rodrigo Walace Corrêa
Código Identificador:819BFDF1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CAMARA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
ATA DA 11 SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2026.
Aos VINTE E TRÊS dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 18h30min horas, na sede do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG realizou a DÉCIMA PRIMEIRA Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Volta Grande do ano de 2026 designada para esta data com a Ordem do Dia devidamente publicada no Quadro de AVISO por meio do ATO nº 22 da MESA DIRETORA no prazo regimental. Foi feita a chamada dos Vereadores e assinado o livro de presenças. Havendo número legal, o Senhor Presidente, declarou aberta a sessão. Logo após, procedeu à leitura da ATA da sessão anterior realizada no dia 16/06/2026. Após lida, o senhor Presidente colocou a ata da última sessão (DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA) em discussão e votação que foi aprovada por MAIORIA com o voto contrário da vereadora LUCIANE MARIA BASSANI. Em seguida, foram lidas as correspondências do Poder Executivo sendo: 1.

OFÍCIO Nº097/2026 que encaminha PROJETO DE LEI Nº 017/2026, de 19 de junho de 2026 que "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VOLTA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 2. Ofício nº 098/2026 que encaminha a LEI MUNICIPAL Nº1.753, de 19 de junho 2026 que "ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº1.515/2018, QUE CRIA O CARGO DE MONITOR DE CRECHE, PARA REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Prosseguindo, os Vereadores Wescley e Luciane iniciaram um debate sobre os Projetos em pauta não estarem respeitando a tramitação regimental. Em resposta os Vereadores Ricardo, Anderson e Eduardo justificaram que sempre foi assim. Ato contínuo, pelo senhor Presidente foi colocado em discussão e votação o pedido de URGÊNCIA dos Projetos de Lei a seguir, sendo APROVADO por maioria com os votos contra dos Vereadores Luciane e Wescley: Projeto de Lei nº012/2026, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO, NO VALOR DE
R$934.583,89 (NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL E QUIENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Projeto de Lei nº013/2026, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R$150.135,00 (CENTO E CINQUENTA MIL E CENTO E TRINTA E CINCO REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; Projeto de Lei nº014/2026, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO, ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$80.469,41 (OITENTA MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; Projeto de Lei nº015/2026, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$40.236,00 (QUARENTA MIL, DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."; Projeto de Lei nº016/2026, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R$128.617,00 (CENTO E VINTE E OITO MIL E SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."; PROJETO DE LEI Nº 017/2026 que "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VOLTA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Logo após pelo Sr. Presidente foi colocado em discussão e votação os Pareceres das Comissões Pertinentes aos Projetos de Lei acima citados, sendo aprovado por maioria com voto contrário da Vereadora Luciane e abstenção do Vereador Wescley. Colocado em discussão e votação os Projetos de Lei cima citado foram os mesmos aprovados por maioria, com votos contrários dos Vereadores Wescley e Luciane. O senhor Presidente encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:F2A446BD

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
ATA DA 12º SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026.
Aos TRINTA dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 18h30min horas, na sede do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG realizou a DÉCIMA SEGUNDA Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Volta Grande do ano de 2026 designada para esta data com a Ordem do Dia devidamente publicada no Quadro de AVISO por meio do ATO nº 24 da MESA DIRETORA no prazo regimental. Foi feita a chamada dos Vereadores e assinado o livro de presenças. Havendo número legal, o Senhor Presidente, declarou aberta a sessão. Logo após, procedeu à leitura da ATA da sessão anterior realizada no dia 23/06/2026. Após lida, o senhor Presidente colocou a ata da última sessão (DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA) em discussão e votação que foi aprovada por UNANIMIDADE. Ato contínuo, pelo senhor Presidente foi colocado em discussão e votação o parecer das comissões, favorável ao Projeto de Lei nº007/2026 que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" sendo APROVADO por UNANIMIDADE. Pelo Sr. Presidente foi colocado o Projeto de Lei nº007/2026, que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" sendo APROVADO por UNANIMIDADE. O senhor Presidente encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:D8A8368F

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
ATA DA 13º SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2026.
Aos QUATRO dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 18h30min horas, na sede do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG realizou a DÉCIMA TERCEIRA Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Volta Grande do ano de 2026 designada para esta data com a Ordem do Dia devidamente publicada no Quadro de AVISO por meio do ATO nº 26 da MESA DIRETORA no prazo regimental. A Sessão foi presidida pelo Vice-Presidente, o Vereador Afonso Oliveira Marques em virtude de uma consulta pré-agendada do Senhor Presidente Thiago na cidade de Juiz de Fora, impossibilitando sua chegada a tempo na sessão. Foi feita a chamada dos Vereadores e assinado o livro de presenças. Havendo número legal, o Senhor Presidente em exercício, declarou aberta a sessão. Logo após, procedeu à leitura da ATA da sessão anterior realizada no dia 21/07/2026. Após lida, o senhor Presidente em exercício colocou a ata da última sessão (PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA) em discussão e votação que foi aprovada por UNANIMIDADE. Em ato contínuo, deu início à leitura do Expediente com os seguintes ofícios recebidos: 1. Ofício nº 101/2026 enviado pelo Executivo Municipal referente cooperação institucional e compartilhamento de acervo normativo atualizado. 2.Ofício nº 102/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando Balancete de maio de 2026. 3.Ofício nº 103/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando as Leis nº1.755, 1.756, 1.757, 1.758, 1.759 e 1.760 de 25 de junho de 2026. 4.Ofício nº 104/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando resposta ao Requerimento nº008/2026. 5.Ofício nº 105/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando resposta ao Requerimento nº009/2026. 6.Ofício nº 106/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando Lei nº 1.761 de 07 de julho de 2026. 7.Ofício nº 115/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando balancete de junho de 2026. 8.Ofício nº 118/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal encaminhando confirmação de decurso de prazo e manifestação institucional acerca das emendas parlamentares impositivas. 9.Ofício nº 119/2026 enviado pelo Poder Executivo Municipal solicitando representante para comporem a Comissão Técnica de Avaliação. 10.Ofício nº 38/2026 enviado pela Secretaria Municipal de Saúde solicitando o uso do plenário da Câmara Municipal no dia 27 de julho de 2026. 11.Ofício nº002/2026 encaminhado pela representante da Rede Mulher convidando para a segunda caminhada "Toda a Cidade Unida no Combate à Violência Contra a Mulher". Contudo, o Plenário, ciente dos Ofícios citados acima, dispensou a leitura dos mesmos. Ato Contínuo o Senhor Presidente em exercício concedeu a palavra ao Advogado Dr. LEONARDO DA COSTA BIFANO constituído da Senhora LUCIANA TEPERINO ABREU que passou a ler a DENÚNCIA vertida pela vereadora suplente requerendo cessação de MANDATO do vereador ANDERSON MENEGUITI PEREIRA por quebra do decoro parlamentar na forma do artigo 07º, inciso III do Decreto nº 201/1967. O Procurador do Poder Legislativo Dr. Diego Deleon Lopes da Silva deu Parecer verbal durante a sessão quanto ao preenchimento dos requisitos formais da Denúncia. Logo após o Senhor Presidente em exercício colocou em discussão e votação a aceitação da referida denúncia, sendo aprovada por UNANIMIDADE. O Procurador do Poder Legislativo Dr. Diego Deleon Lopes da Silva

deu Parecer verbal durante a sessão opinando pela rejeição do requerimento de MEDIDA CAUTELAR de afastamento do denunciado devido à ilegalidade, desnecessidade e desproporcionalidade tendo em conta que o vereador Anderson não mais integra a MESA DIRETORA e nem há indícios de riscos concretos a instrução probatória. formais da Denúncia Todavia, o requerimento de MEDIDA DE CAUTELAR vertido na Denúncia foi REJEITADA por maioria com votos de RICARDO MACHADO DA SILVEIRA JUNIOR, ADRIANO MARTINS OLIVEIRA, JOÃO CARLOS FERREIRA e AFONSO OLIVEIRA MARQUES ficando vencido os vereadores EDUARDO ANDRADE CARVALHO, LUCIANE MARIA MONÇÃO BASSANI e WESCLEY ROCHA CRUZ. Em seguida foi lido o Projeto de lei nº004/2026 que "REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº1.740/2025 QUE INSTITUIU O BOLSA ATLETA". Prosseguindo, pelo Sr. Presidente em exercício foi colocado a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº002/2026 que "ALTERA § 1º DO ART. 133-A DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG, READEQUANDO O PERCENTUAL MÁXIMO PARA APROVAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." em discussão e votação em SEGUNDO TURNO sendo APROVADO por UNANIMIDADE e de imediato foi PROMULGADA pela MESA DIRETORA. Em continuidade, o senhor Presidente determinou a leitura dos Requerimentos vertidos pelos senhores vereadores e pela senhora vereadora. Requerimento nº 10/2026 vertido pelo vereador Ricardo Júnior que " Requer Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos Municipais" que foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente determinou a leitura das INDICAÇÕES: INDICAÇÃO Nº 33/2026 VERTIDA PELO VEREADOR JOÃO FERREIRA SOLICITANDO COLOCAÇÃO DE MANILHAS PARA REDE DE ESGOTO NA BEIRA LINHA EM SÃO GERALDO; INDICAÇÃO Nº 34/2026 VERTIDA PELO VEREADOR JOÃO FERREIRA SOLICITANDO DUAS "BOCAS DE LOBO" NA RUA VITALINO BASTOS DE ARAÚJO, BAIRRO BONSUCESSO; INDICAÇÃO Nº 35/2026 VERTIDA PELO VEREADOR JOÃO FERREIRA SOLICITANDO FIO DE ENERGIA NO POSTE DA RUA VITALINO BASTOS DE ARAÚJO; INDICAÇÃO Nº 36/2026 VERTIDA PELO VEREADOR JOÃO FERREIRA SOLICITANDO QUEBRA MOLA NA RUA VITALINO BASTOS DE ARAUJO; INDICAÇÃO Nº 37/2026 VERTIDA PELO VEREADOR JOÃO FERREIRA SOLICITANDO PLACAS DE TAXI NO CENTRO DA CIDADE; INDICAÇÃO Nº 38/2026 VERTIDA PELO VEREADOR JOÃO FERREIRA SOLICITANDO CONSTRUÇÃO DE UMA ESCADA NA RUA MARIA EMILIA SIQUEIRA. O senhor Presidente encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:CE0C5077

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE-MG, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2026. Aos VINTE E UM dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 18h30min horas, na sede do Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG realizou a PRIMEIRA Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Volta Grande do ano de 2026 designada para esta data com a Ordem do Dia devidamente publicada no Quadro de AVISO por meio do ATO nº 25 da MESA DIRETORA no prazo regimental. Foi feita a chamada dos Vereadores e assinado o livro de presenças. Havendo número legal, o Senhor Presidente, declarou aberta a sessão. Logo após, procedeu à leitura da ATA da sessão anterior realizada no dia 30/06/2026. Após lida, o senhor Presidente colocou a ata da última sessão (DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA) em discussão e votação que foi aprovada por UNANIMIDADE. Iniciando os trabalhos, foi lido o Ofício nº 107/2026 do Executivo Municipal encaminhando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal-Alteração do percentual das emendas parlamentares impositivas. Ato contínuo, pelo senhor Presidente foi colocado em discussão e votação a URGÊNCIA à referida Proposta de Emenda à lei Orgânica, sendo APROVADA por unanimidade. Ato Contínuo, foi lido o parecer das comissões, favorável à Proposta de emenda à Lei Orgânica nº002/2026 que "ALTERA § 1º DO ART. 133-A DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG, READEQUANDO O PERCENTUAL MÁXIMO PARA APROVAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." sendo APROVADO por UNANIMIDADE. Pelo Sr. Presidente foi colocado a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº002/2026 em discussão e votação em PRIMEIRO TURNO sendo APROVADO por UNANIMIDADE. O senhor Presidente encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:2E6545D0

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DO PROCESSO N. 039/2024 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 022/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DO PROCESSO N. 039/2024 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 022/2024

CONSIDERANDO a inexistência de elevação de preços;
CONSIDERANDO a iminente expiração do contrato administrativo do processo nº 039/2024;
CONSIDERANDO que o objeto do contrato administrativo do processo nº 039/2024 para o funcionamento da Poder Legislativo;
CONSIDERANDO o Princípio da Eficiência e da Economicidade;
Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, com sede na Avenida Antônio Ribeiro dos Reis Filho, n. 64 – Centro CEP: 36.720-000 Volta Grande / MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 19.774.785/0001-88**, por seu Presidente Sr. THIAGO PULLIG TAVARES doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a Pessoa Jurídica de direito privado **PLANEJAR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 26.125.096/0003-70, sediada na Rua Major Penha, 359, Sala 01, Centro, Caxambu-MG, CEP 37.440-000, neste ato representado por EDSON DE CARVALHO CARDOZO, inscrito no CPF 545.103.096-00, residente e domiciliado Doutor Olimpio Reis, 480, Apartamento 306, Santa Helenza, CEP 36.015-17**, resolvem fazer **ADITIVO** de prazo no contrato firmado com reajuste inflacionário do valor pactuado, pelos fatos e fundamentos seguintes:
CLAUSULA PRIMEIRA– O CONTRATO DO PROCESSO N. 039/2024 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 022/2024 fica aditivado por DOZE MESES com suporte legal na CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA que permite prorrogação conforme Art. 107 da Lei 14.133/21 nos mesmos termos pactuados.
CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo **CONTRATO DO PROCESSO N. 039/2024**, que não foram alterados pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.
CLÁUSULA TERCEIRA:O preço da clausula segunda **DO CONTRATO DO PROCESSO N. 039/2024** fica reajustado no percentual de **4,443020 %,conforme variação do índice do IPCA da Fundação Getúlio Vargas passando ao valor R$ 1.459,16 (mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).**
CLÁUSULA QUARTA: As despesas decorrentes correrão por conta do orçamento geral da Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG para o exercício de 2026 e 2027, notadamente no seguinte desdobramento: 3.3.90.40.00.1.01.00.01.031.0001.2.0003 1.500.000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA.
E, por estarem, certas justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 03 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Volta Grande, 01 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Volta Grande
CNPJ n. 19.774.785/000188
THIAGO PULLIG TAVARES

Planejar Consultores Associados
CNPJ N. 26.125.096/0003-70
EDSON DE CARVALHO CARDOZO

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:9B6A7227

CÂMARA DE VOLTA GRANDE
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DO PROCESSO N. 041/2024

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DO PROCESSO N. 041/2024

CONSIDERANDO a iminente expiração do contrato administrativo do processo nº 041/2024;
CONSIDERANDO que o objeto do contrato administrativo do processo nº 041/2024 é necessário para o funcionamento da Poder Legislativo;
CONSIDERANDO o Princípio da Eficiência e da Economicidade;
Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, com sede na Avenida Antônio Ribeiro dos Reis Filho, n. 64 – Centro CEP: 36.720-000 Volta Grande / MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 19.774.785/0001-88**, por seu Presidente Sr. THIAGO PULLIG TAVARES, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a Pessoa Jurídica de direito privado **JM CONTABILIDADE LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ sob o número 27.365.411/0001-37, situada à Rua Deputado de Oliveira Souza, n. 87 – Centro, CEP: 36.650-000 Senador Cortes / MG, neste ato representada pela Sra. JOYCE TEIXEIRA MORAES, inscrita no CPF/MF sob o número 122.376.916-06, residente e domiciliada à Rua Deputado de Oliveira Souza, n. 87 - Centro CEP: 36.650-000, Senador Cortes / MG**, resolvem fazer **ADITIVO** de prazo no contrato firmado com reajuste inflacionário do valor pactuado, pelos fatos e fundamentos seguintes:
CLAUSULA PRIMEIRA– O PRAZO DO CONTRATO DO PROCESSO N. 041/2024 fica aditivado até o dia 31/08/2027 na forma do Art. 107 da Lei 14.133/21 nos mesmos termos pactuados, com efeito a partir do dia 1º(primeiro) de SETEMBRO de 2026.
CLÁUSULA SEGUNDA:O preço da clausula segunda **DO CONTRATO DO PROCESSO N. 041/2024** fica reajustado no percentual de **4,443020 %,conforme variação do índice do IPCA da Fundação Getúlio Vargas passando ao valor R$ 3.733,25(três mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).**.
CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes correrão por conta do orçamento geral da Poder Legislativo do Município de Volta Grande-MG para o exercício de 2026
e 2027, notadamente no seguinte desdobramento: 3.3.90.39.00.1.01.00.01.031.0001.2.0002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA.
E, por estarem, certas justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 03 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Volta Grande, 01 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Volta Grande
CNPJ n. 19.774.785/000188
THIAGO PULLIG TAVARES

JM Contabilidade LTDA
CNPJ N. 27.365.411/0001-37
JOYCE TEIXEIRA MORAES

Publicado por:
Leidy Laura Alexandre Marques
Código Identificador:D61AC440

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - ATO ADMINISTRATIVO CIDES Nº 76/2026

NOMEIA PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO CIDES A PESSOA QUE MENCIONA.

O Presidente do CIDES, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 43, IV, do Estatuto, e em conformidade com a legislação vigente, e o que foi aprovado pela 40ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio,
CONSIDERANDO a reforma administrativa aprovada na referida Assembleia Geral, que culminou com a publicação da Quarta Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio; e
CONSIDERANDO o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, publicado em 05 de maio de 2026, e a necessidade de nomeação da quarta colocada, devido a desistência expressa por parte da terceira colocada.

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear a Sra. Katturyn Merlly Caproni Lima, para o cargo de auxiliar administrativo em consonância com a Quarta Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio.
Parágrafo único. O nomeado deverá estar disponível para exercício no prazo fixado no item 12.4.1 do Edital.
Art. 2º As despesas decorrentes do art. 1º deste Ato Administrativo correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento vigente.
Art. 3º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia/MG, 04 de setembro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:C6A5E3DF

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - ATO ADMINISTRATIVO CIDES Nº 77/2026

NOMEIA PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO CIDES A PESSOA QUE MENCIONA.

O Presidente do CIDES, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 43, IV, do Estatuto, e em conformidade com a legislação vigente, e o que foi aprovado pela 40ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio,
CONSIDERANDO a reforma administrativa aprovada na referida Assembleia Geral, que culminou com a publicação da Quarta Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio; e
CONSIDERANDO o resultado definitivo do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, publicado em 05 de maio de 2026, e a necessidade de nomeação da quinta colocada, devido a desistência expressa por parte da quarta colocada.

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear a Sra. Brunna Caroline Ferreira De Oliveira, para o cargo de auxiliar administrativo em consonância com a Quarta Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio.

Parágrafo único. O nomeado deverá estar disponível para exercício no prazo fixado no item 12.4.1 do Edital.
Art. 2º As despesas decorrentes do art. 1º deste Ato Administrativo correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento vigente.
Art. 3º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia/MG, 08 de setembro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:0AF04E32

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2026

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - CIDES, em atendimento ao § 3º, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art 6º, XLVI, da Resolução CIDES nº 06/2024 e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará contratação direta por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021, via Processo nº 45/2026, Dispensa **Registro de Preços** 42/2026, tipo menor preço global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza interna, externa e higienização completa da frota de veículos pertencente ao Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - CIDES, conforme especificações, quantidades e condições constantes neste documento.
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: 08:30 do dia 10/09/2026 após publicação deste Aviso, mediante entrega física de proposta, na sede do CIDES ou por envio via mensagem de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: assistente@cides.com.br.
O arquivo completo, bem como seus anexos, pode ser acessado no link: www.cides.com.br/licitações.
Mais informações: assistente@cides.com.br ou (34) 3254-9617.

Uberlândia/MG, 04 de setembro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:E4258E3F

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2026

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-CIDES, em cumprimento do princípio da publicidade, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Processo Seletivo Simplificado, objetivando o preenchimento de vagas, e formação de cadastros de reserva, por prazo determinado, para o cargo de Analista Ambiental e Fiscal de Defesa do Consumidor, com carga horária de 40 horas semanais. As inscrições podem ser realizadas via internet entre os dias 08/09/2026 e 22/09/2026. O Edital em sua íntegra e os links para inscrição encontram-se disponíveis no site https://transparencia.cides.com.br/processosseletivos/. Mais informações podem ser obtidas junto ao Setor de Recursos Humanos pelo telefone (34)3254-9617.

Uberlândia/MG, 04 de setembro de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do Cides

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:84DAB2A6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

O CIMAMS -- Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene -- torna pública -- Processo Administrativo nº. 057/2026, Dispensa de Licitação nº. 011/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIFICAÇÃO DE MOTOR (MOTOR IVECO FPT ELETRONIC), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA FROTA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE -- CIMAMS.** O Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos podem ser obtidos no site www.cimams.mg.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Informações pelos fones: (38) 9 9330-0441, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES-
Secretário Executivo do CIMAMS.

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:C0AE0789

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 030/2026 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS torna pública a **Ata de Registro de Preços N.º 049/2026**, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, PLAYGROUND E MOBILIÁRIO INFANTIL, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS.** Empresa vencedora dos lotes 01, 02 e 03: **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA**; Valor Global: **R$ 147.180.236,00**, vigência de 12 (doze) meses. Quaisquer informações pelo fone: (38) 93300-4419 ou (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:9EA883E1

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 055/2026 PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMAMS torna pública a Ata de Registro de Preços N.º **048/2026**, referente ao **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA**

PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIAS TIPO SIMPLES REMOÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS. Empresa vencedora do item 02: MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA; Valor Global: R$ 4.204.800,00, vigência de 12 (doze) meses. Quaisquer informações pelo fone: (38) 93300-4419 ou (38) 93300-4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:7A3500DC

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
PORTARIA N° 29 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO PARA ATUAR NOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADAILDO ROCHA MOREIRA, presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Protocolo de Intenções aprovado e ratificado pelo Poder Legislativo e Executivo dos municípios consorciados, Estatuto do CIMAMS e demais legislações esparsas, RESOLVE: Art. 1° Esta Portaria dispõe sobre a nomeação de Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, Pregoeiro e Comissão de Contratação para conduzir os atos das Licitações e Contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021. Art. 2° Ficam designados os empregados públicos ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS, CPF 111.564.666-44 e MARIANA RODRIGUES FAGUNDES, CPF 111.654.986-77, para exercerem a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do CIMAMS, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021. Parágrafo único. As atribuições do agente de contratação são aquelas descritas no artigo 5°, da Resolução do CIMAMS n. 01, de 03 de abril de 2023, cabendo-lhe, inclusive, atuar como Pregoeiro. Art. 3° Ficam designados os empregados públicos LETICIA CIBELE DUARTE GOMES, CPF 089.796.736-47, BRENDA CORDEIRO RODRIGUES, CPF 107.028.326-69, e PAULA DE SOUSA MEDEIROS, CPF 127.162.446-00, para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021. §1º Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições.
Art. 4° Fica designado os empregados públicos abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO para examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares. I – PAULA DE SOUSA MEDEIROS, CPF 127.162.446-00; II – BRENDA CORDEIRO RODRIGUES, CPF 107.028.326-69; III – ALISSON RAFAEL ALVES SANTOS, CPF 111.564.666-44; IV - LETICIA CIBELE DUARTE GOMES, CPF 089.796.736-47; V - MARIANA RODRIGUES FAGUNDES, CPF 111.654.986-77. §2º Cabe à comissão de contratação, especialmente: I – substituir o agente de contratação, se necessário, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais; II – conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo; III – receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; IV – conduzir o procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, entendida a condução como o ato de verificar a conformidade das contratações diretas com o disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, bem como analisar a regularidade dos documentos de habilitação exigidos da empresa a ser contratada. Art. 5° Nos casos em que pessoas jurídicas contratadas pelo CIMAMS participarem da fase preparatória do procedimento licitatório, em razão da insuficiência de pessoal próprio, serão integralmente responsáveis pela veracidade, integridade, legalidade e adequação técnica dos documentos por elas elaborados, nos termos da legislação vigente e das atribuições pactuadas contratualmente. Art. 6° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montes Claros – MG, 01 de setembro de 2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:4CEE14B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0190/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000037/26 - Credenciamento n° 0006/26
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS RELATIVOS A TODOS OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE CONSULTAS E EXAMES DE APOIO E DIAGNÓSTICO CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (PROCEDIMENTOS NÃO CONSTANTES NOS CREDENCIAMENTO 01/2026 E 05/2026), QUE SERÃO DESTINADOS À PACIENTES DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS DO SUL DE MINAS - CISLAGOS
Contratado: HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS, CNPJ n° 25.863.390/0001-54. Valor global estimado de R$ 466.500,00, podendo ser posteriormente ser alterado a depender da existência de novos credenciados. Data da assinatura: 08/09/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 08 de setembro de 2026 até 02 de março de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
01020010.302.0002.2004.00003.3.90.39.361.501.000

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:EB60F05E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHAS – CISMEV PUBLICAÇÃO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Processo Licitatório 33/2026 - Pregão Eletrônico nº 14/2026 - Registro de Preços n° 8/2026.
Empresa:
ALAG Comercio e Atacado - LTDA – R$ 96.518,85 (noventa e seis mil, quinhentos e dezoito reais, e oitenta e cinco centavos);
Primmori LTDA – R$ 603,60 (seiscentos e três reais, e sessenta centavos);
Solução em Negócios LTDA – R$ 10.205,79 (dez mil, duzentos e cinco mil, e setenta e nove centavos);
M3. Business Group LTDA – R$ 1.657,00 (mil, seiscentos e cinquenta e sete reais).

Curvelo/MG, 04/05/2026 –

EMERSOMM DANEZZI –
Presidente do CISMEV.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:41547521

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2024 - ATENDIMENTOS MEDICOS SOARES E MATTOS LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 145/2024. **CONTRATADO ATENDIMENTOS MEDICOS SOARES E MATTOS LTDA.** O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 146/2025. **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 245.150,00 (Duzentos e quarente e cinco mil cento e quarenta e cinco reais) Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo por mais 12 meses a partir do dia 30 de agosto de 2026. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 14 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:D4A65796

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2024 - BRINTEL MONITORAMENTO E SEGURANÇA LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 150/2024. CONTRATADO **BRINTEL MONITORAMENTO E SEGURANÇA LTDA.** O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 150/2024. **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 1.968,00 (mil novecentos e sessenta e oito reais) Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo por mais 12 meses a partir do dia 26 de setembro de 2026. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 11 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:66DE612F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 174/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n°174/2026 com a empresa CLÍNICA MÉDICA MONTE SINAI LTDA, referente ao processo licitatório n°11/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultas médicas especializadas, com o valor global de R$ 53.016,00 (Cinquenta e três mil e dezesseis reais) com vigência até 08 de setembro de 2027.

Coronel Fabriciano/MG, 08 de setembro de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:E2E12185

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2025

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou a Prorrogação ao **Contrato Administrativo nº 114/2025** com a empresa **ADAMS WESLEY MIRANDA DE OLIVEIRA**, referente ao **Processo Licitatório nº 027/2025** cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultas não médicas, métodos terapêuticos com técnicas específicas, ficando prorrogada a vigência do contrato até **22 de Setembro de 2027**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 08 de setembro de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:F41EA032

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2025

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou a Prorrogação ao **Contrato Administrativo nº 118/2025** com a empresa **CRESCER & FALAR CENTRO FONOAUDIOLÓGICO LTDA**, referente ao **Processo Licitatório nº 027/2025** cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultas não médicas, métodos terapêuticos com técnicas específicas, ficando prorrogada a vigência do contrato até **30 de Setembro de 2027**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 08 de setembro de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:EEB67F68

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA
EXTRATO DA ARP Nº 039/2026 – MARCOPOLO S/A.

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA
Extrato de Ata de Registro de preços para Aquisição de Ônibus Escolar em atendimento aos entes que compõem o CONSMEPI – Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Médio Rio Piracicaba.
Extrato da ARP nº 039/2026 – MARCOPOLO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 88.611.835/0018-77
Valor total da ATA: R$ 2.113.754,00 (dois milhões cento e treze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais)
Assinatura: 08/09/2026

LOTE 02			
Descrição dos Itens	**Quantidade / Unidade**	**Unitário Final**	**Sub Total**
ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 1) (4X4) TRANSMISSÃO MECÂNICA: Ônibus Rural Escolar (ORE 1) (4X4) TRANSMISSÃO MECÂNICA - (Padrão FNDE), ônibus com tração nos 04 (quatro) rodados (eixo traseiro e eixo dianteiro), com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, com capacidade mínima de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. **Marca Marcopolo Fabricante Marcopolo Modelo: Attack 8 Escolar Rural 4x2 manual**	1,00 UND	R$ 728.754,00	R$ 728.754,00
Total Lote 2		**X 1**	**R$ 728.754,00**

LOTE 03			
Descrição dos Itens	**Quantidade / Unidade**	**Unitário Final**	**Sub Total**
ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 1) (4X4) TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA - Ônibus Rural Escolar (ORE 1) (4X4) TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA - (Padrão FNDE), ônibus com tração nos 04 (quatro) rodados (eixo traseiro e eixo dianteiro), com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, com capacidade mínima de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno **Marco: Marcopolo Fabricante**: **Marcopolo Modelo: Attack 8 EscolarRural 4x4 automático**	1,00 UND	R$ 805.000,00	R$ R$ 805.000,00
Total Lote 03		**X 1**	**R$ 805.000,00**

LOTE 04			
Descrição dos Itens	**Quantidade / Unidade**	**Unitário Final**	**Sub Total**
ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 1) TRANSMISSÃO MECÂNICA: Ônibus Rural Escolar (ORE 1) TRANSMISSÃO MECÂNICA - (Padrão FNDE), ônibus com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, com capacidade mínima de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. **Marco: Marcopolo Fabricante**: **Marcopolo/Volare Modelo: Attack 8 Escolar Rural 4x2 manual**	3,00 UND	R$ 580.000,00	R$ 580.000,00
Total Lote 04		**X 1**	**R$ 580.000,00**

Publicado por:
Elaine Coelho do Amaral Fonseca
Código Identificador:0284CEB7

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA
EXTRATO DA ARP Nº 040/2026 – DEVA VEÍCULOS LTDA.

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA
Extrato de Ata de Registro de preços para Aquisição de Ônibus Escolar em atendimento aos entes que compõem o CONSMEPI – Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Médio Rio Piracicaba.
Extrato da ARP nº 040/2026 – Deva Veículos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 23.762.552/0003-02
Valor total da ATA: **R$ 2.668.000,00 (dois milhões e seiscentos e sessenta e oito mil reais)**
Assinatura: 04/09/2026.

LOTE 08			
Descrição dos Itens	**Quantidade / Unidade**	**Unitário Final**	**Sub Total**
ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 2) TRANSMISSÃO MECÂNICA - Ônibus Rural Escolar (ORE 2) TRANSMISSÃO MECÂNICA - (Padrão FNDE), ônibus com comprimento total máximo de 9.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000 kg, com capacidade mínima de 32 (trinta e dois) passageiros adultos sentados ou 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. **Marca: IVECO Fabricante: IVECO Modelo: BUS 10-190 44+1**	4,00 UND	R$ 667.000,00	R$ 2.668.000,00
Total Lote 8		**X 1**	**R$ 2.668.000,00**

Publicado por:
Elaine Coelho do Amaral Fonseca
Código Identificador:8B4406B6

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA
EXTRATO DA ARP Nº 041/2026 – MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA
Extrato de Ata Registro de preços para Aquisição de Ônibus Escolar em atendimento aos entes que compõem o CONSMEPI – Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Médio Rio Piracicaba.
Extrato da ARP nº 041/2026 – Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.440.065/0001-71.
Valor total da ATA: R$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais)
Assinatura: 08/09/2026.

LOTE 06			
Descrição dos Itens	**Quantidade / Unidade**	**Unitário Final**	**Sub Total**
ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 3) TRANSMISSÃO MECÂNICA- Ônibus Rural Escolar (ORE 3) TRANSMISSÃO MECÂNICA - (Padrão FNDE), ônibus com comprimento total máximo de 11.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.000 kg, com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros adultos sentados ou 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o condutor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno. **Marca: Iveco/Masca Fabricante: Iveco/Masca Modelo: 15-210/Granmidi**	12,00 UND	R$ 800.000,00	R$ 9.600.000,00
Total Lote 06		**X 1**	**R$ 9.600.000,00**

Publicado por:
Elaine Coelho do Amaral Fonseca
Código Identificador:411F74D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE

EQUIPE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO 06/ 2026.

AVISO DE LICITAÇÃO – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste - CISREUNO - Processo Licitatório 18/ 2026 - Pregão Eletrônico 06/ 2026 - Sistema de Registro de Preços 05/ 2026 - Através de sua Pregoeira - Raphaella Ribeiro de Moura Alves, comunica que fará realizar às 09 horas do dia 22 de setembro de 2026, licitação tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes institucionais e operacionais, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bolsas, acessórios e demais itens, destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e assistenciais do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO, e comunica que o Edital poderá ser acessado/ retirado nos sites: www.bnc.org.br, www.cisreuno.saude.mg.gov.br, https://pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações pelo telefone (34) 3818-0480 de 08h00 às 16h00.

Patos de Minas/ MG, 08 de setembro de 2026.

RAPHAELLA RIBEIRO DE MOURA ALVES -
Pregoeira.

Publicado por:
Raphaella Ribeiro de Moura Alves
Código Identificador:0B5B34B6

SECRETÁRIA EXECUTIVA
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2023 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DE ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATÉRIAS DE INTERESSE DO CISREUNO CELEBRADO ENTRE O CISREUNO E A ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE – CISREUNO, inscrito no CNPJ sob o nº 20.433.216/0001-58, com sede na Avenida Marabá, nº 1.000, Bairro Bela Vista, Patos de Minas/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Manoel da Costa Lima, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº .088.316-*, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, **ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS** inscrita no CNPJ sob o nº 20.513.859/0001-01, com sede em Belo Horizonte, na Av. Raja Gabaglia, n° 385, bairro Cidade Jardim, Cep: 30.380-103, neste ato representada por Lucas Vieira Lopes, inscrito no CPF nº ***.653.926-**, Prefeito do Município de Iguatama/MG, doravante denominada **CONTRATADA**, tem entre si, ajustado o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2023, cujo objeto é a prestação de serviços de publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros de atos oficiais e demais matérias de interesse do CISREUNO conforme as cláusulas e condições a seguir: **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO PRORROGAÇÃO 1.1** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 10/2023, alterando-se, para tanto, as disposições constantes de sua Cláusula Oitava. 1.2 Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com início em 04 de setembro de 2026 e término em 03 de setembro de 2027, permanecendo a contratação sujeita às demais condições estabelecidas no instrumento original e em seus termos aditivos. 1.3 A Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 10/2023 passa a vigorar com a seguinte redação: ***"8. A vigência desta contratação será de 12 (doze) meses contados do dia 04/09/2026 e poderá ser, por acordo das partes ou descumprimento das obrigações estabelecidas, rescindido, alterado ou aditado, conforme especificações da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações".*** **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO 2.1** Durante o período compreendido entre 04 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2026, permanecerá vigente o valor atualmente pactuado para a contratação, correspondente a R$ 482,87 (quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos) mensais, observado o valor proporcional ao período, quando aplicável. 2.2 A partir de 01 de janeiro de 2027, em razão do reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no percentual de 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento), incidente sobre o valor atualmente contratado, o valor mensal da contratação passará a ser de R$ 505,28 (quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos). 2.3 Em decorrência do reajuste previsto no item anterior, o valor mensal da contratação, para o exercício de 2027, passará de R$ 482,87 (quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos) para de R$ 505,28 (quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos). 2.4 O reajuste previsto nesta cláusula tem por finalidade preservar o valor econômico da contratação diante da variação inflacionária verificada no período, não se caracterizando como aumento real ou alteração do objeto contratado. 2.5 O reajuste e os respectivos valores para o exercício de 2027 ficam desde já formalizados no presente Termo Aditivo, produzindo efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2027, dispensando-se, para essa finalidade, a celebração de novo termo aditivo quando do início do exercício de 2027. **CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 4.1** As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta dos recursos orçamentários consignados nas seguintes dotações: - Natureza do Recurso: Rateio do SAMU; - Dotação: 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; - Fonte: 15000000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Livre. **CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
O presente Termo Aditivo produzirá efeitos a partir de 04 de setembro de 2026, observando-se, quanto aos efeitos financeiros do reajuste previsto na Cláusula Segunda, a data de 01 de janeiro de 2027. 5.2 O valor mensal da contratação permanecerá em R$ 482,87 (quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos) até 31 de dezembro de 2026, passando, a partir de 01 de janeiro de 2027, para R$ 505,28 (quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos), em razão da aplicação do reajuste de 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento). 5.3 O reajuste previsto neste instrumento fica desde já formalizado, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2027, não sendo necessária a celebração de novo termo aditivo exclusivamente para sua implementação. 5.4 O extrato do presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em observância aos princípios da publicidade e transparência dos atos administrativos e à legislação aplicável. 5.6 Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 10/2023 e em seus termos aditivos anteriores, que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento. 5.7 O presente Termo Aditivo integra o Contrato Administrativo nº 10/2023 para todos os fins de direito, produzindo seus efeitos nos termos e condições nele estabelecidos. O aditivo original e integral está disponível para consulta e cópias na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO localizado na Avenida Marabá, 1000, Bairro Bela Vista, CEP: 38.703-236 Patos de Minas/MG.

MANOEL DA COSTA LIMA
Presidente do CISREUNO

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS – AMM
Representante Legal

Publicado por:
Nathalia Gabriela Santos do Amaral
Código Identificador:EAF1C34C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
3º TERMO DE RETIFICAÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA

3º TERMO DE RETIFICAÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 037/2025
Pregão Eletrônico nº 018/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de infraestrutura para eventos, compreendendo estruturas temporárias, equipamentos, serviços técnicos e apoio operacional, destinados ao atendimento das demandas dos municípios consorciados ao CISREC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC torna pública a presente retificação do Termo de Referência referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2025, em razão da revisão e adequação dos itens e respectivas especificações, conforme alterações realizadas e disponibilizadas na plataforma eletrônica.

ONDE SE LÊ

8.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Edital)

h) Alvará de Localização e Funcionamento vigente, emitido pelo Município competente, compatível com a execução dos serviços de locação de infraestrutura para eventos.

LEIA-SE

8.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Edital)

~~**h**) Alvará de Localização e Funcionamento vigente, emitido pelo Município competente, compatível com a execução dos serviços de locação de infraestrutura para eventos.~~

ONDE SE LÊ

11.3 Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária (Termo de Refência)
g) Alvará de Localização e Funcionamento vigente, emitido pelo Município competente, compatível com a execução do objeto

LEIA-SE

11.3 Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária (Termo de Refência)
~~g) Alvará de Localização e Funcionamento vigente, emitido pelo Município competente, compatível com a execução do objeto~~

Com estas alterações, **fica alterada a data final para o envio das propostas até o dia 21/09/2026 (vinte e um de setembro de dois mil e vinte seis).**

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo de Retificação.

Para mais informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, poderão ser obtidas no setor de Licitações do CISREC, pelo telefone (31) 3712-1541 de segunda a sexta-feira no horário das 08h30min às 16h30min.

A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.cisrec.mg.gov.br

Matozinhos, 08 de setembro de 2026.

THALLES FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:E00187E4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO DE REVOGAÇÃO

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 024/2024
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 013/2024

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhimento de idosos, residência inclusiva para pessoas com deficiência e internação para reabilitação de dependentes químicos), conforme especificações do Edital de Credenciamento nº 013/2024.

I. RELATÓRIO
1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC deflagrou, por meio da Comissão Permanente de Licitação, o Edital de Credenciamento Eletrônico nº 013/2024, processado sob o Processo Licitatório nº 108/2024 e Inexigibilidade nº 024/2024, com o objeto acima descrito, tendo o período de recebimento de documentação transcorrido entre 03/10/2024 e 03/11/2024, através da plataforma www.licitardigital.com.br.
2. Nos termos do item 11.1 do Edital, o prazo de vigência do instrumento convocatório foi fixado em 30 (trinta) dias, contados de 03/10/2024, encontrando-se, portanto, largamente expirado.
3. Verifica-se que o processo permanece paralisado, sem prosseguimento, desde o exercício de 2024, não tendo sido concluídas as fases de habilitação, adjudicação e homologação, tampouco firmado qualquer instrumento contratual dele decorrente.
4. Da reanálise do instrumento convocatório e de seus anexos, foram identificadas impropriedades e inconsistências que comprometem a segurança jurídica do certame, dentre as quais se destaca, exemplificativamente, a divergência entre o valor estimado do credenciamento constante do Edital (R$ 5.691.067,51) e o valor estimado indicado no respectivo Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar (R$ 6.297.934,32), além de outras falhas redacionais e de remissão legislativa apontadas nos autos, as quais, somadas ao decurso do tempo, recomendam o desfazimento do certame.
5. O decurso de aproximadamente dois anos desde a publicação do Edital compromete a atualidade das estimativas de preços, das condições de mercado consideradas para a formação do valor estimado (R$ 5.691.067,51) e da própria adequação das propostas eventualmente recebidas às necessidades atuais da Administração, configurando fato superveniente apto a justificar a revogação do certame.

II. FUNDAMENTAÇÃO
6. Dispõe o art. 71, inciso II, e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que a autoridade competente para homologar o resultado do julgamento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo o motivo determinante da revogação resultante de fato superveniente devidamente comprovado, e assegurada, nos termos do § 3º, a prévia manifestação dos interessados que tenham participado do certame.
7. No mesmo sentido dispõe o item 10.1 do Edital de Credenciamento nº 013/2024, ao prever expressamente que "o edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração".
8. No caso concreto, a paralisação do processo desde 2024, a desatualização das estimativas de valores e de mercado, e as inconsistências identificadas no instrumento convocatório e em seus anexos constituem, em conjunto, fato superveniente devidamente comprovado nos autos, pertinente e suficiente para justificar a

revogação do certame por razões de conveniência e oportunidade administrativa, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021.

9. Ressalte-se que a presente revogação funda-se em juízo de conveniência e oportunidade, e não em vício de ilegalidade insanável, razão pela qual não se determina a anulação do certame nem de seus atos praticados até então, os quais permanecem válidos para os fins de instrução do processo administrativo.

10. Nos termos do item 10.3 do Edital, a revogação ora determinada não repercute sobre eventuais instrumentos contratuais já celebrados em decorrência do credenciamento — inexistentes, até a presente data, no âmbito deste processo — preservando-se, assim, direitos de terceiros porventura constituídos.

11. Registre-se, ainda, que a revogação por conveniência e oportunidade, por não decorrer de vício de legalidade do objeto pretendido, não impede, tampouco prejudica, a instauração de novo procedimento de credenciamento com objeto correspondente ou equivalente, em processo administrativo autônomo e devidamente atualizado, saneadas as impropriedades ora identificadas, caso persista o interesse público na contratação dos serviços socioassistenciais em questão, observando-se, para tanto, nova instrução processual, atualização de preços e de Estudo Técnico Preliminar, nos termos dos arts. 18 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

III. DECISÃO

12. Ante o exposto, com fundamento no art. 71, inciso II, e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, c/c o item 10.1 do Edital de Credenciamento nº 013/2024, DETERMINO A REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 108/2024 (Inexigibilidade nº 024/2024 – Credenciamento Eletrônico nº 013/2024), por razões de conveniência e oportunidade da Administração, decorrentes da paralisação do feito desde 2024, da desatualização das estimativas de valores e das inconsistências identificadas no instrumento convocatório e seus anexos.

IV. DETERMINAÇÕES

13. Publique-se o presente despacho nos mesmos veículos de divulgação utilizados para a publicidade do Edital ora revogado, inclusive na plataforma www.licitardigital.com.br;

14. Comunique-se, formalmente, eventuais interessados/credenciandos que tenham manifestado participação no certame, assegurando-se, caso ainda não realizado, prazo para manifestação prévia nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, antes da consumação definitiva dos efeitos deste despacho;

15. Junte-se cópia deste despacho aos autos do Processo Licitatório nº 108/2024, dando-se-lhe baixa e arquivamento, observados os prazos legais de guarda documental;

16. Encaminhe-se cópia à Comissão Permanente de Licitação e ao setor de Planejamento do CISREC, para ciência e adoção das providências administrativas cabíveis;

17. Fica autorizada, desde já, a abertura de novo processo administrativo, em autos próprios e distintos, para reinstrução técnica e jurídica do objeto ora revogado, caso persista o interesse público na contratação, sem prejuízo de eventual reaproveitamento fundamentado dos estudos técnicos preliminares já produzidos, após a devida atualização.

Matozinhos/MG, 08 de Setembro 2026.

MAX VINICIUS REIS PEREIRA
Autoridade Competente - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:76E0A117

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 008/2026

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO 008/2026

Processo Licitatório: 033/2026
Inexigibilidade: 008/2026
Credenciamento Eletrônico: 008/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA INTEGRADA DESTINADA AO MONITORAMENTO, ANÁLISE, PROCESSAMENTO AUTOMATIZADO, VALIDAÇÃO METODOLÓGICA E GESTÃO OPERACIONAL DOS INDICADORES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APS, COM INTEGRAÇÃO AOS DADOS PROVENIENTES DO SISTEMA E-SUS APS, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA.

No uso de minhas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital, após análise, conferência e deliberação, adjudico e homologo o procedimento em epígrafe.

Na qualidade de Secretario Executivo do CISREC e Autoridade Competente, adjudico e homologo o(s) lote(s) em favor das empresas devidamente habilitadas e homologadas na presente data, conforme condições estabelecidas no respectivo instrumento convocatório, a saber:

FORNECEDORES HABILITADOS	CNPJ
HORIZON INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA	14.497.724/0001-05
MM SOL LTDA	28.926.408/0001-08
ORB GOVTECH LTDA	33.025.436/0001-94
VERSATEC TECNOLOGIA PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA	22.598.920/0001-96
Assetec Informática LTDA - ME	03.652.023/0001-79
NOVETECH SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	05.621.288/0001-35
EVOLUTI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA	59.228.605/0001-87
M. A. P. LINS LTDA	31.291.580/0001-47
RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA	45.215.106/0001-40
VIVVER SISTEMAS LTDA	03.381.389/0001-50
AI.BRAZIL TECHNOLOGIES & DATACENTER LTDA	45.908.107/0001-70

Determina-se a publicação da íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC para a devida transparência e publicidade.

Matozinhos, 08 de setembro de 2026.

MAX VINICIUS REIS PEREIRA
Autoridade Competente - CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:FF67BA68

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
CHAMAMENTO PÚBLICO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Público, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24, com sede administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, de acordo com as disposições do Edital, torna público o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026 – CREDENCIAMENTO 004/2026, cujo objeto é: **Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de Transporte Universitário e Técnico, com Disponibilização de Veículos Adequados, Motoristas devidamente habilitados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro de passageiros e terceiros, bem como todos os demais custos necessários à execução dos serviços, destinado ao atendimento dos alunos de nível técnico e universitário dos municípios consorciados ao CIMMESF.**

Modalidade: Credenciamento. Os envelopes para credenciamento serão recebidos a partir da data: 09/09/2026 na sede do CIMMESF ou eletronicamente via e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br. O Edital em inteiro teor estará à disposição pelo site www.cimmesf.mg.gov.br ou através do e-mail: licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a

sexta de 08:00 às 17:00h. Maiores informações, através do telefone (38) 3740-1701.

Publicado por:
Aryelle Duarte Alves
Código Identificador:597497F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO INTER. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MICRORREGIÃO DA SERRA GERAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2026
CONTRATANTE: Consórcio Multifinalitário Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas – União da Serra Geral, CNPJ nº 12.333.051/0001-14.
CONTRATADA: L D Unidades Móveis & Representações LTDA, CNPJ nº 46.151.804/0001-92.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 009/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 004/2026.
CONTRATO ORIGINÁRIO: nº 003/2026, firmado em 18/03/2026, cujo objeto é a aquisição de 01 (uma) Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMEES (castramóvel), 0 km, destinada ao Programa Regional de Defesa da Vida Animal – PRODEVIDA.
OBJETO DO ADITIVO: Retificação, por reconhecimento de erro material, do termo inicial do prazo de entrega previsto no item 1.3 do Termo de Referência, fixando-o em 21/05/2026 (data de recebimento da Ordem de Fornecimento nº 0228), com termo final original em 18/09/2026; e prorrogação do prazo de entrega da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMEES (castramóvel) por 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 18/09/2026, com novo termo final em 17/11/2026, sem alteração do valor contratual e do prazo de vigência do Contrato nº 003/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso II, alínea "b", e art. 132 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Cláusula Segunda, item 2.3, do Contrato nº 003/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.122.0022.102844905200 – Ficha 75.
DATA DE ASSINATURA: 08 de setembro de 2026.
SIGNATÁRIOS: Ricardo da Silva Paz, pelo CONTRATANTE, e Leandro Santos Damasceno, pela CONTRATADA.

Janaúba/MG, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Dayane Cristina Souza Rocha
Código Identificador:6F4A5936

ESTADO DE MINAS GERAIS
CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
RESOLUÇÃO 11/2026

RESOLUÇÃO Nº 011/2026

Dispõe sobre a definição dos valores de comercialização dos materiais recicláveis provenientes da Usina de Triagem e Compostagem (UTC) localizada do Município Consorciado de São Domingos do Prata e dá outras providências.

A Presidente do CORSAB, Sra. Samantha Aparecida de Ávila Costa Magalhães, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentar os preços de venda dos materiais recicláveis provenientes da Usina de Triagem e Compostagem - UTC, a necessidade de garantir transparência, padronização e controle na comercialização dos materiais, bem como, o interesse público na adequada gestão dos resíduos sólidos e geração de receita pública

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os valores de comercialização dos materiais recicláveis triados na Usina de Triagem e Compostagem (UTC), conforme tabela constante no Anexo I desta Resolução;
Art. 2º. Os valores definidos no Anexo I foram fixados com base em pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Executiva do CORSAB considerando médias regionais de comercialização praticadas por cooperativas, recicladores e empresas do setor;
Art. 3º. Os preços deverão ser atualizados semanalmente mediante levantamento de mercado apresentado pela unidade gestora da UTC, podendo ser reajustados por ato próprio da Secretaria Executiva do CORSAB;
Art. 4º. A receita obtida com a venda dos materiais recicláveis será destinada a:
Custeio das operações da UTC;
Aquisição de equipamentos, insumos e melhorias na infraestrutura;
Outras despesas devidamente autorizadas e relacionadas à gestão de resíduos sólidos.
Art. 5º. Fica a Supervisora de Projetos e Serviços responsável pela fiscalização, controle e registro das vendas efetuadas, e a Gerente Administrativo, responsável pela emissão dos respectivos documentos fiscais;
Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 08 de setembro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES
Presidente do CORSAB

ANEXO I - Tabela de valores dos materiais recicláveis comercializados pela UTC

MATERIAL	UNIDADE	VALOR (R$)
Plástico Incolor/Branco	Kg	R$1,80
Plástico Colorido/Misto	Kg	R$0,90
Plástico PEAD – Branco	Kg	R$2,40
Plástico PEAD – Colorido	Kg	R$2,40
Plástico PET	Kg	R$4,00
Plástico PP – Branco	Kg	R$2,30
Plástico PP – Colorido	Kg	R$2,00
Plástico PP – Preto	Kg	R$1,40
Sacolinha	Kg	R$0,20
PET Óleo	Kg	R$1,00
PEAD Caixaria	Kg	R$2,70
PEAD Galão	Kg	R$2,00
Lona	Kg	R$0,80
Tetra Pak	Kg	R$0,30
Papel Branco	Kg	R$0,80
Papel Colorido/Misto	Kg	R$0,40
Jornal	Kg	R$0,30
Revista	Kg	R$0,40
Livro	Kg	R$0,60
Papelão Ondulado II	Kg	R$1,00

Publicado por:
Cleonice Aparecida da Silva
Código Identificador:6A40BD04

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna público a celebração do Contrato Nº 067/2026, com a empresa **VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 08.250.241/0001- 09.**
O presente contrato decorre do Processo Licitatório n° 082/2026, modalidade Inexigibilidade n° 003/2026, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e lubrificantes para retroescavadeira JCB 3C, ano/modelo 2010, do DAE.
Valor: O valor anual do presente contrato é R$ 21.280,10 (vinte e um mil, duzentos e oitenta reais e dez centavos).
Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será até o dia 06/08/2027, contando a partir da data de sua assinatura.

João Monlevade, 06 de agosto de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:B2D70493

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATOS REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. JOSÉ AFONSO MARTINS torna público a celebração dos seguintes contratos, cujo objeto é a aquisição de microcomputadores desktop completos, notebooks, monitores de vídeo, componentes, periféricos, equipamentos de rede, suprimentos, acessórios e demais materiais de informática, destinados ao atendimento das necessidades do DAE, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2026, no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e demais documentos que integram o processo licitatório, independentemente de transcrição.
Contrato Nº 071/2026, com a empresa **66.084.148 LUDMILA APARECIDA DE SOUZA, inscrita no CNPJ sob o nº 66.084.148/0001-60.**
O valor anual do presente contrato é R$ 30.199,70 (trinta mil e cento e noventa e nove reais e setenta centavos).
Contrato Nº 072/2026, com a empresa **VERTIX LICITACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 65.448.117/0001-88.**
O valor anual do presente contrato é R$ 19.102,80 (dezenove mil e cento e dois reais e oitenta centavos).
Contrato Nº 073/2026, com a empresa **VALLS NEGOCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.447.638/0001-00.**
O valor anual do presente contrato é R$ 72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos).
Contrato Nº 075/2026, com a empresa **VITOR ALFREDO THOMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.278.020/0001-95.**
O valor anual do presente contrato é R$ 1.759,33 (um mil e setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos).
Prazo de vigência dos contratos: Os contratos decorrentes deste Pregão Eletrônico terão vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

João Monlevade, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:B8F1E7F8

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
EXTRATO DE CONTRATO Nº019/2026 PROC.ADM.029/2026 REG.DE P.. EXTERNO 005/2026

DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG – Extrato de Contratos nº 19/226 do Processo Administrativo nº 029/2026 – Registro de Preços Externo (Carona) 005/2026-Torna público o Extrato de Contrato nº 019/2026. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Sistema para Gestão Eletrônica de documentos, elaboração, tramitação, certidão eletrônica, controle de atendimento de demandas intenas e externas, através de procedimento licitatório encampado pelo CISAB ZM – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais, através de Pregão eletrônico realizado pela CISAB ZM/MG , por meio de Adesão à Atas de Registro de Preços 152/2025, cuja qual o DMAES é órgão Caroneiro, proveniente do Processo licitatório Origem nº 045/2025, Pregão Eletrônico 024/2025, realizado pela unidade gestora: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS- CISAB ZM/MG - Empresa Contratada: 1 DOC. TECNOLOGIA S/A -inscrita no CNPJ nº 19.625.833/0001-76. Valor Total Estimado R$35.100,00 (Trinta e Cinco Mil e Cem Reais). Vigência/Execução: 18/10/2026 a 17/10/2027.

Ponte Nova (MG), 08 de setembro de 2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral do DMAES.

Publicado por:
Eliete Pires Marques
Código Identificador:66B29A5B

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL

FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL
EXTRATO DA DISPENSA N.º 014/2026

A FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL DE FRUTAL/MG, torna público o extrato do Processo Administrativo n.º 0280/2026, Dispensa n.º 014/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de vidraçaria e instalação de esquadria de alumínio, compreendendo a substituição de vidro em janela de alumínio existente, com fornecimento de vidro compatível com a esquadria, bem como o fornecimento e instalação de janela de correr em alumínio com vidro no vão de comunicação entre o Centro Cirúrgico e a Central de Material e Esterilização – CME, incluindo todos os materiais, acessórios de fixação, vedação e acabamento, perfis, trilhos, roldanas, fechos e demais componentes necessários, mão de obra especializada, realização de medições e ajustes, remoção dos materiais danificados, transporte e descarte adequado dos resíduos gerados, instalação, acabamento e entrega dos conjuntos em perfeito estado de funcionamento, segurança e conservação.
Empresa: ANNAS VIDROS LTDA
CNPJ n.º 63.799.777/0001-88
Valor Global: R$ 295,30 (Duzentos e noventa e cinco reais e trinta centavos).

Empresa: VIDRACARIA JA ARAUJO LTDA
CNPJ n.º 05.612.695/0001-86
Valor Global: R$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais).

Frutal/MG, aos 08 de setembro de 2026

ELIAS ANDRÉ DA SILVA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Elias André da Silva
Código Identificador:A01DBE5F

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA Nº201/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL NO CONTRATO CELEBRADO PELO IPREM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE.

O DIRETOR PRESIDENTE DO IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos II, IX e XXII do artigo 73 da Lei 4643/07, expede a seguinte

PORTARIA

Art. 1º. Designa, para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 04/2026,os servidores relacionados abaixo:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA/CNPJ	TITULAR	SUPLENTE
04/2026	CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG.	ALARES INTERNET S/A, inscrita no CNPJ nº 02.952.192/0029-62,	Rodrigo Souza Camargo Matricula:810123	Patrícia Aparecida Andrade Matricula: 14300-5

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria entra em vigor nesta data.
Registre-se e Publique-se

Pouso Alegre, 08 de setembro de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor-Presidente

ALINE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Diretora de Administração

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:E4B5F0AA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA Nº202/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL NO CONTRATO CELEBRADO PELO IPREM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE.

O DIRETOR PRESIDENTE DO IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos II, IX e XXII do artigo 73 da Lei 4643/07, expede a seguinte

PORTARIA

Art. 1º. Designa, para acompanhar e fiscalizar o contrato nº **05/2025**,os servidores relacionados abaixo:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA/CNPJ	TITULAR	SUPLENTE
05/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TELEFONIA VOIP COM PABX VIRTUAL	TURBONET INFO E TELECOM LTDA CNPJ Nº 12.223.805/0001-83	Rodrigo Souza Camargo Matricula:810123 Setor: Departamento Administração Interna	Wellington da Silveira Matrícula: 76000 Setor: Departamento Benefícios

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se

Pouso Alegre, 08 de setembro de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor-Presidente

ALINE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Diretora de Administração

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:E32CB926

ESTADO DE MINAS GERAIS
IPESC - INSTITUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA

IPESC
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISTRATO AO CONTRATO 002/2025 E SEUS TERMOS ADITIVOS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola/MG torna público o Distrato ao Contrato nº 002/2025 e seus respectivos termos aditivos, referente ao Processo Licitatório nº 21/2024 – Pregão Eletrônico nº 14/2024. Objeto contratado: prestação de serviços de acesso à internet. Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola/MG, CNPJ nº 04.015.843/0001-12. Contratada: UNIVERSO INTERNET LTDA, CNPJ nº 11.014.260/0001-32. O presente instrumento tem por objeto a extinção consensual do contrato e respectivos termos aditivos, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do encerramento das atividades da empresa contratada e consequente baixa de seu CNPJ, bem como da impossibilidade jurídica de substituição da pessoa jurídica contratada, conforme decisão proferida no processo administrativo correspondente. Considera-se encerrada a execução contratual em 31 de agosto de 2026, sendo os valores eventualmente devidos apurados proporcionalmente aos serviços efetivamente prestados até a referida data.

Carangola/MG, 09 de setembro de 2026.

MARCILON OLIVEIRA LEAL
Servidor Designado

Publicado por:
Sara de Oliveira Alves
Código Identificador:35521987

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ABADIA DOS DOURADOS

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico n.º 028/2026

A Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, realizará no dia 24/09/2026 às 13:00 horas, o processo licitatório n.º 063/2026, Edital 028/2026 na modalidade pregão eletrônico. Objeto: Aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos educativos, equipamentos e demais bens permanentes destinados ao Centro Municipal de Educação Infantil "Monsenhor Josias Tolentino de Araújo" – Proinfância, do município de Abadia dos Dourados – MG, com recursos provenientes do Programa Escola em Tempo Integral. Recurso Federal: FUNDEB.

Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br

Informações: Setor Licitações, situada a Rua Dr. Calil Porto, 380, centro – Fone 34 3847-1663 e site: www.abadiadosdourados.mg.gov.br.

FERNANDO PEREIRA BORGES –
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Fernando Pereira Borges
Código Identificador:83EAE422

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE AÇUCENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇUCENA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia destinados à execução da obra de calçamento em pavimento intertravado em bloco sextavado e implantação de sistema de drenagem pluvial na Rua Principal do Povoado de São Pedro, Zona Rural do Município de Açucena/MG. Contratada: BADROCA ENGENHARIA & CONSTRUCOES LTDA. Valor global estimado: R$ 504.664,56. Vigência: 12 (doze) meses.

Açucena/MG, 27 de agosto de 2026.

RAULISSON MORAIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mayron Cesar Moreira Magalhaes
Código Identificador:03819257

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ÁGUA COMPRIDA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO MUNICIPAL Nº 180, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR E DOS FISCAIS DOS CONTRATOS OU ARP.

Considerando a previsão na Lei de Licitações 14.133/2021 da necessidade de nomeação de um gestor e um fiscal para o contrato abaixo, visando o controle e execução dos mesmos, **GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES**, Prefeito do Município de Água Comprida, Estado de Minas Gerais no uso das atribuições legais, resolve:
Art. 1º - Nomear **RAYANE OLIVEIRA SANTOS**, brasileira, Secretária Municipal de Educação e Cultura, inscrita no CPF nº 107.878.586-41, para atuar como **GESTOR DO CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO 050/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2026 (processo 062.05/2026),** objetivando a Contratação de empresa especializada para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos a serem ofertados de forma gratuita a população em geral no período de 10 a 13 de setembro de 2026 durante a Festa de Peão do Município (ExpoÁgua).

Art. 2° - Nomear **HÉLIO GOMES JÚNIOR**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil inscrito no CREA 29199/D-MG, inscrito no CPF nº 427.764.656-53, para atuar como **FISCAL DO CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO 050/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2026 (processo 062.05/2026),** objetivando a Contratação de empresa especializada para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos a serem ofertados de forma gratuita a população em geral no período de 10 a 13 de setembro de 2026 durante a Festa de Peão do Município (ExpoÁgua).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, desde que acompanhado do aceito do gestor (a) e fiscal nomeados acima.

(x) Ciente de ser Gestor dos Contratos acima apontados.
Assinatura:_____
(x) Ciente de ser Fiscal dos Contratos acima apontados.
Assinatura:_____

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Município de Água Comprida-M.G., 08 de Setembro de 2026.

GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:D0E42EED

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 050/2026

Espécie: termo de contrato que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Super Parque & Diversão Eventos Ltda, CNPJ 53.822.213/0001-65.**Objeto**: Contratação de empresa especializada para locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos a serem ofertados de forma gratuita a população em geral no período de 10 a 13 de setembro de 2026 durante a Festa de Peão do Município (ExpoÁgua)**. Valor:**R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**Vigência**: 01/09/2026 a 30/09/2026.**Data da assinatura**:01/09/2026.**Representantes**: Gustavo de Almeida Gonçalves, prefeito municipal e Luiz Eduardo Souza Costa, representante legal. **Processo**: Dispensa de licitação 005/2026.

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:A198659D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALAGOA

PROCURADORIA
AVISO DE RESULTADO FINAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 – EDITAL Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA. Aviso de Resultado Final. Concurso Público 001/2026 - Edital 02/2026. A Prefeitura Municipal de Alagoa/MG torna público o RESULTADO FINAL do Concurso Público (Edital nº 002/2026) para investidura em cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município. A relação integral contendo a totalidade dos candidatos aprovados e classificados encontra-se disponível no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e no site oficial do Município, através do link: https://alagoa.mg.gov.br/rhconcursos/concursos/2026-2/.

Alagoa - MG, 08 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:A3C83083

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Em: 08/09/2026

O Prefeito Municipal de Além Paraíba, Paulo Henrique Marinho Goldstein, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade do Chamamento Público para **Credenciamento** de pessoas jurídicas para visando a prestação de serviços de hotelaria e restaurante tipo self-service, para atender às demandas da administração pública no Município de Além Paraíba/MG, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

RESOLVE:

Homologar o credenciamento 006/2026, da Lei 14.133/2021, ADJUDICANDO, por conseguinte o objeto, conforme segue:

Lote Fracassado:
Lote 1:

Item	Descrição do objeto	Unid.	Qtd. Estimada	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1	Refeição:self-serviceàquilo	Kg	476	55,90	26.608,40
2	Água com gás – 500 ml	Unid.	138	3,00	414,00
3	Água sem gás – 500 ml	Unid.	138	2,50	345,00
4	Suco natural – 1 L	Unid.	138	15,00	2.070,00
5	Suco em lata – 290 ml	Unid.	138	7,00	966,00
6	Refrigerante em lata – 350 ml	Unid.	138	6,00	828,00
7	Refrigerante – 2 L	Unid.	138	14,00	1.932,00

Credenciados:

HOTEL RENAVI LTDA– CNPJ 25.406.406/0001-08
Representante: Renata de Castro Xavier do Carmo
E-mail:hotelrenavi1@gmail.com
Endereço: R. Adão Araújonº: 70, Porto Novo, Além Paraíba/MG
Lote 2:

Item	Descrição do objeto	Unid.	Qtd. Estimada	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1	Hospedagem em Apartamento Individual com no mínimo: com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	105	100,00	10.500,00
2	Hospedagem em Apartamento Duplo com no mínimo: duas camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	105	190,00	19.950,00
3	Hospedagem em Apartamento Triplo com no mínimo: 03 camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	37	270,00	9.990,00
4	Hospedagem em Apartamento Quádruplo com no mínimo: 04 camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	27	360,00	9.720,00
5	Hospedagem em Apartamento Quíntuplo com no mínimo: 05 camas de solteiro, com ar condicionado, TV, Banheiro Privativo, Internet wireless, café da manhã incluso no valor, servido no horário estimado entre 6h30 às 9h30. Check-in: a partir das 14h e check-out: até 12h	Diária	22	425,00	9.350,00
Total: R$ 59.510,00					

Determino aos setores competentes que procedam a publicação da presente homologação no sítio eletrônico e diário oficial do município, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:987C10F4

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS PMAP Nº 037/2021 celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA** inscrita no CNPJ sob o n.º 17.709.197/0001-35 e **DÉLITON SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME** inscrita no CNPJ sob o n° 34.621.214/0001-05, que tem por objeto contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no parque municipal de iluminação, conforme cláusula abaixo e demais previsões deste instrumento contratual.
OBJETO: Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: **01/09/2026 A 30/11/2026.**
VALOR: O valor do Contrato original, fica reajustado em 4,44 %, referente a variação do IPCA (IBGE). Em função do reajuste o valor global será de R$ 37.083,33(Trinta e sete mil, oitenta e três reais e trinta e três centavos),a ser pago em três parcelas fixas e mensais de R$ 12.361,11(Doze mil, trezentos e sessenta e um reais e onze centavos).
DOTAÇÃO: As despesas do presente contrato correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da contratante, a saber: 3.3.90.39.00.2.07.00.15.452.0013.2.0077-Investimento e Manutenção da Iluminação Pública.
Data: Além Paraíba, 24 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:555EABDB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PMAP Nº 035/2022 celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.709.197/0001-35 e **COPYGRAPH SERVIÇOS LTDA- EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.541.266/0001-04,que tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de impressão, cópias e digitalização (Outsourcing) com o fornecimento e instalação de equipamentos de impressora e multifuncional com tecnologia laser ou led, monocromático (preto e branco), bem como solução de softwares de gerenciamento de impressão e gestão de serviços, com provimento de todos os suprimentos originais, incluindo tonner, técnicos em manutenção onsite, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e insumos originais.**OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem por objeto o **ACRÉSCIMO** de **01 (UM)** equipamento (copiadora-preto e branco) ao Contrato 035/2022, para atendimento a seguinte demanda :**Secretaria Municipal de Finanças ,** para atendimento as demandas do setor de contabilidade , endereço: Rua Heitor Mendes do Nascimento , nº 40-São José, Primeiro Andar - Além Paraíba-MG.**Data:** Além Paraíba, 06 de Agosto de 2026

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:2654E571

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA-SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026- PROCESSO LICITATÓRIO 087/2026-PREGÃO ELETRÔNICO 021/2026-CONTRATADO: **PITASSI TELECOMUNICAÇÕES E SUPRIMENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ nº 46.737.434/0001- 70. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de R$ 2.495,68(Dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) ao valor do Contrato 073/2026, referente ao acréscimo de 02 pontos de internet. **Dotação:** As despesas do presente contrato correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da contratante, a saber: almoxarifado: 02.06.02.10.302.0012.0056.3.3.90.40-Fortalecimento Média e Alta Complexidade Amb. Hospitalar, 02.06.04.10.304.0017.2.0.3.3.90.40-Gestão do Abrigo Provisório de Animais. Data: 24 de Agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:2FF6C930

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 87/2026- TRANSFERE À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL A GESTÃO, CONCESSÃO E PAGAMENTO DO BENEFÍCIO DE ÓCULOS DE GRAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53
DECRETO MUNICIPAL Nº 87/2026, DE 08 DE SETEMBRO 2026

Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 56/2026, de 09 de junho de 2026, para transferir à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social a gestão, concessão e pagamento do benefício de óculos de grau, e dá outras providências.

DANILIO CLESSIO FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 85, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Seção I
Da concessão de óculos de grau

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE ÓCULOS DE GRAU
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Alvorada de Minas/MG, a concessão gratuita de óculos de grau, benefício que tem por finalidade ampliar o acesso à saúde visual, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.
Parágrafo único. A gestão, concessão e o pagamento das despesas decorrentes do benefício de óculos de grau serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS E DA DOCUMENTAÇÃO
Art. 2º Para obter o benefício, o interessado deverá protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, acompanhado da documentação necessária, além de atender aos seguintes requisitos:
I- Residir no Município de Alvorada de Minas/MG;
II- Possuir cadastro ativo na Unidade Básica de Saúde (UBS);
III- Apresentar prescrição ou receita oftalmológica emitida há no máximo 06 (seis) meses;
§1º O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
I- Documento de identidade (RG);
II- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
III- Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS);
IV- Comprovante de residência atualizado no Município de Alvorada de Minas/MG;
V- Requerimento de encaminhamento;
VI- Prescrição médica em papel timbrado, emitida por profissional de serviços públicos de saúde do Município de Alvorada de Minas/MG, devidamente preenchida com: nome do usuário, data, prescrição oftalmológica atualizada, com indicação do CID;
VII- Nos casos em que houver responsável legal, apresentação de Declaração Autorizadora, acompanhada dos documentos pessoais do responsável.
VIII- Comprovante de cadastro na unidade de saúde de abrangência.
§2º No caso de crianças, adolescentes ou pessoas legalmente incapazes, o pedido deverá ser apresentado pelo responsável legal.
§3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social poderá solicitar documentos complementares sempre que necessário para análise do pedido.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS
Art. 3º Terão prioridade na concessão do benefício:
I- Idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
II- Crianças e adolescentes matriculados em instituição de ensino;
III- Pessoas com deficiência;
IV- Beneficiários de programas sociais;
V- Pacientes portadores de doenças que comprometam significativamente a visão;
VI- Casos considerados urgentes, mediante justificativa técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Art. 4º O benefício compreenderá exclusivamente:
I- Lentes corretivas de acordo com a prescrição médica;
II- Armação de padrão popular fornecida pelo Município.
§1º- Os modelos de armação serão definidos pela Administração Municipal conforme critérios administrativos e disponibilidade contratual.
§2º- Não serão custeados modelos especiais, armações de luxo, lentes estéticas ou quaisquer itens não essenciais à correção visual.
Art. 5º O benefício não será concedido:
I- Para aquisição de óculos solares, acessórios ou itens sem prescrição médica;
II- Quando houver documentação falsa, incompleta ou irregular;
III- Para substituição decorrente de perda, extravio, dano ou mau uso, salvo justificativa social aprovada pela Administração;
IV- Ao beneficiário que já tiver recebido o mesmo benefício em período inferior a 02 (dois) anos, salvo comprovação médica da necessidade de substituição;
V- Fora das hipóteses previstas neste Decreto;
VI- Ao requerente que prestar informações falsas ou omitir dados relevantes para análise do pedido.

CAPÍTULO IV
DO FLUXO DE ATENDIMENTO E DA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS
Art. 6º Os pedidos serão protocolizados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e submetidos à análise administrativa.
Art. 7º A análise dos requerimentos observará:
I- As prioridades previstas neste Decreto;
II- A ordem cronológica dos pedidos;
III- A disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Parágrafo único- A Administração Municipal poderá estabelecer cronogramas, limites quantitativos e critérios complementares para organização da concessão dos benefícios.

CAPÍTULO V
DO CONTROLE E DOS CADASTROS DOS BENEFÍCIOS

Art. 8º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social manterá cadastro e controle dos benefícios concedidos, contendo:
I- Identificação do beneficiário;
II- Documentação apresentada;
III- Receituário médico;
IV- Data da concessão;
V- Comprovante de entrega.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 9º A política de fornecimento de concessão de óculos de grau poderá ser revisada conforme necessidade administrativa e disponibilidade financeira.
Art. 10 Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão analisados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e decididos pelo Poder Executivo Municipal, observada a legislação vigente.
Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente os artigos 23 a 30 do Decreto Municipal nº 56/2026, de 09 de junho de 2026 e o art. 8º, inciso V, do Decreto Municipal nº 98, de 18 de dezembrde de 2021.

Alvorada de Minas/MG, 08 de setembro de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Av. José Madureira Horta n°190 Centro–CEP: 39140-000 Alvorada de Minas

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:A1DBA7C4

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026
Processo Administrativo N° 91/2026
Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço global**, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 07/2024 e demais normas aplicáveis.
Data da sessão: **15/09/2026**
Endereço Eletrônico: **www.licitardigital.com.br**
Horário da abertura fase de lances: **08h:00min.**
Horário de Encerramento: **14h:00min.**
Critério de Julgamento: **menor preço global.**
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG
CNPJ: 18.303.164/0001-53
Endereço: Av. José Madureira Horta, nº. 190, Centro - ALVORADA DE MINAS/MG
Telefone: (31) 3520-0001 ou (31) 3520-0000
E-mail: licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS EDUCATIVAS E AÇÕES DE ORIENTAÇÃO AO APOIO AS FAMILIAS ATÍPICAS, AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), AOS CUIDADOS COM PESSOAS COM DEFICIENCIA, BEM COMO A PROMOÇÃO DA EQUIDADE E SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais)
DATA PARA ABERTURA DOS LANCES:
15/09/2026 às 08:00 horas
DATA DE ENCERRAMENTO DOS LANCES:
15/09/2026 às 14:00 horas
EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim
O AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO poderá ser obtido na íntegra na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG, situada na Av. José Madureira Horta, nº. 190, Centro, ou através do site: https://alvoradademinas.mg.gov.br/

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:9888BC8D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 69/2026

Processo Licitatório 085/2026, Dispensa n.º 016/2026, Contrato de Administrativo nº 069/2026. Partes Município de Alvorada de Minas e CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO ESPINHACO - CISAME. Valor total do Contrato: R$185.646,28 (cento e oitenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos). Objeto: Celebração de Contrato de Programa com o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ESPINHAÇO – CISAME, visando à disponibilização de 01 (um) veículo tipo micro-ônibus para apoio à execução do transporte sanitário eletivo de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Alvorada de Minas/MG. Assinatura: 19/08/2026, Vigência: 19/08/2026 até 18/08/2027.

SR. DANILIO CLESSIO FERREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:9CED094A

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 138/2026

Designa Gestor e Fiscal de Contratos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 09/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de Gestor de Contrato, nos termos do Decreto Municipal supramencionado;

CONSIDERANDO a indicação dos Servidores, para atuar como gestor e fiscal do contrato está no projeto básico do **Processo Administrativo nº 85/2026 – Dispensa nº 16/2026**.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados como Gestor e Fiscal do contrato abaixo discriminado:
Gestor do Contrato: Maria Aparecida Barbosa Ribeiro **Matrícula nº: 3254**
Cargo/Função: Secretária Municipal de Saúde.

Fiscal do Contrato: Liliane da Silva Gonçalves **Matrícula nº: 3265**
Cargo/Função: CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE TRANSPORTE.

DADOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 069/2026.
Contratada: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ESPINHAÇO - CISAME**,** inscrita no CNPJ sob nº 31.974.558/0001-00.
Valor total do Contrato: R$185.646,28 (cento e oitenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos).
Objeto: **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA COM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ESPINHAÇO – CISAME, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS PARA APOIO À EXECUÇÃO DO TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG.**

Vigência: Até 18 de agosto de 2027.

Art. 2º - Em caso de afastamento ou impedimento, serão designados substitutos para as funções, que assumirão, durante o período da substituição, as mesmas responsabilidades e competências dos titulares.

Art. 3º - O Gestor dos Contratos, ora designado, deverá exercer todas as funções estabelecidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 009/2024, promovendo o acompanhamento das ações relacionadas aos fiscais técnico e administrativo.

Art. 4º - O Fiscal dos Contratos, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 009/2024, caberá, ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 5º - Aos Servidores nomeados, deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua designação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Parágrafo único. O Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no caput, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 6º - Os documentos mencionados no art. 5º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 7º - Fica garantido ao Gestor e ao Fiscal, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 8º - Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique os Servidores ora nomeados para que compareçam perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da assinatura do presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 9° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e terá que ser publicada no DOM (Diário Oficial do Município).

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alvorada de Minas/MG, 19 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente* da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

Nome: Maria Aparecida Barbosa Ribeiro
Gestor do Contrato

Nome: Liliane da Silva Gonçalves
Fiscal Contrato

ESTATUDO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS/MG – 1997
Art. 131- Título III Do Regime Disciplinar- Capitulo I - Dos Deveres
IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:CA71D55C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL50/2026 PE 016/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí, Estado de Minas Gerais através do Pregoeiro torna público que firmou na data de 01/09/2026 Extrato de Atas de Registro, em decorrência do PAL 50/2026 PE 16/2026 objeto: o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos para atendimento das demandas do Departamento Municipal de Esporte da Prefeitura Municipal de Araçuaí/MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 057/2026 – **CANGUSSU COMERCIO DE PAPEL LTDA** valor estimado da Ata de Registro Preço R$ 22.190,00 (vinte e dois mil e cento e noventa reais), EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 058/2026 – **FÊNIX DO BRASIL SPORTS LTDA**, valor estimado da Ata de Registro Preço R$ 36.790,00 (trinta e seis mil e setecentos e noventa reais), EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 059/2026 – **SOUZA E AMARAL ESPORTES LTDA**, valor estimado da Ata de Registro Preço R$ 11.263,20 (onze mil e duzentos e sessenta e três reais e vinte centavos) e EXTRATO DA ATA DA REGISTRO Nº 060/2026 – **MYR COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA**, valor estimado da Ata de Registro Preço R$ 5.499,90 (cinco mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos). Data da assinatura: 01/09/2026 com vigência 31/08/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:D4492045

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ-MG

Prefeitura Municipal de Araçuaí
Aviso de Licitação
Credenciamento Eletrônico Nº 05/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG, por intermédio do Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que realizará o Credenciamento Eletrônico nº 05/2026, referente ao Processo Administrativo de Licitação – PAL nº 061/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 018/2026, tendo por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de produtos de padaria e lanchonete, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais de Araçuaí/MG. O recebimento da documentação para fins de credenciamento ocorrerá exclusivamente em formato eletrônico, por meio da plataforma Licitar Digital, a partir da data de publicação deste aviso, permanecendo aberto durante o período estabelecido no edital. Os interessados poderão obter maiores informações pelo telefone (33) 3731-8530, das 14h00 às 17h00, ou pelo e-mail licitacao@aracuai.mg.gov.br.

Publicado por:
Tacony Ramos Costa
Código Identificador:DB1BDE85

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAPONGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2026. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026.

Torna público que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Eletrônica Nº 009/2026, na data de 24/09/2026, às 09h00min. O objeto da presente demanda é a Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de vestiários no Campo de Futebol do Salazar, no Município de Araponga/MG, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme Plano de Trabalho, projetos, memorial

descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente processo, conforme Plano de Ação nº 09032026-093234/2026, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202637310006, visando ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. O Edital poderá ser retirado no site: www.araponga.mg.gov.br. O processo será realizado por meio da plataforma https://licitar.digital. Informações pelo telefone 0800 031 4004.

Araponga/MG, 08/09/2026.

CARLOS ASSUNÇÃO GOMES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Eduardo Correa Santana
Código Identificador:7BAC9D81

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 123/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para execução de Obra de Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas no Município de Araújos/MG - Emenda/Convênio R1317-117/2026 - Indicação/Proposta 195378.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: A SESSÃO PÚBLICA SERÁ NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 14H 00MIN, PELA PLATAFORMA DA LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 08 de setembro de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Setor De Licitações

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:2ACCF893

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 122/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para execução de Obra de Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Araújos/MG - Plano de Ação: 09032026-091573/2026 - Programa: 09032026.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: A SESSÃO PÚBLICA SERÁ NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 12H00MIN, PELA PLATAFORMA DA LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br
Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação de Prefeitura Municipal de Araújos/MG – FONE (37) 3288-3010, no horário de 13h00min às 16h00min, e-mail: licitação@araujos.mg.gov.br.
DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários que este documento foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Araújos/MG, na Avenida 1° de janeiro, 1748, e ainda no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM-www.diariomunicipal.com.br).

Araújos/MG, 08 de setembro de 2026.

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Setor de Licitações

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:DCB6B6A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PL 264/2026

RATIFICAÇÃO
PL 264/2026
Dispensa 071/2026
RATIFICO, com fulcro na legislação que rege a matéria, o processo em epígrafe cujo objeto se refere a contratação de empresa especializada para fornecimento de Certificado Digital A1, fundamentado na lei 14.133/2021 de acordo com quantidades e especificações constantes no termo de referência.
Empresa: NEW HUB CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
CNPJ: 53.070.772/0001-66
VALOR: R$90,00

Arcos/MG, 08 de setembro de 2026.

WELLINGTON ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:DD5C95AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- AVISO DE LICITAÇÃO- PL 154/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de limpeza, higiene, itens descartáveis e itens de natureza festiva/confeitaria, destinados ao atendimento das demandas das diversas secretarias e órgãos do Município de Arcos/MG, tipo menor preço por ITEM, sob demanda em âmbito municipal, de acordo com quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

ABERTURA DA SESSÃO:Dia 22/09/2026 às 13:30 horas.
LOCAL:na plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br .
CONSULTAS AO EDITAL:
Na internet, no site www.arcos.mg.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos supracitado.
ESCLARECIMENTOS: plataforma BNC,telefone: (37) 3359-7905.
Departamento de Licitações e Contratos supracitado.

Arcos, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:B0D9765A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 084/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - 006/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 084/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - 006/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, vem através deste Edital, convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Tempo de Serviço para provimento de vagas do Quadro de Magistério e Administrativo nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Arcos (Edital SEMED nº 006/2025), considerando a necessidade **temporária** de ocupar cargo público, convoca, obedecendo a classificação verificada no Resultado do Processo Seletivo, para Contrato para cargos públicos conforme abaixo relacionados com seus respectivos horários de convocação.

Não se trata de convocação efetiva, visto que, é apenas para suprir a necessidade de contratação em caráter temporário.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA CONVOCAÇÃO

Os candidatos classificados e ora convocados, deverão se apresentar pessoalmente no ato da convocação, conforme cronograma abaixo, com os seguintes documentos:
Original e fotocópia do documento que comprove a habilitação e escolaridade declarada no Processo Seletivo exigida para o cargo, conforme Anexo II do Edital SEMED 006/2025;
Original e fotocópia das declarações de contagem de tempo emitidas pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos, conforme Anexo II do Edital SEMED 006/2025;
Original e fotocópia dos documentos de CPF e RG.
Original e fotocópia do certificado de Pós-Graduação informado para critério de desempate.

Reforça-se que:

Só serão aceitas declarações de contagem de tempo emitidas pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos – MG.
Em razão do sistema utilizado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arcos – MG, a declaração com a contagem de tempo será emitida unificando os tempos dos seguintes cargos: Auxiliar de Serviços Administrativos - Merendeira e Auxiliar de Serviços Administrativos – Faxineira, bem como Professor PEB I – Educação Infantil e Professor PEB I – Anos Iniciais.
O tempo considerado para o cargo de Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem, Tecnologias Assistivas (ACLTA – Apoio) e Professor de Educação Básica para atuar no Atendimento Educacional Especializado – (AEE) – Sala de Recursos, será aquele comprovado após a criação do cargo (Lei municipal 2844/2017 de 19 de setembro de 2017).
Será considerado "tempo de serviço", para fins de inscrição de que trata este Edital, aquele exercido na Rede Municipal de Ensino de Arcos até 30 de novembro de 2025 na mesma função/componente curricular/área de conhecimento para o qual o candidato se inscrever, devendo comprová-lo no ato da contratação, desde que:
Não esteja vinculado a cargo efetivo;
Não tenha sido utilizado para fins de aposentadoria;
Não seja tempo de serviço paralelo.
Fica impedido ao candidato assumir dois cargos, tendo em vista ser tempo unificado (contagem de tempo), isto é, o tempo utilizado para assumir um contrato temporário, não poderá ser utilizado pelo candidato para concorrer em outra contratação, não podendo utilizar a mesma prioridade.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS APÓS A CONVOCAÇÃO:

I - Documentos para contratação:
Original e fotocópia da certidão de nascimento ou da certidão de casamento (se for o caso devidamente averbada);
Original e fotocópia do CPF próprio;
Original e fotocópia do título de eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Original e fotocópia do certificado de reservista, se do sexo masculino;
Original e fotocópia da carteira de identidade, ou do documento único equivalente, de valor legal;
Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado;
Laudo médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego;
Original e fotocópia do documento que comprove a escolaridade mínima exigida para o emprego;
Original e fotocópia do certificado de conclusão do curso e registro profissional correspondente ao emprego a que concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
Comprovante de regular situação de inscrição no órgão de classe respectivo, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
02 (duas) fotografias 3X4, recente;
Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
Certidão de nascimento e CPF de todos os dependentes;
Conta bancária do banco ou bancos credenciados pelo Município.

II - Os candidatos classificados e convocados deverão apresentar os documentos constantes no item I citados acima, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos, **no dia seguinte à convocação**, considerando-se desistente e perdendo o direito à contratação aquele que não se apresentar no prazo estabelecido.

III - O candidato não poderá iniciar as atividades, caso não tenha entregue a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos.

IV - Em nenhuma hipótese haverá justificativa para os candidatos pelo não cumprimento dos prazos determinados, ou serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.

V – Os candidatos assinarão no ato da contratação, um termo, sob as penas da lei, declarando que não exerce outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 37, XVI e § 10 da Constituição Federal.

VI - A convocação respeitará a ordem de classificação e o número de vagas temporárias existentes ou que vierem a existir, durante o período de validade do Processo Seletivo SEMED 006/2025.
VII – É necessário que os candidatos estejam de posse do número de sua classificação do processo seletivo para o cargo desejado, a fim de agilizar o processo de contratação.

VIII - Durante a convocação será convidado um candidato que se voluntariar para compor a banca avaliadora, seguindo a ordem do melhor colocado no processo seletivo, caso haja mais de uma pessoa interessada, a fim de assegurar transparência no processo.

VIV - O desempenho das atividades será na modalidade presencial, no ambiente escolar.

X - Os critérios para a convocação estão descritos no Anexo I deste edital.

XI – Em caso de dispensa do cargo a pedido do servidor convocado, observar o disposto na Portaria SEMED 003/2025: "*O contratado temporário/convocado dispensado a pedido só poderá ser novamente contratado/convocado, depois de decorrido o prazo de* ***90 (noventa) dias*** *do encerramento de seu contrato anterior, em qualquer cargo da Secretaria Municipal de Educação do Município de Arcos/MG*".

XII - O contrato poderá ser rescindido antes do prazo previsto, de acordo com os critérios constantes no art. 9º, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 2.241/2009.

XIII – O município de Arcos-MG se resguarda do direito de realizar remanejamento de Professores de ACLTA – Apoio nas instituições de ensino e turno de trabalho dentro da rede municipal de ensino.

XIV - DO RECURSO - O candidato que discordar do resultado da convocação poderá interpor recurso, enviado no e-mail: processoseletivo@educacao.arcos.mg.gov.br, por meio do formulário de recurso constante no Edital do Processo Seletivo 006/2025, para a comissão de convocação, pelo prazo de 1 dia útil. O recurso deverá conter de forma clara o motivo pelo qual o candidato discorda da decisão proferida na convocação. A decisão do recurso deverá ser proferida em até 03 dias úteis, pela Comissão definida pela Prefeitura Municipal de Arcos. Se a decisão da comissão for pela procedência do recurso, o candidato terá a sua vaga garantida, sendo dispensado o último contratado para o cargo.

XV – A vaga ofertada poderá sofrer alterações quanto ao turno, à escola e à quantidade de aulas conforme demandas, que surjam entre a publicação do edital e o momento da convocação.

XVI – É de inteira responsabilidade do candidato verificar se o Módulo II não conflita com horários já assumidos em outra instituição. Caso haja coincidência de dias e horários, não será permitido assumir o cargo. Caso o candidato assuma o contrato descumprindo o disposto acima, será aplicado o disposto da Portaria SEMED nº 003/2025: "O contratado temporário/convocado que solicitar dispensa somente poderá ser novamente contratado/convocado após o prazo de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu contrato anterior, para qualquer cargo na Secretaria Municipal de Educação de Arcos/MG".

CRONOGRAMA DE CONVOCAÇÃO

Local: Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Avenida Yolando Sebastião Logli, 255 - Distrito Industrial II
Prédio I da PUC Minas em Arcos

Dia: 11 /09/2026
Horário: 9 horas
Cargo: PEB I - Anos iniciais
Local de Trabalho: Escola Municipal Santo Antônio
Turno: Vespertino

Lílian Teixeira Garcia Gomes
Secretária de Educação

Arcos, 8 de setembro de 2026.

CRITÉRIOS

-Professor PEB I – Anos Iniciais:

- Ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Tempo conforme Edital SEMED 006/2025, de acordo com o cargo.

Cargo Habilitação e Escolaridade: Comprovante De Habilitação e escolaridade:	Cargo Habilitação e Escolaridade: Comprovante De Habilitação e escolaridade:	Cargo Habilitação e Escolaridade: Comprovante De Habilitação e escolaridade:
PROFESSOR PEB I – ANOS INICIAIS	I - Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior	I - Diploma registrado ou Declaração/Certidão de Conclusão de Curso de graduação, expedida em período igual ou inferior a 390 (trezentos e noventa) dias da data da conclusão do curso acrescida de histórico escolar.
	II - Magistério	II - Diploma registrado ou Declaração de conclusão do magistério nível médio, acrescida de histórico escolar.

Caso não haja candidato que se apresente para assumir a referida vaga, a contratação obedecerá aos critérios de classificação e prioridade descritos no quadro acima (Edital SEMED 006/2025).

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:D6501128

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXPEDIENTE CONVOCATÓRIO Nº 09/2026

Expediente Convocatório nº 09/2026
.
Aos membros da Sociedade Civil interessados, e aos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Arcos/MG.

A Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Arcos/MG, no uso de suas atribuições, convoca os membros da Sociedade Civil interessados e os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ARCOS/MG - COMSEA, para participar da Reunião extraordinária que acontecerá **no próximo dia 10 de Setembro de 2026, às 13h:15 minutos, nas dependências do IFMG, situado Avenida Juscelino Kubitscheck , 485 – Distrito Industrial II, Centro – Arcos/MG.**
Pauta:
1. Abertura e Verificação de quórum para instalação da reunião;
2. Apresentação das justificativas de ausências;
3. Construção do Mapa do Sistema Alimentar de Arcos para Plataforma das Cidades;
4. Outros assuntos pertinentes e de interesse do Conselho.

Arcos, 08 de setembro de 2026.

CARLOS HENRIQUE RIBEIRO AMORIM
Vice- Presidente do COMSEAS- Conselho Municipal de Segurança Alimentar

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:22924BBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 212 – 08/09/2026

PORTARIA nº 212 – 08/09/2026

Designa servidor para substituir cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

t. 1º – Designar a servidora **MILLENA RIBEIRO SILVA,** Maspm nº 10084/6**,** Secretária Municipal de Administração**,** para substituir **MARLON BATISTA DA COSTA**, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável .no período de férias regulamentares, de 01/09/2026 a 30/09/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario e retroagindo seus efeitos a 01/09/2026.

Arcos, 08 de setembro de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:4C7C5532

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REPUBLICACAO A ATA DA JULGAMENTO DO PROCESSO 038-2026

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h30 (oito horas e trinta minutos), nas dependências da Prefeitura Municipal de Argirita/MG, reuniram-se a Agente de Contratação, Sra. Elisangela Freitas de Oliveira, e a Equipe de Apoio, composta pelos servidores Silvio Pedro do Carmo Junior e Thiago Barbosa Paixão, designados na forma da legislação vigente, para realização da sessão de julgamento da documentação apresentada no âmbito do Credenciamento nº 001/2026, referente ao Processo Administrativo nº 038/2026.
Aberta a sessão, passou-se à análise da documentação protocolada pelos interessados, conforme registros de recebimento, com vistas à verificação do atendimento às exigências editalícias.
Na sequência, procedeu-se à análise da documentação da empresa CREZIO RODRIGUES ALVES, inscrita no CNPJ nº 68.127.891/0001-85, protocolada junto à sede da Prefeitura Municipal de Argirita/MG. Após verificação da documentação apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, sendo declarada HABILITADA. O interessado manifestou credenciamento para a função de PEDREIRO.
Na sequência, procedeu-se à análise da documentação da empresa SEBASTIAO CUSTODIO, inscrita no CNPJ nº 68.254.777/0001-16, protocolada junto à sede da Prefeitura Municipal de Argirita/MG. Após verificação da documentação apresentada, constatou-se que a empresa atendeu integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, sendo declarada HABILITADA. O interessado manifestou credenciamento para a função de PEDREIRO.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio. Fica aberto o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, conforme item 6.4.3 do Edital de Credenciamento nº 001/2026.

ELISANGELA FREITAS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

SILVIO PEDRO DO CARMO JUNIOR
Equipe de Apoio

THIAGO BARBOSA PAIXÃO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:7F1A5D3E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADTIVO DO PROCESSO 067-2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025
Processo Licitatório: nº 067/2025
Pregão Eletrônico: nº 016/2025
Ata de Registro de Preços: nº 015/2025
Detentora da Ata: RYG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.859.202/0001-94.
Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de informática destinados a atender às necessidades operacionais das Secretarias de Saúde e Administração da Prefeitura Municipal de Argirita/MG, visando à melhoria da infraestrutura tecnológica, otimização dos processos de trabalho e garantia da continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos na Ata.
Vigência: 08 de setembro de 2026 a 08 de setembro de 2027.

Argirita/MG, 08 de setembro de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:A7667ED0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato do contrato aquisição de veículo nº231/2026, Pregão Eletrônico nº 05/2026, Objeto: fornecimento de 01 veículo tipo Van nova (Minibus), zero quilômetro ano 2026, cor: branco com acessibilidade, com capacidade mínima para 21 passageiros, destinada ao transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), em conformidade com as disposições da Resolução SES nº 11.063, de 28 de abril de 2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: , Bellatrix Veículos e Serviços Ltda, , inscrita no CNPJ sob o nº49.422.071/0001-71, valor global R$ 349.800,00, vigência: 31/12/2026.

Arinos, 08 de setembro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito..

Extrato dos contratos referente ao credenciamento nº 010/2026, Objeto Prestação de serviços de mão de obras diversas. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratadas: José Nilton Barbosa Lopes, contrato 243, valor global R$ 30.000,96; Aldemir Gonçalves Pereira, contrato 244 valor global R$ 33.599,28; Zaquel Jesus da Silva, contrato 245, valor global R$ 33.599,28, Tamires Duraes Soares, contrato 246, valor global R$ 26.400,00; Manoel Domingos Pereira do Vale, contrato 247 valor global R$ 28.799,76.

Arinos, 08 de setembro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:07A68BC4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BANDEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 030/2026. Pregão Eletrônico nº 008/2026. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, equipamentos e licenças de software de informática em geral para atender as diversas secretarias municipais do Município de Bandeira, de forma parcelada. Ficam adjudicados e homologados os objetos do certame em epígrafe, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em favor de: 38.297.232 Gabriel Henrique dos Santos Ribeiro, CNPJ nº 38.297.232/0001-26, R$ 6.345,00; AL Oliveira Ltda, CNPJ nº 47.094.894/0001-90, R$ 2.114,85; Augusto Sosta Martins 25510225840, CNPJ nº 28.677.530/0001-98, R$ 6.800,00; Brasnet Multi Informatica Ltda, CNPJ nº 10.919.107/0001-91, R$ 2.573,75; Darlu Industria Textil Ltda, CNPJ nº

40.223.106/0001-79, R$ 1.443,00; Habitus Digital – Comercio e Servicos de Informatica Ltda, CNPJ nº 41.010.343/0001-14, R$ 825,00; K. Lumertz Cardoso, CNPJ nº 38.311.637/0001-71, R$ 20.952,00; Licitashop Comercio e Servicos Ltda, CNPJ nº 50.958.011/0001-57, R$ 664,00; Rosa Café Imports Ltda, CNPJ nº 51.053.659/0001-47, R$ 2.059,60; Silvio Oliveira Santos Ltda, CNPJ nº 45.731.576/0001-67, R$ 40.364,90; Smart Soft Solutions Ltda, CNPJ nº 41.893.827/0001-59, R$ 7.200,00; Star Rum Informatica Ltda, CNPJ nº 34.806.377/0001-54, R$ 3.597,90; VB Comercial Ltda ME, CNPJ nº 25.536.137/0001-96, R$ 15.409,00. Valor total adjudicado e homologado: R$ 110.349,00 (cento e dez mil, trezentos e quarenta e nove reais). Data da adjudicação e homologação: 04/09/2026.

Bandeira, 04 de setembro de 2026.

SIDNEI ALVES DOS SANTOS –
Autoridade Competente.

Publicado por:
Telmyr Ricardo da Silva
Código Identificador:552B68B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto, Homologa e Adjudica o Processo de Licitação 048/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2026, correspondente ao especificado na Ata de Julgamento de 03 de setembro de 2026, sendo vencedor o licitante: L. A COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, sede na Rua Jose Elias, Nº 1643, São Sebastião, nesta cidade de Tombos Estado de MG, CNPJ: 42.072.936/0001-78, no valor de R$ 30.420,00 (trinta mil e quatrocentos e vinte reais) . Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de guincho/reboque para atender a frota do Município de Barão do Monte Alto-MG.

SELMAR LUIS DO VALLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:939A4A2C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o Extrato de Contrato da Adesão nº 012/2026. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de veículos para compor a frota do Município de Barão do Monte Alto. Contratada: Contrato nº 040/2026 – DEVA VEICULOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.762.552/0003-02, R$ 748.692,00 (setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e dois reais). Vigência do Contrato: 04/09/2026 a 03/12/2026.

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal. 04/09/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:E3752C35

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PUBLICAÇÃO - PROCESSO 105/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 105/2026

PREGÃO Nº. 56/2026

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, CNPJ: 18.316.182/0001-70, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 56/2026, Processo Administrativo nº 105/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 112824

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, DESTINADOS AO APOIO À GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA LONGA/MG.

Data de Publicação: 08/09/2026 14:05:09

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 22/09/2026 09:00:00

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto - Fechado

Valor total do processo: R$ 56.133,36

Consulte o processo em:
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112824

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:B1C55B9A

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PUBLICAÇÃO - PROCESSO 85/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2026

PREGÃO Nº. 45/2026

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, CNPJ: 18.316.182/0001-70, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 45/2026, Processo Administrativo nº 85/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 112751

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOGOS COMPOSTOS POR MESAS E CADEIRAS PLASTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E UTILIZAÇÃO EM EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TURISTICOS, SOCIAIS, E COMUNITÁRIOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA/MG.

Data de Publicação: 08/09/2026 10:33:17

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 21/09/2026 09:00:00

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto - Fechado

Valor total do processo: R$ 20.526,60

Consulte o processo em:
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112751

_____
ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:D85F590A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EXTRATO DE ATAS PROCESSO 172/2026

A Prefeitura Municipal de Barroso, torna público a todos os interessados o resultado do seguinte processo licitatório:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026

Objeto: Futura, eventual e parcelada prestação de serviços de locação de estruturas em geral para realização de eventos, em atendimento às Secretarias Municipais.

Ata de Registro de Preços: Nº 0178/2026
Detentora: MAIS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - CNPJ: 03.149.058/0001-90
Valor da ARP: R$ 278.979,00 (duzentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0179/2026
Detentora: MV EVENTOS ARTÍSTICOS E ESPORTIVOS EIRELI
CNPJ: 07.851.262/0001-09
Valor da ARP: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0180/2026
Detentora: OTMZ LOCAÇÕES LTDA - CNPJ: 16.541.495/0001-04
Valor da ARP: R$ 86.200,00 (oitenta e seis mil e duzentos reais).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0181/2026
Detentora: JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP - CNPJ: 20.280.479/0001-74
Valor da ARP: R$ 2.472.440,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0182/2026
Detentora: 233.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO
CNPJ: 23.974.941/0001-21
Valor da ARP: R$ 35.778,60 (trinta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0183/2026
Detentora: EMS SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 50.782.688/0001-87
Valor da ARP: R$ 160.444,00 (cento e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0184/2026
Detentora: REAL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - CNPJ: 57.742.521/0001-31
Valor da ARP: R$ 299.400,00 (duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos reais).
Vigência: De 08/09/2026 à 08/09/2027

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:7F76F79B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0196/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

O Município de Barroso, situado na Praça Santana, nº 120, Centro, CNPJ nº 18.094.755/0001-68, torna público que, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, foi AUTORIZADO a **aquisição de passagens intermunicipaispara atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**.

Barroso, 08 de Setembro de 2026.

LÍGIA MARA DA SILVA

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:EC344C57

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA 389/2026

MUNICIPIO DE BARROSO
Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 389/2026.

"Faz nomeação de responsável pela gestão da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil e contém outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARROSO, no uso de suas atribuições legais, em especial do art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:
Art. 1o. Fica nomeado BRUNO DE FREITAS para atuar como gestor e responsável pela Cordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 20. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se e Publique-se.

Barroso, 21 de agostode 2026.

ANDERSON GERALDO DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:FA3D0AB7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BELO ORIENTE

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO ORIENTE - MG. AVISO DE LICITAÇÃO.
Processo Licitatório nº 83/2026 - Pregão Eletrônico nº 27/2026. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, artesanato e itens afins, em atendimento às Secretarias Municipais e unidades vinculadas de Belo Oriente/MG. Abertura do julgamento será no dia 24/09/2026 às 9h.
O edital poderá ser repassado via e-mail mediante solicitação: licitacao@belooriente.mg.gov.br, ser retirado no site: www.belooriente.mg.gov.br, ou na Assessoria Técnica de Licitações da PMBO. Tel.: (31) 3258-2807, 3258-2735 (31) 9-9781-1703.

Belo Oriente, 08 de setembro de 2026.

TIAYA ALVES DA SILVA MATOS.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Marcio Cirilo de Souza
Código Identificador:43FC264B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO N° 43/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº LICI - 204/2026. **PARTES:** MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA e GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.180.605/0001-02. **OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL. **VALOR TOTAL:** R$ 7.108,07 (sete mil e cento e oito reais e sete centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 43/2026 e Lei Federal nº 14.133/2021.

JOSÉ VALTER NETTO -
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Mario Luis Coelho
Código Identificador:415E7839

LICITAÇÕES E PREGÕES
EXTRATO DO CONTRATO N°203/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG – Extrato do Contrato n° 203/2026. **OBJETO**: Realização da 56ª Edição do FESTIVAL NACIONAL DA CANÇÃO concomitante com a 15ª edição do FESTIVAL NACIONAL DA CULTURA, para a execução das duas etapas semifinais e da grande final da 56ª edição do evento, a serem realizadas nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2026, na cidade de Boa Esperança/MG. **PROPONENTE:** FENAC PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 05.950.230/0001-35. **VALOR TOTAL**: R$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais). **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei 14.133/21, Art. 74, I. Inexigibilidade de licitação nº 37/2026.

SANDRA MARA SANTOS PIMENTA.
Secretária Municipal.

Publicado por:
Luiz Otávio Camilo Faria
Código Identificador:DDA21DDF

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026 – RETIFICADO 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 47/2026 – Retificado 1. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra especializada e demais recursos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Data entrega das propostas: Até 25/09/2026 às 09:00 horas na Plataforma da AMMlicita. O Edital e anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes ou na Plataforma de Licitações: www.ammlicita.org.br. Informações: (35) 99213-0267.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:987B9A35

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 075/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026 – CREDENCIMENTO
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 004/2026

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas em serviço funerário completo e ornamentação, em atendimento as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Governo da Prefeitura de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso IV e Art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021. Ratificação: 04/09/2026. **Credenciado: COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVICOS FUNERARIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.630.446/0260-31. Valor total: R$ 81.925,96 (oitenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos). Período: 04/09/2026 até 03/09/2027.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:2E4BCD76

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026

PROCESSO Nº 075/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026 – CREDENCIMENTO
CHAMAMENTO PUBLICO Nº 004/2026

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas em serviço funerário completo e ornamentação, em atendimento as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Governo da Prefeitura de Bom Jesus do Amparo/MG. Fundamentação: Art. 74, inciso IV e Art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021. Ratificação: 04/09/2026. **Credenciado: COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVICOS FUNERARIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.630.446/0260-31. Valor total: R$ 81.925,96 (oitenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos). Data de assinatura: 04/09/2026. Período: 04/09/2026 até 03/09/2027. Fiscal do Contrato: Worley Motta Avelar.

WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO -
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG.

Publicado por:
Maria Gleicilene Perdigao
Código Identificador:3450E789

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 069/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026

AUTORIZAÇÃO
AUTORIZO a contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA EM JORNAL IMPRESSO**, conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa **ILUMINAR COMERCIO E PUBLICIDADE LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob nº **16.888.159/0001-24**, com sede a Avenida Governador Valadares, 1016, Sala 10, Centro, Unaí/MG-CEP: 38610-014, pelo preço de **R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

Bonfinópolis de Minas-MG, 04 de setembro de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:16D4A42C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de Contrato **nº 367/2026** Objeto: – Contratação de empresa para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA EM JORNAL IMPRESSO.** Empresa: **ILUMINAR COMÉRCIO E PUBLICIDADE LTDA**, CNPJ 16.888.159/0001-24, pelo preço de **R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**
Início: 08.09.2026 Vigência: 60(sessenta) dias.

Bonfinópolis de Minas - MG, 08.09.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:56B605F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Nº PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 86/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 17/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de carnes e seus derivados, destinados ao atendimento das demandas da Administração Municipal e de suas diversas secretarias, Departamentos e demais unidades administrativas, visando garantir o regular abastecimento e a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Resolve: **ADJUDICAR** a licitante abaixo relacionada, o seu objeto a empresa: **Acougue do Carlinho LTDA ME – CNPJ –** 16.793.339/0001-01, atribui-se a empresa o valor global registrado de R$ 1.510.250,00 (Um milhão e quinhentos e dez mil e duzentos e cinquenta reais) Atribui-se ao Certame o valor global registrado de R$ 1.510.250,00 (Um milhão e quinhentos e dez mil e duzentos e cinquenta reais). Atribui-se ao Certame o valor global registrado de R$ 1.510.250,00 (Um milhão e quinhentos e dez mil e duzentos e cinquenta reais)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Brasilândia de Minas, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei **Nº14.133/2021** em vista da adjudicação procedida pelo pregoeira Ana Paula Marciana Gomes, devidamente designado para conduzir a sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 17/2026, resolve:

HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

Processo Licitatório: Nº 86/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico: Nº 17/2026

Dotação Orçamentária:
44.74, 88, 101, 132, 147, 265, 295, 363, 383, 391, 402, 421, 430, 452, 466, 472, 481, 492, 510, 523, 536.

Data da Adjudicação: 01 de Setembro de 2026
Data da Homologação: 01 de Setembro de 2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de carnes e seus derivados, destinados ao atendimento das demandas da Administração Municipal e de suas diversas secretarias, Departamentos e demais unidades administrativas, visando garantir o regular abastecimento e a continuidade dos serviços públicos prestados à população. Resolve: **Homologar** a licitante abaixo relacionada, o seu objeto as empresas.
Fornecedor: **Acougue do Carlinho LTDA ME – CNPJ –** 16.793.339/0001-01, atribui-se a empresa o valor global registrado de R$ 1.510.250,00 (Um milhão e quinhentos e dez mil e duzentos e cinquenta reais) Atribui-se ao Certame o valor global registrado de R$ 1.510.250,00 (Um milhão e quinhentos e dez mil e duzentos e cinquenta reais)
1) **AUTORIZO** a despesa a favor das respectivas empresas vencedoras conforme homologação.
2) **DETERMINO** a convocação das empresas vencedoras para assinatura dos respectivos contratos nos termos do artigo 81 da Lei 14.133/21

Brasilândia de Minas, 01 de Setembro de 2026

OSÉIAS CARDOSO QUEIRÓZ
Prefeito.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:62C70EA4

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO PAULO HENRIQUE MENDONÇA CHAVES ME.

CREDENCIAMENTO PAULO HENRIQUE MENDONÇA CHAVES ME.

SEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO 095/2026.

CREDENCIAMENTO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095-CREDENCIAMENTO N° 022/2026**.**OBJETO DO CREDENCIAMENTO: Credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de refeições tipo self-service, refrigerante e água mineral, aos doadores de sangue e equipe de apoio durante coletas externas realizadas na cidade de Patos de Minas - MG, recebeu documentos e credenciou: **PAULO HENRIQUE MENDONÇA CHAVES ME** – CNPJ n° 40.103.911/0001-69 – Valor:**R$ 45.927,92 (quarenta e cinco mil novecentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos).**O credenciamento continua em aberto para garantir a ampla abrangência dos prestadores de serviços, no atendimento do interesse Municipal.

Brasilândia de Minas MG, 09 de setembro de 2026.

MICHELE NEVES PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação.
Portaria 034/2026.

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:0C42C9AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO N°051/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2025. Objeto: O terceiro termo aditivo refere-se ao Registro de Preços visando a futura aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Braúnas, durante um período de 12 meses, para atendimento das diversas Secretarias do Município. Esse aditivo tem como objetivo à prorrogação do prazo de vigência da contratação, sendo prorrogado, até 07 de dezembro de 2026. Contratada:**AUTO POSTO PACHECO LTDA,**inscrita no CNPJ sob o nº. 33.393.453/0001-84; Data: 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:B2D97630

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** vinculado ao Processo Administrativo nº 065/2026 – Credenciamento n° 006/2026. Objeto: **credenciamento contratação de prestação de serviços diversos relacionados à área de infraestrutura, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, das Secretarias Municipais, dos órgãos vinculados, bem como do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Cabeceira Grande – SANECAB.** Empresas: **68.625.585 IRANILSON ANTÔNIO DA SILVA – CNPJ: 68.625.585/0001-79: ITEM 02 – Serralheiro (**Credenciadas no dia 08/09/2026). Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:0A536A3C

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO** vinculado ao Processo Administrativo nº 022/2026 – Credenciamento n° 001/2026. Objeto: **contratação de empresas para prestação de serviços diversos, compreendendo a execução de atividades operacionais relacionadas à coleta de lixo e limpeza pública, em atendimento às demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cabeceira Grande/MG.** Empresa: **68.743.326 RAFAEL OLIVEIRA MACEDO – CNPJ: 68.743.3266/0001-42. 68.922.173 MATEUS FERREIRA GOMES – CNPJ: 68.922.173/0001-09;** Data do credenciamento: 08/09/2026. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

Cabeceira Grande -MG; 08 de Setembro de 2026;

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:50A3ED75

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DO NONO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DO NONO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO** do PL nº 055/2023 – Tomada de Preços nº 006/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Obra de Construção de Deck e Revitalização da Barragem localizada na Rua Formosa no Município de Cabeceira Grande MG, conforme projeto orçamento e cronograma anexos ao edital; **CONTRATO N° 104/2023**: **PENTAG ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: **02.581.588/0001-40.** Do prazo: prorrogação por 06 meses, até 08/02/2027. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:42229203

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO RECISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o**EXTRATO RECISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL**, Empresa: **65.900.527 JOÃO WICTOR DE SOUZA SILVA – CNPJ: 65.900.527/0001-18**. Credenciado na função **prestação de serviços diversos, compreendendo a execução de atividades operacionais relacionadas à coleta de lixo e limpeza pública, em atendimento às demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cabeceira Grande/MG**. Data: 26/08/2026. Contrato de prestação de serviços (046/2026) vinculado ao Processo Administrativo nº 022/2026 – Credenciamento nº 001/2026. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacaocabeceiragrande@hotmail.com ou telefone: (38) 997334847. Cabeceira Grande-MG;

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:243E8C10

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO RECISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o**EXTRATO RECISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL**, Empresa: **TEYLOR ANTONIO DE SOUZA OLIVEIRA - CNPJ 67.321.727/0001-41**. **Credenciamento contratação de prestação de serviços diversos relacionados à área de infraestrutura, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, das Secretarias Municipais, dos órgãos vinculados, bem como do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Cabeceira Grande – SANECAB, na função - SERVENTE DE PEDREIRO.** Data: 05/08/2026. Contrato de prestação de serviços (091/2026) vinculado ao Processo Administrativo nº 065/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026, Credenciamento nº 006/2026. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacaocabeceiragrande@hotmail.com ou telefone: (38) 997334847. Cabeceira Grande/MG

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:6AFC0EDE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

O **DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente com base na Lei Federal n.º 14.133, de 1° de abril de 2021,

RESOLVE:

Firmar o presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação e, ainda, **AUTORIZAR** a contratação direta emergencial do objeto do presente processo administrativo, conforme a seguir especificado:

OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviço de transporte rodoviário de carga, incluindo coleta, carregamento, transporte e entrega dos materiais filtrantes destinados ao tratamento e à purificação de água, adquiridos para manutenção, reposição e adequado funcionamento dos sistemas de abastecimento e tratamento do Município, visando assegurar a continuidade e a eficiência dos processos de tratamento e a regularidade do abastecimento à população, em razão da situação de emergência hídrica, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo de Saneamento de Cabeceira Grande/MG.
UNIDADE: Serviço Autônomo de Saneamento de Cabeceira Grande
CONTRATADOS: 67.883.613 PETTER CANDIDO CAETANO – CNPJ: 67.883.613/0001-95
FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.
VALOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Valor total é **R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)**.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03.01.01.17.512.1701.2103.3.3.90.39.00 – **Ficha: 449** – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica.

Cabeceira Grande/MG, 08 de setembro de 2026.

EURICO LOPES DA FONSECA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:23DDE7AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 128/2025 PROCESSO 123/2025

2º TERMO ADITIVO
ADITAMENTO DE ACRÉSCIMO DE 25% CONFORME CLÁUSULAS CONTRATUAIS
CONTRATO.....: 128/2025
PROCESSO.....: 125/2025 PREGÃO PRESENCIAL: 005/2025
CONTRATANTE…: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE - MG
CONTRATADA.....: VALTER JACI BARBOSA CPF 891.332.006-10 - ME./ TRANPORTE ESCOLAR
VALOR.....: R$ 74.745,00
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E OU JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL.

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:6A7E9615

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público o **Pregão Eletrônico n.º 028/2026. Tipo**: Menor preço por item. **Objeto**: Aquisição de veículo escolar destinado ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede pública de ensino da rede municipal de ensino do município de Cachoeira de Minas. A data da realização do certame será no dia 21 de setembro de 2026 às 09h00. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.cachoeirademinas.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone (35) 99893-1422 – Setor de Licitações.

Cachoeira de Minas, 08 de setembro de 2026.

ÉRICA JUSSARA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:277777FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

*A Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas torna público o **8º Termo de Alteração ao Contrato n.º 183/2024**:*
*Partes: Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas X **JHM ENGENHARIA LTDA.***
Objeto: Aditivo do lote 001, do contrato referente à *contratação de empresa para execução de obras civis e demais serviços e materiais necessários para adequação nas instalações de sistemas de prevenção e combate a incêndio para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro – AVCB, nas Escolas Municipais Anardina Francisca da Costa, Capitão Manoel Machado Homem, Professora Rachel Ribeiro Rezende, Creche Ediléia Monteiro Costa Betsa e o Prédio Público de tombamento histórico (Antiga Escola Cônego José Eugênio de Faria).*
Valor aditivado: R$ 8.687,09 (oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e nove centavos), equivalente à 1,17% (um inteiro e dezessete centésimos por cento) do valor total originalmente pactuado no contrato, em razão dos ajustes realizados na planilha e dos acréscimos legais autorizados.
Processo Licitatório n.º 118/2024 – Concorrência Eletrônica n.º 007/2024.

Cachoeira de Minas, 21 de agosto de 2026.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:495D9364

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

*O Município de Cachoeira de Minas torna público o **Contrato** discriminado:*
***Contrato n.º 192/2026: MICROMILS CONSTRUCAO, MANUTENCAO E REPAROS LTDA**.*
Objeto: *Contratação de empresa para construção da ampliação da Escola Municipal Capitão Manoel Machado Homem.*
Processo Licitatório n.º 122/2026 – Concorrência Eletrônica n.º 004/2026.
Vigência: 24/08/2026 a 23/03/2027.
Valor total: R$ 951.206,03 (novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e seis reais e três centavos).

Cachoeira de Minas, 24 de agosto de 2026.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:E17E469D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 128/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n.º 128/2026 – Pregão Eletrônico n.º 022/2026***, referente à *aquisição de materiais, insumos e equipamentos para o Laboratório de Análises Clínicas Municipal*. Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente, consoante o bem elaborado Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, HOMOLOGO o procedimento de que se cogitam as pessoas jurídicas: ***DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 02.472.743/0001-90, no valor total de R$ 16.571,75 (dezesseis mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos); ***DK DIAGNOSTICA COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 14.108.524/0001-05, no valor total de R$ 12.475,00 (doze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais); ***HABX COMERCIO & PRESTACAO DE SERVICOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATORIOS LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 28.767.124/0001-16, no valor total de R$ 15.802,33 (quinze mil, oitocentos e dois reais e trinta e três centavos); ***LAB COMPRAS LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 15.398.703/0001-97, no valor total de R$ 41.396,16 (quarenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos) e ***YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 51.740.794/0001-60, no valor total de R$ 10.177,24 (dez mil, cento e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos); perfazendo o valor total em processo de R$ 96.422,48 (noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos).

Cachoeira de Minas, 08 de setembro de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:D58856B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 128/2026

O Município de Cachoeira de Minas torna público: ***Processo Licitatório n.º 128/2026 – Pregão Eletrônico n.º Pregão Eletrônico n.º 022/2026***, referente à *aquisição de materiais, insumos e equipamentos para o Laboratório de Análises Clínicas Municipal*. Ficando, portanto, ADJUDICADO o ***LOTE 01*** para a pessoa jurídica ***LAB COMPRAS LTDA;*** os ***LOTES 02, 44 e*** **45** para a pessoa jurídica ***DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL LTDA;*** os ***LOTES 07, 13, 14, 18, 20, 23, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 43*** para a pessoa jurídica ***HABX COMERCIO & PRESTACAO DE SERVICOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATORIOS LTDA;*** os ***LOTES 10, 16, 17, 27, 28, 29, 35 e 47*** para a pessoa jurídica ***YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA*** e o ***LOTE 25*** para a pessoa ***DK DIAGNOSTICA COMERCIO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA.***

Cachoeira de Minas, 08 de setembro de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA **–**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:A04589C1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR Nº 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO DE ORIGEM: nº 19/2026
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: nº 08/2026
PEDIDO DE COMPRA: nº 899/2026
EMPRESA NOTIFICADA: SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 55.814.591/0001-22
ASSUNTO: Notificação para apresentação de manifestação/defesa em Processo Administrativo de Responsabilização

À
SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA/MG**, por intermédio do setor responsável pela condução do **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 001/2026**, vem, pela presente, **NOTIFICAR** essa empresa acerca da instauração do referido processo administrativo, destinado à apuração de possíveis irregularidades relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do **Processo Licitatório nº 19/2026 – Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 08/2026**, especialmente quanto ao **Pedido de Compra nº 899/2026**.

Conforme documentos que instruem os autos, são objeto de apuração, em síntese, as seguintes ocorrências:
I – possível descumprimento do prazo estabelecido para entrega dos produtos solicitados;
II – possível fornecimento de produtos em quantidades divergentes das especificações contratadas;
III – possível apresentação de produtos de marcas divergentes daquelas decorrentes da proposta e da contratação;
IV – possível ausência de itens integrantes das cestas básicas solicitadas; e
V – apresentação do objeto em condições que resultaram na formalização de **Termo de Recusa de Recebimento, em 27 de julho de 2026**, pela Administração Municipal.

A documentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social registra, entre as ocorrências, o não cumprimento do prazo de entrega, itens faltantes e marcas em desacordo com o licitado, além das desconformidades registradas no Termo de Recusa de Recebimento.

Os fatos acima descritos poderão, **em tese e caso comprovados após a regular instrução processual**, caracterizar descumprimento das obrigações assumidas pela empresa e infração administrativa prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando a responsável, conforme o enquadramento definitivo dos fatos, às sanções administrativas legal e contratualmente cabíveis.
Dessa forma, em observância aos princípios do **contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal**, fica essa empresa **NOTIFICADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado de sua intimação, apresentar DEFESA ESCRITA**, podendo expor as razões que entender pertinentes, juntar documentos e demais elementos de prova relacionados aos fatos objeto da apuração.

Fica facultado à empresa, ainda, requerer de forma fundamentada a produção de provas que entender necessárias à elucidação dos fatos, cabendo à autoridade competente apreciar sua pertinência.

A empresa poderá ter acesso aos autos do **PAR nº 001/2026**, inclusive aos documentos que fundamentaram sua instauração, mediante solicitação ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada/MG.

A defesa deverá ser protocolada perante o **Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada/MG**, por meio dos canais oficialmente disponibilizados pela Administração, dentro do prazo acima estabelecido.

O não oferecimento de defesa no prazo concedido **não implicará reconhecimento automático dos fatos imputados**, prosseguindo o

processo com base nos documentos e demais elementos constantes dos autos, até decisão final da autoridade competente.

Esclarece-se que a instauração do **PAR nº 001/2026 não representa aplicação antecipada de penalidade nem reconhecimento definitivo de responsabilidade**, destinando-se o procedimento justamente à apuração dos fatos e à garantia de oportunidade para que a empresa apresente suas razões e elementos de defesa antes da decisão administrativa.

Após a apresentação da defesa, ou transcorrido o prazo sem manifestação, os autos terão regular prosseguimento, com análise dos argumentos e provas existentes e posterior decisão fundamentada pela autoridade competente.

Cachoeira Dourada/MG, 01 de setembro de setembro de 2026.

KALLEBEH RODRIGUES BARROS
Responsável Pela condução do PAR nº 001/2026
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada/MG

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:604EC6C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAJURI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
PROCESSO Nº 060/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de Obra da construção de Praça, situada à Comunidade do Morro Grande – Cajuri - MG, em conformidade ao Convênio / Parceria SIGCON: 1491001590/2022, projetos, memorial descritivo, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.
Adjudicação
A Pregoeira Municipal de Cajuri, estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA a seguinte empresa como vencedora do processo 60/2022 – Tomada de Preço 04/2022, conforme a ata de reunião da comissão permanente de licitações da Prefeitura Municipal de Cajuri, do dia 20 (vinte) de julho de 2022.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:BBF62290

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 62/2022 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI E LESSA ENGENHARIA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAJURI Representa a CONTRATANTE o Prefeito Municipal, Sr. RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade M 2.893.436 - SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade e o de outro lado, **LESSA ENGENHARIA EIRELI,** pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o N° 08.736.950/0001-90, com sede na Praça do Rosario, 01, Sala 902, Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-063, neste ato representado pelo socio o senhor **HELIMAR LESSA FERREIRA**, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n° MG-10.593.870, SSPMG e CPF: 044.587.156-31, residente no Condominio Parque do Ipê, casa 16, Bairro Silvestre em Viçosa, Minas Gerais, CEP:36.570-000**,** a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 060/2022 – Tomada de Preço nº 04/2022**, resolvem, de comum acordo entre si, celebrar o presente **TERMO ADITIVO N.º 04** ao Contrato 62/2022 Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de obras de construção de Praça, situada à Comunidade do Morro Grande– Cajuri – MG em conformidade com projetos, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

1.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e clausula quinta do contrato n° 62/2022, resolvem prorrogar o prazo contratual até o dia 31 de dezembro de 2024.

3.2 - No exercício futuro a Contratante providenciará, no orçamento competente, a previsão de dotação orçamentária correspondente à natureza da despesa decorrente desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1 - As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este **ADITIVO,** permanecem em vigor para todos os efeitos.

E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Cajuri, 30 de junho de 2024.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:5354C933

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 62/2022 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI E A EMPRESA LESSA ENGENHARIA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAJURI, com inscrição no CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, com sede na Praça Capitão Arnaldo dias de Andrade, 12, Centro, na cidade de Cajuri - MG, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE**, inscrito no CPF sob o nº 472.043.626-91, residente e domiciliado na cidade de Cajuri e a empresa Empresa **LESSA ENGENHARIA EIRELI,** pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o N° 08.736.950/0001-90, com sede na Praça do Rosario, 01, Sala 902, Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-063, neste ato representado pelo socio o senhor **HELIMAR LESSA FERREIRA**, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n° MG-10.593.870, SSPMG e CPF: 044.587.156-31, residente no Condominio Parque do Ipê, casa 16, Bairro Silvestre em Viçosa, Minas Gerais, CEP:36.570-000**,** a seguir denominada **CONTRATADA**, têm justo e convencionado o presente termo aditivo ao contrato 062/2022, Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de Obra da construção de **Praça**, situada à Comunidade do Morro Grande – Cajuri – MG, em conformidade ao Convênio / Parceria SIGCON: 1491001590/2022, projetos, memorial descritivo, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.nos termos da Lei nº 8666/93, precedido do Processo Licitatório nº 60/2022 e Tomada de Preço nº 04/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato n.º 62/2022 o acréscimo de itens do objeto contratual com respectivo acréscimo de seu valor, com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor do presente acréscimo é de R$ 56.071,97 (cinquenta e seis mil setenta e um reais e noventa e sete centavos) cuja composição encontra-se especificada na planilha que constitui o Anexo do presente instrumento, que dele é parte integrante. Tal acréscimo corresponde a 21,37% (vinte e um virgula trinta e sete por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitando os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Deste modo, o valor global do Contrato nº 62/2022 que era de R$ 262.359,72 (duzentos e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos). Passa a ser de R$ 318.431,69 (trezentos e dezoito mil quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este **ADITIVO,** permanecem em vigor para todos os efeitos.

E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Cajuri, 03 de setembro de 2024.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:3523F16C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 62/2022
FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI E A EMPRESA LESSA ENGENHARIA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAJURI, com inscrição no CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, com sede na Praça Capitão Arnaldo dias de Andrade, 12, Centro, na cidade de Cajuri - MG, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 472.043.626-91, residente e domiciliado na cidade de Cajuri e a empresa Empresa LESSA ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o N° 08.736.950/0001-90, com sede na Praça do Rosario, 01, Sala 902, Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-063, neste ato representado pelo socio o senhor HELIMAR LESSA FERREIRA, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n° MG-10.593.870, SSPMG e CPF: 044.587.156-31, residente no Condominio Parque do Ipê, casa 16, Bairro Silvestre em Viçosa, Minas Gerais, CEP:36.570-000, a seguir denominada CONTRATADA, têm justo e convencionado o presente termo aditivo ao contrato 062/2022, Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de Obra da construção de Praça, situada à Comunidade do Morro Grande – Cajuri – MG, em conformidade ao Convênio / Parceria SIGCON: 1491001590/2022, projetos, memorial descritivo, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.nos termos da Lei nº 8666/93, precedido do Processo Licitatório nº 60/2022 e Tomada de Preço nº 04/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
1.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e clausula quinta do contrato n° 62/2022, resolvem prorrogar o prazo contratual até o dia 30 de junho de 2025.
1.2 - No exercício futuro a Contratante providenciará, no orçamento competente, a previsão de dotação orçamentária correspondente à natureza da despesa decorrente desta contratação.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
2.1 - As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este ADITIVO, permanecem em vigor para todos os efeitos.
E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Cajuri, 30 de dezembro de 2024.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:EC8CEFBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 62/2022
FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI E A EMPRESA LESSA ENGENHARIA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAJURI, com inscrição no CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, com sede na Praça Capitão Arnaldo dias de Andrade, 12, Centro, na cidade de Cajuri - MG, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE**, inscrito no CPF sob o nº 472.043.626-91, residente e domiciliado na cidade de Cajuri e a empresa Empresa **LESSA ENGENHARIA EIRELI,** pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o N° 08.736.950/0001-90, com sede na Praça do Rosario, 01, Sala 902, Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-063, neste ato representado pelo socio o senhor **HELIMAR LESSA FERREIRA**, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n° MG-10.593.870, SSPMG e CPF: 044.587.156-31, residente no Condominio Parque do Ipê, casa 16, Bairro Silvestre em Viçosa, Minas Gerais, CEP:36.570-000**,** a seguir denominada **CONTRATADA**, têm justo e convencionado o presente termo aditivo ao contrato 062/2022, Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de Obra da construção de **Praça**, situada à Comunidade do Morro Grande – Cajuri – MG, em conformidade ao Convênio / Parceria SIGCON: 1491001590/2022, projetos, memorial descritivo, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.nos termos da Lei nº 8666/93, precedido do Processo Licitatório nº 60/2022 e Tomada de Preço nº 04/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato n.º 62/2022 o acréscimo de itens do objeto contratual com respectivo acréscimo de seu valor, com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do presente acréscimo é de R$ 9.092,27 (nove mil noventa e dois reais e vinte e sete centavos) cuja composição encontra-se especificada na planilha que constitui o Anexo do presente instrumento, que dele é parte integrante. Tal acréscimo corresponde a 3,47% (três virgula quarenta e sete por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitando os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Deste modo, o valor global do Contrato nº 62/2022 que era de 318.431,69 (trezentos e dezoito mil quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos). Após o quinto aditivo). Passa a ser de R$ 327.523,96 (trezentos e vinte e sete mil quinhentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este **ADITIVO,** permanecem em vigor para todos os efeitos.

E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Cajuri, 03 de setembro de 2024.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:D84211BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 62/2022
FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI E LESSA ENGENHARIA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAJURI Representa a CONTRATANTE o Prefeito Municipal, Sr. RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade M 2.893.436 - SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade e o de outro lado, **LESSA ENGENHARIA EIRELI,** pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o N° 08.736.950/0001-90, com sede na Praça do Rosario, 01, Sala 902, Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-063, neste ato representado pelo socio o senhor **HELIMAR LESSA FERREIRA**, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n° MG-10.593.870, SSPMG e CPF: 044.587.156-31, residente no Condominio Parque do Ipê, casa 16, Bairro Silvestre em Viçosa, Minas Gerais, CEP:36.570-000**,** a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 060/2022 – Tomada de Preço nº 04/2022**, resolvem, de comum acordo entre si, celebrar o presente **TERMO ADITIVO N.º 03** ao Contrato 62/2022 Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de obras e serviços de reforma e ampliação da sede da Prefeitura Municipal de Cajuri, localizada na Praça Capitão Arnaldo Dias de Andrade, nº. 12, bairro centro de conformidade com projetos, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

1.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e clausula quinta do contrato n° 62/2022, resolvem prorrogar o prazo contratual até o dia 30 de junho de 2024.

3.2 - No exercício futuro a Contratante providenciará, no orçamento competente, a previsão de dotação orçamentária correspondente à natureza da despesa decorrente desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1 - As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este
ADITIVO, permanecem em vigor para todos os efeitos.

E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Cajuri, 27 de dezembro de 2023

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:5DCBF8F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 62/2022 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI E LESSA ENGENHARIA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAJURI Representa a CONTRATANTE o Prefeito Municipal, Sr. RICARDO AUGUSTO DIAS DE ANDRADE, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade M 2.893.436 - SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade e o de outro lado, **LESSA ENGENHARIA EIRELI,** pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o N° 08.736.950/0001-90, com sede na Praça do Rosario, 01, Sala 902, Centro, Viçosa - MG, CEP 36.570-063, neste ato representado pelo socio o senhor **HELIMAR LESSA FERREIRA**, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade n° MG-10.593.870, SSPMG e CPF: 044.587.156-31, residente no Condominio Parque do Ipê, casa 16, Bairro Silvestre em Viçosa, Minas Gerais, CEP:36.570-000**,** a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 060/2022 – Tomada de Preço nº 04/2022**, resolvem, de comum acordo entre si, celebrar o presente **TERMO ADITIVO N.º 03** ao Contrato 62/2022 Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia, para execução de obras e serviços de reforma e ampliação da sede da Prefeitura Municipal de Cajuri, localizada na Praça Capitão Arnaldo Dias de Andrade, nº. 12, bairro centro de conformidade com projetos, planilhas e especificações constantes neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

1.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA, de comum acordo, com base no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e clausula quinta do contrato n° 62/2022, resolvem prorrogar o prazo contratual até o dia 30 de junho de 2024.

3.2 - No exercício futuro a Contratante providenciará, no orçamento competente, a previsão de dotação orçamentária correspondente à natureza da despesa decorrente desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1 - As demais cláusulas e condições do contrato aditado que não foram alteradas ou substituídas por este
ADITIVO, permanecem em vigor para todos os efeitos.

E por estarem assim, justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o assinam.

Cajuri, 27 de Dezembro de 2023.

Publicado por:
Uderlaindo José Batalha
Código Identificador:C6C706C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00333/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00333/2026 – Processo nº 002/2026 – Pregão nº 001/2026 - Contratada empresa **Alplas Comercio De Embalagens e Produtos Plasticos Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço situado na Rua Maurilio Gomes Da Silveira, 111 - Monte Castelo - Volta Redonda - RJ - 27253-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.053.762/0001-72 , com valor total de **R$ 3.400,00** (Três mil e quatrocentos reais) - **Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DIVERSOS.**

Vigência: 08/09/2026 a 08/09/2027.

Campanha/MG, 08 de Setembro de 2026.

ESTER CARNEIRO CACIANO
Departamento de Compras

Publicado por:
Ester Carneiro Caciano
Código Identificador:D55F05B0

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 280/2025

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 280/2025 – Processo nº 0065/2025 – Inexigibilidade nº 0021/2025. Contratada empresa **CLÍNICA MÉDICA DR. LINA CECILIA DIAS MAIA LTDA -** CNPJ N° **34.308.512/0001-31,** com endereço à Pc Dr. Jefferson De Oliveira, nº 65 - Centro - Campanha/MG – CEP:37.400-000. **Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM PEDIATRIA.**
Vigência: 16/09/2026 a 15/09/2027.

Campanha/MG, 08 de Setembro de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:3F19028B

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 00117/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Prefeitura Municipal da Campanha			
Registro de Preços Eletrônico - 41/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - MARMITEX COM APROXIMADAMENTE 700GR DE ALIMENTOS. - marmitex - Valor Referência: R$ 25,1700			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FABIANO XAVIER OLIVEIRA	25,0000	75.000,0000	Homologado em 08/09/2026 16:22:04 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
0002 - MARMITEX COM APROXIMADAMENTE 700GR DE ALIMENTOS. - marmitex - Valor Referência: R$ 25,1700			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FABIANO XAVIER OLIVEIRA	25,0000	25.000,0000	Homologado em 08/09/2026 16:22:04 Por: LAZARO ROBERTO DA SILVA
LAZARO ROBERTO DA SILVA			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:E3088DDF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS – MG –
EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 90/2026 -
INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026

Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG – EXTRATO DO CONTRATO - PROCESSO Nº 90/2026 - Inexigibilidade Nº 22/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ÁREAS ESPECÍFICAS DE ATUAÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS-MG.. Contratado: REVIGORE CENTRO MEDICO E EXAMES LTDA. Contrato nº. 163/2026. Vigência: 08/09/2026 a 10/08/2027. Data assinatura 08/09/2026. Valor Contrato: R$ 502.484,40.

Campos Altos – MG, 08/09/2026.

***VICENTE DE PAULO MATEUS* –**
Pref. Mun.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:D5D85477

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1057/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 074/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 1057/2026, modalidade Dispensa Eletrônica nº 074/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1057/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 074/2026.

OBJETO: Contratação direta de empresa, mediante dispensa de licitação, para o fornecimento parcelado de café torrado e moído, de primeira linha, com pó homogêneo, tipo tradicional e padrão de qualidade compatível com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência

CONTRATADA: B W COFFE LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 51.180.559/0001-81.

VALOR DO CONTRATO: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026.

Pelo presente, promovo a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 08 de setembro de 2026.

ERYCK CHRYSTYAN RAVAIANI DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira
Código Identificador:FF045D25

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO DE RESULTADO FINAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 646/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026 - CREDENCIAMENTO N° 001/2026

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 646/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026
CREDENCIAMENTO N° 001/2026

EXTRATO DE RESULTADO FINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, CONTRATO, ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO.

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 646/2026, modalidade Inexigibilidade nº 020/2026, Credenciamento n° 001/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO e CONTRATO:**

Processo Administrativo nº 646/2026 - Inexigibilidade nº 020/2026 - Credenciamento n° 001/2026.

OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para prestação eventual de serviços de mão de obra mecânica, manutenção e reparação de sistemas de ar-condicionado veicular e serviços elétricos automotivos, destinados à manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Carangola, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais e demais setores vinculados, conforme necessidade da Administração e disponibilidade financeira, observando-se que, para os itens 2 e 3, as empresas deverão possuir estrutura física situada no perímetro urbano do Município de Carangola, e, para os itens 1 e 4, deverão possuir estrutura física localizada no Município de Carangola ou em raio de até 100 km da sede municipal.

CONTRATADA: ARMANDO CESAR PERON / TORNADO MOTOS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.886.870/0001-60.
ITENS CREDENCIADOS: Item 3 - Serviços de mecânica em motocicletas

CONTRATADA: ADRIANO REIS DA SILVA / AUTO CLIMA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.392.678/0001-37.
ITENS CREDENCIADOS: Item 2 - Serviço de mão de obra elétrica linha leve e Item 4 - Serviços de reparo em sistemas de ar condicionado veicular.

CONTRATADA: 12.916.093 GILBERTO SILVA INOCENCIO inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.916.093/0001-88.
ITENS CREDENCIADOS: Item 1 - Serviço de mão de obra mecânica linha máquinas pesadas (retroescavadeira, trator agrícola, pá carregadeira e motoniveladora) e Item 2 - Serviço de mão de obra elétrica linha leve.

CONTRATADA: MOIADO MOTOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 47.151.134/0001-77.
ITENS CREDENCIADOS: Item 3 - Serviços de mecânica em motocicletas.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo o consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 08 de setembro de 2026.

ERYCK CHRYSTYAN RAVAIANI DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira
Código Identificador:F080268B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARBONITA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PAL 68/2026 CREDENCIAMENTO 05/2026

A Prefeitura Municipal de **Carbonita** torna público o **P.A.L 68/2026**- CREDENCIAMENTO Nº **005/2026** INEX.**15/2026, Objeto**: presente Credenciamento a prestação de serviços técnicos de manutenção elétrica, mecânica e hidráulica em poços artesianos, sob demanda da Prefeitura Municipal de Carbonita/MG. Apartir de **09/09/2026 a 09/09/2027,** Informações pelo e-mail: licitacao@carbonita.mg.gov.br, editais pelo site: https://carbonita.mg.gov.br/licitacoes.

Publicado por:
Vanderleia Amaral Oliveira
Código Identificador:A7671786

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PAL 75 PREGÃO ELETRONICO 29_2026

A Prefeitura Municipal de Carbonita torna público o edital do P.A.L 75/2026- P. E. Nº 29/2026, Objeto : Aquisição de brinquedos pedagógicos e bens duráveis para a creche municipal mestra Zefina, escola em tempo integral e as demais escolas do município de Carbonita/MG. **Data: 22/09/2026, as 09:00h**.Informações pelo e-mail: licitacao@carbonita.mg.gov.br, editais pelo site: https://carbonita.mg.gov.br/licitacoes.

Publicado por:
Vanderleia Amaral Oliveira
Código Identificador:9A7B7377

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PAL 76 PREGÃO ELETRONICO 30_2026

A Prefeitura Municipal de Carbonita torna público o edital do **P.A.L 76/2026- P. E. Nº 30/2026,** Objeto : Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na locação de estruturas, equipamentos e prestação de serviços correlatos de apoio à realização de eventos festivos, culturais e comemorativos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo do Município de Carbonita/MG. **Data: 23/09/2026, as 09:00h**.Informações pelo e-mail: licitacao@carbonita.mg.gov.br, editais pelo site: https://carbonita.mg.gov.br/licitacoes.

Publicado por:
Vanderleia Amaral Oliveira
Código Identificador:98DBD5B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO PRC 76.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, Extrato de Termo de Anulação. **Processo** N°. 76/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO **–** Nº. 29/2026 referente ao Registro de preço para eventual e futura aquisição de roçadeiras manuais para atender às necessidades do setor de Manutenção de Parques, Praças, Jardins, Distritos e Povoados, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**. Data do Termo de Anulação:** 24 de julho de 2026.

LEONARDO GODINHO SANTOS -
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:7C72B8B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
CONCORRÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Concorrência Eletrônica n.º 012/2026 – Processo Licitatório n.º 124/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital da Concorrência Eletrônica nº 012/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para a Reforma e a Execução do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo do Município de Carmo da Mata/MG, incluindo mão de obra e materiais, conforme especificações constantes no projeto básico, planilhas orçamentárias, projetos existentes e demais documentos, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Carmo da Mata/MG, nos termos do projeto aprovado.. Data e horário de início da sessão: 28/09/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:3B5FC55E

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ATA CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: DETENTOR DA ATA: **A & T COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 59.755.150/0001-58**. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMOBILIÁRIO ESCOLAR, CONVÊNIO Nº 1261001818/2026/SEE. DATA: 08/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:23C85D98

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE ATA CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: DETENTOR DA ATA: **SOLUCOES DELTA LTDA, CNPJ 58.038.611/0001-09**. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMOBILIÁRIO ESCOLAR, CONVÊNIO Nº 1261001818/2026/SEE. DATA: 08/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:7474DC77

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **LOGMOVI LTDA**. CNPJ: 44.333.497/0001-35. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRINHO PARA VARRIÇÃO URBANA, DESTINADO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, INCLUINDO A VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, BEM COMO A COLETA E O TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DA VARRIÇÃO, VISANDO AO APRIMORAMENTO E À EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS E ÀS AÇÕES PREVISTAS NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 009/2025. DATA: 08/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:61D6FBD3

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **CLINICA MEDICA FELIPE AMERICO LTDA,** CNPJ Nº 41.455.068/0001-42. OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICAS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA: 08/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:D5BD95B4

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **E. A. DE QUEIROZ JUNIOR, CNPJ nº 41.198.651/0001-15**. OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICAS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA: 08/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:9A06CC75

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **FMFF MED SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 42.434.648/0001-16**. OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICAS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA: 08/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:C21C2623

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
AVISO DE DISPENSA Nº 023/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 023/2026

O Município de Carmo de Minas/MG, CNPJ: 18.188.243/0001-60, neste ato representado pela Autoridade Competente, Sr. Darci Palma de Melo, torna público a todos os interessados, o Aviso de Dispensa de Licitação nº 023/2025.

Tipo Menor Preço Global, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital – Plataforma de Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 112871

Objeto: Contratação de empresa especializada no serviço de emissão de Certificado Digital (A1 e A3 para pessoa física E-CPF e também pessoa jurídica E-CNPJ), padrão ICP-Brasil e fornecimento de dispositivo de armazenamento de certificados digitais do tipo TOKEN USB para atender as necessidades dos diversos setores e secretarias da prefeitura de Carmo de Minas

Data de Publicação: 08/09/2026 16:33:25

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 14/09/2026 08:00:00

Critério de julgamento: Menor Preço Global

Modo de disputa: Aberto

Valor total do processo: R$ 10.207,78

Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112871

Darci Palma de Melo - Autoridade Competente

Carmo de Minas/MG, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:28B15B69

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 123/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº. 047/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para ministrar o curso com o tema "PROCEDIMENTOS AUXILIARES: CREDENCIAMENTO E REGISTRO DE PREÇOS".

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO PLENUM BRASIL LTDA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 21.650.715/0001-60

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08 de setembro de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:16D1A90D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 077/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 077/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Luiz Gomes, nº 150, Centro, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **AGIT SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.774.904/0001-86.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 077/2024, cujo escopo consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (Grupos A, B e E). Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com início em 10/09/2026 e término previsto para 10/09/2027, visando garantir a continuidade do serviço essencial de saúde pública no município.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditamento fundamenta-se no art. 107, caput, e no art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o art. 53 do mesmo diploma legal.

DATA DA ASSINATURA: 04/09/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:F4A4CB94

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 84/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2026. Extrato do Termo de Contrato nº. 84/2026. Contratante: Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Contratada: INSTITUTO LARISSA LIRA CURSOS, TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 41.587.950/0001-41; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS CONSELHEIROS TUTELARES E AOS CONSELHEIROS DE DIREITOS DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG.Valor Global: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Vigência: O presente contrato terá prazo de vigência de 90 (noventa) dias, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 91, § 4° da Lei Federal nº 14.133/21, mediante termo aditivo.Data de Assinatura: 14/08/2026.

Carneirinho-MG.

WILLIAN MARTINS MAIA-
Prefeito Municipal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:E993E4E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 988/2026

DECRETO Nº 988/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE WENDELL LOPES PEREIRA DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE TURISMO E CULTURA.

O Prefeito Municipal de Catas Altas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 223/2007;

DECRETA:
Art. 1º – Fica exonerado no dia 03 de setembro de 2026, o **SR. *WENDELL LOPES PEREIRA*** do cargo de Secretário Municipal Interino de Turismo e Cultura, nomeado por meio do Decreto 971/2026, de 29 de julho de 2026.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º – Publique-se, na forma da Lei.

Catas Altas, 03 de setembro de 2023.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:9BC56D9B

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 989/2026

DECRETO Nº 989/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FLÁVIA APARECIDA MENDES BATISTA, PARA O CARGO

DE SECRETARIA INTERINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

O Prefeito Municipal de Catas Altas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei n.º 223/2007,

DECRETA:

A**rt. 1º.** Além das atribuições legais que é peculiar e inerente ao cargo em exercício de Secretária Municipal De Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo E Inovação, nomeia na data de 04 de setembro de 2026, ***FLÁVIA APARECIDA MENDES BATISTA*** para responder interinamente pela Secretaria Municipal Turismo e Cultura.

A**rt. 2º.** Pelo exercício do cargo de Secretária Municipal Interina de Turismo e Cultura, não haverá acumulo de remuneração com o cargo já em exerci-o.

A**rt. 3º.** Este decreto entra em vigor nesta data.

A**rt. 4º.** Publique-se, na forma da Lei.

Catas Altas, 04 de setembro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:C4093F5B

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 991/2026

DECRETO Nº 991/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE WENDELL LOPES PEREIRA, PARA O CARGO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO INTERINO .

O Prefeito Municipal de Catas Altas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei n.º 223/2007,

DECRETA:

A**rt. 1º.** Além das atribuições legais que é peculiar e inerente ao cargo em exercício de Secretário Municipal de Esportes e Lazer, nomeia na data de 08 de setembro de 2026, **WENDELL LOPES PEREIRA** para responder interinamente pelo cargo de Assessor de Comunicação.

A**rt. 2º.** Pelo exercício do cargo de Assessor de Comunicação, não haverá acumulo de remuneração com o cargo já em exerci-o.

A**rt. 3º.** Este decreto entra em vigor nesta data.

A**rt. 4º.** Publique-se, na forma da Lei.

Catas Altas, 08 de setembro de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:B959722A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG –EXTRATO DE ATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2026 – PREGÃO ELETRONICO 0035/2026.

A Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, Setor de Licitações, torna público o resultado de julgamento do **PROCESSO LICITATÓRIO nº 0117/2026, PREGÃO| ELETRONICO| REGISTRO DE PREÇO n°0035/2026,** que tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCIAL DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA (GLP), EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG.** Empresa vencedora: ARMAZEM DO MELADO LTDA - 58.953.323/0002-60, situada na R BIAS FORTES - CENTRO - Congonhal - MG com o valor total de R$ 129.700,00 (cento e vinte e nove mil e setecentos reais).

Congonhal/MG, 08 de setembro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal de Congonhal -MG.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:A1787466

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0117/2026 – PREGÃO ELETRONICO Nº 0035/2026.

O Prefeito Municipal de Congonhal, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o julgamento feito pela Comissão de Licitação designada pela Portaria Administrativa n° 3035, referente ao Processo Licitatório n° 0117/2026 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 0035/2026 que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCIAL DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA (GLP), EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAL/MG**. conforme especificado no Edital.

Congonhal-MG, 08 de setembro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal de Congonhal -MG.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:444B182E

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1774, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026. ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL N. 1.411, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1774, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL N. 1.411, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Câmara Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 1.411, de 06 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica autorizada a desafetação do imóvel público identificado pela matrícula nº 129.526, situado na Rua José Gomes Sobrinho, com área total de 1.311,194 m² e a doação do referido imóvel pertencente ao Município de Congonhal para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Congonhal - APAE de Congonhal, inscrita no CNPJ nº 24.999.600/0001-73, conforme matrícula que faz parte da presente lei.

Art. 2º O art. 2º da Lei Municipal nº 1.411, de 06 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) anos para construção e instalação, a contar da lavratura da escritura pública de doação,

podendo ser prorrogado mediante autorização legislativa pelo mesmo período.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congonhal/MG, 03 de setembro de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito do Município de Congonhal/MG

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:31182623

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 4920/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre a delegação da função de liquidante e ordenador de despesas no Município de Conquista/MG dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, Sr. BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO, no uso de suas atribuições legais no que lhe confere o artigo 207 da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que, a priori, a execução das despesas, desde sua ordenação até sua liquidação, para maior fiscalização, deve ser efetivada pelo titular da pasta que utiliza dos serviços ou dos bens adquiridos;

Considerando, que a Administração Pública deve cercar-se de todas as cautelas possíveis para fiscalizar e organizar suas despesas, inclusive descentralizando tais atribuições, inclusive delegando as mesmas;

Considerando, que o ordenador e o liquidante da despesa deve ser servidores diversos em observância do princípio da segregação de funções e,

Considerando que, com a delegação que se faz, os nomeados passam, diretamente, a se responsabilizarem, pessoalmente, por todos os atos que autorizarem, no que concerne a execução financeira das respectivas despesas.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica delegado aos seguintes servidores públicos municipais de Conquista/MG, os poderes de Ordenador e Liquidante de Despesas, dentro da execução orçamentária do Município.

VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA

Ordenador de Despesas: **ALBERTO GOMIDE BISINOTO**
Liquidante de Despesa**: JOÃO PAULO VALENTINO BORGES PIRES**

Art. 2º - Aos servidores de que trata o artigo anterior, desenvolverão os trabalhos até que editada norma, dispondo em contrário ou estabelecendo substituição.

Art. 3º- O exercício das atividades previstas no artigo 1º. é considerado como serviço público relevante, vinculado ao exercício aos cargos para os quais foram originariamente nomeados, motivo pelo qual os seus executores, não perceberão qualquer remuneração extraordinária pelo seu desempenho.
Art. 4º - Fica delegada a competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, para os titulares das Secretarias Municipais, da Procuradoria Geral do Município e da Unidade de Controle Interno, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, nas respectivas áreas de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para a prática dos seguintes atos:

I - ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes aos créditos orçamentários;

II - a homologação, adjudicação, revogação e anulação de procedimentos licitatórios e a ratificação de processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, cuja competência fica a cargo do titular da Secretaria Municipal requisitante, e a assinatura de contratos e atas de registro de preços, desde que previamente examinado pela Procuradoria Geral do Município e ressalvado o disposto nos incisos I a V, do § 4º deste artigo;

III - aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133 de 1º. de abril de 2021, para o inadimplemento ou inexecução do contrato, ata ou qualquer outro instrumento de ajuste, sem prejuízo de sua rescisão pelo Prefeito Municipal, reparação pelos prejuízos na esfera cível e sanções criminais.

§ 1º. Excluem-se da delegação de competência estabelecida no inciso I deste artigo, a ordenação de despesas com pessoal, encargos sociais e estagiários da Administração Direta, que permanecem ordenadas pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Os atos administrativos referentes aos procedimentos licitatórios, bem como às dispensas e inexigibilidades, de que trata o parágrafo anterior, serão praticados após parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município e manifestação da Unidade de Controle Interno.

§ 3º. Fica delegada ao Agente de Contratação das licitações a tomada de decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação nos termos da lei 14.133/2021.

§ 4º. Exclui-se da delegação de competência estabelecida no inciso II deste artigo:

I - As operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II - Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal;

III - A autorização para abertura de procedimento administrativo de despesa;

IV - A assinatura de convênios e outros instrumentos congêneres, excepcionados os casos mencionados no Decreto 2.474/2018 e posteriores atualizações;

V - Outros atos de ordenação de despesas que não estejam expressamente previstos neste Decreto.
Art. 5º - Os ordenadores de despesa serão responsáveis pela adequada instrução dos pedidos de autorização para abertura dos procedimentos administrativos de despesas.

Parágrafo único. A autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de procedimento administrativo de despesa não é considerada ato de ordenação de despesa, não implicando em autorização para sua realização.

Art. 6º - Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de: autorizar despesas, reconhecer dívidas e ordenar o pagamento, adiantamento, suprimento de fundos ou dispêndio de recursos pelos quais responda.

§ 1º. O Ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

§ 2º. O ato de liquidação da despesa será subdelegado a servidor indicado pelo titular da Secretaria afim pertinente em conformidade com o artigo 1º. deste Decreto.

§ 3º. No caso dos departamentos, havendo gestor nomeado, o Secretário constará como ordenador da despesa, e o gestor poderá ser o responsável pela liquidação da despesa mediante ato de designação.

Art. 4º - Considera-se, para os efeitos deste Decreto, ordenada a despesa a partir da formalização da autorização de empenho, responsabilizando-se como seu ordenador, o titular do órgão cuja dotação orçamentária for onerada.

Art. 5º - As notas de empenho, de liquidação e ordens de pagamento deverão constar, em local apropriado, o nome do ordenador da despesa e seu cargo, e serão assinadas, em conjunto, pelo ordenador da despesa, pelo liquidante no caso da liquidação, pelo responsável pelo Setor Financeiro ou pelo titular da Secretaria Municipal da Fazenda no campo da Tesouraria e pelo responsável pelo Departamento de Contabilidade, sem prejuízo da análise do Sistema de Controle Interno Municipal.

Art. 6º - Os pagamentos de despesas serão realizados obrigatoriamente por sistema de transferência ou pagamento eletrônico, ficando o pagamento via cheque nominal destinado a situações excepcionais, nas quais se mostre impossível ou não recomendável a realização de transferência eletrônica, a critério do titular da Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. A efetivação de pagamento por meio eletrônico e transferência de recursos serão realizadas sempre pelo responsável pela Tesouraria ou Setor Financeiro de cada Secretaria e/ou pelo titular da Secretaria Municipal de Fazenda, em conjunto com o Prefeito Municipal.

Art. 7º - Os pagamentos a fornecedores e prestadores serão realizados com estrita observância da Ordem Cronológica prevista no artigo 141 da Lei nº. 14.133/2021.

Art. 8º - As competências delegadas neste Decreto poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito Municipal, independentemente de novo decreto.

Art. 9º - A delegação de que trata este decreto não impedirá que o chefe do Executivo, nos casos em que entender necessário, venha exercer, diretamente, referidas atribuições.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 08 (oito) dias de setembro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Natalia de Souza Soares
Código Identificador:BDC92DE7

PROCURADORIA JURÍDICA
EMENDA Á LEI ORGÂNICA 003/2026 DE 08.09.2026

EMENDA À LEI ORGÄNICA Nº 003/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera o art. 390-A da Lei Orgânica do Município de Conquista/MG para adequar o percentual das emendas parlamentares impositivas ao limite estabelecido pela legislação constitucional vigente e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Povo do Município de Conquista - Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e a Mesa da Câmara Municipal de Conquista, nos termos legais e regimentais, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º. O § 1º do art. 390-A da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde."

Art. 2º O § 3º do art. 390-A da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 1º deste artigo, em montante correspondente a 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, observados os critérios para execução equitativa da programação definidos na legislação aplicável."

Art. 3º O § 8º do art. 390-A da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 8º Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 3º deste artigo, até o limite de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior."

Art. 4º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Conquista/MG, aos 08 (oito) dias do mês de setembro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:10A445F6

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 136/2026

Processo Licitatório nº 110/2026
Pregão nº 036/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **CANASSA & VALENTE LTDA ME**

OBJETO: É objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada em Solução de Tecnologia da Informação, compreendendo o fornecimento de infraestrutura de hardware (servidor de processamento e armazenamento, ativos de energia e periféricos), juntamente com a prestação de serviços continuados de instalação, configuração, monitoramento, manutenção preventiva, corretiva e suporte técnico presencial e remoto para ambiente de virtualização baseado em software livre, com atendimento em regime de plantão (sobreaviso e presencial) inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

VALOR: O valor total da prestação de serviços é de R$ 44.998,80 (quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R$ 3.749,90 (três mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 meses da data da assinatura do contrato , podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Prefeitura, permitida a negociação com o contratado.

CONQUISTA/MG,08 DE SETEMBRO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:4C106D8C

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **61.572.136 VINICIUS EDUARDO CRUZ ETCHEBEHERE**

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO PADRÃO PMMG.
1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

VALOR: O valor da prestação de serviços é de R$ 11.610,00 (onze mil, seiscentos e dez reais).

VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias conforme Termo de Referência
3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Prefeitura, permitidos a negociação com o contratado.

CONQUISTA/MG,02 DE SETEMBRO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:1D5D9239

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 085/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2023
DISPENSA Nº 055/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **RICA TECH SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**

OBJETO: Fica rescindido o Contrato nº 085/2026, **a partir do dia 02 (dois) de setembro de 2026**, tendo em vista que inexiste a necessidade de continuidade da prestação de serviços ora contratados, não havendo interesse do Município na manutenção da contratação.

CONQUISTA/MG,02 DE SETEMBRO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:3A24991F

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL 1490/2026 DE 03.09.2026

LEI MUNICIPAL Nº 1490/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

"Institui a Honraria "Mérito do Idoso Conquistense", destinada ao reconhecimento de pessoas idosas que tenham prestado relevantes serviços ao Município de Conquista/MG."

O Povo do Município Conquista, Estado de Minas Gerais, através de seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Conquista/MG, a Honraria **"Mérito do Idoso Conquistense"**, destinada ao reconhecimento de pessoas idosas que tenham prestado relevantes serviços ao Município, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, educacional, econômico, comunitário, esportivo, religioso ou humanitário.

Art. 2º. Poderão ser agraciadas com a honraria pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, naturais ou residentes no Município de Conquista/MG, que possuam trajetória reconhecida de relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 3º A Honraria "Mérito do Idoso Conquistense" poderá ser concedida pelo Poder Executivo, preferencialmente em programação alusiva ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, celebrado em 1º de outubro.

Art. 4º. A forma de concessão da honraria, bem como os critérios para indicação, seleção dos homenageados, organização da solenidade e definição do símbolo de reconhecimento, poderão ser estabelecidos em regulamento, caso o Poder Executivo opte por sua implementação.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 03 (três) dias do mês de setembro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:35B2E8A2

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5482/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5482/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 71 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder licença remunerada, para tratamento médico, aos servidores abaixo relacionados:

- **MAGNO AUGUSTO DE SANTANA,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, pelo período de 09 (nove) dias, de 27.08 a 07.09.2026, para tratamento médico;

- **MARIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 10 (dez) dias, de 25.08 a 03.09.2026, para tratamento médico;

- **FABIANA MATIOLI BATISTA,** ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de saúde, pelo período de 60 (sessenta) dias, de 24.08 a 23.10.2026, para tratamento médico, sendo que todo período será suportado pelo INSS.

- **LUMA RAFAELA PEREIRA,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 60 (sessenta) dias, de 28.08 a 27.10.2026, para tratamento médico, sendo que 01 (um) dia será suportado pelo Município e os demais pelo INSS.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos na data de 24 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 08 (oito) dias do mês de setembro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:91A155E8

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5483/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5483/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder licença maternidade, à servidora abaixo relacionada, conforme previsão do art. 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

- **MARIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de **04.09.2026**.

Artigo 2º - No período de 120 (cento e vinte) dias, as servidoras receberão seus vencimentos através do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS e o restante pelo Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 07 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 08 (oito) dias de setembro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:A278473D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 83/2026 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 18/2026

No uso legal das atribuições que me são conferidas, Ratifico o posicionamento da CPL, **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS ALTO BOM JESUS**, para os serviços citado, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal Assistência Social.

CONTRATADO: SINTIA KELLY ALENCAR OLIVEIRA CAVALCANTI.
VALOR MENSAL **R$ 1.600,00 (UM MIL SEISCENTOS REAIS).**
VALOR TOTAL: **R$ 38.400,00 (TRINTA OITO MIL QUATROCENTOS REAIS).**

Base Legal: Art. 74, V, Lei 14.133/2021.

Coração de Jesus/MG, 08 de setembro de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronaldo Vilela Prado Junior
Código Identificador:23D8B7F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 468, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

"Instaura Processo Administrativo Sancionatório (PAS) para apuração de descumprimento de obrigações contratuais e aplicação de penalidades administrativas em desfavor da empresa Teles Soluções Empresariais LTDA, no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 068/2026."

O Prefeito Municipal de Córrego Danta - MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a empresa Teles Soluções Empresariais LTDA, CNPJ nº 48.566.347/0001-22, restou registrada na Ata de Registro de Preços nº 068/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2026 (Processo Licitatório nº 042/2026), para fornecimento do Item 27 (Café em pó tipo 1, tradicional, torrado e moído, pacote de 500g);

CONSIDERANDO os relatórios e documentos encaminhados pelo Setor de Compras e Licitações, que demonstram o não atendimento injustificado das Notas de Autorização de Fornecimento (NAFs) nº 002945, 002952, 002986 e 003024, totalizando 130 pacotes de café não entregues à municipalidade;

CONSIDERANDO que a detentora do registro, ao ser instada administrativamente sobre o atraso das entregas, limitou-se a apresentar justificativas informais e inidôneas acerca dos custos elevados de transporte e frete (alegando representar 60% do valor do pedido) para forçar o agrupamento de pedidos adicionais, conduta que infringe o dever de fornecer o objeto parcelado e viola o equilíbrio contratual e o risco inerente à atividade por ela assumida no certame (Item 5.3.6 do TR do Edital);

CONSIDERANDO que a detentora do registro, devidamente notificada para regularização do fornecimento no prazo de advertência, manteve-se inadimplente, caracterizando, em princípio, infração de inexecução parcial do ajuste capitulada no artigo 155, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o teor do Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo Sancionatório (PAS) em desfavor da empresa Teles Soluções Empresariais LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.566.347/0001-22, com sede na Avenida Setecentos, nº 26, Terminal Intermodal da Serra, Serra/ES, CEP 29161-414, para fins de apuração de responsabilidade administrativa por descumprimento de obrigações contratuais no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 068/2026, e aplicação das penalidades previstas em lei e no edital.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais Reginaldo Saturnino Cardoso, matrícula nº 2196; Regina Celis Lima de Azevedo, matrícula nº 2206-7; e Rafaela Aparecida da Silva Pereira, matrícula nº 2204, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Apuração e Processamento Sancionatório, competindo-lhes a instrução do feito e a elaboração do relatório final.

Art. 3º - Determinar à Comissão designada que promova a regular notificação da empresa Teles Soluções Empresariais LTDA, para que, querendo, apresente sua defesa prévia e requeira a produção de provas que julgar pertinentes, no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 08 de setembro de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:0041E02B

SETOR DE LICITAÇAO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026 ARP Nº 068/2026

NOTIFICADA: TELES SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ: 48.566.347/0001-22
Representante: Carolina Tietjen Teles
E-mail: licitacao.telessolucoes@gmail.com
Telefone: (49) 9132-9784
Endereço: Avenida Setecentos, nº 26, Terminal Intermodal da Serra, Serra/ES – CEP 29161-414

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE FORNECIMENTO PENDENTE – ITEM 27 (CAFÉ EM PÓ)

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG, por meio do Setor de Licitações, no exercício do dever de acompanhamento e fiscalização das contratações administrativas, vem NOTIFICAR formalmente a empresa TELES SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.566.347/0001-22, acerca da pendência de fornecimento do Item 27 – Café em Pó, objeto da Ata de Registro de Preços nº 068/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2026, para que apresente manifestação e promova a imediata regularização do fornecimento, nos termos e prazos abaixo estabelecidos.
O item registrado corresponde a:

• Item: 27;
• Descrição: Café em pó tipo 1, tradicional, torrado e moído;
• Marca: OURO;
• Modelo: Tradicional 500g Vácuo;
• Quantidade registrada: 2.500 pacotes;
• Unidade: Pacote;
• Valor unitário: R$ 18,72;
• Valor total registrado: R$ 46.800,00.

1. DAS NOTAS DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO PENDENTES
Conforme as Notas de Autorização de Fornecimento – NAFs encaminhadas à empresa, encontram-se pendentes de atendimento as seguintes solicitações:
NAF nº 002945, emitida em 12/08/2026, referente ao fornecimento de 20 (vinte) pacotes de café, destinados à Secretaria Municipal de Agricultura;
NAF nº 002952, emitida em 12/08/2026, referente ao fornecimento de 48 (quarenta e oito) pacotes de café, destinados à Secretaria Municipal de Administração;
NAF nº 002986, emitida em 13/08/2026, referente ao fornecimento de 50 (cinquenta) pacotes de café, destinados à Secretaria Municipal de Obras;
NAF nº 003024, emitida em 18/08/2026, referente ao fornecimento de 12 (doze) pacotes de café, destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Dessa forma, permanecem pendentes 130 (cento e trinta) pacotes de café. As NAFs foram emitidas em 12, 13 e 18 de agosto de 2026 e, até 08 de setembro de 2026, nenhuma das solicitações acima relacionadas havia sido integralmente atendida.
A situação exige pronta regularização, sobretudo porque o estoque disponível se encontra próximo do fim, havendo risco concreto de desabastecimento e de prejuízo à continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos municipais.

2. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DA RAZOABILIDADE DO TEMPO JÁ TRANSCORRIDO
O Termo de Referência estabelece que o fornecimento será parcelado, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF. Para o café torrado e moído, a regra específica é de fornecimento sob demanda, mediante a respectiva NAF. Também determina que as entregas observem os locais, datas e horários indicados pela Administração e que todos os custos de transporte, carregamento, descarregamento, embalagens e demais despesas necessárias ao fornecimento sejam suportados pela contratada.
Verifica-se, contudo, que o instrumento convocatório não fixou, para o café torrado e moído, um prazo geral expresso em número de dias contado da emissão da NAF. Essa ausência de prazo numérico específico recomenda cautela: não se deve atribuir retroativamente à contratada um prazo que não constou de forma objetiva do edital ou da Ata.
Isso não significa, entretanto, que o fornecedor possa postergar indefinidamente o atendimento das requisições. A própria sistemática do Termo de Referência pressupõe atendimento compatível com a necessidade administrativa: as entregas devem seguir a programação da Administração; pedidos de grandes quantidades exigem NAF com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; a contratada deve comunicar formalmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, fato que possa comprometer a entrega; e o descumprimento injustificado dos prazos de entrega pode ensejar apuração administrativa.
Para fins exclusivamente de aferição da razoabilidade da demora — e não como criação retroativa de prazo editalício — considera-se que, tratando-se de café industrializado, não perecível no curto prazo, de pronta circulação comercial, e de requisições de pequena monta (20, 48, 50 e 12 pacotes), um período de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de cada NAF constituiria referência administrativa conservadora e suficiente para organização logística ordinária. Mesmo adotando esse parâmetro mais favorável à fornecedora, o lapso já transcorrido é substancialmente superior.
Com efeito, desde as primeiras NAFs, emitidas em 12/08/2026, decorreram mais de 20 (vinte) dias corridos até a presente notificação, e mesmo a NAF mais recente, de 18/08/2026, permanece sem atendimento após período muito superior ao que razoavelmente se

espera para o fornecimento de produto dessa natureza. A demora, portanto, não se mostra compatível com a obrigação de atendimento sob demanda assumida pela detentora da Ata.

3. DA JUSTIFICATIVA INFORMAL APRESENTADA PELA EMPRESA

A empresa apresentou, de maneira informal e somente após já existentes as pendências, por meio de aplicativo de mensagens, justificativa no sentido de que os custos com frete corresponderiam a aproximadamente 60% (sessenta por cento) do valor dos pedidos, pleiteando o agrupamento de novas requisições para tornar as entregas economicamente mais convenientes.

A justificativa, tal como apresentada, não afasta a obrigação assumida. O Termo de Referência atribui expressamente à contratada todos os custos relativos ao transporte, carregamento, descarregamento, embalagens, conservação, mão de obra, equipamentos e demais despesas necessárias ao perfeito fornecimento. Além disso, os preços ofertados no certame abrangem os custos incidentes sobre a execução do objeto, cabendo ao fornecedor dimensionar sua proposta considerando a natureza parcelada e sob demanda do registro de preços.

A conveniência econômica de acumular pedidos não pode ser imposta unilateralmente à Administração, pois alteraria, na prática, a dinâmica de fornecimento prevista no certame e transferiria ao Município risco logístico e comercial que integra a esfera de responsabilidade da fornecedora. Eventual fato superveniente efetivamente capaz de inviabilizar o cumprimento da obrigação deve ser formalmente demonstrado, acompanhado da documentação pertinente e submetido à apreciação administrativa pelos meios próprios.

Registra-se, ainda, que o Termo de Referência exige comunicação formal e antecipada de qualquer fato capaz de comprometer o prazo de entrega. A justificativa informal apresentada por aplicativo de mensagens não substitui o dever de comunicação formal nem autoriza, por si só, a suspensão ou postergação das NAFs já emitidas.

4. DO DEVER DE REGULARIZAÇÃO E DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

A Ata de Registro de Preços formaliza o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no processo e incorpora as obrigações e condições previstas no Termo de Referência. O próprio Termo de Referência autoriza a Administração a notificar a contratada acerca de irregularidades e a fixar prazo para correção ou regularização, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

O atraso injustificado no fornecimento e a inexecução total ou parcial das obrigações assumidas constituem hipóteses passíveis de apuração e aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital e na Ata de Registro de Preços, observados, em procedimento próprio, a gravidade da conduta, os prejuízos causados, as circunstâncias do caso concreto, o contraditório e a ampla defesa.

A presente notificação possui caráter de cobrança formal e de oportunidade para saneamento imediato da pendência, não se confundindo com decisão de aplicação de penalidade e não afastando eventual apuração posterior dos fatos já ocorridos, caso necessária.

5. DA NOTIFICAÇÃO E DOS PRAZOS PARA MANIFESTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO

Diante do exposto, fica a empresa TELES SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA formalmente NOTIFICADA para que:

I – no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento desta Notificação Administrativa, apresente manifestação formal e fundamentada acerca da pendência e da demora no atendimento das NAFs nº 002945, 002952, 002986 e 003024, informando expressamente se possui condições de cumprir integralmente as obrigações assumidas;

II – independentemente da apresentação da manifestação referida no inciso anterior, promova, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento desta notificação, a regularização integral do fornecimento pendente, mediante entrega dos 130 (cento e trinta) pacotes de café correspondentes às NAFs acima relacionadas;

III – na manifestação de 24 (vinte e quatro) horas, informe a data e o horário previstos para a entrega, respeitado, em qualquer hipótese, o prazo máximo de 03 (três) dias úteis ora fixado, a fim de possibilitar o acompanhamento e o recebimento pela Administração;

IV – caso alegue impossibilidade total ou parcial de cumprimento, apresente, dentro das mesmas 24 (vinte e quatro) horas, justificativa formal, circunstanciada e acompanhada dos documentos comprobatórios pertinentes, sem que tal alegação produza efeito suspensivo automático sobre a obrigação de fornecimento;

V – abstenha-se de condicionar o atendimento das NAFs já emitidas à realização de novos pedidos, ao atingimento de quantidade mínima, à formação de carga ou a qualquer outro requisito não previsto nos instrumentos da contratação, salvo se houver prévia e expressa autorização da Administração.

O prazo de 24 (vinte e quatro) horas destina-se à manifestação formal da empresa e à apresentação de eventuais justificativas. O prazo de 03 (três) dias úteis constitui prazo final de regularização fixado pela Administração diante da pendência já existente, com fundamento no dever de fiscalização e na prerrogativa de exigir o cumprimento das condições de fornecimento.

A ausência de manifestação, a recusa expressa em cumprir as NAFs, o condicionamento indevido da entrega à emissão de novos pedidos ou a não regularização integral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis poderão ensejar a instauração do procedimento administrativo cabível para apuração de eventual inexecução, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital e na Ata de Registro de Preços, bem como avaliação das providências relativas ao registro do fornecedor, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A manifestação deverá ser encaminhada, dentro do prazo estabelecido, em resposta ao expediente eletrônico pelo qual esta Notificação for formalmente enviada, ou protocolada junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, de modo a permitir sua juntada aos autos do Processo Licitatório nº 042/2026.

Fica a empresa, portanto, cientificada da necessidade de manifestação em 24 (vinte e quatro) horas e de regularização integral do fornecimento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento desta Notificação.

Córrego Danta/MG, 08 de setembro de 2026.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
Setor de Licitação
Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:7C583C15

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ADESAO A ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS/MG

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº 046/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 058/2026 –
Modalidade: Adesão ARP nº 008/2026 (Oriundo do Processo nº 014/2026, Pregão Eletrônico nº 006/2026 – CIM Jequitinhonha).

CONTRATANTE: Município de Couto de Magalhães de Minas/MG (CNPJ: 17.754.177/0001-86).

CONTRATADA: N & K TECNOLOGIA LTDA (CNPJ: 02.486.232/0001-27).

OBJETO: Adesão à ata de registro de preço nº 007/2026 para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços tecnológicos de infraestrutura de interconexões links de internet, segurança, rede local sem fio (WLAN) 802.11 ax/ac/h/a e controle de acessos para atender às necessidades dos municípios consorciados ao CIM JEQUITINHONHA.

VALOR TOTAL: R$ 4.497,00 (Quatro mil quatrocentos e noventa e sete reais). Mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.01.01 04.122.0002.2015 33903900 ficha 068
04.01.01 06.181.0003.2021 33304100 ficha 084
06.01.01 12.122.0015.2034 33903900 Ficha 146
07.01.02 10.301.0010.2047 33903900 ficha 258
10.01.01 20.122.0002.2081 33903900 ficha 489
11.01.01 08.122.0004.3061 33903900 ficha 533
12.01.01 27.812.0028.2108 33903900 ficha 639
14.01.01 04.122.0002.2111 33903900 ficha 668
VIGÊNCIA: De 04/08/2026 até 13/08/2027.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 04 de Setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: José Eduardo de Paula Rabelo (Pelo Contratante) Christiano Guerra Lages(Pela Contratada).

Couto de Magalhães de Minas, 08 de Setembro de 2026.

JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO
Prefeito

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:74BCDAAB

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO
PROCESSO DE ORIGEM: Processo Licitatório nº 029/2026
PROCESSO APENSO: Processo Administrativo Sancionatório
LICITANTE: Empresa 19.003.691 PAULO HENRIQUE LOPES
OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preços para contratação de serviços de locação de brinquedos infantis.
Torna-se público que a Pregoeira Municipal, com fulcro no Parecer Jurídico constante dos autos, comunica que foi conhecido e provido o Pedido de Reconsideração c/c Requerimento de Anulação interposto pela licitante Paulo Henrique Lopes.
Diante disso, restou declarada a **NULIDADE TOTAL** do procedimento punitivo, conforme os seguintes atos:

• Anulação do Despacho Interlocutório inaugural de 19 de maio de 2026, devido a vício formal de motivação (erro de fato) na indicação do órgão demandante.
• Anulação de todos os atos subsequentes, incluindo a notificação inicial, por restar configurado o cerceamento de defesa decorrente de falha técnica na comprovação do recebimento da comunicação eletrônica.
• Arquivamento do Processo Sancionatório, sem a aplicação de qualquer penalidade, resguardada a possibilidade de nova instauração pela Administração Pública, caso o interesse subsista, desde que sanados todos os vícios formais apontados.

Couto de Magalhães de Minas/MG, 08 de setembro de 2026.

JOSSIMAR APARECIDA MOURA
Pregoeira

Publicado por:
Ailton Firmiano Passos
Código Identificador:B475A8E7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO N° 072/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026

Objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança desarmada, com a finalidade de apoiar os profissionais durante a locomoção de usuários com transtornos mentais em acompanhamento psiquiátrico para a realização de atendimentos e procedimentos em serviços de saúde situados fora do domicílio e fora do Município de Curvelo/MG, atendendo às demandas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde** do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Dotação Orçamentária:
02.09.02.10.302.1005.2122.3.3.90.39.00.1.600.000.0000-387
02.09.02.10.302.1005.2122.3.3.90.39.00.1.500.000.1002-387
02.09.02.10.302.1005.2122.3.3.90.39.00.1.621.000.0000-387
Prazo de vigência: 1 (um) ano, contados a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 anos, nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021. **Valor: R$12.007,50. Data: 31/08/2026. PARTE: SAMSEG SEGURANÇA LTDA – CNPJ: 06.335.565/0001-06.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:03F43683

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.859, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

PRORROGA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGIDO PELO EDITAL Nº 10/2025, HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 6.358, DE 4 DE SETEMBRO DE 2025.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Decreto nº 6.358, de 4 de setembro de 2025, que homologou o resultado da classificação final do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 10/2025;

Considerando que o prazo de validade do referido Processo Seletivo Simplificado se encerrou em 5 de setembro de 2026;

Considerando que, de acordo com o item 1.5 do Edital nº 10/2025, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado é de um ano, contado da data da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a necessidade, uma única vez, a critério do Município;

Considerando o Memorando nº 993/2026/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, pelo período de um ano, o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 10/2025, homologado pelo Decreto nº 6.358, de 4 de setembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de setembro de 2026.

Curvelo, 8 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:5A792692

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.817, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE INTEGRIDADE DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE, PARA O BIÊNIO 2026-2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 85/2026/CM, da Controladoria do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, conforme disposto nos arts. 26 e 27 do Decreto nº 6.818, de 7 de agosto de 2026, os seguintes membros para compor a Comissão de Integridade da Política Municipal de Promoção da Integridade, para o biênio 2026-2028:

I – representantes da Controladoria do Município:

a) titular: Otávio Augusto Fernandes Neves, Matrícula: 82602-0;

b) suplente: Maria Aparecida Silva, Matrícula: 04346-8;

II – representantes da Procuradoria-Geral do Município:

a) titular: Ramon dos Santos Rodrigues Duque, Matrícula: 82.057-8;

b) suplente: Philipe Santana Borges, Matrícula: 81.552-8;

III – representantes da Secretaria Municipal de Governo:

a) titular: João Victor Sampaio Vieira, Matrícula: 8.175-8;

b) suplente: Isaias Gonçalves Saraiva, Matrícula: 8.199-3;

IV – representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) titular: Carlos Henrique Sales Nascimento, Matrícula: 2.994-0;

b) suplente: Simone Fernandes Cardoso, Matrícula: 54;

V – representantes da Secretaria Municipal de Administração:

a) titular: Renata de Oliveira Santos, Matrícula: 82.519-5;

b) suplente: Rodrigo Afonso da Costa, Matrícula: 1.577-0.

Art. 2º Nos termos do § 3º do art. 27 do Decreto nº 6.818, de 2026, a Comissão de Integridade será coordenada pelo representante titular da Controladoria do Município, designado nesta Portaria.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Coordenador, a coordenação dos trabalhos será exercida pelo respectivo suplente ou, na ausência deste, por membro designado pelo Controlador do Município.

Art. 3º O mandato da Comissão de Integridade será de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 4º O exercício das funções de membro da Comissão de Integridade será considerado prestação de serviço público relevante, não sendo devido qualquer tipo de gratificação ou remuneração especial.

Art. 5º A Comissão deverá apresentar à Controladoria do Município, para aprovação e publicação, seu regimento interno no prazo máximo de noventa dias, prorrogáveis uma única vez.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 8 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:76B779FB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.818, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 91/2026/CM, da Controladoria do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de sindicância, na forma do art. 173 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976, para apurar os fatos narrados no Processo SEI nº 9.09.000082/2026-1.

Art. 2º A sindicância tem por objeto apurar a autoria e materialidade de conduta supostamente atribuída a servidor público municipal, conforme relatos dispostos no Processo SEI nº 9.09.000082/2026-1.

Art. 3º Para cumprimento do disposto no art. 1º desta Portaria, nos termos do art. 174, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 910, de 1976, o Procedimento de sindicância será conduzido pelo servidor Kaique Pereira de Carvalho, Corregedor do Município de Curvelo.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de trinta dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por mais quinze dias em caso de necessidade justificada, com fulcro no art. 176, da Lei nº 910, de 1976.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 8 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:D3191E06

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
04/09/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 3.994,78
08/09/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 1.645.155,37

Curvelo, 08 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:DDED19F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
MUNICÍPIO CURVELO/MG – AVISO LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 037/26

Contrat. emp. especializ. p/ confec. de próteses dentárias totais e parciais removíveis, destinadas ao atend. dos usuários do sistema único de saúde (sus), no âmbito das unidades de saúde bucal do município, visando à reabilitação oral, à melhoria da função mastigatória, estética e qualidade de vida da população assistida p/ continuidade do Projeto do Governo Federal, Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD), em conf. c/ Portaria nº 1.825/gm/ms, de 24/08/2012 e em conf. c/ Portaria nº 913, de julho/2015. **AMPLA CONCORRÊNCIA.** Sessão dia **24/09/26** às **09h**, através site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até as **8h do mesmo dia**. Curvelo, 08/09/26. Edital e seus anexos disponíveis nos links: www.gov.br/pncp/pt-br e www.curvelo.mg.gov.br.

ÍTALO A. O. SOUZA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Elaine Rodrigues Montalvão
Código Identificador:C4CC7DB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
MUNICÍPIO DE CURVELO/MG – DECISÃO ADMINISTRATIVA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de revisão, instalação, adequação e comissionamento dos sistemas elétricos e de auxílios visuais e luminosos (AVL), visando à adequação do sistema de balizamento noturno existente do Aeroporto Municipal de Curvelo, em conformidade com as normas da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e os requisitos do Sistema de Notificação e Qualificação de Voo (SNQV), contemplando o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, para atender às necessidades da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Comunica Decisão Administrativa proferida pela Autoridade Competente, que NEGA PROVIMENTO ao Recurso interposto pela empresa ENGELETRICA COMÉRCIO E ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. A íntegra da Decisão Administrativa encontra-se à disposição dos interessados através dos sítios eletrônicos: www.gov.br/pncp/pt-br; www.portaldecompraspublicas.com.br e www.curvelo.mg.gov.br.

Curvelo, 08/09/26 –

GUSTAVO JOSEPH RIBEIRO SOARES –
Secretário de Fazenda.

Publicado por:
Elaine Rodrigues Montalvão
Código Identificador:7EB785CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 456, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença ao servidor efetivo para tratar de interesses particulares, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Estatuto dos Servidores Municipais de Diamantina, Lei Complementar nº 15, de 12 de junho de 1995, notadamente em seu artigo 119;

E considerando o Memorando Interno número 410/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, que traz em anexo requerimento do servidor,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida ao servidor efetivo **GERALDO CARLOS JUNIOR,** matrícula n° 927, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 11 de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina (MG), 08 de setembro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:EA7C428A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 457, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Determina a suspensão temporária de Processos Seletivos em curso.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente as que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº 433, de 19 de agosto de 2026, que "Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades e do atendimento ao público nos setores vinculados às Secretarias Municipais de Fazenda e de Administração, em razão da migração e implantação de novo sistema informatizado, e estabelece procedimentos e prazos para o processamento das despesas públicas durante o período de transição";

Considerando que se encontram em curso no âmbito desta Administração Municipal os Processos Seletivos referentes aos Editais nº 07/2026 e 08/2026, ambos de 10 de agosto de 2026, bem como o Processo Seletivo de Estágio Edital nº 02/2026, de 06 de agosto de 2026;

Considerando o Memorando Interno número 102/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, que informa quanto a necessidade da suspensão dos processos seletivos mencionados acima em decorrência da impossibilidade temporária de realização das publicações oficiais referentes às etapas dos certames, o que inviabiliza a continuidade regular do cronograma inicialmente estabelecido, especialmente quanto à divulgação de resultados, convocações e demais atos necessários ao prosseguimento dos processos.

Considerando que a medida possui caráter temporário, não implicando o cancelamento ou encerramento dos certames, permanecendo válidos os atos já praticados, naquilo que não contrariar o novo cronograma a ser publicado.

E considerando que a formalização da suspensão por meio de Decreto se mostra necessária para garantir transparência, segurança jurídica e isonomia entre os candidatos, bem como para assegurar que as próximas etapas sejam realizadas de forma adequada após a conclusão da migração do sistema interno;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam suspensos os seguintes certames: **Processo Seletivo – Edital nº 07/2026, de 10 de agosto de 2026, Processo Seletivo – Edital nº 08/2026, de 10 de agosto de 2026** e **Processo Seletivo de Estágio – Edital nº 02/2026, de 06 de agosto de 2026.**

Parágrafo Único. A suspensão de que trata o caput do presente artigo se estenderá até que se proceda com a regularização do sistema, conforme disposto no Decreto Municipal nº 433, de 19 de agosto de 2026, ficando estabelecido que os processos seletivos serão retomados mediante a publicação de novo cronograma, a ser divulgado no **dia 22 de setembro de 2026**, contendo as novas datas para continuidade das etapas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina (MG), 08 de setembro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:F933BCD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE CONVÊNIO Nº 017/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS

CONVÊNIO Nº 017/2026

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros à Irmandade Nossa Senhora da Saúde, Instituição integrante do Sistema Único de Saúde - SUS, para custeio de ações da saúde na oncologia, conforme plano de trabalho aprovado

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
IRMANDADE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.1622.10.0302.0005.2045.3.3.50.41.00.00, Ficha 735 – Fonte 1.500.000.1002.950.

VALOR: R$ 29.982,21 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos)
DATA DA ASSINATURA

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:8207DC00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE FOMENTO Nº 023/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS.

TERMO DE FOMENTO Nº 023/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a efetivação de parceira para
reforma geral da sede da Associação, conforme plano de trabalho aprovado.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
CENTRO HUMANITÁRIO DO BAIRRO DA PALHA

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DOTAÇÃO: 01.2110.27.0812.0055.2002.3.3.50.41.00.00 – Ficha 1535 – Fonte 1.500.000.0000.950.
DATA DA ASSINATURA: 08/09/2026

VIGÊNCIA: 08/092027

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:EF15AAD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EDITAL ADVERTÊNCIAS 04-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES (DMTT) – DMTT
EDITAL – 4/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade de multa.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
RFV5B03	AG10631202	03/03/2026	5550-0	06837431968
Tipo de documento: Notificação de Advertência - Data da geração: 4 de setembro de 2026 – Total de Registros: 1				

_____
Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Gabrielle Fernandes Oliveira
Código Identificador:14509CBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LISTAGEM DOS AMBULANTES HABILITADOS EDITAL Nº 003/2026 - EVENTO ANTIGOMOBILISMO

Item 01 - Barracas

1 - Alex Vieira
2 - Auxiliadora Bernadete Siqueira
3 - Carlos Murilo de Almeida
4 - Hermes Aparecido de Carvalho
5 - Jaqueline Ferraz da Cruz
6 - Lucineia Gomes

Item 02 - Food Trucks

Engel Marx Prates Evangelista
Eveline Aparecida Silva
Lucas Pires Souza
Wenddel Rocha Costa

Item 03 - Carrinhos

Michael Kennedy Lopes

COMUNICADO

Considerando o número de inscritos e a quantidade de vagas disponível, informa-se que não será necessário a realização de sorteio. Os ambulantes habilitados deverão procurar a Gerência de Posturas no dia 09/09, a partir das 15h, para retirada das autorizações de ocupação de via pública.

BÁRBARA MOREIRA BATISTA MACIEL
Diretora de Fiscalização e Tributação

GRACE KELLY MARIA
Gerente de Posturas

Publicado por:
Bhia Ellis Fernandes e Castro
Código Identificador:BA8BDE4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED REFERÊNCIA: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026

Em razão de inafastável necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o Artigo 108, § 1º, da Lei Complementar nº 009/1992, fica autorizada a realização de horas extras pelos servidores das unidades escolares abaixo relacionados:			
ESCOLA	**CARGO**	**JUSTIFICATIVA**	**DATA**
CMEI MIGUEL RODRIGUES FILHO	ASSISTENTE EDUCACIONAL	Os Assistentes Educacionais lotados em unidades de Tempo Integral que participarem de formações promovidas pela Equipe de Inclusão terão as horas correspondentes consideradas para fins de pagamento, tendo em vista a incompatibilidade de compensação dessas horas por meio de banco de horas e as especificidades do atendimento realizado no Tempo Integral. Para as formações realizadas a partir de 04/08/2026, as assistentes educacionais farão jus ao recebimento das horas correspondentes como horas extras, observadas as disposições e os procedimentos vigentes para o respectivo pagamento.	Agosto a dezembro 2026
E.M. DIONÍSIO JOAQUIM RODRIGUES			
E.M. JOÃO GONTIJO DA FONSECA			
E.M ORIBES BATISTA LEITE			
E.M. OTÁVIO OLÍMPIO DE OLIVEIRA			
E.M. PADRE JOÃO BRUNO			
E.M RAIO DE SOL			
E.M SÃO SEBASTIÃO			
E.M MARIA FONSECA PEÇANHA			Setembro a dezembro 2026

(Assinado Digitalmente)
IRACEMA SILVA SOUSA
Gerente de Planejamento / Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

Gerente de Planejamento / Recursos Humanos Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6EB95D81

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2026.

A Prefeitura Municipal de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, torna público seu interesse na locação de um imóvel em Divinópolis/MG para funcionamento do "Conselho Tutelar", na região central da cidade, para os usuários do Município nos termos, especificações, condições e exigências estabelecidas no Aviso de Chamamento Público nº 002/2026 e Termo de Referência disponibilizados no endereço eletrônico: www.divinopolis.mg.gov.br, **Portal da Prefeitura de Divinópolis→Licitações→Chamamentos Públicos.** Os documentos exigidos na proposta de locação constam no item **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS** do Aviso para o credenciamento. Os interessados em participar deste chamamento deverão enviar a proposta e documentos por meio eletrônico, no endereço de e-mail: semaspmd@gmail.com, aos cuidados da Comissão de Credenciamento, das 8:00h do dia **09/09/2026** até às 16:30h do dia **18/09/2026.**
Dúvidas, entre em contato pelo telefone: (37) 3229-9771.

Divinópolis, 09 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CREDENCIAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DIVINÓPOLIS.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8D061FF4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2026 – CONTRATAÇÃO Nº 90/2026 – UASG: 984445.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, destinados à manutenção, desenvolvimento e execução das atividades, projetos, programas, eventos e competições promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude e demais secretarias da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG, conforme especificações e quantitativos indicados no anexo I e Termo de Referência. Comunicamos aos interessados a abertura do processo licitatório acima identificado. A data e horário do início da disputa da fase de lances ocorrerá às 09h00 do dia 25/09/2026, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.divinopolis.mg.gov.br, no menu Licitações. Informações: (37) 3229-8127 (ligações e WhatsApp).

Divinópolis/MG, 08 de setembro de 2026.

MÁRIO LÚCIO DE SOUZA.
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CA3F0F28

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 106

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
66º	ODILON GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR	Não manifestou interesse na vaga.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
146º	LUCIANA CRISTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6CE99E42

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 01 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 07/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 07/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:

02 vagas para o cargo de Médico Psiquiatra para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previstos em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

03 vagas para o cargo de Fonoaudiólogo para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

01 vaga para o cargo de Médico Infectologista para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

02 vagas para o cargo de Terapeuta Ocupacional para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

02 vagas para o cargo de Médico Ortopedista para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previstos em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

01 vaga para o cargo de Médico Gastroenterologista para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previstos em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Ausência de candidatos aprovados em concurso público, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

MÉDICO PSIQUIATRA – 12 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
1º	THIAGO OLIVEIRA ISRAEL
2º	FLÁVIA MARIA FERNANDES SENRA DIAS

FONOAUDIOLOGO – 20 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
1º	JOSEMARA LESSA SILVEIRA
2º	ILEDRAN REZENDE
3º	ANA PAULA BENTO BARROS

MÉDICO INFECTOLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
1º	MÁDERSON ALVARES DE SOUZA CABRAL

TERAPEUTA OCUPACIONAL – 20 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
1º	MARLY GOMES FERRAZ
2º	TELME SOALHEIRO RESENDE

MÉDICO ORTOPEDISTA – 12 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
1º	MILTON PEREIRA MOTTA
2º	MARCELO GUIMARÃES FREIRE MATIAS

MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
1º	ÂNGELO ALVES DE MOURA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 07/2026.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:ED6523EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 124

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:
01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 14/09/2026 – Término: 12/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no Serviço Residencial Terapêutico II e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
147º	ANA PAULA RIBEIRO DE ARAUJO

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:06F69EF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.568/26

Exonera titular do cargo público municipal de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada Palloma Vilela, do cargo público de provimento em comissão correspondente à Coordenadoria de Planejamento, da SETOP.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 04.09.2026.

Divinópolis, 02 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3970E2EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.569/26

Nomeia titular para o cargo público de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei 9.500/24;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada Palloma Vilela para o cargo público de provimento em comissão correspondente à Gerência de Planejamento e Orçamento de Infraestrutura – SETOP.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 04.09.2026.

Divinópolis, 02 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:065632C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.570/26

Destitui titular da função pública que especifica, a pedido.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o pedido formulado pelo respectivo agente público,

DECRETA:
Art. 1º Fica William Marciano Ribeiro, matrícula 99043134/1, destituído da função pública de Agente Comunitário de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, contratado por meio do Processo Seletivo Público, nos termos da Lei Federal 11.350/06 e mediante credenciamento pelo Ministério da Saúde.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º.09.2026.

Divinópolis, 03 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CCE07962

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.571/26

Exonera servidor titular do cargo efetivo que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o pedido formulado pelo servidor, na forma do processo administrativo digital nº 000042513/2026 ,

DECRETA:
Art. 1º Fica o servidor Lucas Martins Habitzreuter, matrícula nº 99044453/1, exonerado do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14.08.2026.

Divinópolis, 03 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FFD54600

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.572/26

Revoga pagamento de gratificação de função ao servidor que menciona.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o pagamento de gratificação para desempenho de atribuição especial de caráter precário e temporário correspondente a cinquenta por cento do vencimento inicial do GH 6 do Anexo I da Lei nº 6.655/2007, outrora concedido ao servidor Nirlei Antônio dos Santos, matrícula 99023249.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01.07.2026.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 16.774/25

Divinópolis, 04 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D59834D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - Nº. 04 / 2026

A Câmara Técnica de Avaliação de Documentos, nomeada pelo Decreto Municipal 6.997/2006 alterada pelo Decreto Municipal 17309/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, do dia 14/04/2026 (Edição 4253), de acordo com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade dos Documentos da Procuradoria Geral do Município de Divinópolis, aprovada pelo Decreto nº 17.540 de 08/09/2026- e divulgado através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, nº 4356 de 09/09/2026, faz saber a todos que possam se interessar, que **até o 30º dia subsequente à divulgação deste presente Edital** publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, que de acordo com a Listagem nº 5/2026 - Folha nº.1, aprovada em reunião no dia 08/09/2026, que PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGER, eliminarão os documentos abaixo relacionados. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas e mediante petição que demonstre legitimação do pedido, dirigida à Câmara Técnica de Avaliação de Documentos, (a) Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Público Municipal de Divinópolis, a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo.
ÓRGÃO PRODUTOR: **Procuradoria Geral do Município**
Documentos relacionados aos códigos de 01 A 03 da Tabela de Temporalidade da Procuradoria Geral do Município. Anterior a 31/08/2021
- Item 1 – Ofícios Internos Expedidos (cód 01);
- Item 2 – Ofícios Expedidos - (cód 02);
- Item 3 - Expedientes administrativos relativos a orientação/consulta/ pareceres jurídicos (cód 03);

*(Código referente a tabela de temporalidade).
DATAS-LIMITE: Anteriores a 31/08/2021
QUANTIDADE: 10,3 metros lineares de documentos

DIVINÓPOLIS, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

1.HENRIQUE SANTOS XAVIER
(Presidente da Câmara Técnica de Avaliação de Documentos – P/Div.)

2. JANAINA DE ALMEIDA RODRIGUES

3. FLÁVIA SOUZA GUIMARÃES

4. MICHELINE RODRIGUES CAMARGOS

5. JORDANNA BARBOSA CAETANO

6 FABER CLAYTON BARBOSA

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F84ED30C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EMOP – EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS – EXTRATO DO CT 017/2026

– PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO 003/2026 – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2026 - CONTRATADA: **LABORATORIO CLINLAB ANALISE CLINICA LTDA,** CNPJ 00.499.183/0001-31. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais e complementares, necessários ao cumprimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Valor estimado: R$ 12.225,00 (Doze Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais). Fundamentação Legal: Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMOP. Prazo: 12 meses. Ass: 03/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:66CD5C49

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EMOP – EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS – EXTRATO DO CT 017/2026 – PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO 003/2026

– EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2026 - CONTRATADA: **LABORATORIO CLINLAB ANALISE CLINICA LTDA,** CNPJ 00.499.183/0001-31. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais e complementares, necessários ao cumprimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Valor estimado: R$ 12.225,00 (Doze Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais). Fundamentação Legal: Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMOP. Prazo: 12 meses. Ass: 03/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4B45537F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EMOP – EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS – EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 001/2026.

DOADOR: EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS – EMOP. DONATÁRIA: COMUNIDADE TERAPÊUTICA FONTE VIVA, CNPJ nº 32.311.165/0001-79. OBJETO: Doação, em caráter definitivo e sem ônus, de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs usados, formalmente declarados inservíveis para os fins operacionais da EMOP, destinados à utilização exclusiva nas atividades de acolhimento, suporte operacional, laborterapia e proteção dos usuários e colaboradores da Comunidade Terapêutica Fonte Viva. Artigo 29, inciso XVII, da Lei Federal nº 13.303/2016. Ass: 11/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6349FB15

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Comunidade Terapêutica Casa Dia** , inscrito no CNPJ n°, 04.970.973/0001-04 , CNES: 7970552 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.

Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
CASA DIA	CM 054/2025	Anderson da Academia	R$ 30.000,00
CASA DIA	CM 078/2025	Matheus Dias	R$ 33.364,59

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:32019F14

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA- Hospital São João de Deus** , inscrito no CNPJ n°, 20.146.064/0001-02 , CNES: 2159252 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.

Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
Hospital São João de Deus	CM 081/2025	Claudinei Cunha da Silva - Ney Burguer	R$ 70.000,00
Hospital São João de Deus	CM 063/2025	Flávio Marra	R$ 10.000,00
Hospital São João de Deus	CM 051/2025	Ana Paula Quintino	R$50.000,00
Hospital São João de Deus	CM 066/2025	Hilton de Aguiar	R$50.000,00
Hospital São João de Deus	CM 087/2025	Vitor Costa	R$ 250.000,00
Hospital São João de Deus	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 50.000,00
Hospital São João de Deus	CM 069/2025	Israel da Farmácia	R$ 40.000,00
Hospital São João de Deus	CM 074/2025	Kell Silva	R$100.000,00
Hospital São João de Deus	CM 084/2025	Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira	R$ 30.000,00
Hospital São João de Deus	CM 054/2025	Anderson da Academia	R$100.000,00
Hospital São João de Deus	CM 057/2025	Breno Júnior	R$50.000,00
Hospital São João de Deus	CM 060/2025	Delano Santiago Pacheco	R$ 271.729,38
Hospital São João de Deus	CM 093/2025	Washington Moreira	R$100.000,00
Hospital São João de Deus	CM 069/2025	Israel da Farmácia	R$200.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:06BD8882

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Obras Assistenciais Nossa Senhora Aparecida (Lar dos Idosos)**, inscrito no CNPJ n°, 20.159.240/0002-21, CNES: 8021465 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei

Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
LAR DOS IDOSOS	CM 078/2025	Matheus Dias	R$ 500.000,00
LAR DOS IDOSOS	CM 054/2025	Anderson da Academia	R$50.000,00
LAR DOS IDOSOS	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$70.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B63B5B03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Associação de Combate ao Câncer do Centro Oeste de Minas - ACOM** , inscrito no CNPJ n°, 00.580.644/0001-04 , CNES: 7977719 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
ACOM	CM 074/2025	Kell Silva	R$ 35.000,00
ACOM	CM 081/2025	Claudiney Cunha Silva (Ney Burguer)	R$ 40.000,00
ACOM	CM 063/2025	Nilton Flávio de Oliveira Marra	R$ 30.000,00
ACOM	CM 084/2025	Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira	R$ 50.000,00
ACOM	CM 093/2025	Washington Moreira	R$ 50.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG., 09 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F4E135B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Divinópolis**, inscrito no CNPJ n°, 20.161.899/0001-31, CNES: 2159341, os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
APAE	CM 057/2025	BRENO JÚNIOR	R$ 50.000,00
APAE	CM 081/2025	Claudinei Cunha da Silva - Ney Burguer	R$ 50.000,00
APAE	CM 093/2025	Washington Moreira	R$ 60.000,00
APAE	CM 078/2025	Matheus Dias	R$ 50.000,00
APAE	CM 074/2025	Kell Silva (Kellen Cristina Silva)	R$ 80.000,00
APAE	CM 054/2025	Anderson da Academia	R$ 70.000,00
APAE	CM 087/2025	Vitor Costa	R$ 18.000,00
APAE	CM 096/2025	Welington Well	R$ 40.000,00
APAE	CM 066/2025	Hilton de Aguiar	R$100.000,00
APAE	CM 063/2025	Flavio Marra	R$ 25.000,00
APAE	CM 084/2025	Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira	R$ 10.000,00
APAE	CM 072/2025	JOSAFÁ ANDERSON DE OLIVEIRA	R$20.000,00
APAE	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 50.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento,

na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A3C1F8BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapecerica - CISVI** , inscrito no CNPJ n°, 00.639.952/0001-50 , CNES: 7284233 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
CISVI	CM 084/2025	Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira	R$ 40.000,00
CISVI	CM 072/2025	JOSAFÁ ANDERSON DE OLIVEIRA	R$100.000,00
CISVI	CM 063/2025	Flávio Marra	R$70.000,00
CISVI	CM 074/2025	Kell Silva	R$80.000,00
CISVI	CM 093/2025	Washington Moreira	R$ 63.364,69
CISVI	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 200.000,00
CISVI	CM 081/2025	Claudinei Cunha da Silva - Ney Burguer	R$ 50.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:872F1D36

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Adefom - Associação dos Deficientes do Oeste de Minas** , inscrito no CNPJ n°, 20.926.275/0001-68 , CNES: 7640722 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
ADEFOM	CM 063/2025	Nilton Flávio Marra	R$10.000,00
ADEFOM	CM 087/2025	Vitor Costa	R$20.000,00
ADEFOM	CM 081/2025	Claudiney Cunha Silva (Ney Burguer)	R$25.000,00
ADEFOM	CM 060/2025	Delano Santiago Pacheco	R$100.000,00
ADEFOM	CM 078/2025	Matheus Dias	R$ 15.000,00
ADEFOM	CM 074/2025	Kell Silva (Kellen Cristina Silva)	R$ 50.000,00
ADEFOM	CM 096/2025	Welington Well	R$ 80.000,00
ADEFOM	CM 072/2025	JOSAFÁ ANDERSON DE OLIVEIRA	R$13.364,69
ADEFOM	CM 099/2025	Wesley Jarbas de Oliveira	R$10.000,00
ADEFOM	CM 054/2025	Anderson Eustáquio Rodrigues	R$70.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG., 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CE6D5A86

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal

n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Associação Vem Viver**, inscrito no CNPJ n°, 45.522.999/0001-77, CNES: 8106991, os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.

Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
Vem Viver	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 43.364,68

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:390E3403

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Instituto Helena Antipoff** , inscrito no CNPJ n°, 20.167.813/0001-88 , CNES: 0414476 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.

Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
HELENA ANTIPOFF	CM 057/2025	Breno Júnior	R$ 40.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 069/2025	ISRAEL DA FARMÁCIA	R$53.364,69
HELENA ANTIPOFF	CM 054/2025	Anderson da Academia	R$ 50.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 063/2025	Flávio Marra	R$ 161.364,99
HELENA ANTIPOFF	CM 072/2025	JOSAFÁ ANDERSON DE OLIVEIRA	R$100.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 096/2025	Welington Well	R$ 50.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 081/2025	Claudinei Cunha da Silva - Ney Burguer	R$ 25.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 072/2025	JOSAFÁ ANDERSON DE OLIVEIRA	R$20.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 090/2025	Walmir Ribeiro	R$ 60.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 066/2025	HILTON DE AGUIAR	R$ 150.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 100.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 074/2025	Kell Silva	R$ 35.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 093/2025	Washington Moreira	R$ 30.000,00
HELENA ANTIPOFF	CM 087/2025	Vitor Costa	R$ 50.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2517F980

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Associação para a Prevenção e Combate ao Câncer Infantil e Adulto** , inscrito no CNPJ n°, 11.549.333/0001-90 , CNES: 9063552 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.

Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
SOS	CM 081/2025	Claudinei Cunha da Silva - Ney Burguer	R$ 30.000,00
SOS	CM 074/2025	Kell Silva (Kellen Cristina Silva)	R$ 174.000,00
SOS	CM 063/2025	Flávio Marra	R$20.000,00
SOS	CM 084/2025	Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira	R$185.000,00
SOS	CM 093/2025	Washington Moreira	R$ 30.000,00
SOS	CM 087/2025	Vitor Costa	R$ 100.000,00
SOS	CM 072/2025	JOSAFÁ ANDERSON DE OLIVEIRA	R$100.000,00
SOS	CM 090/2025	Walmir Ribeiro	R$20.000,00
SOS	CM 078/2025	Matheus Dias	R$ 25.000,00

SOS	CM 099/2025	WESLEY JARBAS	R$ 30.000,00
SOS	CM 096/2025	Welington Well	R$ 15.0000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9D73C1B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada de OESTE para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG OESTE** , inscrito no CNPJ n°, 20.059.618/0001-34 , CNES: 7997876 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
CISURG	CM 063/2025	Nilton Flávio de Oliveira Marra	R$ 70.000,00
CISURG	CM 074/2025	Kell Silva	R$ 100.000,00
CISURG	CM 081/2025	Claudiney Cunha da Silva – Ney Burguer	R$ 70.000,00
CISURG	CM 066/2025	HILTON DE AGUIAR	R$ 300.000,00
CISURG	CM 084/2025	Rodyson Kristnamurti da Silva Oliveira	R$ 200.000,00
CISURG	CM 090/2025	Walmir Ribeiro	R$ 20.364,69
CISURG	CM 051/2025	Ana Paula Quintino	R$310.000,00
CISURG	CM 066/2025	HILTON DE AGUIAR	R$ 45.000,00
CISURG	CM 087/2025	Vitor Costa	R$ 81.000,00
CISURG	CM 093/2025	Washington Moreira	R$ 150.000,00
CISURG	CM 057/2025	BRENO JÚNIOR	R$ 100.000,00
CISURG	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 30.000,00
CISURG	CM 060/2025	Delano Santiago Pacheco	R$ 150.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.
A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:492CFDBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG

A Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.
JUSTIFICATIVA
A Secretária Municipal de Saúde informa que pretende realizar Termo de Fomento sem a prévia realização de chamamento público, para formalização de parceria entre Prefeitura Municipal de Divinópolis/Secretaria Municipal de Saúde com **Comunidade Terapêutica Fonte Viva** , inscrito no CNPJ n°, 32.311.165/0001-70 , CNES: 4153782 , os objetos propostos estão definidos no Plano de trabalho, sendo: custeio de ações e serviços em saúde pública. A celebração do Termo de fomento justifica-se a ser realizada sem chamamento público, visto que o recurso é proveniente de Emenda Parlamentar Impositiva Municipal constante na Lei Orçamentária do exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei Federal n° 13.019/14.
Destaca-se as emendas parlamentares para referida Instituição:

Instituição	Indicação	Vereador	Valor
FONTE VIVA	CM 099/2025	Wesley Jarbas	R$ 20.000,00
FONTE VIVA	CM 063/2025	Flávio Marra	R$ 10.000,00
FONTE VIVA	CM 078/2025	Matheus Dias	R$ 30.000,00

A não realização do chamamento público encontra amparo legal na Lei Federal n° 13.019/14, conforme transcrição a seguir:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

A não obrigatoriedade de realização de chamamento, de que trata o art. 29 da Lei Federal n° 13.019/2014, em nada compromete a aplicação dos demais dispositivos que regulam os Termo de Fomento, na esteira do § 4°,do art. 32 da Lei n° 13.019/2014, inclusive no que toca às condições para celebração, execução e fiscalização da parceria.

Divinópolis-MG. 03 de Setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8AABD835

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
JUSTIFICATIVA DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG ALIANÇA DIVINOPOLITANA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO - ADAP

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições institucionais, informa a intenção de celebrar parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, sem a realização de procedimento prévio de chamamento público, conforme previsão do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/14 para a execução de finalidade de interesse público e recíproco, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

JUSTIFICATIVA

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, em especial ao art. 6º-B que prevê que as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS), respeitadas as especificidades de cada ação.

Considerando a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que organiza os serviços do SUAS por níveis de complexidade e prevê entre os Serviços de Proteção Social Básica o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Considerando o SUAS instituído pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, que tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Considerando a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Considerando a Resolução nº 21 de 24 de novembro de 2016 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando o Decreto nº 15.365 de 08 de novembro de 2022, que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Município de Divinópolis e as organizações da sociedade civil - OSC, de que trata a Lei Federal nº 13.019/2014.

Considerando a Lei nº 9.565, de 14 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2026 (LDO).

Considerando a Lei nº 9.650, de 23 de dezembro de 2025, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2026.

Considerando a Lei nº 9.651, de 23 de dezembro de 2025, que autoriza a concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e contêm outras providências.

Considerando o Decreto Municipal nº. 17.130, de 14 de janeiro de 2026, que estabelece procedimentos para execução de emendas parlamentares individuais, na forma da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Portaria nº 03/2026-SEMDS de 23 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos municípios mineiros em 27 de janeiro de 2026, que dispõe sobre as transferências de recursos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos de emenda parlamentar à lei orçamentária municipal, que vieram a ser indicadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, constituindo Norma Complementar Específica de que trata o art. 54 da Lei nº. 9.565/2025.

Considerando os parâmetros constantes no Parecer Técnico nº 020/2026 da Comissão de Análise e Seleção de Projetos, de 28 de maio de 2026 e da Resolução nº 06/2026-CMAS, de 27 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 08 de maio de 2026, provenientes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Divinópolis/MG.

Considerando o disposto no Parecer Técnico Nº 35/2026-SEMDS, que se pronunciou de forma favorável a celebração e a formalização do termo de fomento.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social informa que pretende formalizar Termo de Fomento, com dispensa de chamamento público, com a Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção - ADAP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.159.471/0002-35, tendo por objeto a Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltado ao atendimento de crianças de 6 a 12 anos em vulnerabilidade social, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A ausência de chamamento público fundamenta-se no fato de o recurso ser proveniente de Emendas Parlamentares vinculadas à Lei Orçamentária Anual de 2026, com amparo expresso no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público [...]."

Destacam-se as emendas parlamentares:

Emenda	Vereador	Unidade pública ou referenciada	Valor	Modalidade de programação
84	Rodyson Do Zé Milton	Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção - ADAP	R$ 30.000,00	Proteção social básica
90	Walmir Ribeiro	Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção - ADAP	R$ 20.000,00	Proteção social básica
93	Washington Moreira	Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção - ADAP	R$ 10.000,00	Proteção social básica
Valor Total:			**R$60.000,00**	

A instituição comprovou estar devidamente constituída nos termos do art. 3º da Lei nº 8.742/1993, com inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e cadastro regular no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), cumprindo todas as exigências do art. 2º da Resolução CNAS nº 21/2016 e da Portaria nº 03/2026-SEMDS.

Ressalta-se que a dispensa de chamamento público autorizada pelo art. 29 não exime a parceria do cumprimento de todas as demais etapas de celebração, execução, prestação de contas e fiscalização previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, conforme preceitua o § 4º do seu art. 32.

Divinópolis, 03 de setembro de 2026.

JULIANA COELHO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:95B0E30F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 375/2026 – SEMUSA

Dispõe sobre a instituição e nomeação da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Emendas Impositivas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis, Sra. Sheila Salvino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990; e

CONSIDERANDO que as emendas impositivas individuais ao orçamento anual municipal representam dotações de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde, exigindo da Administração Pública eficiência, transparência e controle rigoroso na aplicação desses recursos;

CONSIDERANDO a necessidade inafastável de fiscalizar e acompanhar a execução dos convênios, propostas, contratações e a consequente execução orçamentária e financeira dos recursos

decorrentes de emendas impositivas legislativas repassados à Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a importância de coordenar de forma tempestiva os fluxos internos para evitar a perda de prazos de vigência e garantir a máxima resolutividade na prestação de serviços de assistência à saúde da população divinopolitana;
RESOLVE:
Artigo 1º – Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) de Divinópolis/MG, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Emendas Impositivas (CFAEI), responsável por monitorar, avaliar e zelar pela correta execução técnica, orçamentária e cronológica das emendas impositivas destinadas à saúde municipal.
Artigo 2º – Sob a coordenação do primeiro, a CFAEI será composta pelos seguintes servidores públicos, cujos quadros e designações de origem são aproveitados neste ato:

•
Henrique Meckler Santos

•
Cristiane Silva Joaquim

•
Geraldo Mangelo de Almeida

•
Simone Alzira Zanardi Burakowski

•
Daniela Dias Vasconcelos

•
Carlos Bruno Guimarães Carvalho de Resende

•
Érika Camargos Ferreira

•
Helen Augusta Assis Silva

Artigo 3º – Compete à Comissão instituída por esta Portaria:
I – Acompanhar e fiscalizar o cronograma de liberação e aplicação das emendas parlamentares impositivas;
II – Providenciar a articulação e cooperação técnica de outros servidores ou setores da SEMUSA quando houver necessidade de pareceres específicos.
Artigo 4º – Os trabalhos da Comissão ora constituída terão caráter contínuo, produzindo efeitos a partir da data de publicação desta Portaria.
Artigo 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Divinópolis, 04 de setembro de 2026.

SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D0E769E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 376/2026 – SEMUSA

Altera composição da Comissão de Avaliação e Autorização do Serviço de Tratamento Fora de Domicílio -TFD no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde revogando a portaria SEMUSA 234/2023 e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis, Sra. Sheila Salvino, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990; e
CONSIDERANDO a necessidade de alteração da composição da Comissão de Avaliação e Autorização do Serviço de Tratamento fora de Domicílio - TFD em razão de mudanças na lotação de alguns de seus antigos membros;
RESOLVE:
Artigo 1º – Fica alterada a composição da comissão de Avaliação e Autorização do Serviço de Tratamento Fora de domicílio - TFD que, sob a coordenação do primeiro, passará a ser composta pelos seguintes membros:

99021635	JORDANIA SANTOS GONÇALVES
99036717	DIRLENE MARIA SOARES
99044221/1	KARINE NOGUEIRA DE OLIVEIRA
99021109	GILMAR DE MORAIS COSTA
99044571/1	LEONARDO VIANA DA SILVA
99044330/1	MAICON JUNIO BATISTA
99044658/1	VITOR AUGUSTO FERREIRA HERCULANO
99039176	CARLOS LUCIO FERREIRA DE ASSIS
97034835	CRISTIANE SILVA JOAQUIM

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 16 de abril de 2026, revogando-se as disposições em contrário, notadamente a Portaria Nº 234/2023 - SEMUSA de 23 de fevereiro de 2023.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2AC3A7A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SETOP Nº 039 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Considerando a abertura do PAR nº 004/2025, por meio do PORTARIA Nº 069, DE OUTUBRO DE 2025 para apuração de responsabilidade de eventuais infrações pela empresa Oceano Construções Ltda, Contrato nº 076/2024, derivada do Processo Licitatório nº 137/2024.
Considerando o ofício 405/2026, de 03 de setembro de 2026, expedido pela Secretária da Comissão, Sra. Lara Batista Amorim Silva, solicitando a dilatação de prazo por igual período para a apuração do Processo Administrativo.
O Superintendente de Obras Públicas e Planejamento, usando das competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 9.500, de 26 de dezembro de 2024, art. 46, resolve:

•
Para conclusão do processo administrativo, fica estipulado novo prazo final para 03 de novembro de 2026, acatando a justificativa da Comissão.

Divinópolis/MG, 03 de setembro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
Superintendente de Obras Públicas e Planejamento

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:28531CAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 297

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados,

para assumirem <u>contrato temporário de excepcional interesse público</u>, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 15/09/2026 – Término: 13/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 23/09/2026 – Término: 21/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

<u>Candidato convocado:</u>

Enfermeiro	
Classificação	**Nome**
18º	THAYSE RAQUEL PANTALEÃO MONTEIRO EUZÉBIO

Técnico de Enfermagem	
Classificação	**Nome**
61º	FERNANDA CRISTINA FIGUEIREDO

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:34823AC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 298

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **<u>CONVOCAMOS</u>** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem <u>contrato temporário de excepcional interesse público</u>**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Técnico de Enfermagem PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 10/09/2026 – Término: 08/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária de servidores
• Interesse público, excepcional: Sim	destinada a suprir o aumento momentâneo e comprovado da demanda da ESF Ermida I, aguardando adaptação das funções da técnica de enfermagem efetiva, sem a garantia de disponibilidade financeira e orçamentária para além do prazo de vigência do contrato.
• Contratação indispensável: Sim	

<u>Candidato convocado:</u>

Técnico de Enfermagem PSF	
Classificação	**Nome**
256º	KENIA APARECIDA RIBEIRO CUNHA

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 13/10/2025, Edição 4127.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0CF39A8A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 064/2026 – PL Nº 215/2025 – PE Nº 112/2025 – ARP Nº 596/2025 – CONTRATADA: R2 DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 34.140.249/0001-14

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa** referente à Solicitação de Fornecimento nº 763/**2026**, no valor de **R$ 401,78 (quatrocentos e um reais e setenta e oito centavos)** nº 770/**2026**, no valor de **401,78 (quatrocentos e um reais e setenta e oito centavos)**; **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses e Rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços**, em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 64/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8954FF13

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO N.º 44/2026 – CMDCA

Dispõe sobre a instauração da Comissão Especial de Seleção encarregada de processar e julgar o Edital de Chamamento Público nº 004/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas

atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Municipal n° 052 de 28 de dezembro de 1998 e as disposições de seu Regimento Interno, conforme plenária ordinária realizada no dia 08/09/2026 no Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS),

RESOLVE:

Artigo 1º- Instituir a Comissão Especial de Seleção encarregada de processar e julgar o Edital de Chamamento Público nº 004/2026 para seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) interessada em celebrar Termo de Fomento para a execução do projeto "ESCOLA DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR: Fortalecendo famílias e garantindo direitos", financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Composição:

Representantes Governamentais - Michele Teixeira Lopes, Pedro Henrique Estevão Ferreira, Jéssica Teodoro Xavier, Mariana Lima Souza, Augusto Ambrósio Fidélis.
Artigo 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º- Publique-se e dê ciência aos interessados.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

MICHELE TEIXEIRA LOPES
Presidente CMDCA

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:71ACAB10

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO N.º 45/2026 – CMDCA

Dispõe sobre o registro e inscrição de programas para OSC's da entidade Grupo Espírita Irmão José Grosso.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 052/1998, em reunião ordinária realizada no dia 08/09/2026 no Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS) e,

CONSIDERANDO os artigos 90 e 91 da Lei Federal 8.069 de 13/07/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 03/2026 CMDCA de 09/02/2026 que dispõe sobre o registro/renovação, inscrição e reavaliação de programas para OSC's e dá outras providências;

RESOLVE:

Artigo 1º - Publicar o registro e inscrição de programas para OSC's da entidade:

GRUPO ESPÍRITA IRMÃO JOSÉ GROSSO

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Artigo 3º - Publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

MICHELE TEIXEIRA LOPES
Presidente Do CMDCA

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:829A204D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO N.º 46/2026 – CMDCA

Dispõe sobre a renovação de registro e inscrição de programas para OSC'S das entidades Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção (ADAP) e Comunidade Servos da Cruz de São Damião.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 052/1998, em reunião ordinária realizada no dia 08/09/2026 no Auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS) e,

CONSIDERANDO os artigos 90 e 91 da Lei Federal 8.069 de 13/07/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 03/2026 CMDCA de 09/02/2026 que dispõe sobre o registro/renovação, inscrição e reavaliação de programas para OSC's e dá outras providências;

RESOLVE:

Artigo 1º - Publicar a renovação de registro e inscrição de programas para OSC's das entidades:

- ALIANÇA DIVINOPOLITANA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO (ADAP)
- COMUNIDADE SERVOS DA CRUZ DE SÃO DAMIÃO

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Artigo 3º - Publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

MICHELE TEIXEIRA LOPES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DA0A605A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) ERRATA – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1141/2026 (NR)

– **Contratado (a):** Sr(a). ADRIANA RAMOS DA SILVA SANTIAGO. **Cargo: Assistente Social**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a demanda excepcional e transitória de pessoal para atendimento de serviços específicos decorrente da execução do Programa Moradas Gerais, cuja implementação possui cronograma próprio e exige a realização simultânea ou subsequente de diferentes etapas técnicas; sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Classificada na 25ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 025/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 24/08/2026, edição 4345 **Lotação:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Diretoria de Habitação de Interesse Social. **Período:** 02/09/2026 a 02/11/2026. **Total:** R$ 2.462,80 (dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) Dot. Orçamentária: 02.005.002.2050.2261. Ass.: 02/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:769D6FC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1145/2026

– **Contratado (a):** Sr(a). MARIA ELIZA MOREIRA TEIXEIRA. **Cargo: Engenheiro Civil**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a demanda excepcional e transitória de pessoal para atendimento de serviços específicos decorrente da execução do Programa Moradas Gerais, cuja implementação possui cronograma próprio e exige a realização simultânea ou subsequente de diferentes etapas técnicas; sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, VI, da Lei 4.450/98. Classificada na 62ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 025/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 24/08/2026, edição 4345 **Lotação:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Diretoria de Habitação de Interesse Social. **Período:** 08/09/2026 a 08/11/2026. **Total:** R$ 6.882,97 (Seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos) Dot. Orçamentária: 02.005.002.2050.2261. Ass.: 06/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:657E59E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1149/2026

– **Contratado (a):** Sr(a). SIMONE APARECIDA ARAÚJO FERREIRA. **Cargo: Assistente Social**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a demanda excepcional e transitória de pessoal para atendimento de serviços específicos decorrente da execução do Programa Moradas Gerais, cuja implementação possui cronograma próprio e exige a realização simultânea ou subsequente de diferentes etapas técnicas; sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Classificada na 13ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 025/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 24/08/2026, edição 4345 **Lotação:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Diretoria de Habitação de Interesse Social. **Período:** 08/09/2026 a 08/11/2026. **Total:** R$2.462,80 (dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) Dot. Orçamentária: 02.005.002.2050.2261. Ass.: 06/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BD71D208

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1167/2026

– **Contratado (a):** Sra. **LUÍSA CARVALHO ALVES**. **Cargo: Fisioterapeuta**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a Emenda Impositiva Individual 96.10S/2025 do vereador Wellington Well para contratação temporária de fisioterapeuta para promoção de saúde, socialização e bem-estar através da oferta, divulgação e realizações de atividade física. A ausência dos profissionais poderá comprometer a continuidade, qualidade e ampliação dos serviços ofertados à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo determinado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Classificada na 46ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 024/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 13/08/2026, edição 4338 **Lotação:** Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA / ESF Vila Romana. **Período:** 08/09/2026 a 31/12/2026. **Total:** R$2.462,80 (Dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos Dot. Orçamentária: 02.015.002.2150.2814. Ass.: 04/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:48955AF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1172/2026

– **Contratado(a):** Sr(a). GIOVANI MOREIRA DOS SANTOS. **Cargo: Engenheiro Civil**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a demanda excepcional e transitória de pessoal para atendimento de serviços específicos decorrente da execução do Programa Moradas Gerais, cuja implementação possui cronograma próprio e exige a realização simultânea ou subsequente de diferentes etapas técnicas; sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, VI, da Lei 4.450/98. Classificada na 66ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 025/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 24/08/2026, edição 4345 **Lotação:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Diretoria de Habitação de Interesse Social. **Período:** 08/09/2026 a 08/11/2026. **Total:** R$ 6.882,97 (Seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos) Dot. Orçamentária: 02.005.002.2050.2261. Ass.: 08/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0E40A474

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLAG) – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1172/2026

– **Contratado(a):** Sr(a). AMANDA MEDEIROS LEÃO. **Cargo: Engenheiro Civil**. **Objeto**: Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a demanda excepcional e transitória de pessoal para atendimento de serviços específicos decorrente da execução do Programa Moradas Gerais, cuja implementação possui cronograma próprio e exige a realização simultânea ou subsequente de diferentes etapas técnicas; sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, VI, da Lei 4.450/98. Classificada na 51ª colocação. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 025/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 24/08/2026, edição 4345 **Lotação:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Diretoria de Habitação de Interesse Social. **Período:** 08/09/2026 a 08/11/2026. **Total:** R$ 6.882,97 (Seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos) Dot. Orçamentária: 02.005.002.2050.2261. Ass.: 08/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6DA311A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1169/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Flavia Filgueira Tavares**. Cargo:** Técnico de Enfermagem PSF**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem PSF, nos termos do **Edital nº 001/2024**, classificado na 248º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** ESF Central. **Período:** 14/09/2026 a 12/03/2027**. Total:** R$ 2.752,37 (Dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica. **Ass.: 04/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F21E04F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1173/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Marli Conceição Pereira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem 200h**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem 200h, nos termos do **Edital nº 001/2026**, classificado na 113º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** CAPS AD III**. Período:** 08/09/2026 a 06/03/2027**. Total:** R$ 2.752,37 (Dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2822 – Implementação da Rede de Atenção Psicossocial-RAPS. **Ass.: 04/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:305D833E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1164/2026-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ONDE DE SE LÊ: Contratado (a): Sr(a). Vitor Azevedo de Sousa Moraes**. Cargo:** Dentista PSF**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Dentista PSF, nos termos do **Edital nº 001/2024**, classificado na 71º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** ESF Osvaldo Machado Gontijo. **Período:** 08/09/2026 a 06/03/2027**. Total:** R$ 6.418,91 (Seis mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e um centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica. **Ass.: 02/09/2026.**

LEIA-SE: Contratado (a): Sr(a). Vitor Azevedo de Sousa Moraes**. Cargo:** Dentista PSF**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Dentista PSF, nos termos do **Edital nº 001/2024**, classificado na 71º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** Diretoria de Atenção Primária à Saúde**. Período:** 08/09/2026 a 06/03/2027**. Total:** R$ 6.418,91 (Seis mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e um centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2814 – Implementação das Políticas de Atenção Básica. **Ass.: 02/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8FFFEBB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 135/2026

Contratado (a): Graziele Cristina Alves Siqueira**. Cargo:** Técnico de Laboratório**.** Término de contrato em 04/09/2026**. Ass.: 04/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:03C53044

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEGOV – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 168/2022

– Programa Adote Um Bem Público. Conveniado: José Anselmo Pereira. Objeto: Prorrogação da vigência até 11/08/2027. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7C921FED

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEGOV – EXTRATO DO TA 01/2026 – TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 76/2021

– Programa Adote Um Bem Público. Conveniado: Claudinei Campos Pinto. Objeto: Prorrogação da vigência até 24/08/2027. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E60645E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEGOV – EXTRATO DO TR – TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 259/2026

– Programa Adote Um Bem Público. Conveniado: Mauricio Autoboots Ltda. Objeto: Fica rescindido, por mútuo acordo, o Termo de Compromisso de Cooperação nº 259/2026, contados da data de assinatura deste instrumento. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1147D3F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO CONTRATO 166/2026 – PL 199/2026 – INEXIGIBILIDADE 30/2026.

Contratado: KENIA LUIZA DE SOUZA PIRES, CNPJ 26.828.354/0001-12. Objeto: Prestação de serviços artísticos para apresentação de show musical, apresentação pública da BANDA W PONTO COM, a ser realizada no dia 27/09/2026, na Rua Inácio Gomes, nº 51 (final da Rua Pitangui), Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, durante o evento "21ª PARADA LGBTQIAPN+. Prazo: 60 dias. Valor: R$ 20.000,00. Dot. Orçamentária: 02.003.001.13.392.2030.2.157.3.3.90.39.00 Ficha – 160. Ass: 08/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:726C8187

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMC – EXTRATO DO CONTRATO 166/2026 – PL 199/2026 – INEXIGIBILIDADE 30/2026.

Contratado: KENIA LUIZA DE SOUZA PIRES, CNPJ 26.828.354/0001-12. Objeto: Prestação de serviços artísticos para apresentação de show musical, apresentação pública da BANDA W PONTO COM, a ser realizada no dia 27/09/2026, na Rua Inácio Gomes, nº 51 (final da Rua Pitangui), Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, durante o evento "21ª PARADA LGBTQIAPN+. Prazo: 60 dias. Valor: R$ 20.000,00. Dot. Orçamentária: 02.003.001.13.392.2030.2.157.3.3.90.39.00 Ficha – 160. Ass: 08/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4764CEF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMDE – EXTRATO DO CONTRATO 159/2026 – PL 148/2026 – DISPENSA 45/2026.

Contratado: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas de Minas Gerais – SEBRAE/MG, CNPJ 16.589.137/0016.40. Objeto: Contratação do SEBRAE/MG para a prestação de serviços especializados de treinamentos e consultorias voltados ao

fortalecimento do setor empresarial de Divinópolis, no âmbito da execução da trilha de inovação 2026. Valor: R$ 234.000,00. Dot. Orçamentária: 02.004.001.23.691.2040.2202.3.3.90.39.00 Ficha 188. Prazo: 12 meses. Ass: 03/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EA2D0128

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DO CONTRATO 162/2026 – PL 166/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 75/2026.

Contratado: Requinte Produções e Eventos Ltda, CNPJ 56.107.195/0001-28. Objeto: Prestação de serviços especializados para planejamento, organização e execução de seminários voltados à qualificação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 193.000,00. Prazo: 12 meses. Dot. Orçamentária: 02.015.002.10.301.2150.2814.3.3.90.39.00 Ficha 952. Ass: 04/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B3B3DD79

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – COMUNICAÇÃO

– CONFORME determina o art. 2º da LEI 9.452/97, a Secretaria Municipal de Saúde, comunica ás entidades indicadas na citada lei os seguintes recursos provenientes da União:

	Competência	Valor
ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	09/12 em 2026	R$ 10.069.119,64
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	02/12 em 2026	R$ 8.556,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	03/12 em 2026	R$ 8.556,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	04/12 em 2026	R$ 8.556,00
CUSTEIO DO PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS MAC - COMPONENTE AMBULATORIAL	JUN de 2026	R$ 29.523,00
FAEC - DIAGNÓSTICO/TRATAMENTO EM ONCOLOGIA	JUN de 2026	R$ 221.993,63

Divinópolis, 08 de Setembro de 2026.

Fundo Municipal de Saúde de Divinópolis.
SHEILA SALVINO.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A1EAADD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 112/2026 – PL Nº 046/2025 – PE Nº 90.022/2025 – ARP Nº 119/2025

– **Contratada: ILG COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 20.657.155/0001-02 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o encerramento e arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 112/2026.**

Divinópolis, 31 de agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:34AD0CB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 040/2026 – PL Nº 219/2025 – PE Nº 116/2025 – ARP Nº 522/2025 – CONTRATADA: GOLD LIMP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS LTDA, CNPJ Nº 11.251.668/0001-28.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa compensatória referente à Solicitação de Fornecimento nº 040/2026, no montante de R$ 964,29 (novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos)** e **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e 7 (sete) meses. O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 040/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:17BC9577

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 049/2026 – PL Nº 220/2025 – PE Nº 90117/2025 – ARP Nº 579/2025 – CONTRATADA: VANESSA GOMES RIBEIRO CNPJ: 46.211.714/0001-40.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: multa **moratória referente à Solicitação de Fornecimento nº 8352/2025, no montante de R$ 347,61 (trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos). O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 049/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:91459143

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 077/2026 – PL Nº 048/2025 – PE Nº 024/2025 – ARP Nº 226/2025 – CONTRATADA: PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 23.957.055/0001-90.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa moratória referente à solicitação de fornecimento nº 3129/2026, no montante de 299,21 (duzentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos). O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 077/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, setembro de 2026 – Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde

SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7FCC1301

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 237/2022

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo de Readaptação Funcional nº 237/2022, referente ao(à) servidor(a) M. H. G. R., Matrícula nº 99****02, ocupante do cargo de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação.
DETERMINO: a) a readaptação funcional da servidora M. H. G. R., Matrícula nº 99****02, do cargo de provimento efetivo de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental para o exercício do cargo/funções de Secretário Escolar, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, ante a aposentadoria concedida no segundo vínculo (Matrícula nº 99****15); b) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a majoração da jornada em razão da readaptação para o cargo/função de Secretário Escolar, de modo a resguardar a compatibilidade e a intangibilidade remuneratória; c) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos e ao artigo 27 da Lei Complementar Municipal nº 009/1992, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições específicas da prestação do serviço; d) após o trânsito em julgado administrativo, o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Município para análise e elaboração de decreto de alteração do cargo, visando formalizar a transferência definitiva da servidora para o novo cargo. A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo supracitado.

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E2399906

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000009/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000009/2026**, referente à servidora **D.C.L.F. (Matrícula 990*****11), ocupante do cargo de **Educador I-B Ciências Exatas**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora do cargo de provimento efetivo de Educador I-B Ciências Exatas para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância da restrição laboral de caráter definitivo aplicada à servidora no novo cargo, consistente na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F17E72D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000011/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000011/2026**, referente à servidora **E.S.A. (Matrícula 990*****86), ocupante do cargo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais – PAEIAIEF**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora para o cargo de **Secretária Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância da restrição laboral de caráter definitivo aplicada à servidora no novo cargo, consistente na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:59E5179A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000017/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000017/2026**, referente à servidora **L.V.S.F. (Matrícula 990*****26), ocupante do cargo de **Educador II 1º Grau Educação Física**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora para o cargo de **Técnico Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente para atuação na biblioteca de unidade de ensino; b) a aplicação de restrição laboral de caráter definitivo, consistente na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula, em razão do risco de agravamento de sua saúde mental; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem de Educador II até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:05A552A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO

ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000019/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000019/2026**, referente ao servidor **M.A.R.J. (Matrículas 990******33 e 990*******31)**, ocupante do cargo de **Educador II 1º Grau Educação Física**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva do servidor do cargo de provimento efetivo de Educador II 1º Grau Educação Física para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas ao servidor no novo cargo, consistentes na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula, de forma parcial ou total; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem do servidor, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pelo servidor no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:29384F85

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000025/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000025/2026**, referente ao servidor **R.N.F. (Matrícula 990*****23), ocupante do cargo de **Educador I – B Linguística e Letras**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva do servidor para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas ao servidor no novo cargo, consistentes na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem do servidor, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pelo servidor no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E494707F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000028/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000028/2026**, referente à servidora **V.D.M. (Matrícula 990*****68), ocupante do cargo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais – PAEIAIEF**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora para o cargo de **Secretária Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo, consistentes na permanência de afastamento da sala de aula, bem como na proibição de atividades que envolvam estresse emocional intenso ou esforços físicos moderados e intensos; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C5D5C6DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000029/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000029/2026**, referente à servidora **V.F.A.G. (Matrículas 990******53 e 990*******87)**, ocupante do cargo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais – PAEIAIEF**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora dos cargos de provimento efetivo de PAEIAIEF para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância da restrição laboral de caráter definitivo aplicada à servidora no novo cargo, consistente na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8DDF7684

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000046/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000046/2026**, referente à servidora **R.F.G.C. (Matrícula 20*****73), ocupante do cargo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – PAEIAIEF**,

integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a manutenção da servidora no cargo de provimento efetivo de PAEIAIEF, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a aplicação de restrição laboral de caráter definitivo, consistente na vedação de realizar regência total em sala de aula, estando apta apenas para realizar regência parcial; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão das restrições ora estabelecidas; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço; e) a notificação da chefia imediata da servidora para que proceda ao ajuste e à adequação do escopo de tarefas diárias atribuídas à servidora no seu local de lotação, direcionando-a para funções de regência parcial, tais como apoio pedagógico, docência eventual ou laboratório de informática, que permitam a estrita observância da restrição de não realizar regência total. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:15A86313

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.000000051/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.000000051/2026**, referente ao servidor **A.S.C. (Matrícula 990*****58), ocupante do cargo de **Motorista de veículos leves**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva do servidor do cargo de provimento efetivo de Motorista de veículos leves para o cargo de **Agente de Administração**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas ao servidor no novo cargo, consistentes na proibição de executar funções laborativas que necessitem dirigir veículos, na proibição de subir escadas, na proibição de manipular objetos com mais de 5kg de peso e na obrigação de permanecer o maior período de trabalho em posição sentada, sem necessidade de realizar longas caminhadas; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem do servidor, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pelo servidor no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AD6E837B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.044.000000015/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.044.000000015/2026**, referente ao servidor **C.P.G. (Matrícula 990*****71), ocupante do cargo de **Educador I – B Ciências Exatas**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva do servidor do cargo de provimento efetivo de Educador I – B Ciências Exatas para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas ao servidor no novo cargo, consistentes na proibição de exercer atividades que demandem uso contínuo ou intenso da voz, de realizar aulas expositivas, leitura em voz alta ou atividades com projeção vocal, de permanecer em ambientes com ruído elevado que exijam esforço vocal compensatório e de realizar atividades que envolvam fala prolongada, mesmo em pequenos grupos; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem do servidor, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pelo servidor no cargo de origem de Educador I – B Ciências Exatas até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5A5836AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.044.000000016/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.044.000000016/2026**, referente à servidora **R.V.S. (Matrícula 990*****51), ocupante do cargo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais – PAEIAIEF**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora do cargo de provimento efetivo de PAEIAIEF para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas à servidora no novo cargo, consistentes na proibição de realizar atividades de regência em sala de aula, de forma total ou parcial; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem de PAEIAIEF até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DDB640C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.044.000000022/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.044.000000022/2026**, referente à servidora **R.P.C. (Matrícula**

990***50), ocupante do cargo de **Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – PAEIAIEF**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a manutenção da servidora no cargo de provimento efetivo de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (PAEIAIEF), integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) o retorno assistido às atividades de regência de classe em sala de aula, devendo a direção da unidade escolar e a coordenação pedagógica acompanhar sua reintegração profissional, de forma a garantir suporte nas rotinas pedagógicas e evitar situações de estresse agudo; c) a aplicação de restrições laborais de caráter definitivo, consistentes na proibição de realizar levantamento de peso devido ao quadro de lombalgia degenerativa, recomendando-se a manutenção do acompanhamento psiquiátrico regular; d) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão das restrições estabelecidas; e) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço; f) a notificação da chefia imediata da servidora para que proceda ao ajuste das rotinas e ao acompanhamento do retorno assistido em sala de aula, orientando os demais servidores de apoio para suporte físico, de modo a garantir o estrito cumprimento da proibição de levantar cargas pesadas no ambiente de trabalho. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3902443E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.044.000000040/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.044.000000040/2026**, referente à servidora **D.A.D.O.C. (Matrícula 980*****88), ocupante do cargo de **Agente de Saúde**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora do cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde para o cargo de **Agente de Administração**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas à servidora no novo cargo, consistentes na proibição de deambular por longos períodos e na obrigatoriedade de realizar suas atividades laborativas com alternância postural; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem de Agente de Saúde até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A980C019

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 01170.044.000000040/2026

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo Administrativo Digital de Readaptação Funcional nº **01170.044.000000040/2026**, referente à servidora **E.D.S.M. (Matrícula 990*****84), ocupante do cargo de **Educador I – B Ciências Biológicas**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação**. **DETERMINO:** a) a readaptação funcional definitiva da servidora do cargo de provimento efetivo de Educador I – B Ciências Biológicas para o cargo de **Secretário Escolar**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a estrita observância das restrições laborais de caráter definitivo aplicadas à servidora no novo cargo, consistentes na proibição de permanecer em sala de aula e na obrigatoriedade de evitar lugares com diversos estímulos ao mesmo tempo; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão da readaptação ora estabelecida; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora no cargo de origem até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, nos termos do artigo 46 do Decreto Municipal nº 17.000/2025, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições de insalubridade, periculosidade ou ao local específico de prestação do serviço. **A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo digital supracitado.**

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3E691313

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 226/2022

Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo de Readaptação Funcional nº 226/2022, referente ao(à) servidor(a) L. A. A. P., Matrícula 990***24, ocupante do cargo de Educador IB – Ciências Humanas, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação.
DETERMINO: a) a readaptação funcional do servidor L. A. A. P., ocupante do cargo efetivo de Educador IB – Ciências Humanas, para o cargo de Secretário Escolar, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a imposição de restrições definitivas para regência de classe e exposição a ruídos elevados; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo de origem do servidor, sendo vedada a fixação de jornada de trabalho superior em razão da readaptação para o novo cargo; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pelo servidor até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos e ao artigo 27 da Lei Complementar Municipal nº 009/1992, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições específicas da prestação do serviço do cargo de origem; e) a devida publicação do extrato desta decisão nos meios oficiais do Município de Divinópolis, de modo a formalizar as restrições impostas nos termos da legislação municipal aplicável; f) por fim, após trânsito em julgado administrativo, o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Município para análise e elaboração de decreto de alteração do cargo, visando formalizar a transferência definitiva do servidor para o novo cargo. A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo supracitado.

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:38EDE1EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PROFERIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL Nº 240/2022

SEPLAG – Extrato do Ato Decisório proferido no âmbito do Processo de Readaptação Funcional nº 240/2022, referente ao(à) servidor(a) R. F. G. C., Matrícula 020***73, ocupante do cargo de PAEIAIEF (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental), integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação.
DETERMINO: a) a manutenção da servidora, Matrícula nº 020***73, no cargo de provimento efetivo de PAEIAIEF (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental), integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; b) a aplicação de restrição laboral de caráter definitivo, consistente na vedação da regência integral de classe e do uso intensivo e contínuo da voz, autorizando-se o desempenho de regência parcial, tarefas pedagógicas de modo geral, suporte escolar, atendimento a pequenos grupos e apoio às atividades de biblioteca e pesquisas; c) a preservação integral da carga horária de trabalho original vinculada ao cargo efetivo de origem da servidora, sendo vedada a fixação de jornada diferenciada em razão das restrições ora estabelecidas; d) a manutenção de todos os direitos remuneratórios de caráter permanente legalmente incorporados e adquiridos pela servidora até a data de publicação deste ato, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos e ao artigo 27 da Lei Complementar Municipal nº 009/1992, excluídas as vantagens pecuniárias de caráter transitório vinculadas a condições específicas da prestação do serviço. A íntegra do ato decisório encontra-se disponibilizada no processo administrativo supracitado.

Divinópolis, setembro de 2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:286073F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1026/2026

– Daniele Isabel Felício Pereira, UEMG, Pedagogia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 04/09/2026 até o dia 14/12/2026. Ass.: 04/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:ED6963E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 871/2026

– Cristina Maria Batista Tavares, UNICESUMAR, Pedagogia – Objeto: Estágio de 02 horas diárias. Prazo: 08/09/2026 até o dia 25/09/2026. Ass.: 08/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E42CD50F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 1138/2025 DE LUCAS OLIVEIRA FICHE.

OBJETO: Retificar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 1138/2026, para que, onde consta o período de 02/09/2026 a 02/11/2027, passe a constar o período de 02/09/2026 a 02/11/2026. Ass.: 06/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B9C42B24

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 1139/2025 DE GABRIEL FERNANDO BRASIL RESENDE

Retificar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 1139/2026, para que, onde consta o período de 02/09/2026 a 02/11/2027, passe a constar o período de 02/09/2026 a 02/11/2026. Ass.: 06/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B73135E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 1141/2025 DE ADRIANA RAMOS DA SILVA SANTIAGO.

OBJETO: Retificar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 1141/2026, para que, onde consta o período de 02/09/2026 a 02/11/2027, passe a constar o período de 02/09/2026 a 02/11/2026. Ass.: 06/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EF804EAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP - EXTRATO DO 2º TA - CT 38/2026 – PL 002/2026. CONTRATADA: TERRAKAÇAMBA TERRAPLENAGEM LTDA.

Objeto: Readequação técnica e orçamentária da planilha contratual, passando o item 6.1.4 de R$ 66,28/m para R$ 44,56/m, mantendo-se o desconto licitatório de 30,02% ofertado. Essa readequação de natureza técnica gera uma redução orçamentária de R$ 54.336,70.

Divinópolis, 04 de setembro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CBA2AF6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP - EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO 01/2026 - CT 199/2025 – PL 196/2025.

CONTRATADA: LICITAFORT EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Objeto: Retificação do valor do 2o TA, onde se lê: Para o Lote 2, fica acrescido o montante de R$ 9.657,35, correspondente a aproximadamente 6,06%; Leia-se:
"Para o Lote 2, fica acrescido o montante de R$ 13.223,19, correspondente a aproximadamente 8,29%.

Divinópolis, 04 de setembro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:32A19DD0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO NOVA EMPRESA CREDENCIAMENTO 012/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 012/2026.
Processo Administrativo nº 081/2026.

Credenciante: Município de Dom Bosco/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Dom Bosco. Pessoa Jurídica Credenciada: LAYCE CASSIMIRO BATISTA, CNPJ: nº 54.245.400/0001-96, item 004. Objeto: credenciamento, no âmbito do Chamamento Público nº 012/2026, destinado à prestação de serviços de Psicólogo.
Publique-se na forma da Lei.

Dom Bosco, 08 de setembro de 2026.

NESLON PEREIRA DE BRITO
Prefeito.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:2376C778

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO NOVA EMPRESA CREDENCIAMENTO N° 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046/2026
CREDENCIAMENTO N° 005/2026
INEXIGIBILIDADE N° 009/2026

CONSIDERANDO, que o PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046/2026 encontra-se em conformidade com a legislação pertinente Lei 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos HOMOLOGO o CREDENCIAMENTO N° 005/2026. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica, com profissional nível superior Médico Clínico Geral para atuar nas Unidades Básicas de Saúde promovendo atendimento Primário à Saúde e em Sistema de Plantão, suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. EMPRESA CREDENCIADA: SILVA E BUSSE LTDA, inscrito no CNPJ:58.375.938.0001-76 item 01 e item 02, valor global: - R$110.000,00 (cento e dez mil reais).

Publique-se na forma da Lei.

Dom Bosco-MG, 01/09/2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:985A9801

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DALVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº 037/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA-MG PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026, TORNA PÚBLICO – abertura às 09:00 horas do dia 22/09/2026 na plataforma **LICITANET. OBJETO**: Registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, na forma de TONER e CARTUCHO, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento à diversas secretarias da Prefeitura de Estrela Dalva, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**.** O Edital em inteiro teor estará à disposição a partir do dia 10/09/2026, pelo site www.estreladalva.mg.gov.br e no PNCP. Maiores informações, através do telefone (32) 3464-1181, ramal 206.

Estrela Dalva/MG 08/09/2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:DBF90694

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 1516 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: ESTRELA DO INDAIA
DECRETO No:01516 /2026
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de ESTRELA DO INDAIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2575 / 2025
CONSIDERANDO: Abertura de créditos adicionais suplementares nas seguintes dotações orçamentárias
.....
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

04		Fundação Municipal Saúde Estrela do Inda	
04.10		Administração da Fundação	
04.10.01		Administração da Fundação	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0411		ADMINIST GERAL DA FUNDACAO MUN DE SAUDE	
04.122.0411.2108		MANUTENCAO DE OUTRAS DESP. DA FUNDACAO	
3.3.90.39.00	594	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	35.000,00
	1.501.000.0000	Outros Recursos não Vinculados	35.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS: R$	35.000,00

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:

04		Fundação Municipal Saúde Estrela do Inda	
04.20		Saúde-Fundação	
04.20.02		Saúde	
10		Saude	
10.302		Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.1009		ASSISTENCIA MEDICA DA FUNDACAO	
10.302.1009.2110		MANUT OUTRAS DESP. ASSIST MEDICA DA FUND	
3.3.90.34.00	603	Outras Desp. Pes. Dec.Cont.Terceirização	35.000,00
	1.501.000.0000	Outros Recursos não Vinculados	35.000,00
		TOTAL: R$	35.000,00

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

ESTRELA DO INDAIA, 19 DE AGOSTO DE 2026

JURACI FRANCISCO SANTANA
CPF: 561.965.126-68
Prefeito

Diários Oficial dos Municípios Mineiros.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:EF60EC17

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 1521 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: ESTRELA DO INDAIA

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO No:01521 /2026

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de ESTRELA DO INDAIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2575 / 2025
CONSIDERANDO:
Abertura de créditos adicionais suplementares nas seguintes dotações orçamentárias.....
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

03		FUNDO PREVIDENCIARIO DOS SERVIDORES PUBL	
03.10		ADMINISTRACAO DO FUNDOPREI	
03.10.01		ADMINISTRACAO DO FUNDOPREI	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0410		PROGRAMA DE PREVIDENCIA	
04.122.0410.2158		MANUT ATIVIDADES ADMINITRATIVAS DO RPPS	
3.3.90.47.00	570	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.000,00
	1.802.000.0000	Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de	2.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS: R$	2.000,00

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:

03		FUNDO PREVIDENCIARIO DOS SERVIDORES PUBL	
03.10		ADMINISTRACAO DO FUNDOPREI	
03.10.01		ADMINISTRACAO DO FUNDOPREI	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0410		PROGRAMA DE PREVIDENCIA	
04.122.0410.2158		MANUT ATIVIDADES ADMINITRATIVAS DO RPPS	
3.3.90.30.00	564	Material de Consumo	2.000,00
	1.802.000.0000	Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de	2.000,00
		TOTAL: R$	2.000,00

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

ESTRELA DO INDAIA, 1 DE SETEMBRO DE 2026

JURACI FRANCISCO SANTANA
CPF: 561.965.126-68
Prefeito

Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:CF26918B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ELEIÇÕES DO DIRETOR PREVIDENCIÁRIO DO FUNDOPREI

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESTRELA DO INDAIÁ – FUNDOPREI, através de sua Diretora Presidente, Sra. Kelly Renata de Oliveira Belo juntamente com a Presidente da Comissão Eleitoral, nomeada através da Portaria FUNDOPREI nº. 005, de 02 de setembro de 2026, e de acordo com o Decreto Municipal nº. 1.128, de 05 de março de 2020, **FAZ SABER**, a todos os interessados, que nos termos dos artigos 138 e 146 da Lei Municipal nº 1.707, de 17/12/2004, será realizada Assembleia Geral para **ELEIÇÕES de escolha do Diretor Previdenciário do FUNDOPREI,** para um mandato de quatro anos.

I – DAS INSCRIÇÕES

1.1 - As inscrições estarão abertas a partir das 8:00 horas do dia 14 de setembro de 2026 e encerrarão às 16:00 horas do dia 24 de setembro de 2026.

1.2 - Os servidores interessados em concorrer aos cargos deverão protocolar o Pedido de Registro de Candidatura na sede do FUNDOPREI, situado na Praça São Sebastião, 219, Centro, nesta cidade, das 8:00 às 15:00 horas, na sala do serviço de contabilidade, com a Servidora Adriana Ferreira Belo.

II – DO CARGO

2.1 - DO DIRETOR PREVIDENCIÁRIO

2.1.1 - O Registro de Candidatura deverá ser requerido pelo próprio interessado e instruído com os seguintes documentos, de acordo com o cargo a ser disputado:

a) declaração do órgão empregador, certificando que o pretenso candidato é servidor público municipal vinculado ao regime estatutário e não está cumprindo sanção disciplinar de suspensão;

b) cópia do Registro Civil (RG) e do CPF;

c) certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

d) Declaração firmada pelo próprio interessado, de que conhece as atribuições do cargo, na forma da Lei Municipal nº 1.707/2004.

III – DO REGISTRO DA CANDIDATURA

3.1 - Somente poderá ser candidato o servidor detentor de cargo de provimento efetivo do Município de Estrela do Indaiá, da Administração Direta, ou aposentado em cargo efetivo vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social, e que satisfaça todos os requisitos previstos nos subitens a seguir:
- Ter capacidade civil para a prática de todos os atos da vida civil;
- Não ter sido condenado por sentença criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido penalidade de suspensão disciplinar, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do encerramento das inscrições para o pleito;
- Não desempenhar cargo de Secretário Municipal;
- Não estar inadimplente com o Regime Próprio de Previdência Social de que trata a Lei nº 1.707/2004.
- Possuir grau de instrução equivalente, no mínimo, ao curso completo de 2º grau;

3.2 - Protocolado e recebido o requerimento de registro de candidatura junto ao FUNDOPREI, a Presidente da Comissão Eleitoral mandará autuá-lo e fará publicar imediatamente Edital de Candidatura, a ser afixado nos quadros de avisos do FUNDOPREI e PREFEITURA MUNICIPAL, através de seu Diário Oficial.

IV – DO PRAZO PARA SUA IMPUGNAÇÃO

4.1 - Qualquer candidato poderá no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação do edital, impugnar o registro de candidatura, mediante pedido fundamentado, especificando, desde logo, os meios de prova com os quais pretende demonstrar a procedência da impugnação.

4.2 - Decorrido o prazo de 02 (dois) dias, o candidato que tiver o seu pedido de registro impugnado terá o prazo de 03 (três) dias, após sua notificação, para apresentar sua defesa escrita, juntar os documentos pertinentes e requerer, se for o caso, a produção de outras provas.

4.3 - Decorrido o prazo para a apresentação de defesa de que trata o artigo anterior, a Comissão Eleitoral terá 03 (três) dias para se manifestar sobre a defesa apresentada pelo candidato que tiver sua candidatura impugnada, sendo a decisão tomada por maioria de votos dos membros da Comissão Eleitoral.

4.4 - Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso à Presidente do RPPS/FUNDOPREI, que ouvido a Assessoria Jurídica contratada

ou a do Poder Executivo, terá o prazo de 03 (três) dias para se manifestar sobre a decisão da Comissão Eleitoral.

V – DA HOMOLOGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

5.1 - Decorrido o prazo para recurso, os candidatos cujos pedidos de registro forem julgados procedentes terão suas Candidaturas homologadas pela Comissão Eleitoral, no primeiro dia útil imediato.

5.2 - A fim de dar ciência aos interessados, as decisões de homologação da Comissão Eleitoral serão publicadas em Edital afixado no quadro de avisos do FUNDOPREI e da PREFEITURA MUNICIPAL, situado na Praça São Sebastião, 219, Centro, nesta Cidade e/ou Diário Oficial do Município.

VI – DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

6.1 - A eleição para a escolha do Diretor Previdenciário e dos membros do Conselho Municipal de Previdência, **será realizada no dia 22/10/2026, das 8:00 as 17:00 horas**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça São Sebastião, 219, na sala da Secretaria Municipal de Educação.

6.2 - O voto é facultativo, secreto, podendo exercê-lo todos os segurados obrigatórios, aposentados e pensionistas em pleno gozo de seus direitos;
6.3 - A cada eleitor deverá votar em um único candidato para cada um dos conselhos, independentemente do acúmulo de cargos ou aposentadorias que detenha
6.4 - Serão anulados os votos cujas cédulas estiverem rasuradas ou contendo opção por mais de um candidato para cada Conselho;
6.5 - A Comissão Eleitoral elaborará cédulas eleitorais com o nome dos candidatos para cada um dos conselhos, por ordem alfabética e seus respectivos números, obtidos por ordem de inscrição;
6.6 - A mesa receptora será constituída por membros da Comissão Eleitoral e ou outras pessoas indicadas pelo Diretor Presidente do FUNDOPREI;
6.7 - Encerrada a votação, proceder-se-á de imediato a apuração dos votos pelos membros da mesa receptora;
6.8 - De todos os atos relativos à eleição se lavrará Ata Circunstanciada, integrando-se à mesma a relação com os nomes dos eleitores, número de matrícula e a colheita de suas assinaturas quando da votação.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS
7.1 - Será considerado eleito como Diretor Previdenciário o candidato que obtiver o maior número de votos válidos, dentre os servidores ativos, inativos e pensionistas e seu suplente, o candidato com votação imediatamente inferior.
7.2 - O Cargo de Diretor Previdenciário do FUNDOPREI deverá ser preenchido, exclusivamente, por servidor municipal, ocupante de cargo efetivo ou aposentado, conforme item 3.1 deste edital, sob a égide do regime estatutário e não estar cumprindo sanção disciplinar de suspensão, depois de eleito pelos servidores do quadro de provimento efetivo ativo, inativo e pensionistas do município, através de eleição direta e secreta, para período de quatro anos, permitida a reeleição.
7.3 - Aplica-se, no que couber, o disposto no Decreto Municipal nº. 1.128/2020, que dispõe sobre as eleições do Diretor Previdenciário do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais de Estrela do Indaiá - FUNDOPREI.
7.4 - Os casos omissos relativos ao processo eleitoral ou em relação às normas do presente edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, ouvida a Assessoria Jurídica do FUNDOPREI ou do Poder Executivo.
7.5 - E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expede-se o presente edital que será afixado nos quadros de avisos do FUNDOPREI e publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros de Estrela do Indaiá e respectivos quadros de anúncios.

Estrela do Indaiá/ MG, 08 de setembro de 2026.

TAMARA FRANCIS SILVA
Presidente da Comissão Eleitoral
Portaria FUNDOPREI nº. 005/2026

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:2B5A2509

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá-MG, EXTRATO DE INTENÇÃO A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Adesão Municipal N° 007/2026. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna pública a intenção à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 018/2026/CIMAMS do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 032/2025, Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene-CIMAMS, para efeitos de aquisição de motoniveladora, zero km/nova, ano vigente, potência líquida mínima de 178 hp, com mínimo de 06 cilindros, peso operacional mínimo de 15.000 kg, com fundamento na Lei 14.133/2021.

Estrela do Indaiá – MG, 08 de setembro de 2026.

MARLI APARECIDA VIEIRA FARIAS ROCHA –
Presidente da Comissão de Contratação.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:A6B64CB5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2.595, DE 08.09.2026

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com ou sem Garantia da União, e dá outras providências.

O Povo do Município de Estrela do Indaiá/MG, por seus representantes legais na Câmara Municipal, APROVA e eu, em seu nome, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 1.026.000,00 (um milhão e vinte e seis mil reais), no âmbito da Linha de Financiamento FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao saneamento, nos termos da Resolução CMN nº 4.995/2022 e suas alterações posteriores, incluindo a Resolução CMN n° 5.302 de 5/5/2026, destinados a aquisição de terreno e infraestrutura urbana, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º. A operação de crédito de que trata esta Lei poderá ser contratada com ou sem garantia da União.

§1º Caso a operação de crédito de que trata essa Lei seja contratada com garantia da União, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "*pro solvendo*", as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

§ 2º Caso a operação de crédito de que trata esta Lei seja contratada sem garantia da União, para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "*pro solvendo*", as receitas a que se referem o artigo 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f", da Constituição Federal, nos termos da ressalva apresentada pelo art. 167, inciso IV, da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou

em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela contém.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 08 de setembro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:1C24831D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESULTADO - PROCESSO LICITATÓRIO N°: 094/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá - MG, Processo Licitatório n°: 094/2026, na modalidade Pregão Presencial nº: 041/2026 - RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO - OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, DANOS MATERIAIS E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24h (VINTE E QUATRO HORAS), PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG"**. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna público o Resultado do Processo Licitatório n° 094/2026, tendo como vencedores os seguintes licitantes: GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ 90.180.605/0001-02. Total estimado para este fornecedor R$ 13.736,00 (treze mil e setecentos e trinta e seis reais).

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:E549A6E5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 99/2026, CONCORRÊNCIA 05/2026

A Prefeitura Municipal de Felixlândia/MG torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 05/2026 - Processo Licitatório nº 99/2026 – do tipo Empreitada por Menor Preço Global. Objeto: **Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica na comunidade rural da Lagoa do Meio, município de Felixlândia/MG, em consonância com o Convênio nº 986228/2025, firmado entre o município e o Ministério do Turismo, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Orçamento Discriminativo não Desonerado,** que será realizada na data de 24/09/2026 às 08:00h, pela PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br. O edital poderá ser retirado no endereço acima, bem como no site da prefeitura www.felixlândia.mg.gov.br e no endereço: Rua Menino Deus, nº 86, Centro, Felixlândia/MG – CEP 39.237.000, telefone (38) 3467-0010.

WARLEY GONÇALVES LIMA.
Agente de Contratação

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:84B75203

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

Nº DO ADITIVO: nº 01 ao Contrato Administrativo nº 21/2026.
CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
CONTRATADO: Vinícius Henrique de Souza
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção em redes de esgoto
FUNÇÃO: Operário de Serviços Gerais
VALOR MENSAL: R$ 1.623,22
VIGÊNCIA: 09/09/2026 a 08/03/2027.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:8E8CF600

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

Nº DO ADITIVO: nº 01 ao Contrato Administrativo nº 22/2026.
CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
CONTRATADO: Kluyver Augusto Silva
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção em redes de esgoto
FUNÇÃO: Operário de Serviços Gerais
VALOR MENSAL: R$ 1.623,22
VIGÊNCIA: 09/09/2026 a 08/03/2027.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:B0DBDD5F

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 103/2026. Processo Licitatório nº: 198/2026 – Inexigibilidade nº: 055/2026. Contratante: Município de Formiga-MG. **Contratada:** 54.137.194 Marcos Belo Rocha – C.N.P.J.: 54.137.194/0001-09 **Do Objeto:** Contratação de empresa responsável pela apresentação do cantor "João Marcos Sertanejo", para 01 (um) show musical, no estilo sertanejo, a ser realizado no "Festival do Peixe", no Distrito Turístico de Pontevila, em Formiga-MG. **Da Vigência:** a partir da assinatura, até 19/10/2026. **Do Valor:** R$1.600,00 (um mil e seiscentos reais). **Da Dotação Orçamentária:** *16.005.23.695.0026.2081.3.3.90.39 – Manutenção do Crescimento Turístico no Município – FMT / Outros*

Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica. **Data do Documento:** 04/09/2026. **Data de Assinatura**: 08/09/2026

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:92133137

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 090/2025. Processo Licitatório nº: 222/2025 – Pregão Eletrônico nº: 041/2025. Contratante: Município de Formiga-MG. **Contratada:** Celasa Análises Ltda.-ME. **Da Vigência:** Fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, sendo até 12/09/2027, conforme requerimento de fl. 317, com fundamento no art. 107, da Lei nº: 14.133/2021. **Do Valor:** O valor estimado do presente contrato será reajustado pelo IPCA/IBGE, conforme CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 15.2, passando de *R$28.127,00 (vinte e oito mil, cento e vinte e sete reais)* para ***R$29.432,12 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos)***, conforme requerimento de fl. 317 e documentos de fls. 318/366, do processo licitatório. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato básico que não colidam diretamente com as cláusulas do presente Termo Aditivo. **Data do Documento:** 04/09/2026. **Data de Assinatura:** 08/09/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:09026ABF

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0053/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026

O **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA/MG** torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a licitação na modalidade CREDENCIAMENTO, conforme as condições abaixo
OBJETO: contratação de serviços técnicos especializados de avaliação de imóveis, com emissão de laudos de avaliação mercadológica de bens imóveis urbanos e rurais, elaborados por profissional legalmente habilitado, em conformidade com a ABNT NBR 14.653 e legislação correlata, para atender às demandas desta autarquia.
PRAZO DE INSCRIÇÃO: O credenciamento permanecerá com inscrições abertas a partir do dia **09/09/2026** *por fluxo contínuo pelo prazo de 12 meses*, podendo os interessados apresentarem a documentação de habilitação a qualquer tempo dentro deste período.
DATA DA PRIMEIRA SESSÃO: Dia **29 de setembro de 2026, às 09h01**, para conferência e julgamento do **primeiro lote** de documentações recebidas.
SESSÕES PERIÓDICAS (CICLO MENSAL): Os requerimentos protocolados após a abertura inicial serão recebidos continuamente pelo sistema e julgados pela Comissão em sessões subsequentes, que ocorrerão a **cada 30 (trinta) dias corridos**.
LOCAL E RETIRADA DO EDITAL: O Edital completo, contendo os requisitos de qualificação técnica, documentação necessária e os modelos de Termo de Referência, encontra-se disponível nos sites oficiais: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br.

Formiga/MG, 08 de setembro de 2026.

GABRIELLA FRADE MURARI
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:10FDACE0

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público - Repasse Financeiro ao Terceiro Setor

Inexigibilidade de Chamamento Público: 008/2026

Instrumento: Termo de Colaboração

Base legal: Artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014; artigo 20 do Decreto Municipal nº 7.186, de 25 de outubro de 2017; Instrução Normativa nº 20, de 30 de junho de 2025; Lei Municipal nº 6.538, de 19 de março de 2026, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 6.622, de 14 de julho de 2026, que alterou o art. 3º da referida Lei, e conforme previsão orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.508, de 22 de dezembro de 2025.

Organização da Sociedade Civil:
Associação Casa 18 de Abril
CNPJ: 54.172.138/0001-05
Endereço: Avenida Osvaldo Pereira, Nº 321, Bairro: Areias Brancas, Formiga/MG.
CEP: 35.574-166
Objeto: Constitui objeto do presente Plano de Trabalho o repasse de recurso financeiro para a execução de parte da obra de construção da sede da Associação Casa 18 de Abril, compreendendo a construção de parte do telhado metálico e a execução das instalações hidráulicas, visando proporcionar uma estrutura física segura, funcional e adequada para o desenvolvimento das atividades sociais promovidas pela entidade.
Valor total de repasse: R$ 33.891,59 (trinta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos).

Período de repasse: Exercício 2026.

Vigência: 12 (doze) meses.

Tipo de Parceria: **COLABORAÇÃO**

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE:

Com o intuito de celebrar**TERMO DE COLABORAÇÃO**entre o Município de Formiga e a**Associação Casa 18 de Abril**, inscrita no CNPJ sob o nº54.172.138/0001-05, com sede na Avenida Osvaldo Pereira, nº 321, Bairro Areias Brancas, Formiga/MG, CEP 35.574-166, por meio do qual o Município repassará, no exercício de 2026, o valor de**R$ 33.891,59 (trinta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos)**, o Plano de Trabalho tem por objeto orepasse de recursos financeiros destinados à execução de parte da obra de construção da sede da Associação Casa 18 de Abril, compreendendo a construção de parte do telhado metálico e a execução das instalações hidráulicas, com o objetivo de proporcionar uma estrutura física segura, funcional e adequada ao desenvolvimento das atividades sociais promovidas pela entidade.
Ressalta-se que o referido recurso, a título de Auxílios, encontra-se devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 6.538, de 19 de março de 2026, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 6.622, de 14 de julho de 2026, que alterou o art. 3º da referida Lei, e conforme previsão orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.508, de 22 de dezembro de 2025.

A luz da Lei Federal nº 13.019/2014, que vem normatizar e reger o assunto aprazado, esta prevê em seu Art. 31;

"Art. 31 Será considerado INEXIGÍVEL o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre organizações de sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto e de parceria ou se as metas a serem atingidas somente poderão ser feitas pela entidade específica quando:

II - A parceria decorrente de transferência para organização de sociedade civil que esteja AUTORIZADA POR LEI, na qual seja identificada expressamente a Entidade beneficiária, inclusive se tratar de subvenção social..."

Ademais, a Lei nº 13.019/2014, em seu art. 32, tipifica:"Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público."

Diante do exposto, resta devidamente justificada a inexigibilidade de chamamento público, uma vez que a parceria encontra-se autorizada por lei, na qual está expressamente identificada a entidade beneficiária, atendendo, assim, aos preceitos estabelecidos nos artigos supracitados.
A presente justificativa, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, será publicada no meio oficial de publicidade do Município, admitindo-se impugnação no prazo de 5 (cinco) dias, na forma da Lei.

Formiga, 09 de setembro de 2026.

LUCIANE RIBEIRO MELO
Diretora Administrativa e de Interfaces Com as Políticas Socioassistenciais

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:7DD056AC

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público - Repasse Financeiro ao Terceiro Setor

Inexigibilidade de Chamamento Público: 009/2026

Instrumento: Termo de Colaboração

Base legal: Artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014; artigo 20 do Decreto Municipal nº 7.186, de 25 de outubro de 2017; Instrução Normativa nº 20, de 30 de junho de 2025; Lei Municipal nº 6.538, de 19 de março de 2026, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 6.622, de 14 de julho de 2026, que alterou o art. 3º da referida Lei, e conforme previsão orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.508, de 22 de dezembro de 2025.

Organização da Sociedade Civil:
Associação Missão Marta e Maria – Formiga/MG
CNPJ: 14.790.755/0001-41
Endereço: Rua Lassance Cunha, nº 39 - Centro - Formiga MG.
CEP: 35.570-214
Objeto: O presente Plano de Trabalho tem por objeto o apoio financeiro à Missão Marta e Maria, mediante o custeio de despesas com aquisição de gêneros alimentícios e pagamento de pessoal, diretamente vinculadas à execução das atividades assistenciais desenvolvidas pela entidade, visando assegurar a continuidade das ações e atender à crescente demanda por alimentos e refeições decorrentes das situações de vulnerabilidade social e insegurança alimentar vivenciadas pelo público atendido.
Valor total de repasse: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Período de repasse: Exercício 2026.

Vigência: 07 (sete) meses.

Tipo de Parceria: **COLABORAÇÃO**

JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE:

Com o intuito de celebrar **TERMO DE COLABORAÇÃO** entre o Município de Formiga e a **Associação Missão Marta e Maria – Formiga/MG**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.790.755/0001-41, com sede na Rua Lassance Cunha, nº 39, Centro, Formiga/MG, CEP 35.570-214, por meio do qual o Município repassará, no exercício de 2026, o valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), o Plano de Trabalho tem por objeto o apoio financeiro à Associação Missão Marta e Maria, mediante o custeio de despesas com a aquisição de gêneros alimentícios e o pagamento de pessoal, diretamente vinculadas à execução das atividades assistenciais desenvolvidas pela entidade, visando assegurar a continuidade das ações e atender à crescente demanda por alimentos e refeições decorrentes das situações de vulnerabilidade social e insegurança alimentar vivenciadas pelo público atendido.
Ressalta-se que o referido recurso, a título de Subvenções Sociais, encontra-se devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 6.538, de 19 de março de 2026, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 6.622, de 14 de julho de 2026, que alterou o art. 3º da referida Lei, e conforme previsão orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.508, de 22 de dezembro de 2025.

A luz da Lei Federal nº 13.019/2014, que vem normatizar e reger o assunto aprazado, esta prevê em seu Art. 31;

"Art. 31 Será considerado INEXIGÍVEL o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre organizações de sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto e de parceria ou se as metas a serem atingidas somente poderão ser feitas pela entidade específica quando:
II - A parceria decorrente de transferência para organização de sociedade civil que esteja AUTORIZADA POR LEI, na qual seja identificada expressamente a Entidade beneficiária, inclusive se tratar de subvenção social..."

Ademais, a Lei nº 13.019/2014, em seu art. 32, tipifica:"Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público."

Diante do exposto, resta devidamente justificada a inexigibilidade de chamamento público, uma vez que a parceria encontra-se autorizada por lei, na qual está expressamente identificada a entidade beneficiária, atendendo, assim, aos preceitos estabelecidos nos artigos supracitados.
A presente justificativa, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, será publicada no meio oficial de publicidade do Município, admitindo-se impugnação no prazo de 5 (cinco) dias, na forma da Lei.

Formiga, 09 de setembro de 2026.

LUCIANE RIBEIRO MELO
Diretora Administrativa e de Interfaces Com as Políticas Socioassistenciais

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:2BB97657

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PORTARIA Nº 017, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre os procedimentos para o registro de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de estabelecimentos vinculados à agricultura familiar elaboradores de produtos de origem animal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal de Formiga – MG.

O **SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, no uso das atribuições legais e considerando a necessidade de estabelecer procedimentos específicos para o registro e a regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de estabelecimentos vinculados à agricultura familiar que elaboram produtos de origem animal;
RESOLVE:
Art. 1º Esta Portaria estabelece os requisitos e os procedimentos para o registro, junto ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, de

estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de estabelecimentos vinculados à agricultura familiar que realizem atividades de elaboração de produtos de origem animal.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se Estabelecimento Agroindustrial de Pequeno Porte de Produtos de Origem Animal – EAPP aquele de propriedade ou sob gestão de agricultor familiar ou produtor rural, com área útil construída de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), localizado em área urbana ou rural, destinado à industrialização, recebimento, manipulação, beneficiamento, fracionamento, conservação, armazenamento, acondicionamento, embalagem, rotulagem ou expedição, com finalidade industrial ou comercial, de produtos de origem animal, incluindo carne e seus derivados, pescado e seus derivados, ovos e seus derivados, leite e seus derivados e produtos de abelhas e seus derivados, observada a legislação vigente.

Art. 3º Os estabelecimentos enquadrados no art. 2º poderão requerer ao SIM o registro provisório, mediante celebração de Termo de Compromisso, observados os seguintes procedimentos:

I – solicitação de vistoria ao SIM pelo interessado;

II – realização de vistoria in loco para avaliação das condições estruturais, das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e das condições higiênico-sanitárias do estabelecimento;

III – apresentação da documentação inicial prevista no art. 4º desta Portaria;

IV – análise da documentação apresentada pelo SIM;

V – aprovação das condições de funcionamento do estabelecimento, observadas as exigências sanitárias aplicáveis;

VI – celebração do Termo de Compromisso; e

VII – emissão do Certificado de Registro Provisório.

Art. 4º Para requerer o registro provisório, o interessado deverá apresentar ao SIM, conforme aplicável, os seguintes documentos iniciais:

I – requerimento de registro;

II – declaração, conforme modelo estabelecido pelo SIM;

III - cópia documentos pessoais do proprietário;

IV – cópia do CNPJ e inscrição estadual ou inscrição de produtor rural ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, quando se tratar de agricultor familiar;

V – relação dos fornecedores de matéria-prima;

VI – planta baixa do estabelecimento, em escala 1:100 ou 1:50, contendo o fluxo de produção, acompanhada do Memorial Descritivo da Construção;

VII – alvará de licença e funcionamento, emitido pela prefeitura;

VIII – Memorial Descritivo Econômico-Sanitário;

IX – cadastro dos produtos a serem elaborados;

X - cópia do registro da propriedade ou contrato de arrendamento;

XI – laudo de aprovação prévia do terreno, quando se tratar de construção de novas instalações;

XII – comprovante ou registro de higienização do reservatório de água; e

XIII – endereço para correspondência.

Art. 5º A concessão do registro provisório ficará condicionada à análise da documentação apresentada e à avaliação, pelo SIM, das condições de funcionamento do estabelecimento, suas instalações, equipamentos e utensílios, de forma a verificar o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e a inexistência de condições que representem risco à saúde pública.

Art. 6º Após manifestação favorável do SIM, o estabelecimento deverá celebrar Termo de Compromisso, no qual serão estabelecidos os documentos complementares a serem apresentados, as adequações estruturais e higiênico-sanitárias a serem realizadas e os respectivos prazos para cumprimento.

Parágrafo único. A emissão do Certificado de Registro Provisório ficará condicionada à assinatura do Termo de Compromisso pelo responsável pelo estabelecimento.

Art. 7º O Termo de Compromisso deverá estabelecer, observado o cronograma definido pelo SIM, os seguintes prazos máximos para apresentação da documentação e cumprimento das exigências:

I – em até 3 (três) meses:

a) documentação referente ao responsável técnico, quando aplicável;

b) certificado de conclusão de curso de Boas Práticas de Fabricação; e

c) certidão negativa de tributos e taxas municipais.

II – em até 6 (seis) meses:

a) atestado de saúde dos manipuladores de alimentos;

b) ficha sanitária; e

c) exames sanitários de brucelose e tuberculose do rebanho, quando aplicáveis aos estabelecimentos que utilizem leite cru.

III – em até 9 (nove) meses:

a) resultados das análises físico-químicas e microbiológicas da água de abastecimento; e

b) resultados das análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos elaborados.

IV – em até 12 (doze) meses:

a) Programa de Autocontrole – PAC, devidamente elaborado, aprovado pelo SIM e implantado no estabelecimento.

Art. 8º O Termo de Compromisso deverá especificar as adequações estruturais, operacionais e higiênico-sanitárias necessárias à regularização do estabelecimento, bem como os respectivos prazos para cumprimento, visando à obtenção do Certificado de Registro Definitivo.

Art. 9º O SIM poderá desenvolver ações de educação sanitária e orientação técnica destinadas aos responsáveis pelos estabelecimentos, especialmente quanto à elaboração, implantação e manutenção dos PAC e ao cumprimento das boas práticas de fabricação.

Art. 10. O Certificado de Registro Provisório terá validade de até 1 (um) ano, condicionada à manutenção das condições higiênico-sanitárias do estabelecimento e ao cumprimento das obrigações, prazos e medidas estabelecidos no Termo de Compromisso e na legislação vigente.

Art. 11. O registro provisório poderá ser suspenso, cassado ou cancelado pelo SIM, mediante procedimento administrativo cabível, quando constatado:

I – o descumprimento das obrigações ou dos prazos estabelecidos no Termo de Compromisso;

II – o descumprimento das exigências previstas na legislação sanitária aplicável;

III – a prestação de informações ou apresentação de documentos falsos ou inverídicos;

IV – a obstrução ou impedimento da ação fiscalizatória do SIM; ou

V – a existência de risco à saúde pública que justifique a adoção da medida, observada a legislação vigente.

Art. 12. Durante a vigência do registro provisório e enquanto atendidas as exigências estabelecidas pelo SIM, o estabelecimento ficará autorizado a comercializar seus produtos dentro dos limites territoriais permitidos pela legislação aplicável ao Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 13. Cumpridas integralmente as adequações previstas no Termo de Compromisso e atendidas as demais exigências legais e sanitárias, o responsável pelo estabelecimento poderá requerer ao SIM a concessão do Certificado de Registro Definitivo.

§ 1º A concessão do registro definitivo dependerá de avaliação e manifestação favorável do SIM quanto ao cumprimento das exigências estabelecidas.

§ 2º O Certificado de Registro Definitivo terá validade de 1 (um) ano, sem prejuízo das obrigações de renovação e manutenção do registro previstas na legislação municipal vigente.

Art. 14. Nos termos do art. 10 da Instrução Normativa MAPA nº 16, de 23 de junho de 2015, nos estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte, a responsabilidade técnica poderá ser suprida por profissional técnico de órgãos governamentais, privados ou de assistência técnica, ressalvados os agentes de fiscalização sanitária, observadas as demais disposições da legislação vigente.

Art. 15. Os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, bem como seus produtos, rótulos e serviços, ficam isentos do pagamento de taxas de registro e de inspeção e fiscalização sanitária, conforme definido na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Art. 16. O disposto nesta Portaria não afasta a obrigatoriedade de cumprimento das disposições estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como nos demais atos normativos expedidos pelos órgãos competentes.

Art. 17. Os casos omissos serão analisados e decididos pelo SIM, observada a legislação vigente e as competências legais do órgão.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga/MG, 08 de setembro de 2026.

RENAN LIZANDRO RIBEIRO
Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:FB35620D

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

SAAE / Formiga / MG torna público que realizará o Processo Licitatório Nº **0050/2026**. Pregão Eletrônico Nº **036/2026** - registro de preços. Tipo: Menor Preço Unitário. Objeto: Aquisição de **hipoclorito de sódio a 12% e sal marinho grosso,** insumos utilizados no tratamento de água. Nova data de abertura da sessão será às **08h00min,** do dia: **22/09/2026.** Informações nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br -

WAINY TORRES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:18B395B6

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 111/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/26

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação de Ata de Registro de Preços - Nº 132/2026, Processo Licitatório nº. 111/2026 - Pregão Eletrônico nº. 019/26 – Contratada: **COLLETAR SERVIÇOS DE COLETA LTDA – 22.168.294/0001-06** > R$145.550,00**.** Vigência: 04/09/2026 a 04/09/2027. Laércio dos Reis Gomes. – Prefeito Municipal.

Extrato – O Prefeito julga as licitantes: **COLLETAR SERVIÇOS DE COLETA LTDA,** vencedora no Processo Licitatório nº. 111/2026 - Pregão Eletrônico nº. 019/26.

Prefeitura Municipal de Formiga/MG.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES.
Prefeito Municipal -

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:F860A3F9

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 047/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172 de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, calculados pela média aritmética simples, sem direito à paridade, ao servidor **PAULO JOSÉ FRADE**, atualmente com 65 anos de idade, Operário de Serviços Gerais, Classe I, Grau A, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano de Formiga/MG, matrícula nº. 13701, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da CR/88 e nos artigos 36 e 37 da Lei Municipal nº 4.172, de 31 de março de 2009, **a partir de 28 de agosto de 2026.**
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **28 de agosto de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 8 de setembro de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:61E40219

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4488 DE 08/09/2026

Finda suspensão de estágio probatório de servidor efetivo.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais,
Considerando que a nomeação da servidora cedida à Prefeitura Municipal para ocupar cargo em comissão com atribuições diversas das do seu cargo efetivo ensejou a suspensão de seu estágio probatório conforme previsto na legislação municipal, e, Portaria nº 4059 de 10/02/2025;
Considerando a exoneração da mesma ocorrida em 01/09/2026, para seu retorno ao desempenho das atividades do seu cargo efetivo;
Resolve:
Art. 1º - **FINDAR** a suspensão do estágio probatório da servidora **ANA CAROLINA DE MELO RANGEL**, ocupante do cargo efetivo de telefonista, matrícula nº **1448**, a partir do dia **01/09/2026**, com manutenção de sua cessão, conforme convênio celebrado entre o Município de Formiga e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto mediante a Portaria nº 4055/2025.
Art. 2º - Em conformidade com o artigo 26 da Lei Complementar nº 41/2011 e suas alterações, **o curso do prazo do estágio probatório fica retomado a partir de 01/09/2026**, procedendo-se aos ajustes necessários na contagem de tempo de efetivo exercício para fins de efetivação/estabilidade.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos conforme disposto nos artigos 1º e 2º.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Setembro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:3CF3EEF7

PORTARIAS
PORTARIA Nº 4489 DE 08/09/2026

Nomeia servidores para as funções que menciona referentes ao Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico.

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA - S.A.A.E., usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - **NOMEAR** o(a) servidor(a) **SÁVIO HENRIQUE CUNHA DE SOUZA**, Assessor de Obras de Engenharia Civil, como **GESTOR DO CONTRATO DE QUE TRATA O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO,** para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de implementação e locação do software de georreferenciamento – Sistema de Informações Geográficas (SIG); e como **FISCAL TÉCNICO** do referido Contrato, o(a) servidor(a) **GUILHERME STALONE ARANTES GONÇALVES**, Assessor em Tecnologia da Informação, e, como **FISCAL ADMINISTRATIVO** do referido Contrato, o(a) servidor **WELLINGTON JORGE LASMAR,** Supervisor de Almoxarifado, sem qualquer ônus adicional para o erário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Formiga (MG), 08 de Setembro de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:22A02B31

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.588, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Comunicação Interna – Conecta nº. 542/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores abaixo relacionados, para, sem ônus adicional ao erário, acompanharem e fiscalizarem a execução e todas as exigências contidas no Contrato de Prestação de Serviços nº 138/2023, cujo objeto é a prestação de serviços de lavanderia hospitalar, envolvendo desinfecção, calandragem, pesagem, acondicionamento e transporte para toda a rouparia dos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde:
I- Micheli Custódia Diniz;
II- Ana Cláudia da Silva;
III - Silvania Moreira Flávio dos Santos;
IV - Elaine Aparecida Alves;
V - Sandra Terezinha de Almeida Ferreira.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.156, de 21 de agosto de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 08 de setembro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:7A7FB1E1

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.589, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Comunicação Interna – Conecta nº. 542/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores abaixo relacionados, para, sem ônus adicional ao erário, acompanharem e fiscalizarem a execução e todas as exigências contidas no Contrato de Prestação de Serviço 150/2023 firmado com a empresa Odontotec Ltda, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos diversos equipamentos odontológicos presentes no Centro de Especialidades Odontológicas e nas Unidades Básicas de Saúde:
I- Micheli Custódia Diniz;
II- Ana Cláudia da Silva.
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 6.165, de 27 de agosto de 2025.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 08 de setembro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:EAD3BC89

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público aos interessados que fará realizar no dia **22 DE SETEMBRO DE 2026** (terça-feira), às 09:00 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo: Sistema de Registro de Preços, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública, para a **Formação de registro de preços para futuro e eventual fornecimento de refeições, nas modalidades marmitex e self-service sem balança, destinados ao atendimento das demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculados à Prefeitura Municipal de Formoso/MG.** O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal https://www.formoso.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Vicente Moreira de Moura, n° 363, Centro, Formoso/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br e geprolformosomg@gmail.com ou telefones: (38) 3647-1552/1111.

Formoso/MG, 08 de setembro de 2026.

JACIELY DE SOUZA ARAÚJO ORNELAS,
Coordenadora da Equipe de Apoio ao Pregão.

Publicado por:
Larissa Carneiro Matos e Silva
Código Identificador:3C497BA4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2024

PROCESSO Nº 039/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: EMPRESA MARIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.191.346/0001-30. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede pública de ensino do município de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado a seguir:

GRUPO 09					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
18	**ROTA 18 – Abre Campo** **MANHÃ E TARDE: Descer o morro do Pedro Antero e ir até a virada na Lage Pirapora, casa de Solange, Adriano Borges e Ricardo.** Especificações: Veículo: **Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV.** Km/dia: 66 km/dia Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado.	KM	4752	R$ 7,04	R$ 33.454,08
19	**ROTA 19 – Abre Campo, Vale Verde, Guaraciaba** Especificações:	KM	3240	R$ 10,01	R$ 32.432,40

	Veículo: **Ônibus Mínimo 40 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 45 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado.				
VALOR TOTAL: R$ 65.886,48 (Sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos).					

Fundamentação: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 31/08/2026.
Vigência: Até 31/12/2026.

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:587A6586

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022

PROCESSO Nº 097/2022. PREGÃO ELETRÔNICA Nº 028/2022. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: VIACAO BRILHO DO SOL TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.492.011/0001-50. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço no Transporte Escolar Intermunicipal, em atendimento aos alunos do Ensino Superior, devidamente matriculados nas instituições de ensino nas Cidades de Ponte Nova/MG e Viçosa/MG, conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência e demais anexos do Edital, conforme discriminado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	KM TOTAL (76 dias)	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01.	**ROTA – Guaraciaba/Ponte Nova** Veículo: **Ônibus mínimo 45 lugares** Km/dia: 84 Turno: Noturno Horário previsto de saída: 17 horas Horário previsto de retorno: 22:30 horas Obs.: Saída da Praça Santana de Guaraciaba/MG	KM	6384	R$ 7,34	R$ 46.858,56
02.	**ROTA – Guaraciaba/Viçosa** Veículo: **Ônibus mínimo 45 lugares** Km/dia: 110 Turno: Noturno Horário previsto de saída: 17 horas Horário previsto de retorno: 22:30 horas Obs.: Saída da Praça Santana de Guaraciaba/MG	KM	8360	R$ 9,12	R$ 76.243,20
VALOR TOTAL: R$ 123.101,76 (Cento e vinte e três mil, cento e um reais e setenta e seis centavos).					

Fundamentação: Artigo 87, inciso II da Lei Federal nº 8.666-93.
Assinatura: 31/08/2026.
Vigência: 31/12/2026

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:F28EBA9A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117|2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033|2026

O **MUNICÍPIO DE GUARANI** torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA EM EQUIPAMENTOS MÉDICO E HOSPITALARES, ODONTOLÓGICO, DE FISIOTERAPIA E CÂMARAS DE VACINA COM PEÇAS INCLUSAS.**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/09/2026 às 13h10min.

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA: www.ammlicita.org.br.

INFORMAÇÕES GERAIS E EDITAL: Na sede da Prefeitura ou no site https://guarani.mg.gov.br/editaistipo/15/Pregao-Eletronico.

Guarani-MG, 08 de setembro de 2026.

RENAN BRAGA PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Márcio Costa Dos Reis Filho
Código Identificador:ABC9417C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAO E HOMOLOGACAO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRONICA Nº 08/2026
Processo 67/2026
O prefeito Municipal de Guarda Mor, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei 14.133/2021 torna público a homologação e adjudicação da dispensa eletrônica Nº 08/2026
Dotações Orçamentárias:
02.06.01.12.122.0402.2037.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 235
02.06.01.12.361.1202.2041.3.390.39.00 1.500.000 Ficha 256
02.02.01.04.122.0402.2012.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 66
02.10.01.08.122.0801.2155.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 406
02.05.01.10.301.1003.2030.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 173
Data da Adjudicação: 27 de Agosto de 2026.
Data da Homologação: 27 de Agosto de 2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA ATENDER DOS SETORES QUE COMPÕE AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO MUNICIPIO DE GUARDA MOR.

Fornecedores/Vencedores/Itens/total:

Empresas:
GENTE SEGURADORA S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Valor Total do Certame: R$ 13.299,37 (treze mil, duzentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos)

AUTORIZO a despesa a favor da respectiva empresa vencedora conforme homologação.

DETERMINO a convocação da empresa vencedora para assinatura do respectivo contrato nos termos do artigo 137,138 e 139 da Lei 14.133/2021.

Guarda Mor-MG, 27 de Agosto de 2026.

JOSE DIAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:683B2940

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA-MOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
DISPENSA ELETRONICA Nº 08/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA ATENDER DOS SETORES QUE COMPÕE AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO MUNICIPIO DE GUARDA MOR.

Contratante: Município de Guarda-Mor

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2026

Contratado:

GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ: 90.180.605/0001-02
Valor Total do Certame: R$ 13.299,37 (treze mil, duzentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos)

Dotações orçamentarias:

02.06.01.12.122.0402.2037.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 235
02.06.01.12.361.1202.2041.3.390.39.00 1.500.000 Ficha 256
02.02.01.04.122.0402.2012.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 66
02.10.01.08.122.0801.2155.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 406
02.05.01.10.301.1003.2030.3.3.90.39.00 1.500.000 Ficha 173

VIGÊNCIA: 27/08/2026 até 27/08/2027.

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:1B10429B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 01º Termo Aditivo ao Contrato nº 191/2025, originado do Pregão Eletrônico nº 094/2023, firmado com a empresa **INFOTRONICC SEGURANCA ELETRONICA LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, do contrato que tem por objeto a prestação dos serviços de vigilância eletrônica e monitoramento eletrônico, em regime de comodato dos equipamentos da contratada, incluindo instalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva de componentes, fiscalização diária, entre outros, dos prédios sob a responsabilidade de todas as secretarias da Prefeitura de Guaxupé/MG, por um período de 12 (doze) meses. **Valor:** R$ 13.792,32. **Fundamento legal:** Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 08/09/2025

GUSTAVO AMIDANI CALIL
Secretário Municipal de Segurança e Defesa Social

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:EC540CD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 05º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 05º Termo Aditivo ao Contrato nº 151/2025, originado da Concorrência nº 008/2025, firmado com a empresa **SCS ENGENHARIA & SEGURANCA DO TRABALHO LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 30 (trinta) dias, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na área de engenharia civil e/ou arquitetura para execução de reforma da E. M. E. I. Prof. Alice Smargiassi Silva, localizada no bairro Santa Cruz, em Guaxupé/MG**. Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 04/09/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRa
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:15728B86

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 081/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade nº 081/2026** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo **nº 228/2026**. Objeto**: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de assinatura do Jornal Estadão na versão impressa, destinada à expansão e manutenção do acervo da Biblioteca Municipal Professora Iracema Elias em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. Contratada: S/A O ESTADO DE SÃO PAULO. Valor: R$ 1.157,52.** Fundamento Legal: art. 74, inciso l, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 08 de setembro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Odair Jose Alves Junior
Código Identificador:0065A0F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA N° 413, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 413, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia ANA GABRIELA ARCOLINI EMILIO Servidora Concursada PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O **Prefeito do Município de Guaxupé**, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento nas Leis Municipais nº 3.243/2025 e, na Lei complementar Municipal n°1.691, de 20 de setembro de 2005, alterada pela Lei n° 2.129, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora, abaixo elencada, aprovada no concurso público 001/2023, a partir de 1° de setembro de 2026:

Nome	Cargo
ANA GABRIELA ARCOLINI EMILIO	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 2º A servidora ora nomeada cumprirá o estágio probatório, com efeito a partir da assinatura do termo de posse**, durante o qual eficiência e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, durante o período de 03 (três) anos.**

Art. 3º O cargo, carga horária e a remuneração são definidos na Lei Complementar n° 1.691, 20 de novembro de 2005, alterada pela Lei n° 2.129, de 04 de abril de 2012.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1° de setembro de 2026.

Guaxupé, 04 de setembro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:3BC79BDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
PORTARIA Nº 414, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 414, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

Altera membros da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Agentes Comunitários de Saúde (CADACS).

O **Prefeito do Município de Guaxupé**, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições em cumprimento a nomeação, e com fundamento no Decreto Municipal n° 2.739 de 21 de junho de 2023,

Considerando o Decreto Municipal n° 2.739 de 21 de junho de 2023, que regulamenta o sistema de avaliação de desempenho dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de Guaxupé, conforme previsto no art. 6°- A da Lei Municipal n° 2.552/2017, alterada pela Lei Municipal n° 3.001/2023;

Considerando o Memorando nº 11.945/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, e recepcionado pela Procuradoria-Geral do Município;

R E S O L V E:

Art. 1° Alterar a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Agentes Comunitários de Saúde (CADACS), que será composta pelos seguintes membros:

Tatiana do Socorro Magalhães	Chefe de seção de Estratégia de Saúde da Família
Cristiane Aparecida Domingues Ferreira	Agente Administrativa - SMS
Reginalda Aparecida Bueno Vasconcelos	ESF Dr. Antônio Marcos de Souza Viana Almeida – Parque 2
Aldréia Cristina Ribeiro	ESF Dr. Manoel Joaquim Rios - Aroeira
Ana Luiza da Silva Batista	ESF Dr. José Laércio Balbino - Ouro Verde
Danielle Cristina Vieira Santos	ESF Dr. Roberto Magalhães Gomes – Vila Campanha
Elisangela Maria Ferreira	ESF Miguel Antônio Stampone – Monte Verde
Sheila Alves Souza	ESF Fernando Celso de Andrade Coelho - Aviação
Adriana Cristina Santos	ESF Francisco José Ferreira – Carloni 1
Cássia Souza Ilídio Pires	ESF Francisco José Ferreira – Carloni 2
Milena Aparecida Alves	ESF Dr. André de Sá Perocco – Rosana 1
Renata Conceição de Paula Resende	ESF Dr. André de Sá Perocco – Rosana 2
Patrícia Del Valle Silva	ESF Raymundo Macedo Filho – Parque 1
Thais Coelho Spaggiari	ESF. Dr. Dolor dos Santos Coragem – Taboão 1
Jurema Cristina dos Santos	ESF. Dr. Dolor dos Santos Coragem – Taboão 2

Art. 2º A presente Comissão tem seu prazo de vigência estabelecido por no máximo 30 (trinta) dias quando da realização da avaliação a qual deverá ser noticiada à Diretoria de Gestão de Pessoas para inclusão em folha até o vigésimo dia do mês.

Art. 3º Os membros, ora nomeados perceberão a gratificação pelo exercício da função, o valor de 2,5 (duas e meia) Unidades Fiscais do Município (UFM) mensal, respeitando o limite de 4 (quatro) Unidades Fiscais, nos termos do Art. 3° da Lei 2.503, de 24 de maio de 2017.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n° 236, de 06 de maio de 2026.

Guaxupé, 04 de setembro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito de Guaxupé

LISIANE CRISTINA DURANTE
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:3C2D30C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
REABERTURA DE SESSÃO – PREGÃO Nº 033/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ/MG. AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO – PREGÃO nº 033/2026, forma de realização: Eletrônica, Processo nº 146/2026. O Município de Guaxupé/MG informa aos interessados que, após o Parecer Jurídico e Decisão Final sobre o recurso apresentado, referente ao processo em epígrafe, que tem por objeto a Futura e eventual aquisição de kits de higiene bucal infantil, destinados à distribuição nas atividades das Unidades Odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Guaxupé/MG, **OCORRERÁ, no DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 09h00min, na plataforma de licitações – www.ammlicita.org.br a REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO nº 033/2026 para continuidade dos trabalhos**. Maiores informações na Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, nº 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 08 de setembro de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Pedro Augusto Dos Santos Pereira
Código Identificador:E3955B96

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

A **Prefeitura Municipal de Gurinhatã/MG** torna público, para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA** do **Pregão Eletrônico nº 037/2026**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO E IMPRESSÃO DE IMAGENS DE RAIOS-X (DR, CR E DRY)**, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital.
Em razão da **Retificação nº 01 do Edital**, fica prorrogada a data de abertura da sessão pública, anteriormente prevista para o dia **08/09/2026, às 09h**, passando a ocorrer no dia:
NOVA DATA DE ABERTURA/INÍCIO DA DISPUTA: 17/09/2026, ÀS 09H, horário de Brasília.

A licitação será realizada por meio da **Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas**. Poderão participar pessoas jurídicas que atuem em ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições estabelecidas no Edital e em sua Retificação nº 01.

O Edital, a Retificação nº 01 e demais documentos pertinentes poderão ser obtidos pelos interessados no sítio eletrônico oficial do Município de Gurinhatã/MG, na Plataforma LICITANET ou solicitados pelo e-mail institucional do Setor de Licitações.

Permanecem **inalteradas e ratificadas as demais disposições do Edital que não tenham sido expressamente modificadas pela Retificação nº 01**.

Gurinhatã/MG, 04 de setembro de 2026.

HERNANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:0CA842EF

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO 006/2025

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 040/2025 CREDENCIAMENTO 006/2025
O MUNICÍPIO DE GURINHATÃ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 18.457.192/0001-25, com sede à Av. Jonas Vilela Franco, 490, CEP 38.310-000, Gurinhatã - Minas Gerais, Tel.: (034) 3264-1010, torna público, para conhecimento dos interessados, a prorrogação por mais 01 (um) ano do prazo de inscrições do CHAMAMENTO PÚBLICO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas para CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, instaurado com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei n° 14.133/2021.
O procedimento será regido pela Lei n° 14.133/2021, na forma presencial, por analogia ao art. 17, § 2°, c/c art. 176, inciso II, da Lei n° 14.133/2021.
Em razão da prorrogação, o prazo para apresentação de documentação e ingresso no credenciamento fica estendido até 11/09/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Edital.

Gurinhatã-MG, 08 de setembro de 2026.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:15D7CB9D

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO 010/2025

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 090/2025 CREDENCIAMENTO 010/2025
O MUNICÍPIO DE GURINHATÃ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 18.457.192/0001-25, com sede à Av. Jonas Vilela Franco, 490, CEP 38.310-000, Gurinhatã - Minas Gerais, Tel.: (034) 3264-1010, torna público, para conhecimento dos interessados, a prorrogação por mais 01 (um) ano do prazo de inscrições do CHAMAMENTO PÚBLICO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas para CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS TIPO MARMITEX, SELF SERVICE NO KG E RODÍZIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHATÃ-MG, instaurado com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei n° 14.133/2021.
O procedimento será regido pela Lei n° 14.133/2021, na forma presencial, por analogia ao art. 17, § 2°, c/c art. 176, inciso II, da Lei n° 14.133/2021.
Em razão da prorrogação, o prazo para apresentação de documentação e ingresso no credenciamento fica estendido até 14/09/2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Edital.

Gurinhatã-MG, 08 de setembro de 2026.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:CA74E81D

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 RETIFICAÇÃO Nº 01

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026
RETIFICAÇÃO Nº 01
O **MUNICÍPIO DE GURINHATÃ/MG** torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e provável aquisição de um sistema de digitalização e impressão de imagens de Raios-X (DR, CR e DRY)**.
A presente retificação tem por finalidade **alterar o descritivo técnico do ITEM 03 – SISTEMA DETECTOR PARA DIGITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X**, em decorrência da análise das impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados, passando a prevalecer as especificações constantes da **Retificação nº 01**, que integra o Edital para todos os fins.
Fica expressamente mantido o **prazo de entrega de até 20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, conforme previsto no Edital.
Permanecem **inalteradas as demais cláusulas, condições e exigências do Edital e seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas pela Retificação nº 01**.
O Edital retificado e a Retificação nº 01 encontram-se disponíveis aos interessados nos mesmos meios utilizados para divulgação do instrumento convocatório.

Gurinhatã/MG, 04 de setembro de 2026.

HERNANI ALVES SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:1EB3E3F2

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

O **MUNICÍPIO DE GURINHATÃ/MG**, por intermédio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, a **REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**, do tipo **Menor Preço**, sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARTINS ALAMEU**, em conformidade com os Projetos Básicos, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos integrantes do procedimento.

A revogação decorre de **razões de interesse público supervenientes**, diante da necessidade de **revisão, adequação e compatibilização dos documentos técnicos que integram o processo licitatório, especialmente aqueles relacionados à composição dos preços, custos unitários, planilha orçamentária e demais elementos técnicos necessários à correta definição do orçamento da contratação**.

A medida tem por finalidade assegurar que os documentos técnicos e orçamentários estejam devidamente compatibilizados e apresentem elementos suficientes, coerentes e adequados para a futura contratação, preservando a correta elaboração das propostas, a competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a segurança da execução da obra, com fundamento no **art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo da instauração de novo procedimento licitatório após a conclusão das revisões e adequações necessárias.

HERNANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:85D85471

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 132/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 132/2026

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 132/2026. Processo nº 003/2026. Inexigibilidade 001/2026. Procedimento Auxiliar – Credenciamento 001/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADO: e 67.999.576 LUCAS DE CASTRO SILVA, CNPJ: 67.999.576/0001-85, OBJETO: Prestação de serviços mecânicos visando a manutenção dos veículos e máquinas pesadas da frota municipal. Vigência: 01/09/2026 à 31/08/2027. Dotação orçamentária: 02.10.--04.122.0007.2052.3.3.90.39.00 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS – FICHA 357.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:A218D0E3

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de **Reforma da Escola Municipal José Martins Alameu**, em estrita conformidade com os Projetos Básicos, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos constantes dos autos.

I – DA DECISÃO

O **MUNICÍPIO DE GURINHATÃ/MG**, por intermédio da Autoridade Competente, no uso de suas atribuições legais e administrativas, considerando os elementos constantes do processo da **Concorrência Eletrônica nº 002/2026**, e com fundamento no art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve **REVOGAR o procedimento licitatório**, pelas razões de interesse público a seguir expostas.

II – DOS FATOS E DA MOTIVAÇÃO

A Concorrência Eletrônica nº 002/2026 foi instaurada com a finalidade de selecionar empresa especializada para execução da obra de **Reforma da Escola Municipal José Martins Alameu**, pelo critério de julgamento de menor preço e sob o regime de empreitada por preço global, tendo como suporte técnico os projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da fase preparatória.

No decorrer do procedimento, verificou-se a necessidade de promover **revisão e adequação dos documentos técnicos que compõem a contratação, especialmente daqueles relacionados às composições de preços que fundamentam a planilha orçamentária da obra**.

A composição adequada dos preços constitui elemento essencial do orçamento estimado da contratação, uma vez que deve refletir corretamente os serviços, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos e demais componentes necessários à execução do objeto. Eventuais inconsistências ou necessidade de aperfeiçoamento desses documentos podem repercutir diretamente na formação do valor estimado, na elaboração das propostas pelos licitantes, na análise de sua exequibilidade e, posteriormente, na própria execução contratual.

Diante disso, a Administração entendeu não ser conveniente prosseguir com o procedimento nas condições atualmente estabelecidas, mostrando-se necessária a revisão prévia da documentação técnica e orçamentária para assegurar que eventual nova licitação seja realizada com elementos suficientemente precisos, coerentes e compatíveis entre si.

A providência possui caráter preventivo e encontra fundamento no dever da Administração de assegurar a correta definição do objeto e de seu orçamento, a seleção da proposta mais vantajosa, a isonomia entre os interessados, a competitividade do certame e a adequada execução da futura contratação.

Não se trata, portanto, de simples alteração formal do instrumento convocatório, mas de necessidade administrativa relacionada aos **documentos técnicos de composição dos preços da obra**, circunstância que recomenda a interrupção do procedimento para revisão dos elementos que servem de fundamento à contratação.

III – DO FUNDAMENTO LEGAL

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 71, inciso II, a possibilidade de a Administração **revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado**.

A revogação constitui medida de mérito administrativo destinada a impedir o prosseguimento de procedimento que, embora instaurado regularmente, deixe de se mostrar conveniente ao interesse público diante de circunstância superveniente devidamente motivada.

No presente caso, a necessidade de **revisão, adequação e compatibilização dos documentos técnicos relacionados às composições de preços e ao orçamento da obra** recomenda que tais providências sejam realizadas antes da continuidade da contratação, proporcionando maior segurança à Administração e aos futuros licitantes.

A decisão observa, ainda, os princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, planejamento, transparência, eficiência, interesse público, competitividade, economicidade e segurança jurídica.

Ressalta-se que a revogação do presente procedimento **não impede a realização de nova licitação para o mesmo objeto**, após a conclusão da revisão e adequação dos documentos técnicos e orçamentários e das demais providências necessárias à regular instrução da nova contratação.

IV – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Nos termos do **art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, nas hipóteses de anulação e revogação deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

Assim, **caso a fase em que se encontra o procedimento exija a observância dessa garantia**, a presente decisão deverá ser precedida da concessão de oportunidade para manifestação dos interessados, na forma e prazo estabelecidos pela Administração, antes de sua consolidação definitiva.

Caso essa providência já tenha sido regularmente cumprida nos autos, deverão ser consideradas as manifestações eventualmente apresentadas antes da formalização definitiva da revogação.

V – DA REVOGAÇÃO

Diante do exposto, considerando a necessidade de resguardar o interesse público e de promover a adequada revisão dos documentos técnicos que fundamentam a contratação, especialmente das **composições de preços, planilha orçamentária e documentos correlatos**, **DECIDO**:

1. REVOGAR a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para execução da obra de **Reforma da Escola Municipal José Martins Alameu**, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2. DETERMINAR que os setores técnicos competentes promovam a revisão, adequação e compatibilização das **composições de preços e dos demais documentos técnicos e orçamentários** necessários à contratação;

3. DETERMINAR, após a conclusão das adequações, que seja avaliada a instauração de novo procedimento licitatório para atendimento da necessidade da Administração, mediante regular instrução da fase preparatória;

4. DETERMINAR a juntada deste Termo aos autos do procedimento;

5. DETERMINAR a publicação e divulgação da decisão nos meios legalmente exigidos e nos mesmos canais utilizados para divulgação do certame, para conhecimento de todos os interessados; e

6. DETERMINAR a adoção das demais providências administrativas necessárias ao encerramento do procedimento revogado.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gurinhatã/MG, 08 de setembro de 2026.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:F6A51BD2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº30/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE FOMENTO Nº 27/2026

ENTE FEDERADO: MUNICÍPIO DE IBIÁ
OSC: IBIÁ ESPORTE CLUBE

O MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG, por intermédio da Administração Municipal, apresenta a presente **JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para celebração de Termo de Fomento com a Organização da Sociedade Civil denominada ASSOCIAÇÃO IBIÁ ESPORTE CLUBE, inscrita no CNPJ nº 20.057.964/0001-83, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e da Lei Municipal nº 2.761/2026.

1. DA JUSTIFICATIVA

A parceria tem por finalidade a transferência de recursos financeiros no valor de até **R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)** à Associação Ibiá Esporte Clube, destinados à execução das ações previstas no Plano de Trabalho aprovado para viabilizar a participação da entidade no torneio regional de futebol denominado **"CAMPEONATO REGIONAL SICOOB CREDICARPA LPD 2026"**, organizado pela Liga Patense de Desportos.

A transferência encontra fundamento específico na **Lei Municipal nº 2.761/2026**, que autorizou o Poder Executivo Municipal a conceder, no exercício de 2026, subvenção social ao Ibiá Esporte Clube, identificando expressamente a organização beneficiária, o limite financeiro da transferência e a finalidade pública a ser atendida.

Nos termos da legislação municipal, os recursos destinam-se ao custeio de despesas relacionadas à participação da entidade na referida competição esportiva, compreendendo as ações e despesas discriminadas no Plano de Trabalho aprovado, observados os limites materiais e financeiros estabelecidos pela Lei Municipal nº 2.761/2026 e pela Lei Federal nº 13.019/2014.

A Lei Municipal estabeleceu, ainda, que a parceria será formalizada mediante **Termo de Fomento**, sob o regime jurídico da Lei Federal nº 13.019/2014.

No presente caso, a realização de chamamento público mostra-se inexigível.
O **art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014** estabelece ser inexigível o chamamento público quando se tratar de transferências para organização da sociedade civil autorizadas em lei na qual esteja expressamente identificada a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar de subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

A situação objeto do presente procedimento enquadra-se diretamente na referida hipótese legal.

Com efeito, a Lei Municipal nº 2.761/2026:
I – autoriza expressamente a transferência de recursos públicos;
II – identifica nominalmente a **Associação Ibiá Esporte Clube** como organização beneficiária;
III – qualifica a transferência como subvenção social;
IV – estabelece o valor de até **R$ 55.000,00**;
V – delimita a finalidade da transferência, vinculando-a à participação no Campeonato Regional Sicoob Credicarpa LPD 2026; e
VI – determina que a parceria seja formalizada mediante Termo de Fomento, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, a própria legislação municipal individualizou previamente a organização destinatária dos recursos, tornando inviável a competição entre diferentes organizações da sociedade civil para execução do objeto.

A realização de chamamento público, nessa situação, seria incompatível com a própria autorização legislativa, uma vez que não caberia à Administração selecionar organização diversa daquela expressamente indicada pelo legislador como beneficiária da subvenção.
Trata-se, portanto, de hipótese de **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, com fundamento no art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

A inexigibilidade do procedimento competitivo não afasta, entretanto, a necessidade de atendimento aos demais requisitos estabelecidos pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

A Associação Ibiá Esporte Clube deverá manter sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e demonstrar o preenchimento dos requisitos necessários à celebração da parceria, inexistindo qualquer dispensa quanto à apresentação da documentação exigível, à aprovação do Plano de Trabalho, à capacidade de execução do objeto, à movimentação dos recursos em conta bancária específica, ao monitoramento da execução e à posterior prestação de contas.

O Plano de Trabalho apresentado pela organização foi submetido à análise da Administração Municipal e do órgão de Controle Interno, tendo sido objeto de adequações destinadas ao aprimoramento do detalhamento das despesas, metas, cronograma e forma de execução.

Após as adequações realizadas, o Controle Interno manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento do procedimento, sem prejuízo das observações técnicas consignadas em sua manifestação. A questão jurídica referente ao alcance da Lei Municipal nº 2.761/2026 foi, por sua vez, submetida à análise da Procuradoria Jurídica Municipal.

O interesse público envolvido na parceria encontra respaldo no art. 217 da Constituição Federal, que estabelece ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais.

A participação do Ibiá Esporte Clube no Campeonato Regional Sicoob Credicarpa LPD 2026 contribui para o desenvolvimento e incentivo das atividades esportivas, promove a representação do Município em competição regional e fortalece a prática desportiva organizada.

A entidade possui atuação consolidada no Município e desenvolve atividades vinculadas à promoção do esporte, circunstância compatível com a finalidade pública da transferência e com seu objeto estatutário.

A celebração do Termo de Fomento deverá observar rigorosamente o Plano de Trabalho aprovado, ficando os recursos vinculados exclusivamente às despesas necessárias à participação da entidade na competição objeto da parceria.

Nesse sentido, poderão ser custeadas as despesas expressamente previstas e aprovadas no Plano de Trabalho, inclusive aquelas relacionadas à participação dos atletas integrantes da equipe, desde que diretamente vinculadas à execução do objeto, devidamente individualizadas e posteriormente comprovadas na forma da legislação aplicável.
A eventual utilização de atletas provenientes de outros municípios não descaracteriza a finalidade pública da parceria, uma vez que a Lei Municipal nº 2.761/2026 não estabelece requisito de residência ou domicílio dos jogadores, estando o interesse público relacionado à participação do Ibiá Esporte Clube na competição regional.

Da mesma forma, as despesas relativas à participação remunerada dos atletas deverão permanecer estritamente vinculadas ao campeonato objeto da parceria, aos valores e condições previstos no Plano de Trabalho e à efetiva participação dos respectivos beneficiários, vedada a utilização dos recursos para finalidade diversa.

A transferência deverá observar, ainda, o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como as normas gerais de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/1964, devendo existir dotação orçamentária suficiente e adequada para suportar a despesa.

Assim, considerando:
a) a existência de autorização legislativa específica para concessão da subvenção social;
b) a identificação expressa da Associação Ibiá Esporte Clube como beneficiária pela Lei Municipal nº 2.761/2026;
c) o enquadramento da situação na hipótese prevista no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014;
d) a finalidade pública relacionada ao incentivo e fomento da prática esportiva;
e) a compatibilidade da parceria com o art. 217 da Constituição Federal;
f) a apresentação e adequação do Plano de Trabalho;
g) a manifestação favorável do Controle Interno quanto ao prosseguimento do procedimento, ressalvada a questão jurídica submetida à Procuradoria;
h) a manifestação jurídica favorável quanto à viabilidade da parceria; e
i) a necessidade de observância dos mecanismos de monitoramento, transparência, rastreabilidade e prestação de contas previstos na Lei Federal nº 13.019/2014;

conclui-se que a celebração do Termo de Fomento entre o Município de Ibiá/MG e a Associação Ibiá Esporte Clube encontra-se **DEVIDAMENTE JUSTIFICADA**, configurando hipótese de **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente parceria e a inexigibilidade de chamamento público encontram respaldo jurídico, especialmente, nos seguintes dispositivos:
1)Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, especialmente:
art. 17, quanto à utilização do Termo de Fomento para planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam transferência de recursos financeiros;
art. 22, quanto ao conteúdo e à necessidade do Plano de Trabalho;
art. 31, inciso II, quanto à inexigibilidade de chamamento público nas transferências autorizadas em lei com identificação expressa da organização da sociedade civil beneficiária;
art. 32, quanto à necessidade de justificativa e publicidade da ausência de chamamento público;
arts. 33 e 34, quanto aos requisitos e documentação necessários à celebração da parceria;
art. 39, quanto aos impedimentos para celebração da parceria;
art. 46, quanto às despesas passíveis de pagamento com recursos vinculados à execução do Plano de Trabalho; e
demais dispositivos relativos ao monitoramento, avaliação e prestação de contas;
2)Lei Municipal nº 2.761/2026, que autoriza especificamente a concessão de subvenção social à Associação Ibiá Esporte Clube, no valor de até R$ 55.000,00, para participação no Campeonato Regional Sicoob Credicarpa LPD 2026 e determina a formalização da parceria mediante Termo de Fomento;
3)Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente seu art. 26, relativo à destinação de recursos públicos ao setor privado;
4)Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente quanto ao regime jurídico das subvenções sociais e às normas gerais de direito financeiro; e
5)Constituição Federal, especialmente os arts. 37 e 217, relativos, respectivamente, aos princípios que regem a Administração Pública e ao dever estatal de fomentar as práticas desportivas formais e não formais.

A presente justificativa é elaborada em cumprimento ao art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, devendo ser submetida à publicidade exigida pelo referido dispositivo.

Em observância aos princípios da publicidade, transparência e controle social, o extrato da presente Justificativa deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial do Município de Ibiá na internet e, a critério da Administração, também no Diário Oficial Eletrônico, observando-se o prazo e o procedimento legalmente estabelecidos para eventual impugnação.

Cumpridas as formalidades legais e inexistindo impedimento superveniente, fica **JUSTIFICADA A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para celebração do Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO IBIÁ ESPORTE CLUBE**, nos termos acima expostos.

Ibiá/MG, 04 de setembro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal de Ibiá

Publicado por:
Rejane Cristina Borges Costa
Código Identificador:8E34A552

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Origem: Concorrência 004/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM PROJEÇÃO DE COBERTURA DESTINADA A ATENDER À NOVA SEDE DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA BITTENCOURT, NO MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DA OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES.

Vencedor : TECBULA CONSTRUCOES E REFORMAS SLU LTDA - 51.888.489/0001-10
Valor Total: R$ 650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais)

Tendo em vista o parecer jurídico favorável emitido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos desta Prefeitura ao respectivo processo licitatório em epígrafe, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** para os devidos fins legais a licitação supra, determinando a consequente lavratura do contrato.

Ibiá (MG), 08 de setembro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:D129BC67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 42/2026

Objeto: Inscrição(s) de **4 (quatro)** vereador(s) para participar do curso com o tema com o tema "**O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E RESPONSÁVEL**", a ser realizado nos dias 08 a 11 de setembro de 2026 na Cidade de Brasília-DF.
Valor da contratação: R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).
Contratado: INSTITUTO CONECTA BRASIL CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 58.457.287/0001-63.
Fundamentação legal: art. 74, inciso III, alínea "f"', combinado com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "f'' da Lei n.º 14.133/21.

Indianópolis/MG, 04 de setembro de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:087A03C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO - 4º TERMO APOSTILAMENTO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026 – REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2026 - ATA Nº. 002/2026

Administrador da Ata: Município de Indianópolis. Detentora da Ata: AUTO POSTO RH LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.997.199/0001-04. Objeto: Constitui objeto do presente aditivo reestabelecer o equilíbrio financeiro da contratação, sendo que o valor do item abaixo relacionado sofreu alteração durante o período de vigência da ata. Data da assinatura: 24/04/2026.

SELMO ALVES DE SOUZA.
Prefeito Municipal.

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR LICITADO	VALOR REAJUSTADO
01	LT	DIESEL COMUM	R$ 6,79	R$ 6,55
02	LT	GASOLINA COMUM	R$ 6,54	R$ 6,44

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:5CAD7754

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 097/2026

O Município de Indianópolis torna público o contrato administrativo objetivando aquisição de 01 veículo tipo minivan, 0km, com capacidade mínima para 7 passageiros, destinado à Secretaria Municipal de Saúde de Indianópolis/MG, nos termos da Adesão n° 005/2026, tendo como contratada a empresa **GNC AUTOMOTORES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.798.469/0007-64, nas dotações orçamentárias: Ficha: 400/01.0621.0000.0055 – 02.03.12.361.007.2.041.4.4.90.52 – Transferência de Recursos do Fundo Estadual de Saúde, com vigência a partir da assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

Indianópolis-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:80C1A4D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 098/2026

O Município de Indianópolis torna público o contrato administrativo objetivando aquisição de veículo automotor, 0km, tipo van (minibus), com capacidade mínima de 15 lugares, destinado ao atendimento de alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Esdino, nos termos da Adesão n° 006/2026, tendo como contratada a empresa **PRODOESTE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 20.495.149/0001-04, nas dotações orçamentárias: Ficha: 30/01.0571.0000.0000 – 02.03.12.361.007.2.041.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente, com vigência a partir da assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

Indianópolis-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:5AAB6A9F

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 099/2026

O Município de Indianópolis torna público o contrato administrativo objetivando locação de imóvel urbano, localizado na Rua Wellington José Borges, nº 297, Bairro Centro, no Município de Indianópolis/MG, destinado à ampliação e adequação do espaço físico do Anexo do PSF Piedade Severina de Ávila, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Indianópolis/MG, nos termos da Inexigibilidade n° 014/2026, tendo como locador o Sr. **JAIR AMARO**, inscrita no CPF nº 144.740.426-20, nas dotações orçamentárias: Ficha: 193/01.0621.0000.0055– 02.14.10.301.012.2.196.3.3.90.36 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física, com vigência a partir da assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

Indianópolis-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:CA39DCCD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL-REURB-S. PRAZO 30 (TRINTA) DIAS

O Prefeito Municipal de Inhaúma-MG, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados e, especialmente, proprietários de matrículas inseridas dentro do perímetro interno e confrontantes não identificados, que tramita perante este Município, procedimento de regularização fundiária de interesse Social - **REURB - S**, procedimento administrativo, que tem por objetivo regularizar a núcleo urbano informal consolidado no local denominado de **Vista Alegre**, com os seguintes limites e confrontações: Frente: confrontando com Valdineia Aparecida da Silva, lateral direita: confrontando com Córrego dos Macacos, lateral esquerda: Espólio de Zélio Pires Nogueira e aos fundos confrontando com Córrego dos Macacos e Zélia Nogueira Senna, sendo que até o presente momento foi requerida a regularização fundiária pelos seguintes:
ROBERTO ALVES – TERRENO 1.000m²
MARCOS ANTONIO LOPES – TERRENO 1.000m²
ANTONIO LUCIO DA SILVA – TERRENO 1.000m²
JESSICA APARECIDA BRANDÃO – TERRENO 1.000m²
LIDIA APARECIDA ROCHA – TERRENO 1.000m²
HELENA DE FÁTIMA DA SILVA – TERRENO 810m²
GERALDO RODRIGUES DE ABREU – TERRENO 10.000m²
IDAEL GONÇALVES RAMOS – TERRENO 20.000m²
WENDERSON AMORIM – TERRENO 25.080m²
ADRIANA GONÇALVES FONSECA – TERRENO 1.378m²
MARIA NARCISA SILVA – TERRENO 2.000m²
LUCELIO MIGUEL DE SOUZA – TERRENO 765m²
CINTIA RAMOS DA SILVA – TERRENO 2.300m²
ELDER LOPES COELHO – TERRENO 5.000m²
NICOLAS GARCIA VALADARES – TERRENO 5.000m²
JULIO CESAR PIRES COELHO – TERRENO 5.000m²
ROMUALDO ALVES DE OLIVEIRA – TERRENO 45.000m²
RODRIGO FONSECA – TERRENO 810m²
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS – TERRENO 915m²
BRENDON ALEXSANDER DE SOUZA ARAÚJO – TERRENO 1.005m²
WALTER GUIMARÃES DE SOUZA – TERRENO 45.600m²
CARLOS AMARAL – TERRENO 3.800m²
ROSANGELA VIEIRA DE CARVALHO – TERRENO 2.230m²
MARCOS PAULO DA SILVA SANTOS – TERRENO 500m²
CARLOS HENRIQUE DA SILVA ROCHA – TERRENO 1.620m²
CHARLES FRANCISCO SOARES – TERRENO 945m²
ARILHO ABREU – TERRENO 3.800m²
JOSÉ GERALDO ALVES– TERRENO 11.851m²
VILMAR MATIAS DA CRUZ – TERRENO 11.490m²
MELODIVO TEIXEIRA DE OLIVEIRA FILHO – TERRENO 5.000m²

Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação do supramencionado, advertindo-se que não apresentada a discordância perante o Município de Inhaúma - MG, localizado na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, n° 25, Centro, CEP 35.763-000, em 30 (trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, poderá implicar em concordância e a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre os imóveis objeto da REURB. O presente edital não será renovado caso a titulação final seja por usucapião judicial ou extrajudicial, servindo o presente para atendimento do disposto no § 4° do art.216-A da Lei 6.015/73. Será o presente edital, publicado.

MAX OLIVEIRA DOS SANTOS -
Prefeito Municipal,

ELAINE HELENA TIMOTEO –
Coordenadora do REURB.

Publicado por:
Livia Cristina de Souza Gonçalves
Código Identificador:D508BEBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 1º Termo de Alteração Contratual - Prorrogação de Prazo Referente ao Contrato Nº 037/2026– Empresa: DR5 – MEDICINA INTEGRADA DO TRABALHO LTDA, CNPJ Nº 44.839.061/0001-12– PROCESSO Nº 49/2026- Dispensa nº 27/2026- Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO, COM AUTUAÇÃO PRESENCIAL, VOLTADA AO ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES, ORGANIZAÇÃO DOS FLUXOS OCUPACIONAIS E SUPORTE À GESTÃO DE PESSOAS. Período de Prorrogação: 4 (quatro) meses. De acordo com art. 106 e 107, da Lei Federal 14.133/2021. Dotações Orçamentárias: nº 02.01.04.122.0001.2.206.3390.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:B2F8D923

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA/MG
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
A Prefeitura Municipal de Ipuiúna/MG torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 24/2026, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN MINIBUS ZERO KM PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPUIÚNA/MG, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 12610011072026/SEE E CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 12610033772026/SEE**.
ADJUDICATÁRIA/HOMOLOGADA: SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA – CNPJ nº **44.329.924/0001-01**.
Lote: 01.
Quantidade: 05 (cinco) veículos.
Marca: Ford Transit.
Modelo: L4H3 / 26-26.
Valor unitário: R$ 309.600,00.
Valor total: R$ 1.548.000,00 (um milhão quinhentos e quarenta e oito mil reais).

Ipuiúna/MG, 08 de setembro de 2026.

ELDER CÁSSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:87F93CCE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA/MG
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
A Prefeitura Municipal de Ipuiúna/MG torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** da Concorrência Eletrônica nº 06/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM**

REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO EM TRECHO DA ESTRADA DO BAIRRO AREIAS NO MUNICÍPIO DE IPUIÚNA/MG, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 978227/2025 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
ADJUDICATÁRIA/HOMOLOGADA: DICON LTDA – CNPJ nº **24.481.804/0001-18**.
Lote: 01.
Objeto: Pavimentação em intertravado.
Valor total: R$ 869.000,00 (oitocentos e sessenta e nove mil reais).

Ipuiúna/MG, 08 de setembro de 2026.

ELDER CÁSSIO DE SOUZA OLIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:E56472F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1ª RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA EMENDA IMPOSITIVA 02/2025 TF 03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA

1ª RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026

Emenda Impositiva nº 02/2025

O Município de Itaguara/MG torna pública a 1ª Retificação do Extrato do Termo de Fomento nº 03/2026, celebrado com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE**, inscrita no CNPJ nº **86.787.595/0001-92**.

ONDE SE LÊ:
Objeto: Aplicação de recursos provenientes da Emenda Impositiva nº **02/2026**, de autoria dos Vereadores Bruno Luiz Coutinho, Everton Vinicius de Oliveira, Dinalair Aparecida Ferreira e Marco Antônio de Almeida Vilaça, destinados à adequação e ampliação do 2º pavimento da APAE de Itaguara/MG, por meio da construção e adaptação de aproximadamente 200 m² de área destinada à realização de oficinas terapêuticas, atividades lúdicas, reuniões, capacitações e demais ações desenvolvidas pela instituição. O projeto contempla ainda a implantação de banheiros acessíveis, construção de rampa de acesso, execução de instalações elétricas e hidráulicas, sistema de iluminação, revestimentos, acabamentos e pintura, visando garantir acessibilidade, segurança e funcionalidade aos espaços, conforme Plano de Trabalho.

LEIA-SE:
Objeto: Aplicação de recursos provenientes da Emenda Impositiva nº **02/2025**, de autoria dos Vereadores Bruno Luiz Coutinho, Everton Vinicius de Oliveira, Dinalair Aparecida Ferreira e Marco Antônio de Almeida Vilaça, destinados à adequação e ampliação do 2º pavimento da APAE de Itaguara/MG, por meio da construção e adaptação de aproximadamente 200 m² de área destinada à realização de oficinas terapêuticas, atividades lúdicas, reuniões, capacitações e demais ações desenvolvidas pela instituição. O projeto contempla ainda a implantação de banheiros acessíveis, construção de rampa de acesso, execução de instalações elétricas e hidráulicas, sistema de iluminação, revestimentos, acabamentos e pintura, visando garantir acessibilidade, segurança e funcionalidade aos espaços, conforme Plano de Trabalho.
A presente retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguara/MG, 08 de setembro de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Henrique Silva Vilela
Código Identificador:8D283B54

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EMENDA IMPOSITIVA 06/2025 TF 05/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA-MG – torna público extrato do Termo de Fomento nº 05/2026 referente à EMENDA IMPOSITIVA N° 06/2025 firmado com o CENTRO COMUNITÁRIO RURAL DE AROEIRAS, inscrita no CNPJ nº 20.919.221/0001-75. Objeto: Aplicação de recursos provenientes de Emenda Impositiva n° 06/2025, de autoria do Vereador Marcelo José de Souza, destinados a promover o fortalecimento da produção rural no Povoado de Aroeiras através da aquisição de adubos e insumos agrícolas, conforme Plano de Trabalho. Valor total: R$ 24.576,00. Vigência: 05/08/2026 a 31/12/2026. Recursos provenientes da Divisão de Apoio Operacional.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS –
Prefeito Municipal – 05/08/2026.

Publicado por:
Mateus Henrique Silva Vilela
Código Identificador:5CDF1D2D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EMENDA IMPOSITIVA 09/2025 TF 04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA-MG – torna público extrato do Termo de Fomento nº 04/2026 referente à EMENDA IMPOSITIVA N° 09/2025 firmado com a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PIPOCA E REGIÃO - AFAPRE, inscrita no CNPJ nº 07.786.483/0001-40. Objeto: Aplicação de recursos provenientes de Emenda Impositiva n° 09/2025 de autoria da Vereadora Cássia Valéria Greco de Oliveira, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a estruturação da AFAPRE, conforme Plano de Trabalho. Valor total: R$ 9.526,20. Vigência: 03/08/2026 a 31/12/2026. Recursos provenientes da Divisão de Apoio Operacional.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS –
Prefeito Municipal – 31/07/2026.

Publicado por:
Mateus Henrique Silva Vilela
Código Identificador:CA082528

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 301/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 301/2026. **Contratada:** SOLUCAO ENGENHARIA, CONSTRUCOES E ESTRUTURAS METALICAS LTDA. **Objeto:** O presente apostilamento tem por objeto a alteração do responsável técnico pelo acompanhamento e execução da obra, conforme solicitação da empresa e autorização do Município. Processo nº 120/2026; Concorrência nº 09/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS –
Prefeito Municipal.

Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:45BFDC6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG - EXTRATO DOS CONTRATOS DO PL N° 115/2026; PE N° 45/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG - extrato dos Contratos do **Processo Licitatório n°** 115/2026; **Pregão n°** 45/2026. **Contrato nº** 305/2026. **Contratado**: 57.897.148 JOSE JOAQUIM

NETO, **Valor:** R$ 131.000,00; **Contrato** nº 306/2026. **Contratado**: RENOVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, **Valor:** R$11.970,00; **Contrato nº** 307/2026. **Contratado**: ITAPI SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, **Valor:** R$ 49.999,99; **Objeto**: Aquisição Imediata de mata-burros de ferro, base de concreto e ponte metálica para atender as demandas da Secretaria de Obras, para instalação nas estradas rurais do Município de Itaguara/MG. **Vigência**: 08/09/2026 a 07/09/2027.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS **-**
Prefeito Municipal.

Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:74B465F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 115/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 45/2026 - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 115/2026 - Pregão Eletrônico 45/2026, realizado por meio da plataforma COMPRASGOV sob o Nº Sequencial Automático do Pregão nº 9/2026 (UASG: 984643) - Aviso de licitação – Objeto: Aquisição imediata de mata-burros de ferro, bases de concreto e pontes metálicas, visando atender às demandas da Secretaria de Obras nas estradas rurais do Município de Itaguara/MG. Empresas vencedoras: JOSE JOAQUIM NETO, valor: R$131.000,00; RENOVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, valor: R$11.970,00; ITAPI SOLUÇÕES INDUSTRIAIS, valor: R$49.999,99. Valor total homologado: R$192.969,99. Mais informações no sítio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara, 08/09/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS **-**
Prefeito.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:3BFB47CD

DEPARTAMENTO PESSOAL
NOMEAÇÃO CONCURSO PUBLICO

NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO / EDITAL N° 01/2024 - Prefeitura
Municipal de Itaguara/MG - DATA: 04/09/2026
NÚMERO DE INSCRIÇÃO E NOME COMPLETO
NOMEIA, em caráter efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de
que trata o EDITAL N° 01/2024, os seguintes candidatos para o cargo da
Prefeitura Municipal de Itaguara/MG relacionado:
MOTORISTA
0000907 JOSE MARCOS DE VASCONCELOS
0002469 GEANDRO MENDES SILVEIRA

Itaguara, 04 de Setembro de 2026

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiula Luciana de Andrade
Código Identificador:F5E4DA12

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO 006/2026 CMDCA

Resolução nº 006/2026 CMDCA

Dispõe sobre a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto ao repasse de recursos do FMDCA para financiamento dos projetos aprovados mediante Chamamento Público, conforme Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Itanhandu/MG , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 1.504 de 02 de maio de 2022 e com base nas deliberações tomadas na reunião ordinária de 14 de agosto de 2026.
CONSIDERANDO a necessidade de atender às demandas de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes,
RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar o uso do saldo do FMDCA mediante aprovação dos Projetos e Programas apresentados pelas entidades devidamente registradas no CMDCA e estando conforme o Edital de Chamamento Público.
Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 08 de setembro de 2026

MICHELI CRISTINA SOUZA NOGUEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Ricardo Souza Moreira Dos Santos
Código Identificador:1B1BD1A6

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO 007/2026 CMDCA

Resolução nº 007/2026 CMDCA

Dispõe sobre a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto à criação da Comissão Especial de Seleção do Chamamento Público do CMDCA/FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Itanhandu/MG , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 1.504 de 02 de maio de 2022,
Considerando a deliberação da plenária ordinária realizada em 14 de agosto de 2026;
Considerando a Lei Federal Nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
Considerando o art. 23, §1°, do Regimento Interno;
RESOLVE:
Art. 1º - Compor a Comissão Especial de Seleção do Chamamento Público do CMDCA/FIA, formada pelos conselheiros representantes do poder público Danielli Campos Divino, José Guilherme Ordine e Flaviana de Cássia Rodrigues Caldas.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.

Itanhandu, 08 de setembro de 2026

MICHELI CRISTINA SOUZA NOGUEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Ricardo Souza Moreira Dos Santos
Código Identificador:C8373132

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO 008/2026 CMDCA

Resolução nº 008/2025 CMDCA

Dispõe sobre a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto à designação dos responsáveis pelo Edital de Seleção do Chamamento Público do CMDCA/FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Itanhandu/MG , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 1.504 de 02 de maio de 2022,
Considerando a deliberação da plenária ordinária realizada em 14 de agosto de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar Milenne Dias Alves Campos, (Assistente Social da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social) e Isabel Cristina Nogueira (agente administrativo exercendo função de Secretária Executiva do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Itanhandu) para elaborar o Edital de Chamamento Público do CMDCA/FIA;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 08 de setembro de 2026.

.

MICHELI CRISTINA SOUZA NOGUEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Ricardo Souza Moreira Dos Santos
Código Identificador:211ED818

LICITAÇÃO
AVISO DE ADENDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU – Aviso de Adendo - Pregão Eletrônico nº 051/2026, Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, sob demanda, para suprir as necessidades das secretarias municipais e da merenda escolar das escolas de ensino fundamental, infantil, creche e APAE. A pregoeira informa que foram alteradas informações que redefinem a descrição do item/lote 29 do Anexo I – Termo de Referência (café tipo tradicional, torrado e moído), excluindo a exigência das normas ISO 14001 – ISO 22000 ISO 9001. Data de realização da sessão alterada para o dia **22 de setembro de 2026, às 09h30min**. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital. O inteiro teor do adendo disponível no sítio oficial do Município: www.itanhandu.mg.gov.br. e https://bnc.org.br/.

Itanhandu/MG, 09/09/2026.

MERCEDES CORRÊA DE LIMA –
Pregoeira.

Publicado por:
Marcos Alexandre de Carvalho
Código Identificador:E6FB2528

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 544/2026.

Processo administrativo nº 179/2026 - processo licitatório nº 179/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 154/2026. **Extrato do Contrato nº 544/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Cofarminas Comercio de Produtos Farmacêuticos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 02.537.890/0001-09. Objeto: **Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de materiais médicos descartáveis, para fornecimento parcelado**, através de adesão à ata de registro de preços nº 216/2026, do processo nº 158/2025, modalidade pregão eletrônico nº 105/2025, da Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP. Valor do contrato R$ 1.810,00 (mil oitocentos e dez reais). Vigência: 04/09/2026 a 31/12/2026**.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Raíssa Carolina Vilela de Oliveira
Código Identificador:5E7BB43B

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 336/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 286/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 556/2026.

Processo administrativo nº 336/2026 - Processo licitatório nº 336/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 286/2026. **Extrato do Contrato nº 556/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Cofarminas Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 02.537.890/0001-09. Objeto: **Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) materiais médicos descartáveis, para fornecimento parcelado**, através de adesão à ata de registro de preços nº 104/2026, do processo nº 153/2025, modalidade pregão eletrônico nº 101/2025, da Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP. Valor do contrato R$ 4.696,50 (quatro mil seiscentos e noventa e seis mil reais e cinquenta centavos). Vigência: 04/09/2026 a 31/12/2026**.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Raíssa Carolina Vilela de Oliveira
Código Identificador:5BE62919

SECRETARIA DE URBANISMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 340/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 340/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2026 - DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 26/2026 (NOVO DC), POR MEIO DO SISTEMA COMPRASNET - UASG 984673.

Objeto: **"**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra destinados à execução de cercamento do playground (art. 6º, XI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) com todos os insumos necessários para a execução dos serviços, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Urbanismo, **exclusivo para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas**, observados os prazos máximos para a prestação de serviços, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital, em especial no Termo de Referência (Anexo I)".
A pregoeira torna público o pedido de questionamento apresentado por meio de correio eletrônico pela empresa**Giovana Licitações:**
Questionamento:
Prezados (as), bom dia! Espero que estejam bem! A respeito do edital 26/2026, gentileza esclarecer:
Os materiais (tela, mudas, estacas) serão fornecidos através de outro certame (edital 27/2026), ou serão de responsabilidade do vencedor no certame 26/2026?
Atenciosamente,

Resposta ao Pedido de Esclarecimento
Prezados,
Segue resposta ao pedido de esclarecimento:
Conforme disposto no item 7.15 do instrumento convocatório, que trata dos materiais a serem fornecidos pelo Município:
7.15. MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO:
Os materiais necessários à execução do objeto serão fornecidos pelo Município, de acordo com a disponibilidade e planejamento da Secretaria Requisitante.
Entre os materiais previstos para disponibilização pelo Município estão:
a) Estacas de eucalipto tratado;
b) Tela soldada galvanizada;

c) Mudas de bougainvilea;
d) Materiais e insumos necessários ao plantio, quando aplicável;
e) Demais materiais definidos pela Secretaria Requisitante para a execução do objeto.
Dessa forma, informamos que os materiais a serem fornecidos pelo Município estão contemplados no Pregão Eletrônico nº 27/2026.

Atenciosamente,

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Raíssa Carolina Vilela de Oliveira
Código Identificador:13D80112

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

Município de Jacuí/MG torna público extrato do 1° Termo Aditivo à ata de registro de preços n°. 101/2025, referente ao Processo n°. 71/2025, Pregão n°. 33/2025 – DETENTORA: **FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA –** CNPJ n° 22.579.314/0001-23. **Objeto**: Este termo aditivo tem por objeto, extensão do prazo da vigência, compreendendo o período de 18 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2027.

***MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA*–**
Prefeita

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:185A7673

CONTRATOS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO 01 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2026

Termo Aditivo 01 ao Termo de Colaboração nº 01/2026

CONCEDENTE: Município de Jacuí, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.186.056/0001-48, com sede nesta cidade, na Praça Presidente Vargas, 72, Centro, neste ato representada pela Sr.ª. Maria Conceição dos Reis Pereira, prefeita, brasileira, portadora da cédula de identidade RG MG 6.822.912, inscrito no CPF sob o nº 846.538.096-15, Prefeita Municipal e pela Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Laser, Sr.ª Ângela Aparecida Alvim Batista, portadora da cédula de identidade nº M-14.110.210, inscrita no CPF sob o nº 074.596.926-70.

CONVENENTE: Associação Gremio Recreativo Jacuí Futebol Clube, inscrito(a) no CNPJ 26.729.055/0001-20, com sede à Rua Ovidio Bandeira de Lima, 96, Centro, no Município de Jacuí, Estado de Minas Gerais representada por **Renan Bueno dos Reis**, presidente da entidade, portador do RG nº MG-19.685.558-SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº **134.143.086-30** residente e domiciliado à **Rua Padre Adolfo Mouran, nº 559 - Centro, Jacuí – MG** doravante denominada, **PARCEIRO COLABORADOR**.

As partes supra identificadas ajustaram, na data de 28/08/2026, o TERMO ADITIVO nº 01 ao Termo de Colaboração nº 01/2026, em conformidade com as normas legais vigentes, no que couber, com a Lei Federal n° 14.133/2021, Lei Federal 101/2000, Lei Federal nº 13.019/2014, Lei de Diretrizes Orçamentarias nº 2.090/2025, Lei Orçamentária Anual nº 2.111/2024 e em especial as Lei Municipal de Subvenção nº 2.110/2025 e a Lei Municipal nº 2.122/2026 que altera valor de subvenção, e demais legislação aplicável, ajustam entre si para alterar a clausula Quinta Termo de Parceria inicial, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Terno Aditivo tem por objetivo, alterar o valor do Termo de Colaboração nº 01/2026, para R$ 421.983,75 (quatrocentos e vinte um, novecentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), e altera plano de trabalho conforme anexo, assim a clausula quinta do referido termo passa a ser a seguinte:

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor total da parceria é de **R$ 421.983,75 (quatrocentos e vinte um, novecentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos),** sendo o repasse conforme o previsto no cronograma de desembolso em anexo.
PARÁGRAFO ÚNICO: Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica indicada pelo parceiro colaborador, vinculada ao objeto, na agência **2835-5**, Banco do Brasil, conta corrente 14.643-9 e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo será providenciada pela Prefeitura Municipal, no Mural do Quadro de Avisos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Jacuí – MG, 28 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita

ÂNGELA APARECIDA ALVIM BATISTA
Secretária Mun. de Educ., Esp., Cult.e Laser

RENAN BUENO DOS REIS
CPF.: 134.143.086-30
Presidente da Entidade

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:221633AD

CONTRATOS E LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

O Município de Jacuí/MG, por intermédio do Pregoeiro, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO** do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e demais setores da Administração Pública Municipal de Jacuí/MG, nos seguintes termos:

1. DA RETIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Fica retificado o item 13 do Termo de Referência, que anteriormente possuía o título "13. FORMA DE FORNECIMENTO", passando a vigorar com a seguinte redação: **13. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

O novo item 13 contemplará as disposições relativas aos locais de entrega e às condições para o fornecimento dos produtos, incluindo a indicação das Secretarias e respectivos endereços de entrega.

As demais disposições constantes do Termo de Referência permanecem inalteradas, ressalvadas aquelas que forem incompatíveis com a presente retificação.

2. DA REPUBLICAÇÃO E REMARCAÇÃO

Em razão da presente retificação, o Edital e seus anexos serão republicados, com a consequente reabertura do prazo para apresentação das propostas e remarcação da sessão pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A nova data e horário da sessão pública serão divulgados juntamente com a republicação do instrumento convocatório.

3. DA RATIFICAÇÃO

Permanecem **inalteradas e ratificadas todas as demais disposições do Edital, Termo de Referência e seus anexos** que não tenham sido expressamente modificadas por esta Retificação.

Jacuí/MG, 08 de setembro de 2026.

VINICIUS APARECIDO PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:7DDC6388

CONTRATOS E LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

Objeto: Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e demais setores da Administração Pública Municipal de Jacuí/MG, conforme condições, quantidades, especificações e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O **MUNICÍPIO DE JACUÍ/MG**, por intermédio do Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, considerando a análise da impugnação apresentada em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, e visando ao aperfeiçoamento das condições estabelecidas no instrumento convocatório, resolve **RETIFICAR** o Edital, nos seguintes termos:

1. DA RETIFICAÇÃO DO ITEM 00005 – CAFÉ TORRADO E MOÍDO

Fica retificada a descrição do **item 00005 – Café Torrado e Moído**, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CAFÉ TORRADO E MOÍDO, CATEGORIA I, 100% CAFÉ ARÁBICA, de qualidade compatível com o padrão exigido para consumo, apresentando aroma e sabor característicos, baixa adstringência, corpo razoavelmente encorpado e bebida de qualidade. **A marca deverá possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, OU apresentar laudo(s) de avaliação e análise do café, emitido(s) por laboratório tecnicamente habilitado ou acreditado para a realização dos respectivos ensaios**, contendo **nota de qualidade global mínima de 6,0 (seis) pontos na escala sensorial do café** e **análise de microscopia, com tolerância máxima de 1% de impurezas**. Não deverá conter glúten. Deverá ser acondicionado em embalagem aluminizada, com 500 g, devidamente lacrada, contendo as informações exigidas pela legislação aplicável. O produto deverá possuir validade mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de entrega."

2. DA FINALIDADE DA RETIFICAÇÃO

A presente retificação tem por finalidade **ampliar as possibilidades de comprovação da qualidade do produto**, sem prejuízo da manutenção dos parâmetros mínimos estabelecidos pela Administração.

Permanece, portanto, a exigência de comprovação da qualidade do café mediante **certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou mediante laudo(s) de avaliação e análise do café**, observados os requisitos técnicos estabelecidos na nova redação do item.

3. DA RATIFICAÇÃO

Ficam **RATIFICADAS** todas as demais disposições, condições, exigências, especificações e cláusulas constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, do Termo de Referência e de seus demais anexos, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo.

4. DA PUBLICIDADE

O presente Termo de Retificação e Ratificação será divulgado pelos mesmos meios utilizados para a publicação do instrumento convocatório, para conhecimento de todos os interessados.

5. DA REABERTURA DO PRAZO

Considerando que a presente retificação altera a especificação e a forma de comprovação da qualidade do item 00005, será observada a legislação aplicável quanto à **reabertura do prazo para apresentação das propostas**, quando cabível.

Em razão da presente retificação, a sessão pública do certame fica **REMARCADA** para o dia **22 de setembro 2026**, às 09h:00, conforme publicação a ser realizada nos meios oficiais.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo passa a integrar o Edital do **Pregão Eletrônico nº 23/2026 – Processo Administrativo nº 106/2026**, para todos os fins de direito.

Jacuí/MG, 08 de setembro de 2026.

VINICIUS APARECIDO PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:B68F5DCB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DE ABERTURA DE ENVELOPE DE DOCUMENTOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 027/2026 CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

Às dez horas do dia 08 (oito) de setembro de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Japaraíba, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 102/2026, para dar início aos atos da Licitação, cujo objeto é o **"Credenciamento, sem caráter de exclusividade, de pessoas**

jurídicas, especializadas para a prestação de serviços de assistência fisioterapêutica em ambiente domiciliar (*home care*), de forma contínua e complementar, para atender às demandas dos pacientes regulados pela Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba/MG". Abertos os trabalhos a CPL constatou a entrega de dois envelopes devidamente protocolados da empresa **VIANA & ASSOCIADOS FISIOTERAPIA LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 29.968.794/0001-63,** sendo o envelope nº 01 – HABILITAÇÃO e o envelope nº 02 - PROPOSTA. Após rubricar os envelopes, foi aberto o envelope contendo a documentação, e após rubricar os documentos, os mesmos foram analisados, onde verificou-se que a participante apresentou toda a documentação conforme exigida no instrumento convocatório para credenciamento, dessa forma passou-se a abertura do envelope contendo a proposta, que após rubricar a mesma, foi constatado que a empresa se dispõe a prestar os serviços referente aos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, pelo valor estipulado no edital conforme anexo I. Diante disso a CPL declarou como CREDENCIADA a empresa **VIANA & ASSOCIADOS FISIOTERAPIA LTDA**, referente aos serviços dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, conforme Anexo I do edital. Por fim, lavrou-se a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente da CPL, demais membros da Comissão e publicada nos locais de costume.

JOSÉ AUGUSTO DOS REIS
Presidente da CPL

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Membro da CPL

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Membro da CPL

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Membro da CPL

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES
Membro da CPL

Publicado por:
Marcia Cecilia Gonçalves
Código Identificador:8EE5CF32

LICITAÇÃO
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS – REPASSE DE SUBVENÇÃO (R$ 180.000,00) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

Aos 08 (oito) dias do mês de setembro do ano de 2026, às 09h00min, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Japaraíba, situada à Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, no Município de Japaraíba/MG, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação das Parcerias celebradas pelo Município com as Organizações da Sociedade Civil, instituída pela Portaria nº 069/2026. A reunião teve como pauta a análise do Plano de Trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 04.014.664/0001-60, referente ao repasse oriundo de Subvenção da Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, conforme previsto na Lei nº 1.305/2026, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Durante a reunião, a Comissão procedeu à análise detalhada do Plano de Trabalho e da documentação apresentada pela entidade, verificando que os documentos encontram-se completos e suficientes para a formalização da parceria. Constatou-se, ainda, que os recursos pleiteados serão destinados ao custeio da remuneração dos profissionais responsáveis pela oferta de atendimentos multiprofissionais aos usuários da APAE, incluindo o pagamento de salários, encargos trabalhistas, 13º salário, férias proporcionais e provisão para eventuais verbas rescisórias. Dessa forma, os recursos contribuirão para o fortalecimento das ações voltadas às áreas de saúde, habilitação, reabilitação e apoio às famílias. Após análise, a Comissão deliberou pela aprovação do Plano de Trabalho e da documentação apresentada pela referida associação, considerando que a proposta atende aos requisitos legais e ao interesse público. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão.

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Membro da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação Das Parcerias Celebradas Pelo Município Com as Organizações Sociais da Sociedade Civil

ROSAELAYNE CRISTINA MELO
Membro da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação Das Parcerias Celebradas Pelo Município Com as Organizações Sociais da Sociedade Civil

DINAMAR MIRANDA DOS SANTOS
Membro da Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação Das Parcerias Celebradas Pelo Município Com as Organizações Sociais da Sociedade Civil

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:27ECDE1B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 135/2026 - DISPENSA Nº 040/2026 - CONTRATO Nº 248/2026

Contratado(a): MEGA ENGENHARIA E SONDAGENS LTDA, CNPJ nº 67.292.665/0001-97. Objeto: Contratação de empresa técnica especializada para a execução de 6 (seis) furos de sondagem à percussão (SPT), destinados à caracterização física e mecânica do solo, com emissão de laudos técnicos conclusivos, fornecimento de todos os insumos necessários, responsabilidade técnica (ART), bem como serviços de mobilização e desmobilização de equipamentos, a ser realizado no Município de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. Valor Total do Contrato. R$ 9.522,10 (nove mil quinhentos e vinte e dois reais e dez centavos). Dotação Orçamentária conforme definida no processo. Vigência: 04 (quatro) meses. Data da Ass.: 01/09/2026.

ALAN TEIXEIRA BORGES
Secretário(a) Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:8F36A5FE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 144/2026 - DISPENSA Nº 044/2026 - CONTRATO Nº 247/2026

Contratado(a): DANILO APARECIDO BORELLA, CNPJ nº 03.368.371/0001-19. Objeto: Contratação de empresa para recarga de nitrogênio líquido para botijão de sêmen bovino para atender as necessidades do programa mais genética cujo objetivo é inseminação artificial do gado leiteiro e corte para os produtores rurais municipais de Japaraíba, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. Valor Total do Contrato. R$ 2.360,04 (dois mil trezentos e sessenta reais e quatro centavos). Dotação Orçamentária conforme definida no processo. Vigência: de 12 (doze) meses. Data da Ass.: 01/09/2026.

JOELMA DE FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES
Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:9C69F145

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº245/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N°123/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 050/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº036/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual, futura e parcelada aquisição de Café Tradicional Torrado e Moído para atender as demandas das secretarias municipais.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: B W COFFE LTDA
CNPJ: 51.180.559/0001-81
VALOR DO CONTRATO: R$16.995,00 (Dezesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 01 de setembro de 2026.

HELDER DE CARVALHO REIS
Secretário de Administração

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:BBBBF0E1

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº246/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N°132/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 054/2026 REGISTRO DE PREÇO Nº040/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos e semissólidos provenientes das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's), Estações de Tratamento de Água (ETA's), redes coletoras, emissários, caixas de esgoto e caixas de decantação do Município de Japaraíba/MG, com destinação em aterro sanitário Classe II devidamente licenciado.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: AMBIENTEC SOLUCOES EM RESIDUOS LTDA
CNPJ: 11.399.773/0001-09
VALOR DO CONTRATO: R$273.700,00 (Duzentos e setenta e três mil, e setecentos reais)
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será de 12 meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 01 de setembro de 2026.

JOELMA DE FÁTIMA FERNANDES
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:00D07259

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
LEI Nº 1.335, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026. “INSTITUI O TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS DEMAIS BENEFICIÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, NAS CONTRATAÇÕ

> “INSTITUI O TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS DEMAIS BENEFICIÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA; DEFINE OS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL PARA OS FINS DO § 3º DO ART. 48 DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O POVO DO MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA, ESTADO DE MINAS GERAIS, POR SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA MUNICIPAL, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui, no âmbito da Administração Pública do Município de Japaraíba, o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado a ser dispensado às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos demais beneficiários da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas licitações e contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e define os âmbitos local e regional para os fins do § 3º do art. 48 e do inciso II do art. 49 da referida Lei Complementar.

Parágrafo único. O tratamento de que trata esta Lei tem por finalidade:
– promover o desenvolvimento econômico e social nos âmbitos local e regional;
– ampliar a eficiência das políticas públicas municipais;
– incentivar a inovação tecnológica; e
– ampliar a competitividade nas contratações municipais, mediante o alargamento do universo de fornecedores aptos a nelas concorrer.

Art. 2º Sujeitam-se a esta Lei os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações públicas, os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Japaraíba.

Parágrafo único. A Câmara Municipal de Japaraíba poderá adotar, no que couber, as disposições desta Lei nas contratações que realizar no desempenho de função administrativa.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

– **beneficiário**: a microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como, por equiparação legal, o microempreendedor individual – MEI, o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e a sociedade cooperativa, nos termos do art. 3º-A da mesma Lei Complementar e do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;
– **âmbito local**: os limites geográficos do Município de Japaraíba;
– **âmbito regional**: os limites geográficos do conjunto de Municípios definido no art. 5º desta Lei;
– **beneficiário local**: o beneficiário que atenda aos requisitos do art. 6º em relação ao âmbito local;
– **beneficiário regional**: o beneficiário que atenda aos requisitos do art. 6º em relação ao âmbito regional;
– **melhor preço válido**: o valor da proposta classificada em primeiro lugar, apurado segundo o critério de julgamento fixado no edital, após encerradas as fases de lances e de negociação.

CAPÍTULO II
DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL

Art. 4º Considera-se âmbito local o território do Município de Japaraíba.

Art. 5º Considera-se âmbito regional o território dos seguintes Municípios do Estado de Minas Gerais:
– Arcos;
– Araújos;
– Bom Despacho;
– Iguatama;
– Japaraíba;
– Lagoa da Prata;
– Luz;
– Moema;
– Pedra do Indaiá;
– Santo Antônio do Monte
.

§ 1º A delimitação de que trata o **caput** observa os seguintes critérios objetivos:
– a integração dos Municípios relacionados a uma mesma unidade da divisão regional oficial do território nacional, a Região Geográfica

Intermediária de Divinópolis, instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na Divisão Regional do Brasil de 2017;
– a contiguidade territorial ou a proximidade em relação ao Município de Japaraíba e a articulação por eixos rodoviários que asseguram acesso regular e economicamente viável à sede municipal;
– a existência de mercado fornecedor efetivo, apto ao atendimento das demandas correntes do Município, aferida na fase preparatória das contratações; e
– a integração econômica e a complementaridade produtiva entre os Municípios relacionados e o Município de Japaraíba.
§ 2º Quando as peculiaridades do objeto assim o exigirem, o edital poderá adotar delimitação diversa da prevista no **caput**, mediante justificativa técnica registrada na fase preparatória, observados os critérios do § 1º, as finalidades do parágrafo único do art. 1º e as vedações do art. 8º, na forma autorizada pelo § 3º do art. 1º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 3º O Poder Executivo poderá, por decreto, incluir Municípios no âmbito regional definido no **caput**, mediante estudo técnico que demonstre o atendimento dos critérios do § 1º, vedada a exclusão de Municípios por essa via.

Art. 6º A condição de beneficiário local ou regional será aferida pela sede ou por filial estabelecida no âmbito local ou regional, exigindo-se, cumulativamente:
– inscrição ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, com endereço situado no âmbito local ou regional;
– inscrição no cadastro de contribuintes do Município da sede ou da filial, quando exigível, e alvará de localização e funcionamento válido; e
– atividade econômica, principal ou secundária, compatível com o objeto da contratação, registrada no CNPJ.

§ 1º A inscrição de que trata o inciso I do **caput** deverá ser anterior à data de divulgação do edital ou do aviso de contratação direta.

§ 2º A comprovação da condição de beneficiário local ou regional será exigida exclusivamente do licitante que pretenda exercer a prioridade de contratação prevista no art. 14, no momento da respectiva convocação, facultada à Administração a realização de diligência.

§ 3º A condição de beneficiário local ou regional **não constitui requisito de habilitação nem condição de participação em licitação**, sendo vedada a sua exigência para tais fins.

Art. 7º O Município manterá cadastro próprio, de acesso livre e permanentemente atualizado, dos beneficiários sediados nos âmbitos local e regional, com as respectivas linhas de fornecimento, para os fins de:
– divulgação das licitações e das contratações diretas;
– aferição, na fase preparatória, da existência de fornecedores competitivos, para os fins do inciso I do art. 16; e
– fomento a parcerias e a subcontratações.

Parágrafo único. A inscrição no cadastro de que trata o **caput** é facultativa e não constitui condição para o exercício de qualquer dos direitos assegurados por esta Lei.

Art. 8º É vedado, nas contratações do Município de Japaraíba:
– restringir a participação em licitação, ou o acesso a qualquer de suas fases, em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio do licitante;
– estabelecer, como requisito de habilitação, a exigência de sede, filial, escritório, depósito, oficina ou representação situados no âmbito local ou regional;

– condicionar a participação nas licitações exclusivas de que trata o art. 11, ou na cota reservada de que trata o art. 13, à localização da sede ou do domicílio do licitante.

Parágrafo único. A exigência de estabelecimento, depósito, oficina, filial, escritório ou representação no âmbito local ou regional poderá ser prevista, excepcionalmente, **como condição de execução contratual exigível do licitante vencedor**, quando indispensável à execução satisfatória do objeto, mediante justificativa registrada na fase preparatória, fundada nas particularidades do objeto licitado, na pertinência técnica da restrição e na razoabilidade, assegurado prazo compatível para o seu atendimento.

CAPÍTULO III
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
Seção I – Da regularidade fiscal, social e trabalhista

Art. 9º Os beneficiários apresentarão toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, contado do momento em que o proponente for declarado vencedor, para a regularização da documentação, o pagamento ou o parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

§ 2º A não regularização no prazo do § 1º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, facultada à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação.

§ 3º Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, na forma do inciso III do **caput** do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Seção II – Do critério de desempate

Art. 10. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para os beneficiários.

§ 1º Entende-se haver empate quando as propostas apresentadas por beneficiários forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido.

§ 2º Na modalidade pregão, o intervalo percentual de que trata o § 1º será de até 5% (cinco por cento).

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando o melhor preço válido não houver sido apresentado por beneficiário.

§ 4º Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
– o beneficiário mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, situação em que lhe será adjudicado o objeto;
– não ocorrendo a contratação na forma do inciso I, serão convocados os beneficiários remanescentes que se enquadrem nos §§ 1º e 2º, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
– havendo equivalência entre os valores apresentados pelos beneficiários em situação de empate, será realizado sorteio para identificar aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º No pregão, o beneficiário mais bem classificado será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item, sob pena de preclusão.

§ 6º Não ocorrendo a contratação na forma deste artigo, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora.

Seção III – Da licitação exclusiva

Art. 11. A Administração realizará processo licitatório destinado exclusivamente à participação de beneficiários nos itens, grupos ou lotes cujo valor estimado seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§ 1º Para efeito do limite previsto no **caput**, considerar-se-á cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado do grupo ou lote, que será considerado item único.

§ 2º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, considerar-se-á o valor anual estimado.

§ 3º A licitação exclusiva de que trata o **caput** é aberta a todo e qualquer beneficiário, independentemente da localização de sua sede ou domicílio.

§ 4º O parcelamento do objeto observará a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica para a Administração, nos termos da alínea "b" do inciso V do **caput** e dos §§ 2º e 3º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, vedado o fracionamento que tenha por finalidade exclusiva viabilizar a aplicação do **caput** deste artigo.

Seção IV – Da subcontratação

Art. 12. Nas licitações para contratação de obras e serviços, a Administração poderá exigir, no edital, a subcontratação de beneficiários, determinando:

– os percentuais mínimo e máximo a serem subcontratados, vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação;
– a indicação e a qualificação, pelos licitantes, dos beneficiários a serem subcontratados, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e dos respectivos valores;
– a apresentação, na habilitação e ao longo da vigência contratual, da documentação de regularidade fiscal dos beneficiários subcontratados;
– o compromisso da contratada de substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantido o percentual originalmente subcontratado, ou de demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que responderá pela execução da parcela; e
– a responsabilidade da contratada pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

§ 1º A exigência de subcontratação não se aplica quando o licitante for beneficiário, consórcio composto em sua totalidade por beneficiários, ou consórcio composto parcialmente por beneficiários em participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, de beneficiários que estejam participando da mesma licitação e de beneficiários que tenham um ou mais sócios em comum com a contratada, bem como a exigência, no edital, de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 4º Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente aos beneficiários subcontratados.

Seção V – Da cota reservada

Art. 13. Nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de beneficiários.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica aos itens, grupos ou lotes de valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aos quais se aplica o art. 11.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a contratação de beneficiários na totalidade do objeto.

§ 3º Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 4º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de ambas ocorrerá pelo menor dos preços.

§ 5º Nas licitações pelo sistema de registro de preços ou com entregas parceladas, o edital preverá a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, justificadamente.

§ 6º Os preços praticados na cota reservada e na cota principal poderão ser distintos, desde que nenhum deles ultrapasse o valor estimado pela Administração.

Seção VI – Da prioridade de contratação local e regional

Art. 14. Fica estabelecida, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, **prioridade de contratação para os beneficiários locais e regionais, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido**.

§ 1º A prioridade de que trata o **caput** aplica-se:
– às licitações exclusivas de que trata o art. 11;
– exclusivamente à cota reservada, nas licitações de que trata o art. 13; e
– às licitações com exigência de subcontratação de que trata o art. 12, hipótese em que somente será aplicada se o licitante for beneficiário local ou regional, ou consórcio ou sociedade de propósito específico formada exclusivamente por beneficiários locais ou regionais.

§ 2º Configura-se a situação de prioridade quando as ofertas apresentadas por beneficiários locais ou regionais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido.

§ 3º Verificada a situação prevista no § 2º, proceder-se-á da seguinte forma:

– o beneficiário local mais bem classificado será convocado para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, situação em que lhe será adjudicado o objeto;
– não ocorrendo a contratação na forma do inciso I, serão convocados os demais beneficiários locais que se enquadrem no § 2º, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
– esgotada a convocação dos beneficiários locais, serão convocados, sucessivamente e na ordem classificatória, os beneficiários regionais que se enquadrem no § 2º, para o exercício do mesmo direito;
– havendo equivalência entre os valores apresentados por beneficiários da mesma categoria, será realizado sorteio para identificar aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 4º Em nenhuma hipótese a aplicação da prioridade de que trata este artigo resultará em contratação por preço superior ao melhor preço válido apurado no certame, nem por preço superior ao valor estimado pela Administração**.**

§ 5º Não haverá aplicação da prioridade quando o melhor preço válido houver sido apresentado por beneficiário local.

§ 6º Quando o melhor preço válido houver sido apresentado por beneficiário regional, a prioridade poderá ser exercida apenas pelos beneficiários locais que se enquadrem no § 2º.

§ 7º Não ocorrendo a contratação na forma dos §§ 2º e 3º, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora.

§ 8º A aplicação da prioridade e o respectivo percentual, limitado a 10% (dez por cento), serão motivados na fase preparatória e expressamente previstos no edital, sob pena de não aplicação.

§ 9º Havendo, no certame, propostas beneficiadas por margem de preferência instituída na forma do art. 26 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a prioridade de que trata este artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que a ela fizerem jus.

§ 10. A prioridade de que trata este artigo é posterior ao critério de desempate previsto no art. 10 e com ele não se confunde.

Seção VII – Das contratações diretas

Art. 15. Nas contratações diretas fundadas nos incisos I e II do **caput** do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a contratação será feita preferencialmente de beneficiários, observada, sucessivamente, a preferência pelos beneficiários locais e pelos beneficiários regionais, desde que o preço seja compatível com o valor estimado e vantajoso para a Administração.

Parágrafo único. A preferência de que trata o **caput** não dispensa a pesquisa de preços, a justificativa da escolha do contratado e a observância dos arts. 72 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV
DAS HIPÓTESES DE NÃO APLICAÇÃO

Art. 16. Não se aplica o disposto nos arts. 11 a 14 desta Lei quando:
– não houver, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como beneficiários, sediados no âmbito local ou regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
– o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado;
– a licitação for inexigível, ou dispensável por fundamento diverso dos incisos I e II do **caput** do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; ou

– o tratamento diferenciado não for capaz de alcançar, justificadamente, ao menos uma das finalidades previstas no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Considera-se não vantajosa a contratação que resultar em preço superior ao valor estimado pela Administração ou quando a natureza do bem, do serviço ou da obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

§ 2º A verificação de que trata o inciso I do **caput** será realizada na fase preparatória e documentada no processo, mediante consulta ao cadastro previsto no art. 7º, ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, aos registros da Junta Comercial e a outras fontes idôneas.

§ 3º A ausência da demonstração exigida no § 2º impede a adoção da licitação exclusiva de que trata o art. 11.

§ 4º Restando deserta ou fracassada a licitação exclusiva, a Administração poderá repetir o certame com ampla participação, mediante decisão motivada, sem prejuízo do disposto no inciso III do **caput** do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 17. Os benefícios desta Lei não se aplicam:
– ao beneficiário que incorra em qualquer das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
– no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
– no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e
– ao beneficiário que, no ano-calendário de realização da licitação, já tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 1º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos incisos II a IV do **caput**.

§ 2º Para os fins do inciso IV do **caput**, a Administração exigirá do licitante declaração de observância do limite ali referido e realizará as diligências cabíveis, inclusive mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CAPÍTULO V
DA MOTIVAÇÃO, DA GOVERNANÇA E DO CONTROLE

Art. 18. A aplicação dos benefícios previstos nesta Lei, bem como as hipóteses de seu afastamento, serão motivadas no estudo técnico preliminar e no termo de referência, no projeto básico ou no anteprojeto, conforme o caso, e expressamente previstas no instrumento convocatório.

Art. 19. A prestação de declaração falsa ou a omissão de informação destinada à obtenção indevida dos benefícios desta Lei sujeitará o infrator às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e configurará fraude à licitação, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público e da adoção das demais medidas cabíveis.

Parágrafo único. Incumbe ao licitante requerer o seu desenquadramento da condição de beneficiário quando deixar de preencher os requisitos legais.

Art. 20. O Poder Executivo publicará, anualmente, no sítio eletrônico oficial do Município, relatório de avaliação da aplicação desta Lei, contendo, no mínimo:

– o número e o valor das contratações celebradas com beneficiários, discriminados por âmbito local, regional e demais;
– o número de licitações exclusivas, de cotas reservadas e de exigências de subcontratação;
– o número de casos de aplicação da prioridade de que trata o art. 14; e
– as hipóteses de afastamento do tratamento diferenciado e as respectivas motivações.

Parágrafo único. Cópia do relatório será encaminhada à Câmara Municipal de Japaraíba.

Art. 21. O Poder Executivo poderá designar Agente de Desenvolvimento, na forma do art. 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, para articular as ações de fomento previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Aplicam-se, subsidiariamente e no que com esta Lei não conflitarem, a Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Decreto Federal nº 8.538, de 2015, e as demais normas gerais federais sobre licitações e contratos administrativos.
Art. 23. Esta Lei será interpretada em conformidade com o inciso XXI do **caput** do art. 37 da Constituição da República, com as normas gerais de licitação e contratação editadas pela União e com a alínea "b" do inciso I do **caput** do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não se admitindo exegese que dela extraia autorização para restringir a participação de licitantes em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio.

Art. 24. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 25. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 26. Esta Lei aplica-se aos processos de contratação cujos editais ou avisos de contratação direta sejam divulgados a partir de sua vigência.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Japaraíba, 2 de setembro de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

LAELSON DE LIMA
Assessor Jurídico do Município

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:EB6F46EE

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
LEI N º 1.336/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O POVO DO MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA, Estado de MINAS GERAIS, através de seus representantes legais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente mediante Decreto até o montante de R$ 49.005,00 (quarenta e nove mil e cinco reais), conforme detalhamento a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
Órgão:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAIBA - MG**		
Unidade:	02.05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10.302.0005.7001	EMENDA PARLAMENTAR 01/2025 – Custeio de Exames e Procedimentos Médicos de Média e Alta Complexidade aos Munícipes de Japaraíba		
3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - PJ	1.500 CO 1002	R$ 49.005,00

Art. 2º - Como fonte de recursos para à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar acima mencionado, o Poder Executivo utilizará a anulação da seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
Órgão:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAIBA - MG**		
Unidade:	02.05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
10.301.0005.7002	EMENDA PARLAMENTAR 01/2025 – Custeio de Consultas Especializadas aos Munícipes de Japaraíba		
3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - PJ	1.500 CO 1002	R$ 49.005,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GERALDO ALEXANDRE LOPES:06444 460646

Prefeitura Municipal de Japaraíba / MG, em 01 de setembro de 2026.

Assinado de forma digital por GERALDO ALEXANDRE LOPES:06444460646 Dados: 2026.09.04 11:03:27 -03'00'

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

LAELSON DE LIMA
Assessor Jurídico

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:B8B73F9E

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
LEI Nº 1.337/2026. "DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA, REVOGA A LEI Nº 1.268/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GERALDO ALEXANDRE LOPES, Prefeito Municipal de Japaraíba(MG), faz saber que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR
Art. 1º Esta lei regula no município de Japaraíba**,** em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, notadamente o seu art. 216-A, e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA
Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Japaraíba, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA
Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Japaraíba.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Japaraíba.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Japaraíba, planejar e implementar políticas públicas para:
- assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- contribuir para a construção da cidadania cultural;
- reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação,

cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:
- o direito à identidade e à diversidade cultural;
- livre criação e expressão, livre acesso, livre difusão e livre participação nas decisões de política cultural;
- o direito autoral;
- o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Japaraíba, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:
- sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
- elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
- conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Japaraíba deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- diversidade das expressões culturais;
- universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- transversalidade das políticas culturais;
- autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- transparência e compartilhamento das informações;
- democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais

entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
- estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
- articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município; IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA SEÇÃO I
DOS COMPONENTES

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - coordenação:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
Conferência Municipal de Cultura – CMC. III - instrumentos de gestão:
Plano Municipal de Cultura – PMC;
Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.
IV - sistemas setoriais de cultura:
Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;
Outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. Não integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, instituições ou fundações privadas ou públicas.

Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
- formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
- valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
- preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
- manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;
- assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
- estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
- captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
- operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

- realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
- exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:
- exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
- instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;
- implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC; V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

- colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
- colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;
- auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
- colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI- coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SMC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com composição paritária da Sociedade Civil e Poder Público, e se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.
§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.
§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.
§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Japaraíba, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:
– **06 (seis) Membros titulares e 06 (seis) membros suplentes**, representando o Poder Público, por meio dos seguintes órgãos e quantitativos:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo o (a) Secretário (a) de Cultura, e mais 01 representante;
Secretaria Municipal de Políticas Sociais, sendo 02 representantes;
Secretaria Municipal de Administração e Governo, sendo 01 representante;
Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, sendo 01 representante.
– **06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes**, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:
Espaços Culturais, sendo 01 representante;
Fórum Setorial de Cultura Popular (Congado, Folias de Reis, entre outros), sendo 02 representantes;
Fórum Setorial de Artes Visuais (Artesanato, Teatro, Fotografia, Fanfarra, Dança, Literatura, Música, entre outros), sendo 03 representantes.
§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.
§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente, o Vice-presidente e Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;
§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.
§ 5º A função de conselheiro do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é considerada serviço público relevante e não será remunerada, a qualquer título.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:
- Plenário;
- Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;
- Colegiados Setoriais;
- Comissões Temáticas;
- Grupos de Trabalho;
- Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete: I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;
- estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;
- aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;
- definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
- estabelecer as diretrizes de uso dos recursos Fundo Municipal de Cultura – FMC, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;
- acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
- contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
- apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
- apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

- contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;
- acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Japaraíba, para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

- promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;
- promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;
- incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
- delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;
- aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.
- estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Parágrafo único. O Plenário poderá delegar a competência prevista no inciso XI deste artigo a outra instância do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 43. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territoriais.

Art. 47. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.
§ 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.
§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.
§ 4º. A representação da sociedade civil nas Conferências Municipais de Cultura – CMC será de metade dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
- Plano Municipal de Cultura – PMC;
- Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
- Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 50. O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por lei própria, tem duração decenal, e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.
Parágrafo único. Os Planos devem conter:
- diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- diretrizes e prioridades;
- objetivos gerais e específicos;
- estratégias, metas e ações;
- prazos de execução;
- resultados e impactos esperados;

- recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- mecanismos e fontes de financiamento; e
- indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Japaraíba que devem ser diversificados e articulados.
Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Japaraíba:
- Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;
- outros que venham a ser criados.

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes como fundo de natureza contábil ou financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:
- dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Japaraíba e seus créditos adicionais;
- transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- contribuições de mantenedores;
- produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
- doações e legados nos termos da legislação vigente;
- subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

- reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
- empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- saldos de exercícios anteriores; e
- outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:
- não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e
- reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.
§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.
§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.
§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.
§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.
§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.
§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.
§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC fica responsável, o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, que atuará como Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC em vigência.

Art. 62. Na seleção dos projetos o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente.

Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, representada pelos membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:
- avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e cidadã;
- adequação orçamentária;
- viabilidade de execução; e
- capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas

da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.
§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.
§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:
- coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;
- disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;
- exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializa - das na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e continua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 68. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e em parceria com instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela

formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 69. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:
- a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;
- a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V
DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 70. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 71. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
- Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
- Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;
- outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Art. 72. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 73. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC, conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos. **Art. 74.** As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 75. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 76. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO CAPÍTULO I
DOS RECURSOS

Art. 77. O Fundo Municipal da Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.
Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, de fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 78. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 79. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contra - partida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.
§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a: I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;
II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.
§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 80. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territoriais na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 81. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.
§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes acompanhará a conformidade da programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 82. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.
§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa,

resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 83. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 84. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.
Parágrafo Único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 85. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86. O Município de Japaraíba deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.
Art. 87. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário, observadas as normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Art. 88. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 89. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 90. Revoga-se a Lei 1.268 de 16 de maio de 2025.

Art. 91. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Japaraíba, 2 de setembro de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

LAELSON DE LIMA
Assessor Jurídico do Município

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:94F4419C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS PROCESSO LICITATÓRIO 106/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 24/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que no dia 22/09/2025 (terça-feira) as 09:00 horas, acontecerá sessão pública de licitação do processo licitatório nº 103/2026 – Pregão Eletrônico nº 24/2026**"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUSIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, ITENS QUE NÃO FORAM CONTEMPLADOS NO PREGÃO ELETRONICO 19/2026".** A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro – Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021.Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Douglas Soares Rodrigues
Código Identificador:8499BAFD

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS PROCESSO LICITATÓRIO 37/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026 PUBLICAÇÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS TRIMESTRAIS

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 37/2026 Pregão Eletrônico nº 07/2026**."REGISTRO DE DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA"**. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 19/2026**. Licitante Proponente: AL OLIVEIRA LTDA. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 21.096,00 (vinte e um mil e noventa e seis reais) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 20/2026**. Licitante Proponente: : ALLSET TECNOLOGIA LTDA. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 7.525,00 (sete mil e quinhentos e vinte e cinco reais)Período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 34/2026**. Licitante Proponente: : AUGUSTO SOSTA MARTINS 25510225840. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 12.765,00 (doze mil e setecentos e sessenta e cinco reais) período 12 meses. **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 33/2026**. Licitante Proponente: Cirurgica Santa Joana Darc. Assinatura 14/05/2026.Valor: 146.741,80 (cento e quarenta e seis mil e setecentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) Período 12 meses. . **ATA REGISTRO DE PREÇOS 36/2026**. Licitante Proponente: E TUDO BARATO COMERCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 4.145,00 (quatro mil e cento e quarenta e cinco reais) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 30/2026.** Licitante Proponente: FBORGES EQUIPAMENTOS EIRELI. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 84.019,00 (oitenta e quatro mil e dezenove reais)12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 21/2026.** Licitante Proponente: GERALDO GEAN FREIRE DE ALMEIDA E CIA LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 19.275,95 (dezenove mil e duzentos e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 40/2026.** Licitante Proponente: Gustavo de Paula Silva, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 2.777,60 (dois mil e setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 35/2026.** Licitante Proponente: Ivanete Aparecida Miranda, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 1.861,50 (um mil e oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 38/2026.** Licitante Proponente: J&A ECOMMERCE LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 20.558,65 (vinte mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2026.** Licitante Proponente: JLA DISTRIBUIDORA LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 54.190,93 (cinquenta e quatro mil e cento e noventa reais e noventa e três centavos) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 31/2026.** Licitante Proponente: : LICITASHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 904,00 (novecentos e quatro reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 23/2026.** Licitante Proponente: Lumos Consultoria em tecnologia LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 154.467,21 (cento e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos) 12 meses. . **ATA REGISTRO DE PREÇOS 24/2026.** Licitante Proponente: LYRON INFORMATICA LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$

9.074,00 (nove mil e setenta e quatro reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 25/2026.** Licitante Proponente: MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 38.604,00 (trinta e oito mil e seiscentos e quatro reais) 12 meses. . **ATA REGISTRO DE PREÇOS 26/2026.** Licitante Proponente: MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 4.134,00 (quatro mil e cento e trinta e quatro reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 39/2026.** Licitante Proponente: : OC INFORMATICA LTDA+ Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 3.599,00 (três mil e quinhentos e noventa e nove reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 27/2026.** Licitante Proponente: SANDRO VILMAR PIRES ME Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 31.479,00 (trinta e um mil e quatrocentos e setenta e nove reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 28/2026.** Licitante Proponente: T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 4.510,00 (quatro mil e quinhentos e dez reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 29/2026.** Licitante Proponente: VALLS NEGOCIOS LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 32/2026.** Licitante Proponente: VERTICE LICITA LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 7.595,94 (sete mil e quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos) 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 37/2026.** Licitante Proponente: VITOR ALFREDO THOMAS LTDA, Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais) 12 meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação e

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:AA1D6DB7

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 40/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO TRIMESTRAL

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 40/2026 Pregão Eletrônico nº 08/2026**.“** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0KM, (TIPO VAN 16 LUGARES e AMBULÂNCIA TIPO A)**”**. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 51/2026**. Licitante Proponente: Unividas Veículos Especiais Ltda Assinatura 17/06/2026. Valor: R$ 719.600,00 (setecentos e dezenove mil e seiscentos reais) período 12 meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação e

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:D9EF0DC3

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 44/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO TRIMESTRAL

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 44/2026 Pregão Eletrônico nº 09/2026.“ REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA, MOTOR E BOMBEADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES”. ATA REGISTRO DE PREÇOS 41/2026. Licitante Proponente: BH2O BOMBAS E SERVIÇOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) período 12 meses. ATA REGISTRO DE PREÇOS 42/2026. Licitante Proponente: GNS SERVIÇOS E COMPONENTES ELETRICOS E HIDRAULICOS LTDA. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 248.100,00 (duzentos e quarenta e oito mil e cem reais) período 12 meses. ATA REGISTRO DE PREÇOS 43/2026. Licitante Proponente: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA. Assinatura 14/05/2026. Valor: R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) período 12 meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:08ECE0EE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 51/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO TRIMESTRAL

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 51/2026 Pregão Eletrônico nº 10/2026.**“REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO”**. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 45/2026**. Licitante Proponente: ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA. Assinatura 27/05/2026. Valor: R$ 17.437,00 (dezessete mil e quatrocentos e trinta e sete reais) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 46/2026**. Licitante Proponente: Comercial Brumisa,. Assinatura 27/05/2026. Valor: R$465.100,29 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e cem reais e vinte e nove centavos) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 47/2026**. Licitante Proponente: FERRUM COMERCIO LTDA,. Assinatura 27/05/2026. Valor: R$ 6.259,70 (seis mil e duzentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 48/2026**. Licitante Proponente: IVONE GOMES DE ALMEIDA,. Assinatura 27/05/2026. Valor: R$ 40.143,50 (quarenta mil e cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 49/2026**. Licitante Proponente: Madeireira e Deposito Lumad,. Assinatura 27/05/2026. Valor: R$ 349.320,10 (trezentos e quarenta e nove mil e trezentos e vinte reais e dez centavos) período 12 meses. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 50/2026**. Licitante Proponente: RODRIGO BASTOS LAGES,. Assinatura 27/05/2026. Valor: R$ 120.872,50 (cento e vinte mil e oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) período 12 meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação e

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:14C7EEEC

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 52/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 11/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO TRIMESTRAL

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 52/2026 Pregão Eletrônico nº 11/2026.“**Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento e instalação de forro em gesso acartonado (DRYWALL) para as escolas municipais**”. ATA REGISTRO DE PREÇOS 44/2026, tipo: menor preço. Licitante Proponente: FELIPE T. GONCALVES ANDRAD. Assinatura 26/05/2026. Valor: R$ 144.465,76 (Cento e quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) período 12 meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação e

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:2796BE94

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 88/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 21/2026 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DECISÃO HOMOLOGATÓRIA E ADJUDICATÓRIA
O processo licitatório nº 88/2026, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2026 objetiva REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS E CAIXAS DE LEITE.*No decorrer de sua tramitação foram observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/21, e suas sucessivas alterações, notadamente no que tange à publicidade, ao procedimento e, sobretudo, ao direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, consoante manifestação da assessoria jurídica lotada no setor de licitações.Desse modo, satisfazendo à legislação aplicada ao presente processo (juízo da legalidade) e à conveniência administrativa,* ***HOMOLOGO*** *o certame licitatório em comento e declarando as licitantes proponentes* **BELA CESTA DE ALIMENTOS LTDA** *como vencedora do certame a ela* ***ADJUDICO*** *o objeto licitado, nos exatos termos da Ata da Sessão de Julgamento.Envie este processo para a assessoria jurídica do setor de licitação para que seja elaborado o necessário e competente instrumento contratual, encaminhando uma cópia para a secretaria requisitante que fiscalizará o cumprimento integral das obrigações nele constante, sob pena de responsabilidade.Isto feito dá por concluído o presente processo licitatório determinando, desde já, o seu arquivamento.*

Jequitibá, 08 de setembro de 2026

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Soares Rodrigues
Código Identificador:CB7D05DC

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO TRIMESTRAL

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 56/2026 Pregão Eletrônico nº 12/2026.**“REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS”**. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 52/2026**. Licitante Proponente: ECOPLANEJADOS LTDA. Assinatura 17/06/2026. Valor: R$ 44.252,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e dois reais) período 12 meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação e

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:9332C76B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
ATA CONSOLIDADA DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO XVII ENCONTRO E EXPOSIÇÃO ANUAL DE VEÍCULOS ANTIGOS DE JOÃO MONLEVADE

Aos oito de setembro de dois mil e vinte e seis, na sede da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, reuniram-se os membros da Comissão de Credenciamento, nomeada pela Portaria nº 272/2026, representada por seus membros: Cláudio Tavares Pereira, Rosália Cristina de Oliveira, Bruna Lima de Mello e Ana Caroline Pena Souza, com a finalidade de:

I – Registrar novos convocados a partir do credenciamento do lote 09, com vistas à participação na programação do XVII Encontro e Exposição Anual de Veículos Antigos de João Monlevade.

Segue o proponente habilitado e convocado para apresentação no dia 20 de setembro 2026:

Lote 09 (16/02/2026 a 01/03/2026): Wesley Antônio Araújo, inscrito no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, Renome Regional, na categoria 2.4 - Apresentação Musical de 4 a 5 músicos, com a proposta “Tio Chico Classic Rock”.

Nada mais havendo a se tratar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão.

ANA CAROLINE PENA SOUZA

ROSÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA

BRUNA LIMA DE MELLO

CLÁUDIO TAVARES PEREIRA

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:F1435EA7

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

Homologo a Inexigibilidade de Licitação nº 23/2026, fundamentada no inciso I do art. 74 da Lei 14.133/21 e suas posteriores alterações, e Parecer Jurídico nº 694/2026.

Objeto: "CONTRATAÇÃO DA EMPRESA GARRA TRAFFIC SINALIZAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 03.581.664/0001-80, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS AO DIAGNÓSTICO, INSPEÇÃO, LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE DEFEITOS E FALHAS EM CRUZAMENTO SEMAFORIZADO EQUIPADO COM CONTROLADOR E MÓDULOS DA MARCA BRASCONTROL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG, INCLUINDO AS ATIVIDADES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA"

Prestador:GARRA TRAFFIC SINALIZAÇÃO LTDA,
CNPJ: 03.581.664/0001-80

Valor Global:R$ 38.510,00 (Trinta e oito mil e quinhentos e dez reais).

Condições de pagamento: Faturamento devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:02013006.1545226011.014, 33903900000, Ficha 389,
Fonte: 17520000000

João Monlevade, 08 de Setembro de 2026

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:EBA02DFF

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 182/2026 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a dispensa automática de alvará para o Microempreendedor Individual – MEI e sobre a vedação de cobrança de taxas e emolumentos municipais, em conformidade com a legislação federal de simplificação do ambiente de negócios e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica);
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007;
CONSIDERANDO as Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.649, de 26 de junho de 2024;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a segurança jurídica do empreendedor, promover a simplificação dos procedimentos administrativos e ampliar a competitividade do ambiente de negócios do Município de João Monlevade;

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada ao Microempreendedor Individual – MEI a dispensa automática de alvará de localização e funcionamento, observado o disposto na legislação federal aplicável e nas Resoluções do CGSIM.
Parágrafo único. A dispensa prevista no caput não afasta a obrigação de observância das normas ambientais, sanitárias, urbanísticas, de prevenção contra incêndio, posturas municipais e demais legislações pertinentes, permanecendo o empreendedor sujeito à fiscalização posterior pelos órgãos competentes.
Art. 2º É vedada a cobrança, pelo Município de João Monlevade, de taxas, emolumentos ou outros valores relativos ao Microempreendedor Individual – MEI, quando vinculados:
I – à inscrição;
II – ao registro;
III – ao funcionamento;
IV – ao licenciamento;
V – à alteração cadastral;
VI – à baixa;
VII – à emissão de documentos necessários ao exercício das atividades abrangidas pela legislação federal específica.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo observará os limites e hipóteses estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais normas federais aplicáveis.

Art. 3º Os órgãos da Administração Pública Municipal deverão adequar seus procedimentos administrativos e sistemas informatizados para assegurar o cumprimento deste Decreto, promovendo a simplificação dos processos destinados ao Microempreendedor Individual.
Art. 4º Os procedimentos administrativos deverão observar os princípios da boa-fé, da presunção de veracidade das informações prestadas pelo empreendedor, da eficiência administrativa, da liberdade econômica e da mínima intervenção estatal.
Art. 5º A Sala Mineira do Empreendedor poderá orientar os Microempreendedores Individuais quanto aos direitos previstos neste Decreto e às normas federais pertinentes.
Art. 6º As Secretarias Municipais competentes poderão editar normas complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 01 de setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:6454B969

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 167/2026 -BSM ATACADISTA LTDA

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNES E LINGUIÇA AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA. Pregão Eletrônico 23/2026, Processo Licitatório nº. 84/2026 **- Data: 08/09/2026**.

PRODUTOS	VALOR REEQUILIBRADO
ACÉM MOÍDO BOVINA/ LOTE Nº01 EMBALAGEM/1KG	R$ 35,00
ACÉM CUBOS BOVINA/ LOTE Nº03 EMBALAGEM/1KG	R$ 32,34
PERNIL SUÍNO ISCAS/ LOTENº05 EMBALAGEM/1KG	R$ 21,32
FILÉ DE PEITO DE FRANGO LOTE Nº07 EMBALAGEM/1KG	R$ 21,42
LINGUIÇA TOSCANA EM GOMOS LOTE Nº09 EMBALAGEM/1KG	R$ 20,55

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:B4BC8054

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 14/2026

PARTÍCIPES: Município de João Monlevade/MG e Clube do Cavalo de João Monlevade.
OBJETO: Cooperação institucional para apoio operacional à preparação, manutenção, adequação, conservação, limpeza e reorganização da área destinada à realização da **33ª Cavalgada Municipal de João Monlevade**, incluindo as atividades relacionadas ao Concurso de Marchas e Rodeio.
ONDE SE LÊ:
APOIO OPERACIONAL: Disponibilização, pelo Município, de caminhão-pipa, com operador, pelo limite máximo de 60 (sessenta) horas, e retroescavadeira, com operador, pelo limite máximo de 12 (doze) horas, conforme necessidade operacional e disponibilidade da Secretaria Municipal de Obras.
VALOR ECONÔMICO ESTIMADO: R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), sendo R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) referentes ao caminhão-pipa e R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) referentes à retroescavadeira. Os valores possuem caráter exclusivamente estimativo e destinam-se à mensuração econômica e ao controle do apoio operacional, **não implicando transferência de recursos financeiros, remuneração, subvenção ou patrocínio ao Clube do Cavalo**.
LEIA -SE:
APOIO OPERACIONAL: Disponibilização, pelo Município, de **caminhão-pipa, com operador, pelo limite máximo de 60 (sessenta) horas**, e de **retroescavadeira, com operador, pelo limite máximo de 12 (doze) horas**, conforme necessidade operacional e disponibilidade da Secretaria Municipal de Obras. Também serão disponibilizadas **40 (quarenta) horas de rolo compactador**, vinculadas ao **Termo de Contrato nº 81/2023.**, ao valor estimado de **R$ 162,19 (cento e sessenta e dois reais e dezenove centavos) por hora**. Ainda, serão disponibilizadas **08 (oito) horas de caminhão-prancha**, vinculadas ao **Termo de Contrato nº 68/2026.** ao valor estimado de **R$ 190,00 (cento e noventa reais) por hora**.
VALOR ECONÔMICO ESTIMADO: R$ **19.307,60** (dezenove mil, trezentos e sete reais e sessenta centavos), assim distribuídos:
R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), referentes ao caminhão-pipa;
R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), referentes à retroescavadeira;
R$ 6.487,60 (seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), referentes às 40 (quarenta) horas de rolo compactador, ao valor de R$ 162,19 por hora;
R$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte reais), referentes às 08 (oito) horas de caminhão-prancha, ao valor de R$ 190,00 por hora.
VIGÊNCIA: Da data de assinatura até **31 de agosto de 2026**.
PRESTAÇÃO DE CONTAS: O Clube do Cavalo de João Monlevade deverá apresentar à Prefeitura Municipal de João Monlevade, até **03 de setembro de 2026**, a respectiva prestação de contas, acompanhada da documentação comprobatória da execução e das informações pertinentes.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 184 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 9.504/1997, Lei Federal nº 13.709/2018, art. 58 da Lei Orgânica do Município de João Monlevade e demais normas aplicáveis.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

João Monlevade/MG, 25 de agosto de 2026.

***LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO* –**
Prefeito Municipal;

***GUSTAVO JOSÉ DIAS MACIEL* –**
Secretário Municipal de Obras;

***TARCÍSIO BICALHO MOREIRA* –**
Presidente do Clube do Cavalo de João Monlevade.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:0BA6F00B

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
LEI Nº 2810/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Reconhece a Cultura Automotiva como prática cultural, esportiva e de lazer no âmbito do Município de João Monlevade e dá outras providências.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica reconhecida, no âmbito do Município de João Monlevade, a Cultura Automotiva como prática cultural, esportiva e de lazer, compreendendo atividades relacionadas ao automobilismo recreativo, encontros automotivos, exposições, veículos antigos, customizados, tuning, som automotivo e demais manifestações urbanas correlatas, desde que realizadas em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º Consideram-se manifestações da Cultura Automotiva:
I – encontros e exposições de veículos antigos, customizados, esportivos e modificados;
II – eventos automotivos recreativos e culturais;
III – apresentações e competições automotivas autorizadas pelos órgãos competentes;
IV – atividades voltadas à personalização estética e funcional de veículos;
V – ações sociais, educativas e beneficentes promovidas por grupos e organizações ligadas ao segmento automotivo;
VI – demais atividades correlatas voltadas à promoção da cultura automotiva de forma organizada e responsável;
VII – apresentações e exibições controladas de manobras radicais automobilísticas (MOI), realizadas em locais apropriados, mediante autorização dos órgãos competentes e observadas as normas de segurança e legislação vigente.

Art. 3º O Poder Executivo poderá apoiar e incentivar ações relacionadas à Cultura Automotiva, observadas as disponibilidades orçamentárias e os requisitos legais, especialmente por meio de:
I – realização de eventos e festivais;
II – campanhas educativas sobre segurança no trânsito;
III – incentivo ao turismo e à economia local;
IV – apoio a ações sociais e beneficentes promovidas pelo segmento;
V – promoção de espaços adequados para realização de encontros e exposições automotivas.

Art. 4º Os eventos e atividades relacionados à Cultura Automotiva deverão observar:
I – as normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro;
II – as exigências de segurança pública;
III – as normas ambientais e de controle de poluição sonora;
IV – as autorizações exigidas pelos órgãos competentes;
V – o respeito à ordem pública e ao sossego da população.

Art. 5º O Poder Executivo poderá incluir eventos relacionados à Cultura Automotiva no Calendário Oficial do Município, mediante interesse público e observadas as normas legais aplicáveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 01 de setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao primeiro dia do mês de setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:500623E4

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
LEI Nº 2811/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a Ratificação da Sexta Alteração do Estatuto e Protocolo de Intenções do Consórcio Regional de Saneamento Básico – CORSAB.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica RATIFICADA a Sexta Alteração do Estatuto e Protocolo de Intenções do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, autorizada na Assembleia Geral Ordinária do ano de 2026, realizada no dia 16 de março de 2026, para os acréscimos e supressões descritos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Faz parte o conteúdo do Anexo I da presente Lei, sendo dela indissociável, o conteúdo do Anexo I (Protocolo de Intenções com suas alterações), em sua integralidade.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

João Monlevade, em 01 de setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao primeiro dia do mês de setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:B1348923

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
LEI Nº 2812/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Reconhece a Cavalgada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de João Monlevade e dá outras providências.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida a Cavalgada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de João Monlevade, de relevante valor histórico, cultural e social, para fins de valorização, preservação e salvaguarda das manifestações culturais tradicionais locais.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se Cavalgada a manifestação cultural equestre, de caráter comunitário, vinculada à valorização das tradições rurais, dos costumes locais, da cultura equestre e da convivência social, expressa por meio de desfiles, passeios, encontros, atividades esportivas, exposições, mostras e demais práticas tradicionalmente associadas à sua realização.

§ 2º O reconhecimento de que trata esta Lei compreende, quando tradicionalmente vinculadas à Cavalgada, as atividades, práticas e manifestações culturais, artísticas, esportivas e equestres que integrem sua programação ou identidade local, especialmente:
I - desfile ou passeio de cavaleiros e amazonas pelas vias públicas do Município;
II - rodeio, copa ou concurso de marcha e provas funcionais equestres;
III - apresentações artísticas, musicais, culturais e demais manifestações populares realizadas no contexto da Cavalgada;
IV - exposições, mostras, feiras e atividades de valorização da cultura rural, da agropecuária, da equinocultura, dos produtores locais e das tradições comunitárias associadas à Cavalgada.

§ 3º O reconhecimento previsto nesta Lei possui natureza cultural, histórica e social, não dispensando a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis à realização de eventos, ao uso de vias e espaços públicos, à segurança dos participantes e do público, à saúde pública, ao meio ambiente e ao bem-estar animal.

§ 4º O reconhecimento previsto nesta Lei poderá subsidiar procedimentos administrativos de inventário, registro ou outras formas de acautelamento e preservação, observada a legislação aplicável à proteção do patrimônio cultural.

Art. 2º O reconhecimento previsto nesta Lei fundamenta-se no relevante valor histórico, cultural e social da Cavalgada, enquanto manifestação tradicional vinculada à identidade comunitária local, à memória coletiva, à cultura rural, à tradição equestre e à valorização dos modos de criar, fazer e viver da população monlevadense.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá, observadas a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável, apoiar ações voltadas ao incentivo, à preservação, à valorização, à salvaguarda e à difusão da Cavalgada e das manifestações tradicionalmente vinculadas à sua realização, especialmente mediante:
I - apoio institucional à realização de eventos, atividades culturais, esportivas e comunitárias relacionadas à Cavalgada;
II - promoção e divulgação da manifestação cultural reconhecida por esta Lei;
III - incentivo à participação da comunidade local, dos produtores rurais, das entidades culturais, esportivas e comunitárias e dos demais segmentos vinculados à cultura equestre;
IV - apoio a atividades educativas, culturais e informativas voltadas à preservação da memória, da tradição e da identidade local associadas à Cavalgada;
V - celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com entidades públicas ou privadas, observada a legislação aplicável e o interesse público.

Parágrafo único. Eventuais formas de apoio, fomento, cessão de estrutura, repasse de recursos ou suporte logístico deverão observar critérios objetivos, impessoais e previamente definidos, quando exigíveis, bem como as normas orçamentárias, financeiras, administrativas e de controle aplicáveis.

Art. 4º A Cavalgada integrará o Calendário Oficial de Eventos do Município, compreendidas as atividades tradicionalmente vinculadas à sua programação.

Art. 5º A realização de desfiles, passeios, eventos ou atividades em vias e espaços públicos dependerá de autorização prévia do órgão municipal competente, observadas as normas de trânsito, segurança, saúde pública, proteção ambiental, bem-estar animal, ordem pública e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único. As atividades esportivas equestres mencionadas nesta Lei deverão observar os regulamentos técnicos aplicáveis e as normas de proteção e bem-estar animal, vedadas práticas que submetam os animais à crueldade, maus-tratos, sofrimento ou tratamento incompatível com a legislação vigente.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para viabilização de seus objetivos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 01 de setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao primeiro dia do mês de setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:358267FA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
NOTIFICAÇÃO Nº 15/2026

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11
NOTIFICADA: MHF MÓVEIS LTDA. CNPJ: 57.109.731/0001-97
ENDEREÇO: Rua Selenita, nº 416,, Bairro Aclimação, Passos/MG, CEP: 37.901-716
NOTIFICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA

Assunto: Notificação - Instauração de processo administrativo nº 15/2026 para apuração de possíveis infrações administrativas cometidas - Portaria nº 476/2026
Referência: Caso responda esta Notificação, indicar expressamente o Processo nº 15/2026.

Prezada,
A Comissão Permanente de Sindicância e Atos Administrativos nomeada pela Portaria nº 84/2026, vem comunicá-la da instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS, processo nº 15/2026, de acordo com o art. 75º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, referente ao Processo Licitatório nº 32//2025 , tendo em vista o contido nos autos do Pregão Eletrônico nº 13//2025, Ata de Registro de Preço nº 0181/2025 pelo descumprimento das obrigações legais, conforme descrito abaixo:

- Não efetivação da entrega de Arquivo de Aço

Diante do exposto, nos termos da Lei nº 14.133/21 e em atendimento às disposições editalícias, para que a empresa possa exercer os direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa, NOTIFICAMOS V.Sª para apresentar **DEFESA PRÉVIA ESCRITA** relativa aos fatos acima narrados em até 15 (dez) dias úteis do recebimento desta, bem como especificar as provas que pretende produzir, comprovado por meio de AR (Aviso de Recebimento) ou outro documento hábil, sob pena de aplicação das sanções previstas nos dispositivos acima citados, podendo resultar na aplicação de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, por até 05 (cinco) anos além da multa.

A defesa escrita deverá ser encaminhada para endereço eletrônico sindicanciacomissao2@gmail.com (endereço eletrônico do setor que vai receber a defesa) ou ser enviada por correio ou ainda protocolada junto a este Município no Setor de Protocolo.

O processo será impulsionado de ofício independentemente de apresentação de Defesa, art. 2, XII, da Lei 9.784/1999.

João Monlevade, 19 de agosto de 2.026.

CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DE
Assinado de forma digital por CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DE MOURA:05662270619

MOURA:05662270619 Dados: 2026.09.08 08:38:19 -03'00'

CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DE MOURA
Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Atos Administrativos

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:7E776025

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 518/2026 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL - BIÊNIO 2025-2027, DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO DE JOÃO MONLEVADE, no uso de suas atribuições legais**,** outorgadas o artigo 52, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os membros abaixo designados para compor o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de João Monlevade – MG, biênio 2025-2027.

1 – **Representantes da Fundação Casa de Cultura**

Titular: Nadja Lírio Furtado

Suplente: Rosália Cristina de Oliveira

2 – **Representantes da Câmara Municipal de João Monlevade**
Em vacância

3 - **Representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia**

Titular: Tales Augusto Dias e Santiago

Suplente: Renata Aparecida de Freitas Vitor

4 – **Representantes da Imprensa**

Titular: Francisco Pereira

Suplente: Anágnia Flóis Gomes

5 – **Representantes da Associação Comercial e Industrial de João Monlevade**

Titular: Elizete Isabel Vidal Almeida
Suplente: Soraya Abreu Miller dos Santos Godoi

6 – **Representantes da área de História e Geografia da rede de ensino público do Município de João Monlevade**

Titular: Agnaldo Marcos dos Santos

Suplente: Gislene de Ávila Bueno

7– **Representantes do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA)**

Titular: Ana Paula Gomes Martins Mourão

Suplente: Gabriela Von Ruckert Heleno

8 – **Representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU):**

Titular: Jucyara Danielle Nunes

Suplente: Em vacância.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, à Portaria nº 433 de 15 de julho de 2026.

João Monlevade, em 01 de Setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao primeiro dia do mês de Setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:020010ED

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 519/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º Designar, os membros abaixo para a Comissão de Fiscais de Contratos e Atas de Registro de Preços em atendimento às normas da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal N° 11/2023.
1) GESTOR DE CONTRATAÇÕES
- Assessor e Secretário da respectiva Unidade Administrativa
2) FISCAL ADMINISTRATIVO
- Secretaria de Administração: Deise Rodrigues Cruz
- Secretaria de Educação:
a) Maria de Fátima Silva Souza
b) Kátia Cardoso da Silva Xavier
- Secretaria de Obras: Sueli da Conceição Silva
- Secretaria de Serviços Urbanos: Adriano Soares Pereira
- Secretaria de Saúde: Vinícius de Castro Silva Barbosa
- Demais Assessorias e Secretarias: O próprio Gestor da Unidade Administrativa
3) FISCAL DE CONTRATOS E ATAS
- Secretaria de Administração:
a) Marlon Leandro Ponciano Pereira
b) Simone Heroína da Silva
c) Marta Gomes Teixeira;
d) Admilson Antônio dos Santos;
e) Deise Rodrigues Cruz;
f) Bruno Martins Marcondes
g) Tamara Cristina Martins.
h) Ariane Souza da Costa Lemos
- Secretaria de Educação:
a) Cláudia Pinheiro dos Santos Francisco
b) Fernanda Aparecida Lana Menezes
c) Anacriste Guedes
d) Noeme das Graças Dias;
e) Ana Paula Gomes Martins Mourão
f) Rosilaine Maria de Souza Soares.
- Secretaria de Obras:
a) Fernanda Aparecida Rodrigues Viana Gomes
b) Guilherme Vieira Barbosa;
c) Daniel Ermelindo dos Santos;
d) Maria Elizabeth de Paula Pereira;
e) Lorena Realino Fraga;
f) Semirane Vasconcelos Mendes Maroun;
g) Dilermando de Aranda Lima;
h) Luan Marcelino Barboza;
I) José Carlos Raimundo;
J) Júlio Bruno Leite Júnior;
k) Geraldo Ângelo dos Santos;
l) Wellington Martins Nunes;
m) Cleysson Márcio Guimarães da Cunha
- Secretaria de Serviços Urbanos:
a) José Eustáquio de Campos;
b) Adriano Soares Pereira:
c) André Luiz de Souza Martins;,
d) Thais Machado Leite;
e) Fabíola Mara Moura;
- Secretaria de Saúde:
a) Francisco Diego Toledo Lima
b) José Geraldo Ferreira
c) Greide Souza Santos
d) Samanta Cristina Taveira
e) Viviane Ambrósio Passos
f) Cleuber Silva Andrade
g) George Moreira Costa
h) Andressa Silva Braga
i) Mariana de Vasconcelos Alves do Nascimento
j) Juliana Rodrigues Monteiro
k) Gilmar Junio Moraes
l) Valéria Ávila da Cruz
m) Thatiane Aparecida de Freitas Braz
n) Cláudia Marília Xavier Santos
o) Ermelino Hilário Martis
p) Isabela Farias Guedes Beserra
q) Kemerli Cristine do Santos
r) Vanessa Magalhães da Silva
s) Wilimare Conceição Tavares
t) Juraciara Rosália da Silva
u) Alice Selma Frade Silva
- Secretaria de Assistência Social:
a) Madrilane Aparecida Carvalho
- Secretaria de Meio Ambiente:
a) Ananda Andrade Braga
- Controladoria Interna:
a) Simone Torres Martins.
4) PROCURADORIA JURÍDICA:
a) Frederico Magalhães Pessoa.

5) Fundação Casa de cultura:

a) Ana Caroline Pena Souza.

-Demais Assessorias da Unidade Administrativa:

Próprio Gestor da Unidade Administrativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial à Portaria 447/2026.

João Monlevade, em 02 de Setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao segundo dia do mês de Setembro de 2026.
.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:FB84189E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 520/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA CHEFE DE SETOR - RA DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art.1° Nomear a servidora abaixo mencionada para assumir o cargo de Chefe de Setor - RA**,** no período de 08/09/2026 a 07/10/2026.

Carina das Graças Assis Silva, Matrícula 012333 em substituição de **Celma Lúcia Rodrigues, Matrícula 012317.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data do dia da sua publicação.

João Monlevade, em 02 de Setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no segundo dia do mês de Setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:563D2936

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 521/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que o servidor assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 01 de Setembro de 2026**, Eugênio Eufrosino da Silva, Matrícula 5906, do cargo efetivo de Motorista por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de Setembro de 2026.
..

João Monlevade, em 02 de Setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no segundo dia do mês de Setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:56546B6C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 522/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que o servidor assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 01 de Setembro de 2026**, Rúmia Lourdes de Souza Castro, Matrícula 3016, do cargo efetivo de Professor P6 - Anos Iniciais Ensino Fundamental por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de Setembro de 2026.
..

João Monlevade, em 02 de Setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no segundo dia do mês de Setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:F1669B38

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO EDITAL DO CONCORRÊNCIA Nº 000004/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Concorrência** nº **000004/2026**, Processo Administrativo nº **000057/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DA MALHA VIÁRIA URBANA, COM FOCO NA RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA CONHECIDA
COMO "TAPA-BURACO", com fornecimento de equipamentos, mão de obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
GCP LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - 50.528.528/0001-06 gcp.locacoes@gmail.com - (31) 3669-2335	2.822.006,69	2.116.080,48	705.926,21 Proveito (25,02%)
Totais	**2.822.006,69**	**2.116.080,48**	**705.926,21 Proveito (25,02%)**

João Monlevade, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:62384965

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 000004/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Concorrência** nº **000004/2026**, Processo Administrativo nº **000057/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DA MALHA VIÁRIA URBANA, COM FOCO NA RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA CONHECIDA
COMO "TAPA-BURACO", com fornecimento de equipamentos, mão de obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
GCP LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - 50.528.528/0001-06 gcp.locacoes@gmail.com - (31) 3669-2335	2.822.006,69	2.116.080,48	705.926,21 Proveito (25,02%)
Totais	2.822.006,69	2.116.080,48	705.926,21 Proveito (25,02%)

João Monlevade, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:DE3DA321

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 000004/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Concorrência** nº **000004/2026**, Processo Administrativo nº **000057/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DA MALHA VIÁRIA URBANA, COM FOCO NA RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA CONHECIDA
COMO "TAPA-BURACO", com fornecimento de equipamentos, mão de obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos.
LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
GCP LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - 50.528.528/0001-06 gcp.locacoes@gmail.com - (31) 3669-2335	2.822.006,69	2.116.080,48	705.926,21 Proveito (25,02%)
Totais	2.822.006,69	2.116.080,48	705.926,21 Proveito (25,02%)

João Monlevade, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:87CE33A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
12ª LISTA DE EMPRESAS CREDENCIADAS CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

12ª LISTA DE EMPRESAS CREDENCIADAS
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
Com base no termo de Credenciamento informamos que as empresas abaixo cumpriram todos os requisitos de Pré-Qualificação do Credenciamento, estando aptas a participarem dos Critérios de Distribuição de Serviços e a assinatura do futuro Contrato.
Esta Comissão, analisando os autos, constatou que a empresa que apresentou toda documentação exigida no Edital de Credenciamento Chamada Publica nº 004/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 008/2026, assim sendo está de acordo com o edital.
Esta Comissão fará a ordem de credenciamento de acordo com a cronologia das empresas que apresentaram a totalidade da documentação de habilitação.
Após análise dos documentos apresentados pelas empresas participantes deste certame, passamos a deliberar o quanto segue:
Resultado do credenciamento de serviços de Leiloeiro Público Oficial com comissão prefixado pela administração municipal, para alienação de bens móveis e/ou imóveis disponíveis do Município, de acordo com os critérios, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.
O resultado da pré-qualificação será publicado no sítio www.joaopinheiro.mg.gov.br, www.diariomunicipal.com.br e www.bnc.org.br
Credenciado/ Documentação:
68.923.181 EVERTON CRISTIANO E SILVA JUNIOR - Documentação: Completa

João Pinheiro, 08 de setembro de 2026.

NELSON MELO DA COSTA
Agente de Contratação

BRUNA BATISTA DO AMARAL FARIA

EULAIA APARECIDA VIDAL RODRIGUES

NILSON DE SOUZA ABADIA

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:6D16BB50

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA XII CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026
ATA XII - CREDENCIAMENTO/CHAMADA PÚBLICA, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, SANITIZAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MÁQUINAS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG, COMPREENDENDO VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, BEM COMO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, VISANDO À MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE, CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS COMPONENTES MECÂNICOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS.
Aos 08 dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e seis, o agente de contratação, legalmente constituído pela Portaria Municipal

nº 004/2026, analisou documentação e proposta apresentada, credenciamento de empresas especializadas para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de lavagem, sanitização e lubrificação de veículos automotores e máquinas pertencentes à frota oficial do Município de João Pinheiro/MG, compreendendo veículos leves, médios e pesados, bem como máquinas e equipamentos, visando à manutenção das condições adequadas de higiene, conservação e funcionamento dos componentes mecânicos de acordo com os critérios, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.
Apresentou as documentações e propostas para o credenciamento os proponentes:
68.923.181 EVERTON CRISTIANO E SILVA JUNIOR, inscrita no CNPJ nº. 68.923.181/0001-61, localizada à RUA MARIA FILOMENA, Nº 21, BAIRRO: ALVORADA, MUNICÍPIO DE JOÃO PINHERO – MG.

João Pinheiro/MG, 08 de setembro de 2026.

NELSON MELO DA COSTA
Agente de Contratação

Equipe de Apoio:

NILSON DE SOUZA ABADIA

BRUNA BATISTA DO AMARAL FARIA

EULAIA APARECIDA VIDAL RODRIGUES

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:AE943F16

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026 - DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 135/2026
Espécie: Contrato
Contratada: Supermercado Fast Compras Ltda.
Objeto: O objeto do presente instrumento de contrato é a aquisição de materiais de construção civil, com entrega parcelada, durante a vigência contratual, conforme solicitação expressa das secretarias demandante, para manutenção de obras e instalações de domínios públicos do Município de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: O presente contrato decorre da ata de Registro de Preços 002/2025, Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2025, aplicando-se subsidiariamente o que consta no Processo nº 141/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 267/2025 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 23.342,63 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos).
Dotação Orçamentária:
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
04.122.0402.2045. 3.3.90.30.00 Ficha: 171
04.122.1501.2027. 3.3.90.30.00 Ficha: 181
15.452.1501.2029. 3.3.90.30.00 Ficha: 216
15.452.1501.2033. 3.3.90.30.00 Ficha: 227
17.512.1701.2114. 3.3.90.30.00 Ficha: 249
26.782.2601.2032. 3.3.90.30.00 Ficha: 260
26.782.2601.2047. 3.3.90.30.00 Ficha: 270

Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente
04.122.2001.2078. 3.3.90.30.00 Ficha: 700
20.691.2201.2082. 3.3.90.30.00 Ficha: 738

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
13.122.1301.2458. 3.3.90.30.00 Ficha: 653
13.392.1301.2074. 3.3.90.30.00 Ficha: 676
27.812.2701.2065. 3.3.90.30.00 Ficha: 665
27.812.2701.2116. 3.3.90.30.00 Ficha: 668

Secretaria Municipal de Administração
04.122.0402.2009. 3.3.90.30.00 Ficha: 100

Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social
08.244.0801.2044. 3.3.90.30.00 Ficha: 761
08.244.0801.2709. 3.3.90.30.00 Ficha: 780
08.243.0802.2154. 3.3.90.30.00 Ficha: 819
08.122.0801.2088. 3.3.90.30.00 Ficha: 830
08.243.0801.2095. 3.3.90.30.00 Ficha: 805

Secretaria Municipal de Educação
12.122.0402.2113. 3.3.90.30.00 Ficha: 492
12.361.1202.2060. 3.3.90.30.00 Ficha: 508
12.365.1201.2054. 3.3.90.30.00 Ficha: 534
12.365.1201.2055. 3.3.90.30.00 Ficha: 547
12.361.1202.2110. 3.3.90.30.00 Ficha: 621

Secretaria Municipal de Saúde
10.122.1001.2034. 3.3.90.30.00 Ficha: 281
10.301.1002.2036. 3.3.90.30.00 Ficha: 300
10.302.1003.2699. 3.3.90.30.00 Ficha: 344
10.305.1004.2106. 3.3.90.30.00 Ficha: 376
10.301.1002.2697. 3.3.90.30.00 Ficha: 397
10.301.1002.2815. 3.3.90.30.00 Ficha: 408
10.302.1002.2946. 3.3.90.30.00 Ficha: 422
10.302.1003.2188. 3.3.90.30.00 Ficha: 451
10.302.1003.2699. 3.3.90.30.00 Ficha: 462
Vigência: De 21 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Hiasminhs
Código Identificador:816632F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026 - DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2025.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 139/2026
Espécie: Contrato
Contratada: O MUNDO DAS TINTAS E ACABAMENTOS LTDA EPP.
Objeto: O objeto do presente instrumento de contrato é a aquisição de materiais de construção civil, com entrega parcelada, durante a vigência contratual, conforme solicitação expressa das secretarias demandante, para manutenção de obras e instalações de domínios públicos do Município de João Pinheiro/MG**.**
Fundamentação: O presente contrato decorre da ata de Registro de Preços 002/2025, Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2025, aplicando-se subsidiariamente o que consta no Processo nº 141/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 267/2025 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 33.103,97 (trinta e três mil, cento e três reais e noventa e sete centavos).
Dotação Orçamentária:
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
04.122.0402.2045. 3.3.90.30.00 Ficha: 171
04.122.1501.2027. 3.3.90.30.00 Ficha: 181
15.452.1501.2029. 3.3.90.30.00 Ficha: 216
15.452.1501.2033. 3.3.90.30.00 Ficha: 227
17.512.1701.2114. 3.3.90.30.00 Ficha: 249
26.782.2601.2032. 3.3.90.30.00 Ficha: 260
26.782.2601.2047. 3.3.90.30.00 Ficha: 270

Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente
04.122.2001.2078. 3.3.90.30.00 Ficha: 700
20.691.2201.2082. 3.3.90.30.00 Ficha: 738

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

13.122.1301.2458. 3.3.90.30.00 Ficha: 653
13.392.1301.2074. 3.3.90.30.00 Ficha: 676
27.812.2701.2065. 3.3.90.30.00 Ficha: 665
27.812.2701.2116. 3.3.90.30.00 Ficha: 668

Secretaria Municipal de Administração
04.122.0402.2009. 3.3.90.30.00 Ficha: 100

Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social
08.244.0801.2044. 3.3.90.30.00 Ficha: 761
08.244.0801.2709. 3.3.90.30.00 Ficha: 780
08.243.0802.2154. 3.3.90.30.00 Ficha: 819
08.122.0801.2088. 3.3.90.30.00 Ficha: 830
08.243.0801.2095. 3.3.90.30.00 Ficha: 805

Secretaria Municipal de Educação
12.122.0402.2113. 3.3.90.30.00 Ficha: 492
12.361.1202.2060. 3.3.90.30.00 Ficha: 508
12.365.1201.2054. 3.3.90.30.00 Ficha: 534
12.365.1201.2055. 3.3.90.30.00 Ficha: 547
12.361.1202.2110. 3.3.90.30.00 Ficha: 621

Secretaria Municipal de Saúde
10.122.1001.2034. 3.3.90.30.00 Ficha: 281
10.301.1002.2036. 3.3.90.30.00 Ficha: 300
10.302.1003.2699. 3.3.90.30.00 Ficha: 344
10.305.1004.2106. 3.3.90.30.00 Ficha: 376
10.301.1002.2697. 3.3.90.30.00 Ficha: 397
10.301.1002.2815. 3.3.90.30.00 Ficha: 408
10.302.1002.2946. 3.3.90.30.00 Ficha: 422
10.302.1003.2188. 3.3.90.30.00 Ficha: 451
10.302.1003.2699. 3.3.90.30.00 Ficha: 462
Vigência: De 17 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Hiasminhs
Código Identificador:8B389DA6

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO Nº 143/2026 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 130/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 143/2026
Espécie: Contrato
Contratada: CONSÓRCIO SPA TRANSPORTES.
Objeto: Adesão a ata de registro de preços do convales para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar, através do menor preço por quilometragem diária, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas diretas/indiretas; fornecimento de veículos convencionais e adaptados, com combustível, condutor e manutenção corretiva e preventiva inclusa, para atender as necessidades dos municípios consorciados ao convales em atendimento a secretaria municipal de educação.
Fundamentação: O presente contrato decorre do Processo Licitatório 130/2026, Modalidade de Pregão Eletrônico nº 053/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 9.305.514,00 (nove milhões, trezentos e cinco mil, quinhentos e quatorze reais).
Dotação Orçamentária:
ficha dotação orçamentaria 2026 desdobramento
522 12.361.1202.2101 3. 3. 90. 39. 00 57
554 12.365.1201.2101 3. 3. 90. 39. 00 57
625 12.361.1202.2125 3. 3. 90. 39. 00 57
627 12.361.1202.2136 3. 3. 90. 39. 00 57
630 12.361.1202.2725 3. 3. 90. 39. 00 57
636 12.365.1201.2125 3. 3. 90. 39. 00 57
638 12.365.1201.2136 3. 3. 90. 39. 00 57
639 12.365.1201.2725 3. 3. 90. 39. 00 57
Vigência: De 31 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Hiasminhs
Código Identificador:6F629350

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECISÃO – RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

DECISÃO – RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026
ASSUNTO: Julgamento do Recurso Administrativo interposto pela empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP em face da não desclassificação da licitante VÉRTICE LICITA LTDA no item 53 — Resultado da diligência e decisão de mérito.
RECORRENTE: K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP — CNPJ nº 21.971.041/0001-03
RECORRIDA: VÉRTICE LICITA LTDA - CNPJ nº 59.993.209/0001-46
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes destinados ao aparelhamento e à manutenção das atividades das Secretarias Municipais.
I – RELATÓRIO
A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, por meio de seu Departamento de Compras e Licitações, conduz procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 041/2026, Processo Administrativo nº 098/2026, com a finalidade específica de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes destinados ao aparelhamento e à manutenção das atividades das Secretarias Municipais.
A sessão pública foi realizada no dia 03/08/2026, às 08h30, com a participação de diversas empresas, entre elas as ora envolvidas neste recurso.
Encerrada a sessão pública, foi aberto o prazo de 15 (quinze) minutos para que os licitantes manifestassem a intenção de interposição de recursos diretamente na plataforma, conforme preconiza o item "9" do Edital.
Dentro do prazo, a empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI manifestou sua intenção nos seguintes termos:
"A empresa arrematante não atende as especificações do edital, conforme iremos demonstrar em recurso."
Conforme registrado na plataforma BNC, o prazo para apresentação das razões recursais teve início em 24/08/2026, às 13h38min12s.
No dia 27/08/2026, às 18h39min03s, a empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI anexou à plataforma BNC o recurso referente ao item 53, com as seguintes alegações:
A Recorrente sustenta, em síntese, que o produto ofertado pela Recorrida (marca MLV) não possuiria certificação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), em desacordo com a especificação técnica constante do Termo de Referência, que exige "equipamento aprovado e certificado pelo INMETRO, quando exigido pela legislação vigente". Sustenta, ainda, que tal certificação constitui exigência legal cogente (Portaria INMETRO nº 157/2022 e Lei nº 9.933/1999), independentemente de previsão expressa no instrumento convocatório, invocando o dever de diligência do Pregoeiro (art. 64 da Lei nº 14.133/2021) e juntando prints de consulta ao portal PAM/INMETRO, nos quais não localizou registro para a marca ofertada.
Ao final, requereu:
"1. Desclassificar a licitante VÉRTICE LICITA LTDA no item 53 por desatendimento às especificações do edital e/ou legislação. 2. Que, para corroboração das informações, seja diligenciado junto ao IPEM local para fundamentar a decisão. 3. Em caso de negativa ao pleito recursal, que este seja encaminhado, devidamente informado, à Autoridade Superior, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021."
Das contrarrazões e da diligência
Instada a apresentar contrarrazões, a empresa Recorrida VÉRTICE LICITA LTDA não se manifestou nos autos, deixando de exercer a faculdade que lhe fora assegurada.
Foi instaurada diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para que a licitante VÉRTICE LICITA LTDA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, apresentasse o número da Portaria de Aprovação de Modelo (PAM) vigente junto ao INMETRO referente ao modelo

exato do produto ofertado no item 53, bem como catálogo e/ou ficha técnica capaz de comprovar o atendimento às especificações mínimas estabelecidas no edital.
Transcorrido o prazo fixado, a licitante notificada não se manifestou nos autos, tampouco apresentou qualquer documento capaz de sanar a irregularidade apontada pela Recorrente.
Ademais, em diligência complementar realizada por esta Pregoeira, não foi localizado registro da marca do produto ofertado junto ao sítio eletrônico oficial do INMETRO, o que impossibilitou a confirmação da regularidade metrológica do equipamento ofertado pela licitante VÉRTICE LICITA LTDA no item 53.
É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente Pregão Eletrônico é regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de modo que as decisões proferidas no âmbito deste processo licitatório têm fundamento na referida Lei e no Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026.
A inércia da licitante diante de diligência regularmente instaurada, com prazo razoável e comunicação inequívoca via sistema, opera em seu desfavor, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e do item 4.5 do Termo de Referência, que autorizam a Administração a exigir documentação complementar para aferição do atendimento às especificações técnicas, sob pena de desclassificação em caso de não comprovação.
A ausência de apresentação de contrarrazões reforça a presunção de veracidade dos fatos alegados pela Recorrente, na medida em que a parte diretamente interessada em contrapor os argumentos recursais optou por não exercer tal faculdade, não havendo, portanto, qualquer elemento nos autos capaz de infirmar as alegações da K.C.R.S.
Some-se a isso o fato de que a própria pesquisa realizada por esta Pregoeira junto ao sítio eletrônico oficial do INMETRO não permitiu localizar a marca do produto ofertado — circunstância que corrobora, ainda que não confirme de forma conclusiva, dada a impossibilidade de acesso irrestrito à base de dados oficial, os indícios de irregularidade já trazidos pela Recorrente, reforçando a inversão do ônus probatório em desfavor da licitante que, devidamente intimada, permaneceu inerte.
Não tendo a Recorrida comprovado o atendimento à exigência de certificação — cuja obrigatoriedade legal decorre da Portaria INMETRO nº 157/2022 e da Lei nº 9.933/1999 para instrumentos de pesagem destinados à conferência de gêneros alimentícios recebidos pela Administração Pública —, subsiste a irregularidade apontada, impondo-se a desclassificação da proposta.
Ademais, a manutenção da classificação de proposta em desacordo com especificação técnica obrigatória, mesmo após oportunidade de saneamento e de exercício do contraditório, violaria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia entre os licitantes, conforme fartamente fundamentado nas razões recursais.
O art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, determina que o julgamento do processo licitatório observará, entre outros, os princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, conforme se extrai de sua redação:
"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

III – DECISÃO

Diante do exposto, esta Pregoeira decide:

• **DAR PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP;
• **DESCLASSIFICAR** a licitante VÉRTICE LICITA LTDA no item 53 (Balança Eletrônica Digital), por descumprimento das especificações técnicas do edital, ausência de comprovação de certificação obrigatória junto ao INMETRO e inércia na diligência e no contraditório recursal, nos termos do art. 28 do Decreto Municipal nº 267/2025 c/c art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
• **CONVOCAR** a próxima licitante classificada no item 53, para prosseguimento regular da fase de aceitação e habilitação;
• **DAR CIÊNCIA** às partes interessadas do inteiro teor desta decisão.

Será publicado o presente nos sites www.bnc.org.br, http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/ e www.pncp.gov.br/app/editais.

João Pinheiro, 08 de setembro de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:E21564FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 659/2026

DECRETO N. 659/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019 no valor total de R$ 1.050,75 (mil e cinquenta reais e setenta e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Celso Albano de Souza	01.05.011.0004.000	IPTU	2019	1.050,75

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:70C6FBA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 660/2026

DECRETO N. 660/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2021 no valor total de R$ 934,44 (novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Delson Pereira Andrade	01.09.002.0008.000	IPTU	2021	934,44

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:6BF0A5AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 661/2026

DECRETO N. 661/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 7.447,18 (sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Maria Diomar Ferreira de Araujo	01.01.034.0026.000	IPTU	2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	7.447,18

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:0A70BB09

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 662/2026

DECRETO N. 662/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2018 e 2020 no valor total de R$ 1.462,05 (mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Flavio Henrique Dornelas de Sales	01.09.418.0013.000	IPTU	2016, 2017, 2018 e 2020	1.462,05

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2967986D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 663/2026

DECRETO N. 663/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 3.210,49 (três mil, duzentos e dez reais e quarenta e nove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Gumercindo Pedro da Silva	01.02.004.0010.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	3.210,49

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:761A1D81

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 664/2026

DECRETO N. 664/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n.

20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 4.021,19 (quatro mil, vinte e um reais e dezenove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Edison Guedes da Silva Neiva	01.08.037.0003.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	4.021,19

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:31BB6662

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 665/2026

DECRETO N. 665/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.071,69 (mil, setenta e um reais e sessenta e nove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Dirceu Gaspar de Castro	01.08.310.0016.000	IPTU	2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.071,69

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:C957F3D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 666/2026

DECRETO N. 666/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 no valor total de R$ 2.303,86 (dois mil, trezentos e três reais e oitenta e seis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Juliana Barbosa	01.08.309.0008.000	IPTU	2010, 2011, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020	2.303,86

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:51A40125

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 667/2026

DECRETO N. 667/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 e 2021 no valor total de R$ 638,07 (seiscentos e trinta e oito reais e sete centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Pedro Jaime Pereira	01.08.121.0006.000	IPTU	2020 e 2021	638,07

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:C87D1D15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 668/2026

DECRETO N. 668/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2015, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 5.248,26 (cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Rubia Cristina da Silva	01.01.052.0006.000	IPTU	2015, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	5.248,26

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:8F59D81E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 670/2026

DECRETO N. 670/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019 e 2020 no valor total de R$ 1.126,38 (mil, cento e vinte e seis reais e trinta e oito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Luiz Ricardo Lima Pinto	01.04.109.0012.000	IPTU	2018, 2019 e 2020	1.126,38

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2E8B0D27

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 671/2026

DECRETO N. 671/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 e 2021 no valor total de R$ 4.988,99 (quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Luciana Maria de Andrade	01.02.309.0012.000	IPTU	2020 e 2021	4.316,29
Luciana Maria de Andrade	01.09.424.0013.000	IPTU	2020 e 2021	672,70

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:A785DEE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 673/2026

DECRETO N. 673/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 no valor total de R$ 947,45 (novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Osmar Pereira da Silva	01.05.014.0016.006	IPTU	2020	947,45

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:AC7F6AA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 674/2026

DECRETO N. 674/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,
DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.668,09 (mil, seiscentos e sessenta e oito reais e nove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Carlos Roberto Pimenta	01.09.415.0021.000	IPTU	2016, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.668,09

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E0DC2D3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 675/2026

DECRETO N. 675/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 no valor total de R$ 702,54 (setecentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Zalico Gabriel da Silva	01.08.306.0015.000	IPTU	2020	166,03
Zalico Gabriel da Silva	01.08.306.0016.000	IPTU	2020	166,03
Zalico Gabriel da Silva	01.08.310.0013.000	IPTU	2020	370,48

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:06611A48

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 676/2026

DECRETO N. 676/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.450,46 (mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
José Francisco de Assis	01.04.106.0010.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	1.450,46

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:560736FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 681/2026

DECRETO N. 681/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019 no valor total de R$ 353,53 (trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Giovani da Costa Madureira	01.09.411.0004.000	IPTU	2019	353,53

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:7B2B15E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 682/2026

DECRETO N. 682/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,
DECRETA:
Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 3.124,81 (três mil, cento e vinte quatro reais e oitenta e um centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Juliano Soares de Oliveira	01.01.046.0018.000	IPTU	2019, 2020 e 2021	3.124,81

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:B00D7686

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 683/2026

DECRETO N. 683/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 4.872,36 (quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Jose Valdeci Pego dos Santos	01.01.069.0050.000	IPTU	2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	4.872,36

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:1CFEC5BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 684/2026

DECRETO N. 684/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 5.126,08 (cinco mil, cento e vinte e seis reais e oito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Herculano Henrique Rodrigues da Costa Silva	01.08.217.0002.000	IPTU	2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	5.126,08

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:ACBED66C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 685/2026

DECRETO N. 685/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.743,26 (mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e seis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Vicente Paulo Fernandes Nascimento	01.04.113.0013.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.743,26

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:B782912A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 686/2026

DECRETO N. 686/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018 no valor total de R$ 1.724,67 (mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Marcio Antonio dos Santos	01.02.043.0026.000	IPTU	2018	1.724,67

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:5B60AE75

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 687/2026

DECRETO N. 687/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2021 no valor total de R$ 325,48 (trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Silverio Lourenço do Nascimento	01.08.173.0008.000	IPTU	2021	325,48

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:796B60AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 688/2026

DECRETO N. 688/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 2.203,74 (dois mil, duzentos e três reais e setenta e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Eduardo Ribeiro da Silva	01.08.222.0012.000	IPTU	2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	2.203,74

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:28D2CB99

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 689/2026

DECRETO N. 689/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.749,51 (mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Lidiane Cordeiro dos Santos	01.05.109.0009.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.749,51

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:BAF7E3DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 690/2026

DECRETO N. 690/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.758,44 (mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Julio Cesar Nunes do Nascimento	01.04.110.0006.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.758,44

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:978BC0B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 691/2026

DECRETO N. 691/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 2.530,93 (dois mil, quinhentos e trinta reais e noventa e três centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Giovani Almeida Souto	01.04.112.0002.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	1.451,26
Giovani Almeida Souto	01.08.220.0007.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	1.079,67

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:73F67C63

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 693/2026

DECRETO N. 693/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2020 no valor total de R$ 920,79 (novecentos e vinte reais e setenta e nove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Geraldo Felix de Oliveira	01.08.048.0008.000	IPTU	2020	478,25
Geraldo Felix de Oliveira	01.09.413.0001.000	IPTU	2020	442,54

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:26B34706

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 694/2026

DECRETO N. 694/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.746,35 (mil, setecentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Vanilde Vieira de Souza	01.05.118.0010.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.746,35

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2D776770

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 695/2026

DECRETO N. 695/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 3.908,99 (três mil, novecentos e oito reais e noventa e nove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Fernando Amaral Rodrigues	01.08.302.0024.000	IPTU	2016, 2018, 2019, 2020 e 2021	3.908,99

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:60EA9F2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 696/2026

DECRETO N. 696/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 2.168,75 (dois mil, cento e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Guilherme Gomes da Silva	01.03.025.0004.000	IPTU	2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	2.168,75

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3B2E99CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 707/2026

DECRETO N. 707/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017 no valor total de R$ 766,90 (setecentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Renato Luciano Ferreira da Costa	01.02.053.0015.000	IPTU	2017	766,90

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 02 de setembro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:CE2EA30B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 713/2026

DECRETO N. 713/2026

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026, EM VIRTUDE DAS COMEMORAÇÕES DO 115º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o dia **10 de setembro** é a data comemorativa do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de João Pinheiro/MG;

CONSIDERANDO a realização das festividades comemorativas do **115º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de João Pinheiro**;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de estabelecer ponto facultativo no dia subsequente às comemorações oficiais, sem prejuízo da continuidade dos serviços públicos essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **Ponto Facultativo Municipal** no dia **11 de setembro de 2026 (sexta-feira)**, em todas as repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta do Município de João Pinheiro/MG, em razão das comemorações alusivas ao **115º aniversário de emancipação político-administrativa do Município**, celebrado no dia **10 de setembro de 2026**.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos serviços públicos considerados essenciais ou àqueles que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, especialmente os serviços de **saúde, limpeza urbana e demais serviços cuja continuidade seja indispensável ao atendimento da população**, cabendo aos respectivos órgãos e Secretarias estabelecer escala de funcionamento e plantão.

Art. 2º Os titulares dos órgãos e Secretarias Municipais deverão adotar as providências necessárias para assegurar a manutenção dos serviços essenciais e daqueles que não possam sofrer interrupção em razão de sua natureza.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 03 de setembro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:A1239CC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2026

1 – DO OBJETO: O processo tem como objeto a aquisição de insumos específicos TauroLock HEP 500 e TauroLock Uroquinase 25.000 UI, destinados à utilização nos procedimentos de hemodiálise realizados pela Clínica de Hemodiálise Denílson Honório da Silva, visando à manutenção da permeabilidade dos cateteres venosos centrais utilizados pelos pacientes em tratamento renal substitutivo.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Fica inexigível a licitação referente ao Termo de Fomento em conformidade com os arts: 74, inciso I da Lei nº 14.133/2021, citada a baixo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Requisitos estes que se encontram atendidos, na presente contratação, senão vejamos:

3 – DAS JUSTIFICATIVAS DO OBJETO
Restou apresentada pela Secretária Municipal de Saúde Sra. Patrícia Helena da Silva, justificativa da necessidade que tem como objetivo a aquisição de insumos específicos TauroLock HEP 500 e TauroLock Uroquinase 25.000 UI, destinados à utilização nos procedimentos de hemodiálise realizados pela Clínica de Hemodiálise Denílson Honório da Silva, a presente aquisição fundamenta-se na necessidade de fornecimento de insumos específicos para manutenção da permeabilidade dos cateteres venosos centrais utilizados nos procedimentos de hemodiálise realizados pela Clínica de Hemodiálise Denílson Honório da Silva. A disponibilidade dos insumos TauroLock HEP 500 e TauroLock Uroquinase 25.000 UI é necessária para assegurar a continuidade, a segurança e a regularidade do tratamento dos pacientes em terapia renal substitutiva, reduzindo riscos de obstrução dos cateteres, interrupções nas sessões e necessidade de intervenções corretivas. A necessidade da aquisição também encontra respaldo em relatório técnico emitido pela médica responsável pela Clínica de Hemodiálise Denílson Honório da Silva, no qual foi demonstrada a finalidade assistencial dos insumos e sua utilização na manutenção da funcionalidade dos cateteres venosos centrais, especialmente em situações de disfunção com suspeita de trombose intraluminal, e que o fornecimento dos insumos ocorre por meio de representante autorizado com exclusividade em todo território Brasileiro, foi apresentada pela empresa DIALISE COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 11.407.854/0001-03, carta de exclusividade emitida pela detentora do registro sanitário, comprovando sua condição de fornecedora autorizada para comercialização dos insumos.
Quanto à exclusividade do serviço fica demonstrado que o mesmo atende ao requisito do Artigo 74, inciso I da Lei 14.133/2021, através da apresentação da carta de exclusividade.

4 – DO PREÇO, PRAZO E DOTAÇÃO:
O preço proposto para contratação é o valor total de R$ 36.150,00 (trinta e seis mil cento e cinquenta reais).

Dotação:
Dotação Orçamentaria: 10.302.10.03.2699 3.3.90.30.00 Ficha: 344

5 – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, nota-se que a contratação pretendida em momento algum desatenderá os requisitos legais e, muito menos, os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

Partindo, agora à análise do caso concreto apresentado pela municipalidade, após o minucioso exame da documentação apresentada, pode-se inferir tratar-se de inexigibilidade de licitação, com fulcro no Art. 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerando a finalidade do pedido, sua justificativa, este Agente de Contratação classifica o processo como de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Art. 74, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência do contrato é até 31/12/2026.

Encaminhando, todas as peças para analise do Setor Jurídico que opinará sobre a legalidade da contratação pelo procedimento acima.

João Pinheiro/MG, 08 de setembro de 2026.

JOSEANE MENDES DE ANDRADE
Agente de Contratação

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:B1840E1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 246/2026

PORTARIA N. 246/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **NIVEA VELOSO GONÇALVES**, cargo efetivo de professor de ensino básico, matricula nº 9681, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 21/07/2021 a 19/07/2026, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 19 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E5AB75AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 256/2026

PORTARIA N. 256/2026

CASSA, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES (LIP), CONCEDIDA A SERVIDOR QUE INDICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a Portaria nº 439/2025, que concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares (LIP), sem remuneração, no período de 1º de outubro de 2025 a 30 de setembro de 2027, de conformidade com o Art. 138 da Lei Complementar Municipal nº 048/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Cassar, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao servidor **NATHAN LINCON PRADO ARAÚJO**, matrícula nº 17198, Oficial de Serviços Públicos (Lanterneiro).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 26 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E2FF4DE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 257/2026

PORTARIA N. 257/2026

EXONERA SERVIDORA DAS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO QUE INDICA, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Gláucon Cézar Cardoso, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora, **MAISA CRISTINA CAIXETA**, titular da matrícula funcional nº 16975, ocupante do cargo de Técnico de Nível Superior em Saúde (Nutricionista).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro - MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:8141C95B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 258/2026

PORTARIA N. 258/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro - MG, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à Servidora, Sra. **BRUNA DA SILVA VAZ**, matrícula funcional nº 13196, ocupante do cargo público de Apoio Técnico Pedagógico (Supervisor), 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Maternidade, a contar de 24/08/2026 a 19/02/2027, à vista de atestado médico datado do dia 08 de agosto de 2026, firmado pelo Dr. Paulo Afonso G. Cruzeiro, CRM-MG 22163, em conformidade com o Art. 131 da Lei Complementar Municipal n. 048/12.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:493011F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 259/2026

PORTARIA N. 259/2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no art. 106 da Lei Complementar n. 048/2012, e

Considerando que a Servidora **SUELI LEMOS DE SOUSA**, titular da matrícula funcional n. 13509, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Públicos (Operário), conta com período aquisitivo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal, compreendido entre 13/04/2015 a 10/04/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **SUELI LEMOS DE SOUSA,** nos termos do artigo 106 da Lei Complementar n. 048/2012, três meses de férias prêmio, a serem usufruídos no período de 01/09/2026 até 29/11/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:CCA65FA1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 261/2026

PORTARIA N. 261/2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no art. 106 da Lei Complementar n. 048/2012, e

Considerando que a Servidora **MARIA APARECIDA DE SOUZA**, titular da matrícula funcional n. 1929, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Programa de Alimentação, conta com período aquisitivo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal, compreendido entre 01/10/2019 a 28/09/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **MARIA APARECIDA DE SOUZA,** nos termos do artigo 106 da Lei Complementar n. 048/2012, três meses de férias prêmio, a serem usufruídos no período de 01/10/2026 até 29/12/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:F9D51D86

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 262/2026

PORTARIA N. 262/2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no art. 106 da Lei Complementar n. 048/2012, e

Considerando que a Servidora **ANA PAULA SOUSA SILVA**, titular da matrícula funcional n. 17067, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Nível Superior em Saúde (Fisioterapeuta), conta com período aquisitivo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal, compreendido entre 01/04/2020 a 29/03/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora **ANA PAULA SOUSA SILVA,** nos termos do artigo 106 da Lei Complementar n. 048/2012, três meses de férias prêmio, a serem usufruídos no período de 25/10/2026 até 22/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E51CA85D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 263/2026

PORTARIA N. 263/2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no art. 106 da Lei Complementar n. 048/2012, e

Considerando que a Servidora **ROSIANE ANIZIANA RODRIGUES DE SÁ**, titular da matrícula funcional n. 17017, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, conta com período aquisitivo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal, compreendido entre 02/03/2020 a 28/02/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora **ROSIANE ANIZIANA RODRIGUES DE SÁ,** nos termos do artigo 106 da Lei Complementar n. 048/2012, três meses de férias prêmio, a serem usufruídos no período de 1º/09/2026 até 29/11/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:5690EC42

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 264/2026

PORTARIA N. 264/2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no art. 106 da Lei Complementar n. 048/2012, e

Considerando que a Servidora **REGIANE APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA**, titular da matrícula funcional n. 5082, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Públicos (Gari), conta com

período aquisitivo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal, compreendido entre 17/08/2013 a 15/08/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora **REGIANE APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA,** nos termos do artigo 106 da Lei Complementar n. 048/2012, três meses de férias prêmio, a serem usufruídos no período de 1º/10/2026 até 29/12/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 31 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:C8A154D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 265/2026

PORTARIA N. 265/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 449/2025, CELEBRADO COM A EMPRESA TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelecem a necessidade de acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos por representante(s) da Administração especialmente designado(s);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento da execução do Contrato nº 449/2025, celebrado entre o Município de João Pinheiro e a empresa TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, cujo objeto compreende o gerenciamento da frota de veículos do Município, abrangendo o abastecimento de combustíveis por meio de rede credenciada e sistema de cartões, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo serviços, peças e demais componentes necessários, por meio de rede de estabelecimentos credenciados;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização dos abastecimentos realizados pelos veículos da frota municipal, bem como dos serviços de manutenção preventiva e corretiva executados pelas oficinas e demais estabelecimentos credenciados;

CONSIDERANDO que a fiscalização contratual constitui instrumento de controle da execução do objeto contratado, devendo ser exercida de forma diligente, documentada e compatível com as atribuições legalmente estabelecidas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **EDSON HENRIQUE DA SILVA RIBEIRO,** ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 449/2025, celebrado entre o Município de João Pinheiro/MG e a empresa TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, sem prejuízo das atribuições ordinárias de seu cargo.

Art. 2º Compete ao servidor designado acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referido no art. 1º, observados os limites de sua atuação e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

I – acompanhar a execução do objeto contratual, verificando sua conformidade com as condições, especificações e obrigações estabelecidas no contrato e em seus respectivos instrumentos;

II – acompanhar e fiscalizar os abastecimentos realizados pelos veículos da frota municipal, verificando, dentro das possibilidades de sua atuação, a regularidade das operações e sua compatibilidade com os registros constantes do sistema de gerenciamento da frota;

III – acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados pelas oficinas e demais estabelecimentos credenciados, verificando, sempre que possível, a correspondência entre a solicitação, a autorização, o serviço efetivamente realizado, as peças e componentes empregados e os respectivos registros no sistema;
IV – acompanhar, dentro de suas atribuições, a execução dos serviços e fornecimentos decorrentes do contrato, verificando sua compatibilidade com as autorizações emitidas e com as condições estabelecidas no instrumento contratual;

V – manter registro das ocorrências relacionadas à execução contratual que sejam relevantes para o acompanhamento e fiscalização do objeto;

VI – comunicar formalmente ao gestor do contrato ou à autoridade competente a ocorrência de fatos que possam comprometer a adequada execução do contrato, inclusive irregularidades, divergências, atrasos, falhas ou descumprimentos contratuais;

VII – solicitar, quando necessário, esclarecimentos e informações aos responsáveis pela execução dos serviços, às oficinas e aos estabelecimentos credenciados, encaminhando ao gestor do contrato ou à autoridade competente as questões que demandem providências administrativas;

VIII – acompanhar a correção de eventuais irregularidades identificadas, registrando as providências adotadas para sua regularização;

IX – comunicar, com a devida antecedência, situações que possam comprometer a continuidade ou a adequada execução do objeto contratado;

X – manter os registros e documentos necessários à comprovação do acompanhamento da execução contratual, observadas as rotinas administrativas estabelecidas pelo Município;

XI – desempenhar outras atividades inerentes à fiscalização do contrato que sejam compatíveis com suas atribuições e que lhe sejam formalmente determinadas pela autoridade competente.

Art. 3º O Fiscal do Contrato deverá exercer suas atribuições de forma diligente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, segregação de funções, interesse público e demais princípios aplicáveis à Administração Pública, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 4º A atuação do Fiscal do Contrato não compreende a prática de atos de competência exclusiva da autoridade competente, do gestor do contrato ou de outros agentes públicos responsáveis pelos procedimentos administrativos, financeiros, orçamentários ou decisórios relacionados à contratação.

Parágrafo único. O Fiscal do Contrato deverá comunicar ao gestor do contrato ou à autoridade competente os fatos que demandem decisão, aplicação de sanção, alteração contratual, adoção de medidas administrativas ou qualquer outra providência que ultrapasse suas atribuições de acompanhamento e fiscalização.
Art. 5º O Fiscal do Contrato poderá solicitar aos órgãos e setores competentes do Município as informações, documentos e apoio técnico necessários ao adequado desempenho de suas atribuições.

Art. 6º O servidor designado deverá comunicar imediatamente ao gestor do contrato ou à autoridade competente eventual situação que possa caracterizar conflito de interesses, impedimento ou comprometimento de sua atuação como fiscal, para adoção das providências cabíveis.

Art. 7º A fiscalização exercida pelo servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada pela perfeita execução do objeto, tampouco afasta a responsabilidade dos demais agentes públicos envolvidos na gestão e execução do contrato, cada qual no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 8º O exercício da função de Fiscal do Contrato ocorrerá sem prejuízo das atribuições próprias do cargo efetivo ocupado pelo servidor, não implicando alteração de seu regime jurídico ou incorporação de qualquer vantagem remuneratória, salvo disposição legal específica.

Art. 9º Fica revogada eventual designação anterior que disponha em sentido contrário relativamente à fiscalização do Contrato nº 449/2025.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 03 de setembro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:0E7EF2B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 027/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026

Considerando a correta instrução processual do procedimento administrativo em epígrafe e o constante na Declaração de Inexigibilidade de Licitação **027/2026**, que trata da contratação da **empresa, DIALISE COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 11.407.854/0001-03**, situada à Rua Araponga, nº 579, Galpão 01 Quadra 02 lote 11, bairro: Pitangueiras, – Lauro de Freitas-BA – CEP 42.701-330. O preço proposto para contratação, perfazendo o valor global de **R$ 36.150,00 (trinta e seis mil cento e cinquenta reais)**. A presente contratação tem por finalidade, contratação de empresa exclusiva para aquisição de insumos específicos TauroLock HEP 500 e TauroLock Uroquinase 25.000 UI, destinados à utilização nos procedimentos de hemodiálise realizados pela Clínica de Hemodiálise Denílson Honório da Silva, visando à manutenção da permeabilidade dos cateteres venosos centrais utilizados pelos pacientes em tratamento renal substitutivo, conforme carta de exclusividade emitida pela detentora do registro sanitário em nome da empresa **TAUROVITA COMERCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI - EPP**, CNPJ nº **10.661.826/0001-55**. O prazo de vigência do contrato é até 31/12/2026. Dotação orçamentária: 10.302.10.03.2699 3.3.90.30.00 Ficha: 344, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros casos. **RATIFICO** o referido Processo de Inexigibilidade de Licitação bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à contratação do objeto em epígrafe.

João Pinheiro, 08 de setembro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joseane Mendes de Andrade
Código Identificador:DB2B55E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 033/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026

APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 033/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026

• **PARTÍCIPES:** Município de Lagoa da Prata e a Banda de Música Lira de São Carlos

• **OBJETO DO APOSTILAMENTO:** Correção de erro material de digitação verificado no preâmbulo do Termo de Fomento nº 033/2026, retificando-se o endereço de sede da Organização da Sociedade Civil.

• **ONDE SE LÊ:** "...e a Banda de Música Lira de São Carlos inscrita(o) no CNPJ sob nº 01.647.732/0001-30 com sede na rua Teodoro Pedrosa, 380 letra A, Bairro Chico Miranda..."
• **LEIA-SE:** "...e a Banda de Música Lira de São Carlos, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.732/0001-30, com sede na Rua Coronel Rodolfo Bernardes, nº 121, Bairro Santa Helena..."

• **RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento nº 033/2026 não alteradas por este instrumento.

Lagoa da Prata, 04 de setembro de 2026

MARCO REGULATÓRIO

Publicado por:
Ivana Dalvani Campos de Almeida Freitas
Código Identificador:E6CE8C21

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO A CELEBRAÇÃO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2026) COM A ASSOCIAÇÃO SARA APARECIDA-ASA.

O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA torna público a celebração Termo de Fomento nº 005/2026 (processo administrativo 007/2026) com a ASSOCIAÇÃO SARA APARECIDA-ASA. Chamamento Público Dispensado nos termos do artigo 29 da lei 13019/2014, por se tratar de Emenda Impositiva.
Objeto: "Formalização de parceria entre a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG e a Associação Sara Aparecida, visando ampliar o espaço físico e diversificar as atividades ofertadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos através da construção de uma quadra de esportes. Emenda Parlamentar Impositiva 011-2026 ao Projeto de Lei nº 191/2025", conforme Plano de Trabalho autorizado."
Vigência: 10/09/2026 a 09/03/2027.
Valor do Repasse: R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco reais)
Dotação Orçamentária:
04.004.08.243.0410.7.026.4.4.50.42

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026

MARCO REGULATÓRIO

Publicado por:
Ivana Dalvani Campos de Almeida Freitas
Código Identificador:74F7CBE3

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO A CELEBRAÇÃO TERMO DE FOMENTO Nº 042/2026 (PRC 049/2026) COM O ROTARY CLUB DE LAGOA DA PRATA PRINCESA DO OESTE

O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA torna público a celebração Termo de Fomento nº 042/2026 (prc 049/2026) com o ROTARY CLUB DE LAGOA DA PRATA PRINCESA DO OESTE. Chamamento Público. Dispensado nos termos do artigo 29 da lei 13019/2014, por se tratar de Emenda Impositiva.
Objeto: "Formalização de parceria entre a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata e o Rotary Club de Lagoa da Prata Princesa do Oeste, através da Secretaria Municipal de Saúde, visando promover a saúde por meio da aquisição e montagem de armários e aquisição de novos itens ortopédicos e hospitalares. Emenda Parlamentar impositiva nº 032-2026 ao projeto de Lei nº 191/2025", conforme plano de trabalho aprovado.
Vigência: 11/09/2026 a 10/04/2026.
Valor do Repasse: R$ 146.455,00 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco centavos).
Dotação Orçamentária:
12.003.10.302.1207.7.017.4.4.50.42
Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026

MARCO REGULATÓRIO

Publicado por:
Ivana Dalvani Campos de Almeida Freitas
Código Identificador:6C7E24AC

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº 4.456/2026

LEI Nº 4.456, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 798.850,74.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 798.850,74 (setecentos e noventa e oito mil e oitocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1207.8038 – Gestão dos Estabelecimentos Prestadores dos Serviços de Saúde – MA/C
335039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....……R$ 798.850,74

Total.....……...R$ 798.850,74

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.301.1202.8034 – Gestão das Unidades de Atenção Primária à Saúde
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…… R$ 348.850,74
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.302.1203.8035 – Gestão das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade
339034 – Outras Desp. de Pessoal Decor. de Contratos de Terceirização……...R$ 150.000,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....……..…R$ 100.000,00
12.003 – Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Saúde
10.303.1204.8028 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
339032 – Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita.....……..R$ 100.000,00
12.004 – Secretaria Municipal de Saúde – Gestão das Vigilâncias em Saúde
10.304.1205.8036 – Gestão da Vigilância em Saúde
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……R$ 100.000,00

Total..... …….R$ 798.850,74

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 08 de Setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:B780B853

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº 4.457/2026

LEI Nº 4.457, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.166.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 2.166.000,00 (dois milhões cento e sessenta e seis mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....…...R$ 283.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 353.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0802.4037 – Manutenção dos Cemeis
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 530.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 980.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0805.4045 – Manutenção do Cemae
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....…...R$ 20.000,00

Total.....……...R$ 2.166.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão utilizados os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Rubrica 2.4.2.2.51.0.1.00.00 – Transferências de Convênios dos Estados destinados a Programas de Educação, provenientes do Convênio nº 1261002965/2026/SEE no valor de R$ 2.000.000,00. (Dois milhões de reais). Bem como serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 19.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 - Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 30.000,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…...R$ 70.000,00

319013 – Obrigações Patronais.....…….....R$ 30.000,00
319019 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…...R$ 17.000,00

Total.....….....R$ 2.166.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:BD636F20

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº 4.458/2026

LEI Nº 4.458, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 814.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 814.000,00 (oitocentos e quatorze mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
339030 – Material de Consumo.....….....R$ 7.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 15.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....….....R$ 120.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....….....R$ 95.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0802.4037 – Manutenção dos Cemeis
339030 – Material de Consumo.....…….R$ 43.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
339030 – Material de Consumo.....….....R$ 189.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 345.000,00

Total.....…….R$ 814.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

08.001 – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete da Secretaria de Educação
12.122.0301.4094 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
339035 – Serviços de Consultoria.....……..R$ 10.000,00
339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.....……R$ 5.000,00
449051 – Obras e Instalações.....…….R$ 10.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4032 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura do Ensino Fundamental
449051 – Obras e Instalações.....…….....R$ 147.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.361.0801.4033 – Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....……..R$ 10.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……R$ 60.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…….....R$ 40.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…….....R$ 25.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 507.000,00

Total.....……..R$ 814.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:F5A9D4C5

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº 4.459/2026

LEI Nº 4.459, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 40.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria de Administração e Governo
04.122.0301.4019 – Manutenção dos Serviços de Informática - CPD
339030 – Material de Consumo.....……...R$ 40.000,00

Total.....…….....R$ 40.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior:

Total.....…….....R$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:85092E74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
ERRATA – AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

O Município de , por meio da Secretaria Municipal de , torna pública a seguinte correção referente à publicação do Aviso de Licitação na Modalidade pregão Eletrônico nº 024/2026, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, PARA MANUTENÇÃO DE SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08 de setembro de 2026.

Onde se lê:

"Pregão Eletrônico - Nº 67/2026
Processo: 340/2026."

Leia-se:

"Pregão Eletrônico - Nº 024/2026
Processo: 094/2026"

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na publicação original.

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Pregoeiro

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:34771222

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PÚBLICO NOVA DATA DE A ABERTURA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 057/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 211/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ESTRUTURAÇÃO E APARELHAMENTO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO), EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 8.436/2022.

NOVA DATA DE ABERTURA: 22/09/2026 ÀS 08h30

O edital na sua integra e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 09/09/2026 no site www.lagoadaprata.mg.gov.br e na palataforma www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 08 DE SETEMBRO DE 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:49EC175C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 66/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 339/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DESTNADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SETOR DE OTORRINOLARINGOLOGIA DO CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS DE LAGOA DA PRATA.

DATA DE ABERTURA: 14/09/2026 ÀS 10h00
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 08/ de setembro de 2026.

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:04264EFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 69/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 342/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS E PELÍCULAS TIPO INSULFILME EM SUPERFÍCIES DE VIDRO DO CENTRO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DATA DE ABERTURA: 16/09/2026 ÀS 10h00
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:A671C1F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 68/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 341/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, VINCULADO Á SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

DATA DE ABERTURA: 18/09/2026 ÀS 08h30
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:0769A611

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA ELETRONICA Nº 62/2026 - PRC 328/2026

O PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, HOMOLOGA, ADJUDICA E RATIFICA A **DISPENSA ELETRONICA Nº 62/2026,** NOS TERMOS DO ARTIGO 75 II, DA LEI 14.133/2021, JUNTO À EMPRESA **WILLIAM CESAR DA MOTA - 21.890.531/0001-77 NO VALOR DE R$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS)**,VISANDO A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL CEL. JOSÉ VITAL., **CONFORME PROCESSO N°: 328/2026.**

Lagoa da Prata, 08 de Setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:CF83DD6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026- PROCESSO: 314/2026.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICA** a Dispensa de Licitação **n° 25/2026,** nos termos do Artigo 75 Xl, da Lei 14.133/2021, junto ao **Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP,** inscrita sob o CNPJ**: 05.802.877/0001-10,** cujo objeto trata-se **Contratação de solução tecnológica de Muralha Digital e Cercamento Eletrônico, contemplando fornecimento, instalação, configuração, integração e manutenção de equipamentos, câmeras e softwares de monitoramento, destinada ao controle e vigilância de acessos urbanos e apoio às ações de segurança pública municipal, a ser viabilizada mediante celebração de Contrato de Programa com o Instituto de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP..** No valor de **R$ 4.559.945,06** (Quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme Processo **nº: 314/2026.**

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito de Lagoa da Prata

Publicado por:
Claudio
Código Identificador:40D6DC8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026- PROCESSO: 314/2026.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais **RATIFICA,** a Dispensa de Licitação **n° 25/2026,** nos termos do Artigo 75 Xl, da Lei 14.133/2021, junto ao **Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP,** inscrita sob o CNPJ**: 05.802.877/0001-10,** cujo objeto trata-se da **Contratação de solução tecnológica de Muralha Digital e Cercamento Eletrônico, contemplando fornecimento, instalação, configuração, integração e manutenção de equipamentos, câmeras e softwares de monitoramento, destinada ao controle e vigilância de acessos urbanos e apoio às ações de segurança pública municipal, a ser viabilizada mediante celebração de Contrato de Programa com o Instituto de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP..** No valor de **R$ 4.559.945,06** (Quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), conforme Processo **nº: 314/2026.**

Lagoa da Prata, 08 de setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES

Publicado por:
Claudio
Código Identificador:B474E261

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10, através da Comissão de Licitações, torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 052/2026 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº 007/2026, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, CONSERVAÇÃO, REPAROS, ADAPTAÇÕES, RECUPERAÇÃO E PEQUENAS INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO EM BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NAS ESPECIALIDADES DE PEDREIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS, PINTOR, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ELETRICISTA, MARCENEIRO/CARPINTEIRO, SERRALHEIRO, CAPINA E ROÇADA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações RATIFICADO em favor dos licitantes que abaixo se descreve:

13.674.483 CARLOS ANDRÉ ALVES DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº **13.674.483/0001-51**, neste ato representada por **Carlos André Alves de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº ***.838.188-**, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 86, Bairro Centro, Lagoa dos Patos/MG, conforme proposta e documentos anexos.

Conforme extrato acima, publicado no quadro de avisos oficial da Prefeitura Municipal, site oficial (https://www.lagoadospatos.mg.gov.br/) no dia 03 de setembro de 2026.

Valéria Tamires Soares
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 052/2026
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO nº 007/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, CONSERVAÇÃO, REPAROS, ADAPTAÇÕES, RECUPERAÇÃO E PEQUENAS INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO EM BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NAS ESPECIALIDADES DE PEDREIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS, PINTOR, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ELETRICISTA, MARCENEIRO/CARPINTEIRO, SERRALHEIRO, CAPINA E ROÇADA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DOS PATOS/MG.

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS-MG, pessoa jurídica de direito público, com endereço a Praça 31 de Março, 111, Centro, CNPJ n° 16.901.381/0001-10.

TERMO DE CREDENCIAMENTO 025/2026: **13.674.483 CARLOS ANDRÉ ALVES DE OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº **13.674.483/0001-51**, neste ato representada por **Carlos André Alves de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº ***.838.188-**, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 86, Bairro Centro, Lagoa dos Patos/MG, conforme proposta e documentos anexos.

Data de Assinatura: 03 de setembro de 2026.
Vigência: 12 meses.

Lagoa dos Patos-MG, 03 de setembro de 2026.

VALERIA TAMIRES SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Valeria Tamires Soares
Código Identificador:8DEA04A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ABERTURA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026

Abertura da Concorrência Eletrônica nº 017/2026 no dia 28/09/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização das obras de recapeamento, pavimentação e obras complementares de urbanização em diversas ruas da cidade, com recursos próprios do município, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/.

ANDRÉ LUIZ FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:8A2370DF

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

Errata e Prorrogação do Pregão Eletrônico nº 042/2026. Abertura para o dia 25/09/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de locação de ambulâncias tipo B - suporte básico de vida, ambulância tipo D – suporte avançado de vida, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa/MG, conforme condições e especificações técnicas do termo de referência. A Errata e Prorrogação na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

DÉA JÚNIA SANTOS DO NASCIMENTO
Pregoeira.

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:C67B7A24

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 1° TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 164/2025 – PREGÃO N° 012/2025

Partes: Município de Lagoa Santa e **ARGUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** - CNPJ: 21.822.225/0001-01

Finalidade: prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, renovação integral e reajuste do valor do contrato, conforme Processo Administrativo 17333-26-LSTADT, nos termos do art. 92, §§ 3º e 4°, da Lei Federal nº 14.133/2021

DALMAR MORAIS DUARTE
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:D82B4782

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - 2° TERMO ADITIVO – TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2026 – PROCESSO Nº 2745/2026

Partes: Município de Lagoa Santa e **CENTRO DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL ANA BERNARDINA** - CNPJ: 00.803.740/0001-66

Finalidade: realocação de valores e acréscimo de 3,2046% ao valor total, conforme Processo Administrativo 17201-26-LST-ADT, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 31, inciso I, alínea "e", do Decreto Municipal nº 3.366/2017.

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretaria Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:D3078A68

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO – CONTRATO 097/2024 – CONCORRÊNCIA 017/2023

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **TERRASA ENGENHARIA LTDA –** CNPJ: 11.553.360/0001-37

Finalidade: reajuste de valor, calculado a partir do Índice Geral de Preços ao Consumidor – IGPM (FGV) no percentual de 3,16% sobre o saldo remanescente do contrato, referente ao período acumulado de 07/2025 a 06/2026, de acordo com a Cláusula Sexta do referido Contrato e com o Processo Administrativo 0353/2026, no valor de R$ 2.343.555,30 (Dois milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos) retroagindo seus efeitos à 08/07/2025.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:14491F8A

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
57ª CONVOCAÇÃO - COMPLEMENTAR PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS

EM CUMPRIMENTO À DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NOS AUTOS Nº 1004364-94.2026.8.13.0148, FICA CONVOCADO O CANDIDATO LISTADO ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 14.4 DO REFERIDO EDITAL 001/2022, PROCEDENDO-SE À RESERVA DE 01 (UMA) VAGA PARA O CARGO - AGENTE ADMINISTRATIVO, ATÉ O JULGAMENTE DA REFERIDA AÇÃO.

Data de comparecimento: 14/09/2026
Data e horário: 13:30h
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos originais e cópias simples:
- 01 (uma) foto 3x4 (recente e colorida);
- Documento de identidade com fotografia;
- Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou declaração de quitação eleitoral;
- Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
- Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
- Cartão PIS ou PASEP ou declaração de que não o possui;
- Comprovante de escolaridade mínima exigida para a função;
- Registro profissional de conselho de classe (de acordo com exigência da função);
- Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
- O servidor que possuir outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa, informando: vínculo, remuneração,

contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho.

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
122	GABRIEL SOARES DE OLIVEIRA LOBO	Agente Administrativo	08/09/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Elaine Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:2527F01A

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ERRATA Nº 006 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL 001/2022

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DESTINADO A SELECIONAR CANDIDATOS PARA O PROVIMENTO DE FUNÇÕES PÚBLICAS DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO TÉCNICO, MÉDIO E FUNDAMENTAL, PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM CONFORMIDADE COM AS LEIS MUNICIPAIS Nº 2.758/2007.

A Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições, comunica que em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos nº 1004364-94.2026.8.13.0148, fica suspensa a desclassificação do candidato Gabriel Soares de Oliveira Lobo, permanecendo reservada uma vaga para o cargo de Agente Administrativo, até o julgamento de mérito da referida ação. Portanto, foram efetuadas as seguintes alterações na 57ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – Edital 001/2022 – DESCLASSIFICAÇÃO.

Onde se lê:
57ª CONVOCAÇÃO
DESCLASSIFICADOS E DESISTENTES

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
122º	GABRIEL SOARES DE OLIVEIRA LOBO	Agente Administrativo	30/08/2024	**DESCLASSIFICADO**
123º	BEATRIZ AUGUSTA GONCALVES	Agente Administrativo	30/08/2024	**DESCLASSIFICADO**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Leia-se:
57ª CONVOCAÇÃO
DESCLASSIFICADOS E DESISTENTES

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
123º	BEATRIZ AUGUSTA GONCALVES	Agente Administrativo	30/08/2024	**DESCLASSIFICADO**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Elaine Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:242D8044

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E CULTURA
EDITAIS DA PNAB – LAGOA SANTA – 2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PNAB SMDETC Nº 01/2026 – PROJETOS CULTURAIS: VIVA A ARTE! SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

MUNICIPIO DE LAGOA SANTA – Torna público a Abertura do Chamamento Público PNAB SMDETC nº 01/2026: Projetos Culturais: Viva a Arte! Seleção de Projetos para firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022) no dia 08/09/2026 às 17h.

O **MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG**, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura/Diretoria Municipal de Turismo e Cultura torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

O objeto deste Edital é a seleção de 14 projetos culturais para receberem apoio financeiro, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Lagoa Santa/MG.

A INSCRIÇÃO É GRATUITA E DEVERÁ SER REALIZADA ATÉ O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ ÀS 23H59, NA PLATAFORMA MAPA CULTURAL DE LAGOA SANTA, acessível no link: https://mapacultural.lagoasanta.mg.gov.br/oportunidade/84/ .

O edital na íntegra estará disponível na: Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2500, loja 28, bairro Santos Dumont, no horário de 09h às 16h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

CHAMAMENTO PÚBLICO PNAB SMDETC Nº 02/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA RECEBIMENTO DE BOLSAS CULTURAIS, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

MUNICIPIO DE LAGOA SANTA – Torna público a Abertura do Chamamento Público PNAB SMDETC nº 02/2026: Seleção de Projetos para Recebimento de Bolsas Culturais, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022) no dia 08/09/2026 às 17h.

O **Município de Lagoa Santa/MG** por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

O objeto deste Edital é a concessão de 15 (quinze) bolsas de estudo, pesquisa, promoção, difusão, circulação, intercâmbio e residência cultural destinadas a agentes culturais, que sejam pessoas físicas residentes no município de Lagoa Santa/MG, que tenham interesse em realizar pesquisas nas áreas descritas no item 1.1.2 deste edital, bem como a projetos de participação em eventos estratégicos nacionais e internacionais, tais como feiras, mercados, showcases, festivais e rodadas de negócios.

A INSCRIÇÃO É GRATUITA E DEVERÁ SER REALIZADA ATÉ O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ ÀS 23H59, NA PLATAFORMA MAPA CULTURAL DE LAGOA SANTA, acessível no link: https://mapacultural.lagoasanta.mg.gov.br/oportunidade/85/ .

O edital na íntegra estará disponível na: Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2500, loja 28, bairro Santos Dumont, no horário de 09h às 16h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

CHAMAMENTO PÚBLICO PNAB SMDETC Nº 03/2026 - PREMIAÇÃO DE GRUPOS E COLETIVOS DAS CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

MUNICIPIO DE LAGOA SANTA – Torna público a Abertura do Chamamento Público PNAB SMDETC nº 03/2026: Premiação de Grupos e Coletivos das Culturas Tradicionais e Populares, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022) no dia 08/09/2026 às 17h.

O**MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG** torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

O objeto deste Edital é a premiação de 7 (sete) **Grupos e Coletivos das Culturas Tradicionais e Populares** que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Lagoa Santa/MG.

A INSCRIÇÃO É GRATUITA E DEVERÁ SER REALIZADA ATÉ O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026 ATÉ ÀS 23H59, NA PLATAFORMA MAPA CULTURAL DE LAGOA SANTA, acessível no link: https://mapacultural.lagoasanta.mg.gov.br/oportunidade/86/ .

O edital na íntegra estará disponível na: Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2500, loja 28, bairro Santos Dumont, no horário de 09h às 16h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

CHAMAMENTO PÚBLICO PNAB SMDETC Nº 04/2026 REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE LAGOA SANTA/MG - CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL! PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

MUNICIPIO DE LAGOA SANTA – Torna público a Abertura do Chamamento Público PNAB SMDETC nº 04/2026: Rede Municipal de Pontos de Cultura de Lagoa Santa/MG – Cultura Viva do Tamanho do Brasil! Premiação de Pontos e Pontões de Cultura, com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022) no dia 08/09/2026 às 17h.

O **MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG**, torna público o presente Edital para o desenvolvimento da "REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE Lagoa Santa - MG por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

Este Edital tem por objeto a **premiação de 9 (nove)** projetos, iniciativas, atividades ou ações de Pontos e Pontões de Cultura, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada por Pontos de Cultura (com ou sem CNPJ); além de entidades (com CNPJ) e coletivos informais (sem CNPJ) que ainda não são certificadas como Pontos de Cultura, mas que têm características de Pontos de Cultura e serão certificadas por meio deste edital (desde que atendam aos requisitos previstos no **item 3**).

As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas da data da publicação **até o dia 05/10/2026** às 23h59, por meio do por meio do sistema **Mapa Cultural de Lagoa Santa**, acessível no link: https://mapacultural.lagoasanta.mg.gov.br/oportunidade/87/

O edital na íntegra estará disponível na: Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2500, loja 28, bairro Santos Dumont, no horário de 09h às 16h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:D3A3BCF3

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E CULTURA
PORTARIA Nº 05, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui e nomeia membros para a Comissão de Seleção e acompanhamento do Edital de Chamamento Público PNAB SMDETC nº 01/2026 - Projetos Culturais: Viva a Arte! relativo à Lei Federal nº 14.399, de 2022, e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA**, no uso das atribuições legais e;

Considerando as disposições constantes na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Seleção de projetos culturais inscritos no Edital de Chamamento Público PNAB SMDETC nº 01/2026 - Projetos Culturais: Viva a Arte!, em observância aos apoios financeiros previstos na Lei Federal nº 14.399, de 2022.

Art. 2º A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

a) Cleito Pinto Ribeiro, matrícula nº 005509;
b) Luiz Fernando Avelar Costa, matrícula nº 290555;
c) Alexssandra Rodrigues Batista Silva , matrícula nº 292000;
d) Adma Bedran , matrícula nº 310.

Parágrafo único. A Comissão de Seleção será presidida pelo servidor Luiz Fernando Avelar Costa e poderá contar com o apoio técnico de especialistas, profissionais de notório saber na área cultural.

Art. 3º A Comissão de Seleção dos editais municipais ficará encarregada dos trabalhos de triagem de toda a documentação técnica apresentada durante as fases do Edital, habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, avaliação de questionamentos e recursos, acompanhamento da análise, seleção, critérios de avaliação, pontuação e classificação, embasados no edital publicado.

§ 1º A Comissão deverá examinar e decidir sobre a adequação da documentação apresentada em face das exigências dos respectivos Editais e das legislações pertinentes.

§ 2º A Comissão terá autonomia para a análise técnica e para decisão quanto aos projetos apresentados, inclusive para desclassificar projetos que não atendam os requisitos mínimos exigidos nos Editais.

§ 3º A Comissão elaborará relatório técnico para proferir o julgamento final das etapas de seleção e de habilitação das propostas aprovadas.

§ 4º Compete à Comissão solicitar, sempre que necessário, o acesso aos documentos relativos aos selecionados, para verificação, visando a boa aplicação dos recursos públicos.

Art. 5º Os trabalhos realizados pela presente Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos seus membros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, 08 de setembro de 2026.

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:A28F6908

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E CULTURA
PORTARIA Nº 06, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui e nomeia membros para a Comissão de Seleção e acompanhamento do Edital de Chamamento Público PNAB SMDETC nº 02/2026 – Seleção de Projetos para recebimento de Bolsas Culturais, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022), e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA**, no uso das atribuições legais e;

Considerando as disposições constantes na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Seleção de projetos culturais inscritos no Edital de Chamamento Público PNAB SMDETC nº 02/2026 – Seleção de Projetos para recebimento de Bolsas Culturais, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022) em observância aos apoios financeiros previstos na Lei Federal nº 14.399, de 2022.

Art. 2º A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

a) Cleito Pinto Ribeiro, matrícula nº 005509;
b) Luiz Fernando Avelar Costa, matrícula nº 290555;
c) Alexssandra Rodrigues Batista Silva , matrícula nº 292000;
d) Adma Bedran , matrícula nº 310;

Parágrafo único. A Comissão de Seleção será presidida pelo servidor Luiz Fernando Avelar Costa e poderá contar com o apoio técnico de especialistas, profissionais de notório saber na área cultural.

Art. 3º A Comissão de Seleção dos editais municipais ficará encarregada dos trabalhos de triagem de toda a documentação técnica apresentada durante as fases do Edital, habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, avaliação de questionamentos e recursos, acompanhamento da análise, seleção, critérios de avaliação, pontuação e classificação, embasados no edital publicado.

§ 1º A Comissão deverá examinar e decidir sobre a adequação da documentação apresentada em face das exigências dos respectivos Editais e das legislações pertinentes.

§ 2º A Comissão terá autonomia para a análise técnica e para decisão quanto aos projetos apresentados, inclusive para desclassificar projetos que não atendam os requisitos mínimos exigidos nos Editais.

§ 3º A Comissão elaborará relatório técnico para proferir o julgamento final das etapas de seleção e de habilitação das propostas aprovadas.

§ 4º Compete à Comissão solicitar, sempre que necessário, o acesso aos documentos relativos aos selecionados, para verificação, visando a boa aplicação dos recursos públicos.

Art. 5º Os trabalhos realizados pela presente Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos seus membros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, 08 de setembro de 2026.

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:291BED5D

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E CULTURA
PORTARIA Nº 07, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui e nomeia membros para a Comissão de Seleção e acompanhamento do Edital de Chamamento Público PNAB SMDETC nº 03/2026 – Premiação de Grupos e Coletivos das Culturas Tradicionais e Populares relativo à Lei Federal nº 14.399, de 2022, e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA**, no uso das atribuições legais e;

Considerando as disposições constantes na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Seleção de projetos culturais inscritos no Edital de Chamamento Público PNAB SMDETC nº 03/2026 – Premiação de Grupos e Coletivos das Culturas Tradicionais e Populares com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022) em observância aos apoios financeiros previstos na Lei Federal nº 14.399, de 2022.

Art. 2º A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

a) Cleito Pinto Ribeiro, matrícula nº 005509;
b) Luiz Fernando Avelar Costa, matrícula nº 290555;
c) Alexssandra Rodrigues Batista Silva , matrícula nº 292000;
d) Adma Bedran , matrícula nº 310;

Parágrafo único. A Comissão de Seleção será presidida pelo servidor Luiz Fernando Avelar Costa e poderá contar com o apoio técnico de especialistas, profissionais de notório saber na área cultural.

Art. 3º A Comissão de Seleção dos editais municipais ficará encarregada dos trabalhos de triagem de toda a documentação técnica apresentada durante as fases do Edital, habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, avaliação de questionamentos e recursos, acompanhamento da análise, seleção, critérios de avaliação, pontuação e classificação, embasados no edital publicado.

§ 1º A Comissão deverá examinar e decidir sobre a adequação da documentação apresentada em face das exigências dos respectivos Editais e das legislações pertinentes.

§ 2º A Comissão terá autonomia para a análise técnica e para decisão quanto aos projetos apresentados, inclusive para desclassificar projetos que não atendam os requisitos mínimos exigidos nos Editais.

§ 3º A Comissão elaborará relatório técnico para proferir o julgamento final das etapas de seleção e de habilitação das propostas aprovadas.

§ 4º Compete à Comissão solicitar, sempre que necessário, o acesso aos documentos relativos aos selecionados, para verificação, visando a boa aplicação dos recursos públicos.

Art. 5º Os trabalhos realizados pela presente Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos seus membros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, 08 de setembro de 2026.

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:96E645C8

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E CULTURA
PORTARIA Nº 08, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui e nomeia membros para a Comissão de Seleção e acompanhamento do Chamamento Público PNAB SMDETC nº 04/2025 – Rede Municipal de Pontos de Cultura de Lagoa Santa/MG- Cultura Viva do Tamanho do Brasil! Premiação de Pontos e Pontões de Cultura, relativo à Lei Federal nº 14.399, de 2022, e à Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições legais; e;

Considerando as disposições constantes na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 (PNAB), no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 (Regulamentam a PNAB), no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), na Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, e na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, pela Lei Municipal nº 4.997, de 20 de março de 2023**.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Seleção de projetos culturais inscritos no Chamamento Público PNAB SMDETC nº 04/2025 - Rede Municipal de Pontos de Cultura de Lagoa Santa/MG- Cultura Viva do Tamanho do Brasil! Premiação de Pontos e Pontões de Cultura, em observância aos apoios financeiros previstos na Lei Federal nº 14.399, de 2022.

Art. 2º Para os editais municipais referentes à Lei nº 13.018/2014 - Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) a Comissão deverá ser paritária, ou seja, metade do Poder Executivo, e metade da sociedade civil com reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber, com o mínimo de 1 (uma) pessoa da sociedade civil com trajetória ligada às culturas populares e tradicionais.

Art. 3º A presente Comissão será composta pelos seguintes membros:

I- Membros do Poder Executivo:

a) Cleito Pinto Ribeiro, matrícula nº 005509;
b) Luiz Fernando Avelar Costa, matrícula nº 290555;
c) Alexssandra Rodrigues Batista Silva , matrícula nº 292000;

Parágrafo único. A Comissão de Seleção será presidida pelo servidor Luiz Fernando Avelar Costa e poderá contar com o apoio técnico de especialistas, profissionais de notório saber na área cultural.

II- Membros da Sociedade Civil:

a) Ana Paula Almeida Marchesotti, CPF: 790.347.726-91
b) Cássia Macieira, CPF:635.844.416-68
c) Olavo Ribeiro Neves, CPF:436.106.766-04

Parágrafo único. Os membros da sociedade civil deverão estar estabelecidos ou ter atuação cultural em Lagoa Santa/MG.

Art. 4º A Comissão de Seleção dos editais municipais ficará encarregada dos trabalhos de triagem de toda a documentação técnica apresentada durante as fases dos Editais, habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, avaliação de questionamentos e recursos, acompanhamento da análise, seleção, critérios de avaliação, pontuação e classificação, embasados no edital publicado.

§ 1º A Comissão deverá examinar e decidir sobre a adequação da documentação apresentada em face das exigências dos respectivos Editais e das legislações pertinentes.

§ 2º A Comissão terá autonomia para a análise técnica e para decisão quanto aos projetos apresentados, inclusive para desclassificar projetos que não atendam os requisitos mínimos exigidos nos Editais.

§ 3º A Comissão elaborará relatório técnico para proferir o julgamento final das etapas de seleção e de habilitação das propostas aprovadas.

§ 4º Compete à Comissão solicitar, sempre que necessário, o acesso aos documentos relativos aos selecionados, para verificação, visando a boa aplicação dos recursos públicos.

Art. 5º Os trabalhos realizados pela presente Comissão são considerados como serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie aos seus membros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, 08 de setembro de 2026.

JEAN CARLO SEABRA PEDROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Publicado por:
Andre Luiz Fernandes
Código Identificador:5AAE0484

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO ADMINISTRATIVA** enviada à empresa **SÍRIO PHARMA LTDA** – CNPJ: **31.495.759/0001-16 –** Ata de Registro de Preços nº 035/2026. A **intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1793/2026.** Em **08/09/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:3377F78F

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL
DIRETORIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E DIREITOS HUMANOS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº03/2026

Dispõe sobre o procedimento para solicitação de inscrição em processo seletivo simplificado no sistema Aprova Digital no âmbito da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa / MG.

O documento estará na íntegra no site www.lagoasanta.mg.gov.br.

Lagoa Santa, 08 de Setembro de 2026.

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Kelly Cristiane Suely Guimarães
Código Identificador:0E14814D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DECRETO Nº 5.685, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026

Prorroga o prazo previsto no art. 7º do Decreto nº 5.620 de 09 de março de 2026, que declara Situação de Emergência, em desastre Nível II, nas áreas do Município de Leopoldina/MG, afetadas por CHUVAS INTENSAS – COBRADE1.3.2.1.4, conforme portaria MDR 260 de 02 de fevereiro de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor do memorando nº 129 de 4 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Obras de Leopoldina;

CONSIDERANDO a declaração de Situação de Emergência em decorrência dos estragos provocados por chuvas intensas (COBRADE 1.3.2.1.4), nos termos do Decreto nº 5.620/2026;

CONSIDERANDO a fixação do prazo de vigência inicial de 180 (cento e oitenta) dias, com término previsto para 10/09/2026;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº 2.539, de 05 de agosto de 2026, que autorizou a transferência de recursos financeiros para atendimento de parte das demandas municipais;

CONSIDERANDO que as ações e pleitos técnicos junto à Defesa Civil Nacional seguem em regular e contínuo trâmite administrativo, necessitando do respaldo legal do decreto em vigor para a aprovação, liberação e continuidade dos planos de trabalho de reconstrução e assistência;

CONSIDERANDO a permanência dos danos e prejuízos materiais e estruturais no município, os quais continuam a superar a capacidade de resposta ordinária da administração pública local;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608/2012 e na Portaria MDR nº 260/2022, que disciplinam os procedimentos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e a prorrogação de atos declaratórios;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de manutenção da vigência do instrumento declaratório para garantir a execução orçamentária dos recursos descentralizados e o andamento das medidas operacionais e contratuais cabíveis;

DECRETA:

Art.1º. Fica prorrogado o prazo previsto no art. 7º, do decreto nº 5.620 de 09 demarço de 2026 por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 8 de setembro de 2026, 172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:4DC99972

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 071/2026

PROCESSO Nº 198.3806/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada **ARAMIL – ARAMIFÍCIOS MINEIROS LTDA,** CNPJ nº 022.148.126/0001-403.258.395/0001-15, em que solicita autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente, com supressão de vegetação nativa para retirada de materiais diversos para limpeza e desassoreamento de corpo hídrico denominado como Córrego da Onça, na área urbana da cidade de Leopoldina nas coordenadas Latitude 21°32’39,75” S e Longitude 42°39’35,23” O, informa que a solicitação foi deferida. Taxa do valor equivalente a 150 (cento e cinquenta) UFLs - Unidades Fiscais de Leopoldina, conforme condicionantes e informação complementar em anexo.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR:
Empreendimento: Aramil-Aramifícios Mineiro Ltda
Protocolo: 198.3806/2026

Assunto: Autorização para Intervenção Ambiental em Área de Preservação Permanente (APP) com Supressão de Vegetação

1. HISTÓRICO E DELIBERAÇÃO
O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA) de Leopoldina/MG, em Reunião Ordinária realizada no dia 03 de setembro de 2026, analisou o Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). O parecer versa sobre o pedido de Documento de Autorização para Intervenção Ambiental (DAIA) para recuperação de área degradada por desastres naturais, desobstrução de calha e contenção estrutural do imóvel situado na Avenida Sebastião Antunes Fonseca, nº 330, Bairro Jardim Caiçaras, às margens do Córrego do Onça.
Considerando o Decreto de Situação de Emergência do Município nº 5620/2026 e o iminente risco à integridade física dos colaboradores e ao patrimônio, o Plenário deste Conselho decidiu, por unanimidade, pelo DEFERIMENTO da solicitação de intervenção em APP, a ser executada com o apoio técnico e operacional da Prefeitura Municipal de Leopoldina.
A eficácia desta autorização fica estritamente vinculada ao cumprimento integral das condicionantes e exigências complementares detalhadas a seguir.

2. CONDICIONANTES PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO

• Aprovação de Projeto Estrutural: O interessado deverá apresentar à SEMMA o projeto executivo de engenharia para contenção/reparo da estrutura do imóvel devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Obras, antes do início das intervenções civis estruturais.
• Fiscalização e Acompanhamento da Dragagem: Toda a atividade de desobstrução e dragagem do curso d'água nos fundos do imóvel deverá contar com o acompanhamento presencial obrigatório de um Técnico da Prefeitura Municipal, em conformidade com a Certidão de Uso Isento de Outorga nº 20.05.0045502.2026 do IGAM.

• Compensação Ambiental por Supressão de Árvores: Fica autorizada, em caso de extrema necessidade e mediante comunicação obrigatória após a intervenção à SEMMA, a supressão dos 03 (três) indivíduos

arbóreos identificados (*Mangifera indica, Punica granatum e Schizolobium parahyba*). A medida compensatória fixada é na proporção de 25:1 (totalizando 75 mudas de espécies nativas):

O replantio de tantas mudas quanto forem tecnicamente viáveis deverá ser realizado no próprio local da intervenção (margem do Córrego do Onça), visando a recomposição da APP.
O quantitativo excedente de mudas que não puder ser plantado no local deverá ser entregue diretamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para destinação aos programas de reflorestamento municipais.

3. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E CONFORMIDADE

Para a continuidade e monitoramento do processo de regularização ambiental da atividade produtiva, o empreendedor deverá protocolar no prazo de 30 dias:
Esclarecimento sobre Efluentes Líquidos: Apresentar relatório técnico especificando a caracterização e o conteúdo do lançamento do cano direcionado ao corpo hídrico constatado na área.
Sistema de Tratamento de Produtos Químicos: Apresentar a descrição do processo industrial caracterizando como é realizado o tratamento do produto químico utilizado nas instalações da empresa.
Comprovação de Licenciamento: Apresentar a Licença Ambiental do empreendimento Aramil-Aramifícios Mineiro Ltda e as respectivas condicionantes.
O descumprimento de qualquer uma das condicionantes ou o não envio das informações solicitadas ensejará a suspensão imediata dos efeitos deste ato autorizativo e a aplicação das penalidades cabíveis.

Leopoldina/MG, 04 de setembro de 2026.

Atenciosamente,

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA

ÉRICA PEREIRA BEDIM
Engenheira Ambiental e Sanitarista – CREA/MG 85592-D
Superintendente de Gestão Ambiental

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:87F03AC7

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 078/2026

PROCESSO Nº 184.2086/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026 e o Parecer Técnico de nº 66/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado VR FOOD SERVICE, em que solicita a supressão de um indivíduo arbóreo da espécie Oiti (M*aquilia tomentosa*) localizado na Rua Joaquim Ferreira Brito, nº 130, Bairro do Rosário, informa que a solicitação foi aprovada por unanimidade, tendo como medida compensatória o plantio nas proximidades de outro indivíduo arbóreo da mesma espécie, medindo, no mínimo, 1,5 metros de altura.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:352C09D0

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 006/2026

RESULTADO PRELIMINAR DASEGUNDA ETAPA

Oficial de Serviço de Acolhimento Institucional – Cuidador Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
POLIANA REIS FERREIRA	10,0
NILZA XISTO FERREIRA	10,0
GISELE APARECIDA CESÁRIO GONÇALVES	10,0
NATANAEL DA SILVA DOMINGUES	10,0
CARINA COSTA LOURENÇO	10,0
WINDERSON SOARES PEREIRA	10,0
NAIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	10,0
BRUNA DA COSTA DE SOUZA MENDONÇA	10,0
JOANA APARECIDA SANTOS HORACIO	10,0
ALEXANDRE SAMPAIO DE ASSIS	10,0
ROBERTA DE SOUZA JERONIMO	9,9
MÁRCIA IOLANDA DA SILVA GUEDES	9,9
ANDERSON VALENTIM TEIXEIRA	9,9
ELIZANI ZANGIROLAMI BEDIM	9,8
RAIANNY SOUZA FERNANDES	9,7
GABRIELLE LAMOIA DA SILVA	9,0
LARA LOPES SILVA	8,4
MARINA FONTANELLA	8,1
KARINE DA SILVA MARTINS	7,5
ATHALISSON PAULINELYDA SILVA	7,4
GLEICE DA PAZ DIANA MONTAM	5,5
ODILENE APAREIDA CALIXTO DIAS	5,5
GILSON TELES SILVA	DESCLASSIFICADO (A)
VALDINEI FERREIRA DOS REIS	DESCLASSIFICADO (A)
DULEIMA CRESPO DE AZEVEDO ANDRÉ	DESCLASSIFICADO (A)
ROGÉRIO THOME DE SOUZA	DESCLASSIFICADO (A)
ADDAM EMANUEL HOTTUM LEONCIO	DESCLASSIFICADO (A)
MARA DOS SANTOS ALMEIDA	DESCLASSIFICADO (A)
LUCIANA TERRA CLIMA	DESCLASSIFICADO (A)
SIMONE CORDEIRO DE OLIVEIRA	DESCLASSIFICADO (A)
RONALD RUBIM RODRIGUES	DESCLASSIFICADO (A)
MARIA EDUARDA BRANQUES CORREA	DESCLASSIFICADO (A)

Leopoldina, 08 de setembro de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:DE726D34

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
RESULTADO FINAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – CULTURA VIVA PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE LEOPOLDINA-MG

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina/MG torna público o Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, referente à premiação de Pontos e Pontões de Cultura no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). A relação completa dos selecionados consta na tabela em anexo. Todos os selecionados dentro do número de vagas entregaram a documentação de habilitação dentro do prazo e encontram-se HABILITADOS. Do recurso: contra o presente resultado preliminar cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do primeiro dia útil posterior a esta publicação, dirigido à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a ser enviado ao e-mail: inscricoespnableopoldina@gmail.com (assunto "RECURSO HABILITAÇÃO – CULTURA VIVA") ou entregue presencialmente na sede da Secretaria, das 10h às 17h. Da assinatura do Termo e Recibo de Premiação Cultural: os selecionados habilitados deverão comparecer, de forma presencial, a partir do dia 16/09/2026 até o dia 23/09/2026, na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina/MG, localizada na Rua João Lamarca, nº 44, Centro, Leopoldina/MG, no horário das 10h às 17h, munidos de documento oficial com foto, para a assinatura do Termo de Recibo de Premiação Cultural.

Leopoldina-MG, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRE CARLOS MOREIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

1. QUADRO DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR EDITAL 02 – CULTURA VIVA
HABILITADOS:

Posição	Entidade / Coletivo	Segmento	Cota	Nota	Resultado Final
1º	Academia Leopoldinense de Letras e Artes - ALLA	Leitura, Escrita e Oralidade	Ampla Concorrência	87,5	**SELECIONADO**
2º	ANTIQUE	Música	Ampla Concorrência	86,0	**SELECIONADO**
3º	Folia de Reis dos Colodinos	Artesanato e Cultura Popular	Ampla Concorrência	82,5	**SELECIONADO**
4º	Coletivo Grafit'Arte	Artes Visuais e Plásticas	Ampla Concorrência	79,0	**SELECIONADO**

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:4DBDE2BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

O **MUNICIPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG**, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a **ANULAÇÃO** do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2026,** na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026,** conforme justificativa constante nos autos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS DESCARTÁVEIS, A SEREM UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Limeira do Oeste - MG, 08 de sembro de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Miliane Freitas Nogueira
Código Identificador:AB2BDB69

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

AMM

O MUNICÍPIO DE LUZ/MG TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO: **PRC Nº 1557/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES, COMPREENDENDO 01 (UM) BEBEDOURO INDUSTRIAL, 01 (UMA) MÁQUINA MULTIFUNCIONAL PARA IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E 06 (SEIS) APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DESTINADOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE LUZ/MG, COM RECURSOS PROVENIENTES DO SALDO REMANESCENTE DA PROGRAMAÇÃO SIGTV Nº 313880720230001, ORIUNDA DE EMENDA PARLAMENTAR DO DEPUTADO FEDERAL DOMINGOS SÁVIO.",** nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas nos anexos.

TIPO: menor preço por item.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/09/2026 às 08:00 horas.
LOCAL: Plataforma BNC https://bnc.org.br/
INFORMAÇÕES: (37)3421-3030 Ramal 415 de 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 hrs.

Luz, 08/09/2026.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA MACHADO.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:39F6E352

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

AMM

O Município de Luz/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a **CONSOLIDAÇÃO EM 08/09/2026 DO PROCESSO LICITATÓRIO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026**.
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, CONSULTAS MÉDICAS DE ESPECIALISTAS POR PESSOA(S) FÍSICA(S) E JURÍDICA(S) LEGAL E REGULAMENTADA NO RAMO COM CRM E RQE PARA SERVIÇOS MÉDICOS VISANDO O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS ASSISTIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS",
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO:
INÍCIO: A partir das 08:00 horas do dia 10/09/2026.
FIM: No dia 16/09/2026 às 16:00 horas
RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, localizado na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, Bairro Monsenhor Parreiras, Luz/MG, CEP – **35.595-000.**
EDITAL: Disponível no site oficial do Município: www.luz.mg.gov.br e na sede da Prefeitura, no endereço acima.
INFORMAÇÕES: (37) 3421-3030, Ramal 415.

Luz/MG, 08/09/2026.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA MACHADO –
Agente de Contratação

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F876D99B

GABINETE DO PREFEITO
25º ATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2022

25º ATA REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2022 DE 03.05.2022

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICOS, DE ENFERAMGEM E DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, PARA ACOMPANHAMENTO E REMOÇÃO DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO", conforme descrito e especificado no termo de referência (anexo I), deste instrumento convocatório.

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às nove horas na sala de licitações da Prefeitura de Luz, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº 3.849 de 27/06/2025**,** para abertura do envelope e análise da documentação apresentada para o credenciamento conforme Edital de Credenciamento nº 008/2022 de 03.05.2022 cujo objeto trata-se de: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, para ACOMPANHAMENTO E REMOÇÃO de pacientes PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (tfd)".** Aberta a sessão, a Presidente apresentou aos demais membros da CPL, a documentação protocolada antecipadamente sob o nº 103531 de 20/08/2026, conforme previsto no edital, pela Sra. **RAQUEL VIEIRA DE CASTRO** portadora do CPF: 052.672.126-01, onde a mesma solicita o credenciamento para a prestação de serviço de: "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REMOÇÃO EM AMBULÂNCIA UTI**

MOVEL E EM AMBULÂNCIA SIMPLES DE PACIENTES EM TERATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICILIO". Em seguida todos os documentos foram analisados e conferidos sendo os mesmos anexados a pasta do credenciamento 008/2022 e diante da regularidade com o edital, a CPL declara a Sra. **RAQUEL VIEIRA DE CASTRO, HABILITADA** ao credenciamento junto ao município. A CPL irá formalizar o processo de inexigibilidade para contratação e posteriormente o processo será encaminhado à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município e após à autoridade competente para homologação Nada mais havendo a ser tratado, a presente reunião foi encerrada, digitada a presente ata e após lida e achada conforme segue, será assinada por mim e demais presentes.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA
Agente de Contratação

Equipe de Apoio:

BIANCA PEREIRA ALVES

GABRIELLA BRITO NOGUEIRA BESSAS

MARLISE OLIVEIRA PEREIRA

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:78DAD1A3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO S/N.º, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 - TAYANE LORAINE FELIPE

DECRETO S/N.º, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO POR TITULAÇÃO NA CARREIRA A SERVIDORA ESTÁVEL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

Considerando as disposições dos artigos 14 e 15, incisos I e II, da Lei Complementar nº 013/2010, de 22/11/2010 e tendo em vista a documentação apresentada no Processo nº 25.294/2026;
O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 162. Incisos IX e XIII, e o art. 189, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município de Luz;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida promoção por titulação na carreira à servidora estável sra. **TAYANE LORAINE FELIPE,** matrícula Nº 5901**,** ocupante de cargo de provimento efetivo Agente Comunitário de Estratégia de Saúde de Família – ACESF Nível I, Referência E para o **Nível II, Referência E.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz/MG, 08 de setembro de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:5A475E38

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 004/2026

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PRC nº 1450/2026
CONCORRÊNCIA nº 004/2026

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COMUNS, PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO POLIESPORTIVO GUGLIELMO NECCI, LOCALIZADO NA PRAÇA DONA CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE LUZ/MG",** nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas nos anexos e apêndices.

Como Prefeito Municipal, usando as atribuições a me conferidas na Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 71, inciso IV da Lei Federal N.º 14.133/2021, objeto do processo **PRC Nº 1450/2026 – Concorrência nº. 004/2026, ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório, considerando que todas as exigências legais foram cumpridas, com respaldo no **Parecer Jurídico de n.º 725/2026 de 04 de setembro de 2026**, da lavra da Procuradoria Jurídica do Município de Luz, sendo a Licitante abaixo relacionada:

CIC CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 08.768.188/0001-24

Valor global do processo: R$ 456.299,00 (Quatrocentos e cinqüenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais)

Publique-se e intime-se.

Prefeitura Municipal de Luz, 08 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:527BC6DD

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO Nº 1092/2026

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 1092/2026
LICITAÇÃO Nº 30/2026-PREGÃO
DATA: 08.09.2026

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), ACONDICIONADO EM BOTIJÕES DE 13 KG (MODELO P13) OU 45 KG (MODELO P45), COM LACRE DE SEGURANÇA E SELO DO INMETRO, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO ANP Nº 49/2016 E DEMAIS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG".
Como Prefeito Municipal, usando as atribuições a mim conferidas na Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 71, inciso IV da Lei Federal N.º 14.133/2021, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o procedimento licitatório, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1092/2026 – Pregão nº. 30/2026** considerando que todas as exigências legais foram cumpridas, com respaldo no **Parecer Jurídico de n.º 683/2026, de 21 de agosto de 2026,** da lavra da Procuradoria Jurídica do Município de Luz às empresas abaixo relacionadas:

GAS SANTA CRUZ E AGUA MINERAL LTDA
CNPJ: 53.965.666/0001-40

Valor Global do processo: R$ 234.871,30 (Duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta centavos).

Publique-se e intime-se.

Prefeitura Municipal de Luz, 08 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:06BDE672

GABINETE DO PREFEITO
POLIANA RODRIGUES FERREIRA - DECRETO S/N.º, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO S/N.º, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM RAZÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE DE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando os Artigos 178 a 180 da Lei Complementar Municipal N.º 034/2013;

O **Prefeito Municipal de Luz**, no uso de suas atribuições previstas no Artigo 189, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal;
D E C R E T A :

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. **POLIANA RODRIGUES FERREIRA**, inscrita no CPF sob o N.º 126.XXX.XXX-86, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS URBANOS I - ASUI - GARI, sob regime Estatutário, em razão de Aposentadoria por Incapacidade Permanente junto ao Instituto Nacional de Previdência Social - INSS, Benefício N.º 733.840.929-4.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Luz, 04 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:72418304

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1631/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 087/2026

Processo nº: 1631/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 087/2026
Data: 08/09/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o Artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, com respaldo no **Parecer Jurídico nº. 715/2026** de 02 de setembro de 2026, **RATIFICA** a contratação para fins de **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS VAN – 16 LUGARES, MICRO-ÔNIBUS - 28 LUGARES E ÔNIBUS – 50 LUGARES PARA ATENDER O MUNICÍPIO"** e autoriza o empenho da despesa em favor da empresa**:**

NS ROSÁRIO TURISMO E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 29.918.230/0001-16

Valor Global do Processo: R$ 89.125,00 (Oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais).

Fundamento legal: Artigos 74, inciso IV e artigo 79, inciso I,§ único da Lei Federal nº 14.133/2021

Publique-se.

Luz/MG, 08 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:121D0954

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026 CREDENCIAMENTO Nº 012/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026
CREDENCIAMENTO Nº 012/2026
O **Município de Mar de Espanha/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.535.658/0001-63, com sede na Praça Barão de Ayuruoca, nº 53, Centro, Mar de Espanha/MG, por intermédio da Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 867/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento de **CREDENCIAMENTO**, mediante chamamento público, para **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS E EM SITUAÇÃO DE RUA, BEM COMO DE ANIMAIS PERTENCENTES A PESSOAS OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
O procedimento será realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 474/2025 e demais normas aplicáveis.
Os interessados poderão apresentar a documentação para credenciamento **a partir do dia 30 de setembro 2026, às 10:00 horas**, junto ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha/MG, localizado na Praça Barão de Ayuruoca, nº 53, Centro, permanecendo o chamamento aberto durante a vigência estabelecida no Edital, para ingresso de novos interessados que atendam às condições previstas.
Os interessados poderão requerer o credenciamento para um ou mais serviços previstos no Edital, mediante apresentação da documentação exigida e da respectiva manifestação de interesse pelos serviços.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sítio eletrônico oficial do Município e junto ao Setor de Licitações e Contratos.

Mar de Espanha/MG,31 de agosto de 2026.

JOICE POZENATO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:DFBE0F66

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 123/2026 DISPENSA N° 039/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO
Processo n° 123/2026 Dispensa n° 039/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, planejamento, coordenação, execução e cobertura de marketing do evento esportivo de ciclismo denominado "BIKE MAR 2026", promovido pelo Município de Mar de Espanha/MG, compreendendo o apoio técnico e operacional necessário à realização, divulgação e cobertura do evento, em todas as etapas relacionadas à sua execução. Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: ADVENTURE BIKE MAR DE ESPANHA LTDA - CNPJ: 10.918.317/0001-65 Valor Total de R$ 30.423,00 (trinta mil e quatrocentos e vinte e três reais)

MAR DE ESPANHA, 08 de Setembro de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:774EDD73

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 126/2026
INEXIGIBILIDADE N° 036/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO
Processo n° 126/2026 Inexigibilidade n° 036/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada, com notória especialização em consultoria tributária previdenciária, para análise, revisão, enquadramento e regularização do RAT e FAP, visando identificar, apurar e recuperar valores recolhidos indevidamente ou a maior pelo Município, mediante estudos, análise documental, recálculo de contribuições, retificação de obrigações acessórias e adoção de medidas para compensação ou restituição perante a Receita Federal do Brasil. Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: JSL INTELIGENCIA TRIBUTARIA LTDA - CNPJ: 37.145.181/0001-54 Valor Total de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)

MAR DE ESPANHA, 08 de Setembro de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:00C3133B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MENDES PIMENTEL

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 042/2026

O Município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais, por meio do Departamento de Licitações, com fundamento no art. 75, inciso II, c/c o § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que pretende realizar a contratação de pessoa física ou jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde. Eventuais interessados poderão apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data desta publicação, oportunidade em que a Administração Pública escolherá a proposta mais vantajosa. A proposta e os documentos exigidos deverão ser protocolados na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Praça Benedito Quintino, n.º 15, Centro, Mendes Pimentel/MG, nos dias úteis, no horário das 08h às 11h e das 12h30 às 16h, ou encaminhados via e-mail para: licitacao@mendespimentel.mg.gov.br, até a data limite estabelecida. O Edital e o Termo de Referência completos encontram-se disponíveis no site oficial do Município: www.mendespimentel.mg.gov.br, na aba "Licitações". A documentação do proponente classificado em primeiro lugar será analisada posteriormente para fins de comprovação do atendimento às condições de habilitação.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações e Contratos pelo telefone: (33) 3246-1280.

Mendes Pimentel - MG, 08 de setembro de 2026.

LUCAS KHASSIUS CARDOSO ARAÚJO LOPES
Diretor de Licitações – Decreto n.º 1.286/2026

Publicado por:
Simone Aparecida Maria José
Código Identificador:E5FD7E86

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/ EXTRATO DE CONTARTO 0246/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Prefeitura MUNICIPAL de Minas Novas – TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO JULGAMENTO DO Processo Administrativo de Licitação n°. 0114/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/2026. OBJETIVANDO A Locação de imóvel situado na Rua João Benedito Fernandes, nº 104, Bairro São Gonçalo, no Município de Minas Novas/MG, destinado à concessão de benefício eventual de aluguel social. FUNDAMENTADO no caput do artigo 74, INCISO V da Lei Federal 14.133/2021 E DEMAIS NORMA PERTINENTES. VENCEDOR(A): HABITAR IMÓVEIS LTDA, CNPJ: 52.932.747/0001-81. DATA DA RATIFICAÇÃO: 08/09/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N° 0246/2026. Processo Administrativo de Licitação n°. 0114/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 040/2026. OBJETIVANDO A Locação de imóvel situado na Rua João Benedito Fernandes, nº 104, Bairro São Gonçalo, no Município de Minas Novas/MG, destinado à concessão de benefício eventual de aluguel social. fundamentado no caput do artigo 74, INCISO V da Lei Federal 14.133/2021 E DEMAIS NORMA PERTINENTES. CONTRATADO(A): hABITAR IMÓVEIS LTDA, CNPJ: 52.932.747/0001-81. VALOR R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos rEAIS). VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/12/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:B7287954

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 02/2026. PROCESSO **ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0107/2026**. **INEXIGIBILIDADE Nº: 038/2026, CREDENCIAMENTO Nº: 09/2026**. **CREDENCIADO:**ROBSON GOMES BARROSO**, CNPJ:** 27.395.556/0001-80**.** OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. DATA: 08/09/2026 VIGÊNCIA: 08/09/2026 Á 08/09/2027.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:8741D251

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TORNAR SEM EFEITO 107/2025

EXTRATO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS – TORNA PÚBLICO QUE DECIDU TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO REALIZADA NO QUADRO DE AVISOS DA ADMINISTRAÇÃO DO DIA 04/09/2026, PROTOCOLO DE Nº 002366 E NA CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS PROTOCOLO n: 000839 NO DIA 04/09/2026, E NO DIÁRIO ELETRÔNICO AMM CÓDIGO IDENTIFICADOR Nº 28B527E6, NO DIA 04/09/2026, QUE CIRCULOU NA EDIÇÃO 4355 EM 08/09/2026. REFERENTE AOS EXTRATOS DE ATA REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 107/2025. PREGÃO ELETRONICO Nº 061/2025. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL N°14.133/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VISTAS À EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ZONA RURAL E SEDE DO MUNICÍPIO**.**

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:BE26123D

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS. Retificação de Extrato PAL nº 0101/2026. Torna público a retificação do extrato do Credenciamento nº 07/2026, Inexigibilidade nº 036/2026, na Câmara Municipal protocolo nº 000821/2026 e Hall da Prefeitura protocolo nº 02327/2026, publicados no dia 01/09/2026, no Diário AMM Edição 4352, publicado em 02/09/2026. Onde se lê: MARIA DIAS LIMA PINHEIRO; Leia-se: MARIA DIAS LIMA PEREIRA.

NIETE B. ROSA.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:3F0A3344

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– Dispensa Eletrônica nº 023/2026, recebimento das propostas de 09/09/2026 às 08h00min até 16/09/2026 às 08h29min – Prazo para lances dia 16/09/2026 das 08h30min até às 14h30min. Objeto:**AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE MILHO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MIRABELA/MG.** Edital disponível no sítio oficial do município https://mirabela.mg.gov.br/licitacoes-mirabela-mg-2/ e no portal de compras públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Dúvidas e esclarecimentos pelo e-mail licitacao@mirabela.mg.gov.br ou pelo telefone (38) 93300-5965.

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:51087E49

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2024, NO CARGO DE FISCAL SANITÁRIO.

A **Prefeitura do Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais**, usando de suas atribuições legais, torna público o Edital de Convocação do candidato aprovado no Concurso Público n.° 01/2024, no Cargo de Fiscal Sanitário, disponível em: https://www.montecarmelo.mg.gov.br/concursos-e-selecoes, o qual fica convocado para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, na Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, no período de 04 de setembro de 2026 até 03 de outubro de 2026, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, a fim de apresentar toda a documentação exigida no item 16.5 do Edital do Concurso Público n° 01/2024, homologado em 08 de setembro de 2025, para tomar posse. O não comparecimento implicará desistência pela vaga conquistada no Concurso Público n.º 01/2024, e eliminação automática nos termos do Edital.

Monte Carmelo, 04 de setembro de 2026.

RICARDO FERREIRA **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:0D0B0EF8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.433, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no disposto Art. 43 da Lei Federal no. 4320 de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei/Resolução nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 73.300,00 (Setenta e Três Mil e Trezentos Reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2547 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
3390410000 – Contribuições
17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Valor: 10.500,00

0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2548 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
3390310000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras 17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Valor: 62.800,00

Adiciona: 73.300,00

Art. 2º - Os recursos utilizados para execução do presente Crédito, serão aqueles previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme especificação abaixo:

REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA

0013.0392.0013.2547 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Valor: 9.500,00

0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2547 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física
17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 2
Valor: 7.500,00

0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2547 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas
17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Valor: 3.300,00

0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2547 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
3390310000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras 17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Valor: 53.000,00

Reduz: 73.300,00

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes deste Decreto poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 04 de setembro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:A9D26AAC

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos para a realização de atos necessários para a contratação temporária para o exercício de funções junto à Rede Municipal de Ensino.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no concurso público 01/2024, homologado pelo Decreto 12.789 de 26 de Junho de 2024, e demais interessados, para realização de escolha de vaga conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária , Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DA CLASSIFICAÇÃO:

I – Ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observada a ordem de classificação daquele cargo, desde que comprovada a habilitação profissional específica (na forma do Edital n.º 001/2024).

II – Não ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observando-se a seguinte prioridade:
a) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
b) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Estadual em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
c) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
d) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal e/ou Estadual em funcionamento em outros Municípios, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

III – Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade, observado o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), quando aplicável.

2. DOS DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NO ATO CONVOCAÇÃO

2.1 Os candidatos deverão comparecer **no horário, data e local estipulados na relação constante do Anexo I deste Edital**, para realizar **a escolha de vagas e a apresentação da seguinte documentação:**

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;
b) Carteira de Identidade;
c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp
d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino) ;
e) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EMITIDA PELO SITE: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidao-de-quitacao-eleitoral
f) Certidão de Contagem de Tempo, emitida em modelo próprio e com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2024, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola Pública Municipal e/ou Estadual;
g) CTPS e Declaração emitida pela Instituição de Ensino com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2025, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé.;

2.2 Os candidatos que tiverem a documentação aprovada pela Comissão de Avaliação realizarão, em ato contínuo, a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente, **conforme relação de vagas disponíveis constantes do Anexo I deste Edital e observada a ordem de classificação.**

2.3 O candidato que se considerar preterido poderá interpor recurso de imediato, devendo a resposta ser apresentada em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.4 Após a escolha das vagas, o candidato deverá comparecer no Departamento Pessoal, na Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé/MG com as cópias dos seguintes documentos:

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;
b) Carteira de Identidade;
c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site:

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;
d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino);
e) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento; (caso houver alteração no nome devido ao casamento ou divórcio, o mesmo deverá estar atualizado junto a Receita Federal- CPF E CI;
g) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP, emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;
h) Comprovante de residência atualizado;
i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
j) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;
k) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;
l) 01 (uma) fotos 3x4; XV - Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;
m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s
n) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente;

3 DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 3 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo**vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP
IX - Laringoscopia indireta ou videonasolaringoscopia (somente para a função de Professor).

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:
a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;
b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;
c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;
d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;
e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou
f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
5.1 As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https:// www.digiescola.muriae.mg.gov.br/contratacao2026*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.
5.2 O marco classificatório utilizado para as convocações temporárias corresponderá à última classificação alcançada pelas nomeações efetivadas para o respectivo cargo;
5.3 Os candidatos nomeados que não tomaram posse ou foram eliminados não serão considerados remanescentes aptos ao critério prioritário fundado na aprovação no concurso.
5.4 Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé-MG, 08 de Setembro de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

PROFESSOR ANOS FINAIS -MATEMÁTICA
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 09/09/2026 Horário: 14h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 15/09/2026 a
EM Gilberto José Tanus Braz (João XXIII)	18	2ª e 4ª Matutino E vespertino	08/10/2026
EM Cândido Portinari (Joanópolis)	16	2ª,3ª,5ª e 6ª Matutino	18/12/2026

AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 09/09/2026 Horário: 14h 30min

ESCOLA	FUNÇÃO	TURNO	PERÍODO 15/09/2026 a
EM Profª Odaléia Oliveira Moraes Azevedo (Barra)	cozinha	Matutino	Aguardando perícia
EM Joaquim Ribeiro de Carvalho (Encoberta)	Cozinha	Intermediário	31/10/2026
EM Maria Aleluia Soares Bitencourt (Santa Terezinha)	Berçário	Matutino	Aguardando perícia

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 09/09/2026 Horário: 15h

ESCOLA	TURMA	TURNO	PERÍODO 15/09/2026 a
EM Cléria Ticon Carneiro (Santana)	5º ano	Matutino	Aguardando perícia
	5º ano	Vespertino	Aguardando perícia
EM Sebastião Laviola (Safira)	Integral	Vespertino	Aguardando perícia
	2º período	Vespertino	Aguardando perícia
EM Cândido Portinari (Joanópolis)	AEE	Matutino	Aguardando perícia
EM Gilberto José Tanus Braz (João XXIII)	6º ano LIBRAS	Vespertino	18/12/2026

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:9D2C8620

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL Nº 001, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO 2º SORTEIO PÚBLICO DE DESEMPATE

Torna público o resultado do segundo sorteio de desempate de candidatos que, após a aplicação dos critérios de desempate para classificação previstos no Edital de Abertura nº 01/2024 permaneceram na mesma colocação.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2024;

RESOLVE

Art. 1º Tornar público o resultado do segundo sorteio de desempate de candidatos que, após a aplicação dos critérios de desempate para classificação previstos no Edital de Abertura nº 01/2024, permaneceram na mesma colocação, conforme subitem 11.2.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2024.

Art. 2º O resultado do primeiro sorteio público para fins de desempate da nota, realizado em 08 de setembro de 2026, no Gabinete da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Avenida Maestro Sanção, nº 236, 3º andar, Centro, Muriaé/MG, CEP 36880-002, é o que se segue:

Nome	Inscrição	Ordem de numeração	Sequência sorteada	Classificação
MONIQUE CASTRO DE SOUZA E SILVA	343783	1	1º	178º
ELIANA PASSOS DA SILVA	348616	2	2º	179º

Art. 3º Os candidatos que não estiverem de acordo com sua classificação terão o prazo de 05 dias úteis, iniciado no primeiro dia útil subsequente ao dia da publicação do resultado do sorteio de desempate, para interpor recurso direcionado à Comissão de Concurso Público, nos moldes previstos no item 12.1.10 do Edital de Concurso Público nº 001/2024.

Muriaé, 08 de setembro de 2026.

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:C9BA0706

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 59, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 002/2025 para fins de contratação.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público simplificado destinado ao preenchimento de vaga e formação de cadastro de reserva para execução dos Serviços, Programas e Projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, regido pelo Edital n.º 002/2025;

CONSIDERANDO o resultado definitivo constante da Portaria n.º 37, de 19 de maio de 2025, que homologou o processo seletivo.

RESOLVE

Art. 1º Fica a candidata abaixo relacionada convocada a comparecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Av. Silvério Campos, n.º 258, Bairro Safira, nesta cidade, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de 10 de setembro de 2026 no horário de 13:00 às 17:00 horas, munidos dos documentos constantes do Edital n.º 002/2025, a fim de firmar termo de contratação.

Classificação: ampla concorrência

ABORDADOR SOCIAL	
N.º	**CANDIDATO**
6	JOÃO MARCOS N. M. LIMA
57	MARIA EDUARDA LOURENCO DA CRUZ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 08 de setembro de 2026.

VANESSA MAGALHÃES AZEREDO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:8AE08177

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MURIAÉ E O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS.

Pelo presente instrumento administrativo, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MURIAÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **17.947.581/0001-76**, com sede administrativa na Avenida Maestro Sansão, nº 236, Centro, Muriaé/MG, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Administração** e pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, doravante denominado **CEDENTE**, e, de outro lado, o **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS – CBMMG**, através de sua Unidade Operacional sediada no Município de Muriaé/MG, neste ato representado por seu **Comandante**, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, considerando a solicitação formalizada nos autos administrativos (Comunicação Interna nº 185/2026), resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. Cláusula Primeira - Do Objeto e Especificações Técnicas

Constitui objeto do presente instrumento a **cessão gratuita de uso, em caráter precário e por prazo indeterminado**, de **01 (um) Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT / Drone)** pertencente ao patrimônio **(nº 114311)** do **Município de Muriaé**, adquirido com recursos do **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA**, destinado ao atendimento das atividades operacionais e institucionais do **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**.

O conjunto cedido compreende o equipamento profissional completo, contendo rigorosamente as seguintes especificações e componentes:

a) 01 (uma) aeronave VANT profissional modelo **DJI Matrice 4T**;
b) 01 (um) **controle remoto profissional** compatível com a plataforma;
c) 01 (uma) **bateria inteligente recarregável** para a aeronave;
d) 01 (uma) **bateria adicional compatível** com o equipamento;
e) 01 (um) **hub ou estação para carregamento de baterias**;
f) 01 (um) **cartão de memória** de, no mínimo, 64 GB, com classe de velocidade compatível com gravação de vídeos em alta resolução;
g) 01 (um) **protetor para gimbal e conjunto óptico**;
h) 03 (três) pares de **hélices sobressalentes** (ou quantidade equivalente);

i) 01 (um) **adaptador/fonte de alimentação** para carregamento;
j) **cabos necessários** para alimentação, carregamento e transferência de dados;
k) 01 (uma) **maleta ou case rígido** para transporte e proteção do equipamento;
l) 01 (um) **módulo de comunicação** compatível com a plataforma para recursos de conectividade.

Parágrafo único. O equipamento descrito nesta Cláusula **permanecerá incorporado ao patrimônio público do Município de Muriaé**, transferindo-se ao **CESSIONÁRIO** exclusivamente a posse direta, a guarda e o direito de uso operacional, sendo expressamente vedada sua alienação, sublocação ou transferência a terceiros sem prévia e expressa autorização do Município.

2. Cláusula Segunda - Da Finalidade e Destinação Pública

A presente cessão de uso tem por finalidade exclusiva disponibilizar o equipamento ao **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais** para emprego em atividades de **relevante interesse público e coletivo** no âmbito do **Município de Muriaé**, alinhando-se às diretrizes de proteção socioambiental fixadas pelo CODEMA.

O equipamento será utilizado prioritariamente nas seguintes ações operacionais:

a) **prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais e urbanos** em todo o território municipal;
b) **operações de busca, resgate e salvamento** de pessoas em áreas urbanas, rurais e de difícil acesso;
c) **identificação, vistoria e mapeamento de áreas de risco** geológico, hidrológico e ambiental;
d) **apoio técnico e operacional** às ações de fiscalização e proteção ao meio ambiente conduzidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Muriaé.

3. Cláusula Terceira - Das Obrigações e Responsabilidades do Cessionário

Compete ao **CESSIONÁRIO**, no exercício da posse direta e uso do bem:

a) **receber o equipamento e seus acessórios** mediante termo de entrega e conferência minuciosa de seu funcionamento e estado de conservação;
b) **zelar pela guarda, segurança, abrigo e conservação** de todos os itens do conjunto, responsabilizando-se por sua integridade física durante a vigência do termo;
c) **operar o VANT exclusivamente por intermédio de militares capacitados e habilitados**, em estrita observância às normas e regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
d) **arcar integralmente com as despesas de manutenção preventiva e corretiva**, incluindo revisões periódicas, substituição de peças desgastadas, baterias e reparos técnicos necessários à perfeita operacionalidade e segurança de voo;
e) **utilizar o equipamento única e exclusivamente** para o atendimento das finalidades públicas estabelecidas neste instrumento, vedada a destinação privada ou o desvio de finalidade;
f) **comunicar imediatamente e por escrito ao CEDENTE** qualquer ocorrência de avaria, acidente de voo, queda, falha estrutural, extravio, furto ou roubo do equipamento ou de seus periféricos, adotando as medidas administrativas e de polícia judiciária cabíveis;
g) **permitir a vistoria e fiscalização periódica** do bem por servidores indicados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Muriaé;
h) **devolver o conjunto completo do equipamento ao CEDENTE** quando solicitado, ao término da vigência ou por motivo de revogação da cessão, nas mesmas condições em que foi recebido, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.

4. Cláusula Quarta - Das Obrigações do Cedente

Compete ao **CEDENTE**:

a) **entregar o bem móvel** com todos os seus acessórios descritos na Cláusula Primeira em adequadas condições de operação e conservação;
b) **acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições** pactuadas neste Termo, verificando a regularidade de sua destinação pública;
c) **adotar as providências administrativas e patrimoniais** cabíveis para o registro contábil e controle patrimonial da cessão no âmbito da Administração Pública Municipal.

5. Cláusula Quinta - Da Vigência por Prazo Indeterminado e da Atualização por Troca de Comando

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por **prazo indeterminado**, produzindo seus efeitos jurídicos a partir da data de sua assinatura, em virtude da natureza contínua das atividades de proteção ambiental e segurança pública desenvolvidas em mútua cooperação entre os entes estatais.

Parágrafo único. A continuidade da cessão fica expressamente condicionada à **obrigatoriedade de atualização cadastral e formalização de termo aditivo a cada mudança de gestão ou substituição do Comando da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar** responsável pela guarda e operação do equipamento em Muriaé/MG, garantindo a permanente identificação das autoridades responsáveis e a regularidade do controle patrimonial.

6. Cláusula Sexta - Da Revogação e Condições de Restituição do Bem

A presente cessão possui **natureza precária**, podendo ser **revogada unilateralmente a qualquer tempo pelo Município de Muriaé**, mediante decisão administrativa motivada, especialmente nas seguintes hipóteses:

a) **superveniência de interesse público ou necessidade administrativa** demonstrada pelo Município de Muriaé;
b) **descumprimento de quaisquer das obrigações** assumidas pelo Cessionário neste instrumento;
c) **utilização do drone ou de seus acessórios em finalidade diversa** daquelas estipuladas na Cláusula Segunda deste Termo;
d) **omissão na atualização formal do termo** por ocasião da assunção de novo comando na unidade militar.

Parágrafo único. Notificado da revogação ou do encerramento da cessão, o **CESSIONÁRIO** obriga-se a restituir imediatamente ao Município a aeronave, o controle remoto profissional, as baterias, os carregadores, os cabos, as hélices, o protetor de gimbal, o cartão de memória, o módulo de conectividade e a respectiva maleta de proteção, lavrando-se o competente Termo de Devolução e Encerramento.

7. Cláusula Sétima - Das Disposições Gerais e Foro

A presente cessão de uso é realizada em **caráter inteiramente gratuito**, não gerando qualquer encargo financeiro de contraprestação entre as partes celebrantes nem implicando alienação ou transferência da propriedade do equipamento, que permanece sob domínio inalterado do **Município de Muriaé**.

Os casos omissos ou eventuais dúvidas decorrentes da execução deste ajuste serão dirimidos em comum acordo entre os partícipes, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e supremacia do interesse público.

Fica eleito o **Foro da Comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento que não puderem ser solucionadas consensualmente na esfera administrativa.

E, por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, firmam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, perante as testemunhas instrumentárias abaixo qualificadas.

Muriaé/MG, 04 de setembro de 2026.

ADRIANA APARECIDA DE MORAIS RIBEIRO
Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade

CARLOS VITÓRIO CASSUCE JÚNIOR
2° Tenente BM
Comandante do 2° Pelotão de Bombeiros Militar de Muriaé

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:47B2D170

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE DEVOLUÇÃO E RECEBIMENTO DE VEÍCULO CEDIDO

TERMO DE DEVOLUÇÃO E RECEBIMENTO DE VEÍCULO CEDIDO
Pelo presente instrumento, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé – DEMSUR, neste ato representado por sua Diretora Geral, **PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA**, formaliza a devolução à Prefeitura Municipal de Muriaé/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, representada por sua Secretária Municipal de Saúde, **LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE**, do veículo anteriormente cedido ao DEMSUR conforme Termo de Cessão e Uso firmado em 23 de março de 2026.
O veículo objeto da presente devolução possui as seguintes características: caminhonete I/FORD RANGER XL 13F, ano de fabricação 2004, ano/modelo 2005, cor branca, placa HMN-1424, RENAVAM 00837734207, chassi 8AFER13F05J377181, combustível diesel, categoria oficial, carroceria cabine dupla e lotação indicada no documento veicular de 06 passageiros.
Nesta data, o DEMSUR devolve o veículo acima identificado à Secretaria Municipal de Saúde, que o recebe para os fins administrativos cabíveis, encerrando-se a posse direta decorrente da cessão.
A devolução compreende o veículo, sua chave e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, exercício 2026, conforme conferência realizada pelas partes no ato da entrega.
No momento da devolução, registra-se que o veículo se encontra nas mesmas condições de conservação em que foi recebido pelo DEMSUR:
A cópia deste Termo de Devolução deverá ser encaminhada ao Setor de Frotas do DEMSUR e do Município, para ciência, atualização dos respectivos registros e adoção das providências administrativas pertinentes.
Por estarem de acordo com a devolução e com as condições registradas neste instrumento, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Muriaé/MG, 1º de setembro de 2026.

Departamento Municipal de Saneamento Urbano– DEMSUR
PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé
LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Glenda Furlani Assad
Código Identificador:00F938C8

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2026

Prefeitura Municipal de Muriaé - Aviso de licitação – Pregão Eletrônico nº 084/2026 – Objeto: Aquisição de material de apoio de natureza complementar para o desenvolvimento do xadrez pedagógico, destinado ao atendimento aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Muriaé-mg, em atendimento às necessidades da secretaria municipal de educação, de acordo com as especificações e condições deste edital. Fica marcada a sessão de licitação para o dia 23/09/2026 às 13:00 h, por meio do Portal Bolsa Nacional de Compras – https://bnc.org.br/. O edital poderá ser obtido nos sites https://bnc.org.br/ e https://muriae.atende.net Informações complementares: Setor de Licitação - situado no Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé – MG. Telefone (32) 3696.3317

Publicado por:
Danielle Cassimiro Chaves
Código Identificador:7461876B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NAQUE

PREFEITURA DE NAQUE
AVISO DE LICITAÇÃO : PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE/MG

Processo Licitatório nº 066/2026, Pregão Eletrônico nº 024/2026, Registro de Preços nº 017/2026. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de pré-moldados em concreto (pisos intertravados, meios-fios e tubos), destinados à execução de serviços de infraestrutura urbana. Critério: Menor Preço por Item. Valor estimado: R$ 824.704,80. Recebimento das propostas: de 03/09/2026, às 00h01min, até 21/09/2026, às 08h50min. Abertura: 21/09/2026, às 09h00min, horário de Brasília/DF. Sessão e propostas:https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/. Edital:https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/e PNCP:https://pncp.gov.br/.

Naque/MG, 08 de setembro de 2026.

ROBSON DE SENA MOREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Delano Sergio Soares de Oliveira
Código Identificador:900F9128

PREFEITURA DE NAQUE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL : PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAQUE/MG
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Identificação do Processo

Processo Licitatório	nº 066/2026
Pregão Eletrônico	nº 024/2026
Registro de Preços	nº 017/2026
Critério de Julgamento	Menor Preço por Item
Valor Estimado	R$ 824.704,80 (oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e quatro reais e oitenta centavos)

Objeto
Registro de preços para futura e eventual aquisição de pré-moldados em concreto (pisos intertravados, meios-fios e tubos), destinados à execução de serviços de infraestrutura urbana do Município de Naque/MG.
Motivo da Retificação
A Prefeitura Municipal de Naque/MG, por meio do Pregoeiro/Agente de Contratação, torna público que, em virtude da não publicação do aviso de licitação em jornal de circulação na data originalmente prevista, fica RETIFICADA a publicação referente ao certame acima identificado, com a consequente alteração das datas de recebimento de propostas e de abertura da sessão pública, conforme especificado a seguir.
NOVA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até 21/09/2026, às 08h50min.

Abertura da sessão pública: 21/09/2026, às 09h00min, horário de Brasília/DF.

Disposições Gerais

Permanecem inalteradas todas as demais condições, cláusulas e disposições constantes do Edital originalmente divulgado, não havendo prejuízo à ampla concorrência e à isonomia entre os licitantes.

O Edital retificado encontra-se disponível para consulta e download nos seguintes canais oficiais:

Sessão Pública e Propostas	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
Edital	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	https://pncp.gov.br/

Naque/MG, 08 de setembro de 2026.

DELANO SÉRGIO SOARES DE OLIVEIRA
Pregoeiro(a) Oficial, Prefeitura Municipal de Naque/MG

Publicado por:
Delano Sergio Soares de Oliveira
Código Identificador:C291D18A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DISPENSA N° 038/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O Município de Natalândia/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que durante 03 dias úteis da publicação deste extrato estará recebendo propostas para a contratação direta no âmbito da Lei Federal n° 14.133/2021, para participarem da "DISPENSA nº 038/2026", cujo objeto é contratação de empresa especializada para Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria tributária para a confecção da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Natalândia/MG, compreendendo a definição das zonas fiscais, a atualização dos valores do metro quadrado dos terrenos e das edificações, a adequação do cadastro imobiliário e o suporte à atualização das tabelas do sistema de gestão do IPTU, visando ao aperfeiçoamento da administração tributária municipal. A convocação para apresentação das propostas poderá ser obtido gratuitamente no site http://www.natalandia.mg.gov, maiores informações telefone: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 08 de setembro de 2026.

ALCIDES RIBEIRO DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Fazenda

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:4D4DCB40

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2026

A Prefeitura Municipal de Natalândia-MG, através de sua Pregoeira, torna público que realizará a licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, nº 031/2026, do tipo Menor Preço Por Item/Lote. **Objeto:** A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos diversos, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Cultura, bem como das demais Secretarias Municipais, para utilização em projetos esportivos, atividades escolares, competições, campeonatos, eventos, programas sociais e ações de promoção do esporte e do lazer. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h00min do dia 22/09/2026. Data e horário do início da disputa: às 09h00min do dia 22/09/2026. Edital no endereço eletrônico www.bnc.org.br e site http://www.natalandia.mg.gov. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 08 de setembro de 2026.

SIMONE AMORIM DE SOUZA
Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:642F818A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0163/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0163/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - 3 IRMAOS DISTRIBUIDORA LTDA, 55.997.343/0001-64
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
PREGÃO PRESENCIAL - 0025/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000094/26
VIGÊNCIA:03/09/2026 À 02/09/2027
VALOR: 4.216,00

NATERCIA - MG - DATA 03/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:F411EB1B

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0165/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0165/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - SUPERMERCADO SAGRADA FAMILIA LTDA, 29.819.306/0001-56
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA/MG.
PREGÃO PRESENCIAL - 0025/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000094/26
VIGÊNCIA:04/09/2026 À 03/09/2027
VALOR: 201.145,14
NATERCIA - MG - DATA 04/09/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:11DCCA22

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Contrato nº 382026/2026. Processo Licitatório nº 101/2026. Dispensa nº 022/2026. Objeto: contratação com objetivo de elaboração do projeto executivo completo e dos estudos técnicos necessários à implantação do sistema simplificado de abastecimento de água na região do Parque Ecológico, no município de Nepomuceno/MG. Vigência: 30 (Trinta) dias. Valor Global: R$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e o **Consórcio Regional de Saneamento Básico - CONSANE**, CNPJ nº 24.990.099/0001-94.

Nepomuceno, 28/08/2026.

BENEDITO FRANCISCO DE PAULA FELISBINO –
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:96E5382F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG.
LICITAÇÃO N.º 085/2026 - Pregão Presencial N.º 041/2026.
AVISO.
O Município de Nova Ponte, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial N.º 041/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa para aquisição de implementos agrícolas novos, sem uso anterior, destinados ao fortalecimento da infraestrutura produtiva rural do Município, especialmente ao apoio às atividades agrícolas e aos produtores rurais e agricultores familiares, conforme condições e exigências especificadas no Termo de Referência, sendo que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 21/09/2026 às 09h00, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Ponte. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte – MG, 08 de setembro de 2026.

GILMAR ABADIO DE REZENDE.
Pregoeiro.

Publicado por:
Talita Ferreira Castro
Código Identificador:BBC0850C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026 - EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS –

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 156/2026 - Modalidade Pregão Eletrônico nº 057/2026 – Registro de Preços nº 042/2026 - Extrato de Registro de Preços – Objeto. Aquisição de placas de homenagem e de inauguração personalizadas, destinadas ao reconhecimento, identificação e registro oficial de obras, prédios públicos, projetos e demais ações da Prefeitura Municipal de Ouro Fino. Ata de Registro de Preços nº 186/2026 – Signatário: Gilmar de Freitas Placas em Aço Inox ltda – Valor Estimado R$ 780,00 – Ata de Registro de Preços nº 187/2026 – Signatário: Carboni Artes Gráficas ltda Assinatura: 03/09/2026 - Validade (12) meses após assinatura da Ata -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:C4B0961D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O **MUNICÍPIO DE PAINEIRAS**, por seu Poder Executivo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.296.674/0001-04, com sede na Praça Terezinha de Vargas Mendonça, nº 288, Bairro Centro, por intermédio da Coordenação de Licitações e Contratos, torna público em seu sítio eletrônico: www.paineiras.mg.gov.br e no Portal de Compras Públicas https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, com na Lei Federal nº 14.133/2021, a manifestação de interesse da Administração de **promover credenciamento de pessoas especializadas na prestação de serviços técnicos destinados à preparação, organização, divulgação e realização de leilão público, visando a alienação de bens móveis inservíveis, ociosos e irrecuperáveis pertencentes ao Município de Paineiras/MG.**

Data de Início do Credenciamento:	11/09/2026 às 12h00min
Data Final de Recebimento de Proposta:	10/09/2030 às 12h00min
Abertura de Cartas de Credenciamento:	A partir de 11/09/2026 às 12h01min

Paineiras, 08 de setembro de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:0AE352EB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026

O Prefeito Municipal de Paineiras/MG, Sr. Osman de Castro Menezes, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Prefeitura Municipal de Paineiras celebrou Ata de Registro de Preços com as empresas:

Licitante Vencedora	CNPJ	Valor Registrado
ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PAPELARIA LTDA	31.486.195/0001-55	R$ 4.733,13
ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA	32.876.614/0001-28	R$ 25.687,20
ATITUDE EMPREENDIMENTOS EM SERVICOS LTDA	04.328.924/0001-72	R$ 52.862,75
GELCIMAR MAXIMO MOREIRA	32.589.188/0001-41	R$ 37.125,07
M3. BUSINESS GROUP LTDA	54.494.740/0001-50	R$ 12.091,87
MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	47.484.691/0001-00	R$ 51.576,33
ZENIKSO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	65.302.199/0001-58	R$ 5.624,15

nos termos da Lei Federal n.º 14.133, para o Registro de preços para Aquisição de material de expediente e material didático-pedagógico para atender às necessidades das Unidades Administrativas Municipais.
Valor total homologado: R$ 189.700,50 (cento e oitenta e nove mil e setecentos reais e cinquenta centavos).
Vigência: de 09/09/2026 até 08/09/2027.
Assinatura: 08/09/2026.

Paineiras/MG, 15 de julho de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:3086A9C8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMNETO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO...: 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....: 57/2026
INEXIGIBILIDADE.....: 15/2026
CREDENCIAMENTO.....: 7/2026
CREDENCIANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG
CREDENCIADA.....: CENTRO OESTE TRATORS LTDA
CNPJ.....: 03.018.577/0001-19
OBJETO.....: Contratação de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, máquinas pesadas e equipamentos integrantes da frota municipal, com vistas a assegurar sua adequada conservação, disponibilidade operacional, segurança, eficiência e continuidade na prestação dos serviços públicos desempenhados pelas diversas Unidades Administrativas do Município.
VIGÊNCIA.....: De 09/09/2026 até 08/09/2027
DATA DE ASSINATURA.....: 08/09/2026

Paineiras/MG,08 de setembro de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:890AE6E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº13837/2026.OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE:** Rotary Club de Paracatu Universitario **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil, o Rotary Club de Paracatu Universitario inscrita no CNPJ n°:08.817.238/0001-16, nos termos do Inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação , previsto no art.32 da Lei Federal nº 13.019/2014.Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.Paracatu MG, 08 de setembro de 2026.**IGOR ARAÚJO DINIZ**.Secretário Municipal de Turismo, Portaria nº 0426/2025.

Paracatu MG, 08 de setembro de 2026.

IGOR ARAÚJO DINIZ,
Secretário Municipal de Turismo, Portaria 0426/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:F38A3A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 261/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu-ADESP**, **CNPJ nº: 04.895.913/0001-74 DATA:** 04/09/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 11992/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Realização da 4ª edição do Empreenda Paracatu, iniciativa voltada à qualidade de empreendedores, empresários, estudantes e da comunidade, contribuindo para ampliar o acesso ao conhecimento, às oportunidades de negócios e às tendências do mercado. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.18.01.23.691.0036.1042.3.3.50.41, Ficha: 1.739. VALOR: R$200.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 8 (oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura e subsequente publicação. ASSINATURAS:** Urbano Men de Sá, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, convenente, e, Márcio da Silva Couto, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:07A216FD

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ARP PE SRP 32/2026

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 7.625/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 312/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **OBRA CERTA HOME CENTER LTDA FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal n.º 14.133/2021. **PROCESSO: 7.625/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PREDIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS**. **DATA: 21/08/2026. VENCIMENTO: 09/09/2027. VALOR: R$ 348.550,64. ASSINATURAS: JOSÉ EDUARDO TREVISAN MORAES, EMERSON ANTÔNIO GARCIA, FABRICIO JORDAO BOTELHO, UMARQUES DA SILVA COUTO, ANA MARIA DE ANDRADE SILVA e TIAGO DE DEUS DA SILVA** pela contratante e **OBRA CERTA HOME CENTER LTDA** pela contratada.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 313/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **GM TINTAS LTDA FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal n.º 14.133/2021. **PROCESSO: 7.625/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PREDIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS**. **DATA: 21/08/2026. VENCIMENTO: 09/09/2027. VALOR: R$ 348.550,64. ASSINATURAS: JOSÉ EDUARDO TREVISAN MORAES, EMERSON ANTÔNIO GARCIA, FABRICIO JORDAO BOTELHO, UMARQUES DA SILVA COUTO, ANA MARIA DE ANDRADE SILVA e TIAGO DE DEUS DA SILVA** pela contratante e **GM TINTAS LTDA** pela contratada.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **EXATA SERVICE LTDA FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal n.º 14.133/2021. **PROCESSO: 7.625/2026. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PREDIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS**

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS. **DATA: 21/08/2026. VENCIMENTO: 09/09/2027. VALOR: R$ 348.550,64. ASSINATURAS: JOSÉ EDUARDO TREVISAN MORAES, EMERSON ANTÔNIO GARCIA, FABRICIO JORDAO BOTELHO, UMARQUES DA SILVA COUTO, ANA MARIA DE ANDRADE SILVA e TIAGO DE DEUS DA SILVA** pela contratante e **EXATA SERVICE LTDA** pela contratada

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:D1454770

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ ADJUDICAÇÃO – PROCESSO Nº. 036/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2026.

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas para prestar serviços de segurança e brigadista, para atender a diversos eventos que serão realizados pelo Município de Pedra do Indaiá/MG.

A Agente de Contratação deste órgão, adjudica o objeto do processo licitatório a empresa **Beseg Monitoramento e Serviços, CNPJ nº 53.538.620/0001-45,** o valor total da contratação será de R$ 390.500,00 (Trezentos e noventa mil e quinhentos reais).

Pedra do Indaiá/MG, 27 de agosto de 2026.

KARINA DE MELO SANTOS.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:272B5C54

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 072/2024, PROCESSO Nº. 039/2024, PREGÃO/REGISTRO DE PREÇO Nº. 008/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG** – CNPJ: 18.308.759/0001-00.

Contratada: **AUTO POSTO DA PEDRA LTDA., -** CNPJ: 26.262.416/0001-71.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá/MG e de suas secretarias;

Termo Aditivo referente redução nos valores de mercado para os itens 01 “Gasolina” que de R$ 6,29 passou a ser R$ 6,29, 02 “Etanol” que de R$ 4,26 passou a ser R$ 4,09 e 03 “Diesel S10” que de R$ 8,49 passou a ser R$ 7,05.

Pedra do Indaiá, 04 de setembro de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:123BE889

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº. 036/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2026.

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas para prestar serviços de segurança e brigadista, para atender a diversos eventos que serão realizados pelo Município de Pedra do Indaiá/MG.

O Prefeito do Município de Pedra do Indaiá considerando a regularidade do processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

Pedra do Indaiá/MG, 27 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:427FE2A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA MAKTUB - ACCEM - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 036/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 036/2026

PARTÍCIPES: Município de Perdões/MG e Associação Comunitária de Comunicação Educativa Maktub – ACCEM.

OBJETO: Conjugação de esforços para execução do projeto previsto no Plano de Trabalho, visando ao custeio da manutenção mensal da ACCEM, incluindo aluguel e despesas operacionais e administrativas, destinado à promoção do serviço de radiodifusão comunitária.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações; Lei Orgânica do Município; Lei Orçamentária Anual nº 3.657/2025; e Lei Municipal nº 3.694/2026.

RECURSOS FINANCEIROS: R$ 11.000,00 (onze mil reais), provenientes de emenda parlamentar impositiva, a serem repassados em 02 (duas) parcelas iguais de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 04 de setembro de 2027, compreendendo o período de execução de 12 (doze) meses, acrescido do prazo para apresentação e análise da prestação de contas final.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Delson Eduardo Antônio – Presidente da Associação Comunitária de Comunicação Educativa Maktub – ACCEM.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:15DBC0A2

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO CORPORAÇÃO MUSICAL LIRA PERDOENSE - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 039/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 039/2026

PARTES: Município de Perdões/MG e Corporação Musical Lira Perdoense.

OBJETO: Conjugação de esforços para execução do projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado, destinado à aquisição, instalação, montagem, configuração e operacionalização inicial de equipamentos permanentes, conforme as condições estabelecidas no instrumento de parceria.

VALOR: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, admitida prorrogação mediante Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, Lei Orgânica do Município, Lei Orçamentária vigente, Dispensa de Chamamento Público e Plano de Trabalho aprovado.

RECURSOS: As despesas correrão à conta da dotação orçamentária constante na lei de indicação da emenda ou outra que legalmente venha a substituí-la durante a vigência da parceria.

DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal; Stellamaris Rosário de Cássia Alvarenga Saraiva – Presidenta da Corporação Musical Lira Perdoense.

Município de Perdões/MG, 09 de setembro de 2026.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:5BED3969

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.607 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA DE PERDÕES/MG, DESIGNA SUA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA-EXECUTIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 5.607 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA DE PERDÕES/MG, DESIGNA SUA PRESIDÊNCIA E SECRETARIA-EXECUTIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.510, de 5 de dezembro de 2024, e o Decreto Municipal nº 5.334, de 6 de junho de 2025;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Perdões/MG os seguintes representantes:

I – representantes governamentais:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
titular: Adriana Aparecida Arnhold Alvarenga;

b) Secretaria Municipal de Educação:
titular: Lívia Alvarenga Ribeiro Pereira;

c) Secretaria Municipal de Saúde:
titular: MariaMadalenade Olivera

d) Secretaria Municipal de Esportes:
Titular: Paulo Roberto dos Santos

e) Secretaria Municipal de Agricultura:
titular: Ana Paula Bastos

II – representantes da sociedade civil:

a) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:
titular: Glícia Garcia Pereira;

b) Santa Casa de Misericórdia de Perdões:
titular: Maria Alice Ferreira Selvatti;

c) Casa de Apoio Renascer:
titular: Pâmela Romão;

d) Associação dos Aposentados e Pensionistas de Perdões e Região:
titular: Eudes José Freire

e) Associação de Amparo aos Condenados de Perdões:
titular: Jerry de Lima;

f) Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões – AMAGRI:
titular: Margarida Eleusa Jerônimo e Ferreira;

g) Lar Vicentino Chico Norberto:
titular: Marcela Alvarenga Ferreira Carvalho;

h) Associação de Fomento Artístico e Cultural Mundo Cênico:
titular: Sara Aline Rodrigues de Sales;

i) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Perdões – APAE:
titular: Katiane Aidê Mancini Rodrigues;

j) Lar, Trabalho e Escola do Menor Perdoense:
titular: Paulo Sérgio Ribeiro;

Art. 2º. Fica designada Glícia Garcia Pereira, representante da sociedade civil, para exercer a função de Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

Art. 3º. Fica designada Adriana Aparecida Arnhold Alvarenga para exercer a função de Secretária-Executiva do COMSEA, competindo-lhe prestar apoio técnico e administrativo ao funcionamento do Conselho.

Art. 4º. O mandato dos representantes da sociedade civil será de dois anos, permitida a recondução, conforme o Decreto Municipal nº 5.334/2025.

Art. 5º. Os conselheiros nomeados exercerão suas funções sem remuneração, sendo sua participação considerada serviço público relevante.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 08 de setembro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:EB22225C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.608 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PERDÕES – CMH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 5.608 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PERDÕES – CMH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 2.539, de 24 de março de 2008;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, para compor o Conselho Municipal de Habitação de Perdões – CMH, para mandato na forma estabelecida pela legislação municipal, os seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Adriano de Castro Pereira

b) Procuradoria Geral do Município de Perdões, Sávio Carvalho dos Santos

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, Jucilaine Neves Sousa Wivaldo

d) Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Públicos, Luciana Maria Arriel Soares

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Associações de Moradores e Centros Comunitários, Jéssica C. Rasmine eTiago Aparecido Freire

b) Sindicato Rural de Perdões, Maria Cristina Oliveira Vilela.

c) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG – 120ª Subseção de Perdões, Maria Cardoso Freire.

Art. 2º. Os membros titulares e suplentes ora nomeados exercerão suas funções observando as disposições da Lei Municipal nº 2.539, de 24 de março de 2008, e demais normas aplicáveis ao Conselho Municipal de Habitação

Art. 3º. A participação dos membros do Conselho Municipal de Habitação será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada, salvo disposição legal em contrário.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Habitação deverá observar, em sua atuação, as competências, atribuições e demais disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 2.539, de 24 de março de 2008

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 08 de setembro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:DFE415BB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LATEMP - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 033/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 033/2026

Partícipes: MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG e O LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE – LATEMP.

Objeto: Conjugação de esforços para a execução do Plano de Trabalho, visando à melhoria das condições de atendimento às crianças e adolescentes assistidos pela O LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE – LATEMP.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, Lei Orgânica do Município, Lei Orçamentária Anual nº 3.657, de 30 de dezembro de 2025, e Lei Municipal nº 3.694, de 25 de junho de 2026.

Valor: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Fonte dos Recursos: Emenda Parlamentar Impositiva.

Vigência: Da data de assinatura até 31 de agosto de 2027.

Repasse: O valor será repassado em até 04 (quatro) parcelas iguais de R$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais), conforme cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho.

Data da Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Signatários: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Tereza Jorge de Bastos – Presidente da O Lar Trabalho e Escola do Menor Perdonense – LATEMP.

Perdões/MG, 31 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:52D4A360

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PARA CONTRATAÇÃO 79/2026

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Rua José Tomas Pereira- 290 - Centro – Fone (35) 3864-1281
E-mail: educação.perdoes.mg.gov.br
CNPJ – 18.244.343/0001-67
EDITAL DE CHAMADA PARA CONTRATAÇÃO 79/2026

O Prefeito Municipal comunica aos candidatos à Função Pública sobre a chamada para atender as escolas da rede municipal de Perdões**,** conforme especificações abaixo:
Função: Auxiliarde serviços educacionais

Dia: 09/09//26 Horário: 13h15Local: Secretaria Municipal de Educação

Local	Turno	Período
Cemei Maria da Penha Mendes - Retiro	Manhã	10/09/26 A 08/10/26

Apresentar originais de todos estes documentos e observar as diretrizes do Decreto de Contratação 5.445/25 03/12/25:
I - Documento de identidade e CPF;
II – Comprovante de habilitação ou diploma registrado;
III – Declaração de conclusão de curso com data de validade de até 30 dias;

IV – Comprovante de quitação eleitoral;

V – Comprovante de regularidade militar (para candidatos do sexo masculino, quando aplicável);

VI – Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração de não inscrição;

VII – Comprovante de endereço atualizado;
VIII – Certidão de tempo de serviço, se utilizada para classificação;

IX – Declaração de regularidade de CPF, emitida no momento do edital;

IX – Demais documentos específicos do cargo, conforme o Anexo I, II e III.

A Qualificação cadastral para o e-social - será emitida na hora do edital.

Perdões, 08 de setembro de 2026

MÁRCIA REGINA MARTINS BARTELS

Publicado por:
Márcia Regina Martins Bartels
Código Identificador:D0B63398

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11843/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA) - MARIA CLARICE DOS SANTOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11843/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO (FUNÇÃO PÚBLICA)

– DAS PARTES:

– MUNICÍPIO DE PERDÕES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça 1º de Junho, nº 03, Centro, Perdões/MG, CGC/MF nº 18.244.343/0001-67, neste denominado **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal, Guilherme Pereira Freitas, brasileiro, servidor público municipal, e do outro lado;

- MARIA CLARICE DOS SANTOS, brasileira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Educacionais, portadora do CPF n.º 546.xxx.xxx-06, residente na Rua: Otávio Pereira Guimarães, Bairro de Lourdes – Perdões/MG, neste denominada **CONTRATADA,** celebram o presente termo.

2 – DOS CONSIDERANDOS:
2.1 – Necessidade inadiável do contratado para o bom e regular atendimento na área da Educação , para atuar como Auxiliar de Serviços Educacionais, em substituição a servidora efetiva *Michele Fátima Pádua de Paula*, que se encontra de férias prêmio.
2.2 – Observando o disposto na Lei Orgânica Municipal;
2.3 – Possibilidade Jurídica de contratação em caráter temporário, função pública, amparado na Lei Complementar nº 031/10 de 19.03.2010.

2.4 – Autorização legal quanto ao orçamento; rubrica 02.07.01.12.361.1201.2051.3.1.90.04.00 ficha 217

3 – DO OBJETO
Constitui objeto deste Contrato Administrativo a contratação de **MARIA CLARICE DOS SANTOS,** como Auxiliar de Serviços Educacionais, atuando junto a **Secretaria Municipal de Educação** com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, sob o vínculo de natureza estatutária.

4 – DA REMUNERAÇÃO
Pela prestação de serviços a contratada fará jus a remuneração de R$ 1.699,37 (um mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), endo o referido valor passível dos descontos previdenciários.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
5.1 – Cumprir com fidelidade o presente Contrato;
5.2 – Dar integral cumprimento à legislação aplicável.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
6.1 – Cumprir jornada de trabalho conforme estipulado no item "3";
6-2 – Cumprir com fidelidade todas as ordens emanadas da **Secretaria Municipal de Educação**, bem como se submeter ao regime constitucional adotado pela Prefeitura Municipal de Perdões.

7 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO DESTE CONTRATO
7.1 – Por acordo entre as partes;
7.2 – Término do prazo aludido no item 8;
7.3 – Vontade unilateral do contratante amparada no interesse público;
7.3 – Ausência da contratada por prazo superior a 3 (três) dias, alternados ou não, de forma injustificada.

8 – DO PRAZO
O presente contrato é por prazo determinado, iniciando-se em **08 de setembro de 2026 a 30 de outubro de 2026** podendo ocorrer antecipação de sua vigência atendendo a portaria n.º 9.346/23 ou prorrogação havendo interesse das partes.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1 – Este contrato é de direito público e ao ser interpretado obedece às normas respectivas, em especial a lei complementar nº031/10 de 19.03.2010.

9.2 – As partes elegem o foro da comarca de Perdões para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, não solucionadas pela via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Perdões, 08 de setembro de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

MARIA CLARICE DOS SANTOS
Contratada

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:92414B23

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

vEXTRATO DE CONTRATO N° 187/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026

Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 33.823.484 SERGIO ROBERTO CALIXTO NICACIO, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 33.823.484/0001-28.
Valor do Contrato: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico "Serginho Nicácio" a ser realizada no dia 11 de setembro de 2026, durante a realização do evento da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 3:00 (três horas) de apresentação, iniciando às 20 hrs do dia 11/09/2026 e finalizando o show às 23:hrs .
Composição de valores:Vocalista: R$ 1.200,00;Transporte van: R$ 700,00 ;Tecladista: R$ 600,00;Guitarrista: R$ 600,00;Alimentação: R$ 250,00;Administrativo: R$ 250,00;Vocalista: R$ 1.200,00;Transporte van: R$ 700,00;Tecladista: R$ 600,00;Guitarrista: R$ 600,00;Alimentação: R$ 250,00;Administrativo: R$ 250,00

EXTRATO DE CONTRATO N° 188/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026

Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.

Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 64.610.809/0001-18
Valor do Contrato: R$ 3.000,00 (três mil reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico "DJ Maycol" a ser realizada no dia 12 de setembro de 2026, durante a realização do evento da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 2:00 (duas horas) de apresentação, iniciando às 01 hrs do dia 12/09/2026 e finalizando o show às 03:hrs .
Composição de valores:DJ: R$ 1.000,00;Produtora: R$ 350,00;VioMaker: R$ 550,00;Ajudante: R$ 300,00;Transporte: R$ 500,00;Alimentação: R$ 300,00.

EXTRATO DE CONTRATO N° 189/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026
Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 64.610.809/0001-18
Valor do Contrato: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico " Dupla Felipe Luan" a ser realizada no dia 12 de setembro de 2026, durante a realização do evento da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 2:30 (duas horas e trinta min) de apresentação, iniciando às 20:30 hrs do dia 12/09/2026 e finalizando o show às 23:hrs
Composição de valores:2 Vocalista: R$ 6.000,00;Baterista: R$ 500,00;Baixo: R$ 500,00;Guitarra: R$ 500,00;Violão: R$ 500,00;Técnico de Som: R$ 1.200,00;Produtora: R$ 1.000,00;Transporte: R$ 3.000,00;Alimentação: R$ 800,00

EXTRATO DE CONTRATO N° 190/2026

PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026
Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 64.610.809/0001-18
Valor do Contrato: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico "DJ Joaozinho Dellux" a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante a realização do evento da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 2:30 (duas horas e trinta min) de apresentação, iniciando às 1:00 hr do dia 13/09/2026 e finalizando o show às 3:hrs e 30 min.
Composição de valores:DJ: R$ 2.500,00;Produtora: R$ 400,00;Video Maker: R$ 400,00;2 Dançarinos: R$ 800,00;Efeitos Especiais: R$ 400,00;Transporte: R$ 1.000,00;Alimentação: R$ 500,00

EXTRATO DE CONTRATO N° 191/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026

Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 64.610.809/0001-18
Valor do Contrato: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico "Banda Social do Samba" a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante a realização do evento da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 3:00 (três horas) de apresentação, iniciando às 17:00 hrs do dia 13/09/2026 e finalizando o show às 20:hrs .
Composição de valores:Vocalista: R$ 750,00;Staff: R$ 400,00;Violão: R$ 400,00;Pandeiro voz: R$ 400,00;Surdo, rebolo: R$ 400,00;Cavaco: R$ 400,00;Reco reco voz: R$ 400,00;Bateria completa: R$ 400,00;Produtor dia: R$ 500,00;Transporte: R$ 450,00;Alimentação: R$ 500,00

EXTRATO DE CONTRATO N° 192/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026

Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 64.610.809/0001-18
Valor do Contrato: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico "Wilton Bacana e Pedro Salgado" a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, durante a realização do evento da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 2:00 (duas horas) de apresentação, iniciando às 15 hrs do dia 13/09/2026 e finalizando o show às 17:hrs.
Composição de valores:Dupla: R$ 1.000,00;Produtora: R$ 200,00;Transporte: R$ 500,00;Alimentação: R$ 300,00

EXTRATO DE CONTRATO N° 193/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 066/2026

Objeto: Contratação dos serviços de show artístico das Bandas: "Serginho Nicácio", "DJ Maycol" " Dupla Felipe e Luan" "DJ Joaozinho Dellux" "Wilton Bacana e Pedro Salgado" "Banda Social do Samba" "Banda Silvia e Companhia" para serem realizados nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2026, durante a realização da "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", em Piedade de Ponte Nova – MG, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados no termo de referência em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: 64.610.809 CRISTIANO PEREIRA BATISTA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 64.610.809/0001-18

Valor do Contrato: R$ 3.000,00 (três mil reais).
A vigência é até o dia 14 de setembro de 2026.
Item: 01
Especificações:Contratação dos serviços de show artístico "Silva e Companhia" a ser realizada nos dias 13 de setembro de 2026, durante a realização do evento "XXXIV Festa do Piedadense Ausente 2026", com duração de 02h:30min de apresentação, iniciando às 20:00hrs do dia 12309/2026 e finalizando o show às 22:30 hrs .
Composição de valores:Vocalista: R$ 900,00;Guitarra: R$ 400,00;Teclado: R$ 400,00;Produtora: R$ 600,00;Transporte: R$ 350,00;Alimentação: R$ 350,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 94/2025

PROCESSO LICITATORIO N° 032/2024

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios em atendimento ao município de Piedade de Ponte Nova, conforme exigências, condições, especificações e quantitativos discriminados neste termo de referência.
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG, CNPJ 18.316.257/0001-12.
Contratado: Carlos Antônio de S. Ravaiano inscrito no CNPJ sob o n° 30.883.097/0001-99
Valor do contrato : R$ 485.313,16 (quatrocentos e oitenta e cinco mil trezentos e treze reias e dezesseis centavos)
Vigência: O contrato terá vigência até 12 de agosto de 2027.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:8DAEA6C7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 194/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 039/2024

Objeto: Aquisição de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, em atendimento às necessidades das Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação do Município de Piedade de Ponte Nova – MG
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: Minasfor LTDA ME, inscrito no CNPJ sob o n° 14.419.879/0001-15.
Valor do Contrato: R$ 34.637,81 (trinta e quatro mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos).
A vigência é até o dia 21 de agosto de 2027.

EXTRATO DE CONTRATO N° 195/2026
PROCESSO LICITATORIO N° 039/2024

Objeto: Aquisição de aquisição de gás de cozinha e vasilhame de gás para atendimento das Secretarias do Município de Piedade de Ponte Nova/MG, conforme as condições especificadas neste Edital
Contratante: Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova, inscrito no CNPJ de n° 18.316.257/0001-12.
Contratado: Comercial Milena Brandão LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob o n° 23.332.372/0001-10
Valor do Contrato: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
A vigência é até o dia 08 de setembro de 2027.

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:86EA1D97

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE RATIFICAÇÃO DA INEXGIBILIDADE 006/2026

A Prefeitura Municipal de Pirajuba torna público nos termos da lei 14.133/2021 e suas alterações que fará realizar a ratificação da inexigibilidade Processo administrativo 099/2026 Inexigibilidade 006/2026. Objeto: REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS E ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS, VINCULADO AO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA-PMCMV, NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA MG. Data da ratificação: 18 de junho de 2026. Contratado: **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)** CNPJ: 03.773.834/0001-28. Valor: R$ 81.250,00 (oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Pirajuba MG, 18 de junho de 2026.

AIRTON ALVES.
Prefeito

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:A55FECA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
EXTRATO DO CONTRATO 024/2026 INEXGIBILIDADE 006/2026

A Prefeitura Municipal de Pirajuba torna público nos termos da lei 14.133/2021 e suas alterações que fará realizar a assinatura do contrato 024/2026 proveniente do Processo administrativo 099/2026 Inexigibilidade 006/2026. Objeto: REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS E ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS, VINCULADO AO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA-PMCMV, NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA MG. Data da assinatura: 16 de julho de 2026. Contratado: **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA, DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS (SESI / DRMG)** CNPJ: 03.773.834/0001-28. Valor: R$ 81.250,00 (oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais). Vigência: 18 meses após a assinatura.

Pirajuba MG, 16 de julho de 2026.

AIRTON ALVES.
Prefeito.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:E22DAED2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 037/2026

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 037/2026 REFERE-SE A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS À SALA MULTISSENSORIAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL MARIA ANTÔNIA DOMINGOS MENDONÇA, PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAJUBA/MG. CONVENIO 1261003876/2026, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 29 De setembro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 08 de setembro De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:6E2A1084

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 038/2026

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 038/2026 REFERE-SE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS MATRICULADO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LAZARO ROSA MUNIZ, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO. Transferência Especial nº 004763-2026., nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 01 De outubro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 08 de setembro De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:CE3DBBC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
PORTARIA Nº 069/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia membros que irão compor a estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Piranga/MG, e dá outras providências.

O **MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG**, por meio do Prefeito Municipal, LUIS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1789/2020, responsável por criar a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Piranga/MG;
CONSIDERANDO o Decreto nº 3017/2020, de 06 de março de 2020, o qual foi responsável por regulamentar a Lei Municipal nº 1789/2020;
CONSIDERANDO que o Decreto supracitado dispõe, em seu art. 3º, que a COMPDEC terá a seguinte estrutura: Coordenador Executivo, Conselho Municipal, Apoio administrativo/Secretaria, Setor Técnico e Setor Operacional; cuja designação caberá ao Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO, ainda, o melhor interesse público, bem como os princípios que regem a Administração Pública;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear os seguintes membros para compor a estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Piranga/MG:
I – **SILVÉRIO FELISBERTO FILHO** (Coordenador Executivo)
II – (Conselho Municipal)
a) **ANTÔNIO JOSÉ ROSA** (Representante da Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Abastecimento);
b) **FLÁVIO ALOÍSIO MACIEL** (Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbanístico);
c) **GABRIELA APARECIDA OLIVEIRA DA COSTA** (Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social);
d) **HUDSON DA SILVA ZACARIAS** (Representante da Câmara dos Vereadores de Piranga/MG);
e) **FRANCISCO LOURIVAL RIBEIRO** (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Piranga/MG);
III – **GUSTAVO CIRILO RAMALHO** (Apoio administrativo/Secretaria);
IV – **FLAVIA RIBEIRO SOUZA** (Setor Técnico);
V - **JOSE CARLOS SANTANA** (Setor Operacional).
Art. 2°. Fica revogada a Portaria nº. 103/2025.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Piranga-MG, 08 de setembro de 2026.

LUIS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Código Identificador:FDCA9650

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Proc. Licitatório nº. 092/2026. Concorrência Eletrônica nº. 90002/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com fulcro na Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, HOMOLOGA a Concorrência Eletrônica que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, NA COMUNIDADE TAQUARAÇU, ÁREA RURAL, MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. Contratada: DL CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - CNPJ: 61.460.260/0001-34 no valor total de R$562.459,33 (quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos). Período de 08 (oito) meses.

Piranga/MG, 08/09/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:CEB030E4

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PENALIDADE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRANGA/MG**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a aplicação de penalidade administrativa à empresa **SF TRANSPORTE E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **50.004.733/0001-72**, em razão dos fatos apurados no **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 010/2026**, instaurado para apuração de descumprimento de obrigações assumidas no âmbito do **Processo Administrativo nº 153/2025 – Pregão Eletrônico nº 90052/2025 – Registro de Preços nº 036/2025**, formalizado pela **Ata de Registro de Preços nº 041/2025**.

Após regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, restou caracterizada a prática da infração administrativa prevista no art. 155, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, consistente em dar causa à inexecução total da obrigação contratual assumida, diante da ausência de início da execução dos serviços de retroescavadeira formalmente solicitados pela Administração por meio da Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001, mesmo após notificações administrativas, indeferimento da justificativa apresentada e concessão de novo prazo para cumprimento da obrigação, sem apresentação de justificativa idônea e devidamente comprovada capaz de afastar a responsabilidade da empresa.

Dessa forma, com fundamento no art. 156, incisos II e III, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições do edital,

do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 041/2025, foram aplicadas à empresa as seguintes penalidades:

a) multa administrativa no percentual de **10% (dez por cento)** sobre o valor da Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001, no montante de **R$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais)**, correspondente ao valor de **R$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais)**;

b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de **03 (três) anos**;

c) cancelamento do registro da empresa na **Ata de Registro de Preços nº 041/2025**, em razão do descumprimento das obrigações assumidas.

A decisão administrativa tornou-se definitiva na esfera administrativa após o julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa, cujo desprovimento foi publicado em **27 de agosto de 2026**, não cabendo novo recurso administrativo.

Piranga/MG, 08 de setembro de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:CD2F9B27

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PENALIDADE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRANGA/MG**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a aplicação de penalidade administrativa à empresa **CRM DISTRIBUIDORA MEDICAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº **41.818.340/0001-01**, em razão dos fatos apurados no **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 005/2026**, instaurado para apuração de descumprimento de obrigações assumidas no âmbito do **Processo Administrativo nº 193/2025 – Dispensa Eletrônica nº 036/2025**, formalizado pelo **Contrato nº 295/2025**, cujo objeto consiste na aquisição de materiais médico-hospitalares.

Após regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, restou caracterizada a prática da infração administrativa prevista no **art. 155, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, consistente em dar causa à inexecução parcial do contrato que causou grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo, diante da ausência de entrega integral dos materiais médico-hospitalares vinculados às Solicitações nº 3841/2025 e nº 3840/2025, mesmo após notificações administrativas e concessão de prazos suplementares para cumprimento das obrigações, sem apresentação de justificativa capaz de afastar a responsabilidade da empresa.

Dessa forma, com fundamento no **art. 156, incisos II e III, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 036/2025 e do Contrato nº 295/2025, foram aplicadas à empresa as seguintes penalidades:

a) multa administrativa no percentual de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta da contratada, correspondente ao montante de **R$ 11.238,00 (onze mil duzentos e trinta e oito reais)**, resultando em multa no valor de **R$ 1.123,80 (mil cento e vinte e três reais e oitenta centavos)**, nos termos do item 8.2, alínea "b", do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 036/2025;

b) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Piranga/MG pelo prazo de 03 (três) anos**.

A decisão de aplicação das penalidades foi encaminhada à empresa por meio eletrônico (e-mail) em **19 de junho de 2026** e publicada no Diário Oficial do Município em **22 de junho de 2026**. Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso administrativo, a decisão tornou-se definitiva na esfera administrativa em **14 de julho de 2026**.

Piranga/MG, 08 de setembro de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:F3D4F6C2

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PENALIDADE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRANGA/MG**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a aplicação de penalidade administrativa à empresa **TEIXEIRA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **57.915.959/0001-74**, em razão dos fatos apurados no **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 007/2026**, instaurado para apuração de descumprimento de obrigações assumidas no âmbito do **Processo Administrativo nº 153/2025 – Pregão Eletrônico nº 90052/2025**, formalizado pela **Ata de Registro de Preços nº 041/2025**, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de caminhões e máquinas para manutenção e conservação das estradas vicinais do Município de Piranga/MG.

Após regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, restou caracterizada a prática da infração administrativa prevista no **art. 155, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**, consistente em dar causa à inexecução total do contrato, diante da ausência de início da prestação de **160 horas de serviço de motoniveladora**, vinculadas à Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001 e ao Empenho nº 1876/2026, mesmo após notificações administrativas regularmente expedidas, sem apresentação de justificativa capaz de afastar a responsabilidade da empresa.

Dessa forma, com fundamento no **art. 156, incisos II e III, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições do Pregão Eletrônico nº 90052/2025, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 041/2025, foram aplicadas à empresa as seguintes penalidades:

a) multa compensatória no percentual de **10% (dez por cento)** sobre o valor do Empenho nº 1876/2026, correspondente ao montante de **R$ 36.720,00 (trinta e seis mil setecentos e vinte reais)**, resultando em multa no valor de **R$ 3.672,00 (três mil seiscentos e setenta e dois reais)**;
b) impedimento de licitar e contratar com o **Município de Piranga/MG pelo prazo de 03 (três) anos**.
Foi determinado, ainda, o **cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 041/2025**, em razão do descumprimento das obrigações assumidas.

A decisão de aplicação das penalidades foi encaminhada à empresa por meio eletrônico (e-mail) em **21 de julho de 2026** e publicada no Diário Oficial do Município em **22 de julho de 2026**. Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso administrativo, a decisão tornou-se definitiva na esfera administrativa em **13 de agosto de 2026**.

Piranga/MG, 08 de setembro de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:F35CCAD6

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PENALIDADE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRANGA/MG**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a aplicação de penalidade administrativa à empresa **VÂNIA LÚCIA BARBOSA TOMAZ**, inscrita no CNPJ nº **17.674.290/0001-51**, em razão dos fatos apurados no **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 006/2026**, instaurado para apuração de descumprimento das obrigações assumidas no âmbito do **Processo Administrativo nº 173/2025 – Pregão Eletrônico nº 90064/2025 – Registro de Preços nº 044/2025**, formalizado pela **Ata de Registro de Preços nº 049/2025**, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios.

Após regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, restou caracterizada a prática da infração administrativa prevista no **art. 155, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, consistente em dar causa à inexecução parcial da obrigação assumida com grave dano à Administração e ao funcionamento do serviço público, diante da **paralisação integral do fornecimento dos itens remanescentes registrados na Ata de Registro de Preços nº 049/2025**, destinados especialmente à alimentação escolar, sem autorização administrativa e sem apresentação de justificativa idônea capaz de afastar a responsabilidade da empresa.

Dessa forma, com fundamento no **art. 156, incisos II e III, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições do edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 049/2025, foram aplicadas à empresa as seguintes penalidades:

a) multa compensatória no percentual de **10% (dez por cento)** sobre o saldo remanescente dos itens não fornecidos da Ata de Registro de Preços nº 049/2025, correspondente ao montante de **R$ 26.196,15 (vinte e seis mil cento e noventa e seis reais e quinze centavos)**, resultando em multa no valor de **R$ 2.619,61 (dois mil seiscentos e dezenove reais e sessenta e um centavos)**;
b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de **03 (três) anos**;

c) cancelamento do registro da empresa na **Ata de Registro de Preços nº 049/2025**, em razão do descumprimento das obrigações assumidas.

A decisão administrativa foi encaminhada à empresa por meio eletrônico em **16 de julho de 2026** e publicada no Diário Oficial do Município em **20 de julho de 2026**. Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, a decisão tornou-se **definitiva na esfera administrativa em 11 de agosto de 2026**.

Piranga/MG, 08 de setembro de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:ECDE5497

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PENALIDADE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRANGA/MG**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a aplicação de penalidade administrativa à empresa **FOCCUS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **40.618.304/0001-31**, em razão dos fatos apurados no **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 003/2026**, instaurado para apuração de descumprimento das obrigações assumidas no âmbito do **Processo Administrativo nº 141/2025 – Pregão Eletrônico nº 90044/2025 – Registro de Preços nº 033/2025**, formalizado pela **Ata de Registro de Preços nº 044/2025**, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual e futura aquisição de insumos e materiais médicos hospitalares.

Após regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, restou caracterizada a prática da infração administrativa prevista no **art. 155, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**, consistente em dar causa à inexecução total do contrato ou documento hábil que o substitua, diante da **ausência de entrega do Detector Fetal Portátil Digital**, objeto da **Solicitação nº 3845/2025** e do **Empenho nº 4848/2025**, emitido em **14 de novembro de 2025**, mesmo após reiteradas notificações administrativas, sem apresentação de defesa, justificativa idônea ou pedido tempestivo de prorrogação de prazo.

Dessa forma, com fundamento no **art. 156, incisos II e III, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições do edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 044/2025, foram aplicadas à empresa as seguintes penalidades:

a) multa compensatória no percentual de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do **Empenho nº 4848/2025**, correspondente ao montante de **R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)**, resultando em multa no valor de **R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)**;
b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de **03 (três) anos**;

c) cancelamento do registro da empresa na **Ata de Registro de Preços nº 044/2025**, em razão do descumprimento das obrigações assumidas.

A decisão administrativa foi encaminhada à empresa por meio eletrônico em **19 de junho de 2026** e publicada no Diário Oficial do Município em **22 de junho de 2026**. Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, a decisão tornou-se **definitiva na esfera administrativa em 14 de julho de 2026**.

Piranga/MG, 08 de setembro de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:CC927AFF

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PENALIDADE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRANGA/MG**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a aplicação de penalidade administrativa à empresa **F C SILVA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA**, inscrita no CNPJ nº **07.556.125/0001-41**, em razão dos fatos apurados no **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 004/2026**, instaurado para apuração de descumprimento das obrigações assumidas no âmbito do **Processo Administrativo nº 169/2025 – Pregão Eletrônico nº 90061/2025**, formalizado pela **Ata de Registro de Preços nº 050/2025**, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual e futura aquisição de peças, acessórios, equipamentos, periféricos e suprimentos de informática destinados às Secretarias Municipais da Prefeitura de Piranga/MG.

Após regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, restou caracterizada a prática da infração administrativa prevista no **art. 155, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, consistente em ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, diante do expressivo atraso na entrega dos materiais referentes aos **Empenhos nº 4739/2025 e nº 4769/2025**, emitidos em novembro de 2025, cuja entrega somente foi realizada em **07 de maio de 2026**, muito além do prazo de 10 (dez) dias úteis previsto no Termo de Referência e após notificações administrativas e instauração do Processo Administrativo de Responsabilização.

Dessa forma, com fundamento no **art. 156, incisos II e III, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições do edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 050/2025, foram aplicadas à empresa as seguintes penalidades:

a) multa no percentual de **10% (dez por cento)** sobre o valor total dos **Empenhos nº 4739/2025 e nº 4769/2025**, correspondente ao montante

de **R$ 1.769,25 (mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)**, resultando em multa no valor de **R$ 176,93 (cento e setenta e seis reais e noventa e três centavos)**;
b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de **03 (três) anos**;

c) cancelamento do registro da empresa na **Ata de Registro de Preços nº 050/2025**, em razão do descumprimento das obrigações assumidas.

A decisão administrativa foi encaminhada à empresa por meio eletrônico em **19 de junho de 2026** e publicada no Diário Oficial do Município em **22 de junho de 2026**. Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, a decisão tornou-se **definitiva na esfera administrativa em 14 de julho de 2026**.

Piranga/MG, 08 de setembro de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:8E93B0E9

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO. Proc. Licitatório nº. 092/2026. Concorrência Eletrônica nº. 90002/2026. O Prefeito Municipal de Piranga/MG, depois de transcorridos todos os trâmites legais do respectivo processo licitatório, adjudica a Concorrência Eletrônica que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, NA COMUNIDADE TAQUARAÇU, ÁREA RURAL, MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, a favor da contratada: DL CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - CNPJ: 61.460.260/0001-34 , com o valor total adjudicado de R$ 562.459,33 (quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos).

Piranga/MG, 08/09/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:B86E9B0A

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 029/2026, Credenciamento nº. 002/2026. Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES EM BIOQUÍMICA, HEMATOLOGIA, MICROBIOLOGIA, FEZES E URINA, CONFORME TABELA SUS, BEM COMO EXAMES DE SOROLOGIA DA DENGUE. Contratada: LABORATÓRIO SÃO CAMILO DE LELIS LTDA - CNPJ: 01.596.837/0001-08, Valor Total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Período de vigência até o dia 22/03/2027.

Piranga/MG, 08/09/2026

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:E614A51E

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 162/2026. Inexigibilidade nº. 053/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS DOS ARTISTAS JOSUÉ FIGUEIREDO, FÁBIO TECLAS, ARNALDO MORENO E SACODE A POEIRA, PARA COMPOSIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA FESTA DO PRODUTOR RURAL 2026 E DA FESTA DA COMUNIDADE RURAL DO CORREIA. Contratada: 32.220.777 JOSUE FIGUEIREDO LELES - CNPJ: 32.220.777/0001-58, Valor Total de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais); 51.921.488 ARNALDO DA SILVA SANTOS - CNPJ: 51.921.488/0001-20, Valor Total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); EDMALTON FIRMINO MUSICO - CNPJ: 21.475.542/0001-90, Valor Total de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); FABIO JOSE DO NASCIMENTO 15449647654 - CNPJ: 46.358.979/0001-75, Valor Total de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Período de 3 (três) meses.

Piranga/MG, 03/09/2026

VITOR TIAGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo Por Delegação – Decreto Municipal Nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:81430602

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 039/2026, Credenciamento nº. 004/2026. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAR SERVIÇO COMO PROFISSIONAL DE APOIO PARA ATENDER AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Contratada: DANIELE CLAUDIA DE PAIVA CARLOTA, CPF: 122.753.576-70 , Valor Total de R$ 13 .675,74 (treze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) . Vigência até 22/03/2027.

Piranga/MG, 08/09/2026

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:A7D38FF4

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 260/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 260/2026. Processo Licitatório nº 112/2026, Pregão Eletrônico nº 90033/2026. Contratada: SF TRANSPORTE E TURISMO LTDA – CNPJ nº 50.004.733/0001-72. Objeto: Correção de erro material de transcrição na descrição do item integrante do Lote 26, referente à quilometragem da Rota 33 de transporte escolar, que passa de 90 km para 80 km, conforme previsto no Edital, permanecendo inalterados o valor contratado e as demais condições contratuais. Fundamentação legal: art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Piranga/MG, 04/09/2026.

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:6D04F102

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 105/2026 DISPENSA 035/2026 CONTRATO Nº 149/2026 DATA: 22 DE JULHO DE 2026.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de uniformes destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, visando proporcionar identificação, padronização e melhores condições para o desenvolvimento das atividades, com recursos provenientes da Resolução SES/MG nº 11.049/2026 – Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.
CONTRATADO, **GINQUEDOTECA DE PADUA IND. E COM. DE CONFECCOES LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 16.385.008/0001-53, sediado(a) na Rua Paschoal Possidente, 13, Bairro Gerador, Santo Antônio de Pádua/RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)
ALESSANDRO FARIAS PEREIRA, CPF nº 042.831.157-11.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
PRAZO DO CONTRATO: 3 MESES.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.14.00.10.301.0008.2.0063 – 3.3.90.39 – Fonte de Recursos 1.621.000
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:F2C53D2C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO - SESAU
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

A Prefeitura Municipal de Pirapora/MG, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 14/2026 – Processo Licitatório nº 47/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA MG, HOMOLOGO este - Pregão Eletrônico a favor das empresas: ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA, CNPJ:21.821.902/0001-69 , valor global de R$50.104,80; BIOLIFE BRASIL LTDA,CNPJ:30.008.165/0001-70, valor global de R$31.860,00; C&G COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA NUTRIÇÃO LTDA, CNPJ:51.020.466/0001-90, valor global de R$44.992,68; COMERCIAL OTTO LTDA , CNPJ:31.374.156/0001-66, valor global de R$5.100,00; DROGARIA VIDAL LTDA, CNPJ:00.836.044/0001-56, valor global de R$81.926,00; HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ:21.296.343/0001-15, valor global de R$17.280,00; HOSPCLEAN COMERCIO LTDA, CNPJ:50.850.407/0001-86, valor global de R$653.673,76; MEDIPLUS PRODUTOS HOSPITALARES E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ:29.504.519/0001-99, valor global de R$569.690,19; NUTRATEC-TECNOLOGIA EM NUTRIENTES LTDA, CNPJ:07.902.623/0001-07, valor global de R$12.290,40; ORBITA SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ:32.849.883/0001-03, valor global de R$138.337,60; ORTHONEWS CURURGICOS E ORTOPEDICOS LTDA, CNPJ:11.453.723/0001-62, valor global de R$211.657,44; POUPE MAIS FARMÁCIA IPATINGA LTDA, CNPJ:28.367.157/0001-79, valor global de R$3.840,00; SUPRA LTDA, CNPJ:53.741.290/0001-90, valor global de R$369.699,80; UBER MÉDICA E HOSPITALAR LTDA, CNPJ:05.593.067/0001-09, valor global de R$668.559,24;tudo conforme termo de homologação.

Pirapora/MG, 08/09/2026

ALEXANDRO COSTA CÉSAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suenia Leidiane da Silva Oliveira
Código Identificador:17DBBCC4

DIRETORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – Processo nº 2334.028908/2022-18*; Pregão Eletrônico n° 006/2024 - Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 70/2025 – Contratante: Município de Pirapora – CNPJ: 3.539.463/0001-21– Contratada: IVG BRASIL LTDA - CNPJ: 36.519.422/0001-15. Objeto: o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para adequação dos novos valores contratuais, de acordo com o artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/21.*O valor total do contrato passa de R$ 843.943,30 (oitocentos e quarenta e três mil novecentos e quarenta e três reais e trinta centavos) para R$ 851.822,66 (oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), a partir da data de assinatura do presente termo.

MUNICÍPIO DE PIRAPORA–
Contratante

IVG BRASIL LTDA–
Contratada

Publicado por:
Alessandra Santos do Carmo
Código Identificador:DC804490

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 296/2026

Portaria Nº 296/2026

Prorroga prazo de comissão de processo administrativo disciplinar.

O **Prefeito Municipal de Pirapora/MG**, Alexandro Costa Cesar, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 146 da Lei Municipal 1.782/2005 de 06 de julho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurada pela Portaria nº 219/2026 em 10/07/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora, 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:0A4579EC

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 297 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 297 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Pirapora – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 125, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 6º, X da Lei Municipal nº 2.250/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Aposentadoria Voluntária (Regra de Transição) com proventos integrais à servidora **ELAINY SIBELY DE OLIVEIRA**, nascida em 14/01/1969 (57 anos de idade), matrícula nº: 2998, CPF n°: ***.062.996 -**, pertencente ao Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pirapora-MG, ocupando o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Símbolo/Nível: A.S.G. - II – Letra "F". A concessão fundamenta-se nos termos do art. 50 da Lei Municipal n.º 2.529/2022 c/c LCM nº 2.590/2023, e art. 40, §1º, III, da CFR/1988, com redação da EC nº 103/2019. Processo nº 32.640/2026 - IPSEMP – Aposentadoria.

Artigo 2º- Os proventos mensais corresponderão a última remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único - O benefício será reajustado na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade conforme determinação do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.529/2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, data em que o servidor é considerado aposentado.

Pirapora (MG), 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:4135EECD

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 298 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 298 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Pirapora – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 125, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 6º, X da Lei Municipal nº 2.250/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Aposentadoria Voluntária (Regra de Transição) com proventos integrais ao servidor **JORGE LUIS NUNES COSTA**, nascido em 15/08/1964 (62 anos de idade), matrícula nº: 200421, CPF n°: ***.793.856 -**, pertencente ao Quadro Permanente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE - Pirapora, ocupando o cargo efetivo de ENCANADOR III – Padrão "H", Nível "XVIII", nos termos do art. 50 da Lei Municipal n.º 2.529/2022 c/c LCM nº 2590/2023 e art. 40, §1º, III, da CR/1988 com redação da EC nº 103/2019, tendo em vista o Processo n.º 32.652/2026 - IPSEMP – Aposentadoria.

Artigo 2º- Os proventos mensais corresponderão à última remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único - O benefício será reajustado na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade conforme determinação do art. 18, da Lei Municipal n.º 2.529/2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, data em que o servidor é considerado aposentado.

Pirapora (MG), 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:0CBB3260

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 299 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 299 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Pirapora – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 125, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 6º, X da Lei Municipal nº 2.250/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Aposentadoria Voluntária (Regra de Transição) com proventos integrais à servidora **ADNA MARTINS TIMOTEO**, nascida em 16/05/1969 (57 anos de idade), matrícula nº: 200402, CPF n°: ***.954.146 -**, pertencente ao Quadro Permanente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE-PIRAPORA, ocupando o cargo efetivo de Técnico em Saneamento III, Padrão: "J", Nível: XIV, nos termos do art. 50 da Lei Municipal nº 2.529/2022 c/c LCM nº 2590/2023, e art. 40, §1º, III, da CFR/19880 com redação da EC nº 103/2019, tendo em vista o Processo nº 32.647/2026 - IPSEMP – Aposentadoria.

Artigo 2º - Os proventos mensais corresponderão a última remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único - O benefício será reajustado na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade conforme determinação do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.529/2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, data em que o servidor é considerado aposentado.

Pirapora (MG), 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:3FA631A8

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 300 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 300 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Pirapora – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 125, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 6º, X da Lei Municipal nº 2.250/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Aposentadoria Voluntária (Regra de Transição) com proventos integrais ao segurado **MAURO DOS REIS PEREIRA**, nascido em 13/01/1964 (62 anos de idade), matrícula nº 5879, CPF n°: ***.944.906-**, pertencente ao Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pirapora-MG, ocupando o cargo efetivo de Guarda Civil Municipal – Classe Distinta, nível CGM-CD, Letra "F", nos termos do art. 50 da Lei Municipal nº 2.529/2022 c/c LCM nº 2590/2023, e art. 40, §1º, III, da CF/1988 com redação da EC nº 103/2019, tendo em vista o Processo n.º 32.650/2026 - IPSEMP – Aposentadoria.

Artigo 2º- Os proventos mensais corresponderão a última remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único - O benefício será reajustado na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade conforme determinação do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.529/2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, data em que o servidor é considerado aposentado.

Pirapora (MG), 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:9F5D7FB5

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 301 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 301 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Pirapora – MG, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 125, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 6º, X da Lei Municipal nº 2.250/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Aposentadoria Compulsória com proventos proporcionais ao tempo de contribuição à segurada **SUELY MEDEIROS SIMOES**, nascida em 25/08/1951 (75 anos de idade), matrícula nº: 7991, CPF nº ***.301.986-**, pertencente ao Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pirapora-MG, ocupando o cargo efetivo de Especialista em Saúde – nível – I, Letra "D", nos termos do art. 12, VI, da Lei Municipal nº 2.529/2022 c/c LCM nº 2590/2023, e art. 40 §1º, II da CF de 1988 com redação dada pela EC nº 88/2015 tendo em vista o Processo n.º 32.651/2026 - IPSEMP – Aposentadoria.

Artigo 2º- Os proventos mensais serão proporcionais calculados com a média aritmética simples das remunerações e dos salários utilizados como base para as contribuições, não podendo ser inferior ao salário mínimo nacional tendo em vista o disposto no Art. 201, § 2º da CF/88, c/c parágrafo 5º do art. 14 da Lei Municipal nº 2.529/2022.

Parágrafo Único - O benefício será reajustado na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a variação integral de índice, conforme legislação em vigor.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 26/08/2026 data em que o servidor é considerado aposentado nos termos art. 12, §9º da Lei Municipal n.º 2.529/2022.

Pirapora (MG), 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:7C89F6D8

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 302 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 302 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Concede Benefício de Pensão por Morte"

O Prefeito Municipal de Pirapora/MG no uso das atribuições legais previstas no artigo 125, II da Lei Orgânica Municipal e art. 6º, X da Lei Municipal n.º 2.250/2014,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de PENSÃO POR MORTE ao Sr. **IVAN GARCIA BARBOZA,** brasileiro, viúvo, CPF Nº ***.697.661-**, na qualidade de dependente cônjuge da ex-segurada **JOCEMARA LOPES GARCIA BARBOZA**, CPF Nº ***.959.208-**, segurada municipal aposentada que pertenceu ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pirapora no Cargo de Professor de Educação Básica, nível "I", letra: "F", Matrícula: 547-4, falecida em 18/07/2026, nos termos do art. 8º, I, c/c art. 25, I, da Lei Municipal 2.529/2022 e art. 40, § 7º, da Constituição Federal/1988 com redação dada pela EC nº 103/2019, tendo em vista o Processo nº 32.653/2026 IPSEMP – Pensão por Morte.

Art. 2º - O valor do benefício equivale à uma cota familiar de cinquenta por cento, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependentes, até o limite máximo de cem por cento sobre os proventos na data anterior à do óbito conforme art. 21, I, da Lei Municipal 2.529/2022.

Parágrafo único – O valor do benefício será reajustado na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social conforme determinação do art. 22 da Lei Municipal n.º 2.529/2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a **18/07/2026** – data do óbito da ex-segurada.

Pirapora (MG), 03 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:3D2D99D8

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 309/2026

PORTARIA Nº 309/2026

Revoga Portaria

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA,** Alexandro Costa Cesar**,** no uso de suas atribuições, especialmente aquela conferida pelo art. 125, II, "a" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, em todos os seus termos e efeitos, a publicação por retificação referente à **Portaria nº 343/2025**, veiculada na edição nº 4355 do Diário Oficial dos Municípios (AMM) no dia 8 de setembro de 2026.

Art. 2º Em razão da revogação disposta no art. 1º, restabelece-se integralmente a redação original dos atos e disposições da Portaria nº 343/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 08 de setembro de 2026.

Pirapora, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:01460A53

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0285/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000166/26 - CREDENCIAMENTO n° 0017/26
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS COM ENDOCRINOLOGISTA PEDIÁTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS USUARIOS DO SUS DESTE MUNICÍPIO, conforme descrito neste edital.
Contratado: CLINICA PEDIATRICA DR. MARCELO LEMOS GOMES S/S, CNPJ n° 02.766.763/0001-73. Valor global estimado de R$ 200.000,00. Data da assinatura: 02/09/2026. Vigência: Observado o disposto no art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á de 02 de setembro de 2026 até 24 de agosto de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado conforme art. 106 e seguintes, da lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária:
02050210302200420160000339039001.500.000 F324
00502103022004201600003390390001.600.000 F325
02050210302200420160000339039001.621.000 F326

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:064B1A95

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DECISÃO SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PORTARIA Nº 223-2026

Sindicância Administrativa
Portaria: Nº 223/2026 de 06 de julho de 2026
Assunto: Instauração de Sindicância Administrativa destinada à apuração de possíveis irregularidades na conduta funcional do servidor D. de A. D., no exercício de suas funções como professor da Rede Municipal de Ensino.

Considerando o Relatório Final apresentado pela Comissão de Sindicância Administrativa, constituída por meio da Portaria nº 223/2026, bem como toda documentação constante dos autos, acolho integralmente as conclusões e recomendações apresentadas pela Comissão Sindicante, pelos fundamentos nela consignados, os quais passam a integrar a presente decisão para todos os fins de direito. Verifica-se que, no curso da instrução processual, foram observados os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, tendo sido assegurado ao servidor sindicado o conhecimento dos fatos, objeto de apuração e a oportunidade de exercer, de forma regular, seu direito de defesa.
Conforme devidamente consignado pela Comissão Sindicante, os fatos narrados decorreram de interpretação subjetiva acerca da situação ocorrida em rede social (Instagram), envolvendo registros de conversa entre professor e aluna, não tendo sido produzidos elementos probatórios objetivos suficientes para caracterizar violação aos deveres funcionais previstos na Lei Municipal Nº 1.042/1971 – Estatuto dos Servidores Públicos de Pouso Alegre.
Verifico, ainda, que o servidor não possui antecedentes funcionais desabonadores, advertências ou registros disciplinares anteriores, sendo descrito nos autos como profissional ético, equilibrado, comprometido e respeitoso no exercício de suas atribuições funcionais.
Dessa forma, acolho a recomendação da Comissão Sindicante quanto à expedição de orientação administrativa ao professor sindicado, em razão da comunicação estabelecida fora do contexto escolar, com aluna menor de idade por meio de rede social, sem o estabelecimento de limites adequados à natureza da relação profissional existente. Embora a intervenção administrativa realizada tenha sido suficiente para cessar a comunicação e impedir a continuidade do contato, não tendo sido relatada nova ocorrência, mostra-se pertinente reforçar a necessidade de adoção de postura estritamente técnica, cautelosa, ética e imparcial no exercício da função pública especialmente nas interações realizadas em redes sociais que envolvam alunos, de modo a evitar manifestações, condutas ou comportamentos suscetíveis de interpretações ambíguas, bem como aqueles que possam ocasionar desconforto, constrangimento ou questionamentos quanto à atuação funcional.
Ante o exposto, **DECIDO**:
a) determinar a expedição de orientação administrativa ao servidor sindicado, em razão da comunicação mantida fora do contexto escolar, com aluna menor de idade, por meio de rede social, especialmente quanto à necessidade de observâncias dos limites decorrentes da relação funcional e profissional;
b) determinar a adoção, pela Secretaria Municipal de Educação, de medidas administrativas de caráter preventivo e orientativo, dirigidas à equipe gestora e aos servidores da respectiva Unidade Escolar, com vistas ao fortalecimento da observância dos deveres funcionais, da postura ética e dos procedimentos administrativos pertinentes;
c) determinar o arquivamento da presente Sindicância Administrativa, após o cumprimento das providências cabíveis, com juntada de cópia da orientação administrativa expedida ao servidor sindicado e da presente decisão aos respectivos assentamentos funcionais do mesmo, para fins de registro e resguardo administrativo;
d) determinar que a orientação administrativa dirigida ao servidor sindicado seja devidamente formalizada e registrada, ficando consignado que eventual reincidência em conduta da mesma natureza, ou a ocorrência de novos fatos que possam caracterizar infração funcional, poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, observado o devido processo legal.
Publica-se.
Cumpra-se.
Arquivem-se os autos após o cumprimento das providências cabíveis.
Dê-se ciência aos interessados.

Pouso Alegre, 01 de setembro de 2026.

SUELENE MARCONDES DE SOUZA FARIA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jefferson Regis Gonçalves
Código Identificador:0B776058

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
EXTRATO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 015/2025/SMPS

EXTRATO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 015/2025/SMPS

EXTRATO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 015/2025/SMPS. INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°08/2024/SMPS publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros Edição 3913 no dia 09/12/2024. PARCEIRO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. PARCEIRO PRIVADO: Associação de Caridade de Pouso Alegre – Educandário Nossa Senhora de Lourdes, inscrita no CNPJ sob nº 23.953.730/0003-74.
OBJETO: ofertar o serviço de convivência e fortalecimento de vinculo, através de oficina as crianças, na faixa etária de 4 a 11 anos e seus familiares em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.
VALOR TOTAL REPASSADO:R$ 30.000,00 (trinta mil Reais).
PERÍODO ANALISADO: 14/04/2025 a 31/12/2025.
PARECER DO ADMINISTRADOR PÚBLICO ACERCA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA COM RESSALVAS.

MOTIVAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO ACERCA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: de acordo com o art. 72, inciso II da Lei 13.019/2014, ressaltando que para as próximas parcerias, a OCS observe com maior rigor o cumprimento integral das metas e do cronograma estabelecido no Plano de Trabalho, especialmente quanto ao início das atividades e ao alcance dos percentuais mínimos de participação..
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014; e Decreto Municipal nº 6.159/2025.
ADMINISTRADOR PÚBLICO: Marcela Reis Severino do Nascimento – Secretária Municipal de Políticas Sociais.
O Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Prestação de Contas Final e o Parecer do Administrador Público poderá ser consultado na íntegra no site da Prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Terceiro Setor - Publicações Oficiais". Todo o processo de formalização da parceria encontra-se à disposição para consulta e verificação na sede da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

Publicado por:
Claudia Maria Guerzoni Figueiredo
Código Identificador:0AE818BB

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA Nº 50, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Altera a Portaria nº15 de 04 de maio de 2026 e nomeia novas membras para compor a Comissão do Protocolo de Dietas, Suplementos, Complementos e Fórmulas Alimentares para atendimento administrativo de pacientes munícipes de Pouso Alegre/MG.

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, nomeada pela Portaria nº 4.693/2025, e em conformidade com as atribuições que foram delegadas pelo Decreto nº 6.066/2025; o art. 37, incisos I, com o artigo 53 e artigo 54, inc. I, II e VII todos da Lei Municipal nº 5.881/2017 e o art. 72, § 1º, alíneas "a" e "f", art. 142, e art. 143, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Altera a Portaria nº15 de 04 de maio de 2026 e nomeia novas membras para compor a Comissão do Protocolo de Dietas, Suplementos, Complementos e Fórmulas Alimentares para atendimento administrativo de pacientes munícipes de Pouso Alegre/MG. Serão designadas as seguintes membras:

I. Ana Cláudia Raposo Ramos, médica clínica, inscrita na matrícula funcional sob o n° 10.069;
II. Ana Cristina da Silva, enfermeira, inscrita na matrícula funcional sob o n° 16.382;
III. Élida Parreira Morais, farmacêutica, inscrita na matrícula funcional sob o n° 19.255;
IV. Lívia Mara da Silva Alves Alvarenga, nutricionista, inscrita na matrícula funcional sob o n° 20.625;
V. Luana Aparecida Fernandes, nutricionista, inscrita na matrícula funcional sob o n° 20.636;
N**ara Fernanda Stotz Macedo**, agente administrativa, inscrita na matrícula funcional sob o n° 17.096;
VI. Paloma da Rosa Oliveira, nutricionista, inscrita na matrícula funcional sob o n°25.357;
VII. Vanessa Souza Brito, médica pediatra e gastroenterologista pediatra, inscrita na matrícula funcional sob o n° 22.949;

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11 de agosto de 2026.

Republicado tendo em vista incorreção constante do texto da Portaria nº 51, de 24 de agosto de 2026 publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 04/09/2026. Edição 4354, página 187, sendo o correto Portaria nº 50, de 24 de agosto de 2026.

Pouso Alegre, 24 de agosto de 2026.

MÔNICA MARIA MENDES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Júlia Borges de Carvalho
Código Identificador:257DF181

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA Nº 52, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidores para atuação no Núcleo de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre/MG.

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, nomeada pela Portaria nº 4.693/2025 e atribuições que foram delegadas pelo Decreto nº 6.066/2025; o art. 37, incisos I, com o artigo 53 e artigo 54, inc. I, II e VII todos da Lei Municipal nº 5.881/2017 e o art. 72, § 1º, alíneas "a" e "f", art. 142, e art. 143, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar e organizar a estrutura administrativa e operacional do Núcleo de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.350/2006 prevê a participação do Agente de Combate às Endemias, mediante treinamento adequado, na execução, coordenação ou supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, em seu texto vigente, que regulamenta as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias e estabelece as atribuições dos ACE's no âmbito das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, do Ministério da Saúde, edição de 2025;

CONSIDERANDO a Política Estadual para Vigilância, Prevenção e Controle das Arboviroses no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, aprovada pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.415, de 18 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO as orientações da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais relativas à organização do processo de trabalho, à qualificação das supervisões direta e indireta e às metodologias e tecnologias de vigilância entomológica e controle vetorial;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, incluindo a Política Nacional de Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, inclusive aquelas relativas à vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos de relevância para a saúde pública;

CONSIDERANDO a Resolução CNS nº 588, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde - PNVS e estabelece princípios, diretrizes e estratégias para a organização das ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.213, de 19 de fevereiro de 2004, e suas alterações, que dispõe sobre a criação de cargos no Município de Pouso Alegre e prevê, entre outras disposições, funções de supervisão e coordenação das atividades de campo a serem exercidas por servidores concursados no cargo de Agente de Saúde Pública;

CONSIDERANDO a Política Estadual para Vigilância, Prevenção e Controle das Arboviroses no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, aprovada pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.415, de 18 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar administrativamente a atuação dos servidores nas ações de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores relacionados nesta Portaria para atuação no âmbito do Núcleo de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre/MG.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores:
I. Ramiro Pereira, Agente de Saúde Pública, inscrito na matrícula funcional sob o nº 14407-2, para exercer a função de Coordenador Geral do Núcleo de Controle de Zoonoses;
II. Teilyane de Souza Pinto, Agente de Saúde Pública, inscrita na matrícula funcional sob o nº 12234-01, para exercer a função de Assessoria Técnica de Dados do Núcleo de Controle de Zoonoses;
III. Vânia Ferreira Souza, Agente de Saúde Pública, inscrita na matrícula funcional sob o nº 12879-1, para exercer a função de Supervisora Geral do Núcleo de Controle de Zoonoses;
IV. Lúcia Borges, Agente de Saúde Pública, inscrita na matrícula funcional sob o nº 12437-1, para exercer a função de Supervisora de área do Núcleo de Controle de Zoonoses;
V. Rosângela Aparecida Rosa Ferreira, Agente de Combate às Endemias – ACE, inscrita na matrícula funcional sob o nº 20318-3, para exercer a função de Supervisora de área do Núcleo de Controle de Zoonoses;
VI. Alessandra Aparecida da Silva Ferreira, Agente de Combate às Endemias – ACE, inscrita na matrícula funcional sob o nº 17655-2, para exercer a função de Supervisora de área do Núcleo de Controle de Zoonoses;
VII. Michele Dionkin Faria, Agente de Combate às Endemias – ACE, inscrita na matrícula funcional sob o nº 22473-1, para exercer a função de Supervisora de área do Núcleo de Controle de Zoonoses;
VIII. Luís Paulo Morais, Agente de Combate às Endemias – ACE, inscrito na matrícula funcional sob o nº 22320-1, para exercer a função de Supervisora de área do Núcleo de Controle de Zoonoses.

Art. 3º A distribuição dos servidores nas funções, bem como a definição da estrutura organizacional e técnico-operacional, das responsabilidades, atribuições, níveis de supervisão e demais aspectos relacionados à organização interna do Núcleo de Controle de Zoonoses serão estabelecidos em ato normativo próprio.

Art. 4º Os servidores designados por esta Portaria permanecerão sujeitos às atribuições inerentes aos respectivos cargos efetivos, às normas municipais vigentes e às demais disposições aplicáveis ao exercício de suas atividades.

Art. 5º As designações de que trata esta Portaria produzirão efeitos a partir das seguintes datas:
I. Ramiro Pereira: 08 de março de 2013;
II. Teilyane de Souza Pinto: agosto de 2011;
III. Vânia Ferreira Souza: 1º de julho de 2023;
IV. Lúcia Borges: 10 de outubro de 2018;
V. Rosângela Aparecida Rosa Ferreira: 09 de julho de 2025;
VI. Alessandra Aparecida da Silva Ferreira: 10 de agosto de 2026;
VII. Michele Dionkin Faria: 18 de julho de 2026;
VIII. Luís Paulo Morais: 04 de agosto de 2026.

Art. 6º A designação de que trata esta Portaria não implica, por si só, concessão de gratificação, vantagem remuneratória ou alteração do vínculo funcional dos servidores designados, sem prejuízo dos direitos e efeitos funcionais ou remuneratórios eventualmente previstos na legislação municipal específica aplicável.

Art. 7. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas estabelecidas no art. 5º.

Pouso Alegre, 03 de setembro de 2026.

MÔNICA MARIA MENDES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Júlia Borges de Carvalho
Código Identificador:094088E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 422/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 54/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 422/2025– PREGÃO ELETRONICO Nº 54/2024– OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO , DESINFECÇÃO E DESENTUPIMENTOS EM GERAL.O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 23/09/2026 e termino previsto para 23/09/2027. CONTRATADA : THV SANEAMENTO LTDA . Data assinatura: 04/09/2026. Dotação orçamentária: nº 02.011.000.0010.0302.0002.2016.3.3.90.39.00 - FICHA 749.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:03A5AE52

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATOS CREDENCIAMENTO Nº 10/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contratos Nº 404/2025 / Nº 405/2025 E Nº 403/2025– CREDENCIAMENTO Nº 10/2025 – OBJETO: CREDENCIAMENTO DE MPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRSTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM OU ARBITOS PRESTADORES DE SERVIÇO AUTONOMO EM EVENTOS ESPORTIVOS.Os contratos obrigam- se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 10/09/2026 e termino previsto para 10/09/2027. Data de assinatura 19/08/2026. Dotação orçamentária: nº 02.012.000.0027.0812.0015.2165.3.3.90.39.00– FICHA 1023.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:791EDAE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
TERMO ADITIVO

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2025
CONTRATO Nº 328/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Carijós, n°45.,Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21, neste ato representado pela Secretária Municipal de Finanças Interina **Roberta Ferreira Marques De Sousa**, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 832.942.016-72, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5734904, nomeada pela Portaria nº 4688/2025 publicada em de 05/02/2025. e em conformidade com as

atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº 6.065, de 05 de Fevereiro de 2025, publicada em 05/02/2025.
CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 01.258.027/0001-41, com sede na Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86, Torre Süden, 6º andar, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.010-120 OU inscrita no CNPJ n.º 01.258.027/0003-03, estabelecida na Rua Duque de Caxias, número 180, Bairro Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-220, telefone (47) 3531-1500, e-mail **licitacoes@ipm.com.br, contratos@ipm.com.br**, neste ato representada por seu Sócio Administrador, **Sr. Aldo Luiz Mees**, portador da Carteira de Identidade n.º 7R/865.793, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 292.867.519-15.
1.1. Em razão da entrada em vigor da Resolução CGSN nº 189/2026, da implementação do modelo nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e da adoção do Ambiente de Dados Nacional (ADN), fica o objeto contratual adequado à nova arquitetura tecnológica da NFS-e Nacional, mediante a inclusão do módulo SyncFiscal, responsável pela integração entre o Ambiente de Dados Nacional (ADN) e o Sistema Fiscal Atende.Net.
1.2. A inclusão do módulo SyncFiscal não implica a descontinuação do módulo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que permanece integrante da solução contratada, considerando que continua responsável pela preservação do histórico fiscal municipal, pela disponibilização das informações fiscais anteriormente emitidas e pelas demais funcionalidades de gestão tributária inerentes ao Sistema Atende.Net.
1.3. O módulo SyncFiscal constitui solução tecnológica complementar, destinada à integração com o Ambiente de Dados Nacional (ADN), realizando o consumo das APIs oficiais, a captura dos documentos fiscais eletrônicos emitidos pelo Emissor Nacional, a sincronização, validação, tratamento e integração automática dessas informações ao Sistema Fiscal Atende.Net.
1.4. A adequação tecnológica ora pactuada não altera as atribuições desempenhadas pelo sistema Atende.Net no âmbito da administração tributária municipal. Permanecem sob sua responsabilidade, conforme o escopo originalmente contratado, o processamento e tratamento das informações fiscais, a escrituração fiscal, a fiscalização tributária, a geração de guias de arrecadação, a manutenção do cadastro mobiliário, o processamento das obrigações acessórias e a execução das demais rotinas administrativas correlatas. O que se altera é, exclusivamente, o componente tecnológico responsável por disponibilizar ao Atende.Net as informações provenientes do ambiente nacional de emissão assegurando a continuidade da prestação dos serviços públicos de administração tributária.
1.5. A presente adequação tecnológica não implicará qualquer acréscimo ao valor global do contrato, tampouco haverá cobrança de taxa, custo ou valor de implantação referente ao módulo SyncFiscal, permanecendo inalterado o valor total mensal e global anteriormente pactuado entre as partes.
1.6. As partes reconhecem que a presente adequação tecnológica não representa ampliação quantitativa do objeto contratado, mas atualização da solução tecnológica originalmente fornecida em decorrência de alteração normativa superveniente, preservando-se a equivalência das obrigações originalmente assumidas pelas partes, sem prejuízo da possibilidade de futura revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o disposto na legislação aplicável.
1.7. Serviços adicionais (opcionais), quando necessários e expressamente solicitados pela CONTRATANTE, serão realizados nas condições e preços estabelecidos no contrato matriz.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato, para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.. Roberta Ferreira Marques de Sousa - Secretária Municipal de Finanças

Pouso Alegre, 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:FCE1D466

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2025

Processo Licitatório nº 110/2025 - Modalidade Carona.
Partes: Município de Prata/MG e **SISPONTO SISTEMAS INTELIGENTES LTDA**.
Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, o acréscimo quantitativo ao instrumento contratual, que tem como objeto "**ADESÃO MEDIANTE CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2024, ORIUNDA DO PROCESSO Nº 110/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024 REALIZADO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICIPIO DE POUSO ALEGRE, CUJO OBJETO É "A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS REGISTRADORES ELETRÔNICOS DE PONTO COM LEITOR BIOMÉTRICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE-MG" PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA**".
Fundamento Legal: artigo 124, inciso I, b', e artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
Valor do acréscimo quantitativo: R$13.060,32 (treze mil sessenta reais e trinta e dois centavos).
Valor Global do Contrato: de R$93.288,00 (noventa e três mil duzentos e oitenta e oito reais), para R$106.348,32 (cento e seis mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos).
Data da assinatura: 08/09/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:88919B2E

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITA DE VEÍCULO Nº 015/2026

CEDENTE: MUNICÍPIO DE PRATA/MG – CNPJ nº 18.260.505/0001-50.
CESSIONÁRIA: CASA ESPÍRITA DO SAMARITANO – CNPJ nº 01.320.148/0001-76
OBJETO: Cessão de uso gratuita de veículo pertencente ao patrimônio do Município de Prata/MG, destinado exclusivamente às atividades institucionais, filantrópicas e sociais desenvolvidas pela CESSIONÁRIA.
VEÍCULO: CITROËN/AIRCROSS 7 FL, ano/modelo 2026/2026, placa **TZZ2F71**, RENAVAM nº **50184875753**, chassi nº **935CRFCA1TB563974**, cor branca, combustível álcool/gasolina, capacidade para 07 passageiros.
PRAZO: 05 (cinco) anos, contados da data de assinatura do Termo.
VALOR: Cessão realizada a título gratuito, sem transferência da propriedade do veículo, que permanecerá pertencendo ao Município de Prata/MG.

PRATA,08 DE SETEMBRO DE 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:3DFB7540

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR N.º 012 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a Lei Complementar nº 04, de 31 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação do Município de Prata, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA, e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° O art. 6º da Lei Complementar nº 04/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Os cargos do Pessoal Administrativo da Educação do Município integram o quadro de pessoal administrativo, estruturado em classes, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2° Ficam excluídos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação do Município de Prata os cargos de Agente de Apoio Administrativo e Auxiliar Administrativo.

Parágrafo único. Os cargos de que trata o caput, quando ocupados, passam a compor quadro em extinção, assegurados aos seus ocupantes todos os direitos e vantagens previstos na legislação vigente, extinguindo-se automaticamente com a sua vacância.

Art. 3° O Art. 7º da Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. Os cargos do Magistério Municipal organizam-se nas seguintes carreiras:
I – Professor, composta pelos profissionais que exercem atividades de docência;
II – Supervisor Escolar, composta pelos profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico direto à docência, incluídas as de direção escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar.

Art. 4° O Art. 8º da Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º As carreiras do Pessoal Administrativo e do Magistério Municipal, previstas nos arts. 6º e 7º desta Lei Complementar, são estruturadas em classes, identificadas por letras maiúsculas, conforme a formação escolar exigida para o provimento de cada cargo.
§ 1º As classes correspondem aos seguintes níveis de formação:
I – Classe A: ensino fundamental concluído até a 4ª série, com progressão à AI mediante conclusão do ensino fundamental;
II – Classe B: ensino médio completo, com progressão à BI, mediante a comprovação de:
a) conclusão de curso de graduação em área relacionada às atribuições do cargo; ou
b) conclusão de curso de aperfeiçoamento profissional de acordo com a função exercida com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, podendo ser somados mais de um certificado e aprovado pela secretaria de educação;
III – Classe C: formação em magistério em nível médio, normal superior ou pedagogia;
IV – Classe D: ensino superior em curso de licenciatura plena, com habilitação específica na área de atuação do cargo;
V – Classe E: graduação em pedagogia com habilitação em supervisão escolar.

§ 2º Os cargos integrantes de cada classe são os seguintes:
I – Classe A:
Servente Escolar;
Auxiliar de Serviços da Educação;

II – Classe B:
Secretário Escolar;
Monitor da Educação;
Profissional de Apoio;
III – Classe C:
Professor I;
Interprete de Libras
Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia

IV – Classe D:
a) Professor II;

V – Classe E:
Supervisor Escolar.
§ 3º A progressão na carreira dos profissionais do magistério observará, além dos requisitos gerais previstos nesta Lei, a titulação do servidor, conforme os níveis abaixo definidos:

I – para o cargo de Professor I, Classe C:
a) CI:
1. conclusão de curso Normal Superior ou Pedagogia, para os que ingressaram na carreira com formação em Magistério em nível médio; ou
2. conclusão de curso de pós-graduação, para os que ingressaram na carreira com formação em Pedagogia;

b) CII:
1. conclusão de curso de pós-graduação, para os que ingressaram na carreira com formação em Magistério em nível médio; ou
2. conclusão de curso de Mestrado, para os que ingressaram na carreira com formação em Pedagogia;

c) CIII:
1. conclusão de curso de Mestrado, para os que ingressaram na carreira com formação em Magistério em nível médio; ou
2. conclusão de curso de Doutorado, para os que ingressaram na carreira com formação em Pedagogia;

d) CIV:
1. conclusão de curso de Doutorado, para os que ingressaram na carreira com formação em Magistério em nível médio.

II – para o cargo de Professor II, Classe D:

a) DI: conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em área relacionada à atuação do servidor, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;
b) DII: conclusão de curso de Mestrado em área relacionada à atuação do servidor;
c) DIII: conclusão de curso de Doutorado em área relacionada à atuação do servidor.

III – para o cargo de Supervisor Escolar, Classe E:
a) EI: conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em área relacionada à atuação do servidor, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;
b) EII: conclusão de curso de Mestrado em área relacionada à atuação do servidor;
c) EIII: conclusão de curso de Doutorado em área relacionada à atuação do servidor.

§ 4º. Compete ao órgão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação a análise, validação e aprovação da documentação comprobatória da formação e titulação do servidor, conforme avaliação funcional, para fins de provimento e progressão na carreira, na forma desta Lei Complementar.

Art.5º A redação do § 4º do Art. 14 Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º O concurso público terá a validade de dois anos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.

Art.6 Ficam revogados os § 1°, § 2º, § 3º, § 4º e § 5º do Art. 16 Lei Complementar nº 04/2006.

Art.7º Ficam alterados os incisos II e III do Artigo 17 Lei Complementar nº 04/2006 que passam a vigorar com a seguinte redação:

II - ter obtido o grau 2 (dois) no resultado das avaliações de desempenho.

III - para a progressão horizontal o servidor deverá ter concluído a formação escolar da classe em que se encontre.

Art. 8° Fica alterada a redação do § 1º do Art. 18 da Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18 (...)
§ 1º No eixo vertical, da tabela de vencimentos, cada nível, a partir do nível inicial, tem um incremento de 1,0% (um por cento) em relação ao vencimento do nível anterior.

Art. 10. O §1º do Art. 20 da Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º Para os cargos de Professores I que não atingirem a jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais, a carga horária será obrigatoriamente complementada com atividades extraclasse, tais como planejamento, avaliação, correção de atividades, formação continuada, participação em reuniões pedagógicas e demais atividades inerentes ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, observados os limites estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação.

Art. 11. Fica acrescido o §4º ao Art. 20 da Lei Complementar nº 04/2006, com a seguinte redação:

§ 4º Ao Professor II remunerado por hora-aula poderá ser pago até 2 (duas) horas aulas semanais destinadas às atividades extraclasse, incluindo planejamento, correção de avaliações e demais atividades pedagógicas, observados os critérios definidos pelo Órgão Municipal de Educação.

Art. 12. Fica alterada a redação do § 2º do Art. 23 da Lei Complementar nº 04/2006 a qual passa vigorar a seguinte redação:

§2º Os demais servidores nos cargos de Servente Escolar, Auxiliar de Serviços da Educação e Secretário Escolar tem direito a trinta dias de férias anuais independente do calendário escolar.

Art. 13. Fica revogado o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 14. Fica acrescido o Art. 25-A à Lei Complementar nº 04/2006, com a seguinte redação:

Art. 25-A. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira da educação, quando nomeado para cargo de provimento em comissão ou designado para função gratificada no âmbito do sistema municipal de ensino, será considerado em exercício no novo cargo, sem prejuízo da titularidade de seu cargo efetivo.
§1º O servidor manterá o vínculo com sua lotação de origem, a qual ficará reservada durante o período de exercício no cargo em comissão ou função gratificada.
§2º Encerrado o exercício no cargo em comissão ou função gratificada, o servidor retornará automaticamente à sua lotação de origem, independentemente de novo ato administrativo.
§3º Na hipótese de extinção ou alteração da unidade de lotação de origem, o servidor será realocado em unidade equivalente, a critério da Administração, respeitada a sua carreira e atribuições.

Art. 15. Fica revogado o § 2º do Art. 26 da Lei Complementar nº 04/2006.
Art. 16. Fica alterada a redação dos § 1º e incisos do Art. 27 da Lei Complementar nº 04/2006 a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O processo de escolha para o preenchimento da vaga poderá ser feito em qualquer período do ano letivo, observando-se:
I- a relação das vagas disponíveis;
II – a necessidade da remoção por parte do servidor ou da administração.

Art. 17. Fica revogado o § 2º do Art. 27 Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 18. Fica revogado o Art. 28 e Parágrafo único da Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 19. Ficam alteradas as redações dos §1º e 3º do Art. 34 - da Lei Complementar nº 04/2006 .

§1º O Projeto Político Pedagógico da Unidade em prazo determinado pelo órgão competente e será revisto, a cada ano, por proposta da comunidade escolar, conforme as diretrizes definidas pelo Órgão Municipal de Educação, aprovadas pela Superintendência Regional de Ensino competente.
(...)
§3º O servidor da educação terá participação ativa na elaboração, no acompanhamento e implementação do Projeto Político Pedagógico de sua Unidade, bem como nas decisões.do Conselho Escolar.

Art. 20. Fica revogado o §4º do Artigo 34 - da Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 21. Fica alterada a redação do Art. 39 da Lei Complementar nº 04/2006 a qual passará a vigorar conforme a seguinte redação:

Art. 39. É admitida, em caráter excepcional, pelo prazo de cento e oitenta dias, permitindo-se a sua renovação por igual período, a contratação de servidor da educação, através de processo seletivo simplificado, na forma das normas estabelecidas pelo Órgão Municipal de Educação, para substituir o professor afastado, temporária ou definitivamente, de suas funções, ou ainda, para atender às necessidades de programas especiais temporários.

Art. 22. Ficam revogados os artigos 42, 43 e 44 -da Lei Complementar nº 04/2006 na sua integralidade.

Art. 23. O art. 45 da Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. A nomeação de servidor efetivo para cargo de provimento em comissão observará o disposto no art. 25-A desta Lei, quanto à garantia de sua lotação de origem.

Art. 24. O caput Art. 50 da Lei Complementar nº 04/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. A promoção é assegurada aos servidores municipais, por ato do Prefeito Municipal, com efeitos a partir do primeiro mês subsequente a conclusão das avaliações.

Art. 25. Fica alterada as atribuições do cargo de Profissional de Apoio criado pela Lei Complementar nº 15 de 26 de junho de 2025 que altera a Lei Complementar nº 04/2006 passando a ser parte integrante dos anexos da referida legislação, com as seguintes características:

"I - Profissional de Apoio
Vagas a serem criadas: 40
Escolaridade Mínima exigida: Ensino Médio, acrescido de curso de capacitação em acompanhante terapêutico e/ou curso de formação em apoio escolar voltado para atendimento de pessoa com deficiência, ambos de no mínimo 180 horas.
Descrição do Cargo:
O profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
A forma de provimento do cargo será mediante contrato e de acordo com as necessidades da administração e do numero de alunos que necessitarem do Profissional de Apoio em cada turno.
Atribuições do Profissional de Apoio
Auxiliar e mediar a realização de atividades escolares desenvolvidas no contexto escolar inclusive as atividades extraclasse, de modo a

garantir o direito à educação aos estudantes que não realizam essas atividades com autonomia e independência, devidamente supervisionado pelo professor regente;
Cumprir o calendário letivo da unidade escolar;
Seguir as orientações do Departamento Municipal de Educação, da supervisão e da Coordenadoria do CAEDD;
Promover ambiente de respeito mútuo e cooperação, entre as crianças e demais profissionais da Unidade Escolar, proporcionando o cuidado e educação;
Inteirar-se, entender e cumprir a proposta da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, da Rede Municipal de Prata, em relação a suas funções;
Zelar pela segurança das crianças, atendendo suas necessidades;
Comunicar ao professor regente e a direção, situações que requeiram atenção especial e ou anormalidades no processo de trabalho;
Participar ativamente no processo de adaptação das crianças e atendendo a todas as suas necessidades;
Atender as crianças em suas necessidades diárias, estimular, orientar e cuidar da criança na aquisição de hábitos de higiene, troca de fraldas, necessidades fisiológicas, banho e escovação dos dentes, sob a supervisão do professor;
Participar do processo de integração da unidade educativa, família e comunidade;
Conhecer o processo de desenvolvimento da criança, mantendo-se atualizado, através de leituras, formação inicial e continuada, fornecida pelo CAEDD E Secretaria Municipal de Educação, como Primeiros Socorros, seminários, capacitações e outros eventos;
Acompanhar e zelar pelas crianças, na hora do repouso, acompanhar o sono, permanecendo vigilante durante todo o período do sono/repouso;
Organizar, orientar e zelar pelo uso adequado do espaço, dos materiais e dos brinquedos
Estimular bons hábitos alimentares, acompanhando e orientando a criança durante as refeições e auxiliando as crianças menores;
Oferecer a mamadeira, tomando os cuidados inerentes, quando for o caso;
Zelar pela conservação, organização e guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
Auxiliar o professor no atendimento das crianças para assegurar o bem-estar e o desenvolvimento das mesmas;
Auxiliar os professores na execução das atividades pedagógicas e recreativas diárias;
Auxiliar no processo de escolarização dos alunos com necessidades especiais;
Realizar a recepção dos alunos público-alvo da educação especial na escola; acompanhá-los até a sala de aula e, ao término das atividades acompanhá-los até o portão da escola;
Dar assistência nas questões de mobilidade aos alunos com incapacidade total ou parcial nos diferentes espaços educativos, inclusive na transferência da cadeira de rodas para outros espaços, quando for o caso;
Atuar de forma articulada com os professores da sala de aula, da sala de AEE e também com os outros profissionais da escola;
Participar de formações continuadas voltadas para o atendimento dos alunos da educação especial;
Junto com o supervisor escolar e equipe multidisciplinar, acessar a pasta documental do aluno com o objetivo de buscar informações sobre a deficiência dos mesmos através de laudos e relatórios;
Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas atribuições com eficiência e ética;
Na ausência dos alunos da Educação Especial, o profissional deve colaborar com as atividades correlatas, de acordo com as orientações da gestão escolar;
Carga horária de trabalho do Profissional de Apoio
40 Horas Semanais
Remuneração:
Salário Base Classe B –R$ 2062,20
Requisitos para provimento:
Ensino Médio, acrescido de curso de capacitação em acompanhante terapêutico e/ou curso de formação em apoio escolar voltado para atendimento de pessoa com deficiência, ambos de no mínimo 180 horas.
§ 1° - O profissional de apoio escolar não é caracterizado como Professor para os devidos fins de direito;
§2º – O profissional de apoio escolar deverá atuar de forma articulada com o professor regente, bem como os demais profissionais do contexto escolar;
§3º - O profissional de apoio escolar poderá ser lotado em duas ou mais escolas municipais caso não haja educando com deficiência para ser atendido no outro turno, em instituição diversas, assim como poderá complementar sua carga horária exercendo outras funções de apoio condizentes com a necessidade da escola, ou funções correlatas no âmbito da unidade de ensino, consoantes à sua formação profissional;
§4º - A oferta de Profissional de Apoio Escolar será feita a estudantes que não apresentem condições de realizar suas atividades com independência apresentando impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, visando garantir a frequência escolar, as atividades educacionais, recreativas, esportivas e de lazer da rede municipal de ensino;

Art. 26. Fica excluído do Anexo V do Quadro de Lotação a tabela do Professor Eventual e descritivo da função.

Art. 27. Ficam alterados os anexos I, II e VI, VII que passam a vigorar conforme anexos da presente legislação.

Art. 28. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 27 de Agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:AA776AB5

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N.º 3.079 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, CRIA O PRÊMIO MUNICIPAL DE EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO, O SELO ESCOLA DE EXCELÊNCIA E O BANCO MUNICIPAL DE BOAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PRATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal do Prata/MG, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Promoção da Qualidade na Educação, destinado a promover a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal, por meio do reconhecimento de profissionais da educação, unidades escolares, projetos pedagógicos e experiências exitosas, integrado pelos instrumentos Prêmio Municipal de Excelência na Educação, o Selo Escola de Excelência e o Banco Municipal de Boas Práticas Educacionais.

§1º O prêmio possui natureza honorífica, educativa e institucional, tendo como finalidade incentivar a inovação, a eficiência da gestão escolar, a valorização dos profissionais da educação e a disseminação de boas práticas.
§2º Poderão participar do Programa os profissionais da educação da rede pública municipal, as unidades escolares, as equipes escolares e os responsáveis por projetos ou experiências pedagógicas desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino, na forma do regulamento.

Art. 2º O Programa Municipal de Qualidade na Educação será desenvolvido por meio dos seguintes instrumentos:

I – Prêmio Municipal de Excelência na Educação;
II – Selo Escola de Excelência;
III – Banco Municipal de Boas Práticas Educacionais;
IV – Seminário Municipal de Boas Práticas.

Art. 3º São objetivos do Programa:

I – valorizar os profissionais da educação;
II – reconhecer escolas que apresentem elevado desempenho institucional;
III – incentivar práticas pedagógicas inovadoras;
IV – fortalecer a gestão democrática;
V – estimular a melhoria contínua da aprendizagem;
VI – fomentar a inclusão, a equidade e a permanência dos estudantes;
VII – promover a divulgação de experiências exitosas;
VIII – fortalecer a cultura de excelência na educação pública;
IX – estimular a cultura de avaliação institucional e melhoria contínua.

Art. 4º O Prêmio compreenderá, no mínimo, as seguintes categorias:

I – Categoria Profissionais da Educação:

a) Professor(a) Destaque;
b) Diretor(a) Destaque;
c) Coordenador(a) Pedagógico(a) Destaque;
d) Servidor(a) da Educação Destaque;

II – Categoria Escola de Excelência;

III – Categoria Projetos e Boas Práticas:

a) Projeto Pedagógico Inovador;
b) Educação Inclusiva;
c) Tecnologia Educacional;
d) Alfabetização;
e) Participação Comunitária;
f) Educação em Direitos Humanos;
g) Educação para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
h) Educação Ambiental e Sustentabilidade.

§1º O Poder Executivo, mediante decreto, poderá criar novas categorias ou unificar as já existentes.
§2º Nenhuma categoria é obrigatória em todos os anos, podendo o regulamento adequá-las às prioridades educacionais do Município.

Art. 5º As unidades escolares que atingirem elevado padrão de desempenho receberão o Selo Escola de Excelência do Município de Prata.

§1º O Selo Escola de Excelência será concedido às unidades escolares que atenderem aos critérios estabelecidos em regulamento e atingirem desempenho mínimo definido em edital.
§2º O selo terá validade de um ano.
§3º A certificação poderá ser renovada mediante nova avaliação.
§4º O selo poderá ser utilizado pela escola em documentos oficiais, materiais institucionais e divulgação pública.

Art. 6º A avaliação observará, cumulativamente, critérios de eficácia pedagógica, inovação, impacto social, sustentabilidade das ações, replicabilidade das experiências, equidade e transparência, observados, no mínimo, os seguintes critérios objetivos:

I – evolução dos indicadores de aprendizagem;
II – redução da evasão escolar;
III – redução da infrequência;
IV – inclusão escolar;
V – desenvolvimento de projetos pedagógicos;
VI – inovação metodológica;
VII – participação das famílias;
VIII – gestão democrática;
IX – formação continuada dos profissionais;
X – clima escolar;
XI – utilização responsável dos recursos públicos;
XII – resultados qualitativos comprovados;
XIII – evolução histórica dos indicadores da unidade escolar;
XIV – respeito às diversidades culturais, sociais e territoriais da comunidade escolar;
XV – observância da Base Nacional Comum Curricular e do currículo municipal, quando aplicável;
XVI – evidências de melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes.

§1º Os critérios serão regulamentados mediante edital anual.
§2º É vedada avaliação baseada exclusivamente em notas de avaliações externas.
§3º Serão considerados indicadores quantitativos e qualitativos.

Art. 7º O Poder Executivo designará comissão responsável pela execução desta Lei, observados os princípios nela estabelecidos, garantindo representação de diferentes segmentos da comunidade escolar.

§1º Os membros exercerão suas funções sem remuneração.
§2º A composição observará critérios de impessoalidade e ausência de conflito de interesses.
§3º É vedada a participação na avaliação de membro que possua vínculo funcional, familiar ou interesse direto na categoria avaliada.
§4º Das decisões da Comissão caberá recurso administrativo dirigido à autoridade competente definida no regulamento.
§5º Os atos da comissão serão registrados em atas.
§6º Os membros deverão firmar declaração de inexistência de conflito de interesses antes do início dos trabalhos.

Art. 8º O processo de seleção será disciplinado em edital anual e poderá contemplar inscrição, indicação pelas escolas, apresentação de portfólio, visita técnica, entrevistas, análise documental e avaliação por indicadores oficiais.

§1º O edital anual estabelecerá cronograma, critérios de avaliação, fases do processo seletivo e demais condições de participação.
§2º O edital, os critérios, as notas, a composição da comissão e o resultado final deverão ser publicados no Portal da Transparência.

Art. 9º Os premiados poderão receber troféus, medalhas, certificados, placa institucional, publicação oficial das boas práticas, publicação em livro digital e divulgação das experiências em seminário municipal.

Art. 10. Observadas as disponibilidades financeira e orçamentária e a legislação aplicável, poderão ainda ser concedidos:

I – bolsas de formação;
II – custeio para participação em congressos;
III – aquisição de equipamentos para a unidade escolar premiada;
IV – apoio financeiro institucional destinado ao desenvolvimento do projeto premiado;
V – incentivo financeiro sem natureza salarial ou remuneratória, quando autorizado na legislação orçamentária.

Art. 11. Fica criado o Banco Municipal de Boas Práticas Educacionais, respeitados os direitos autorais dos respectivos autores.

§1º Todos os projetos premiados integrarão o banco.
§2º O banco será disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Município.
§3º As experiências poderão ser utilizadas, observados os direitos autorais e mediante a devida atribuição de autoria, como referência para toda a rede municipal.

Art. 12. A cerimônia de premiação ocorrerá, preferencialmente, durante a Semana Municipal da Educação ou nas comemorações do Dia do Professor.

Parágrafo único. O evento compreenderá, sempre que possível, palestras, apresentação de projetos, oficinas, seminários e exposição das experiências premiadas.

Art. 13. Todo o processo observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, motivação, razoabilidade e transparência.

Parágrafo único. As avaliações deverão ser fundamentadas e disponibilizadas aos participantes, assegurado o direito ao contraditório em relação às notas atribuídas, na forma do regulamento.

Art. 14. O Poder Executivo poderá divulgar, anualmente, relatório contendo os resultados do Programa, as experiências premiadas e recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, observado o regulamento.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até cento e vinte dias.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 27 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:FF61A7DD

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N.º 3.080 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG, O PRÊMIO "PRATA EMPREENDEDORA – DESTAQUES DO ANO", DESTINADO AO RECONHECIMENTO DE EMPREENDEDORES E EMPRESAS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal do Prata/MG, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Prata/MG, o Prêmio Prata Empreendedora – Destaques do Ano, destinado ao reconhecimento público de empresários, empreendedores e empresas que se destacarem pela contribuição ao desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, inovação e responsabilidade social no Município.

Art. 2º O prêmio tem por objetivos:

I – valorizar o empreendedorismo local e incentivar a atividade econômica;
II – reconhecer iniciativas empresariais que contribuam para o crescimento sustentável do Município;
III – estimular a inovação, a geração de empregos e a formalização de atividades econômicas;
IV – promover boas práticas empresariais e responsabilidade social;
V – fortalecer o ambiente de negócios e o desenvolvimento local.

Art. 3º Poderão ser premiados, anualmente, empresas ou empreendedores sediados no Município, observados critérios técnicos definidos em regulamento.

§1º Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas regularmente estabelecidas no Município de Prata/MG.

§2º O regulamento estabelecerá:
I – critérios objetivos de avaliação;
II – forma de inscrição ou indicação;
III – composição da comissão avaliadora;
IV – etapas do processo de seleção;
V – forma de divulgação dos resultados.
Art. 4º O prêmio poderá contemplar, entre outras, as seguintes categorias:

I – empresário do ano;
II – microempreendedor destaque;
III – empresa destaque em geração de empregos;
IV – empresa inovadora;
V – destaque no comércio e serviços;
VI – destaque na indústria ou produção local;
VII – empreendedor jovem;
VIII – destaque em responsabilidade social ou sustentabilidade.

Parágrafo único. O regulamento poderá adequar, incluir ou excluir categorias conforme a realidade econômica do Município.

Art. 5º A premiação poderá consistir em:

I – certificado de reconhecimento público;
II – troféu ou medalha;
III – menção honrosa em evento oficial do Município;
IV – outras formas de reconhecimento institucional, vedada a concessão de benefício fiscal ou vantagem econômica.

Art. 6º A premiação poderá ser realizada em evento oficial do Município, preferencialmente em data relacionada ao aniversário da cidade ou a evento voltado ao desenvolvimento econômico local.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 27 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:F32B8D80

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N.º 3.081 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL "INFÂNCIA SEGURA NO MUNDO DIGITAL", DESTINADA À PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DIGITAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal do Prata/MG, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVA e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Prata/MG, a Política Municipal "Infância Segura no Mundo Digital", destinada à prevenção, conscientização e enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no ambiente digital, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 2º São objetivos da Política Municipal "Infância Segura no Mundo Digital":

I – promover a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital;
II – prevenir a violência sexual praticada por meios eletrônicos, redes sociais, aplicativos, jogos eletrônicos, plataformas digitais e demais tecnologias da informação;
III – fortalecer a cultura da segurança digital entre crianças, adolescentes, famílias e profissionais da rede de proteção;
IV – estimular o uso consciente, seguro, ético e responsável da internet e das tecnologias digitais;
V – prevenir situações de aliciamento, exploração sexual, exposição indevida de imagens, chantagem sexual, compartilhamento não autorizado de conteúdo íntimo e demais formas de violência sexual praticadas em ambiente digital;
VI – incentivar a utilização responsável da inteligência artificial e de outras tecnologias emergentes;
VII – fortalecer a atuação integrada dos órgãos e entidades que compõem a rede municipal de proteção à criança e ao adolescente.

Art. 3º A Política Municipal observará os seguintes princípios:
I – proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente;
II – dignidade da pessoa humana;
III – prevenção da violência;
IV – respeito à privacidade e à intimidade;
V – proteção de dados pessoais;
VI – prevenção da revitimização;
VII – atuação integrada entre os órgãos públicos;
VIII – respeito aos direitos fundamentais no ambiente digital.

Art. 4º Constituem diretrizes da Política:

I – promoção de ações educativas permanentes sobre segurança digital;
II – incentivo ao uso responsável das tecnologias digitais;
III – fortalecimento da cultura da prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes;
IV – integração entre as políticas públicas de educação, saúde, assistência social e proteção da infância;
V – capacitação dos profissionais da rede municipal de atendimento;
VI – incentivo à participação das famílias nas ações educativas;
VII – estímulo à cooperação com instituições públicas e privadas voltadas à proteção da infância.

Art. 5º A implementação da Política poderá compreender, entre outras ações:

I – realização de campanhas educativas;
II – palestras, seminários, oficinas e eventos voltados à segurança digital;
III – elaboração e divulgação de cartilhas, materiais informativos e conteúdos educativos;
IV – desenvolvimento de ações educativas nas unidades escolares da rede municipal;
V – capacitação de professores, gestores escolares, profissionais da saúde, da assistência social e demais integrantes da rede de proteção;
VI – promoção de ações destinadas à orientação das famílias quanto aos riscos existentes no ambiente digital;
VII – incentivo ao uso seguro da internet, das redes sociais, dos aplicativos de mensagens, dos jogos eletrônicos e das ferramentas de inteligência artificial;
VIII – divulgação dos canais oficiais de denúncia de crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Art. 6º As ações educativas poderão abordar, entre outros temas:

I – segurança digital;
II – proteção de dados pessoais;
III – privacidade na internet;
IV – prevenção ao aliciamento virtual;
V – prevenção ao compartilhamento de imagens íntimas;
VI – prevenção à violência sexual no ambiente digital;
VII – utilização responsável da inteligência artificial;
VIII – prevenção à produção e divulgação de conteúdos manipulados digitalmente destinados à exploração sexual de crianças e adolescentes;
IX – cidadania digital;
X – responsabilidade civil, administrativa e penal decorrente da prática de crimes no ambiente virtual.

Art. 7º O Município poderá promover ações integradas entre os órgãos e entidades que compõem a rede municipal de proteção à criança e ao adolescente, observadas as respectivas competências legais.

Art. 8º O Município poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres com órgãos públicos, instituições de ensino, universidades, organizações da sociedade civil e entidades privadas, observada a legislação vigente, para apoiar a execução desta Política.

Art. 9º Dentre as competências atribuídas à Escola do Legislativo da Câmara Municipal do Prata/MG a partir da sua autonomia própria, ficam autorizadas a difusão e a promoção das ações específicas previstas nesta Lei, no âmbito do Poder Legislativo Pratense.

Art. 10. Na execução desta Lei serão observados:

I – as disponibilidades orçamentárias, financeiras e operacionais do Município;
II – a legislação federal aplicável;
III – o Estatuto da Criança e do Adolescente;
IV – a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017;
V – a legislação referente à proteção de dados pessoais;
VI – as normas relativas aos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. A implementação da Política poderá ocorrer de forma gradativa, conforme o planejamento e a capacidade administrativa do Poder Executivo.

Art. 11. O Poder Executivo poderá promover o acompanhamento e a avaliação periódica da Política Municipal "Infância Segura no Mundo Digital", visando ao aperfeiçoamento de suas ações.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 27 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:AB1105F2

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N.º 3.082 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PRATA A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DE 2026."

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA, prefeito do município de PRATA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal, por seus representantes, aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, até o montante de R$ 16.940.000,00 (dezesseis milhões e novecentos e quarenta mil reais), adicionando recursos no orçamento do município.

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos conforme artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n°. 4.320/64, relativo

às Fontes de Recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, a seguir demonstradas:
Fonte de Recursos: 2.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
Fonte de Recursos: 2.501.000 – Outros Recursos não Vinculados no valor de R$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais);
Fonte de Recursos: 2.569.000 – Outras Transferências de Recursos do FNDE no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);
Fonte de Recursos: 2.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
Fonte de Recursos: 2.601.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde no valor de R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais);
Fonte de Recursos: 2.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
Fonte de Recursos: 2.700.000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União no valor de R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais);
Fonte de Recursos: 2.701.000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais);
Fonte de Recursos: 2.706.000 – Transferência Especial da União no valor de R$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais);
Fonte de Recursos: 2.710.000 – Transferência Especial do Estado no valor de R$ 1.820.000,00 (um milhão e oitocentos e vinte mil reais);
Fonte de Recursos: 2.751.000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
Fonte de Recursos: 2.759.005 - Recursos Vinculados a Fundos - Repasse tarifário para os Fundos Municipais de Saneamento – no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Art. 3º O crédito suplementar referido no artigo 1º serão desdobrados ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e fonte de recurso, através de Decreto Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prata-MG, 27 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:B4F22ABB

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI N.º 3.083 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

"ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 3.016, DE 26 DE JUNHO DE 2025, E O ART. 7º DA LEI Nº 3.046, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025, PARA AMPLIAR O LIMITE DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DO PRATA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 46 da Lei nº 3.016, de 26 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 46. A Lei Orçamentária de 2026 conterá autorização aos Poderes Executivo e Legislativo para abrirem créditos adicionais suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento total, em conformidade com os arts. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como créditos adicionais especiais e extraordinários não compreendidos na limitação anterior, não sendo onerado o referido limite quando os créditos suplementares decorrerem das origens previstas nos incisos deste artigo.
....." (NR)
Art. 2º O caput do art. 7º da Lei nº 3.046, de 19 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 7º Durante a execução orçamentária, ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, podendo, para tanto:
....." (NR)
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 3.016, de 26 de junho de 2025, e da Lei nº 3.046, de 19 de dezembro de 2025.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prata-MG, 27 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal do Prata-MG

Publicado por:
Lauriane Valeria Vieira Gomes
Código Identificador:90A7F8B3

ASSESSORIA JURÍDICA
MUNICÍPIO DE PRATA – ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº [001]/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
O MUNICÍPIO DE PRATA, Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, representado pela Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público de manutenção e continuidade dos serviços educacionais, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado destinado à formação de lista classificatória e cadastro reserva para contratação temporária de profissionais do magistério para atuação na Rede Municipal de Ensino, mediante as condições estabelecidas neste Edital.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O presente processo seletivo simplificado será regido por este Edital, pela legislação municipal aplicável às contratações temporárias, pelas normas administrativas pertinentes e pelos atos oficiais do Ministério da Educação relativos à Prova Nacional Docente – PND.
1.2. A contratação temporária deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como critérios objetivos de seleção. O art. 37 da Constituição Federal prevê que a Administração Pública obedecerá a esses princípios e que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
1.3. A realização deste processo seletivo justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade da prestação do serviço público educacional, considerando que os candidatos aprovados no concurso público anteriormente realizado para os cargos correspondentes já foram empossados, não havendo, no momento, candidatos aprovados remanescentes a serem convocados para suprir as necessidades temporárias da Rede Municipal de Ensino.
1.4. A circunstância descrita no item anterior não afasta a necessidade de observância da legislação municipal específica, nem autoriza a substituição indevida de cargos efetivos por vínculos temporários. As contratações decorrentes deste Edital destinam-se exclusivamente ao atendimento de necessidade temporária e excepcional, pelo prazo e nas condições previstos na legislação local e nos respectivos contratos.
1.5. A organização, o acompanhamento e a fiscalização do processo seletivo ficarão a cargo da Comissão Organizadora designada pela Administração Municipal, mediante ato próprio.
1.6. Integram este Edital, para todos os fins, os seguintes anexos: Anexo I – Cronograma; Anexo II – Quadro de cargos, requisitos, jornada e remuneração; Anexo III – Modelo de requerimento de

inscrição; Anexo IV – Relação de documentos para a segunda etapa; Anexo V – Formulário de recursos;

2. DO OBJETO E DOS CARGOS

2.1. O processo seletivo tem por objeto a formação de lista de classificação e de cadastro reserva para futuras contratações temporárias nos seguintes cargos ou funções docentes:

2.1.1. Professor I;

2.1.2. Professor II;

2.1.3. Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE; e

2.1.4. Professor de Apoio.

2.2. A quantidade de contratações, o local de exercício será definido conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e constarão do Anexo II, a ser preenchido e publicado juntamente com este Edital ou por ato complementar antes da convocação.

2.3. O Prazo do Contrato será por até 06 meses, prorrogável por no máximo mais 06 meses (Lei nº 2.652, de 13 de dezembro de 2019)

2.4. A classificação neste processo seletivo não assegura direito subjetivo à contratação, que dependerá da existência de necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária, observância da legislação aplicável e conveniência da Administração, respeitada a ordem de classificação e as regras deste Edital.

3. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

3.1. São requisitos gerais para contratação, sem prejuízo de outros previstos na legislação municipal:

3.1.1. ser brasileiro ou atender às condições legais aplicáveis ao estrangeiro;

3.1.2. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

3.1.3. estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;

3.1.4. estar quite com as obrigações eleitorais e, quando aplicável, militares;

3.1.5. possuir a formação exigida para o cargo pretendido;

3.1.6. apresentar aptidão física e mental compatível com o exercício das atribuições, na forma exigida pela legislação municipal; e

3.1.7. não possuir impedimento legal para o exercício de função pública ou para a celebração do contrato temporário.

3.2. Para o cargo de Professor I, será exigida graduação em Pedagogia ou formação em curso Normal Superior, reconhecida na forma da legislação educacional aplicável.

3.3. Para o cargo de Professor II, será exigida graduação correspondente ao componente curricular pretendido ou graduação acrescida de pós-graduação na área específica, observadas a legislação vigente e as normas educacionais aplicáveis ao componente curricular.

3.4. Para os cargos de Professor de AEE e Professor de Apoio, será exigida graduação acrescida de especialização em Educação Especial Inclusiva ou em área afim, conforme a necessidade da função e a legislação vigente.

3.5. A formação de docentes para atuação na educação básica deve observar o art. 62 da Lei nº 9.394/1996, segundo o qual ela será realizada em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para a educação infantil e os cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

3.6. A Administração poderá exigir, no momento da contratação, documentação complementar destinada a comprovar a habilitação específica, a regularidade do curso, a área de concentração da pós-graduação ou a compatibilidade da formação com as atribuições do cargo.

3.7. A inscrição ou a participação na PND não substitui a comprovação da habilitação exigida para a contratação. O candidato somente poderá ser contratado após a aprovação na análise documental e o atendimento de todos os requisitos legais e editalícios.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de **14/11/2026 a 14/12/2026**, por meio de endereço eletrônico **https://prata.mg.gov.br**, conforme orientações constantes do Anexo III.

4.2. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o cargo pretendido e, quando se tratar de Professor II, o componente curricular para o qual concorre.

4.3. O candidato poderá inscrever-se para uma ou mais de uma função, conforme regra a ser definida no Anexo I, desde que possua os requisitos específicos e consiga comparecer às atividades eventualmente coincidentes.

4.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação integral das regras deste Edital.

4.5. As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo a Administração excluir do processo seletivo aquele que apresentar dados falsos, incompletos ou incompatíveis com a documentação apresentada.

4.6. Não haverá taxa de inscrição, sendo a mesma, gratuita.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo será composto por três etapas:

5.1.1. primeira etapa: participação do candidato na Prova Nacional Docente – PND, promovida no âmbito do Ministério da Educação;

5.1.2. segunda etapa: inscrição do candidato neste processo seletivo simplificado municipal; e

5.1.3. terceira etapa: análise dos documentos comprobatórios da habilitação exigida para o cargo pretendido, mediante chamamento da Secretaria Municipal de Educação.

5.2. A participação na PND terá caráter classificatório e não eliminatório para fins deste processo seletivo.

5.3. A inscrição municipal constitui etapa autônoma e indispensável para que o candidato possa ser considerado neste processo seletivo, inclusive para eventual formação do cadastro reserva próprio. A participação na PND, isoladamente, não gera inscrição automática no certame municipal.

5.4. A análise documental terá caráter habilitatório e será realizada quando o candidato for chamado pela Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação e a necessidade administrativa.

5.5. A ausência do candidato na PND (Prova Nacional Docente), a não obtenção de classificação na relação divulgada ou a inexistência de resultado aproveitável para o cargo não impedirá, por si só, a participação na formação do cadastro reserva próprio previsto neste Edital, desde que o candidato tenha realizado a inscrição municipal e comprove a habilitação exigida na terceira etapa.

5.6. O candidato que não comprovar a formação exigida para o cargo pretendido será considerado não habilitado e não poderá ser contratado para aquela função.

6. DA PROVA NACIONAL DOCENTE – PND

6.1. A primeira etapa será realizada mediante utilização do resultado da Prova Nacional Docente – PND/MEC, prevista para o dia **20 de setembro de 2026**, conforme o cronograma e os procedimentos oficiais divulgados pelo Ministério da Educação.

6.2. Caberá exclusivamente ao candidato realizar sua inscrição na PND, acompanhar as informações oficiais do MEC, comparecer ao local de prova e cumprir as regras estabelecidas para a avaliação nacional.

6.3. O Município utilizará o resultado oficial disponibilizado pelo órgão competente para fins de ordenação classificatória dos candidatos inscritos neste processo seletivo, observada a correspondência entre o cargo ou componente curricular escolhido e a formação apresentada.

6.4. O resultado da PND está previsto para ser publicado em 15 de dezembro de 2026. Eventual alteração oficial dessa data pelo órgão responsável será automaticamente considerada para fins deste Edital, mediante divulgação no sítio eletrônico oficial do Município e nos demais meios de publicidade adotados.

6.5. A classificação decorrente da PND não terá caráter eliminatório. A pontuação ou a posição obtida na prova será utilizada para ordenar os candidatos, sem prejuízo da posterior análise documental e do atendimento dos demais requisitos legais.

6.6. Caso o órgão responsável pela PND não disponibilize resultado individual ou lista compatível com a organização municipal, a Comissão Organizadora adotará procedimento objetivo de aproveitamento das informações oficiais disponíveis, publicando comunicado específico com as orientações aplicáveis.

7. DA CLASSIFICAÇÃO, DO DESEMPATE E DO CADASTRO RESERVA

7.1. Os candidatos serão classificados, por cargo e, quando aplicável, por componente curricular, conforme a ordem decrescente do resultado oficial da PND.

7.2. - A publicação do resultado final do CONCURSO PÚBLICO será feita em 03 (listas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, e a Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência e a Terceira Lista com candidatos negros.

7.3. - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

7.3.1 - O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.

7.3.2. – A capacitação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será adotada como critério de desempate entre os candidatos.

7.4. A ordem de classificação da PND será observada para as convocações e contratações, respeitados o cargo, o componente curricular, a habilitação comprovada e a necessidade administrativa.

7.5. Esgotada a lista de candidatos classificados com base na PND, o Município poderá convocar candidatos integrantes de cadastro reserva próprio, formado entre os inscritos que não constarem da lista da PND ou que não tenham sido classificados para fins de convocação, desde que tenham sido considerados habilitados na análise documental.

7.6. A formação do cadastro reserva próprio não assegura contratação e observará a ordem estabelecida pela Comissão Organizadora segundo critérios objetivos, a serem publicados juntamente com a relação correspondente, considerando-se, no mínimo, a habilitação para o cargo e o tempo de experiência docente comprovado.

7.7. A convocação de candidato do cadastro reserva próprio somente ocorrerá após o esgotamento da lista da PND para o cargo ou componente curricular correspondente, salvo situação excepcional devidamente motivada e publicada.

8. DA ANÁLISE DOCUMENTAL

8.1. A terceira etapa consistirá na análise dos documentos que habilitem o candidato ao exercício do cargo pretendido, mediante chamamento da Secretaria Municipal de Educação.

8.2. A documentação deverá ser apresentada no período e no local ou meio eletrônico indicados no chamamento da Secretaria Municipal de Educação, conforme o Anexo IV e as orientações divulgadas para esta etapa.

8.3. O candidato deverá apresentar, conforme o caso:

8.3.1. documento oficial de identificação;

8.3.2. CPF;

8.3.3. diploma, certificado de conclusão ou declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, nos termos admitidos pela legislação e por este Edital;

8.3.4. diploma ou certificado de pós-graduação, quando exigido para o cargo;

8.3.5. comprovantes de regularidade eleitoral e militar, quando aplicáveis;

8.3.6. declaração de não acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas, ressalvadas as hipóteses constitucionais; e

8.3.7. demais documentos indicados no Anexo IV ou solicitados pela Administração.

8.4. Documentos ilegíveis, incompletos, vencidos quando sujeitos a prazo de validade ou incompatíveis com a função poderão ser recusados, assegurado ao candidato o direito de apresentar recurso nos prazos deste Edital.

8.5. A aprovação na análise documental não dispensa a apresentação dos documentos originais ou de cópias autenticadas, quando exigidos no momento da contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso contra a lista de inscrições, o resultado da análise documental, a classificação, a aplicação dos critérios de desempate e a formação do cadastro reserva, nos prazos e na forma previstos no Anexo I.

9.2. O recurso deverá ser fundamentado, apresentado conforme o Anexo V e dirigido à Comissão Organizadora.

9.3. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo, sem identificação do candidato, sem fundamentação ou por meio diverso daquele previsto neste Edital.

9.4. A Comissão Organizadora poderá retificar, de ofício ou mediante recurso, erro material constatado em qualquer resultado publicado.

10. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

10.1. As convocações serão realizadas por publicação no [Diário Oficial/sítio eletrônico oficial/quadro de avisos] do Município e, facultativamente, por outros meios de comunicação.

10.2. O candidato convocado deverá comparecer em data agendada e divulgada pela Secretaria Municipal de Educação, munido da documentação comprobatória de habilitação exigida para o cargo, sob pena de ser considerado desistente, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

10.3. A contratação observará a ordem de classificação, a necessidade de profissionais, a disponibilidade de vagas, a habilitação específica e a legislação municipal aplicável.

10.4. O contrato temporário deverá indicar, entre outros elementos, a função, a jornada, a remuneração, o prazo de vigência, as atribuições e as hipóteses de extinção.

10.5. A contratação ocorrerá, em regra, no início de cada ano letivo, respeitada a ordem de classificação deste processo seletivo, e terá duração limitada ao período de até 200 (duzentos) dias letivos, conforme o calendário escolar anualmente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação. A contratação não será ininterrupta entre os anos letivos e a validade deste processo seletivo não implica prorrogação automática, continuidade ou renovação obrigatória dos contratos.

10.6. O regime de contratação do quadro temporário do magistério será definido em cada instrumento contratual e observará o período de até 200 (duzentos) dias letivos previsto no calendário escolar anualmente aprovado, sem vinculação automática ao prazo de validade deste processo seletivo.

10.7. O candidato contratado deverá cumprir efetivamente as atribuições do cargo, o Regimento Escolar, as normas da Secretaria Municipal de Educação, o calendário escolar e as demais disposições legais e administrativas aplicáveis.

10.8. O contratado que, durante a vigência do contrato, deixar de cumprir suas atribuições de forma efetiva ou descumprir o Regimento Escolar poderá ter o contrato rescindido e ser excluído deste processo seletivo, inclusive do cadastro reserva, desde que assegurados procedimento administrativo, ciência dos fatos, contraditório e oportunidade de defesa, na forma da legislação aplicável.

10.9. O candidato que não aceitar a vaga ou não apresentar a documentação exigida poderá ser reposicionado ao final da lista ou excluído da convocação, conforme regra definida na legislação municipal e no ato convocatório.

10.10. A contratação não poderá ser utilizada para conferir ao contratado estabilidade, efetividade ou qualquer direito próprio de cargo provido por concurso público.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1. O presente processo seletivo terá validade de 2 (dois) anos prorrogável por mais dois anos a contar da homologação do processo seletivo.

11.2. Durante o prazo de validade, os candidatos classificados e os integrantes do cadastro reserva poderão ser convocados conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino, observadas a ordem de classificação, a habilitação e as demais condições deste Edital.

12 . DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

12.1 - Do total das vagas ofertadas, 5% (cinco por cento) será reservado para pessoas com deficiência, em cumprimento ao que assegura o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 9.508/18, observando-se a compatibilidade de condição especial do candidato com as atividades inerentes às atribuições do cargo para o qual concorre, no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

12.2 - Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 12.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

12.3 - Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

12.4 - As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, conforme regras da Prova Nacional Docente.

12.5 - O candidato portador de deficiência deverá enviar, através da área do candidato no período de **14/11/2026 até o dia 14/12/2026 as 23h59** especificando que deseja concorrer às vagas reservadas.

12.6 - Para a apresentação eletrônica dos documentos referente aos Pedidos de Vagas Reservadas o candidato deve acessar a página da Prefeitura Municipal do Prata, em área reservada para esse fim.

12.6.1 - Os documentos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF em formato que permita a sua perfeita identificação.
12.7 - Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento:
a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão,
12.8 - O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item XII**.7** letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".
12.9 - Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Item e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.
12.10 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Item não poderão interpor recurso administrativo em favor de sua condição.
12.11 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.
12.12 - Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pelo Município do **Prata - MG**, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício da CARGO. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
12.13 - A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item
12.14 deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
12.15 - Caberá recurso pelo período de 03 (três) dias uteis contra decisão proferida pela perícia Médica do Município do **Prata – MG.**
12.16 - A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
12.17 - O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo não será devolvido.
12.18 - Após a contratação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

13 – DAS VAGAS RESERVADOS AOS CANDIDATOS NEGROS

13.1- Em cumprimento a Lei Municipal nº 2.647 de 25 de Outubro de 2019 ficam reservadas aos negros o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas existentes, das que vierem a surgir ou das que forem criadas no prazo de validade deste Concurso Público. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, vedada a declaração em momento posterior, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
13.1.2-A declaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, caso não a faça no ato de inscrição.
13.1.3- Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato:
a) será eliminado do Processo Seletivo;
b) se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;
c) deverá ressarcir o erário quanto aos prejuízos causados e restituir a remuneração eventualmente recebida;
d) terá contra si promovida a responsabilidade penal.
13.2. Para concorrer às vagas reservadas o candidato negro deverá:
13.2.1. Realizar a sua inscrição conforme disposto no item 4 e se declarar candidato negro;
13.2.2- O candidato negro deverá enviar, via internet, através da Área do Candidato no site da Prefeitura Municipal do Prata no período de **14/11/2026 até o dia 14/12/2026 as 23h59,** especificando que deseja concorrer às vagas reservadas. Deverá providenciar a Auto declaração de candidato negro e anexar na opção de envio de documentos disponível na Área do candidato;
13.3- Serão considerados somente a Auto declaração de candidato negro enviados **dentro do prazo** estabelecido, sob pena de indeferimento.
13.4- Somente serão analisadas as solicitações dos candidatos que atenderem integralmente ao subitem 6.2.2.
13.5. As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder, administrativa, civil e penalmente, em caso de declaração falsa ou inexata.
13.6. Os candidatos autodeclarados afrodescendentes que optarem por concorrer às vagas reservadas na forma deste capítulo, concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação.
13.7. A relação dos candidatos, que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas para negros, será divulgada, de acordo com o Cronograma do Processo, no endereço eletrônico https://prata.mg.gov.br/
13.8. O candidato que tenha sua solicitação INDEFERIDA poderá interpor recursos, obedecendo o período constante no cronograma do concurso público.
13.9 -Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Processo Seletivo.
13.10- Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
13.11- Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.
13.12- Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.
13.13 -Na hipótese de que trata o item anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

14. DA PUBLICIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as publicações oficiais relativas ao processo seletivo serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros– AMM (https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/)
14.2. O Município poderá utilizar os dados pessoais fornecidos pelos candidatos exclusivamente para a execução, organização, fiscalização e publicidade dos atos deste processo seletivo, observada a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
14.3. A inscrição do candidato implica ciência de que seu nome, número de inscrição, classificação e situação no processo seletivo poderão ser publicados nos atos oficiais, na medida necessária à transparência administrativa.
14.4. A inexatidão das informações, a falsidade documental ou a ausência de requisito legal poderá resultar na exclusão do candidato, na anulação dos atos praticados e, se já houver contratação, na rescisão contratual, sem prejuízo das medidas administrativas e legais cabíveis.
14.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observada a legislação municipal, as normas educacionais aplicáveis e os princípios que regem a Administração Pública.
14.6. Este Edital poderá ser retificado antes da realização das etapas, mediante publicação do ato correspondente, quando necessário para corrigir erro material, adequar o cronograma ou compatibilizar suas disposições com atos oficiais do MEC ou com a legislação aplicável.

14.7. A participação neste processo seletivo não impede a Administração de realizar concurso público ou outro processo seletivo para provimento das necessidades permanentes da Rede Municipal de Ensino, observada a legislação vigente.

Prata/MG, 08 de setembro de 2026.

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:FBD282A8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal
08/09/2026.

Processo Licitatório nº 109/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 036/2026 – Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviços de buffet (almoço, jantar, work lunch, café da manhã simples, coffee break, kit lanche, refeições e similares) para realização de eventos institucionais, conferências, palestras, wokshops, confraternizações e reuniões, entre outros eventos corporativos e festividades a serem realizadas pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal do Prata/MG.

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, às empresas **KACTUS PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **18.125.972/0001-78**, vencedora dos itens de nº **06 e 20**, perfazendo o valor total de **R$ 202.700,00 (duzentos e dois mil e setecentos reais); MARIA BEATRIZ MACEDO COSTA 77800885615-ME** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **17.632.212/0001-94,** vencedora dos itens de nº **03, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 28,** perfazendo o valor total de **R$ 1.228.835,00 (um milhão duzentos e vinte e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais);** e **REQUINT SALGADOS PRATA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 50.079.618/0001-67,** vencedora dos item de **nº 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 26 e 27** perfazendo o valor total de **R$ 753.392,00 (setecentos e cinquenta e três mil trezentos e noventa e dois reais).**

Autorizando as despesas e a lavratura das respectivas Atas de Registro de Preços.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juscelen Novaes Alves
Código Identificador:AD5AB07D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal
04/09/2026.

Processo Licitatório nº 099/2026 – Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 012/2026– Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de obras deinfraestrutura urbana, que tem como objetivo recapeamento asfáltico - pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e drenagemsuperficial em diversas vias urbanas do município de Prata/MG, conforme Emenda Parlamentar - 202541000004 - Greyce Elias - Dados Bancários: 104 - CaixaEconômica Federal - Agência 1235-1 - Conta 573442999-2.

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço global, à empresa **CONSTRUTORA SANTA TEREZINHA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 41.104.171/0001-48** vencedora do menor preço global do objeto licitado, perfazendo o valor total de **R$ 422.949,43 (quatrocentos e vinte e dois mil novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos)**. Autorizando as despesas e a lavratura do respectivo Contrato.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gustavo Dos Santos Faria
Código Identificador:407C7C88

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO N° 003/2026.

Ratificação do Prefeito Municipal
08/09/2026.

Credenciamento nº 003/2026, Processo Licitatório nº 085/2026 – Objeto: Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas, exames, cirurgias, plantões, transferências, imobilização ortopédica, fonoaudiólogo, confecção de próteses dentárias e outros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município do Prata/MG.

Credenciada:

CARDOSO NOVAIS SAUDE LTDA.
CNPJ: 61.946.656/0001-96
Protocolo sob o nº 04650/2026, no dia 01/09/2026.

- Plantão Clinico Geral Diurno nos Distritos.

O Prefeito do Município do Prata, Marcel Vieira Rodrigues da Cunha no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA o Ato da Comissão de Contratação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:46B04336

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO LICITATÓRIO Nº 198/2026.

Processo Licitatório nº 099/2026 – Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 012/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de obras deinfraestrutura urbana, que tem como objetivo recapeamento asfáltico - pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e drenagemsuperficial em diversas vias urbanas do município de Prata/MG, conforme Emenda Parlamentar - 202541000004 - Greyce Elias - Dados Bancários: 104 - CaixaEconômica Federal - Agência 1235-1 - Conta 573442999-2.
Contratante: **Município do Prata-MG** – Contratada: **CONSTRUTORA SANTA TEREZINHA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 41.104.171/0001-48** vencedora do menor preço global do objeto licitado, perfazendo o valor total de **R$ 422.949,43 (quatrocentos e vinte e dois mil novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos)**.
Prazo de execução: 05 (cinco) meses, a contar da emissão da Ordem de Serviços.
Vigência: 12 (doze) meses, iniciando no dia de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso comprovado à necessidade.
Data da assinatura: 08/09/2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gustavo Dos Santos Faria
Código Identificador:79FED97B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 528/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO ANA MARIA SOUTO NUNES ALVES

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 2º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 07/08/2020 à 05/08/2025, para serem gozadas no período de 08/09/2026 à 07/10/2026, a servidora efetiva Ana Maria Souto Nunes Alves, ocupante do cargo de PROFESSOR-I matrícula n° 05759.
Prefeitura Municipal de Prata, 08 de setembro de 2026.

•

•***MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.***
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:E1A5EA72

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 529/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO ARTUR BRUNO LEMES MENEZES

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 3º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 10/05/2016 à 08/05/2021, para serem gozadas no período de 08/09/2026 à 07/10/2026, a servidora efetiva Artur Bruno Lemes Menezes, ocupante do cargo de PROFESSOR II-EDUCAÇÃO FISICA matrícula n° 08342.

Prefeitura Municipal de Prata, 08 de setembro de 2026.

•

•***MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.***
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:99BCBC9F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 530/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO CRISTINA MARTINS BATISTA

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 3º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 23/04/2018 à 21/04/2023, para serem gozadas no período de 01/09/2026 à 30/09/2026, a servidora efetiva Cristina Martins Batista, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR matrícula n° 04010.

Prefeitura Municipal de Prata, 08 de setembro de 2026.

•

•***MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.***
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:6C865EC7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 531/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO HELICA SILVA MACEDO

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 2º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 15/01/2021 à 13/01/2026, para serem gozadas no período de 01/09/2026 à 30/09/2026, a servidora efetiva Helica Silva Macedo, ocupante do cargo de FISCAL SANITARIO matrícula n° 05863.

Prefeitura Municipal de Prata, 08 de setembro de 2026.

•

•***MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.***
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:0CA66578

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 532/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO LEVINO LUIZ MOURA VINHAIS

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 2º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 15/09/2017 à 02/10/2026, para serem gozadas no período de 03/09/2026 à 02/09/2026, a servidora efetiva Levino Luiz Moura Vinhais, ocupante do cargo de PEDREIRO matrícula n° 00154.

Prefeitura Municipal de Prata, 8 de setembro de 2026.

•

•***MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.***
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:9CD67A5A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 533/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO MARIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA NUNES

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 1º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 02/03/2017 à 28/02/2022, para serem gozadas no período de 10/09/2026 à 09/10/2026, a servidora efetiva Maria Cristina Da Silva Ferreira Nunes, ocupante do cargo de PROFESSOR-I matrícula n° 06186.

Prefeitura Municipal de Prata, 8 de setembro de 2026.

•

•MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:E843FCC2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 534/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS A SERVIDORA EFETIVO FABRICIA COSTA MENEGAZ

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (TRINTA) dias, referente ao 1º mês de Licença Prêmio, relativo ao período aquisitivo de 09/05/2020 à 07/05/2025, para serem gozadas no período de 08/09/2026 à 07/10/2026, a servidora efetiva Fabricia Costa Menegaz, ocupante do cargo de PROFESSOR-I matrícula n° 04008.

Prefeitura Municipal de Prata, 8 de setembro de 2026.

•

•MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
• Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:B9C78229

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CEMEI – NEUSA OLÍMPIA DOS REIS, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) SALA DE AULA DESTINADA À AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL, NO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS ANEXOS.
FINALIDADE DO RECURSO: A contratação será custeada com recursos do FUNDEB vinculados à expansão da educação integral em tempo integral, em atendimento à aplicação mínima anual prevista na Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, observada a Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 29 de abril de 2026.
A contratação é autônoma em relação ao Convênio de Saída nº 1261000420/2026/SEE, que contempla a construção de 02 (duas) salas de aula mediante projeto e recursos próprios daquele ajuste, não configurando fracionamento indevido da despesa.

INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia: 09/09/2026 a partir das 17h00min.
LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia: 25/09/2026 às 09h00min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E SESSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:
Dia: 25/09/2026 às 09h00min.

SITE PARA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA: https://www.licitanet.com.br

O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Site do www.licitanet.com.br e Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pratinha localizada à Rua Pedro Paulo dos Santos, nº 45, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e no site ***www.pratinha.mg.gov.br,*** sem qualquer ônus. Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser obtidos neste mesmo setor, através do telefone (034) 21200601.

Pratinha-MG, 08 de setembro de 2026.

WELLINGTON JOSE CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:5256D2B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026
ADESÃO A ATA Nº 005/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO CISPAR Nº 011/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS MEDIANTE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025, CELEBRADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS E A EMPRESA MULTIMEDIC COMERCIAL LTDA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG
DATA DO CONTRATO: 03/09/2026
CONTRATADA: MULTIMEDIC COMERCIAL LTDA CNPJ n° 00.207.500/0001-07

O valor global do presente contrato é de R$ 60.631,58 (sessenta mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 03 de setembro de 2026 a 12 de março de 2027.

Pratinha- MG, 08 de setembro de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:3D099444

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial o pedido do Departamento de Turismo e Esporte, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Art 75 §7;
RESOLVE: RATIFICAR a contratação de serviços para confecção de materiais gráficos para realização da 2ª corrida de rua de Pratinha, dia 20/09/2026.

CONTRATADA – EDSON SALVIANO FERREIRA (CNPJ 14.447.701/0001-88), no valor global de R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais).

Pratinha/MG, 02 de setembro 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:FC9DD1B9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO, (RATIFICAÇÃO) PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, (ART. 74, INCISO II DA LEI FEDERAL 14.133/2021 - PROCESSO Nº 284/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

José Vanderlei da Silva, secretaria de transporte em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o art. 74, inciso II da lei 14.133/2021, AUTORIZO, a **Contratação de Show Regional da dupla Mangabão e Mangabeira,** devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 04/09/2026

JOSÉ VANDERLEI DA SILVA
Secretário de Transporte

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:C581CD3C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE CONTRATO

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 259/2026 – Pregão Eletrônico/Registro de Preço: 50/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o Extrato da ata contrato do processo licitatório cujo objeto: Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de arbitragem esportiva, destinada aos eventos e competições esportivas realizados e/ou promovidos pelo município de Quartel Geral-MG, conforme termo de referência. Fornecedor: Bruno Rodrigues Santos, valor total da ata R$ 12.200,00; Daniele Vello Sabadini valor total da ata R$ 95.500,00; Hallan Cruz Serviços e Assessoria Esportiva Ltda valor total da ata R$ 37.723,00; Ouro Negro Serviços e Eventos Ltda valor total da ata R$ 8.820,00. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – 01/09/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:5ED16D89

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1526/2026

"ALTERA O ART.5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.513, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O povo do Município de Quartel Geral, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal de Quartel Geral, aprova e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:
Art. 1º. O inciso II do Artigo 5º da Lei nº 1.513 de 2025, alterado pelo Art. 1º do Projeto de Lei nº 15/2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a:
I – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada para cada Poder, utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
II – Abrir créditos adicionais suplementares utilizando recursos provenientes do excesso de arrecadação efetivamente apurado por fonte de recursos, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do orçamento;
III – Abrir créditos adicionais suplementares utilizando recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, por fonte de recursos;
IV – Adotar as medidas necessárias à adequação dos dispêndios ao efetivo comportamento da receita.
Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se inalteradas as demais disposições do Projeto de Lei nº 15/2026 que não conflitarem com o presente texto.

Quartel Geral/MG, 04 de setembro de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:347224EC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1527/2026

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL A PARTICIPAR DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL DE TURISMO E CULTURA – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO TURÍSTICO DO LAGO DE TRÊS MARIAS, AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O povo do Município de Quartel Geral, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a participar da Instância de Governança Regional de Turismo e Cultura – Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Lago de Três Marias, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 04.999.242/0001-91.
Art. 2º Ficam ratificadas e convalidadas a celebração e os atos de execução do instrumento associativo firmado entre o Município de Quartel Geral e a entidade referida no art. 1º.
§ 1º O instrumento associativo tem por objeto estabelecer a cooperação entre os partícipes para promover o desenvolvimento regional do turismo, fortalecer a política municipal de turismo, incentivar ações integradas de promoção turística, desenvolver

programas e projetos de interesse comum e executar as demais atividades previstas no respectivo plano de trabalho.
§ 2º O instrumento associativo e o respectivo plano de trabalho integram esta Lei, independentemente de transcrição, constituindo parte integrante desta Lei para todos os efeitos legais.
§ 3º A autorização prevista neste artigo abrange a celebração de termos aditivos destinados à prorrogação da vigência, à atualização das contribuições associativas, à adequação do plano de trabalho, à correção de erros materiais e às demais alterações que não impliquem modificação substancial do objeto ou da finalidade institucional do instrumento.
Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento da contribuição associativa referente ao exercício de 2026, no valor total de R$ 6.502,50 (seis mil quinhentos e dois reais e cinquenta centavos).
Parágrafo único. O valor previsto no caput poderá ser pago na forma estabelecida no instrumento associativo, observadas a disponibilidade financeira do Município, a legislação orçamentária e financeira e as normas aplicáveis à execução da despesa pública.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.
Art. 5º O Poder Executivo designará, mediante ato próprio, o gestor e o fiscal responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do instrumento associativo.
Art. 6º O instrumento associativo e seus eventuais termos aditivos observarão as normas de publicidade, transparência e controle previstas na legislação aplicável.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel Geral/MG, 04 de setembro de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:8F3E0E72

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1528/2026

"Dispõe sobre a criação de Cargo no âmbito do Município de Quartel Geral e promove alteração de Anexos da Lei Complementar Municipal nº 22/2019 e dá outras providências."

O povo do Município de Quartel Geral, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Esta Lei complementar tem por finalidade alterar os Anexos I e II da Lei Complementar Municipal nº 22/2019.
Art. 2º Fica acrescido ao Anexo I, Parte III da Lei Complementar nº 22/2019 e o seguinte Cargo:

Vencimento	Cargo	Vaga	Provimento
R$ 4.691,70	Secretário Municipal de Cultura	1	Comissionado Livre

Art. 3º Ao Anexo II da Lei Complementar nº 22/2019 fica acrescido o seguinte dispositivo:

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS
1 - ...
2 - ...
3 - ...
4 - ...
5 - ...
6 - ...
7 - Cultura

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Quartel Geral/MG, 04 de setembro de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:BBE94C4E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1529/2026

"Dá nome a prédio e espaço público que especifica e dá outras providências."

O Povo do Município de Quartel Geral, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º. Esta lei tem por finalidade dispor sobre a denominação de prédio e espaço públicos.
Art. 2º. O espaço público localizado entre as Ruas Cleiton Caetano da Silva, Eli Ferreira da Costa e Divino Antônio Rosa passará a denominar-se **PRAÇA VEREADOR GASPAR CARLOS PEREIRA "BENÉ".**
Art. 3º. O prédio público destinado à UBS e localizado no espaço público descrito no art. 2º desta lei denominar-se-á **UBS GERCILHA MENDES PEREIRA "PIRUNGA".**
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Quartel Geral/MG, 04 de setembro de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:6E462685

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026.

O município de Queluzito – MG, torna público o Pregão Eletrônico Nº 17/2026, autorizado pelo PL Nº 68/2026, visando a Contratação de pessoa jurídica, sob o sistema de registro de preços, para fornecimento de materiais esportivos em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo de Queluzito – MG. Dia 21/09/2026 às 09h00min. Edital disponível em **www.queluzito.mg.gov.br e na plataforma: https://queluzito.licitapp.com.br/.**

Queluzito, 08/09/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação/Pregoeira Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:C412082F

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2025, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2025

Extrato 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2025, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e REAL TIME RELÓGIO DE PONTO E ACESSO LTDA - EPP. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração da "cláusula terceira" – Da vigência", passando este a viger até 08/09/2027, podendo ser o mesmo rescindido a qualquer momento pelo Executivo Municipal. Data da assinatura: 08/09/2026.

Queluzito, 08 de setembro de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:4B5EB154

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2024, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2024

Extrato 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2024, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e GLEICIELLY CAMILA CARDOSO BRIGOLINI DIAS. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a renovação do Contrato supracitado mediante alteração da "cláusula segunda" – Da vigência", passando este a viger até 03/09/2027 e a alteração da "cláusula- terceira" do valor do contrato mediante acréscimo de 25% sobre o valor contrato passando o mesmo para R$21.962,00(vinte e um mil, novecentos e sessenta e dois reais). Data da assinatura: 03/09/2026.

Queluzito, 08 de setembro de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:065F647A

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 61/2022, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2022

Extrato 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 61/2022, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e FRANCISCO BARRETO DE LACERDA - ME. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a renovação do contrato supracitado mediante alteração da "cláusula terceira" – Da vigência", passando este a viger até 08/09/2027, podendo vir a ser rescindido pelo chefe do executivo a qualquer momento. Data da assinatura: 08/09/2026.

Queluzito, 08 de setembro de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:73A24C19

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e NOVA EDUCAÇÃO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS DIGITAIS LTDA. Objeto:** Contratação de solução educacional digital, em modalidade de licença anual, contemplando plataforma online, trilhas formativas, cursos assíncronos, biblioteca de atividades pedagógicas plugadas e desplugadas alinhadas à BNCC Computacional, além de suporte técnico e pedagógico presencial, relatórios de acompanhamento, painéis de gestão e materiais complementares, destinada à formação continuada de professores e ao desenvolvimento das competências digitais de estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Atendimento Educacional Especializado – AEE em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo de Queluzito – MG, conforme Termo de Referência e Proposta de Preços apresentada anexos ao Processo. **Valor:** R$ 39.900,00(trinta e nove mil e novecentos reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:F37BD7C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e ECM COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 29.874,00 (vinte e nove mil, oitocentos e setenta e quatro reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:8C61A50A

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e LAFAIETE COPIADORA E SERVICOS LTDA. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 15.080,00 (quinze mil e oitenta reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:9E918ACF

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e**

ZIRICO MOVEIS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 2.988,00 (dois mil, novecentos e oitenta e oito reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:176A0579

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e HMINFORMATICA LTDA. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 2.097,21 (dois mil, noventa e sete reais e vinte e um centavos). **Vigência:** 12 meses. **Data da assinatura:** 08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:3EE86A62

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e OTUX COMERCIAL LTDA. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 40.742,00 (quarenta mil, setecentos e quarenta e dois reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:E49679A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 11.170,00 (onze mil, cento e setenta reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:C905D01B

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e SENSORYLAND SERVICOS E COMERCIO MULTISSENSORIAL LTDA. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 66.180,00 (sessenta e seis mil, cento e oitenta reais). **Vigência:** 12 meses. **Data da assinatura:** 08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:1E0F12DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA. Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261004039/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG. **Valor:** R$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais). **Vigência:** 12 meses. **Data da assinatura:** 08/09/2026.

Queluzito, 08/09/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:03DBE75A

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000277/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG.

Após averiguar o resultado do Pregão Eletrônico **nº 15/2026** referente ao Processo de Licitação **nº 63/2026**, a autoridade competente, Sr. DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, **ADJUDICA** ao licitante vencedor o respectivo item, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR VENCEDOR	MARCA	PREÇO UNITÁRIO
1	Item - VAN - 16 LUGARES, TETO ALTO.	TAWA VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.	Mercedes Sprinter 417	R$ 326.453,00

Queluzito-MG, 08 de setembro de 2026

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
CPF: 439.862.006-06
Autoridade Competente

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:AF3B4910

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OUTSOURCING DE IMPRESSÃO (LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, EXCETO PAPEL, E MANUTENÇÃO INCLUSA) EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUELUZITO – MG.

A Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, resolve pela ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO dos serviços da licitante abaixo relacionada, relativo à Licitação **Nº 66/2026** na modalidade DISPENSA N.º **31/2026**, de **08/09/2026** dando como licitante vencedor:

Fornecedor	Valor Total	Situação
FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA.	R$ 18.750,00	Vencedor

Queluzito, 08 de setembro de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
CPF: 041.775.596-10
Agente de Contratação

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
CPF: 439.862.006-06
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:F924E577

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 3535/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA GERAL DO MUNICIPIO

ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 3535/2024

AUTOS: 3535/2024
Servidor (a): M. L. M. X.

Comissão Processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário.

Decisão: Arquivamento do processo com fulcro no art. 174, I, da Lei Complementar Municipal 038/2006, modificada pela Lei Complementar Municipal 169/2017,

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:FA5A9849

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
ENCERRAMENTO PROCESSO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA Nº7989/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA GERAL DO MUNICIPIO

ENCERRAMENTO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

AUTOS: 7989/2021

Comissão Processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário.

Decisão: arquivamento do processo de sindicância com fulcro no art. 171, §1º , I, da Lei Complementar Municipal 038/2006, podendo ser reaberto em caso de fatos novos, conforme §4º, do referido artigo.

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:DB028C09

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
PORTARIA COR Nº 045/2026 - COMISSÃO RECURSAL

PORTARIA COR Nº 045/2026

Designa membros para compor comissão recursal, para atuar em Recurso Administrativo, nos autos de Processo Administrativo Disciplinar, de sua competência no âmbito municipal.

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, da Lei Municipal nº 4.595 de 09 de Outubro de 2025 e pelo art. 208, da Lei Complementar Municipal 039/2006.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os membros para compor Comissão Recursal, com a finalidade de analisar Recurso Administrativo nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 4697/2023, no limite de sua

competência estabelecida pelos artigos 205 e ss. da Lei Complementar Municipal 039/2006.

Parágrafo Único – O Recurso Administrativo correrá nos próprios autos do Processo Administrativos citado no "*caput"*.

Art. 2º – A Comissão Recursal terá a seguinte composição:

Presidente: Suelen Mesquita de Jesus
Membro-Relator: Mardem Santos Barbora
Membro-Revisor: Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues

Art. 3º – O presidente convocará os demais membros para as reuniões de que se fizerem necessárias.

Art. 4º - As reuniões das Comissões serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 5º – A Comissão designada pela presente Portaria exercerá suas atividades no período legal para análise do recurso.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Ribeirão das Neves, 08 Setembro de 2026.

JULIANO MUNHOZ GURGEL
Corregedor-Geral Municipal

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:FEC420DB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 140/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e insere novas fontes na dotação orçamentária do exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço e inclusão das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 2.145.047,16 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, quarenta e sete reais e dezesseis centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
05.001.4.126.101.2185-4.4.90.52	1.500.000.0000	R$ 215.000,00
06.001.4.122.101.2028-3.3.90.93	1.500.000.0000	R$ 10.000,00
06.003.4.122.101.2182-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
08.002.12.122.101.2218-3.3.90.39	1.500.000.1001	R$ 334.247,16
08.003.12.122.106.2084-3.3.90.30	1.550.000.0000	R$ 20.000,00
08.003.12.122.106.2789-3.3.90.39	1.500.000.1001	R$ 250.000,00
10.004.10.301.105.2402-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 565.000,00
10.004.10.301.105.2827-3.3.90.40	1.621.000.0000	R$ 135.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.3.90.40	1.621.000.0000	R$ 7.200,00
10.006.10.302.105.2763-3.3.90.40	1.621.000.0000	R$ 8.900,00
10.008.10.122.101.2845-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 100.000,00
10.008.10.122.101.2845-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 150.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.40	1.600.000.0000	R$ 5.400,00
13.001.18.541.110.2867-4.4.90.51	1.754.000.0000	R$ 124.000,00
13.001.18.541.110.2867-3.3.90.39	1.754.000.0000	R$ 300,00
16.003.4.122.114.2774-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 200.000,00
TOTAL		R$ 2.145.047,16

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
05.001.4.122.101.2020-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 215.000,00
06.001.4.122.101.2028-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 10.000,00
06.003.4.122.101.2182-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 20.000,00
08.002.12.122.106.2151-3.3.90.39	1.500.000.1001	R$ 250.000,00
08.002.12.122.106.2151-3.3.90.39	1.500.000.1001	R$ 334.247,16
08.003.12.122.106.2084-3.3.90.93	1.550.000.0000	R$ 20.000,00
10.001.10.122.101.2131-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.001.10.122.101.2131-3.3.90.33	1.500.000.1002	R$ 60.000,00
10.001.10.122.101.2762-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 30.000,00
10.001.10.122.101.2131-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 40.000,00
10.006.10.302.105.2417-3.3.90.39	1.600.000.0000	R$ 5.400,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 20.000,00
10.008.10.303.105.2403-3.3.90.30	1.621.000.0000	R$ 565.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 135.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 7.200,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 8.900,00
13.001.18.541.110.2867-4.4.90.51	1.754.000.0000	R$ 300,00
14.004.6.183.111.1841-4.4.90.51	1.754.000.0000	R$ 62.000,00
14.004.6.183.111.1841-4.4.90.52	1.754.000.0000	R$ 62.000,00
16.001.4.122.101.2796-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 200.000,00
TOTAL		R$ 2.145.047,16

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 17 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 17 de agosto de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A432CC4C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 144/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Adicionais Suplementares por Superávit Financeiro para reforço da seguinte dotação orçamentária, no valor de R$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
16.004.13.391.114.2225-3.3.90.30	2.759.000.0000	R$ 7.000,00
16.004.13.391.114.2225-4.4.90.51	2.759.000.0000	R$ 71.000,00
16.004.13.391.114.2225-4.4.90.52	2.759.000.0000	R$ 214.000,00
TOTAL		R$ 292.000,00

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

RECURSOS

SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.759.000.0000	R$ 7.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.759.000.0000	R$ 71.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.759.000.0000	R$ 214.000,00
TOTAL		R$ 292.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 26 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 26 de agosto de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9BA73031

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 148/2026

Altera o Anexo Único do Decreto 165, de 14 de Novembro de 2025, que "*Dispõe sobre a distribuição dos níveis de Direção e Assessoramento Direto - DAD e das Funções Gratificadas de Coordenação e Assessoramento - FCAs, no âmbito da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda, e dá outras providências"*.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**
Art. 1º Altera o Anexo único do Decreto nº 165, de 14 de Novembro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO ÚNICO

DISTRIBUIÇÃO DOS NÍVEIS E QUANTITATIVOS DE DADs E FCAs DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NÍVEL	QUANTIDADE	TOTAL DE PONTOS
DAD – 1	30	60
DAD – 2	5	20
DAD – 3	9	54
DAD – 4	4	32
DAD – 5	10	100
DAD - 6	5	60
DAD - 7	6	84
DAD - 8	11	176
DAD – 9	2	36
DAD – 10	5	100
DAD – 11	4	88
DAD – 12	6	144
DAD – 14	8	224
DAD – 16	1	32
DAD - 17	6	204
DAD – 21	1	42
TOTAL DE PONTOS DAD		**1.456**

NÍVEL	QUANTIDADE	TOTAL DE PONTOS
FCA - 3	4	12
FCA – 4	4	16
FCA – 5	10	50
FCA – 6	8	48
FCA – 7	7	49
FCA – 8	2	16
FCA – 9	5	45
FCA – 12	2	24
TOTAL DE PONTOS FCA		**260**

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves /MG, 28 de Agosto de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

VITOR EUSTÁQUIO MOREIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:CDA6CCB5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 150/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando as necessidades da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
01.001.1.31.112.2003-3.1.90.11	1.500.000.0000	R$ 580.000,00
01.001.1.31.112.2003-3.3.90.46	1.500.000.0000	R$ 400.000,00
TOTAL		R$ 980.000,00

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
01.001.1.31.112.1002-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 100.000,00
01.001.1.31.112.1003-4.4.90.52	1.500.000.0000	R$ 40.000,00
01.001.1.31.112.2003-3.1.90.94	1.500.000.0000	R$ 100.000,00
01.001.1.31.112.2003-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 200.000,00
01.001.1.31.112.2007-3.3.90.92	1.500.000.0000	R$ 40.000,00
01.001.1.31.112.2018-3.3.90.14	1.500.000.0000	R$ 100.000,00
01.001.1.31.112.2003-3.3.90.36	1.500.000.0000	R$ 200.000,00
01.001.1.31.112.2003-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 200.000,00
TOTAL		R$ 980.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 02 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 02 de setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FF942B0E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA/GAB. Nº 091/2026

Dispõe sobre a nomeação, estabelece normas e procedimentos da Comissão de Seleção e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de Gestores das Parcerias entre o Município de Ribeirão das Neves, através da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo e as Organizações da Sociedade Civil.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do artigo 58 e o inciso VI do artigo 95, ambos da Lei Orgânica Municipal e considerando:

I – o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, suas alterações e regulamentação pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016;

II – o Decreto Municipal nº 21/2019 e suas alterações;

III – demais normativas afetas ao tema;

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PARCERIAS

Seção I
Da Nomeação e Composição

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Ribeirão das Neves, lotados na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, para composição de duas Comissões de Seleção de Parcerias a serem celebradas entre o Município de Ribeirão das Neves e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), oriundas de emendas parlamentares ou não:

I – Comissão de Seleção nº 01:

a) Eduardo Rodrigues Costa, matrícula nº 516.886;
b) Karine Melo Soares Torres, matrícula nº 517.488;
c) Marcos André Oliveira da Silva, matrícula nº 515.934.

II – Comissão de Seleção nº 02:

a) Dayse de Souza Malta, matrícula nº 517.497;
b) Fabrício Brandão Araujo, matrícula nº 17.938;
c) Catiane Rosa de Andrade, matrícula nº 520.448.

CAPÍTULO II
DA FINALIDADE, ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS

Seção I
Da Finalidade e Atribuições

Art. 2º A Comissão de Seleção de Parcerias é o Órgão colegiado destinado a processar e julgar as propostas referentes a chamamentos públicos e a procedimentos de inexigibilidade deste.

Art. 3º É atribuição da Comissão de Seleção de Parcerias:

I – avaliar o Plano de Trabalho correlacionado ao objeto;

II – avaliar o grau da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere a parceria;

III – avaliar a conformidade da proposta ao valor de execução;

IV – avaliar a experiência prévia, a capacidade técnica e operacional da OSC para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho;

V – analisar toda documentação requisitada para habilitação;

VI – realizar visita ao espaço da Organização da Sociedade Civil que pleiteia parceria para verificação da adequação ao objeto apresentado no Plano de Trabalho, se entender necessário;

VII – apoiar capacitações promovidas pela Administração Municipal para as Organizações da Sociedade Civil e Conselhos Municipais visando aprimoramento dos fluxos de seleção, documentação e avaliação do processo de trabalho das entidades;

VIII – apresentar pareceres e relatórios referentes aos projetos analisados e visitas realizadas.

Seção II
Dos Procedimentos

Art. 4º A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo indicará no respectivo processo administrativo a Comissão de Seleção responsável pelas análises, entre as Comissões nomeadas neste instrumento.

Art. 5º O parecer de análise do Plano de Trabalho deverá contar com 75% de aprovação de seus membros.

Art. 6º As reuniões da Comissão acontecerão conforme demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

§ 1º Caberá à Comissão de Seleção se reunir no prazo máximo de 15 (quinze) dias, elaborando ofício com as deliberações ocorridas.

§ 2º Não sendo possível a realização da reunião no prazo estipulado, deve a Comissão de Seleção elaborar justificativa a ser encaminhada ao(à) Secretário(a) Municipal.

Art. 7º A Comissão de Seleção de Parcerias poderá solicitar assessoramento técnico de especialista para subsidiar seus trabalhos, desde que tenham conhecimentos específicos necessários para a seleção dos projetos.

CAPÍTULO III
DOS DOCUMENTOS PARA ANÁLISE

Art. 8º Caberá à Comissão de Seleção de Parcerias a análise dos seguintes documentos:

I – Plano de trabalho voltado às políticas que são de competência da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, com cronograma de execução e demonstração da compatibilidade do objeto a ser desenvolvido pela OSC, com a finalidade da ação orçamentária descrita, datada e assinada pelo Presidente ou representante legal da Organização da Sociedade Civil;

II – Documentação referente às parcerias, conforme a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 21/2019, suas alterações e demais normativas correlatas:

a) a comprovação das instalações, das condições e dos materiais;

b) a comprovação técnica operacional: de experiência prévia e capacidade técnica na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo um ano, sendo ainda admitido instrumento de parceria firmados com órgãos e entidades, empresas ou outras Organizações da Sociedade Civil, relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas, publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimentos, realizados pelas Organizações da Sociedade Civil, currículos profissionais de integrantes da entidade, comprovação de recebimento de prêmios de relevância no país ou exterior;

c) hipótese de dispensa e inexigibilidade/justificativa;

d) declaração de compatibilidade entre o objeto social e as atividades propostas;

e) comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

f) Estatuto Social e alterações;

g) cópia da ata eleição e posse da diretoria atual;

h) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e

número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;
i) cópia da Carteira de Identidade e CPF do presidente da Organização da Sociedade Civil ou de seu representante legal, mediante apresentação de instrumento particular de procuração com firma reconhecida ou por instrumento público;

j) certidão cível e negativa criminal;

k) CND federal;

l) CND estadual;

m) CND municipal;

n) CFR/FGTS;

o) certidão de falência e concordata;

p) certidão negativa de débitos trabalhistas;

q) inscrição no(s) Conselho(s) Municipal(is);

r) declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria;

s) comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado;

t) declaração do representante legal de que a OSC e seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;

u) declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil a que se refere o artigo 27 do Decreto Federal nº 8.726/2016;

v) Alvará Sanitário, se for o caso, especialmente para atividades que se relacionam direta ou indiretamente com a área da saúde;

w) AVCB, conforme a legislação aplicável, ou o documento de dispensa;

x) Alvará de localização e funcionamento ou o documento de dispensa;

y) pesquisa de preços para verificação da compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou outras parcerias de mesma natureza.

CAPÍTULO IVDA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIAS

Seção I
Da Nomeação e Composição

Art. 9º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Ribeirão das Neves, lotados na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, para composição de duas Comissões de Monitoramento e Avaliação de Parcerias celebradas entre o Município de Ribeirão das Neves e as Organizações da Sociedade Civil, oriundas de emendas parlamentares ou não:

I – Comissão de Monitoramento e Avaliação nº 01:

a) Efigênia Divina Mendes, matrícula nº 19.769;
b) Jarlene dos Santos Moura, matrícula nº 516.823;
c) João Rodrigues de Moura, matrícula nº 17.318.

II – Comissão de Monitoramento e Avaliação nº 02:

a) Miriane Aparecida Bartolomeu, matrícula nº 520.482;
b) Túlio Garcia de Souza Santos, matrícula nº 518.051;
c) Sônia Maria Lisboa, matrícula nº 9.309.

CAPÍTULO VDA FINALIDADE, ATRIBUIÇÕES E PROCEDIMENTOS

Seção I
Da Finalidade

Art. 10. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é o Órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo indicará no respectivo processo administrativo a Comissão de Monitoramento e Avaliação responsável pelas análises, entre as Comissões nomeadas neste instrumento.

Seção II
Das Atribuições

Art. 12. É atribuição da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I – acompanhar e fiscalizar, com o Gestor da Parceria, o cumprimento das cláusulas constantes no Termo de Colaboração ou de Fomento, as atividades realizadas, o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, o impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto e a prestação de contas;

II – proceder à análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração ou de Fomento;

III – homologar o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019/2014:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela Administração Pública e valores comprovadamente utilizados;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração ou de Fomento;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

f) os resultados já alcançados e seus benefícios;

g) os impactos sociais;

h) o grau de satisfação do público-alvo;

i) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV – emitir relatório consolidado das atividades de cada reunião;

V – cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 21/2019, suas alterações e demais legislações afetas ao tema, referentes à avaliação e monitoramento de Organizações da Sociedade Civil que tenham firmado parcerias com a Administração Municipal.

Art. 13. As reuniões da Comissão acontecerão pelo menos uma vez ao mês, conforme demanda de análise apresentada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 14. O parecer de análise dos relatórios de monitoramento e avaliação deverá contar com 75% de aprovação de seus membros.

CAPÍTULO VIDA DESIGNAÇÃO DOS GESTORES DAS PARCERIAS

Seção I
Da Nomeação e Composição

Art. 15. Fica nomeada Maíra Mota Batista, matrícula nº 516.052, pertencente ao quadro de pessoal do Município de Ribeirão das Neves, para atuar como Gestora das Parcerias celebradas entre o Município de Ribeirão das Neves, com a interveniência da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), sejam elas financiadas com recursos advindos de emendas parlamentares ou não.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo indicará no respectivo processo administrativo a Gestora da Parceria responsável pelas análises, entre os membros nomeados neste instrumento.

CAPÍTULO VIIDA FINALIDADE

Seção I
Da Finalidade

Art. 17. O Gestor da Parceria é o agente público responsável pela gestão das parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, através dos Termos de Colaboração ou de Fomento.

§ 1º Os efeitos desta Portaria, conforme o caso, alcançam os termos aditivos.

§ 2º O agente público nomeado está impedido de gerenciar a parceria, no caso específico, se nos últimos 5 (cinco) anos tiver mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades parceiras.

§ 3º Fica impedido de fiscalizar e responder pela parceria o agente público que seja parente do dirigente da entidade, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive de seus cônjuges ou companheiros.

§ 4º Confirmada a relação de que tratam os parágrafos 2º e 3º deste artigo, este deve manifestar-se pela sua substituição por outro agente público de cargo ou função equivalente, exclusivamente para o caso, mantida sua atuação nas demais parcerias.

§ 5º Constatada a irregularidade prevista nos termos dos parágrafos 2º e 3º deste artigo, todos os atos do Gestor tornam-se nulos, obrigando a refazê-los, inclusive com visitas intempestivas às entidades parceiras.

Seção II
Das Atribuições

Art. 18. São atribuições do Gestor da Parceria cumprir as obrigações estabelecidas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Os membros das Comissões de Seleção e de Monitoramento e Avaliação e os Gestores das Parcerias são todos titulares, não havendo nomeação de membros suplentes.

Art. 20. Na ausência ou impedimento de quaisquer dos servidores designados, será nomeado substituto pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 21. Dentre os membros de cada Comissão será eleito o presidente que terá a função de organizar, receber, discutir e assinar documentos oficiais, assim como representará a respectiva Comissão perante a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo e demais Órgãos, quando necessário.

Art. 22. Na hipótese de o Gestor da Parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro Órgão ou Entidade, o Administrador Público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso ocorrer, todas as obrigações do Gestor, com as respectivas responsabilidades.

Art. 23. As funções desenvolvidas pelos membros designados não ensejam qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria/Gab. nº 062/2025.

Ribeirão das Neves/MG, 03 de Setembro de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito

DOLORES KICILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
Em Substituição, Nos Termos do Decreto Nº 138/2026

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3D0E7F6D

GERÊNCIA LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 025/2026

Processo Administrativo: Nº 22484/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O PLANTIO DESTINADO À EXECUÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL – PRSA DA ÁREA VERDE Nº 04, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO LUIZ, EM ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO – CODEMAS(IMEDIATO).

Empresa vencedora: 54.665.282 ANTONIO ANSELMO TEIXEIRA JUNIOR para os lotes 04 e 06 perfazendo o valor total de R$6.832,00 (Seis mil oitocentos e trinta e dois reais)

RIBEIRÃO DAS NEVES – MG, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Helaine Graziele Marcolino
Código Identificador:84CE10B2

GERÊNCIA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 047/2026 SUSPENSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG

Pregão Eletrônico 047/2026 SUSPENSO

Torna público que se encontra suspenso, o edital do Pregão Eletrônico 047/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves.

HELOÍSA MOREIRA VIEIRA/
Pregoeira.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:7170E355

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERMO DE FOMENTO N.º 17/2026

TERMO DE FOMENTO N.º 17/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO

DAS NEVES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A COMUNIDADE KOLPING NOSSA SENHORA DO CARMO - PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 456.333.013890/2026-84.

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, na Rua Ari Teixeira da Costa n.º 1100, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ sob o n° 18.314.609/0001-09, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,** por seu titular**, MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA** neste ato denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado**, COMUNIDADE KOLPING NOSSA SENHORA DO CARMO,** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos do artigo 2º inciso I, alínea "b" da Lei Federal n.º 13.019/2014, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.212.336/0001-20, endereço eletrônico cknsdocarmo@hotmail.com com sede própria na Rua Pedro Guerra n.º 51, Bairro Santinho, CEP 33.855-630, Município de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais,neste ato representado por seu Presidente, **Sr. NILSON JOSÉ PEREIRA,** brasileiro**,** aposentado, viúvo, portador da Carteira de Identidade n.º MG 2.905.188 expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF sob o n.º 301.240.506-20, residente e domiciliada na Rua Pedro Leopoldo n.º 209, Bairro Santa Matilde, CEP 33.860-590, Bairro Santa Matilde, Município de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, neste ato denominado **OSC/PARCEIRA,** em conformidade com a Lei Federal n.º 13.019/2014 e o Decreto Municipal n.º 021/2019, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo de Fomento,** sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Municipal n.º 021, de 28 de fevereiro de 2019, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e considerando o pedido formulado pelo ordenador da despesa e Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos autos do **Processo Administrativo SEI n.º 456.333.013890/2026-84,** bem como a Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada nº 022-C/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o Município e a COMUNIDADE KOLPING NOSSA SENHORA DO CARMO,para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do Projeto denominado **"SALVA ANJOS"** conforme Plano de Trabalho (ID 0371227) que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2. Como forma mútua de cooperação na execução do objeto desta parceria, os parceiros comprometem-se a executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

2.1. **São obrigações comuns dos PARCEIROS:**
I - conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II - promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III - fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial;
IV – assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a vinculação dos recursos ao objeto pactuado;
V - priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste termo; e,
VI - adotar medidas que permitam o acompanhamento da execução física e financeira da parceria, mantendo registros, documentos e informações suficientes para identificar os valores recebidos, movimentados, despesas realizadas, fornecedores ou prestadores de serviços contratados e a vinculação dos gastos ao objeto pactuado.

2.2. **São obrigações do MUNICÍPIO:**
I - efetuar o repasse dos recursos necessários à execução do plano de trabalho, na forma prevista na cláusula terceira;
II - aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários, conforme o plano de trabalho anexo, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
III - acompanhar, monitorar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução desta parceria, através de sua gestão;
IV - designar, por ato publicado em seu sítio eletrônico, o gestor da parceria e os membros da comissão de monitoramento e avaliação;
V - analisar os relatórios de execução financeira e as prestações de contas, na forma das cláusulas sexta e sétima do presente termo;
VI - publicar o extrato desta parceria em seu sítio eletrônico oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII - dar conhecimento à O.S.C. das normas administrativas que regulam a execução de termo de parceria com o Município, exigindo seu fiel cumprimento;
VIII - acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;
IX - analisar eventuais propostas de reformulações do plano de trabalho aprovado, desde que apresentadas previamente, por escrito, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, acompanhadas da respectiva (s) justificativa (s) e que não impliquem em mudança de objeto;
X - prorrogar de ofício a vigência do termo de parceria antes do seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado e desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a O.S.C. não esteja inadimplente com a prestação de contas ao Município;
XI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
XII - emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, de acordo com o art. 45, parágrafo primeiro, do Decreto Municipal n. 021/2019, que deverá ser submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas devida pela O.S.C;
XIII - exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Termo de Fomento, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, assumindo ou transferindo a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; XIV – suspender a liberação dos recursos quando constatar quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, comunicando o fato a O.S.C., e fixando-lhe o prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
XV – fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial.

2.3. **São obrigações da ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:**
I - executar o objeto da parceria diretamente ou mediante contratação de serviços necessários à sua execução, quando admitido pela legislação aplicável, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento das metas pactuadas,observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e os prazos previstos;
II - realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da cláusula quinta deste instrumento;
III - responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta parceria, conforme cláusula terceira e cláusula quinta;
IV - arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município;
V - manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta-corrente específica, isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública;

VI - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;
VII - não pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
VIII - enviar ao Município declaração de cada um dos funcionários contratados com recursos provenientes deste termo de parceria, declarando não ser e não ter parentesco com servidor público;
IX - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e/ou no Decreto Municipal nº 021/2019;
X - zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;
XI - prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;
XII - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do Município sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria e aos locais de execução do objeto;
XIII - prestar contas na forma fixada na cláusula sétima, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XIV - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até 30 (trinta) dias da data de registro no órgão competente;
XV - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do termo de parceria, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
XVI - manter, durante a execução da parceria, as condições de habilitação e regularidade exigidas para celebração do instrumento, quando aplicáveis; XVII - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
XVIII - propiciar os meios e as condições necessárias para que servidores do MUNICÍPIO e órgãos do Controle Interno e Externo tenham acesso aos documentos relativos à execução do objeto desta parceria, bem como aos locais de execução deste, prestando a estes, quando solicitados, as informações pertinentes;
XIX - devolver ao MUNICÍPIO o saldo financeiro remanescente, inclusive os obtidos das aplicações financeiras realizadas, ao término da parceria, em caso de denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;
XX - prestar informações ou esclarecimentos, quando solicitado, aos órgãos públicos e à Câmara Municipal a respeito da parceria;
XXI - manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a esta parceria;
XXII - participar de capacitações promovidas pelo MUNICÍPIO;
XXIII - dar ampla publicidade à parceria, aos recursos recebidos e às ações desenvolvidas, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e regulamentação municipal;
XXIV- utilizar os recursos exclusivamente para execução do objeto da parceria, conforme Plano de Trabalho aprovado, vedada sua utilização para finalidade diversa;
XXV - tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Termo de Fomento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O Município, por meio da Secretaria Municipal responsável por esta parceria, transferirá à O.S.C. o valor total de **R$40.000,00 (quarenta mil reais),** conforme previsto no Plano de Trabalho aprovado, parte integrante do Processo Administrativo n.º 456.333.013890/2026-15 e na Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada n.º 022-C/2025.

3.2. O repasse do auxílio financeiro será efetuado à OSC em parcela única, mediante depósito bancário na conta corrente específica, indicada pela entidade.

3.3. Toda a movimentação financeira deverá ser efetuada, obrigatoriamente, em conta-corrente específica da parceria, conforme determinado no item 2.3, inciso V da cláusula segunda.
3.3.1. A conta-corrente deverá ser aberta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente termo no sítio eletrônico oficial do Município e os dados da conta devem ser informados à Secretaria Municipal responsável por esta parceria, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após sua abertura.

3.4 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.
3.4.1 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

3.5 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 021/2019, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

3.6. As despesas decorrentes da execução deste termo de parceria correrão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do Município de 2026, sob o n.º 13.001 18.541.0101 2.838 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Preservação e Conservação Ambiental - Gestão de Emendas Parlamentares Municipais /Meio Ambiente - 335041 - Contribuições - Ficha: 916 - Fonte: 1.500.502.0000 (Descrição: Emenda Parlamentar).

3.7. As despesas relativas aos exercícios subsequentes, se for o caso, correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, respeitada a mesma classificação orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1. Os recursos financeiros destinados à presente parceria, provenientes de emenda parlamentar impositiva, somente poderão ser utilizados para despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, vinculadas ao objeto pactuado, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 021/2019 e demais normas aplicáveis, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa.

4.2. Os recursos serão movimentados exclusivamente em conta bancária específica da parceria, de titularidade da Organização da Sociedade Civil, destinada à execução do presente instrumento, devendo toda movimentação financeira permitir a identificação da origem dos recursos, do beneficiário final e da vinculação da despesa ao objeto da parceria.
4.2.1. Os pagamentos realizados pela Organização da Sociedade Civil deverão ocorrer, preferencialmente, mediante transferência eletrônica, crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviços, ou outros meios admitidos pela legislação, sempre com identificação do beneficiário final e manutenção dos respectivos comprovantes.

4.3. Os recursos da parceria não poderão ser utilizados para pagamento de despesas realizadas antes do início da vigência do instrumento ou após o seu encerramento, salvo quando se tratar de obrigação regularmente constituída durante a vigência da parceria, prevista no Plano de Trabalho e necessária à sua execução, desde que o pagamento ocorra dentro do prazo estabelecido para apresentação da prestação de contas final.
4.3.1. O pagamento de verbas rescisórias da equipe de trabalho vinculada à execução da parceria poderá ocorrer após o encerramento

da vigência, desde que tenha sido previsto no Plano de Trabalho, proporcional ao período de atuação do profissional e devidamente comprovado na prestação de contas.
4.4. A Organização da Sociedade Civil deverá manter documentação comprobatória de todas as despesas realizadas com os recursos da parceria, incluindo documentos fiscais, comprovantes de pagamento e demais registros necessários à comprovação da correta aplicação dos recursos públicos e à fiscalização pelos órgãos de controle.

4.5. O Município adotará as medidas administrativas e judiciais cabíveis quando constatadas irregularidades, especialmente nas hipóteses de ausência de prestação de contas, aplicação irregular dos recursos, desvio de finalidade, descumprimento das obrigações assumidas ou não atendimento às diligências dos órgãos de controle.

4.6. Constatada a aplicação indevida dos recursos ou utilização em desacordo com o objeto da parceria, a Organização da Sociedade Civil deverá restituir os valores correspondentes, acrescidos de atualização monetária e demais encargos previstos na legislação aplicável.

4.7. O Município comunicará aos órgãos de controle competentes as irregularidades identificadas na execução da parceria, inclusive aquelas relacionadas à utilização indevida dos recursos provenientes de emenda parlamentar impositiva, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1. A O.S.C. é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de parceria, se houverem.

5.2. A inadimplência da O.S.C. em relação às obrigações previstas no item 5.1 desta cláusula não implica em responsabilidade solidária ou subsidiária do Município, não transferindo dessa forma a responsabilidade por seu pagamento.

5.3. A remuneração da equipe de trabalho com recursos transferidos não gera vínculo trabalhista de nenhuma espécie com o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

6.1. As ações de monitoramento e avaliação da presente parceria terão caráter preventivo e saneador, visando assegurar a adequada execução do objeto, o cumprimento das metas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos provenientes de emenda parlamentar impositiva, observando os princípios da transparência, rastreabilidade e controle.
6.1.1. O Município, por meio da Secretaria Municipal responsável pela parceria, designará o gestor ou comissão gestora responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução da parceria, mediante ato específico publicado em seu sítio oficial na internet.

6.2. Compete ao Município, por meio da Secretaria Municipal responsável pela parceria, acompanhar e avaliar a execução física e financeira do objeto, mediante análise das informações, documentos apresentados pela Organização da Sociedade Civil e emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 21/2019.
6.2.1. Quando o monitoramento e a avaliação identificarem inexecução parcial ou total do objeto, irregularidades na aplicação dos recursos, ausência de rastreabilidade financeira, desvio de finalidade ou descumprimento das obrigações pactuadas, o Município poderá suspender repasses, determinar providências saneadoras e adotar as medidas administrativas previstas na legislação.
6.2.2. Não sendo sanadas as irregularidades após notificação da Organização da Sociedade Civil, o Município poderá rescindir a parceria, determinar a restituição dos valores aplicados irregularmente e, quando cabível, instaurar Tomada de Contas Especial.

6.3. A Comissão de Monitoramento e Avaliação será responsável pela homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação, sem prejuízo da obrigação da Organização da Sociedade Civil de apresentar a respectiva prestação de contas.
6.3.1. A homologação do relatório técnico não implica aprovação da prestação de contas final, nem afasta a responsabilidade da Organização da Sociedade Civil pela comprovação da correta aplicação dos recursos recebidos. 6.3.2. Identificados indícios de irregularidades na execução da parceria ou na aplicação dos recursos oriundos de emenda parlamentar impositiva, a Comissão de Monitoramento e Avaliação comunicará o gestor da parceria para adoção das providências cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos de controle quando necessário.

6.4. Sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Município, a execução da parceria poderá ser acompanhada pelos conselhos de políticas públicas, órgãos de controle interno e externo e demais mecanismos de controle social previstos na legislação aplicável.

6.5. **Forma de Execução das atividades e cumprimento das metas a ela atreladas**: conforme item 6 do Plano de Trabalho apresentado (ID 0371227)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
7.1. A prestação de contas da presente parceria, cujos recursos são provenientes de emenda parlamentar impositiva, deverá observar os princípios da transparência, rastreabilidade e controle dos recursos públicos, tendo como objetivo demonstrar o cumprimento do objeto, das metas pactuadas e dos resultados alcançados, mediante a apresentação de informações e documentos que permitam a avaliação da execução física e financeira da parceria.
7.2. A prestação de contas final deverá ser apresentada pela Organização da Sociedade Civil ao Município no prazo de até 90 (trinta) dias após o encerramento da vigência da parceria, contendo relatório de execução do objeto, comprovação das atividades realizadas, alcance das metas, relação das despesas efetuadas e demais documentos exigidos pela legislação aplicável (art. 69 Lei Federal n.º 13.019/2014).

7.3. Deverá constar na prestação de contas a identificação da origem dos recursos provenientes da emenda parlamentar impositiva, incluindo, quando aplicável, o número da emenda, autoria parlamentar, valor recebido, movimentação financeira e a vinculação das despesas ao objeto pactuado.

7.4. A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar as despesas realizadas mediante documentos fiscais idôneos, contendo, no mínimo, data, valor, identificação da entidade beneficiária e dos fornecedores ou prestadores de serviços, bem como outros documentos necessários à comprovação da correta aplicação dos recursos públicos.

7.5. A Organização da Sociedade Civil deverá manter conta bancária específica para movimentação dos recursos da parceria e assegurar a rastreabilidade financeira dos valores recebidos, permitindo a identificação dos pagamentos realizados e sua vinculação às despesas previstas no plano de trabalho.

7.6. Caso haja saldo remanescente ao final da execução da parceria, a Organização da Sociedade Civil deverá providenciar o recolhimento dos valores ao Município, conforme disposto no art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.7. O Município, por meio da Secretaria responsável pela parceria, analisará a prestação de contas final no prazo de até 90 (sessenta) dias, contados do recebimento da documentação ou do cumprimento de diligências, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa, conforme legislação vigente.

7.8. A Organização da Sociedade Civil deverá manter sob sua guarda os documentos originais comprobatórios da execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à apresentação da prestação de contas final ou do término do prazo para sua

apresentação, disponibilizando-os sempre que solicitados pelos órgãos de controle.

7.9. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, a Organização da Sociedade Civil será notificada para, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, sanar as pendências ou apresentar os esclarecimentos necessários.

7.10. Decorrido o prazo sem a regularização das pendências, o Administrador Público competente adotará as medidas cabíveis, inclusive a instauração de Tomada de Contas Especial, quando necessária, sem prejuízo das demais providências previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

8.1. Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.
8.1.1. As notas fiscais, referentes aos bens permanentes adquiridos conforme item 8.1, devem ser protocoladas na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, em até 03 dias após a aquisição do equipamento.

8.2. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.
8.2.1 Os bens patrimoniais de que trata o caput deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública.
8.2.2. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.
8.2.3. Caso a prestação de contas seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:
I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.
8.2.4. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.
8.2.5. A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.
8.2.6. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para ao Município, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração.
8.2.7. Sendo a presente parceria rescindida por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula que disciplina a Denúncia e a Rescisão, os bens patrimoniais serão automaticamente revertidos ao Município

8.3. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos parceiros, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.
8.3.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a O.S.C. contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item 8.3, fica a O.S.C. obrigada a fazer constar no contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

9.1. Este termo de parceria poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou apostila ao termo e ao plano de trabalho original, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, antes do término da sua vigência.
9.1.1. É vedada a alteração do objeto do Termo de Parceria, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e que haja justificativa aprovada pelo Município.
9.1.2. Os acréscimos ou supressões deverão atingir no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor global.
9.1.3. Caso as alterações necessárias demandem aumento do valor, o aditamento ficará condicionado à existência de reserva de recursos suficientes para suportar as despesas decorrentes e de autorização do titular da SECRETARIA.
9.1.4. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da O.S.C., devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao Município, no prazo previsto no item 9.1 desta cláusula.

9.2. Na hipótese em que o Município der causa a atraso na liberação de recursos necessários para a execução do objeto da parceria, deverá de ofício prorrogar sua vigência, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos descritos no item 2.2, inciso X deste termo.

9.3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA providenciará a publicação do extrato de termo aditivo no Diário Oficial do Município.

9.4. O gestor da parceria terá o prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da solicitação da OSC, para se manifestar formalmente, não autorizando ou autorizando, total ou parcialmente a alteração dos instrumentos jurídicos ou do plano de trabalho da parceria.

9.5. Quando a alteração for proposta pelo gestor da parceria, a OSC terá o prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da solicitação, para se manifestar sobre a sua anuência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência deste Termo de Fomento será de 10 (dez) meses contados a partir da assinatura do presente Termo de Fomento, abrangendo o período necessário para a execução do objeto e para a adoção das providências administrativas decorrentes da parceria, incluindo as etapas relacionadas ao acompanhamento e à prestação de contas.
10.1.1 A vigência poderá ser prorrogada, desde que haja interesse público devidamente justificado pelo Município e observadas as disposições da legislação aplicável.
10.1.2. A execução do objeto da parceria ocorrerá no prazo de 06 (seis) meses, iniciando-se em até 30 (trinta) dias após o recebimento do recurso, conforme estabelecido no Plano de Trabalho aprovado, observando, obrigatoriamente, o período definido na emenda impositiva que fundamenta a presente parceria, bem como as condições estabelecidas para a aplicação dos recursos públicos.

10.2 Para a prorrogação de vigência da parceria celebradas é necessário:
I – manifestação da área técnica responsável pela parceria quanto à necessidade e conveniência da prorrogação, acompanhada de justificativa quanto à continuidade do interesse público;
II – manifestação jurídica da Procuradoria, nos termos da legislação aplicável;

III – apresentação de prestação de contas parcial pela Organização da Sociedade Civil, quando cabível, e de relatório técnico de acompanhamento pelos órgãos competentes, incluindo a Comissão de Monitoramento e Avaliação, o Gestor da parceria e/ou a Secretaria Municipal responsável, contendo informações quanto à regular execução da parceria ou justificativa para eventual atraso na execução do objeto;
IV – apresentação dos documentos necessários à formalização da prorrogação, conforme exigências legais e administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. Havendo justificativa relevante, poderá os parceiros denunciar o presente termo, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, nos termos do Decreto Municipal nº 021/2019.

11.2. Esta parceria poderá ser rescindida quando:
11.2.1. ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;
11.2.2. pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;
11.2.3. for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;
11.2.4. quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 4.4. da Cláusula Quarta.

11.3. Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE, RASTREABILIDADE E DO CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS

12.1. O Município manterá, em seu sítio oficial na internet, as informações relativas à presente parceria, incluindo instrumento celebrado, plano de trabalho, valores, origem dos recursos, execução financeira, prestação de contas e demais dados exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Federal nº 12.527/2011 e regulamentação aplicável.

12.2. Os recursos destinados à presente parceria, provenientes de emenda parlamentar impositiva, deverão observar os princípios da transparência e da rastreabilidade, mediante a divulgação da identificação da emenda, autoria parlamentar, valor destinado, organização beneficiária, objeto da parceria e informações relativas à aplicação dos recursos, em conformidade com a legislação vigente e as orientações dos órgãos de controle.

12.3. A OSC deverá manter registros contábeis e financeiros que permitam a identificação da origem dos recursos, sua movimentação, despesas realizadas e vinculação ao objeto da parceria, disponibilizando as informações aos órgãos de controle competentes.

12.4. A OSC divulgará, em seu sítio eletrônico e em local visível de sua sede, informações sobre a parceria, incluindo objeto, valores recebidos, órgão parceiro e origem dos recursos, quando aplicável.

12.5. A utilização de símbolos oficiais do Município dependerá de autorização prévia, observados os princípios da impessoalidade e finalidade pública, sendo vedada qualquer divulgação que caracterize promoção pessoal de agentes públicos, autoridades ou partidos políticos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 Para fins de execução deste Termo de Fomento, Administração Pública e OSC obrigam se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

13.2. Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis

13.3 Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:
13.3.1 a descrição dos dados pessoais envolvidos;
13.3.2 a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e
13.3.3 quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

13.4. Caso um dos Partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o Partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro Partícipe.

13.5. A Administração Pública e OSC se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro Partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do Partícipe, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas descritas no Decreto Municipal nº 021/2019 e na legislação específica, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à O.S.C. as sanções de advertência, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com o Município por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.
14.1.1. No caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, esta terá validade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da O.S.C. perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
14.1.2. A reabilitação será concedida sempre que a O.S.C. ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão e impedimento temporários.

14.2. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA NOMEAÇÃO DO GESTOR

15.1. Fica designada como Gestora de Parcerias a servidora pública municipal Vitoria Isabella Diniz, matrícula nº 518008, nos termos da

Lei Federal nº 13.019/2014, capítulo III, Seção VIII, art. 61 e 62 e, da Portaria/Gab n.º 075/2026 de 22 de junho, art. 4º.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de Ribeirão das Neves para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados com os termos dessa parceria, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, extraindo-se as cópias necessárias para arquivo e controle..

Ribeirão das Neves, em ____ de _____ 2026.

Município de Ribeirão Das Neves
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Titular:
MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA

Comunidade Kolping Nossa Senhora do Carmo
NILSON JOSÉ PEREIRA
(Presidente)

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:34AAEEF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviços nº 068/2024 referente ao Processo nº 110/2023.

Partes: O Município de Ribeirão das Neves através da Secretaria Municipal De Administração e a empresa **SATURNO TECNOLOGIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.**

Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência, passando seu término para 16 de agosto de 2027, reajustar os preços no percentual de 4,26%.

Data de assinatura do aditivo: 16 de agosto de 2026.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA /
Secretaria Municipal De Administração

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C282710E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO LICITATÓRIO N° 011 /2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato é:

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS - 08.422.0104.2812 –MANUT. CASA DA MULHER NEVENSE – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 304 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS - 08.422.0104.2812 –MANUT. CASA DA MULHER NEVENSE – 3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FICHA 307 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 006 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS - 08.422.0104.2812 –MANUT. CASA DA MULHER NEVENSE – 3.3.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – FICHA 308 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 01 de setembro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A0A75CF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
TERMO DE APOSTILAMENTO

Solicito o apostilamento das dotações orçamentárias vinculadas ao Contrato Administrativo n° 011/2026, celebrado com a empresa AVANTI ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, cujo objeto é a contratação de serviço de instalação com fornecimento de sistema de monitoramento eletrônico, sistema de controle de acesso, cabeamento estruturado metálico e ótico, ativos de rede, rede wireless, proteção de dados e infraestrutura em geral, a fim de atender às necessidades das instalações físicas da MÚTUA de Assistência Dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia suas 27 regionais.

Para fins de inclusão e/ou atualização das dotações orçamentárias necessárias à execução das despesas decorrentes do contrato, seguem as respectivas classificações:

1. GAB. SECRETARIA DE FAZENDA

Dotação: 05.001.04.126.0101.2185 – MODERNIZACAO, INTEGRACAO E INFORMATICA – 3.3.90.40

Ficha: 80

Fonte: 1.500.000.0000

2. GAB. SECRETARIA DE FAZENDA

Dotação: 04.126.0101.2185 – MODERNIZACAO, INTEGRACAO E INFORMATICA– 3.3.90.40

Ficha: 79

Fonte: 1.500.000.0000

3. GAB. SECRETARIA DE FAZENDA

Dotação: 05.001.04.126.0101.2185 – MODERNIZACAO, INTEGRACAO E INFORMATICA – 3.3.90.40

Ficha: 78

Fonte: 1.500.000.0000

Diante do exposto, solicito a adoção das providências necessárias para a formalização do apostilamento das dotações orçamentárias acima relacionadas, a fim de possibilitar o adequado empenhamento e a continuidade da execução do Contrato nº 011/2026.

Ribeirão das Neves, em 08 de setembro de 2026.

VITOR EUSTAQUIO MOREIRA PEREIRA /
Secretário de Fazenda

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:DF4DD5C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 001/2026
PROCESSO N° 25177/2026
CONTRATO Nº 112/2026

DE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

PARA: **CONSÓRCIO TRIÂNGULO DE INFRAESTRUTURA**

REF.: **CONTRATO Nº 112/2026, RESULTANTE DA ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025 DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESELVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA (CISPAR). REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA E DEMAIS SERVIÇOS CONEXOS.**

O Município de Ribeirão das Neves, através da secretaria Municipal de Obras, autoriza a **CONSÓRCIO TRIÂNGULO DE INFRAESTRUTURA,** (contratada), inscrita no CNPJ 61.857.759/0001-80, por meio do contrato de número 112/2026, a dar início aos serviços no Município de Ribeirão das Neves – MG.

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses.
Início da execução do objeto: 05 dias da emissão desta ordem de serviço.
O Valor total do presente contrato é de **R$ 15.458.073,74** (Quinze milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil setenta e três reais e setenta e quatro centavos) a ser pago à Contratada pelos serviços efetivamente executados.

A execução dos serviços será supervisionada pela Secretaria Municipal de Obras, por meio dos fiscais vinculados à Superintendência de Fiscalização Urbana e Contratos. A designação dos gestores e fiscais do contrato será formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da celebração do contrato ou do instrumento a ser gerenciado, conforme dispõe o artigo 9º do Decreto Municipal nº 41/2025.

Atenciosamente,

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras
Contratante

CONSÓRCIO TRIÂNGULO DE INFRAESTRUTURA
Contratada

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C808BAEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 096/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal do contrato nº 112/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato nº 112/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** do **contrato nº 112/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 25177/2026**, cujo objeto é: **Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação dos serviços de engenharia para manutenção da infraestrutura viária e demais serviços conexos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	Hanz Willian Lopes	Mat. 515624	Superintendente I
Fiscal Técnico	Aline Palhinha Batista	Mat. 518741	Gerente IV
Fiscal Administrativo	Priscilla Moura dos Santos	Mat. 515633	Assessora técnica III

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Ribeirão das Neves, 08 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:60A5E900

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória da execução dos serviços de **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO LOCALIZADO NA AVENIDA DA**

GÁVEA, Nº 400, BAIRRO URCA, EM JUSTINÓPOLIS – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, conforme estabelecido no contrato n° **031/2025**, de 05 de maio de 2025, celebrado entre este órgão e a empresa **MAXPLAN ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA.** Ordem de Serviço 001/2023 de 08 de Maio de 2025.
Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 24 de Agosto de 2026.

CIBELE PEREIRA SANTIAGO
Engenheira Civil

MARCO AURÉLIO DA SILVA
Maxplan Engenharia e Incorporação LTDA

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal Interina de Esporte, Cultura e Turismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:CB8998AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 0196/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 0196/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): GLEYDSTON PINTO MARTINS		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 108.XXX.266-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0001.015.0011.001**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA OITO , nº 60 CEP: 33925-340, BAIRRO: LANDI 1ª SEÇÃO JUSTINÓPOLIS -RIBEIRÃO DAS NEVES- MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Passeio sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 6º*** *Os moradores, os comerciantes e os industriais são responsáveis pela* ***limpeza*** *do passeio e sarjeta fronteiriços à sua residência ou estabelecimento.* ***Art. 11*** *Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 06° - 07 dias Artigo 11° - 30 dias.	**PRAZO PARA RECURSO: (X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias ( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua OITO (Landi 1ª), BAIRRO: LANDI 1ª SEÇÃO JUSTINOPOLIS, QUADRA: 015, LOTE: 0011		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO ANTERIOR MULTA NÃO INFERIOR A 65 (SESSENTA E CINCO) UNIDADE FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM - DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP 03927.2026.002446-07		
Fiscal De Obras E Posturas		
Matrícula: 27.789		

ATENÇÃO!
Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste Auto de Infração.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:869E9BA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 0197/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 0197/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): VIRGILIO GOMES PEREIRA		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 245.XXX.876-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0001.016.0009.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): Rua OITO (Landi 1ª), 137 CEP: 33925-340, BAIRRO: LANDI 1ª SEÇÃO JUSTINOPOLIS - RIBEIRÃO DAS NEVES		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Passeio sujo		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 6º*** *Os moradores, os comerciantes e os industriais são responsáveis pela* ***limpeza*** *do passeio e sarjeta fronteiriços à sua residência ou estabelecimento.* ***Art. 11*** *Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO - PROVIDENCIAR A LIMPEZA DO PASSEIO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: Artigo 06° - 07 dias Artigo 11° - 30 dias.	**PRAZO PARA RECURSO: (X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias ( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua OITO (Landi 1ª), BAIRRO: LANDI 1ª SEÇÃO JUSTINOPOLIS, QUADRA: 015, LOTE: 0011		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO ANTERIOR- MULTA NÃO INFERIOR A 65 (SESSENTA E CINCO) UNIDADE FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM - DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP 03927.2026.002446-07		
Fiscal De Obras E Posturas		
Matrícula: 27.789		

ATENÇÃO!
Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste Auto de Infração.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:CF43E6CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 151/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Carvalhos Construções e Projetos Ltda**, protocolou junto à Administração, em 03/06/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 6642/2026**, por meio do qual pleiteia a defesa em razão do **Auto de Notificação AR nºSFUP 380/2026.**

II – DA ANÁLISE

Tendo em vista os documentos juntados aos autos, constatou-se a irregularidade do item segundo da lista de documentos obrigatórios para abertura do processo para este recurso de Ação Fiscal: **Cópia do documento de identificação do administrado ou da procuração acompanhada do documento do procurador(quando for o caso),** desta forma a falta de documento que comprove a legitimidade do requerente, impede a verificação da sua capacidade para atuar em nome do notificado e consequentemente o regular processamento do requerimento.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 04 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B34D59D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 152/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Gildásio Pereira Lima**, protocolou junto à Administração, em 03/06/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 7102/2026**, por meio do qual pleiteia a defesa em razão do **Auto de Infração nº 2914/2026 e Auto de Interdição 216.**

II – DA ANÁLISE

Depois de proceder com a regular apreciação da documentação inserida nos autos, esta Junta constatou que o notificado não apresentou elementos suficientes e probatórios capazes de justificar o cancelamento do Auto de Infração nº 2914/2026 e do Auto de Interdição 216.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 04 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:06522EFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 153/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

A requerente **Barbara Evellyn da Costa da Silva**, protocolou junto à Administração, em 17/06/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 7284/2026**, por meio do qual pleiteia o cancelamento em razão do **Auto de Interdição 256.**

II – DA ANÁLISE

Depois de proceder com a regular apreciação da documentação inserida nos autos, esta Junta constatou que o Interditado não apresentou elementos suficientes e probatórios capazes de justificar o cancelamento do Auto de Interdição 256. De acordo com as fotos anexadas (Fl.04) podemos concluir que as irregularidades não foram sanadas.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 04 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:831B813E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 121/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços N° 121/2022 no Processo Nº 134/2022.

Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves com Interveniência da Secretaria Municipal De Saúde e a empresa **GAP SERVICE LTDA.ME.**

Objeto do aditivo: decréscimo dos itens, passando o valor mensal do contrato para R$ 5.904,03 (cinco mil, novecentos quatro reais e três centavos), correspondente ao percentual de 19,42%.

Data da assinatura do aditivo: 03 de setembro de 2026.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1F380ECE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU

REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU

REG.INT. V.01

Ribeirão das Neves
MARÇO/2026

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 1

SUMÁRIO

REGIMENTO INTERNO DO
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU 1
SUMÁRIO 2
APRESENTAÇÃO 4
MISSÃO, VISÃO E VALORES 4
TITULO I - DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU 5

CAPÍTULO I - DA CARACTERIZAÇÃO 5
CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES 5
CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE 5
1° andar: 6
2° Andar: 6
Anexo Externo 6
CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA GESTÃO HOSPITALAR 7
CAPÍTULO V - DAS COMPETÊNCIAS 7
Seção I - Da Superintendência de Diretoria Hospitalar 7
Seção II - Da Diretoria Técnica Hospitalar 8
Seção III - Da Diretoria Clínica 9
Seção IV - Da Assessoria Especial da Diretoria 10
Seção V - Da Gerência de Apoio Administrativo 10
Seção VI - Da Gerência Geral Técnica de Enfermagem 11
Seção VII - Da Gerência de Administração Hospitalar 12
Seção VIII - Das Coordenações Médicas Especialistas 12
Seção IX - Das Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e Administrativas 13 TITULO II - DOS ASPECTOS ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU 17 CAPÍTULO I - DO MODELO ASSISTENCIAL 17
CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS 18
Secção I - Do Pronto Atendimento 19
Secção II - Dos Serviços de Especialidades em Clínica Médica 19
Secção III - Dos Serviços de Especialidades Cirúrgicas 19
Secção IV - Dos Serviços de Especialidades em Pediatria 20
Secção V - Dos Serviços de Especialidades Materno Infantil 20
Secção VI - Dos Serviços de Especialidades Intensivos e Intermediários Adulto 20
Secção VII - Dos Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT) 21
CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS 21
Secção I - Da Enfermagem 22
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem 22
Atribuições gerais à Equipe de Enfermagem 22
Seção II - Da Fisioterapia 23
Seção III - Da Psicologia 23
Seção IV - Da Fonoaudiologia 23
Seção V - Do Serviço Social 24
Seção VI - Da Terapia Ocupacional 24

VIII - Confeccionar relatórios e tratar dados estatísticos sempre que solicitado; 24
Seção VII - Da Nutrição Clínica 25
Seção VIII - Da Farmácia Hospitalar 25
Seção IX - Da Farmácia Clínica 26
TÍTULO III - DOS ASPECTOS DE APOIO OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU 27
CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL 27
Seção I - Lavanderia e Rouparia 27
Seção II - Higienização/limpeza 28
Seção III - Central de Material Esterilizado (CME) 28
Seção IV - Recepção 29
Seção V - Internação e Transporte 29
Seção VI - Guarda Patrimonial 29
Seção VII - Manutenção Geral 30
Seção VIII - Manutenção de Equipamentos 30
Seção IX - Coordenação de Atendimento 30
Seção X - Serviço de Nutrição e Dietética - SND (Unidade de Alimentação e Nutrição – Lactário) 31
TÍTULO IV - DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU 31
CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS 31
Seção I - Do Serviço de Faturamento Hospitalar 32
Seção II - Do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) 32
Seção III - Do Serviço de Secretária de Ala 33
Seção IV - Do Serviço de Eletivas 34
Seção V - Do Serviço de Segurança do Trabalho 34
Seção VI - Do Serviço de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (SGRSS) 35
Seção VII - Do Serviço de Controle de Infecção Relacionada a Assistência à Saúde (SCIRAS) 36
Secção VIII - Do Serviço de Recursos Humanos 36
Seção VIII - Do Serviço de Educação Continuada 37
CAPÍTULO II - DAS COMISSÕES PERMANENTES, NÚCLEOS E COMITÊS HOSPITALARES 38
CAPÍTULO III - DO PESSOAL 38
Seção I - Da Admissão e Demissão dos Servidores 38
Seção II - Da Jornada e Horário de Trabalho 39
Seção III - Do Controle da Frequência 41
Seção IX - Do Trabalho em Horário Extraordinário 42
Seção X - Da Perda da Remuneração 42
CAPITULO IV - DAS NORMATIVAS INSTITUCIONAIS 44
Normativa Institucional n° 01 44
Normativa Institucional n° 02 44
Normativa Institucional n° 03 45
Normativa Institucional n° 06 47
Normativa Institucional n° 7 47
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 48
REFERÊNCIAS 48

REGIMENTO INTERNO DO

Tipo de documento:	**REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU**	**REG- HSJT - 08/2026**
Elaborado pelo setor:	PLANEJAMENTO	**Emissão 07/26**

APRESENTAÇÃO

O Hospital Municipal São Judas Tadeu (HMSJT) é uma Unidade de Saúde do Órgão Público Municipal credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS), com administração sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves.
O presente regimento interno tem por objetivo descrever a estrutura de funcionamento do Hospital Municipal São Judas Tadeu, bem como instituir normas e rotinas gerais a serem seguidas pelos diversos setores visando a organização e o bom funcionamento dos serviços, garantindo a qualidade no atendimento prestado à população.

MISSÃO

Prestar assistência à saúde com qualidade, segurança e humanização, garantindo atendimento integral e resolutivo à população, respeitando os princípios do SUS.

VISÃO

Ser referência municipal em atendimento eficiente, com foco em segurança do paciente, organização dos processos e excelência no cuidado.

VALORES

Humanização – atendimento centrado no ser humano

Ética – conduta íntegra e transparente **Empatia** – escuta ativa e acolhimento **Comprometimento** – dedicação à excelência **Responsabilidade** – prestação de contas **Respeito** – valorização da diversidade

TÍTULO I - DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU

CAPÍTULO I - DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º - O Hospital Municipal São Judas Tadeu é caracterizado como uma unidade de saúde hospitalar de média complexidade, sendo referência na área de urgência e emergência e materno infantil para todo o município de Ribeirão das Neves.
Art. 2° – É uma instituição de natureza pública sendo sua prestação de serviços realizado integralmente no âmbito do SUS, conforme previsto na Lei n°8.080/90.

Art. 3° – A estrutura, as competências, a integração e o funcionamento das áreas aqui estabelecidas obedecerão ao previsto neste regimento interno e às demais normas específicas aplicáveis.
Art. 4° – As atividades do Hospital integrar-se-ão administrativamente, sob direção geral única, adotando modelo descentralizado de gestão e modelo assistencial baseado na constituição de linhas de cuidado clínico, pediátrico, ortopédico, cirúrgico, ginecológico-obstétrico, materno-infantil, intensivo adulto.
Art. 5° – A assistência se pautará pelo conceito de saúde integral, mediante a conjugação de ações pertinentes voltadas para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde. As atividades de assistência e ensino serão desenvolvidas por meio de equipes multiprofissionais capazes de promover, de forma integrada, a atenção à saúde.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 6° – O Hospital Municipal São Judas Tadeu tem por objetivo prestar assistência hospitalar de urgência e emergência e materno infantil à população**,** aplicando medidas para promoção e recuperação da saúde.
Art. 7° – Promover educação continuada, contribuindo para a formação e o trabalho das equipes multiprofissionais, com a participação e responsabilização dos diversos segmentos do hospital.
Art. 8° – Servir como campo de estágio para os alunos de cursos técnicos e cursos de graduação nas áreas da saúde, mantendo parceria com escolas técnicas e instituições acadêmicas.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE

Art. 9° – O Hospital Municipal São Judas Tadeu está localizado à Rua Waldemar José Alves, n° 65, Bairro Status, Ribeirão das Neves, Minas Gerais.
Art. 10° – O Hospital possui 3 andares, dispondo de um total de 104 leitos de internação, com uma capacidade instalada distribuída da seguinte forma:

Térreo:
Recepção Geral e Classificação de Risco
Pronto Atendimento Geral (atendimento das especialidades de clínica médica, pediatria, ortopedia e cirurgia geral) composto por:

• Sala de Emergência Adulto (7 leitos)
• Enfermaria Adulto (12 leitos)
• Sala de Emergência Pediátrica (1 leito)
• Enfermaria de Observação Pediátrica (5 leitos)
• Consultório Médico de atendimento Clínica Médica (4 salas)
• Consultório Médico de atendimento Pediatria
• Consultório Médico de atendimento da Ortopedia

• Consultório Médico de atendimento da Cirurgia Geral
• Sala de ECG

Farmácia Satélite
Serviço de Nutrição e Dietética - SND Sala de Radiologia geral
Sala de Tomografia Computadorizada Unidade de Terapia Intensiva (6 leitos)

1° andar:
Centro Cirúrgico e Obstétrico comporto por:
• Bloco Cirúrgico e Obstétrico com 4 salas ativas
• Recuperação Pós Anestésica e Pós-Parto (3 leitos)
• CME (Expurgo e Arsenal)
• Pré-Parto (4 leitos) e sala de parto

Pronto atendimento e Consultório Médico Ginecológico-Obstétrico Enfermaria de Internação da Clínica Cirúrgica (12 leitos) Maternidade composta por:
• Enfermaria de Internação Ginecológica e Alojamento Conjunto (15 leitos)
• Unidade Intermediária Neonatal (3 leitos)

Sala de Assistência Social Setor de Internações

2° Andar:
Enfermaria de Internação da Clínica Médica (30 leitos) Enfermaria de Internação da Pediatria (12 leitos) Lactário
Farmácia Ultrassonografia
Psicologia e Terapia Ocupacional Sala de guarda de Equipamentos Sala de Conservação de materiais Conforto da Enfermagem Conforto Multiprofissional

Anexo Externo
Gerência Administrativa Coordenação de Enfermagem Superintendência Hospitalar Cirurgia Eletiva
Conforto Médico Lavanderia e Rouparia Manutenção
Sala de Vacina Laboratório
Sala administrativa da Assistência Hemoterápica Abrigo de resíduos
Recursos Humanos Segurança do Trabalho NUVEH

Assessoria Técnica e de Planejamento SCIRAS
Faturamento SAME

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA GESTÃO HOSPITALAR

Art. 11° – A estrutura organizacional do Hospital Municipal São Judas Tadeu está representada por:
I – Superintendência de Diretoria Hospitalar;
II – Diretoria Técnica Hospitalar;
III – Diretoria Clínica;
IV – Assessoria Especial da Diretoria;
V - Gerência de Apoio Administrativo;
VI – Gerência Geral Técnica de Enfermagem;
VII – Gerência de Administração Hospitalar;
VIII - Coordenações Médicas Especialistas;
IX – Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e Administrativas.

CAPÍTULO V - DAS COMPETÊNCIAS

Seção I - Da Superintendência de Diretoria Hospitalar
Art. 12° – A Superintendência Hospitalar do Hospital Municipal São Judas Tadeu, é a instância responsável, no âmbito do Hospital, pela supervisão das atividades assistenciais e administrativas desenvolvidas na instituição, dentro dos limites previstos no estatuto do servidor municipal e regimento interno da unidade.
Art. 13° – Compete ao Superintendente Hospitalar:
I – Executar as determinações do Poder Executivo Municipal representado pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA);
II - Gerir administrativamente o Hospital Municipal São Judas Tadeu, promovendo a adoção de medidas a garantir a totalidade e a integridade da prestação de serviços aos seus usuários, estabelecer instrumentos formais de avaliação contínua e permanente da satisfação dos usuários do serviço hospitalar;
III - Propiciar condições para desenvolvimento de programas para estagiários e de outras atividades ligadas à saúde, colaborar com as autoridades Sanitárias e epidemiológicas na promoção de saúde preventiva e prestação de serviços;
IV - Garantir o cumprimento das competências específicas definidas por legislação própria, cumprir e fazer cumprir a legislação e demais normas que se relacionem com as atividades do segmento hospitalar;
V - Coordenar a divulgação de informações sobre as atividades hospitalares, dirigir, sob a coordenação do Gestor Municipal de Saúde, as atividades administrativas do Hospital;
VI - Prestar assistência e informações ao Gestor Municipal de Saúde sobre os assuntos de sua competência;
VII - Coordenar e controlar as atividades referentes a pessoal, material, patrimônio, orçamento, finanças, comunicação, arquivo e serviços gerais do hospital;
VIII - Manter articulações com as Unidades Hospitalares para observância e uniformidades das normas de execução das atividades - meio;
XI - Coordenar e controlar as atividades de estudos, programas e orçamentos necessários ao desenvolvimento dos serviços administrativo da unidade hospitalares;

X - Promover a realização de obras e serviços indispensáveis ao bom funcionamento da unidade;
XI - Executar outras atividades afins ou correlatas ao exercício da gestão da unidade
XII – Administrar o Hospital e representá-lo nas questões administrativas e patrimoniais perante a Secretaria Municipal de Saúde, gestores e outros órgãos;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 7
XIII – Deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção das Linhas de cuidado, Coordenações profissionais e demais estruturas administrativas ou operacionais do Hospital;
XIV – Autorizar o aceite de doações de bens móveis ao Hospital Municipal São Judas Tadeu, submetendo a aprovação da SEMSA;
XV – Propiciar as condições necessárias para que todos os setores do hospital possam cumprir integralmente a assistência médico-social, nos padrões adequados e desejados;
XVI – Delegar poderes e atribuições de sua competência;
XVII – Aprovar regulamentos dos setores do Hospital em acordo com a SEMSA;
XVIII – Acompanhar e avaliar o desempenho dos servidores subordinados;
XIV – Prover reuniões do colegiado gestor entre coordenações, visando melhorar o funcionamento do Hospital; XX – Normatizar as atribuições e responsabilidades nos diversos setores através de ordem de serviço ou rotina de trabalho;
XXI – Reivindicar suprimento das necessidades humanas e materiais junto a SEMSA, para o bom funcionamento do Hospital;
XXII – Constituir e acompanhar as comissões permanentes e transitórias do hospital para monitoramento da prestação de serviços assistenciais e administrativos;
XXIII – Monitorar a execução do planejamento Anual de saúde definido Conferência Municipal de Saúde;
XXIV – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção II - Da Diretoria Técnica Hospitalar
Art. 14° – A Diretoria Técnica Hospitalar é a instância responsável, no âmbito do Hospital, perante os Conselhos Regionais de Medicina, autoridades sanitárias, Ministério Público, Judiciário e demais autoridades pelos aspectos formais do funcionamento do Hospital Municipal São Judas Tadeu.
Art. 15° – Compete à Diretoria Técnica Hospitalar:
I – Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;
II - Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando ao melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, em benefício da população, sendo responsável por faltas éticas decorrentes de deficiências materiais, instrumentais e técnicas da instituição;
III - Assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões de Ética Médica;
IV - Certificar-se da regular habilitação dos médicos perante o Conselho de Medicina, bem como sua qualificação como especialista, exigindo a apresentação formal dos documentos, cujas cópias devem constar da pasta funcional do médico perante o setor responsável, aplicando-se essa mesma regra aos demais profissionais da área da saúde que atuem na instituição
V - Organizar a escala de plantonistas, zelando para que não haja lacunas durante as 24 horas de funcionamento da instituição, de acordo com regramento da Resolução CFM nº 2.056, de 20 de setembro de 2013;
VI - Tomar providências para solucionar a ausência de plantonistas;
VII - Nas áreas de apoio ao trabalho médico, de caráter administrativo, envidar esforços para assegurar a correção do repasse dos honorários e do pagamento de salários, comprovando documentalmente as providências tomadas junto das instâncias superiores para solucionar eventuais problemas;
VIII - Assegurar que as condições de trabalho dos médicos sejam adequadas no que diz respeito aos serviços de manutenção predial;
IX - Assegurar que o abastecimento de produtos e insumos de quaisquer naturezas seja adequado ao suprimento do consumo do estabelecimento assistencial, inclusive alimentos e produtos farmacêuticos, conforme padronização da instituição;
X - Cumprir o que determina a Resolução CFM nº 2056/2013, no que for atinente à organização dos demais setores assistenciais, coordenando as ações e pugnando pela harmonia intra e interprofissionais;
XI - Cumprir o que determina a norma quanto às demais comissões oficiais, garantindo seu pleno funcionamento;
XII - Assegurar que as propagandas institucionais obedeçam ao disposto na Resolução CFM nº 1.974, de 14 de julho de 2011, ou aquela que a suceder;
XIII - Assegurar que os médicos que prestam serviço no estabelecimento assistencial médico, independente do seu vínculo, obedeçam ao disposto no Regimento Interno da instituição;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 8
XIV - Assegurar que as pessoas jurídicas que atuam na instituição estejam regularmente inscritas no CRM-MG
XV - Assegurar que os convênios na área de ensino sejam formulados dentro das normas vigentes, garantindo seus cumprimentos
XVI – Não contratar médicos formados no exterior sem registro nos Conselhos de Medicina.
XVII - Prestar esclarecimentos ao CRM em relação a eventuais descumprimentos da legislação ética em vigor;
XVIII – Comunicar ao CRM as alterações no corpo clínico quando da renovação do certificado da instituição hospitalar;
XIX – Providenciar a inscrição da instituição e a renovação do certificado de inscrição junto ao CRM, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do vencimento;
XX – Comunicar ao CRM os atos de assumir ou deixar o cargo definitivamente;
XXI - Representar a unidade Hospitalar em suas relações com as autoridades médicas e sanitárias, quando exigirem as leis em vigor;
XXII - Assegurar espaço adequado para o funcionamento da unidade;
XXIII - Atesto de folha de ponto do corpo clínico e no caso de profissional médico terceirizado, atestar notas faturadas de acordo com o cumprimento do serviço prestado;
XXIV - Desenvolver outras atividades correlatas ao exercício da função;
XXV – Zelar pelo patrimônio institucional;
Parágrafo único – É assegurado ao diretor técnico o direito de suspender integral ou parcialmente as atividades do estabelecimento assistencial médico sob sua direção quando faltarem as condições funcionais previstas nesta norma e na Resolução CFM nº 2056/2013, devendo, na consecução desse direito, obedecer ao disposto nos artigos 17 e 18, mais parágrafos desse dispositivo.

Seção III - Da Diretoria Clínica
Art. 16° – O Diretor Clínico é o representante do corpo clínico do estabelecimento assistencial perante o corpo diretivo do hospital, sendo o responsável pela assistência médica, coordenação e supervisão dos serviços médicos na instituição. A Diretoria Clínica e Vice-Diretoria Clínica do Hospital Municipal São Judas Tadeu (HMSJT) serão obrigatoriamente eleitos pelo corpo clínico da instituição.
Art. 17° – Compete à Diretoria Clínica:
I - Assegurar que todo paciente internado na instituição tenha um médico assistente;
II - Exigir dos médicos assistentes ao menos uma evolução e prescrição diária de seus pacientes, assentada no prontuário;
III - Organizar os prontuários dos pacientes de acordo com o que determina as Resoluções CFM nº 1.638/2002 e nº 2.056/2013;
IV - Exigir dos médicos plantonistas hospitalares, quando chamados a atender pacientes na instituição, o assentamento no prontuário de suas intervenções médicas com as respectivas evoluções;
V - Disponibilizar livro ou meio digital para registro de ocorrências aos médicos plantonistas;
VI - Determinar que, excepcionalmente nas necessidades imperiosas com risco de morte que possam caracterizar omissão de socorro, os médicos plantonistas de UTIs e dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência Médica não sejam deslocados para fazer atendimento fora de seus setores;
VII - Dirigir e coordenar o corpo clínico da instituição;
VIII - Supervisionar a execução das atividades de assistência médica da instituição, comunicando ao diretor técnico para que tome as providências cabíveis quanto às condições de funcionamento de

aparelhagem e equipamentos, bem como o abastecimento de medicamentos e insumos necessário ao fiel cumprimento das prescrições clínicas, intervenções cirúrgicas, aplicação de técnicas de reabilitação e realização de atos periciais quando este estiver inserido em estabelecimento assistencial médico;
IX - Zelar pelo fiel cumprimento do Regimento Interno do Corpo Clínico da instituição;
X - Supervisionar a efetiva realização do ato médico, da compatibilidade dos recursos disponíveis, da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de assistência disponível aos pacientes;
XI - Atestar a realização de atos médicos praticados pelo corpo clínico e pelo hospital sempre que necessário;
XII - Incentivar a criação e organização de centros de estudos, visando à melhor prática da medicina;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 9
XIII - Recepcionar e assegurar, aos estagiários (acadêmicos e médicos) e residentes médicos, condições de exercer suas atividades com os melhores meios de aprendizagem, com a responsabilidade de exigir a sua supervisão;
XIV – Assessorar a Diretoria Técnica, atuando também, como representante legal do Conselho Regional de Medicina - CRM/MG no Hospital Municipal São Judas Tadeu;
XV - Acompanhar o trabalho de cada clínica e seus coordenadores, com vista à prestação da melhor assistência ao paciente;
XVI - Presidir as Assembleias do Corpo Clínico, participar das reuniões da Diretoria Geral Hospitalar, sempre que for convocado, representando o corpo Clínico;
XVII - Estimular a participação de todos os membros do corpo clínico nos eventos científicos organizados no estabelecimento, com vistas ao aperfeiçoamento técnico;
XVIII - Executar toda as atribuições relacionadas a Diretoria Clínica conforme o descrita na Resolução CFM nº 2.147/2016, zelar pelo nome da Instituição e pelo fiel cumprimento do Regime Interno do Corpo Clínico do estabelecimento;
XIX - Enviar ao CRM/MG a ata da eleição da Comissão de Ética Médica e Diretoria Clínica;
XX - Informar ao CRM MG, por escrito quando ao assumir ou deixar definitivamente o Cargo;
XXI - Desenvolver outras atividades correlatas ao exercício da função;
XXII – Zelar pelo patrimônio institucional.
Parágrafo único - É assegurado ao diretor clínico dirigir as assembleias do corpo clínico, encaminhando ao diretor técnico às decisões para as devidas providências, inclusive quando houver indicativo de suspensão integral ou parcial das atividades médico-assistenciais por faltarem as condições funcionais previstas na Resolução CFM nº 2056/2013, em consonância com disposto no artigo 20 e parágrafos desse mesmo dispositivo. É, ainda, direito do diretor clínico comunicar ao Conselho Regional de Medicina e informar, se necessário, a outros órgãos competentes.

Seção IV - Da Assessoria Especial da Diretoria
Art. 18° – O Assessor Especial da Diretoria está subordinado à Superintendência de Diretoria Hospitalar, sendo a instância responsável por assessorar nos assuntos técnicos e de planejamento de interesse do hospital junto a SES/MG, Secretária Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.
Art. 19° – Compete ao assessor:
I – Elaborar projetos e propostas que visem ao aprimoramento ou redimensionamento dos serviços do hospital;
II – Acompanhar e analisar os indicadores estratégicos da instituição, com o objetivo de propor planos de melhorias dos processos e o acompanhamento de desempenho do hospital;
III – Analisar, acompanhar, e produzir relatórios relacionados às auditorias e supervisões de órgãos competentes acerca das atividades do hospital;
IV – Participar das reuniões, comissões e similares, representando o hospital nos espaços colegiados;
V – Zelar pelo patrimônio institucional;
VI – Assessorar as diretorias nos assuntos estratégicos do hospital;
VII – Encaminhar a SESMG quadrimestralmente os Monitoramentos referentes a Política de Atenção Hospitalar de Minas Gerais – Valora Minas;
VIII – Acompanhar a execução de Resoluções e Emendas Parlamentares que contemplem o Hospital;
IX – Acompanhar a Execução da PAS do Hospital Municipal São Judas Tadeu, encaminhando quadrimestralmente à Secretaria Municipal de Saúde os respectivos resultados obtidos;

Seção V - Da Gerência de Apoio Administrativo

Art. 20° – A Gerência de Apoio Administrativo é a instância responsável por gerenciar toda a parte administrativa da instituição relacionada aos contratos de fornecimento de insumos hospitalares e prestadores de serviços, controle de bens móveis e equipamentos e manutenção predial.
Art. 21° – Compete ao Gerente de apoio administrativo:
I - Executar as solicitações requeridas pelos setoriais;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 10
II - Desenvolver atividades relacionadas a cadastro de fornecedores de materiais e de serviços, de acordo com as normas e os procedimentos pertinentes;
III - Examinar e despachar as solicitações de compras;
IV - Preparar e acompanhar os expedientes relativos a aquisição de materiais e à contratação de serviços;
V - Controlar o cumprimento, pelos fornecedores, das condições propostas e constantes das emendas efetuadas, comunicando ao Diretor Hospitalar, eventuais irregularidades cometidas;
VI - Receber, registrar, classificar, expedir e controlar a distribuição de papéis e processos, realizando trabalhos complementares às atividades de atuação;
VII - Controlar e distribuir o material permanente e equipamento recebidos; VIII - controlar e registrar a movimentação de bens móveis;
IX - Verificar, periodicamente, o estado dos bens móveis e equipamento, solicitando providências quanto a sua manutenção, substituição ou baixa patrimonial;
X - Atender às determinações da comissão de controle de Infecção Hospitalar;
XI - Realizar a conferência dos dados relacionados à sua área de atuação;
XII - Acompanhar os serviços prestados por terceiros em relação a manutenção predial e equipamento;
XII - Desenvolver outras tarefas destinadas à consecução dos seus objetivos
XIII - Acompanhar a execução de Resoluções e Emendas Parlamentares que contemplem o Hospital;
XIV – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VI - Da Gerência Geral Técnica de Enfermagem

Art. 22° – A Gerência-Geral Técnica de Enfermagem está diretamente subordinada à Diretoria Técnica Hospitalar e é a instância responsável pela assistência de enfermagem prestada pelo HMSJT. O Gerente Geral deverá estar com inscrição regular perante o COREN-MG, junto ao qual exercerá responsabilidade técnica.
Parágrafo único: As coordenações de enfermagem que atuam junto à Gerência-Geral Técnica de Enfermagem desempenham papel estratégico na organização e supervisão dos serviços de saúde, sendo responsáveis por articular e alinhar as ações de suas áreas específicas às diretrizes institucionais, garantindo a qualidade e a segurança da assistência prestada.
Art. 23° – Compete ao Gerente Geral Técnico de Enfermagem:
I - Gerenciar equipe de Enfermagem do Hospital, representar o Hospital junto aos órgãos de classe da Enfermagem e onde for necessário;
II - Planejar, organizar e dirigir, controlar as atividades dos Coordenadores de Enfermagem;
III - Assessorar a Superintendência de Diretoria Hospitalar em assuntos de sua competência;
IV - Executar toda as atribuições relacionadas a Referência Técnica conforme o descrito na Resolução do COFEN;

V - Apreciar todas as propostas e pedidos dos coordenadores e serviços antes de encaminhá-las à Superintendência de Diretoria Hospitalar;
VI - Elaborar escala de folga e férias e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
VII - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), bem como as capacitações e suas execuções, garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
VIII - Desenvolver programas de assistência integral e ininterrupta de enfermagem aos pacientes;
IX – Gerenciar o processo de trabalho da enfermagem com o objetivo de garantir indicadores de qualidade;
X – Assessorar as linhas de cuidado na análise qualitativa e quantitativa dos recursos humanos de enfermagem e em outros assuntos de sua competência;
XI – Atuar, de modo articulado, com as demais profissões, buscando garantir o princípio de multiprofissionalidade;
XII – Acompanhar as demandas da vigilância sanitária e certificações, dentre outras, propondo ações para melhoria dos processos e atuar na interface com as áreas assistencial e administrativa;
XIII – Suprir a Superintendência de Diretoria Hospitalar com as informações gerenciais relacionadas em sua área de competência, subsidiando-a em análises estratégicas e tomadas de decisão;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 11
XIV – Participar da elaboração e implantação do planejamento estratégico institucional;
XV – Propor, desenvolver e apoiar iniciativas e projetos de interesse do HMSJT;
XVI – Participar das reuniões, comissões e similares, representando a Enfermagem no espaço colegiado;
XVII - Zelar pelo patrimônio do hospital.

Seção VII - Da Gerência de Administração Hospitalar

Art. 24° – A Gerência Administração Hospitalar é a instância responsável pela administração da gestão de pessoas do Hospital Municipal São Judas Tadeu.
Art. 25° – Compete ao Gerente de Administração Hospitalar:
I – Captação e seleção de pessoal, através de seleções (interna e ou externas), procurando profissionais qualificados para desempenhar as funções atribuídas aos seus cargos, como também o acompanhamento dos funcionários, procurando um maior aprimoramento profissional;
II - Fornecer informações pertinentes aos funcionários do Hospital, servir de apoio às Direção, Superintendências, Gerências e coordenação em assuntos relacionados ao Departamento Pessoal, como orientação de pagamento, folha de ponto, férias regulares, férias prêmios e outros, proceder à administração de pessoal, relativas admissão, lotação, movimentação e demissão de servidores;
III - Consolidar as informações e manter controle do mecanismo necessários à aplicação das disposições do Estatuto dos Servidores do Município, Decretos e Leis;
IV - Elaborar registros de acompanhamento individual, que servirá de base para atendimento a quaisquer vantagens a que faça jus o servidor;
V - Manter controle diário da frequência dos servidores, acompanhar o funcionário e trabalhar os conflitos interpessoais;
VI - Assessorar na elaboração e implantação do plano estratégico institucional;
VII – Suprir a Superintendência de Diretoria Hospitalar com informações gerenciais relacionadas em sua área de competência, subsidiando-a em análises estratégicas e tomadas de decisões;
VIII – Assessorar a superintendência na elaboração das metas orçamentárias relacionadas aos gastos com pessoal;
IX – Planejar e executar, em parceria com as Gerências, Coordenações e com Gerência de Educação Continuada NEP, programas educativos para os profissionais do HMSJT;
X – Assessorar no desenvolvimento e acompanhamento das lideranças, articulando com os coordenadores assistenciais e administrativos, no sentido de prover os recursos humanos adequados para a execução plena de suas atividades;
XI – Assessorar no desenvolvimento e fortalecimento das lideranças para o exercício das funções pertinentes a gestão de pessoas em suas áreas;
XII – Realizar a gestão do contrato de trabalho dos servidores de acordo com as exigências legais;
XIII – Assessorar o desenvolvimento e gestão de políticas relacionadas a saúde e segurança dos profissionais;
XIV – Assessorar a superintendência, diretoria e as demais áreas da instituição sobre a legislação pertinente a recursos humanos e a manutenção das políticas internas de pessoal;
XV – Acompanhar auditorias relacionados às áreas de recursos humanos, produzindo e analisando as informações necessárias;
XVI – Propor, desenvolver e apoiar iniciativas e projetos de interesse do HMSJT;
XVII – Participar das reuniões, comissões e similares, representando a área de recursos humanos nos espaços colegiados;
XVIII - Zelar pelo patrimônio institucional;

Seção VIII - Das Coordenações Médicas Especialistas

Art. 26° – As Especialidades médicas do Hospital Municipal São Judas Tadeu compõem o quadro profissional do Pronto Atendimento e das Linhas de Cuidado do Hospital, integrando as equipes multiprofissionais. A

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 12
coordenação das atividades desenvolvidas em cada especialidade ficará a cargo de um profissional médico, com formação específica, que será indicado e nomeado pelas Diretorias do HMSJT.
Art. 27°– Aos Coordenadores Médicos Especialistas compete:
I – Participar da elaboração e implantação do Planejamento Estratégico institucional;
II – Atuar sob a coordenação da Linha de Cuidado e em conjunto com a equipe multiprofissional;
III – Coordenar a equipe de médicos integrantes do HMSJT;
IV – Definir e discutir com as equipes o trabalho a ser desenvolvido em cada unidade de cuidado, definindo, implementando e acompanhando as rotinas, protocolos, critérios e fluxos de encaminhamento de pacientes entre as unidades, identificando as dificuldades e implementando as adequações necessárias;
V – Participar da padronização, avaliação e processos de compras de equipamentos, materiais médico-hospitalares e medicamentos;
VI – Identificar as necessidades de desenvolvimento dos profissionais da equipe, promovendo e avaliando as ações conjuntamente com a supervisão de recursos humanos;
VII – Propor, desenvolver e apoiar iniciativas e projetos de interesse do HMSJT;
VIII – Participar de reuniões, comissões e similares, representado a especialidade nos espaços colegiados;
IX – Acompanhar os processos de auditorias, quando for pertinente, produzindo e analisando as informações necessárias;
X - Assessorar a Direção sobre questões relacionadas ao melhor suporte para o paciente;
XI - Supervisionar e coordenar as atividades de sua clínica, III - organizar a escala de plantão, escala de férias e promover as substituições em sua área de responsabilidade, dando ciência ao Diretor Clínico, Diretor Técnico, Diretoria Geral e Recursos Humanos;
XII - Coordenar a elaboração pela clínica das rotinas e dos protocolos e atendimentos médicos;
XIII - Promover reuniões administrativas e assistenciais de forma regular a periódica de sua Clínica com o objetivo de melhor organizar os trabalhos e estimular o conhecimento científico;
XIV - Disponibilidade para contato telefônico, todos os dias da semana, para discussão de casos;
XV - Realizar discussão de casos clínicos visando aspectos preventivos, diagnósticos e terapêuticos das patologias;
XVI - Ser membro efetivo do corpo clínico do Hospital;
XVII - Fiscalizar a elaboração dos prontuários médicos, exigindo cumprimento das normas estabelecidas pelo CFM/MG;
XVIII- Executar fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados atestando o cumprimento da escala do mesmo juntamente com o Diretor Técnico;

XIX - Acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento.
XX – Zelar pelo patrimônio do Hospital.

Seção IX - Das Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e Administrativas

Art. 28° – As Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e Administrativas serão preenchidas por profissionais do corpo técnico do HMSJT ou através de indicação da Secretária de Saúde, mediante a aprovação da Superintendência Hospitalar e da Diretoria Técnica a qual estiver vinculada, de acordo com o organograma e regimento institucional.
Art. 29° – São Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e administrativas subordinadas diretamente à Superintendência Hospitalar:
I – Gerência de Recepção, Transporte e Internação;
II – Gerência Faturista Hospitalar;
III – Gerência de Apoio Administrativo;
IV – Coordenação de Manutenção Hospitalar;
V – Coordenação de Atendimento Diurno e Noturno;
VI – Coordenação de Marcação de Cirurgia Eletiva e Secretaria de Ala;
VII – Coordenação de Higienização e Lavanderia;

§1° - Por necessidade interna do HMSJT foi desmembrado os cargos de Gerência de Recepção, Transporte e Internação, Coordenação de Marcação de Cirurgia Eletiva e Secretária de Ala e Gerência Faturista Hospitalar incorporado os setores de portaria para a Gerência de Recepção, setor de transporte para a Gerência de internação e setor de SAME para a Gerência Faturista Hospitalar, permanecendo da seguinte forma:
◦ Gerência de Internação e Transporte;
◦ Gerência de Recepção e Portaria;
◦ Coordenação de Marcação de Cirurgia Eletiva;
◦ Coordenação de Secretária de Ala.
◦ Gerência de Faturamento Hospitalar e SAME
Art. 30° – Compete à Gerência de Faturamento Hospitalar e SAME:
I - Supervisionar as atividades do faturamento hospitalar, processar e gerenciar as informações financeiras relacionados aos serviços médicos prestados, conferir minuciosamente a viabilidade de cobertura de procedimento e as informações sobre valores de serviços prestados e matérias usadas;
II – Supervisionar e coordenar as atividades do SAME (Serviço de Arquivo Médico e Estatística), garantindo a organização, guarda, integridade e sigilo dos prontuários médicos, assegurando que o fluxo de retirada e devolução de documentos atende prontamente às necessidades assistenciais, de faturamento e auditoria;
III - Executar conferência da documentação, para que ela esteja no padrão recomendado, acompanhar efetivamente o trabalho do Auditor SUS;
IV - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados e elaborar escala de folga, férias e fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados;
V - Acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 31° – Compete à Gerência de Recepção e Portaria:
I - Supervisionar as atividades de recepção e portaria;
II - Elaborar escala de folga, férias, fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
III - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;
IV - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 32° – Compete a Gerência de Internação e Transporte:
I - Supervisionar as atividades de Internação e transporte;
II - Elaborar escala de folga, férias, fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
III - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;
IV - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 33° – Compete à Coordenação de Marcação de Cirurgia Eletiva:
I - Supervisionar as atividades administrativa da central de marcação de cirurgia eletiva hospitalar, avaliar todas as etapas para assistência ao paciente, seguindo a agenda da Secretaria de Saúde;
II - Elaborar escala de folga, férias e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento; III - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;
IV - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 34° – Compete à Coordenação de Secretária de Ala:
I - Acompanhar todas as atividades realizadas pela (o) secretárias (o) de ala, na organização dos materiais de escritório, organização de prontuários e elaboração de protocolos e checklists para evitar glosas financeiras e acompanhar todas rotinas até a entrega do prontuário ao faturamento hospital;
II - Elaborar escala de folga, férias e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento; III - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;

IV - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 35° – Compete a Coordenação de Atendimento Diurno e Noturno:
I - Coordenar as atividades de atendimento ao paciente e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
II - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 36° – Compete a Coordenação de Manutenção:
I - Coordenar todas as operações de reparos e manutenção das instalações;
II - Elaborar procedimentos de trabalhos e plano de manutenção para identificar as deficiências operacionais e funcionais atendendo as necessidades do Hospital;
III - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 37° – Compete a Coordenação de Higienização e Lavanderia:
I - Coordenar o serviço de limpeza hospitalar e processamento de rouparia, elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;
II - Elaborar escala de folgas, férias e fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento e auxiliar no gerenciamento de resíduos de saúde, supervisionando o processo realizado;
III - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 38° – São Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e administrativas subordinadas à Diretoria Técnica Hospitalar:
I – Gerência Geral Técnica de Enfermagem;
II - Gerência Farmacêutica;
III - Gerência da Equipe de Fisioterapeutas;
IV – Assessor Especial Escala Médica/Coordenação Equipe Multidisciplinar;
V – Coordenação NUVEH de Vigilância Epidemiológica Hospitalar;
VI – Coordenação de Hemoterapia.
VII - Gerência de Serviço Nutricionais - SND
VIII - Gerência de Educação Continuada NEP;
IX - Coordenação Técnica em Radiologia.
§1° - O Cargo de Assessor Especial de Escala Médica/Coordenação Equipe Multidisciplinar está descrito como cargo único conforme a Lei N° 4.442 de 01 de abril de 2024, porém trata-se de 2 (dois) cargos distintos. Atualmente está sendo ocupado por um único profissional, porém, havendo interesse da gestão ou por necessidade interna do HMSJT, o mesmo poderá ser desmembrado.

Art. 39° – Compete a Gerência Farmacêutica:
I - Gerenciar todo o serviço farmacêutico hospitalar, orientando tecnicamente todas as áreas que compõem a farmácia, gerenciando o controle de estoque, garantindo a correta recepção, armazenamento e distribuição de medicamentos e correlatos;
II - Elaborar escala de folga, férias, fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
III - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;
IV - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos;
Art. 40° – Compete a Gerência das Equipes de Fisioterapeutas:
I - Coordenar a Equipe de Fisioterapeutas, elaborar relatórios, dados estatístico, fiscalizar e elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
II - Elaborar escala de folga, férias e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento; III - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 41° – Compete a Gerência de Serviços Nutricionais (SND):
I - Gerenciar todo serviço nutricional hospitalar, responsável por todo processo de produção de alimentos, pela elaboração de cardápios e monitoramento do estado nutricional;
II - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão), garantindo sua qualidade dentro dos padrões técnicos adequados;

III - Elaborar escala de folga, férias e fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
IV - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 42° – Compete a Coordenação Técnica em Radiologia:
I - Coordenar Equipe Radiologia Hospitalar;
II - Elaborar relatórios, dados estatístico, fiscalizar e elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
III - Elaborar escala de folga, férias e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados;
IV - Acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
V - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.
Art. 43° – Compete a Coordenação da Equipe Multidisciplinar:
I - Coordenar Equipe Multidisciplinar do Hospitalar;
II - Elaborar relatórios, dados estatístico, fiscalizar e elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
III - Elaborar escala de folga, férias e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) dos seus subordinados;
IV - Acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
V - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos;
VI - Zelar pelo patrimônio institucional.
§ 1° - A elaboração dos POPs (Procedimento Operacional Padrão) da Equipe Multidisciplinar ficará a cargo dos profissionais respectivos de cada área técnica, ficando a cargo da coordenação apenas a fiscalização do processo de elaboração e da validação dos POPs.
§ 2° – A coordenação da equipe multidisciplinar é responsável pelos profissionais das áreas de Psicologia, Serviço social, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.
Art. 44° – Compete a Assessoria Especial da Escala Médica:
I - Assessorar a chefia imediata e demais setores da Secretaria;
II - Acompanhar as escalas médicas, juntamente com as coordenações;
III - Zelar pela observância dos princípios norteadores da Administração Pública;
IV – Desenvolver e coordenar outras atividades destinadas à consecução dos seus objetivos;
V – Realizar a conferência do quantitativo dos plantões realizados pelos profissionais médicos terceirizados para emissão das notas faturadas;
VI – Zelar pelo patrimônio institucional.
Art. 45° – São atribuições inerentes a todas as Gerências e Coordenações Técnicas Assistenciais, de Apoio e administrativas:
I – Definir as normas e parâmetros técnicos para o exercício das atividades profissionais da respectiva categoria ou área, em consonância com as diretrizes institucionais;
II – Coordenar administrativamente a equipe de trabalho;
III – Supervisionar o desempenho dos profissionais de sua área atuando em conjunto com a Gerência Hospitalar Pessoal para o acompanhamento e desenvolvimento dos profissionais e avaliação da necessidade de demissões e contratações para reposição do quadro;
IV – Zelar pelo cumprimento das disposições legais e éticas no exercício das atividades em sua área de atuação;
V – Assessorar a Superintendência, Diretoria, Gerências e Coordenações nos assuntos de sua competência;
VI – Propor, implantar e analisar os indicadores pertinentes para acompanhamento do desempenho das atividades desenvolvidas pelo setor;
VII – Suprir a Gerência Geral Técnica de Enfermagem e a Superintendência Hospitalar com informações gerenciais relacionadas em sua área de competência, subsidiando-a em análises estratégicas e tomadas de decisões;
VIII – Participar de reuniões, comissões e similares, representando a equipe nos espaços colegiados;
IX – Propor, desenvolver e apoiar iniciativas e projetos de interesse do HMSJT;
X – Acompanhar os processos de auditoria, quando for pertinente, produzindo e analisando as informações necessárias;

XI – Zelar pelo patrimônio do hospital.
Art. 45° – São Gerências de Enfermagem subordinadas à Gerência Geral Técnica de Enfermagem:
I – Gerência de Enfermagem Pronto Atendimento;
II – Gerência de Enfermagem Centro Cirúrgico;
III – Gerência de Enfermagem Maternidade;
IV – Gerência de Enfermagem Clínica Médica;
V – Gerência de Enfermagem Terapia Intensiva.
Art. 46° – São atribuições inerentes a todas as Gerências de Enfermagem:
I - Coordenar e avaliar todas as etapas da assistência e qualidade ao paciente do respectivo setor ao qual gerencia, sendo responsável pela tomada de decisão;
II - Elaborar escalas de trabalho mensal, folgas, férias, feriados e abonos, bem como, as substituições de profissionais e executar o fechamento do QF (quadro de frequência) referente à sua equipe de trabalho;
III - Acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
IV - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
V - Coordenar o processo de planejamento, organização, controle e utilização do material de assistência para o adequado desenvolvimento das atividades das Unidades Assistenciais;
VI - Participar da elaboração de normas e rotinas setoriais;
VII - Colaborar com Gerência Geral Técnica de Enfermagem no planejamento, organização e supervisão da assistência, ensino, pesquisa e extensão das unidades assistenciais;
VIII - Realizar reuniões periódicas com a equipe de Enfermagem;
IX - Participar do planejamento, organização, coordenação e avaliação da equipe de enfermagem;
X - Divulgar a Escala de Trabalho Definitiva nos setores e para a Gerência de Enfermagem e suas atualizações ao longo do mês.
XI - Utilização das planilhas Institucionais padronizadas pelo Departamento de Enfermagem;
XII - Discutir com a Gerência de Enfermagem os remanejamentos da equipe de enfermagem e as alterações em relação a atividade assistencial/administrativa;
XIII. Participar das Reuniões do Departamento de Enfermagem; XIV – Zelar pelo patrimônio do hospital.

TÍTULO II - DOS ASPECTOS ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU

CAPÍTULO I - DO MODELO ASSISTENCIAL

Art. 47° – O modelo assistencial do Hospital Municipal São Judas Tadeu é centrado no cuidado ao paciente de forma multidisciplinar e interdisciplinar, estruturado de forma a assegurar o acesso, a qualidade e segurança da assistência, fazendo uso de protocolos clínicos específicos e multiprofissionais, protocolos de prevenção de riscos, estabelecendo linhas de cuidado assistenciais e de apoio.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DA ÁREA ASSISTENCIAL

Art. 48° – A área assistencial do Hospital Municipal São Judas Tadeu se organiza por meio de serviços assistenciais, serviços multiprofissionais e serviços médicos.
Art. 49° – Constituem os serviços assistenciais:
I – Pronto Atendimento Adulto, Obstétrico e Pediátrico;
II – Serviços de Especialidades em Clínica Médica;
III – Serviços de Especialidades Cirúrgicas;
IV – Serviços de Especialidades em Pediatria;
V – Serviços de Especialidades Materno-Infantil (Maternidade);
VI – Serviços de Terapia Intensiva Adulto;
VII – Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT).

Art. 50° – Constituem Serviços Multiprofissionais:
I – Enfermagem;
II – Fisioterapia;
III – Psicologia;
IV – Fonoaudiologia;
V – Serviço Social;
VI – Terapia Ocupacional;
VII – Nutrição Clínica;
VIII – Farmácia Clínica

Art. 51° – Constituem os serviços médicos:
I – Serviços médicos do Hospital Municipal São Judas Tadeu nas áreas de Anestesiologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Cirurgia Eletiva, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, Neonatologia, Ortopedia, Neurologia, Radiologia, Urologia, Ultrassonografia, Colonoscopia, Cardiologia e Terapia Intensiva Adulto.

CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

Art. 52° – Os serviços assistenciais do Hospital Municipal São Judas Tadeu são estruturados em Coordenações, ordenados considerando a condição clínica e grau de complexidade do cuidado ao paciente e áreas afins de especialidades.
Art. 53° – Os serviços assistenciais próprios do HMSJT possuem as seguintes atribuições:
I – Cumprir e fazer cumprir o presente regimento interno institucional;
II – Atuar no sentido do melhor relacionamento interpessoal entre os profissionais com vistas à ação assistencial integrada, resolutiva e humanizada junto aos pacientes;
III – Organizar o fluxo do serviço, garantindo acesso e ampliação da demanda;
IV – Promover uma assistência de qualidade e segurança que atenda aos padrões e critérios legais e institucionais estabelecidos;
V – Contribuir para a melhoria da qualidade e segurança do paciente em todo o processo de internação em consonância com a legislação vigente, as boas práticas e os critérios estabelecidos pelo Núcleo de Segurança do Paciente;
VI – Cumprir os protocolos clínicos específicos e multiprofissionais estabelecidos na instituição;
VII – Elaborar, propor e analisar os indicadores acompanhando, apresentando e definindo ações preventivas e corretivas, buscando melhorias contínuas e prestando suporte a análises e decisões estratégicas;
VIII – Identificar os riscos dos processos de trabalho e desenvolver ações para criação de regras, políticas e procedimentos para prevenir, detectar e mitigar a ocorrência de atos indesejados;

IX – Promover ações de educação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores para o aperfeiçoamento de suas habilidades, bem como maior visão da realidade em que estão inseridos, visando à construção de conhecimentos;
X – Dar tratamento para as não conformidades identificadas posteriormente à análise administrativa e auditorias de enfermagem no prontuário dos pacientes;
XI – Manter suas dependências em condições que possam proporcionar um ambiente seguro aos pacientes e profissionais;
XII – Manter um ambiente de cooperação mútua de toda a equipe facilitando a execução dos processos;
XIII – Disponibilizar recursos ambientais, materiais, humanos e equipamentos necessários para assegurar uma assistência qualificada e personalizada em situações rotineira, emergências e de urgência aos pacientes internados;
XIV – Manter materiais e equipamentos em condições para guarda, controle, manutenção e conservação de uso imediato, bem como, medicamentos e drogas necessárias ao uso nas emergências;
XV – Manter materiais e equipamentos em condições de uso imediato, bem como, medicamentos e drogas necessárias ao uso nas emergências;
XVI – Participar junto ao Serviço de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (SCIRAS) no planejamento e na supervisão do cumprimento das ações de controle de infecção;
XVII – Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
XVIII – Fazer cumprir as políticas e ações relacionadas à comunicação institucional;
XIX - Identificar, notificar e analisar os eventos adversos ocorridos, bem como os relatórios de não conformidade.

Secção I - Do Pronto Atendimento

Art. 54° – O pronto Atendimento da instituição é destinado a admissões e classificação de risco dos pacientes conforme as queixas iniciais e presenta as seguintes atribuições:
I – Admitir e classificar pacientes em situação de urgência e emergência conforme normas internas estabelecidas para assistência clínica, cirúrgica, ortopédica, obstétrica e pediátrica, respeitando os valores, princípios e objetivos institucionais;
II – Fornecer atendimento rápido e de alta qualidade na admissão do paciente;
III – Estabilizar pacientes graves e encaminhá-los a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) imediatamente;

Secção II - Dos Serviços de Especialidades em Clínica Médica

Art. 55° – O serviço de Especialidades em Clínica Médica compreende a Unidade de Internação Adulto nas especialidades clínicas e crônicas, com as seguintes atribuições:
I – Prestar Assistência ao paciente na unidade de internação, de acordo com as necessidades assistenciais, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
II – Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem estar do paciente;

Secção III - Dos Serviços de Especialidades Cirúrgicas

Art. 56° – O serviço de Especialidades Cirúrgicas compreende a assistência aos pacientes no Centro Cirúrgico e na Unidade de Clínica Cirúrgica, com as seguintes atribuições:
I – Equipe do Centro Cirúrgico:
A) Prestar assistência aos pacientes no centro cirúrgico conforme normas internas estabelecidas, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
B) Organizar o fluxo e agendamentos de cirurgias no Centro Cirúrgico do Hospital;
C) Assistir o paciente cirúrgico, considerando uma visão de processo assistencial perioperatório, desde a sua admissão neste setor, até seu retorno à unidade de Clínica Cirúrgica ou terapia intensiva, quando for o caso;

D) Manter uma interação adequada com todas as unidades que colaboram com os serviços do Centro Cirúrgico;
E) Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem-estar do paciente;

II – Equipe da Unidade de Clínica Cirúrgica:
A) Proporcionar assistência integral aos pacientes pós-cirúrgicos internados considerando suas necessidades, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
B) Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem estar do cliente;

Secção IV - Dos Serviços de Especialidades em Pediatria

Art. 57° – O serviço de Especialidades Pediátricas compreende a Unidade de Internação Pediátrica, com as seguintes atribuições:
I – Prestar Assistência as crianças e adolescentes na unidade de internação, de acordo com as necessidades assistenciais, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
II – Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem estar do paciente;

Secção V - Dos Serviços de Especialidades Materno Infantil

Art. 58° – O serviço de Especialidades Materno Infantil compreende o Centro Obstétrico e a Maternidade, com as seguintes atribuições:
I – Equipe do Centro Obstétrico:
A) Prestar assistência as gestantes no centro obstétrico conforme normas internas estabelecidas, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
B) Assistir a paciente obstétrica no Pré-Parto, Parto e Pós-Parto, considerando uma visão de processo assistencial, desde a sua admissão neste setor, até sua admissão na maternidade ou terapia intensiva, quando for o caso;
C) Manter uma interação adequada com todas as unidades que colaboram com os serviços do Centro Obstétrico;
D) Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem-estar da paciente;

II – Equipe da Maternidade:
A) Proporcionar assistência integral às puérperas e recém nascidos no pós-parto considerando suas necessidades, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
B) Criar um ambiente terapêutico e confortável a fim de proporcionar a reabilitação e o bem estar da puérpera e do recém-nascido;
C) Orientar aos pais sobre o registro civil de nascimento da criança;
D) Realizar as vacinas e testes obrigatórios no recém-nascido;
E) Orientar os pais quanto ao acompanhamento de puericultura e retorno ao hospital caso necessário.

Secção VI - Dos Serviços de Especialidades Intensivos e Intermediários Adulto

Art. 59° – O serviço de Especialidades Intensivos e Intermediários Adulto compreende a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), com as seguintes atribuições:
I – Prestar Assistência ao paciente crítico e em pós operatório de forma integral, considerando suas necessidades respeitando os valores, princípios e objetivos institucionais;
II – Estabilizar o paciente com possibilidade de recuperação, por meio da assistência multidisciplinar e interdisciplinar, de acordo com seu grau de complexidade, com padrões de qualidade e processo constante de identificação e prevenção de risco assistencial, sustentando a continuidade do cuidado;
III - Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem estar do paciente;

Secção VII - Dos Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT)

Art. 60° – O serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico compreende a realização de exames complementares das linhas de cuidado da assistência, sendo constituída por:
I – Serviço de Diagnóstico por Imagem
◦ Radiologia
◦ Tomografia
◦ Ultrassonografia

II – Laboratório de Análises Clinicas
§1°. A responsabilidade técnica do setor de Radiologia ficará a cargo de um médico radiologista. As atividades administrativas e de apoio ao setor de Radiologia ficará a cargo de um Técnico em Radiologia nomeado como Coordenador Setorial. Ambos os cargos serão indicados pela Superintendência e Diretoria Técnica do HMSJT.
§2°. Os serviços de Tomografia e Laboratório de Análises Clinicas prestados no HMSJT são coordenados por empresas terceirizadas, sendo que, todo recurso humano e material utilizado para realização desses exames são de responsabilidade das mesmas.
Art. 61° – O Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico do HMSJT possui as seguintes atribuições:
I – Assegurar a confiabilidade e consistência do resultado de exames, em tempo hábil, para a tomada de decisão clínica;
II – Planejar as atividades avaliando as condições operacionais e de infraestrutura, viabilizando a execução dos processos de trabalho de forma segura;
III – Estabelecer mecanismos e procedimentos para a identificação, rastreabilidade, conservação e descarte apropriado das amostras;
IV – Estabelecer mecanismos de controle para a entrega de resultados ao paciente ou seu representante autorizado;
V – Estabelecer mecanismos que assegurem a emissão dos resultados parciais nas situações de urgência/emergência;
VI – Manter comunicação efetiva com as áreas assistenciais, demais serviços de diagnóstico e laboratórios de apoio para assegurar a continuidade do cuidado e da prática clínica;
VII – Zelar pelo patrimônio institucional.

CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS MULTIPROFISSIONAIS

Art. 62° – O Hospital Municipal São Judas Tadeu conta com profissionais das áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Nutrição Clínica e Farmácia Clínica, que se organizam na forma de equipes de Serviços Multiprofissionais.
Art. 63° – A equipe de Serviços Multiprofissionais atende às demandas de todos os serviços assistenciais do Hospital Municipal São Judas Tadeu;
Art. 64° – As equipes de Serviços Multiprofissionais mantêm Responsáveis Técnicos - RT cujo papel também será o de acompanhamento dos serviços prestados;
Art. 65° – As Equipes de Serviços Multiprofissionais do HMSJT possuem as seguintes atribuições gerais:
I – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno e deliberações institucionais;
II – Atuar no sentido do melhor relacionamento interpessoal entre profissionais com vistas à ação assistencial integrada, resolutiva e humanizada junto aos pacientes;
III – Contribuir para a melhoria da qualidade e segurança do paciente em todo o processo de internação em consonância com a legislação vigente, as boas práticas e os critérios estabelecidos pelo Núcleo de Segurança do Paciente;
IV – Cumprir os protocolos clínicos específicos e multiprofissionais estabelecidos na instituição;
V – Identificar os riscos dos processos de trabalho e desenvolver ações para criação de regras, políticas e procedimentos para prevenir, detectar e mitigar a ocorrência de atos indesejados;
VI – Participar da elaboração e atuar no sentido do cumprimento das diretrizes e ações definidas nas documentações institucionais;

VII – Promover ações de educação continuada para desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores para o aperfeiçoamento de suas habilidades, bem como maior visão da realidade em que estão inseridos visando à construção de conhecimentos;
VIII – Manter suas dependências em condições que possam proporcionar um ambiente seguro aos pacientes e aos funcionários;
IX – Manter um ambiente de cooperação mútua de toda a equipe facilitando a execução dos processos;

X – Disponibilizar recursos ambientais, humanos e equipamentos necessários para assegurar uma assistência qualificada e personalizada em situações rotineiras, emergências e de urgências aos pacientes internados;
XI – Manter materiais e equipamentos em condições para guarda, controle, manutenção e conservação de uso imediato, bem como, medicamentos e drogas necessárias ao uso nas emergências;
XII – Manter materiais e equipamentos em condições de uso imediato, bem como medicamentos e drogas necessários ao uso nas emergências;
XIII – Participar junto ao Serviço de Controle de Infecção relacionada à assistência à saúde (SCIRAS) no planejamento e na supervisão do cumprimento das ações de controle de infecção;
XIV – Fazer cumprir as políticas, diretrizes e ações relacionadas à comunicação institucional;
XV – Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;
XVI – Identificar, notificar e analisar os eventos adversos ocorridos, bem como os relatórios de não conformidades.

Secção I - Da Enfermagem

Art. 66° – A Equipe de Enfermagem do Hospital Municipal São Judas Tadeu é constituída por gerentes de enfermagem, enfermeiros assistenciais e técnicos/auxiliares de enfermagem, possuindo as seguintes atribuições: Enfermeiro Assistencial
I – Executar e supervisionar a assistência de enfermagem na unidade de atuação;
II – Implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem;
III – Realizar avaliação clínica e prescrição de enfermagem, conforme legislação vigente;
IV – Supervisionar técnicos e auxiliares de enfermagem;
V – Registrar adequadamente as ações assistenciais no prontuário;
VI – Cumprir e fazer cumprir normas técnicas, éticas e institucionais;
VII – Comunicar intercorrências à coordenação imediata;
VIII – Participar de programas de educação permanente.

Técnicos e Auxiliares de Enfermagem
I – Executar cuidados de enfermagem sob supervisão do Enfermeiro;
II – Realizar procedimentos conforme prescrição e protocolos institucionais;
III – Registrar as ações realizadas;
IV – Comunicar alterações no estado clínico do paciente;
V – Cumprir normas institucionais, éticas e de biossegurança;
VI – Participar das atividades de capacitação promovidas pela Instituição.

Atribuições gerais à Equipe de Enfermagem
I – Proporcionar assistência integral aos pacientes considerando suas necessidades, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
II – Desenvolver ações de enfermagem na prevenção, proteção, promoção de saúde e reabilitação do paciente, tanto em nível individual, quanto coletivo;
III – Assistir ao paciente, integralmente, visando o ser humano como um todo, levando em conta sua patologia e os cuidados específicos inerentes a ela e ao tratamento a ser realizado;
IV – Prestar assistência de qualidade, considerando a individualidade de cada caso e reconhecendo a complexidade do ser humano;
V – Manter os ambientes assistenciais em condições que possam proporcionar um ambiente seguro aos pacientes e aos colaboradores;
VI – Criar um ambiente terapêutico a fim de proporcionar a reabilitação e o bem-estar do paciente;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 22
VII – Realizar todos os registros de atendimentos no prontuário do paciente;
VIII – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
IX – Zelar pelo patrimônio institucional.
§ 1° - O Serviço de Enfermagem atuará de forma integrada com os demais setores da Instituição, respeitando os princípios da interdisciplinaridade, eficiência, segurança e qualidade assistencial.
§ 2° - Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral, ouvido o Gerente de Enfermagem, observada a legislação vigente.

Seção II - Da Fisioterapia

Art. 67° – A Equipe de Fisioterapia do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições:
I – Prestar atendimento fisioterapêutico aos pacientes adultos, pediátricos e neonatais, considerando suas necessidades, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
II – Desenvolver ações baseadas na prevenção, proteção, promoção de saúde e reabilitação do paciente, tanto em nível individual, quanto coletivo;
III – Assistir ao paciente, integralmente, visando o ser humano como um todo, levando em conta sua patologia e os cuidados específicos inerentes a ela e ao tratamento realizado;
IV – Realizar todos os registros de atendimentos no prontuário do paciente;
V – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
VI - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção III - Da Psicologia

Art. 68° – A Equipe de Psicologia do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições:
I – Realizar atendimento e acompanhamento de intercorrências em pacientes da Instituição Hospitalar;
II - Utilizar métodos e técnicas psicológicas para diagnóstico e intervenção;
III - Realizar acolhimento e suporte emocional aos familiares e acompanhantes de pacientes internados quando necessário;
IV - Participar das discussões dos casos clínicos;
V – Acompanhar a equipe assistencial quando da transmissão de informações a familiares referentes à assistência prestada e ao quadro clínico dos pacientes, quando necessário;
VI – Realizar todos os registros de atendimentos no prontuário do paciente;
VII – Realizar indicação para outras especialidades quando identificada a necessidade;
VIII – Efetuar encaminhamentos para Rede de Atenção Psicossocial, sempre que necessário;
IX - Elaborar e executar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
X - Confeccionar relatórios e tratar dados estatísticos sempre que solicitado;
XI – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
XII - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção IV - Da Fonoaudiologia

Art. 69°– A Equipe de Fonoaudiologia do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições:
I – Prestar assistência fonoaudiológica aos pacientes internados e em tratamento na instituição, considerando suas necessidades, respeitando os valores e princípios;
II – Realizar avaliação, indicação e acompanhamento dos procedimentos fonoaudiólogos realizados nos pacientes adultos, pediátricos e neonatais;
III – Proceder à reabilitação de alterações fonoaudiólogas nos pacientes adultos, pediátricos e neonatais;
IV – Participar do atendimento multiprofissional e discussões dos casos clínicos para alinhamento de condutas na área de fonoaudiologia;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 23
V - Elaborar e executar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
VI - Confeccionar relatórios e tratar dados estatísticos sempre que solicitado;
VII – Realizar todos os registros de atendimentos no prontuário do paciente;
VIII – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
IX - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção V - Do Serviço Social

Art. 70° – A Equipe de do Serviço Social do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições:
I – Prestar o atendimento ao usuário do HMSJT, compreender o contexto social no qual está inserido e identificar as demandas existentes atuando como um viabilizador de direitos entre o usuário, o hospital e os serviços oferecidos pelo SUS e a Rede de Proteção Social – SUAS;
II – Realizar as intervenções sociais necessárias aos pacientes;
III – Registrar em prontuário os atendimentos realizados pelo serviço social;
IV - Elaborar e executar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;
V - Confeccionar relatórios e tratar dados estatísticos sempre que solicitado;
VI - Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
VII – Participar efetivamente do Núcleo Interno de Regulação (NIR) do hospital;
VIII - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VI - Da Terapia Ocupacional

Art. 71° – A Equipe de Terapia Ocupacional do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições: I – Prestar assistência de terapia ocupacional aos pacientes internados e em tratamento na instituição, considerando suas necessidades, respeitando os valores e princípios;
II - Participar do atendimento multiprofissional e discussões dos casos clínicos para alinhamento de condutas na área de terapia ocupacional;
III– Coordenar, gerenciar e ser responsável técnico pela brinquedoteca;
IV - Realizar todos os registros de atendimentos no prontuário do paciente;
V – Realizar avaliação e identificar áreas de desempenho funcional, motor e cognitivo afetadas;
VI – Estabelecer estratégias de intervenção e tratamento individualizados através de recursos, métodos e técnicas da terapia ocupacional, visando a prevenção ou reabilitação de incapacidades, promoção da autonomia ou participação nas atividades de vida diária;
VII - Elaborar e executar POP (Procedimento Operacional Padrão) garantindo a qualidade dentro dos padrões técnicos;

VIII - Confeccionar relatórios e tratar dados estatísticos sempre que solicitado;

IX – Oferecer orientação aos familiares e cuidadores;
X – Realizar indicação/encaminhamento para outras especialidades da equipe de profissionais da instituição, quando necessário;
XI – Efetuar, na alta hospitalar, encaminhamento para continuidade de atendimento em serviço ambulatorial de terapia ocupacional, se necessário;
XII – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
XIII - Zelar pelo patrimônio institucional.

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 24
Seção VII - Da Nutrição Clínica

Art. 72° – A Equipe da Nutrição Clínica do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições:
I – Prestar assistência clínica nutricional aos pacientes internados e em tratamento na instituição, considerando suas necessidades, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
II – Otimizar a assistência nutricional, promovendo a sinergia e a fluidez entre os processos e ações de melhoria, sustentando a continuidade do cuidado e o resultado assistencial;
III – Atender as necessidades nutricionais específicas dos pacientes permitindo criar oferta de produtos ou programas para assegurar a promoção, prevenção e recuperação nutricional;
IV – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
V – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VIII - Da Farmácia Hospitalar

Art.73° - À Equipe da Farmácia Hospitalar do Hospital Municipal São Judas Tadeu compete:
I – Planejar, programar, receber, conferir, armazenar e distribuir medicamentos, produtos para saúde, materiais médico-hospitalares e correlatos, em conformidade com a legislação sanitária vigente;
II – Garantir que as etapas do ciclo da assistência farmacêutica (programação, armazenamento e distribuição) sejam executadas de forma segura, eficiente e rastreável;
III – Manter sistema de controle de estoque, assegurando condições adequadas de conservação, rastreabilidade por lote e validade, evitando perdas, desvios e desabastecimentos;
IV – Executar as Boas Práticas de Armazenamento e Dispensação, conforme estabelecido em normas da Anvisa e do Conselho Federal de Farmácia;
V – Realizar a dispensação de medicamentos para pacientes internados e setores assistenciais, garantindo conferência técnica, orientação quanto ao uso correto e registro adequado;
VI – Monitorar e registrar eventos relacionados a medicamentos, incluindo queixas técnicas, desvios de qualidade e não conformidades, comunicando-as às instâncias competentes;
VII – Participar da Comissão de Farmácia e Terapêutica, contribuindo com a seleção de medicamentos, protocolos institucionais, padronização e avaliação de consumo;
VIII – Participar das comissões hospitalares de caráter técnico e assistencial, incluindo, mas não se limitando a:
a) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);
b) Comissão de Padronização de Dietas e Terapia Nutricional;
c) Comissão de Segurança do Paciente;
d) Comissão de Gerenciamento de Resíduos;
e) Outras comissões instituídas pelo hospital que envolvam processos terapêuticos, segurança e assistência ao paciente;
VIII – Promover ações de farmacovigilância, tecnovigilância e hemovigilância, conforme normas vigentes;
IX – Implementar e manter sistemas e indicadores de gestão que assegurem o uso racional de medicamentos e a eficiência dos recursos;
X – Garantir o cumprimento das legislações sanitárias e profissionais relacionadas às atribuições do farmacêutico no ambiente hospitalar;
XI – Trabalhar em conjunto com a equipe multiprofissional para assegurar a segurança do paciente em todas as etapas da cadeia medicamentosa;
XII – Assegurar sigilo, ética e profissionalismo em todas as atividades desenvolvidas, observando o Código de Ética da Profissão Farmacêutica;
XIII – Zelar pelo patrimônio institucional.

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 25
Seção IX - Da Farmácia Clínica

Art. 74° – A Equipe da Farmácia Clínica do Hospital Municipal São Judas Tadeu tem as seguintes atribuições:
I – Prestar assistência clínica farmacêutica aos pacientes internados e em tratamento na instituição, considerando suas necessidades, respeitando os valores, princípios e os objetivos institucionais;
II – Desenvolver práticas clínico-assistenciais com o uso racional de medicamentos compreendendo a padronização, planejamento, controle de qualidade e acompanhamento da eficácia terapêutica;
III – Participar da elaboração, acompanhar e avaliar a efetividade dos protocolos clínicos específicos e multiprofissionais, promovendo ações de melhoria;
IV – Difundir informações sobre medicamentos e educação permanente dos profissionais de saúde e dos pacientes;
V – Trabalhar de acordo com o Código de Ética Profissional;
VI – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção X - Da Assistência Hemoterápica

Art. 75° – Compete ao Serviço de Assistência Hemoterápica do Hospital Municipal São Judas Tadeu:
I – Assegurar que o contrato da Fundação Hemominas Belo Horizonte nº: 2320.01.0005120/2021-88 junto ao Hospital Municipal São Judas Tadeu que tem por objeto a prestação de serviços hemoterápicos através do fornecimento de hemocomponentes liberados pelo HEMOMINAS/Fundação Hemominas ao Município de Ribeirão das Neves, na modalidade de Assistência Hemoterápica, seja cumprido para atendimento exclusivamente a pacientes do Sistema Único de

Saúde – SUS, atendendo todos todas as cláusulas contratuais e os dispositivos legais junto a ANVISA;
II - Promover o correto acompanhamento de todos procedimentos e atividades com apoio da direção do serviço de hemoterapia, assegurando que todas as normas e procedimentos sejam apropriadamente divulgados e executados pelos profissionais que atuam no serviço de hemoterapia, implementando programas destinados a minimizar os riscos para a saúde e garantir a segurança dos receptores, dos doadores e dos profissionais da área técnica através do acompanhamento, investigação, e análise de todos procedimentos do ciclo do sangue, bem como a tomada de ações preventivas e corretivas para as não conformidades detectadas, assim como registro, comunicação e notificação dos eventos adversos à autoridade sanitária e subsidiar as discussões no Comitê Transfusional;
§ 1° - O Enfermeiro RT da Assistência Hemoterápica do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I - Elaborar, revisar, atualizar e implantar o protocolo transfusional, manuais de normas e rotinas e demais instrumentos administrativos do serviço de hemoterapia do hospital;
II - Executar ações de apoio e suporte junto à direção técnica do serviço colaborando em assegurar que todas as normas e procedimentos sejam apropriadamente divulgados e executados pelos profissionais que atuam no serviço de hemoterapia;
III - Colaborar na implementação de programas nas diversas áreas destinados a minimizar os riscos para a saúde e garantir a segurança dos receptores, dos doadores e dos profissionais da área técnica;
IV - Desempenhar de forma continuada a promoção de treinamentos e capacitações em hemoterapia a todos profissionais do serviço;
V - Atuar no acompanhamento, investigação e análise de todos procedimentos do ciclo do sangue, bem como no planejamento e na implementação de ações preventivas e corretivas para as irregularidades detectadas, assim como registro, comunicação e notificação dos eventos adversos à autoridade sanitária;
VI - Compor o Comitê Transfusional, atuando nas discussões e planejamento técnico subsidiadas pelos eventos adversos ocorridos;
VII - Colaborar na implantação e gestão de programas multidisciplinares de gerenciamento e preservação do sangue por meio das atividades visando o uso racional e adequado do sangue garantindo resultados para o paciente, mas também visando otimizar o uso adequado do sangue, reduzindo transfusões desnecessárias gerando economia de recursos através da abordagem Patient Blood Management (PBM);

VIII - Assegurar que todas as atividades desenvolvidas pelo serviço de hemoterapia sejam registradas e documentadas de forma a garantir a rastreabilidade dos processos e produtos, desde a obtenção até o destino final, incluindo a identificação do profissional que realizou o procedimento conforme Resolução COFEN n°709/2022 quanto Norma Técnica sobre a Atuação de Enfermeiro e de Técnico de Enfermagem em Hemoterapia;
IX - Zelar pelo patrimônio institucional.

TÍTULO III - DOS ASPECTOS DE APOIO OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL

Art. 76° – Os Serviços de Apoio Operacional possuem as seguintes atribuições gerais:
I – Cumprir e fazer cumprir o presente regimento interno e as deliberações institucionais;
II – Atuar no sentido do melhor relacionamento interpessoal entre os profissionais com vistas à ação assistencial integrada, resolutiva e humanizada junto aos pacientes;
III – Propor e analisar os indicadores e resultados do serviço, acompanhando, apresentando e definindo ações preventivas e corretivas, buscando melhorias contínuas e prestando suporte a análises e decisões estratégicas; IV – Identificar os riscos dos processos de trabalho e desenvolver ações para criação de regras e procedimentos para prevenir, detectar e mitigar a ocorrência de atos indesejados;
V – Participar da elaboração e atuar no sentido do cumprimento das diretrizes e ações definidas nas documentações institucionais;
VI – Promover ações de educação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores para o aperfeiçoamento de suas habilidades, bem como maior visão da realidade em que estão inseridos, visando a constituição de conhecimentos;
VII – Manter suas dependências em condições que possam proporcionar um ambiente seguro aos pacientes e aos profissionais;
VIII – Manter um ambiente de cooperação mútua de toda a equipe facilitando a execução dos processos;
IX – Cumprir as diretrizes do Serviço de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (SCIRAS);
X – Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
XI – Identificar, notificar e analisar os eventos adversos ocorridos, bem como os relatórios de não conformidades;

Art. 77° – Os Serviços de Apoio Operacional do Hospital Municipal São Judas Tadeu são constituídos por:
I – Lavanderia e Rouparia
II – Higienização/Limpeza
III – Central de Material Esterilizado (CME)
IV – Recepção
V – Internação e Transporte
VI – Guarda Patrimonial
VII – Manutenção Geral
VIII – Manutenção de Equipamentos
IX – Coordenação de Atendimento
X – Serviço de Nutrição e Dietética (SND)

Seção I - Lavanderia e Rouparia

Art. 78° – A Lavanderia do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Coletar, classificar, pesar e processar (lavar, secar e passar) todo o enxoval de uso do Hospital;

II – Proporcionar o asseio e apresentação adequados as roupas do hospital;
III – Programar as técnicas para o processamento da roupa e controlar sua execução;
IV – Manter o enxoval da instituição sem avarias e quando identificado rasgos ou furos, comunicar a coordenação para providenciar a substituição;
V – Maximizar a vida útil da roupa do hospital, por intermédio da utilização apenas de sabões e outros produtos químicos recomendados em protocolo institucional;
VI – Solicitar a confecção de enxoval hospitalar conforme necessidade;
VII – Armazenar e distribuir a quantidade de roupa limpa conforme a demanda das unidades da instituição;
VIII – Exercer o controle do volume (peças) de roupa processada para cada unidade do hospital, a fim de estabelecer a programação da capacidade de atendimento;
IX – Zelar pela eliminação dos riscos de contaminação dos funcionários da lavanderia em parceria com a Segurança do Trabalho, através de programas de Conscientização nas unidades do hospital quanto a triagem de materiais pérfuro cortantes e outros da roupa suja recolhida nos expurgos, além da utilização adequada dos EPIS (Equipamentos de Proteção Individual);
X – Promover a ordem e a limpeza dos locais de trabalho;
XI - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção II - Higienização/limpeza

Art. 79° – O Serviço de Higienização/limpeza do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Realizar a higienização de todas as áreas do hospital utilizando técnicas descritas nos procedimentos operacionais padrão (POPs) do setor, priorizando a qualidade do serviço prestado;
II – Realizar toda a limpeza predial da unidade, promovendo as condições adequadas de trabalho;

III – Realizar a coleta, classificação, segregação e acondicionamento adequados dos resíduos hospitalares, conforme legislação vigente e PGRSS do hospital;
IV – Planejar e programar as devidas dedetizações das unidades internas e áreas externas do HMSJT a fim de eliminar pragas, insetos e roedores;
V – Zelar pela correta execução das lavagens terminais das áreas afins, com o objetivo de garantir total asseio e qualidade dos serviços prestados;
VI – Promover programas de conscientização da necessidade da higienização hospitalar, resultando na diminuição da infecção hospitalar;
VII – Promover e trabalhar em parceria com a SCIRAS com o objetivo de reduzir/eliminar os casos de infecção hospitalar;
VIII – Promover a ordem e a limpeza dos locais de trabalho;
IX - Zelar pela eliminação dos riscos de contaminação dos funcionários da higienização/limpeza em parceria com a Segurança do Trabalho, através de programas de Conscientização nas unidades do hospital quanto a triagem de materiais pérfuro cortantes jogados nos lixos recolhidos ou no chão, além da utilização adequada dos EPIS (Equipamentos de Proteção Individual);
X - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção III - Central de Material Esterilizado (CME)

Art. 80° – O Setor de Central de Material Esterilizado (CME) do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Receber, limpar, preparar, esterilizar, armazenar e distribuir todos os materiais esterilizados e/ou sanitizados para o centro cirúrgico-obstétrico, unidades de internação, maternidade, CTI e pronto atendimento do Hospital Municipal São Judas Tadeu;
II – Realizar um controle efetivo sobre todos os materiais em uso nos diferentes serviços e unidades do HMSJT, mantendo o inventário de materiais sempre atualizado;
III – Promover medidas de prevenção e controle das transmissões de infecções pelo material processado no setor;

IV – Realizar o planejamento quantitativo e qualitativo do material médico-hospitalar frente às metas estipuladas para a unidade, a fim de prover o suprimento dos mesmos aos diversos setores, em colaboração com as devidas chefias;
V – Desenvolver programas de orientação e treinamento do pessoal lotado no setor frente aos novos padrões técnicos de suas atividades;
VI – Manter um sistema de controle bacteriológico eficaz e que garanta a qualidade da esterilização.

Seção IV - Recepção

Art. 81° – O Setor de Recepção do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Atender o público em geral;
II – Realizar a correta rotina de confecção de fichas de atendimento mediante a apresentação de documento de identificação oficial e cartão SUS do paciente que receberá atendimento;
III – Acionar o médico plantonista para atendimento via telefone quando houver necessidade;
IV – Atender ligações telefônicas no ramal fixo do hospital e direcionar a ligação ao setor responsável;
V - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção V - Internação e Transporte

Art. 82° – O Setor de Internação e Transporte do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Realizar as internações dos pacientes, fornecendo as orientações necessárias;
II – Realizar o cadastro dos pacientes internados e para transferência no sistema do Susfácil e Hospub;
III – Realizar a evolução diária no sistema Susfácil de todos os pacientes cadastrados na central de leitos para transferência;
IV – Comunicar aos setores assistenciais a liberação de vaga de transferência dos pacientes cadastrados na central de leitos;
V – Realizar o controle e liberação das Declarações de Óbito;
VI – Realizar o controle de liberação dos óbitos;
VII – Realizar todo o controle logístico de transporte no hospital de acordo com as necessidades de transporte dos pacientes internados tais como:
1. Autorização de vaga de transferência
2. Consulta W
3. Realização de Sessões de Hemodiálise (paciente dialítico crônico)
4. Exames externos agendados
5. Consultas externas agendadas
VIII – Solicitar apoio do transporte sanitário municipal quando houver necessidade da instituição;
IX – Realizar o controle logístico de transporte para solicitação de hemocomponentes ao Hemominas tanto no envio de amostras de sangue para solicitações como no envio/devolução de Hemoderivados;
X – Inserir na planilha compartilhada do NIR os pacientes internados no hospital;
XI – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VI - Guarda Patrimonial

Art. 83° – A equipe da Guarda Patrimonial do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Manter sob vigilância permanente as dependências do hospital, especialmente as áreas de circulação de pessoal;
II – Controlar o acesso dos fornecedores e prestadores de serviços às dependências do HMSJT;
III – Controlar e registrar o acesso de acompanhantes, visitantes e estagiários no hospital conforme as normas institucionais, mediante a apresentação do documento oficial com foto;

IV – Realizar o controle de entrada e saída dos médicos plantonistas a cada 12 horas, com registro do nome e sobrenome no livro/impresso próprio do hospital;
V – Realizar o controle de acesso dos profissionais lotados no hospital mediante a apresentação de crachá de identificação;
VI – Recepcionar e encaminhar os visitantes aos diversos setores do hospital, bem como controlar o fluxo de visitas, inclusive aos pacientes;
VII – Observar a entrada e saída de objetos e/ou equipamentos;
VIII – Orientar com relação a entrada de pertences e alimentos para o paciente e acompanhante;
IX – Proibir a entrada de pessoas não autorizadas nas dependências do hospital com acionamento imediato da Gerência de Recepção e Portaria para que haja liberação de acordo com as normas institucionais;
X – Auxiliar pacientes com necessidades de locomoção com o fornecimento de cadeiras de rodas/macas;
XI – Realizar o controle de acesso de veículos nas dependências do hospital, permitindo a entrada apenas daqueles autorizados previamente pela Gerência de Recepção e Portaria;
XII – Prestar informações sobre a localização dos diferentes serviços prestados no HMSJT;
XIII – Zelar pelo cumprimento das determinações do hospital;
XIV – Fazer rondas contínuas nas dependências do HMSJT, promovendo a garantia da vigilância diurna e noturna na instituição;
XV – Estar apto a garantir o acionamento de sistemas de emergência caso necessário.
XVI - Zelar pelo patrimônio institucional;

Seção VII - Manutenção Geral

Art. 84° – A equipe de Manutenção Geral do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva nas áreas elétricas, hidráulica, marcenaria, mecânica em consonância com as diretrizes do SCIRAS;
II – Acompanhar visitas técnicas nos locais em que serão realizadas manutenções e fiscalização quanto ao desenvolvimento dos serviços prestados;
III – Acompanhar as manutenções preventivas e corretivas realizadas por serviços terceirizados;
IV – Realizar troca de cilindros de oxigênio portáteis nos setores assistenciais do hospital;

V – Realizar diariamente a conferência do nível de oxigênio do tanque e do quantitativo de cilindros de oxigênio portáteis disponíveis para uso no hospital, informando a administração a necessidade de reposição de cilindros ou de abastecimento do tanque;
VI – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VIII - Manutenção de Equipamentos

Art. 85° – A Manutenção corretiva e preventiva dos Equipamentos médico-hospitalares do Hospital Municipal São Judas Tadeu é realizado por empresa terceirizada contratada pela SEMSA.

Seção IX - Coordenação de Atendimento

Art. 86° – A equipe de Coordenação de Atendimento do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I - Coordenar as atividades de atendimento ao paciente e acompanhar ocorrências, a fim de solucionar pendências e garantir a qualidade do atendimento;
II - Executar outras atribuições pertinentes ao cumprimento de seus objetivos.

Seção X - Serviço de Nutrição e Dietética - SND (Unidade de Alimentação e Nutrição – Lactário)

Art. 87° – O Serviço de Nutrição e Dietética hospitalar do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Elaborar e executar cardápios conforme necessidades dietéticas dos pacientes e em conformidade com as diretrizes da instituição;
II – Realizar o preparo, porcionamento e distribuição das refeições em conformidade com as normas de segurança alimentar e sanitária;
III – Organizar e manter os serviços de copa e lactário, zelando pela higiene e conservação dos equipamentos, utensílios e ambientes;
IV – Apoiar a equipe multiprofissional no fornecimento de dietas específicas, mediante prescrição nutricional;
V – Colaborar com ações de educação em saúde relacionadas à alimentação e nutrição, quando pertinentes;
VI – Seguir as orientações relativas às boas práticas de manipulação de alimentos, bem como os protocolos setoriais e as atribuições da função, zelando pelo cumprimento dessas diretrizes e garantindo a oferta de um alimento seguro aos comensais;
VII - Zelar pelo patrimônio institucional.

TÍTULO IV - DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JUDAS TADEU

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS
Art. 88° – Os serviços administrativos e financeiros possuem as seguintes atribuições gerais:
I – Cumprir e fazer cumprir o presente regimento interno e as deliberações institucionais;
II – Atuar no sentido do melhor relacionamento interpessoal entre os profissionais com vistas à ação assistencial integrada, resolutiva e humanizada junto aos pacientes;
III – Propor e analisar os indicadores e resultados do serviço, acompanhando, apresentando e definindo ações preventivas e corretivas, buscando melhorias contínuas e prestando suporte a análises e decisões estratégicas; IV – Identificar os riscos dos processos de trabalho e desenvolver ações para criação de regras e procedimentos para prevenir, detectar e mitigar a ocorrência de atos indesejados;
V – Participar da elaboração e atuar no sentido do cumprimento das diretrizes e ações definidas nas documentações institucionais;
VI – Promover ações de educação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores para o aperfeiçoamento de suas habilidades, bem como maior visão da realidade em que estão inseridos, visando a constituição de conhecimentos;
VII – Manter suas dependências em condições que possam proporcionar um ambiente seguro aos pacientes e aos profissionais;
VIII – Manter um ambiente de cooperação mútua de toda a equipe facilitando a execução dos processos;
IX – Cumprir as diretrizes do Serviço de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (SCIRAS);
X – Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
XI – Identificar, notificar e analisar os eventos adversos ocorridos, bem como os relatórios de não conformidades.

Art. 89° – Os Serviços de Apoio Operacional do Hospital Municipal São Judas Tadeu são constituídos por:
I – Do Serviço de Faturamento Hospitalar
II – Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME)
III – Do Serviço de Secretária de Ala

IV – Do Serviço de Eletivas
V – Do Serviço de Segurança do Trabalho
VI – Do Serviço de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (SGRSS)
VII – Do Serviço de Controle de Infeção Relacionada a Assistência à Saúde (SCIRAS)
VIII – Do Serviço de Recursos Humanos
IX – Do Serviço de Educação Continuada

Seção I - Do Serviço de Faturamento Hospitalar

Art. 90° – O Faturamento possui as seguintes atribuições no âmbito do Hospital Municipal São Judas Tadeu:
I – Controlar o encerramento das contas dos pacientes atendidos em regime de internação e ambulatorial, garantindo o correto registro e codificação conforme as normas do SUS;
II – Processar e auditar as contas hospitalares utilizando o sistema SISAIH01 para o faturamento das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), assegurando a conformidade com a produção realizada;
III – Processar e auditar a produção ambulatorial através do sistema BPA (Boletim de Produção Ambulatorial), verificando a compatibilidade dos procedimentos registrados com os atendimentos realizados;
IV – Gerenciar o faturamento dos procedimentos de alta complexidade ambulatorial, por meio da APAC (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade), assegurando o correto preenchimento, controle de validade e envio conforme exigências do SUS;
V – Levantar as informações dos prontuários e fichas clínicas para compor a produção hospitalar, ambulatorial e de alta complexidade, observando os critérios de auditoria interna e os manuais do SUS (SIGTAP, SCNES, etc.); VI – Emitir relatórios de conferência para validação dos dados processados (AIH, BPA e APAC), identificando inconsistências ou glosas potenciais;
VII – Elaborar mensalmente os relatórios consolidados de faturamento hospitalar, ambulatorial e de alta complexidade, e encaminhá-los à Superintendência Hospitalar para análise e validação;
VIII – Prestar esclarecimentos à Superintendência Hospitalar sobre glosas ou rejeições identificadas nas faturas submetidas aos sistemas do SUS;
IX – Registrar, arquivar e manter atualizados os dados relativos ao número de AIHs, BPAs e APACs faturados, assegurando a rastreabilidade documental;
X – Manter organizado o arquivo físico e digital do setor de faturamento, respeitando os prazos de guarda documental definidos por lei;
XI – Acompanhar atualizações nos sistemas e normativas federais (SIGTAP, SCNES, BPA, AIH, APAC, SISAIH01, etc.), promovendo as adequações necessárias;
XII – Participar de auditorias técnicas e institucionais, prestando os devidos esclarecimentos e documentação;
XIII – Promover capacitações internas sobre boas práticas e atualizações nos processos de faturamento SUS.
XIV - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção II - Do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME)

Art. 91° – O Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) possui as seguintes atribuições no âmbito do Hospital Municipal São Judas Tadeu:
I – Gerenciar o arquivo físico dos prontuários médicos, assegurando sua integridade, clareza, exatidão, sigilo e conservação, conforme normas da legislação vigente;
II – Organizar, movimentar e arquivar os prontuários dos pacientes segundo a sistemática adotada pela instituição, garantindo rastreabilidade e fácil recuperação;
III – Controlar a entrada, saída e devolução dos prontuários médicos, mantendo registro atualizado das movimentações;
IV – Garantir a guarda adequada dos documentos médicos, respeitando os prazos legais de arquivamento e promovendo a digitalização, quando aplicável;
V – Prestar apoio aos setores da instituição na localização e fornecimento de informações documentais, com autorização e conforme normas de acesso à informação e sigilo profissional;

VI – Fornecer suporte estatístico à direção e aos setores técnico-administrativos, por meio da produção de relatórios periódicos com dados epidemiológicos, operacionais e assistenciais;
VII – Colaborar com os setores de auditoria, faturamento e regulação na conferência e análise dos dados contidos nos prontuários, quando solicitado;
VIII – Zelar pela confidencialidade dos dados médicos, garantindo o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e das normas éticas da saúde pública;
IX – Participar de auditorias internas e externas, apresentando documentação conforme exigido pelos órgãos de controle;
X - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção III - Do Serviço de Secretária de Ala

As atribuições da secretária de ala hospitalar envolvem principalmente suporte administrativo à equipe médica, de enfermagem e equipe multiprofissional, além do atendimento e acolhimento de pacientes e acompanhantes. A secretária de ala hospitalar desempenha um papel fundamental na integração entre o corpo clínico, os pacientes e os processos administrativos da unidade. O bom desempenho destas atribuições é crucial para a organização e funcionamento eficiente da unidade.

Art. 92° – O Serviço de Secretária de Ala possui as seguintes atribuições no âmbito do Hospital Municipal São Judas Tadeu:
I – Organizar, arquivar e manter os documentos dos prontuários e documentos hospitalares do respectivo setor em ordem diariamente, garantindo a confidencialidade das informações;
II – Receber e realizar a conferência de toda documentação de internação, alta e transferência hospitalar dos pacientes;
III - Preparar a liberação de alta hospitalar de pacientes;
IV - Organizar o prontuário de pacientes que vierem a óbito, comunicando ao Serviço de Internação e solicitando a Declaração de Óbito para preenchimento do médico responsável;
V - Organizar, apontar e corrigir não conformidades nos prontuários, solicitando aos profissionais e coordenações afins providências para solução da ocorrência;
VI – Realizar o agendamento de exames e procedimentos, de urgência ou eletivos, dos pacientes internados, conforme solicitação médica em impressos próprios;
VII – Gerenciar o agendamento de exames e procedimentos, interconsultas médicas internas ou externas com as diversas clínicas e procedimentos cirúrgicos, comunicando os profissionais da equipe médica multidisciplinar e setores envolvidos sobre as demandas que lhe forem solicitadas;
VIII - Comunicar os setores de apoio diagnóstico laboratorial e de imagem quando necessário e solicitado, para que compareçam ao setor, ou disponibilizem informações acerca do atendimento de pacientes;
IX - Solicitar nos setores de apoio diagnóstico laboratorial e de imagem, os resultados de exames realizados, sempre que identificada a ausência destes no prontuário;
X - Comunicar os profissionais da equipe multidisciplinar (Fisioterapeutas, Nutricionistas, Fonoaudiólogos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Farmacêuticos, Terapeutas Ocupacionais) quando necessário e solicitado, para que compareçam ao setor, ou disponibilizem informações acerca do atendimento de pacientes;
XI - Comunicar os serviços e comissões hospitalares (Comissão de Pele e Curativos, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Comissão de Cuidados Paliativos) quando necessário e solicitado, para que compareçam ao setor, ou disponibilizem informações acerca do atendimento de pacientes;
XIII - Comunicar os serviços hospitalares (Superintendência Administrativa, Manutenção, Higienização e Lavanderia) sobre demandas do setor, sendo estas preventivas, de manutenção e habituais das atividades assistenciais, ou corretivas;
XIV – Realizar contato com os familiares dos pacientes internados solicitando a presença no hospital no momento da alta, transferência e óbito;
XV - Realizar o atendimento do público, esclarecendo sobre as rotinas do setor em relação à permanência de acompanhantes, visitantes, e horários padronizados para as rotinas assistenciais;

XVI - Receber o público cordialmente, identificando suas necessidades, dar informações e direcioná-lo adequadamente ao lugar ou à pessoa procurada para viabilizar resolutividade das demandas apresentadas;
XVII – Repor materiais de escritório e impressos do setor conforme rotina de consumo e sempre que necessário, mantendo disponibilidade destes em todos os turnos de trabalho ininterruptamente, e reportando necessidades à gestão;
XVIII - Manter quadro de informativos e escalas do setor atualizado, conforme rotina do setor;
XIX - Manter o ambiente da secretaria organizado, bem como os impressos próprios do setor;
XX – Redigir/preencher documentos do setor e auxiliar em tarefas administrativas gerais para garantir um fluxo de trabalho eficiente;
XXI - Executar tarefas de comunicação em conjunto com os Serviços de Internação, Núcleo Interno de Regulação, Serviço de Higienização e equipe de Enfermagem, viabilizando a gestão de leitos eficiente;
XXII - Abrir check list de liberação de leitos para ocupação, viabilizando continuidade pelos demais profissionais competentes;
XXIII – Realizar diariamente a atualização do censo de leitos;
XXIV - Manter atualizado os dados cadastrais do paciente atendido no setor, bem como dos dados de familiares e responsáveis legais;
XXV - Solicitar remoção de pacientes ao Serviço de Internação, quando necessário;
XXVI - Levar ao conhecimento do superior imediato todas as ocorrências relacionadas a documentos que dependam de decisão superior;
XXVII - Ser o ponto focal de comunicação na ala, atendendo e acolhendo profissionais, pacientes, familiares e visitantes, prestando e recebendo informações gerais, recebendo documentos, filtrando ligações telefônicas e transmitindo informações de forma clara e tranquilizadora;
XXVIII - Prestar suporte administrativo à equipe de enfermagem e demais profissionais da equipe multidisciplinar, permitindo que estes se concentrem nos cuidados diretos aos pacientes;
XXIX – Protocolar e realizar a devolução de pertences pessoais de pacientes ao familiar responsável;
XXX – Comunicar via e-mail as unidades da Atenção Primária à Saúde a alta responsável dos pacientes portadores de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) que estão de alta hospitalar.
XXXI – Zelar pelo patrimônio institucional

Seção IV - Do Serviço de Eletivas

Art. 93° – O Serviço de Eletivas do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Confeccionar fichas de atendimento do Centro de Especialidades Médicas (CEM) para o faturamento;
II – Acompanhar os médicos do Hospital nos atendimentos no CEM;
III – Marcar os exames pré-operatórios necessários (sangue/risco cirúrgico) para que o usuário esteja elegível para fazer a cirurgia;
IV – Marcar os pacientes para a cirurgia informando o preparo adequado de acordo com o tipo de procedimento;

V – Realizar o cadastro de pacientes eletivos no sistema do Sus Fácil;
V – Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção V - Do Serviço de Segurança do Trabalho

Art. 94° – O Serviço de Segurança do Trabalho possui as seguintes atribuições no âmbito do Hospital Municipal São Judas Tadeu:
I – Orientar e encaminhar os profissionais a assistência em casos de:
1 – Acidentes de trabalho;
2 – Doenças ocupacionais;
3 – Doenças não-ocupacionais;
4 – Readaptação funcional.
II – Fazer inspeção de segurança nas diversas áreas do Hospital Municipal São Judas Tadeu;

III – Executar e acompanhar o cumprimento das "Normas de Saúde Ocupacional" segundo legislação e diretrizes básica em vigor;
IV – Realizar capacitações conforme cronograma do PGR;
V – Auxiliar a equipe de engenharia de segurança do trabalho nas atualizações do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
VI – Acompanhar e auxiliar nas diligências dos órgãos competentes em matéria de saúde e segurança do trabalho;
VII – Realizar investigação de Acidentes Ocupacionais;
VIII – Realizar o controle de dispensação de EPIs de maior durabilidade específicos de alguns setores (botas, avental impermeável, etc);
§1° – O controle e dispensação de EPIs médico-hospitalares (máscaras, luvas, capotes, etc) são feitos pelo setor de farmácia.
IX – Realizar orientação, entrega de EPIs (quando for necessário), treinamento e preenchimento de ordem de serviço (OS) no momento da admissão do servidor;
X - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VI - Do Serviço de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (SGRSS)

Art. 95° – O Serviço de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (SGRSS) do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I - Normatizar e implementar fluxos, normas e rotinas, procedimentos operacionais padrão, e instrumentos administrativos necessários ao manejo de todos os tipos de resíduos gerados na instituição;
II - Normatizar regras de segurança para manipulação e transporte dos resíduos, supervisionando seu cumprimento junto à chefia imediata do Serviço de Higienização e demais serviços hospitalares vinculados ao cumprimento destas;
III - Estimar a quantidade dos RSS gerados no serviço por grupos, conforme a classificação do Anexo I da RDC 222/2018;
IV - Descrever os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos RSS quanto à geração, à segregação, ao acondicionamento, à identificação, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final ambientalmente adequada;
V - Assegurar que a gestão dos resíduos esteja em conformidade com as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente;
VI - Assegurar que a gestão dos resíduos esteja em conformidade com a regulamentação sanitária e ambiental, bem como com as normas de coleta e transporte dos serviços locais de limpeza urbana;
VII - Quando aplicável, estabelecer os procedimentos locais pelo processo de logística reversa para os diversos RSS;
VIII - Assegurar que a gestão dos resíduos esteja em conformidade com as rotinas e processos de higienização e limpeza vigentes no serviço gerador de RSS;
IX - Descrever as ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes decorrentes do gerenciamento dos RSS;
X - Descrever as medidas preventivas e corretivas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, incluindo a tecnologia utilizada e a periodicidade de sua implantação;
XI - Descrever os programas de capacitação desenvolvidos e implantados pelo serviço gerador abrangendo todas as unidades geradoras de RSS e o setor de limpeza e conservação;
XII - Apresentar documento comprobatório da capacitação e treinamento dos funcionários envolvidos na prestação de serviço de limpeza e conservação que atuem no serviço, próprios ou terceiros de todas as unidades geradoras;
XIII - Apresentar cópia do contrato de prestação de serviços e da licença ambiental das empresas prestadoras de serviços para a destinação dos RSS;
XIV - Apresentar documento comprobatório de operação de venda ou de doação dos RSS destinados à recuperação, à reciclagem, à compostagem e à logística reversa;
XV - Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VII - Do Serviço de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (SCIRAS)

O Serviço de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (SCIRAS) atua na prevenção e controle de Infecções hospitalares, tendo como objetivo trabalhar na redução de incidência das infecções relacionadas a assistência à saúde (IRAS), conforme diretrizes e normativas regulamentadas pela ANVISA, garantindo a segurança dos pacientes e colaboradores.

Art. 96° – O Serviço de Controle de Infecção Relacionada a Assistência à Saúde do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I – Estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle e prevenção das IRAS;
II – Elaborar plano de ação e estabelecer estratégias de atuação que visem manter as IRAS em níveis admissíveis conforme parâmetros de literatura científica;
III – Manter sistema de vigilância epidemiológica das IRAS;
IV – Elaborar junto ao Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (NUVEH) e Gerência de Saúde do Trabalhador, medidas necessárias à prevenção e controle de doenças infecciosas no âmbito do HMSJT;
V – Elaborar, rever, adequar e atualizar normas e rotinas técnico-operacionais, que visem à uniformização de medidas para prevenção, controle e contenção das IRAS;
VI – Promover educação permanente do quadro de pessoal do HMSJT, no que diz respeito à prevenção e controle das IRAS, em conjunto com o serviço de Educação Permanente do HMSJT;
VII – Estimular o uso racional de antimicrobianos, germicidas e material médico hospitalar;
VIII – Realizar investigação epidemiológico de surtos de IRAS e implantar medidas de controle, sempre de indicado;
IX – Elaborar relatório sobre o perfil epidemiológico das IRAS e divulgar à Superintendência de Diretoria Hospitalar do HMSJT;
X – Procurar identificar a fonte e o método de transmissão de todas as IRAS no hospital;
XI – Elaborar indicadores da utilização de antimicrobianos;
XII – Atuar junto aos diversos serviços, procurando educar, auxiliar e orientar a aplicação das medidas de controle e prevenção das IRAS;
XIII – Encaminhar relatório sobre o perfil epidemiológico das IRAS à Superintendência de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves (SEMSA);
XIV – Definir, em cooperação com a Comissão de Farmácia e Terapêutica do HMSJT política de padronização de antimicrobianos, germicida e material médico hospitalar;
XV – Notificar à Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária da SEMSA os casos de surtos diagnosticados ou suspeitos de infecções associados à utilização de insumos e/ou produtos industrializados;
XVI – Avaliar e proceder a adequação dos projetos de modificação da área física e das funcionalidades destas, no que se refere às IRAS, auxiliando o Serviço de Engenharia e Arquitetura da SEMSA;
XVII – Estabelecer normas referentes à prevenção e controle das IRAS em parceria com os setores da unidade de processamento de material e esterilização, serviço de higienização, serviço de lavanderia, unidade de alimentação e nutrição, lactário, farmácia hospitalar, farmácia clínica, almoxarifado hospitalar, serviço de apoio diagnóstico e terapêutico, serviço de manutenção predial e de equipamentos, serviço de controle de vetores e de qualidade da água e serviço de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde;
XVIII – Zelar pelo cumprimento das normas municipais, estaduais, nacionais e internacionais relativas ao controle e prevenção das IRAS;

XIX – Zelar pelo patrimônio institucional.

Secção VIII - Do Serviço de Recursos Humanos

Art. 97° – O Serviço de Recursos Humanos do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 36
I – Manter e atualizar sempre que necessário o cadastro de todos os profissionais lotados da instituição, com todos os dados pessoais e profissionais;
II – Orientar quanto às obrigações trabalhistas os profissionais do Hospital Municipal São Judas Tadeu;
III – Consolidar e encaminhar a Gestão de Pessoas - SEMSA documentos relacionados aos profissionais que laboram na instituição;
IV – Gerenciar toda parte burocrática relacionada aos profissionais, como folha de pagamento, admissão, demissões em conformidade com o Estatuto do Servidor Público e Decretos vigentes;
V – Acompanhar junto ao Educação Permanente do Hospital, o programa de treinamentos/capacitações para aprimorar as habilidades técnicas e comportamentais dos profissionais;
VI – Gerenciar a gestão de desempenho, acompanhando e avaliando o desempenho dos profissionais, através da avaliação de desempenho elaborado pelos coordenadores/gerentes, fornecendo o feedback e identificando as áreas de melhorias;
VII – Atuar como mediador de conflitos entre funcionários e gestão, buscando soluções que beneficiem ambas as partes e em conformidade com o Estatuto do Servidor Municipal;
VIII – Colaborar com a superintendência hospitalar e diretorias em assuntos de sua competência;
IX – Executar o preenchimento dos contratos de prestação de trabalho;
X – Manter atualizado o cadastramento dos profissionais no sistema CNES (cadastro nacional de estabelecimentos de saúde);
XI – Solicitar confecção de crachá para identificação profissional;
XII – Elaborar relatório mensal sobre o custo da folha de pagamento e enviar para superintendência hospitalar para análise;
XIII – Organizar e manter arquivo do setor;
XIV – Gerenciar toda parte de convênio de Estágio com as Escolas Técnicas e Faculdades no que diz respeito a elaboração dos termos de estágio, plano de estágio e arquivamento dos documentos conforme o Decreto n° 56/2018;
XV – Acompanhar projetos envolvendo o bem estar dos trabalhadores em conformidade com a Lei n° 14.311/2022 e da Norma Regulamentadora n° 1 (NR-1);
Zelar pelo patrimônio institucional.

Seção VIII - Do Serviço de Educação Continuada

Art. 98° – O Serviço de Educação Continuada do Hospital Municipal São Judas Tadeu possui as seguintes atribuições:
I - Planejar, coordenar e monitorar a execução da política de Educação Permanente no âmbito hospitalar;

II - Zelar pelo patrimônio institucional.

III - Elaborar o programa anual das atividades a serem desenvolvidas pelos coordenadores dos setores com seus respectivos subordinados para o comprimento das metas estabelecidas pela gestão hospitalar;
IV - Assessorar os coordenadores dos setores nas discussões e planejamento das capacitações no ano;

V - Divulgar e encorajar funcionários para que haja adesão máxima na educação continuada em saúde no HMSJT;
VI - Realizar capacitações durante o ano em parceria com diversos setores do município com a finalidade de divulgar fluxos para um melhor pactuação entre a gestão;
VII - Estabelecer parcerias entre os setores da vigilância em saúde que propiciem ações abrangentes;

VIII - Planejar e implementar programas educativos que visam a atualização dos fluxos das redes especializadas e aprimoramento dos profissionais;

IX – Emitir relatório comprobatório da participação dos funcionários na Educação Continuada em saúde do HMSJT de forma quadrimestral e emitir relatório final no fechamento do ano;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 37
CAPÍTULO II - DAS COMISSÕES PERMANENTES, NÚCLEOS E COMITÊS HOSPITALARES

Art. 99° – As comissões Permanentes, Núcleos e Comitês Hospitalares são organismos de natureza interinstitucional e multiprofissional, cuja atuação preserva o caráter confidencial, não coercitivo ou punitivo, ético, técnico, educativo e consultivo.
Art. 100° – São instrumentos fundamentais para a qualificação da assistência integral prestada aos pacientes tendo como objetivos a preservação da vida, a promoção da saúde das pessoas e do ambiente, a melhoria dos processos, a humanização, a segurança e o desenvolvimento.
Art. 101° – As Comissões Permanentes, Núcleos e Comitês instituídos no Hospital devem possuir regimento interno próprio estando nele descrito toda a sua organização, estruturação, composição e competências. O regimento interno deve ser aprovado pela Diretoria Técnica Hospitalar e publicado em portaria oficial.
As Comissões Permanentes, Núcleos e Comitês instituídas no Hospital Municipal São Judas Tadeu são:
I – Comissão de Ética Médica;
II – Comissão de Avaliação de Óbitos e Revisão de Prontuários;
III – Comitê Hospitalar de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal;
IV – Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (NUVEH)
V - Núcleo Interno de Regulação (NIR);
VI – Núcleo de Segurança do Paciente (NSP);
VII - Núcleo da Qualidade em Saúde Bucal (NQSB);
VIII – Núcleo da Qualidade Hospitalar (NQH)

CAPÍTULO III - DO PESSOAL

A jornada e horário de trabalho, controle de frequência, banco de horas e demais regras de pessoal dos servidores públicos municipais, definidos nos Decretos Municipais n°009/2025, 139/2025 e dispostos neste regimento interno, deverão ser cumpridos por todos os profissionais lotados no Hospital Municipal São Judas Tadeu admitidos por concurso público e contrato de trabalho.
Os servidores prestadores de serviço terceirizados e prestadores pessoa juridica que laboram na instituição seguirão as normas de pessoal das empresas responsáveis previstas no edital de licitação e termo de referência.

Seção I - Da Admissão e Demissão dos Servidores

Art. 102° – A admissão de servidores para trabalho no HMSJT será feita pela Superintendência de Gestão de Pessoas SEMSA por meio de:
• Concurso Público
• Contrato de trabalho por processo seletivo
• Contrato de trabalho imediato
• Prestadores de Serviço PJ (Pessoa Jurídica) (apenas médicos)
• Empresa Terceirizada de Recursos Humanos (recepção, administrativo, higienização/lavanderia, guarda patrimonial e Serviço de Nutrição e Dietética).
Art. 103° – Concluído o processo admissional na Superintendência de Gestão de Pessoas SEMSA, o servidor será encaminhado a Gerência Hospitalar Pessoal do HMSJT com a documentação respectiva, para início dos trâmites internos de admissão no Hospital.
Art. 104° – Após a admissão no setor de Recursos Humanos do Hospital, o servidor deverá ser direcionado de imediato aos setores para integração.
Art. 105° – Finalizado os processos de integração, o servidor será encaminhado a sua coordenação respectiva para início das atividades laborais no HMSJT.

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 38
Art. 106° – Na impossibilidade do servidor realizar o processo de admissão no setor de Segurança do Trabalho na data de sua admissão,

o mesmo deverá ser encaminhado por sua coordenação respectiva no primeiro dia útil de trabalho subsequente a sua admissão.
Art. 107° – A demissão dos servidores ocorrerá da mesma forma, devendo o mesmo ser encaminhado por sua coordenação respectiva ao setor de Recursos Humanos e após encaminhado a medicina do trabalho para fazer o exame demissional para conclusão do processo.

Seção II - Da Jornada e Horário de Trabalho

Art. 108° – As jornadas de trabalho dos servidores do Poder Executivo Municipal devem sem cumpridas de acordo com os horários de funcionamento de seus respectivos locais de trabalho.
Art. 109° – Os regimes de cumprimento da jornada de trabalho que podem ser adotados no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Municipal são:
I – Controle diário;
II – Plantão em escala fixa.
Art. 110° – O regime de cumprimento da jornada de trabalho em controle diário caracteriza-se por:
I – regularidade e previsibilidade dos dias e horários definidos para o cumprimento da jornada ao longo da semana;
II – Cumprimento da jornada entre segunda-feira e sexta-feira;
III – Jornada de trabalho de até oito horas diárias;
IV – Folga em dias de feriado e ponto facultativo, ressalvada a hipótese de funcionamento regular da Secretaria, ou se houver convocação justificada pelo Secretário da pasta.
§ 1°- O cumprimento da jornada de trabalho deve observar o horário de funcionamento do setor de trabalho, salvo autorização do dirigente máximo, mediante demonstração da necessidade pela natureza da atividade a ser desempenhada.
§ 2° – Para atender à conveniência do serviço ou à especificidade da função, o horário dos servidores poderá ser prorrogado ou antecipado, desde que mantida a divisão em dois períodos e assegurado o intervalo de 1 (uma) hora para alimentação e descanso.
Art. 111° – O regime de cumprimento de jornada de trabalho em plantão aplica-se aos serviços cuja prestação, por sua natureza, não pode ser interrompida.
§ 1° – O regime de cumprimento da jornada de trabalho em plantão em escala fixa caracteriza-se por:
I – Cumprimento de jornada de doze horas de trabalho em dias pré definidos, intercalados com períodos de descanso de 36 (trinta e seis) horas;
II – Possibilidade de cumprimento do plantão no período noturno ou diruno, aos sábados, domingos, feriados pontos facultativos, conforme escala previamente definida para o servidor;
III – Horários de entrada e saídas fixos.
§ 2° – A duração do plantão em escala fixa poderá, excepcionalmente, ser ampliada para até 24 (vinte e quatro) horas, mediante autorização do dirigente máximo da Secretaria.
Art. 112° – As jornadas de trabalho dos servidores lotados no Hospital Municipal São Judas Tadeu poderão ser cumpridas da seguinte forma:
◦ Regime 12x36 horas, em escala de revezamento no qual o servidor terá jornada de trabalho de 12 horas e intervalo interjornada de 36 horas;
◦ Regime 12x60 horas, em escala de revezamento no qual o servidor terá jornada de trabalho de 12 horas e intervalo interjornada de 60 horas exclusivo para Enfermeiros;
◦ Regime Diarista 6 horas, em escala de trabalho segunda a sexta-feira para Técnico em Segurança do Trabalho e para Enfermeiros do plantão diurno (horizontais);
◦ Regime Diarista em escala de revezamento no qual o servidor terá jornada de trabalho de 12 horas (noturno) ou 6 horas (diurno);
◦ Regime Diarista 8 horas, em escala de trabalho segunda a sexta-feira;
◦ Regime Diarista 4 horas, em escala de trabalho segunda a sexta-feira;
◦ Regime plantonista 10 horas (carga horária semanal 20 horas);
◦ Regime plantonista 12 horas (carga horária de 12 ou 24 horas semanais);

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 39
§ 1° – A equipe multidisciplinar do Hospital Municipal São Judas Tadeu, poderá ter jornada de trabalho diferenciada (conforme descrito em escala de trabalho mensal), respeitando o cumprimento da carga horária semanal de cada categoria, com a finalidade única de garantir assistência integral aos pacientes.
§ 2° - A critério da Administração, considerando a natureza e a especificidade do serviço, o cumprimento da jornada de trabalho dos servidores poderá sofrer alterações em qualquer tempo, de acordo com a necessidade da instituição.
§ 3° – Exclusivamente aos servidores com carga horária semanal de 12 ou 24 horas que laboram como horizontais ou são pertencentes a comissões/núcleos instituídos no hospital, poderão ter o cumprimento de sua carga horária semanal fracionada respectivamente em 2 ou 4 dias de 6 horas para atender a necessidade do hospital.
§ 4° - Conforme necessidade da instituição, os servidores plantonistas que laborarem em escala de sobreaviso terão que realizar o cumprimento de sua carga horária respectiva em 50% presencial e 50% em plantões alcançáveis.
Art. 113° – O intervalo de 1 (uma) hora de almoço, em se tratando de jornada diurna, quando previsto em lei e observado os limites de jornada, deve ocorrer no período compreendido entre 11:00 (onze) e 14:00 (quatorze) horas;
Art. 114° – O intervalo de 1 (uma) hora para o jantar, em se tratando de jornada noturna, quando previsto em lei observando os limites de jornada, deve ocorrer no período compreendido entre 23:00 (vinte e três) e 01:00 (uma) hora;
Art. 115° – Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima de 40 (quarenta) horas de trabalho semanal;
Art. 116° – Nas modalidades de plantão em escala, admite-se excepcionalmente, a troca de plantões entre servidores, desde que haja autorização da chefia imediata e que a troca não prejudique a prestação do serviço público.
§ 1° – a troca de plantões a que se refere o Art. 115° poderá, em caráter excepcional, ser realizada entre o plantão do mês de referência e do mês subsequente.
§ 2° – O controle das trocas de plantões é de responsabilidade da chefia imediata, com a supervisão do Secretário da pasta, sob pena de responsabilidade administrativa, nos termos da Lei Complementar n° 038 de 28 de dezembro de 2006 e da Lei Complementar n° 039 de 28 de dezembro de 2006.
Art. 117° – A troca de plantão é uma concessão da instituição junto ao servidor, cabendo a ele o cumprimento das seguintes normas institucionais estabelecidas:
I – Preenchimento prévio do formulário de solicitação de troca de plantão com assinatura dos 2 (dois) servidores envolvidos e da chefia imediata;
II – Realização de trocas de plantões somente de servidores da mesma categoria profissional, mesma instituição e com capacidade técnica para exercer as funções respectivas do setor;
III – Fica estipulado o seguinte quantitativo de trocas de plantão mensais na instituição:
IV – É vetado a realização de uma mesma troca de plantão envolvendo 3 (três) servidores diferentes;
V – É vetado a realização de troca de plantão para pagamento em espécie;
VI – Nos casos de ausência por parte de um dos envolvidos na troca, a falta será atribuída ao responsável do plantão;
VII – Não é permitido trocas ou folgas no último plantão que antecede ou no primeiro plantão após o término das férias (não se aplica a folgas de TRE);
VIII – Não é permitido para nenhuma categoria profissional 2 (duas) trocas de plantão sequenciais;
Art. 118° – O servidor não poderá se ausentar do serviço por motivo de troca e/ou folga (compensação de banco de horas) por tempo superior a 6 (seis) dias;
Art. 119° – Saídas e chegadas fora do horário estabelecido em escala, somente poderão ocorrer em casos excepcionais com anuência da chefia, onde é necessário a compensação posterior;

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 40
Art. 120° – A entrega de atestados médicos, declarações de comparecimento, TRE e/ou solicitações de férias devem ocorrer dentro dos prazos estipulados sendo de total responsabilidade do servidor;
Art. 121° – Será concedido descanso remunerado no dia do aniversário natalício aos servidores efetivos, contratados e

comissionados que não tenham apresentado nenhuma falta injustificada nos últimos 12 (doze) meses.
§ 1° – Caso o aniversário do servidor coincida com o final de semana, feriado ou ponto facultativo, ele não terá direito ao benefício deste artigo.
§ 2° – Para os servidores em regime de plantão, haverá dispensa do plantão que se inicia no dia do aniversário e se encerra na manhã do dia seguinte, ou que se inicia no dia anterior e se encerra no dia do seu aniversário.
§ 3° - Não serão concedidos auxílios de transporte e alimentação durante o gozo do benefício previsto neste artigo.

Seção III - Do Controle da Frequência

Art. 122° – O controle de frequência dos servidores será realizado pelo registro de ponto manual, sistema de registro de ponto eletrônico ou outra forma permitida por lei.
§ 1° - O registro de ponto será realizado, obrigatoriamente, pelo próprio servidor, não podendo, em nenhuma hipótese, ser delegado a outra pessoa, sob pena de responsabilidade administrativa.
§ 2° - O registro da jornada de trabalho é de inteira responsabilidade do próprio servidor, assumindo este a responsabilidade pelas irregularidades apuradas, salvo nos casos de erro fortuito, força maior ou erro de terceiros.
Art. 123° – Deverão constar no registro de ponto:
I – O nome e matrícula (registro geral) do servidor;
II – O cargo ou função exercida pelo servidor;
III – O horário de entrada e saída ao serviço;
V – O horário de intervalo para alimentação e descanso;
VI – As ausências temporárias e as faltas ao serviço;
VII – As compensações, afastamentos, férias e licenças previstas em lei;
VIII – Assinatura do servidor e da chefia imediata.
Art. 124° – É vedado dispensar o servidor de registro de ponto ou abonar faltas injustificadas ao serviço, excetuadas as hipóteses:
I – Participação em cursos, reuniões e outras atividades pertinentes às atribuições do cargo ou função, determinados ou autorizados pela Administração Pública Municipal;
II – Quando o servidor prestar serviços, durante a jornada de trabalho, fora do local de acesso ao coletor de registro, para o intervalo de refeição;
III – Quando as peculiaridades inerentes ao exercício de determinadas funções assim o exigirem.
Art. 125° – Inconsistências posteriores ao fechamento de ponto podem ser requeridos via protocolo na sede da prefeitura;
Art. 126° – Ausências ao trabalho por questões médicas devem ser comunicados a chefia imediata, devendo ser anexado cópia do atestado médico ou declaração de comparecimento junto a folha de ponto;
Art. 127° – Conforme previsto a Lei Complementar n° 38/2006, o servidor possui direito a gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias por ano, não podendo ser acumulado mais de 1 (um) período aquisitivo, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica;
Art. 128° – As férias regulamentares poderão ser divididas em até 2 períodos sendo respectivamente um de 10 (dez) dias úteis e o outro de 15 (quize) dias úteis ou vice e versa, devendo ser solicitadas pelo servidor junto a sua coordenação no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do seu ínicio, com preenchimento e assinatura de formulário próprio;
Art. 129° – Em nenhuma hipótese, poderá o servidor realizar troca ou solicitar folga que anteceda ou suceda as férias no intuito de prolongá-las.
Art. 130° – De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ribeirão das Neves, regulamentado pela Lei n° 38/2006, cita-se no Artigo 99 parágrafo único que “a servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos no Artigo 99, exercendo

suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso”. Desta forma todas as servidoras lotadas no hospital deverão comunicar a sua chefia imediata o início de gestação, imediato a confirmação por exames, para que ocorra o mais brevemente seu remanejamento interno para locais considerados salubres dentro da própria instituição. Na impossibilidade de remanejamento interno, a servidora gestante será encaminhada a Gestão de Pessoas SEMSA para remanejamento externo à outras unidades do munícipio. Após o término de período de licença maternidade, caso a servidora se mantenha em período de lactação, a mesma será encaminhada a Casa do Servidor para avaliação da necessidade de permanecer exercendo suas atividades laborais em local salubre como no período de gestação ou se está apta para retorno as funções insalubres em sua lotação de origem.

Seção IX - Do Trabalho em Horário Extraordinário

Art. 131° – Caracteriza-se como prestação de serviço extraordinário o trabalho realizado além da jornada normal, em casos de necessidade excepcional do serviço;
§ 1° – Consideram-se situações de trabalho extraordinário aquelas atividades emergenciais ou atípicas que, senão realizadas, adiadas ou interrompidas, acarretarão prejuízo manifesto para a Administração Pública ou para o serviço público.
§ 2° – O reconhecimento posterior do serviço extraordinário deverá ocorrer de forma excepcional, apenas nos casos em que não for possível a autorização prévia.
Art. 132° – Não será considerado como hora extraordinária:
I – O período destinado a repouso e alimentação, salvo em situações emergenciais ou quando, se não realizadas, adiadas ou interrompidas, acarretarem prejuízo manifesto para a Administração Pública ou para o serviço público, desde que autorizadas expressamente pelo chefe imediato do servidor e referendadas pelo Secretário da pasta;
II – O período destinado a repouso e alimentação durante deslocamentos a trabalho;
Art. 133° – A hora de trabalho realizada em serviço extraordinário será, de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto n° 009 de 15 de janeiro de 2025 compensada por meio de banco de horas.
§ 1° – Se o trabalho em expediente extraordinário ocorrer em sábado, domingo ou feriado, as horas serão contabilizadas em dobro para fins de banco de horas (exceto quando se tratar de reposição de falta).
§ 2° – O acúmulo de banco de horas fica limitado a um máximo de 50 (cinquenta) horas.
I – O limite de horas estabelecido no Decreto n° 009 de 15 de Janeiro de 2025 poderá ser ampliado mediante autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, com justificativa do dirigente máximo da Secretaria.
II – O servidor terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da aquisição das horas, para usufruir das folgas, sob pena de concessão compulsória determinada pela Superintendência de Recursos Humanos, em conjunto ao Secretário da pasta.
Art. 134° – O plantão extraordinário poderá ser realizado pelo servidor em qualquer dia exceto quando o servidor estiver ausente do trabalho por motivo de troca de plantão, atestado ou folga;
Art. 135° – O controle de banco de horas será realizado pela Gerência Hospitalar Pessoal, que fará o registro e a administração das horas extras, por meio do banco de horas extras;
Parágrafo Único – A marcação indevida que exceda o período efetivamente trabalhado, com o intuito de gerar banco de horas para compensação posterior, poderá resultar na abertura de processo administrativo disciplinar, conforme os termos do Estatuto do Servidor.
Art. 136° – Cada quantidade de banco de horas equivalente à carga horária diária do servidor dará direito a um dia de folga compensatória.
Parágrafo único. A compensação do banco de horas poderá ser realizada em horas ou em dias de trabalho, devendo atender ao interesse público preservando a continuidade do serviço e sendo autorizada pelo chefe imediato e referendada pelo Secretário da pasta, que comunicará o fato a Superintendência de Recursos Humanos por meio do Quadro de Frequência.

Seção X - Da Perda da Remuneração

Art. 137° – O servidor perderá a remuneração:

I – Do dia que faltar injustificadamente ao serviço;

II – Correspondente a fração de tempo de descumprimento da jornada de trabalho;
III – Do dia destinado ao repouso semanal, do feriado ou do dia em que não houver expediente, quando faltar sucessivamente ou intercaladamente na semana que os anteceder;
IV – O desconto por falta, suspensão ou outras ausências, será efetuado no mês da ocorrência, podendo, em razão da data de elaboração da folha de pagamento ou recebimento do provento de férias regulamentares, ser efetuado no mês subsequente ao da ocorrência ou após o conhecimento administrativo;
V – O servidor que não concordar com o desconto em folha poderá, até o décimo dia do mês subsequente ao desconto, protocolar uma justificativa acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios. A justificativa deverá ser reconhecida pela chefia imediata e referendado pelo Secretário da Pasta, solicitando a revisão do desconto efetuado.
Art. 138° – O servidor que faltar ao serviço, conforme o disposto no artigo 54, da lei complementar n° 038/2006 e art. 66 da lei complementar n° 039/2006 e não desejar ter seu dia faltoso cortado, poderá se beneficiar do direito a reposição e deverá requerê-la, por escrito, à chefia imediata no primeiro dia em que comparecer à repartição, indicando a data proposta para reposição e a compatibilidade de horário, sob pena de sujeitar-se às consequências decorrentes da falta de comparecimento.
Parágrafo único - Após recebimento da requisição, caberá à chefia imediata analisar o pedido, de acordo com a necessidade do setor, bem como conveniência e oportunidade do serviço público, podendo deferir ou indeferir a solicitação.

Seção XI - Dos Pontos Facultativos e Feriados

Art. 139° – Os servidores que desempenham atividades consideradas essenciais, conforme estipulado no ato que decreta o ponto facultativo, deverão cumprir suas jornadas de trabalho regulares, garantindo a continuidade dos serviços públicos;
§ 1° - Os servidores que cumprem suas jornadas de trabalho em regime de plantão, de acordo com escala previamente definida, não são abrangidos pelo ponto facultativo, devendo seguir sua escala normal de trabalho;
§ 2° - O dirigente máximo de cada Secretaria poderá, por razões de interesse público, determinar o funcionamento total ou parcial de sua respectiva secretaria durante o ponto facultativo, assegurando que os serviços essenciais não sejam interrompidos;
§ 3° – Servidores ocupantes de cargos ou funções de chefia poderão solicitar ao dirigente máximo da Secretaria a designação de servidores para prestarem serviços em dias de ponto facultativo, desde que haja justificativa fundamentada que atenda ao interesse público.
§ 4° - O período trabalhado em dias de ponto facultativo não será computado para fins de banco de horas.
§ 5° – A convocação para prestação de serviços durante o ponto facultativo pode ser realizada para cumprimento total ou parcial da carga horária dos servidores designados, observando as seguintes condições:
I – O cumprimento parcial da carga horária designada, desde que atendido o motivo da convocação, não ensejará desconto pecuniário de qualquer natureza;
II – O servidor convocado para cumprimento parcial de sua carga horária terá direito à ajuda de custo para alimentação e transporte, nos termos da legislação municipal, desde que atendidas as condições estabelecidas para tal benefício.
§ 6° – O servidor que for convocado para desempenhar suas atividades durante o ponto facultativo e não comparecer terá os dias ou horas trabalhadas descontados de sua remuneração, conforme previsto na legislação aplicável.
Art. 140° – O servidor municipal terá direito ao gozo de folga nos feriados municipais e nacionais, conforme disposto em Decreto próprio emitido pelo município.
I – Os servidores que atuam em regime de plantão, conforme escala previamente definida, não fazem jus à folga nos feriados.

CAPITULO IV - DAS NORMATIVAS INSTITUCIONAIS

O Hospital Municipal São Judas Tadeu por meio das normativas institucionais define as seguintes regras gerais a serem cumpridas por todos os servidores lotados na instituição e prestadores de serviços:

Normativa Institucional n° 01

Considerando as resoluções da Anvisa RDC n° 216/2004 e RDC n°275/2002 e NR32 do Ministério do Trabalho; Considerando a necessidade de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde; Considerando as normas de biossegurança, saúde do trabalhador e boas práticas assistenciais;
Considerando que o uniforme privativo constitui vestimenta de uso exclusivo em ambiente hospitalar; Estabelece a seguinte normativa institucional:
” Fica proibido uso de uniforme privativo fora das dependências do Hospital Municipal São Judas Tadeu.”

Para fins desta Normativa, considera-se uniforme privativo toda vestimenta destinada ao uso exclusivo em áreas assistenciais, técnicas ou de apoio, incluindo, mas não se limitando a:

I. Pijamas cirúrgicos;
II. Scrubs;
III. Jalecos assistenciais;
IV. Aventais e demais vestimentas utilizadas durante atividades laborais no hospital.

É expressamente proibido aos colaboradores, profissionais, estagiários e terceiros:

I. Circular em áreas externas ao hospital utilizando uniforme privativo;
II. Utilizar uniforme privativo em vias públicas, estabelecimentos comerciais ou meios de transporte;
III. Sair das dependências do hospital para intervalos, refeições ou qualquer outra atividade externa trajando uniforme privativo.

O uniforme privativo deverá:

I. Ser utilizado exclusivamente durante a jornada de trabalho;
II. Ser vestido e retirado nas dependências do hospital, em locais apropriados;
III. Deve ser encaminhado para higienização conforme os protocolos institucionais (somente pijamas cirúrgicos).
Normativa Institucional n° 02

Considerando preservar o ambiente profissional, a imparcialidade, a ética, a produtividade e prevenir conflitos de interesse;

Estabelece a seguinte normativa institucional:

“Fica expressamente proibido o estabelecimento e/ou a manutenção de relacionamento interpessoal entre colaboradores do Hospital Municipal São Judas Tadeu, independentemente de haver ou não relação hierárquica direta entre as partes.”

Para fins desta normativa, considera-se relacionamento interpessoal:

◦ Relacionamentos afetivos, amorosos ou íntimos;
◦ Envolvimentos românticos, estáveis ou eventuais;

◦ Relações que extrapolem o convívio estritamente profissional e possam influenciar decisões, condutas ou o ambiente de trabalho.

A presente proibição fundamenta-se na necessidade de:

◦ Evitar conflitos de interesse, favorecimentos ou percepções de parcialidade;
◦ Preservar a disciplina, o respeito e a profissionalidade no ambiente de trabalho;
◦ Reduzir riscos de assédio, constrangimentos e impactos negativos à equipe;
◦ Proteger a imagem institucional e os valores da instituição.

Caso exista relacionamento interpessoal anterior à data de publicação do presente regimento interno, os servidores envolvidos deverão comunicar formalmente o setor de Recursos Humanos de imediato, para avaliação e conduta. Ressalta-se que todas as informações eventualmente comunicadas ao setor de Recursos Humanos serão tratadas com confidencialidade, respeitando-se os limites legais e a necessidade de gestão adequada da situação.

Normativa Institucional n° 03

Considerando a NR32 do Ministério do Trabalho;
Considerando que o uso de adornos representa risco à segurança do paciente e do trabalhador da saúde, uma vez que pode favorecer a contaminação cruzada, dificultar a adequada higienização das mãos e comprometer a biossegurança;
Considerando às boas práticas assistenciais, às recomendações da ANVISA e às normas de segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
Estabelece a seguinte normativa Institucional:

"Fica terminantemente proibido o uso de adornos por profissionais, colaboradores, estudantes, prestadores de serviço e quaisquer pessoas que atuem ou circulem em áreas assistenciais e de apoio do Hospital Municipal São Judas Tadeu durante o exercício de atividades laborais."

Consideram-se adornos, para fins desta normativa, entre outros:

◦ Anéis, alianças, pulseiras, braceletes;
◦ Relógios de pulso;
◦ Colares, correntes, pingentes;
◦ Brincos (inclusive pequenos);
◦ Piercings expostos;
◦ Unhas artificiais, alongamentos ou unhas decoradas;
◦ Cordões para crachás;
◦ Qualquer objeto que dificulte a higienização adequada das mãos ou represente risco assistencial

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 45
Normativa Institucional n° 04

Considerando garantir a segurança do paciente, a continuidade da assistência e a regularidade do serviço diante da ausência inesperada de profissional escalado;
Estabelece a seguinte normativa institucional:
Na ocorrência de ausência inesperada de profissional assistencial, o coordenador ou gerente responsável pelo setor assume a responsabilidade gerencial imediata pela adoção de medidas que assegurem a continuidade segura do atendimento:
1. Avaliar prontamente o impacto da ausência sobre a assistência e os riscos à segurança do paciente;
2. Empreender, de forma imediata, todas as ações necessárias para suprir a ausência, tais como:
3. Remanejamento de profissionais disponíveis;
4. Acionamento de profissionais de sobreaviso, banco de horas ou plantão extra, conforme normas institucionais;
5. Comunicação à instância superior, quando aplicável.

Na inexistência de alternativa viável no tempo necessário para garantir a segurança do paciente, o coordenador ou gerente deverá assumir diretamente a assistência, desde que:
◦ Esteja tecnicamente habilitado;
◦ Possua competência legal e registro profissional compatível com a atividade;
◦ E essa medida represente a única solução imediata para evitar riscos ao paciente.

A assunção direta da assistência pelo coordenador ou gerente não exime suas demais responsabilidades gerenciais, devendo estas ser mantidas na medida do possível e regularizadas tão logo a situação emergencial seja resolvida.
A atuação assistencial nessas condições deve ter caráter excepcional e temporário, limitada ao período estritamente necessário para restabelecer a normalidade do serviço.
Todas as ocorrências e medidas adotadas deverão ser devidamente registradas conforme os fluxos institucionais.

Normativa Institucional n° 05

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e normas para o uso de roupas e calçados adequados no ambiente hospitalar que visam garantir a segurança, o conforto, a higiene e o profissionalismo no desempenho das atividades dos colaboradores, além de preservar a imagem institucional e o bem-estar dos pacientes.
Estabelece a seguinte normativa institucional:

Fica proibido do uso de roupas e calçados inadequados ao ambiente de trabalho tais como:

• Roupas sujas e em má estado de conservação;

• Que apresentem estampas, frases ou imagens que possam ser consideradas inadequadas ao ambiente de trabalho;
• Roupas com elementos soltos ou que possam representar riscos de acidentes (ex: mangas largas, calças arrastando no chão, etc)
• Roupas com cores ou modelos desrespeitosos, desconfortáveis ou que comprometam a mobilidade do profissional (blusas transparentes ou com decotes cavados, saias curtas, calças leggin e transparentes).
• Sandálias abertas ou de salto alto;

• Tênis ou sapatos com solado inadequado para o ambiente hospitalar (ex. escorregadios, com cadarços soltos, etc.);
• Chinelos, rasteirinhas, crocks abertos ou qualquer calçado que não ofereça suporte e proteção adequada.

03/2026 Ribeirão das Neves Página: 46
O uso de roupas e calçados adequados é essencial para garantir a segurança dos profissionais e higiene do ambiente hospitalar. Os calçados adequados devem ser fechados, antiderrapantes, confortáveis e de material fácil de higienizar, sendo que os profissionais que atuam em áreas de risco (como emergências, salas cirúrgicas e UTIs) devem utilizar calçados hospitalares conforme a orientação da segurança do trabalho no hospital.
Para os profissionais que trabalham diretamente na assistência ao paciente, será fornecido pelo hospital o uniforme privativo (pijama cirúrgico), ao qual deverá ser solicitado no início do plantão junto ao setor de rouparia e ao término do plantão deverá ser encaminhado para a lavanderia conforme protocolo institucional.

Normativa Institucional n° 06

Considerando a necessidade de garantir condições adequadas de higiene, segurança sanitária e controle de infecções no ambiente hospitalar;
Considerando os riscos à saúde pública decorrentes da presença e alimentação de animais em áreas hospitalares;
Considerando a importância de preservar a segurança de pacientes, acompanhantes, visitantes e colaboradores; Estabelece a seguinte normativa institucional:
Fica terminantemente proibido alimentar animais, domésticos ou não, nas dependências internas e externas do Hospital Municipal São Judas Tadeu, incluindo, mas não se limitando a:
• Prédios assistenciais e administrativos;
• Jardins, pátios, estacionamentos e áreas de circulação;
• Áreas de espera, acessos e entradas da instituição.

A proibição aplica-se a pacientes, acompanhantes, visitantes, colaboradores, prestadores de serviço e quaisquer outras pessoas que estejam nas dependências do hospital.
A alimentação de animais pode favorecer:
I –A proliferação de pragas e vetores;
II – O aumento do risco de contaminação e infecções hospitalares;
III – Situações de insegurança, como mordidas, arranhões ou reações alérgicas.
Casos excepcionais, quando houver necessidade de manejo de animais, deverão ser tratados exclusivamente pela administração do hospital, em conjunto com os órgãos competentes ou serviços especializados.

Normativa Institucional n° 7
Considerando a necessidade de garantir um ambiente seguro, saudável e livre de agentes nocivos à saúde de pacientes, acompanhantes, visitantes e trabalhadores;
Considerando os riscos comprovados do tabagismo ativo e passivo à saúde, especialmente em ambientes assistenciais;
Considerando a legislação sanitária e de saúde pública vigente no país; Estabelece a seguinte normativa institucional:
"Fica expressamente proibido o uso de cigarros, charutos, cachimbos, narguilés, cigarros eletrônicos (vapes), dispositivos eletrônicos para fumar e quaisquer outros produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em todas as dependências do Hospital Municipal São Judas Tadeu."

A proibição de que trata esta normativa aplica-se a:
I. Áreas internas e externas do hospital, incluindo, mas não se limitando a:
a) enfermarias, apartamentos, UTIs, ambulatórios e centros diagnósticos;
b) corredores, escadas, elevadores, recepções e salas de espera;
c) áreas administrativas, almoxarifados e setores técnicos;
d) pátios, jardins, estacionamentos e demais áreas externas pertencentes ao hospital.

II. Todas as pessoas que circulam ou permanecem no hospital, incluindo:
a) pacientes;
b) acompanhantes e visitantes;
c) colaboradores, profissionais terceirizados, estagiários e prestadores de serviço.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 145° – O Hospital Municipal São Judas Tadeu designará comissões internas necessárias para atender a legislação vigente, certificações e necessidades da gestão. As mesmas serão constituídas a partir de Portarias emitidas pela Superintendência de Diretoria Hospitalar do HMSJT e disporão de regimentos internos que obedeçam aos mesmos requisitos e modelo padronizado pela instituição.
Art. 146° – O presente regimento interno descreve todas as normas internas gerais da instituição devendo ser cumprido por todos os profissionais que laboram no Hospital Municipal São Judas Tadeu independente de seu vínculo empregatício.
Art. 147° – O presente regimento será revisado a cada 1 (um) ano, ou quando necessário, devendo ser aprovado e validado pela Superintendência de Diretoria Hospitalar e Diretoria Técnica Hospitalar e pelo Colegiado Gestor da instituição em reunião registrada em Ata.
Art. 148° – O presente regimento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ribeirão das Neves, 05 de Março de 2026.

REFERÊNCIAS

1 - Regimento Interno do Hospital Risoleta Tolentino Neves. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016. Disponível em https://www.hrtn.fundep.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/03/Regimento_Interno_Risoleta_2016.pdf
2 – CFM. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n° 2.147 de 17 de Junho de 2016. Institui competências, direitos e deveres de diretores técnicos e diretores clínicos. Brasília-DF, 2016. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_2016.pdf
3 – Lei complementar n° 38 de 28 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ribeirão das Neves-MG. Ribeirão das Neves, Minas Gerais, 2006. Disponível em https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-ribeirao-das-neves-mg
4 – Decreto Municipal n° 091 de 07 de Julho de 2022. Dispõe sobre a jornada e horário de trabalho, controle da frequência e banco de horas dos servidores públicos municipais da adminstração e dá outras providências. Ribeirão das Neves, Minas Gerais, 2022. Disponível em https://leismunicipais.com.br/a/mg/r/ribeirao-das-neves/decreto/2022/10/91/decreto-n-91-2022-dispoe-sobre-a-jor nada-e-horario-de-trabalho-controle-de-frequencia-e-banco-de-horas-dos-servidores-publicos-municipais-da-admi nistracao-e-da-outras-providencias
5 – Lei n° 4.442 de 01 de Abril de 2024. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do poder executivo do município de Ribeirão das Neves, e dá outras providências. Ribeirão das Neves, Minas Gerais, 2024. Disponível em https://leismunicipais.com.br/a/mg/r/ribeirao-das-neves/lei-ordinaria/2024/445/4442/lei-ordinaria-n-4442-2024-disp oe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-administracao-direta-do-poder-executivo-do-municipio-de-ribeirao-das-ne ves-e-da-outras-providencias

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3B684435

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO N° 25/2025 - AQUISIÇÃO DE LANCHES - ATA/CONTRATO Nº 040 A 043/2026.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

A dotação orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

- 10.004.10.301.0105.2827 - (Manut. Atenção Básica) - 3.3.90.30 (Material de Consumo) - Fonte 1.500.000.1002/ 1.600.000.0000/ 1.621.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 08 de setembro de 2026.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:99EE5149

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026 EDITAL Nº 068/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026
EDITAL Nº 068/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 21/09/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: 32 3435 0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:559E8E29

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026 EDITAL Nº 053/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
EDITAL Nº 053/2026

O Prefeito do Município de Rodeiro/MG, em observância aos dispositivos da Lei 14.133/21 e tendo em vista o julgamento do Processo Licitatório nº 087/2026, Pregão Eletrônico para Registro de preços nº 047/2026, **registro de preços para aquisição estimada de materiais escolares, de escritório e artesanato para atender as necessidades da secretaria demandante,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme as especificações dos anexos e edital, houve por bem HOMOLOGAR o presente processo licitatório, manifestando sua CONCORDÂNCIA com o julgamento do certame, devendo o setor competente promover a emissão da nota de empenho/contrato, nos termos do ato convocatório, em favor dos seguintes licitantes:

NOME/RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/ CNPJ	VALOR TOTAL
DC ATACADO LTDA; CNPJ/CPF 56.103.918/0001-10	R$ 326.197,43
FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA; CNPJ/CPF 05.191.550/0002-30	R$16.045,00
WORD COMERCIO ARMARINHO LTDA; CNPJ/CPF 55.424.623/0001-83	R$93.659,28
ALAG COMERCIO E ATACADO - LTDA; CNPJ/CPF 63.514.106/0001-23	R$83.538,74
CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA; CNPJ/CPF 62.234.180/0001-23	R$22.503,30
NACIONAL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA; CNPJ/CPF 65.010.780/0001-04	R$ 24.102,79
CIRURGICA FRATELLI PRODUTOS MEDICOS ORTOPEDICOS; CNPJ/CPF 37.180.839/0001-69	R$ 366,30
COPY IMPRESS COPIADORA LTDA; CNPJ/CPF 20.089.441/0001-19	R$ 27.269,62
PONTO OFFICE BRASIL LTDA; CNPJ/CPF 62.234.516/0001-58	R$13.059,62
GOGLIATH REPRESENTACAO LTDA; CNPJ/CPF 48.759.447/0001-75	R$ 69.963,34
SEVEN COPY COMERCIAL LTDA; CNPJ/CPF 07.416.432/0001-27	R$22.089,32
MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649; CNPJ/CPF 43.187.819/0001-12	R$ 183.423,94
MAGALHÃES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME; CNPJ/CPF 17.403.267/0001-22	R$ 28.570,40
ULTRA COMERCIO LTDA; CNPJ/CPF 60.733.530/0001-70	R$ 41.850,10
TF COMPANY LTDA; CNPJ/CPF 44.121.677/0001-53	R$ 27.795,10
CASTRO E CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA; CNPJ/CPF 08.198.623/0002-03	R$ 107.485,45
J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA; CNPJ/CPF 53.896.598/0001-05	R$ 14.650,00

Rodeiro, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:0B8B9591

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 541/2026

DECRETO Nº 541/2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.280, de 29 de maio de 2026, que disciplina o regime de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Administração Pública Municipal, estabelece normas gerais para a realização de Processos Seletivos Simplificados e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.280, de 29 de maio de 2026, que disciplina a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Município de Rodeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimento uniforme, objetivo, impessoal e transparente para a realização dos Processos Seletivos Simplificados destinados à formação de cadastro de interessados e à eventual contratação temporária;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, razoabilidade e interesse público;

Decreta:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 1.280, de 29 de maio de 2026, e estabelece normas gerais para:
I – a caracterização e formalização da necessidade temporária de excepcional interesse público;
II – a instauração e instrução dos Processos Seletivos Simplificados – PSS;
III – a elaboração, publicação e execução dos respectivos editais;
IV – a atuação das Comissões de Processo Seletivo;
V – a classificação, convocação e contratação dos candidatos;
VI – a formação e utilização de cadastro de interessados;
VII – o acompanhamento e controle das contratações temporárias.

Art. 2º A contratação por tempo determinado constitui medida excepcional e somente poderá ser utilizada para atender às hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1.280/2026, mediante demonstração concreta da necessidade temporária de excepcional interesse público.

§ 1º A existência de vaga, por si só, não constitui fundamento suficiente para a contratação temporária.

§ 2º A contratação deverá estar vinculada a situação concreta, temporária e excepcional, devidamente caracterizada e motivada no processo administrativo próprio.

§ 3º É vedada a utilização da contratação temporária como forma ordinária de provimento de cargos efetivos ou para suprir necessidade permanente e previsível da Administração.

Art. 3º A realização de Processo Seletivo Simplificado será precedida de processo administrativo próprio, no qual deverão constar, no mínimo:
I – solicitação do órgão ou entidade interessada;
II – justificativa circunstanciada da necessidade temporária e do excepcional interesse público;
III – descrição da situação que enseja a contratação;
IV – indicação da função a ser exercida;
V – quantidade de contratações pretendidas;
VI – requisitos para o exercício da função;
VII – jornada de trabalho;
VIII – remuneração e demais vantagens legalmente previstas;
IX – prazo estimado da contratação;
X – demonstração da existência de dotação orçamentária e, quando cabível, adequação financeira e orçamentária;
XI – manifestação do Departamento de Pessoal ou órgão equivalente;
XII – aprovação da autoridade competente para instauração do certame.

Art. 4º A solicitação de abertura de Processo Seletivo Simplificado será formulada pelo Secretário Municipal ou dirigente do órgão interessado e encaminhada à autoridade competente para autorização.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica poderá ser consultada quanto à conformidade jurídica do procedimento, especialmente quando houver situação excepcional, controvérsia quanto à hipótese legal ou necessidade de contratação fora das regras ordinárias previstas neste Decreto.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Art. 5º O Processo Seletivo Simplificado será realizado, como regra, mediante edital previamente aprovado pela autoridade competente e amplamente divulgado.

Art. 6º O Processo Seletivo Simplificado terá por finalidade selecionar candidatos para eventual contratação temporária e, quando previsto no edital, formar cadastro de interessados.

§ 1º A aprovação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato direito à contratação, constituindo mera expectativa de direito, observada a ordem de classificação e a necessidade da Administração.

§ 2º A contratação dependerá da existência da necessidade temporária que justificou o certame, da disponibilidade orçamentária e do atendimento aos requisitos legais e editalícios.

Art. 7º O Processo Seletivo Simplificado poderá compreender, isolada ou cumulativamente:
I – análise curricular;
II – prova objetiva;
III – prova prática;
IV – avaliação de títulos;
V – comprovação de experiência profissional;

§ 1º Os critérios de seleção deverão ser objetivos, previamente estabelecidos e compatíveis com a natureza da função.

§ 2º É vedada a utilização de critérios subjetivos que permitam favorecimento pessoal ou tratamento desigual entre candidatos.

Art. 8º O edital deverá conter, no mínimo:
I – identificação do órgão ou entidade responsável;
II – fundamento legal do Processo Seletivo Simplificado;
III – justificativa resumida da contratação temporária;
IV – função ou funções ofertadas;
V – número de vagas imediatas, quando houver;
VI – formação de cadastro de reserva, quando cabível;
VII – requisitos para contratação;
VIII – atribuições da função;
IX – jornada de trabalho;
X – remuneração;
XI – local ou locais de exercício;
XII – prazo de duração do contrato;
XIII – possibilidade e limites de prorrogação, quando admitida pela Lei nº 1.280/2026;
XIV – etapas do processo seletivo;
XV – critérios de avaliação e classificação;
XVI – critérios de desempate;
XVII – regras relativas às ações afirmativas e reserva de vagas;
XVIII – documentação exigida;
XIX – forma, período e local de inscrição;
XX – prazo para apresentação de recursos;
XXI – forma de divulgação dos atos do certame;
XXII – prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado;
XXIII – condições para convocação e contratação;
XXIV – hipóteses de eliminação;
XXV – cronograma do certame;
XXVI – disposições sobre o tratamento de dados pessoais, quando aplicável;
XXVII – demais regras necessárias à execução do processo.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

Art. 9º Os Processos Seletivos Simplificados serão conduzidos por Comissão designada pela autoridade competente.

§ 1º A Comissão será composta, preferencialmente, por no mínimo 3 (três) servidores públicos, titulares e, quando necessário, 1 (um) suplente.

§ 2º A composição da Comissão deverá observar, sempre que possível, a ausência de vínculo de parentesco, interesse direto ou qualquer circunstância que possa comprometer a imparcialidade de seus membros em relação aos candidatos.

Art. 10. Compete à Comissão de Processo Seletivo:
I – elaborar ou auxiliar na elaboração do edital;
II – analisar as inscrições;
III – verificar o atendimento aos requisitos previstos no edital;
IV – analisar documentos, currículos, títulos e comprovantes de experiência;
V – elaborar, aplicar e corrigir provas, quando houver;
VI – realizar avaliações práticas, quando previstas;
VII – elaborar as listas de classificação;
VIII – analisar e decidir os recursos, observadas as competências definidas no edital;
IX – elaborar atas e demais registros dos atos praticados;
X – encaminhar o resultado final à autoridade competente para homologação;
XI – praticar os demais atos necessários à condução do certame.

Art. 11. Os membros da Comissão deverão declarar eventual situação de impedimento ou suspeição em relação a candidato ou etapa do processo seletivo.

Parágrafo único. Verificada situação que possa comprometer a imparcialidade, o membro deverá ser substituído para atuação no ato específico.

CAPÍTULO IV
DA PUBLICIDADE E DAS INSCRIÇÕES

Art. 12. O edital e os demais atos do Processo Seletivo Simplificado deverão ser divulgados pelos meios oficiais do Município, sem prejuízo de outros meios que assegurem ampla publicidade.

Art. 13. O período de inscrição deverá ser fixado no edital, assegurando prazo razoável e compatível com a natureza e urgência da contratação.

Art. 14. A inscrição poderá ser realizada por meio definido no edital.

Parágrafo único. O edital deverá estabelecer de forma clara os documentos exigidos e o procedimento para sua apresentação.

Art. 15. É vedada a exigência de documentos ou requisitos não previstos no edital, salvo aqueles indispensáveis à comprovação de condição legal superveniente ou decorrente de determinação judicial.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DOS RECURSOS

Art. 16. A classificação dos candidatos observará exclusivamente os critérios estabelecidos no edital.

Art. 17. O edital estabelecerá critérios objetivos de desempate, podendo considerar, conforme a natureza da função:
I – maior pontuação em determinado critério de avaliação;
II – maior experiência profissional na área;
III – maior titulação;
IV – maior idade, observada a legislação aplicável;
V – sorteio público, quando necessário e previamente previsto.

Art. 18. O Processo Seletivo Simplificado deverá prever fase recursal, assegurando aos candidatos o direito de impugnar ou recorrer dos atos expressamente indicados no edital.

§ 1º O recurso deverá ser apresentado dentro do prazo e na forma estabelecidos no edital.

§ 2º Não serão conhecidos recursos intempestivos ou apresentados em desacordo com as regras editalícias.

§ 3º As decisões dos recursos deverão ser motivadas e registradas no processo administrativo.

Art. 19. Encerradas as fases de avaliação e julgamento dos recursos, será publicada a classificação final.

Art. 20. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será submetido à autoridade competente para homologação.

Parágrafo único. A homologação não constitui garantia de contratação, ficando esta condicionada à necessidade temporária de excepcional interesse público que fundamentou o certame.

CAPÍTULO VI
DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DA RESERVA DE VAGAS

Art. 21. Os Processos Seletivos Simplificados observarão as reservas de vagas destinadas às pessoas com deficiência e às pessoas negras, na forma da legislação aplicável.

§ 1º O percentual, os critérios de cálculo, a forma de comprovação e os procedimentos de classificação observarão a legislação vigente e serão expressamente disciplinados no edital.

§ 2º O edital deverá prever, quando cabível, regras específicas para a aplicação da reserva de vagas durante as convocações.

§ 3º A condição declarada pelo candidato deverá ser comprovada na forma estabelecida na legislação e no edital.

CAPÍTULO VII
DA HOMOLOGAÇÃO, VALIDADE E CONVOCAÇÃO

Art. 22. O Processo Seletivo Simplificado terá prazo de validade até 12 (doze) meses, podendo prorrogar por igual período, observado o período necessário à finalidade para a qual foi instaurado.

Art. 23. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, as contratações observarão rigorosamente a ordem de classificação, ressalvadas as regras específicas relativas às ações afirmativas e às hipóteses legalmente admitidas.

Art. 24. A convocação será realizada por ato oficial, na forma estabelecida no edital, devendo indicar:
I – nome do candidato;
II – função;
III – prazo para apresentação;
IV – documentação necessária;
V – local de apresentação;
VI – demais providências necessárias à contratação.

Art. 25. O candidato convocado que não atender à convocação no prazo estabelecido no edital será considerado desistente, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, quando admitido pelas regras do certame.

§ 1º A desistência ou não apresentação do candidato não gera direito de escolha de outro candidato pela Administração.

§ 2º A convocação do próximo candidato observará a ordem de classificação.

CAPÍTULO VIII
DA CONTRATAÇÃO

Art. 26. A contratação temporária somente poderá ocorrer após a verificação do cumprimento de todos os requisitos legais e editalícios.

Art. 27. O contrato deverá conter, no mínimo:
I – identificação das partes;
II – fundamento legal da contratação;
III – hipótese concreta que justifica a contratação;
IV – função e atribuições;
V – local de exercício;
VI – jornada de trabalho;
VII – remuneração;
VIII – data de início e término;
IX – possibilidade de prorrogação, quando legalmente admitida;
X – direitos e deveres das partes;
XI – hipóteses de extinção;
XII – vinculação ao Regime Geral de Previdência Social;
XIII – demais cláusulas necessárias.

Art. 28. O prazo do contrato temporário observará o limite estabelecido na Lei Municipal nº 1.280/2026.

§ 1º O contrato terá prazo determinado, não podendo exceder 12 (doze) meses.

§ 2º Admitir-se-á uma única prorrogação, por período não superior ao inicialmente contratado, desde que:
I – permaneça a situação que justificou a contratação;
II – subsista o excepcional interesse público;
III – a prorrogação seja formalmente motivada;
IV – sejam observados os limites estabelecidos pela Lei nº 1.280/2026.

Art. 29. A prorrogação não constitui direito adquirido do contratado e dependerá de manifestação expressa da Administração antes do término do contrato.

CAPÍTULO IX
DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 30. O contrato temporário extinguir-se-á nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1.280/2026, especialmente:
I – pelo término do prazo contratual;
II – pela conclusão do objeto, quando aplicável;
III – por iniciativa do contratado;
IV – por interesse da Administração, mediante decisão motivada.

Art. 31. A extinção antecipada por interesse da Administração deverá ser formalizada mediante ato da autoridade competente, com indicação do respectivo fundamento.

Art. 32. O servidor contratado temporariamente que pretender rescindir o contrato deverá apresentar pedido formal ao órgão competente, observados os procedimentos administrativos estabelecidos.

CAPÍTULO X
DA CONTRATAÇÃO SEM PROCESSO SELETIVO

Art. 33. Excepcionalmente, a contratação temporária poderá ocorrer sem prévio Processo Seletivo Simplificado nas hipóteses expressamente admitidas pela Lei Municipal nº 1.280/2026.

§ 1º A contratação direta deverá ser precedida de processo administrativo específico, devidamente instruído e motivado.

§ 2º O processo deverá demonstrar, conforme o caso:
I – a situação emergencial ou extraordinária;
II – a impossibilidade ou inadequação da realização tempestiva de Processo Seletivo Simplificado;
III – a inexistência ou insuficiência de cadastro de interessados;
IV – a inexistência de candidato qualificado para a função;
V – o risco concreto de prejuízo à continuidade do serviço público.

§ 3º A contratação direta deverá observar os requisitos legais para o exercício da função, a qualificação profissional exigida e os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 34. A contratação direta não poderá ser utilizada para afastar a obrigatoriedade de realização de concurso público para provimento de cargo efetivo.

CAPÍTULO XI
DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 35. O processo administrativo destinado à contratação temporária deverá permanecer devidamente instruído e conter, conforme o caso:
I – solicitação do órgão interessado;
II – justificativa da necessidade temporária e do excepcional interesse público;
III – demonstração da hipótese legal;
IV – quantitativo de contratações;
V – descrição das funções;
VI – manifestação do Departamento de Pessoal;
VII – demonstração de disponibilidade orçamentária;
VIII – autorização da autoridade competente;
IX – edital do Processo Seletivo Simplificado;
X – ato de designação da Comissão;
XI – comprovantes de publicidade;
XII – documentos relativos às inscrições;
XIII – atas e relatórios da Comissão;
XIV – classificação provisória e definitiva;
XV – recursos e respectivas decisões;
XVI – ato de homologação;
XVII – atos de convocação;
XVIII – documentação dos candidatos convocados;
XIX – contratos celebrados;
XX – demais documentos pertinentes.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 36. Compete ao órgão solicitante:
I – identificar e justificar a necessidade temporária;
II – definir as atribuições da função;
III – indicar a quantidade necessária de contratações;
IV – acompanhar a execução das atividades;
V – comunicar ao Departamento de Pessoal eventual alteração ou cessação da necessidade que fundamentou a contratação.

Art. 37. Compete ao Departamento de Pessoal, ou órgão equivalente:
I – prestar informações relativas à situação funcional e à necessidade de pessoal;
II – verificar a documentação necessária à contratação;
III – formalizar os atos de admissão e desligamento;
IV – manter os registros funcionais;
V – acompanhar os prazos dos contratos;
VI – comunicar aos órgãos competentes o término dos contratos;
VII – adotar as providências relativas ao vínculo previdenciário e demais obrigações funcionais.

Art. 38. Compete à Comissão de Processo Seletivo conduzir o certame nos termos deste Decreto e do respectivo edital.

CAPÍTULO XIII
DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 39. Os atos relativos aos Processos Seletivos Simplificados e às contratações temporárias deverão observar os princípios da publicidade e transparência, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal.

Art. 40. Os processos administrativos de contratação temporária deverão permanecer disponíveis para fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, na forma da legislação aplicável.

Art. 41. A contratação realizada em desacordo com a Lei nº 1.280/2026, com este Decreto ou com o respectivo edital sujeitará os responsáveis às consequências administrativas, civis e legais cabíveis.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE OS EDITAIS

Art. 42. Os editais dos Processos Seletivos Simplificados deverão observar este Decreto e poderão estabelecer regras específicas decorrentes da natureza da função, desde que não contrariem a legislação vigente.

§ 1º As regras específicas deverão ser justificadas pela natureza das atribuições ou pelas peculiaridades da contratação.

§ 2º O edital constitui a norma específica do respectivo certame, vinculando a Administração e os candidatos.

Art. 43. Os editais poderão prever a formação de cadastro de reserva, hipótese em que a convocação dependerá da efetiva necessidade da Administração durante o prazo de validade do certame.

Art. 44. Quando houver concurso público vigente para o mesmo cargo ou função de natureza compatível, a Administração deverá observar a legislação aplicável e as orientações dos órgãos de controle quanto à utilização de contratação temporária.

CAPÍTULO XV
DAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

Art. 45. Em situações de emergência, calamidade pública ou outras situações extraordinárias devidamente caracterizadas, o edital poderá estabelecer procedimentos simplificados compatíveis com a urgência da contratação, sem prejuízo da observância dos princípios constitucionais e da legislação aplicável.

Art. 46. Quando a situação emergencial for incompatível com a realização tempestiva de Processo Seletivo Simplificado, poderá ser adotada a contratação direta prevista na Lei nº 1.280/2026, mediante processo administrativo devidamente motivado.

Parágrafo único. A excepcionalidade prevista neste artigo não poderá ser utilizada para suprir deficiência permanente de planejamento ou de gestão de pessoal.

CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 47. Os Processos Seletivos Simplificados instaurados após a entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.280/2026 deverão observar as disposições deste Decreto.

Art. 48. Os contratos temporários celebrados anteriormente à entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.280/2026 permanecerão regidos pelas normas sob as quais foram celebrados, observado o respectivo prazo de vigência e as disposições legais aplicáveis.

Art. 49. Os casos omissos serão solucionados pela autoridade competente, observadas a Lei Municipal nº 1.280/2026, a legislação municipal aplicável, a Constituição Federal e os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 50. Fica a Procuradoria Jurídica do Município autorizada a expedir orientações jurídicas e modelos padronizados necessários à aplicação deste Decreto.

Art. 51. O Departamento de Gestão de pessoas poderá elaborar, em conjunto com a Procuradoria Jurídica e os órgãos interessados, modelos padronizados de:
I – solicitação de abertura de Processo Seletivo Simplificado;
II – justificativa da necessidade temporária de excepcional interesse público;
III – edital;
IV – ficha de inscrição;
V – formulário de avaliação curricular;
VI – formulário de avaliação de títulos;
VII – ata da Comissão;
VIII – termo de convocação;
IX – contrato administrativo temporário;
X – termo de desistência;
XI – termo de encerramento contratual.

Art. 52. Os Processos Seletivos Simplificados deverão, sempre que possível, utilizar modelos padronizados, sem prejuízo da adequação às peculiaridades de cada função e da legislação específica.

Art. 53. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 54. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 393/2022, caso ainda vigente no ordenamento municipal.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:D0DF0F6E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5972/2026

PORTARIA Nº 5972/2026

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2025.

O Prefeito do Município de Rodeiro, MG, no uso de atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público nº 001/2025 através do Decreto nº 515/2026, de 15 de abril de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de provimento de cargos públicos efetivos para atendimento ao interesse público;
CONSIDERANDO a observância da ordem de classificação dos candidatos aprovados;
Resolve:
Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, e observada a ordem de classificação os candidatos relacionados no Anexo I desta Portaria, aprovado no Concurso Público nº 001/2025, para o respectivo cargo do quadro de pessoal do Município de Rodeiro, em estágio probatório, condicionada a posse à apresentação dos documentos exigidos no aludido edital e nas demais normas legais aplicáveis.
Art. 2º O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e do Edital do certame.

Art. 3º O não comparecimento para posse no prazo legal implicará a perda do direito à vaga, autorizando a convocação do candidato subsequente, observada a ordem de classificação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS NOMEADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 DO MUNICÍPIO DE RODEIRO – MG

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	**Matheus Silva Lopes**	062.***.***-67	**Auditor de Obras, Postura e Meio Ambiente**	1ºPP

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	Fabricio Barros Magalhães	119.***.***-27	Assistente Administrativo	43º
2	**Graziela Rocha Teixeira**	172.***.***-10	Assistente Administrativo	44º
3	**Gustavo Elias Mauad Contin**	059.***.***-63	Assistente Administrativo	45º
4	**Lilian Aparecida da Silva Medina**	157.***.***-10	Assistente Administrativo	46º
5	**Ana Carolina da Silva Lacerda**	**165.***.***-76**	Assistente Administrativo	47º

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	Ana Flávia Silva Ramos	119.***.***-78	**Professor de Educação Infantil e Fundamental – Professor I**	24º
2	**Elisabeth de Fatima Lopes**	080.***.***-90	**Professor de Educação Infantil e Fundamental – Professor I**	25º
3	**Tatiane Lessa**	124.***.***-33	**Professor de Educação Infantil e Fundamental – Professor I**	27º
4	**Michele Aparecida Silva Oliveira**	115.***.***-52	**Professor de Educação Infantil e Fundamental – Professor I**	12º PP

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	Maria Eduarda da Silva Marques	149.***.***-82	Mediador de Atendimento Educacional Especializado - AEE	27º
2	**Carolline Oliveira Annibolete**	115.***.***-19		28º

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	**Joelma Rufino Doriguetto**	108.***.***-52	**Auxiliar de Serviços Gerais**	6º

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	Dgiulian dos Santos Silva	099.***.***-54	Motorista	27º
2	**José Bonato Neto**	015.***.***-97	Motorista	26º

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	**Vanessa de Oliveira Pereira Araújo**	063.***.***-05	**Monitor de Escola**	8º

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	**Maria Luiza Quintiliano**	169.***.***-13	**Enfermeiro**	2º

Nº	Nome do Candidato	CPF	Cargo	Classificação
1	**Camile Fofano de Almeida**	111.***.***-92	**Psicólogo**	5º

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:02FA9C28

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

GABINETE
PORTARIA Nº: 117 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de servidor público municipal em decorrência de aposentadoria e declara do Vacância do Cargo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RUBELITA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e

CONSIDERANDO que o Sr. Jose Ferreira de Almeida Neto, inscrito no CPF nº: 014.321.458-60, ocupante do cargo de Motorista I, integrante do quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal, requereu e obteve a concessão de aposentadoria junto ao INSS;

CONSIDERANDO que a concessão de aposentadoria constitui causa legal de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar formalmente a vacância do referido cargo, em observância à legislação aplicável;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, em decorrência de aposentadoria, o **Sr. Jose Ferreira de Almeida Neto**, inscrito no CPF nº: 014.321.458-60, matricula de nº: 2412, do cargo de **Motorista I**, integrante do quadro permanente de servidores públicos da Prefeitura Municipal, com efeitos a partir **da presente data**.

Art. 2º. Determino a Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Recursos Humanos adotarem as providências necessárias para a formalização da exoneração e demais trâmites administrativos cabíveis.

Art. 3º. Declarar vago o cargo de **Motorista I**, a partir da data de vigencia desta Portaria, para adoção das providências administrativas cabíveis.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rubelita /MG, 08 de Setembro de 2026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:93DEBFB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG – PROCESSO 170/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026 – Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção do Centro de apoio ao Neurodivergente, abrangendo todas as fases necessárias à implantação da obra, de forma segura, funcional e estética, em observância às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Bárbara- MG, conforme características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos, conforme características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos. Data do recebimento das propostas e documentos: **15/10/2026** às 09:00 horas - na Plataforma de licitações Licitar Digital – www.licitardigital.com.br - Edital à disposição nos sites www.santabarbara.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e na Prefeitura.

Santa Bárbara, 08/09/2026 –

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO -
Secretária Municipal de Administração Pública.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:B8F21ADF

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE INTIMAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar n. 5.860/2026

Nos termos do art. 25, §6º, da Lei Complementar Municipal n. 1.910/2019, INTIMA-SE a Dr.ª Hanielly de Castro Rosa, OAB/MG 155.185, para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo em epígrafe, pelo presidente da 2ª Comissão Disciplinar Permanente (2ª CDP), Sr. Davi Soares de Oliveira - Despacho 22-5.860/2026.

A íntegra do processo se encontra disponível na plataforma 1Doc, a qual a procuradora obteve acesso em 27/08/2026, às 11:15:24.

Santa Bárbara-MG, 08 de setembro de 2026.

CLÁUDIO ALVES BRAGA
Secretário da 2ª Comissão Disciplinar Permanente

Publicado por:
Cláudio Alves Braga
Código Identificador:C256B281

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA – PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N.º 3.778/2026/1DOC

Processo Licitatório n.º: 148/2026
Pregão Eletrônico n.º: 68/2026
Impugnante: MULTI ENGENHARIA LTDA

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao ato convocatório apresentada pela empresa **MULTI ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.023.255/0001-44, em face do Edital do Processo Licitatório n.º 148/2026, Pregão Eletrônico n.º 68/2026, cujo objeto consiste na *"seleção da proposta mais vantajosa, objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção de vias públicas da sede, distritos e subdistritos do Município de Santa Bárbara – MG, em observância às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo"*.

A impugnação foi apresentada em 18 de agosto de 2026, com fundamento no art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/2021, tendo a empresa impugnante suscitado, em síntese, questões relacionadas à aplicação dos benefícios destinados às microempresas e empresas de pequeno porte, à redação das cláusulas 4.22 e respectivas subcláusulas 4.22.1 a 4.22.5 e das cláusulas 9.5 e 9.6 do edital, bem como à necessidade de revisão do Anexo VII – Planilha de Composição de Custos Unitários.

No tocante ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a impugnante apontou que o edital estabeleceu as regras de empate ficto e preferência de contratação previstas na Lei

Complementar n.º 123/2006, embora o valor estimado da contratação, originalmente fixado em R$ 31.433.324,62 (trinta e um milhões quatrocentos e trinta e três mil trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos), fosse superior ao limite de receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

A empresa também requereu a reavaliação das cláusulas 9.5 e 9.6, que estabelecem tratamento diferenciado às ME, EPP e MEI quanto à regularidade fiscal e trabalhista, diante da restrição prevista no art. 4º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

Ademais, a impugnante apontou a necessidade de revisão de elementos do Anexo VII – Planilha de Composição de Custos Unitários, especialmente quanto às unidades, coeficientes, preços unitários e totais, destacando, entre outros, os itens 52 – RO-00337 – Base/Sub-base estabilizada granulometricamente e 50 – Composição 4413905/SICRO – Hidrossemeadura.

Ao final, requereu o recebimento e conhecimento da impugnação, a suspensão do certame para análise e eventual correção dos pontos suscitados, a revisão das cláusulas referentes ao tratamento favorecido às ME/EPP, a revisão da planilha de composição de custos e, caso as alterações pudessem influenciar a elaboração das propostas, a republicação do edital e a concessão de novo prazo integral para apresentação das propostas.

Instada a se manifestar acerca dos aspectos técnicos suscitados, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por intermédio de seu Diretor, Sr. Ivan Bruno da Paixão Junior, Matrícula n.º 2302, apresentou o Memorando n.º 145/2026, constante do Despacho n.º 18 do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.778/2026/1Doc.

Posteriormente, diante dos apontamentos especificamente relacionados à planilha de composição de custos, foi apresentada manifestação complementar por meio do Ofício n.º 146/2026/SMIU, constante do Despacho n.º 21 do mesmo processo administrativo, também subscrito pelo Diretor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação foi apresentada por parte legítima e dentro do prazo estabelecido pelo art. 164, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como pela Cláusula Sexta do instrumento convocatório, razão pela qual deve ser conhecida.

Nos termos do referido dispositivo legal, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou solicitar esclarecimentos acerca de seus termos, competindo à Administração apreciar os argumentos deduzidos e decidir motivadamente antes da realização da sessão pública.

Superada a análise de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito da impugnação.

2.1. Da síntese da impugnação apresentada pela empresa MULTI ENGENHARIA LTDA

A impugnação apresentada pela MULTI ENGENHARIA LTDA está estruturada em três pontos centrais.

O primeiro diz respeito à previsão, no item 4.22 e nas respectivas subcláusulas 4.22.1 a 4.22.5 do edital, de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte mediante aplicação do instituto do empate ficto e da preferência de contratação, nos moldes dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

Segundo a impugnante, tal previsão não seria aplicável ao presente certame em razão da natureza do objeto e, sobretudo, do valor estimado da contratação, originalmente estabelecido em R$ 31.433.324,62 (trinta e um milhões quatrocentos e trinta e três mil trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos). A empresa sustenta que o art. 4º, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021 excepciona a aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

O segundo ponto refere-se às cláusulas 9.5 e 9.6 do edital, que preveem, para ME, EPP e MEI, a possibilidade de apresentação de documentação de regularidade fiscal e trabalhista com restrições, assegurando-se, posteriormente, prazo para regularização.

A impugnante requereu que tais dispositivos fossem reavaliados à luz da restrição estabelecida no art. 4º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, de modo a verificar sua compatibilidade com o objeto e o valor estimado da contratação.

O terceiro ponto refere-se ao Anexo VII – Planilha de Composição de Custos Unitários. Nesse aspecto, foram apontadas dificuldades de identificação da correspondência entre unidades, quantidades, coeficientes, preços unitários e totais, além de inconsistência relacionada à formação do cálculo e à produção da equipe na composição referente à hidrossemeadura.

A impugnante, portanto, não se limitou a questionar aspectos formais do instrumento convocatório, mas apontou circunstâncias capazes de repercutir na compreensão do objeto, na formação das propostas e na própria isonomia entre os potenciais participantes do certame, requerendo a adoção das providências corretivas necessárias.

2.2. Dos pareceres técnicos da lavra do Diretor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Os aspectos de natureza eminentemente técnica foram submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, unidade administrativa responsável pelo objeto da contratação, tendo o Diretor da pasta, Sr. Ivan Bruno da Paixão Junior, Matrícula n.º 2302, apresentado manifestação técnica por meio do Memorando n.º 145/2026, constante do Despacho n.º 18 do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.778/2026/1Doc.

No referido documento, a Secretaria informou que foram encaminhadas versões atualizadas do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da Planilha Orçamentária e de seus respectivos instrumentos acessórios, em razão da necessidade de atualização e adequação dos elementos técnicos e orçamentários da contratação.

Quanto à planilha de composição de custos, foram realizadas adequações destinadas a conferir maior clareza à disposição das informações. Na Planilha Orçamentária, foram promovidas alterações nos itens e respectivos quantitativos, acompanhadas da atualização das bases de referência utilizadas para formação dos preços, com a finalidade de conferir maior aderência entre os custos estimados e a realidade atual do mercado.

O parecer técnico também registra a inclusão de novos itens, em razão da identificação de novas demandas vinculadas às atividades abrangidas pelo objeto, bem como ajustes em determinados quantitativos, com o objetivo de compatibilizar a planilha às necessidades atualmente verificadas pela Administração. Ressaltou-se que tais alterações não modificam a finalidade da contratação, mas aperfeiçoam sua definição quantitativa e orçamentária.

Em decorrência dessas modificações, houve alteração na classificação dos itens da Curva ABC, o que repercutiu nos dispositivos do Termo de Referência relacionados à qualificação técnica e à possibilidade de subcontratação, os quais foram adequados para manter correspondência com a composição orçamentária e com a atual definição das parcelas relevantes do objeto.

O Memorando n.º 145/2026 registra, ainda, que o valor estimado para o Sistema de Registro de Preços passou a corresponder a R$ 31.516.419,28 (trinta e um milhões quinhentos e dezesseis mil

quatrocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), em razão das adequações promovidas no instrumento orçamentário e nos quantitativos estimados.

A manifestação técnica complementar, apresentada posteriormente por meio do Ofício n.º 146/2026/SMIU, examinou especificamente os apontamentos relacionados à planilha orçamentária e às planilhas acessórias.

No referido Ofício, a Secretaria confirmou que foi realizada a revisão integral do Anexo VII – Planilha de Composição de Custos Unitários, contemplando os vícios e inconsistências identificados, inclusive aqueles especificamente apontados pela impugnante nos itens 50 – Composição 4413905/SICRO – Hidrossemeadura e 52 – RO-00337 – Base/Sub-base estabilizada granulometricamente.

Após a revisão, foram efetuadas correções quanto às unidades de medida, coeficientes, preços unitários, quantitativos e valores totais, além da atualização das bases de dados utilizadas para a elaboração das composições, passando a ser consideradas as referências indicadas no documento técnico, dentre elas SINAPI MG – 05/2026, SICRO MG (DNIT) – 01/2026, SETOP MG Central – 01/2026, SUDECAP MG – 01/2026 e COPASA MG – 05/2025.

A planilha também foi reorganizada e padronizada, com adequada divisão e disposição das colunas, permitindo identificar com maior clareza a correspondência entre insumos, equipamentos, mão de obra, unidades, coeficientes, preços unitários e custos totais.

Ao final, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo consignou que os apontamentos apresentados foram devidamente saneados, com correção das inconsistências identificadas, inclusive nos itens especificamente questionados, e atualização das bases de referência utilizadas na composição dos custos, passando a nova versão do Anexo VII e de suas planilhas acessórias a refletir os dados revisados e atualizados.

As manifestações técnicas foram subscritas pelo Diretor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, Sr. Ivan Bruno da Paixão Junior, Matrícula n.º 2302, em 03 de setembro de 2026 e 04 de setembro de 2026, respectivamente.

2.3. Das razões de decidir

A análise conjunta dos fundamentos apresentados pela impugnante e das manifestações técnicas produzidas pela unidade administrativa responsável pelo objeto evidencia que a impugnação merece acolhimento integral.

De início, quanto ao tratamento diferenciado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, verifica-se que o art. 4º, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021 estabelece expressamente que as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 não são aplicáveis, no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

A Lei Complementar n.º 123/2006, por sua vez, estabelece, em seu art. 3º, II, que se considera empresa de pequeno porte aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

No presente caso, o objeto licitado compreende a execução de serviços de manutenção de vias públicas, de natureza relacionada à engenharia, e o valor estimado da contratação, tanto na estimativa originalmente considerada quanto na posteriormente atualizada pela área técnica, encontra-se muito acima do limite legal de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Com efeito, o Memorando n.º 145/2026 informa que, após as adequações promovidas na documentação técnica e orçamentária, o valor estimado para o Sistema de Registro de Preços passou a ser de R$ 31.516.419,28 (trinta e um milhões quinhentos e dezesseis mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos).

Nesse cenário, não se mostra juridicamente adequada a manutenção, no edital, das disposições constantes da Cláusula 4.22 e de suas subcláusulas 4.22.1 a 4.22.5, na medida em que estabelecem o regime de empate ficto e preferência de contratação para ME/EPP com fundamento nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

Embora o edital tenha reproduzido mecanismos previstos na legislação complementar, a incidência dessas disposições deve ser analisada conjuntamente com a norma específica estabelecida pelo art. 4º, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021, que, para a hipótese de obras e serviços de engenharia acima do limite legal, excepciona a aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da LC n.º 123/2006.

Pela mesma razão, devem ser reavaliadas as cláusulas 9.5 e 9.6 do instrumento convocatório, que disciplinam o tratamento diferenciado quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para ME, EPP e MEI. A manutenção de tais dispositivos, sem a devida adequação ao regime jurídico efetivamente aplicável ao certame, poderia gerar interpretação incompatível com os limites estabelecidos pelo art. 4º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

A correção desses dispositivos é, portanto, medida necessária para assegurar a plena conformidade do instrumento convocatório com a legislação vigente e evitar que regras de tratamento diferenciado sejam aplicadas em hipótese legalmente excepcionada.

No que concerne à Planilha de Composição de Custos Unitários, o acolhimento da impugnação também se impõe.

Isso porque, embora a impugnante tenha identificado inicialmente determinados pontos que demandavam conferência, a própria Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, unidade técnica competente, reconheceu a necessidade de revisão e promoveu a revisão integral do Anexo VII, com correções de unidades, coeficientes, preços unitários, quantitativos e valores totais.

A manifestação técnica complementar confirma, ainda, que foram especificamente revisados os itens apontados pela impugnante, inclusive a composição de hidrossemeadura e a composição referente à base/sub-base estabilizada granulometricamente.

Não se trata, portanto, de mera questão formal ou de simples esclarecimento sem repercussão prática. A revisão alcançou elementos essenciais à formação e à conferência dos preços, incluindo quantitativos, coeficientes, preços unitários, produtividade e valores totais, além da própria organização da planilha.

A área técnica registrou expressamente que a reorganização da planilha teve por finalidade permitir a clara identificação da correspondência entre insumos, equipamentos, mão de obra, unidades, coeficientes, preços unitários e custos totais, proporcionando aos licitantes condições adequadas para conferência dos cálculos e compreensão da formação dos preços.

Tal circunstância evidencia que os apontamentos formulados pela impugnante contribuíram para a identificação de aspectos que demandavam aperfeiçoamento no instrumento convocatório e em seus documentos técnicos.

Além disso, conforme registrado no Memorando n.º 145/2026, as alterações promovidas ultrapassaram a mera correção pontual da planilha, alcançando a atualização das bases de referência, os itens e quantitativos da Planilha Orçamentária, a inclusão de novos itens, a Curva ABC e dispositivos do Termo de Referência relacionados à qualificação técnica e à subcontratação.

Dessa forma, as modificações promovidas possuem potencial de repercutir na elaboração das propostas pelos interessados, especialmente porque atingem elementos quantitativos e orçamentários, referências de preços e aspectos relacionados à qualificação técnica.

Nesse contexto, a republicação do edital não constitui mera faculdade administrativa, mas providência necessária à preservação dos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os princípios da isonomia, publicidade, transparência, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, planejamento e julgamento objetivo, assegurando que todos os potenciais licitantes tenham acesso às mesmas informações e disponham de prazo adequado para formular suas propostas com base na versão definitiva dos documentos do certame.

A necessidade de reabertura do prazo decorre, ainda, da própria natureza das alterações realizadas. Uma vez modificados elementos que podem influenciar a elaboração das propostas, não seria razoável exigir dos interessados que apresentassem suas ofertas com base em versão anterior do edital, da planilha orçamentária ou dos documentos técnicos.

Assim, tendo em vista o acolhimento dos apontamentos apresentados pela MULTI ENGENHARIA LTDA e as alterações efetivamente promovidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, impõe-se o provimento integral da impugnação, com a adequação do instrumento convocatório e de seus anexos, seguida da republicação do edital e da designação de nova data para realização da sessão pública.

Registre-se, por fim, que o acolhimento da impugnação não implica alteração da finalidade da contratação, conforme expressamente consignado pela área técnica, mas o aperfeiçoamento dos elementos quantitativos, orçamentários e documentais necessários à adequada definição do objeto e à segurança do procedimento licitatório.

3. DA DECISÃO

Ante o exposto, acolhendo integralmente o Memorando n.º 145/2026, constante do Despacho n.º 18, e o Ofício n.º 146/2026/SMIU, constante do Despacho n.º 21, do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.778/2026/1Doc, ambos da lavra do Diretor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, Sr. Ivan Bruno da Paixão Junior, Matrícula n.º 2302,

CONHEÇO da impugnação apresentada pela empresa MULTI ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.023.255/0001-44, e, no mérito, **DOU-LHE TOTAL PROVIMENTO**, para determinar a adequação do instrumento convocatório, especialmente das Cláusulas 4.22 e respectivas subcláusulas 4.22.1 a 4.22.5 e das Cláusulas 9.5 e 9.6, em conformidade com o art. 4º, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021.

DETERMINO, ainda, a adoção das versões revisadas e atualizadas do Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Anexo VII – Planilha de Composição de Custos Unitários e respectivos documentos acessórios, conforme as adequações promovidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

Considerando que as alterações promovidas podem repercutir na elaboração das propostas, **DETERMINO** a republicação do edital, com a disponibilização de sua versão consolidada e atualizada, bem como a designação de nova data e horário para a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico n.º 68/2026, assegurado novo prazo integral para apresentação das propostas, em observância à Lei n.º 14.133/2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Santa Bárbara/MG, 08 de setembro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

4.22. Será assegurado como critério de desempate preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo-se na forma do art. 45, inciso I da Lei Complementar 123/06, ou seja, ocorrendo o empate a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. 4.22.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. 4.22.2. Se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ao incluir suas propostas no sistema, declarar que as mesmas se enquadram nessa categoria. 4.22.3. A não informação implicará na desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar n°123/06 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores. 4.22.4. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou empresa de pequeno porte. 4.22.5. Na hipótese da não contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e MEI deverão anexar em campo próprio do sistema toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no art. 43 da LC nº 123 de 14.12.2006, LC 147 de 07.08.2014 e LC 155 de 27/10/2016.
9.6. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado à ME, EPP e MEI o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:
I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
6. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:
6.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão, exclusivamente por meio da plataforma de licitações.
6.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
6.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
Art. 45. Para efeito do disposto noart. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I docaputdeste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos§§ 1oe 2odo art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos§§ 1oe 2odo art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
Em atenção ao apontamento registrado nos autos, esta Secretaria encaminha, em anexo, a versão atualizada do Termo de Referência (TR) e Estudo Técnico Preliminar (ETP), com as devidas adequações, bem como a Planilha Orçamentária e seus respectivos instrumentos acessórios.
Reitera-se, conforme já consignado no Despacho nº 17-3.778/2026, que as alterações promovidas nos documentos que integram o presente processo decorreram da necessidade de atualização e adequação dos elementos técnicos e orçamentários da contratação, de modo a assegurar que as informações constantes dos autos reflitam as condições e os valores atualmente praticados no mercado, bem como as demandas efetivamente relacionadas ao objeto pretendido.
No que se refere à planilha de composição de custos, foram realizadas adequações em para garantir maior clareza na disposição das informações, no que tange à Planilha Orçamentária houve alterações nos itens e respectivos quantitativos, acompanhadas da atualização das bases de referência utilizadas para a formação dos preços, considerando que tais bases passaram por revisões e já apresentam valores atualizados. A medida teve por finalidade conferir maior aderência entre os custos estimados e a realidade atual do mercado, garantindo maior consistência ao orçamento estimativo e, consequentemente, maior segurança à condução do procedimento licitatório.
Além disso, foram incluídos novos itens, em razão da identificação de novas demandas vinculadas às atividades abrangidas pelo objeto da contratação, bem como realizados ajustes em determinados quantitativos, com o objetivo de compatibilizar a planilha às necessidades atualmente verificadas pela Administração. Ressalta-se que tais alterações não representam modificação da finalidade da contratação, mas, sim, o aperfeiçoamento de sua definição quantitativa e orçamentária, de forma a contemplar adequadamente os serviços necessários à execução do objeto.
Em decorrência das alterações promovidas na Planilha Orçamentária, houve, consequentemente, modificação na classificação dos itens da Curva ABC. Considerando que essa classificação constitui elemento utilizado para a definição das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, a atualização da Curva ABC repercutiu diretamente nos dispositivos do Termo de Referência relacionados à qualificação técnica, bem como nas disposições referentes à possibilidade de subcontratação. Dessa forma, os respectivos itens do Termo de Referência foram adequados para manter sua correspondência com a composição orçamentária e com a atual definição das parcelas relevantes do objeto.
Quanto ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, a alteração realizada restringiu-se à atualização do valor estimado para o Sistema de Registro de Preços – SRP, que passou a corresponder a R$ 31.516.419,28 (trinta e um milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), em razão das adequações promovidas no instrumento orçamentário e nos seus quantitativos estimados.
Assim, as alterações realizadas nos documentos técnicos do processo decorrem, essencialmente, da necessidade de atualização dos referenciais de preços, adequação dos quantitativos, inclusão de itens vinculados às demandas identificadas e compatibilização dos documentos entre si. Busca-se, com isso, assegurar a coerência entre o orçamento estimativo, a Curva ABC, o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, mantendo-se a compatibilidade entre os elementos que fundamentam a contratação e garantindo que o procedimento licitatório seja instruído com informações atualizadas, consistentes e condizentes com a realidade atual da Administração.

(Grifo do Parecer Técnico da lavra do Diretor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, Sr. Ivan Bruno da Paixão Junior, Matrícula n.º 2302, constante do Despacho n.º 18, do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.778/2026/1Doc)

O questionamento apresentado refere-se às informações técnicas dos dispositivos orçamentários. Nesse contexto, informa-se que foi realizada a revisão integral do Anexo VII – Planilha de Composição de Custos Unitários, contemplando todos os vícios e inconsistências identificados, inclusive aqueles especificamente mencionados nos itens 50 – Composição 4413905/SICRO – Hidrossemeadura e 52 – RO-00337 – Base/Subbase estabilizada granulometricamente.
Após a revisão, foram efetuadas as devidas correções quanto às unidades de medida, coeficientes, preços unitários, quantitativos e valores totais, bem como aos demais elementos necessários à adequada formação e conferência dos custos. Adicionalmente, foi realizada a atualização das bases de dados utilizadas na elaboração das composições de custos, passando a ser consideradas as referências mais recentes adotadas para o orçamento, quais sejam:
SINAPI MG – 05/2026;
SICRO MG (DNIT) – 01/2026;
SETOP MG Central – 01/2026;
SUDECAP MG – 01/2026; e
COPASA MG – 05/2025.
A planilha foi, ainda, reorganizada e padronizada, com a adequada divisão e disposição das colunas, de forma a permitir a clara identificação da correspondência entre insumos, equipamentos, mão de obra, unidades, coeficientes, preços unitários e custos totais, observando-se a estrutura usualmente adotada para esse tipo de composição de custos em obras e serviços de engenharia.
Dessa forma, a versão revisada da planilha apresenta os dados de maneira clara, consistente e devidamente estruturada, possibilitando aos licitantes a conferência dos cálculos e a adequada compreensão da formação dos preços, inclusive quanto às referências de custos utilizadas.
Ressalta-se, portanto, que os apontamentos constantes da solicitação de esclarecimento foram devidamente saneados, tendo sido corrigidas as inconsistências anteriormente identificadas, inclusive nos itens especificamente apontados, bem como atualizadas as bases de referência utilizadas na composição dos custos. A nova versão do Anexo VII e de suas respectivas planilhas acessórias passa, assim, a refletir os dados revisados e atualizados para fins de adequada análise e conferência pelos licitantes. **(Grifo do Parecer Técnico da lavra do Diretor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, Sr. Ivan Bruno da Paixão Junior, Matrícula n.º 2302, constante do Despacho n.º 21, do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.778/2026/1Doc)**
Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:
I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Publicado por:
Bryan Vicente de Souza
Código Identificador:2CFE9655

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
EDITAL DE CHAMAMENTO SMCDT 004/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL DE CHAMAMENTO SMCDT 004/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOSDA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº14.399/2022)

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura(PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípioscom a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, àdemocratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Deste modo, a Secretaria de Cultura e Desenvolvimento do Turismo de Santa Bárbara,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB),na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), noDecreto Municipal de nº 6.080/2024 e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (INPNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto do edital

Selecionar projetos culturais de pessoas físicas e jurídicas, de caráter artístico esociocultural, para receber apoio financeiro com vistas a incentivar a produção, difusãoe valorização das manifestações culturais no Município de Santa Bárbara – MG.

1.2. Quantidade de projetos selecionados

Categoria	Público-alvo	Nº de Projetos	Valor unitário	Valor total
Categoria 01	Projeto Individual	**12**	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
Categoria 02	Associações e Grupos Culturais	**6**	R$ 18.000,00	R$ 108.000,00
Total Geral		**18 projetos**	-	**R$ 204.000,00**

1.3. Valor total do edital

O valor total destinado ao presente edital é de R$ **204.000,00 (duzentos e quatro milreais)**, conforme o **Plano de Aplicação de Recursos da PNAB 2025,** com execução porTermo de Execução Cultural, conforme a Lei 14.903/2024.

Parágrafo único – Caso haja saldo de recursos decorrente de rendimentos financeiros,desistências, inexecuções ou vagas remanescentes, estes poderão ser remanejadosentre as categorias, respeitando-se a ordem de classificação e o interesse público,conforme o Decreto 11.740/2023.

1.4. Dotação Orçamentária

As despesas por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Código	Descrição
3.3.90.43.00	**Subvenções Sociais**
1.719.000.0000	Transf. Pol. Nac Aldir Blanc Fomento
3.3.90.48.00	**Outros Auxílios Financeira. Pessoas Físicas**
1.719.000.0000	Transf. Pol. Nac Aldir Blanc Fomento

NOTA: Sobre o valor total repassado pelo Município de Santa Bárbara (MG) aoagente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, eeventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Fica autorizada a Unidade Administrativa fazer a anulação e suplementação dasdotações após a finalização dos cadastros.

2. ETAPAS E CRONOGRAMA

Etapa	Período	Descrição
Lançamento do Edital	**09/09/2026**	Publicação no site oficial e canais da SMCDT
Período de Inscrições	**09/09/2026 a 02/10/2026**	Entrega presencial da documentação e formulário
Etapa de Classificação	**05/10/2026 a 09/10/2026**	Análise técnica e de mérito cultural
Publicação Preliminar	**13/10/2026**	Divulgação de classificados e desclassificados
Período de Recursos	**14/10/2026 a 15/10/2026**	Interposição de recursos à Comissão de Avaliação
Resultado Final	**20/10/2026**	Publicação da lista final de selecionados
Habilitação e Assinatura dos Termos	**21/10/2026 a 11/11/2026**	Entrega de documentos e abertura de conta
Execução dos Projetos	até 8 meses após o recebimento do recurso	Implementação das ações culturais

3. INSCRIÇÕES

3.1. Forma e Local

As inscrições deverão ser realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Culturae Desenvolvimento do Turismo, à Rua Conselheiro Afonso Pena, nº 116 – Centro – SantaBárbara/MG, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante entregado formulário de inscrição e documentos obrigatórios.

3.2. Quem pode participar

3.2.1 Podem participar pessoas físicas, jurídicas e coletivos culturais, com sede oudomiciliados em Santa Bárbara, que comprovem atuação artística e cultural há pelomenos 12 meses no Município de Santa Bárbara.
3.2.2 – Poderão participar dessa proposta proponentes de outras localidades desde quepossua comprovadamente atuação cultural no município de Santa Bárbara em pelomenos 2 anos antes da publicação deste edital;
3.2.2.1- Entende-se atuação atividades culturais vigentes ou ações culturais queaconteceram nesse intervalo de 24 meses.
3.2.2.1- Entende-se por Associações ou Grupos Culturais as propostas que visaremproporcionar atividade ou complementação de atividades culturais já existentes em quehaja no seu conjunto no mínimo 10 participantes.

3.3. Quem não pode participar

Ficam impedidos:

• servidores da SMCDT ou parentes de até 3º grau envolvidos na elaboração ouanálise do edital;
• agentes culturais com pendências de prestação de contas de editais anteriores;
• dirigentes, secretários ou ocupantes de cargos de chefia no Poder Público.

3.4. Documentos obrigatórios

CATEGORIA 01	Projetos independentes:
CATEGORIA 02	Associações Culturais, Grupos ou coletivos culturais:

3.5. Só será permitido um projeto por agente cultural.

4. DAS COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

Cota	Critério	Pontuação adicional
Pessoas negras (pretas e pardas)	Autodeclaração	+2
Pessoas indígenas	Autodeclaração	+2
Pessoas com deficiência (PCDs)	Comprovação	+2
Agentes culturais de comunidades periféricas ou de vulnerabilidade social	Autodeclaração	+2
Agentes culturais pertencentes ao grupo LGBTQIAPN+	Autodeclaração	+2

Total máximo de pontos afirmativos: 10.

A concorrência nas cotas é concomitante à ampla concorrência.

5. COMO FAZER O PROJETO

O proponente deve preencher corretamente o formulário (Anexo I ou II), descrevendo:

• objeto, justificativa e objetivos;
• metas, cronograma e resultados esperados;
• plano orçamentário coerente com os valores de mercado;
• medidas de acessibilidade e ações de inclusão.

6. CATEGORIAS

6.1. Categoria 01 – Pessoa Física ou Jurídica:

Projetos culturais de indivíduos, grupos ou microempreendedores que desenvolvamatividades artísticas e culturais no Município.

6.2. Categoria 02 – Associações, Grupos ou Coletivos Culturais

Projetos de instituições ou coletivos culturais com finalidade social e artística,legalmente constituídas, que promovam a formação, difusão e fruição cultural.

6.2.1 – Associações culturais formalizadas deverão comprovar experiência na realizaçãode atividades voltadas para ações nas áreas da cultura, economia criativa, música,dança, teatro dentre outros.
6.2.2- As Associações de natureza divergente ao objetivo cultural poderão serdesclassificadas, mas suas propostas poderão ser analisadas pela Comissão Especial deSeleção de projetos caso as mesmas demonstrem expertise na realização de atividadesculturais já comprovadamente realizadas.
6.2.3 – As Associações ou Grupos sem formalização jurídica deverão demonstrar atravésde documentação sua experiência e atuação em atividades artísticas e culturais. Paratal, exige-se experiência mínima de pelo menos 2 (dois) anos.

7. ETAPA DE CLASSIFICAÇÃO

Os projetos serão avaliados por **Comissão de Avaliação de Projetos** nomeada porPortaria da SMCDT, conforme os critérios abaixo:

Critério	Descrição	Pontuação Máx.
1	Qualidade e coerência da proposta (objetivos, metas e plano orçamentário)	10
2	Relevância para o cenário cultural de Santa Bárbara	10
3	Impacto social e comunitário da ação proposta	10
4	Compatibilidade da equipe técnica com o projeto	10
5	Trajetória artística e cultural do proponente ou da instituição	10
Total máximo		**50 pontos**
Ações afirmativas (pontuação adicional conforme item 4 desse edital)		**Até 10 pontos**
Relevância Patrimônio Cultural (pontuação adicional conforme item 4 desse edital)		**5 pontos**

Obs.: **Relevância para o Patrimônio Cultural:** Para fins deste edital, será considerada arelevância do projeto para a preservação, valorização, promoção, salvaguarda oudifusão do **Patrimônio Cultural formalmente reconhecido,** compreendendo-se,exclusivamente para este critério, os **bens culturais que possuam ato oficial detombamento ou registro,** nas esferas municipal, estadual ou federal. Serãoconsiderados, portanto, os projetos que tenham relação direta e comprovada com benstombados ou registrados, contribuindo para sua proteção, valorização, conhecimento,fruição ou transmissão às presentes e futuras gerações.

8. ETAPA DE HABILITAÇÃO

Os proponentes selecionados deverão apresentar a documentação de regularidadefiscal e bancária para assinatura do **Termo de Execução Cultural,** conforme listagemespecífica por categoria.

9. EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A execução dos projetos deverá observar o cronograma aprovado e as orientações daSMCDT.

A prestação de contas se dará por **Relatório Simplificado de Execução do Objeto**,acompanhado de registros fotográficos, comprovação de ações de acessibilidade eresultados obtidos.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

• É vedada a veiculação de atividades de caráter político-partidário.
• Os casos omissos serão resolvidos pela SMCDT.
• O acompanhamento de todas as etapas é de responsabilidade dosproponentes.
• O resultado terá validade até a conclusão das etapas previstas.
• Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

11. Anexos
I – Formulário de inscrição e Plano de Trabalho (Categoria 01)
II – Formulário de inscrição e Plano de Trabalho (Categoria 02)
III – Declaração de representação de grupo ou coletivo
IV – Declaração étnico-racial
V – Declaração de Pessoa com Deficiência (PCD)
VI – Minuta do Termo de Execução Cultural
VII – Formulário de Recurso (fase de classificação)
VIII – Declaração de Endereço

TODOS OS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE OFICIAL DA PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA (https://www.santabarbara.mg.gov.br/)

Santa Bárbara/MG, setembro de 2026

ALEXANDRE GERALDO MOTA
Secretário de Cultura e Desenvolvimento do Turismo

Publicado por:
Larissa Garcia Pardini
Código Identificador:DA4D782B

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o Decreto Municipal de nº6080/2024, que regulamenta a aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura no âmbito do Município de Santa Bárbara e considerando a redação do art. 8°, o qual determina que a seleção dos projetos culturais será realizada por uma Comissão Especial de Seleção, nomeada através de portaria e composta por um servidor da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo, um servidor da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser um professor, e um servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para compor a Comissão Especial de Seleção os seguintes servidores:

I – Larissa Garcia Pardini, Turismóloga, servidora da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo;
II – Alexandra Ferreira Silva, Gestora Administrativa, servidora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação;
III – Fernanda Moreira Bicalho, Professora de Língua Inglesa, servidora da Secretaria Municipal de Educação.

Santa Bárbara, 08 de setembro de 2026

ALEXANDRE GERALDO MOTA
Secretário Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo

Publicado por:
Larissa Garcia Pardini
Código Identificador:5AF22AFB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO – RETIFICAÇÃO I
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 48/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO – RETIFICAÇÃO I
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 48/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados, o edital de Inexigibilidade nº 48/2026 – Processo Licitatório nº 101/2026. **Objeto:** CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO de Pessoas Físicas ou Jurídicas habilitadas, para prestação de serviços médicos especializados na função de **Médico Regulador**, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A apresentação dos documentos será a partir do dia **ONDE LIA-SE: ~~22 de setembro de 2026~~ LEIA-SE: 25 de setembro de 2026** pelas seguintes maneiras:
FORMA PRESENCIAL: O recebimento e protocolo dos envelopes será a partir do dia **ONDE LIA-SE: ~~22 de setembro de 2026~~ LEIA-SE: 25 de setembro de 2026** das 07h00min às 16h00min, na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro, Santana da Vargem/MG.
FORMA ELETRÔNICA: Os documentos poderão ser enviados através de e-mail no endereço eletrônico compras1@santanadavargem.mg.gov.br, a partir do dia **ONDE LIA-SE: ~~22 de setembro de 2026~~ LEIA-SE: 25 de setembro de 2026.**
O edital está disponível no site www.santanadavargem.mg.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br ou no Departamento de Compras e Licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP: 37.195-000. Informações pelo telefone (35) 98402-7281, ou e-mail compras1@santanadavargem.mg.gov.br.

Santana da Vargem/MG, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:958F6866

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: BITTNER MILANI & CIA LTDA-ME
PROCESSO LICITATÓRIO: 78/2026
PREGÃO ELETRONICO : 34/2026
OBJETO: AQUISIÇÕES DE TINTAS PARA A REALIZAÇÃO DE PINTURA E MANUTENÇÃO DOS BENS LISTADOS PELO SETOR DE PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNÍCIPIO
CONTRATO Nº 111/2026
VALOR: R$ 64.930,00
HOMOLOGAÇÃO: 08/09/2026 A 08/09/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 08 DE SETEMBRO DE 2026

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:948B976B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Senhora pregoeira cumprido todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade, Processo de Licitação nº 78/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 34/2026, registro de preços 31/2026, aquisições de tintas para a realização de pintura e manutenção dos bens listados pelo setor de Patrimônio Cultural do Munícipio, vem **HOMOLOGAR** o presente processo administrativo de licitação, para que produza os efeitos legais e jurídico da empresa **BITTNER MILANI & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.758.988/0001-64, com sede na Rua Orlando Nogueira da Silva, nº 132, Loja 1, Centro, Santana de Cataguases, MG, representada por seu procurador Senhor Nivaldo da Rocha Milani, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.313.708-8, R$ 64.930,00 (sessenta e quatro mil novecentos e trinta reais).

Santana de Cataguases, MG, 26 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:5694A8CF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 105/2025

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCOS ANTÔNIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de identidade M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Santana de Cataguases-MG, CONTRATADA: **IMPERIUM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ: 33.077.194/0001-82, localizada na Avenida Antônio Esteves Ribeiro, 336, loja 03, centro, Dona Euzébia- MG, CEP: 36.784-000, representante legal Senhor Victor Carvalho Novaes, inscrito no CPF sob o nº 068.219.546-40, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 93/2025, Inexigibilidade nº 24/2025, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e posteriores alterações, as partes qualificadas ajustam o presente instrumento, celebram o Aditivo primeiro ao Contrato nº 105/2025 mediante as seguintes cláusulas e condições:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 105/2025, firmado em 03/09/2025, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, prorrogação de tempo, solicitação encaminhada pela empresa acima citada, através de documento enviado via email, no dia 18/08/2026, justifica-se a renovação para que a referida empresa consiga supervisionar a execução total do contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do objeto prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração e aprovação de projetos elétricos para implantação de iluminação pública e extensão de rede, nas Ruas Dejair Machado, Praça Joao Remígio de Resende Filho.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 04/09/2026 a 04/09/2027.

CLAUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.** E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 08 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-MG
CNPJ: 17.702.515/0001-36

IMPERIUM ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 33.077.194/0001-82

TESTEMUNHAS

ASSINATURA: _____
CPF: _____

ASSINATURA: _____
CPF: _____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:C62D91F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de Santana dos Montes/MG, torna público a HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO do Processo de Contratação nº 084/2026 – Pregão Eletrônico nº 045/2026, cujo objeto é o fornecimento de implementos agrícolas para a Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, em atendimento às demandas da Secretaria de Agricultura, através de recurso vinculado à Resolução nº 027/2023 SEGOV, em favor das empresas: MANJATO TRATORES LTDA, CNPJ nº 00.492.308/0001-00, no valor de R$ 21.600,00; e CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ nº 04.742.267/0001-05, no valor de R$ 6.085,00. Valor total adjudicado: R$ 27.685,00. Data da homologação e adjudicação: 28/08/2026.

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:1BB12324

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026 – Processo de Contratação nº 084/2026 – Pregão Eletrônico nº 045/2026. Contratante: Município de Santana dos Montes/MG, CNPJ nº 19.718.394/0001-46. Contratada: MANJATO TRATORES LTDA, CNPJ nº 00.492.308/0001-00. Objeto: fornecimento de implementos agrícolas para a Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, em atendimento às demandas da Secretaria de Agricultura, através de recurso vinculado à Resolução nº 027/2023 SEGOV. Valor Global: R$ 21.600,00. Vigência: 12 meses, de 28/08/2026 a 28/08/2027. Dotação Orçamentária: 02.013.000 20.606.0015 1.050 4.4.90.52.00.639. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 28/08/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2026 – Processo de Contratação nº 084/2026 – Pregão Eletrônico nº 045/2026. Contratante: Município de Santana dos Montes/MG, CNPJ nº 19.718.394/0001-46. Contratada: CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ nº 04.742.267/0001-05. Objeto: fornecimento de implementos agrícolas para a Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, em atendimento às demandas da Secretaria de Agricultura, através de recurso vinculado à Resolução nº 027/2023 SEGOV. Valor Global: R$ 6.085,00. Vigência: 12 meses, de 28/08/2026 a 28/08/2027. Dotação Orçamentária: 02.013.000 20.606.0015 1.050 4.4.90.52.00.639. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 28/08/2026.

Publicado por:
Alvaro Miranda Lana
Código Identificador:FC825B70

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO - PRC Nº 077/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 077/2025 - Edital nº 035/2025 - Pregão Eletrônico nº 028/2025. Torna público o extrato de 1º termo aditivo ao contrato(s) celebrado(s) com a(s) seguinte(s) empresa(s): **CÉLIO ELOI DE PAULA28553020649 e de FIRMINO BATISTA DE OLIVEIRA86903004815**. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa com motorista para prestar serviço de transporte escolar, frustados em licitação anterior, para os estudantes da rede Municipal e Estadual, residentes nas áreas rurais do Município de Santa Rita de Caldas, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município, de natureza comum conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 08.09.2026.

IVANIL DE CÁSSIA LOPES MENOSSI-
Chefe do Departamento Municipal de Educação –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:C42CD5A6

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO - PRC Nº 059/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 059/2025 - Edital nº 028/2025 - Pregão Eletrônico nº 024/2025. Torna público o extrato de 1º termo aditivo ao(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) seguinte(s) empresa(s): SEBASTIAO RODRIGUES MOREIRA 48668087649, 51.387.651 VALDECIR FRANCISCO GABRIEL, 61.914.304 WESLEY GABRIEL PONTES, ALEXANDRE GONCALVES DO COUTO 09968480614, CELIO ELOI DE PAULA 28553020649, DIEGO SANTOS FONSECA 12457189675, GLAUCO GUIMARAES FRANCO 06210085679, JOAO DE SOUZA SOBRINHO 00566262827, MARCOS FAGUNDES 92955924687, MARCOS FERREIRA DE CARVALHO 99427141620 e MAURILIO QUERINO DA LUZ 39632733649. Objeto: constitui objeto do presente processo, a contratação de empresa, com motorista para prestar serviço de transporte escolar, para os estudantes da rede Municipal e Estadual, residentes nas áreas rurais do Município de Santa Rita de Caldas-MG, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município, de natureza comum conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos e de acordo com as especificações do Anexo III-Modelo de Proposta. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 08.09.2026.

IVANIL DE CÁSSIA LOPES MENOSSI-
Chefe do Departamento Municipal de Educação –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:9B6736AB

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO - PRC Nº 002/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 002/2024 - Dispensa nº 001/2024 – Torna público o extrato de 3º Termo Aditivo ao contrato celebrado com a empresa **PRÓ AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA**. Objeto: constitui objeto a prestação de serviços que consistirão na coleta, transporte, tratamento térmico e/ou destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde pertencentes aos Grupos “A”, “B” e “E”, provenientes das operações produtivas normais da

CONTRATANTE e classificados de acordo com as Resoluções CONAMA 358/05 e RDC ANVISA 306/04. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 08.09.2026.

MARIA INEZ LIMA E SILVA-
Chefe do Departamento Municipal de Saúde.

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:3CD4AEE5

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO - PRC Nº 047/2024

REFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 047/2024 – Edital nº 019/2024, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 014/2024. Torna público o extrato de 4º Termo Aditivo ao contrato celebrado com a empresa **COPYGERAIS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**. Objeto: constitui objeto do presente, a contratação de empresa, objetivando a prestação de serviços de locação de equipamentos multifuncionais laser monocromático, com o fornecimento total de suprimentos, peças e assistência técnica especializada, exceto papel sulfite, de acordo com as especificações do Anexo II-Modelo de Proposta. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023. Data: 08.09.2026.

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:B04C9636

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL E ANEXOS - PRC Nº 067/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 067/2026 - Edital nº 032/2026 - Pregão Eletrônico nº 023/2026 – Registro de Preços nº 015/2026. Torna público a RETIFICAÇÃO Nº 01/2026 ao edital e anexos. Objeto: constitui objeto do presente a contratação de empresa, através do sistema de registro de preços, destinado ao Fornecimento de medicamentos da Farmácia Básica, mediante aplicação de percentual de desconto sobre os valores constantes na Tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), considerando o Preço Fábrica (PF), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Saúde do Município de Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais, para a manutenção das atividades de assistência à saúde da população, pelo período de 12 (doze) meses, de natureza COMUM conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos**.** Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023 e alterações e Lei Municipal nº 1.745/2003, de 23.10.2003. Nova data prevista para a realização do certame licitatório: 22.09.2026, às 09:00 horas. Edital e anexos disponíveis no site: prefeiturasrc.mg.gov.br e na Plataforma da ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitasrc@gmail.com e na Plataforma da ammlicita.org.br - Data: 08.09.2026.

MARIA INÊS DE LIMA E SILVA-
Secretária Municipal de Saúde –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:F1FD3447

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025
O Município de Santa Vitória, CNPJ nº 18.457.226/0001-81, torna pública a adesão à **Ata de Registro de Preços nº 013/2025**, originária do Município do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Entorno de Salinas - CIMES, referente ao **Processo Licitatório nº 021/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 007/2025**.
Objeto: **Registro de Preços para Contratação Futura de Empresa especializada na Prestação de Serviços continuados de apoio às atividades operacionais e administrativas, de forma complementar, em conformidade com diretrizes das políticas de saúde**, conforme especificações da ata original.
A adesão foi formalizada pelo **Contrato nº 141/2026**.
Vigência do Contrato : 08/09/2026 a 08/09/2027.
Empresa contratada: FACILITE SERVIÇOS & TERCEIRIZAÇÃO LTDA CNPJ nº 52.642.823/0001-14
Valor total: R$ 5.233.900,00 (cinco milhões duzentos e trinta e três mil novecentos reais).
A adesão atende à **Lei nº 14.133/2021** e ao **Decreto Municipal nº 10.950/2024**.

Santa Vitória/MG, 08 de setembro de 2026.

EDUARDO DOMINGOS DE SOUZA NETO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANDRÉ APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Joicineia Ferreira Gonçalves
Código Identificador:EAA2E1A8

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2026

Extrato do Contrato nº 142/2026, Processo Licitatório nº 054/2026 – Credenciamento nº 004/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG | CNPJ/MF nº 18.457.226/0001-81. Contratado: Corus Clínica Ltda. | CNPJ/MF nº 21.357.059/0001-01. Objeto do contrato: Prestação de serviços de assistência médica em clínica geral, compreendendo a execução de plantões presenciais na Unidade Pronto Atendimento Municipal Jerônimo Teodoro, bem como a realização de transferências de pacientes graves em unidade móvel de suporte avançado, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Vitória - MG. Valor: R$3.367.629,00. O valor indicado corresponde ao limite financeiro global estimado do credenciamento, comum aos contratos, não implicando sua multiplicação pelo número de credenciados nem garantia de execução integral individual. Vigência: 04/09/2026 a 04/09/2027. Dotação Orçamentária: Ficha 396 | FR 1.500 – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em cumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia Aparecida Lorena Binato
Código Identificador:96762B6E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 093/2026, Dispensa de Licitação nº 041/2026. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO DE MÉDICO E ENFERMEIROS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE SAÚDE DURANTE O EVENTO DA 39ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E CONCURSO LEITEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO QUE SE REALIZAR DO PRÓXIMO DIA 11 A 13 DE SETEMBRO. Processo ratificado nesta data. F & S MEDICAL LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 38.292.817/0001-53, em razão de ser a melhor proposta para os itens 01,02,03,04,05 e 06, com o valor total de R$ 15.876,00.

Santo Antonio do Aventureiro - MG, 08 de setembro de 2026.

***AMAURY DE SÁ FERREIRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:60A6D6B6

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026. Contrato Administrativo Nº 071/2026. Contratado: RCD RAMOS CULTURA E DESENVOLVIMENTO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUMPAC, EXECUÇÃO DO PLANO DE INVENTÁRIO COM A IDENTIFICAÇÃO DOS BENS CULTURAIS LOCAIS, DOSSIÊS DE TOMBAMENTO DOS BENS MATERIAIS IDENTIFICADOS E DOS BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS, LAUDO SOBRE O MONITORAMENTO DOS BENS TOMBADOS, RELATÓRIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA DOS BENS PROTEGIDO. Valor: R$ 14.000,00. Vigência contratual: 04 meses. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.02.10.00.04.122.0003.2.0058 (1.500.000).04/09/2026.

***JÚLIA MARA SILVA COSTA* –**
Agente de Contratação.

***AMAURY DE SÁ FERREIRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:B6075EBB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. **EXTRATO DE TERMO ADITIVO.** Processo de Licitação nº 077/2024. Inexigibilidade de Licitação nº 006/2024. Segundo Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 055/2024. Contratada: ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA DE REZENDE. Objeto: Prorrogação de vigência da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO CERCA DE 400M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO, À RUA DARCY CARLOS DA CUNHA, S/Nº, CENTRO, O QUAL SE DESTINARÁ À REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, CONFERÊNCIAS, PALESTRAS, CURSOS E OUTROS EVENTOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, juntamente com o reajuste de valor previsto no contrato, referente ao acumulado dos últimos 12 meses do IGPM/FGV. Vigência: 12 meses. Valor Total: R$ 22.735,20. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.02.03.00.04.122.0002.2.0009 – 1.500.000. Justificativa: cláusula onze e quarta do contrato ora aditado e art. 107 e art. 92, V, ambos da Lei Federal nº 14133/2021.

Santo Antonio do Aventureiro, 08/09/2026.

***JÚLIA MARA SILVA COSTA* –**
Agente de Contratação.

***AMAURY DE SÁ FERREIRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:F401DC83

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. **EXTRATO DE TERMO ADITIVO.** Processo de Licitação nº 074/2025. Pregão Presencial nº 017/2025. Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº 024/2025. Contratada: WC AUTOMOTORES LTDA. Objeto: Prorrogação de vigência da ata de registro de preço para fornecimento de peças e acessórios, novas originais e/ou genuínas e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para os veículos PAS/ÔNIBUS/MARCOPOLO/VOLARE V6 ESC (DÍESEL) 2008/2009, PLACA GMF-5693; PAS/MICROÔNIBUS/IVECO/DAILY55C16 TCA MIC (DÍESEL) 2018/19, PLACA QPV-0989; PAS/MICROÔNIBUS/IVECO/DAILY55C16 TCA MIC (DÍESEL) 2018/19, PLACA QPV-0993; PAS/ÔNIBUS/VW 15.19 EOD E. S. OREL (DÍESEL) 2012/2013, PLACA OPL-1099; PAS/ÔNIBUS/VW 15.190 EOD E. HD ORE (DÍESEL) 2012/2013, PLACA OPL-1103; PAS/ÔNIBUS/IVECO/GLANCLASS 150S21E (DÍESEL) 2016/2017, PLACA PZI-2125; PAS/ÔNIBUS/MARCOPOLO/VOLARE V8L ESC (DÍESEL) 2008/2009, PLACA GMF-5694; PAS/MICROÔNIBUS/IVECO/MASCARELLO 10.190 (DIESEL) 2023/2024, PLACA: SJI-8J70; CAR/CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ/ATRON 2729 K 6X4 2014/2014 (DÍESEL), PLACA PUA-5847; CAR/CAMINHÃO BASCULANTE IVECO/EUROCARGO 170E22 (DÍESEL), 2010/2011, PLACA GMF-6557; CAR/CAMINHÃO BASCULANTE IVECO/TECTOR (DÍESEL), 2022/2023, PLACA RVX-3E24; VAN MASTER FORMA RENAULT (DIESEL), 2022/2023, PLACA RVI-7D66; FORD RANGER AMBULÂNCIA (DIESEL), 2022/2023, PLACA RVY-5G17; VAN MASTER FORMA RENAULT (DIESEL), 2024/2025 PLACA: TCB-0B73; KIA BONGO AMBULÂNCIA (DIESEL), 2023/2024 PLACA: SYT-4J81. Valor: Mantém-se o valor para o saldo da Ata de Registro de Preço ora prorrogada. Justificativa: Art. 84, da Lei Federal nº 14133/2021.

Santo Antonio do Aventureiro, 08/09/2026.

***JÚLIA MARA SILVA COSTA* –**
Agente de Contratação.

***AMAURY DE SÁ FERREIRA* –**
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:4E775CF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0031/2026

Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público que realizará o Processo Licitatório nº 0080/2026, Pregão Eletrônico nº 0031/2026. **Sistema de Registro de Preços. Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA LINHA LEVE E PESADA DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL E ÓRGÃOS CONVENIADOS DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG DAS DIVERSAS SECRETARIAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE 1ª LINHA, GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. **Lançamento das Propostas:** Até Quinta-feira, 24 de Setembro de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Quinta-feira, 24 de Setembro de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Informações:** 33 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos, horário das 07:00 horas às 16:00 horas, pelo e-mail: licitacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br, pelo site: www.santoantoniodoitambe.mg.gov.br ou diretamente pela plataforma de licitações: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112797.Link da contratação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=18.303.222%2F0001-49&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira, 08 de Setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:2262C3DD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0106/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0050/2026 — Pregão Eletrônico nº 0018/2026. **Partes:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X COMERCIAL PRG LTDA. **Ata no valor Total de:** R$ 25.025,10 (vinte e cinco mil e vinte e cinco reais e dez centavos). **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG. **Assinatura:** 10/06/2026 — **Vigência:** 10/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 08 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:D89E078C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0107/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0050/2026 — Pregão Eletrônico nº 0018/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X FENIX ORGANIZACOES DE SERVICOS, LOCACAO E COMERCIO LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 295.291,30 (duzentos e noventa e cinco mil e duzentos e noventa e um reais e trinta centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**10/06/2026 — **Vigência:**10/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 08 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:18B8E2B4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0108/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0050/2026 — Pregão Eletrônico nº 0018/2026. **Partes:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X JVX COMERCIAL LTDA. **Ata no valor Total de:** R$ 63.693,60 (sessenta e três mil e seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos). **Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG. **Assinatura:** 10/06/2026 — **Vigência:** 10/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 08 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:8D040B8C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0109/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0050/2026 — Pregão Eletrônico nº 0018/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X MERCEARIA MADECAPE LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 42.578,40 (quarenta e dois mil e quinhentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**10/06/2026 — **Vigência:**10/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 08 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:980D39BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0162/2024 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO E A EMPRESA C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Processo Licitatório nº 021/2024

Concorrência Eletrônica nº 002/2024

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO**, com sede na Avenida Montes Claros, nº 243, inscrito no CNPJ nº 22.679.153/0001-40, por delegação, através do Decreto nº. 021/2022, ora representado pelo Senhor Secretário Municipal de Obras e Gestão de Convênios **CÉZAR BOTELHO FILHO**, brasileiro, Solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.791.256, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 098.418.276-46, residente e domiciliado na Rua Arnaldo Vieira, nº 824, Bairro João Aguiar, na cidade de São Francisco/MG, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa, **C&R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na cidade Brasília de Minas, Estado minas Gerais, na Rodovia MG 202, nº 803, loteamento vale verde I inscrita no CNPJ nº 18.666.391/0001-43, Inscrição Estadual sob nº 002202222.00-48, representada neste ato pelo **Sr. Edilson Junior Rodrigues**, portador do RG nº MG 17.340.886 SSP/MG e CPF nº 102.127.826-22, residente e domiciliado na cidade de Brasília de Minas, na Rua K nº 87, Bairro Vila Atlântida, doravante designados respectivamente CONTRATADA, lastreado na Lei Federal 14.133/21 conforme o artigos 107, firma o presente termo aditivo, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica a Clausula terceira do Contrato original, aditivado quanto ao prazo de vigência por mais **90 (noventa) dias**, sendo de **22 (vinte e dois) de agosto de 2026 até 20 (vinte) de novembro de 2026**, justifica se o presente aditivo, que durante este período foram encontradas dificuldades para aquisição de bombas necessárias à execução de reforma das casas de bombas para drenagem de aguas pluviais.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Francisco/MG, 22 de agosto de 2026.

Município de São Francisco
CÉZAR BOTELHO FILHO
Contratante

C&R Engenharia e Construções LTDA
CNPJ nº 18.666.391/0001-43
EDILSON JUNIOR RODRIGUES -
CPF: 102.127.826-22
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:BAA45EFC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE SALES

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
TERMO DE FOMENTO-INEXIGIBILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES ESTADO DE MINAS GERAIS TERMO DE FOMENTO N º 02/2026 A *Sr.ª*. Diretora do Departamento de Material da Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales, Por intermédio do presente, torna público, para amplo conhecimento dos interessados o extrato do contrato em epígrafe: Contratante: *MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE SALES-MG* Contratado: WEVERSONJEAN PINTO DA SIVA. Processo nº 174/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026 Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Fomento a cooperação entre o Município de São Francisco de Sales e o Sindicato Rural de São Francisco de Sales, visando o fortalecimento das atividades da entidade, contribuindo para o desenvolvimento do Setor Rural e o atendimento aos produtores rurais do município. Vigência: Este instrumento terá sua vigência a partir da assinatura do presente Termo até 31 de dezembro de 2026. Dotação orçamentaria: 02.09.02.14.392.0011.2082.3.3.50.41.00 Ficha (329). Contribuições-500 Recursos não vinculados de impostos. Valor Total: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais). Divididos em 4 parcelas mensais no valor de R$ 3.750,00. Fundamento Legal: 14.133/21 Data da assinatura: 02/09/2026.

São Francisco de Sales-MG, 02 setembro de 2.026.

JUCIANA LOPES DA SILVA-
Diretora do Departamento de Compras e Materiais-CPF 084.576.446-29.

Publicado por:
Luciana Prado de Matos
Código Identificador:2F55E030

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

CONTROLE INTERNO
DECRETO N.º 057/2026 "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO N°. 035/2025 QUE TRATA DO ATO DE APOSENTADORIA DE REGIANE MARTINS LAVIOLA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO N.º 057/2026

"Dispõe sobre a retificação do Decreto n°. 035/2025 que trata do Ato de Aposentadoria de REGIANE MARTINS LAVIOLA e contém outras providências".

O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, bem como as justificativas e esclarecimentos do GLORIAPREV, RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Decreto n°. 035/2025, que trata do Ato de Aposentadoria da Servidora **REGIANE MARTINS LAVIOLA**, para dar nova redação ao seu Art. 1º que segue:
Art. 1° Fica concedida Aposentadoria, com integralidade e paridade á Servidora SRA**. REGIANE MARTINS LAVIOLA**, supervisora pedagógica, CPF: 940.011.206-82, nos termos do Artigo 3º, da EC 47/2005.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Glória/MG, 08 de setembro de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:DBBA3DD9

CONTROLE INTERNO
DECRETO N.º 058/2026 "DECLARA EXTINTA APOSENTADORIA POR MOTIVO DE FALECIMENTO DE SERVIDOR INATIVO, SEM DEPENDENTES HABILITADOS À PENSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO N.º 058/2026

"Declara extinta aposentadoria por motivo de falecimento de servidor inativo, sem dependentes habilitados à pensão, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO o falecimento do servidor inativo **HELIO FERREIRA DA CUNHA**, ocorrido em 14/07/2026, conforme certidão de óbito registrada;

CONSIDERANDO a ausência de dependentes legais habilitados à concessão de pensão por morte, nos termos da legislação previdenciária aplicável ao RPPS;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a extinção da aposentadoria concedida ao ex-servidor **HÉLIO FERREIRA DA CUNHA**, inscrito no CPF sob o nº 454.332.406-49, que ocupava o lugar de aposentado do GLORIAPREV.

Art. 2º Fica ainda atestado o encerramento dos vínculos previdenciários mantidos com o instituidor, ressalvado o pagamento de eventuais resíduos de proventos devidos até a data do óbito.

Art. 3º O setor competente do GLORIAPREV adotará as providências necessárias para a baixa definitiva do benefício no sistema de folha de pagamento e nos cadastros previdenciários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros e administrativos a contar da data do Óbito.

São Francisco do Glória/MG, 08 de setembro de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:49FAAD3F

CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 079/2026 "NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO QUE MENCIONA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 079/2026

"Nomeia servidor para o cargo que menciona e *contém outras providências".*

O Prefeito Municipal de São Francisco do Glória/MG, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 1.280/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a **Sra. THAIS APARECIDA MOREIRA LAVIOLA**, inscrita sob o CPF de nº 100.960.736-75, para exercer o cargo em comissão de **COORDENADOR III**, vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de São Francisco do Glória/MG, a partir de 09 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Glória/MG, 08 de setembro de 2026.

INÁCIO DOLIZETE RICARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Davi Luiz Miranda Azevedo
Código Identificador:FF47DB42

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

ASSESSORIA GABINETE
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 719, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os cidadãos do Município de São Gonçalo do Rio Preto /MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição da República; nos arts.154, 155 e 235 da Lei Orgânica Municipal e no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:
I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
II – a organização e estrutura dos orçamentos;
III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO – I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º A programação da despesa constante da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2027, deverá ser compatível com o Plano Plurianual para o período 2026-2029.
§1º As atividades de manutenção, conservação e recuperação de bens públicos e as obras não concluídas terão prioridade sobre os projetos de expansão e implantação de novas obras.
§2o A programação de que trata o *caput* observará as diretrizes básicas de ação do Governo Municipal e o disposto na Lei do Plano Plurianual.
§3º Na alocação dos recursos na proposta orçamentária para 2027, terão precedência os programas de governo relativos à garantia de direitos fundamentais à Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social, Criança e do Adolescente, Saneamento Básico e Habitação.

Art. 3º Em atendimento ao disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:
I – **METAS E PRIORIDADES**
II – **ANEXO DE METAS FISCAIS:**
Demonstrativo I – Metas Anuais;
Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as realizadas nos três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
III – **ANEXO DE RISCOS FISCAIS:**
Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.
Parágrafo Único. Os anexos estabelecidos nesta Lei poderão ser ajustados quando do encaminhamento do projeto de Lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas e da execução das receitas e das despesas apresentadas, de modo guardar a compatibilidade entre os instrumentos de Planejamento.

CAPÍTULO – II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 compreenderá:
I – O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, referente à programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e entidades instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;
II – O Orçamento de investimento das empresas públicas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão, unidade orçamentária detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recurso.
Parágrafo Único. A Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social.

Art. 6º O Orçamento de Investimento, previsto no inciso II, do §5º, do art. 165, da Constituição da República, será apresentado para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
Parágrafo Único. Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária referida neste artigo com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excluídas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

Art. 7º O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2027, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada entidade da Administração Municipal.

Art. 8º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual referente ao período 2026-2029.
Parágrafo Único. Para efeito desta lei, entende-se por:
I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II – Projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, das quais resulta um produto;
III – Atividades: o instrumento de programação para alcançar objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação governamental;
IV – Operações especiais: constituem as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto;
V – Unidade Orçamentária: menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:
I – texto da lei;
II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal nº 4.320/1964;
III – quadros orçamentários consolidados;
IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º, da Lei Complementar nº 101/2000;
VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.
Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:
I – demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
II – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212, da Constituição da República e no artigo 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III – demonstrativo dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, nos termos do artigo 212-A, da Constituição da República, regulamentado pela Lei Federal nº 14.113/2020;
IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
V – demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169, da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO – III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 A Proposta Orçamentária do Município para o exercício de 2027 será elaborada em conformidade com as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos nesta Lei e no Plano Plurianual 2027-2029, observadas as normas da Lei Federal 4320/64 e da Lei Complementar 101/2000.

Art. 11 A proposta orçamentária para o exercício de 2027 será elaborada e executada de acordo com as seguintes orientações gerais:
I – responsabilidade na gestão fiscal;
II – participação popular e controle social;
III – desenvolvimento econômico e social, visando a redução das desigualdades;
IV – eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde, educação e assistência social;
V – ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;
VI – articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;
VII – acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade;
VIII – promoção e proteção a infância e a adolescência;
IX – promoção e preservação do meio ambiente e do bem-estar animal, do patrimônio histórico e das manifestações culturais e religiosas.
X – garantia da eficiente e regular prestação de serviços à população, em acordo com os planos setoriais em vigor.

Art. 12 O projeto de Lei Orçamentária de 2027 deverá assegurar a transparência na sua elaboração e execução.
Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 13 Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:
I – elaboração da proposta orçamentária de 2027, mediante regular processo de consultas e informações;
II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei;
III – definição dos planos setoriais municipais, das disposições sobre a ocupação territorial e do Plano Diretor Municipal.

Art. 14 A estimativa da receita e fixação das despesas constantes do projeto da Lei Orçamentária de 2027 serão orçados a preços correntes de maio de 2026**,** projetados ao exercício a que se refere, tendo como bases as receitas e despesas realizadas e previstas nos três exercícios anteriores.
Parágrafo único. O projeto da Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem em aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 15 A estimativa da receita que constará do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, entre as quais:
I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributários administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
III – aperfeiçoamento dos processos tributários administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 16 A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária e administrativa, com destaque para:
I – atualização da planta genérica de valores do Município;
II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com ou sem redefinição dos limites da zona urbana municipal;
IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e da Taxa de Limpeza de Resíduos Sólidos – TLRS;
V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis – ITBI;
VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos;
XI – a instituição da outorga onerosa do direito de construir, e de outros instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor do Município.

Art. 17 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 18 Em caso de ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal, nº 101/2000.

Art. 19 Nos termos da Constituição da República e da Lei Federal nº 4.320/1964, o Município poderá efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários.
§1º. A abertura de créditos adicionais suplementares dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e de prévia autorização legislativa, sendo que a Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização e dispor sobre os dispositivos e limites para a abertura dos aludidos créditos, por Decreto do Poder Executivo.
§2º. Não serão computados nos eventuais limites estabelecidos na Lei Orçamentária para o exercício de 2027, nos termos do §1º, do presente artigo, os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, e do excesso de arrecadação efetivamente apurado, que serão de livre movimentação do Poder Executivo municipal.
§3º. A abertura de créditos adicionais especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e de prévia autorização legislativa, em lei específica.
§4º. A abertura de créditos adicionais extraordinários dar-se-á por Decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo, para referendum, nos termos do artigo 165, parágrafo terceiro, da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo do Rio Preto .
§5º. Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal, até o limite de 80% (oitenta por cento) do valor total do Orçamento.
§6º. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme os dispostos na Portaria Interministerial nº 163/2001.
§7º. Fica o Executivo Municipal autorizado através de decreto a alterar ou acrescentar as fontes/destinação de recursos nas categorias de programação orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2027, quando estas fontes/destinação de recursos não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente nas categorias de programação constantes da Lei Orçamentária Anual.
§8º. Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo poderá promover por ato próprio alterações de valores ou acréscimo de elementos no Quadro de Detalhamento das Despesas do Município.

Art. 20 A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, §2º, da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Art. 22 A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Art. 23 A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, 2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2027, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Art. 24 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:
I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte;
II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.
Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada, sem fins lucrativos, deverá submeter-se ao procedimento legal descrito na Lei Federal 13.019/2014.

Art. 25 É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções econômicas, ressalvadas as autorizadas mediante leis específicas que sejam destinadas a cobertura de deficit de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não.

Art. 26 É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:
I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte e lazer, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 27 É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento agropecuário, comercial e industrial.

Art. 28 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente interesses locais observadas as exigências do artigo 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 30 As transferências de recursos às entidades descritas nos artigos 24 a 27, desta Lei, deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de termos de parceria, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos, as exigências da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e da Lei Federal n.º 13.019, de 2014 ou de outra Lei que vier substituí-las ou alterá-las.
§1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da execução do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.
§2º. É vedada a celebração de termo de parceria com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 31 É vedada a destinação na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de recursos diretos para cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26, da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na legislação específica.
Parágrafo único. As normas do *caput,* deste artigo, não se aplicam ao auxílio de pessoas físicas custeado por recursos do Sistema Único de Saúde e da Assistência Social.

Art. 32 É permitida a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.
Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput,* deste artigo, deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

Art. 33 É permitida a inclusão na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de aumento de capital das empresas públicas, desde que autorizadas mediante leis específicas.

Art. 34 Para fins do disposto no §3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II, do artigo 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Art. 35 A Lei Orçamentária discriminará as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, em cumprimento ao disposto no artigo 100, da Constituição da República.
Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, controle e centralização os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 36 O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13, da Lei Complementar nº 101/2000.
§1º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, através do Diário Oficial Eletrônico do Município, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027.
§2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no *caput,* deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 37 Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput,* do artigo 9º e no inciso II, do § 1º, do artigo 31, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais, constantes da Lei Orçamentária de 2027, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.
§1º. Excluem-se da limitação prevista no *caput* deste artigo:
I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
II – as despesas com benefícios previdenciários quando houver;
III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
IV – as despesas com PIS/PASEP;
V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.
§2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput, deste artigo.
§3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.
§4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 38 Para fins de cumprimento do disposto no Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, será adotado o Siafic único para o Município, conforme disposto nos incisos I e II do caput do art. 2º do referido Decreto, sendo vedada a existência de mais de um Siafic no município.

§ 1° - Para fins do cumprimento dos prazos estabelecidos em lei com vistas à divulgação das demonstrações contábeis, ao envio das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais de que trata o § 2° do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, à divulgação dos relatórios de que tratam o§ 3° do art. 165 da Constituição e o§ 2° do art. 55 da referida Lei Complementar, e ao envio do Módulo SICOM ao TCE/MG, o Siafic ficará disponível até:

§ 1º - o 25° (vigésimo quinto) dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior;
II - 25 de janeiro de 2027, para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício financeiro de 2026, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar, e
III - último dia do mês de fevereiro de 2027, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2027 e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2° do art. 48 eo art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
§ 2° - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal pelos consórcios públicos constituídos de acordo com a Lei n° 11.107, de 06 de abril de 2005 deverão refletir as normas gerais de consolidação das contas dos consórcios determinadas pela portaria 72 de 01 de fevereiro de 2012 expedida pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

CAPÍTULO – IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 39 Para fins de atendimento do disposto no inciso II, do §1º, do art. 169, da Constituição da República, observado o inciso I, do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15 a 17, da Lei Complementar nº 101/2000.
§1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2027, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18 a 20, da Lei Complementar nº 101/2000.
§2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19, da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do artigo 169, da Constituição da República.
§3º. O Poder Executivo poderá realizar concursos públicos para provimentos de cargos da administração municipal.
§4º. Não serão consideradas no cômputo do índice de pessoal as despesas decorrentes de terceirização de mão de obra, bem como os serviços de saúde que possa caracterizar acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do município, ressalvadas as despesas que reflitam nítida natureza de substituição de servidores do plano de cargos e salários ou de empregados públicos.

CAPÍTULO – V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 Ressalvadas as alterações no sistema tributário nacional advindas de proposta de reforma constitucional tributária que poderão afetar a legislação municipal, poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária, visando o seu aperfeiçoamento e instituindo ainda:
I – quanto a todos os tributos municipais:
a) concessão de remissão de créditos tributários como forma de incentivo à organização do cadastro municipal de contribuintes, fomento à geração de trabalho e renda e, ainda, para o atendimento de demandas econômico-sociais;
b) concessão de anistia a penalidades decorrentes do descumprimento de obrigações previstas na legislação municipal, inclusive obrigações tributárias como forma de arrecadar créditos inscritos em dívida ativa.
II – quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Taxa de Licença decorrente do Poder de Fiscalização, Taxas de Fiscalização Sanitária, e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis:
a) concessão de isenção integral ou parcial para fomentar a instalação de empresas a geração de emprego e renda;
b) instituição de isenções sobre o patrimônio e serviços de contribuintes, atendendo interesses sociais das classes de menor condição econômica;
c) instituição de isenção visando a promoção de iniciativas esportivas e culturais.
III – exclusivamente quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Limpeza de Resíduos Sólidos, a instituição de isenção e distribuição de prêmios como estímulo à adimplência fiscal.

Art. 41 Poderão ser adotadas as seguintes medidas compensatórias:
I – reformulação dos critérios de concessão das isenções para as classes sociais de menor condição econômica;
II – rezoneamento das áreas urbanas sujeitas à tributação pelo Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
III – revisão da Planta Genérica de Valores a partir de novas avaliações dos terrenos e suas edificações;
IV – revisão integral dos dados cadastrais dos contribuintes do IPTU para fazer constar às modificações físicas nos imóveis que afetam o seu valor venal e consequente tributação;
V – recadastramento total de contribuintes do IPTU e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, com identificação completa dos responsáveis pelas obrigações tributárias, permitindo maior agilidade e certeza nos procedimentos de notificação do lançamento e cobrança, inclusive cobrança judicial;
VI – reorganização do cadastro de contribuintes do ISSQN, baixando as inscrições municipais de inúmeros contribuintes com atividades econômica paralisada, e que anualmente se sujeitam a lançamentos tributários efetuados de ofício, tumultuando o banco de dados da Secretaria de Finanças, gerando um crédito tributário insubsistente e de difícil arrecadação;
VII – adoção de regimes especiais de fiscalização e retenção de ISSQN nos serviços prestados por contribuintes não inscritos ou com inscrição municipal suspensa.

Art. 42 O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO – VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O Poder Executivo Municipal realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 44 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas na presente Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.
§1º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.
§2º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 45 O Poder Executivo poderá contratar Parcerias Público Privadas – PPP's, em conformidade com a Lei 4.750, de 04 de março de 2015.

Art. 46 Se o projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 não for sancionado pelo Chefe do Executivo até 31 de dezembro de 2026, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
I – pessoal e encargos sociais;
II – benefícios previdenciários quando houver;
III – amortização, juros e encargos da dívida;
IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais do Município;
VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 47 O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal propondo a modificação do projeto da Lei Orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que desejar alterar, conforme disposto no §2º., do artigo 158, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 48 A contabilidade registrará os atos e os fatos efetivamente ocorridos, relativos à gestão orçamentário-financeira, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância desta Lei.

Art. 49 As emendas individuais e de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual reger-se-ão pelas disposições constantes do art. 102- A da Lei Orgânica do Município.

Art. 50 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 51 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo do Rio Preto (MG), 08 de setembro de 2026.

DILSON DE FATIMA MOREIRA
Prefeito de São Gonçalo do Rio Preto

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:5D2CDFA8

ASSESSORIA GABINETE
SANÇÃO

GABINETE DO PREFEITO

PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

SANÇÃO

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG, no uso de suas atribuições legais **SANCIONA**, nesta data, a LEI Nº 719, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026, oriunda do Projeto de Lei 04/2026 a qual "*dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências",* aprovado, com emendas, em Reunião Ordinária realizada na data de 09/07/2026.

Diante do exposto, determino que REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE a referida Lei.

Determino ainda, para que se dê publicidade do seu teor, que a referida Lei seja afixada nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto e Câmara Municipal.

São Gonçalo do Rio Preto/MG, 08 de setembro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:4683E3EA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 096/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N.º 096/2026
LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º ABRIL DE 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 050/2026
PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2026

OBJETO: Contratação de serviços técnicos de assessoria e consultoria para realização permanente de pesquisas e monitoramento de programas, editais e financiamentos governamentais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, com sede na Rua das Flores, nº 215, Bairro Centro, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, MG, CEP 39185-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.151/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito DILSON DE FÁTIMA MOREIRA, portador da Matrícula Funcional de nº 13481.

CONTRATADOS:
CD ALGARITMOS E DADOS LTDA ME, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 58.502.042/0001-00, sediado (a) na Rua Professor Costa Chiabi, n.º 142, APT 201, Bairro Cidade Nova, Belo Horizonte, MG, CEP 31170-250, doravante designado (a) CONTRATADO, neste ato representado (a) por LETÍCIA GOULART LEROY, conforme (atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos).

VALOR DO CONTRATO: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos bens objeto deste contrato o valor total de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 051104.122.0002.2149 – Manutenção Asses. de Planejamento e Políticas Públicas; 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

DATA DA ASSINATURA TERMO DE CONTRATO: 08 de setembro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 3546-1240; 9.9757-1240 ou e-mail: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 08 de setembro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:791F4407

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2024
LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º ABRIL DE 2021

TERMO ADITIVO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2024

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 048/2024, por mais 12 (doze) meses, a partir de 02/09/2025 até 01/09/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, com sede na Rua das Flores, nº 215, Bairro Centro, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, MG, CEP 39185.000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.151/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA, portador da Matrícula Funcional de nº 13481.

CONTRATADO: TONYS LIMITADA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 07.894.624/0001-49, sediado (a) na Rua do Progresso, nº 98, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, MG, CEP 39185.000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS, empresário, conforme atos constitutivos da empresa.

PREÇO: O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor total de R$ 141.520,00 (cento e quarenta e um mil quinhentos e vinte reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 101112.361.0020.2061 – Manutenção do Transporte de Estudantes; 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

DATA DA ASSINATURA TERMO DE CONTRATO: 28 de agosto de 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 3546-1240 ou e-mail: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 28 de agosto de 2026.

MÁRIO MARCIANO SOUZA
Pregoeiro
Portaria nº 022/2026

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:CB037E66

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2026
(LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ARTIGO 176, II)

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada dos Resíduos do Setor de Saúde (RSS), dos grupos "A" (biológicos), "B" (químicos e medicamentos) e "E" (perfuro cortantes), gerados nas unidades do Município de São Gonçalo do Rio Preto, com fornecimento de recipientes, emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e Certificação de Destinação Final (CDF), conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no **Termo de Referência**. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO (LOTE ÚNICO). DATA DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO:** dia 24 de setembro de 2026, às 09:00 horas. **LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES E REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:** Divisão de Licitações e Contratos, sediada na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, Minas Gerais; CEP 39185-000. **RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** Divisão de Licitações e Contratos, na Rua das Flores, n.º 215, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 de segunda a sexta-feira. Contato: (38) 3546-1240, (38) 99757-1240 ou e-mail: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:6555E10B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PORTARIA N°. 79, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N°. 79, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

ALTERA A PORTARIA Nº 50, DE 12 DE MAIO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pelo inciso VI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito do Município de São Gotardo pelo Decreto nº 63, de 28 de março de 2023;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição dos Agentes de Contratação e da Equipe de Apoio no âmbito da Administração Direta do Município de São Gotardo;
CONSIDERANDO o Memorando nº 68/2026 – SEPLAG, de 03 de setembro de 2026, encaminhado ao Gabinete Municipal e recebido por meio do NOTPAPER, sob o Protocolo nº 2026.09.03.165017.118281, na mesma data, por meio do qual a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão solicitou a alteração da composição dos Agentes de Contratação e da Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 50, de 12 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir, na Portaria nº 50, de 12 de maio de 2026:
I – a servidora Keilla Aparecida da Silva, na função de Agente de Contratação, pela servidora Fernanda Maria de Souza, para exercer a mesma função;

II – a servidora Geisimara Junia Frazão, na função de membro da Equipe de Apoio, pelas servidoras Ana Caroline Oliveira e Cristiani Aparecida Batista Galvão, que passam a compor a Equipe de Apoio.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 50, de 12 de maio de 2026, mantendo-se como Agentes de Contratação:
I – Lara Rafaela Siqueira de Sá Araujo de Sousa;
II – Maira Batista;
III – Tiago Eduardo Aninha;
IV – Dayane Cristina de Freitas.
Parágrafo único. Permanecem, ainda, como integrantes da Equipe de Apoio, nos termos da Portaria nº 50, de 12 de maio de 2026:
I – Rafaella Martins Soares.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 08 de setembro de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:D313B78E

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATICA DE INEXIGIB. E TERMO DE FOMENTO 55-2026 - LAR DA CRIANÇA - LEI 2948 - 36.738,00

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 55/2026

Instrumento: Termo de Fomento nº 55/2026
Proponente/OSC: Lar da Criança (CNPJ nº 20.058.426/0001-03)
Endereço: Rua Rio Solimões, nº 55, Jardim Ana Paula, São Gotardo/MG
Representante Legal: Maria José Lopes (Presidente)
Valor do Fomento: R$ 36.738,00 (trinta e seis mil, setecentos e trinta e oito reais)
Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados à merenda escolar do Lar da Criança, instituição que atende diariamente crianças em situação de vulnerabilidade social, oferecendo refeições essenciais para o seu desenvolvimento físico e cognitivo.

I — DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO

A presente parceria visa conjugar esforços entre o Município de São Gotardo e o Lar da Criança para a consecução de finalidades de interesse público na área da segurança alimentar e nutricional de crianças em situação de vulnerabilidade social. O fomento de R$ 36.738,00 (trinta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais) destina-se especificamente ao custeio da merenda escolar, garantindo a oferta de refeições diárias adequadas, nutritivas e balanceadas às crianças atendidas pela instituição.

A merenda escolar constitui direito fundamental garantido constitucionalmente, sendo instrumento indispensável para a promoção da saúde, do desenvolvimento físico e cognitivo infantil, da permanência na instituição e do combate à desnutrição e à insegurança alimentar. Trata-se de ação que atende diretamente ao disposto no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, que assegura o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de alimentação.

O Lar da Criança desenvolve atividades socioeducativas voltadas a crianças em situação de risco social, cumprindo papel estratégico na rede de proteção social do município, em consonância com os princípios da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da política nacional de assistência social.

II — DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC — Lei Federal nº 13.019/2014), em seu artigo 31, estabelece que o chamamento público é inexigível quando restar configurada a inviabilidade de competição. Veja-se:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"

Complementarmente, a presente parceria está amparada pela Lei Municipal nº 2.948, de 26 de março de 2026, que dispõe especificamente sobre Termo de Fomento para fins de repasse do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), autorizando expressamente o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil.

A execução do objeto também foi submetida à análise e aprovação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS FUNDEB) do município de São Gotardo/MG, conforme Ata de Reunião Extraordinária, assegurando o controle social e a legitimidade democrática da parceria.

III — DA CARACTERIZAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A inviabilidade de competição para a execução do objeto proposto não decorre de escolha discricionária desta pasta, mas sim de condições fáticas e jurídicas que impossibilitam a disputa concorrencial no âmbito do município de São Gotardo, conforme fundamentado a seguir:

1. Da Exclusividade Estatutária (Inviabilidade Jurídica de Competição)

Em análise técnica realizada no cadastro de entidades do terceiro setor do município, constatou-se que o Lar da Criança é a única pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que possui em seus objetivos estatutários a finalidade específica de atendimento socioeducativo diário de crianças em situação de vulnerabilidade social no município de São Gotardo, com estrutura física, pedagógica e operacional voltada para o acolhimento institucional e a oferta de atividades educativas, recreativas e alimentares em período integral ou parcial.

Outras entidades assistenciais locais possuem fins diversos (voltados ao atendimento de idosos, pessoas com deficiência, projetos pontuais ou assistência social genérica), carecendo da previsão estatutária, da estrutura física adequada e da especialidade necessária para a execução do objeto ora proposto, que exige rotina diária de preparo e distribuição de refeições a crianças, em conformidade com as diretrizes nutricionais do PNAE.

2. Da Exclusividade Técnica e Operacional (Inviabilidade Fática de Competição)

A execução de programa de alimentação escolar exige não apenas a compra de gêneros alimentícios, mas sobretudo estrutura física adequada (cozinha industrial, refeitório, equipamentos de refrigeração e cocção), equipe técnica qualificada (nutricionista, cozinheiras, auxiliares), cardápio elaborado por profissional habilitado, controle de higiene e manipulação de alimentos conforme normas da vigilância sanitária, e atendimento contínuo e regular ao público beneficiário.

O Lar da Criança é a única instituição local detentora dessa infraestrutura completa e da capacidade operacional para executar o objeto, possuindo:
• Instalações próprias com cozinha equipada e refeitório;
• Equipe de profissionais já atuantes no preparo diário de refeições;
• Histórico consolidado de atendimento ao público infantil em situação de vulnerabilidade;
• Experiência na execução de programas de alimentação escolar e parcerias anteriores com o Poder Público.

Portanto, por ser a única entidade local jurídica e operacionalmente vocacionada para o atingimento das metas propostas, resta plenamente justificada a impossibilidade de competição para a execução deste objeto singular.

IV — DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA RAZOABILIDADE DOS CUSTOS

O montante financeiro de R$ 36.738,00 (trinta e seis mil, setecentos e trinta e oito reais) é considerado plenamente proporcional e razoável em face dos custos para a execução do programa de merenda escolar no período de vigência da parceria (agosto a dezembro de 2026). O valor destina-se a cobrir despesas finalísticas e operacionais estritas:
• Aquisição de gêneros alimentícios: Compra de alimentos in natura, industrializados e bebidas para composição de cardápio nutricional balanceado;
• Materiais de cozinha e higiene: Utensílios, embalagens, produtos de limpeza e higienização conforme normas sanitárias;
• Gás, água e energia elétrica: Custeio de utilidades essenciais para o preparo das refeições;
• Mão de obra: Remuneração de cozinheiras, auxiliares de cozinha e demais profissionais envolvidos diretamente na execução do serviço de alimentação.

Esta Secretaria Municipal de Educação certifica que os valores propostos se encontram em consonância com os parâmetros per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com pesquisa de preços de mercado, atendendo ao princípio da economicidade, eficiência e razoabilidade orçamentária.

V — CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta plenamente demonstrada a inviabilidade de competição, tanto pela singularidade fática do objeto quanto pela exclusividade estatutária da proponente no território municipal.

Dessa forma, esta autoridade declara a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fulcro no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, autorizando o prosseguimento do feito para a assinatura do Termo de Fomento com o Lar da Criança, condicionando-se o repasse à regular instrução do Plano de Trabalho, à aprovação pelo CACS FUNDEB e à apresentação das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas por lei.

Publique-se esta justificativa no sítio oficial do município de São Gotardo e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, para fins de transparência e cumprimento do prazo de impugnação de que trata o artigo 32 do MROSC.

São Gotardo/MG, 10 de agosto de 2026.

MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA
Secretária Municipal de Educação

TERMO DE FOMENTO Nº 55/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o município de São Gotardo/MG e o LAR DA CRIANÇA , cujo objeto é o apoio para o repasse de recursos destinados à merenda escolar do Lar da Criança. Atualmente, a instituição atende diariamente um número significativo de crianças em situação de vulnerabilidade social, oferecendo refeições essenciais para o seu desenvolvimento físico e cognitivo.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação , MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA , nomeada por meio de Decreto nº 001/2025 no Diário Oficial do Município de São Gotardo, em 01/01/2025, portadora da Carteira de Identidade nº 5.477.789, Órgão Expedidor SSP/MG e inscrita no CPF nº 697.109.616-91, residente e domiciliada em São Gotardo; e o LAR DA CRIANÇA , Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, situada na Rua Rio Solimões, nº 55 , bairro Jardim Ana Paula , município de São Gotardo/MG , CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 20.058.426/0001-03, neste ato representada por sua Presidente MARIA JOSÉ LOPES, e apresenta os relevantes fundamentos que justificam a inexigibilidade de chamamento público para escolha da Organização da Sociedade Civil , cujo objeto é o apoio para o repasse de recursos destinados à merenda escolar do Lar da Criança. Atualmente, a instituição atende diariamente um número significativo de crianças em situação de vulnerabilidade social, oferecendo refeições essenciais para o seu desenvolvimento físico e cognitivo, ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 55/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 55/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Ata de Reunião Extraordinária do CACS FUNDEB do município de São Gotardo/MG, e na Lei Municipal n° 2.948, de 26 de março de 2026 sobre termo de Fomento para Fins de REPASSE DO PNAE , que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a OSC., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a ações relativas com o intuito de cooperação entre as partes cujo objeto é o apoio para o repasse de recursos destinados à merenda escolar do Lar da Criança. Atualmente, a instituição atende diariamente um número significativo de crianças em situação de vulnerabilidade social, oferecendo refeições essenciais para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da

instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 36.738,00 (trinta e seis mil, setecentos e trinta e oito reais) de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 567425021-5, Agência 1820-1-, Caixa Econômica Federal , de titularidade de OSC.

3.2 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcela Valor Data estipulada
1 R$ 36.738,00 setembro/2026
Valor Total R$ 36.738,00

3.4 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.5 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha: 171 - Classificação: 12 306 0108 2717– Merenda Escolar – Creche
Elemento de despesa : 33.50.41.00 – Contribuições
Fonte de Recursos : 1500- Recursos não vinculados de impostos

O pagamento será realizado por meio da conta bancária da Secretaria Municipal da Educação, mantida junto ao Banco do Brasil, Agência : 0483-9, Conta corrente n° 1295-5 ou Caixa Econômica Federal - Agência 1820 -1- Conta 575237404-5

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha

ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justifcadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal qie não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apesentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 03 de setembro de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 03 de setembro de 2026

MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA
Secretária Municipal de Educação

MARIA JOSE LOPES
Presidente do Lar da Criança

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:94ADF360

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIB. E TERMO DE FOMENTO 58-2026- ASSOC. VIRA LATAS DE RAÇA - 143.603,75 - LEI 2953

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 58/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL "ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA"

Ementa: Inexigibilidade de chamamento público Nº 58/2026 – Trata-se de justificativa de inexigibilidade realizada nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014, para realização de termo de fomento entre o Município de São Gotardo/MG e a organização da sociedade civil ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA. O presente projeto tem como objeto solicitar recursos financeiros para a execução de ações de bem-estar animal em São Gotardo, no âmbito da política municipal de meio ambiente. Os recursos ora solicitados terão como finalidade a manutenção de atividades contínuas de proteção, resgate, acolhimento, encaminhamento para atendimento veterinário e acompanhamento de animais em situação de rua, conforme previsto no Plano de Trabalho apresentado.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SISMAM, Sr. DENER HENRIQUE DE CASTRO, nomeado por meio de Decreto nº 003/2025 no Diário Oficial do Município de São Gotardo, em 01/01/2025, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.147.000, Órgão Expedidor SSP/MG e inscrito no CPF nº 063.525.416-66 , residente e domiciliado em São Gotardo; e ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA, Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, situada na Rua das Palmas, nº 425, bairro Mansões do Lago, município de São Gotardo/MG, CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.449.508/0001-41, neste ato representada por sua Presidente HELY CÁSSIA RIBEIRO, apresenta os relevantes fundamentos que justificam a inexigibilidade de chamamento público para escolha da Organização da Sociedade Civil, cujo objeto é o estabelecimento de cooperação mútua entre as partes para a manutenção de atividades de cuidados e proteção de animais resgatados e animais em situação de vulnerabilidade.

1. IDENTIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 58/2026
Tipo de parceria: Termo de Fomento
Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.449.508/0001-41, representada por sua Presidente HELY CÁSSIA RIBEIRO, situada na Rua das Palmas, nº 425, bairro Mansões do Lago, município de São Gotardo/MG, CEP 38.800-000.
Valor do Termo de Fomento: R$ 143.603,75 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e três reais, e setenta e cinco centavos)
Gestor da Parceria: Débora Thais Silva Alves Araújo

Trata-se de procedimento administrativo que tem por objeto a Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de parceria a ser celebrada entre o Município de São Gotardo/MG e a Organização da sociedade civil: ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA, que será materializada pela assinatura do respectivo termo de fomento. O presente projeto tem como objeto solicitar recursos financeiros para a execução de ações de bem-estar animal em São Gotardo, no âmbito da política municipal de meio ambiente. Os recursos ora solicitados terão como finalidade a alimentação emergencial de animais em situação de rua e a vacinação contra doenças que os afligem.

2. DAS RAZÕES DE INEXIGIBILIDADE E DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A presente justificativa de inexigibilidade de chamamento público é realizada nos termos do art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, que in verbis diz:
Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria

ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Esse dispositivo legal prevê a possibilidade de inexigibilidade de chamamento público quando houver inviabilidade de competição, especialmente em casos de entidades privadas sem fins lucrativos que sejam únicas e comprovadamente aptas a desenvolver as atividades previstas no objeto da parceria e, no caso em tela, a parceria decorre de transferência para organização da sociedade civil que está identificada expressamente na Lei Municipal nº 2953 de 10 de abril de 2026, sobre termo de fomento para fins de repasse de recurso de Emenda Impositiva .

Quanto à escolha da entidade, além de estar prevista em parecer específico, ela se justifica pelo fato da ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA ser a única entidade voltada à assistência ao desenvolvimento das ações de proteção de animais em situação de vulnerabilidade e resgatados, tendo seu enfoque na castração animal, promovendo atendimento veterinário aos que necessitarem, observando ainda potenciais procedimentos cirúrgicos, caso sejam necessários, ofertar medicação de animais doentes, alimentação, promoção de ações que resultem no acolhimento temporário ou adoção permanente de animais e na abordagem de conscientização da população sobre as variáveis que cercam a causa animal.

Diante das situações acima narradas, conclui-se que há inviabilidade de competição para a execução das atividades descritas, considerando a notória especialização da ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA e a inexistência de outras entidades aptas a desempenhar esse papel. Portanto, o Município de São Gotardo/MG está devidamente amparado para prosseguir com a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de termo de fomento com a Organização da Sociedade Civil em questão.

3. RECURSOS
Os recursos que serão destinados à Organização da Sociedade Civil estão adequados e compatíveis com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, que estão em vigor no Município de São Gotardo/MG, conforme previsto no art. 15 e 16 da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
O Termo de Fomento correrá por conta da seguinte dotação municipal:

Ficha 1251- - 02 010 003 10 305 0112 1629 33504100 1500
Fonte : 1500 - Valor: 143.603,75
Banco do Brasil Agência 0483-9 Conta 48.718-X / Caixa Econômica Federal Agência 1820-1 Conta 575211914-2
Repasse referente a Emenda Impositiva

Segue abaixo o quadro demonstrativo das emendas parlamentares, contendo a identificação dos vereadores autores das emendas e os respectivos valores destinados à execução da parceria :

Área Vereador Valor (R$)
Saúde Adriano Leonel de Andrade R$ 3.750,00; Carlos Alves de Camargos R$ 15.000,00; João Wilson de Camargos R$ 25.000,00; Leonardo Pompeu Madeira R$ 10.000,00; Marcos Paulo Ferreira de Souza R$ 41.500,00; Renê Luiz César Ferreira R$ 5.000,00; Rithelle Silva R$ 13.500,00; Roberto Carlos de Oliveira R$ 10.000,00; Silvério de Paula R$ 12.353,75; Waldemário de Sousa França Filho R$ 7.500,00 - Total Contribuição para a Associação Vira Lata... R$ 143.603,75

O valor total de R$ 143.603,75 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e três reais, e setenta e cinco centavos) será repassado em 01 (uma) parcela, conforme disponibilidade financeira e orçamentária, respeitando as dotações orçamentárias, as ações articuladas e a Lei da Responsabilidade Fiscal.
Fica a Organização da Sociedade Civil obrigada a apresentar prestação de contas parcial, de maneira mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária, deverá apresentar os devidos comprovantes e notas fiscais em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias com justificativa.
4. CONCLUSÃO
Com base no exposto e considerando a necessidade de fomentar atividades no município, bem como a relevância das ações desenvolvidas pela entidade em benefício da causa animal, entende-se legítima a celebração do Termo de Fomento com a Associação Vira Latas de Raça e considerando a importância do trabalho desenvolvido pela entidade, que atua na proteção, acolhimento, recuperação e promoção da adoção responsável de animais em situação de abandono e vulnerabilidade. A iniciativa contribui significativamente para o fortalecimento da causa animal no município, para a conscientização da população quanto à guarda responsável e para a redução do abandono e dos maus-tratos, promovendo ações de relevante interesse público, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

São Gotardo/MG, 14 de agosto de 2026

DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE FOMENTO Nº 58/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o município de São Gotardo/MG e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA. O presente projeto tem por objeto a solicitação de recursos financeiros destinados à execução e manutenção de ações de bem-estar e proteção animal no Município de São Gotardo, no âmbito da política municipal de meio ambiente. Os recursos pleiteados serão aplicados na continuidade das atividades de proteção, resgate, acolhimento, encaminhamento para atendimento médico-veterinário e acompanhamento de animais em situação de abandono ou vulnerabilidade, visando à promoção do bem-estar animal, à prevenção de maus-tratos e à melhoria da qualidade de vida dos animais assistidos, conforme as ações e metas estabelecidas no Plano de Trabalho apresentado.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde DEBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO , nomeada por meio do Decreto nº 006/2025 no Diário Oficial do Município de São Gotardo, em 01/01/2025, portadora da Carteira de Identidade nº 12828044, Órgão Expedidor SSP/MG e inscrita no CPF nº 089.406.046-52, residente e domiciliada em São Gotardo e ASSOCIAÇÃO VIRA-LATAS DE RAÇA, organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada na Rua das Palmas, nº 425, Bairro Mansões do Lago, CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.449.508/0001-41, neste ato representada pela sua Presidente, HELY CASSIA RIBEIRO, residente e domiciliada na Rua das Palmas, nº 425, Bairro Mansões do Lago, Cidade de São Gotardo , CEP: 38.800-000, portadora da Carteira de Identidade nº MG-10.365.690 Órgão Expedidor SSP/MG, e CPF nº 048.726.276-01, ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 58/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 58/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 2953 de 10 de abril de 2026, que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre as partes para a manutenção de atividades de cuidados e proteção de animais resgatados e animais em situação de vulnerabilidade. O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – Designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – Manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 143.603,75 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e três reais e setenta e cinco centavos), de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 52.840-4, Agência 0483-9, Banco do Brasil, de titularidade de OSC.

3.1 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.2 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcelas Valor Data estipulada
1 R$ 143.603,75 Setembro/2026
Valor Total R$ 143.603,75

3.3 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.4 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.5 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha 1251 - Dotação Orçamentária: 02 010 003 10 305 0112 1629 33504100
Fonte : 1500
Valor: R$143.603,75
Conta: Conta corrente: 48.718-X - Banco do Brasil S/A / 575211914-2 C.E.F
Repasse referente a Emenda Impositiva

Segue abaixo o quadro demonstrativo das emendas parlamentares, contendo a identificação dos vereadores autores das emendas e os respectivos valores destinados à execução da parceria :

Saúde Adriano Leonel de Andrade R$ 3.750,00; Carlos Alves de Camargos R$ 15.000,00; João Wilson de Camargos R$ 25.000,00; Leonardo Pompeu Madeira R$ 10.000,00; Marcos Paulo Ferreira de Souza R$ 41.500,00; Renê Luiz César Ferreira R$ 5.000,00; Rithelle Silva R$ 13.500,00; Roberto Carlos de Oliveira R$ 10.000,00; Silvério de Paula R$ 12.353,75; Waldemário de Sousa França Filho R$ 7.500,00; Total – Contribuição para a Associação Vira Lata... R$ 143.603,75

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justificadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 03 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item
13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 03 de setembro de 2026

DÉBORA THAIS SILVA ALVES ARAÚJO
Secretária Municipal de Saúde

HELY CASSIA RIBEIRO
Pres. da Associação Vira Latas de Raça

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:ED3E6038

SETOR DE CONVÊNIOS
OFICIO 28-2026- ENCAMINHAMENTO DE DESTINAÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS - ASSOC. VIRA LATAS - 143.603,75
-

São Gotardo/MG, 22 de junho de 2026.

OFÍCIO Nº 28/2026

Assunto: Encaminhamento de destinação de Emendas Impositivas Individuais Municipais – Associação Vira Latas de Raça – Orçamento 2026.

A Ilma. Sra.
Débora Thais Araujo
Secretária Municipal de Saúde de São Gotardo/MG

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Os Vereadores abaixo assinados, no exercício das atribuições conferidas pelo mandato parlamentar e pela legislação municipal vigente, vêm, respeitosamente, encaminhar a presente solicitação referente à execução das Emendas Impositivas Individuais Municipais previstas no Orçamento do Município de São Gotardo para o exercício financeiro de 2026, destinadas à Associação Vira Latas de Raça, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Entidade: Associação Vira Latas de Raça
Área da destinação: Saúde
Objeto: Contribuição destinada às ações desenvolvidas pela entidade, conforme finalidade prevista na indicação parlamentar e legislação orçamentária municipal.

Vereador responsável pela indicação Valor
Adriano Leonel de Andrade R$ 3.750,00; Carlos Alves de Camargos R$ 15.000,00; João Wilson de Camargos R$ 25.000,00; Leonardo Pompeu Madeira R$ 10.000,00; Marcos Paulo Ferreira de Souza R$ 41.500,00; Renê Luiz César Ferreira R$ 5.000,00; Rithelle Silva R$ 13.500,00; Roberto Carlos de Oliveira R$ 10.000,00; Silvério de Paula R$ 12.353,75; Waldemário de Sousa França Filho R$ 7.500,00 - TOTAL R$ 143.603,75

A presente destinação decorre das Emendas Impositivas Individuais Municipais, instrumento pelo qual o Poder Legislativo Municipal participa da definição da aplicação dos recursos públicos, conforme previsão constitucional e regulamentação municipal.
A execução deverá observar:
• a Lei Orgânica do Município de São Gotardo, especialmente as disposições relativas às competências legislativas, orçamento municipal e execução das emendas parlamentares individuais;
• a Lei Complementar Municipal nº 210/2024, observando as regras municipais aplicáveis à execução, acompanhamento e controle das emendas impositivas;
• a orientação decorrente da ADPF 854 do Supremo Tribunal Federal, especialmente quanto aos princípios da transparência, rastreabilidade, publicidade e controle na aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares;
• a Instrução Normativa nº 5/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no que couber, quanto aos procedimentos de acompanhamento, controle e prestação de contas.
Dessa forma, solicita-se ao Poder Executivo Municipal a adoção das medidas administrativas necessárias para:
1. verificar a regularidade documental da entidade beneficiária;
2. analisar o plano de trabalho apresentado pela associação;
3. definir o instrumento jurídico adequado para formalização da transferência dos recursos;
4. assegurar a correta aplicação dos valores conforme finalidade aprovada;
5. garantir mecanismos de fiscalização, acompanhamento e prestação de contas.
Ressalta-se que as emendas individuais possuem caráter impositivo, devendo o Poder Executivo promover sua execução, ressalvadas as hipóteses legais devidamente justificadas, impedimentos técnicos ou demais situações previstas na legislação aplicável.
A presente solicitação busca garantir o cumprimento da programação orçamentária aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, assegurando transparência, eficiência e atendimento ao interesse público.
Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ADRIANO LEONEL DE ANDRADE
Vereador

CARLOS ALVES DE CAMARGOS
Vereador

JOÃO WILSON DE CAMARGOS
Vereador

LEONARDO POMPEU MADEIRA
Vereador

MARCOS PAULO FERREIRA DE SOUZA
Vereador

Câmara Municipal de São Gotardo
(EMENDA DESTINADA PELO ENTÃO VEREADOR RENÊ LUIZ CÉSAR FERREIRA)

RITHELLE SILVA
Vereador

ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA
Vereador

SILVÉRIO DE PAULA
Vereador

WALDEMÁRIO DE SOUSA FRANÇA FILHO
Vereador

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:20FC7A08

SETOR DE CONVÊNIOS
PORTARIA Nº 03/2026/SEMED

PORTARIA Nº 03/2026/SEMED

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DECORRENTE DA RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 260/2021 E AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE IDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de São Gotardo/MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 14.133/2021 (arts. 5º, 140, 141 e 142) e na Nota Técnica nº 54/2026 da Corregedoria Municipal,
CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 37/2026/SEMED, que solicita a formalização da rescisão amigável do Contrato de Locação nº 260/2021, referente ao imóvel situado na Rua Randolfo da Silva Prados, nº 222, Centro, São Gotardo/MG;
CONSIDERANDO o Despacho nº 010/2026/PGM, que restituiu o expediente ao órgão competente para instauração e instrução do procedimento administrativo pertinente;
CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 54/2026 da Corregedoria Municipal, que opinou pela possibilidade de rescisão amigável mediante indenização substitutiva, desde que precedida de instrução técnica adequada;
CONSIDERANDO a contraproposta apresentada pelo proprietário do imóvel, Sr. Ernando Baldoino da Silva, no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) para execução, por sua conta e risco, da reforma e pintura do imóvel, mantidas as portas de vidro instaladas pelo Município;
CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, motivação, economicidade, razoabilidade e transparência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de instrução processual completa para subsidiar o reconhecimento da dívida e autorização de pagamento de indenização substitutiva;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar, sob o Protocolo nº 2026.02.13.150708.112384, Processo Administrativo destinado a:

I – Formalizar a rescisão amigável do Contrato de Locação nº 260/2021;

II – Reconhecer a dívida decorrente da indenização substitutiva devida ao proprietário do imóvel;
III – Autorizar o pagamento do valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) ao Sr. Ernando Baldoino da Silva, inscrito no CPF sob o n. 476.258.566-15, mediante comprovação da execução dos reparos/pintura no imóvel;
IV – Regularizar a situação das benfeitorias realizadas no imóvel (portas de vidro) e eventual pendência tributária (IPTU).
Art. 2º Determinar a composição dos autos com a seguinte documentação:
I – Memorando nº 37/2026/SEMED;
II – Despacho nº 010/2026/PGM;
III – Nota Técnica nº 54/2026 da Corregedoria Municipal;
IV – Contrato de Locação nº 260/2021 e eventuais aditivos;
V – Ofício nº 181/2025 e contraproposta do proprietário;
VI – Orçamentos de mercado para pintura/reparos;
VII – Comprovante de investimento municipal nas portas de vidro (R$ 8.130,00);
VIII – Demais documentos pertinentes.
Art. 3º Determinar as seguintes diligências obrigatórias para instrução processual, em cumprimento à Nota Técnica nº 54/2026:
I – Vistoria técnica final do imóvel, com registro fotográfico e laudo descritivo do estado de conservação e dos reparos necessários, a cargo da SEMED ou setor de Engenharia/Patrimônio ou laudo assinado pelo fiscal do contrato/comissão de que ficou comprovado que foi realizado;
II – Pesquisa de mercado e justificativa de vantajosidade da contraproposta de R$ 13.000,00 frente aos orçamentos coletados (R$ 16.000,00, R$ 20.000,00 e R$ 39.000,00);
III – Manifestação do setor de Patrimônio quanto ao destino das benfeitorias (portas de vidro) e eventual incorporação ao bem público;
IV – Certidão do setor de Tributação/Finanças acerca dos débitos de IPTU mencionados, com indicação de períodos, valores, responsável tributário e situação de cobrança, bem como manifestação sobre a viabilidade de quitação pelo Município, se couber;
V – Parecer jurídico sobre a minuta do termo de rescisão, quitação recíproca e legalidade do pagamento da indenização substitutiva;
VI – Indicação de dotação orçamentária específica para liquidação da despesa.
Art. 4º O pagamento da indenização fica condicionado:
I – À efetiva comprovação da execução dos serviços de reforma e pintura, mediante termo detalhado de verificação e fiscalização, com registro fotográfico, em padrão equivalente ao recebimento definitivo previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
II – Ao cumprimento da ordem cronológica de pagamentos prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
III – À assinatura de Termo de Rescisão Amigável e Quitação Recíproca entre as partes.
Art. 5º O prazo para conclusão da instrução processual é de 30 (trinta) dias, prorrogável mediante justificativa fundamentada.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

São Gotardo/MG, 08 de setembro de 2026.

MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:30805A1D

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE 1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 199/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE REGULARIZAÇÃO MINERÁRIA E AMBIENTAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO À OBTENÇÃO DO REGISTRO DE EXTRAÇÃO DE CASCALHO, JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, ESPECIALMENTE PARA MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS".

FICAM RETIFICADOS OS SEGUINTES ITENS DO EDITAL:
EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PMSG/CPL/199/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2026

ONDE SE LÊ:
São Gotardo/MG, 03 de julho de 2026.
LEIA-SE:
São Gotardo/MG, 03 de setembrode 2026.

Dessa forma, a realização do certame permanece designada para o dia 21/09/2026, às 13h00min, por meio da plataforma eletrônica https://portal.licitanet.com.br/pregoes.

FICAM MANTIDOS os demais termos constantes no Edital.

Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG, 08 de setembro de 2026.

LARA RAFAELA SIQUEIRA DE SÁ ARAUJO DE SOUSA
Pregoeira

Publicado por:
Lara Rafaela Siqueira de Sá Araujo de Sousa
Código Identificador:4A8201E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**, através da Secretaria Municipal saúde, torna público o Edital n° 034/2026, Procedimento Administrativo Nº 087/2026, Pregão Eletrônico n° 016/2026. obj: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, COM EXCEÇÃO DO ITEM Nº 29, O QUAL SEÁ DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA, PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DA PONTE**. **Abertura: 29/09/2026, as 08h30min.** Edital disponível no site:www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no e-mail:pmlicitacaosjp@gmail.com,

São João da Ponte. 08/09/2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação.

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:CF193EA8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL PREGÃO Nº 025-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGA o **Processo Licitatório nº 126/2026**, modalidade **Pregão eletrônico nº 025/2026**, cujo objeto é aquisição de materiais pré-moldados de concreto e demais elementos construtivos, para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal, bem como ADJUDICA o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), conforme resultado constante nos autos e disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Publica-se, 08/09/26.

AILTON GERALDO DOS SANTOS **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edimeia Aparecida Silvestre
Código Identificador:728AF146

SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL PREGÃO Nº 027-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGA o **Processo Licitatório nº 128/2026**, modalidade **Pregão eletrônico nº 027/2026**, cujo objeto é aquisição de Câmara Fria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde junto ao Plano de Ação do Ministério da Saúde Nº 044/2025, referente ao Programa de Saúde do Rio Doce, bem como ADJUDICA o objeto ao(s) licitante(s) vencedor(es), conforme resultado constante nos autos e disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Publica-se, 08/09/26.

AILTON GERALDO DOS SANTOS **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edimeia Aparecida Silvestre
Código Identificador:5C4234A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.751 EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DECRETO Nº. 10.751

Exonera Servidor Público Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre assuntos que envolvem a vida funcional dos servidores públicos do município; **considerando** o requerimento formulado por servidor público municipal, concursado, junto à Diretoria de Recursos Humanos, através do protocolo nº. 710/D.R.H, datado de 02/09/2026; **considerando** que cabe ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor público municipal, **Sr. Adão Luzia,** nomeado através do Decreto nº 1.352, de 07/07/2000, das atribuições do cargo de **"Coletor de Lixo",** previsto no Anexo V da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, na presente data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 02 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:19DD316C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.754 EXONERA ASSESSORA ADMINISTRATIVA.

DECRETO Nº. 10.754

Exonera Assessora Administrativa**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a **Sra. Sandra Silva Nascimento,** das atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de "**Assessor Administrativo"** previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, na presente data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 04 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:18165E2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.755 NOMEIA ASSESSORA ADMINISTRATIVA.

DECRETO Nº. 10.755

Nomeia Assessora Administrativa.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do Art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao

Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011 e suas alterações; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a **Srª. Andressa Pereira Nardini** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Assessor Administrativo"**, previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11 e suas alterações, na presente data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 04 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:DE803F17

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.756 NOMEIA ASSISTENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

DECRETO Nº. 10.756

Nomeia Assistente de Proteção Social Básica.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do Art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011 e suas alterações; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a **Srª. Sandra Silva Nascimento** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Assistente de Proteção Social Básica"**, previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11 e suas alterações, na presente data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 04 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:703F9C22

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.119 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.119

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e gratuito e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 97.325 de 19/08/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço, que obteve a autorização da Secretaria Municipal de Turismo; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário e gratuito, à pessoa física Sr. **Marcelo Lopes**, inscrito no CPF sob o nº. 040.498.776-19, residente à Rua Coronel José Justino, 231, apto 01 - Centro, São Lourenço/MG, a autorização de uso de bem público de parte da área pertencente ao estacionamento da Praça Joao Lage e Calçadão Silvério Sanches Neto, a ser delimitada pela Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º A pessoa física autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para realização do evento "Corrida 1.000 km Brasil, nos dias 15 a 28 de setembro de 2026.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, etc., correrão por conta e expensas da referida pessoa física.

Art. 4º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§ 1º A realização do referido evento configura atividade de fomento ao turismo e economia local, além de ser aberto para a participação de todos, o que, consequentemente, o enquadra no disposto no parágrafo único do Art. 1º do Decreto nº. 10.287 de 03/09/2025, tornando isenta a presente autorização de uso de espaço público da cobrança de Preço Público por parte desta Administração Municipal.

§ 2º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014.

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.119
Folha 02

§ 3º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

§ 4º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Art. 5º A pessoa física autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à

limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 03 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:83656634

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO CONTRATO SAAE/SLO N.º 67/2026

Contrato SAAE/SLO nº 026/2026
Contratante:SAAE de São Lourenço/MG
Contratada: Jor Construções Ltda.
CNPJ: 48.536.136/0001-47
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2026
Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra de dedicação exclusiva para coleta de resíduos sólidos urbanos.
Valor total: R$ 2.720.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte Reais).
Forma de pagamento:mensal
Vigência: 12 meses a partir da assinatura do contrato.
Data da assinatura: 03/09/2026.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:B38C3ACE

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº SAAE-PRES- 050-2026

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº SAAE/PRES- 046/2026 de 03/08/2026.

O Diretor Presidente do SAAE de São Lourenço/MG, Senhor Eduardo Rodrigues da Silva, no uso de suas atribuições legais, outorgadas pelo Decreto Municipal nº 9.159 de 24/04/2023, e

CONSIDERANDO o pedido de retorno ao trabalho pela Servidora, através do Relatório de Solicitação de 25/08/2026, protocolizado sob o nº 00748/2026 de 25/08/2026;

CONSIDERANDO o Deferimento pela Advocacia Geral do Município no protocolo 00748/2026 de 25/08/2026,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº SAAE/PRES- 046/2026 de 03/08/2026, que dispõe sobre Concessão de Licença sem Remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

São Lourenço-MG, 03 de Setembro de 2026

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:9332DBE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 086/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 12888/2026, modalidade Pregão nº 086/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: POR ITEM. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a realização de exames de bioquímica, coagulação, hemograma, urinálise e imuno hormônios, no Laboratório Municipal, sendo execução parcelada por 12 (doze) meses, com cessão em comodato dos equipamentos totalmente automatizados, fornecimento de insumos, reagentes, controles e calibradores, com suporte técnico, bem como suas manutenções, integrando as atividades da Secretaria Municipal de Saúde, livre participação. As propostas serão recebidas até o dia 30/09/2026 e o horário para início da sessão será às 09:30 hs do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br;
http://transparencia.sspараiso.mg.gov.br/licitacoes;
https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 08 de setembro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:BCEA2C00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 01/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 102/2024

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso - MG. Extrato do Termo de Renovação Contratual. Contrato nº 0001/2025, Dispensa de Licitação nº 102/2024, Processo Administrativo 380/2024. **Objeto**: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de outsourcing de até 04 (quatro) equipamentos de scanner de documentos, incluindo o fornecimento de equipamentos, manutenção, suporte técnico, e, se necessário, operação assistida, com o objetivo de digitalização de documentos físicos para formatos eletrônicos, conforme as especificações técnicas constantes do edital e seus anexos, por um período de 06 (seis) meses, com possibilidade de prorrogação**. Vigência**: 03/07/2026 a 03/10/2026. **Renovação**: Nos Termos do artigo 107, da Lei de Licitação nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, fica renovado o contrato 001/2025 por mais 03 (três) meses.

O valor total da Renovação Contratual está estimada em **R$ 5.856,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais)** para o Contrato 001/2025, firmado mediante Dispensa nº 102/2024.

Contratada: **PAPELARIA E COPIADORA COPYSUL LTDA.**

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso | MG. O presente termo passa a vigorar a partir de 03/07/2026

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA
Secretário Municipal de Saúde
Órgão Gerenciador do Contrato.

São Sebastião do Paraíso/MG, 03 de Julho de 2026.

Publicado por:
Helcio Ribeiro de Andrade Filho
Código Identificador:F3836EEA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SAPUCAÍ MIRIM

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO 15/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAÍ-MIRIM AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PRC137/26.PE 12/26.objeto aquisição de materiais esportivos e demais materiais destinados às atividades esportivas do município, em atendimento ao convênio de saída nº 1481003824/2026 – sedese/mg. Decide adjudicar e homologar o objeto da presente licitação às empresas: dos itens do procedimento licitatório, às empresas abaixo relacionadas: Clique Esporte Comércio De Materiais Esportivos Ltda, CNPJ nº 22.770.164/0001-30; Vaninha Utilidades Ltda, CNPJ nº 58.421.861/0001-23; D.E.A Calçados Ltda, CNPj nº 52.331.094/0001-85; Riolli & Lima Confecções Ltda, CNPJ nº 56.987.322/0001-20; Ak Inovações Ltda, CNPJ nº 53.696.164/0001-6; Wppt Confecções Ltda, CNPJ nº 45.438.114/0001-56; item 18: fracassado.

NILSON GONÇALVES TRINDADE,
Prefeito Municipal.

Sapucaí-Mirim/MG,08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:C2B263B6

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PE 16/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAÍ-MIRIM AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PRC201/26.PE 16/26.objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, insumos para diagnóstico, procedimentos assistenciais e demais materiais destinados aos serviços de saúde do município. Decide adjudicar e homologar o objeto da presente licitação às empresas: dos itens do procedimento licitatório, às empresas abaixo relacionadas: Hmed Serviços E Distribuição De Produtos Médicos Ltda, CNPJ nº 28.581.851/0001-94; Cromo Comércio e Distribuição de Materiais Odonto-Médico Hospitalares Ltda, CNPJ nº 30.584.194/0004-23; Dimebrás Comercial Hospitalar Ltda, CNPJ nº 56.081.482/0001-06; Care Comércio e Locação de Produtos Para Saúde Ltda, CNPJ nº 59.511.146/0001-44; Medicina Segura Distribuição e Promoção em Vendas Ltda Epp, CNPJ nº 40.968.252/0001-23.

NILSON GONÇALVES TRINDADE,
Prefeito Municipal.

Sapucaí-Mirim/MG,08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:BFF18C61

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA VACÂNCIA DE CARGO PUBLICO

PORTARIA Nº 70, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a vacância de cargo público, em razão da posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 42, inciso VIII, da Lei Complementar n. 5/93, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA AZUL DE MINAS – MG, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 42, inciso VIII, da Lei Complementar n. 5/93 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que viabiliza a vacância em razão da posse em cargo de natureza inacumulável, via alternativa à exoneração; CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora Márcia Aparecida Silva, devidamente instruído com os documentos alusivos ao seu novo cargo, que ensejaria na acumulação indevida de cargos; RESOLVE: Art. 1º Fica determinada a vacância do cargo Professor PI, anteriormente ocupado pela servidora Márcia Aparecida Silva , brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº M-7.215.012 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 934.612.596-91, que se encontrava lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 10 de setembro de 2026, diante de requerimento expresso nesse sentido e da viabilidade jurídica para o referido ato, nos moldes do art. 42, inciso VIII, da Lei Complementar n. 5/93 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Azul de Minas – MG, 08 de setembro de 2026.

LEONARDO ELEOTÉRIO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Araujo Goncalves
Código Identificador:2B7DBB27

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Ata de Registro de Preços. Pregão n.º 16/2026. Processo n.º 80/2026. Objeto: registro de preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais de informática e eletroeletrônicos para diversos Departamentos do município. Detentoras: A.R.P. 0114/2026 – ABR Acessórios Ltda CNPJ n.º 52.301.374/0001-40 valor R$ 132.396,60. A.R.P. 0115/2026 - DB Produções Ltda CNPJ n.º 14.640.927/0001-43 valor R$ 111.604,20. A.R.P. 0116/2026 Fort Print Equipamentos E Suprimentos De Informática Ltda, CNPJ n° 22.579.314/0001-23 valor R$ 51.590,00. A.R.P. 0117/2026 - Gold Comercio Ltda CNPJ n.º 45.523.823/0001-30 valor R$ 57.925,00. A.R.P. 0118/2026 - Gomes & Garcia Informática Ltda CNPJ sob o n° 04.552.128/0001-19 valor R$ 134.200,00. A.R.P. 0119/202 - JL Consultoria E Licitações Ltda CNPJ n.º 60.757.542/0001-35 valor R$ 247.780,00. A.R.P. 0120/2026 - Junqueira E Freire Representantes Comerciais E Agentes Do Comercio De Mercadorias Ltda CNPJ n.º 35.345.061/0001-75 valor R$ 119.567,00. Vigência: 12 meses a partir da Assinatura.

Serrania, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:A453E571

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Pregão n.º 14/2026. Processo n.º 78/2026. Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de Brinquedos para os alunos da rede municipal de ensino e brindes para os servidores do município de Serrania/MG. A prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, resolve homologar o procedimento e adjudicar o objeto ás Empresas vencedoras: a) Junqueira E Freire Representantes Comerciais E Agentes Do Comercio De Mercadorias Ltda CNPJ n.º 35.345.061/0001-75 Valor R$ 4.350,00. b) Oliveira E Andrade Distribuidora Ltda CNPJ nº 46.161.570/0001-64 Valor R$ 19.274,00.

Serrania, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:AF75BDD9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 101/2026 - MIRIAM SUZANA MORETTI - MATERIAIS ELETRICOS

Extrato de Ata de Registro de Preços 101/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 82/2026, Pregão Eletrônico 09.015/2026. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais elétricos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG. Fornecedor registrado: MIRIAM SUZANA MORETTI - 45.127.054/0001-50 VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 12.060,00 (doze mil e sessenta reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação.

Tapira,
MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:37038EA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 78/2026 - MATERIAIS DE LIMPEZA - ELAINE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 78/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 79/2026, Pregão Eletrônico 09.013/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, suprimentos e itens de higiene para atender às necessidades dos órgãos públicos do município de Tapira/MG, como escolas, clubes, creches, prefeitura e demais setores da administração municipal. Fornecedor registrado: ELAINE L DE SOUZA PONTES LTDA,, inscrita no CNPJ sob o nº 49.001.304/0001-62. VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 751.285,40 (setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).. Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:1479F374

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 80/2026 - SOUZA RIBEIRO - MATERIAIS DE LIMPEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 80/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 79/2026, Pregão Eletrônico 09.013/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, suprimentos e itens de higiene para atender às necessidades dos órgãos públicos do município de Tapira/MG, como escolas, clubes, creches, prefeitura e demais setores da administração municipal. Fornecedor registrado: SOUZA & RIBEIRO COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.818.239/0001-50. VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 377.810,74 (trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e dez reais e setenta e quatro reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:E2777145

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 86/2026 - MEGALIMP - MATERIAIS DE LIMPEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 86/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 79/2026, Pregão Eletrônico 09.013/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, suprimentos e itens de higiene para atender às necessidades dos órgãos públicos do município de Tapira/MG, como escolas, clubes, creches, prefeitura e demais setores da administração municipal. Fornecedor registrado: MEGALIMP HIGIENE E LIMPEZA LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.986.492/0001-12. VALOR TOTAL GLOBAL: R$6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:5F34B441

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2026 - TEIXEIRA PATOS - MATERIAIS HIDRAULICOS

Extrato de Ata de Registro de Preços 89/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 81/2026, Pregão Eletrônico 09.014/2026. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais hidráulicos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG.. Fornecedor registrado: DISTRIBUIDORA TEIXEIRA PATOS LTDA - 65.353.091/0001-94. VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 138.525,00 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:958F68C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 95/2026 - LL SILVA - MATERIAIS ELETRICOS

Extrato de Ata de Registro de Preços 95/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 82/2026, Pregão Eletrônico 09.015/2026. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais elétricos, visando atender às

necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG. Fornecedor registrado: L.L SILVA ELETRICA LTDA - 43.143.169/0001-03. VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:AF1E6BD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 99/2026 - MERCATTO BRASIL - MATERIAIS ELETRICOS

Extrato de Ata de Registro de Preços 99/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 82/2026, Pregão Eletrônico 09.015/2026. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais elétricos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG. Fornecedor registrado: MERCATTO BRASIL COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - 42.965.607/0001-56 VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 15.215,00 (quinze mil, duzentos e quinze reais). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:EAED13FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE ATA - VRM - MATERIAIS HIDRAULICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA-MG
Extrato de Ata de Registro de Preços 90/2026: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tapira/MG, CNPJ: 18.140.806/0001-40 Processo Administrativo nº: 81/2026, Pregão Eletrônico 09.014/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais hidráulicos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG.Fornecedor registrado: VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA - 31.868.626/0001-48. VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 915,70 (novecentos e quinze reais e setenta centavos). Vigência: A Ata de Registro de Preços terá validade de 1(um) ano, a contar a data de publicação. Tapira,

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:F5E97CEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
RESULTADO DA SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10.0012/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

RESULTADO DA SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10.0012/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026.

A Prefeitura Municipal de Tapira/MG, por meio da Agente de Contratações/Comissão de Contratação, torna público o resultado do sorteio público realizado em 08/09/2026 que definiu a ordem de classificação do Processo nº 096/2026, Edital de Credenciamento n. 10.012/2026, na forma que segue:

Ordem de classificação do item 01:

Item 01 - Avaliação de Imóvel Urbano (com emissão de Laudo Técnico de Avaliação Mercadológica conforme ABNT NBR 14.653)	
ORDEM	**CREDENCIADO**
1º	PROJETTA SCHORR ENGENHARIA E CONSULTORIA (CNPJ n. 34.029.954/0001-49)
2º	FÁBIA OLIVEIRA DA SILVA (CPF N. 070.***.***-84)
3º	FORTE E BELA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (CNPJ n. 30.542.421/0001-05)
4º	REURBIS CONSULTORIA MINAS GERAIS LTDA (CNPJ n. 40.671.657/0001-03)
5º	KEYLA MARIA DUARTE DA SILVA REIS (CNPJ n. 29.703.168/0001-45)
6º	ANR Consultoria LTDA (CNPJ N. 63.530.476/0001-54)
7º	DENISE FERREIRA CAMARGOS MARTINS (CNPJ n. 51.475.894/0001-07)
8º	JULIA GABRIELY CAMACHO GODOY (CPF n. 416.***.***-09)
9º	JRODZINSKI CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ n. 40.881.295/0001-77)
10º	ELAINE CRISTINA R C DE RESENDE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (CNPJ n. 47.799.315/0001-04)
11º	M V OLIVEIRA SANTOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (CNPJ n. 53.464.172/0001-82)
12º	FELIPE MARTINS BATISTA VITARELLE DE FREITAS (CNPJ n. 12.654.015/0001-52)
13º	RED ENGENHARIA LTDA (CNPJ N. 54.696.700/0001-91)
14º	TL KUNRATH LTDA (CNPJ n. 53.702.365/0001-24)
15º	FERREIRA E ARCE ENGENHARIA LTDA (CNPJ n. 44.101.311/0001-12)
16º	ARCHICODE SOLUÇÕES EM ARQUITETURA E TECNOLOGIA LTDA (CNPJ n. 32.694.742/0001-50)
17º	DEBORA LUIZETTO CARNEIRO (CNPJ N. 29.224.872/0001-15)
18º	K e de SOUZA LTDA (CNPJ n. 50.558.572/0001-69)
19º	EDUARDO DO CARMO NOGUEIRA (CPF n. 808.***.***-30)
20º	LHAMA ARQUITETURA LTDA (CNPJ n. 55.601.653/0001-18)

Ordem de classificação do item 02:

Item 02 - Avaliação de Imóvel Rural (com emissão de Laudo Técnico de Avaliação Mercadológica conforme ABNT NBR 14.653)	
ORDEM	**CREDENCIADO**
1º	PROJETTA SCHORR ENGENHARIA E CONSULTORIA (CNPJ n. 34.029.954/0001-49)
2º	JRODZINSKI CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ n. 40.881.295/0001-77)
3º	REURBIS CONSULTORIA MINAS GERAIS LTDA (CNPJ n. 40.671.657/0001-03)
4º	ARCHICODE SOLUÇÕES EM ARQUITETURA E TECNOLOGIA LTDA (CNPJ n. 32.694.742/0001-50)
5º	LHAMA ARQUITETURA LTDA (CNPJ n. 55.601.653/0001-18)
6º	KEYLA MARIA DUARTE DA SILVA REIS (CNPJ n. 29.703.168/0001-45)
7º	ELAINE CRISTINA R C DE RESENDE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (CNPJ n. 47.799.315/0001-04)
8º	M V OLIVEIRA SANTOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (CNPJ n. 53.464.172/0001-82)
9º	DENISE FERREIRA CAMARGOS MARTINS (CNPJ n. 51.475.894/0001-07)
10º	FERREIRA E ARCE ENGENHARIA LTDA (CNPJ n. 44.101.311/0001-12)
11º	FORTE E BELA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (CNPJ n. 30.542.421/0001-05)
12º	K e de SOUZA LTDA (CNPJ n. 50.558.572/0001-69)
13º	JULIA GABRIELY CAMACHO GODOY (CPF n. 416.***.***-09)
14º	DEBORA LUIZETTO CARNEIRO (CNPJ N. 29.224.872/0001-15)
15º	FÁBIA OLIVEIRA DA SILVA (CPF N. 070.***.***-84)
16º	ANR Consultoria LTDA (CNPJ N. 63.530.476/0001-54)
17º	RED ENGENHARIA LTDA (CNPJ N. 54.696.700/0001-91)
18º	TL KUNRATH LTDA (CNPJ n. 53.702.365/0001-24)
19º	EDUARDO DO CARMO NOGUEIRA (CPF n. 808.***.***-30)

Mais informações em licitacao@tapira.mg.gov.br.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES –
Prefeita Municipal – 08/09/2026.

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:062C8AD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
RETIFICAÇÃO DE EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRAULICOS

O Município de Tapira/MG torna pública a **retificação do Extratos de Atas de Registro de Preços nº 87/2026; 88/2026; 91/2026;92/2026; 93/2026; 96/2026; 97/2026 e 98/2026**, decorrente das Processos Administrativos 82/2026 e 83/2026, oriundos do **Pregões Eletrônico nº 014/2026 e 015/2026** firmadas entre o Município de Tapira e
VL CASA E CONSTRUCAO - 61.531.260/0001-88;
VDA SANEAMENTO LTDA - 43.486.840/0001-19;
MARMORARIA PEDRA BONITA LTDA -00.647.649/0001-07;
RR MATERIAIS ELETRICOS LTDA - 36.435.214/0001-38;
KP MATERIAIS ELETRICO E CONSTRUCAO LTDA - 55.073.244/0001-96;
ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA - 46.423.434/0001-03;
MULTINEGOCIOS LTDA - 46.789.706/0001-85 e
NET TEL SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA - 10.613.256/0001-28.

Em razão de **erro material** constante da publicação original,
Onde se lê: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, suprimentos e itens de higiene para atender às necessidades dos órgãos públicos do município de Tapira/MG, como escolas, clubes, creches, prefeitura e demais setores da administração municipal.
Leia-se: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais hidráulicos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG e Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de materiais elétricos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e das demais Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Tapira/MG .**
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da publicação original.

Tapira/MG, terça-feira, 8 de setembro de 2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:83955D96

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EXTRATO DE DECISÃO DE ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

EXTRATO DE DECISÃO DE ADMINISTRATIVA
Processo Administrativo Disciplinar - PAD

PAD N°: 002 - **Ano:** 2026
Portaria Instauração: 009 de 09 de 09 de fevereiro de 2026, publicada no saguão no dia 02 de fevereiro de 2025 e DOMM dia 10 de fevereiro de 2026, edição 4210.
Servidora: Andreia Fernandes Pessoa, Chefe de Seção, lotada na secretaria de Cultura, Matrícula nº 129442.
DECISÃO: A Corregedora Geral do Município de Teófilo Otoni/MG, no uso de suas atribuições legais, e considerando o regular andamento do Processo Administrativo Disciplinar 002/2026; **RESOLVE:** Acolher integralmente o **relatório final da Comissão Processante reconhecendo à existência da infração administrativa atribuída a servidora** Andreia Fernandes Pessoa, consistente em violação dos deveres funcionais previstos nos incisos I, II, VII e IX do artigo 22 e das proibições previstas incisos II e X do artigo 23 ambos da lei municipal 6.209/2011 **1; DECIDE:**
1. ACOLHER, NA ÍNTEGRA, o Relatório Final apresentado pela Comissão Processante do PAD nº 002/2026, referente à servidora ANDREIA FERNANDES PESSOA, matrícula 129442;
2. DEIXAR DE APLICAR a penalidade de suspensão de 60 (sessenta) dias, por impossibilidade material superveniente decorrente da exoneração da servidora, e não por ausência de responsabilidade funcional apurada;
3. DETERMINAR o registro da presente decisão e das conclusões do Relatório Final nos assentamentos funcionais da servidora ANDREIA FERNANDES PESSOA, para os fins e efeitos legais cabíveis, inclusive para conhecimento em eventual futuro vínculo funcional com a Administração Pública Municipal;
4. DETERMINAR que dê ciência ao denunciante e ao denunciado, com disponibilização de cópia integral da presente decisão.
Publique-se, registre-se e intime-se.

Teófilo Otoni, 04 de setembro de 2026

EDIÉLEM LOURENÇO DOS SANTOS
Corregedora Geral do Município

Publicado por:
Jussiene Soares Costa
Código Identificador:7F6F62AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 04/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 04/2026, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta o recadastramento extemporâneo, estabelecendo prazo final para regularização, instituindo o uso obrigatório da Declaração de Efetivo Exercício e dá outras providências.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições contidas na Resolução CGM nº 05/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido o período de**09 a 22 de setembro de 2026**para a realização do recadastramento funcional extemporâneo dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal que não regularizaram sua situação nos prazos anteriormente definidos.
Art. 2º.O recadastramento extemporâneo deverá ser realizado**exclusivamente de forma presencial**na sede da Prefeitura Municipal, no hall de entrada, durante o horário compreendido entre 08:00 às 16:00 horas.
Art. 3º. Para efetivar a regularização, o servidor omisso deverá apresentar, obrigatoriamente, a seguinte documentação:
I - Todos os documentos pessoais, funcionais e de dependentes exigidos originalmente pelo art. 2º da Instrução Normativa CGM nº 001/2026.
II - O formulário padronizado denominado"**Declaração de Efetivo Exercício**"(Anexo Único desta Instrução Normativa), devidamente preenchido e assinado.
Art. 4ºA "Declaração de Efetivo Exercício" é o documento hábil para comprovar a regularidade funcional do servidor perante a CGM, devendo conter, sob pena de recusa e nulidade do recadastramento:
I - A identificação completa do servidor e seu vínculo.
II - A atestação expressa de que o servidor se encontra em efetivo exercício ou em afastamento legalmente amparado.
III - A justificativa formal para a não realização do recadastramento no prazo original.
IV - A indicação do meio de controle utilizado pela chefia para confirmar a frequência (ponto eletrônico, folha manual, escala, relatórios, etc.).
V - A assinatura e carimbo da**Chefia Imediata**, que se responsabiliza civil e administrativamente pelas informações prestadas.
VI - A assinatura e carimbo do(a)**Secretário(a) Municipal**da pasta correspondente, ratificando as informações.
Art. 5º.O descumprimento do prazo estabelecido no art. 1º desta Instrução Normativa, ou a entrega de documentação incompleta ou com indícios de falsidade, implicará no**bloqueio imediato e manutenção da suspensão do pagamentoda remuneração do**

servidor, sem prejuízo da continuidade do Processo Administrativo Disciplinar – PAD para apuração de abandono de cargo.
Art. 6º.A recepção da "Declaração de Efetivo Exercício" pela CGM não substitui a análise técnica, permanecendo facultada à Controladoria a realização de diligências in loco e a confrontação das informações com os registros do Departamento de Recursos Humanos.
Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Teófilo Otoni/MG, 08 de setembro de 2026.

EDER MACHADO SILVA
Controlador-Geral do Município
OAB/MG Nº 200.674

Publicado por:
Weslei Gonçalves Chaves
Código Identificador:D6DECE09

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 59/2026 CREDENCIAMENTO – Nº. 003/2026

ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 59/2026
CREDENCIAMENTO – Nº. 003/2026

Ao quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis às 15h:00 min. (quinze horas), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **"CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, VISANDO O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS E A SERVIÇO DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DESTE EDITAL E DE SEUS ANEXOS"** cujo valor estimado tem seu embasamento conforme percentual em edital, não gerando despesas estando em compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício. Aberta a sessão, verificou que foi registrado pelo sistema licitar digital -Plataforma de licitação a **entrega dos documentos** exigidos em certame de edital das seguintes empresas no respectivo dia e horário: **POSTO TOCANTIS LTDA-CNPJ Nº 17.462.474/0001-58 do dia 04/09/2026 às 18:57**. Após detida análise foi julgada **HABILITADA** a empresa: **POSTO TOCANTIS LTDA-CNPJ Nº 17.462.474/0001-58**. Em obediência ao item relacionado ao instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 15h:52 (quinze horas e cinquenta e dois minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

KENEDY ESTEVES JÚNIOR
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Agente Público
Apoio

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:A2CADF34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026 – NOVA DATA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026 – **NOVA DATA** – Considerando a necessidade de **RETIFICAÇÃO do EDITAL**, o Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a **NOVA DATA** para a realização do Pregão Eletrônico nº 050/2026 no dia 23/09/2026, com recebimento das propostas até as 08:30h. Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento, instalação, manutenção e operação da fiscalização eletrônica do Município de Teófilo Otoni-MG**. A íntegra do edital retificado e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br.

Teófilo Otoni/MG, 08/09/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES –
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:EE5C1CF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 012/2026

EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 012/2026 – O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA**, processada com fundamento no artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e ainda com base no Parecer Jurídico, para que se proceda a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS E ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG, CONFORME PROCESSO S2ID-SEI 59052.038924/2026-63**, no valor estimado de **R$ 624.126,73 (seiscentos e vinte e quatro mil, cento e vinte e seis reais e setenta e três centavos)**. Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária do Município de Teófilo Otoni – MG, para o exercício de 2026.

Teófilo Otoni/MG, 08/09/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:F60D710D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 011/2026

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 011/2026 – O Município de Teófilo Otoni/MG vem **RETIFICAR** o Extrato da Ratificação da Dispensa nº 011/2026, publicado noDiário Oficial dos Municípios Mineiros na edição nº 4351 do dia 01 de setembro de 2026, página 263, nos seguintes termos: **ONDE SE LÊ**: no valor estimado de **R$ 695.905,18 (seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinco reais e dezoito centavos)**, **LEIA-SE**: no valor estimado de **R$ 691.809,34 (seiscentos e noventa e um mil, oitocentos e nove reais e trinta e quatro centavos)**. Ficam mantidos os demais termos da publicação.

Teófilo Otoni-MG, 08/09/2026.

BRENER GERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:05CAC4F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 2º/2026
TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 114/2026 –
CREDENCIAMENTO Nº 02/2024.

Prefeitura municipal de três corações 2º/2026 termo aditivo contrato nº 114/2026 – credenciamento nº 02/2024. objeto: credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de procedimentos e exames médicos especializados nas unidades de saúde municipais e estaduais do município de três corações/mg. contratada: mautoni e barra serviços médicos ltda cnpj: 50.783.376/0001-98 tipo o prazo do contrato original fica prorrogado por 12(doze) meses. autorização: cláusula 2ª do contrato original, oriundo do credenciamento nº 002/2024. início vigência: 20/08/2026 até 19/08/2027. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 20/08/2026.

três corações, 20 de agosto de 2026.

RACHID GADBEM NETO
Secretaria Municipal de Saúde.

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:A72987E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 3º/2026
TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 148/2023 –
CREDENCIAMENTO Nº 07/2023.

Prefeitura municipal de três corações 3º/2026 termo aditivo contrato nº 148/2023 – credenciamento nº 07/2023. objeto: credenciamento de pessoas jurídicas para eventual e futura aquisição de produtos para a reabilitação auditiva do centro especializado em reabilitação jeferson ximenes filho - cer iv contratada: atomed produtos médicos e de auxilio humano ltda ltda. cnpj: 01.035.382/0001-51. tipo: o prazo do contrato original fica prorrogado por 12 (doze) meses. autorização: cláusula 4.1 do contrato original, oriundo do credenciamento nº 7/2023. início vigência: 26/07/2026 até 25/07/2027. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 24/07/2026.

três corações, 24 de julho de 2026.

RACHID GADBEM NETO
Secretário Ordenador

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:18AE9BDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO –
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato da ata de registro de preços do pregão eletrônico nº 95/2026. objeto: aquisição de tintas viárias e solventes, para atender ao dmtt, na implantação e manutenção da sinalização viária do município. termo: nº 256/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x primor comercio de tintas produtos e servicos de sinalizacaoltdavalor: r$170.399,88 (cento e setenta mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) o prazo deste termo será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 25/08/2026.

três corações, 25 de agosto de 2026.

ANDRÉ LUIS RIBEIRO
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:16C691B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO –
EXTRATO DO CONTRATO DADISPENSA Nº 21/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO
DE LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DA PISCINA DO CEMEISTEFÂNIA
FALCÃO MARGOT

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato dadispensa nº 21/2026. objeto: contratação de serviço especializado de limpeza, tratamento, conservação e manutenção da piscina do cemeistefânia falcão margote, localizada na avenida sete de setembro, nº60, centro. com fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para proceder a limpeza, o tratamento da água e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da casa de máquinas, pelo período de 12 meses. contrato: nº 253/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x tiagomiguel de oliveira, valor r$60.000,00(sessenta mil reais) o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 19/08/2026.

três corações, 19 de agosto de 2026

DANIEL SANTOS RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:14CCE015

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO –
EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA Nº 24/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato da dispensa nº 24/2026. objeto: prestação de serviços de tecnologia da informação. contrato: nº 237/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x companhia de tecnologia da informação do estado de minas gerais – prodemge. valor:r$498.709,80 (quatrocentos e noventa e oito mil setecentos e nove reais e oitenta centavos) o prazo deste contrato será de 36(trinta e seis) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 21/08/2026.

três corações, 21 de agosto de 2026

GUSTAVOJOÃO ROBERTO GORGULHO FRANCO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:04CF8B15

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO –
EXTRATO DO CONTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 20/2024

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato de adesão ao pregão eletrônico nº 20/2024. objeto: aquisição de veículos leves, pesados, maquinários, motos e outros, em atendimento às demandas do consórcio intermunicipal multifinalitário do vale do jequitinhonha-cim-jequitinhonha e dos municípios coparticipantes. contrato: nº 257/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x fox distribuidora de máquinas ltda, valor r$1.337.200,00(um milhão, trezentos e trinta e sete mil e duzentos reais) o prazo deste contrato será de 12(doze)

meses publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 18/08/2026.

três corações, 18 de agosto de 2026

CARLOS ROGÉRIO FERRAZ RIVELLO
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:F00A7CBB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMUNICADO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026

O Município de Três Marias - MG, através da Pregoeira, torna público aos interessados a REABERTURA da licitação referente ao Pregão Eletrônico em epigrafe, cujo objeto é a **Aquisição de 01 (uma) VAN escolar com DPM (Dispositivo de Poltrona Móvel), com capacidade mínima para 15+1 lugares, , novo, zero quilômetro, ano/modelo no mínimo 2026/2026**, **destinados ao transporte de estudantes da rede pública de ensino do Município de Três Marias/MG, conforme solicitação da mesma, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**, através do site**:** https://licitar.digital/ no dia 22/09/2026 às 09h00min, que foi**SUSPENSO**devido a apresentação de pedidos de esclarecimento, portanto fez-se necessário a análise e adequação do Edital. Informações pelo telefone (38) 3754-8832/3754-8929 ou através dos portais já informados.

Publique-se

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, 08 de setembro de 2026.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Kely Aparecida da Silva
Código Identificador:CC75205A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO N.º 006/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 010/2026 – PROCESSO N.º 014/2026

Partes: Município de Três Pontas, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88 e ASSOCIAÇÃO JARDIM DAS ESMERALDAS TRÊS PONTAS/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.222.597/0001-10. **Do Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar a alteração da conta bancária específica destinada ao recebimento e à movimentação dos recursos financeiros vinculados ao Termo de Fomento n.º 006/2026, em razão da necessidade de abertura de nova conta em instituição financeira pública indicada pela Administração Pública. **Da Alteração da Conta Bancária:** A execução e movimentação dos recursos passam a vigorar exclusivamente em conta corrente mantida em instituição financeira pública indicadas pelos dados: Banco: Banco do Brasil S/A, Agência: 0421-9, Conta Corrente nº: 47.781-8. A conta anterior (Banco Cooperativa de Crédito Copersul Ltda. – Sicoob Copersul, Agência 3177, Conta Corrente nº 104.430-3) deixa de ser a conta específica para este fim. **Da Manutenção das Demais Cláusulas:** Ficam mantidas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Termo de Fomento n.º 006/2026 que não foram alteradas por este aditivo. **Data:** 08/09/2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:62A525F2

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO N.º 007/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 011/2026 – PROCESSO N.º 015/2026

Partes: Município de Três Pontas, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88 e ASSOCIAÇÃO UBUNTU TRÊS PONTAS, inscrita no CNPJ sob o n.º 49.399.803/0001-50. **Do Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar a alteração da conta bancária específica destinada ao recebimento e à movimentação dos recursos financeiros vinculados ao Termo de Fomento n.º 007/2026, em razão da necessidade de abertura de nova conta em instituição financeira pública indicada pela Administração Pública. **Da Alteração da Conta Bancária:** A execução e movimentação dos recursos passam a vigorar exclusivamente em conta corrente mantida em instituição financeira pública indicadas pelos dados: Banco: Banco do Brasil S/A, Agência: 0421-9, Conta Corrente nº: 47.876-8. A conta anterior (Banco Cooperativa de Crédito Copersul Ltda. – Sicoob Copersul, Agência 3177, Conta Corrente nº 104.535-0) deixa de ser a conta específica para este fim. **Da Manutenção das Demais Cláusulas:** Ficam mantidas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Termo de Fomento n.º 007/2026 que não foram alteradas por este aditivo. **Data:** 08/09/2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:95B213DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
EXTRATO DE DIVULGAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

EXTRATO DE DIVULGAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA - MG
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 001/2026

CONCURSO PÚBLICO ATRAVÉS DE PROVAS OBJETIVAS, DISCURSIVAS, PRÁTICA E TÍTULOS, para cargos de nível fundamental, médio e superior, conforme previstos em Edital. O Presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão do Concurso Público nomeada pela Portaria nº 045/2026, **INFORMA** que o Edital completo está disponível no endereço eletrônico https://portal.iadhedconcursos.org/ para consulta e download pelos interessados bem como a versão impressa está disponibilizada no quadro de aviso da Câmara Municipal Tupaciguara. As inscrições estão programadas para ter seu início no dia 06 de novembro de 2026 e término no dia 07 de dezembro de 2026, com prova objetiva prevista para ser aplicada no dia 27 de dezembro de 2026. Maiores informações poderão ser requeridas diretamente com a instituição organizadora.

Tupaciguara, Minas Gerais, 07 de setembro de 2026.

MOACIR JUNIOR CAD VIEIRA
Presidente da Camara

Publicado por:
Francivaldo Herminio da Silva
Código Identificador:FAABDDAC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 085/2026

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA/MG TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO VEICULADA NO DIA 04/09/2026 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 085/2026.

ONDE SE LÊ: VIGÊNCIA: 02/09/2026 A 02/09/2027, LEIA-SE 01/09/2026 A 01/09/2027.

BRUNO RODRIGUES MACHADO -
Secretário Municipal de Administração e Finanças - Decreto Nº. 006/2023.

Publicado por:
Marivaine Pina Rodrigues
Código Identificador:23BCC9B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO Nº 001/2026

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO Nº 001/2026

CEDENTE: Município de União de Minas/MG.
CESSIONÁRIO: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
SERVIDOR CEDIDO: Justino Silva Martins Filho, matrícula funcional nº 1350-4.
OBJETO: Cessão de servidor público municipal à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, para exercício de suas funções no Escritório Local de União de Minas/MG, sem ônus para o Cessionário.
VIGÊNCIA: retroage-se a 1º de janeiro de 2025, a 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado ou enquanto houver interesse e concordância das partes.
FUNDAMENTO: Termo de Cessão firmado entre o Município de União de Minas/MG e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
DATA: 08 de SETEMBRO de 2026.
ASSINATURA: Geova Tomaz de Almeida – Prefeito Municipal;

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:767EF11C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO Nº 002/2026

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO Nº 002/2026

CEDENTE: Município de União de Minas/MG.
CESSIONÁRIO: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
SERVIDORA CEDIDA: Danubia Oliveira Silva, matrícula funcional nº 13.598.
OBJETO: Cessão de servidora pública municipal à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, para exercício de suas funções no Escritório Local de União de Minas/MG, sem ônus para o Cessionário.
VIGÊNCIA: retroage-se a 1º de janeiro de 2025, a 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado ou enquanto houver interesse e concordância das partes.
FUNDAMENTO: Termo de Cessão firmado entre o Município de União de Minas/MG e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
DATA: 08 de SETEMBRO de 2026.
ASSINATURA: Geova Tomaz de Almeida – Prefeito Municipal;

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:5C8DB754

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026. (IPMUR)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026. CONTRATANTE: IPMUR – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 00.715.411/0001-63. CONTRATADA: BAIA GC MIX LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.377.469/0002-75. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e instalação de elementos de comunicação visual institucional, compreendendo 01 (um) Totem Back Light luminoso em ACM e 01 (uma) lona vinílica institucional, destinados à identificação visual e à sinalização da sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Urucuia/MG – IPMUR. VALOR GLOBAL: R$ 8.999,00 (oito mil novecentos e noventa e nove reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato. DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

ROSE ABIRRIAN NOBRE–
Presidente do IPMUR.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:150277E3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2026 – ADESÃO Nº 011/2026.

O Município de Urucuia/MG torna público o extrato do Contrato nº 064/2026, celebrado com a empresa **RIO DOCE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.426.763/0001-40, decorrente do Procedimento Licitatório nº 009/2026, Pregão Eletrônico nº 003/2026 – Sistema de Registro de Preços, Ata de Registro de Preços nº 006/2026, gerenciada pelo CINF-AMNOR, tendo por objeto a aquisição gradual de veículos novos/zero quilômetro, sendo 01 (um) veículo tipo passeio Hatch, marca Renault, modelo Kwid Zen 1.0, no valor unitário de R$ 69.890,00, e 02 (dois) veículos tipo pick-up compacta, cabine dupla, marca Renault, modelo Oroch 1.6 Flex, no valor unitário de R$ 120.000,00, totalizando o valor de **R$ 309.890,00 (trezentos e nove mil oitocentos e noventa reais)**. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. Data da assinatura: 01 de setembro de 2026.

Urucuia/MG, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:097CDDE9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERDELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo n° 059/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA RETOMADA E CONCLUSÃO DA OBRA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO 1, PADRÃO MINISTÉRIO DE SAÚDE LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE CORGÃO, MUNICÍPIO DE VERDELÂNDIA/MG, INCLUINDO SERVIÇOS DE REFORMA, ACABAMENTO, INSTALAÇÕES, REEXECUÇÃO DE SERVIÇOS DETERIORADOS E DEMAIS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS À PLENA OPERACIONALIZAÇÃO DA UNIDADE, CONFORME PORTARIA GM/MS N° 5.426 DE 24 DE SETEMBRO DE 2024, PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS.

ADJUDICADO em 25/08/2026, onde sangrou-se vencedora a empresa R3 ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA – CNPJ n° 46.442.456/0001-02, com o valor total de R$ 530.000,00 (Quinhentos e Trinta mil reais).

CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Agente de Contratação

Tel.(38)3625-8113.
Email: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br

Processo Administrativo n° 059/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2026

A Prefeitura Municipal de Verdelândia-MG CNPJ 01.612.505/0001-70, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, resolve: HOMOLOGAR, o processo licitatório N°057/2026 na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°004/2026, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA RETOMADA E CONCLUSÃO DA OBRA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO 1, PADRÃO MINISTÉRIO DE SAÚDE LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE CORGÃO, MUNICÍPIO DE VERDELÂNDIA/MG, INCLUINDO SERVIÇOS DE REFORMA, ACABAMENTO, INSTALAÇÕES, REEXECUÇÃO DE SERVIÇOS DETERIORADOS E DEMAIS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS À PLENA OPERACIONALIZAÇÃO DA UNIDADE, CONFORME PORTARIA GM/MS N° 5.426 DE 24 DE SETEMBRO DE 2024, PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS. Reconhece vencedora a empresa R3 ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA – CNPJ n° 46.442.456/0001-02, com o valor global de R$ 530.000,00 (Quinhentos e Trinta mil reais).

CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Agente de Contratação

Tel.(38)3625-8113.
Email: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:2249DDAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

A Prefeitura Municipal de Verdelândia/MG, inscrita no CNPJ: 01.612.505/0001-70, torna público o EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO referente ao Processo Licitatório nº 057/2026, Concorrência Eletrônica nº 004/2026. Contratado: PILARES INDÚSTRIA COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 31.295.340/0001-10, Valor global da contratação: R$ 706.000,00 (Setecentos e seis mil reais). Assinatura: 30/04/2026. Vigência: 11 (onze) meses. Informações complementares pelo e-mail: licitacoes@gmail.gov.com.br

CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Agente de Contratação
Tel.(38)3625-8113.

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:2457210D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PL 079/2026 - INEXIGIBILIDADE 019/2026. AVISO DE LICITAÇÃO

Credenciamento 04/2026 de **CREDENCIAMENTO, PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES**, de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos e receitas municipais destinadas a contribuintes cadastrados e novos, abrangendo o processamento eletrônico do código de barras FEBRABAN, transmissão diária de arquivos de retorno de arrecadação e conciliação bancária. Os documentos para credenciamento serão recebidos exclusivamente no formato eletrônico, através da plataforma digital: www.portaldecompraspublicas.com.br a partir do dia **18/09/2026.** Edital disponível nos sites: www.vespasiano.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br e o procedimento de julgamento ocorrerão em ato contínuo.

VANDERSON MARTINS GOMES.

Publicado por:
Carolina Charine Valadares
Código Identificador:80BFE901

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE-MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº 085/2026. Adesão Nº 011/2026. Processo de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 010/2026, decorrente do Processo Administrativo nº018/2026, Pregão Eletrônico nº002/2026, realizado pela Prefeitura Municipal de Jucuruçu/BA. Contrato Administrativo nº 108/2026. Contratada: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE 03 VEÍCULOS DE PASSEIO (05 LUGARES) 0 KM. Valor Total: R$ 270.000,00. Vigência contratual: 12 meses. Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.00.2.07.01.08.243.0016.2.0050 (1.710.000); 4.4.90.52.00.2.04.06.10.301.0009.1.0005 (1.621.000); e, 4.4.90.52.00.2.08.01.08.242.0016.2.0055 (1.710.000).

Volta Grande, 08/09/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT –
Agente de Contratação.

ALEXANDRINA MONTEIRO ABREU BRUM –
Prefeita em Exercício.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:D2A9DA05

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE-MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº 094/2026. Adesão Nº 012/2026. Processo de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 306/2025, decorrente do Processo de Pregão Eletrônico nº257/2025, pelo Sistema de Registro de Preço, realizado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Contrato Administrativo nº 110/2026. Contratada: CRIATIVA PRODUTOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE FANTASIA DO PERSONAGEM ZÉ GOTINHA. Valor Total: R$ 5.000,00. Vigência contratual: 12 meses. Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.00.2.04.03.10.305.0009.2.0028 (1.621.000).

Volta Grande, 08/09/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT –
Agente de Contratação.

ALEXANDRINA MONTEIRO ABREU BRUM –
Prefeita em Exercício.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:04E5DB04

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE-MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº 095/2026. Adesão Nº 013/2026. Processo de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 039/2025, decorrente do Processo Licitatório nº044/2025, Pregão Eletrônico nº020/2025, realizado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS. Contrato Administrativo nº 109/2026. Contratada: BAMAQ S/A BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE RETROESCAVADEIRA NOVA, ZERO HORA, FABRICADA NO ANO VIGENTE. Valor Total: R$ 440.000,00. Vigência contratual: 12 meses. Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.00.2.06.01.20.606.0011.2.0046 (1.710.000).

Volta Grande, 08/09/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT –
Agente de Contratação.

ALEXANDRINA MONTEIRO ABREU BRUM –
Prefeita em Exercício.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:279CB0EB

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG - EXTRATO DE CONTRATO - Processo de Licitação nº 093/2026. Dispensa de Licitação nº 046/2026. Contrato Administrativo nº 111/2026. Justificativa: art. 75, I, da Lei Federal 14.133/2021. Contratada: GMS Reformas Ltda. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GASPAR MARIA PEREIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO BONSUCESSO, NA SEDE MUNICIPAL. Valor Total: R$ 118.738,90. Prazo de Execução: 02 meses. Vigência: 12 meses. Dotação Orçamentária: 4.4.90.51.00.2.05.02.12.361.0010.1.0007 – 1.540.000.

Volta Grande, 08/09/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT –
Agente de Contratação.

ALEXANDRINA MONTEIRO ABREU BRUM –
Prefeita em Exercício.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:BC567ADF

PUBLICAÇÃO
LEI Nº 1.768/2026-REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.740/2025 QUE INSTITUIU O BOLSA ATLETA

LEI Nº 1.768/2026.

"REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.740/2025 que instituiu o BOLSA ATLETA".

A Câmara Municipal de Volta Grande, Estado do Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeita Municipal em Exercício de Volta Grande-MG, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, SANCIONO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica instituído o PROGRAMA BOLSA ATLETA no Município de Volta Grande-MG com os seguintes objetivos:
I – Valorizar e apoiar atletas;
II – Incentivar os valores potencias que o esporte pode proporcionar;
III – Desenvolver a prática de esporta com o meio de promoção social mediante concessão remunerada.
Art. 2º. O PROGRAMA BOLSA ATLETA de que trata esta lei consistirá em apoio financeiro, técnico, e material para os atletas.
Art. 3º. A Bolsa-Atleta Municipal será concedida por um prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser renovada de acordo com a legislação vigente.
Art. 4º. Para fins de escolha dos beneficiários, o Município publicará, anualmente, edital de chamamento público, no qual constará informações sobre os requisitos para a concessão das bolsas, estabelecendo índices mínimos a serem alcançados pelos atletas nas respectivas modalidades, bem como critérios de avaliação.
Art. 5º. Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta Municipal, o interessado deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:
I – Residir atualmente no município, ou, caso não seja cidadão nativo, ser residente neste município há pelo menos 5 (cinco) anos;
II – Ter participado de competições esportivas e paradesportivas oficiais em âmbito regional, estadual, nacional e/ou internacional no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;
III - Apresentar autorização dos pais ou responsável legal e comprovante de matrícula e frequência em instituição de ensino público ou privada, a cada 2 meses a partir da concessão da bolsa, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade.
Art. 6º. Os valores da Bolsa-Atleta que será concedida para atletas, paratletas e atletas-guias serão subdivididas em categorias:
I – Categoria Paralímpica: para atletas com deficiência;
II – Categoria Internacional: para atletas de destaque em competições fora do território nacional;
III – Categoria Nacional: para atletas com destaque nacional;
IV – Categoria Estadual: para atletas com destaque estadual;
V – Categoria Estudantil: para aluno/atleta ou aluno paratleta com destaque estadual e/ou nacional em competições esportivas estudantis;
VI – Categoria Seleção Municipal: para atletas maiores de 17 anos, aprovados nas seletivas para as seleções municipais.
§1º. A categoria estudantil dispensa os requisitos do inciso III do artigo 5º, devendo o estudante comprovar ser aluno/atleta matriculado e frequente em escola localizada no Município.
§ 2º. O valor da Bolsa-Atleta funciona como um incentivo e destina-se a cobrir despesas com material esportivo referente à prática de modalidade, despesas com deslocamento, alimentação, treinamento e preparação física.
§ 3º. Os valores máximos a serem destinados aos atletas de cada categoria serão fixados anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, via decreto, conforme a disponibilidade financeira e orçamentária de cada exercício financeiro, devendo serem publicados nos editais de chamamento.
§ 4º. A Bolsa-Atleta Municipal, a ser concedida aos atletas, paratletas e atletas-guias, será definida pelo Município, nas categorias estabelecidas no artigo 6º da presente lei, considerando o histórico do atleta, a modalidade, as conquistas históricas, as competições, as medalhas e troféus, a categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade, respeitando a diversificação de critérios entre esportes individuais e coletivos.
§ 5º Poderá o Chefe do Poder Executivo expedir decreto para definir os critérios para a definição do enquadramento dos beneficiários no Bolsa-Atletas Municipal.
Art. 7º. Independentemente da concessão da bolsa em dinheiro, poderá o Município conceder outras formas de apoio e incentivo aos atletas participantes do programa, como a disponibilização das instalações esportivas municipais para seus treinamentos, cessão de materiais esportivos de uso coletivo e disponibilização de serviços de profissionais do quadro municipal para apoio em sua preparação, como educadores físicos, nutricionistas e outros serviços pertinentes.
Art. 8º. Havendo disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, poderá o Município contratar seguro de vida e acidentes pessoais em favor dos atletas participantes do Programa Bolsa Atleta Municipal, a fim de cobrir os riscos das atividades esportivas, treinamentos e viagens.

Art. 9º. A concessão da bolsa de que trata esta lei não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com o Município.
Art. 10. Será automaticamente desligado do Programa Bolsa-Atleta Municipal o atleta, paratleta ou atleta-guia que:
I - Não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário oficial do Município;
II - Quando convocado, deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado e aceito pelo Município;
III - Deixar de atender ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 5º desta lei;
IV - For transferido para representação de outro município, estado ou país sem anuência do Município;
V - Sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a 30 (trinta) dias;
VI - O atleta-guia que abandonar o paratleta com quem competia ao pleitear o benefício;
VII - Ausentar-se sem justificativa dos treinamentos nos casos de seleção municipal.
Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta dos recursos orçamentários do Município.
Parágrafo único. O Município deverá fazer constar, na elaboração de seus orçamentos anuais, a partir do ano de 2027, a previsão de rubrica específica para o custeio do Programa Bolsa-Atleta Municipal.
Art. 12. Os beneficiados prestarão contas relativas ao cumprimento dos respectivos planos de trabalho, através de relatório das atividades desenvolvidas, na forma e nos prazos fixados no decreto de regulamentação da presente lei Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 13 – Revoga a **LEI MUNICIPAL Nº 1.740/2025** e entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Volta Grande, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRINA MONTEIRO ABREU BRUM
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Ana Paula Dos Santos Albino
Código Identificador:AEB24E45

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 194/2025, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 107/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos concede progressão vertical à agente pública municipal, **Ana Paula Pereira,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Técnico em Enfermagem,** lotada na **Secretaria Municipal de Saúde – UPA,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível II e Grau A,** permanecendo no **Grau A** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionado(a) no **Nível III,** a partir da competência do mês de **agosto de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Vertical, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível III e Grau A,** a partir da competência de **agosto de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 03 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:3128B57F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 14/10/2026 e 12/11/2026 para a servidora pública municipal **Sabrina Silva Campos,** ocupante do cargo público de Bioquímico, matrícula funcional nº 03238-4, referente ao período aquisitivo de 03/03/2025 e 02/03/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 03 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:1E312602

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a

fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 14/09/2026 e 13/10/2026 para o servidor público municipal **Henrique Ferreira Mendes da Costa,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 02761-6, referente ao período aquisitivo de 01/09/2025 e 31/08/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 03 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:A4CA3594

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias ao servidor que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 13/10/2026 e 11/11/2026 para o servidor público municipal **Hugo César Santiago da Silva,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 02319-3, referente ao período aquisitivo de 18/03/2025 e 17/03/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional do servidor para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 03 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:11E15711

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 05/10/2026 e 03/11/2026 para a servidora pública municipal **Cláudia Aparecida Caetano de Carvalho,** ocupante do cargo público de Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº 01338-4, referente ao período aquisitivo de 09/07/2025 e 08/07/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 03 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:5050349B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 08/10/2026 e 06/11/2026 para a servidora pública municipal **Lidiane Maria Neri,** ocupante do cargo público de Coordenador em Saúde,

matrícula funcional nº 01317-8, referente ao período aquisitivo de 06/03/2025 e 05/03/2026.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 03 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:8F1CC4DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA
EXTRATO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA – RESULTADO DA LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA, Concorrência Pública nº 03/2026
Processo Licitatório nº 28/2026**,** Extrato da Decisão Administrativa – resultado da licitação. Objeto: Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão administrativa, para modernização, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública; implantação, operação e manutenção do sistema municipal de inteligência urbana; e implantação, operação, manutenção e gestão de usinas solares fotovoltaicas do Município de Alpercata/MG. **A comissão de contratação do Município de Alpercata/MG,** após análise dos envelopes 1, 2 e 3, das manifestações dos licitantes e das disposições do edital e da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o resultado do certame e DECIDE: **I – Declarar Inabilitado o Consórcio Smart Alpercata**, composto por Infrabrasil Assessoria e Negócios Ltda. e Construtora Morais & Lage Ltda., em razão da apresentação da Garantia de Proposta, no Envelope 1 físico, em forma de reprodução/cópia, em descumprimento dos itens 14.3, 14.4 e 14.17 do edital; e, como fundamento autônomo adicional, da desconformidade da habilitação jurídica da CML no Envelope 3, pela ausência, na declaração do item 17.1.3/Modelo 4, do compromisso de integralização do capital social mínimo da futura SPE. **II – Desclassificar a proposta econômica do Consórcio Smart Alpercata**, por descumprimento do item 15.6 e subitens 15.6.1 a 15.6.5 do edital, diante da ausência de declaração emitida por Instituição Financeira enquadrada na definição do item 1.1, tendo o Banco Central do Brasil certificado que a ESSOR SEGUROS S.A. nunca esteve na condição de instituição por ele autorizada a funcionar. **III – Declarar classificada a proposta econômica e habilitado o Consórcio Concip Alpercata**, composto por Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda. e Sitran Sinalização de Trânsito Industrial Ltda., e Declará-lo vencedor da Concorrência Pública nº 03/2026, por apresentar a proposta válida mais bem classificada dentre as remanescentes, no valor mensal de R$ 109.438,33, e por ter sido verificado o atendimento integral das exigências editalícias relativas à proposta e à habilitação. IV – Determinar a publicação do resultado, a ciência formal dos licitantes e, após a apreciação de eventuais recursos, o regular prosseguimento do certame para as providências subsequentes de adjudicação e homologação, na forma do edital e da legislação aplicável. Ficam os licitantes formalmente intimados desta decisão. A íntegra da decisão integra os autos do Processo Licitatório nº 28/2026.

WARLEY WANDERLEY GOMES DA ROCHA –
Agente de Contratação e

FABRÍCIO GUNTENDORFER –
Comissão de Contratação

Publicado por:
Warley Wanderley Gomes da Rocha
Código Identificador:0CC050D5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 20/2026

MUNICIPIO DE ALTEROSA-MG

Processo Licitatório 221/2026, Inexigibilidade 96/2026, Credenciamento 20/2026.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE EXECUTAM ALVENARIAS EM TIJOLO, BLOCOS OU PEDRA, ALÉM DE EXECUTAR REBOCOS, REVESTIMENTOS E OUTROS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO, VISANDO À CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.

O CREDENCIAMENTO SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN (OITO HORAS).

Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações, situado à Rua Dom Pedro II nº 54, centro, telefone (35) 92002-1895, de segunda a sexta-feira das 08hs às 16hs, pelo site: https://www.alterosa.mg.gov.br/licitacao ou pelo Email: compras@alterosa.mg.gov.br ou licitacaoalterosa@hotmail.com.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:513BFAFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
CONTRATOS

Contrato: 167/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : ASSOCIACAO REGIONAL DE ESPORTE AMADOR
Valor: R$11.550,00
Vigência:: 01/09/2026
Término: 01/09/2027
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 71/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE PARTIDA DE FUTEBOL DE CAMPO, COM DURAÇÃO DE 90 (NOVENTA) MINUTOS, COM EQUIPE DE ARBITRAGEM COMPOSTA POR 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 (DOIS) ÁRBITROS AUXILIARES E 01 (UM) MESÁRIO, INCLUINDO A ORGANIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DA PARTIDA, EM CONFORMIDADE COM AS REGRAS OFICIAIS DO FUTEBOL.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Contrato: 168/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : CENTRO DE RECUPERACAO RECANTO DAS GARCAS LTDA.
VALOR: R$15.000,00
Vigência:: 01/09/2026
Término: 28/02/2027
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 91/2026
Objeto da Contratação: INTERNAÇÃO EM CLÍNICA, VISANDO

TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA, PARA A PACIENTE LINDRANI PEREIRA DOS SANTOS, PORTADORA DO CPF (CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS) SOB O NÚMERO 428.316558-11, NASCIDA EM 06/10/1993, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA ELIZEU DE SOUZA, NÚMERO 218, BAIRRO CRUZEIRO, CIDADE DE ALTEROSA/MG.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Contrato: 169/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : MHEDICA SERVICE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA
VALOR: R$146.060,00
Vigência:: 02/09/2026
Término: 02/09/2027
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 92/2026
Objeto da Contratação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOHOSPITALARES, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, COM OS DEVIDOS LAUDOS DE CALIBRAÇÃO, ALÉM DO FORNECIMENTO DOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO INDIVIDUAL DE CADA TECNOLOGIA, REFERENTE A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO 1071/2025, ORIUNDA DO PROCESSO LICITATÓRIO NÚMERO 57/2025, PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 38/2025, CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Contrato: 170/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : JR ASSISTENCIA TECNICA EM POÇOS ARTESIANOS LTDA
VALOR: R$7.250,00
Vigência:: 03/09/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 73/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NO POÇO ARTESIANO LOCALIZADO NO LOTEAMENTO PARQUE SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA/MG, INCLUINDO O DESLOCAMENTO DA EQUIPE E OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS DE RETIRADA E REINSTALAÇÃO DO CONJUNTO DE MOTOBOMBA.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Contrato: 171/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : HOSPITAL DE GIMIRIM
Valor: R$23.300,00
Vigência:: 04/09/2026
Término: 31/12/2026
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 70/2026
Objeto da Contratação: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES, PERMITINDO AMPLIAR A OFERTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR ASSISTÊNCIA INTEGRAL, CONTÍNUA E HUMANIZADA À POPULAÇÃO.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Contrato: 172/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : CV ENERGIA LTDA
Valor: R$12.000,00
Vigência:: 04/09/2026
Término: 31/10/2026
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 95/2026
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO PARA EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA EM ALTEROSA E DISTRITO DIVINO ESPÍRITO SANTO (CAVACOS).

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Aditivo: 2 - Contrato: 206/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA
Valor: R$0,00
Vigência:: 07/09/2026
Término: 06/09/2027
Licitação: Pregão presencial Nº.: 50/2024
Objeto do Aditivo: SRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA DOS RESÍDUOS HOSPITALARES.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Aditivo: 1 - Contrato: 254/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
Contratada : LUCAS AMERICO BORGES
Valor: R$37.598,40
Vigência:: 04/09/2026
Término: 01/01/1800
Licitação: Pregão presencial Nº.: 63/2025
Objeto do Aditivo: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONFECÇÃO/INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, EM MDF, SOB MEDIDA PARA AS SALAS DA ESCOLA NOVA QUE ESTA SENDO CONSTRUÍDA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E ACESSÓRIOS CONFORME DESCRIÇÃO, LAYOUT CONTIDAS NESTE PROCESSO.

Alterosa, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:CF0BE42C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS

INEXIGIBILIDADE Nº 89/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 211/2026
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/2026 09:01
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARAREALIZAÇÃO, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, DO EXAME PET-CTDEDICADO ONCOLÓGICO (PET SCAN ONCOLÓGICO),CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, INCLUINDO TODOS OSRECURSOS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, PROFISSIONAIS EDEMAIS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃOPARA A PACIENTE MARIA LUZIA DA SILVA, PORTADORA DO CPFSOB O NÚMERO 028.119.186-71, RESIDENTE E DOMICILIADA NARUA DOUTOR ARLINDO DA SILVEIRA FILHO, NÚMERO 1.000,CENTRO, ALTEROSA/MG – CEP: 37.145-000.

CONTRATADO: VARGINHA IMAGENS MÉDICAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 3.100,00 (três mil e cem reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 90/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 213/2026
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/2026 14:10
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARACONFECÇÃO DE PLACAS AUTOMOTIVAS, DESTINADAS AVEÍCULO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.VEÍCULO:
- FIAT STRADA FREEDOM CD13;
- ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO: 2026/2027;
- COR: PRATA;
- COMBUSTÍVEL: FLEX;
- CAPACIDADE: 05 PASSAGEIROS
- MOTIVO DO PROCEDIMENTO: PRIMEIRO EMPLACAMENTO.

CONTRATADO: AUTO PLACAS ALFENAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 212/2026
HOMOLOGAÇÃO: 01/09/2026 13:09
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE PARTIDA DEFUTEBOL DE CAMPO, COM DURAÇÃO DE 90 (NOVENTA)MINUTOS, COM EQUIPE DE ARBITRAGEM COMPOSTA POR 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 (DOIS) ÁRBITROS AUXILIARES E01 (UM) MESÁRIO, INCLUINDO A ORGANIZAÇÃO E OACOMPANHAMENTO DA PARTIDA, EM CONFORMIDADE COM ASREGRAS OFICIAIS DO FUTEBOL.

CONTRATADO: ASSOCIACAO REGIONAL DE ESPORTE AMADOR
VALOR DA DESPESA: R$ 11.550,00 (onze mil e quinhentos e cinquenta reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 91/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 214/2026
HOMOLOGAÇÃO: 01/09/2026 14:54
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: INTERNAÇÃO EM CLÍNICA, VISANDO TRATAMENTO DEDEPENDÊNCIA QUÍMICA, PARA A PACIENTE LINDRANI PEREIRADOS SANTOS, PORTADORA DO CPF (CADASTRO DE PESSOASFÍSICAS) SOB O NÚMERO 428.316558-11, NASCIDA EM06/10/1993, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA ELIZEU DESOUZA, NÚMERO 218, BAIRRO CRUZEIRO, CIDADE DEALTEROSA/MG.

CONTRATADO: CENTRO DE RECUPERACAO RECANTO DAS GARCAS LTDA.
VALOR DA DESPESA: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 92/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 215/2026
HOMOLOGAÇÃO: 02/09/2026 08:24
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOHOSPITALARES,INCLUINDO A INSTALAÇÃO, COM OS DEVIDOSLAUDOS DE CALIBRAÇÃO, ALÉM DO FORNECIMENTO DOSACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO INDIVIDUALDE CADA TECNOLOGIA, REFERENTE A ADESÃO A ATA DEREGISTRO DE PREÇOS NÚMERO 1071/2025, ORIUNDA DOPROCESSO LICITATÓRIO NÚMERO 57/2025, PREGÃOELETRÔNICO NÚMERO 38/2025, CONSÓRCIO PÚBLICOINSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIOPARAOPEBA – ICISMEP.

CONTRATADO: MHEDICA SERVICE COMERCIO E MANUTENCAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 146.060,00 (cento e quarenta e seis mil e sessenta reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 93/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 216/2026
HOMOLOGAÇÃO: 02/09/2026 13:50
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO PROGRAMADA DE 10.000KM DO VEÍCULO OFICIAL FIAT ARGO TREKKING 1.3 FLEX 4P,PLACA TYFSF44, PERTENCENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAMUNICIPAL E DESTINADO AO USO DA SECRETARIA MUNICIPALDE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

CONTRATADO: VIA MONDO AUTOMOVEIS E PECAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 1.651,34 (um mil e seiscentos e cinquenta e um reais, com trinta e quatro centavos)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 217/2026
HOMOLOGAÇÃO: 04/09/2026 07:37
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CRACHÁSEM PVC, COM CORDÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 5,5 CMX 8,5 CM, DESTINADOS À IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOSDA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: SISPONTO SISTEMAS INTELIGENTES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 900,00 (novecentos reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 218/2026
HOMOLOGAÇÃO: 03/09/2026 10:13
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NO POÇO ARTESIANO LOCALIZADO NO LOTEAMENTO PARQUE SÃO FRANCISCO, NO MUNICÍPIO DE ALTEROSA/MG, INCLUINDO O DESLOCAMENTO DA EQUIPE EOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS DE RETIRADA E REINSTALAÇÃODO CONJUNTO DE MOTOBOMBA.

CONTRATADO: JR ASSISTENCIA TECNICA EM POÇOS ARTESIANOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 7.250,00 (sete mil e duzentos e cinquenta reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 94/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 219/2026
HOMOLOGAÇÃO: 04/09/2026 10:11
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO "BONAR (ACHE) 15UI,DESTINADO AO PACIENTE EDUARDO CABRAL DA SILVA,INSCRITO NO CPF SOB O NÚMERO 114.620.906-13, NATURAL DEALTEROSA/MG, FILHO DE VALDINÉIA CABRAL TEODORO EVALDECIR BARBOSA DE LIMA, RESIDENTES E DOMICILIADOSNA RUA FRANCISCO MANOEL DA SILVA, NÚMERO 190, BAIRROCRUZEIRO, MUNICÍPIO DE ALTEROSA/MG, CONFORMEDOCUMENTAÇÃO PESSOAL, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EPRESCRIÇÃO MÉDICA APRESENTADOS.

CONTRATADO: TRES PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 425,98 (quatrocentos e vinte e cinco reais, com noventa e oitocentavos)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 95/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 220/2026
HOMOLOGAÇÃO: 04/09/2026 13:34
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARAELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO PARA EXTENSÃO DEREDE ELÉTRICA EM ALTEROSA E DISTRITO DIVINO ESPÍRITOSANTO (CAVACOS).

CONTRATADO: CV ENERGIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 12.000,00 (doze mil reais)

08/09/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:825D884A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
CONTRATO 138/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Chamada Pública 03/2026

Nº 138/2026
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: Fernando de Souza Nazareth, CPF n° 860.xxx.796-72
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública matriculados na rede municipal de ensino.
Valor: R$ 12.528,00
Dotação orçamentária: 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0033 – MANUT. DA MERENDA DO PRE-ESCOLAR MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0034 – MANUTENÇÃO DA MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0035 – MANUT. DA MERENDA NO ENS. FUNDAMENTAL ESCOLAS MUNIC.
Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 28/2026 - Chamada Pública nº 03/2026 - Resolução/CD/FNDE nº. 26/2013, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.947/2009.
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação
Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: Fernando de Souza Nazareth, CPF n° 860.xxx.796-72

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:A2E00110

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
CONTRATO 139/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Chamada Pública 03/2026

Nº 139/2026
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: Hélio de Almeida Vaz, CPF n° 631.xxx.966-20
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública matriculados na rede municipal de ensino.
Valor: R$ 3.549,60
Dotação orçamentária: 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0033 – MANUT. DA MERENDA DO PRE-ESCOLAR MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0034 – MANUTENÇÃO DA MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0035 – MANUT. DA MERENDA NO ENS. FUNDAMENTAL ESCOLAS MUNIC.
Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 28/2026 - Chamada Pública nº 03/2026 - Resolução/CD/FNDE nº. 26/2013, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.947/2009.
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação
Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: Hélio de Almeida Vaz, CPF n° 631.xxx.966-20

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:FD5C72FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
CONTRATO 140/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Chamada Pública 03/2026

Nº 140/2026
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: Heraldo dos Santos Moreira, CPF n° 855.xxx.656-91
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública matriculados na rede municipal de ensino.
Valor: R$ 66.882,00
Dotação orçamentária: 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0033 – MANUT. DA MERENDA DO PRE-ESCOLAR MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0034 – MANUTENÇÃO DA MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0035 – MANUT. DA MERENDA NO ENS. FUNDAMENTAL ESCOLAS MUNIC.
Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 28/2026 - Chamada Pública nº 03/2026 - Resolução/CD/FNDE nº. 26/2013, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.947/2009.
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação

Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: Heraldo dos Santos Moreira, CPF n° 855.xxx.656-91

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:2C60C1D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
CONTRATO 141/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Chamada Pública 03/2026

Nº 141/2026
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: José Fernando Pimentel, CPF n° 037.xxx.546-05
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública matriculados na rede municipal de ensino.
Valor: R$ 46.234,00
Dotação orçamentária: 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0033 – MANUT. DA MERENDA DO PRE-ESCOLAR MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0034 – MANUTENÇÃO DA MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0035 – MANUT. DA MERENDA NO ENS. FUNDAMENTAL ESCOLAS MUNIC.
Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 28/2026 - Chamada Pública nº 03/2026 - Resolução/CD/FNDE nº. 26/2013, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.947/2009.
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação
Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: José Fernando Pimentel, CPF n° 037.xxx.546-05

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:54D07D59

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
CONTRATO 142/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Chamada Pública 03/2026

Nº 142/2026
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: LUIZ ALBERTO VENÂNCIO, CPF n° 136.xxx.936-00
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública matriculados na rede municipal de ensino.
Valor: R$ 11.025,00
Dotação orçamentária: 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0033 – MANUT. DA MERENDA DO PRE-ESCOLAR MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0034 – MANUTENÇÃO DA MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0035 – MANUT. DA MERENDA NO ENS. FUNDAMENTAL ESCOLAS MUNIC.
Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 28/2026 - Chamada Pública nº 03/2026 - Resolução/CD/FNDE nº. 26/2013, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.947/2009.
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação
Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: LUIZ ALBERTO VENÂNCIO, CPF n° 136.xxx.936-00

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:EC3A2C33

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
CONTRATO 143/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Chamada Pública 03/2026

Nº 143/2026
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: ROBSON ROCHA CAZARIM, CPF n° 014.xxx.276-60
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública matriculados na rede municipal de ensino.
Valor: R$ 14.500,00
Dotação orçamentária: 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0033 – MANUT. DA MERENDA DO PRE-ESCOLAR MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0034 – MANUTENÇÃO DA MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL; 3.3.90.30.2.04.01.12.306.0017.2.0035 – MANUT. DA MERENDA NO ENS. FUNDAMENTAL ESCOLAS MUNIC.
Assinatura: 18/08/2026
Vigência: 18/08/2026 a 31/12/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 28/2026 - Chamada Pública nº 03/2026 - Resolução/CD/FNDE nº. 26/2013, que regulamenta a Lei Federal nº. 11.947/2009.
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação
Grupo Informal de Agricultores Familiares de Astolfo Dutra: ROBSON ROCHA CAZARIM, CPF n° 014.xxx.276-60

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:AD6327D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 33/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

A Prefeitura de Astolfo Dutra/MG, torna público aos interessados, que fará realizar Dispensa Eletrônica, no dia 14/09/2026, as 13:00hs, com critério de julgamento na hipótese do inciso II, art. 75 Lei n.º 14.133/2021, por critério de MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para inspeção e avaliação da passarela metálica que interliga os Bairros Manoel Figueiredo Linhares (Reta) e Centro (Rabicho), contemplando Laudo Técnico, Projetos de reforço; reforma; e executivo, memoriais, planilha orçamentária e emissão de ART, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.astolfodutra.mg.gov.br, na plataforma: www.ammlicita.org.br e na Prefeitura de Astolfo Dutra, na Praça Governador Valadares, 77, ou pelo telefone (32) 3451-1385, no horário de 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Astolfo Dutra, 08/09/2026.

Publique-se.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:01AD34A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA 28/2026 (RETIFICAÇÃO)

FICA RETIFICADO O EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 28/2026 -CHAMADA PÚBLICA 03/2026.

Processo n° 076/2026
Dispensa n° 028/2026

Objeto: GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR GARANTE O ATENDIMENTO AO PNAE, PROMOVE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E DIVERSIFICADA, FORTALECE A

ECONOMIA LOCAL E CUMPRE A LEI Nº 11.947/2009, ASSEGURANDO QUALIDADE NUTRICIONAL AOS ESTUDANTES.

Ratificação
GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR GARANTE O ATENDIMENTO AO PNAE, PROMOVE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E DIVERSIFICADA, FORTALECE A ECONOMIA LOCAL E CUMPRE A LEI Nº 11.947/2009, ASSEGURANDO QUALIDADE NUTRICIONAL AOS ESTUDANTES.

FERNANDO DE SOUZA NAZARETH - CPF: 860.498.796-72
Valor Total de R$ 12.528,00 (doze mil e quinhentos e vinte e oito reais)

HELIO DE ALMEIDA VAZ - CPF: 631.327.966-20
Valor Total de R$ 3.549,60 (três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

HERALDO DOS SANTOS MOREIRA - CPF: 855.433.656-91
Valor Total de R$ 66.882,20 (sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

JOSÉ FERNANDO PIMENTEL - CPF: 037.365.546-05
Valor Total de R$ 46.234,00 (quarenta e seis mil e duzentos e trinta e quatro reais)

LUIZ ALBERTO VENANCIO - CPF: 136.925.936-00
Valor Total de R$ 11.025,00 (onze mil e vinte e cinco reais)

ROBSON ROCHA CAZARIM - CPF: 014.125.276-60
Valor Total de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

ASTOLFO DUTRA, 18 de Agosto de 2026.

RENATA CASCARDO DA SILVA
Secretária de Educação

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:5D28B050

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
TERMO ADITIVO CONTRATO 173/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Pregão Eletrônico 39/2025

Nº: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 173/2025
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratado: R.S.O. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ATACADO E VAREJO LTDA.
Objeto: Prorrogar por mais 04 (quatro) meses o prazo de vigência do contrato original para prestação de serviços terceirizados para execução de atividades enumeradas no Termo de Referência do processo original, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.
Assinatura: 11/08/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório: nº 129/2025 – Pregão Eletrônico: nº 39/2025
Signatários: Tiago Martins Braga – Secretário Municipal de Urbanismo
Raul Sorentino – R.S.O. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ATACADO E VAREJO LTDA.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:25451C4C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Dispensa 71/2025

Nº: 1º Apostilamento ao Contrato nº 173/2025
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratado: R.S.O. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ATACADO E VAREJO LTDA.
Objeto: Concessão de reajuste dos valores do contrato original, com base no índice de 4,09805% do INPC/IBGE, apurado no período de agosto/2025 a julho/2026.
Assinatura: 10/08/2026
Fundamentação legal: Processo Licitatório: 129/2025 – Pregão Eletrônico: nº 29/2025 e art. 136, I da Lei Federal nº 14.133/2021
Signatários: Tiago Martins Braga – Secretário Municipal de Urbanismo

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:AF0113F8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – **RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do Processo **75/2025**. Inexigibilidade **42/2025**, Credenciamento nº **05/2025**. Objeto: credenciamento para prestação de serviços saúde incluindo atendimento médico em diversas especialidades, bem como a prestação de serviços nas áreas de educação física, fisioterapia, fonoaudiologia, neuropsicologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional**. Credenciado**: JOAO VITOR BASILIO BARROS SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ 66.141.719/0001-50.

Bela Vista de Minas, 08 de setembro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA C. MAGALHÃES –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira de Vasconcelos
Código Identificador:436ADBA0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS
CNPJ : 18.296.640 / 0001 - 56
RUA GOIAS, 986 - CENTRO – BIQUINHAS – MINAS GERAIS
CEP: 35.621-0000

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO1

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele ainda servirá de base ao termo de referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde.

3. REFERÊNCIA LEGAL

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

3.1. Lei Federal n°. 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações

Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

3.2. Decreto Municipal nº. 090, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Biquinhas e dá outras providências;

3.3. Decreto Municipal nº. 034, de 07 de agosto de 2014, altera Decreto nº. 014/2003 que estabeleceu a composição da cesta básica no âmbito municipal.

3.4. Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n° 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

3.5. A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E OBJETO2

Aquisição de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para nutrição enteral ou oral, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Biquinhas.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO3

_____

1 Art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021 c/c Art. 7º do Decreto Municipal nº. 90/2023
2 Art. 18, inciso I, §1º da Lei 14.133/2021

O levantamento da quantidade foi feito através da análise criteriosa da demandante levando em conta a quantidade estimada e trazendo à tona o alinhamento entre o planejamento do que se pretende contratar, gerando despesas em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias, a fim de que não exceda a previsão estipulada, nem ultrapasse a análise de saldo orçamentário junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa - Q.D.D., frisando que não foi elaborado Plano Anual de Contratações Públicas.

6. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO4

Certificação e Registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária):
O fornecedor deve possuir certificação e registro junto à Anvisa para todos os produtos a serem fornecidos, incluindo dietas enterais industrializadas (sistema aberto e fechado), suplementos nutricionais e fórmulas infantis. A documentação comprobatória dessa certificação e registro deve ser apresentada no momento da habilitação no processo licitatório.
Este requisito assegura que os produtos a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde estejam em conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas pela Anvisa, Os produtos deverão ser entregues respeitando o prazo mínimo de 2/3 (dois terços) da validade, sempre contando a partir da data de entrega, no endereço da secretaria solicitante.
As embalagens dos produtos deverão estar íntegras, sem amassados, ferrugens e com o prazo de validade devidamente identificado e legível.
Provisoriamente, no ato da entrega, por servidor ou o responsável pelo recebimento do produto que ficam encarregados da avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que não estiver de acordo com o descrito no edital, e/ou com a legislação pertinente.
Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.
A empresa contratada deverá substituir no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que deixar de ser recebido por não estar de acordo com as condições exigidas no Edital ou que apresentarem qualquer característica que o torne impróprio para consumo. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital.
O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.
As Secretarias requisitantes, juntamente com os servidores designados exercerão a fiscalização do contrato e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital.

_____

3 Art. 18, inciso II, §1º da Lei 14.133/2021
4 Art. 18, inciso III, §1º da Lei 14.133/2021

As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Biquinhas, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato garantindo a segurança e eficácia dos itens fornecidos aos pacientes do SUS referenciados às Secretarias Municipais.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES5

O custo estimado das quantidades foi obtido mediante informações coletadas na Secretaria Municipal de Saúde e suas demandas:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Alfaré é uma fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose e à base de proteína extensamente hidrolisada. Para lactentes e crianças de primeira infância, de 0 a 36 meses de idade, com alergia às proteínas intactas do leite de vaca e soja, com comprometimento do trato gastrintestinal e/ou com restrição à lactose.	Lata 400,00 Gramas	200
2	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,0 kcal/ml pronta para uso, com baixo índice glicêmico, isento de sacarose, glúten e lactose com 28 vitaminas e minerais. Sendo normocalórica, normoproteica, hiperlipídica e 40% de carboidratos, com 15gramas de fibras por litro	Litro	250
3	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,2 kcal/ml pronta para uso, sendo normocalórica, normoproteica, normolipídica, com mix de fibras sendo, 17 gramas de fibras por litro, isenta de glúten e lactose.	Litro	250
4	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,2 kcal/ml pronta para uso, sendo normocalórica, normoproteica, normolipídica, sem fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten.	Litro	250
5	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,5 kcal/ml pronta para uso, sendo hipercalórica, normoproteica, normolipídica, com 8 gramas de fibras por litro, isenta de glúten.	Litro	250
6	Fórmula Infantil Aptamil 1, lata 800 gramas	Unidade	100
7	Fórmula Infantil Aptamil AR, lata 800 gramas	Unidade	100
8	Fórmula Infantil Aptamil Pepti, lata 800 gramas	Unidade	40
9	Fórmula Infantil Aptamil Premium 2, lata 800 gramas	Unidade	100
10	Fórmula Infantil Aptamil Premium 3, lata 800 gramas	Unidade	100
	Fórmula Infantil Aptamil Pro Expert Pepti, lata 800 gramas		100
12	Fórmula Infantil Aptamil Pro Expert SL, lata 800 gramas	Unidade	100
13	Fórmula Infantil Aptamil Pro Expert Soja, lata 800 gramas	Unidade	100
14	Fórmula infantil Aptamil Pro Expert (Pré Transition), lata 400 gramas	Unidade	100

_____

5 Art. 18, inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021

15	Fórmula Infantil Aptamil RR lata 800 gramas	Unidade	100
16	Fórmula Infantil Aptanutri 3, lata 800 gramas	Unidade	100
17	Fórmula Infantil Nan Comfor 1 a 3 anos, lata 800 gramas	Unidade	300
18	Fórmula Infantil Nan Comfor 1, lata 800 gramas	Unidade	300
19	Fórmula Infantil Nan Comfor 2, lata 800 gramas	Unidade	200
20	Fórmula Infantil NAN Science Pro EspessAR lata 800 gramas	Unidade	100
21	Fórmula infantil Neocate LCP, lata 400 gr	Unidade	100
22	Fórmula Infantil Ninho Fases 1+, lata 800 gramas	Unidade	100
23	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância com proteína extensamente hidrolisada, restrição de lactose, DHA, ARA, taurina e nucleotídeos. Atende necessidades específicas. Pregomin Pepti	Lata 400,00 Gramas	200
24	Novasource Ren fórmula modificada para nutrição enteral e oral 1,5 Kcal/ml, embalagem 200 ml	Unidade	200

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO6

Os bens e materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 20 da Lei 14133/21. Considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.
Há, no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os produtos solicitados, não havendo, portanto, restrições de mercado. Para todos os itens elencados, foram considerados preços praticados

em contratações similares de outros órgãos, onde os valores foram calculados conforme preços praticados contratações análogas no AMM Licita (www.ammlicita.org.br), no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos) e também foram considerados preços praticados por fornecedores regionais, e inseridos no processo licitatório e considerados para a média de preços.

9. ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO7

O custo foi verificado após a realização do levantamento da quantidade de cada item, concluindo-se que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público e para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente apresentada nas cotações.

O valor estimado da contratação tem como base a média da pesquisa sobre contratações, por intermédio de pesquisa de preços realizado em empresas fornecedoras, também no site da AMM Licita (www.ammlicita.org.br) e no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos) conforme detalhado no Mapa de Preços.

_____
6 Art. 18, inciso V, §1º da Lei 14.133/2021
7 Art. 18, inciso V, §1º c/c Art. 22 §2º inciso I da Lei 14.133/2021

O valor estimado para esta contratação é de R$ 304.711,25 (Trezentos quatro mil setecentos e onze reais e vinte cinco centavos).

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO8

Inicialmente, realizamos pesquisas no mercado, no que tange às possibilidades de duas formas de contratações:

Das soluções:
1ª Solução: Buscar Atas de Registro de Preços disponíveis para a realização de adesão.

2ª Solução: Aquisição dos produtos listados no quadro de detalhamento por meio de licitação própria.

Da análise:

1ª Solução: Não foi encontrada nenhuma Ata vigente que contempla todos os itens desta demanda específica, sendo necessário realizar, se possível, múltiplas adesões. Todavia, a Adesão Externa a uma Ata de Registro de Preços é um processo complexo, em que o município assumiria riscos e responsabilidades por um procedimento do qual ele não participou e foi realizado por outro órgão ou entidade, tornando-se esta solução inviável.
2ª Solução: A aquisição dos produtos listados através de pregão eletrônico se torna mais viável, pois irá contribuir na compra parcelada dos itens, e a não paralização do fornecimento dos itens disponibilizados pela Secretária Municipal de Saúde.
Da conclusão:
Com o exposto, diante da inviabilidade de adesão e uma vez que, esta equipe conclui que se deve realizar licitação própria, nos termos da Solução 2, utilizando recurso próprio municipal, para a compra dos itens presentes neste Estudo.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO9

Optou-se pelo não agrupamento em lotes, a fim de facilitar o processo licitatório.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS10

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá

_____
8 Art. 18, inciso VI, §1º da Lei 14.133/2021
9 Art. 18, inciso VII, §1º da Lei 14.133/2021
10 Art. 18, inciso IX, §1º da Lei 14.133/2021

da contratadada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.
E ainda, adquirir os produtos nutricionais tendo como objetivo garantir que os itens sejam utilizados de acordo com a prescrição dos profissionais de saúde (nutricionistas e médicos) em concordância com as exigências do tratamento dietoterápico, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar dos pacientes.
Os produtos devem atender a especificação técnica, e ter credibilidade na sua formulação e manipulação, para que sejam seguras em termos higiênicos sanitários e nutricionais, sendo de fácil diluição no manuseio, quando em pó, dispensando assim o uso obrigatório de eletrodomésticos.
Buscando o tratamento dietoterápico dos pacientes, através da complementação nutricional, em termos de economicidade, eficácia e eficiência, contratar a empresa, para o fornecimento de produtos nutricionais e fórmulas específicas para atendimento do paciente em necessidade nutricional é a melhor opção, pois desta forma garantimos a qualidade do procedimento e o resultado, garantindo ainda a promoção da manutenção, proteção e recuperação da saúde dos munícipes.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS11

Não se aplica. Não há necessidade de adequações tendo em vista que as aquisições serão feitas sob demanda específica de acordo com necessidade.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES12

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal, e no momento não há nenhum processo vigente que abrange todos os itens deste estudo.

Em relação às contratações interdependentes, não se aplica, já que as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO13

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:
A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto nos termos da Lei 14.133, Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG e outras afins.

_____
11 Art. 18, inciso X, §1º da Lei 14.133/2021
12 Art. 18, inciso XI, §1º da Lei 14.133/2021
13 Art. 18, inciso XII, §1º da Lei 14.133/2021

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa

continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.
Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);
Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais

16. DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato que contará com uma fiscalização técnica, que ficará a cargo do Secretário Municipal de Saúde Edson Ely da Silva e outra administrativa, cuja responsável será a Chefe do Setor de Compras, Servidora Geane Antônia Ribeiro da Costa.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável e razoável esta contratação.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, financeira e orçamentária, forma de cumprimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Biquinhas, 21 de agosto de 2026.

EDSON ELY DA SILVA
Secretário de Saúde

GEANE ANTÔNIA RIBEIRO DA COSTA
Chefe do Setor de Compras

BRENDA LUANA DE OLIVEIRA
Agente de Planejamento

ELBIONE CRISTINA RODRIGUES ALVES SILVA
Agente de Planejamento

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:2F951417

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e MAIACONST CONSTRUCOES LTDA. CONTRATO nº 170; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO CRISTO MISERICORDIOSO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG; LICITACAO: Concorrência 11 / 2026 Valor Global:R$ 141.940,69 Vigência:01/09/2026 Até:31/08/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:3F32C98F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e CONSTRUTORA LAURENTINO BARBOSA DE SOUZA LTDA. CONTRATO nº 171; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA PARA AMPLIAÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO NO HOSPITAL DR. GIL ALVES, NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG; LICITACAO: Concorrência 10 / 2026 Valor Global:R$ 966.922,06 Vigência:01/09/2026 Até:31/08/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:EDC0907C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e GV CONSTRUTORA ENGENHARIA E CONSTRUCAO CIVIL LTDA. CONTRATO nº 153; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO REFORMA DO POSTO DE SAÚDE LOCALIZADO NO DISTRITO DE MACHADO SERRANO. ; LICITACAO: Concorrência 15/2025. Valor Global: R$ 112.593,18 Vigência:20/07/2026 Até:19/07/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:7B0084F5

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2026. Processo Licitatório 0233/25. Pregão Eletrônico 0124/25. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG. Fornecedor: COMERCIAL OLIVEIRA & BRANT LTDA 2ª FILIAL. O valor unitário do item "14241 - OLEO DIESEL S10" fica reajustado para R$ 6,79.

ROBERTO JAIRO TORRES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Maria de Lima Barboza
Código Identificador:01FF1815

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e VIA PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 251; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TINTAS, SOLVENTES E MICROESFEREAS DE VIDRO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 43 / 2026 Valor Global:R$ 112.500,00 Vigência:03/09/2026 Até:02/09/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:545214C4

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e CONSERGE ENGENHARIA LTDA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 244; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE ENSAIOS LABORATORIAIS E NO CONTROLE TECNOLÓGICO DE SOLOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO ; LICITACAO:

Concorrência 7 / 2026 Valor Global:R$ 61.341,90 Vigência:25/08/2026 Até:24/08/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:5C801B68

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 245; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 48 / 2026 Valor Global:R$ 136.200,00 Vigência:25/08/2026 Até:24/08/2027

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e R.A COMERCIO, PRESTACAO DE SERVICOS E LICITACOES LTDA.. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 246; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 48 / 2026 Valor Global:R$ 107.750,00 Vigência:25/08/2026 Até:24/08/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:ACDAA58D

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório: 45/2026 – Pregão Eletrônico: 26/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
Ata nº 234/2026. Fornecedor: ANVAX COMPANY LTDA. Valor total: R$ 2.545,00.
Ata nº 235/2026. Fornecedor: A P RAMOS SILVEIRA DISTRIBUIDORA. Valor total: R$ 7.519,00.
Ata nº 236/2026. Fornecedor: AVANCO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R$ 17.242,00.
Ata nº 237/2026. Fornecedor: COMERCIAL OLIVEIRA VELOSO LTDA. Valor total: R$ 154.781,02.
Ata nº 238/2026. Fornecedor: EMBALAMONTES COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA. Valor total: R$ 8.117,25.
Ata nº 239/2026. Fornecedor: KARLA KAROLINE FONTES MENESES. Valor total: R$ 10.635,60.
Ata nº 240/2026. Fornecedor: PASCELLY E CIA LTDA. Valor total: R$ 76.474,14.
Ata nº 241/2026. Fornecedor: REPOR DESCARTAVEIS E LIMPEZA LTDA. Valor total: R$ 7.519,00.
Ata nº 242/2026. Fornecedor: NATALIA DISTRIBUIDORA LTDA. Valor total: R$ 17.310,15.
Ata nº 243/2026. Fornecedor: SUPERMERCADO VIEIRA LTDA. Valor total: R$ 390.315,92.
Vigência da(s) ata(s): 24/08/2026 até 23/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:DA2C228E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

ADJUDICAÇÃO
ADJUDICO o objeto desta licitação a(s) empresa(s): ALFALAGOS LTDA contempla o fornecimento dos item 3 - MEDICAMENTO GENÉRICO Desconto no valor de 82% (oitenta e dois por cento) e item 5 - MEDICAMENTO SIMILAR Desconto no valor de 78% (setenta e oito por centos).
DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA contempla o fornecimento dos Item 1 - MEDICAMENTO ESPECÍFICO Desconto no valor de 33% (trinta e três por cento), Item 2 - MEDICAMENTO FITOTERÁPICO Desconto no valor de 40% (quarenta por cento) e item 4 - MEDICAMENTO NOVO Desconto no valor de 0,01% (zero virgula zero um por cento).

Empresa(s) essa(s) devidamente classificada(s) no Processo Licitatório 176/2026, referente a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELA TABELA CMED/ANVISA.

Borda da Mata/MG, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o que consta nos autos do Processo Licitatório 176/2026 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para todos os efeitos previstos em Lei.

Borda da Mata/MG, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:4CD13443

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 229/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELA TABELA CMED/ANVISA. EMPRESA REGISTRADA: ALFALAGOS LTDA contempla o fornecimento dos item 3 - MEDICAMENTO GENÉRICO Desconto no valor de 82% (oitenta e dois por cento) e item 5 - MEDICAMENTO SIMILAR Desconto no valor de 78% (setenta e oito por centos). DATA DE ASSINATURA: 08/09/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 08/09/2026 a 08/09/2027.

Borda da Mata – MG, 08 de setembro de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:B55C964C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 230/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELA TABELA CMED/ANVISA. EMPRESA REGISTRADA: DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA contempla o fornecimento dos Item 1 - MEDICAMENTO ESPECÍFICO Desconto no valor de 33% (trinta e três por cento), Item 2 - MEDICAMENTO FITOTERÁPICO Desconto no valor de 40% (quarenta por cento) e item 4 - MEDICAMENTO NOVO Desconto no valor de 0,01% (zero virgula zero um por cento).. DATA DE ASSINATURA: 08/09/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 08/09/2026 a 08/09/2027.

Borda da Mata – MG, 08 de setembro de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:704DD63D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - AVISO DE ERRATA 01 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

ERRATA Nº 001 - EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 157/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SERVIÇO NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, ESCOLAS E OUTROS.**

Do Edital:
Do Anexo I: Termo de Referência
Do item 3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E INFORMAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Do subitem 3.15

Onde se lê:

3.15. A contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, a eficácia dos serviços realizados em cada aplicação, obrigando-se a promover, sem ônus adicional, para o Município, as inspeções, correções e reaplicações tecnicamente necessárias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contando do recebimento da notificação. A garantia abrangerá falhas relacionadas aos produtos, métodos, dosagens, procedimentos ou a execução dos serviços. A eventual alegação de reinfestação decorrente de fato externo, alteração superveniente das condições do imóvel, descumprimento das orientações técnicas ou fato de terceiro deverá ser comprovada pela contratada mediante relatório circunstanciado de seu responsável técnico, ficando sujeito à avaliação e aceitação da fiscalização municipal.

Lê-se corretamente, com teor de melhor explicação:

3.15. A contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, a eficácia dos serviços realizados em cada aplicação, obrigando-se a promover, sem ônus adicional, para o Município, as inspeções, correções e reaplicações tecnicamente necessárias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contando do recebimento da notificação. A garantia abrangerá falhas relacionadas aos produtos, métodos, dosagens, procedimentos ou a execução dos serviços. A eventual alegação de reinfestação decorrente de fato externo, alteração superveniente das condições do imóvel, descumprimento das orientações técnicas ou fato de terceiro deverá ser comprovada pela contratada mediante relatório circunstanciado de seu responsável técnico, ficando sujeito à avaliação e aceitação da fiscalização municipal. A garantia cobre apenas falhas imputáveis à contratada, não alcança reinfestação decorrente de fatores externos comprovados e não transforma aplicações preventivas periódicas em serviços gratuitos.

Do Edital:
Do ANEXO II MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2026
Do item 2- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E INFORMAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Do subitem 2.15

Onde se lê:
2.15. A contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, a eficácia dos serviços realizados em cada aplicação, obrigando-se a promover, sem ônus adicional, para o Município, as inspeções, correções e reaplicações tecnicamente necessárias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contando do recebimento da notificação. A garantia abrangerá falhas relacionadas aos produtos, métodos, dosagens, procedimentos ou a execução dos serviços. A eventual alegação de reinfestação decorrente de fato externo, alteração superveniente das condições do imóvel, descumprimento das orientações técnicas ou fato de terceiro deverá ser comprovada pela contratada mediante relatório circunstanciado de seu responsável técnico, ficando sujeito à avaliação e aceitação da fiscalização municipal.

Lê-se corretamente:
2.15. A contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, a eficácia dos serviços realizados em cada aplicação, obrigando-se a promover, sem ônus adicional, para o Município, as inspeções, correções e reaplicações tecnicamente necessárias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contando do recebimento da notificação. A garantia abrangerá falhas relacionadas aos produtos, métodos, dosagens, procedimentos ou a execução dos serviços. A eventual alegação de reinfestação decorrente de fato externo, alteração superveniente das condições do imóvel, descumprimento das orientações técnicas ou fato de terceiro deverá ser comprovada pela contratada mediante relatório circunstanciado de seu responsável técnico, ficando sujeito à avaliação e aceitação da fiscalização municipal. A garantia cobre apenas falhas imputáveis à contratada, não alcança reinfestação decorrente de fatores externos comprovados e não transforma aplicações preventivas periódicas em serviços gratuitos.

Mantém-se a data de abertura do certame no dia 10/09/2026 às 09:00 horas, através da plataforma Compras BR, no site www.comprasbr.com.br . A presente errata estará disponível no site: www.brazopolis.mg.gov.br e na plataforma Compras BR, em www.comprasbr.com.br . Informações através do e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br ou através do seguinte telefone: 35 3641-1373 / 98421-9093.

Brazópolis/MG, 08/09/2026.

HELEN GABRIELE AP. DE AZEVEDO FERNANDES -
Divisão de Licitação

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:F16F0EC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃO SUSPENSA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG informa que o Processo Licitatório nº 151/2026 – Pregão Eletrônico nº 064/2026, com certame publicado para o dia 09/09/2026 às 09horas, encontra-se **SUSPENSO,** para análise de pedido de Impugnação apresentado e para possíveis adequações ao Termo de Referências e Edital. Objeto: ***REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA EXECUÇÃO DE ASSENTAMENTO DE MEIOS-FIOS E DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO PARA PAVIMENTO INTERTRAVADO, INCLUINDO BLOQUETES SEXTAVADOS, RETANGULARES, 16 FACES E OUTROS MODELOS SIMILARES, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPAROS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO***. Novo Edital ou Edital retificado ou possíveis erratas

serão publicados em momento oportuno. Maiores informações disponíveis no site oficial - www.brazopolis.mg.gov.br ou pelo WhatsApp 35 98421-9093 (somente mensagens por escrito) ou e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br.

Brazópolis/MG, 08/09/2026.

HELEN GABRIELE A. DE AZEVEDO FERNANDES –
Comissão de Licitação.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:B56B6488

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 166/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 069/2026

Prefeitura Municipal de Brazópolis - Edital de Licitação Processo 166/2026 – Pregão Eletrônico nº 069/2026 – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, POR MEIO DO SALDO DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000519/2026, DESTINADOS AO USO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**. Critério de julgamento: Menor Preço por Item. Modo de disputa: Aberto. Abertura: 28/09/2026 às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição na página do Município www.brazopolis.mg.gov.br e https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Dúvidas pelo e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br. Tel. (35) 3641-1373 / 98421-9093

Brazópolis, 08/09/2026.

HELEN GABRIELE APARECIDA DE AZEVEDO FERNANDES –
Comissão de Licitação.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:ABB7392A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO 158/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 067/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS torna público o Edital **RETIFICADO** de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 158/2026 – Pregão Eletrônico 067/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, PARA SEGURAR 01 UNIDADE VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, E ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS CONFORME TERMO DE REFERENCIA.** Conforme pedido de esclarecimento, data do certame alterada para: **24/09/2026** às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital retificado à disposição no site da Prefeitura Municipal de Brazópolis, sendo este www.brazopolis.mg.gov.br e no site https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Esclarecimentos preferencialmente através da plataforma ComprasBR, ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br ou pelo telefone 35 3641-1373 / 98421-9093 (WhatsApp).

Brazópolis, 08/09/2026.

HELEN G. AP. DE AZEVEDO FERNANDES –
CPL.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:452AC510

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
DISPENSA N°163/2026

A Prefeitura Municipal de Caldas-MG vem através do Prefeito Municipal, Agentes de Contratação e Pregoeiro Municipal, tornar público a realização do seguinte procedimento licitatório:
PRC 0240/2026 – Dispensa nº 163/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E RECURSOS DIDÁTICOS, EDUCATIVOS E INTERATIVOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS, PROMOÇÃO DA SAÚDE E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALDAS/MG EM CAMPANHAS, ATIVIDADES EDUCATIVAS, AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO À COMUNIDADE.
Data: 15/09/2026 – 09h00min.
-O Edital do Processo Licitatório está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Caldas/MG, pelo telefone (35)3735-1578, pelo site www.caldas.mg.gov.br ou pelo e-mail diretorialicitacaocaldas@gmail.com.

Caldas/MG, 09 de setembro de 2026.

AILTON PEREIRA GOULART
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danielle Cristina Romão
Código Identificador:A3BBE9C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO- ADESÃO 10-2026

Contrato Nº 142/2025- Processo Licitatório nº 229/2026– Adesão Carona nº 10/2026
Partes: MARIA EFIGÊNIA FREITAS CARVALHO
Objeto: ADESÃO CARONA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO ENTRE ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO RIO PARDO- AMARP E A EMPRESA MARIA EFIGÊNIA FREITAS CARVALHO, PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS DE 500 CASTRAÇÕES CIRÚRGICAS DE ANIMAIS, NO MÉTODO OSH-OVÁRIO SALPINGO HESTERECTOMIA E ORQUIECTOMIA PARA MACHOS, COM PROCEDIMENTOS PRÉ-OPERATÓRIAS E PÓS-OPERATÓRIO.
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027
Dotação Orçamentária:

Sec. Meio Ambiente	Ficha 445	01.012.181.220.007.2.019.3390.39.00	Fonte 1500.99

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:224A7BFE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
DIVERSAS SECRETARIAS

AVISO DE RESULTADO DISPENSA
PAL Nº 195/2026 – DISPENSA ELETRONICA Nº 048/2026 – OBJETO: Objeto: Aquisição de chapa múltipla metálica corrugada galvanizada tipo MP 100 ou
tecnicamente equivalente, com espessura nominal de 2,00 mm, diâmetro nominal de 2,00 m e extensão total de 6,00 m, incluindo segmentos, elementos de união, documentação técnica, transporte e descarga, destinada à substituição do tubulão deteriorado existente na Ponte da Palestina, no Município de Cambuquira/Mg.

Empresas vencedoras valor total: R$ 0,00 (zero):
Processo Fracassado.

Secretário Requisitante: Valdinei Serafim da Cunha – Secretaria Municipal de Agricultura

WILLIAN BORGES DA SILVA
CONDUTOR DE PROCESSOS

CAMBUQUIRA - MG, 08 de setembro de 2026

AVISO DE ADITIVO

VIII TERMO ADITIVO ao contrato nº 024/2023 Contratação de empresa terceirizada de oficinas para o Projeto do "Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo", PAIF e Cadastro Único e da Secretaria de Assistência Social e CRAS Cambuquira - MG. EMPRESA: DBX OFFICE MANAGEMENT. Valor Total: R$100.460,45 (Cem mil e quatrocentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos)). Prazo de Vigência: **06 (seis) meses. 10 de setembro de 2026 a 09 de março de 2027.** Secretário responsável: Guilherme Gonçalves Pompeu.

Cambuquira, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Fernand Liz Ponzo
Código Identificador:DC9D4171

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAL 203/2026 – Pregão Eletrônico 113/2026 – **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de solução oftálmica estéril de hialuronato de sódio 0,15% (Hyabak®) apresentação em frasco de 10 mL, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao fornecimento do medicamento em cumprimento de decisões judiciais, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.**
Data e horário da sessão: 22/09/2026 às 9h
Data e horário final para envio de Proposta: até o dia 22/09/2026 às 08h: 59min.

DANYLLO COSTA LUCAS -
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Willian Borges da Silva
Código Identificador:EAB4C3A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

AVISO DE EDITAL PREGÃO - PROCESSO Nº 161/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026. A Prefeitura Municipal de Campo do Meio - MG, comunica a todos os interessados do ramo pertinente a abertura da licitação pública na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, regida pela Lei n° 14.133/21, cujo objeto é: Registro de preço para futura e eventual aquisição de herbicidas, inseticidas e produtos químicos destinados à manutenção das estradas vicinais, controle de vegetação, combate a pragas urbanas, dedetização e manutenção de áreas públicas municipais, visando atender às demandas operacionais da Secretaria de obras do município de Campo do Meio - MG. Abertura: 22 de setembro de 2026 às 09 horas da manhã. O edital pode ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal, Rua Dr. José Mesquita Neto, nº. 356, Centro da cidade de Campo do Meio, no Departamento de Licitações, site da prefeitura: www.campodomeio.mg.gov.br. Informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo telefone: (35) 0800 857 1693.

CAMPO DO MEIO, 08 de setembro de 2026.

GREISSON CÉSAR DE ANDRADE -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:91D0CAA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PROCESSO Nº 162/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026. A Prefeitura Municipal de Campo do Meio - MG, comunica a todos os interessados do ramo pertinente a abertura da licitação pública na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, regida pela Lei n° 14.133/21, cujo objeto é: Aquisição de massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio e cola de superfície sintética à base de polímeros, destinadas à execução de serviços de manutenção, conservação, recuperação e reparo de pavimentos e superfícies das vias urbanas do Município, incluindo operações de tapa-buracos, correções e recomposição de trechos deteriorados, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência. Abertura: 24 de setembro de 2026 as 09:00. O edital pode ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal, Rua Dr. José Mesquita Neto, nº. 356, Centro da cidade de Campo do Meio, no Departamento de Licitações, site da prefeitura: www.campodomeio.mg.gov.br. Informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo telefone: (35) 0800 857 1693.

CAMPO DO MEIO, 8 de Setembro de 2026.

GREISSON CESAR DE ANDRADE -
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:E25CBB49

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 118-2026

EXTRATO DE CONTRATO

A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 118/2026
DISPENSA Nº. 027/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e recarga de extintores, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caparaó-MG.

DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: LUCIMAR APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.619.002/0001-38**, JULIANA CASTRO DE SOUZA,** inscrita no CNPJ sob o nº 26.770.038/0001-37.
VALOR GLOBAL: R$ 14.565,00 (quatorze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 04/09/2026 à 04/09/2027.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:6E0742A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - DECRETO Nº 1.799/2026

DECRETO Nº. 1.799, DE 9 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia membros para compor o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó – Previcap.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e considerando a solicitação do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó – Previcap, nos termos do art. 26-L da Lei Municipal nº. 1.257, de 26 de março de 2013, os seguintes membros:

I - Diretora-Presidente:
Joselene Pinto Miranda Dornelas

II - Diretora Administrativo-Financeira:
Érica Brevilato de Souza Tavares

III - Integrante do Conselho Deliberativo do Previcap:
Adenilson Valério Leite

Art. 2º Nos termos do Art. 26-M da Lei Municipal nº. 1.257, de 2013, a nomeação dos membros do Comitê de Investimentos terá validade de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 (uma) recondução da totalidade dos membros para o período subsequente, bem como alterações no decorrer do mandato, desde que aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 3º A participação no Comitê de Investimentos será considerada relevante serviço público, não cabendo qualquer remuneração ou gratificação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal nº. 1.598, de 4 de janeiro de 2024.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caparaó, 9 de setembro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:B2C71BAF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 044/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 044/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 003/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ o processo CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para a execução do projeto de construção de quadra poliesportiva no Bairro Novo Paraíso, em Carmo do Paranaíba - MG, com condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.**Fornecedor: **JM CONTRUTORA E INCORPORADORA LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **10.175.209/0001-40**, pelo valor total de **R$1.149.000,00 (um milhão, cento e quarenta e nove mil reais).**
DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 10 **de Agosto de 2026**.

Carmo do Paranaíba, 10 de Agosto de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:CE9393F7

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 046/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **Contrato Administrativo n° 046/2026**. **Processo licitatório n° 044/2026, Concorrência Eletrônica nº 003/2026.** Objeto: contratação de empresa especializada para a execução do projeto de construção de quadra poliesportiva no Bairro Novo Paraíso, em Carmo do Paranaíba - MG, com condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. Fornecedor: **JM CONTRUTORA E INCORPORADORA LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º **10.175.209/0001-40**, pelo valor total de **R$1.149.000,00 (um milhão, cento e quarenta e nove mil reais).. Vigência:** 10/08/2026 a 10/08/2027. **Data da assinatura do contrato:** 10/08/2026.

Carmo do Paranaíba, 10 de agosto de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:4173E7F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
AVISO DE INTENÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS ns. 01.8/2026; 02.8/2026; 03.8/2026. ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 1.968/2026.
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 8/2026

O Município de Chiador – MG, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público o interesse em aderir às Atas de Registro de Preços acima informadas, realizado pela Prefeitura Municipal de Sapucaia – RJ, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE**

ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES TÉCNICAS DESTINADAS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE CHIADOR - MG, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, tendo como fornecedores as seguintes empresas: A.L ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA CNPJ 26.107.183/0001-32. CR TOP EVENTOS LTDA CNPJ 45.349.201/0001-37. NOVA SECOR SERVIÇOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 12.664.947/0001-86.

Chiador – MG, 8 de setembro de 2026.

MARIA REGINA COSTA DE SOUZA REIS
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:2FA88BA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
AVISO DE INTENÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DEPREÇOS n. 01.17/2026.
ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 5457/2026.
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 17/2026

O Município de Chiador – MG, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, torna público o interesse em aderir a Ata de Registro de Preços acima informada, realizado pela Prefeitura Municipal de Sapucaia – RJ, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS EVENTOS EXTERNOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE CHIADOR – MG**, tendo como fornecedores a seguinte empresa: FAMA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP. CNPJ 10.594.755/0001-15.
.

Chiador – MG, 8 de setembro de 2026.

MARIA REGINA COSTA DE SOUZA REIS
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:9D83674D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas em serviços de promoção e organização de shows, locação de equipamentos e estrutura para eventos diversos, compreendendo os serviços de montagem/desmontagem, instalação/desinstalação e transporte, conforme especificações e quantidades estabelecidas, para atender as demandas habituais da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de Coimbra-MG, além de contratação de empresas prestadoras de serviços de brigadistas, seguranças desarmados, segurança privada e contratação de empresas para locação de mesa, cadeira e lavatório portátil.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.39.00.2.04.02.13.392.0009.2.0034-Fonte-1.500-Realização de Festas Cívicas e Populares

VALOR ESTIMADO: de **R$ 2.641.838,24** (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS:
DE:10/09/2026, ÀS 08:00HS
ATÉ:24/09/2026, ÀS 08:00HS

DATA DE JULGAMENTO:24/09/2026 ÀS 08H:30MIN
Contato: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com - (32) 3555-1214
O certame será realizado de forma eletrônica, pelo Portal de Compras, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.coimbra.mg.gov.br/licitacoes/detalhe/47878 .

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:3796DB84

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026, CREDENCIAMENTO/CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026
CHAMADA PÚBLICA:010/2026
CREDENCIAMENTO: 010/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº: 117/2026
CHAMADA PÚBLICA: 010/2026
CREDENCIAMENTO: 010/2026

OBJETO Contratação de empresa especializada na execução e análise de serviços de sondagem de solo, para suprir as necessidades do setor de engenharia do Município de Coimbra/MG, bem como, para atender a legislação vigente em relação às obras e serviços de engenharia, conforme Termo de Referência no município de Coimbra-MG, conforme as especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.39.00.2.07.01.15.122.0026.2.0053-FONTE-1.500.000-Administração do serviço municipal de obras.

Valor Estimado: R$ 56.375,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais).

PERÍODO DE PROPOSTAS:
DE:10/09/2026, ÀS 08:00HS
ATÉ:10/09/2027, ÀS 08:00HS

DATA DO JULGAMENTO: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA.

CONTATO: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com - (32) 3555-1214

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:DF4EEFB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA EXTRATO DE ADITIVO, REFERENTE AO 9º(NONO) TERMO ADITIVO, SOB O CONTRATO Nº 037/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA EXTRATO DE ADITIVO, REFERENTE AO 9º(NONO) TERMO ADITIVO, SOB O CONTRATO Nº 037/2024

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO, referente ao 9º(nono) termo aditivo, sob o contrato nº 037/2024, Tipo de Termo Aditivo: Prorrogação de Vigência, Processo Administrativo nº:018/2024.

Contratação: Dispensa Eletrônica nº 004/2024, Contratada: NEXT TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.231.825/0001-66. Para dar continuidade aos serviços de fornecimento de internet fibra optica e linha telefônica com fibra optica, destinados as necessidades e conveniências da secretaria administrativa da Prefeitura Municipal de Coimbra, e seus diversos setores.

Data de assinatura: 08/09/2026, vigência: 09/09/2026 a 09/11/2026.

Coimbra-MG, 08 de setembro de 2026

RAFAELA PEREIRA LESSA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:F6EE325F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLANDIA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 109/2026. Torna público o extrato do contrato N° 109/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e **CONSORCIO INTEGRADO MULTIFINALITARIO DO VALE DO JEQUITINHONHA, inscrita no CNPJ: 22.835.076/0001-70**. Objeto: CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA (CIM-JEQUITINHONHA) PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DRENAGEM SUPERFICIAL EM MEIO FIO E SARJETA DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS/MG. Dispensa: 032/2026. Valor: R$ 130.438,00 (Cento e trinta mil, quatrocentos e trinta e oito reais). Vigência: 01/09/2026 até 01/09/2027.

Divinolândia de Minas/MG, 08 de setembro de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:DB8EFE79

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
RERRATIFICAÇÃO DE EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG. Pregão Eletrônico nº 020/2026 – Processo Licitatório nº 095/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM EVENTOS, INCLUINDO SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO, BANHEIROS QUÍMICOS, CAMARIM, GRADIL, GRUPO GERADOR, BARRACAS, TENDAS E OUTROS, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS/MG. O Município de Divinolândia de Minas/MG, por intermédio do Pregoeiro, **comunica aos interessados a RETIFICAÇÃO DO EDITAL do Processo Licitatório nº 095/2026 – Pregão Eletrônico nº 020/2026**, para alteração da data da sessão pública, anteriormente prevista para o dia 10 de setembro de 2026, **que passa a ocorrer no dia 18 de setembro de 2026**, mantidos os demais horários e condições estabelecidos no edital, bem como para **RETIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, constantes do instrumento convocatório, conforme nova redação que foi disponibilizada juntamente com a retificação. As demais disposições do edital permanecem inalteradas. A sessão será realizada por meio da plataforma Licitar Digital – www.licitardigital.com.br, observados os horários de Brasília/DF. Contato: (33) 3414-1639. E-mail: licitacao@divinolandia.mg.gov.br.

Divinolândia de Minas/MG, 08 de setembro de 2026.

GERSON SOARES DE SOUZA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:CB105063

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSAO DE SESSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO	Nº 054/2026
PREGÃO PRESENCIAL	Nº 020/2026 – SRP
OBJETO	Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal e ar comprimido, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

O Município de Eugenópolis/MG, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSA** a sessão pública do Pregão Presencial nº 020/2026 – SRP, anteriormente designada para o dia **08 de setembro de 2026, às 09h00min**, em razão da necessidade de adequação do instrumento convocatório, conforme decisões proferidas nos autos após o exame de manifestações apresentadas acerca do edital.
Após a conclusão das providências administrativas pertinentes, será promovida a **republicação do instrumento convocatório retificado, com reabertura integral do prazo e divulgação da nova data da sessão pública**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

Eugenópolis/MG, 04 de setembro de 2026.

ARTHUR COSTA DE SÁ
Pregoeiro

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:86FADB44

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2026
CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO 040/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 050/2026, CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES SEXTAVADOS DE CONCRETO EM RUAS DO BAIRRO DE FÁTIMA, NO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO – EMENDA PARLAMENTAR Nº 202624880008, VINCULADA AO PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-094845/2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE

REFERÊNCIA, PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS – CONTRATADA: MENDES CONSTRUÇÕES LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 28.585.882/0001-13 – VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 410.000,00 – PRAZO DO CONTRATO: 04/09/2026 ATÉ 04/03/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:74CA3B05

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PL 072.2026 PE 054.2026 EDITAL 054.2026 COMPRASGOV 984519 - 04.2026

Torna público aos interessados a ALTERAÇÃO DE DATA do processo licitatório. Objeto: Aquisição de cestas natalinas para a distribuição aos servidores municipais na data festiva no fim do ano, conforme Lei Municipalnº1144, de 20 de agosto de 2025; em atendimentoa demandada Secretaria Municipal de Governo Município de Florestal/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Tipo: Menor preço global. Abertura:21/09/2026 as 09:00 h. Maiores informações tel.: 31-98202 8515. Edital site www.florestal.mg.gov.br.

NAYARA DE SOUZA GONÇALVES.
Pregoeira Municipal.

Arps@2025

Publicado por:
Alessandra Rodrigues Pacheco Silva
Código Identificador:35811C47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
DECISÃO FINAL PA 005/2025

EXTRATO DE DECISÃO FINAL
Processo Administrativo nº: 005/2025
Interessada: Carla Delorenzo Nardi
Órgão: Prefeitura Municipal de Guaranésia – Secretaria Municipal de Educação
Objeto: Apuração de eventual dever de indenização e responsabilidade civil do Município decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 26/08/2025, envolvendo veículo oficial da Secretaria Municipal de Educação e veículo de terceiro (Fiat Uno Mille, placas DKA-7886).
Resumo da Decisão:
O Prefeito Municipal de Guaranésia, no uso de suas atribuições legais, acolheu integralmente o Relatório Final da Comissão Processante e o Parecer do Procurador e Corregedor-Geral, decidindo por:
Inexistência de Reconhecimento Administrativo: Indeferir o reconhecimento administrativo da obrigação de indenizar e de eventual responsabilidade civil do Município, por ausência de amparo legal e procedimental no âmbito da Comissão Processante, devendo a pretensão indenizatória ser apreciada na via judicial própria.
Incompetência Processual: Reconhecer a incompetência da Comissão Processante para deliberar sobre o mérito de responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito.
Acompanhamento Judicial: Determinar à Procuradoria-Geral do Município o acompanhamento da ação judicial de indenização já ajuizada perante a Comarca de Guaranésia.
Conduta do Servidor: Acondicionar o encerramento do processo, ressaltando que a conduta funcional do servidor José Wilson Rodrigues já foi objeto de procedimento administrativo disciplinar próprio.
Ante ao Exposto resolve
Determinar o encerramento e o arquivamento do Processo Administrativo nº 005/2025.
Guaranésia - MG.

JOÃO CARLOS MINCHILLO
Prefeito do Município

Publicado por:
Ana Paula da Silva Morais
Código Identificador:B5BAA0B3

PREFEITURA
EXTRATO DE EDITAIS

Processo nº. 133/2026, Pregão Eletrônico nº. 82/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE LETREIROS METÁLICOS A SEREM INSTALADOS NOS TREVOS DE GUARANÉSIA E DISTRITO DE SANTA CRUZ DA PRATA. Data e hora da abertura: 24/09/2026 às 09h.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Vitoria Labibe Ferreira
Código Identificador:9CAD0071

PREFEITURA
EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA.

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE EDITAIS.
A Prefeitura Municipal de Guaranésia torna pública a **suspensão** do Processo Licitatório nº 125/2026, Pregão Eletrônico nº 76/2026, cujo objeto é o "Registro de preço para contratação eventual e futura de empresa especializada em serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos (lixo infectocontagioso), pelo período de doze meses". **Motivo:** Fazem-se necessárias alterações no Termo de Referência e no instrumento convocatório que recaem sobre sobre o transporte e destinação de resíduos.

O(s) edital(is) na íntegra e demais arquivos complementares está(ão) disponível(is) na plataforma AMM Licita através do endereço https://ammlicita.org.br/ e no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link.-

JOÃO CARLOS MINCHILO –
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:C8AD1EEA

PREFEITURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026 - DISPENSA 007/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA LEI Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI Nº 13.204/2015
1. PARTES

• **Concedente:** Prefeitura Municipal de Guaranésia / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

• **OSC Parceira:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia

2. NECESSIDADE DO OBJETO

Transferência de recursos financeiros a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia**, organização da sociedade civil regularmente constituída para execução qualificada do Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, visando o atendimento direto de 53 (cinquenta e três) usuários e seus respectivos núcleos familiares, em estrita observância à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009) e ao Plano de Trabalho aprovado, com foco na promoção da autonomia, fortalecimento de vínculos e defesa de direitos dos beneficiários.

Os recursos financeiros são oriundos de Recurso Próprio, no Exercício de 2026, e destinam-se ao custeio da remuneração dos profissionais que compõem a equipe de Referência da Proteção Social Especial, fortalecendo a equipe existentem garantindo a continuidade, qualide, nos termos dos artigos 42 e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014 e da legislação municipal vigente.

3. DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social apresenta justificativa para dispensa de chamamento público para a celebração de parceria, por meio de **Termo de Colaboração**, com a entidade **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia**, destinada à transferência de recursos financeiros provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social.

A presente parceria tem como objetivo o estabelecimento de parceria entre o Município de Guaranésia e a Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia para a excução qualificada do Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e suas Familias visando o atendimento direto de 53 (cinquenta e tres usuários) e seus respectivos núcleos familiares, em estrita observância a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resoluçaõ CNAS nº 109/2009) e o Plano de Trabalho aprovado, com foco na promoção de autonomia, fortalecimento de vinculos e defesa de direitos dos beneficiários.

A fundamentação legal ampara-se no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204/2015):

"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)"

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor global estimado para a execução da parceria é de **R$ 31.173,00 (trinta e um mil, cento e setenta e tres reais)**, proveniente do Fundo Municipal de Assistência Social.

O montante fixado foi estabelecido e deliberado no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), fundamentando-se na tipificação do serviço socioassistencial prestado e na capacidade operacional demonstrada pela OSC. A definição financeira considera diretamente o público-alvo de **53 (cinquenta e três) usuários atendidos pela APAE**, garantindo a per capita necessária para a manutenção do padrão de qualidade, custeio de insumos e continuidade das atividades pactuadas.

Dessa forma, o montante e a previsão de desembolso mostram-se plenamente compatíveis com a natureza das despesas socioassistenciais, a dimensão da demanda local e o plano de trabalho aprovado.

5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Em atendimento aos procedimentos administrativos, verificou-se o cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal e institucional exigidos pela Lei nº 13.019/2014. A documentação comprobatória encontra-se autuada no **Processo Administrativo nº 009/2026**.

6. CONCLUSÃO

Ante o exposto, com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Parecer Técnico da Comissão de Seleção e Avaliação, fica **JUSTIFICADA A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para firmar o **Termo de Colaboração** com a entidade **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia**.

Ressalva: A assinatura e formalização da parceria somente serão concluídas após a apresentação da certidão/comprovação da prestação de contas de parcerias anteriores celebradas pela entidade, conforme apontado no Parecer Técnico.

Após decorrido o prazo legal de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações, a contar da publicação desta justificativa (§ 2º do art. 32 da Lei nº 13.019/2014), serão formalizados os atos de homologação e liberação dos recursos.

Guaranésia, 08 de setembro de 2026.

REGINA APARECIDA MARQUES PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado no site oficial www.prefguaranesia.mg.gov.br e no Mural do Paço Municipal em //2026 e no site Diário Oficial dos Municípios SIGPub - Sistema Gerenciador de Publicações Legais.

Publicado por:
Ana Paula da Silva Morais
Código Identificador:1B8CF8AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ARP

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA – CNPJ: 18.083.659/0001-14
CASA DE CARNES BOI BONITO LTDA – CNPJ: 51.012.774/0001-73
Processo Licitatório n° 030/2026 – Pregão Eletrônico: nº 006/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (Hortifrutigranjeiros, Lácteos, Carnes e Alimentos Não-Perecíveis), visando atender as necessidades da merenda escolar da rede municipal de ensino de Jequitinhonha/MG.
Data da Homologação: 21/05/2026
Vigência da ARP: nº 124/2026: 08/09/2026 a 08/09/2027.
Valor da ARP: R$ 224.787,00 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e sete reais).

NILO BARBUDA SOUTO
Prefeito de Jequitinhonha

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:02D814D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
EXTRATO DE 13º TERMO ADITIVO – INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO POR ENDOSSO SECURITÁRIO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107001/2023

EXTRATO DE 13º TERMO ADITIVO – INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO POR ENDOSSO SECURITÁRIO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107001/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023
DATA: 04/09/2026.
OBJETO: Formalização do 13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107001/2023, cujo objeto consiste na contratação de seguro para veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Luisburgo/MG, visando à inclusão, por meio de endosso securitário, das **2 (duas) MICROONIBUS 417 SPRINTER K42B**, S10 AMBULANCIA PLACA TDM6I87, VOLKSBUS 15.190 PLACA NXX1589 na apólice de seguro vinculada ao contrato, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93.
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede na rua marechal Floriano peixoto, 450, centro, porto alegre/RS,

neste ato representada por Marcelo Wais, portador(a) do CPF nº 632.005.380-15.
CONTRATANTE: Município de Luisburgo/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.615.423/0001-89, com sede na Rua Orlando Muniz de Carvalho, nº 59, Centro, Luisburgo/MG.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$27.400,00(Vinte e sete mil e quatrocentos reais), correspondente ao prêmio adicional do endosso securitário.
Dotação Orçamentária: 020801 26 782 0031 2040 339039
Ficha: 584.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93.
Publique-se.

Luisburgo/MG, 04 de setembro de 2026.

FRANCISCO LACERDA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Sara Ferreira Cezar
Código Identificador:CD589F6E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
REFERENTE PROCEDIMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIADE CONCORRENCIA DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO MANTENINHA – MG.
PROCESSO ADMINISTRATIVO : 018/2026
ADESÃO: 003/2026
ORGÃO DETENTOR DA ATA DE REGISTRO: MUNICIPIO SÃO J. DO MANTENINHA
VIGENCIA DA ATA: 23/06/2026 a 23/06/2027
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DA SEDE E DOS DITRITOS JUNCO DE MIANS E JAGUARITIRA. NAS RUAS: JOÃO PAULO II, RUA AUGUSTO ALEXANDRINO DE SOUZA, RUA JOSE DIAS PEREIRA – BAIRRO SANTA RITA; RUA JOÃO NIZA DE SALES E RUA DOMINGOS FERREIRA SOUZA – BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS; RUA ENERSTINA DE SOUZA GOMES, BAIRRO JERUZALEM – (SEDE DO MUNICIPIO DE MALACACHETA) E RUA EMILIO RODRIGUES MENDES E RUA SEBASTIÃO MENDES FERREIRA, RUA JOAQUIM BENTO FIGUEIREDO - DISTRITO JUNCO DE MINAS; E RUA FREI FRANCISCO, RUA JOSE AUGUSTO CORDEIRO E RUA JOÃO BATISTA CORDEIRO – DISTRITO DE JAGUARITIRA.
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: 1.926.391,94 (hum milhão, novecentos vinte seis mil, trezentos noventa um reais e noventa quatro centavos)
EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA R G LTDA – CNPJ 11263180/0001-10

MALACACHETA, 08/09/2026 –

HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucas de Azevedo Lopes
Código Identificador:150C73EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n° 143/2026 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 045/2025

À Prefeitura Municipal De Maria Da Fé, através do seu Departamento de Licitações, pela presente torna público acima identificada, cujo processo e julgamento será realizado por **Modalidade Pregão Eletrônico nº 045/2026, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que será processada e julgada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021**, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de leites, suplementos alimentares e fórmulas infantis para doação aos beneficiários da Política de Assistência Social de Maria da Fe, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, e às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, atendidas pelos programas assistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo valor estimado da contratação é de R$ R$ 2.446.850,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta reais), exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCAMINHAMENTOS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
das 00h00min do dia 105/09/2026 até às 12h00min do dia 18/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
às 12h30min do dia 18/09/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: às 13h00min horas do dia 18/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado".

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº 60, Bairro Centro, Maria da Fé, MG, CEP. 37.517-000.
Agente de Contratação: Adv. º Carlos Alberto Lemes – Portaria nº 03/2024;
E-mail: licitação@mariadafe.mg.gov.br

O Edital na integra encontra-se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

ADVº CARLOS ALBERTO LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:F4D7B455

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
RATIFICAÇÃO

Processo n° 144/2026
Dispensa n° 053/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDIOS ESPECIALIZADOS EM CARDIOPEDIATRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº144/2026 - DISPENSA Nº053/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
PROCOR CLINICA DE CARDIOLOGIA LTDA - CNPJ: 11.810.359/0001-40
Valor Total de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

MARIA DA FÉ, 04 de Setembro de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:AE56CECD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
RATIFICAÇÃO

Processo n° 145/2026
Dispensa n° 052/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO,
APOIO, PREPARAÇÃO E ATENDIMENTO DE CAMARINS, DESTINADOS AOS ARTISTAS QUE PARTICIPARÃO NO
EVENTO 21º EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE MARIA DA FÉ/MG, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO, NOS DIAS 23 A 27 DE SETEMBRO DE 2026, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ANTÔNIO CANDIDO MARTINS.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº145/2026 - DISPENSA Nº053/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
CL PROMOCOES & PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - CNPJ: 37.292.111/0001-29
Valor Total de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

MARIA DA FÉ, 08 de Setembro de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:0A716AFF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato de Ata Registro Preços nº.008/2026 - Processo nº.062/2026 – Pregão Eletrônico n°.004/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Padaria Central Maripá Ltda. - ME. – CNPJ.: 17.714.735/0001-80. Objeto: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de produtos de padaria com a finalidade de garantir a oferta adequada e contínua da alimentação escolar aos alunos da rede pública de ensino, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com fornecimento parcelado, conforme demanda. Valor: R$308.035,20 (trezentos e oito mil, trinta e cinco reais e vinte centavos). Vigência: 26/05/2026 à 26/05/2027.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:F5E6CC9B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato de Ata Registro Preços nº.014/2026 - Processo nº.063/2026 – Pregão Eletrônico n°.005/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Campos Soluções Atacadistas Ltda. - ME. – CNPJ.: 60.915.736/0001-11. Objeto: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda escolar, para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, contemplando alimentos perecíveis e não perecíveis, com fornecimento parcelado, conforme demanda. Valor: R$29.073,00 (vinte e nove mil e setenta e três reais). Vigência: 27/07/2026 à 27/07/2027.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:38B37E02

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato de Ata Registro Preços nº.015/2026 - Processo nº.063/2026 – Pregão Eletrônico n°.005/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e JMP Distribuidora em Geral Ltda. - EPP. – CNPJ.: 45.601.229/0001-10. Objeto: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda escolar, para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, contemplando alimentos perecíveis e não perecíveis, com fornecimento parcelado, conforme demanda. Valor: R$313.783,00 (trezentos e treze mil e setecentos e oitenta e três reais). Vigência: 27/07/2026 à 27/07/2027.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito:

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:AD45C4E2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato de Ata Registro Preços nº.016/2026 - Processo nº.063/2026 – Pregão Eletrônico n°.005/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Marisete Israel Pereira - ME. – CNPJ.: 02.239.391/0001-27. Objeto: Registro de preços visando à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda escolar, para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, contemplando alimentos perecíveis e não perecíveis, com fornecimento parcelado, conforme demanda. Valor: R$694.330,00 (seiscentos e noventa e quatro mil e trezentos e trinta reais). Vigência: 27/07/2026 à 27/07/2027.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:81161566

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.158/2026 - Processo nº.088/2026 – Pregão Eletrônico n°.006/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Marcopolo S/A. – CNPJ.: 88.611.835/0018-77. Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos (zero quilômetro), do tipo Ônibus Escolar Rural, com capacidade mínima para 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados mais o condutor, destinados ao atendimento diário, contínuo e seguro dos estudantes residentes na zona rural da rede pública municipal de ensino, conforme Convênio SEGOV-SEE/MG. nº.1261002881/2025 / Resolução SEGOV nº.24/2025 e Convênio SEGOV-SEE/MG. nº.1261002313/2026 / Resolução SEGOV nº.07/2026. Valor: R1.128.600,00 (Hum milhão, cento e vinte e oito mil e seiscentos reais). Vigência: 18/08/2026 à 18/08/2027.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:BE3DFE32

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.159/2026 - Processo nº.088/2026 – Pregão Eletrônico n°.006/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Automax Comercial Ltda. – CNPJ.: 20.994.976/0004-87. Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos (zero quilometro) tipo passeio/Hatch, com capacidade mínima de 05 (cinco) lugares biocombustível (flex.), destinados ao estrito atendimento das demandas operacionais, administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as Resoluções: SES/MG. nº.10.795/2025 e SES/MG. nº.11.028/2026). Valor: R$203.800,00 (duzentos e três mil e oitocentos reais). Vigência: 18/08/2026 à 18/08/2027.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:78E1C13A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.165/2026 - Processo nº.095/2026 – Inexigibilidade n°.034/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e CLC Produções Artísticas Ltda. – CNPJ.: 63.248.666/0001-83. Objeto: Contratação de show artístico (Cleiton & Camargo) para apresentação na 9ª. Festa do Peão de Maripá de Minas, a ser realizado no dia 19/09/2026, às 23h:45min., com duração de 01h:45min., no Complexo Municipal de Eventos "Prefeito Renato Manoel (Irio)", no município de Maripá de Minas/MG. Valor: R$110.000,00 (cento e dez mil reais). Vigência: 28/08/2026 à 20/09/2026.

VAGNER FONSECA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:EA5C0238

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
035/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.166/2026 - Processo nº.096/2026 – Inexigibilidade n°.035/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e 51.936.302 Gilson Silvestre Carneiro – CNPJ.: 51.936.302/0001-07. Objeto: Contratação de apresentação artística (DJ Scooby) para apresentação na 9ª. Festa do Peão de Maripá de Minas, a ser realizado no dia 18/09/2026, no Complexo Municipal de Eventos "Prefeito Renato Manoel (Irio)", no município de Maripá de Minas/MG. Valor: R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Vigência: 28/08/2026 à 19/09/2026.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:DBD37588

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
036/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.167/2026 - Processo nº.097/2026 – Inexigibilidade n°.036/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e Acácio Produtor Musical – ME. – CNPJ.: 62.832.405/0001-43. Objeto: Contratação de show artístico (Banda Batidão Sertanejo) para apresentação na 9ª. Festa do Peão de Maripá de Minas, a ser realizado no dia 18/09/2026, às 23h:50min., com duração de 02h:00min., no Complexo Municipal de Eventos "Prefeito Renato Manoel (Irio)", no município de Maripá de Minas/MG. Valor: R$16.000,00 (dezesseis mil reais). Vigência: 28/08/2026 à 19/09/2026.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:99E3D7A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
037/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS – Extrato do contrato nº.170/2026 - Processo nº.100/2026 – Inexigibilidade n°.037/2026 – Partes: Município de Maripá de Minas e 55.084.236 Iury Ventura da Silva Coura. – CNPJ.: 55.084.236/0001-45. Objeto: Contratação de show artístico (Triton Rock Band) para apresentação no 1º. Motofest de Maripá de Minas, a ser realizado no dia 26/09/2025, às 18h:00min., no Complexo Municipal de Eventos "Prefeito Renato Manoel (Irio)", no município de Maripá de Minas/MG. Valor: R$21.000,00 (vinte e um mil reais). Vigência: 03/09/2026 à 27/09/2026.

VAGNER FONSECA COSTA.
Prefeito

Publicado por:
Eduardo Augusto Silva Santos
Código Identificador:91EB3348

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 115/2022, PROCESSO Nº 491/2022 – INEXIGIBILIDADE Nº 26/2022**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: RADIOCLINICA ITAUNA LTDA – CNPJ: 23.769.995/0001-55

Objeto Contratual: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS,PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAUDE COM A FINALIDADE DIAGNOSTICA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL

Objeto do termo aditivo: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 97/2025, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 26 de agosto de 2026 e término em 25 de agosto de 2027, bem como a aplicação de reequilíbrio contratual, conforme solicitação da empresa e comprovação do aumento nos preços dos radioisótopos e radiofármacos comercializados.
Em decorrência do reequilíbrio solicitado, os valores dos itens contratados passam a vigorar conforme demonstrativo:

- Item 1:
Procedimento: Cintilografia de Rim.
Quantidade estimada: 25
Valor unitário atual: R$ 457,55

Valor unitário solicitado: R$ 650,00

-Item 2:
Procedimento: Cintilografia do Miocárdio - Repouso
Quantidade estimada: 62
Valor unitário atual: R$ 383,07
Valor unitário solicitado: R$ 600,00

-Item 3:
Procedimento: Cintilografia do Miocárdio p/ avaliação da Perfusão em Situação de Estresse
Quantidade estimada: 62
Valor unitário atual: R$ 408,52
Valor unitário solicitado: R$ 600,00

Fundamentação Legal:
A prorrogação do prazo de vigência do contrato encontra amparo no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no instrumento contratual original, devidamente justificado nos autos.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 25 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:79B0A7EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 112/2024, PROCESSO Nº 200/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2024**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: INSTITUICAO DE COOPERACAO INTERMUNICIPAL DO MEDIO PARAOPEBA - ICISMEP – CNPJ: 05.802.877/0001-10

Objeto Contratual: Contratação de consórcio público para transferência de gestão associada do serviço de inspeção municipal - SIM de produtos de origem animal de titularidade do Município de Mateus Leme.

Objeto do termo aditivo: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Programa nº 112/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 27 de agosto de 2026 e término em 26 de agosto de 2027.

Fundamentação Legal: A alteração contratual é baseada no art. 2º, § 1º, III, da Lei nº 11.107/05, na norma do art. 18 do Decreto nº 6.017/07 e legislação complementar.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 26 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:96AE9874

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 66/2022, PROCESSO Nº 337/2021 – DISPENSA Nº 142/2021**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: VICENTE JOSÉ DA SILVA – CPF: 048.555.666-91

Objeto Contratual: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL MEDINDO 689,70 M, SITUADO À PRAÇA ÁLVARO LIMA, N 33 CENTRO, MATEUS LEME, DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, POSTO DA RECEITA FEDERAL, COORDENADORIA DE CULTURA, DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEFENSORIA PÚBLICA. CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO 142/2021 RATIFICADA EM 31/08/2021.

Objeto do termo aditivo: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do Contrato de Locação de Imóvel nº 66/2022, conforme solicitação feita através da Secretaria Municipal de Administração.
Fica renovada a vigência do referido contrato a partir de 31/08/2026 com vencimento em 30/08/2027. O valor mensal do aluguel de cada sala passará de R$ 1.235,91(um mil, duzentos e trinte e cinco reais e noventa e um centavos) para R$ 1.292,24 (um mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos) conforme IPCA DE 4,55% acumulado nos últimos 12 meses.

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 57 e no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993, que permite a modificação do contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 29 de agosto de 2026

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:AFCF6CDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **DECIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 66/2022, PROCESSO Nº 337/2021 – DISPENSA Nº 142/2021**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: VICENTE JOSÉ DA SILVA – CPF: 048.555.666-91

Objeto Contratual: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL MEDINDO 689,70 M, SITUADO À PRAÇA ÁLVARO LIMA, N 33 CENTRO, MATEUS LEME, DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, POSTO DA RECEITA FEDERAL, COORDENADORIA DE CULTURA, DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEFENSORIA PÚBLICA. CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO 142/2021 RATIFICADA EM 31/08/2021.

Objeto do termo aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 1 (uma) sala que será utilizada como arquivo do Setor de Recursos Humanos. Decorrente dessa alteração, o valor mensal do aluguel contendo todas as 08 (oito) salas contempladas passa a ser de R$ 10.337,92 (dez mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 57 e no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993, que permite a modificação do contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 29 de agosto de 2026

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:4724F542

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
TERMO ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 64/2019, DISPENSA N° 101/2019, PROCESSO Nº 390/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

CONTRATADA: ANDREIA MARIA BRAZ MOREIRA sob nº 620.218.186-91.

Objeto Contratual: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA MIGUEL ALVES DA SILVA N 278, CENTRO, MATEUS LEME/MG, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SINE – SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS EM CONJUNTO COM O CDM-CENTRO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, ONDE SERÃO EXERCIDAS ATIVIDADES COM TREINAMENTO E AINDA SALA DO EMPREENDEDOR

O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do contrato de licitação 64/2019, conforme solicitação feita através da Comunicação interna nº 337/2026, da Secretaria Municipal de Saúde.
O valor contratual será reajustado pelo IPCA acumulado do período de 07/2025 a 08/2026, com índice de 4,443020 % passando de R$ 2.830,76 (dois mil oitocentos e trinta reais e setenta e seis centavos) para R$ R$ 2.956,53 (dois mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos). Conforme índice calculado na calculadora do cidadão Banco Brasil em anexo.

Fundamentação Legal: O termo aditivo é baseado no artigo 65, da Lei Federal 8.8666/93 e suas alterações.
.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 08 de setembro de 2026.

***Assessoria de Licitações e Contratos*.**

Publicado por:
Vitoria Stefany de Oliveira
Código Identificador:2555F367

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
AVISO DE LICITAÇÕES - PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

O município de Moeda/MG, com fulcro na Lei Nacional 14.133/2021, torna público que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 035/2026 – Processo nº 073/2026, tipo menor preço por item. Objeto: **Aquisição de medicamentos, por item, para atendimento à Farmácia de Minas, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Moeda/MG.** A sessão eletrônica se realizará no dia 21/09/2026, às 08:00hs, através do site: www.licitardigital.com.br. Maiores informações no e-mail: licitacao@moeda.mg.gov.br, site: www.moeda.mg.gov.br ou pelo telefone: (31) 3575-1100.

Publicado por:
Juliana Conceição Silva Borges
Código Identificador:D4B4C518

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA DE MINAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO TERMO ADITIVO N° 01/2026
Inclusão do Povoado de Vau das Flores na elaboração do projeto de esgotamento sanitário individual conforme do Contrato n° 54/2026 - prestação de serviços de engenharia e arquitetura para elaboração de peças técnicas e gráficas, além de estudos e orçamentos para a boa execução de obras de drenagem pluvial na sede Município, rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos Povoados e conforme especificações técnicas, quantitativos, condições e exigências estabelecidas no Edital da Concorrência Eletrônica n° 001/2025, Ata de Registro de Preços n° 002/2025 do CIDASG - Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande, bem como no Processo Administrativo de Adesão n° 023/2026 — Concorrência n° 002/2026, partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição. Empresa contratada: FRAGA MARQUES ENGENHARIA LTDA – ME, CNPJ n° 21.762.193/0001-98.

Morada Nova de Minas/MG, 08 de setembro de 2026

HERMANO ÁLVARES FRANCISCO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Thiago Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:BE75D104

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03/2025
Prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 158/2025, referente a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de construção de extensão de rede de energia elétrica e iluminação, nas conformidades descritas no Termo de Referência e Planilha Orçamentária que são parte integrante desta Ata, nas condições

estabelecidas na Concorrência Eletrônica n° 001/2025 e Ata de Registro de Preços n° 019/2025 do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais - CIMINAS. Empresa vencedora CONSTRUTORA REMO LTDA inscrita no CNPJ nº 18.225.557/0001-96. Nova vigência: 22/10/2026 a 21/10/2027.

Morada Nova de Minas/MG, 08 de setembro de 2026

HERMANO ÁLVARES FRANCISCO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Thiago Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:24DDEB6A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO TERMO ADITIVO N° 03/2024
Contratação de empresa para execução de cobertura e vestiário na Quadra Escolar da Escola Municipal Professor Antônio Ribeiro – Povoado de Vau das Flores, nos termos do Acordo Judicial firmado entre a Prefeitura Municipal de Morada Nova de Minas e Vale do Rio Doce e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Apoio Institucional e Projetos. Empresa contratada: CONSTRUTORA PLANNER ENGENHARIA LTDA – ME, CNPJ n° 45.159.728/0001-07. Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato n° 185/2024. Nova Vigência: 01/08/2026 a 30/09/2026.

Morada Nova de Minas/MG, 08 de setembro de 2026

HERMANO ÁLVARES FRANCISCO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Thiago Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:1904F676

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 82/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 82/2026
PREGÃO Nº. 41/2026
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 41/2026, Processo Administrativo nº 82/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 112796
Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, mediante locação de veículos com motorista, destinados ao transporte de pessoas pertencentes a grupos, entidades legalmente constituídas, delegações, equipes, servidores, estudantes, atletas, artistas, usuários de programas e projetos sociais e demais representantes do Município de Oratórios/MG, para participação em atividades oficiais, institucionais, culturais, esportivas, educacionais, sociais, administrativas, técnicas e demais eventos de interesse da Administração Pública, a serem realizados dentro e fora do território do Município de Oratórios/MG, conforme as demandas da Administração Municipal e especificações constantes deste Edital e seus anexos.
Data de Publicação: 08/09/2026 16:02:54
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 21/09/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 715.140,00
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/112796

_____
Carlos José de Oliveira - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 08 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:4502CBA8

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2025. Contratante: **MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS/MG**. Contratado: **PAULO VICTOR CARDOSO PEREIRA**, CPF nº 109.510.566-38. Objeto: **Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 102/2025 por mais 12 (doze) meses**, com término previsto para **19 de setembro de 2027**, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na cláusula quinta do contrato original. **Valor mensal atualizado: R$ 2.290,16**, em razão da aplicação do INPC de 4,098050%, referente ao período de agosto de 2025 a julho de 2026. Data da assinatura: **08 de setembro de 2026**.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:BB136B00

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADITIVO

MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS/MG
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2025
Processo Administrativo nº 30/2026 – Pregão Eletrônico nº 11/2026. Contratante: Município de Oratórios/MG. Contratada: **ANDERSON ACACIO DA GAMA**, CNPJ nº **26.716.655/0001-54**. Objeto: Alteração do preço registrado do item **Gás GLP, com 13 kg, sem o vasilhame**, em razão de reequilíbrio econômico-financeiro, passando o valor unitário de **R$ 113,20 (cento e treze reais e vinte centavos) para R$ 120,00 (cento e vinte reais)**. Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços. Fundamento: Cláusulas 4 e 5.2 da Ata de Registro de Preços e Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: //2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:07717F4B

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS/MG, torna pública a intenção de aderir, na condição de órgão não participante, às Atas de Registro de Preços nº **138/2025, 139/2025, 140/2025, 141/2025, 142/2025, 143/2025 e 144/2025**, decorrentes do **Processo nº 70.256/2025 – Pregão Eletrônico nº 027/2025**, gerenciadas pelo **Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI**, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de **serviços gráficos**.
As adesões pretendidas observarão o limite máximo de **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para cada**

item, conforme planilhas contendo os itens, quantitativos e respectivos valores unitários e totais.
Fornecedores detentores das respectivas Atas:
ARP nº 138/2025: DIGRAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEL E GRÁFICA LTDA EPP – CNPJ nº 27.740.877/0001-75;
ARP nº 139/2025: GRAFIK SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA – CNPJ nº 07.193.034/0001-99;
ARP nº 140/2025: RB COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI EPP;
ARP nº 141/2025: fornecedor registrado conforme Ata de Registro de Preços;
ARP nº 142/2025: PERFIL SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA – CNPJ nº 39.685.763/0001-59;
ARP nº 143/2025: KOPU BRINDES LTDA;
ARP nº 144/2025: fornecedor registrado conforme Ata de Registro de Preços.
• JUSTIFICATIVA: O Município de Oratórios/MG torna pública a intenção de adesão por restar manifesta a celeridade e vantajosidade econômica do ato, em estrito cumprimento aos preceitos legais vigentes e diretrizes de controle de gastos públicos. Abre-se o respectivo prazo legal para manifestações de eventuais interessados a contar desta publicação.

Oratórios/MG, 08 de setembro de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:A925A3EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO RP N.º 042/2026

O Município de Paraisópolis torna público que realizará o Processo Licitatório N. º 189/2026 – Pregão Eletrônico RP N. º 042/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.paraisopolis.mg.gov.br, na aba Licitações. Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de materiais de consumo médico-hospitalar, para atender as demandas das Unidades e Serviços de Saúde do Município de Paraisópolis/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência/Especificação do Objeto. Início de Cadastramento de Propostas: 14/09/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 24/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 24/09/2026 às 08h15min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br Canal de Suporte: 0800 730 5455. –

ALEX FERREIRA –
Diretor do Departamento de Saúde.

Publicado por:
Agnaldo Costa Manso
Código Identificador:514B6F42

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2027

O MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS, Estado de Minas Gerais, por intermédio do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 41 da Lei Municipal nº 3.004, de 2026 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,
CONVOCA toda a população de Paraisópolis, representantes da sociedade civil, conselhos municipais, entidades de classe, associações, organizações da sociedade civil e demais interessados para participarem da:

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA COLETA DE SUGESTÕES DA SOCIEDADE PARA A ELABORAÇÃO DA LOA 2027

Data: 18 de setembro de 2026
Horário: 9H00
Local: Câmara Municipal de Paraisópolis

A audiência pública terá por finalidade promover a transparência, a participação popular e o controle social, possibilitando à população apresentar sugestões e indicar prioridades que poderão ser consideradas na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027.
As sugestões apresentadas serão registradas em ata e encaminhadas ao setor responsável pelo planejamento municipal para análise técnica quanto à sua viabilidade, nos termos da legislação vigente, sendo que eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Executivo através da Ouvidoria Municipal.
A audiência será transmitida ao vivo por meio eletrônico, observadas as condições técnicas disponíveis, possibilitando também a participação virtual da população.
A Administração Municipal reforça o convite para que todos os cidadãos participem desse importante momento de construção coletiva das prioridades do Município para o exercício de 2027.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis/MG, aos 8 de setembro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:42208D6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 362/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Administração, torna público o extrato do contrato oriundo do Processo Licitatório n.º 179/2026 – Chamada Pública n.º 008/2026, cujo objeto é o Credenciamento de pessoa jurídica ou pessoa física legalmente habilitada para prestação de serviços de despachante documentalista, visando à execução do processo completo de emplacamento de veículos oficiais, compreendendo a tramitação logística para retirada das placas na empresa estampadora e as etapas administrativas necessárias até a conclusão perante a Ciretran da Delegacia de Polícia Civil de Paraisópolis/MG, consoante as condições estabelecidas no Edital e no Anexo I – Termo de Referência. Contratado: DANIEL DE OLIVEIRA CASTRO - Contrato n.º 362/2026; CPF n.º XXX.154.086-XX. Contrato por serviço executado. Data de assinatura: 08/09/2026, vigência de 08/09/2026 até 08/09/2027.

HANDERSON ALEX RIBEIRO –
Diretor de Administração

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:D669A2EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG– EXTRATO DE ATA N° 185/2026 - Processo nº 067/2026 - Pregão Eletrônico n° 038/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de centrifuga para o laboratório de analises da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.**Licitante vencedor**: TAURUS BIOTEC LTDA - R$ 42.599.771/0001-97. Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027. Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

ODIRLEI ROCHA VIEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João César Viana Lopes
Código Identificador:B143D002

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 051/2026 – Pregão Eletrônico n° 035/2026 – Processo n° 064/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços médicos de clinica geral para atuar na Unidade Básica de Saúde e no CAPS Municipal de Pedra do Anta/MG. Contratada: Clinmed - Profissionais de Saude Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 40.087.922/0001-00. Valor global: R$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais). Vigência: 25/08/2026 à 25/08/2027. Fundamentação legal: Lei 14.133/21 e suas alterações.

ODIRLEI ROCHA VIEIRA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João César Viana Lopes
Código Identificador:09FBEF85

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATOS

EXTRATO DE. CONTRATO Nº 114/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: BORGES SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ACADEMIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PEDRA DOURADA – MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026 ASSINATURA: 24/08/2026. VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/02/2027. R$ 564,20.

EXTRATO DE. CONTRATO Nº 115/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: DIGITAL SOLUTIONS EF LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ACADEMIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PEDRA DOURADA – MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026 ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/02/2027. R$ 92,58.

EXTRATO DE. CONTRATO Nº 116/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ACADEMIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PEDRA DOURADA – MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026 ASSINATURA: 25/08/2026. VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/02/2027. R$ 1.673,00.

EXTRATO DE. CONTRATO Nº 117/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: MABUS EMPRESARIAL LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ACADEMIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PEDRA DOURADA – MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026 ASSINATURA: 24/08/2026. VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/02/2027. R$ 5.366,74.

EXTRATO DE. CONTRATO Nº 118/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: MAXIMUS ESPORTES COMERCIO LTDA-EPP: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ACADEMIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PEDRA DOURADA – MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026 ASSINATURA: 24/08/2026. VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/02/2027. R$ 8.898,00.

EXTRATO DE. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: EVOLUCAO CONSULTORIA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PEDRA DOURADA-MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026 ASSINATURA: 08/09/2026. VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/09/2027. R$ 239.998,80.

PEDRA DOURADA/MG, 08 DE SETEMBRO DE 2026.

IGOR VAZ CARRARA DA CRUZ –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Igor Vaz Carrara da Cruz
Código Identificador:B391C7FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA MG - EDITAL DE LICITAÇÃO, Torna a público a abertura do P.L. Nº 107/2026 na modalidade P.E. Nº 052/2026 a ser realizado às 09h00min do dia 22/09/2026. Cujo o objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de proteína de origem animal, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Pedra Dourada-MG. Informações através do site www.pedradourada.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@pedradourada.mg.gov.br.

Pedra Dourada 08/09/2026.

IGOR VAZ CARRARA DA CRUZ,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Igor Vaz Carrara da Cruz
Código Identificador:1868C00D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO 007/2026
A prefeitura municipal de pintópolis, torna público que a partir do dia 10/09/2026, a partir das 07h30, estará aberto o credenciamento nº

07/2026 objetivando o **credenciamento de pessoa fisíca e jurídica especializada para prestação de serviços terapêuticos especializados, compreendendo neuromodulação por estimulação transcraniana por corrente contínua (tdcs) + fioterapia especializada, destinados ao atendimento de paciente em cumprimento de determinação judicial, conforme prescrição médica e acompanhamento dos profissionais de saúde responsáveis**. maiores informações pelo e-mail licitacaopintopolis@yahoo.com no site oficial do município https://pintopolis.mg.gov.br/editais-e-licitacoes/ - portal da transparência do município de Pintópolis ou no setor de licitações na sede da prefeitura municipal.

KLEITON GOMES DE BRITO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Kleiton Gomes de Brito
Código Identificador:A58513A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
EXTRATO DE CREDENCIADOS

EXTRATO DE CREDENCIADOS

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2025
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 025/2025

O MUNICIPIO DE PINTÓPOLIS/MG torna público, para conhecimento das Secretarias e órgão municipais, e demais interessados, o resultado do Credenciamento nº 002/2025, como segue:
OBJETO: Credenciamento para contratação de shows artísticos (bandas e/ou artistas) para apresentações musicais, em diferentes estilos para atender aos eventos promovidos ou apoiados pela municipalidade.

CREDENCIADO:

RENATO QUINTAL DA SILVA LTDA (FORRÓ PISADA BLACK)
CNPJ: 46.845.562/0001-37

Pintopolis mg 08 de Setembro de 2026.

KLEITON GOMES DE BRITO
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleiton Gomes de Brito
Código Identificador:DB8C28D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 058/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025
CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

OBJETO: Credenciamento para contratação de shows artísticos (bandas e/ou artistas) para apresentações musicais, em diferentes estilos para atender aos eventos promovidos ou apoiados pela municipalidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS - MG, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com a Lei 14.133/2021, **RATIFICA** o termo de credenciamento e autoriza a contratação conforme a seguir:

CREDENCIADA: **RENATO QUINTAL DA SILVA LTDA (FORRÓ PISADA BLACK).**
CNPJ: 46.845.562/0001-37

Item	Descrição	Unid.	Quant.	VALOR SERVIÇOS/ SHOWS	V. Total
80	SHOW MUSICAL COM BANDA - DE GRANDE PORTE DE RENOME INTERESTADUAL XIII	SERVIÇOS/ SHOWS	1	R$ 39.000,00	R$ 39.000,00

Valor Global: **R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).**
Publique-se.

Pintópolis/MG, 08 de setembro de 2026.

ELTON CARLOS JOSÉ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kleiton Gomes de Brito
Código Identificador:8A06CD8B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Por determinação do Prefeito Municipal, Sr. Antônio Luiz Botelho, o Município de Planura/MG torna público para conhecimento dos interessados que o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, regido pela Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº055 de 30 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026 - C**onstitui objeto desta licitação a "Contratação de serviços especializados de seguro veicular,conforme as condições e especificações técnicas contidas no edital e seus anexos".
Inicio do recebimento de propostas: 09/09/2026 às 08h00.
Abertura e Julgamento das Propostas: 24/09/2026 às 08h00.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 24/09/2026 às 09h00.
A sessão do Pregão Eletrônico ocorrerá através da página eletrônica da LICITANET www.licitanet.com.br. **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS** deverão ser encaminhados de forma eletrônica via sistema Licitanet. Dúvidas através do telefone (34)3427-7014, e e-mail licitacao@planura.mg.gov.br, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 as 16h30min., de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo. **DOWNLOAD de Editais a**través do site: www.planura.mg.gov.br e www.licitanet.com.br.

Planura/MG, 08 de setembro de 2026.

DEL MARINA M. S. JANUÁRIO-
Pregoeira

Publicado por:
Del Marina Mendes da Silva Januário
Código Identificador:7B07E881

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14963

DECRETO Nº 14.963/2026

Altera o § 2º do art. 20 e o inciso I do art. 32, e suprime o art. 34 do Decreto Municipal nº 12.872/2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
Considerando o parecer da Corte de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, emitido no processo de consulta nº

1.120.126, que fixou prejulgamento de tese, com caráter normativo, que "o § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133/21 dispõe sobre norma específica, aplicável apenas à Administração Pública federal, cabendo ao Estado de Minas Gerais, em âmbito regional, e aos municípios mineiros, no âmbito local, regulamentar, com fundamento no art. 78, § 1º da mesma Lei, os procedimentos auxiliares, entre os quais se insere o sistema de registro de preços, oportunidade em que poderá dispor acerca da possibilidade ou não de adesão a atas de registro de preços municipais, além das distritais, estaduais e federais, inclusive dos consórcios públicos criados nessas esferas";
Considerando o parecer da Corte de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, emitido no processo de consulta nº 1.128.010, que fixou prejulgamento de tese, com caráter normativo, que "no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21, não se restabelecem os quantitativos inicialmente fixados na licitação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente";

DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o § 2º e 3º do art. 20 do Decreto Municipal nº 12.872/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 20. .....
§ 2º No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não se restabelecem os quantitativos inicialmente fixados na licitação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente.
§3º O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação. ....." (NR)

Art. 2º: Fica alterado o inciso I do art. 32 do Decreto Municipal nº 12.872/2023, conforme segue:
"Art. 32. .....
I - Os órgãos da administração direta e indireta do Município de Ponte Nova, poderão aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital e municipal, inclusive dos consórcios públicos criados nessas esferas. ....." (NR)
Art. 3º Fica revogado o art. 34 do Decreto Municipal nº 12.872/2023.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 08 de setembro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:ACB85004

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 238/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

Extrato de Adjudicação - **Processo 238/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026**. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a adjudicação referente ao **Processo Licitatório 238/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para Execução de obra comum de engenharia de calçamento em bloquete sextavado com drenagem pluvial nas Ruas Dr. Márcio Campante Brandão e Maria Consenza, Bairro Vale do Ipê, no município de Ponte Nova**. Contratadas – **NOVA INFRA CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 52.949.485/0001-68, no valor de R$ 694.999,60 (seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais, e sessenta centavos)**; Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:4CE6A829

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ATAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200B/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063B/2026

Extrato de Atas Processo Licitatório nº 200B/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063B/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato da Ata, referentes ao Processo Licitatório 200B/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63B/2026, cujo objeto é o Registro de Preço para Futura e Eventual contratação de serviços de telemedicina, sendo contratada a empresa: Santo Anjo Telemedicina LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 57.766.802/0001-24, no valor de R$ 428.899,50 (quatrocentos e vinte e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito)

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:56BDBF0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 238/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

Extrato de Homologação - **Processo 238/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026**. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a homologação referente ao **Processo Licitatório 238/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para Execução de obra comum de engenharia de calçamento em bloquete sextavado com drenagem pluvial nas Ruas Dr. Márcio Campante Brandão e Maria Consenza, Bairro Vale do Ipê, no município de Ponte Nova**. Contratadas – **NOVA INFRA CONSTRUCOES LTDA, CNPJ: 52.949.485/0001-68, no valor de R$ 694.999,60 (seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais, e sessenta centavos)**; Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:8F7C34C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
LEI4971

LEI Nº 4.971/2026
PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 13/2026

Declara de utilidade pública municipal a Pet Terapia Amor com Patas, CNPJ nº 60.049.089/0001-02.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a "Pet Terapia Amor com Patas", CNPJ nº 60.049.089/0001-02.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ponte Nova,08 de setembro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:59F66B25

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 36/2026

ATO HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público a Homologação do Processo Licitatório nº 036/2026, Concorrência nº 003/2026, tendo por objeto Contratação de empresa na área de construção civil, destinada à execução da obra de calçamento de via rural com alvenaria poliédrica do morro da Comunidade do Sítio de Baixo, Zona Rural do Município de Porto Firme – MG. Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Firme. Contratada: INVICTA CONSTRUTORA LTDA. Valor: R$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais). Data de Homologação 28/08/2026.

Porto Firme/MG, 04/09/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:3B23ABA5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 37/2026

ATO HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Porto Firme/MG torna público a Homologação do Processo Licitatório nº 037/2026, Concorrência nº 004/2026, tendo por objeto Contratação de empresa na área de construção civil, destinada à execução da obra de Pavimentação em alvenaria poliédrica do morro da Laje (Campo e Carvão Di Minas), acesso a Vinte Alqueires, Zona Rural do Município de Porto Firme – MG. Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Firme. Contratada: SEVEN ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Valor: R$ 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais). Data de Homologação 03/09/2026.

Porto Firme/MG, 04/09/2026.

RENATO SANTANA SARAIVA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Viviane Neves Valente
Código Identificador:ED071E93

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 075/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2026

Contrato nº 070/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratada: 64.790.068 JOAO PAULO FONSECA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de internet via satélite Starlink para a Escola Municipal Monsenhor Assis, localizada no Povoado de Andrequicé, Zona Rural do Município de Prados/MG, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo a aquisição dos equipamentos necessários ao funcionamento do sistema, incluindo antena, roteador, cabeamentos e acessórios, bem como os serviços de instalação completa, configuração, suporte técnico especializado, assistência técnica, garantia, fixação com suporte reforçado e sistema antifurto, além de proteção elétrica contra surtos e oscilações, visando garantir conectividade estável, contínua e eficiente para execução das atividades pedagógicas, administrativas e operacionais da unidade escolar., em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.
Valor Global: R$ 4.378,00 (quatro mil trezentos e setenta e oito reais).
Prazo de Vigência: 12 meses**.**
Data: 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:891F67FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO N.º 077/2026; DISPENSA N.º 021/2026

Contrato nº 069/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes - CISVER.
Objeto: O presente Instrumento tem por objeto a prestação de serviços de consultas e exames especializados, para atender aos pacientes do município de Prados.
Valor Global: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Data: 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:558C2A31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 058/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o registro e a atualização cadastral da CONTRATADA, com as seguintes especificações:
a) Alteração da Razão Social: A contratada, anteriormente inscrita sob a razão social 23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO, passa a adotar a razão social UAI SOLUÇÕES & EVENTOS LTDA, mantendo-se inalterado o CNPJ/MF nº 23.974.941/0001-21;
b) Reenquadramento de Porte Empresarial: Registro do desenquadramento do regime de Microempresa (ME) e enquadramento na condição de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Prados/MG, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:2C8F7E00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
CREDENCIAMENTO 21/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS/MG - Processo Administrativo nº 123/2026 – Credenciamento 21/2026, torna público para conhecimento dos interessados que a partir das **12h00min do dia 09 de setembro de 2026**, estará recebendo documentações, cujo objeto de para **credenciamento de Micro Empreendedor Individual (MEI) para prestação de serviços de CARPINTEIRO, para atender os prédios públicos, vias urbanas e estradas vicinais, atendendo as demandas das Secretarias Municipais de Pratápolis/MG**. O Edital está à disposição dos interessados no portal da transparência no site www.pratapolis.mg.gov.br podendo ser solicitado pelo e-mail licitacaopratapolis@hotmail.com.

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:241FD4C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
CREDENCIAMENTO 23/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS/MG - Processo Administrativo nº 124/2026 – Credenciamento 23/2026, torna

público para conhecimento dos interessados que a partir das **12h00min do dia 09 de setembro de 2026**, estará recebendo documentações, cujo objeto de para **Credenciamento de empresa especializada em prestação de serviço de exames de imagem e cardiológicos, constantes da Tabela SUS, de acordo com a legislação vigente**. O Edital está à disposição dos interessados no portal da transparência no site www.pratapolis.mg.gov.br podendo ser solicitado pelo e-mail licitacaopratapolis@hotmail.com.

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:CD47F2D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
DECRETO Nº 3.801/2026 ´´DISPÕE SOBRE A INTERDIÇÃO DE VIA PÚBLICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E PRECÁRIO, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.``

PUBLICAÇÃO – DECRETO Nº 3.801/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação do Decreto nº 3.801/2026, que ´´DISPÕE SOBRE A INTERDIÇÃO DE VIA PÚBLICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E PRECÁRIO, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.`` junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 03 de setembro de 2026 A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/decretos/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:EF2217E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 – SRP Nº 027/2026

CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, inscrito no CNPJ nº 18.314.625/0001-93, com sede na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reprografia, com disponibilização, em regime de comodato, de máquinas multifuncionais (impressoras e copiadoras), incluindo equipamentos com software de gerenciamento de impressão, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 6º, inciso XLI, e demais disposições aplicáveis.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 775.420,00 (setecentos e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte reais).

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS: 08/09/2026, às 09:00h.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS: 21/09/2026, às 08:30h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 21/09/2026, às 09:00h.

PLATAFORMA ELETRÔNICA: Licitar Digital.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e retirada na plataforma eletrônica, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município de Prudente de Morais/MG.

Prudente de Morais/MG, 08 de setembro de 2026.

ROSANA CABRAL
Pregoeiro(a)
Município de Prudente de Morais/MG

Publicado por:
Rosana Maria Mourão Cabral
Código Identificador:EAB32791

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 111/2026
REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, Sr.(a) Emiliane Alves França.
FORNECEDOR REGISTRADO: LEONE E COLDIBELLI COM E DIST DE PROD NUTRICIONAIS LTDA, com sede administrativa localizada na Rua Major Querino, 125 Galpão, bairro Residencial Santa Rita, CEP nº 37.558-735, na cidade de Pouso Alegre/MG, inscrito no CNPJ sob n.º 40.021.146/0001-38, neste ato representado pelo representante legal, Sr.(a) Samira Leone Simoes.
OBJETO: Esta Ata de Registro de Preço tem por objeto a futura e eventual aquisição de dietas e suplementos alimentares especiais, destinados a pacientes atendidos pela secretaria Municipal de saúde, usuários do Sistema Único de saúde- SUS, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VALOR HOMOLOGADO/REGISTRADO: 50.750,00
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Prudente de Morais/MG, 03 de setembro de 2026.
Assinam digitalmente:
Emiliane Alves França - Secretário(a) Municipal
Samira Leone Simoes - Representante legal

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:89944338

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 211-2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 211-2026
ADESÃO Nº 13/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026
CREDENCIAMENTO Nº 39/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Infraestrutura, Habitação e Estradas Sr.(a) Philippe Afonso Alves Amaral.
CONTRATADO: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.272.081/0001-41, com sede na Rua Oito de Dezembro, nº 650, Centro, Matozinhos/MG, CEP 35.720-000, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Jocimar César Brandão.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de natureza continuada de limpeza urbana, capina manual e

mecanizada, roçada, pintura de meio-fio e manutenção de áreas públicas, conforme especificações do Termo de Referência do Credenciamento Eletrônico nº 021/2025, a que o CONTRATANTE aderiu na qualidade de consorciado ao CISREC.
VALOR TOTAL: R$ 142.008,65.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 02 de setembro de 2026.

Assinam Digitalmente:
PHILIPPE AFONSO ALVES AMARAL -
Secretário(a) Municipal

JOCIMAR CÉSAR BRANDÃO -
Presidente

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:ABF7D5DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
INEXIGIBILIDADE 41/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 041/2026
OBJETO: Constitui objeto da presente contratação direta, por inexigibilidade de licitação, a **locação de imóvel urbano estruturado em galpão**, destinado ao funcionamento do **Almoxarifado Centralizado e Arquivo Setorial da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Estradas**, localizado na Rua Lael Ferreira, nº 61, Bairro Emília (Centro), Município de Prudente de Morais/MG, CEP 35.738-000, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência

● Início de recebimento de documentação/propostas 08/09/2026 - 09:00h

MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 74, inciso V
VALOR TOTAL: R$42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

Publicado por:
Kenia Barbosa Rodrigues
Código Identificador:CF9392D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAUL SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº 017/2026
Autoriza a aquisição. Considerando o disposto na legislação vigente e analisadas as peças integrantes do processo nº 090/2026, autorizo a contratação da empresa E. V. Costa Extração, CNP nº 54.976.853/0001-92, para o fornecimento de cascalho (saibro) para manutenção das estradas vicinais do município, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, pelo valor global de R$ 60.320,00 (sessenta mil trezentos e vinte reais), pela execução plena e total do objeto demandado neste processo. Determino ainda a adoção de medidas cabíveis para a contratação.

Raul Soares - MG, 04 de setembro de 2026 –

SILVIO CLAUDIO SILVEIRA –
Prefeito

extrato de contrato

Prefeitura Municipal de Raul Soares – MG, torna público o extrato do termo de Contrato n.º 104/2026, proveniente da Dispensa n.º 017/2026, Processo Administrativo de Compras nº 090/2026, firmado com a empresa **E. V. COSTA EXTRAÇÃO , CNPJ Nº 54.976.853/0001-92**, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de cascalho (saibro) para manutenção das estradas vicinais do município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, no valor global estimado de R$ 60.320,00 (sessenta mil trezentos e vinte reais), com vigência de 01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027.

Raul Soares, 04 de setembro de 2026.

SILVIO CLAUDIO SILVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Luiz Rodrigues
Código Identificador:ADBF960D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – MG. CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2026. O Município de Rio Casca –MG, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, no dia 24 de setembro de 2026 às 08:00h, para Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação e reforma da Escola Municipal Adolfo de Souza e Silva, localizada no Município de Rio Casca/MG, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte e demais recursos necessários à completa execução dos serviços, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo, conforme CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000654/2026/SEE - "Programa Fortalecimento das Escolas Municipais". Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações 31 3871-1545.

Rio Casca, 08 de setembro de 2026.

FERNANDA AMORIM BOSEJA DE MORAIS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:57C47B52

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026. AVISO DE ADIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA – MG. PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026. AVISO DE ADIAMENTO. O Município de Rio Casca –MG, torna público para conhecimento dos interessados que **ADIOU** para o **dia 18 de setembro de 2026 às 13:00h**, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de papel A4 e papel fotográfico para a Prefeitura Municipal de Rio Casca - MG. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone do setor de licitações (31) 3924-0010.

Rio Casca, 08 de setembro de 2026.

FERNANDA AMORIM BOSEJA DE MORAIS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:3FDD9287

GABINETE DO PREFEITO
ATOS DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 114/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha da banda, quanto pela justificativa dos preços;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 023/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto a ser contratado: Contratação da empresa R G DE ALMEIDA BRASIL GESTAO DE PROJETOS CULTURAIS E ARTISTICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 28.629.421/0001-03, para realização do show artístico musical com Neto Bellotto e Orquestra Paganini, que acontecerá no dia 12 de setembro de 2026, às 22:00h, na praça Jose Ribeiro da Costa, durante o 22º Festival da Canção de Rio Casca-MG.

Contratado: R G DE ALMEIDA BRASIL GESTAO DE PROJETOS CULTURAIS E ARTISTICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 28.629.421/0001-03
Valor Total: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso II da Lei Federal 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 01 de setembro de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 119/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha da banda, quanto pela justificativa dos preços;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 024/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto a ser contratado: Contratação da empresa Paulo Novaes Produções Musicais LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 41.194.156/0001-38, para realização do show artístico musical com Paulo Novaes, que acontecerá no dia 11 de setembro de 2026, às 22:00h, na praça Jose Ribeiro da Costa, durante o 22º Festival Da Canção.

Contratado: Paulo Novaes Produções Musicais LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 41.194.156/0001-38
Valor Total: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso II da Lei Federal 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 28 de agosto de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 122/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha da banda, quanto pela justificativa dos preços;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;
CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 025/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto a ser contratado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação, mediante a realização de curso sobre Medidas Socioeducativas, destinado à equipe vinculada ao PROFORT-SUAS e aos técnicos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rio Casca/MG.

Contratado: AP ORGANIZAÇÃO PAULISTA EM GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.602.302/0001-04
Valor Total de R$ 10.192,00.
Vigência: 30/09/2026

Fundamento Legal: art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 08 de setembro de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 117/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para fornecimento dos produtos, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 030/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e adequação de poços tubulares profundos nos distritos de Vista Alegre e Jurumirim, Município de Rio Casca/MG.

Contratado: ITAPOÇOS – POÇOS ARTESIANOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.458.040/0001-44
Valor Total: R$ 19.845,02

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 31 de agosto de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 120/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para fornecimento dos produtos, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 031/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Válvula Redutora de Pressão e materiais complementares para ligação da rede de abastecimento de água do Bairro José Dias Mendes no município de Rio Casca /MG.

Contratado: VIA SANEAMENTO COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE TUBOS, CONEXOES E VALVULAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.913.482/0001-02.
Valor Total de R$ 14.222,00.

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 04 de setembro de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:184CAD51

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2026

Objeto: Fornecimento de peças e lubrificantes automotivos diversos, a serem utilizados na manutenção das maquinas e tratores da frota do município, **Recebimento de propostas e documentos:** até 22/09/2026 às 08h. **Início da sessão:** 22/09/2026 às 08h30, no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/. Edital em www.rionovo.mg.gov.br e pelo e-mail licitacao@rionovo.mg.gov.br.

Rio Novo-MG, 08/09/2026.

GISLENE AP. FERREIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:B0B26E87

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 109/2026. Processo nº 066/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: TF COMPANY LTDA. CNPJ nº 44.121.677/0001-53. Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios, a fim de suprir as necessidades do Município de Rio Novo-MG, garantindo o abastecimento dos setores demandantes. Valor Total: R$ 9.985,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 04/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:448E5C36

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 116/2026. Processo nº 066/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: CICCI DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ nº 65.434.585/0001-01. Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios, a fim de suprir as necessidades do Município de Rio Novo-MG, garantindo o abastecimento dos setores demandantes. Valor Total: R$ 17.130,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 04/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:0772B45A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 117/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: IMPERIO PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ nº 57.296.606/0001-33. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 57.931,07. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:8C68EFDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 119/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: SOLUÇÃO EM NEGÓCIOS LTDA. CNPJ nº 21.529.392/0002-31. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 21.282,58. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:5F59E41D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 120/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 120/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: ELETRONICA PONTALTI LTDA. CNPJ nº 57.459.299/0001-64. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 184,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:2073E967

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 121/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 121/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: DAGEAL – COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA. CNPJ nº 07.245.458/0001-50. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 6.564,45. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:DEC91F9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 124/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: GIROPEL DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ nº 03.880.787/0001-11. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 11.779,88. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:D4D78370

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 126/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 126/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: COPY IMPRESS COPIADORA LTDA. CNPJ nº 20.089.441/0001-19. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 73.165,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:93FE2475

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 127/2026. Processo nº 069/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: DONADI COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. CNPJ nº 52.647.847/0001-66. Objeto: fornecimento de materiais de escritório, papelaria e armarinho, para atendimento das demandas operacionais de diversos Setores da Administração do Município de Rio Novo – MG. Valor Total: R$ 1.200,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 08/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:F1F98027

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	192/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**14.430.430 JAVENATE GARCIPE ROSSI JUNIOR**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de ração canina, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 195/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 195/2026 – Pregão Eletrônico nº 050/2026
Prazo	08/09/2026 – 07/09/2027
Valor	R$ 61.100,00
Signatário - Contratante	Kayque Souza Silva - Secretário Municipal de Meio Ambiente
Signatário - Contratado	Javenate Garcipe Rossi Junior – Sócio Administrador

Rio Pomba, 08 de setembro de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:2F1F5EBF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Contrato
Número	159/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**TIAGO HENRIQUE DA FONSECA DUTRA**
Objeto	O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de empresa(s) para prestação(ões) de serviço(s) médico(s) radiologista(s), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Processo nº 203/2026 – Credenciamento nº 008/2026
Prazo	**08/09/2026 – 07/09/2027**
Valor	**R$ 216.588,00**
Dotação Orçamentária	3.3.90.39.00.2.05.02.10.302.011.2.0076
Signatário - Contratante	Rafael Vilela Martins – Secretário Municipal de Saúde
Signatário - Contratado	Antônio Eleutério Costa Pires – Sócio/Administrador

Rio Pomba, 08 de setembro de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:0F1D2D0E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
MUNICIPIO DE RIO POMBA
Prefeitura Municipal de Rio Pomba
Registro de Preços Eletrônico - 195/2026

Resultado da Homologação			
0001 - RACAO SECA PARA CAES ADULTOS - EMBALAGEM COM 20KG COMPOSICAO MiNIMA: FARINHA DE CARNE E OSSOS DE BOVINO; GORDURA DE AVES, MILHO MOiDO; CLORETO DE SODIO; VITAMINAS (A, D3, E, B1, B2, B6, B12), BHT. ESPECIES DOADORAS DE GENE: BACILLUS THURINGIENSIS. NiVEIS DE GARANTIA: UMIDADE: MAXIMO 12%; PROTEiNA BRUTA: MiNIMO 21%; EXTRATO ETEREO: MiNIMO 8%; MATERIA FIBROSA: MAXIMO 5%; MATERIA MINERAL: MAXIMO 11%; CALCIO: MiNIMO 1%; FOSFORO: MiNIMO 0,7%; OMEGA 6: MiNIMO 15G/KG. O PRODUTO DEVERA SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE, DEVIDAMENTE LACRADA, CONTENDO IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, NuMERO DE LOTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. DEVERA POSSUIR REGISTRO E ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. MARCAS DE REFERENCIA: MAGNUS PREMIUM; PEDIGREE; QUATREE; GOLDEN SPECIAL. - PREMIUM - Valor Referência: R$ 103,38			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
14.430.430 JAVENATE GARCIPE ROSSI JUNIOR	94,00	61.100,00	Homologadoem 04/09/2026 09:13:31 Por: Fernando Antônio Dutra Macedo
FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:E4A54A51

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº002/2026, homologado em 26/03/2026, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:

CARGO: PSICOLOGO

5º Aparecida Cristina Dias Pereira

Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Jacqueline Furtado
Código Identificador:C14FF582

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZA EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 224/2026

Autoriza extensão de carga horária de servidora que menciona.

Considerando o previsto no art. 1º da Lei nº 1.806/2022, de 31/01/2022, que altera o Anexo I, da Lei Municipal 1.634/2019, de 30 de outubro de 2019,

Considerando a necessidade de suprir circunstâncias de ordem funcional administrativa para o bom andamento do serviço público municipal,

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso das atribuições legais, atendendo à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a extensão da jornada de trabalho para até 30 horas, respeitando a proporcionalidade no aumento do vencimento, da servidora **DANIELE LEANDRO SILVA**, Matrícula 4760, como Nutricionista, a partir do dia 04/09/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/09/2026.

Rio Pomba, 01 de Setembrode 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal de Rio Pomba/MG

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:6A1CACF0

GABINETE DO PREFEITO
EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 222/2026

Exonera servidora ocupante de cargo de provimento em comissão que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso das atribuições que lhe confere os dispositivos insculpidos no art. 59, I e VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º – Exonerar, a partir desta data, a Sra. JULIANA LILIAN SILVA do cargo em comissão de Chefe de Setor, no Setor de Recepção e Protocolo, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento, Nível de Vencimentos CC-01, constante do Anexo I da Lei Municipal nº 1.468/2014, de 14/03/2014 e alterações, nomeada através da Portaria nº 021/2021, de 04/01/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 01 de Setembro de 2026;
259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:D379015A

GABINETE DO PREFEITO
RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE SERVIDORA QUE MENCIONA.

PORTARIA Nº 221/2026

Rescinde, a pedido, contrato de servidora que menciona.

O Prefeito do Município de Rio Pomba/MG, no uso de suas atribuições que lhe faculta o art. 59 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art.1º – **Proceder, a pedido, a partir do dia 01/09/2026, à rescisão antecipada do contrato administrativo nº 050/2025, com vigência até 14/04/2027, com fulcro no artigo 12, inciso II, da Lei nº 8.745/1993 c/c artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, firmado com VALÉRIA LIMA DA SILVA, como Técnico em Enfermagem, no Centro de Especialidades, nos termos da Lei Municipal nº 2.096/2026, de 20/05/2026.**

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2026.

Registre-se, Publique-se, Arquive-se e Cumpra-se.

Rio Pomba, 28 de Agosto de 2026;

259º da Fundação e 194º da Emancipação

FERNANDO ANTÔNIO DUTRA MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Luis da Silva
Código Identificador:5C360047

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

licitação n.º 070/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026.
AVISO
O Município de Santa Juliana/MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de pessoa jurídica para aquisição de mobiliários administrativos, equipamentos de informática, eletrodomésticos e demais equipamentos e materiais permanentes destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Juliana/MG, conforme Resolução SES nº 11.273, de 29 de maio de 2026. A sessão pública será realizada no dia 22/09/2026, às 08h15min, por meio da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br. O edital estará disponível a partir do dia 08/09/2026, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, podendo também ser solicitado pelo e-mail licitacao@santajuliana.mg.gov.br. Informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (34) 3354-8001 ou pelo e-mail licitacao@santajuliana.mg.gov.br.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:08C778CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N º 071/2026 - Pregão Presencial 025/2026.
AVISO.
O Município de Santa Juliana, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 025/2026, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para locação, sob demanda, de caçambas estacionárias metálicas de 4 m³, incluindo entrega, retirada, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos materiais coletados, inclusive atendimentos na zona rural e no Distrito de Zelândia, sendo que a abertura dos trabalhos da Comissão Julgadora, com recebimento das propostas, dar-se-á no dia 24/09/2026 às 09:00h, na divisão de licitações da Superintendência Municipal de Licitações e Contratos Administrativos. O edital com todas as disposições pertinentes encontra-se a disposição dos interessados na Superintendência Municipal de Licitações.

Prefeitura Municipal de Santa Juliana – MG, 08 de setembro de 2026.

ALEX RODRIGUES DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Alex Rodrigues de Oliveira
Código Identificador:5CB7E40E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MRAIA DE ITABIRA
IDENIZAR

EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR – Processo Administrativo nº 007/2026.
Decisão proferida em 04/09/2026. Espécie: Reconhecimento de Obrigação de Indenizar. **Devedor:** Município de Santa Maria de Itabira/MG. **Credor: LEMAQ LOC COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA**, CNPJ nº **12.929.735/0001-83**. **Objeto:** Reconhecimento da obrigação de indenizar em razão da efetiva **locação, disponibilização, adaptação, instalação e utilização de 01 (um) container**, destinado às ações publicitárias e de comunicação da **38ª Cavalgada de Santa Maria de Itabira**, realizada no período de **01 a 03 de maio de 2026**, em atendimento à **Secretaria Municipal de Comunicação e Relações Institucionais**. **Fundamentação Legal:** conforme parecer jurídico e decisão da autoridade competente, observada a legislação aplicável. **Valor Global: R$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

Santa Maria de Itabira/MG, 08 de setembro de 2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Lage Gonçalves
Código Identificador:DE92FB88

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MRAIA DE ITABIRA
RECONHECIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR – Processo Administrativo nº 006/2026.
Decisão proferida em **04/09/2026**. Espécie: **Reconhecimento de Obrigação de Indenizar**. **Devedor:** Município de Santa Maria de Itabira/MG. **Credor: REVISTA ITABIRA LTDA**, CNPJ nº **71.029.698/0001-16**. **Objeto:** Reconhecimento da obrigação de indenizar em razão da efetiva prestação de serviços de **cobertura da 38ª Cavalgada de Santa Maria de Itabira**, realizada no período de **01 a 03 de maio de 2026**, em atendimento à **Secretaria Municipal de Comunicação e Relações Institucionais**. **Fundamentação Legal:** conforme parecer jurídico e decisão da autoridade competente, observada a legislação aplicável. **Valor Global: R$ 9.000,00 (nove mil reais)**.

Santa Maria de Itabira/MG, 08 de setembro de 2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Lage Gonçalves
Código Identificador:445663AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO JACARÉ

PM SANTANA DO JACARÉ
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO JACARÉ – RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE –Ref.: Processo 059/2026 Inexigibilidade 018/2026 encontra-se de conformidade com a legislação pertinente (art. 74, IV da Lei Federal 14.133/2021), RATIFICO a Inexigibilidade em favor da Empresa THAIS CORREIA SILVA E CIA LTDA, pelos valores unitários constantes no Edital da Chamada Pública para Credenciamento 001/2025. Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santana do Jacaré/MG – Fone (35) 3866-1203, no horário das 13h00min às 16h00min.

Publicado por:
Vitória Laila Ribeiro
Código Identificador:DC65039D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SECRETARIA GERAL
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 08/2026 – TRE/MG
SEI Nº 40-86.2024.6.13.8024

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 08/2026 – TRE/MG

SEI Nº 40-86.2024.6.13.8024

PARTÍCIPES: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS – TRE/MG**, por meio do Cartório Eleitoral da 24ª Zona Eleitoral de Barbacena/MG, e o **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA/MG**, inscrito no CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
OBJETO: Estabelecimento de integração e mútua cooperação entre o TRE/MG e o Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, visando à implementação de atividades relacionadas ao **Programa "Seu Voto Importa – Eleições de 2026"**, especialmente para viabilizar o transporte de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no dia da eleição.
VALOR: O Acordo não acarretará despesas diretas aos partícipes, ressalvadas aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações nele estabelecidas.
VIGÊNCIA: A partir da data de sua publicação até **60 (sessenta) dias após o pleito**.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021; arts. 24, I, e 25, II, do Decreto Federal nº 11.531/2023; Resolução TSE nº 23.753/2026; Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025; e Portaria PRE nº 176/2026.
DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Marcos Alves de Andrade, Juiz Eleitoral da 24ª Zona Eleitoral, pelo TRE/MG; e **Leandro Eduardo Fonseca Paula**, Prefeito Municipal, pelo Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 08 de setembro de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:86B4CFAA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
EXTRATO CONTRATO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG – EXTRATO DO CONTRATO- Torna público o EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2026 Processo Nº 039/2025 Credenciamento Nº 001/2025. Objeto: **"CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA E SERVIÇOS GERAIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA".** Contratante: Prefeitura Municipal Santa Rosa da Serra – MG, CONTRATO Nº 081/2026, Contratada: **DANIEL FERNANDO CARLOS** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 68.908.824/0001-06. Prazo de vigência: 08/09/2026 à 10/02/2027.

KÉSIA HELENA SILVA GABRIEL-
Presidente da Comissão.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:2DDA6D19

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL

PARTES: Município de SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG
EMPRESA: SAMUEL DAVID SANTOS GUIMARAES

OBJETO DO CONTRATO:CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL OU EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLÃO, COM FOCO EM INICIAÇÃO MUSICAL, DESTINADAS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS DA COMUNIDADE LOCAL, EM LOCAIS DETERMINADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG.

CONTRATO Nº 68/2025.
Data do Contrato: **31/07/2025**

Data do 1º Termo do Aditivo: 31 de dezembro de 2025. Vigorando até 31 de dezembro de 2026.

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 16 de dezembro de 2025.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:329CB25A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL

PARTES: Município de SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG
EMPRESA: LUCIANE RENATA COELHO

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINEIROS PARA ATUAREM COMO FACILITADORES NO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SÓCIO EDUCATIVAS VISANDO O ESTIMULO E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EM ATENDIMENTO À DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIAPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITACIONAL DO MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG.

CONTRATO Nº 46//2025.
Data do Contrato: **03/07/2025**

Data do 1º Termo do Aditivo: 17 de julho de 2026. Vigorando até 17 de julho de 2027.

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 17 de julho de 2026.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:98FCC942

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 58/2026 PROCESSO Nº 182/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 58/2026
Processo nº 182/2026
Objeto: Contratação de empresa para realização de show artístico para preservação e promoção da cultura local, a realizar-se no dia 28/09/2026 com a Cantora Thayná Vasconcelos em atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Contratante: Prefeitura Municipal de Santos Dumont
Contratada: Thayná de Souza Vasconcelos 13501347677 – CNPJ - 30.853.827/0001-09

Contrato Nº 182/2026
Valor global: R$20.000,00
Vigência: 30 dias a contar da data de assinatura04/09/2026
Ratificado em 04 de Setembro de 2026
Fundamento legal: Art. 74 inciso II da Lei Nº 14.133/2021

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:4D506250

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO EDITAL CREDENCIAMENTO 06/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026.
O Município de Sericita/MG, torna público a realização do CREDENCIAMENTO Nº 06/2026. Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de transporte de passageiros em veículo de aluguel (taxi), para atender demandas dos diversos setores da Administração Pública Municipal de Sericita/MG. Período de credenciamento: de 09/09/2026 até às 8:00 horas do dia 23/09/2026. Edital disponível junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; junto ao Sítio Oficial da Prefeitura de Sericita/MG (https://www.sericita.mg.gov.br) e junto à Plataforma Eletrônica Licitar Digital (www.licitar.digital). Informações/esclarecimentos através do endereço eletrônico: licitacao@sericita.mg.gov.br.

CLAUDILÉA APARECIDA SAMPAIO QUEIROZ,
Comissão de Contratação.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:059A4A9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa 27.994.641 IRAILDE MENDES PEREIRA OLIVEIRA inscrita no CNPJ sob o nº 27.994.641/0001-65, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITEM:

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN
1	30134	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS . DE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW CULTURAL, NO ÂMBITO DO PROJETO TURISMO CULTURAL E GASTRONÔMICO, COMPREENDENDO A) FORNECIMENTO DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA (CANTOR, DUPLA OU BANDA) B) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE SOM COMPATÍVEL COM O EVENTO C) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO D) ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO EVENTO.	R$ 3.030,30	33	SERV

Serranópolis de Minas/MG, 03 de Setembro de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:9AAC44A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 004/2026

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto da Concorrência Eletrônica nº 004/2026, em favor da empresa conforme valor abaixo:
A adjudicação e homologação do presente processo é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.
EMPRESA VENCEDORA: CARVALHO EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ: 40.673.326/0001-02 – VALOR: R$ 155.000,00 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL REAIS).
A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, termo de referência e no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no DOU e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Serranópolis de Minas/MG, 28 de agosto de 2026.

MAX VINICIUS AGUIAR MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B3F1B822

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 038/2026
CREDENCIAMENTO 005/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

27.994.641 IRAILDE MENDES PEREIRA OLIVEIRA
CNPJ: 27.994.641/0001-65

ITENS: 1,2,3,4.

Cujo objeto é a credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais, artistas, músicos, cantores, duplas, grupos musicais e bandas locais, para a prestação eventual de serviços de apresentações artísticas e musicais de pequeno porte, destinadas ao atendimento da programação cultural, turística, comemorativa, institucional e de interesse público promovida ou apoiada pelo Município de Serranópolis de Minas/MG.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 03 de Setembro de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:5A49D543

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO 042/2026
CREDENCIAMENTO 006/2026

O Município de Serranópolis de Minas/MG – torna pública – o CREDENCIAMENTO da seguinte EMPRESA:

27.994.641 IRAILDE MENDES PEREIRA OLIVEIRA
CNPJ: 27.994.641/0001-65

ITENS: 01.

Cujo objeto é a Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de shows e apresentações artísticas de pequeno porte, compreendendo o fornecimento de atração, sistema de som, iluminação e toda a logística necessária, para atender às demandas do projeto "Turismo Cultural e Gastronômico" do Município de Serranópolis de Minas/MG.

Informações pelo telefone: 38 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br

Serranópolis de Minas/MG, 03 de Setembro de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:E651C335

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 023/2022

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 023/2022

CONTRATO Nº 023/2022, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 023/2022**, **DISPENSA Nº 016/2022,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa **ALCIDES BARBOSA NETO SANTOS 07812675602,** inscrita no CNPJ sob o nº 43.699.092/0001-52**.**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA NA ESCOLA MOACIR FERNANDES CANGUSSÚ.

Torna público o **QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 023/2022, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA E SALDO R$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS).**
VALIDADE: ATÉ 08/09/2027.

Serranópolis de Minas /MG, 01 de Setembro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Presidente de Comissão

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:9AB9B744

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 055/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 055/2025

CONTRATO Nº 055/2025, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 045/2025**, **DISPENSA Nº 015/2025,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa **ALCIDES BARBOSA NETO SANTOS 07812675602,** inscrita no CNPJ sob o nº 43.699.092/0001-52**.**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de fornecimento de internet banda larga, de forma contínua, com velocidade mínima de 200 Mbps de download e 100 Mbps de upload, incluindo instalação, ativação, manutenção corretiva e suporte técnico, com vistas a atender às necessidades da Escola Municipal Olinto Ferraz de Freitas, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Município de Serranópolis de Minas/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Torna público o **PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 055/2025, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA E SALDO R$ 240,00 (DUZENTOS E QUARENTA REAIS).**
VALIDADE: ATÉ 21/10/2026.

Serranópolis de Minas /MG, 13 de Agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:A88F3F9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 131/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 038/2026
CREDENCIAMENTO 005/2026
OBJETO: credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais, artistas, músicos, cantores, duplas, grupos musicais e bandas locais, para a prestação eventual de serviços de apresentações artísticas e musicais de pequeno porte, destinadas ao atendimento da programação cultural, turística, comemorativa, institucional e de interesse público promovida ou apoiada pelo Município de Serranópolis de Minas/MG.
EMPRESA CREDENCIADA: 27.994.641 IRAILDE MENDES PEREIRA OLIVEIRA– CNPJ: 27.994.641/0001-65.

Serranópolis de Minas/MG, 08 de Setembro de 2026.

MAICON DOUGLAS DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:A08BD2E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2026

CONTRATO Nº 130/2026, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 047/2026**, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa **CARVALHO EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 40.673.326/0001-02**.**

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA

DA USINA DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM - UTC, LOCALIZADA NO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de **R$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais).**
Torna público o **CONTRATO Nº 130/2026.**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Serranópolis de Minas /MG, 28 de agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:94A1CB35

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 132/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO/TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 132/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 042/2026
CREDENCIAMENTO 006/2026
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de shows e apresentações artísticas de pequeno porte, compreendendo o fornecimento de atração, sistema de som, iluminação e toda a logística necessária, para atender às demandas do projeto "Turismo Cultural e Gastronômico" do Município de Serranópolis de Minas/MG.
EMPRESA CREDENCIADA: 27.994.641 IRAILDE MENDES PEREIRA OLIVEIRA – CNPJ: 27.994.641/0001-65.
ITEM:

SEQ	ITEM	DESCRIO DO ITEM	VALOR UN	QUANT	UN
1	30134	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS . DE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW CULTURAL, NO ÂMBITO DO PROJETO TURISMO CULTURAL E GASTRONÔMICO, COMPREENDENDO A) FORNECIMENTO DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA (CANTOR, DUPLA OU BANDA) B) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE SOM COMPATÍVEL COM O EVENTO C) FORNECIMENTO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO D) ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO EVENTO.	R$ 3.030,30	33	SERV

Serranópolis de Minas/MG, 09 de Setembro de 2026.

MAICON DOUGLAS DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:C4320AA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DOS TERMOS DE CREDENCIAMENTO - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO / TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO / TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 064/2025, Nº 065/2025, Nº 066/2025, Nº 067/2025, Nº 068/2025, Nº 069/2025, Nº 070/2025, Nº 071/2025, Nº 072/2025, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025, **MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e as Empresas **ADRIANO MENDES AGUIAR,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.779.466/0001-84, **AGRIPORT IRRIGAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 21.383.582/0001-02, **ALVES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 19.451.619/0001-40, **CSI EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 40.289.932/0001-10, **ELECTRON ENGENHARIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 48.235.711/0001-71, **MADEIREIRA TOLENTINO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.474.074/0001-34**, MARLON GLEICO MENDES TEIXEIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.939.988/0001-06, **SANTOS E LACERDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** , inscrita no CNPJ sob o nº 07.858.537/0001-36, **UNILAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.208.052/0001-71 **- Objeto:** CREDENCIAMENTO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS E PINTURA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SERRANÓPOLIS DE MINAS, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).
Torna público o **PRIMEIRO CONTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 064/2025, Nº 065/2025, Nº 066/2025, Nº 067/2025, Nº 068/2025, Nº 069/2025, Nº 070/2025, Nº 071/2025, Nº 072/2025, VALIDADE ATÉ 09/03/2027.**

Serranópolis de Minas /MG, 01 de Setembro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:42657C0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 063/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 049/2025
MODALIDADE: ADESÃO Nº 005/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 063/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 049/2025
MODALIDADE: ADESÃO Nº 005/2025

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **ALLIANÇA CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 14.137.015/0001-00**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8249.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Obras Públicas e Transportes**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:
09.01.26.782.9009.1915.3449039000000.17550000 – 8249 - IMOBIL.DE DOM PUBL. E PAT.EST.VICINAIS - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Para o **CONTRATO Nº 063/2025**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 049/2025, MODALIDADE** ADESÃO **A ATA DE REGISTRO POR PREÇO Nº 005/2025.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:94A3EA6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 066/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃÕ Nº 004/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 066/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃÕ Nº 004/2025

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **ALVES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 19.451.619/0001-40**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8154.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

08.01.18.542.8005.2810.3339030000000.15000000 – 8154 - MANUT. DAS ATIVIDADES – RESÍDUOS -
Material de Consumo.

Para o **CONTRATO Nº 066/2025**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025**, **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃÕ Nº 004/2025.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:E2FB6EE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 072/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 072/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **UNILAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 05.208.052/0001-71**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8187**.
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

09.01.26.782.9009.1915.3449030000000.15000000 – 8187 - IMOBIL.DE DOM PUBL. E PAT.EST.VICINAIS - Material de Consumo.

Para o **CONTRATO Nº 072/2025**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025**, **CREDENCIAMENTO Nº 004/2025.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:63CC001D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 100/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 063/2025
MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 100/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 063/2025

MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **PROJEMINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 25.372.472/0001-04**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 921.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Cultura, Turismo, Desenvolvimento Econômico**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

11.02.13.392.1102.2114.3339039000000.17100000 – 921 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

para o **CONTRATO Nº 100/2025**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 063/2025, MODALIDADE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:D076C134

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 118/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 085/2023
MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 118/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 085/2023
MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2023

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **GARRASEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA ,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 32.390.492/0001-65**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 921.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Saúde**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

11.02.13.392.1102.2114.3339039000000.17100000 – 921 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

para o **CONTRATO Nº 118/2023**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 085/2023, MODALIDADE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2023.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:00985029

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 167/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 116/2023
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 167/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 116/2023
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2023

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **RESFRIAR LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° **44.866.260/0001-10,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8196.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Administração**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

08.01.20.606.8002.1803.3449052000000.27010000 – 8196 - MOBIL.DE DOM PUBL. E PATRIM. DA AGRIC - Equipamentos e Material Permanente.

Para o **CONTRATO Nº 167/2023**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 116/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2023.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:D458DFE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 85/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 037/2026
MODALIDADE: ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 85/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 037/2026
MODALIDADE: ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **IPE ILUMINAÇÃO E ELETRIFICAÇÃO EIRELI - EPP,** inscrita no **CNPJ** sob o **N° 18.709.903/0001-01,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 784.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

09.01.15.452.9002.1903.3449051000000.17540000 – 784 - IMOBIL.DE DOM PUBL. E PATRIM.SERV.URBANO - Obras e Instalações.

Para o **CONTRATO Nº 085/2026**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 037/2026, MODALIDADE: ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B61D4B7E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PORTARIA PMT N.º 127, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia Gestor e Fiscal dos Contratos de nº 323/2024 e 340/2024 referente ao processo administrativo n° 134/2024, Concorrência nº 004/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de revitalização e construção do muro em gabião e guarda-corpo, revitalização e construção no Terminal Rodoviário no município de Tiradentes/MG e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIRADENTES - ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o art. 4° do Decreto Municipal de n° 4.151 de 22 de Março de 2023;
CONSIDERANDO o artigo 7° da Lei n.º 14.133/2021.
CONSIDERANDO o acompanhamento e fiscalização dos Contratos de **nº 323/2024 e 340/2024**, referente ao **Processo Administrativo nº 134/2024, Concorrência nº 004/2024**, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para execução de serviços de revitalização e construção do muro em gabião e guarda-corpo, revitalização e construção no Terminal Rodoviário no município de Tiradentes/MG.**
RESOLVE:
Art. 1º. Fica nomeada a Sra. **Gabriela Rodrigues Rosa**, servidora comissionada, superintendente de Turismo, para **Gestora do contrato**.
Art. 2º. Fica nomeado o Sr **Julio Cesar do Nascimento**, servidor efetivo, auxiliar administrativo II, para ocupar o cargo de **Fiscal do contrato**.
Art. 3º. Fica nomeado o Sr. **Michel José Augusto de Castro**, servidor efetivo, Engenheiro Civil, para **Engenheiro Fiscal**.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tiradentes - MG, 02 de setembro de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
Prefeito do Município de Tiradentes - MG (PSDB).

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:136B62FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PORTARIA PMT N.º 128, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia de Gestor de Parceria celebrada com Organização da Sociedade Civil e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tiradentes no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e, em cumprimento ao inciso VI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
RESOLVE:

Art.1º Nomear o Sr. Luiz José da Fonseca, ocupante do cargo de Superidentente de Esporte e Lazer, como Gestor das parcerias firmadas entre o Município e Organizações da Sociedade Civil, no âmbito da Superintendência de Esporte e Lazer.
Parágrafo único. Os efeitos desta Portaria se estenderão aos termos aditivos das parcerias mencionadas neste artigo, caso estes sejam firmados.
Art. 2º São obrigações do Gestor de Parceria:
I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II. Avaliar o andamento e concluir se objeto da parceria foi executado conforme pactuado;
III. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
IV. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:
a) a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
b) a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
c) os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
d) quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
e) a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
f) análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
V. Informar ao Prefeito Municipal a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
VI. Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº2.467 de 20 de março de 2017.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tiradentes, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:EBEA381C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA. REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 032/2026

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA.
REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 032/2026
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo tipo ônibus escolar rural. DECISÃO: O Prefeito Municipal de Tombos/MG, com fundamento no art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, REVOGA o Processo Licitatório n.º 032/2026, por razões de conveniência e oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado nos autos, consistente na reavaliação das condições técnicas e econômicas da contratação, que alterou o juízo administrativo quanto à conveniência da continuidade do procedimento. Determina-se o cancelamento da sessão pública designada para 14/09/2026.
Tombos, 08 de setembro de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:43E2C06D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS
O MUNICÍPIO DE TOMBOS – TORNA PÚBLICO A AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 18/2026 - DISPENSA N.º 18/2026.

O MUNICÍPIO DE TOMBOS – Torna público a Autorização de Dispensa de Licitação - PROCESSO n.º 18/2026 - DISPENSA n.º 18/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicação em jornal, em atendimento às necessidades da Secretaria De Administração e Fazenda para setor de Licitações. Empresa Vencedora VIP PUBLICIDADE LEGAL E SERVICOS LTDA, CNPJ 33.501.070/0001-82, valor: R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).

Tombos – MG, 08 de setembro de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isabella Mizael Cassin
Código Identificador:BFFE4BC3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Primeiro Termo Aditivo de Prazo e valor ao Contrato nº 072/2025, oriundo do Processo Licitatório 170/2025, INEXIGIBILIDADE 012/2025 **Locação de um imóvel, com área total de terreno correspondente a 2.001,32 m², contendo um galpão medindo 12x20mt, com área total de 240m², dispondo de estrutura essencial como energia elétrica, abastecimento de água potável, coleta de resíduos sólidos, câmeras de segurança e demais serviços básicos, indicado pelas coordenadas geográficas 20° 21' 28.89'' S, 42° 44' 38.56'' W, localizado na Rua Mário Gardini, s/n, Bairro Manoel Mayrink Neto para armazenamento de máquinas e implementos agrícolas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado **:** pessoa física **SR. LEONARDO PEREIRA GIARDINI**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Fisicas – CPF sob o nº 494.584.856.-49**.** Signatários: pelo Contratante: **SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE**, pelo Contratado **SR. LEONARDO PEREIRA GIARDINI**.

Prefeitura de Urucânia/MG, 08 de Setembro 2026.

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:BA3C1B91

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 010/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 036/2026 - A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, torna público o Edital para o credenciamento, nos termos do art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, para pessoas físicas e pessoas jurídicas legalmente habilitadas para a prestação de serviços técnicos

especializados nas áreas de engenharia civil, arquitetura e urbanismo, engenharia ambiental, avaliações e perícias técnicas, bem como serviços relacionados ao mercado imobiliário, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal. Os serviços compreenderão, conforme a demanda das Secretarias Municipais, a elaboração de projetos, estudos técnicos, levantamentos, laudos, pareceres, consultorias, licenciamentos, fiscalizações, avaliações e demais atividades correlatas necessárias ao planejamento, execução, acompanhamento, regularização e gestão de obras, empreendimentos, patrimônio público, recursos ambientais e outras ações de interesse do Município.**Recebimento de proposta: a partir do dia: 08/09/2026, no horário das 08 às 16 horas, no Setor de Licitações**, os interessados poderão entregar os documentos (em envelope lacrado) no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco, sediado à Praça Vinte e oito de Setembro, s/n, Centro. Cópia do edital retificado já se encontra disponível para os interessados, pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações: à Praça 28 de Setembro, Centro, e-mail: licitacaopmvrb@gmail.com ou Tel (32) 99840-2345 ou (32) 3551-8858. 08 de setembro de 2026.**(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Agente de Contratação.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:7DE3F6E9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 050/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2026 – A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através de sua Pregoeira, torna público a **LICITAÇÃO DESERTA** por não aparecer nenhuma empresa credenciada e habilitada para participação, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, que visava manutenção preventiva e corretiva e rebobinamento de transformadores no Parque de Exposições Mário Bouchardet, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e recursos necessários.

Visconde do Rio Branco, 08 de setembro de 2026.

(Ass.) Jordana Teixeira da Luz –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:9F4BD8EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO

TERMO DE PRORROGAÇÃO 03 AO CONTRATO N° 139/2023 - PROCESSO Nº 148/2023 – PREGÃO N° 040/2023 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: RADIO CULTURA RIO BRANCO LTDA - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o prazo de validade do Contrato nº **139/2023**, cujo objeto é Prestação de serviço para a realização de cinco programas de rádio por semana (segunda a sexta – feira), durante 12 meses, todos com duração de 30 minutos com a disponibilização e coordenação de um locutor de rádio, com no mínimo 02 microfones concomitantes, em emissora de rádio com abrangência em todo o município. **Data: 02/07/2026 - Vigência: 02/07/2027.**

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:B9EFDC22

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE
MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO-MG AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO – EXTRATO DO EDITAL Nº 03/2026

A Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco-MG, **TORNA PÚBLICO** que se encontra aberto o **Chamamento Público nº 03/2026**, destinado à **seleção de empresas para utilização temporária de espaços destinados à exposição empresarial durante a ExpoAgro 2026**, a ser realizada no período de **25 a 27 de setembro de 2026**. As inscrições serão realizadas no período de **09/09/2026 a 21/09/2026**, na **Casa do Empreendedor**, situada na Praça 28 de Setembro, s/n, Centro, Visconde do Rio Branco/MG, no horário de **08h às 16h**. O Edital, em seu inteiro teor, encontra-se à disposição dos interessados no site oficial do Município, pelo endereço:**www.viscondedoriobranco.mg.gov.br**, bem como na página de Chamamentos Públicos:**https://www.viscondedoriobranco.mg.gov.br/chamamento.php?getLink=43.**

Visconde do Rio Branco-MG, 08 de setembro de 2026.

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Giovani Blasi Martino Lanna
Código Identificador:009E1439

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNIIPAL DE SÃO TIAGO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO CONTRATO 093/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO/MG – EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 093/2025 – Proc. 094/2025 – Adesão 005/2025. Contratante: Município de São Tiago, CNPJ: 17.749.904/0001-17 – Contratada: MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA, CNPJ nº 57.673.277/0001-00. Obj. Prorrogação do prazo de vigência do Contrato 093/2025, pelo período de 29/08/2026 até 31/12/2026. Fund. Legal: Art. 107da Lei 14.133/2021.

São Tiago/MG, 08/09/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:3E890396

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
PUBLICAÇÃO DA PORTARIA SEMASA/CGA 118/2026

O SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura de Carangola/MG**,** no uso de suas atribuições legais, **PUBLICA**, para conhecimento e produção dos efeitos legais, a PORTARIA SEMASA/CGA nº 118/2026**,** de 27 de agosto de 2026**,** que dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD**.**

Carangola- MG,08 de setembro de 2.026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES –
Diretor Geral SEMASA/CGA.

Publicado por:
Renata Izidoro Lima Heinisch
Código Identificador:4006CB19

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
PUBLICAÇÃO DA PORTARIA SEMASA/CGA 119/2026

O SEMASA – Serviço Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura de Carangola/MG**,** no uso de suas atribuições legais, **PUBLICA**, para conhecimento e produção dos efeitos legais, a

PORTARIA SEMASA/CGA nº 119/2026**,** de 31 de agosto de 2026**,** que dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD**.**

Carangola- MG,08 de setembro de 2.026.

***VITOR HUGO COSENZA NEVES* –**
Diretor Geral SEMASA/CGA.

Publicado por:
Renata Izidoro Lima Heinisch
Código Identificador:D79A9573

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO INEXIGIBILIDADE N° 022/2026

Fica a empresa CEAP – CENTRO DE ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, endereço Rua Osvaldo Rodrigues Cabral, nº 1570, bairro Centro - Florianópolis/SC, CEP 88.015-710, CNPJ 13.891.611/0001-19, autorizada a fornecer os seguintes produtos, autorizada a fornecer o seguinte serviço:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
01	Inscrição no curso presencial "COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA NA ERA DIGITAL: REDES SOCIAIS, PUBLICIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA", a ser realizado de15 a 18 de setembro de 2026, com carga horária total de 18 horas, na cidade de Belo Horizonte/MG.	Inscrição	01	R$ 1.990,00	R$ 1.990,00

Caetanópolis, 08 de setembro de 2026.

PEDRO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Mariane Beatriz Dos Santos
Código Identificador:98C689DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

CÂMARA DE MATIAS BARBOSA
RESULTADO - PROCESSO 20/2026 - DISPENSA SRP 19/2026 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS E ELÉTRICOS

RESULTADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 19/2026

A Câmara Municipal de Matias Barbosa - MG, através de sua Agente de Contratação, torna público o resultado do Processo Administrativo nº 20/2026, Dispensa de Licitação para Registro de Preços Nº 19/2026 para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, sanitários e elétricos destinados a pequenos reparos e à reposição de estoque do almoxarifado da Câmara Municipal de Matias Barbosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Foram vencedoras a empresas as empresas D & E Materiais de Construção Ltda., inscrita sob o CNPJ: 09.016.789/000143, situada na Rua Tiradentes, nº 10 – Centro, Matias Barbosa - MG, com o valor de R$ 9.575,40 (nove mil quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos) e a empresa MHS Materiais de Construção Ltda., inscrita sob CNPJ nº11.973.670/0001-00, situada na Avenida Cardoso Saraiva, nº 606 – Centro, Matias Barbosa - MG, com o valor total de R$ 16.792,40 (dezesseis mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). O valor total do processo foi de R$ 26.367,80 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

D & E Materiais de Construção Ltda.				**CNPJ nº** 09.016.789/000143		
Item	**Descrição**	**Und**	**Qtd**	**Marca**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
07	Anel de vedação com guia	**Und**	**30**	**THOMPISON**	**R$ 8,50**	**R$ 255,00**
09	Bloco de Iluminação de Emergência, 3000 Lumens – Autonomia maior de 2 horas, 120° ângulo abertura, farol retrátil, Bateria de Lítio 14,8 V 2000 mAh, 2 faróis × 70 LEDsautobrilho, 2 faróis × 11,5 W, 6500K	**Und**	**08**	**LUXPRIME**	**R$ 280,00**	**R$ 2.240,00**
10	Boia para caixa d'água ½	**Und**	**04**	**AMANCO**	**R$ 14,30**	**R$ 57,20**
11	Bucha fixação plástica nº08	**Und**	**30**	**TRIFIX**	**R$ 0,10**	**R$ 3,00**
12	Caixa d'água 1000 L	**Und**	**01**	**FORTLEV**	**R$ 499,90**	**R$ 499,90**
14	Chuveiro Elétrico 3 temperaturas 220 V (3200W até 6000W)	**Und**	**03**	**SINTEX**	**R$ 69,90**	**R$ 209,70**
13	Cola PVC 75 gramas	**Und**	**05**	**PLASTUBOS**	**R$ 7,50**	**R$ 37,50**
15	Disjuntor 20A monopolar monofásico termomagnético (padrão NEMA)	**Und**	**03**	**GE**	**R$ 29,90**	**R$ 89,70**
16	Engate Flexível 40 cm metal	**Und**	**10**	**ULTRA**	**R$ 17,98**	**R$ 179,80**
21	Interruptor simples 4x2 branco	**Und**	**10**	**TRAMONTINA**	**R$ 9,75**	**R$ 97,50**
32	Joelho 90 40 mm PVC esgoto	**Und**	**06**	**PLASTUBOS**	**R$ 1,35**	**R$ 8,10**
33	Joelho 90 75 mm PVC esgoto	**Und**	**04**	**PLASTUBOS**	**R$ 5,90**	**R$ 23,60**
34	Lâmpada de emergência autônoma 30 Leds	**Und**	**30**	**EMPALUX**	**R$ 18,98**	**R$ 569,40**
36	Lâmpada de Led Tub T8, Temperatura6500K (branca)bivolt, Potência igual ou maior que 8W (Dimensão: 602 mm comprimento)	**Und**	**50**	**TECHLUX**	**R$ 10,90**	**R$ 545,00**
37	Lâmpada Led 6500k de rosca 20W E27 BIVOLT	**Und**	**20**	**TECHLUX**	**R$ 9,50**	**R$ 190,00**
45	Refletor de Led 100W bivolt IP66 externo prova d'água branco frio	**Und**	**15**	**OYTRON**	**R$ 37,90**	**R$ 568,50**
46	Refletor de Led 50W bivolt IP66 externo prova d'água branco frio	**Und**	**20**	**TECHLUX**	**R$ 25,90**	**R$ 518,00**
47	Refletor led RGB 400W – a prova d'água bivolt	**Und**	**10**	**OYTRON**	**R$ 138,00**	**R$ 1.380,00**
48	Rejunte branco	**Kg**	**10**	**FASSA**	**R$ 9,90**	**R$ 99,00**
51	Sensor de presença redondo fotocélula interruptor lâmpada 1200W sobrepor	**Und**	**10**	**QUALITROMIX**	**R$ 26,90**	**R$ 269,00**

52	Sifão universal branco plástico	**Und**	**30**	**KRONA**	**R$ 7,90**	**R$ 237,00**
57	Torneira cozinha mesa pia móvel (flexível) 2050 C69 color preta	**Und**	**02**	**METALPLAS**	**R$ 110,00**	**R$ 220,00**
58	Torneira Link Cromada 451/4V baixa para lavatório (1197)	**Und**	**10**	**METALPLAS**	**R$ 110,00**	**R$ 1.100,00**
62	Trinco Ferrolho para porta banheiro com parafuso	**Und**	**15**	**ROCHA**	**R$ 11,90**	**R$ 178,50**
Valor Total				**R$ 9.575,40**		

MHS Materiais de Construção Ltda				**CNPJ nº 11.973.670/0001-00**		
Item	**Descrição**	**Und**	**Qtd**	**Marca**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Abraçadeira tipo U 1 ½	**Und**	**04**	**INCA**	**R$ 2,00**	**R$ 8,00**
02	Abraçadeira U ½	**Und**	**06**	**INCA**	**R$ 0,90**	**R$ 5,40**
03	Acabamento para registro C44 Cromado	**Und**	**25**	**ULTRA**	**R$ 35,90**	**R$ 897,50**
04	Acabamento para registro (ref. DECA ou similar)	**Und**	**25**	**ULTRA**	**R$ 65,90**	**R$ 1.647,50**
05	Adaptador de Tomada 20A 3 Pinos para 2 Pinos Redondo Universal Bob	**Und**	**30**	**ORIGINAL**	**R$ 4,90**	**R$ 147,00**
06	Adaptador De Tomada Padrão Novo E Antigo Universal 10 E 20A	**Und**	**10**	**ORIGINAL**	**R$ 4,90**	**R$ 49,00**
08	Assento almofadado básico branco	**Und**	**20**	**HERC**	**R$ 59,00**	**R$ 1.180,00**
13	Canaleta 2 divisórias para cabos com fita dupla face branca 2 metros	**Und**	**20**	**ILUMI**	**R$ 10,00**	**R$ 200,00**
15	Cola PU 40 branca 400g	**Und**	**02**	**UNIPEGA**	**R$ 16,50**	**R$ 33,00**
17	Conjunto kit mecanismo completo (vaso sanitário) caixa acoplada	**Und**	**15**	**HERC**	**R$ 119,00**	**R$ 1.785,00**
20	Engate Flexível 40 cm PVC	**Und**	**30**	**KRONA**	**R$ 7,00**	**R$ 210,00**
21	Engate Flexível 50 cm PVC	**Und**	**30**	**KRONA**	**R$ 8,00**	**R$ 240,00**
22	Extensão Elétrica 10A 1,5 Metro 3 Pinos	**Und**	**30**	**ILUMI**	**R$ 22,00**	**R$ 660,00**
23	Fechadura indicadora de privacidade inox para banheiro	**Und**	**20**	**GENERIC**	**R$ 84,55**	**R$ 1.691,00**
24	Fita Isolante 20 m	**Und**	**16**	**FOXLUX**	**R$ 8,00**	**R$ 128,00**
25	Flange 50 mm	**Und**	**02**	**KRONA**	**R$ 27,00**	**R$ 54,00**
26	Globo redondo vidro transparente para poste externo 15x30 cm com colar	**Und**	**20**	**CHERUTI**	**R$ 129,00**	**R$ 2.580,00**
27	Grelha inox com caixilho 15 x 15 cm	**Und**	**10**	**ULTRA**	**R$ 15,90**	**R$ 159,00**
29	Interruptor Simples de Sobrepor 16A	**Und**	**10**	**ILUMI**	**R$ 5,50**	**R$ 55,00**
30	Joelho 90 20 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**KRONA**	**R$ 0,55**	**R$ 3,30**
31	Joelho 90 25 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**KRONA**	**R$ 0,80**	**R$ 4,80**
35	Lâmpada de Led Tub T8, Temperatura6500K (branca)bivolt, Potência igual ou maior que 16W (Dimensão 1212 mm comprimento)	**Und**	**150**	**TECHLUZ**	**R$ 11,90**	**R$ 1.785,00**
38	Luva 20 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**KRONA**	**R$ 0,70**	**R$ 4,20**
39	Luva 25 mm PVC soldável	**Und**	**06**	**KRONA**	**R$ 0,90**	**R$ 5,40**
40	Massa Plástica branca 400gr	**Und**	**02**	**IBERE**	**R$ 18,00**	**R$ 36,00**
41	Obturador para caixa acoplada com corrente	**Und**	**30**	**ASTRA**	**R$ 24,90**	**R$ 747,00**
42	Obturador para caixa acoplada sem corrente	**Und**	**30**	**ASTRA**	**R$ 14,50**	**R$ 435,00**
43	Parafuso p/ vaso bucha 12 mm (par)	**Und**	**30**	**IMPER**	**R$ 10,00**	**R$ 300,00**
44	Parafuso Phillips 4.0 x 50 mm	**Und**	**30**	**JOMARCA**	**R$ 0,35**	**R$ 10,50**
49	Reparo válvula descarga (ref. DOCOL ou similar)	**Und**	**03**	**BLUKIT**	**R$ 94,00**	**R$ 282,00**
50	Resistência para chuveiro elétrico 220V (3200W até 6000W)	**Und**	**10**	**PRATIMIX**	**R$ 39,00**	**R$ 390,00**
53	Sifão universal Duplo	**Und**	**03**	**KRONA**	**R$ 17,90**	**R$ 53,70**
54	Spot lâmpada quadrado 12w branco quente bivolt	**Und**	**20**	**AVANT**	**R$ 12,00**	**R$ 240,00**
55	Te soldável 20 mm com rosca para torneira de jardim	**Und**	**03**	**KRONA**	**R$ 8,90**	**R$ 26,70**
56	Tomada Externa 20A para canaleta	**Und**	**20**	**ILUMI**	**R$ 12,00**	**R$ 24,00**
59	Torneira para jardim ½ metal cromada	**Und**	**04**	**ULTRA**	**R$ 19,00**	**R$ 76,00**
60	Torneira para jardim ½ PVC	**Und**	**04**	**HERC**	**R$ 4,30**	**R$ 17,20**
61	Torneira Pia 18 cm com bico cromada	**Und**	**04**	**ULTRA**	**R$ 78,00**	**R$ 312,00**
63	Tubo esgoto PVC 40 MM6 metros	**Und**	**01**	**FORTLEV**	**R$ 45,00**	**R$ 45,00**
64	Tubo soldável 50MM 6 metros	**Und**	**01**	**FORTLEV**	**R$ 100,00**	**R$ 100,00**
65	Tubo Soldável PVC 20 MM6 metros	**Und**	**01**	**FORTLEV**	**R$ 22,50**	**R$ 22,50**
66	Tubo Soldável PVC 25 MM 6 metros	**Und**	**01**	**FORTLEV**	**R$ 26,90**	**R$ 26,90**
67	Válvula americana (1623)	**Und**	**02**	**ULTRA**	**R$ 25,90**	**R$ 51,80**
68	Veda rosca 18x50 metros	**Und**	**08**	**POLYFITA**	**R$ 8,00**	**R$ 64,00**
Valor Total					**R$ 16.792,40**	

Matias Barbosa, 08 de setembro de 2026.

DANIELA ROCHA PITTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Rocha Pitta
Código Identificador:8C9365CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA Nº200/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL NO CONTRATO CELEBRADO PELO IPREM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE.

O DIRETOR PRESIDENTE DO IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos II, IX e XXII do artigo 73 da Lei 4643/07, expede a seguinte

PORTARIA

Art. 1º. Designa, para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 02/2026,os servidores relacionados abaixo:

CONTRATO	**OBJETO**	**EMPRESA/CNPJ**	**TITULAR**	**SUPLENTE**
02/2026	Licenças para plataforma de computação na nuvem com e-mail corporativo, armazenamento online	37.221.415 THAMYRES GRINYS DE MOURA BARBOSA, inscrita no CNPJ sob o nº	Rodrigo Souza Camargo Matricula:810123	Patrícia Aparecida Andrade Matricula: 14300-5

	seguro, agenda, chamadas de vídeo, editor de texto e planilhas, denominado Google Workspace Business Standard incluindo suporte técnico remoto, migração de dados e treinamento para administração da solução para o IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – MG.	37.221.415/0001-03		

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria entra em vigor nesta data.
Registre-se e Publique-se

Pouso Alegre, 08 de setembro de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor-Presidente

ALINE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Diretora de Administração

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:1E64CACD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
ADJUDICAÇÃO

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico Nº 0060/2026
Após averiguar o resultado do Pregão n°0060/2026 referente ao processo 00017226, a autoridade competente, Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
Resultado da Adjudicação

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - PALCO 06M X 04M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	1.900,00	4.426,00	57,07%	08/09/2026
2	Item - PALCO 2 ÁGUAS 8X6 CAMARIM E HOUSE MIX	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	2.500,00	5.255,00	52,43%	08/09/2026
3	Item - PALCO 10M X 08M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	2.900,00	5.800,00	50,00%	08/09/2026
4	Item - PALCO 12 M X 9	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	3.500,50	8.472,50	58,68%	08/09/2026
5	Item - PALCO POR PRATICÁVEIS PARA ÁREA INTERNA	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	1.980,00	7.275,00	72,78%	08/09/2026
6	Item - ESTRUTURA PARA PASSARELA POR PRATICÁVEIS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	2.000,00	6.646,75	69,91%	08/09/2026
7	Item - GERADOR 180 KVA	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	MS GERADORES	1.690,00	3.987,48	57,62%	08/09/2026
8	Item - GRUPO MOTOGERADOR DE ENERGIA 260 KVA	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	MS GERADORES	2.100,00	4.997,20	57,98%	08/09/2026
9	Item - TENDAS 3M X 3M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	230,00	492,50	53,30%	08/09/2026
10	Item - TENDAS 3 X 3 M BALCÃO EM 03 (TRÊS) LADOS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	248,00	616,00	59,74%	08/09/2026
11	Item - TENDAS 4X4M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	330,00	703,75	53,11%	08/09/2026
12	Item - TENDAS 6X6M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	350,00	781,29	55,20%	08/09/2026
13	Item - TENDAS 8 X 8 M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	690,00	1.542,69	55,27%	08/09/2026
14	Item - TENDAS 10X10 M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	790,00	2.032,95	61,14%	08/09/2026
15	Item - TENDA GALPÃO 10 X40	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	7.000,00	19.750,00	64,56%	08/09/2026
16	Item - TENDA GALPÃO 10 X 40 - PCTE P/ 3 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	10.000,00	28.974,84	65,49%	08/09/2026
17	Item - TENDA GALPÃO 10MX40M-PCTE P/ 6 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	14.000,00	37.987,50	63,15%	08/09/2026
18	Item - TENDA GALPÃO 10MX40M-PCTE P/ 12 DIAS	MV EVENTOS ARTISTICOS E ESPORTIVOS EIRELI	PROPRIA	15.000,00	48.817,12	69,27%	08/09/2026
19	Item - TENDA GALPÃO 10X20M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	5.000,00	10.024,88	50,12%	08/09/2026
20	Item - TENDA GALPÃO 10 X 20 - PCTE P/ 3 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	7.500,00	15.500,00	51,61%	08/09/2026
21	Item - TENDA GALPÃO 10X20 - PCTE P/ 6 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	9.800,00	18.987,50	48,39%	08/09/2026
22	Item - TENDA 10 X 20 - PCTE P/ 12 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	10.000,00	25.500,00	60,78%	08/09/2026
23	Item - BANHEIROS QUÍMICOS	EMS SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA	marca própria	131,50	304,80	56,86%	08/09/2026
24	Item - BANHEIRO QUÍMICO ADAPTADO	EMS SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA	marca própria	269,00	595,60	54,84%	08/09/2026
25	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 01	REAL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	PROPRIA	12.900,00	24.425,00	47,19%	08/09/2026
26	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 02	REAL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	PROPRIA	18.500,00	52.384,67	64,68%	08/09/2026
27	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 03	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	12.000,00	19.924,75	39,77%	08/09/2026
28	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 04	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	2.700,00	12.297,50	78,04%	08/09/2026
29	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 05	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	1.400,00	8.137,56	82,80%	08/09/2026
30	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 06 A	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	1.200,00	4.328,00	72,27%	08/09/2026
31	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 7 B	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	1.100,00	3.159,60	65,19%	08/09/2026
32	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 8 A	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	990,00	2.253,27	56,06%	08/09/2026
33	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 8 B	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	990,00	1.711,00	42,14%	08/09/2026
34	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 9 A	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	590,00	1.122,25	47,43%	08/09/2026
35	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 9 B	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	590,00	925,00	36,22%	08/09/2026
36	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 10	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	400,00	821,00	51,28%	08/09/2026
37	Item - SONORIZAÇÃO DE LINHA DE MÉDIO PORTE	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	4.000,00	8.103,76	50,64%	08/09/2026
38	Item - SOM DE LINHA 8 TORRES	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	4.500,00	6.008,29	25,10%	08/09/2026
39	Item - TRIO ELÉTRICO - PORTE 1	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	25.000,00	40.071,33	37,61%	08/09/2026
40	Item - TRIO ELÉTRICO PORTE 2	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	6.900,00	9.571,13	27,91%	08/09/2026
41	Item - PAINEL DE LED P6 (TELÃO)	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ONELIGHT	2.600,00	4.975,00	47,74%	08/09/2026
42	Item - PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ONELIGHT	3.600,00	8.168,45	55,93%	08/09/2026
43	Item - PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO 8 X 3 - P3MM	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ONELIGHT	4.800,00	8.800,00	45,45%	08/09/2026
44	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS Q15 LOCAÇÃO METRO LINEAR	OTMZ Locações Ltda.	BHALUMINIO / BHLONAS / CIMBRASIL	36,00	82,64	56,44%	08/09/2026
45	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS Q25 LOCAÇÃO METRO LINEAR	OTMZ Locações Ltda.	BHALUMINIO / BHLONAS / CIMBRASIL	38,00	92,50	58,92%	08/09/2026
46	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS EM Q30	OTMZ Locações Ltda.	BHALUMINIO / BHLONAS /	41,00	104,60	60,80%	08/09/2026

			CIMBRASIL				
47	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS Q50 METRO LINEAR	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	39,00	155,48	74,92%	08/09/2026
48	Item - GRADE DE CONTENÇÃO (GRADIL)	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	18,00	79,43	77,34%	08/09/2026
49	Item - PLACA P/ FECHAMENTO 2 METROS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	39,00	105,40	63,00%	08/09/2026
50	Item - PRATICAVEIS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ARMATIC	95,00	195,97	51,52%	08/09/2026
51	Item - CADEIRA DE FERRO	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	20,00	20,43	2,10%	08/09/2026
52	Item - CADEIRA DE PLÁSTICO	23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO	PROPRIO	8,99	9,28	3,13%	08/09/2026
53	Item - MESA DE PLASTICO QUADRADA 4 LUGARES	23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO	PROPRIO	9,98	14,66	31,92%	08/09/2026
54	Item - TAMPOS	23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO	PROPRIO	18,50	23,66	21,81%	08/09/2026
55	Item - MESAS RETANGULAR EM MADEIRA	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	298,55	298,55	0%	08/09/2026
56	Item - MESA BISTRO	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	109,98	109,98	0%	08/09/2026

08 de setembro de 2026 09:35:23

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:6A70FDBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
HOMOLOGAÇÃO

Termo de homologação do Pregão Eletrônico
Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente , Sr(a) ANDERSON GERALDO DE PAULA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0060/2026.

Homologação		
Processo	**Autoridade**	**Data homologação**
00602026	ANDERSON GERALDO DE PAULA	08/09/2026

Item	Produto	Fornecedor	Marca	Melhor oferta	Estimado	Economia	Data adjudicação
1	Item - PALCO 06M X 04M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	1.900,00	4.426,00	57,07%	08/09/2026
2	Item - PALCO 2 ÁGUAS 8X6 CAMARIM E HOUSE MIX	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	2.500,00	5.255,00	52,43%	08/09/2026
3	Item - PALCO 10M X 08M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	2.900,00	5.800,00	50,00%	08/09/2026
4	Item - PALCO 12 M X 9	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	3.500,50	8.472,50	58,68%	08/09/2026
5	Item - PALCO POR PRATICÁVEIS PARA ÁREA INTERNA	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	1.980,00	7.275,00	72,78%	08/09/2026
6	Item - ESTRUTURA PARA PASSARELA POR PRATICÁVEIS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	CIM BRASIL	2.000,00	6.646,75	69,91%	08/09/2026
7	Item - GERADOR 180 KVA	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	MS GERADORES	1.690,00	3.987,48	57,62%	08/09/2026
8	Item - GRUPO MOTOGERADOR DE ENERGIA 260 KVA	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	MS GERADORES	2.100,00	4.997,20	57,98%	08/09/2026
9	Item - TENDAS 3M X 3M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	230,00	492,50	53,30%	08/09/2026
10	Item - TENDAS 3 X 3 M BALCÃO EM 03 (TRÊS) LADOS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	248,00	616,00	59,74%	08/09/2026
11	Item - TENDAS 4X4M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	330,00	703,75	53,11%	08/09/2026
12	Item - TENDAS 6X6M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	350,00	781,29	55,20%	08/09/2026
13	Item - TENDAS 8 X 8 M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	690,00	1.542,69	55,27%	08/09/2026
14	Item - TENDAS 10X10 M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	790,00	2.032,95	61,14%	08/09/2026
15	Item - TENDA GALPÃO 10 X40	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	7.000,00	19.750,00	64,56%	08/09/2026
16	Item - TENDA GALPÃO 10 X 40 - PCTE P/ 3 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	10.000,00	28.974,84	65,49%	08/09/2026
17	Item - TENDA GALPÃO 10MX40M-PCTE P/ 6 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	14.000,00	37.987,50	63,15%	08/09/2026
18	Item - TENDA GALPÃO 10MX40M-PCTE P/ 12 DIAS	MV EVENTOS ARTISTICOS E ESPORTIVOS EIRELI	PROPRIA	15.000,00	48.817,12	69,27%	08/09/2026
19	Item - TENDA GALPÃO 10X20M	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	5.000,00	10.024,88	50,12%	08/09/2026
20	Item - TENDA GALPÃO 10 X 20 - PCTE P/ 3 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	7.500,00	15.500,00	51,61%	08/09/2026
21	Item - TENDA GALPÃO 10X20 - PCTE P/ 6 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	9.800,00	18.987,50	48,39%	08/09/2026
22	Item - TENDA 10 X 20 - PCTE P/ 12 DIAS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	BH TENDAS	10.000,00	25.500,00	60,78%	08/09/2026
23	Item - BANHEIROS QUÍMICOS	EMS SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA	marca própria	131,50	304,80	56,86%	08/09/2026
24	Item - BANHEIRO QUÍMICO ADAPTADO	EMS SOLUCOES E SERVIÇOS LTDA	marca própria	269,00	595,60	54,84%	08/09/2026
25	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 01	REAL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	PROPRIA	12.900,00	24.425,00	47,19%	08/09/2026
26	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 02	REAL PRODUCOES E EVENTOS LTDA	PROPRIA	18.500,00	52.384,67	64,68%	08/09/2026
27	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 03	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	12.000,00	19.924,75	39,77%	08/09/2026
28	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 04	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	2.700,00	12.297,50	78,04%	08/09/2026
29	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 05	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	1.400,00	8.137,56	82,80%	08/09/2026
30	Item - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PORTE 06 A	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	1.200,00	4.328,00	72,27%	08/09/2026
31	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 7 B	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	1.100,00	3.159,60	65,19%	08/09/2026
32	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 8 A	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	990,00	2.253,27	56,06%	08/09/2026
33	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 8 B	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	990,00	1.711,00	42,14%	08/09/2026
34	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 9 A	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	590,00	1.122,25	47,43%	08/09/2026
35	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 9 B	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	590,00	925,00	36,22%	08/09/2026
36	Item - SONORIZAÇÃO PORTE 10	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	400,00	821,00	51,28%	08/09/2026
37	Item - SONORIZAÇÃO DE LINHA DE MÉDIO PORTE	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	4.000,00	8.103,76	50,64%	08/09/2026
38	Item - SOM DE LINHA 8 TORRES	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	JEHL SOUD	4.500,00	6.008,29	25,10%	08/09/2026
39	Item - TRIO ELÉTRICO - PORTE 1	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	25.000,00	40.071,33	37,61%	08/09/2026
40	Item - TRIO ELÉTRICO PORTE 2	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	6.900,00	9.571,13	27,91%	08/09/2026
41	Item - PAINEL DE LED P6 (TELÃO)	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ONELIGHT	2.600,00	4.975,00	47,74%	08/09/2026
42	Item - PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ONELIGHT	3.600,00	8.168,45	55,93%	08/09/2026
43	Item - PAINEL DE LED DE ALTA RESOLUÇÃO 8 X 3 - P3MM	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ONELIGHT	4.800,00	8.800,00	45,45%	08/09/2026
44	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS Q15 LOCAÇÃO METRO LINEAR	OTMZ Locações Ltda.	BHALUMINIO / BHLONAS / CIMBRASIL	36,00	82,64	56,44%	08/09/2026
45	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS Q25 LOCAÇÃO METRO	OTMZ Locações Ltda.	BHALUMINIO / BHLONAS /	38,00	92,50	58,92%	08/09/2026

	LINEAR		CIMBRASIL				
46	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS EM Q30	OTMZ Locações Ltda.	BHALUMINIO / BHLONAS / CIMBRASIL	41,00	104,60	60,80%	08/09/2026
47	Item - ESTRUTURA BOX TRUSS Q50 METRO LINEAR	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	39,00	155,48	74,92%	08/09/2026
48	Item - GRADE DE CONTENÇÃO (GRADIL)	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	18,00	79,43	77,34%	08/09/2026
49	Item - PLACA P/ FECHAMENTO 2 METROS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	39,00	105,40	63,00%	08/09/2026
50	Item - PRATICAVEIS	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	ARMATIC	95,00	195,97	51,52%	08/09/2026
51	Item - CADEIRA DE FERRO	JOÃO BOSCO DE ABREU LTDA - EPP	NT	20,00	20,43	2,10%	08/09/2026
52	Item - CADEIRA DE PLÁSTICO	23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO	PROPRIO	8,99	9,28	3,13%	08/09/2026
53	Item - MESA DE PLASTICO QUADRADA 4 LUGARES	23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO	PROPRIO	9,98	14,66	31,92%	08/09/2026
54	Item - TAMPOS	23.974.941 LUIZ FERNANDO CARVALHO BRAVO	PROPRIO	18,50	23,66	21,81%	08/09/2026
55	Item - MESAS RETANGULAR EM MADEIRA	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	298,55	298,55	0%	08/09/2026
56	Item - MESA BISTRO	Mais Serviços e Locações LTDA	PROPRIA	109,98	109,98	0%	08/09/2026

08 de setembro de 2026

ANDERSON GERALDO DE PAULA
CPF: 037.545.276-14
Autoridade Competente

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:FDA3A137

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026

PROCESSO Nº 104/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026

CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE CONQUISTA**
FORNECEDOR: **W LED ELETRICA LTDA, FICACOPOS FIOS & CABOS LTDA, PONTO ELETRO SACRAMENTO LTDA, REAL NEGOCIOS LTDA, LUMIFEEL MATERIAIS ELETRICOS E ILUMINAÇÃO LTDA, CENTER MAYA DISTRIBUIDORA LTDA, APEX ELEVARE COMERCIAL LTDA, CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA, I.R COMERCIO E MATERIAIS ELETRICOS LTDA, ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, MIRIAM SUZANA MORETTI, RL SIMLED TECNOLOGIA LTDA, NEW PARTS COMERCIAL LTDA E SÃO BENEDITO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO MUNICIPAL,** conforme especificações do Termo e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do Processo nº 104/2026.

1.1.1 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) produtos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

VALOR: Os preços registrados, a especificação dos produtos/SERVIÇOS, visando o MENOR PREÇO POR ITEM, os quantitativos, marcas, empresa(s) fornecedora(s) e representante legal, em ordem de classificação das propostas por item, constarão do quadro abaixo:

1- W LED ELETRICA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BASE PARA RELE FOTOELETRICO, COM HASTE E GIRO 360	**UN**	**500**	**MAPRE ELETRONIC**	**R$ 7,90**	**R$ 3.950,00**
02	CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE DE 10 - 120MM	**UN**	**250**	**MCI**	**R$ 6,60**	**R$ 1.650,00**
11	CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE DE 4- 35MM	**UN**	**250**	**MCI**	**R$ 4,50**	**R$ 1.125,00**
12	CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE DE 6 - 35MM	**UN**	**250**	**MCI**	**R$ 8,20**	**R$ 2.050,00**
48	RELE FOTOELETRICO, FOTOCELUA CDS (SULFETO DE CADMIO), MODULO DE POTENCIA MAGNETICO, CORRENTE ALTERNADA, 220 V FILTRO DE TEMPO DE RETARDO DE 1 MINUTO A 5 MINITOS, CAPACIDADE MINIMA 1000 W, CONECCAO POR CABOS, PROTECAO MINIMA IP55. APRESENTAR AMOSTRA	**UN**	**500**	**MAPRE ELETRONIC**	**R$ 12,80**	**R$ 6.400,00**

2- FICACOPOS FIOS & CABOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	CABO ALUMINIO DUPLEX COM NEUTRO 16 MM	**MT**	**5.000**	**SULMINAS**	**R$ 4,05**	**R$ 20.250,00**
04	CABO ALUMINIO TRIPLEX COM NEUTRO 16MM	**MT**	**5.000**	**SULMINAS**	**R$ 6,31**	**R$ 31.550,00**
25	DISJUNTOR NEMA 25A UNIPOLAR	**UN**	**100**	**SOPRANO**	**R$ 6,62**	**R$ 662,00**

3- PONTO ELETRO SACRAMENTO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	CABO ALUMINIO QUADRUPLEX COM NEUTRO 35 MM	**MT**	**5.000**	**MEGATRON**	**R$ 18,00**	**R$ 90.000,00**
43	PINO MACHO 2PT NOVO PADRAO BRASILEIRO 20A CABO 13	**UN**	**250**	**MARGIRIUS**	**R$ 4,80**	**R$ 1.200,00**

	MMPLUGUE 2PT NBR 14136 (NOVO PADRAO), PRENSA CABOS, PARA CABOS DE ATE 13 MM DE DIAMETRO EXTERNOS, CAPA EM TERMOPLASTICO, 20A - 250 V (PLUGUE MACHO)					

4- REAL NEGÓCIOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	CABO FLEXIVEL - DUPLA CAMADA DE ISOLACAO ANTICHAMA, COMPOSTO TERMOPLASTICO DE PVC SEM CHUMBO E CAMADA EXTRADESLIZANTE, SECAO NOMINAL, 1,5 MM2	MT	1.500	FLEX	R$ 0,79	R$ 1.185,00
06	CABO FLEXIVEL - DUPLA CAMADA ISOLACAO ANTICHAMA,COMPOSTO TERMOPLASTICO DE PVC-SECAO NOMINAL 6,0MM2	MT	1.500	FLEX	R$ 2,11	R$ 3.165,00
07	CABO FLEXIVEL DUPLA CAMADA ISOLACAO ANTICHAMA,COMPOSTO TERMOPLASTICO DE PVC-SECAO NOMINAL 4,0MM2	MT	1.500	FLEX	R$ 1,69	R$ 2.535,00
08	CABO FLEXIVEL DUPLA CAMADA ISOLACAO ANTICHAMA,COMPOSTO TERMOPLASTICO DE PVC,SECAO NOMINAL 16,0 MM2	MT	1.500	FLEX	R$ 9,40	R$ 14.100,00
09	CABO FLEXIVEL DUPLA CAMADA ISOLACAO ANTICHAMA, COMPOSTO TERMOPLASTICO DE PVC-SECAO NOMINAL 2,5MM2	MT	1.500	FLEX	R$ 1,10	R$ 1.650,00
15	CORDAO FLEXIVEL PARALELO 2X1,5 MM - 300/300V - ISOLACAO PVC FLEXIVEL	MT	1.500	FLEX	R$ 1,53	R$ 2.295,00
17	CORDAO FLEXIVEL TORCIDO 2X4,0 MM - 300/300V - ISOLACAO PVC FLEXIVEL	MT	15.000	FLEX	R$ 4,40	R$ 66.000,00

5- LUMIFEEL MATERIAIS ELETRICOS E ILUMINACAO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	CONTATOR DE CARGA, 25 A, TRIPOLAR, POLOS 3 NA, 220 V CORRENTA ALTERNADA, AUXILIAR 1NA, 50/60HZ.	UN	500	DECORLUX	R$ 60,00	R$ 30.000,00
14	CONTATOR DE CARGA, 40 A, TRIPOLAR, POLOS 3 NA, 220 V CORRENTA ALTERNADA, AUXILIAR 1NA1NF, 50/60HZ.	UN	500	DECORLUX	R$ 170,00	R$ 85.000,00
27	DRIVER REATOR UNIVERSAL PARA PAINEL PAFLON SENDO DE 24W MINIMOS, BIVOLT 127-220 V CORRENTE MINIMA DE 28 MA ENTRADA MINIMA AC 127-220V, SAIDA DE 65-95V FREQUENCIA MINIMA 50/60HZ E TC 75C TA 45 (MAX)	UN	700	MTX	R$ 6,78	R$ 4.746,00
32	LAMPADA LED ALTA POTENCIA TRANSLUCIDA (EVITAR OFUSCAMENTO), BULBO T, E 27 20 W, COR BRANCA FRIA, BIVOLT.	UN	500	CRISTALLUX	R$ 3,86	R$ 1.930,00
33	LAMPADA LED ALTA POTENCIA TRANSLUCIDA (EVITAR OFUSCAMENTO), BULBO T, E 27 30 W, COR BRANCA FRIA, BIVOLT.	UN	500	CRISTALLUX	R$ 6,00	R$ 3.000,00
36	LAMPADA LED TUBULAR HO T8 18/20W, TUBO TRANSLUCIDO, COR SUPER BRANCA FRIA, COMPRIMENTO APROXIMADO 120 CM, BASE G13	UN	500	CRISTALLUX	R$ 6,90	R$ 3.450,00
44	RECEPTACULO/BOCAL DE LOUCA E27-PORTA LAMPADA (RECEPTACULO) EM LOUCA(PORCELANA), COM SOQUETE METALICO, ENCAIXE DE FIXACAO ANTI-GIRO E27	UN	300	DECORLUX	R$ 1,54	R$ 462,00
63	TOMADA DUPLA - DE EMBUTIR DE 10 AMPERES	UN	300	PLUZIE	R$ 7,51	R$ 2.253,00
64	TOMADA DUPLA - DE EMBUTIR DE 20 AMPERES	UN	300	PLUZIE	R$ 7,98	R$ 2.394,00
65	TOMADA DUPLA DE SISTEMA X 20 AMPERES	UN	300	PLUZIE	R$ 10,00	R$ 3.000,00

6- CENTER MAYA DISTRIBUIDORA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	CORDAO FLEXIVEL PARALELO 2X2,5 MM - 300/300V - ISOLACAO PVC FLEXIVEL	UN	1.500	FLEXFAST	R$ 2,00	R$ 3.000,00

7- APEX ELEVARE COMERCIAL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	DISJUNTOR DIN 20A BIPOLAR	UN	500	ETEK	R$ 17,80	R$ 8.900,00
19	DISJUNTOR DIN 20A UNIPOLAR	UN	100	ETEK	R$ 5,14	R$ 514,00
20	DISJUNTOR DIN 25A BIPOLAR	UN	100	ETEK	R$ 15,00	R$ 1.500,00
21	DISJUNTOR DIN 32A BIPOLAR	UN	100	ETEK	R$ 15,50	R$ 1.550,00
22	DISJUNTOR DIN 40A TRIPOLAR, CURVAS DE RUPTURA A DEFINIR	UN	100	ETEK	R$ 33,00	R$ 3.300,00
29	LAMPADA BULBO T, E 27 80W	UN	500	GOOD LUX	R$ 32,80	R$ 16.400,00
30	LAMPADA BULBO T, E 40 75W	UN	500	GOOD LUX	R$ 33,50	R$ 16.750,00
31	LAMPADA BULBO T, E 40 80W	UN	500	GOOD LUX	R$ 38,00	R$ 19.000,00
39	PAINEL POP EM LED DE SOPREPOR - QUADRADO 30 X 30 CM 24W BIVOLT, ALGULO DE ABERTURA 120, NAO PERMITE DIMERIZACAO, IRC > 70	UN	500	GOOD LUX	R$ 18,50	R$ 9.250,00

8- CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	DISJUNTOR NEMA 20A BIPOLAR	UN	500	DCOL	R$ 20,86	R$ 10.430,00
24	DISJUNTOR NEMA 25A BIPOLAR	UN	100	DCOL	R$ 20,86	R$ 2.086,00
26	DISJUNTOR NEMA 40A BIPOLAR	UN	100	DCOL	R$ 22,68	R$ 2.268,00
28	FITA ISOLANTE 19 MM X 20 M, ESPESSURA 0,19 MM, CLASSE A 20 M	UN	300	PRSMT	R$ 3,71	R$ 1.113,00
40	PINO FEMEA 10A 2PT NOVO PADRAO BRASILEIROPROLONGADOR OU JUNCAO FEMEA 2PT NBR 14136 (NOVO PADRAO), PRENSA CABOS, CAPA EM TERMOPLASTICO, 10A - 250V	UN	250	PRSMT	R$ 2,54	R$ 635,00
41	PINO FEMEA 20A 2PT NOVO PADRAO BRASILEIROPROLONGADOR OU JUNCAO FEMEA 2PT NBR 14136 (NOVO PADRAO), PRENSA CABOS, CAPA EM TERMOPLASTICO, 20A - 250V	UN	250	PRSMT	R$ 3,30	R$ 825,00

49	SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR ENGATE RAPIDO	**UN**	**500**	**COMBINADO LED**	**R$ 1,32**	**R$ 660,00**
51	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR) 1,5 MM	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,09**	**R$ 135,00**
52	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR) 2,5 MM	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,10**	**R$ 150,00**
53	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR) 10,0 MM	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,26**	**R$ 390,00**
54	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR) 16,0 MM	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,29**	**R$ 435,00**
55	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR) 4,0 MM2	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,18**	**R$ 270,00**
56	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR) 6,0 MM2	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,24**	**R$ 360,00**
57	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR)25.0 MM	**UN**	**1500**	**DCOL**	**R$ 0,38**	**R$ 570,00**
58	TERMINAL ILHOS PRE-ISOLADO (PINO TUBULAR)35.0 MM	**UN**	**1.500**	**DCOL**	**R$ 0,43**	**R$ 645,00**
59	TOMADA COM BATENTE SISTEMA X 20 AMPERES	**UN**	**300**	**FL**	**R$ 7,01**	**R$ 2.103,00**
60	TOMADA COM BATENTE SISTEMA X DE 10 AMPERES	**UN**	**300**	**FL**	**R$ 5,54**	**R$ 1.662,00**

9- I.R. COMERCIO E MATERIAIS ELETRICOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	LAMPADA LED ALTA POTENCIA TRANSLUCIDA (EVITAR OFUSCAMENTO), BULBO T, E 40 70 W, COR BRANCA FRIA, BIVOLT.	**UN**	**500**	**LUMANTI**	**R$ 34,90**	**R$ 17.450,00**
50	TEMPORIZADOR DIGITAL DE BARRAMENTO-PROGRAMADOR DE TEMPO DIGITAL (TEMPORIZADOR/TIMER) BARRAMENTO, COM BATERIA INTERNA, BIVOLT.	**UN**	**250**	**DECORLUX**	**R$ 117,90**	**R$ 29.475,00**
61	TOMADA CONJUGADA 10 AMPERES COM / BATIDA EMBUTIR	**UN**	**300**	**RADIAL**	**R$ 6,40**	**R$ 1.920,00**
62	TOMADA CONJUGADA 20 AMPERES COM BATIDA EMBUTIR	**UN**	**300**	**RADIAL**	**R$ 7,70**	**R$ 2.310,00**
66	TOMADA DUPLA DE SISTEMA X DE 10 AMPERES	**UN**	**300**	**RADIAL**	**R$ 9,17**	**R$ 2.751,00**

10- ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRRAGENS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35	LAMPADA LED TUBULAR HO T8 10W, TUBO TRANSLUCIDO, COR SUPER BRANCA FRIA, COMPRIMENTO APROXIMADO 60 CM, BASE G13	**UN**	**500**	**GOOD LUX**	**R$ 6,80**	**R$ 3.400,00**

11- MIRIAM SUZANA MORETTI

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
37	LUMINARIA DE EMERGENCIA. CONJUNTO DE BLOCO AUTONOMO EM UM UNICO INVOLUCO-	**UN**	**500**	**ELGIN**	**R$ 13,50**	**R$ 6.750,00**
45	REFLETOR HOLOFOTE LED, BRANCO FRIO, BIVOLT, PROTECAO IP66, 100W.	**UN**	**500**	**SUPER LED**	**R$ 15,30**	**R$ 7.650,00**
46	REFLETOR HOLOFOTE LED, BRANCO FRIO, BIVOLT, PROTECAO IP66, 200W.	**UN**	**500**	**SUPER LED**	**R$ 29,50**	**R$ 14.750,00**
47	REFLETOR HOLOFOTE LED, BRANCO FRIO, BIVOLT, PROTECAO IP66, 400W.	**UN**	**500**	**SUPER LED**	**R$ 53,80**	**R$ 26.900,00**

12- RL SIMLED TECNOLOGIA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	LUMINARIA TUBULAR DE LED COMPLETA BIVOLT 18W 60CM BRANCOFRIO	**UN**	**500**	**AATOP**	**R$ 12,21**	**R$ 6.105,00**

13- SÃO BENEDITO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42	PINO MACHO 2PT NOVO PADRAO BRASILEIRO 10A CABO 13 MMPLUGUE 2PT NBR 14136 (NOVO PADRAO), PRENSA CABOS, PARA CABOS DE ATE 13 MM DE DIAMETRO EXTERNOS, CAPA EM TERMOPLASTICO, 10A - 250 V (PLUGUE MACHO)	**UN**	**250**	**ALUMBRA**	**R$ 3,85**	**R$ 962,50**

14- NEW PARTS COMERCIAL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
67	VARA MANOBRA MANOBRA TELESCOPIA REFORCADA 5 SECOES VTT-3HD/7 - RITZ 7 METROS MINIMO	**UN**	**5**	**SOLUÇÃO**	**R$ 2.149,00**	**R$ 10.745,00**

VIGÊNCIA. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Conquista/MG, aos 08 (oito) dias do mês de setembro de 2026.

ANDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município de Conquista/MG

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:1D9166B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESULTADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2026- SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a publicação do resultado final do Processo Seletivo Público Simplificado nº 07/2026 – SEMUSA:

MÉDICO PSIQUIATRA – 12 HS/SEMANAIS							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	THIAGO OLIVEIRA ISRAEL	08/09/1983	0	0	0	25	25
2	FLÁVIA MARIA FERNANDES SENRA DIAS	12/01/1994	0	0	0	0	0

FONOAUDIÓLOGO – 20 HS/SEMANAIS							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	JOSEMARA LESSA SILVEIRA	05/07/1982	0	0	10	25	35
2	ILEDRAN REZENDE	17/01/1973	0	0	5	25	30
3	ANA PAULA BENTO BARROS	05/06/1981	0	0	0	0	0

MÉDICO UROLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS
NÃO HOUVE CANDIDATOS

MÉDICO INFECTOLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	MÁDERSON ALVARES DE SOUZA CABRAL	27/07/1994	0	15	5	25	45
2	TULIO VIEIRA MENDES	23/02/1977	0	0	10	25	35
3	HENRIQUE ABREU MEGALI	04/06/1992	0	0	5	10	15
4	RAQUEL CARLA DE SOUZA	18/11/1987	0	0	5	0	5

MÉDICO MASTOLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS
NÃO HOUVE CANDIDATOS
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS
NÃO HOUVE CANDIDATOS

TERAPEUTA OCUPACIONAL – 20 HORAS SEMANAIS							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	MARLY GOMES FERRAZ	23/01/1969	0	0	10	25	35
2	TELME SOALHEIRO RESENDE	01/05/1973	0	0	5	25	30
3	EDMEIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	30/04/1979	0	0	10	15	25
4	PATRÍCIA CRISTINA RESENDE	14/02/1977	0	0	0	0	0
5	ALEF MARTINS DE MEDEIROS REIS	26/05/1994	0	0	0	0	0

TERAPEUTA OCUPACIONAL – 20 HORAS SEMANAIS - PCD							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	EDMEIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	30/04/1979	0	0	10	15	25

MÉDICO ORTOPEDISTA – 12 HS/ SEMANAIS							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	MILTON PEREIRA MOTTA	16/08/1962	0	0	0	25	25
2	MARCELO GUIMARÃES FREIRE MATIAS	23/04/1969	0	0	0	25	25

MÉDICO OFTALMOLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS
NÃO HOUVE CANDIDATOS

MÉDICO NEUROLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS
NÃO HOUVE CANDIDATOS

MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA – 12 HS /SEMANAIS							
ORDEM	**Nome**	**Data de Nascimento**	**Pontuação Doutorado**	**Pontuação Mestrado**	**Pontuação Pós-Graduação**	**Pontuação Exp. Profissional**	**Pontuação Total**
1	ÂNGELO ALVES DE MOURA	26/07/1984	0	0	0	0	0

MÉDICO GINECOLOGISTA – 12 HS/SEMANAIS
NÃO HOUVE CANDIDATOS

Divinópolis, 08 de setembro de 2026

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:632DCF8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Para a aplicação constitucional de publicidade e controle social da administração pública em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 9452/97 e o inciso XXI do art.41 do Decreto Estadual nº. 48.745/2023 faço notificar através do presente edital, a quem possa interessar, especialmente aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, instituições estas sediadas no município, que a prefeitura municipal Divinópolis recebeu recurso financeiro federais e estaduais na forma abaixo descrita.

DATA	NOME	AGÊNCIA	CONTA	VALOR
21/08/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 6.325,21
21/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 80.528,72
24/08/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 6.163,57
24/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 121.235,07
24/08/2026	Repasse de Convênio Construção Cemei Jardins das Oliveiras	0372-7	126448-6	R$ 107.380,17
25/08/2026	Icms Estadual	0372-7	115344-7	R$ 787.652,10
25/08/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 519.851,30
25/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 170.332,97
26/06/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 7.002,31
26/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 183.715,91
27/08/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 6.935,95
27/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 137.317,71
27/08/2026	Fundo Especial do Petróleo	0372-7	124910-x	R$ 341.282,85
28/08/2026	Fundo de Participação dos Municípios	0372-7	173090-8	R$ 4.427.305,00
28/08/2026	Imposto Territorial Rural	0372-7	205978-9	R$ 2.874,01
28/08/2026	Ipi Exportação – Cota Município	0372-7	115318-8	R$ 21.950,94
28/08/2026	Icms Desoneração	0372-7	183141-0	R$ 74.382,40
28/08/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 853.148,42
28/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 137.981,59
31/08/2026	Compensação Financeira Recursos Hídricos	0372-7	120179-8	R$ 5.558,91
31/08/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 10.803,54
31/08/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 156.111,79
31/08/2026	Proteção Social Básica	0372-7	123118-9	R$ 44.370,84
31/08/2026	Proteção Média Complexidade	0372-7	124768-9	R$ 61.521,23
01/09/2026	Icms Estadual	0372-7	115344-7	R$ 2.257.470,94
01/09/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 1.346.307,06
01/09/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 269.320,07
02/09/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 11.078,59
02/09/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 203.731,13
03/09/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 8.777,63
03/09/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 142.402,89
04/09/2026	Fundeb	0372-7	125121-X	R$ 8.333,26
04/09/2026	Ipva	0372-7	115348-X	R$ 117.426,16

Divinópolis, 08 de Setembro de 2026

DÊIVITE ALVES
Contador

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:23B614DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 68/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 68/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2016, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO e/ou a IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via Correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VENCIMENTO
BCM3D24	**DA00097076**	**01/09/2026**	**5541/2**	**02/11/2026**
CBS6J00	**DA00093322**	**28/08/2026**	**7633/2**	**30/10/2026**
EAZ1E06	**DA00097198**	**31/08/2026**	**7633/1**	**02/11/2026**
EAZ1E06	**DA00097199**	**31/08/2026**	**5185/1**	**02/11/2026**
EBN1E73	**DA00094002**	**27/08/2026**	**5738/0**	**27/10/2026**
ERI5G03	**DA00097027**	**29/08/2026**	**5541/3**	**30/10/2026**
ETD1G65	**DA00093324**	**01/09/2026**	**7633/2**	**02/11/2026**
FLC0H39	**DA00094197**	**26/08/2026**	**6050/1**	**26/10/2026**
FNJ4J77	**DA00096539**	**27/08/2026**	**5460/0**	**27/10/2026**
FNZ6F18	**DA00097194**	**28/08/2026**	**7633/1**	**02/11/2026**
FPR9J46	**DA00093528**	**27/08/2026**	**5460/0**	**27/10/2026**
GKM4D11	**DA00096503**	**27/08/2026**	**5525/0**	**27/10/2026**
GLF2158	**DA00095600**	**01/09/2026**	**5541/2**	**02/11/2026**
GLF7E51	**DA00096538**	**21/08/2026**	**7633/1**	**26/10/2026**
GNU7952	**DA00094826**	**27/08/2026**	**6050/2**	**27/10/2026**

GQV3B06	DA00094202	29/08/2026	7633/1	30/10/2026
GSY4615	DA00097071	29/08/2026	5541/4	30/10/2026
GTE7692	DA00095577	27/08/2026	5185/1	27/10/2026
GUV2D18	DA00096507	31/08/2026	5185/1	02/11/2026
GUV2D18	DA00096508	31/08/2026	6599/2	02/11/2026
GWS4858	DA00093530	27/08/2026	7633/1	27/10/2026
GXA7550	DA00095592	31/08/2026	5487/0	02/11/2026
GXW5934	DA00095579	27/08/2026	5185/1	27/10/2026
GYP1I93	DA00097050	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
GYP1I93	DA00097052	28/08/2026	6599/2	30/10/2026
GYY1993	DA00094856	26/08/2026	5738/0	26/10/2026
GZE9J20	DA00096519	01/09/2026	6769/0	02/11/2026
GZJ7378	DA00096671	26/08/2026	7633/1	26/10/2026
GZQ2H10	DA00097177	24/08/2026	5550/0	26/10/2026
HBB2G76	DA00093318	28/08/2026	5541/1	30/10/2026
HBG3136	DA00094127	01/09/2026	6041/2	02/11/2026
HCR6F74	DA00094114	27/08/2026	5460/0	27/10/2026
HCU3097	DA00095573	27/08/2026	5541/2	27/10/2026
HCU3570	DA00093316	26/08/2026	6602/0	26/10/2026
HDF8B96	DA00090602	01/09/2026	6041/2	02/11/2026
HDI7558	DA00092327	29/08/2026	5487/0	30/10/2026
HDX9080	DA00096543	28/08/2026	6564/0	02/11/2026
HEL1388	DA00091594	25/08/2026	7633/1	27/10/2026
HFC0H13	DA00094001	27/08/2026	5193/0	27/10/2026
HFM1460	DA00095580	28/08/2026	5541/1	30/10/2026
HFP0457	DA00095596	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
HGQ5266	DA00097062	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
HHB9346	DA00095584	28/08/2026	5541/2	30/10/2026
HIU4I45	DA00094111	26/08/2026	5487/0	26/10/2026
HKC5H05	DA00090601	31/08/2026	7633/2	02/11/2026
HKE9867	DA00094828	27/08/2026	5541/7	27/10/2026
HLC2698	DA00097075	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
HLE3G03	DA00095112	28/08/2026	6653/2	30/10/2026
HLN0150	DA00095114	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
HLQ2891	DA00095576	27/08/2026	5185/1	27/10/2026
HLR2619	DA00095113	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
HLW6J39	DA00097051	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
HLZ4E33	DA00095597	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
HMA5215	DV00001833	01/09/2026	5738/0	02/11/2026
HMQ3717	DA00095601	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
HMW6H77	DA00089413	01/09/2026	7633/1	02/11/2026
HNB8590	DA00097065	28/08/2026	7633/1	30/10/2026
HNB8590	DA00097066	28/08/2026	6599/2	30/10/2026
JDR6J71	DA00092331	29/08/2026	5487/0	30/10/2026
JHC5B70	DA00094113	27/08/2026	7633/2	27/10/2026
JIE2512	DA00096537	21/08/2026	7633/1	26/10/2026
JRZ0F16	DA00097030	29/08/2026	5541/7	30/10/2026
KPH8A78	DA00089412	31/08/2026	5592/0	02/11/2026
MQD0D47	DA00095935	27/08/2026	5550/0	27/10/2026
NZA0H25	DA00094827	27/08/2026	7633/1	27/10/2026
OGG4180	DA00096210	25/08/2026	5185/2	27/10/2026
OPH8F35	DA00092326	26/08/2026	7633/1	26/10/2026
OQZ9H92	DA00096510	01/09/2026	6769/0	02/11/2026
OQZ9H92	DA00096511	01/09/2026	6599/2	02/11/2026
OXC9H39	DA00094205	31/08/2026	6637/1	02/11/2026
OXE9310	DA00095594	31/08/2026	5991/0	02/11/2026
PJM2E93	DA00096501	27/08/2026	5568/0	27/10/2026
PPB2G84	DA00092328	29/08/2026	5541/4	30/10/2026
PUA6E38	DA00095575	27/08/2026	6050/1	27/10/2026
PUW1E76	DA00097200	31/08/2026	7340/0	02/11/2026
PVJ0G08	DA00096518	01/09/2026	7340/0	02/11/2026
PVK7926	DA00094121	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
PVM4E54	DA00096799	26/08/2026	6050/1	30/10/2026
PVZ1586	DA00096786	26/08/2026	5568/0	30/10/2026
PWP8B28	DA00096673	31/08/2026	5592/0	02/11/2026
PWZ2225	DA00097056	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
PXW2J77	DA00096541	28/08/2026	7633/1	02/11/2026
PYR1705	DA00097181	25/08/2026	5401/0	26/10/2026
PYR1705	DA00097182	25/08/2026	5592/0	26/10/2026
PYS3010	DA00094115	27/08/2026	5550/0	27/10/2026
PYX7E98	DA00097061	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
PZS5C26	DA00095581	28/08/2026	5541/2	30/10/2026
PZY9E84	DA00097180	25/08/2026	5592/0	26/10/2026
QMR5D07	DA00097086	01/09/2026	5592/0	02/11/2026
QMR6F35	DA00096216	27/08/2026	5541/2	27/10/2026
QNI9646	DA00096512	01/09/2026	6050/1	02/11/2026
QPC6B23	DA00096509	31/08/2026	5738/0	02/11/2026
QQY3548	DA00093529	27/08/2026	7633/1	27/10/2026
QUW9G00	DA00096502	27/08/2026	5401/0	27/10/2026
RME4D33	DA00096674	31/08/2026	5592/0	02/11/2026
RME4D33	DA00096675	31/08/2026	6599/2	02/11/2026
RMF3E13	DA00095599	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
RMG7I91	DA00094120	28/08/2026	6653/1	30/10/2026
RTA2J80	DA00095586	28/08/2026	5541/2	30/10/2026
RTU3E40	DA00091597	31/08/2026	7625/2	02/11/2026
RTZ0C09	DA00095598	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
RUN3F87	DA00097045	25/08/2026	7633/1	27/10/2026
RVC2H41	DA00097069	28/08/2026	7633/1	30/10/2026
RVH1G32	DA00095578	27/08/2026	7633/1	27/10/2026

SHD1I34	DA00096514	01/09/2026	6050/1	02/11/2026
SHO8F61	DA00094820	26/08/2026	7340/0	26/10/2026
SHT0F01	DA00097049	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
SHU2H50	DA00096669	26/08/2026	7633/1	26/10/2026
SHU2H50	DA00096670	26/08/2026	6599/2	26/10/2026
SHY5G85	DA00097433	28/08/2026	6050/1	02/11/2026
SIY4A26	DA00097183	25/08/2026	5401/0	26/10/2026
STG8B72	DA00094126	01/09/2026	5401/0	02/11/2026
SYF1I07	DA00095585	28/08/2026	5541/2	30/10/2026
SYQ2G83	DA00095593	31/08/2026	5550/0	02/11/2026
SYQ5G57	DA00097081	01/09/2026	5541/2	02/11/2026
SYW0D15	DA00097060	28/08/2026	6050/1	30/10/2026
TDV0E26	DA00096209	24/08/2026	7633/2	27/10/2026
TDX1A96	DA00094204	29/08/2026	7633/2	30/10/2026
TEB3D24	DA00094119	28/08/2026	7340/0	30/10/2026
TWZ6B12	DA00096215	27/08/2026	5541/2	27/10/2026
TXG2D58	DA00096540	28/08/2026	5622/2	30/10/2026
TXJ8H91	DA00093320	28/08/2026	7340/0	30/10/2026
TYH0C71	DA00097082	01/09/2026	5541/2	02/11/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D6DE0483

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 69/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 69/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2022, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de multa referente à infração de trânsito os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposto o RECURSO perante à Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARI, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VALOR	VENCIMENTO
ACK8390	DA00093638	31/05/2026	5738/0	R$293,47	16/10/2026
AGU9H35	DA00093640	31/05/2026	5738/0	R$293,47	16/10/2026
AZE7549	DA00091542	06/05/2026	6050/2	R$293,47	12/10/2026
BBV2J90	DA00063817	08/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
CFQ2174	DA00092418	30/05/2026	5487/0	R$195,23	16/10/2026
CHY6511	DA00092967	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
CRZ7J58	DA00089613	20/05/2026	6050/1	R$293,47	15/10/2026
EAR4819	DA00093165	29/05/2026	5185/1	R$195,23	16/10/2026
EGZ9503	DA00091796	30/05/2026	5738/0	R$293,47	16/10/2026
EGZ9503	DA00091797	30/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
EMN0F96	DA00092191	14/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
EPI4G20	DA00087211	22/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
ETO9G14	DA00092407	26/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
FCA9H69	DA00091549	21/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
FRA3218	DA00092978	28/05/2026	5541/4	R$195,23	16/10/2026
FSG9J70	DA00093185	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
FUA9119	DA00092230	20/05/2026	5401/0	R$195,23	12/10/2026
FUV5E94	DA00093154	26/05/2026	5185/1	R$195,23	16/10/2026
FYQ5E25	DA00091704	22/05/2026	5550/0	R$130,16	12/10/2026
GKU8312	DA00092790	25/05/2026	5550/0	R$130,16	12/10/2026
GLG8065	DA00090716	23/05/2026	5550/0	R$130,16	15/10/2026
GOZ1A32	DA00092220	15/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
GOZ6C87	DA00092255	22/05/2026	5541/1	R$195,23	15/10/2026
GQP7440	DA00090008	25/05/2026	5592/0	R$130,16	12/10/2026
GQR3607	DA00090711	22/05/2026	5452/6	R$195,23	12/10/2026
GQU6897	DA00092093	07/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
GRY1066	DA00092959	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
GSO5261	DA00093034	21/05/2026	5185/1	R$195,23	12/10/2026
GSO5261	DA00093035	21/05/2026	6599/2	R$293,47	12/10/2026
GTK4479	DA00092750	11/05/2026	6637/1	R$195,23	16/10/2026
GTX2H99	DA00088389	22/05/2026	5452/1	R$195,23	12/10/2026
GUL1877	DA00091794	30/05/2026	5738/0	R$293,47	16/10/2026
GUL1877	DA00091795	30/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
GUR3H10	DA00091711	23/05/2026	5550/0	R$130,16	15/10/2026
GUV1J23	DA00091698	21/05/2026	5550/0	R$130,16	15/10/2026
GVC7A97	DA00093142	23/05/2026	7340/0	R$130,16	15/10/2026

GVU6222	DA00092712	25/05/2026	5401/0	R$195,23	12/10/2026
GVV3676	DA00093146	23/05/2026	5185/1	R$195,23	15/10/2026
GWE2971	DA00093139	23/05/2026	7340/0	R$130,16	15/10/2026
GWE2971	DA00093140	23/05/2026	6599/2	R$293,47	15/10/2026
GWM2046	DA00091887	13/05/2026	5525/0	R$130,16	15/10/2026
GWS1161	DA00093635	31/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
GXI4641	DA00083822	31/05/2026	5541/3	R$195,23	16/10/2026
GXM7C90	DA00092813	27/05/2026	5487/0	R$195,23	16/10/2026
GXN7799	DA00092971	26/05/2026	5541/2	R$195,23	12/10/2026
GXT2800	DA00092976	26/05/2026	5541/2	R$195,23	12/10/2026
GXU3648	DA00089374	26/05/2026	5487/0	R$195,23	12/10/2026
GXZ4500	DA00093152	26/05/2026	5185/1	R$195,23	12/10/2026
GYA9314	DA00093148	26/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
GYS1I29	DA00092193	14/05/2026	5185/1	R$195,23	12/10/2026
GZF6G95	DA00092811	27/05/2026	5550/0	R$130,16	15/10/2026
GZV5B48	DA00091198	29/05/2026	5452/1	R$195,23	16/10/2026
GZX9201	DA00092400	21/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
GZY8791	DA00092954	21/05/2026	5819/1	R$880,41	12/10/2026
HAL1C23	DA00092815	27/05/2026	6050/1	R$293,47	15/10/2026
HBC3060	DA00092792	25/05/2026	6068/1	R$195,23	12/10/2026
HBY9900	DA00083813	31/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
HBZ0F53	DA00090725	26/05/2026	6637/1	R$195,23	12/10/2026
HCI0500	DA00091891	21/05/2026	5460/0	R$130,16	12/10/2026
HCU0I05	DA00092785	23/05/2026	6530/0	R$195,23	12/10/2026
HCU2G43	DA00092398	21/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
HCW2910	DA00092723	26/05/2026	5487/0	R$195,23	16/10/2026
HCW4542	DA00091174	09/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
HDV8C73	DA00092958	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
HDV8C73	DA00093171	29/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
HFA1G85	DA00092800	25/05/2026	6050/1	R$293,47	15/10/2026
HFV1461	DA00092405	25/05/2026	5592/0	R$130,16	15/10/2026
HFV2I35	DA00085622	11/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
HGF0772	DA00083824	31/05/2026	5541/3	R$195,23	16/10/2026
HGZ3601	DA00092708	21/05/2026	5487/0	R$195,23	12/10/2026
HGZ3601	DA00092710	21/05/2026	6599/2	R$293,47	12/10/2026
HHH6749	DA00093180	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
HHQ5G00	DA00093136	23/05/2026	7340/0	R$130,16	15/10/2026
HIJ4C44	DA00090718	25/05/2026	5487/0	R$195,23	12/10/2026
HIL0G00	DA00093162	29/05/2026	6637/1	R$195,23	16/10/2026
HIP0617	DA00083807	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
HIT6I09	DA00092454	28/05/2026	6050/1	R$293,47	15/10/2026
HJA6961	DA00092972	26/05/2026	5541/2	R$195,23	12/10/2026
HJA6I43	DA00091781	29/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
HJF3E80	DA00091548	19/05/2026	5541/1	R$195,23	12/10/2026
HJX1030	DA00091702	21/05/2026	5592/0	R$130,16	12/10/2026
HKB2629	DA00090732	28/05/2026	6025/0	R$293,47	15/10/2026
HKB2629	DA00093233	28/05/2026	6599/2	R$293,47	15/10/2026
HKQ7J39	DA00090715	23/05/2026	5550/0	R$130,16	15/10/2026
HKV4884	DA00092812	27/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
HLW0018	DA00092810	26/05/2026	5991/0	R$293,47	12/10/2026
HMB3C23	DA00092442	07/05/2026	5452/2	R$195,23	12/10/2026
HME8554	DA00088991	29/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
HMQ6335	DA00091380	21/05/2026	5592/0	R$130,16	12/10/2026
HMQ6335	DA00091381	21/05/2026	6599/2	R$293,47	12/10/2026
HMY7755	DA00092417	30/05/2026	6050/1	R$293,47	16/10/2026
HNA1638	DA00086814	22/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
HNB9C34	DA00089630	23/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
HNB9C34	DA00089631	23/05/2026	5185/1	R$195,23	15/10/2026
HNC4171	DA00093159	29/05/2026	7633/2	R$293,47	16/10/2026
HNC4171	DA00093160	29/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
HOC8523	DA00090721	25/05/2026	6050/1	R$293,47	12/10/2026
JFB3412	DA00091699	21/05/2026	5525/0	R$130,16	12/10/2026
JGK1C60	DA00093636	31/05/2026	5592/0	R$130,16	16/10/2026
JJQ4D17	DA00092416	30/05/2026	7633/1	R$293,47	16/10/2026
JQV3925	DA00090720	25/05/2026	5550/0	R$130,16	12/10/2026
LGV9C25	DA00093049	30/05/2026	6530/0	R$195,23	16/10/2026
LSW6J25	DA00091190	26/05/2026	6530/0	R$195,23	15/10/2026
MCR4466	DA00091385	26/05/2026	7048/1	R$293,47	16/10/2026
MVC8118	DA00093172	29/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
MWC6E44	DA00091894	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
NSM0I61	DA00088988	27/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
NXX0303	DA00093046	28/05/2026	5592/0	R$130,16	15/10/2026
NYD0J61	DA00092406	26/05/2026	6050/1	R$293,47	15/10/2026
NYE7C64	DA00091771	12/05/2026	5401/0	R$195,23	16/10/2026
ODV7515	DA00088990	27/05/2026	5568/0	R$195,23	15/10/2026
OMK9E70	DA00091897	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
OOW3E78	DA00092743	08/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
OPI8B08	DA00090374	19/05/2026	7030/1	R$293,47	16/10/2026
OPW9I83	DA00083806	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
OQC8474	DA00092781	23/05/2026	7366/2	R$130,16	12/10/2026
OQJ4I65	DA00092779	23/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
ORA0G84	DA00089376	28/05/2026	6050/1	R$293,47	15/10/2026
ORB5B63	DA00093038	21/05/2026	7340/0	R$130,16	12/10/2026
ORB5B63	DA00093040	21/05/2026	7714/2	R$130,16	12/10/2026
OWH9990	DA00092706	21/05/2026	5541/7	R$195,23	12/10/2026
OWK1A16	DA00089622	21/05/2026	5487/0	R$195,23	12/10/2026
OWK4709	DA00091898	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
OWM2404	DA00089378	29/05/2026	7633/1	R$293,47	16/10/2026
OWP9811	DA00091717	30/05/2026	5380/0	R$130,16	16/10/2026

OWX4B58	DA00092415	26/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
OWX6870	DA00091712	25/05/2026	5452/1	R$195,23	15/10/2026
OXF2307	DA00089628	23/05/2026	5185/1	R$195,23	15/10/2026
OXF2307	DA00089629	23/05/2026	6599/2	R$293,47	15/10/2026
OYN6G61	DA00091902	26/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
PAP4H17	DA00087220	29/05/2026	6050/1	R$293,47	16/10/2026
PAV1H88	DA00087219	29/05/2026	5541/4	R$195,23	16/10/2026
PBR8F70	DA00083811	31/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
PUE5F85	DA00093182	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
PUM0I79	DA00088397	29/05/2026	5487/0	R$195,23	16/10/2026
PUP2126	DA00091792	29/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
PVA7F83	DA00093144	23/05/2026	5193/0	R$293,47	15/10/2026
PVA7F83	DA00093145	23/05/2026	6599/2	R$293,47	15/10/2026
PVE1678	DA00092164	15/05/2026	7340/0	R$130,16	16/10/2026
PVL2847	DA00091892	26/05/2026	5541/2	R$195,23	12/10/2026
PVL5J09	DA00083814	31/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
PVQ3699	DA00093153	26/05/2026	5185/1	R$195,23	12/10/2026
PWC1076	DA00092721	28/05/2026	6599/2	R$293,47	15/10/2026
PWC1076	DA00092724	28/05/2026	5592/0	R$130,16	15/10/2026
PWF1D19	DA00092714	25/05/2026	6661/0	R$195,23	12/10/2026
PWI1436	DA00092975	26/05/2026	5541/2	R$195,23	12/10/2026
PWM1851	DA00090004	22/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
PWN0I07	DA00091332	15/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
PWS0158	DA00092184	14/05/2026	7340/0	R$130,16	12/10/2026
PXE6H65	DA00092720	26/05/2026	5592/0	R$130,16	16/10/2026
PXI7A21	DA00091888	13/05/2026	5550/0	R$130,16	15/10/2026
PXM2A35	DA00090009	25/05/2026	5592/0	R$130,16	12/10/2026
PXT8H20	DA00093178	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
PXT8H20	DA00093179	30/05/2026	6599/2	R$293,47	16/10/2026
PYE4H12	DA00091175	09/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
PYI8J07	DA00092793	25/05/2026	7366/2	R$130,16	12/10/2026
PYM5B32	DA00091910	29/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
PYQ8E55	DA00092768	15/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
PZC6E59	DA00091181	20/05/2026	5185/1	R$195,23	12/10/2026
PZD3560	DA00093134	23/05/2026	7340/0	R$130,16	15/10/2026
PZD3560	DA00093135	23/05/2026	6599/2	R$293,47	15/10/2026
PZT7D67	DA00093173	29/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
PZT7D67	DA00093193	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
QCR4C68	DA00092817	28/05/2026	6050/1	R$293,47	16/10/2026
QMW6684	DA00092957	25/05/2026	5487/0	R$195,23	16/10/2026
QMY0E29	DA00091191	26/05/2026	7633/1	R$293,47	15/10/2026
QNH6571	DA00089375	27/05/2026	5185/1	R$195,23	16/10/2026
QNN5E53	DA00088980	18/05/2026	7633/1	R$293,47	16/10/2026
QNR6H64	DA00091909	29/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
QNU5D59	DA00092155	09/05/2026	7714/1	R$130,16	16/10/2026
QNY9I17	DA00091901	26/05/2026	5541/2	R$195,23	12/10/2026
QQC8826	DA00091703	22/05/2026	5550/0	R$130,16	12/10/2026
QQH3F77	DA00090473	23/05/2026	5460/0	R$130,16	15/10/2026
QUH2B01	DA00091718	30/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
QUL1B28	DA00092778	23/05/2026	7633/2	R$293,47	15/10/2026
QUR3B49	DA00083829	31/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
QUR3B49	DA00093184	30/05/2026	6661/0	R$195,23	16/10/2026
QUW0119	DA00091194	27/05/2026	5487/0	R$195,23	16/10/2026
QXI8F12	DA00090722	25/05/2026	5487/0	R$195,23	12/10/2026
QXO7H55	DA00091714	30/05/2026	5738/0	R$293,47	16/10/2026
QXO7H55	DA00091715	30/05/2026	7684/2	R$130,16	16/10/2026
QXS1E32	DA00091556	28/05/2026	5452/2	R$195,23	15/10/2026
QXT8A76	DA00089618	21/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
RFB4E41	DA00090727	26/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
RFC5A55	DA00091186	21/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
RFT6B57	DA00091778	29/05/2026	5452/2	R$195,23	16/10/2026
RIZ6I62	DA00091786	29/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
RMJ9H07	DA00093052	30/05/2026	5592/0	R$130,16	16/10/2026
RMY5C33	DA00092223	15/05/2026	7340/0	R$130,16	16/10/2026
RMY6C85	DA00091386	29/05/2026	5550/0	R$130,16	16/10/2026
RNF0I55	DA00093141	23/05/2026	7366/2	R$130,16	15/10/2026
RNG6B99	DA00091182	20/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
RNN6H71	DA00090726	26/05/2026	5622/2	R$88,38	12/10/2026
RNU7G33	DA00089377	29/05/2026	7633/1	R$293,47	16/10/2026
RTL7D45	DA00092783	23/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
RTP0F96	DA00093186	30/05/2026	5185/1	R$195,23	16/10/2026
RTX8F99	DA00091895	26/05/2026	5541/1	R$195,23	16/10/2026
RTY6C90	DA00090723	25/05/2026	6050/1	R$293,47	12/10/2026
SCE3E02	DA00091189	26/05/2026	6653/2	R$195,23	15/10/2026
SCL4G52	DA00092716	25/05/2026	5878/0	R$130,16	12/10/2026
SDA5J87	DA00093138	23/05/2026	7340/0	R$130,16	15/10/2026
SGI6B59	DA00091798	30/05/2026	5541/1	R$195,23	16/10/2026
SHO1F40	DA00093166	29/05/2026	5452/2	R$195,23	16/10/2026
SHO2B45	DA00092818	28/05/2026	7633/2	R$293,47	15/10/2026
SHQ6H36	DA00092935	15/05/2026	5541/2	R$195,23	16/10/2026
SHT2E27	DA00090731	28/05/2026	7633/2	R$293,47	15/10/2026
SHZ6A50	DA00091185	21/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
SIP6A69	DA00092717	26/05/2026	5541/4	R$195,23	12/10/2026
SIP6A69	DA00092718	26/05/2026	5410/0	R$130,16	12/10/2026
SIP8H91	DA00089619	21/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
SIU6C69	DA00092776	20/05/2026	6653/1	R$195,23	12/10/2026
SIX6F21	DA00092260	27/05/2026	7633/1	R$293,47	12/10/2026
SJB8H66	DA00092794	25/05/2026	7633/2	R$293,47	12/10/2026
SJD9C07	DA00090001	22/05/2026	5541/4	R$195,23	12/10/2026

SJE2J43	**DA00090010**	**26/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**15/10/2026**
SYE4G21	**DA00090007**	**25/05/2026**	**5592/0**	**R$130,16**	**12/10/2026**
SYM5F30	**DA00090713**	**23/05/2026**	**5550/0**	**R$130,16**	**15/10/2026**
SYP8E07	**DA00092801**	**26/05/2026**	**7633/2**	**R$293,47**	**15/10/2026**
SYU6J44	**DA00090561**	**08/05/2026**	**5541/1**	**R$195,23**	**12/10/2026**
SYV4C22	**DA00090730**	**26/05/2026**	**5738/0**	**R$293,47**	**16/10/2026**
SYX1G64	**DA00083820**	**31/05/2026**	**5541/3**	**R$195,23**	**16/10/2026**
TCA2H64	**DA00092452**	**26/05/2026**	**5401/0**	**R$195,23**	**15/10/2026**
TCI2D31	**DA00088993**	**30/05/2026**	**6050/1**	**R$293,47**	**16/10/2026**
TCO2A45	**DA00091550**	**21/05/2026**	**5185/1**	**R$195,23**	**15/10/2026**
TCU6F84	**DA00092798**	**26/05/2026**	**7633/2**	**R$293,47**	**15/10/2026**
TDC3E88	**DA00091775**	**25/05/2026**	**7625/1**	**R$293,47**	**12/10/2026**
TDE7I73	**DA00092782**	**23/05/2026**	**6637/1**	**R$195,23**	**12/10/2026**
TDJ8I58	**DA00091716**	**30/05/2026**	**5550/0**	**R$130,16**	**16/10/2026**
TDX4F26	**DA00091196**	**27/05/2026**	**6653/1**	**R$195,23**	**16/10/2026**
TXG2E14	**DA00093036**	**21/05/2026**	**6602/0**	**R$293,47**	**12/10/2026**
TXM4E20	**DA00091387**	**29/05/2026**	**5738/0**	**R$293,47**	**16/10/2026**
TYE6B53	**DA00091193**	**27/05/2026**	**6653/2**	**R$195,23**	**16/10/2026**
TYH3C87	**DA00091554**	**25/05/2026**	**5452/1**	**R$195,23**	**12/10/2026**
TYH6D12	**DA00087218**	**28/05/2026**	**6050/1**	**R$293,47**	**15/10/2026**
TYJ0C77	**DA00092414**	**26/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**15/10/2026**
TYP7A70	**DA00093163**	**29/05/2026**	**7340/0**	**R$130,16**	**16/10/2026**
TYP7A70	**DA00093164**	**29/05/2026**	**7684/2**	**R$130,16**	**16/10/2026**
TZD8H55	**DA00088979**	**18/05/2026**	**6050/1**	**R$293,47**	**16/10/2026**
TZG8F71	**DA00093045**	**27/05/2026**	**7714/2**	**R$130,16**	**15/10/2026**
UAI5A46	**DA00091788**	**29/05/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**16/10/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7C7DEDD0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 1514 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: ESTRELA DO INDAIA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO No:01514 /2026

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de ESTRELA DO INDAIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2575 / 2025
CONSIDERANDO:
Abertura de créditos adicionais suplementares nas seguintes dotações orçamentárias.....
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

02		PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAI	
02.10		GABINETE DO PREFEITO	
02.10.01		GABINETE DO PREFEITO	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0401		SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	
04.122.0401.1001		MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERS GABINETE	
4.4.90.52.00	019	Equipamento e Material Permanente	4.200,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.200,00
02.20		DPTO DE ADM. E PLANEJAMENTO	
02.20.01		DPTO DE ADM. E PLANEJAMENTO	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0403		ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL	
04.122.0403.2008		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DA ADM. GERAL	
3.1.90.94.00	058	Indenizações e Restituições Trabalhistas	9.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	9.000,00
04.124		Controle Interno	
04.124.0404		SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
04.124.0404.2010		MANUTENÇÃO PESSOAL DO CONTROLE INTERNO	
3.1.90.11.00	068	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
06		Seguranca Publica	
06.181		Policiamento	
06.181.0601		APOIO A SEGURANCA PUBLICA	
06.181.0601.2013		AUXILIO DA SEGURANÇA PUBLICA	
3.3.30.41.00	080	Contribuições	200,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	200,00
02.30		DPTO DE FAZENDA	
02.30.01		DPTO DE FAZENDA	
04		Administracao	
04.123		Administracao Financeira	
04.123.0406		FISCALIZ E ADMINIST DE TRIBUTOS E RENDAS	

04.123.0406.2021		MANUT PESSOAL FISCALIZAÇÃO E ADM RECURS	
3.1.90.11.00	114	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
02.40		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.40.01		EDUCACAO INFANTIL	
12		Educacao	
12.272		Previdencia do Regime Estatutario	
12.272.1212		PREVIDENCIA SOCIAL EDUCACAO INFANTIL	
12.272.1212.2141		CUSTEIO PREV SOCIAL - EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.91.13.00	130	Obrigações Patronais RPPS	2.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.000,00
02.40.02		ENSINO FUNDAMENTAL GERAL	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.1201		ENSINO FUNDAMENTAL GERAL	
12.361.1201.2123		MANUT OUTRAS DESP. DO ENS. FUND. GERAL	
3.3.90.39.00	159	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.000,00
02.40.03		FUNDEB	
12		Educacao	
12.272		Previdencia do Regime Estatutario	
12.272.1210		PREVIDENCIA SOCIAL DO FUNDEB	
12.272.1210.2139		CUSTEIO PREVID PESSOAL DO FUNDEB - 70%	
3.1.91.13.00	168	Obrigações Patronais RPPS	60.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	60.000,00
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.1203		GASTOS EXCLUSIVOS FUNDEB 70%	
12.361.1203.2034		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO FUNDEB - 70%	
3.1.90.11.00	175	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	75.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	75.000,00
12.365		Educacao Infantil	
12.365.1203		GASTOS EXCLUSIVOS FUNDEB 70%	
12.365.1203.2034		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO FUNDEB - 70%	
3.1.90.11.00	189	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	45.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	45.000,00
12.365.1204		GASTOS EXCLUSIVOS FUNDEB 30%	
12.365.1204.2035		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO FUNDEB - 30%	
3.1.90.04.00	191	Contratação por Tempo Determinado	13.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	13.000,00
3.1.90.94.00	193	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	5.000,00
02.40.04		TRANSPORTE ESCOLAR	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.1202		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.1202.2031		MANUT OUTRAS DESP TRANSP ESC - ENS FUND	
3.3.90.39.00	207	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	4.600,00
1.571.000.0000		Transf. Estado Ref. Conv.Inst Cong.	4.600,00
02.40.07		EDUCACAO SUPERIOR	
12		Educacao	
12.364		Ensino Superior	
12.364.1202		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.364.1202.2032		MANUTENÇÃO PESSOAL TRANSP ENS SUPERIOR	
3.1.90.11.00	210	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	3.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	3.000,00
02.40.08		ADMINISTRACAO DA EDUCACAO	
12		Educacao	
12.272		Previdencia do Regime Estatutario	
12.272.1214		PREVIDENCIA SOCIAL EDUCAC ADMINISTRACAO	
12.272.1214.2143		CUSTEIO PREV PES ADMINIST E OUT EDUCAÇÃO	
3.1.91.13.00	235	Obrigações Patronais RPPS	4.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.000,00
02.50		DPTO DE PATRIMONIO E URBANISMO	
02.50.01		DPTO DE PATRIMONIO E URBANISMO	
15		Urbanismo	
15.451		Infra-estrutura Urbana	
15.451.1501		PLANEJAMENTO E EXECUCAO ORCAMENTARIA	
15.451.1501.2052		MANUT OUTRAS DESP. DO PLAN. EXEC. URBANA	
3.3.90.30.00	246	Material de Consumo	5.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	5.000,00
15.452		Servicos Urbanos	
15.452.1502		LIMPEZA PUBLICA E REMOCAO DE LIXO	
15.452.1502.2054		MANUT OUTRAS DESP LIMP. PÚB. E R. LIXO	
3.3.90.30.00	257	Material de Consumo	21.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	21.000,00
15.452.1503		SERVICOS FUNERARIOS	
15.452.1503.2056		MANUTENÇÃO OUTRAS DESP. SERV. FUNERÁRIO	
3.3.90.30.00	266	Material de Consumo	2.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.000,00
25		Energia	
25.752		Energia Eletrica	
25.752.2501		EXTENSAO DE REDE DE ILUMINACAO URBANA	
25.752.2501.2057		MANUTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
3.3.90.39.00	270	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	40.000,00
02.60		SEC. SAUDE, SAN., PREV. ASS. SOCIAL E MA	
02.60.01		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10		Saude	
10.272		Previdencia do Regime Estatutario	

10.272.1010		PREVIDENCIA DA SAUDE	
10.272.1010.2144		CUSTEIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA SAÚDE	
3.1.90.13.00	271	Obrigações Patronais	11.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	11.000,00
3.1.91.13.00	272	Obrigações Patronais RPPS	165.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	165.000,00
10.301		Atencao Basica	
10.301.1004		PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA PSF	
10.301.1004.1034		EQUIPAMENTOS DIVERSOS P/ PSF	
4.4.90.52.00	275	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	5.000,00
10.301.1004.2066		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO PSF	
3.1.90.11.00	278	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	60.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	60.000,00
10.301.1004.2067		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESP. DO PSF	
3.3.90.39.00	286	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	10.000,00
10.302		Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.1003		ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	
10.302.1003.1032		EQUIP DIVERSOS ASSISTÊNCIA MÉD E ODONTOL	
4.4.90.52.00	289	Equipamento e Material Permanente	1.500,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.500,00
10.302.1003.2063		MANUT PESSOAL ASSIST MEDICA E ODONTOLÓG.	
3.1.90.04.00	291	Contratação por Tempo Determinado	1.000,00
1.605.000.0000		Assist.Financ Uniao compl. pagto piso	1.000,00
10.302.1003.2064		MANUT OUTRAS DESP ASSIST MEDIC E ODONTOL	
3.3.90.30.00	295	Material de Consumo	30.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	30.000,00
10.303		Suporte Profilatico e Terapeutico	
10.303.1008		ATENCAO A FARMACIA BASICA	
10.303.1008.2065		DOAÇÕES DE MEDICAM, TRANSFERÊNCIA E CONG	
3.3.90.32.00	320	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	5.000,00
1.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	5.000,00
10.303.1008.2136		MANUT OUTRAS DESPESAS DA FARMÁCIA BÁSICA	
3.3.90.36.00	326	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	1.000,00
10.305		Vigilancia Epidemiologica	
10.305.1007		PREVENCAO E COMBATE A EPIDEMIAS	
10.305.1007.2072		MANUT PESSOAL VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.11.00	342	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	21.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	9.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	12.000,00
02.60.02		SANEAMENTO E PREVIDENCIA	
09		Previdencia Social	
09.272		Previdencia do Regime Estatutario	
09.272.0407		PREVIDENCIA GERAL DOS SERVIDORES	
09.272.0407.2146		CUSTEIO PREVIDÊNCIA SOCIAL DIV SETORES	
3.1.91.13.00	357	Obrigações Patronais RPPS	22.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	22.000,00
02.60.04		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08		Assistencia Social	
08.244		Assistencia Comunitaria	
08.244.0805		INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA IGD	
08.244.0805.2149		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS COM O IGD	
3.3.90.39.00	428	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
1.660.000.0000		Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	2.000,00
08.272		Previdencia do Regime Estatutario	
08.272.2706		PREVIDENCIA SOCIAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
08.272.2706.2186		CUSTEIO PREVID SOC ASSISTÊNC SOC GERAL	
3.1.91.13.00	432	Obrigações Patronais RPPS	9.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	9.000,00
02.60.06		ADMINISTRACAO DA SECRETARIA DE SAUDE	
10		Saude	
10.122		Administracao Geral	
10.122.1001		ADMINISTRACAO DE SAUDE PUBLICA	
10.122.1001.2060		MANUT OUTRAS DESP ADMIN SAÚDE PUBLICA	
3.3.90.36.00	453	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	2.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.000,00
10.272		Previdencia do Regime Estatutario	
10.272.1011		PREVIDENCIA SOCIAL DA SECRETARIA SAUDE	
10.272.1011.2145		CUSTEIO PREVIDÊNCIA SOCIAL SEC DE SAÚDE	
3.1.91.13.00	459	Obrigações Patronais RPPS	20.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	20.000,00
02.70		DPTO DE TRANSPORTE	
02.70.01		TRANSPORTE GERAL	
26		Transporte	
26.782		Transporte Rodoviario	
26.782.2602		CONSERVACAO DE RODOVIAS E ESTRADAS	
26.782.2602.2098		MANUT PESSOAL DA CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	
3.1.90.04.00	477	Contratação por Tempo Determinado	5.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	5.000,00
26.782.2602.2099		MANUT OUTRAS DESP CONSERV ROD E ESTRADAS	
3.3.90.30.00	481	Material de Consumo	82.500,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	82.500,00
02.80		SECRETARIA MUN.CULT. LAZER, ESPORTE E TU	
02.80.01		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
13		Cultura	
13.272		Previdencia do Regime Estatutario	
13.272.2703		PREVIDENCIA SOCIAL CULTURA E TURISMO	

13.272.2703.2166		CUSTEIO PREV SOCIAL PESS CULT E TURISMO	
3.1.91.13.00	490	Obrigações Patronais RPPS	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
02.80.02		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27		Desporto e Lazer	
27.813		Lazer	
27.813.2702		PRACA DE ESPORTES E LAZER	
27.813.2702.2046		MANUTENÇÃO PESSOAL DA PRAÇA DE ESPORTES	
3.1.90.04.00	547	Contratação por Tempo Determinado	3.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	3.000,00
27.813.2702.2047		MANUT OUTRAS DESP DA PRAÇA DE ESPORTES	
3.3.90.39.00	552	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	37.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	37.000,00
02.30		DPTO DE FAZENDA	
02.30.01		DPTO DE FAZENDA	
04		Administracao	
04.129		Administracao de Receitas	
04.129.0406		FISCALIZ E ADMINIST DE TRIBUTOS E RENDAS	
04.129.0406.2025		MANUTENÇÃO DE JUROS DA DIVIDA	
3.2.91.21.00	608	Juros sobre Dívida por Contrato c/ RPPS	22.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	22.000,00
02.70		DPTO DE TRANSPORTE	
02.70.01		TRANSPORTE GERAL	
26		Transporte	
26.782		Transporte Rodoviario	
26.782.2601		PAVIMENTACAO ASFALTICA	
26.782.2601.2097		MANUT OUTRAS DESP PAVIMENTAÇÃO RUAS E AV	
3.3.93.39.00	620	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	211.200,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	211.200,00
3.3.71.70.00	621	Rateio pela Particip. Consórcio Público	10.700,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.700,00
02.80		SECRETARIA MUN.CULT. LAZER, ESPORTE E TU	
02.80.01		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
13		Cultura	
13.392		Difusao Cultural	
13.392.1302		PROMOCAO CULTURAL	
13.392.1302.1099		MANUT AÇÕES FOMENT CULT C19 LALDIR BLANC	
3.3.90.36.00	622	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	37.588,34
1.719.000.0000		Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento	37.588,34
3.3.90.39.00	623	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
1.719.000.0000		Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento	5.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS:	R$ 1.085.488,34

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:

02		PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAI	
02.10		GABINETE DO PREFEITO	
02.10.01		GABINETE DO PREFEITO	
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0401		SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	
04.122.0401.2002		MANUT ATIVIDAD OUTRAS DESP. DO GABINETE	
3.3.90.30.00	023	Material de Consumo	4.200,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.200,00
02.20		DPTO DE ADM. E PLANEJAMENTO	
02.20.01		DPTO DE ADM. E PLANEJAMENTO	
02		Judiciaria	
02.061		Acao Judiciaria	
02.061.0301		ACOES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS	
02.061.0301.2151		MANUTENÇÃO OUTRAS DESP PROC JUDICIÁRIO	
3.3.90.39.00	038	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	30.000,00
04		Administracao	
04.122		Administracao Geral	
04.122.0403		ADMINISTRACAO PUBLICA MUNICIPAL	
04.122.0403.2009		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESP. DA ADM. GERAL	
3.3.90.36.00	063	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	9.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	9.000,00
3.3.90.93.00	066	Indenizações e Restituições	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
04.124		Controle Interno	
04.124.0404		SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
04.124.0404.2011		MANUT OUTRAS DESP. DO CONTROLE INTERNO	
3.3.90.30.00	070	Material de Consumo	200,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	200,00
05		Defesa Nacional	
05.153		Defesa Terrestre	
05.153.0501		AUXILIO A DEFESA NACIONAL	
05.153.0501.2014		MANUTENÇÃO DO ALISTAMENTO MILITAR	
3.1.90.04.00	078	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.000,00
11		Trabalho	
11.333		Empregabilidade	
11.333.2201		PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
11.333.2201.2111		MANUT OUTRAS DESPES DESENVOLV INDUSTRIAL	
3.3.90.36.00	084	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	3.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	3.000,00

20		Agricultura	
20.608		Promocao da Producao Agropecuaria	
20.608.2001		DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL	
20.608.2001.2132		CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS SINDICAT RURAL	
3.3.70.41.00	096	Contribuições	40.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	40.000,00
02.30		DPTO DE FAZENDA	
02.30.01		DPTO DE FAZENDA	
04		Administracao	
04.124		Controle Interno	
04.124.0406		FISCALIZ E ADMINIST DE TRIBUTOS E RENDAS	
04.124.0406.2021		MANUT PESSOAL FISCALIZAÇÃO E ADM RECURS	
3.1.90.04.00	116	Contratação por Tempo Determinado	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
04.129		Administracao de Receitas	
04.129.0406		FISCALIZ E ADMINIST DE TRIBUTOS E RENDAS	
04.129.0406.2025		MANUTENÇÃO DE JUROS DA DIVIDA	
3.2.90.21.00	127	Juros Sobre Dívida Por Contrato	24.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	24.000,00
28		Encargos Especiais	
28.843		Servico da Divida Interna	
28.843.0406		FISCALIZ E ADMINIST DE TRIBUTOS E RENDAS	
28.843.0406.1006		AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA POR CONTRATOS	
4.6.90.71.00	128	Principal da Dívida Contratual Resgatado	30.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	30.000,00
02.40		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.40.02		ENSINO FUNDAMENTAL GERAL	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.1201		ENSINO FUNDAMENTAL GERAL	
12.361.1201.1017		CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA	
4.4.90.51.00	151	Obras e Instalações	4.500,00
1.571.000.0000		Transf. Estado Ref. Conv.Inst Cong.	4.500,00
12.361.1201.2123		MANUT OUTRAS DESP. DO ENS. FUND. GERAL	
3.3.90.30.00	157	Material de Consumo	10.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.000,00
02.40.03		FUNDEB	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.1203		GASTOS EXCLUSIVOS FUNDEB 70%	
12.361.1203.2034		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO FUNDEB - 70%	
3.1.90.04.00	174	Contratação por Tempo Determinado	135.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	135.000,00
12.361.1204		GASTOS EXCLUSIVOS FUNDEB 30%	
12.361.1204.1012		VEÍCULOS P/ FUNDEB	
4.4.90.52.00	178	Equipamento e Material Permanente	9.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	9.000,00
12.361.1204.2036		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESP. FUNDEB - 30%	
3.3.90.36.00	185	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	5.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	5.000,00
3.3.90.39.00	186	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	4.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	4.000,00
12.365		Educacao Infantil	
12.365.1204		GASTOS EXCLUSIVOS FUNDEB 30%	
12.365.1204.2035		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO FUNDEB - 30%	
3.1.90.11.00	192	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	45.000,00
1.540.000.0000		Transferências do FUNDEB - Impostos /	45.000,00
02.40.04		TRANSPORTE ESCOLAR	
12		Educacao	
12.361		Ensino Fundamental	
12.361.1202		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.1202.2031		MANUT OUTRAS DESP TRANSP ESC - ENS FUND	
3.3.90.93.00	208	Indenizações e Restituições	100,00
1.571.000.0000		Transf. Estado Ref. Conv.Inst Cong.	100,00
02.40.07		EDUCACAO SUPERIOR	
12		Educacao	
12.364		Ensino Superior	
12.364.1202		TRANSPORTE ESCOLAR	
12.364.1202.2033		MANUTENÇ OUTRAS DESP TRANSPORTE ENS SUP	
3.3.90.39.00	213	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	3.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	3.000,00
02.40.08		ADMINISTRACAO DA EDUCACAO	
12		Educacao	
12.272		Previdencia do Regime Estatutario	
12.272.1214		PREVIDENCIA SOCIAL EDUCAC ADMINISTRACAO	
12.272.1214.2143		CUSTEIO PREV PES ADMINIST E OUT EDUCAÇÃO	
3.1.90.13.00	234	Obrigações Patronais	4.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.000,00
02.50		DPTO DE PATRIMONIO E URBANISMO	
02.50.01		DPTO DE PATRIMONIO E URBANISMO	
15		Urbanismo	
15.452		Servicos Urbanos	
15.452.1502		LIMPEZA PUBLICA E REMOCAO DE LIXO	
15.452.1502.1024		EQUIPAMENTOS DIVERS LIMPEZA PUB E R LIXO	
4.4.90.52.00	250	Equipamento e Material Permanente	4.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.000,00
15.452.1502.2054		MANUT OUTRAS DESP LIMP. PÚB. E R. LIXO	
3.3.90.36.00	258	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	21.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	21.000,00

02.60		SEC. SAUDE, SAN., PREV. ASS. SOCIAL E MA	
02.60.01		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10		Saude	
10.301		Atencao Basica	
10.301.1004		PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA PSF	
10.301.1004.1034		EQUIPAMENTOS DIVERSOS P/ PSF	
4.4.90.52.00	275	Equipamento e Material Permanente	11.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	11.000,00
10.301.1004.2066		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO PSF	
3.1.90.04.00	277	Contratação por Tempo Determinado	61.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	60.000,00
1.605.000.0000		Assist.Financ Uniao compl. pagto piso	1.000,00
3.1.90.11.00	278	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	165.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	165.000,00
3.1.90.94.00	280	Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	1.000,00
10.301.1004.2067		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESP. DO PSF	
3.3.90.30.00	283	Material de Consumo	6.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	6.000,00
3.3.90.47.00	288	Obrigações Tributárias e Contributivas	4.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	4.000,00
10.302		Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.1003		ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	
10.302.1003.1033		AQUISIÇÃO VEÍCULOS ASSIST MÉD E ODONTOL	
4.4.90.52.00	290	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	5.000,00
10.302.1003.2064		MANUT OUTRAS DESP ASSIST MEDIC E ODONTOL	
3.3.90.30.00	295	Material de Consumo	5.000,00
1.621.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	5.000,00
3.3.90.36.00	298	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	500,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	500,00
10.303		Suporte Profilatico e Terapeutico	
10.303.1005		CONTROLE FISIOTERAPEUTICO	
10.303.1005.2068		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DA FISIOTERAPIA	
3.1.90.04.00	308	Contratação por Tempo Determinado	6.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	6.000,00
10.303.1005.2069		MANUTENÇÃO OUTRAS DESP. DA FISIOTERAPIA	
3.3.90.36.00	312	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	10.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	10.000,00
10.305		Vigilancia Epidemiologica	
10.305.1007		PREVENCAO E COMBATE A EPIDEMIAS	
10.305.1007.2073		MANUTENÇÃO OUTRAS DESP VIG EPIDEMIOLÓGIC	
3.1.90.04.00	344	Contratação por Tempo Determinado	9.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	9.000,00
3.3.90.30.00	347	Material de Consumo	12.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	12.000,00
3.3.90.36.00	349	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	5.000,00
1.600.000.0000		Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS	5.000,00
02.60.02		SANEAMENTO E PREVIDENCIA	
17		Saneamento	
17.512		Saneamento Basico Urbano	
17.512.1701		SISTEMA DE AGUA E ESGOTO	
17.512.1701.2080		MANUT PESSOAL SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	
3.1.90.04.00	369	Contratação por Tempo Determinado	22.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	22.000,00
02.60.04		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08		Assistencia Social	
08.244		Assistencia Comunitaria	
08.244.0803		CRIACAO DE C.R.A.S.	
08.244.0803.2091		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESP. DO CRAS	
3.3.90.39.00	413	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	500,00
1.660.000.0000		Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	500,00
08.244.0805		INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA IGD	
08.244.0805.2149		MANUTENÇÃO DE OUTRAS DESPESAS COM O IGD	
3.3.90.14.00	423	Diárias - Pessoal Civil	1.000,00
1.660.000.0000		Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	1.000,00
3.3.90.30.00	424	Material de Consumo	500,00
1.660.000.0000		Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência	500,00
02.60.05		MEIO AMBIENTE	
18		Gestao Ambiental	
18.542		Controle Ambiental	
18.542.1801		GESTAO DE MEIO AMBIENTE	
18.542.1801.2094		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO MEIO AMBIENTE	
3.1.90.04.00	438	Contratação por Tempo Determinado	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
3.1.90.11.00	439	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	8.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	8.000,00
02.60.06		ADMINISTRACAO DA SECRETARIA DE SAUDE	
10		Saude	
10.122		Administracao Geral	
10.122.1001		ADMINISTRACAO DE SAUDE PUBLICA	
10.122.1001.2059		MANUTENÇÃO PESSOAL ADMINISTRAÇÃO SAÚDE	
3.1.90.04.00	446	Contratação por Tempo Determinado	16.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	16.000,00
10.122.1001.2060		MANUT OUTRAS DESP ADMIN SAÚDE PUBLICA	
3.3.90.40.00	455	Serv. de TI e Comunicação - PJ	2.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.000,00
10.272		Previdencia do Regime Estatutario	

10.272.1011		PREVIDENCIA SOCIAL DA SECRETARIA SAUDE	
10.272.1011.2145		CUSTEIO PREVIDÊNCIA SOCIAL SEC DE SAÚDE	
3.3.90.47.00	460	Obrigações Tributárias e Contributivas	4.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	4.000,00
02.70		DPTO DE TRANSPORTE	
02.70.01		TRANSPORTE GERAL	
26		Transporte	
26.782		Transporte Rodoviario	
26.782.2601		PAVIMENTACAO ASFALTICA	
26.782.2601.1053		PAVIMENT E OU CALCAMENTO RUAS E AVENIDAS	
4.4.90.51.00	463	Obras e Instalações	200.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	200.000,00
26.782.2602		CONSERVACAO DE RODOVIAS E ESTRADAS	
26.782.2602.2099		MANUT OUTRAS DESP CONSERV ROD E ESTRADAS	
3.3.90.36.00	482	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	5.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	5.000,00
02.80		SECRETARIA MUN.CULT. LAZER, ESPORTE E TU	
02.80.01		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
12		Educacao	
12.392		Difusao Cultural	
12.392.1207		BIBLIOTECA PUBLICA	
12.392.1207.2040		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DA BIBLIOTECA	
3.1.90.04.00	488	Contratação por Tempo Determinado	2.500,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	2.500,00
13		Cultura	
13.392		Difusao Cultural	
13.392.1207		BIBLIOTECA PUBLICA	
13.392.1207.2040		MANUTENÇÃO DO PESSOAL DA BIBLIOTECA	
3.1.90.11.00	494	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	1.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	1.000,00
13.392.1302		PROMOCAO CULTURAL	
13.392.1302.1086		AQUISIÇÃO EQUIP USO PROMOÇÃO CULTURAL	
4.4.90.52.00	499	Equipamento e Material Permanente	31.900,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	31.900,00
13.392.1302.2042		MANUTENÇÃO CARNAVAL E FESTA DO ROSÁRIO	
3.3.90.39.00	505	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	37.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	37.000,00
02.80.02		DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27		Desporto e Lazer	
27.813		Lazer	
27.813.2702		PRACA DE ESPORTES E LAZER	
27.813.2702.2047		MANUT OUTRAS DESP DA PRAÇA DE ESPORTES	
3.3.90.36.00	551	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	3.000,00
1.500.000.0000		Recursos não vinculados de Impostos	3.000,00
02.80.01		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
13		Cultura	
13.392		Difusao Cultural	
13.392.1302		PROMOCAO CULTURAL	
13.392.1302.1099		MANUT AÇÕES FOMENT CULT C19 LALDIR BLANC	
3.3.90.48.00	619	Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas	42.588,34
1.719.000.0000		Transf.Pol. Nac Aldir Blanc Fomento	42.588,34
		TOTAL:	R$ 1.085.488,34

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

ESTRELA DO INDAIA, 3 DE AGOSTO DE 2026

JURACI FRANCISCO SANTANA
CPF: 561.965.126-68
Prefeito

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:F0135076

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2.594, DE 08.09.2026

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.707 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Estrela do Indaiá/MG, por seus representantes legais na Câmara Municipal, APROVA e eu, em seu nome, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso II do Art. 131 da Lei Municipal n.º 1.707 de 17 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131 (...)

II - Contribuição suplementar dos Órgãos Empregadores para equacionamento do déficit atuarial, conforme alíquotas estabelecidas no Anexo Único desta Lei, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição."

Art. 2º. Fica acrescido o seguinte Anexo Único à Lei Municipal n.º 1.707 de 17 de dezembro de 2004:

Anexo Único

ANO	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	PAGAMENTO	SALDO FINAL	JUROS	AMORTIZAÇÃO
2026	43,42	7.766.047,12	92.301.939,69	-3.372.017,66	93.988.068,33	-5.058.146,30	1.686.128,64
2027	65,66	7.843.707,59	93.988.068,33	-5.150.178,40	93.988.436,07	-5.150.546,14	367,74
2028	65,66	7.922.144,67	93.988.436,07	-5.201.680,19	93.937.322,17	-5.150.566,30	-51.113,89
2029	65,66	8.001.366,11	93.937.322,17	-5.253.696,99	93.831.390,44	-5.147.765,26	-105.931,74
2030	65,66	8.081.379,77	93.831.390,44	-5.306.233,96	93.667.116,67	-5.141.960,20	-164.273,76
2031	65,66	8.162.193,57	93.667.116,67	-5.359.296,30	93.440.778,37	-5.132.957,99	-226.338,31
2032	65,66	8.243.815,51	93.440.778,37	-5.412.889,26	93.148.443,76	-5.120.554,65	-292.334,61
2033	65,66	8.326.253,66	93.148.443,76	-5.467.018,16	92.785.960,32	-5.104.534,72	-362.483,44
2034	65,66	8.409.516,20	92.785.960,32	-5.521.688,34	92.348.942,61	-5.084.670,63	-437.017,71
2035	65,66	8.493.611,36	92.348.942,61	-5.576.905,22	91.832.759,45	-5.060.722,06	-516.183,17
2036	65,66	8.578.547,48	91.832.759,45	-5.632.674,27	91.232.520,39	-5.032.435,22	-600.239,05
2037	70,00	8.664.332,95	91.232.520,39	-6.065.033,07	90.167.029,44	-4.999.542,12	-1.065.490,95
2038	70,00	8.750.976,28	90.167.029,44	-6.125.683,40	88.982.499,26	-4.941.153,21	-1.184.530,18
2039	70,00	8.838.486,04	88.982.499,26	-6.186.940,23	87.671.799,99	-4.876.240,96	-1.310.699,27
2040	70,00	8.926.870,90	87.671.799,99	-6.248.809,63	86.227.405,00	-4.804.414,64	-1.444.394,99
2041	70,00	9.016.139,61	86.227.405,00	-6.311.297,73	84.641.369,06	-4.725.261,79	-1.586.035,93
2042	71,12	9.106.301,01	84.641.369,06	-6.476.401,28	82.803.314,81	-4.638.347,02	-1.838.054,25
2043	85,00	9.197.364,02	82.803.314,81	-7.817.759,42	79.523.177,05	-4.537.621,65	-3.280.137,76
2044	90,00	9.289.337,66	79.523.177,05	-8.360.403,89	75.520.643,25	-4.357.870,10	-4.002.533,79
2045	95,00	9.382.231,04	75.520.643,25	-8.913.119,48	70.746.055,02	-4.138.531,25	-4.774.588,23
2046	95,00	9.476.053,35	70.746.055,02	-9.002.250,68	65.620.688,16	-3.876.883,82	-5.125.366,86
2047	95,00	9.570.813,88	65.620.688,16	-9.092.273,19	60.124.428,68	-3.596.013,71	-5.496.259,47
2048	95,00	9.666.522,02	60.124.428,68	-9.183.195,92	54.236.051,46	-3.294.818,69	-5.888.377,23
2049	95,00	9.763.187,24	54.236.051,46	-9.275.027,88	47.933.159,20	-2.972.135,62	-6.302.892,26
2050	95,00	9.860.819,11	47.933.159,20	-9.367.778,15	41.192.118,17	-2.626.737,12	-6.741.041,03
2051	95,00	9.959.427,30	41.192.118,17	-9.461.455,94	33.987.990,31	-2.257.328,08	-7.204.127,86
2052	95,00	10.059.021,57	33.987.990,31	-9.556.070,50	26.294.461,69	-1.862.541,87	-7.693.528,63
2053	95,00	10.159.611,79	26.294.461,69	-9.651.631,20	18.083.766,98	-1.440.936,50	-8.210.694,70
2054	95,00	10.261.207,91	18.083.766,98	-9.748.147,51	9.326.609,90	-990.990,43	-8.757.157,08
2055	95,00	10.363.819,99	9.326.609,90	-9.837.708,13	0	-511.098,22	-9.326.609,91

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do mês subsequente ao nonagésimo dia de sua publicação.

Parágrafo único. As contribuições suplementares vigentes ficam mantidas até o início do prazo mencionado no caput deste artigo.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela contém.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 08 de setembro de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:C5D5FF14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2024

PROCESSO Nº 039/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: TRANSPORTE MP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.838.504/0001-50. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede pública de ensino do município de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado a seguir:

GRUPO 7					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
10	**ROTA 10 – Marcelo, Peixoto, Pedras da Penha, Terra Caída, Dores, Penha** Especificações: Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 60 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado. O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.	KM	4320	R$ 7,38	R$ 31.881,60
11	**ROTA 11 – Pedras (José Julinho), Pindó, São José, Santana, Nogueira, Santana** Especificações: Veículo: **Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 62 km Turno: Manhã Condutor devidamente habilitado.	KM	4464	R$ 6,85	R$ 30.578,40
VALOR TOTAL: R$ 62.460,00 (Sessenta e dois mil e quatrocentos e sessenta reais).					

Fundamentação: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 31/08/2026.

Vigência: Até 31/12/2026.

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:6E57F2ED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024

PROCESSO Nº 039/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE VIÇOSA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 13.050.371/0001-20. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede pública de ensino do município de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado a seguir:

GRUPO 11					
ITEM	**DESCRIÇÃO DAS ROTAS**	**UNID**	**KM TOTAL (72 DIAS)**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
22	**ROTA 22 – Guaraciaba, Ângelo, Café, Lopes, Cambota** **Itinerário TARDE (11h15min): "Ir do Lopes até o Joaquim Eduardo. Ir da Cambota até o Ribeiro".** Especificações: Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 54 km Retorno Previsto: 12:15h Condutor devidamente habilitado O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.	KM	3888	6,31	R$ 24.533,28
23	**ROTA 23 – Guaraciaba, Bananal, Jangada, Sete Lagoas, Recreio, Fazenda Pião, Sítio Paraíso, Sítio União, Sítio Grama e Sítio Mãe Maria, Chibú.** Especificações: Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 50 km Retorno Previsto: 12:15h Condutor devidamente habilitado O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.	KM	3600	6,27	R$ 22.572,00
24	**ROTA 24 – Guaraciaba, Sitio Lavras, Volta Grande, Cabeleira, Taquaral, Manoel da Paz, Córrego da Laje.** Especificações: Veículo: **Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 40 km Retorno Previsto: 12:15h Condutor devidamente habilitado	KM	2880	6,31	R$ 18.172,80
Valor Total: R$ 65.278,08 (Sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e oito centavos).					

Fundamentação: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 31/08/2026.
Vigência: Até 31/12/2026.

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:CB0AA53B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2024

PROCESSO Nº 039/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: DENIVALDO DE ASSIS SOUZA TRANSPORTES ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.927.976/0001-77. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede pública de ensino do município de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado a seguir:

GRUPO 04					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
07	**ROTA 07 – Paracatu, Alto Carioca (virar na porteira de Zé Béeco), Casa Nova, Córrego** Especificações: Veículo: **Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 84 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado.	KM	6048	R$ 5,80	R$ 35.078,40
08	**ROTA 08 – Bom Jardim, Canta Galo, Pai João, Córrego** **Itinerário, MANHÃ E TARDE: "Ir do Bom Jardim até a Capela do Laranjeiras".** Especificações: Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV**	KM	5040	R$ 6,85	R$ 34.524,00

	Km/dia: 70 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado. O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.				
GRUPO 10					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
20	**ROTA 20 – Guaraciaba, Santa Cruz, Malhado, Paiolinho, São João, Manoel Dias, Fazenda** Especificações: Veículo: **Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 52 km Retorno Previsto: 12:15h Condutor devidamente habilitado.	KM	3744	R$ 5,27	R$ 19.730,88
21	**ROTA 21 – Guaraciaba, Jurumirim, Casa Nova, Abre Campo** Especificações: Veículo: **Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 40 km Retorno Previsto: 12:15h Condutor devidamente habilitado.	KM	2880	R$ 5,27	R$ 15.177,60
VALOR TOTAL: R$ 104.510,88 (Cento e quatro mil, quinhentos e dez reais e oitenta e oito centavos.)					

Fundamentação: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 31/08/2026.
Vigência: Até 31/12/2026.

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:8CB96FA5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2024

PROCESSO Nº 039/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: EDMAR TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 06.159.416/0001-33. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede pública de ensino do município de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado a seguir:

GRUPO 3					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
06	**ROTA 06 – Córrego, Santana, Mata Cães, Rato, Guaraciaba** Especificações: Veículo: **Ônibus Mínimo 40 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 55 km Turno: Manhã Condutor devidamente habilitado.	KM	3960	R$ 9,70	R$ 38.412,00
09	**ROTA 09 – Córrego, Zé de Marco, Rato (virar no Didi de Brás), Mata Cães, Santana, Candeias, Córrego** **MANHÃ: "Encruzilhada do Santa Maria até no Zé de Marcos".** Especificações: Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 66 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado. O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.	KM	4752	R$ 7,96	R$ 37.825,92
VALOR TOTAL: R$ 76.237,92 (Setenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).					

Fundamentação: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 31/08/2026.
Vigência: Até 31/12/2026.

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:2C9A6069

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2024

PROCESSO Nº 039/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratado: 55.777.653 AMANDA GUILHERME DA PAIXÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 55.777.653/0001-73. Objeto: Constitui objeto deste instrumento, a

prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede pública de ensino do município de Guaraciaba/MG, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme discriminado a seguir:

GRUPO 06					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
12	**ROTA 12 – Lagoas, Encruzilhada de Nelson, Laércio, Encruzilhada de Jânio, São Mateus, Penha.** **MANHÃ E TARDE: "Ponto Nelson de Adão até Zé Marica)".** **MANHÃ E TARDE: "Descer no São Mateus, virar no Rogerio João Ferreira- São José"** Especificações: Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 84 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado. O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.	KM	6048	R$ 7,38	R$ 44.634,24
14	**ROTA 14 – São Mateus (Casa do Senhor Dete), Penha, Guaraciaba. Volta: Guaraciaba, Penha, Terra Caída, São Mateus. Ir até a Comunidade do Lagoas (casa de Jerônimo e Osvaldo)** Especificações: Veículo: **Ônibus Mínimo 40 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** **Km/dia total: 81 km/dia** Turno: Manhã Condutor devidamente habilitado.	KM	5832	R$ 9,49	R$ 55.345,68
GRUPO 07					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**KM TOTAL (72 dias)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
13	**ROTA 13 – Senhor Hélio, Igreja Baú, Siqueira (retorno Campo Silvério), Penha** **Especificações:** Veículo: **Micro-ônibus Mínimo 20 lugares - Lotação deverá estar Expresso no CRLV** Km/dia: 59 km Turno: Manhã e Tarde Condutor devidamente habilitado. O veículo deverá ser adequado ao número de alunos, em caso de novas demandas.	KM	4248	R$ 7,95	R$ 33.771,60
15	**ROTA 15 – Guaraciaba, Manoel Dias, Sandrinho, Rato (11h15min)** **Rato, Guaraciaba (12h15min)** **Guaraciaba, Rato (17h15min)** **TARDE: "Ir do Rato até o Manoel Dias no horário de 17h15min".** **Especificações:** Veículo**: Van Mínimo 15 Lugares - Lotação deverá estar** Expresso no CRLV Km/dia total: 55 km/dia Turno: Retorno 11:15h com alunos da Manhã, Tarde. Condutor devidamente habilitado.	KM	3960	R$ 7,02	R$ 27.799,20
VALOR TOTAL: R$ 161.550,72 (cento e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos).					

Fundamentação: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/21.
Assinatura: 31/08/2026.
Vigência: Até 31/12/2026.

Guaraciaba/MG, 08 de setembro de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

WILMA DAS GRAÇAS DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:4E2B1DB5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DE PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026- AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 138/2026
Às **09:02:04 horas do dia 04 de Setembro de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br,*** o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de preços visando a futura, eventual e parcelada aquisição de 11 (onze) itens remanescentes de medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica, em estrito atendimento às demandas da Farmácia Municipal/Farmácia de Minas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégias de Saúde da Família (ESF) e Policlínica do município de Japaraíba/MG..**
O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.
Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)		
Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):		
Fornecedor	**CNPJ**	**Enquadramento**
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	**Microempresa**
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	**Microempresa**
NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	34.772.843/0001-28	**Microempresa**

Propostas
A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.
Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
81532	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59043023000126	NEURAXPHARM	FR	R$ 25,9000	**Classificada**	--

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 25,9000	03/09/2026 16:13:45	Classificado

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 09:05:30	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	04/09/2026 09:11:24	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos.** Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 09:21:34	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	04/09/2026 09:29:45	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	04/09/2026 09:30:41	Senhor licitante você consegue um menor valor para o item?
	04/09/2026 09:39:45	O tempo de negociação está **encerrado.**
	04/09/2026 09:42:31	A proposta do fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$25,9000**.
	04/09/2026 09:45:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 10:00:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 15:54:52	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA-59.043.023/0001-26** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA -59.043.023/0001-26** venceu o **ITEM -1** pelo valor de **R$25,9000.**
	04/09/2026 15:58:50	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 16:13:53	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	08/09/2026 10:09:10	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 25,9000

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
93893	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59043023000126	AIRELA	FR	R$ 31,5000	**Classificada**	--

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 31,5000	03/09/2026 16:13:45	Classificado

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 09:05:30	O **ITEM 2** foi ordenado e classificado. Boa sorte!

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 09:11:24	O **ITEM 2** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos.** Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** será encerrado automaticamente!
	04/09/2026 09:21:34	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	04/09/2026 09:29:45	O **ITEM 2** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	04/09/2026 09:30:56	Senhor licitante você consegue um menor valor para o item?
	04/09/2026 09:39:45	O tempo de negociação está **encerrado.**
	04/09/2026 09:42:31	A proposta do fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$31,5000**.
	04/09/2026 09:45:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 10:00:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 15:54:52	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA-59.043.023/0001-26** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA -59.043.023/0001-26** venceu o **ITEM -2** pelo valor de **R$31,5000.**
	04/09/2026 15:58:50	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 16:13:53	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	08/09/2026 10:09:10	A disputa do **ITEM 2** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 31,5000

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
28789	GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42092374000124	cimed	und	R$ 1,0000	**Classificada**	--
40951	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59043023000126	CIME D	COMPRIMID O	R$ 0,7751	**Classificada**	--
90170	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	34772843000128	CIME D	CIMED	R$ 1,3000	**Classificada**	--

Lances do Item 3

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	34.772.843/0001-28	R$ 1,3000	04/09/2026 07:48:03	Classificado
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 1,0000	02/09/2026 14:18:26	Classificado
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 0,9000	04/09/2026 09:18:29	Intermediario
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,7751	03/09/2026 16:13:45	Classificado
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 0,7200	04/09/2026 09:18:42	Manual
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,7000	04/09/2026 09:19:46	Manual
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 0,6800	04/09/2026 09:20:15	Manual
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,6500	04/09/2026 09:21:10	Manual
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 0,6000	04/09/2026 09:21:42	Manual
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,5900	04/09/2026 09:23:04	Manual
GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 0,5500	04/09/2026 09:23:37	Manual

Mensagens do Item 3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 09:05:30	O **ITEM 3** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	04/09/2026 09:11:24	O **ITEM 3** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos.** Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 3** será encerrado automaticamente!
	04/09/2026 09:21:34	A etapa de envio de lances do **ITEM 3** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	04/09/2026 09:25:44	A prorrogação automática do **ITEM 3** está encerrada.
	04/09/2026 09:29:45	O **ITEM 3** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	04/09/2026 09:39:45	O tempo de negociação está **encerrado.**
	04/09/2026 09:42:31	A proposta do fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** do **ITEM - 3**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$0,5500**.
	04/09/2026 09:45:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 10:00:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 15:54:45	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-42.092.374/0001-24** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -42.092.374/0001-24** venceu o **ITEM -3** pelo valor de **R$0,5500.**
	04/09/2026 15:58:50	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 16:13:53	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*

Mensagens do Item 3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	08/09/2026 10:09:10	A disputa do **ITEM 3** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 3

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.092.374/0001-24	R$ 0,5500
2º	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,5900
3º	NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	34.772.843/0001-28	R$ 1,3000

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
53013	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59043023000126	GEOLAB	BISNAGA / ZOLMICOL	R$ 8,2200	**Classificada**	--

Lances do Item 4

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 8,2200	03/09/2026 16:13:45	Classificado

Mensagens do Item 4

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 09:05:30	O **ITEM 4** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	04/09/2026 09:11:24	O **ITEM 4** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos.** Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** será encerrado automaticamente!
	04/09/2026 09:21:34	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 4** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	04/09/2026 09:29:45	O **ITEM 4** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	04/09/2026 09:31:18	Senhor licitante você consegue um menor valor para o item?
	04/09/2026 09:39:45	O tempo de negociação está **encerrado.**
	04/09/2026 09:42:31	A proposta do fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** do **ITEM - 4**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$8,2200**.
	04/09/2026 09:45:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento*

	10:00:37	*editalício.*

Mensagens do Item 4		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 15:54:52	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA-59.043.023/0001-26** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA -59.043.023/0001-26** venceu o **ITEM -4** pelo valor de **R$8,2200.**
	04/09/2026 15:58:50	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 16:13:53	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	08/09/2026 10:09:10	A disputa do **ITEM 4** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 4			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 8,2200

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 5							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
89304	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59043023000126	CRISTALIA	COMPRIMIDO	R$ 0,8801	**Classificada**	--

Lances do Item 5				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,8801	03/09/2026 16:13:45	Classificado

Mensagens do Item 5		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	O **ITEM 5** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	04/09/2026 09:11:24	O **ITEM 5** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos.** Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** será encerrado automaticamente!
	04/09/2026 09:21:34	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 5** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	04/09/2026 09:29:45	O **ITEM 5** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	04/09/2026 09:39:45	O tempo de negociação está **encerrado.**
	04/09/2026 09:42:31	A proposta do fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** do **ITEM - 5**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$0,8801**.
	04/09/2026 09:45:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 10:00:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*

Mensagens do Item 5		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 15:54:52	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA-59.043.023/0001-26** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA -59.043.023/0001-26** venceu o **ITEM -5** pelo valor de **R$0,8801.**
	04/09/2026 15:58:50	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	04/09/2026 16:13:53	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	08/09/2026 10:09:10	A disputa do **ITEM 5** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Item 5			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA	59.043.023/0001-26	R$ 0,8801

Histórico de propostas, lances e mensagens		
Mensagens do Item 6		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	**Despacho**. *Torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO**, pela ausência de interessados no ITEM 6.*
Histórico de propostas, lances e mensagens		
Mensagens do Item 7		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	**Despacho**. *Torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO**, pela ausência de interessados no ITEM 7.*
Histórico de propostas, lances e mensagens		
Mensagens do Item 8		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	**Despacho**. *Torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO**, pela ausência de interessados no ITEM 8.*
Histórico de propostas, lances e mensagens		
Mensagens do Item 9		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	**Despacho**. *Torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO**, pela ausência de interessados no ITEM 9.*

Histórico de propostas, lances e mensagens		
Mensagens do Item 10		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	**Despacho**. *Torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO**, pela ausência de interessados no ITEM 10.*
Histórico de propostas, lances e mensagens		
Mensagens do Item 11		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	04/09/2026 09:05:30	**Despacho.** *Torna público para conhecimento dos interessados, que foi declarado **DESERTO,** pela ausência de interessados no ITEM 11.*
Mensagens Geral		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**

	04/09/2026 09:02:04	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	04/09/2026 09:02:28	Prezados Senhores licitantes, bom dia!
	04/09/2026 09:03:14	Informo que daremos início ao certame, passaremos para a análise das propostas.
	04/09/2026 09:10:36	Senhores licitantes informo que será aberto a fase de lances.
	04/09/2026 09:11:24	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1, 2, 3, 4, 5** às **09:11:24**
	04/09/2026 09:29:22	Senhores licitantes informo que será aberto o prazo de negociação.
	04/09/2026 09:45:24	Senhores licitantes informo que será aberto a primeira fase de intenções de recursos.
	04/09/2026 10:05:46	Senhores licitantes informo que será aberto o prazo de 2 (duas) horas para que os licitantes classificados possam enviar a documentação de habilitação e demais anexos conforme exigido no edital.
	04/09/2026 10:07:18	O prazo para envio da documentação necessária, estará disponível através do módulo - **DOCS. LEGAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **04/09/2026 10:07:00hs** até o dia **04/09/2026 12:07:00hs** para o(s) fornecedor(es): GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA.
	04/09/2026 10:07:54	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **BLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	04/09/2026 10:08:15	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	04/09/2026 10:08:48	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** life_gold_documentos_1788527328.zip no menu *Docs. Legal.*
	04/09/2026 10:11:23	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** licitanet_declaracoes_fornecedor_1788527483.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:23:06	O fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** acabou de **ENVIAR** proposta_final_pe_058_1788528186.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:23:07	O fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** acabou de **ENVIAR** decl_unificada_1788528186.pdf no menu *Docs. Legal*.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	04/09/2026 10:23:10	O fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** acabou de **ENVIAR** documentos_1788528190.zip no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:23:26	O fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** acabou de **ENVIAR** metoprolol_cimed_1788528206.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:26:35	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** proposta_japaraiba_mg_realinhada_1788528395.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:50:20	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** imipramina_agencia_nacional_de_vigilancia_sanitaria_1788529819.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:50:20	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** levomepromazina_agencia_nacional_de_vigilancia_sanitaria_1788529820.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 10:50:21	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** acido_folico_gotas_afolimax_registro_da_anvisa_parecer_tecnico_1788529821.pdf no menu *Docs. Legal.*
	04/09/2026 10:50:21	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ENVIAR** cetoconazol_geolab_registro_anvisa_1788529821.pdf no menu *Docs. Legal*.
	04/09/2026 12:07:01	O prazo para o fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado.**
	04/09/2026 12:07:01	O prazo para o fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	04/09/2026 12:15:05	Senhores licitantes informo que será feito intervalo para almoço e retornaremos as 13:30 horas para continuidade com a análise das documentações.
	04/09/2026 13:57:30	Senhores licitantes, boa tarde.
	04/09/2026 13:59:25	Informo que daremos continuidade ao certame com análise das documentações.
	04/09/2026 15:58:41	Senhores licitantes informo que será aberto o prazo para manifestação do interesse em interpor recursos.
	04/09/2026 16:29:14	Senhores licitantes solicito que assine a proposta final.
	04/09/2026 16:34:57	O fornecedor **LIFE GOLD HOSPITALAR LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	08/09/2026 08:46:07	O fornecedor **GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	08/09/2026 09:33:04	Senhores licitantes informo que o certame será encerrado, agradeço a participação de todos.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **10:09:10 horas do dia 08 de Setembro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES
Pregoeiro(a) Oficial

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Equipe de Apoio

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Equipe de Apoio

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Equipe de Apoio

Autenticação: 5342E0CFC8AB5DA185DA4C2AE216DF3A

Publicado por:
Marcia Cecilia Gonçalves
Código Identificador:C91C3635

LICITAÇÃO
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 133/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA DECORAÇÃO, ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CORPO DE BOMBEIROS, SERVIÇOS DE RECREAÇÃO, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕE

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026 PROCESSO LICITATÓRIO 133/2026
Às **09:01:32 horas do dia 01 de Setembro de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Contratação de empresas especializadas para decoração, elaboração de projeto de corpo de bombeiros, serviços de recreação, fornecimento de refeições e aquisição de gêneros alimentícios para realização da festa PAC – Prefeitura Amiga da Criança 2026 na cidade de Japaraíba/MG, a ser realizada no dia 12 de outubro.**.
O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)		
Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):		
Fornecedor	**CNPJ**	**Enquadramento**
FESTA PRODUTORA LTDA	04.311.421/0001-94	**Microempresa**
RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	**Microempresa**
LAGOA TENDAS LTDA	14.479.241/0001-70	**Microempresa**
PADARIA JAPÃO LTDA	14.790.153/0001-94	**Microempresa**
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	**Microempresa**
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	**Microempresa**
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	**Microempresa**
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	**Microempresa**
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	**Microempresa**
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	**Microempresa**

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Lote 1							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
56637	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34102165000196	Pepsi	Pepsi	R$ 11.652,65	**Classificada**	--
32359	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PEPSI	2L	R$ 18.085,00	**Classificada**	--
32936	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	PEPSI	2L	R$ 11.652,65	**Classificada**	--
35489	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64682188000188	Pepsi	Pepsi	R$ 11.652,65	**Classificada**	--
32383	67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67566157000150	propri	propri	R$ 11.652,65	**Classificada**	--
417	PADARIA JAPÃO LTDA	14790153000194	propria	propria	R$ 11.652,65	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Lote 1							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
73183	RADC SERVIÇOS LTDA	08492145000169	ambev	conforme edital	R$ 11.652,65	**Classificada**	--

Lances do Lote 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 18.085,00	31/08/2026 18:50:45	Classificado
RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 11.652,65	17/08/2026 14:41:53	Classificado
PADARIA JAPÃO LTDA	14.790.153/0001-94	R$ 11.652,65	28/08/2026 08:48:24	Classificado
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 11.652,65	31/08/2026 07:36:56	Classificado
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.652,65	31/08/2026 11:33:37	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 11.652,65	31/08/2026 11:44:53	Classificado
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.652,65	31/08/2026 16:09:26	Classificado
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.651,00	01/09/2026 09:15:53	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.650,00	01/09/2026 09:16:02	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.649,00	01/09/2026 09:16:10	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.648,00	01/09/2026 09:16:42	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.647,00	01/09/2026 09:16:54	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 11.600,00	01/09/2026 09:17:03	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.599,90	01/09/2026 09:17:15	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.598,00	01/09/2026 09:17:25	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.595,00	01/09/2026 09:17:34	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.594,90	01/09/2026 09:17:45	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.593,00	01/09/2026 09:17:53	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.592,00	01/09/2026 09:18:04	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.590,00	01/09/2026 09:18:39	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.589,00	01/09/2026 09:19:12	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.580,00	01/09/2026 09:19:18	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 11.500,00	01/09/2026 09:19:38	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.490,00	01/09/2026 09:19:43	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.489,00	01/09/2026 09:19:52	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.480,00	01/09/2026 09:20:05	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.479,00	01/09/2026 09:20:12	Manual

Lances do Lote 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.470,00	01/09/2026 09:20:30	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.469,00	01/09/2026 09:21:51	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.460,00	01/09/2026 09:22:01	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11.459,99	01/09/2026 09:22:25	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.450,00	01/09/2026 09:22:33	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.449,00	01/09/2026 09:22:41	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.448,00	01/09/2026 09:22:50	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11.440,00	01/09/2026 09:22:55	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.435,00	01/09/2026 09:23:01	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.400,00	01/09/2026 09:23:06	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11.399,00	01/09/2026 09:23:17	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.398,00	01/09/2026 09:23:24	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.380,00	01/09/2026 09:23:28	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.379,00	01/09/2026 09:24:15	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.350,00	01/09/2026 09:24:19	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.349,00	01/09/2026 09:24:36	Manual

NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.340,00	01/09/2026 09:24:39	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.339,00	01/09/2026 09:24:45	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.330,00	01/09/2026 09:24:53	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11.200,00	01/09/2026 09:25:29	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.199,00	01/09/2026 09:25:46	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.190,00	01/09/2026 09:25:47	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.189,00	01/09/2026 09:25:52	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.150,00	01/09/2026 09:25:59	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.149,00	01/09/2026 09:26:06	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.140,00	01/09/2026 09:26:12	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.139,00	01/09/2026 09:26:22	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.130,00	01/09/2026 09:26:27	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.129,00	01/09/2026 09:27:14	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.120,00	01/09/2026 09:27:23	Manual

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.100,00	01/09/2026 09:27:33	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 11.090,00	01/09/2026 09:27:44	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 11.000,00	01/09/2026 09:27:49	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.980,00	01/09/2026 09:27:57	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.979,00	01/09/2026 09:28:11	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.900,00	01/09/2026 09:28:17	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.899,00	01/09/2026 09:28:52	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.850,00	01/09/2026 09:29:07	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.849,00	01/09/2026 09:29:14	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.840,00	01/09/2026 09:29:26	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.839,00	01/09/2026 09:29:41	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.830,00	01/09/2026 09:29:55	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.829,00	01/09/2026 09:30:02	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.800,00	01/09/2026 09:30:07	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.799,00	01/09/2026 09:30:15	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.600,00	01/09/2026 09:30:25	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.599,00	01/09/2026 09:30:31	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.580,00	01/09/2026 09:30:42	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.579,00	01/09/2026 09:30:52	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.500,00	01/09/2026 09:31:03	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.499,00	01/09/2026 09:31:13	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.300,00	01/09/2026 09:31:25	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.299,00	01/09/2026 09:31:31	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.200,00	01/09/2026 09:31:39	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.199,00	01/09/2026 09:31:45	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.190,00	01/09/2026 09:31:50	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.189,00	01/09/2026 09:31:59	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.170,00	01/09/2026 09:32:07	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.169,00	01/09/2026 09:32:20	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.150,00	01/09/2026 09:32:27	Intermediario

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 10.100,00	01/09/2026 09:32:26	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.099,00	01/09/2026 09:32:33	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.090,00	01/09/2026 09:32:35	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 10.089,00	01/09/2026 09:32:43	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 10.000,00	01/09/2026 09:32:44	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.999,00	01/09/2026 09:32:50	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 9.800,00	01/09/2026 09:32:52	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.799,00	01/09/2026 09:32:59	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9.700,00	01/09/2026 09:33:04	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.699,00	01/09/2026 09:33:08	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9.698,99	01/09/2026 09:33:19	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 9.600,00	01/09/2026 09:33:23	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.599,00	01/09/2026 09:33:30	Manual
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.598,00	01/09/2026 09:36:23	Intermediario
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.597,00	01/09/2026 09:37:35	Intermediario
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 9.500,00	01/09/2026 09:33:36	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9.400,00	01/09/2026 09:33:44	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 9.300,00	01/09/2026 09:33:51	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9.299,00	01/09/2026 09:34:06	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 9.200,00	01/09/2026 09:34:12	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9.199,99	01/09/2026 09:34:29	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 9.000,00	01/09/2026 09:34:34	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8.999,99	01/09/2026 09:34:43	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 8.900,00	01/09/2026 09:34:50	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8.899,00	01/09/2026 09:34:59	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 8.890,00	01/09/2026 09:35:08	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8.879,00	01/09/2026 09:35:30	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 8.870,00	01/09/2026 09:35:40	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8.869,00	01/09/2026 09:36:39	Manual
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8.868,99	01/09/2026 09:37:57	Manual

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	01/09/2026 09:03:34	O **LOTE 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	01/09/2026 09:08:39	Bom dia! No dia do evento sobre os picolés, deverá ser emprestado o congelador e disponibilizado uma pessoa para entrega-los?
	01/09/2026 09:15:30	O **LOTE 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 1** será encerrado automaticamente!
	01/09/2026 09:25:39	A etapa de envio de lances do **LOTE 1** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!

	01/09/2026 09:40:05	A prorrogação automática do **LOTE 1** está encerrada.
	01/09/2026 10:14:34	O **LOTE 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	01/09/2026 10:15:23	Senhor Licitante, consegue o menor valor?
	01/09/2026 10:24:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	01/09/2026 10:25:54	A proposta do fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA** do **LOTE - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$8.868,99**.
	01/09/2026 10:31:59	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	01/09/2026 10:47:01	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	01/09/2026 13:05:15	Solicito a prorrogação do prazo, uma vez, que devido o mesmo ter sido aberto durante o horário de almoço, não conseguimos enviar toda a documentação.
	01/09/2026 13:13:15	Todos os demais, enviaram seus documentos no prazo de solicitação, acredito que tenham todos se preparados para o processo. Não vejo o por que estender o prazo senhora pregoeira.
	03/09/2026 14:25:25	Boa tarde
	03/09/2026 16:17:27	Temos várias opções, apenas mostrei a qualidade
	03/09/2026 16:56:43	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA-05.856.833/0001-72** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA -05.856.833/0001-72** venceu o **LOTE -1** pelo valor de **R$8.868,99.**
	03/09/2026 17:03:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	03/09/2026 17:18:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 15:00:24	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada manualmente pelo fornecedor ID 32359 no lote 1.
	04/09/2026 15:38:05	A disputa do **LOTE 1** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8.868,99
2º	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 8.870,00
3º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 9.597,00

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
4º	67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 11.500,00
5º	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 11.652,65
6º	PADARIA JAPÃO LTDA	14.790.153/0001-94	R$ 11.652,65
7º	RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 11.652,65

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
30310	PADARIA JAPÃO LTDA	14790153000194	propria	propria	R$ 28.333,33	**Classificada**	--
13798	PADARIA LOPES LTDA	21347027000125	proprio	proprio	R$ 28.331,00	**Classificada**	--
67216	RADC SERVIÇOS LTDA	08492145000169	inovamaq	conforme edital	R$ 28.333,33	**Classificada**	--
41486	67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67566157000150	proprio	proprio	R$ 28.333,33	**Classificada**	--
87135	FESTA PRODUTORA LTDA	04311421000194	uniao	inovmaq	R$ 28.333,33	**Classificada**	--
81708	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34102165000196	Proprio	Proprio	R$ 28.333,33	**Classificada**	--
59921	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64682188000188	Proprio	Proprio	R$ 28.333,33	**Classificada**	--

Lances do Lote 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
FESTA PRODUTORA LTDA	04.311.421/0001-94	R$ 28.333,33	17/08/2026 13:54:25	Classificado
RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 28.333,33	17/08/2026 14:41:53	Classificado
PADARIA JAPÃO LTDA	14.790.153/0001-94	R$ 28.333,33	28/08/2026 08:48:24	Classificado
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 28.333,33	31/08/2026 07:36:56	Classificado
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 28.333,33	31/08/2026 11:33:37	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 28.333,33	31/08/2026 11:44:53	Classificado
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 28.331,00	28/08/2026 09:31:56	Classificado
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 28.330,00	01/09/2026 09:16:00	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 28.329,00	01/09/2026 09:17:09	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 28.300,00	01/09/2026 09:17:12	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 28.290,00	01/09/2026 09:17:21	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 28.250,00	01/09/2026 09:18:02	Intermediario
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 28.200,00	01/09/2026 09:18:17	Intermediario
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 28.100,00	01/09/2026 09:19:11	Intermediario
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 28.050,00	01/09/2026 09:19:34	Intermediario

Lances do Lote 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 28.000,00	01/09/2026 09:20:46	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 27.998,00	01/09/2026 09:20:57	Manual
FESTA PRODUTORA LTDA	04.311.421/0001-94	R$ 27.900,00	01/09/2026 09:28:35	Intermediario
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 27.500,00	01/09/2026 09:21:16	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 27.490,00	01/09/2026 09:21:23	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 27.400,00	01/09/2026 09:21:46	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 27.399,00	01/09/2026 09:21:54	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 27.300,00	01/09/2026 09:22:12	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 27.299,00	01/09/2026 09:22:18	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 27.250,00	01/09/2026 09:22:27	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 27.240,00	01/09/2026 09:22:40	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 27.230,00	01/09/2026 09:22:50	Intermediario
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 27.000,00	01/09/2026 09:22:45	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 26.998,00	01/09/2026 09:22:57	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 26.500,00	01/09/2026 09:23:06	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 26.450,00	01/09/2026 09:23:16	Intermediario
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 26.400,00	01/09/2026 09:23:13	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 26.300,00	01/09/2026 09:23:27	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 26.280,00	01/09/2026 09:23:34	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 26.200,00	01/09/2026 09:23:45	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 26.180,00	01/09/2026 09:23:54	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 26.150,00	01/09/2026 09:24:08	Intermediario

PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 26.100,00	01/09/2026 09:24:07	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 26.050,00	01/09/2026 09:24:18	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 26.000,00	01/09/2026 09:24:30	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 25.900,00	01/09/2026 09:24:45	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 25.500,00	01/09/2026 09:24:55	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 25.450,00	01/09/2026 09:25:03	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 25.300,00	01/09/2026 09:25:15	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 25.250,00	01/09/2026 09:25:19	Manual

Lances do Lote 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 25.200,00	01/09/2026 09:25:24	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 25.100,00	01/09/2026 09:25:51	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 25.000,00	01/09/2026 09:26:16	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 24.800,00	01/09/2026 09:26:21	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 24.500,00	01/09/2026 09:26:33	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 24.480,00	01/09/2026 09:26:39	Intermediario
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 24.000,00	01/09/2026 09:26:37	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 23.900,00	01/09/2026 09:26:46	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 23.500,00	01/09/2026 09:26:48	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 23.400,00	01/09/2026 09:26:55	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 23.300,00	01/09/2026 09:27:03	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 23.200,00	01/09/2026 09:27:16	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 23.100,00	01/09/2026 09:27:22	Intermediario
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 23.000,00	01/09/2026 09:27:18	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.900,00	01/09/2026 09:27:34	Intermediario
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.800,00	01/09/2026 09:27:31	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.700,00	01/09/2026 09:27:43	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.680,00	01/09/2026 09:27:51	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.650,00	01/09/2026 09:28:03	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.640,00	01/09/2026 09:28:09	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.630,00	01/09/2026 09:28:18	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.600,00	01/09/2026 09:28:24	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.550,00	01/09/2026 09:28:34	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.540,00	01/09/2026 09:28:43	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.530,00	01/09/2026 09:28:47	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.500,00	01/09/2026 09:29:01	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.480,00	01/09/2026 09:29:13	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 22.450,00	01/09/2026 09:29:20	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 22.440,00	01/09/2026 09:29:32	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 22.000,00	01/09/2026 09:29:33	Manual

Lances do Lote 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.990,00	01/09/2026 09:29:40	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.900,00	01/09/2026 09:29:49	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.890,00	01/09/2026 09:30:02	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.870,00	01/09/2026 09:30:10	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.860,00	01/09/2026 09:30:19	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.850,00	01/09/2026 09:30:25	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.800,00	01/09/2026 09:30:36	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.790,00	01/09/2026 09:30:44	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.780,00	01/09/2026 09:30:59	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.779,00	01/09/2026 09:31:09	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.700,00	01/09/2026 09:31:16	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.600,00	01/09/2026 09:31:26	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.500,00	01/09/2026 09:31:30	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.450,00	01/09/2026 09:31:37	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.400,00	01/09/2026 09:31:44	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.350,00	01/09/2026 09:31:50	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.300,00	01/09/2026 09:31:55	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 21.200,00	01/09/2026 09:32:08	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.190,00	01/09/2026 09:32:22	Intermediario
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.100,00	01/09/2026 09:32:16	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 21.090,00	01/09/2026 09:32:39	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 21.000,00	01/09/2026 09:32:43	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 20.800,00	01/09/2026 09:33:18	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 20.500,00	01/09/2026 09:33:30	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 20.450,00	01/09/2026 09:33:37	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 20.000,00	01/09/2026 09:33:41	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 19.900,00	01/09/2026 09:33:57	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 19.500,00	01/09/2026 09:34:03	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 19.450,00	01/09/2026 09:34:13	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 19.000,00	01/09/2026 09:34:17	Manual

Lances do Lote 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 18.900,00	01/09/2026 09:34:22	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 18.000,00	01/09/2026 09:34:29	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 17.900,00	01/09/2026 09:34:37	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 17.800,00	01/09/2026 09:35:01	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 17.000,00	01/09/2026 09:35:06	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 16.990,00	01/09/2026 09:35:28	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 16.900,00	01/09/2026 09:35:33	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 16.899,00	01/09/2026 09:35:45	Manual
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 16.800,00	01/09/2026 09:36:10	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 16.799,00	01/09/2026 09:36:19	Manual

67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 16.700,00	01/09/2026 09:36:30	Manual
PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 16.699,00	01/09/2026 09:36:38	Manual
67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 16.650,00	01/09/2026 09:37:00	Manual
~~PADARIA LOPES LTDA~~	~~21.347.027/0001-25~~	~~R$ 2.825,00~~	~~01/09/2026 09:17:46~~	~~Lance Excluído~~

Mensagens do Lote 2		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 09:03:34	O **LOTE 2** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	01/09/2026 09:11:21	Ja iniciou a fase de lance? não esta aparecendo para mim ofertar .
	01/09/2026 09:15:30	O **LOTE 2** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 2** será encerrado automaticamente!
	01/09/2026 09:19:49	Senhor Licitante 13798, seu valor do lance está correto?
	01/09/2026 09:20:16	Sr(a). Condutor(a) do processo, o **fornecedor 13798** solicitou o cancelamento de seu lance no valor de: **R$ 2.825,00**. Pelo motivo abaixo: **Lance inserido incorretamente**.
	01/09/2026 09:20:30	Fornecedor: **13798**, seu lance no valor de **R$ 2.825,00**, foi cancelado pelo motivo abaixo: **Lance cancelado por motivo de solicitação do Fornecedor.!**
	01/09/2026 09:20:30	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 09:25:39	A etapa de envio de lances do **LOTE 2** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	01/09/2026 09:38:55	Senhores licitantes peço que tenham cautela com os lances, uma vez que os produtos deverão ser fornecidos conforme exigido no edital.
	01/09/2026 09:39:09	A prorrogação automática do **LOTE 2** está encerrada.
	01/09/2026 10:14:34	O **LOTE 2** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.

Mensagens do Lote 2		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 10:15:31	Senhor Licitante, consegue o menor valor?
	01/09/2026 10:24:34	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 10:24:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	01/09/2026 10:25:54	A proposta do fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** do **LOTE - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$16.650,00**.
	01/09/2026 10:25:55	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 10:31:59	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	01/09/2026 10:47:01	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	03/09/2026 16:58:32	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES-67.566.157/0001-50** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES -67.566.157/0001-50** venceu o **LOTE -2** pelo valor de **R$16.650,00.**
	03/09/2026 17:03:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	03/09/2026 17:18:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 15:38:05	A disputa do **LOTE 2** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Lote 2			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES	67.566.157/0001-50	R$ 16.650,00
2º	PADARIA LOPES LTDA	21.347.027/0001-25	R$ 16.699,00
3º	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 16.800,00
4º	FESTA PRODUTORA LTDA	04.311.421/0001-94	R$ 27.900,00
5º	RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 28.333,33
6º	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 28.333,33
7º	PADARIA JAPÃO LTDA	14.790.153/0001-94	R$ 28.333,33

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Lote 3							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
96746	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34102165000196	Proprio	Proprio	R$ 10.091,82	**Classificada**	--
28893	LAGOA TENDAS LTDA	14479241000170	conforme edital	conforme edital	R$ 10.091,82	**Classificada**	--
23933	RADC SERVIÇOS LTDA	08492145000169	artesanal	conforme edital	R$ 10.091,82	**Classificada**	--
28740	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64682188000188	Proprio	Proprio	R$ 10.091,82	**Classificada**	--

Lances do Lote 3				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 10.091,82	17/08/2026 14:41:53	Classificado
LAGOA TENDAS LTDA	14.479.241/0001-70	R$ 10.091,82	20/08/2026 13:12:35	Classificado
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.091,82	31/08/2026 11:33:37	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 10.091,82	31/08/2026 11:44:53	Classificado
LAGOA TENDAS LTDA	14.479.241/0001-70	R$ 10.090,00	01/09/2026 09:32:25	Manual
LAGOA TENDAS LTDA	14.479.241/0001-70	R$ 10.080,00	01/09/2026 10:19:18	Negociacao

Mensagens do Lote 3		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 09:03:34	O **LOTE 3** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	01/09/2026 09:26:45	O **LOTE 3** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 3** será encerrado automaticamente!
	01/09/2026 09:36:56	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 3** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	01/09/2026 10:14:34	O **LOTE 3** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	01/09/2026 10:15:40	Senhor Licitante, consegue o menor valor?
	01/09/2026 10:19:18	LOTE 3 negociado no valor de **R$ 10.080,00** pelo fornecedor ID: 28893 - Data Prop.: 20/08/2026 13:12:35

	01/09/2026 10:24:34	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 10:24:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	01/09/2026 10:25:54	A proposta do fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** do **LOTE - 3**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$10.080,00**.
	01/09/2026 10:25:55	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 10:31:59	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	01/09/2026 10:47:01	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	03/09/2026 16:58:21	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA- 14.479.241/0001-70** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA -14.479.241/0001-70** venceu o **LOTE -3** pelo valor de **R$10.080,00.**
	03/09/2026 17:03:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	03/09/2026 17:18:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 15:38:05	A disputa do **LOTE 3** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Lote 3			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	LAGOA TENDAS LTDA	14.479.241/0001-70	R$ 10.080,00
2º	RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 10.091,82
3º	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 10.091,82
4º	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 10.091,82

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Lote 4

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
3858	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34102165000196	Proprio	Proprio	R$ 6.467,02	**Classificada**	--
38318	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64682188000188	Proprio	Proprio	R$ 6.467,02	**Classificada**	--
48483	RADC SERVIÇOS LTDA	08492145000169	propria	conforme edital	R$ 6.467,02	**Classificada**	--

Lances do Lote 4

Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 6.467,02	17/08/2026 14:41:53	Classificado
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 6.467,02	31/08/2026 11:33:37	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.467,02	31/08/2026 11:44:53	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.466,66	01/09/2026 09:57:04	Manual
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.450,00	01/09/2026 10:24:23	Negociacao

Mensagens do Lote 4

Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 09:03:34	O **LOTE 4** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	01/09/2026 09:26:45	O **LOTE 4** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 4** será encerrado automaticamente!
	01/09/2026 09:36:56	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 4** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	01/09/2026 09:48:45	O **LOTE 4** está em disputa final para os fornecedores empatados. Boa sorte!
	01/09/2026 09:49:55	Informo que fica aberto o prazo para desempate para as empresa que estiverem interesse em dar lance.
	01/09/2026 09:58:45	O prazo de disputa final foi **encerrado**.
	01/09/2026 10:14:34	O **LOTE 4** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	01/09/2026 10:15:54	Senhor Licitante, consegue o menor valor?
	01/09/2026 10:24:23	LOTE 4 negociado no valor de **R$ 6.450,00** pelo fornecedor ID: 38318 - Data Prop.: 31/08/2026 11:44:53

Mensagens do Lote 4

Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 10:24:34	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 10:24:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	01/09/2026 10:25:54	A proposta do fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** do **LOTE - 4**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$6.450,00**.
	01/09/2026 10:25:55	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada automaticamente pelo sistema, devido à ausência de valores informados.
	01/09/2026 10:31:59	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	01/09/2026 10:47:01	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	03/09/2026 17:02:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA-64.682.188/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA -64.682.188/0001-88** venceu o **LOTE -4** pelo valor de **R$6.450,00.**
	03/09/2026 17:03:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	03/09/2026 17:18:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 08:34:21	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada manualmente pelo fornecedor ID 38318 no lote 4.
	04/09/2026 08:34:28	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada manualmente pelo fornecedor ID 38318 no lote 4.
	04/09/2026 15:38:05	A disputa do **LOTE 4** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Lote 4			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.450,00
2º	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 6.467,02
3º	RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 6.467,02

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Lote 5							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
51176	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34102165000196	Proprio	Proprio	R$ 6.116,67	**Classificada**	--
829	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64682188000188	Proprio	Proprio	R$ 6.116,67	**Classificada**	--
49793	RADC SERVIÇOS LTDA	08492145000169	propria	conforme edital	R$ 6.116,67	**Classificada**	--

Lances do Lote 5				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 6.116,67	17/08/2026 14:41:53	Classificado

Lances do Lote 5				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 6.116,67	31/08/2026 11:33:37	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.116,67	31/08/2026 11:44:53	Classificado
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.116,00	01/09/2026 09:57:14	Manual
KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.110,00	01/09/2026 10:24:30	Negociacao

Mensagens do Lote 5		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 09:03:34	O **LOTE 5** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	01/09/2026 09:37:16	O **LOTE 5** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 5** será encerrado automaticamente!
	01/09/2026 09:47:25	Como não houve lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **LOTE 5** foi encerrado **SEM** a prorrogação automática.
	01/09/2026 09:48:45	O **LOTE 5** está em disputa final para os fornecedores empatados. Boa sorte!
	01/09/2026 09:50:04	Informo que fica aberto o prazo para desempate para as empresa que estiverem interesse em dar lance.
	01/09/2026 09:58:45	O prazo de disputa final foi **encerrado**.
	01/09/2026 10:14:34	O **LOTE 5** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	01/09/2026 10:16:03	Senhor Licitante, consegue o menor valor?
	01/09/2026 10:24:30	LOTE 5 negociado no valor de **R$ 6.110,00** pelo fornecedor ID: 829 - Data Prop.: 31/08/2026 11:44:53
	01/09/2026 10:24:34	O tempo de negociação está **encerrado**.
	01/09/2026 10:25:54	A proposta do fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** do **LOTE - 5**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$6.110,00**.
	01/09/2026 10:31:59	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	01/09/2026 10:47:01	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	03/09/2026 17:02:39	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA-64.682.188/0001-88** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA -64.682.188/0001-88** venceu o **LOTE -5** pelo valor de **R$6.110,00.**
	03/09/2026 17:03:34	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **15 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	03/09/2026 17:18:37	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	04/09/2026 08:34:39	**Readequação de Lote** A readequação foi realizada manualmente pelo fornecedor ID 829 no lote 5.
	04/09/2026 15:38:05	A disputa do **LOTE 5** está encerrada. **Despacho:** .

Classificação Final do Lote 5			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA	64.682.188/0001-88	R$ 6.110,00
2º	NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA	34.102.165/0001-96	R$ 6.116,67
3º	RADC SERVIÇOS LTDA	08.492.145/0001-69	R$ 6.116,67

Mensagens Geral		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	01/09/2026 09:01:32	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
	01/09/2026 09:02:19	Prezados Senhores Licitantes, Bom dia!
	01/09/2026 09:03:20	Informo que daremos inicio ao certame, passaremos para a análise das proposta.
	01/09/2026 09:13:34	Senhores Licitantes os picolés tem que ser entregue congelado, não é necessário o fornecimento do congelador.
	01/09/2026 09:15:10	Senhores Licitantes, informo que será aberto a fase de lances.
	01/09/2026 09:15:30	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1, 2** às **09:15:30**
	01/09/2026 09:26:45	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **3, 4** às **09:26:45**
	01/09/2026 09:37:16	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **5** às **09:37:16**
	01/09/2026 10:00:08	De acordo com o edital - item 3.8. Os licitantes locais terão prioridade de contratação conforme benefício previsto para as microempresa e empresa de pequeno porte e em caso de não haver licitantes locais o benefício se aplica as empresa Regionais, dentro da região conforme estabelecido pelo IBGE, no qual o Município de Japaraíba está classificado dentro da Mesorregião Central Mineira e na Microrregião Bom Despacho, com os seguintes Municípios: Moema, Araújos, Bom Despacho, Dores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Martinho Campos, Quartel Geral e Serra da Saudade. Portanto informo que será aberto o prazo 10 (dez) minutos para que os licitantes classificados dentro das regiões mencionadas acima e que estejam na margem de 10% do primeiro colocado possam cobrir a proposta se for de interesse dos mesmos.
	01/09/2026 10:00:50	Foi **aberto** o prazo para o fornecedor NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA cobrir o lance vencedor do LOTE 4, conforme dispõe a alínea "b", Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 8.538/2015.
	01/09/2026 10:01:21	Foi **aberto** o prazo para o fornecedor NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA cobrir o lance vencedor do LOTE 5, conforme dispõe a alínea "b", Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 8.538/2015.
	01/09/2026 10:10:50	O prazo para o fornecedor NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA cobrir o lance do LOTE 4, conforme dispõe a alínea "b", Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 8.538/2015, foi **finalizado**.
	01/09/2026 10:11:21	O prazo para o fornecedor NILZA HELENA ALVES E SILVA LTDA cobrir o lance do LOTE 5, conforme dispõe a alínea "b", Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 8.538/2015, foi **finalizado**.
	01/09/2026 10:14:01	Senhores licitantes, informo que será aberto o prazo para negociação.
	01/09/2026 10:31:35	Senhores Licitantes informo que será aberto a primeira fase de intenções de recursos.
	01/09/2026 10:53:03	Informo que será aberto o prazo de 02(duas) horas para que os licitantes classificado possa enviar a documentação de habilitação, documentação técnica e demais anexos conforme exigido no edital.
	01/09/2026 10:54:39	O prazo para envio da documentação necessária, estará disponível através do módulo - **DOCS. LEGAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **01/09/2026 10:55:00hs** até o

		dia **01/09/2026 12:55:00hs** para o(s) fornecedor(es): LAGOA TENDAS LTDA COMERCIAL EMILIO LTDA KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA 67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	01/09/2026 11:03:08	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_5_comprovanteinscricaoestadual_1788271388.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_1_cnpj_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_1_3_cnh_lauro_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_4_1_dispensa_de_alvara_de_funcionamento_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_1_3_cnh_emerson_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_1_3_contrato_social_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_3_3_indices_2025_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_atestado_banheiro_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_3_3_indices_2024_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_2_5_comp_inscricao_municipal_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_art_palco_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_art_corrego_fundo_ago_25_assinado_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:09	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_art_corrego_fundo_festa_trabalhador_assinado_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:10	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_3_3_livro_2024_registrado_1788271389.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:10	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_1_3_alteracao_contratual_6_1788271390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:10	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_3_3_livro_2025_registrado_1788271390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:10	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_art_carnaval_moema_2025_1788271390.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:11	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_atestado_de_capacidade_tecnica_moema_1788271391.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:11	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_certidao_de_acervo_operacional_cao_1788271391.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:03:28	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_art_carnaval_moema_2025_1788271408.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:04:29	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_art_carnaval_moema_2025_1788271469.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:04:29	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_simplificada_lagoa_tendas_1788271469.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:04:30	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_9_contrato_de_trabalho_1788271470.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:04:30	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_atestado_de_capacidade_tecnica_moema_1788271470.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:04:54	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_certidao_quitacao_crea_lagoa_tendas_1788271494.pdf no menu *Docs. Legal*.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	01/09/2026 11:04:54	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 8_5_2_3_certidao_quitacao_crea_mateus_1788271494.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:05:52	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 9_4_2_3_cnd_federal_1_1788271552.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:05:52	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 9_4_2_7_cnd_trabalhista_2_1788271552.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:05:52	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** cnd_mun_ago_26_1788271551.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:05:52	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 9_4_2_4_cnd_estadual_1_1788271552.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:05:52	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** cnd_fgts_ago_26_1788271552.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:14:02	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** 9_4_3_1_certidao_de_falencia_e_concordata_1788272042.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:30:54	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** nf_municipio_de_caxambu_decoracao_02_1788273053.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:30:54	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** nf_municipio_de_caxambu_decoracao_01_1788273053.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:30:56	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestado_tumiritinga_1788273056.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:00	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestato_de_capacidade_tecnina_decoracao_kadu_servicos_e_eventos_caxambu_1788273060.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:04	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** contrato_ns_1788273063.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:08	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** contrato_151_decorac_a_o_festival_de_inverno_caxambu_1788273068.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:10	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** beta_brasil_atestado_esportivo_1788273070.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:10	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestado_de_capacidade_te_copia_1788273070.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:13	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestado_campos_alto_1788273072.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:20	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** cadastro_cadastur_kadu_1788273080.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:20	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_falencia_concordata_1788273080.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:20	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_tcu_1788273080.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:22	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** cnd_1788273082.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:25	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_negativa_demais_certidoes_1788273085.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:26	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_federal_1788273085.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:26	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_tribunal_1788273086.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:26	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certdao_trabalhista_1788273086.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:28	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** fgts_1788273087.pdf no menu *Docs. Legal*.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	01/09/2026 11:31:28	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** fgts_novo_1788273088.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:31	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** alvara_sanitario_1788273090.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:31	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** cnpj_1788273091.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:32	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** balanco_de_abertura_kadu_servicos_e_eventos_ltda_assinado_digitalmente_1788273092.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:38	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracoes_1788273098.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:38	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** cnd_simplificada_kadu_servicos_e_eventos_ltda_1788273098.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:38	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** estadual_1788273098.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:44	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** inscricao_municipal_1788273104.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:44	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certificado_cadastur_kadu_1788273104.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:45	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** id_kadu_1788273105.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:46	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** alvara_1788273106.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:31:48	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** contrato_social_1788273108.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 11:34:46	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_anexo_iii_assinado_1788273286.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:29:39	O fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA** acabou de **ENVIAR** licitacao_agosto_2026_1788276579.rar no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:47	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_falencia_concordata_1788277366.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:47	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** inscricao_municipal_1788277367.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:47	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_municipal_1788277367.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:47	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** ccmei_67566157000150_1788277367.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:47	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_federal_1788277367.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_trabalhista_1788277367.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_fgts_1788277367.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** inscricao_estadual_1788277368.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** alvara_rosane_camila_lopes_1788277368.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** cnpj_1788277368.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** declaracao_assinada_1788277368.pdf no menu *Docs. Legal*.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_estadual_1788277368.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:42:48	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** cnh_1788277368.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:51:37	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** atestado_1788277897.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 12:55:01	O prazo para o fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 12:55:01	O prazo para o fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 12:55:01	O prazo para o fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 12:55:01	O prazo para o fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 13:22:27	Diante da solicitação de prorrogação de prazo pela empresa 67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES, considero que o mesmo coincidiu com o horário de almoço, podendo ter afetado em relação ao envio das documentações, informo que o mesmo será prorrogado por igual período para todas as empresas classificadas, evitando assim prejuízos no decorrer do certame.
	01/09/2026 13:24:40	O prazo para envio da documentação necessária, estará disponível através do módulo - **DOCS. LEGAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **01/09/2026 13:25:00hs** até o dia **01/09/2026 15:25:00hs** para o(s) fornecedor(es): LAGOA TENDAS LTDA COMERCIAL EMILIO LTDA KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA 67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES.
	01/09/2026 13:53:11	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** atestado_2_1788281591.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:48:11	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** atestado_3_1788284891.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_municipal_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** inscricao_municipal_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_falencia_concordata_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_fgts_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** ccmei_67566157000150_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_federal_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** inscricao_estadual_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_trabalhista_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** cnpj_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** alvara_rosane_camila_lopes_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:32	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** certidao_estadual_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:33	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** cnh_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	01/09/2026 14:49:33	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** declaracao_assinada_1788284972.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 14:49:33	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ENVIAR** atestado_2_1788284973.pdf no menu *Docs. Legal*.
	01/09/2026 15:25:01	O prazo para o fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 15:25:01	O prazo para o fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 15:25:01	O prazo para o fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 15:25:01	O prazo para o fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** enviar a documentação legal está **encerrado**.
	01/09/2026 15:50:52	Senhores licitantes informo que a equipe de licitações estará participando de curso de capacitação hoje após o almoço e amanhã durante todo o dia, sendo assim informo que o certame será retomado na quinta feira 03/09/2026, às 14:00 horas.
	03/09/2026 14:23:53	Senhores licitantes, boa tarde.
	03/09/2026 14:25:37	Informo que daremos continuidade ao certame.
	03/09/2026 14:26:30	Informo que daremos continuidade ao certame.
	03/09/2026 14:27:48	Informo que daremos continuidade ao certame.
	03/09/2026 14:39:14	Conforme item 9.41. do edital "Para os itens “Personagens” e “Apresentação de Palco” do Lote 4, o licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar catálogo, portfólio ou material equivalente contendo imagens e especificações das fantasias e caracterizações que serão utilizadas, a fim de comprovar o alto padrão de acabamento, qualidade visual e adequação temática exigidos para a execução dos serviços. O prazo para envio da documentação será de até 2 (duas) horas, contadas da solicitação realizada pelo pregoeiro no sistema eletrônico. A não apresentação do material no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta, conforme disposto no edital. Sendo assim fica aberto o prazo de 02 (duas) horas para que o licitante KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA possa enviar os catálogos conforme mencionado acima.
	03/09/2026 14:39:43	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **03/09/2026 14:39:00hs** até o dia **03/09/2026 16:39:00hs** para o(s) fornecedor(es): KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA.
	03/09/2026 15:15:33	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** portifolio_1788459333.pdf no habilitanet.
	03/09/2026 16:00:56	Senhor licitante KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA , gostaria de confirmar se as opções de personagens seria somente essas fornecidas no catalogo ou se teria outros modelos consideradas de alto padrão conforme exigência estabelecida na descrição do item no edital.
	03/09/2026 16:39:01	O prazo para o fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
	03/09/2026 17:03:21	Senhores licitantes informo que será aberto o prazo de manifestação do interesse em interpor recursos.
	03/09/2026 17:36:57	Senhores licitantes solicito que façam a adequação da proposta final, em razão de a plataforma dividir os valores de forma automática entre os lotes, para qualquer dúvida peço que solicitem o suporte da plataforma, e após a adequação façam a assinatura da mesma.
	04/09/2026 08:35:10	O fornecedor **KADU SERVICOS E EVENTOS LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	04/09/2026 08:40:55	O fornecedor **LAGOA TENDAS LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	04/09/2026 15:00:40	O fornecedor **COMERCIAL EMILIO LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	04/09/2026 15:02:21	O fornecedor **67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.
	04/09/2026 15:37:34	Senhores Licitantes, informo que o certame será encerrado, agradeço a participação de todos.
Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **15:38:05 horas do dia 04 de Setembro de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .		
MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES		
Pregoeiro(a) Oficial		
JULIANA MODESTO DE MORAIS		
Equipe de Apoio		
MARIANE BEATRIZ FERNANDES		
Equipe de Apoio		
MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA		
Equipe de Apoio		
Autenticação: E0E5E0DD6EFB2E1B4D85BBC0EEE161CC		

Publicado por:
Marcia Cecilia Gonçalves
Código Identificador:2089F431

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - 1° TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL N° 101/2026

O Município de Lagoa Santa/MG, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 124, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, faz retificação ao Contrato de Alienação de Bem Imóvel nº 101/2026, firmado com a empresa **DEL PAPEIS LTDA**, em 01/07/2026, em virtude de erro material/digitação constante na Cláusula Segunda, subcláusula 2.1 e no quadro constante na Cláusula Quinta, subcláusula 2.1, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do referido instrumento:

ONDE SE LÊ:

"...

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

O **PROMISSÁRIO COMPRADOR** pagará ao **PROMITENTE VENDEDOR**, em razão do presente contrato, a importância de R$ 3.967.689,04 (Três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).

DEL PAPEIS LTDA
cnpj: 05.044.834/0001-12

LOTE	QTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR DE VENDA (r$)
04	01	TERRENO	01 (UM) TERRENO, CORRESPONDENTE AO LOTE N. 04 A, DA QUADRA "C", SITUADO A RUA ALDO BAGGIO, NO DISTRITO INDUSTRIAL GENESCO APARECIDO DE OLIVEIRA, EM LAGOA SANTA/MG, COM A ÁREA DE 2.500,00m², CONFRONTANDO E DIVIDINDO: PELA FRENTE, NA EXTENSÃO DE 26,71M, COM A RUA TRÊS; PELA DIREITA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM A RUA SEIS; PELA ESQUERDA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM O LOTE N. 04; E, PELOS FUNDOS, NA EXTENSÃO DE 8,66M + 35,36M, COM O LOTE N. 14, MATRICULADO SOB O N. 26.746 NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA/MG.	1.282.675,00
08	01	TERRENO	01 (UM) TERRENO, CORRESPONDENTE AO LOTE N. 14, DA QUADRA "C", SITUADO A RUA OLHOS D'ÁGUA, NO DISTRITO INDUSTRIAL GENESCO APARECIDO DE OLIVEIRA, EM LAGOA SANTA/MG, COM A ÁREA DE 3.722,00m², CONFRONTANDO E DIVIDINDO: PELA FRENTE, NA EXTENSÃO DE 17,30M + 43,98m, COM A RUA HUM; PELA DIREITA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM O LOTE N. 13; PELA ESQUERDA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM A RUA SEIS; E, PELOS FUNDOS, NA EXTENSÃO DE 8,66M + 35,34M, COM O LOTE N. 04-A, MATRICULADO SOB O N. 26.752 NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA/MG.	2.685.011,04
TOTAL: R$ 3.967.689,04 (Três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quatro centavos)				

..."

LEIA-SE:

"...

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

O **PROMISSÁRIO COMPRADOR** pagará ao **PROMITENTE VENDEDOR**, em razão do presente contrato, a importância de R$ 3.967.686,04 (Três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quatro centavos).

DEL PAPEIS LTDA
cnpj: 05.044.834/0001-12

LOTE	QTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR DE VENDA (r$)
04	01	TERRENO	01 (UM) TERRENO, CORRESPONDENTE AO LOTE N. 04 A, DA QUADRA "C", SITUADO A RUA ALDO BAGGIO, NO DISTRITO INDUSTRIAL GENESCO APARECIDO DE OLIVEIRA, EM LAGOA SANTA/MG, COM A ÁREA DE 2.500,00m², CONFRONTANDO E DIVIDINDO: PELA FRENTE, NA EXTENSÃO DE 26,71M, COM A RUA TRÊS; PELA DIREITA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM A RUA SEIS; PELA ESQUERDA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM O LOTE N. 04; E, PELOS FUNDOS, NA EXTENSÃO DE 8,66M + 35,36M, COM O LOTE N. 14, MATRICULADO SOB O N. 26.746 NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA/MG.	1.282.675,00
08	01	TERRENO	01 (UM) TERRENO, CORRESPONDENTE AO LOTE N. 14, DA QUADRA "C", SITUADO A RUA OLHOS D'ÁGUA, NO DISTRITO INDUSTRIAL GENESCO APARECIDO DE OLIVEIRA, EM LAGOA SANTA/MG, COM A ÁREA DE 3.722,00m², CONFRONTANDO E DIVIDINDO: PELA FRENTE, NA EXTENSÃO DE 17,30M + 43,98m, COM A RUA HUM; PELA DIREITA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM O LOTE N. 13; PELA ESQUERDA, NA EXTENSÃO DE 70,71M, COM A RUA SEIS; E, PELOS FUNDOS, NA EXTENSÃO DE 8,66M + 35,34M, COM O LOTE N. 04-A, MATRICULADO SOB O N. 26.752 NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA/MG.	2.685.011,04
TOTAL: R$ 3.967.686,04 (Três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e SEIS reais e quatro centavos)				

..."

Permanecem inalteradas as demais disposições.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:9A341700

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADOS DOS RECURSOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2026

Nº da Inscrição	Cargo	Nº do Protocolo	Situação do Recurso	Resposta ao Recurso
3503-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	1	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4626-26-LST-PSS	ENGENHEIRO CIVIL	2	Deferido Parcialmente	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4422-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	3	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
3176-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	4	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
2635-26-LST-PSS	ENGENHEIRO CIVIL	5	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4689-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	6	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
5024-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	7	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
2750-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	8	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4208-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	9	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
2726-26-LST-PSS	CONTADOR	10	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4293-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	11	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.

2607-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	12	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
2510-26-LST-PSS	ANALISTA DE SISTEMA	13	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
3227-26-LST-PSS	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	14	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
3427-26-LST-PSS	ARQUITETO	15	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
3433-26-LST-PSS	ENGENHEIRO AGRIMENSOR	16	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
3501-26-LST-PSS	ARQUITETO	17	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4490-26-LST-PSS	ENGENHEIRO CIVIL	18	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4851-26-LST-PSS	ARQUITETO	19	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
4368-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	20	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
2715-26-LST-PSS	AGENTE ADMINISTRATIVO	21	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.
2666-26-LST-PSS	ENGENHEIRO CIVIL	22	Indeferido	Resposta de recurso anexa ao processo no Aprova Digital.

Lagoa Santa, 09 de Setembro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Publicado por:
Elaine Dos Santos Guimaraes
Código Identificador:8D205B84

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-SMS- Nº 007/2026

O Município de Leopoldina, Minas Gerais, através da Secretária Municipal de Saúde por intermédio de seu Secretário Márcio Vieira Machado, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas, no período 14 a 23 de setembro de 2026 as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para abertura 1 (uma) vaga e cadastro de reserva para contratação temporária emergencial de excepcional interesse público de Agente de Serviço Operacional (Motorista), para admissão em caráter temporário e por tempo determinado.

1. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

1.1 - A contratação por tempo determinado tem como fonte legal o inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, bem como no § 3º, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 15/2010.

1.2 - O processo seletivo destina-se à seleção de candidatos para o preenchimento de vaga a saber:

CARGO	ESCOLARIDADE/ PRÉ REQUISITO	REMUNERAÇÃO	JORNADA	VAGAS
Agente de Serviço Operacional (Motorista) Categoria D ou E	Ensino Fundamental Completo	R$ 2.714,19 + R$800,00 (auxílio alimentação)	44 H/S	1 VAGA + Cadastro de Reserva

2- DA EXECUÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

2.1- O processo seletivo simplificado, regido por esse Edital, será executado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Leopoldina, que contará com a participação dos membros abaixo para acompanhar,
coordenar e avaliar as etapas do referido processo.

- Ricardo Carvalho Ferreira – Diretor de Transporte.
- Jose Rolerito De Almeida Junior – Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação.
- Márcio Vieira Machado – Secretário Municipal de Saúde.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

Para concorrer ao Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve:

3.1 – Possuir a escolaridade e demais requisitos exigidos para o exercício do cargo;(ENSINO FUNDAMENTAL)
3.2 – Ser brasileiro ou naturalizado, ou ainda, de nacionalidade portuguesa, sendo que neste caso, deve estar amparado pelo estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos politicos nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal e dos Decretos nº 70.391/72 e nº 70.436/72;
3.3 – Estar em dia com as obrigações eleitorais;
3.4 – Estar em dia com as obrigações militares;
3.5 – Gozar de perfeita saúde física e mental para o desempenho das atribuições do cargo;
3.6 – Ter disponibilidade para exercer à função pública objeto deste Edital no turno da manhã, tarde ou noite;
3.7 – Ser habilitado nas categorias D ou E.

4 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ETAPA		**DATA**
1	Período de inscrição e envio da documentação	Do dia 14/09/2026 a 23/09/2026
2	Prova prática (Para os candidatos classificados na primeira etapa)	A divulgação da data e horário da prova prática será feita através do site oficial da prefeitura https://www.leopoldina.mg.gov.br/ Com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da realização da prova prática.

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado será composto por 2 (duas) ETAPAS de caráter eliminatório e classificatório:
4.1.1 - A 1ª Etapa será realizada com a análise das documentações enviadas através do link de inscrição para o cargo pretendido.

4.1.2 - A 2ª Etapa consiste na realização de uma prova prática composta da seguinte forma:

Prova Prática	PONTUAÇÃO
I - BALIZA	20 (vinte) pontos
II - PERCURSO	20 (vinte) pontos
TOTAL	40 (quarenta) pontos

4.2 - A Prova Prática tem como objetivo avaliar: o conhecimento técnico e prático, a destreza, a habilidade, a percepção, o raciocínio lógico e a agilidade na execução das atividades comuns à função.

4.3 - Os candidatos terão 30 (trinta) minutos para realizar as duas etapas (Baliza e Percurso).

4.4 - As condutas adotadas pelos candidatos, durante o percurso, que estiverem em desacordo com a legislação de trânsito vigente serão consideradas como faltas. A cada falta cometida será deduzida sua respectiva pontuação.

4.5 - As faltas são classificadas como: LEVES, MÉDIAS, GRAVES, GRAVÍSSIMAS/ELIMINATÓRIAS.

-A cada FALTA LEVE cometida será descontado1 (um) ponto do candidato.
-A cada FALTA MÉDIA cometida será descontado 2 (dois) pontos do candidato.
-A cada FALTA GRAVE cometida será descontado 3 (três) pontos do candidato.

4.6 - O candidato que cometer qualquer das FALTAS classificadas como GRAVÍSSIMA será automaticamente eliminado do certame.

4.7 - PROVA PRÁTICA – BALIZA

ESTACIONAR O VEÍCULO EM VAGA DELIMITADA POR BALIZAS REMOVÍVEIS
O candidato terá até 2 (dois) minutos para reconhecimento do veículo.
Tempo máximo para execução da baliza = 6 (seis) minutos e o candidato terá direito a 3 (três) tentativas para realização da baliza, dentro do prazo estipulado.

4.8 - Pontuação Total desta Etapa = 20,00 (vinte) pontos.

OBS: A delimitação da vaga balizada para o exame prático de direção veicular atende às seguintes especificações, por tipo de veículo utilizado:
Quanto ao comprimento: comprimento total do veículo, acrescido de mais 40%(quarenta por cento).
Quanto à largura total do veículo, acrescida de mais 40%(quarenta por cento).
O candidato que não realizar a 1ª etapa de forma satisfatória será ELIMINADO.

DESCRIÇÃO DA FALTA	PONTUAÇÃO
1 - Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado em movimento.	- 1,0
2 - Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta.	- 2,0
3 - Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.	- 2,0
4 - Manter aporta do veículo aberta ou semi-aberta durante a realização da baliza.	- 3,0
5 - Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente.	- 3,0
6 - Não usar devidamente o cinto de segurança.	- 3,0
7 - Perder o controle da direção do veículo em movimento.	- 3,0
8 - Avançar sobre o meio fio.	Eliminatória
9 - Não colocar o veículo na área balizada, em no máximo três tentativas e no tempo máximo de 6 (seis) minutos.	Eliminatória
10 - Provocar acidente durante a realização da prova.	Eliminatória

4.9 - PROVA PRÁTICA – PERCURSO

REALIZAR O PERCURSO COM O VEÍCULO SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DO(A) EXAMINADOR(A).
Tempo máximo para execução = 24 (vinte e quatro minutos)
Pontuação= 20 (Vinte) pontos

DESCRIÇÃO DA FALTA	PONTUAÇÃO
1 - Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.	-1,0
2 - Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta durante o percurso.	-2,0
3 - Fazer conversão incorretamente,	-2,0
4 - Usar o pedal de embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens.	-2,0
5 - Manter a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso ou parte dele.	-3,0
6 - Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente.	-3,0
7 - Perder o controle da direção do veículo em movimento.	-3,0
8 - Avançar sobre o meio fio.	Eliminatória
9 - Não concluir todas as etapas da prova, exceto por falha mecânica ou elétrica do veículo.	Eliminatória
10 - Provocar acidente durante a realização da prova.	Eliminatória

5 – DO PRAZO

A contratação objeto do presente certame será pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo a administração:

5.1 - Rescindir unilateralmente o contrato administrativo nas seguintes hipóteses:

a)Desempenho ineficiente das funções;
b)Necessidade de redução com gasto de pessoal.
c) Apresentar qualquer conduta contrária ao disposto no artigo 66 da Lei Complementar Nº 15/2010.

6 - DAS INSCRIÇÕES

6.1 - Para se inscrever acesse o link https://forms.gle/cUB2mJtfnYzYdsQ16 e preencha as informações do formulário e anexo os seguintes documentos na **SEGUINTE ORDEM**:

Carteira de Identidade
Comprovante de escolaridade
CNH Categoria D ou E
CPF
Curso de Especialização de Condutores de Transporte Coletivo de Passageiros e Emergência de acordo com as normas do CONTRAN-C.H de 50HS.
Carteira de Trabalho (CTPS) frente e verso e páginas que comprovem os contratos de trabalho

6.2 - O candidato que anexar os documentos **FORA DA ORDEM** que consta no item 6.1 terá sua **INSCRIÇÃO CANCELADA**.

6.3 – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FINS DE PONTUAÇÃO

6.3.1 - Os documentos para fins de pontuação devem ser inseridos após os documentos exigidos no 6.1 deste edital

TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência mínima de 1 (um) ano em Transporte Coletivo	5 (cinco) pontos
Experiência mínima de 1 (um) ano em Transporte de Saúde	5 (cinco) pontos
TOTAL MÁXIMO	10 (doze) pontos

6.3.2 - Os documentos devem estar legíveis e identificáveis.
6.3.3 - Comprovar experiência profissional, no cargo pretendido, mediante anexo dos documentos abaixo relacionados:
6.3.4 - Cópia legível da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS com data de admissão e/ou demissão ou, se estiver atuando, apresentar também declaração expedida pelo empregador;
6.3.5 - Declaração legível expedida pelo Departamento de Recursos Humanos da prefeitura, comprovando o tempo de serviço, em se tratando de contrato temporário;
6.3.6 - Certidão legível de Contagem de tempo de serviço no cargo pretendido;
6.3.7 - Será considerado "tempo de serviço", para fins de pontuação de que trata este edital, aquele exercido nas Empresas Públicas e Privadas, na mesma função do cargo pretendido, desde que:
Não esteja vinculado a cargo efetivo ativo;
Não tenha sido utilizado para aposentadoria;
Não seja tempo de serviço paralelo (é o tempo trabalhado em mais de um emprego ao mesmo tempo, utilizado para a contagem de tempo de serviço, desde que não coincidente com o tempo já utilizado e outro processo de contratação e efetivação);
Não será contabilizado tempo de prestação de serviços como voluntário;
Não será contabilizado tempo como autônomo;

6.3.8 - A comprovação de experiência deverá constar de certidão emitida por órgão público, na qual se inclua o cargo desempenhado, bem como o tempo em que permaneceu no mesmo, ou ainda, no caso de contrato com empresas particulares, apresentar cópia legível da CTPS, com foto e folhas da parte do contrato e seguintes, para que seja permitido à Comissão, verificar o tempo de duração do referido contrato;

7 – DA SELEÇÃO

7.1 - O Processo Seletivo Simplificado consta de Prova de Títulos, de caráter classificatório e prova prática de caráter eliminatório realizado pela Comissão designada, que fará o acompanhamento, seleção, coordenação e a supervisão do Processo Seletivo Simplificado 005/2025;
7.2 - A avaliação dos títulos restringe-se a área de atuação a que o candidato concorre.
Não serão avaliados os TÍTULOS ILEGÍVEIS que contenham rasuras ou que estejam em desacordo com este Edital;
7.3 – Na contagem final do tempo de atuação no cargo pretendido, a fração igual ou superior a seis meses considera-se como 1(um) ano.
7.4 – O candidato que, após a avaliação de títulos, for considerado inabilitado não terá sua inscrição efetivada;
7.5 - A relação de classificação será elaborada seguindo rigorosamente a ordem decrescente da pontuação obtida na análise dos documentos e prova prática.
Se ocorrer empate na nota final dos candidatos terá preferência, sucessivamente, o que:

I-Possui maior Idade;
II- Maior Experiência profissional.

8 - PROVA PRÁTICA

Estará ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que:

a) deixar de comparecer à prova prática na data e horário informados no site da Prefeitura Municipal de Leopoldina;
b) não apresentar, no ato da prova prática, documento original da carteira de identidade ou de outro documento de identificação oficial que contenha foto;
c) abandonar a prova prática antes de seu término, por qualquer período, tempo ou motivo;

9 – DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 - TODA a documentação deverá ser enviada em **UM ÚNICO arquivo de PDF** escaneado.

9.2 - Os documentos devem ser enviados na mesma ordem especificada no item 6.1.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Somente será admitido recurso para efeito de recontagem de pontos. O recurso poderá ser interposto, em até 48 horas após a divulgação do resultado.
10.2 - Os recursos deverão ser apresentados mediante requerimento individual no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Leopoldina, Unidade de Atendimento Integrado (UAI), localizado na Rua Barão de Cotegipe, 10 - Centro.
10.3 - O recurso não terá, sob nenhuma hipótese, efeito suspensivo total ou parcial.
10.4 - O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.
10.5 - Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.

11 – DO RESULTADO

O resultado parcial e final serão publicados no site da Prefeitura: https://www.leopoldina.mg.gov.br/ de acordo com o cronograma abaixo:

Cronograma	**Período**
Inscrição	14 a 23 de setembro de 2026
Resultado parcial da 1ª etapa	A partir de 24 de setembro de 2026
Recurso quanto ao resultado parcial da 1ª etapa	48 horas da divulgação do resultado
Resultado final da 1ª etapa	A partir do dia 28 de setembro de 2026
Convocação dos 10 primeiros classificados para a prova prática	28 de setembro de 2026
Resultado parcial da 2ª etapa – prova prática	A partir de 01 de outubro de 2026
Recurso quanto ao resultado parcial da 2ª etapa - prova prática	48 horas da divulgação do resultado
Reultado final do processo seletivo SMS 07/2026	A partir 05 de outubro de 2026

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Todas as publicações referentes a este processo seletivo serão publicadas no site oficial da Prefeitura de Leopoldina https://www.leopoldina.mg.gov.br/
12.2 - Os casos omissos serão decididos pelos membros da Seleção do Processo Seletivo Simplificado 005/2025 designada pelo Senhor Prefeito Municipal;
12.3 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras e condições estabelecidas neste Edital, das quais ele não poderá alegar desconhecimento;
12.4 - Caso surjam novas vagas, em cargos de idêntica especificação, a Prefeitura de Leopoldina reserva-se no direito de preenchê-las utilizando o presente Processo Seletivo Simplificado, sempre de acordo com a ordem de classificação e desde que dentro do prazo de validade estabelecido;
12.5 - A classificação neste Processo Seletivo, não gera direito à admissão, mas esta, quando ocorrer, obedecerá à ordem de classificação dos candidatos;
12.6 - Durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, o candidato classificado deverá acessar regularmente o site Oficial da Prefeitura Municipal de Leopoldina para veririficar informações referentes a este Edital.
12.7 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é garantido o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a necessidade de que são portadoras;
12.8 - A admissão do candidato habilitado neste Processo Seletivo estará condicionada à conclusão do laudo médico da Prefeitura de Leopoldina, que ateste a capacidade para o desempenho das funções;
12.9 - O candidato classificado no Processo Seletivo e contratado para assumir o cargo, deverá estar disponível para assumir suas atividades a partir da data da contratação;
12.10 - O candidato classificado, quando da sua contratação, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos para assinatura dos atos e apresentar obrigatoriamente todos os documentos exigidos para efetivar a contratação;
12.11 - Em hipótese alguma será admitido candidato com documentação incompleta ou que não atenda a convocação dando início às atividades;
12.12 - Os candidatos contratados temporariamente não adquirem a estabilidade de servidor do Quadro de Pessoal do Município de Leopoldina;
12.13 - O contratado que omitir fatos ou dados, prestar informação falsa ou infringir estas normas, terá após as devidas apurações, a sua inscrição cancelada e declarados nulos os atos dela decorrentes, em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, sob pena de ressarcimento ao erário, resguardados os terceiros de boa fé;
12.14 - Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do contratado;
12.15 - Compete à Secretaria Municipal de Administração, através de seu Departamento de Recursos Humanos proceder à contratação dos candidatos classificados mediante a existência de carência, obedecendo-se, rigorosamente, à ordem de classificação, conforme previsto no Edital.

13 - DA CONTRATAÇÃO
13.1 - A contratação será processada observando a ordem de classificação dos candidatos e procedimentos a seguir:
13.1.1 - Os candidatos interessados na vaga divulgada deverão comparecer ao local indicado no edital de Convocação que será divulgado no site https://www.leopoldina.mg.gov.br/
13.1.2 - O Processo de Contratação será feito após 24 (vinte e quatro) horas de divulgação do Edital de Contratação;
13.1.3 - O candidato selecionado deverá apresentar no ato do Processo de Contratação, os documentos originais encaminhados no ato da inscrição;
13.1.4 - Caso o candidato não apresente a documentação prevista no Edital, será desclassificado passando para o candidato subsequente;
13.1.5 - Caso o contrato tenha sido firmado em tempo inferior à 06 (seis) meses, dentro de 05 (cinco) dias úteis de seu término e houver necessidade de uma nova contratação, o candidato poderá assinar novo contrato, desde que o tempo total de ambos os contratos não ultrapassem o prazo máximo de contratação previsto na Lei 2.620/94;
13.1.6 - Será considerado causa para rescisão do contrato temporário a ausência injustificada pelo servidor contratado, através do presente edital, por 05 dias de faltas durante a vigência do mesmo.
14 – DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO
O presente Processo Seletivo terá validade de 1 ano a partir da data da publicação de Homologação do resultado final.

Prefeitura do Município de Leopoldina, MG, 04/09/2026

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário Municipal de Sáude

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador de Leopoldina

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:DCB846AD

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
RESULTADO PRELIMINAR HABILITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina/MG torna público o Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, referente à seleção de projetos culturais para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399/2022. A relação completa dos proponentes, por categoria e ordem de classificação, consta na tabela em anexo.
Todos os proponentes classificados dentro do número de vagas de cada categoria entregaram a documentação de habilitação dentro do prazo e encontram-se HABILITADOS. Do recurso: contra o presente resultado preliminar cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil posterior a esta publicação, dirigido ao Secretário Municipal de Cultura e Turismo, a ser enviado ao e-mail: inscricoespnableopoldina@gmail.com (assunto "RECURSO – HABILITAÇÃO – EDITAL 01/2026") ou entregue presencialmente na sede da Secretaria, das 10h às 17h. Da assinatura do Termo de Execução Cultural: os proponentes habilitados deverão comparecer, de forma presencial, a partir do dia 16/09/2026 até o dia 23/09/2026, na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Leopoldina/MG, localizada na Rua João Lamarca, nº 44, Centro, Leopoldina/MG, no horário das 10h às 17h, munidos de documento oficial com foto, para a assinatura do Termo de Execução Cultural.

Leopoldina-MG, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRE CARLOS MOREIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

1. CATEGORIA: FESTIVAIS CULTURAIS HABILITADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Varliene Marinati de Paula Apolinário	Nosso Samba, nossa Gente! – Tributo a Noca da Portela	Cota Negra	72	Classificado
2º	Bruno Pereira Vicente / Batalha da Praça	Festival de Artes Urbanas - A vez do Morro	Cota Negra	68	Classificado
3º	Paula Chaves Garcia	Leopoldina Rock Fest - 2ª Edição	Cota Negra	66	Classificado
4º	Fabrício Manca / Porteira Elétrica	De Porteira Aberta	Cota PCD	40	Classificado

2. CATEGORIA: PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS HABILITADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Morghana Resende de Souza	A Exumação do Poema...	Ampla Concorrência	69	Classificado
2º	Thalita de Cassia Reis Teodoro	Desencontro na BR 116	Cota Negra	68	Classificado
3º	Danilo Alves do Amaral	Talentos Leopoldinenses - 4ª Edição	Cota Negra	66	Classificado
4º	Ricardo de Oliveira Lima / TT Chong	INCERTEZAS...	Cota Negra	59	Classificado

3. CATEGORIA: OFICINAS CULTURAIS HABILITADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Sarom de Oliveira Durães	Conselho de Classe: Sala dos Professores	Ampla Concorrência	63	Classificado
2º	José Eduardo Machado Ferreira	Conhecendo e Tecendo o Patrimônio	Ampla Concorrência	54	Classificado
3º	Dalcy Fabiano da Cruz Perreira	Danças Típicas Brasileiras	Ampla Concorrência	39	Classificado

4. CATEGORIA: PROJETOS CULTURAIS DE ÁREAS DIVERSAS HABILITADOS:

Posição	Proponente / Coletivo	Nome do Projeto	Concorrência	Nota	Situação
1º	Coletivo ANTIQUE (Mara Coelho)	ANTIQUE EM CONCERTO	Ampla Concorrência	70	Classificado (AC 1)
2º	Academia Leopoldinense (ALLA)	LITERATURA EM MOVIMENTO	Ampla Concorrência	64	Classificado (AC 2)
3º	Igor Bastos Xavier Nunes e Silva	Astrobonde – Capítulo 1	Ampla Concorrência	62	Classificado (AC 3)
4º	Amanda de Oliveira Almeida	Leopoldina: Lendas e Tradições	Cota Negra	58	Classificado (AC 4)
5º	Natalia Montes da Fonseca	"Leopoldina, a Atenas da Zona da Mata"	Ampla Concorrência	57	Classificado (Remanej. Cota 1)
6º	Lucilene Nunes Silva Souza	Introdução à História de Leopoldina	Ampla Concorrência	53	Classificado (Remanej. Cota 2)

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:625FE446

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ
RESOLUÇÃO Nº 488/2026, DE 1 DE SETEMBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 488/2026, DE 1 DE SETEMBRO DE 2026

Referenda despesa para o orçamento de 2027

A Câmara Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, para atender ao disposto no art. 29-A da CF/88, aprova e eu, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica aprovada a despesa da Câmara Municipal de Luz, para a elaboração do orçamento de 2027, no valor de R$ 2.760.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta mil reais), a ser realizada conforme a programação estabelecida nesta Resolução, distribuída por Unidades Administrativas da Câmara, de acordo com o seguinte desdobramento:

I - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
01.0000000	-	*CÂMARA MUNICIPAL*		
01.0100000	-	*LEGISLATIVA*	R$	2.760.000,00
01.0103100		. . . . *Ação* Legislativa	R$	2.264.500.00
01.0103200	-	. . . . . .Controle Externo.	R$	4.000,00
01.0127100	-	. . . . Previdência Básica	R$	491.500,00
II - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA				
3000.00.00	-	DESPESAS CORRENTES.	R$	2.649.500,00
4000.00.00	-	DESPESAS DE CAPITAL	R$	110.500,00

Art. 2º. A aplicação dos recursos discriminados na art. 1º far-se-á por unidades orçamentárias da Câmara.

Art. 3º. A Classificação Econômica da despesa poderá estender-se até o item, onde couber.

Art. 4º. Após a aprovação de sua peça orçamentária o Poder Legislativo a encaminhará ao Poder Executivo Municipal para consolidação na Lei Orçamentária Anual do Município.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Sala das Sessões, 1 de setembro de 2026.

ROGÉRIO APARECIDO SILVA
Presidente da Câmara Municipal

MARIA ELENA SILVA SOUSA
1ª Secretária da Mesa Diretora

CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ
ORÇAMENTO FISCAL 2027

ORGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ - UNIDADE: 0101 – CORPO LEGISLATIVO

Código	Especificação	Ficha	Valor Fixado
01	LEGISLATIVA		
01 031	ACAO LEGISLATIVA		
01 031 0001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA		
01 031 0001 4.001	AUXILIOS DIVERSOS AOS AGENTES POLITICOS		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	1	25.000,00
01 031 0001 4.002	REMUNERACAO AGENTES POLITICOS POR PARCELA ÚNICA		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2	520.000,00
01 031 0001 4.003	DESPESAS C/ VIAGENS VEREADORES P/ REPRESENTACAO		
3.3.90.14	Diárias - Pessoal Civil	3	1.000,00
01 032	CONTROLE EXTERNO		
01 032 0002	FICALIZACAO ORCAMENTARIA		
01 032 0002 4.004	FISCALIZACAO FINANCEIRA ORCAMENTARIA		
3.3.90.14	Diárias - Pessoal Civil	4	1.000,00
3.3.90.30	Material de Consumo	5	1.000,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	6	1.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7	1.000,00
	TOTAL DO CORPO LEGISLATIVO		**550.000,00**

ORGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ - UNIDADE: 0102 – SECRETARIA

Código	Especificação	Ficha	Valor Fixado
01	LEGISLATIVA		
01 031	ACAO LEGISLATIVA		
01 031 0001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA		
01 031 0001 4.005	REMUNERACAO DOS SERVIDORES DA CAMARA MUNICIPAL		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	8	950.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	9	3.000,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10	20.000,00
3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	11	27.000,00
01 031 0001 4.006	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL		
3.3.90.14	Diárias - Pessoal Civil	12	500,00
3.3.90.30	Material de Consumo	13	180.000,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	14	500,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	15	10.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	16	20.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17	170.000,00
3.3.90.40	Serv. Tecnol. Inform. e Comunicação - P. Jurídica	18	60.000,00
01 031 0001 4.007	CONTRATACAO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	19	500,00
3.3.90.04	Contratação por Tempo Determinado	20	500,00
01 031 0001 4.008	REGULARIZACAO DEBITOS EXERC ANTERIORES		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	21	500,00
01 271	PREVIDENCIA BASICA		
01 271 0001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA		
01 271 0001 4.009	REGULARIZACAO DEBITOS INSTITUICOES DE PREVIDENCIA		

4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	22	500,00
01 271 0003	PREV SOCIAL SERV ATIVOS E AG POLITICOS		
01 271 0003 4.010	CONTRIBUICAO PREV SERVIDORES E AGENTES POLITICOS		
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	23	185.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	24	300.000,00
3.3.90.47	Obrigações Tributarias e Contributivas	25	6.000,00
01 031 0001 4.013	HOMENAGENS E FESTIVIDADES		
3.3.90.30	Material de Consumo	26	20.000,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	27	5.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	28	50.000,00
01 031 0001 4.014	DIVULGACAO DE ATOS OFICIAIS		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29	60.000,00
01 031 0001 4.015	SAUDE E PREVENCAO CONTRA A COVID-19		
3.3.90.30	Material de Consumo	30	500,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	31	500,00
	TOTAL SECRETARIA		**2.070.000,00**

ORGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ UNIDADE: 0103 – SERVIÇOS GERAIS

Código	**Especificação**	**Ficha**	**Valor Fixado**
01	LEGISLATIVA		
01 031	ACAO LEGISLATIVA		
01 031 0004	PROJETOS DIVERSOS		
01 031 0004 3.001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	32	60.000,00
01 031 0004 3.002	CONSTRUCAO, RECUPERACAO, AMPLIACAO CÂMARA MUNICIPAL		
4.4.90.51	Obras e Instalações	33	50.000,00
01 031 0001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA		
01 031 0001 4.011	MANUTENCAO SERVICOS GERAIS DA CAMARA MUNICIPAL LUZ		
3.3.90.30	Material de Consumo	34	29.500,00
01 031 0001 4.012	INCENTIVO A FORMACAO E PREPARACAO SERVIDORES CM		
3.3.90.18	Aux. Financeiro a Estudantes	35	500,00
	TOTAL SERVICOS GERAIS DA CAMARA		**140.000,00**
	TOTAL DO ÓRGÃO CAMARA MUNICIPAL DE LUZ		2.760.000,00
	TOTAL DA ENTIDADE CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ		**2.760.000,00**

Lei nº 4.320/64 (art. 2º, § 2º, inciso II)

I - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		
01.0000000	CÂMARA MUNICIPAL	
01.0100000	LEGISLATIVA	
01.0103100	*Ação Legislativa*	*2.264.500,00*
01.0103200	*Controle Externo*	*4.000,00*
01.0127100	*Previdência Básica*	*491.500,00*

II – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA		
3000.00.00	Despesas Correntes	2.649.500,00
4000.00.00	Despesas de Capital	110.500,00

Luz (MG), 1 de setembro de 2026.

ROBERTO MAGNER DE CARVALHO
Assessor Contábil - CRC/MG 052.588/O-5

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:394CAD21

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.080, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N.º 4.080, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

Considerando a Lei Municipal N.º 3.147/2026;

O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 162, inciso II, c/c Artigo 189, inciso I, alínea d, ambos da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a **Abrir Crédito Suplementar** nas dotações do Orçamento – Programa vigente, conforme discriminação:

FICHA	**UNIDADE**	**CLASSIFICACAO**		VALOR
606	07.001	082410015 2.121 449052	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO DO CRAS – CENTRO REF. ASSIST. SOCIAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	47.300,00
413	05.002	103010011 2.235 319013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE – SAÚDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.700,00
TOTAL				**100.000,00**

Art. 2º. Como recursos para atender ao disposto no art. 1º ficam anulados parcialmente o saldo das seguintes dotações do Orçamento - Programa vigente:

FICHA	UNIDADE	CLASSIFICACAO		VALOR
8	20.002	0103100001 4.005 319011	SECRETARIA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	50.000,00
13	20.002	010310001 4.006 339030	SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA DIARIAS – MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
16	20.002	010310001 4.006 339036	SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	2.500,00
18	20.002	010310001 4.006 339040	SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.500,00
22	20.002	010310001 4.013 339030	SECRETARIA HOMENAGENS E FESTIVIDADES MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
24	20.002	010310001 4.013 339039	SECRETARIA HOMENAGENS E FESTIVIDADES OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	3.000,00
32	20.003	010310004 3.001 449052	SERVICOS GERAIS DA CAMARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
33	20.003	010310004 3.002 449051	SERVICOS GERAIS DA CAMARA CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO/AMPL CAMARA MUNICIPAL OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
TOTAL				**100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 08 de setembro de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:3464C4A2

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 3.147/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

LEI N.º 3.147/2026 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

A Câmara Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a **Abrir Crédito Suplementar** nas dotações do Orçamento – Programa vigente, conforme discriminação:

FICHA	UNIDADE	CLASSIFICACAO		VALOR
606	07.001	082410015 2.121 449052	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO DO CRAS – CENTRO REF. ASSIST. SOCIAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	47.300,00
413	05.002	103010011 2.235 319013	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE – SAÚDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.700,00
TOTAL				**100.000,00**

Art. 2º. Como recursos para atender ao disposto no art. 1º ficam anulados parcialmente o saldo das seguintes dotações do Orçamento - Programa vigente:

FICHA	UNIDADE	CLASSIFICACAO		VALOR
8	20.002	0103100001 4.005 319011	SECRETARIA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	50.000,00
13	20.002	010310001 4.006 339030	SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA DIARIAS – MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
16	20.002	010310001 4.006 339036	SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	2.500,00
18	20.002	010310001 4.006 339040	SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.500,00
22	20.002	010310001 4.013 339030	SECRETARIA HOMENAGENS E FESTIVIDADES MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
24	20.002	010310001 4.013 339039	SECRETARIA HOMENAGENS E FESTIVIDADES OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	3.000,00
32	20.003	010310004 3.001 449052	SERVICOS GERAIS DA CAMARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
33	20.003	010310004 3.002 449051	SERVICOS GERAIS DA CAMARA CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO/AMPL CAMARA MUNICIPAL OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
TOTAL				**100.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 08 de setembro de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:68E9E5B0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAOURO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026

CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
Rua Cel. Amaro Acelino de Andrade, nº 42 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL/FAX: (032) 3753-1188 - CEP: 36893-000 – CNPJ: 26142.406/0001-00
atendimento.camaramiradouro@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 07/2026.

"Fixa Dotações para o Exercício Financeiro de 2027 da Câmara Municipal de Miradouro - MG"

A Câmara Municipal de Miradouro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e o Presidente da Câmara promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam fixadas, nos termos do artigo 45 da Lei Orgânica Municipal de Miradouro e do artigo 31, inciso VII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miradouro, as dotações orçamentárias do Poder Legislativo Municipal para o Exercício de 2027 na importância de R$ 2.867.550,91(Dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), conforme detalhamento em anexo.

Art. 2º - Quando necessária a suplementação das dotações fixadas no 5º Quadro das Dotações por Órgãos de Governo e Administração, anexo desta Resolução, o Presidente da Câmara solicitará ao Poder Executivo o encaminhamento de mensagem contendo propositura de autorização legislativa para a abertura dos respectivos créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do total das dotações fixadas**,** observados os limites e as condições estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º - A execução das dotações de que trata esta Resolução observará os limites constitucionais e legais aplicáveis ao Poder Legislativo Municipal, especialmente aqueles previstos no art. 29-A da Constituição Federal, bem como as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual relativas ao exercício de 2027.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Miradouro/MG, 02 de setembro de 2026.

EDNILSON PAULINO RIBAS
Presidente

ANEXO
5º QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃOS DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
ARTIGO 2° PARÁGRAFO 1° - ITEM IV DA LEI 4320/64 – (Detalhamento do Programa de Trabalho)
ÓRGÃO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
UNIDADE: 1 – SECRETARIA DA CÂMARA
SUB-UNIDADE: 0 – SECRETARIA DA CÂMARA

Código	Especificação	Desp. Correntes	Desp. de Capital	Total
01	LEGISLATIVA			
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA			
01.031.005	ATUAÇÃO E INVESTIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL			
01.031.005.1.0001	**INVESTIMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**	0,00	**232.700,00**	**232.700,00**
4.4.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		20.000,00	
4.4.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		20.000,00	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		160.000,00	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		32.700,00	
01.031.025	AÇÃO LEGISLATIVA			
01.031.025.2.0001	**GESTÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL**	**1.506.110,91**	**0,00**	**1.506.110,91**
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26.000,00		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	833.000,00		
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	184.000,00		
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL CIVIL	6.000,00		
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00		
3.3.90.14	DIÁRIAS CIVIL	40.000,00		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00		
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00		

3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	38.976,00		
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	50.000,00		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	120.000,00		
3.3.90.40	SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PJ	43.634,91		
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	7.000,00		
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	500,00		
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00		
01.031.025.2.0002	**ATUAÇÃO DAS ATIVIDADES AGENTES POLÍTICOS**	**1.128.740,00**	**0,00**	**1.128.740,00**
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	792.000,00		
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	174.240,00		
3.1.90.14	DIÁRIAS CIVIL	60.000,00		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00		
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DE	10.000,00		
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.000,00		
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	6.000,00		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	37.000,00		
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.500,00		
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00		
		2.634.850,91	232.700,00	2.867.550,91

Publicado por:
Ana Paula Lacerda Tostes
Código Identificador:685448E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.434, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação dos aprovados em concursopúblico de provas e títulos objeto do Edital n° 001/2024para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria Municipal deEducação do Município de Muriaé.

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. **MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 estabelece o concurso público como regra maior de investidura em cargo ou emprego público (CF, art. 37, II);

CONSIDERANDO o fato de ser o concurso público o mecanismo mais eficaz, objetivo e universal de recrutamento de servidores públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de pessoal no âmbito dos órgãos da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público, conforme Edital de n.º 001/2024, para provimento de cargos públicos efetivos; e

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do mencionado concurso, promovida pelo Decreto n.º 12.789, de 26 de junho de 2024;

CONSIDERANDO a prorrogação do prazo de valide do Concurso Público Edital nº 001/2024, promovida pelo Decreto n.º 14.263, de 10 de junho de 2026.

DECRETA

Art. 1º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomarem posse, no cargo de Auxiliar de Serviços Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – NÍVEL ELEMENTAR CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES	
Colocação	**Nome Completo**
122	LUCILEIA APARECIDA DE SOUZA PAULA
123	RENATA DA SILVA SANTOS
124	LEANDRO PEREIRA DE SOUZA
125	ALESSANDRA DE CARVALHO BOTELHO
126	MARIA APARECIDA DOS SANTOS
127	VALÉRIA MARIA DOS SANTOS
128	MATEUS LOPES GUARCONI
129	LILIANE DOS SANTOS SOUZA
130	LUCIENE GOMES DE FREITAS CHAGAS
131	CLAUDIA MARIA BUENO GONÇALVES
132	MARIA EMA VENTURA MAYRINK MAZINI
133	FERNANDA APARECIDA DA SILVA
134	DANIELA FERREIRA CAMARGO MEDEIROS
135	ELIZANGELA APARECIDA DOS SANTOS
136	REGINEIA DE OLIVEIRA GOMES JARDIM
137	ROSEMARY MARQUES ZANCO
138	POLIANA REGINA MARTINS
139	NADIA CLAUDIA DA SILVA OLIVEIRA
140	RODRIGO DUARTE MENDONÇA
141	MARCIO ANDRE DE SOUZA
142	ELISÂNGELA DA CONCEIÇÃO CUNHA
143	MARIA JOSE BENICIO
144	JANAÍNA ALVES TORRES

145	ANGELA DE JESUS OLIVEIRA LOPES
146	HELOISA MARIA PEREIRA
147	LENICE FERREIRA REZENDE CORRÊA
148	MARIA APARECIDA BARBOSA VENTURA
149	VERÔNICA MARINHO CARVALHO
150	ELISÂNGELA MARIA DO CARMO VENÂNCIO
151	RENATA APARECIDA ALVES DA FONSECA AVILA
152	TIAGO JOSÉ DE ANDRADE BENTO
153	JOSIANE MORAIS DE ANDRADE SOUZA
154	MARIA DA GLORIA AGUIAR CARNEIRO MOREIRA
155	OTÁVIO BARBOSA SILVA
156	WANESSA DE ALMEIDA GUIMARÃES FRITZ
157	BRUNO DA SILVA MARTINS
158	GILSIANE MAXIMINIA DO NASCIMENTO
159	JANAINA RAQUEL DA SILVA MATIAS
160	GIVANILDO CANDIDO BERNARDO
161	VALDINEI NEVES DE SOUZA
162	LÍLIAN DE FREITAS BRAGA
163	CARLOS MAGNO CORREA
164	PATRICK PABLO DE SOUZA
165	JOSÉ APARECIDO VENÂNCIO
166	ALEXSANDRA DA SILVA SANTOS BORGES
167	FABÍOLA APARECIDA DA ROCHA ALMEIDA
168	DENISE MARIA DA SILVA
169	WANESSA DA SILVA ARCHETE
170	GILMAR ANGELO LOPES
171	DANIELA PAULA DOS SANTOS
172	WESLEY SALVADOR MOREIRA GOMES
173	ELISA REGINA MOREIRA GUIMARAES
174	ADRIANA MARIA GOMES DA SILVA
175	SILVANA ROSA VENTURA
176	LUCELIA BASTOS DE SOUZA FONSECA
177	MARILÉIA SILVA CORRÊA
178	*MONIQUE CASTRO DE SOUZA E SILVA
179	*ELIANA PASSOS DA SILVA

Observação: De acordo com a rigorosa ordem de classificação do resultado do Edital nº 001/2026 de Sorteio Público.

CLASSIFICAÇÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – NÍVEL ELEMENTAR CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES	
Colocação	**Nome Completo**
8	ADRIANA GERALDO RAMOS NOGUEIRA
9	MARLEY AUGUSTO XAVIER

Art. 2º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL MÉDIO CARGO SECRETÁRIO ESCOLAR	
Colocação	**Nome Completo**
8	MARCOS HENRIQUE FURTADO DE MIRANDA
9	PAULO GUILHERME VARDIERO FREITAS
10	CARLOS DANIEL BARBOSA DIAS DOS SANTOS

Art. 3º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Supervisor Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO SUPERVISOR PEDAGÓGICO	
Colocação	**Nome Completo**
11	KARINE TAVARES GABRIG CHEMP DE ABREU
12	ARTHUR DA COSTA ORLANDO
13	DAYANA PEREIRA FREITAS

Art. 4º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Orientador Educacional, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO ORIENTADOR EDUCACIONAL	
Colocação	**Nome Completo**
2	LYGIA MARIA DE FARIA LIMA E SILVA
3	CLEMILDES DAIANA PEDROSA

Art. 5º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Professor de Educação Física, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS	
Colocação	**Nome Completo**
4	ANDERSON SILVA MACHADO
5	DOUGLAS TINOCO DOPP

Art. 6º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Professor de História, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR HISTÓRIA ANOS FINAIS	
Colocação	**Nome Completo**
2	JULIANA MOURA MARTINS DA FONSECA

Art. 7º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Professor de Português, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR PORTUGUÊS ANOS FINAIS	
Colocação	**Nome Completo**
3	VIVIANE APARECIDA DE FREITAS

Art. 8º. Ficam os candidatos abaixo relacionados nomeados para tomar posse, no cargo de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, junto à Secretaria Municipal de Educação:

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	
Colocação	**Nome Completo**
144	LILIANE LAURIANA VENTURA SANTANA
145	ARIANY NOVAIS MANTOVANI
146	TAYANA BRAYTNER BARBOSA SENA
147	EMELLY SANTANA DE SOUZA
148	JULIANA APARECIDA DA SILVA PASSOS
149	LUCIANE MESSIAS FIGUEIREDO
150	QUÊNIA PEREIRA DOS SANTOS SILVA
151	RENATA DE OLIVEIRA LEONARDO
152	KARINE QUADRA DE OLIVEIRA BARBOSA
153	DEYVISON RODRIGO BRAGA DE OLIVEIRA
154	PRISCILA MARQUE DE SOUZA
155	POLIANA DUARTE SILVA CAETANO
156	AMANDA RODRIGUES CORREA GARCIA
157	DEBORA VERONICA FILGUEIRAS ALVES
158	WELLEN CASSANI RODRIGUES MOTTA
159	RÍVIA DE SOUZA MAIA BRÊTTAS
160	ANA CAROLINA BASTOS BRUNO
161	BEATRIZ LOMEU BASTOS FALCI
162	JHONATTAN JERÔNIMO MOREIRA
163	ANA BEATRIZ DE SOUZA ALVES
164	KELLY CLEMENTE NETTO
165	LUCIANE RESENDE SILVEIRA BRANDAO
166	ROSA MARIA DO NASCIMENTO SOUZA
167	SARAH SOARES DE OLIVEIRA ALMEIDA SANTOS
168	BIANCA APARECIDA BARROS PINHEIRO REZENDE
169	MARIA APARECIDA VENÂNCIO
170	ÉLIDA REGINA ANDRADE CAPOBIANGO
171	DANIELA DE OLIVEIRA FERREIRA
172	VALQUÍRIA HELENA NUNES TORQUATO
173	VANESSA SÉRGIA LUCAS
174	JOANA DARC NOGUEIRA
175	JANIELI DE SOUZA NASCIMENTO MIRANDA
176	DEMILSA FONTOURA ATAIDE
177	IRIANE ZINE RIBEIRO
178	CLEMILDES DAIANA PEDROSA
179	THAMYRES MARIA DA SILVA SANTOS
180	THAÍS MARIA TELLES MACHADO
181	SIRLENE DE ARAÚJO ASSIS COSTA
182	KAREN FERNANDA ANGELO OLIVEIRA
183	LORRANE BARBOSA DA SILVA PEREIRA
184	LETICIA AFONSO GIAGIO
185	NICHOLAS LEITE LOPES TÔZO
186	MARIA APARECIDA DA SILVA
187	VIVIANE RANGEL DO CARMO MARCHITTO
188	PATRICIA REGINA VALDIER
189	HEDILENE GOMES VAZ
190	MAGALI DE SOUZA MELO
191	NAIARA PEDROSA MOURA AREDES CURI

Art. 9º. Todos os atos relacionados à posse dos candidatos aprovados serão regulamentados por edital específico.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 08 de setembro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:16A431DE

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Convoca os candidatos nomeados peloDecreto n.º 14.434, de 08 de setembro de 2026,para a realização de atos necessários paraa investidura em cargo efetivo do quadrode pessoal da Prefeitura Municipalde Muriaé e dá outras providências.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos, de que trata o Edital 001/2024, homologado pelo Decreto n.º 12.789, de 26 de Junho de 2024, nomeados pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026, para comparecer à Avenida Doutor Passos, 71, Centro, Muriaé - MG, 36880-000, Centro Municipal de Perícia Médica Funcional (Antigo Emater, ao lado da Rodoviária), para a realização de Exame Médico Admissional, em ato contínuo, para apresentarem os documentos admissionais na Sala de Reunião Nádia Maria Acar Lipus Gomes, localizada na Avenida Maestro Sansão, nº 236, 1º andar e para tomar posse em seu respectivos cargos no Anfiteatro da Faculdade Santa Marcelina, localizado na Praça Irmã Annina Bisegna, nº 40, Centro, Muriaé - MG.

CLASSIFICAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – NÍVEL ELEMENTAR CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES	
Colocação	**Nome Completo**
122	LUCILEIA APARECIDA DE SOUZA PAULA
123	RENATA DA SILVA SANTOS
124	LEANDRO PEREIRA DE SOUZA
125	ALESSANDRA DE CARVALHO BOTELHO
126	MARIA APARECIDA DOS SANTOS
127	VALÉRIA MARIA DOS SANTOS
128	MATEUS LOPES GUARCONI
129	LILIANE DOS SANTOS SOUZA
130	LUCIENE GOMES DE FREITAS CHAGAS
131	CLAUDIA MARIA BUENO GONÇALVES
132	MARIA EMA VENTURA MAYRINK MAZINI
133	FERNANDA APARECIDA DA SILVA
134	DANIELA FERREIRA CAMARGO MEDEIROS
135	ELIZANGELA APARECIDA DOS SANTOS
136	REGINEIA DE OLIVEIRA GOMES JARDIM
137	ROSEMARY MARQUES ZANCO
138	POLIANA REGINA MARTINS
139	NADIA CLAUDIA DA SILVA OLIVEIRA
140	RODRIGO DUARTE MENDONÇA
141	MARCIO ANDRE DE SOUZA
142	ELISÂNGELA DA CONCEIÇÃO CUNHA
143	MARIA JOSE BENICIO
144	JANAÍNA ALVES TORRES
145	ANGELA DE JESUS OLIVEIRA LOPES
146	HELOISA MARIA PEREIRA
147	LENICE FERREIRA REZENDE CORRÊA
148	MARIA APARECIDA BARBOSA VENTURA
149	VERÔNICA MARINHO CARVALHO
150	ELISÂNGELA MARIA DO CARMO VENÂNCIO
151	RENATA APARECIDA ALVES DA FONSECA AVILA
152	TIAGO JOSÉ DE ANDRADE BENTO
153	JOSIANE MORAIS DE ANDRADE SOUZA
154	MARIA DA GLORIA AGUIAR CARNEIRO MOREIRA
155	OTÁVIO BARBOSA SILVA
156	WANESSA DE ALMEIDA GUIMARÃES FRITZ
157	BRUNO DA SILVA MARTINS
158	GILSIANE MAXIMINIA DO NASCIMENTO
159	JANAINA RAQUEL DA SILVA MATIAS
160	GIVANILDO CANDIDO BERNARDO
161	VALDINEI NEVES DE SOUZA
162	LÍLIAN DE FREITAS BRAGA
163	CARLOS MAGNO CORREA
164	PATRICK PABLO DE SOUZA
165	JOSÉ APARECIDO VENÂNCIO
166	ALEXSANDRA DA SILVA SANTOS BORGES
167	FABÍOLA APARECIDA DA ROCHA ALMEIDA
168	DENISE MARIA DA SILVA
169	WANESSA DA SILVA ARCHETE
170	GILMAR ANGELO LOPES
171	DANIELA PAULA DOS SANTOS
172	WESLEY SALVADOR MOREIRA GOMES
173	ELISA REGINA MOREIRA GUIMARAES
174	ADRIANA MARIA GOMES DA SILVA
175	SILVANA ROSA VENTURA
176	LUCELIA BASTOS DE SOUZA FONSECA
177	MARILÉIA SILVA CORRÊA
178	***MONIQUE CASTRO DE SOUZA E SILVA**
179	***ELIANA PASSOS DA SILVA**

****Observação: De acordo com a rigorosa ordem de classificação do resultado do Edital nº 001/2026 de Sorteio Público.***

CLASSIFICAÇÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – NÍVEL ELEMENTAR CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES	
Colocação	**Nome Completo**
8	ADRIANA GERALDO RAMOS NOGUEIRA
9	MARLEY AUGUSTO XAVIER

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL MÉDIO CARGO SECRETÁRIO ESCOLAR	
Colocação	**Nome Completo**
8	MARCOS HENRIQUE FURTADO DE MIRANDA
9	PAULO GUILHERME VARDIERO FREITAS
10	CARLOS DANIEL BARBOSA DIAS DOS SANTOS

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO SUPERVISOR PEDAGÓGICO	
Colocação	**Nome Completo**
11	KARINE TAVARES GABRIG CHEMP DE ABREU

12	ARTHUR DA COSTA ORLANDO
13	DAYANA PEREIRA FREITAS

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO ORIENTADOR EDUCACIONAL	
Colocação	**Nome Completo**
2	LYGIA MARIA DE FARIA LIMA E SILVA
3	CLEMILDES DAIANA PEDROSA

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS	
Colocação	**Nome Completo**
4	ANDERSON SILVA MACHADO
5	DOUGLAS TINOCO DOPP

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR HISTÓRIA ANOS FINAIS	
Colocação	**Nome Completo**
2	JULIANA MOURA MARTINS DA FONSECA

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR PORTUGUÊS ANOS FINAIS	
Colocação	**Nome Completo**
3	VIVIANE APARECIDA DE FREITAS

CLASSIFICAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR CARGO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	
Colocação	**Nome Completo**
144	LILIANE LAURIANA VENTURA SANTANA
145	ARIANY NOVAIS MANTOVANI
146	TAYANA BRAYTNER BARBOSA SENA
147	EMELLY SANTANA DE SOUZA
148	JULIANA APARECIDA DA SILVA PASSOS
149	LUCIANE MESSIAS FIGUEIREDO
150	QUÊNIA PEREIRA DOS SANTOS SILVA
151	RENATA DE OLIVEIRA LEONARDO
152	KARINE QUADRA DE OLIVEIRA BARBOSA
153	DEYVISON RODRIGO BRAGA DE OLIVEIRA
154	PRISCILA MARQUE DE SOUZA
155	POLIANA DUARTE SILVA CAETANO
156	AMANDA RODRIGUES CORREA GARCIA
157	DEBORA VERONICA FILGUEIRAS ALVES
158	WELLEN CASSANI RODRIGUES MOTTA
159	RÍVIA DE SOUZA MAIA BRÊTTAS
160	ANA CAROLINA BASTOS BRUNO
161	BEATRIZ LOMEU BASTOS FALCI
162	JHONATTAN JERÔNIMO MOREIRA
163	ANA BEATRIZ DE SOUZA ALVES
164	KELLY CLEMENTE NETTO
165	LUCIANE RESENDE SILVEIRA BRANDAO
166	ROSA MARIA DO NASCIMENTO SOUZA
167	SARAH SOARES DE OLIVEIRA ALMEIDA SANTOS
168	BIANCA APARECIDA BARROS PINHEIRO REZENDE
169	MARIA APARECIDA VENÂNCIO
170	ÉLIDA REGINA ANDRADE CAPOBIANGO
171	DANIELA DE OLIVEIRA FERREIRA
172	VALQUÍRIA HELENA NUNES TORQUATO
173	VANESSA SÉRGIA LUCAS
174	JOANA DARC NOGUEIRA
175	JANIELI DE SOUZA NASCIMENTO MIRANDA
176	DEMILSA FONTOURA ATAIDE
177	IRIANE ZINE RIBEIRO
178	CLEMILDES DAIANA PEDROSA
179	THAMYRES MARIA DA SILVA SANTOS
180	THAÍS MARIA TELLES MACHADO
181	SIRLENE DE ARAÚJO ASSIS COSTA
182	KAREN FERNANDA ANGELO OLIVEIRA
183	LORRANE BARBOSA DA SILVA PEREIRA
184	LETICIA AFONSO GIAGIO
185	NICHOLAS LEITE LOPES TÔZO
186	MARIA APARECIDA DA SILVA
187	VIVIANE RANGEL DO CARMO MARCHITTO
188	PATRICIA REGINA VALDIER
189	HEDILENE GOMES VAZ
190	MAGALI DE SOUZA MELO
191	NAIARA PEDROSA MOURA AREDES CURI

1. DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

1.1. Os candidatos nomeados ao **CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO 144º AO 168º COLOCAÇÃO** da ampla concorrência, pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 20, deverão comparecer à Avenida Doutor Passos, 71, Centro, Muriaé - MG, 36880-000, Centro Municipal de Perícia Médica Funcional (Antigo Emater, ao lado da Rodoviária), **no dia 29 de setembro de 2026, à partir de 12h**, para a realização de Exame Médico Admissional.

1.2 Os candidatos nomeados ao **CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO 169º AO 191º COLOCAÇÃO** da ampla concorrência; **PROFESSOR ANOS FINAIS DE PORTUGUÊS 3º COLOCAÇÃO; PROFESSOR ANOS FINAIS DE HISTÓRIA 2º COLOCAÇÃO**; pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 20, deverão comparecer à Avenida Doutor Passos, 71, Centro, Muriaé - MG, 36880-000, Centro Municipal de Perícia Médica Funcional (Antigo Emater, ao lado da Rodoviária), **no dia 30 de setembro de 2026, à partir de 12h**, para a realização de Exame Médico Admissional.

1.3 Os candidatos nomeados ao **CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES DO 122º AO 179º COLOCAÇÃO da ampla concorrência e os candidatos convocados as vagas reservadas às pessoas com deficiência, no caso o 8º e 9º; CARGO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO 8º AO 10º COLOCAÇÃO da ampla concorrência; CARGO DE SUPERVISOR PEDAGÓGICO DO 11º AO 13º da ampla concorrência; CARGO DE ORIENTADOR EDUCACIONAL DO 2º AO 3º da ampla concorrência; PROFESSOR ANOS FINAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO 4º AO 5º da ampla concorrência;** pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026, deverão comparecer à Avenida Doutor Passos, 71, Centro, Muriaé - MG, 36880-000, Centro Municipal de Perícia Médica Funcional (Antigo Emater, ao lado da Rodoviária), no **dia 01 de outubro de 2026, à partir de 12h**, para a realização de Exame Médico Admissional.

1.4 Os candidatos nomeados às vagas reservadas às pessoas com deficiência, deverão apresentar laudo médico comprobatório da patologia que justifica a deficiência expedido pelo médico especialista da área de deficiência do candidato, e também o laudo expedido pelo **MÉDICO DO TRABALHO,** devendo neste laudo informar o tipo da deficiência, o grau ou nível de deficiência, e especificar através do CID 10 – Classificação Internacional de Doenças**,** conforme o artigo 4º do Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999.

1.5 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização do Exame Médico Admissional com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munido dos documentos descritos no item 3.1 deste Edital, e também documento de identificação com foto.

1.6 Em último caso, será redesignada a realização de Exame Médico Admissional, em 08 de outubro, às 12h, Avenida Doutor Passos, 71, Centro, Muriaé - MG, 36880-000, Centro Municipal de Perícia Médica Funcional (Antigo Emater, ao lado da Rodoviária).

2. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA

2.1. Caberá à Comissão de Avaliação Médica, designada em ato próprio, analisar o resultado dos exames entregues pelos candidatos aprovados e proceder ao respectivo exame médico admissional.

3. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

3.1 Para a realização da **Perícia Médica Oficial** de caráter eliminatório Pré-Admissional, os candidatos, conforme dia e horário designado no item 1.1, 1.2 e 1.3 deste Edital, deverão apresentar o resultado dos exames dispostos abaixo:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII - Laudo de avaliação psiquiátrica expedido por um profissional com registro no Conselho Regional de Medicina e que tenha o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE);
VIII - Formulário Padrão sobre Antecedentes Clínico-Cirúrgicos Pessoais – **conforme modelo de Declaração constante no ANEXO V deste Edital**.
IX – Para candidatos com idade acima de 40 anos, será exigido radiografia de tórax em PA e Perfil (com laudo)
X – Para candidatos com idade acima de 40 anos, será exigido eletrocardiograma (com laudo)

3.2 Para exame pré-admissional os candidatos no cargo de **PROFESSOR** além dos exames previstos, deverão apresentar videolaringoloscopia com laudo de otorrino constatando aptidão.

3.3 Para exame pré-admissional os candidatos aos cargos que exijam esforço físico **AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA,** além dos exames previstos deverão apresentar Raio X da Coluna Vertebral (cervical/torácica/lombar/sacro e coccígeas) com laudo.

3.4 Os exames a que se referem os itens 3.1 deste Edital deverão possuir data de expedição máxima de até 60 (sessenta) dias anteriores à data designada para a **Perícia Médica Oficial.**

3.5 A Comissão de Avaliação Médica responsável pela Perícia Médica Oficial Pré-Admissional poderá solicitar ao candidato a realização de outros exames complementares, bem como designar data futura para reavaliação, conforme a necessidade.

3.6 O prazo para a realização do Exame Admissional é terminativo, não fazendo jus à posse o candidato que não apresentar o resultado da perícia até o dia 08 de outubro de 2026, quando houver pendências ou necessidade de exames complementares.

4. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS ADMISSIONAIS

4.1. Caberá à Comissão de Avaliação dos Documentos Admissionais, designada pela Portaria n.º 88, de 26 de Junho de 2024, da Secretaria Municipal de Administração, analisar os documentos necessários à posse entregues pelos candidatos nomeados pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026.

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À POSSE

5.1. Os candidatos nomeados pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026, deverão apresentar os documentos dispostos abaixo:

a) Original e fotocópia da certidão de nascimento ou da certidão de casamento (se for o caso, devidamente averbada);
b) Original e fotocópia do CPF próprio, devidamente atualizado conforme a situação civil da pessoa, incluindo também a certidão de situação regular do CPF, que pode ser retirado no site da Receita Federal do Brasil;

c) Original e fotocópia de RG,devidamente atualizado conforme a situação civil da pessoa;

d) Original e fotocópia do título de eleitor e certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

e) Original e fotocópia do certificado de reservista, se do sexo masculino;

f) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado;

g) Laudo médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser empossado aquele que for declarado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo;

h) Original e fotocópia dos documentos que comprovem a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital do Concurso Público Nº 001/2024;

i) Original e fotocópia do Diploma de Conclusão do curso;

j) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (fornecido pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura no ato de admissão), conforme Anexo I deste Edital;

k) Documento, expedido pelo Ministério da Justiça, reconhecendo a igualdade de direitos, obrigações civis e gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto nº 70.436 de 18/04/72 e dos arts. 15 e 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, celebrado em 22 de abril de 2000 e promulgado pelo Decreto nº 3927/2001; e documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao Tratado, nos termos do seu art. 22.", na hipótese de o candidato nomeado e declarado apto na perícia médica ser **cidadão português** a quem foi deferida igualdade nas condições previstas no § 1º do art. 12 da Constituição Federal.

l) 01 (um) fotografia 3x4 recente;

m) Certidão de nascimento e CPF de todos os dependentes.

n) Em caso de candidatos nomeado ao cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES, apresentar declaração da escola e vacina dos filhos menores de 14 (quatorze) anos.

o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, a fim de atender a Lei nº 14.811, de 12 de Janeiro de 2024;

p) Comprovante do PIS/PASEP expedido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;

q) Declaração de Bens e Valores, de acordo com Anexo IV deste Edital; ou Declaração Anual de Imposto de Renda (2026).

5.2. Os candidatos aprovados deverão realizar a entrega dos documentos necessários à posse comparecendo ao Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, 1º andar, sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação (Sala Nádia Lipus), localizado na Avenida Maestro Sansão, nº 236, Centro, Muriaé/MG, nos seguintes dias e horários:

a) No dia 29 de setembro de 2026, após a realização do Exame Médico Admissional, os candidatos aprovados no **CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO 144º AO 168º COLOCAÇÃO** da ampla concorrência;

b) No dia 30 de setembro de 2026, após a realização do Exame Médico Admissional, os candidatos aprovados no **CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO 169º AO 191º COLOCAÇÃO** da ampla concorrência; **PROFESSOR ANOS FINAIS DE PORTUGUÊS 3º COLOCAÇÃO; PROFESSOR ANOS FINAIS DE HISTÓRIA 2º COLOCAÇÃO**;

c) No dia 01 de outubro de 2026, após a realização do Exame Médico Admissional, os candidatos aprovados no **CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES DO 122º AO 179º COLOCAÇÃO da ampla concorrência e os candidatos convocados as vagas reservadas às pessoas com deficiência, no caso o 8º e 9º; CARGO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO 8º AO 10º COLOCAÇÃO da ampla concorrência; CARGO DE SUPERVISOR PEDAGÓGICO DO 11º AO 13º da ampla concorrência; CARGO DE ORIENTADOR EDUCACIONAL DO 2º AO 3º da ampla concorrência; PROFESSOR ANOS FINAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO 4º AO 5º da ampla concorrência.**

5.3. O prazo para a entrega dos documentos é terminativo, não fazendo jus à posse o candidato que não apresentá-los junto ao Departamento de Pessoal, para análise da Comissão de Avaliação dos Documentos Admissionais, até o dia 20 de outubro de 2026.

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS E LOTAÇÃO

6.1 Os candidatos nomeados pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026, deverão se apresentar na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Maestro Sansão. no 236, Centro, Muriaé/MG, para escolha de lotação, conforme a ordem de classificação:
a) no dia **19 de outubro de 2026**, às **12h30min,** para os candidatos aprovados no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS** do 144º AO 191 colocação da ampla concorrência; às **16h00min**; os candidatos aprovados no cargo de **PROFESSOR ANOS FINAIS DE PORTUGUÊS** 3º colocação da ampla concorrência**; PROFESSOR ANOS FINAIS DE HISTÓRIA** 2º colocação da ampla concorrência; **PROFESSOR ANOS FINAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA** 4º E 5º colocação da ampla concorrência;

b) no **dia 20 de outubro de 2026**, às **12h30min**, para os candidatos aprovados nos cargos de **SUPERVISOR PEDACÓGICO** do 11º ao 13º colocação; os candidatos no cargo de **ORIENTADOR EDUCACIONAL** do 2º e 3º colocação; **SECRETÁRIO ESCOLAR** do 8º ao 10º colocação; e **14h00min** aos candidatos aprovados no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES** do 122º a 179º colocação da ampla concorrência e os candidatos aprovados no 8º e 9º colocação para as vagas reservadas às pessoas com deficiência.

7. DA POSSE COLETIVA

7.1 Os candidatos nomeados pelo Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026, aprovados no exame médico admissional e que tenham entregado toda documentação necessária, deverão comparecer no dia 28 de outubro de 2026, no Anfiteatro da Faculdade Santa Marcelina, localizado na Praça Irmã Annina Bisegna, nº 40, Centro, Muriaé - MG, para cerimônia de posse coletiva a partir de 19 horas.

7.2 Em havendo impossibilidade de tomada de posse na data designada no item 7.1, o candidato aprovado deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias para posse, ou seja, até o dia 29 de outubro de 2026.

7.3 Em havendo impossibilidade de tomada de posse dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado deverá requerer a prorrogação da posse, através do preenchimento do **Requerimento constante no ANEXO III deste Edital**, que deverá entregá-lo pessoalmente, ou por procuração, no Departamento de Pessoal até às 17h00min, a partir do dia 30 de setembro de 2026.

7.4 O(A) Candidato(a) que, na data da posse, encontrar-se impedido(a) de fazê-lo, por estar de licença de saúde ou em período de afastamento pós-parto, deverá comunicar, de forma inequívoca e por escrito, tal fato ao Departamento de Pessoal, até o dia 29 de outubro de 2026, de modo que fique assegurado o direito de assumir o cargo, sendo que o prazo legal para posse será contado a partir do término do impedimento.

7.5 O não comparecimento para posse do candidato aprovado, a não apresentação dos documentos exigidos para realização do Exame Médico Admissional e dos documentos admissionais, a declaração de inaptidão no Exame Médico Admissional e/ou o não preenchimento dos requisitos para ocupação do respectivo cargo implicará na perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado, tornando sem efeito a nomeação do Decreto nº 14.434 de 08 de setembro de 2026.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no sítio oficial <https://muriae.atende.net/> e no Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

8.2 Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Administração.

Muriaé/MG, 08 de setembro de 2026.

TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA
Secretária Municipal De Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO - ATO DE ADMISSÃO
Eu,_____ , candidato nomeado para o cargo de _____, inscrito (a) no CPF sob o n° _____, telefone de contato: _____ ,
DECLARO:
1.() Estar quite com a Justiça Eleitoral.

Assinatura do Declarante

2.() Não infringir o artigo 37, Inciso XVI da CF/88, sobre proibição de cumulação de cargos (anexando contrato ou Termo de Posse e carga horária do cargo acumulável, se houver), e, ainda, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com a função pública desta contratação e DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.
() Acumulo cargo, emprego ou função na Administração Publica direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; suas Autarquias; Fundações mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas, e Sociedade de Economia Mista; conforme a seguir

Cargo(s):

Órgão(s):

HORÁRIO DE TRABALHO

Dias da semana	Horário (manhã e/ou tarde)	
2ª feira	às	às
3ª feira	às	às
4ª feira	às	às
5ª feira	às	às
6ª feira	às	às

Assinatura do Declarante
3.()Não se encontrar afastado(a) preliminarmente à aposentadoria por invalidez ou aposentado(a) por invalidez total ou parcial.

Assinatura do Declarante
4.()Não cumprir ou não haver sofrido sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; não ter sido demitido(a) a bem do serviço público ou de ter sofrido condenação nas condições previstas na Lei Municipal n° 6.504/22.

Assinatura do Declarante
5.()Não exercer gerência/administração de empresa.

Assinatura do Declarante
6.() Não incorrer em nenhuma hipótese impeditiva para o exercício de cargo público.

Assinatura do Declarante
7.()Não ser beneficiário ativo, nesta data, de auxílio por incapacidade temporária (auxílio doença no RGPS ou equivalente no RPPS) () Ser beneficiário ativo, nesta data, de auxílio por incapacidade temporária (auxílio doença no RGPS ou equivalente no RPPS)

Assinatura do Declarante

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento; DECLARO, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e assumo, ainda, o compromisso de comunicar por escrito ao superior hierárquico eventual impedimento superveniente ao declarado neste ato.

Muriaé, ____ de _____ de 2026

Assinatura do Declarante

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

Nome:	
CPF:	Telefone:
E-mail:	

RELAÇÃO DE DEPENDENTES
(casamento e/ou nascimento)

Nome:		Parentesco:
Nascimento:	Sexo: ()F ()M	CPF:
Nome:		Parentesco:
Nascimento:	Sexo: ()F ()M	CPF:
Nome:		Parentesco:
Nascimento:	Sexo: ()F ()M	CPF:
Nome:		Parentesco:
Nascimento:	Sexo: ()F ()M	CPF:

Declaro, sob pena de lei, que as informações aqui apresentadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, não cabendo ao Município de Muriaé qualquer responsabilidade. Declaro, ainda, que nenhuma vantagem foi ou será percebida, por si ou pelo cônjuge/companheiro, sob o mesmo fundamento.

Fazem parte desta declaração os seguintes documentos:

( ) Cópia da(s) certidão(ões) de nascimento do(s) dependente(s);
( ) CPF do(s) dependente(s).
( ) São Dependentes de IRRF ( )SIM ( )NÃO

Obs: O (a) servidor (a) é obrigado (a) a declarar quando alguma das pessoas relacionadas acima deixar de ser dependente.

Muriaé-MG, ____, de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE POSSE

Eu, _____ (nome completo), portador(a) do RG n.º_____, expedido por _____, e do CPF n.º _____, nomeado(a) para o cargo de _____ pelo Decreto nº 13.534 de 29 de Maio de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na impossibilidade de Tomar Posse na data designada de ___/___/_____ (conforme item 7 do Edital de Convocação n.º 001/2026, solicito a designação de nova data para fazê-lo.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Muriaé-MG, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Solicitante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

NOME: _____
RG: _____
CPF: _____
ENDEREÇO: _____

CARGO: _____

Para fins de posse em cargo público no Município de Muriaé–MG, conforme o disposto no §6º do artigo 15 da Lei n.º 3.824/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Muriaé-MG, das Autarquias e das Fundações Públicas -, declaro:

( ) Não possuo bens e valores a declarar;
( ) Possuo bens e/ou valores, conforme Declaração em anexo.

DISCRIMINAÇÃO*	VALOR ($)
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	

*Informar bens móveis e imóveis.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder à guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Muriaé-MG, ___ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO V

SOLICITAÇÃO DE REDESIGNAÇÃO DE PERÍCIA

Eu, (nome completo), portador(a) do RG n.º , expedido por , e do CPF n.º_____, nomeado(a) para o cargo de _____ pelo **Decreto nº 13.534 de 29 de Maio de 2025,** publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na impossibilidade de realizar o Exame Médico Admissional na data designada de / / (conforme item 1.5 do Edital de Convocação n.º 001/2026), solicito a designação de nova data para a realização do sobredito exame.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Muriaé-MG, de de 2026.

Assinatura do Solicitante

Obs.: O pedido deverá ser enviado para o e-mail: **equipedp.muriae@gmail.com**, ou entregue pessoalmente no endereço Av. Maestro Sansão, n.º 236, Centro, CEP: 36.880-000, no Departamento de Pessoal, nos termos do Edital de Convocação.

ANEXO VI
FORMULÁRIO PADRÃO SOBRE ANTECEDENTES CLÍNICO-CIRÚRGICOS PESSOAIS Nome: _____
1- O candidato foi ou é portador de doença infecto-contagiosa com sintomas clínicos?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
2- O candidato sofreu ou sofre de doença venérea de transmissão sexual (DST)?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
3- O candidato foi ou é portador de moléstia psiquiátrica / depressão pó período maior ou igual a 06 (seis) meses / internação psiquiátrica?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
4- O candidato foi ou é portador de patologia crônica (reumatismo) com dor e inflamação articular?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
5- O candidato foi ou é portador de distonia vocal / laringite crônica / alergia respiratória / rouquidão crônicas?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
6- O candidato sofreu ou sofre cirurgia, trauma ou seqüela de traumatismo / fratura / paralisia?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
7- O candidato sofreu internação hospitalar prévia / parto / cesariana / cirurgia / trauma / doença?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
8- O candidato foi ou é portador de anomalia congênita ou doença genética ou síndrome clínica com distúrbio psicomotor ou do aprendizado, retardo do crescimento / desenvolvimento, paralisia cerebral ou má- formação?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
9- O candidato sofreu ou sofre hemorragia / leucemia / doença linfática / anemia / icterícia / sangramento / transfusão / transplante?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
10- O candidato sofreu ou sofre tumor / câncer / displasia mamária / nódulo / cisto / neoplasia maligna comprovada por punção-biopsia / citologia, exame anatomopatológico?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
11- O candidato sofreu ou sofre angina / arritmia / isquemia / dor precordial / palpitação / crise hipertensiva?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
12- O candidato fez ou faz uso crônico de medicação anti-depressiva, analgésico, antiinflamatório, hormônio, insulina, corticóide, digitálico, diurético, vasodilatador, anti-alérgico, quimioterapia, radioterapia, transfusão, antibiótico, bronco dilatador, anti-ácido, reposição hormonal do estrógeno e progesterona, quimioterápico para tuberculose, hanseníase, AIDS ou câncer?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
13- O candidato fez ou faz uso crônico de medicação psicotrópica controlada: tranquilizante, antidepressivo, sonífero hipnótico, anti-psicótico, narcótico, anticonvulsivante, estabilizador do humor, neuroléptico, lítio?

( ) Não ( ) Sim - Qual? .
14- O candidato necessitou ou necessita o uso de prótese / órtese / marca-passo / válvula cardíaca / transplante / bypass arterial / membro mecânico / transfusão / aparelhos ópticos e de audição / revascularização miocárdica ou angioplastia / ponto de safena?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
15- O candidato já foi impedido de doar sangue por motivo de: sorologia positiva para qualquer infecção, alcoolismo, toxicante, insuficiência de órgão vital ou doença do sangue?
( ) Não ( ) Sim - Qual? .
Por ser verdade, firmo o documento.

Muriaé, __ de _____ de 2026

_____
Assinatura

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:06B1987B

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS (TABELA CILIA) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM TROCA DE PEÇAS EM VEÍCULOS ELETRÔNICOS E/OU COM BOMBAS INJETORAS PERTENCENTES À FROTA DESTA AUTARQUIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DOS ANEXOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 - **DETENTORA: NACIONAL DIESEL DE MURIAE LTDA – CNPJ Nº 55.330.554/0001-49 -** VALOR TOTAL: R$ 129.188,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL E CENTO E OITENTA E OITO REAIS), SENDO OFERTADO DESCONTO PERCENTUAL DE 33,70%, SOB A TABELA CILIA, SENDO O VALOR ESTIMADO DE R$ 67.000,00 PARA PEÇAS E R$ 62.188,00 PARA SERVIÇOS (HORA HOMEM TRABALHADA) REFERENTE A MANUTENÇÃO - DATA DE ASSINATURA: 04/09/2026 – VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/09/2027 –

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA –
Diretora Geral Do DEMSUR.

Empresa: NACIONAL DIESEL DE MURIAE LTDA – CNPJ nº 55.330.554/0001-49, com percentual de 33,70% de desconto						
Item	**Quant**	**Un**	**Descrição**	**V. Total – Tabela de Peças**	**V. Total - Serviços**	**Desconto Percentual**
1	1	TAB	PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS ELETRÔNICOS E/OU COM BOMBAS INJETORAS. TABELA CILIA	R$ 67.000,00	R$ 62.188,00 350 horas - R$ 177,68	**33,70%**
Valor estimado total: **R$ 129.188,00 (cento e vinte e nove cento e oitenta e oito reais).**						

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:C2983D02

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2026, 090/2026, 091/2026, 092/2026, 093/2026, 094/2026 E 095/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – E.P.I. PARA USO DOS SERVIDORES DA AUTARQUIA MUNICIPAL – DETENTORAS: **BH SEG EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA – CNPJ Nº 22.202.833/0001-78 -** VALOR TOTAL R$ 155.803,95 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E TRÊS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS); **MAGALHAES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ Nº 17.403.267/0001-22** – VALOR TOTAL: R$ 4.425,00; **TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA – CNPJ Nº 13.851.726/0001-80 –** VALOR TOTAL: R$ 60.399,80; **BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL EIRELI – CNPJ Nº 21.151.275/0001-04** – VALOR TOTAL: R$101.463,99; **MERCURIO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP – CNPJ Nº 51.077.233/0001-23** – VALOR TOTAL: R$ 56.980,00; **LUG RC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – CNPJ Nº 37.300.956/0001-19** – VALOR TOTAL: R$ 23.815,33; **LICITA.COM EPI LTDA – CNPJ Nº 54.763.270/0001-83** – VALOR TOTAL: R$ 32.600,00 - DATA DE ASSINATURA: 04/09/2026 – VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/09/2027 - PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA - DIRETORA GERAL DO DEMSUR.

BH SEG EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA – CNPJ nº 22.202.833/0001-78

Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3	AVENTAL FRONTAL DE RASPA CONFECCIONADO EM RASPA ESPECIAL COM ACABAMENTO SOFT, EVITANDO ODORES. TAMANHO ÚNICO: 1,20MX0,60M. OU 1,20MX0,70M. POSSUI TIRAS EM RASPA PARA AJUSTENO PESCOÇO E NA CINTURA, FIXADAS POR COSTURAS DE ALTO PADRÃO E COM FIVELAS METÁLICAS PARA MELHOR REGULAGEM DO USUÁRIO. É IDEAL PARA PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES E TÉRMICOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE PROCESSO DE SOLDAGEM, MECÂNICOS E SIMILARES.	UN	LUVEQ CA 38789	18	R$ 39,00	R$ 702,00
14	CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE A, TIPO I, ABA TOTAL, COM SUSPENSÃO FIKA-FIRME, COM SUSPENSÕES, (STAZ-ON) E ONE TOUCHT COM JUGULAR FORCE (ELÁSTICA) E OU COM CATRACA PARA REGULAGEM. COMPOSTA POR UMA CINTA DUPLA DE POLIAMIDA COM TRATAMENTO ANTIALÉRGICA POSICIONADA EM FORMA DE CRUZ, COSTURADA E COM QUATRO PONTOS DE SUSTENTAÇÃO, CARNEIRA, PARTE DA SUSPENSÃO QUE CIRCUNDA A CABEÇA CONFECCIONADA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE E TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR PRODUZIDA EM	UN	LIBUS CA 39457	225	R$61,85	R$13.916,25

	LAMINADO DE PVC ATÓXICO, REVESTIDA COM ESPUMA MULTIPERFURADA DE POLIURETANO. PROTEÇÃO DO TRABALHADOR CONTRA LESÕES DECORRENTES DE IMPACTOS OU PERFURAÇÕES PROVENIENTES DA QUEDA DE OBJETOS NA CABEÇA E EXPOSIÇÃO SOLAR RAIOS UVA-UVB. DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEIS NAS CORES: BRANCO, VERDE, AZUL, MARROM, CINZA, AMARELO, PRATA, AZUL PASTEL, BEGE, LARANJA, ETC. OBS.: DEVERÁ SER FORNECIDO COM AS CARNEIRAS CONFORME DESCRITO.					
15	CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE B, TIPO I, ABA TOTAL, COM SUSPENSÃO FIKA-FIRME, COM SUSPENSÕES, (STAZ-ON) E ONE TOUCHT: COM JUGULAR FORCE (ELÁSTICA), E OU CATRACA PARA REGULAGEM. COMPOSTA POR UMA CINTA DUPLA DE POLIAMIDA COM TRATAMENTO ANTIALÉRGICA POSICIONADA EM FORMA DE CRUZ, COSTURADA E COM QUATRO PONTOS DE SUSTENTAÇÃO, CARNEIRA, PARTE DA SUSPENSÃO QUE CIRCUNDA A CABEÇA CONFECCIONADA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE E TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR PRODUZIDA EM LAMINADO DE PVC ATÓXICO, REVESTIDA COM ESPUMA MULTIPERFURADA DE POLIURETANO, COM JUGULAR FORCE ELÁSTICA E REGULAGEM ATRAVÉS DE CATRACA COM SISTEMA FAZ TRAC. PROTEÇÃO DO TRABALHADOR CONTRA LESÕES DECORRENTES DE IMPACTOS OU PERFURAÇÕES PROVENIENTES DA QUEDA DE OBJETOS NA CABEÇA E EXPOSIÇÃO SOLAR RAIOS UVA-UVB. DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS NA COR VERMELHO. PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA RISCOS PROVENIENTES DE IMPACTOS DE OBJETOS SOBRE O CRÂNIO. MODELO APLICADO PARA ELETRICISTAS. OBS.: DEVERÁ SER FORNECIDO COM AS CARNEIRAS CONFORME DESCRITO.	UN	LIBUS CA 39457	5	R$78,50	R$392,50
16	CARNEIRA COM SUSPENSÃO FIKA-FIRME OU COM SUSPENSÕES MODELO STAZ-ON, OU ONE TOUCHT - COM JUGULAR (ELÁSTICA) PARA REGULAGEM. SUSPENSÃO FIKA-FIRME, OM SUSPENSÕES, (STAZ-ON) E ONE TOUCHT: COM JUGULAR FORCE (ELÁSTICA), E OU CATRACA PARA REGULAGEM. COMPOSTA POR UMA CINTA DUPLA DE POLIAMIDA COM TRATAMENTO ANTIALÉRGICA POSICIONADA EM FORMA DE CRUZ, COSTURADA E COM QUATRO PONTOS DE SUSTENTAÇÃO, CARNEIRA, PARTE DA SUSPENSÃO QUE CIRCUNDA A CABEÇA CONFECCIONADA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE E TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR PRODUZIDA EM LAMINADO DE PVC ATÓXICO, REVESTIDA COM ESPUMA MULTIPERFURADA DE POLIURETANO, COM JUGULAR FORCE ELÁSTICA E REGULAGEM ATRAVÉS DE CATRACA COM SISTEMA FAZ TRAC.	UN	LIBUS SUSPENSÃƒO CATRACA	230	R$29,45	R$6.773,50
18	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA/ABDOMINAL C/ REG.TOTAL E FITA REFLETIVA, CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER MULTIFILAMENTOS DE 45MM E FITA SECUNDÁRIA DE POLIÉSTER DE 25MM, POSSUI FITA REFLEXIVA NO PEITORAL E COSTAS. POSSUI SEIS PONTOS DE CONEXÃO, SENDO UM PONTO PEITORAL POR MEIO DE DUAS ALÇAS PARA ENGATE SIMULTÂNEO DE ANCORAGEM EM POLIÉSTER, UMA MEIA ARGOLA DORSAL EM AÇO, DUAS ALÇAS DE SUSPENSÃO PARA ESPAÇO CONFINADO EM POLIÉSTER E DUAS MEIAS ARGOLAS LATERAIS DE AÇO COMO PONTOS DE CONEXÃO PARA POSICIONAMENTO NA CINTURA. POSSUI CINCO FIVELAS DUPLAS EM AÇO, SENDO DUAS PARA REGULAGEM PEITORAL, DUAS PARA REGULAGEM DAS COXAS E UMA PARA REGULAGEM NA CINTURA. POSSUI PORTA-FERRAMENTAS EM FITA DE POLIÉSTER. COM ALMOFADA NA CINTURA, ALTURA DE 185MM E 685MM DE COMPRIMENTO. OBS: CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER; 02 MEIA-ARGOLAS PARA POSICIONAMENTO, NA CINTURA; 01 MEIA-ARGOLA COM PONTO DE CONEXÃO DORSAL; 05 FIVELAS DUPLAS, PARA AJUSTE, NAS PERNAS, NA CINTURA E NOS OMBROS; 02 LAÇOS FRONTAIS PARA ANCORAGEM; AJUSTE PEITORAL; ALMOFADA PARA PROTEÇÃO LOMBAR; ALÇAS NOS OMBROS PARA RESGATE EM ESPAÇO CONFINADO. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO.	UN	LIFE CINTOS CA 48798	10	R$187,00	R$1.870,00
24	CREME DE PROTEÇÃO PARA A PELE, ESPECIAL/GRUPO 3, NA FORMA DE CREME HOMOGÊNEO, COM AÇÃO BACTERIOSTÁTICA DE COR BRANCA E PH "IN NATURA" A 20 °C IGUAL A 6,8. COMPOSTO DE: PARAFFINUM LIQUIDUM, SODIM SALT OF 4,4-BIS(2-DISULFONIC ACID STYRYL) BIPHENYL, CETEARYL ALCOHOL, CETEARETH-20, GLYCERYL STEARATE, TRICLOSAN TRIETHANOLAMINE, PROPYLENE GLYCOL, CARBOMER, BHT, STEARIC, ACID, METHILCHLORISOTHIAZOLINONE, AGUA. O CREME PROTETOR PARA A PELE, QUANDO APLICADO, FORMA UMA PELÍCULA DE PROTEÇÃO CONTRA O ATAQUE AGRESSIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS TAIS COMO, AGENTES QUÍMICOS: ÁGUA, TOLUENO, XILENO, N-HEXANO, CLORETO DE METILENO, PERCLOROETILENO, TRICLOROETILENO, METILETILCETONA, ACETONA, BENZINA, THINNER, AGUARRÁS, GASOLINA, ÓLEO MINERAL, ÓLEO DIESEL, QUEROSENE, NUJOL COM AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, DE COR BRANCA E PH "IN NATURA" A 20 °C IGUAL A 6,8. ALÉM DISSO, PERMITE UMA FÁCIL REMOÇÃO DAS IMPUREZAS COM UMA SIMPLES LAVAGEM DA PELE. FORNECIDO EM BISNAGA OU POTE DE 200 GRAMAS.	UN	help hand ca 39091	995	R$8,54	R$8.497,30
35	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (HPPE), E MIX FIBRAS COM REVESTIMENTO DE BORRACHA NATURAL NA PALMA E DEDOS, ANTI-CORTE E PERFURAÇÃO, FIOS ESPECIAIS DE ALTA PERFORMANCE GARANTINDO UMA EXCELENTE RESISTÊNCIA MECÂNICA, ESPECIALMENTE A ABRASÃO, CORTE E PERFURAÇÃO. NÍVEL MÁXIMO EM RASGOS. NÍVEL D NO MÉTODO TDM. SUPORTE TÊXTIL 100% TRICOTADO, FORMATO ANATÔMICO SEM COSTURAS COM BANHO EM LÁTEX ADERENTE OU CORRUGADO NA PALMA E NO DORSO E DEDOS NO MESMO MATERIAL DA PALMA (BANHO BORRACHA ADERENTE EM 3/4), PROPORCIONANDO UM ÓTIMO CONFORTO E TATO. REVESTIMENTO 100% NATURAL, INDICADO À ATIVIDADES QUE CONTENHAM ÓLEO, RESÍDUOS QUÍMICOS OU CHORUME. DORSO VENTILADO PARA MELHOR RESPIRABILIDADE DAS MÃOS. REVESTIDAS COM FORMULAÇÃO ÚNICA OU DUPLA DE 100% BORRACHA NITRÍLICA, NÃO UTILIZANDO CARGAS MINERAIS COMO AS LUVAS REVESTIDAS COMUNS. COM ESSA FORMULAÇÃO, PODEMOS OBTER NÍVEIS DE ALTO DESEMPENHO A ABRASÃO (NÍVEL 4) SIGNIFICATIVAMENTE RISCOS AO CORTE OPERACIONAIS, OBSERVAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EN388: 4443D OU SUPERIOR 4543D E EN420 I-3. COMPRIMENTO DE 252 MM TAMANHO 9 E ESPESSURA MÍNIMA DE 1,13MM. APLICAÇÕES: MANUSEIO DE PEÇAS E CHAPAS CORTANTES, INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA, COLETA DE LIXO, MANUTENÇÃO GERAL, VIDRARIAS, ETC.	PAR	VOLK CA 36607	1920	R$32,99	R$63.340,80
59	TÊNIS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM 100% MICROFIBRA, COM BICO DE COMPOSITE FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TECIDO TRANSPIRÁVEL, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, ANTIBACTERIANO E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, COM COSTURA DE REFORÇO NO CALCANHAR, E COM COSTURA DE REFORÇO NA PARTE FRONTAL ATÉ O INÍCIO DO CARDAÇO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA DE MONTAGEM EM TANINO DUBLADA FIXADA/COSTURADA JUNTO AO CABEDAL (PROCESSO STROBEL). SOLADO ISOLANTE EM PU BIDENSIDADE COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL. PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA. PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA PROTEÇÃO ELETRICA DE 500V NO SECO. TAMANHOS: 34 AO 46. PARA USO EXCLUSIVO DOS MOTORISTAS DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS.	PAR	KADESH CA 50890	60	R$154,65	R$9.279,00
60	TÊNIS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM 100% MICROFIBRA, SEM BICO	PAR	KADESH CA 48934	356	R$143,35	R$51.032,60

	DE COMPOSITE FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TECIDO TRANSPIRÁVEL, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, ANTIBACTERIANO E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, COM COSTURA DE REFORÇO NO CALCANHAR, E COM COSTURA DE REFORÇO NA PARTE FRONTAL ATÉ O INÍCIO DO CARDAÇO, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA DE MONTAGEM EM TANINO DUBLADA FIXADA/COSTURADA JUNTO AO CABEDAL (PROCESSO STROBEL). SOLADO ISOLANTE EM PU BIDENSIDADE BICOLOR (BORDAS PRETA NA MESMA COR DO TECIDO DO CALÇADO E BORRACHA DO SOLADO CINZA) COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL. PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA.					
VALOR TOTAL:						R$155.803,95

MAGALHAES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ nº 17.403.267/0001-22

Item	Produto	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
54	RESPIRADOR SEMI-FACIAL DE FORMATO DOBRÁVEL SEM MANUTENÇÃO FABRICADO COM QUATRO CAMADAS DE MATERIAIS DE NÃO-TECIDO, SENDO A PARTE EXTERNA COMPOSTA DE NÃO TECIDO COR AZUL TRATADA COM MATERIAL PARA NÃO ABSORÇÃO DE FLUIDOS LÍQUIDOS QUE PROTEGE O MATERIAL ESTRUTURAL E O FILTRO ELETROSTÁTICO. INTERNAMENTE É ADICIONADO NÃO TECIDO ANTI-ALÉRGICO PARA CONTATO FACIAL. NESTE CONJUNTO SÃO FIXADOS UMA VÁLVULA DE EXALAÇÃO, DUAS TIRAS DE ELÁSTICOS SOBRE PRESILHAS PLÁSTICA ONDE É POSSÍVEL AJUSTAR A PRESSÃO DO RESPIRADOR SOBRE O ROSTO, E UM CLIP METÁLICO PARA SELAGEM SOBRE O SEPTO NASAL. RESPIRADOR DE CLASSE PFF-2 PENETRAÇÃO MÁXIMA ATRAVÉS DO FILTRO 6% RESISTÊNCIA MÁXIMA A INALAÇÃO 240 PA RESISTÊNCIA MÁXIMA A EXALAÇÃO 300 PA.	UN	RINO RINO	3000	R$1,30	R$3.900,00
57	TALABARTE, CONFECCIONADO EM CORDA DE POLIAMIDA DE 14 MM, REVESTIDO COM MANGUEIRA CONTRA ATRITO. 01 REGULADOR DE DISTÂNCIA EM INOX, 01 CONECTOR DUPLA TRAVA E CONECTOR OVAL FECHAMENTO EM ROSCA.	UN	DEGOMASTER	5	R$105,00	R$525,00
VALOR TOTAL						R$4.425,00

TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA – CNPJ nº 13.851.726/0001-80

Item	Produto	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
22	CREME DE PROTEÇÃO DA PELE CONTRA A AÇÃO NOCIVA DAS RADIAÇÕES ULTRAVIOLETAS UVA E UVB E COM AÇÃO REPELENTE DE INSETOS INCLUSIVE O MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE AEDES AEGIPTY. O CREME PROTETOR COM FATOR DE PROTEÇÃO FPS IGUAL OU SUPERIOR A 30 FPS. INDICADO PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RADIAÇÃO SOLAR. PROTEÇÃO IMEDIATA PARA EXPOR-SE AO SOL. HIPOALERGÊNICO, NÃO CONTÉM PABA (TIPO DE FILTRO SOLAR). NÃO É OLEOSO, NÃO COMEDOGÊNICO. COM VITAMINA E QUE EVITA O ENVELHECIMENTO PRECOCE DA PELE. PODER DE HIDRATAÇÃO DA PELE. PODEM SER UTILIZADAS NO ROSTO, MÃOS, BRAÇOS, PÉS, EM QUALQUER PARTE DO CORPO E COM LUVAS, SEM RESTRIÇÃO. PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA EXCESSO DE RADIAÇÃO UVA/UVB PROVENIENTES DE TRABALHOS EM ÁREAS EXTERNAS (A CÉU ABERTO), E COM PROTEÇÃO PARA TRABALHADORES EXPOSTOS À PICADA DE INSETOS, INCLUSIVE O MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE AEDES AEGIPTY.DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM DE 120ML.	UN	ALGSUN ANVISA	1608	R$9,80	R$15.758,40
25	DESENGRAXANTE QUÍMICO INDICADO PARA LIMPEZA DE SUJIDADES MÉDIAS, PESADAS E MUITO PESADAS DA PELE SUAS CARACTERÍSTICAS DEVEM CONTER: ISENTO DE ABRASIVOS E SOLVENTES - REMOVER COM FACILIDADES GRAXAS GRAFITADAS, ÓLEOS, FULIGENS, TINTAS, RESINAS, NEGRO DE FUMO, EMBALAGENS: DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM DE 4KG/L COM DOSADOR.	UN	HENLAU ANVISA	100	R$96,20	R$9.620,00
27	FILTRO PARA PARTICULADOS 5N11, FILTRO MECÂNICO PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS (CLASSE P2) DESENVOLVIDO PARA SER USADO COM AS PEÇAS SEMI-FACIAIS E FACIAIS SÉRIE 6000. PARA USO E MATERIAL DE REPOSIÇÃO. (CAIXA COM 10 UNIDADES)	CAIXA	3M CA-NA	100	R$115,90	R$11.590,00
29	LUVA DE PROCEDIMENTO EM VINIL LEITOSO, AMBIDESTRA. SEM PÓ (AMIDO). TRANSPARENTE OU NA COR AZUL DE ALTA SENSIBILIDADE E ATÓXICA. ELA É IDEAL PARA O MANUSEIO DE ALIMENTOS OU PARA UTILIZAÇÃO COM COSMÉTICOS E EM LABORATÓRIOS. PROTEÇÃO DAS MÃOS, APROVADA PELA NORMA MT-11/1977 AGENTES QUÍMICOS: CLASSE B: DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES, CLASSE C - TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 5: CETONAS E TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS. PROTEGER AS MÃOS DOS TRABALHADORES. PODENDO SER FORNECIDAS NOS TAMANHOS: P - M - G - GG. (CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES) .	CAIXA	MEDIX CA 44531	30	R$17,00	R$510,00
30	LUVA DE PVC CANO LONGO COM 40 A 45 CM PARA ATIVIDADES EM SANEAMENTO DE ESGOTOS E AMBIENTES QUE NECESSITAM DE TOTAL IMPERMEABILIDADE DOS BRAÇOS SEM SE CONTAMINAR. COM ADERÊNCIA NA PALMA E DORSO DAS MÃOS, EXCELENTE PARA MANIPULAÇÃO CONFIANTE, ESPECIALMENTE EM CONDIÇÕES MOLHADAS. MANUSEIO MAIS SEGURO E MENOS DESLIZAMENTOS COM PALMA REVESTIDA ADERENTE. AJUSTE NATURAL PARA UMA MELHOR DESTREZA E CONFORTO. PROJETADO PARA O CONFORTO COM UM FORMATO ERGONÔMICO CURVO NATURAL E TOQUE SUAVE ? ELES OFERECEM FÁCIL COLOCAÇÃO E BOA ADERÊNCIA. A AUSÊNCIA DE PROTEÍNAS DE LÁTEX SIGNIFICA QUE NÃO HÁ RISCO DE ALERGIA AO LÁTEX. EXCELENTE RESISTÊNCIA A MUITOS PRODUTOS QUÍMICOS, INCLUINDO O CORTE DE ÓLEO, GASOLINA E DERIVADOS, BASES E ÁCIDOS. TOTALMENTE REVESTIDO EM ALTO DESEMPENHO DE PVC EXCELENTE RESISTÊNCIA À ABRASÃO E AO RASGO. PODENDO SER FORNECIDA NOS TAMANHOS, 8, 9, 10 E COMPRIMENTO DA LUVA: 40 À 45CM.	PAR	VOLK CA 46837	1140	R$16,50	R$18.810,00
33	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX (BORRACHA NATURAL), SUPERFÍCIE LISA; PULVERIZADA INTERNAMENTE COM PÓ DE AMIDO, NÃO ESTERILIZADA, AMBIDESTRA. ESPESSURA DE 0,10MM E COMPRIMENTO DE 24CM (APROXIMADAMENTE). PROTEÇÃO DAS MÃOS, APROVADA PELA NORMA MT-11/1977 AGENTES QUÍMICOS: CLASSE B, DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C, TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 5: CETONAS E TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS. PROTEGER AS MÃOS DOS TRABALHADORES, DE AGENTES QUÍMICOS: CLASSE B, DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C, TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES, TIPO 5: CETONAS E TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS. DEVERÃO SER FORNECIDAS NOS TAMANHOS: P - M - G - GG. (EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES)	CAIXA	MEDIX CA 41486	94	R$22,80	R$2.143,20
40	LUVA DE SEGURANÇA PARA COZINHA INDUSTRIAL EM TRABALHOS COM TEMPERATURA ATÉ 250ºC. COM REFORÇO DE PARA-ARAMIDA 370 ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR, CONFECCIONADA EM ARAMIDA, REVESTIMENTO SILICONIZADO NA FACE INTERNA DO TECIDO, COM PUNHO DE 20CM DE	PAR	BENETHERM CA 40593	6	R$118,60	R$711,60

	COMPRIMENTO EM TECIDO BRIM TIPO SOL A SOL, SILICONIZADO NA COR CINZA E COM FORRAÇÃO DESTACÁVEL EM MATELASSÊ (BRIM AZUL FELTRO) E COSTURA EM LINHA ARAMIDA.					
48	PERNEIRA DE SEGURANÇA COM TALAS DE PVC E FECHAMENTO EM SOLDA ELETRÔNICA. PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM DUAS CAMADAS DE LAMINADO DE PVC, TRÊS TALAS DE POLIPROPILENO NA PARTE FRONTAL, FECHAMENTO NAS BORDAS POR MEIO DE VIÉS EM MATERIAL SINTÉTICO, FECHAMENTO TOTAL EM SOLDA ELETRÔNICA.	PAR	SINTETICOS CA 50299	30	R$19,80	R$594,00
50	PROTETOR AURICULAR DE INSERÇÃO - 17 DB (NRRSF), TIPO INSERÇÃO PRÉ-MOLDADO COM 3 FLANGS, DE SILICONE, COM CORDÃO EM SILICONE FABRICADO COM SILICONE GRAU FARMACÊUTICO. APLICAÇÃO: PARA TODOS OS TRABALHADORES QUE ESTÃO OU POSSA ESTAR, EM AMBIENTES COM EXPOSIÇÃO À RUÍDOS.	UN	FREITAS CA 18189	500	R$1,29	R$645,00
62	TOUCA CAPILAR DESCARTÁVEL É DESENVOLVIDA PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO E CABELOS CONTRA RESPINGOS OU CONTATO COM PRODUTOS QUÍMICOS PRODUZIDO EM TECIDO 100% POLIPROPILENO. (PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES).	PACOTE	MEDIX CA - NA	2	R$8,80	R$17,60
VALOR TOTAL:						R$60.399,80

BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL EIRELI – CNPJ nº 21.151.275/0001-04

Item	Produto	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	AVENTAL CONFECCIONADO EM TECIDO TÉRMICO PARA COZINHA UTILIZADO EM TRABALHOS COM TEMPERATURA DE ATÉ 250°C. MEDIDAS DE 0,92M X 0,62M; FORRO EM MANTA (MATELASSÊ) CONFECCIONADO EM TECIDO DE BRIM TIPO SOL A SOL, COM RETARDANTE A CHAMAS SILICONIZADO EM UMA DAS FACES. DEBRUM EM TODA VOLTA E MAIS TRÊS ALÇAS EM MARLAN AZUL, SENDO UMA ALÇA NO PESCOÇO COM AJUSTE E ENGATE RÁPIDO PLÁSTICO COM 15MM NA COR AZUL, AJUSTÁVEL NO PESCOÇO DO LADO DIREITO E UMA EM CADA LATERAL. PROTEÇÃO DO TRABALHADOR CONTRA EXPOSIÇÃO AO CALOR E RISCO DE QUEIMADURAS, EM LOCAIS COM EXPOSIÇÃO DE TEMPERATURAS ATÉ 250ºC. LABORATÓRIO E COZINHAS.	UNIDADE	BENETHERME B	6	R$120,00	R$720,00
2	AVENTAL DE SEGURANÇA TRANSPARENTE EM TECIDO LAMINADO DE PVC E ILHOSES SOLDADO ELETRONICAMENTE. OU COM MODELOS EM TIRAS SOLDADAS DE 30MM, COM 02 TIRAS DE CORDÃO DE POLIPROPILENO COM 3MM OU 02 TIRAS DE 2,5MM DE PVC INCOLOR/TRANSPARENTE; COM TAMANHOS 1.200MM X 700MM OU 1.200MM X 650MM. PROTEÇÃO DO TRABALHADOR EM LOCAIS ÚMIDOS, ENCHARCADOS OU EM CONTATO TEMPORÁRIO OU PERMANENTE COM ÁGUA OU PRODUTOS QUÍMICOS.	UNIDADE	KELLU CA42326	92	R$8,90	R$818,80
10	BOTINA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO RECOBERTO CONFECCIONADA EM COURO VAQUETA CURTIDA AO CROMO POSSUI PALMILHA DE MONTAGEM PELO SISTEMA STROBEL. COM BIQUEIRA TERMOPLÁSTICA SOLADO POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL TESTADA E APROVADA PELAS NORMAS ABNT NBR 12594/1992 E NBR 12561/1992. APLICAÇÃO DE TENSÃO ALTERNADA 500V ENSAIO A 14KV DURANTE 1 MINUTO, COM MEDIÇÃO, MONITORAÇÃO E REGISTRO DA CORRENTE DE FUGA. PARA PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO EM ÁREAS DE RISCO MECÂNICO LEVE E ONDE HAJA INFLUÊNCIA DE ELETRICIDADE. PODENDO SER FORNECIDOS NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES: 35 AO 46.	PAR	CARTOM CA38362	100	R$51,85	R$5.185,00
11	CALÇA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC (TREVIRA) DE FACE DUPLA, AJUSTE ATRAVÉS DE CORDÃO NA CINTURA, COSTURA ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COM BOTA DE PVC SOLDADA ELETRONICAMENTE COM ESTAMPA NO BOLSO ESQUERDO DAS COSTAS NA COR AZUL - DEMSUR -, CONFORME LOGO DA ORGANIZAÇÃO. ACOPLADO À BOTA DE BORRACHA COM NUMERAÇÕES DISPONÍVEIS: DE 35 A 46. PROTEÇÃO DO TRONCO E PERNAS DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE POR INTEMPÉRIES OU POR OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA.	UNIDADE	BRASCAMP CA28447	24	R$159,80	R$3.835,20
23	CREME DE PROTEÇÃO DAS MÃOS (LUVA QUÍMICA) CONTRA O ATAQUE AGRESSIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS TAIS COMO TINTAS, SOLVENTES (QUEROSENE, AGUARRÁS E SUBSTÂNCIAS SIMILARES), ÓLEOS, GRAXAS, CIMENTOS, COLAS, PÓS, GASOLINA, RESINAS E OUTROS PRODUTOS. UM CREME DE PROTEÇÃO OU BARREIRA É UMA SUBSTÂNCIA QUE SE APLICA SOBRE A PELE ANTES DO TRABALHO PARA REFORÇAR AS SUAS FUNÇÕES PROTETORAS NÃO DEVENDO SER CONFUNDIDOS COM OS CREMES COMUNS DESTINADOS A DAR À PELE SUA FUNÇÃO FISIOLÓGICA. OS CREMES BARREIRA FORMAM UMA PELÍCULA QUE TEM POR FINALIDADE COLOCAR-SE ENTRE A PELE E AS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, DEIXANDO AS MÃOS COM SUA FLEXIBILIDADE E SEU SENTIDO TÁTIL. FORNECIDO EM POTES DE 200 GRAMAS.	UNIDADE	HELP HEND CA9611 HELP	65	R$6,98	R$453,70
26	DISPOSITIVO TRAVA QUEDAS DESLIZANTE PARA LINHAS FLEXÍVEIS DE MATERIAL SINTÉTICO (CORDA TRANÇADA), COM 12MM DE DIÂMETRO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX COM DUAS TRAVAS DE SEGURANÇA SENDO: 1 TRAVA COM ROSCA E 1 TRAMELA. SISTEMA QUE IMPEDE A INSTALAÇÃO INVERTIDA, CONECTOR CLASSE T , GANCHO DUPLA TRAVA, CONFECCIONADO EM AÇO E ABERTURA DE APROXIMADAMENTE 19 MM, CARGA MÍNIMA 22 KN. L1: (CONECTOR + CORDA + POSICIONAMENTO CORDA NO TRAVA QUEDAS) = 0,4 M. PARA SER UTILIZADO COM CORDA DE 12MM PARA CONEXÃO DO CINTO DE SEGURANÇA DO USUÁRIO NA ANCORAGEM FRONTAL, PARA SERVIÇOS EM ALTURA TIPO FACHADAS, ESCADA TIPO MARINHEIRO, TORRES DE TELEFONIAS, ETC., ONDE É NECESSÁRIO O ENGATE NA ANCORAGEM FRONTAL PARA BAIXAR OU SUBIR O TRABALHADOR. O TRAVA-QUEDAS É UM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONTRA QUEDAS PARA TRABALHOS EM ALTURA EXECUTADOS COM DESLOCAMENTO VERTICAL. ESTE DISPOSITIVO PERMITE QUE O USUÁRIO SE PRENDA A UM PONTO DE ANCORAGEM, ATRAVÉS DE UMA CORDA, EVITANDO O RISCO DE ACIDENTE DE QUEDA EM ALTURA.	UNIDADE	DG MASTER CA46163 DG MASTER CA46163	5	R$128,00	R$640,00
32	LUVA DE SEGURANÇA COM PALMA CONFECCIONADA EM COURO BOVINO, TIPO VAQUETA, E DORSO CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO BOVINO, CANO CURTO POSSUI REFORÇO INTERNO NA PALMA E EXTERNO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR. POSSUI ACABAMENTO EM MATERIAL TÊXTIL NA BORDA DO PUNHO. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTES. PODENDO SER FORNECIDAS NOS TAMANHOS: 8 - 9 E 10.	PAR	TR COUROS CA47928	1640	R$9,95	R$16.318,00
36	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL DE ALGODÃO, REVESTIMENTO EM BORRACHA NITRILICA NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E DORSO, PUNHO EM LONA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES E PERFURANTES E CONTRA RISCOS QUIMICOS TAIS COMO CLASSE B, DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES E CLASSE C - TIPO 1: HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, TIPO 2: HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, TIPO 3: ÁLCOOIS, TIPO 4: ÉTERES E TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS. OS NÍVEIS DE PERFORMANCE VARIAM DE 0 (ZERO) A 4 (QUATRO) PARA ABRASÃO, RASGAMENTO E PERFURAÇÃO E 0 (ZERO) A 5	PAR	LDI SAFETY CA42982 LDI SAFETY CA42982	96	R$11,00	R$1.056,00

	(CINCO) PARA CORTE, SENDO 0 (ZERO) O PIOR RESULTADO. A LUVA DE SEGURANÇA REFERÊNCIA TITAN 388 - OBTEVE RESULTADO DE NÍVEIS DE DESEMPENHO 4221, ONDE: 4 - RESISTÊNCIA À ABRASÃO, 2 - RESISTÊNCIA AO CORTE POR LÂMINA, 2 - RESISTÊNCIA AO RASGAMENTO, 1 - RESISTÊNCIA À PERFURAÇÃO POR PUNÇÃO. PODENDO SER FORNECIDAS NOS TAMANHOS: 8 - 9 E 10.					
37	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA (TRICOTADA) EM POLIÉSTER COM BANHO EM 3/4 EM LÁTEX NATURAL, CORRUGADO OU COM REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE QUE PROPORCIONA ALTA RESISTÊNCIA ABRASIVA E ADERÊNCIA, DORSO VENTILADO. PUNHO EM POLIÉSTER COM ELASTANO E ACABAMENTO EM OVERLOQUE. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES E PERFURANTES. APLICAÇÃO: MANUSEIO DE MATERIAIS ABRASIVOS, OPERAÇÕES DE MÁQUINAS, INDÚSTRIA MOVELEIRA, COLETA DE LIXO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA, CONSTRUÇÃO CIVIL, ESTRUTURAS METÁLICAS E MINERAÇÃO. FORNECIDAS NOS TAMANHOS: P - M - G OU 8, 9, 10.	PAR	MEDIX CA48737	3500	R$6,68	R$23.380,00
39	LUVA DE SEGURANÇA ISOLANTE DE BORRACHA, COR PRETA 20 KV, TIPO II, CLASSE 2. TAMANHO: 10 1/2 A 11 CM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS. SÃO FABRICADAS EM NOVE TAMANHOS (8; 8,5 A 12) E EM SEIS CLASSES (00, 0, 1, 2, 3, 4) COMO PODE SER VISTO NA TABELA A SEGUIR. CLASSE DE LUVAS 00 0 1 2 3 4 TENSÃO MÁXIMA DE USO (V) 500 1000 7500 17000 26500 36000 COR DA TARJA BEGE VERMELHA BRANCA AMARELA VERDE LARANJA . PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA A OCORRÊNCIA DE CHOQUE ELÉTRICO, POR CONTATO DAS MÃOS, COM INSTALAÇÕES OU PARTES ENERGIZADAS.	PAR	PROTS CA35862	8	R$468,9667	R$3.751,7336
43	MACACÃO DE SEGURANÇA, TIPO SANEAMENTO DE TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO EM TECIDO DE PVC (TREVIRA) DE FACE DUPLA COM 0,42MM DE ESPESSURA COM CAPUZ FIXO E CADARÇO DE NYLON PARA AJUSTE, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE ZIPER E BOTÕES DE PRESSÃO, BOLSO INTERNO TIPO CANGURU E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA, COM LUVAS E BOTAS DE PVC SOLDADAS ELETRONICAMENTE. COM ESTAMPA NAS COSTAS NA COR AZUL - DEMSUR -, CONFORME LOGO DA ORGANIZAÇÃO. PODENDO SER FORNECIDOS NOS TAMANHOS: P - M - G - GG - EXG - ACOPLADO À LUVA DE PVC PARA SANEAMENTO, NO TAMANHO 9 E À BOTA DE PVC NOS TAMANHOS DE Nº37 À 46. PROTEÇÃO DO TRONCO DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE OU POR OPERAÇÕES EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE SANEAMENTO OU ESGOTO. DEVERÁ SER USADO NO LOCAL DE TRABALHO, PARA LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS E PARA ENTRADA EM ESPAÇOS CONFINADOS (ESGOTO/PLUVIAL), TAMBÉM USADO PARA APLICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS.	UNIDADE	BRASCMP CA28445	30	R$255,13	R$7.653,90
44	MÁSCARA DE SOLDA AUTOMÁTICA DE AUTO ESCURECIMENTO TONALIDADE VARIÁVEL DIN 9 A DIN 13 COM CARCAÇA FABRICADA EM NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA E LENTE PROTETORA EM ACRÍLICO, RESISTENTE Á IMPACTO E REMOVÍVEL PARA LIMPEZA, FILTRO ELETRÔNICO ALIMENTADO TANTO POR BATERIA QUANTO AUTOMATICAMENTE ATRAVÉS DA LUZ DOS ARCOS GERADOS NO PROCESSO DE SOLDAGEM, VISOR SOLAR FRONTAL PARA CAPTAÇÃO DE ENERGIA PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA E INFRAVERMELHO, BOTÃO DE TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO NO PRÉ USO EVITANDO ASSIM O USUÁRIO UTILIZE A MÁSCARA DE SOLDA COM BATERIA BAIXA OU FORA DE SUA FUNCIONALIDADE COMPLETA, SISTEMA AUTOMÁTICO DE AUTO ESCURECIMENTO, O QUE DISTINGUE A LUZ NATURAL E/OU ELÉTRICA DA LUZ EMITIDA POR UM ARCO DE SOLDAGEM PROTEGENDO A VISÃO DO OPERADOR, OFERECE PROTEÇÃO PARA SOLDAS DE TRANSFORMADORES, SISTEMAS MIG, TIG, MAG E MMA, OU SEJA, TODOS OS TIPOS DE INVERSORAS, O SISTEMA DE ESCURECIMENTO AUTOMÁTICO POSSUI REGULAGEM LATERAL EXTERNA NA MÁSCARA DE SOLDA.	UNIDADE	ESCUDO CA16476	2	R$82,00	R$164,00
45	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDOS DE ARCO DE MATERIAL PLÁSTICO (NÁILON) PRETO COM CANALETA DIVIDIDO EM DUAS PARTES PELA PONTE, ONDE ESTAS PARTES SUPORTAM LENTES CONFECCIONADAS EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCO, DISPONÍVEL NAS CORES INCOLOR, AMARELO, VERDE E CINZA ENCAIXADAS NAS CANALETAS DO ARCO, APOIO NASAL COM PLAQUETAS DE BORRACHA PVC PRETA ENCAIXADAS EM DOIS PINOS DE PLÁSTICO, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E FIXADAS AO ARCO POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO COM REGULAGEM. (LENTE COR CINZA).	UNIDADE	DANNY CA19631	432	R$9,516	R$4.110,912
47	OCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E DOTADAS DE PROTEÇÃO LATERAL COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA COMPOSTO DE SEIS FENDAS DISPOSTAS NA POSIÇÃO HORIZONTAL. AS HASTES SÃO FIXADAS À ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PINOS PLÁSTICOS. (ÓCULOS COM VISOR INCOLOR, COM LENTES ANTIEMBAÇANTE E ANTIRISCO). PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES FRONTAIS E CONTATO COM PRODUTOS QUÍMICOS E LUMINOSIDADE INTENSA. ÓCULOS DE SOBREPOSIÇÃO.	UNIDADE	VALEPLAST CA40186	44	R$4,48	R$197,12
49	PROTETOR AUDITIVO CIRCUM-AURICULAR, COMPOSTO DE DUAS CONCHAS DE MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, PREENCHIDAS COM DUAS ESPUMAS, UMA DE POLIURETANO E OUTRA COM APROXIMADAMENTE 115 MM DE COMPRIMENTO, 90 MM DE LARGURA E 10 MM DE ESPESSURA, COM BORDAS REVESTIDAS COM ALMOFADAS DE MATERIAL PLÁSTICO, PREENCHIDAS COM ESPUMA. AS CONCHAS SÃO FIXADAS ÀS HASTES PLÁSTICAS MÓVEIS (BASCULANTES) E ACOPLADORES, QUE SE ENCAIXAM NAS FENDAS LATERAIS DO CASCO. PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR-15 ANEXOS I E II, ATENUAÇÃO DE 24DB.	UNIDADE	PLASTCOR CA41949	20	R$40,9813	R$819,626
52	PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDO DE COROA E CARNEIRA DE PLÁSTICO, COM REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE CATRACA E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR COM CERCA DE 240 MM DE LARGURA NA PARTE SUPERIOR, 230 MM DE LARGURA NA PARTE INFERIOR E 150 MM DE ALTURA; 250 MM DE LARGURA NA PARTE SUPERIOR, 210 MM DE LARGURA NA PARTE INFERIOR E 200 MM DE ALTURA; 250 MM DE LARGURA NA PARTE SUPERIOR, 220 MM DE LARGURA NA PARTE INFEIROR E 250 MM DE ALTURA. O VISOR É PRESO À COROA POR MEIO DE TRÊS PARAFUSOS METÁLICOS. A CARNEIRA É PRESA À COROA ATRAVÉS DE DOIS PARAFUSOS METÁLICOS. 1335 (PROTETOR COM VISOR INCOLOR DE 8").	UNIDADE	VALEPLAST CA44461	12	R$30,00	R$360,00
56	RESPIRADOR TIPO FACIAL INTEIRA COM VÁLVULA COOL FLOW QUE ABRE COM FACILIDADE DIMINUINDO SENSIVELMENTE O CALOR E A UMIDADE DA PARTE INTERNA DO RESPIRADOR AUMENTANDO A SENSAÇÃO DE CONFORTO AO USUÁRIO. AMPLO CAMPO VISUAL. PRODUZIDA EM ELASTÔMERO SINTÉTICO E SILICONE (ÁREA DE VEDAÇÃO) FLEXIBILIDADE: PEÇA FACIAL TOTALMENTE AJUSTÁVEL. O	UNIDADE	PLASTCOR CA36729	42	R$700,00	R$29.400,00

	RESPIRADOR REUTILIZÁVEL FACIAL INTEIRA COM EXCLUSIVA VÁLVULA DE EXALAÇÃO COOL FLOW. ADEQUADA PARA LONGOS PERÍODOS DE USO. DISPONÍVEL EM 3 TAMANHOS (P / M / G). COM ÁREA DE SELAGEM EM SILICONE E COM UM CAMPO VISUAL AMPLIADO. COM FILTROS DUPLOS, UM DO LADO DIREITO E DO LADO ESQUERDO. O CORPO DO RESPIRADOR É MOLDADO EM ELASTÔMERO SINTÉTICO. OS RESPIRADORES PODEM SER UTILIZADOS COM FILTROS QUÍMICOS, MECÂNICOS OU COMBINADOS: OS FILTROS QUÍMICOS SÃO COMPOSTOS POR CARVÃO ATIVADO GRANULADO ENVOLVIDO POR UM CARTUCHO PLÁSTICO. PARA CONTAMINANTES ESPECÍFICOS (COMO AMÔNIA, FORMALDEÍDO, GASES ÁCIDOS E MERCÚRIO) O CARVÃO ATIVADO TAMBÉM É TRATADO PARA QUE HAJA ADSORÇÃO QUÍMICA DO CONTAMINANTE, ATRAVÉS DE SUA REAÇÃO COM A SUBSTÂNCIA UTILIZADA NO TRATAMENTO. AS REFERÊNCIAS DOS FILTROS QUÍMICOS E COMBINADOS. TODA PEÇA FACIAL INTEIRA USADA COMO RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR COM PRESSÃO NEGATIVA TEM FATOR DE PROTEÇÃO ATRIBUÍDO DE 100, OU SEJA, DESDE QUE UTILIZADA COM O FILTRO CORRETO (OBEDECENDO AS LIMITAÇÕES DOS FILTROS E NÃO EXCEDENDO A CONCENTRAÇÃO IPVS DOS CONTAMINANTES), PODE SER UTILIZADA ATÉ 100 VEZES O LIMITE DE TOLERÂNCIA.					
61	TÊNIS DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM MICROFIBRA NA COR PRETA, FECHAMENTO EM CADARÇO, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO FIXADO PELO SISTEMA ESTROBEL, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE, COM BIQUEIRA EM POLIPROPILENO PLÁSTICA . CONFECCIONADO EM MATERIAL HIDROREPELENTE, TECIDO EVAPORAÇÃO DA UMIDADE E PROPORCIONA MELHOR MICRO CLIMA INTERNO. ILHÓS PASSADOR EM METAL, MAIS RESISTENTE. POSSUI FORRAÇÃO DA GÁSPEA COM MATERIAL EM NÃO TECIDO E FORRO DO COLARINHO, ACOLCHOADO, EM TECIDO DUBLADO, COM MELHOR ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DE SUOR. CONTRAFORTE, A PARTE MAIS ESTRUTURADA DO CALCANHAR, EM MATERIAL TERMOATIVADO, PROPICIANDO MELHOR CONFORMAÇÃO AOS PÉS.	PAR	SUPERSAFETY CA51618	20	R$130,00	R$2.600,00
VALOR TOTAL						R$101.463,99

MERCURIO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP – CNPJ nº 51.077.233/0001-23

Item	Produto	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
20	CONJUNTO IMPERMEÁVEL CONFECCIONADO EM NYLON EMBORRACHADO EXTERNAMENTE (TECIDO DE POLIAMIDA DE 190 FIOS COM BASE DE POLIVINIL CLORETO - PVC, COM ESPESSURA TOTAL DE 0.20MM FECHAMENTO COM COSTURAS DUPLAS USANDO LINHA 100% POLIÉSTER Nº 60, BATIDO COM MÁQUINA RETA, ACABAMENTOS EM MÁQUINA DE COSTURA OVERLOQUE E IMPERMEABILIZADA COM ADESIVO AQUOSO POLIURETANO (PU). O CONJUNTO É COMPOSTO POR JAQUETA E CALÇA. JAQUETA: FECHAMENTO FRONTAL COM DOIS ZÍPERES DE NYLON Nº5, COM 60CM DE COMPRIMENTO, MODELO DENTE DE CÃO. POSSUI CAPUZ FIXO, COM ABA, AJUSTADO POR DOIS CADARÇOS PARALELOS, COM REGULADOR E PONTEIRA EM PVC, PUNHOS AJUSTADOS COM ELÁSTICO COM 14MM DE LARGURA E VENTILAÇÃO NA PARTE ANTERIOR E POSTERIOR DO TÓRAX, CONSTITUÍDA POR ABERTURAS, COBERTA POR PALA CONFECCIONADA COM O MESMO TECIDO DA JAQUETA. MATERIAL REFLETIVO, TECIDO PRATA 8912 DE 25 MM NA PARTE ANTERIOR (2 X 15 CM) E POSTERIOR (30 CM) DA PALA E EM AMBOS OS PUNHOS CONTORNANDO-OS. COM ESTAMPA NAS COSTAS NA COR AZUL - DEMSUR E NA PARTE FRONTAL NA ALTURA DO PEITO (ESQUERDO), CONFORME LOGO DA ORGANIZAÇÃO. TAMANHOS DISPONÍVEIS: P , M, G, GG E EXGG. CALÇA: AJUSTADA NA CINTURA COM ELÁSTICO DE 30MM DE LARGURA E COM CADARÇO DE NYLON DE 3MM DE ESPESSURA AJUSTADO COM TERMINAIS EM PVC. REFORÇO ENTREPERNAS MODELO SANFONA. POSSUI MATERIAL REFLETIVO, TECIDO PRATA DE 25 MM EM AMBAS AS CANELAS, CONTORNANDO-AS. COM ESTAMPA NO BOLSO DIREITO DAS COSTAS NA COR AZUL - DEMSUR - E NA PARTE FRONTAL NA ALTURA DA COXA ESQUERDA. CONFORME LOGO DA ORGANIZAÇÃO. TAMANHOS DISPONÍVEIS: P, M , G , GG E EXGG. PROTEGER O TRABALHADOR CONTRA CHUVA QUANDO ESTIVER EM SERVIÇOS COM USO DE MOTOCICLETA.	UN	Vértice 3120/CA nº 28.742 e 28.740	308	R$185,00	R$56.980,00
VALOR TOTAL						R$56.980,00

LUG RC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – CNPJ nº 37.300.956/0001-19

Item	Produto	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	BOTA DE PVC CANO LONGO COM POLAINA, CANO LONGO TIPO E, CLASSE II, PRODUZIDA COM COMPOSTO POLIMÉRICO DE PVC. POLAINA COM AMARRA EM NYLON FLEXÍVEL QUE IMPEDE QUE RESÍDUOS SÓLIDOS ADENTREM A PARTE INTERIOR DA BOTA. ALTA FLEXIBILIDADE E COM BOM COMPORTAMENTO AO DESGASTE. SOLA COM PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO (SRA), E RESISTENTE À ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO).ESPESSURAS APROXIMADAS DE 2,0MM NA BORDA SUPERIOR, 2,5MM NA ALTURA DO TORNOZELO E 3,5MM DO CANO COM A SOLA, REFORÇO LATERAL PARA PROTEÇÃO NOS TORNOZELOS, TRÊS ESTRIAS HORIZONTAIS PARA FACILITAR O CALÇAR, CONTÉM POLÍMERO PLÁSTICO EM PVC E MASSA NITRÍLICA, SOLADO: ANTIDERRAPANTE E REFORÇADO COM RANHURAS DE 6MM NA PLANTA E 12MM NO SALTO, CONTÉM POLÍMERO PLÁSTICO EM PVC, REFORÇADO COM MASSA NITRÍLICA. PESO APROXIMADO DE 1.570GR A 1.590GR (BASE Nº41). COMPRIMENTO DO CANO (BASE Nº41): 34,5 CM *PODENDO TER UMA VARIAÇÃO DE 5 A 10 MM POR NÚMERO, NA COR BRANCA: PARA USO EM INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS: FABRICAS DE BEBIDAS (ÁGUA), HOSPITAIS, LABORATÓRIOS, CENTROS DE PESQUISA E SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO. NA COR BRANCA: PARA USO EM ATIVIDADES COM PRODUTOS QUÍMICOS EM GERAL, CONSTRUÇÃO CIVIL, SANEAMENTO BÁSICO, AGRICULTURA E JARDINAGEM. SEM FORRO INTERNO, SEM BICO DE AÇO. ALTURA DO CANO*: 37,5CM, PODENDO TER UMA VARIAÇÃO DE 5 A 10 MM POR NÚMERO. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. NA COR BRANCA, SEM FORRO INTERNO, PODENDO SER FORNECIDOS NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES: 35 AO 46.	PAR	CARTOM BOTA DE PVC	66	R$47,60	R$3.141,60
6	BOTA DE SEGURANÇA CANO LONGO TIPO IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) NA COR BRANCA, INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, NÍVEL D, SEM FORRO INTERNO,ESPESSURAS APROXIMADAS DE 2,0MM NA BORDA SUPERIOR, 2,5MM NA ALTURA DO TORNOZELO E 3,5MM DO CANO COM A SOLA, REFORÇO LATERAL PARA PROTEÇÃO NOS TORNOZELOS, TRÊS ESTRIAS HORIZONTAIS PARA FACILITAR O CALÇAR, CONTÉM POLÍMERO PLÁSTICO EM PVC E MASSA	PAR	CARTOM BOTA DE PVC	72	R$39,10	R$2.815,20

	NITRÍLICA, SOLADO: ANTIDERRAPANTE E REFORÇADO COM RANHURAS DE 6MM NA PLANTA E 12MM NO SALTO, CONTÉM POLÍMERO PLÁSTICO EM PVC, REFORÇADO COM MASSA NITRÍLICA. PESO: APROXIMADO DE 1.570GR A 1.580GR (BASE Nº41). COMPRIMENTO DO CANO (BASE Nº41): DE 32CM À 34CM *PODENDO TER UMA VARIAÇÃO DE 5 A 10 MM POR NÚMERO. PARA USO EM INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS: FABRICAS DE BEBIDAS (ÁGUA), HOSPITAIS, LABORATÓRIOS, CENTROS DE PESQUISA E SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO. SEM FORRO INTERNO, SEM BICO DE AÇO. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. NA COR BRANCA, SEM FORRO INTERNO, PODENDO SER FORNECIDOS NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES: DE 35 AO 46.					
7	BOTA DE SEGURANÇA CANO LONGO TIPO IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), NA COR PRETA, INJETADO EM UMA SÓ PEÇA, NÍVEL D, SEM FORRO INTERNO, ESPESSURAS APROXIMADAS DE 2,0MM NA BORDA SUPERIOR, 2,5MM NA ALTURA DO TORNOZELO E 3,5MM DO CANO COM A SOLA, REFORÇO LATERAL PARA PROTEÇÃO NOS TORNOZELOS, TRÊS ESTRIAS HORIZONTAIS PARA FACILITAR O CALÇAR, CONTÉM POLÍMERO PLÁSTICO EM PVC E MASSA NITRÍLICA, SOLADO: ANTIDERRAPANTE E REFORÇADO COM RANHURAS DE 6MM NA PLANTA E 12MM NO SALTO, CONTÉM POLÍMERO PLÁSTICO EM PVC, REFORÇADO COM MASSA NITRÍLICA PESO - APROXIMADO - DE 1.570GR A 1.580GR (BASE Nº41). COMPRIMENTO DO CANO (BASE Nº41): DE 32CM À 34CM *PODENDO TER UMA VARIAÇÃO DE 5 A 10 MM POR NÚMERO. PARA USO EM INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS: FABRICAS DE BEBIDAS (ÁGUA), HOSPITAIS, LABORATÓRIOS, CENTROS DE PESQUISA E SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO. SEM FORRO INTERNO, SEM BICO DE AÇO. PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM O USO DE ÁGUA. RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. NA COR BRANCA, SEM FORRO INTERNO, PODENDO SER FORNECIDOS NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES: DE 35 AO 46.	PAR	CARTOM BOTA DE PVC	217	R$35,51	R$7.705,67
12	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO COTURNO, COM FECHAMENTO GÁSPEA E CANO, GÁSPEA CONFECCIONADA EM COURO CURTIDO AO CROMO CANO CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO (MESMO MATERIAL UTILIZADO EM TODO O COTURNO), PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO FIXADA PELO SISTEMA STROBEL. SEM PARTES METÁLICAS, COM BIQUEIRA EM COMPOSITE. SOLADO EM PU BIDENSIDADE BICOLOR, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, COM PALMINHA RESISTENTE A PERFURAÇÃO NÃO METÁLICA DE ATÉ 1100 N, FEITA EM MÚLTIPLAS CAMADAS DE FIBRAS 100% POLIÉSTER. PROTEGE 100% DA SUPERFÍCIE PLANTAR DO PÉ INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL. PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA; SEM PARTES METÁLICAS SOLADO ISOLANTE EM PU BIDENSIDADE.: LEVE, ANTIMAGNÉTICA, ANTICORROSIVA E ULTRA RESISTENTE. SOLADO ISOLANTE, 500V NO SECO E ENSAIO A 14KV POR 1 MINUTO (HRO) PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA OBJETOS CORTANTES, PERFURANTES, CONTUNDENTES, ABRASIVOS, PRODUTOS QUÍMICOS, AGENTES TÉRMICOS (FRIO E CALOR), COMPRESSÕES, ESCORREGÕES EM SUPERFÍCIES LISAS, UMIDADE, OLEOSIDADE, ATAQUE DE ANIMAIS PEÇONHENTOS. PODENDO SER FORNECIDOS NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES: DE 35 AO 46.	PAR	BRACOL CALÃ‡ADO TIPO COTURNO	12	R$170,00	R$2.040,00
19	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA/ABDOMINAL COM REGULAGEM TOTAL (ESPECIAL PARA ELETRICISTAS E ANTI CHAMAS) E FITA REFLETIVA, CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER MULTIFILAMENTOS DE 45MM E FITA SECUNDÁRIA DE POLIÉSTER DE 25MM, POSSUI FITA REFLEXIVA NO PEITORAL. POSSUI SEIS PONTOS DE CONEXÃO, SENDO UM PONTO PEITORAL POR MEIO DE DUAS ALÇAS PARA ENGATE SIMULTÂNEO DE ANCORAGEM EM POLIÉSTER, UMA MEIA ARGOLA DORSAL EM AÇO, DUAS ALÇAS DE SUSPENSÃO PARA ESPAÇO CONFINADO EM POLIÉSTER E DUAS MEIAS ARGOLAS LATERAIS EM COMO PONTOS DE CONEXÃO PARA POSICIONAMENTO NA CINTURA. POSSUI CINCO FIVELAS DUPLAS, SENDO DUAS PARA REGULAGEM PEITORAL, DUAS PARA REGULAGEM DAS COXAS E UMA PARA REGULAGEM NA CINTURA. POSSUI PORTA-FERRAMENTAS EM FITA DE POLIÉSTER. COM ALMOFADA NA CINTURA, ALTURA DE 185MM E 685MM DE COMPRIMENTO. OBS: * CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER; 02 MEIA-ARGOLAS PARA POSICIONAMENTO, NA CINTURA; 01 MEIA-ARGOLA COM PONTO DE CONEXÃO DORSAL; 05 FIVELAS DUPLAS, PARA AJUSTE, NAS PERNAS, NA CINTURA E NOS OMBROS; 02 LAÇOS FRONTAIS PARA ANCORAGEM; AJUSTE PEITORAL; ALMOFADA PARA PROTEÇÃO LOMBAR; ALÇAS NOS OMBROS PARA RESGATE EM ESPAÇO CONFINADO. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO. SEM PARTES METALICAS, PARA USO EM ELETRICIDADE E ANTI-CHAMAS.	UNIDADE	STEELFLEX CINTURÃƒO	5	R$231,00	R$1.155,00
31	LUVA DE SEGURANÇA, CINCO DEDOS, CONFECCIONADA EM COURO BOVINO, TIPO VAQUETA, COM REFORÇO INTERNO ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, E EXTERNO NA VEIA DO PULSO. POSSUI TIRA E FIVELA PARA AJUSTE NO DORSO E ACABAMENTO EM MATERIAL TÊXTIL NA BORDA DO CANO. PUNHOS 20 CM. PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTES. PARA SER USADA SOBRE LUVAS DE BORRACHA, PARA ALTA E BAIXA TENSÃO.	PAR	ZANEL LUVA VAQUETA	8	R$23,37	R$186,96
34	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICA SEM FORRO, COM A ESPESSURA DE 0,60 MM, COMPRIMENTO DE 32 A 35CM, OFERECE EXCELENTE RESISTÊNCIA À ABRASÃO, MAIOR DURABILIDADE, MELHOR PROTEÇÃO AOS RISCOS QUÍMICOS E MECÂNICOS CONTATO DIRETO COM PRODUTOS QUÍMICOS, OFERECENDO MAIOR PROTEÇÃO AO ANTEBRAÇO DEVIDO COMPRIMENTO; ÓTIMO DESEMPENHO NO CONTATO COM ÓLEOS, GRAXAS E DERIVADOS DE PETRÓLEO; FORMA ANATÔMICA PARA MAIOR SENSIBILIDADE TÁTIL; RESISTÊNCIA QUÍMICA: CLASSE A TIPO 2, AGRESSIVOS BÁSICOS; CLASSE B, DETERGENTES, SABÕES, AMONÍACO E SIMILARES; CLASSE C TIPO 1, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, TIPO 2, HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, TIPO 3, ÁLCOOIS, TIPO 4, ÉTERES, TIPO 5, CETONAS, TIPO 6, ÁCIDOS ORGÂNICOS, TIPO 8 - ÉSTERES. LÁTEX NITRÍLICO ANTIDERRAPANTE, CLORINADO, TAMANHOS: 45 CM 0,60 MM, 8, 9,10. PODE SER UTILIZADA COM UMA GAMA MUITO GRANDE DE PRODUTOS QUÍMICOS (ESPECIALMENTE COM DERIVADOS DE PETRÓLEO), ALÉM DE POSSUIR ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA.	PAR	KALIPSO LUVA NITRILICA	696	R$5,00	R$3.480,00
41	LUVA DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DE VIBRAÇÃO, TRICOTADA	PAR	KALIPSO LUVA	10	R$48,03	R$480,30

	DE ALGODÃO COM BANHO DE CLORO NEOPRENE NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO COM ELÁSTICO E ACABAMENTO EM OVERLOCK PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTES, CORTANTES, PERFURANTES E AÇÃO DE NEUTRALIZAÇÃO DE VIBRAÇÃO GERADA POR MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS. PODENDO SER FORNECIDAS NOS TAMANHOS P - M- G - GG.					
46	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUÍDOS DE ARCO DE MATERIAL PLÁSTICO (NÁILON) PRETO COM CANALETA DIVIDIDO EM DUAS PARTES PELA PONTE, ONDE ESTAS PARTES SUPORTAM LENTES CONFECCIONADAS EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCO DISPONÍVEL NAS CORES INCOLOR, ENCAIXADAS NAS CANALETAS DO ARCO, APOIO NASAL COM PLAQUETAS DE BORRACHA PVC PRETA ENCAIXADAS EM DOIS PINOS DE PLÁSTICO, HASTES TIPO ESPÁTULA CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO ARCO E FIXADAS AO ARCO POR MEIO DE PARAFUSO METÁLICO COM REGULAGEM. (LENTE INCOLOR)	UNIDADE	KALIPSO Ã“CULOS	230	R$12,22	R$2.810,60
VALOR TOTAL						R$ 23.815,33

LICITA.COM EPI LTDA – CNPJ nº 54.763.270/0001-83

Item	Produto	Unidade	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
9	BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM 100% MICROFIBRA, FECHAMENTO EM CADARÇO PRETO COM ILHÕES PRETO, COLARINHO EM SINTÉTICO SOFT ACOLCHOADO FORRADO EM TECIDO NÃO TECIDO TRANSPIRÁVEL, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, ANTIBACTERIANO E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS COM COSTURA DE REFORÇO NO CALCANHAR, LINQUETA SEMI-FOLE, FORRAÇÃO EM TECIDO NÃO TECIDO TRANSPIRÁVEL, PALMILHA DE MONTAGEM EM POLIÉSTER RESINADO FIXADA/COSTURADA JUNTO AO CABEDAL (PROCESSO STROBEL). BIQUEIRA EM COMPOSITE. SOLADO EM PU BIDENSIDADE BICOLOR COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE IMPACTO, COM PALMINHA RESISTENTE A PERFURAÇÃO NÃO METÁLICA DE ATÉ 1100 N, FEITA EM MÚLTIPLAS CAMADAS DE FIBRAS 100% POLIÉSTER. PROTEGE 100% DA SUPERFÍCIE PLANTAR DO PÉ INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL. PROTEÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA; SEM PARTES METÁLICAS SOLADO ISOLANTE EM PU BIDENSIDADE.: LEVE, ANTIMAGNÉTICA, ANTICORROSIVA E ULTRA RESISTENTE. SOLADO ISOLANTE, 500V NO SECO E ENSAIO A 14KV POR 1 MINUTO (HRO). PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA OBJETOS CORTANTES, PERFURANTES, CONTUNDENTES, ABRASIVOS, PRODUTOS QUÍMICOS, AGENTES TÉRMICOS (FRIO E CALOR), COMPRESSÕES, ESCORREGÕES EM SUPERFÍCIES LISAS, UMIDADE, OLEOSIDADE, ATAQUE DE ANIMAIS PEÇONHENTOS. PODENDO SER FORNECIDOS NAS SEGUINTES NUMERAÇÕES: 35 AO 46, SENDO OS ILHOSES NA COR PRETA E NÃO METÁLICO.	PAR	BRACOL/BSB 4031BAMM1662EL	240	R$130,00	R$31.200,00
58	TALABARTE DUPLO EM FITA 50MM COM SISTEMA ABS MOSQUETÃO 55MM, CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER COM SISTEMA ABS. CONTEM 02 GANCHOS DUPLA TRAVA COM ABERTURA DE 55 MM, 01 ABSORVEDOR DE ENERGIA COM GANCHO OLHAL DUPLA TRAVA COM ABERTURA DE 18 MM.	UNIDADE	STEELFLEX/BSB STF-CQTL0135	10	R$140,00	R$1.400,00
VALOR TOTAL					R$ 32.600,00	

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:C1D21C71

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO N° 079 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 079 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Retifica o Calendário Fiscal do Município de Pirapora para o Exercício de 2026 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA,** Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e em consonância com a Lei Municipal 2.517/2021 de 30 de dezembro de 2021 – Código Tributário Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer data de vencimento, em cota única e em parcelas, para a realização do pagamento e da cobrança dos tributos municipais, e ainda a necessidade de dar publicidade aos munícipes acerca da possibilidade de ampla defesa e contraditório quando do lançamento dos tributos e disciplinar prazo limite para a apresentação de impugnações e/ou revisão de lançamento;

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o Decreto n° 065 de 15 de julho de 2026, que havia retificado o Decreto n° 007 de 15 de janeiro de 2026, para que Calendário Fiscal do ano de 2026, instituído para o pagamento dos tributos, passe a vigorar com as datas de vencimentos conforme estabelecido nos Anexos I a XV, que fazem parte deste Decreto**.**

Art. 2º. Ficam os contribuintes dos tributos constantes deste Decreto notificados do lançamento e vencimento para o ano de 2026.

Art. 3º. Na hipótese de não funcionamento da rede bancária autorizada, os vencimentos ocorrerão no último dia útil anterior ao do vencimento.

Art. 4º. As notificações de lançamento serão processadas por aviso de lançamento constante dos carnês que serão entregues fisicamente pelos Correios nos casos de lançamento de ofício ou por outros meios previstos em lei, no endereço constante do Cadastro Fiscal e/ou por Edital, além de sua disponibilização para acesso remoto por meio de portal virtual acessível pelo site oficial da Prefeitura de Pirapora: http://www.pirapora.mg.gov.br.

Parágrafo Único. O contribuinte que não receber o carnê em até 15 (quinze) dias antes da data de vencimento da cota única ou da primeira parcela, conforme previsto nos Anexos I a XV deste decreto, deverá retirará-lo junto ao Setor de Atendimento da Diretoria de Tributação e Fiscalização, situado à rua Antônio Nascimento, n.º 274, Centro, CEP: 39270-082, e/ou pela internet através do site http://www.pirapora.mg.gov.br, considerando-se intimado do(s) lançamento(s) após esse prazo para efeitos legais, estando o crédito tributário sujeito aos acréscimos previstos na legislação tributária.

Art. 5º. Os requerimentos de impugnação e/ou pedido de revisão de lançamento relativo ao exercício de 2026 deverão ser protocolados no Departamento de Protocolo e Expedição de Documentos desta Prefeitura, no mesmo endereço constante no parágrafo único do art. 4º, até a data de vencimento da cota única ou da primeira parcela, prevista nos Anexos I a XV.

§1º. Os requerimentos protocolizados após o prazo estabelecido no *caput* deste artigo não suspenderão os acréscimos legais incidentes sobre as parcelas vencidas até a data do pedido, mesmo em caso de deferimento.

§2º. Quando o requerimento não for formulado pelo próprio contribuinte, deverá o interessado juntar cópia dos seguintes documentos:

• para Pessoa Física:

cédula de identidade e cadastro de pessoa física (CPF) do contribuinte;
documento de aquisição do imóvel; certidão de óbito e casamento, se for o caso;
original ou cópia autêntica do instrumento de mandato com reconhecimento de firma (ou assinado digitalmente nos termos da legislação federal aplicável) e com outorga expressa de poderes de representação perante a Administração Pública (procuração).

• para Pessoa Jurídica:

contrato ou estatuto social e última alteração, registados no órgão competente; cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ;
cédula de identidade e do cadastro de pessoa física (CPF) do subscritor do requerimento, o qual deverá ser quem tenha poderes de representação da sociedade, conforme indicado nos respectivos atos constitutivos (contrato ou estatuto social);
original ou cópia autêntica do instrumento de mandato com reconhecimento de firma (ou assinado digitalmente nos termos da legislação federal aplicável) e com outorga expressa de poderes de representação perante a Administração Pública;
cédula de identidade e do cadastro de pessoa física (CPF) do outorgante, com poderes de representação da sociedade, conforme indicado no contrato ou estatuto social; e
documento de aquisição do imóvel se for o caso.

Art. 6º. Os contribuintes abrangidos pela imunidade, isenção ou não incidência tributária deverão requerer expressamente seu reconhecimento, conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único. Os requerimentos protocolizados deverão ser instruídos de acordo com a legislação específica em que se fundar.

Art. 7º Os contribuintes poderão efetuar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e Taxas de Serviços Públicos e Taxa de Poder de Polícia, em cota única ou em parcelas, observadas as datas e percentuais de desconto estabelecidos nos Anexos I a XV.

Art. 8º ~~Fica prorrogada a data de validade dos Alvarás de Localização e/ou Funcionamento expedidos no exercício de 2025, de 31/12/2025 para 31/01/2026.~~

Art. X. O Alvará de Localização e Funcionamento será emitido por meio da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), em ambiente digital integrado, por prazo indeterminado.
§ 1º O alvará permanecerá válido enquanto forem mantidas as condições declaradas pelo requerente e não houver: I – alteração cadastral;
II – modificação da atividade econômica;
III – mudança no grau de risco; ou
IV – necessidade de obtenção de novas licenças, autorizações ou demais atos públicos de liberação exigidos pela legislação vigente.
§ 2º Nas atividades classificadas como de médio ou alto grau de risco, a validade do Alvará de Localização e Funcionamento ficará estritamente condicionada ao prazo de vigência das respectivas licenças e autorizações emitidas pelos órgãos de fiscalização, tais como o Corpo de Bombeiros Militar, a Vigilância Sanitária e o órgão ambiental competente.
§ 3º O licenciamento de que trata o *caput* observará as disposições da Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica), do Decreto Municipal nº 137/2022 e dos termos de cooperação técnica firmados pelo Município para a integração à REDESIM.
§ 4º O Município poderá, a qualquer tempo, promover a fiscalização do estabelecimento, revisar o enquadramento da atividade, exigir a regularização de pendências ou determinar a obtenção de licenças específicas, caso seja constatada a alteração das condições que fundamentaram a emissão do documento.
§ 5º A emissão do alvará por prazo indeterminado não exime o responsável pelo estabelecimento da obrigação de manter atualizados os seus dados cadastrais e de comunicar ao Município, imediatamente, quaisquer alterações que possam modificar as condições do licenciamento.

Art. 9° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2026.

Pirapora/MG, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

ANEXO I

CALENDÁRIO FISCAL 2026
IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

FORMA DE PAGAMENTO EM COTA ÚNICA		VENCIMENTO	DESCONTO
1ª OPÇÃO de Cota Única		10/07/2026	30%
2ª OPÇÃO de Cota Única		17/07/2026	15%
3ª OPÇão Cota Única Sem Desconto		20/07/2026	-
OU			
FORMA DE PAGAMENTO PARCELADO		VENCIMENTO	DESCONTO
Parcelado	1ª Parcela	20/07/2026	SEM DESCONTO
	2ª Parcela	20/08/2026	SEM DESCONTO
	3ª Parcela	21/09/2026	SEM DESCONTO
	4ª Parcela	20/10/2026	SEM DESCONTO
	5ª Parcela	23/11/2026	SEM DESCONTO
	6ª Parcela	21/12/2026	SEM DESCONTO
	7ª Parcela	21/01/2027	SEM DESCONTO
	8ª Parcela	22/02/2027	SEM DESCONTO

ANEXO II

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN (Fixo)	
Parcelas	Vencimento
Cota única	31/07/2026

ANEXO III

Taxa de Licença Vigilância Sanitária		
FORMA DE PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	VENCIMENTO	DESCONTO
Cota Única Com Desconto	Até 10/08/2026	10%
Cota Única Sem Desconto	Até 14/08/2026	SEM DESCONTO
Cota Única Sem Desconto	30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação de lançamento, se o fato gerador ocorrer após o dia 15 (quinze) de maio de 2026	SEM DESCONTO

ANEXO IV

Taxa de Fiscalização, Localização e/ou Funcionamento – TFLF		
FORMA DE PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	VENCIMENTO	DESCONTO
Cota Única Com Desconto	Até 28/09/2026	25%
Cota Única Com Desconto	Até 05/10/2026	15%
Cota Única Sem Desconto	Até 09/10/2026	SEM DESCONTO

ANEXO V - Serviços relativos a Listagem de Serviços do ISS

FORMA DE PAGAMENTO	VENCIMENTO
Cota Única Sem Desconto	Até o dia 20 do mês subsequente

ANEXO VI

Taxa de Manutenção de Cemitérios – TMC Arts. 221 à 224
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO VII

Taxa de Serviços Diversos- TSD Arts. 225 à 229
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO VIII

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento em Horário Especial – TFHE – Arts. 251 à 253
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO IX

Taxa de Fiscalização da Veiculação de Publicidade – TFVP- Arts. 254 à 261
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO X

Parcelamento do Solo (Aprovação, Parcelamento e Desmembramento) por M²
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO XI

Taxa de Fiscalização de Aprovação, Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos. Por M² Arts. 262 à 263
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.

Cota Única Sem Desconto

ANEXO XII

Taxa de Fiscalização da Ocupação do Solo em áreas e Vias ou Logradouros Públicos inclusive Mercado ou Feira (Licença para Uso de Solo). Arts. 264 a 265
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO XIII

Taxa de Licença para Comercio Eventual ou Ambulante Arts. 266 à 271
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO XIV

Taxa de Fiscalização de Bens Apreendidos Arts. 272 à 273
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

ANEXO XV

Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Urbano- Por Veículo ou Frota Operante. Arts. 274 à 277
Vencimento: 30 (trinta) dias corridos após a expedição da guia de recolhimento/notificação do lançamento.
Cota Única Sem Desconto

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:0020AB6E

SECRETARIA DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 - RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2026
RESULTADO FINAL

O Município de Pirapora/MG, por meio do seu Prefeito Municipal, torna público o **RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026,** para contratação Temporária de excepcional interesse público, de pessoal para compor as equipes multiprofissionais da Saúde Mental - CAPS I, CAPS IJ E CAPS AD III no município de Pirapora/MG, conforme segue nas planilhas anexas, divididas entre candidatos classificados e candidatos desclassificados, por cargos.

Pirapora/MG, 08 de setembro de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito de Pirapora

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026					
CLASSIFICAÇÃO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA					
FAXINEIRO					
NOME	**IDADE**	**PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL**	**PONTUAÇÃO ENTREVISTA**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
CRISTINA APARECIDA MUNIZ NASCIMENTO	57	41	30	71	CLASSIFICADO
JOSE JULIO PEREIRA NETO	57	25	37	62	CLASSIFICADO
SAMIRA LOPES DA CONCEIÇÃO	34	29	30	59	CLASSIFICADO
LILIANE DAMACENA NASCIMENTO ROCHA	41	25	32	57	CLASSIFICADO
ERIKLES NOGUEIRA DOS SANTOS	36	25	31	56	CLASSIFICADO
ISABEL PEREIRA DOS SANTOS	58	25	30	55	CLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026					
CLASSIFICAÇÃO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA					
CUIDADOR/A SOCIAL					
NOME	**IDADE**	**PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL**	**PONTUAÇÃO ENTREVISTA**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
JUNILDSON MAIZESTE RAFAEL SANTOS DE AQUINO	28	25	43	68	CLASSIFICADO
FABIOLA INACIA MENDES SOUZA	38	25	40	65	CLASSIFICADO
EDIVANIA RAMOS DA SILVA PERES	27	25	39	64	CLASSIFICADO
MARIA DO ROSARIO RODRIGUES LEITE	46	25	32	57	CLASSIFICADO
CRISTIANE RENATA BRANDAO NASCIMENTO	37	25	31	56	Lista de espera
EMILIA LEITE GONCALVES	63	25	30	55	Lista de espera
MARIA APARECIDA SANTOS SOARES	58	25	30	55	Lista de espera
PALOMA LOUZADA DOS SANTOS	43	25	30	55	Lista de espera

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026

CLASSIFICAÇÃO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

MONITOR/A OFICINAS-CAPS

NOME	IDADE	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ANALVINA RODRIGUES MAGALHAES CARDOSO	51	37	38	75	CLASSIFICADO
SIRLENE REGINALDA DA SILVA	57	25	44	69	CLASSIFICADO
WELDERLAINE PEREIRA DA ROCHA	49	25	31	56	CLASSIFICADO
MARIANA TRONDI DE MORAES BUENO DE ANGELIS	59	25	30	55	CLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026

CLASSIFICAÇÃO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL

NOME	IDADE	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
GREICE RAMOS DOS SANTOS	15/11/1982	25	32	57	CLASSIFICADO
RAFAELA MORGANA MOURA LIMA DE JESUS	29/08/1989	25	31	56	CLASSIFICADO
ADRIANA FERREIRA DA COSTA	02/11/1983	25	30	55	CLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026

CLASSIFICAÇÃO FINAL - VAGA PCD

FAXINEIRO

NOME	IDADE	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ADELIANE SOARES NEVES	39	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026

RELAÇÃO DE CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS

FAXINEIRO

NOME	IDADE	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
DEBORA FERREIRA DE QUEIROZ	44	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
ELIENE FERREIRA FONSECA	50	Reprovada	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
FABIANA TACIANO ABE	46	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
INGRID CRISTINA LACERDA COSTA	23	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
JANAINA SOARES DA ROCHA	63	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
KAROLINE DE MOURA	36	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
LIDIANE ALVES EVANGELISTA	44	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
MARCIA EDUARDA SANTOS MESQUITA	26	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
ROSIMEIRE DE ALMEIDA LOPES DA COSTA	55	Reprovada	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
STEFANE LORRANE FAGUNDES BARCELOS	22	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
TAIRINE RAIANE AFONSO	31	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
VANIA GOUVEIA LIRIO	62	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026

RELAÇÃO DE CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS

CUIDADOR/A SOCIAL

NOME	Idade	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ALINE DA CONCEIÇÃO MAGALHÃES FRANCA	39	25	16	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
ANA ALINE DA PAIXÃO	50	25	12	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
ANTONIA MENDES DE ALMEIDA	53	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
BARTIRIA ANDRADE FERREIRA CANDIDO	48	25	23	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
BIANCA BEATRIZ DA SILVA	38	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
CLAITON BOTELHO DA SILVA	61	50	21	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
CLAUDIA DA CONCEIÇÃO REIS	43	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
CLAUDIA REGINA RODRIGUES DE SOUZA	48	31	21	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
DANIELLE DA SILVA CUNHA	38	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
EDNALVA FERREIRA DE OLIVEIRA LATALISA DOS SANTOS	49	25	26	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
FABIANA APARECIDA BRAGA DE BRITO	46	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
FABIANA ARAUJO RAMOS	47	25	26	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
MARISA SANTOS	21	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
RAFAEL OLIVEIRA DE CAMPOS	41	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
SAMIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA CAMPOS	31	25	19	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026

RELAÇÃO DE CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS

MONITOR/A OFICINAS-CAPS

NOME	Idade	PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL	PONTUAÇÃO ENTREVISTA	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
DORCELINA GARCIA DE ARAUJO	57	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
JANAINA LEITE DE ALMEIDA	30	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
KAMILA HORRRANY OLIVEIRA ALVES	32	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
MARIA GERALDA ANTUNES DE OLIVEIRA	42	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
THAIS PAULINE DE CARVALHO	38	31	20	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS Nº 03/2026					
RELAÇÃO DE CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS					
AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL					
NOME	**Idade**	**PONTUAÇÃO ANÁLISE CURRICULAR E DOCUMENTAL**	**PONTUAÇÃO ENTREVISTA**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
ANA MARIA RIBEIRO MUNIZ	70	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
ANGELICA DE SOUSA OLIVEIRA	34	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
DULCINEIA ORNELAS CORDEIRO	52	25	12	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
INGRIDY MAYARA RODRIGUES DAS CHAGAS	19	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
JOAO GUILHERME SOARES ANDRADE	35	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
LAYNA DE BRITO RORIZ	26	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
LUANA CRISTINA SANTOS	30	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
LUCAS PAULO OLIVEIRA ALMEIDA	27	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital
MARLENE ALVES DE OLIVEIRA DUARTE	52	25	21	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
ROSANA ALVES DE CARVALHO	46	25	17	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.3.3 do Edital
STEPHANIE AGAPITO DE QUEIROZ	44	Reprovado	0	Reprovado	Desclassificado conforme item 4.2.2 do Edital

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:70962409

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL Nº 014.2026 - NIC NIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 14/2026 DE NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR NIC

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações a baixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL (de preferência mediante aviso de recebimento) na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, á Rua Dionísio Machado, 96 - Bairro Centro, POUSO ALEGRE/MG, CEP. 37553-406. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 9.503/97).

*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
FVZ1E48	N800013420	13/11/2025	5002-0	390,46
MKA2B66	N800017691	05/05/2026	5002-0	260,32
BYI9I84	N800017697	05/05/2026	5002-0	390,46
DAH6A40	N800017671	05/05/2026	5002-0	586,94
TTL0H50	N800017669	05/05/2026	5002-0	260,32
FVM0J43	N800017662	05/05/2026	5002-0	260,32
SIR0J39	N800017660	05/05/2026	5002-0	260,32
HJI0464	N800017658	05/05/2026	5002-0	260,32
FIF0E71	N800017656	05/05/2026	5002-0	260,32
TEO6E58	N800017651	05/05/2026	5002-0	260,32
STI2A61	N800017650	05/05/2026	5002-0	390,46
TBP0H31	N800017648	05/05/2026	5002-0	260,32
GES7E51	N800017645	05/05/2026	5002-0	260,32
TXE5G08	N800017642	05/05/2026	5002-0	260,32
TCB8A75	N800017641	05/05/2026	5002-0	260,32
SSO3J33	N800017639	05/05/2026	5002-0	260,32
AOH1H89	N800017633	05/05/2026	5002-0	260,32
RVU8J82	N800017632	05/05/2026	5002-0	260,32
FIF0E71	N800017630	05/05/2026	5002-0	260,32
ECO9B63	N800017721	05/05/2026	5002-0	260,32
TXH0F47	N800017745	05/05/2026	5002-0	586,94
RNN9B84	N800017744	05/05/2026	5002-0	586,94
TCG3E65	N800017743	05/05/2026	5002-0	260,32
RFU6H90	N800017740	05/05/2026	5002-0	586,94
SYY7G88	N800017732	05/05/2026	5002-0	260,32
SSQ8G10	N800017729	05/05/2026	5002-0	260,32
SSY5G05	N800017727	05/05/2026	5002-0	260,32
TCI6E93	N800017723	05/05/2026	5002-0	260,32
RTP4D82	N800017627	05/05/2026	5002-0	260,32
QPN7D36	N800017720	05/05/2026	5002-0	260,32
SSR8H64	N800017719	05/05/2026	5002-0	390,46
SID8G46	N800017718	05/05/2026	5002-0	260,32
FCW9J31	N800017711	05/05/2026	5002-0	260,32
PYS0156	N800017708	05/05/2026	5002-0	260,32
GCC9E56	N800017705	05/05/2026	5002-0	260,32
QXE2947	N800017701	05/05/2026	5002-0	260,32
TZA2B32	N800017699	05/05/2026	5002-0	260,32
LUJ5F08	N800017553	05/05/2026	5002-0	260,32

TEA5B42	N800017567	05/05/2026	5002-0	260,32
TZA2B32	N800017564	05/05/2026	5002-0	260,32
TDC3C76	N800017562	05/05/2026	5002-0	260,32
SYO6C25	N800017561	05/05/2026	5002-0	390,46
QPQ8A68	N800017559	05/05/2026	5002-0	390,46
BYX6F34	N800017557	05/05/2026	5002-0	260,32
PWR2H24	N800017556	05/05/2026	5002-0	260,32
SJC1G85	N800017555	05/05/2026	5002-0	260,32
TZA2B32	N800017568	05/05/2026	5002-0	260,32
RMK7A97	N800017551	05/05/2026	5002-0	260,32
GGD9H16	N800017546	05/05/2026	5002-0	260,32
TEL0D85	N800017544	05/05/2026	5002-0	260,32
SWX9C16	N800017543	05/05/2026	5002-0	260,32
AXZ2720	N800017541	05/05/2026	5002-0	260,32
TKJ7G56	N800017539	05/05/2026	5002-0	260,32
SYO6D49	N800017529	05/05/2026	5002-0	260,32
SYA6A16	N800017516	05/05/2026	5002-0	260,32
TEB2C59	N800017595	05/05/2026	5002-0	260,32
TXC3B36	N800017625	05/05/2026	5002-0	260,32
TXF6D98	N800017622	05/05/2026	5002-0	260,32
GDA1J36	N800017615	05/05/2026	5002-0	586,94
SJI0H04	N800017613	05/05/2026	5002-0	260,32
TCI4I88	N800017608	05/05/2026	5002-0	260,32
TEH1E72	N800017607	05/05/2026	5002-0	390,46
TDC7E62	N800017603	05/05/2026	5002-0	260,32
TEB2C59	N800017596	05/05/2026	5002-0	260,32
BDI2G38	N800017629	05/05/2026	5002-0	260,32
TDS2J17	N800017590	05/05/2026	5002-0	260,32
UEY8J10	N800017589	05/05/2026	5002-0	390,46
ECU5A51	N800017587	05/05/2026	5002-0	260,32
FWT0B25	N800017582	05/05/2026	5002-0	260,32
TCI6E93	N800017581	05/05/2026	5002-0	260,32
SYY0E76	N800017580	05/05/2026	5002-0	260,32
TZA2B32	N800017572	05/05/2026	5002-0	260,32
HIV1H93	N800017570	05/05/2026	5002-0	260,32

Tipo de documento: NIC - Data da geração: 31 de agosto de 2026 - Total de registros: 73

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Transito

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:C42AD1E2

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL Nº 36 2026 PENALIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 36/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA RELATIVA A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações a baixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL (de preferência mediante aviso de recebimento) na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, á Rua Dionísio Machado, 96 - Bairro Centro, POUSO ALEGRE/MG, CEP. 37553-406. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 9.503/97).

*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
HCM3B19	L002927912	24/06/2023	5185-1	195,23
FZE2F30	L002926450	24/06/2023	5452-6	195,23
FJA8999	L002927394	24/06/2023	5568-0	195,23
PZQ9A01	L002925922	26/06/2023	7633-1	293,47
EKZ2C37	L002927971	26/06/2023	5541-2	195,23
PUM2J11	L002927979	26/06/2023	5541-2	195,23
NAY4626	L002927981	26/06/2023	5541-2	195,23
HKV3633	L002928102	26/06/2023	5541-2	195,23
HIA3156	L002928106	26/06/2023	5541-2	195,23
PVM0114	L002926332	26/06/2023	6017-4	293,47
BGF6497	L002927408	26/06/2023	7633-1	293,47
HBU5164	L002925925	26/06/2023	5185-1	195,23
SHZ1A76	L002926920	26/06/2023	6041-1	195,23
HJU1F12	L002928200	26/06/2023	5541-7	195,23
ELX2B15	L002928686	26/06/2023	5541-2	195,23
HCR6566	L002928118	27/06/2023	5541-2	195,23
HNO9F83	L002928242	27/06/2023	5541-2	195,23
PVI9H37	L002928245	27/06/2023	5541-2	195,23

PVX4139	L002928250	27/06/2023	5541-2	195,23
EIB6I19	L002925931	27/06/2023	5460-0	130,16
PWU8366	L002928011	27/06/2023	7625-1	293,47
FGP3F66	L002927412	27/06/2023	7633-1	293,47

FBN9G49	L002927472	27/06/2023	7633-1	293,47
LTH1337	L002927357	27/06/2023	5185-1	195,23
QOF9758	L002927360	27/06/2023	6041-1	195,23
EIV2610	L002927928	27/06/2023	5193-0	293,47
OQK7654	L002928367	27/06/2023	5541-7	195,23
PVA7640	L002928374	27/06/2023	5185-1	195,23
FLW5208	L002928464	27/06/2023	5541-7	195,23
PBQ8J30	L002928472	27/06/2023	5452-6	195,23
FBQ7E35	L002928265	28/06/2023	5541-2	195,23
SHF6I54	L002926689	28/06/2023	5452-6	195,23
RMF2H83	L002928276	28/06/2023	5541-2	195,23
LSQ6H13	L002926335	28/06/2023	7625-1	293,47
PWU8366	L002926691	28/06/2023	7625-1	293,47
FUV3095	L002927474	28/06/2023	7633-1	293,47
FAN9G64	L002927783	28/06/2023	7633-2	293,47
SHJ6B65	L002927475	28/06/2023	5452-6	195,23
HIG8D18	L002927657	28/06/2023	5185-1	195,23
QNC6I42	L002928546	28/06/2023	5185-1	195,23
DYP8E48	L002928552	28/06/2023	5541-7	195,23
SHU4I53	P300004045	22/07/2023	7455-0	130,16
HFB6F07	L002932911	28/08/2023	7633-1	293,47
OQV4731	L002933428	03/09/2023	5550-0	130,16
JVU2H29	L002934079	11/09/2023	5541-2	195,23
PGZ4570	L002934300	11/09/2023	5185-1	195,23
QNT7C05	L002933439	13/09/2023	7633-2	293,47
QOI9855	L002934139	20/09/2023	6866-1	293,47
RFB9E76	L002930962	22/09/2023	6530-0	195,23
QQN2665	L002931059	23/09/2023	5258-2	2934,70
EEP0220	P300006269	25/09/2023	7455-0	130,16
PUD2B88	P300006539	28/09/2023	6050-3	293,47
HIQ5979	P300006641	29/09/2023	6050-3	293,47
HAM7I50	P300006776	30/09/2023	6050-3	293,47
HIQ5979	P300006973	02/10/2023	6050-3	293,47
HIQ5979	P300007024	03/10/2023	6050-3	293,47
PWI4130	L002936454	04/10/2023	5541-2	195,23
OMA8580	L002936525	04/10/2023	5843-3	195,23

HDB0340	P300007348	06/10/2023	6050-3	293,47
PUR3333	L002936410	09/10/2023	5550-0	130,16
PUR3333	L002936416	10/10/2023	5550-0	130,16
QUO3E75	L002937795	15/10/2023	5541-7	195,23
HOB8E66	L002937405	16/10/2023	5541-2	195,23
QOI9855	L002937261	17/10/2023	6866-1	293,47
KPK7E92	P300009164	20/10/2023	7455-0	130,16
HKQ5186	P300009167	20/10/2023	7455-0	130,16
RTV7H13	P300009168	20/10/2023	7455-0	130,16
HBT2F41	P300009169	20/10/2023	7455-0	130,16
PXQ0806	P300009174	20/10/2023	7455-0	130,16
FRY7757	P300009181	20/10/2023	7463-0	195,23
QQK2243	P300009187	20/10/2023	7455-0	130,16
BQO1E65	P300009203	20/10/2023	7455-0	130,16
EYG5J22	P300009215	20/10/2023	6050-3	293,47
RGD0B44	P300009226	20/10/2023	7455-0	130,16
RMX1F56	P300009230	20/10/2023	7455-0	130,16
FSA0G67	P300009241	20/10/2023	7455-0	130,16
HFC3749	P300009247	20/10/2023	7455-0	130,16
RFS7A18	P300009255	20/10/2023	7455-0	130,16
FAN6936	P300009259	20/10/2023	7455-0	130,16
QOI9855	L002938255	21/10/2023	7293-0	130,16
EZW0C81	P300009297	21/10/2023	7455-0	130,16
HJC0519	P300009317	21/10/2023	7455-0	130,16
FIW1G85	P300009331	21/10/2023	7455-0	130,16
FLR0G09	P300009266	21/10/2023	6050-3	293,47
OPB8C74	P300009351	21/10/2023	7455-0	130,16
QOG7A48	P300009364	21/10/2023	7463-0	195,23
PWE1J77	P300009382	21/10/2023	7455-0	130,16
HHD7I47	P300009284	21/10/2023	6050-3	293,47
PXX8E24	P300009389	21/10/2023	7455-0	130,16
HAG5F96	P300009394	21/10/2023	7463-0	195,23
HBW1298	P300009397	21/10/2023	7455-0	130,16
SIC2I89	P300009399	21/10/2023	7455-0	130,16
CYI0570	P300009405	21/10/2023	7455-0	130,16
QUW3D33	P300009417	22/10/2023	7455-0	130,16

FBR7J63	P300009418	22/10/2023	7455-0	130,16
RTW1G76	P300009420	22/10/2023	7455-0	130,16
OOY2906	P300009473	22/10/2023	7455-0	130,16
QWX2G80	P300009477	22/10/2023	7455-0	130,16
DFT2J65	P300009484	22/10/2023	7455-0	130,16
DQT3802	P300009488	22/10/2023	7455-0	130,16
QPK4202	P300009495	22/10/2023	7455-0	130,16
QPY9432	P300009426	22/10/2023	6050-3	293,47

QQG0168	P300009508	22/10/2023	7455-0	130,16
NOS4I98	P300009514	22/10/2023	7455-0	130,16
FMO6234	P300009516	22/10/2023	7455-0	130,16
MYB0G80	P300009526	22/10/2023	7455-0	130,16
EEM2272	P300009528	22/10/2023	7455-0	130,16
OOX6B18	P300009529	22/10/2023	7455-0	130,16
OWP7E07	P300009545	22/10/2023	7455-0	130,16
CFR8436	P300009548	22/10/2023	7455-0	130,16
RVP5B94	P300009555	22/10/2023	7455-0	130,16
HGL0560	P300009561	22/10/2023	7455-0	130,16
EYX9J54	P300009633	23/10/2023	7463-0	195,23
RBP4H46	P300009581	23/10/2023	7455-0	130,16
ETC2649	P300009587	23/10/2023	7455-0	130,16
HDB0563	P300009589	23/10/2023	7455-0	130,16
CTW9I84	P300009632	23/10/2023	6050-3	293,47
EUG5045	P300009590	23/10/2023	7455-0	130,16
FGH1843	P300009593	23/10/2023	7455-0	130,16
OQB1B10	P300009600	23/10/2023	7455-0	130,16
OPI0J78	P300009607	23/10/2023	7455-0	130,16
QQL1088	P300009623	23/10/2023	7455-0	130,16
OXC4508	P300009678	24/10/2023	7455-0	130,16
PZF6J75	P300009680	24/10/2023	7455-0	130,16
QPS6538	P300009690	24/10/2023	7455-0	130,16
CTW9I84	P300009644	24/10/2023	6050-3	293,47
FYB5G26	P300009691	24/10/2023	7455-0	130,16
JEL8607	P300009714	24/10/2023	7455-0	130,16
DFT2J65	P300009716	24/10/2023	7455-0	130,16
HBE4321	P300009719	24/10/2023	7455-0	130,16

PVQ2H25	P300009662	24/10/2023	7463-0	195,23
AKC5504	L002937996	25/10/2023	5541-2	195,23
ETQ6336	P300009758	25/10/2023	7455-0	130,16
RVM8C78	P300009766	25/10/2023	7455-0	130,16
KOJ4J81	P300009775	25/10/2023	7455-0	130,16
PVD6B01	P300009650	25/10/2023	6050-3	293,47
RVM8C78	P300009783	25/10/2023	7455-0	130,16
GAR7209	P300009800	25/10/2023	7455-0	130,16
EMI0899	P300009803	25/10/2023	7455-0	130,16
PZZ0G10	P300009742	25/10/2023	7455-0	130,16
PVQ2H25	P300009743	25/10/2023	7455-0	130,16
HDF3000	P300009745	25/10/2023	7455-0	130,16
QPK8H59	L002937775	26/10/2023	5185-1	195,23
GAZ8C23	P300009827	26/10/2023	7455-0	130,16
FPX3H07	P300009833	26/10/2023	7455-0	130,16
PWI1466	P300009844	26/10/2023	7455-0	130,16
HOB9B42	P300009809	26/10/2023	6050-3	293,47
RFE2G97	P300009817	26/10/2023	6050-3	293,47
HOB9836	P300009820	26/10/2023	6050-3	293,47
HNO9F35	P300009848	26/10/2023	7455-0	130,16
DRH9D90	P300009856	26/10/2023	7463-0	195,23
CSI4J19	P300009857	26/10/2023	7455-0	130,16
DXD0667	P300009870	26/10/2023	7455-0	130,16
HIB5198	P300009882	26/10/2023	7455-0	130,16
PVQ2H25	P300009889	26/10/2023	7463-0	195,23
SIE1B76	P300009890	26/10/2023	7455-0	130,16
CZD9D95	P300009893	26/10/2023	7455-0	130,16
QUK9752	P300009899	26/10/2023	7455-0	130,16
RUP8C44	P300009933	27/10/2023	7455-0	130,16
QQL3A31	P300009937	27/10/2023	7455-0	130,16
PWD6399	P300009953	27/10/2023	6050-3	293,47
HEU4C54	P300009955	27/10/2023	6050-3	293,47
OQF0145	P300009960	27/10/2023	6050-3	293,47
QNR7233	P300009978	27/10/2023	7455-0	130,16
FTS3732	P300009984	27/10/2023	7455-0	130,16
RUR7J79	P300009989	27/10/2023	7463-0	195,23

EVD0905	P300009992	27/10/2023	7455-0	130,16
FLK1A62	P300010013	27/10/2023	6050-3	293,47
NAV0H03	L002938819	28/10/2023	7625-2	293,47
OXF8425	P300010039	28/10/2023	7455-0	130,16
RFA5I24	P300010040	28/10/2023	7463-0	195,23
RUD7G37	P300010045	28/10/2023	7455-0	130,16
CXZ4873	P300010052	28/10/2023	7455-0	130,16
RUG5E88	P300010061	28/10/2023	7455-0	130,16
OSW0D11	P300010028	28/10/2023	6050-3	293,47
HHF5017	P300010037	28/10/2023	6050-3	293,47
RTT5H87	P300010075	28/10/2023	7455-0	130,16
RNG7E47	P300010083	28/10/2023	7455-0	130,16
HHF5801	P300010091	28/10/2023	7455-0	130,16
PMV6E28	P300010094	28/10/2023	7455-0	130,16
CYK9596	P300010097	28/10/2023	7455-0	130,16
PXW1J74	P300010098	28/10/2023	7455-0	130,16
JFQ0262	P300010099	28/10/2023	7455-0	130,16
EYU8160	P300010126	28/10/2023	7455-0	130,16
PVI7748	P300010156	29/10/2023	7455-0	130,16
PUD3447	P300010157	29/10/2023	7463-0	195,23
JIL9167	P300010160	29/10/2023	7455-0	130,16
HOB9096	P300010167	29/10/2023	7455-0	130,16

BPC2B98	P300010176	29/10/2023	6050-3	293,47
PUN3E25	P300010184	29/10/2023	6050-3	293,47
PUV6291	P300010199	29/10/2023	7455-0	130,16
CSB6J37	P300010201	29/10/2023	6050-3	293,47
QUG7878	P300010212	29/10/2023	7463-0	195,23
RUG5E88	P300010219	29/10/2023	7463-0	195,23
DOD1340	P300010232	29/10/2023	7455-0	130,16
FSS7830	P300010242	29/10/2023	7455-0	130,16
PVM2I50	P300010259	29/10/2023	7455-0	130,16
AVI5G95	P300010260	29/10/2023	7455-0	130,16
HDF3000	P300010264	29/10/2023	7455-0	130,16
DFT2J65	P300010266	29/10/2023	7455-0	130,16
FKW9A75	P300010354	30/10/2023	7455-0	130,16
PXR2J06	L002938326	30/10/2023	7684-2	130,16

DRR2G10	L002938829	30/10/2023	5541-2	195,23
AWV4980	L002938597	30/10/2023	5452-1	195,23
PPW3I52	L002939116	30/10/2023	5541-2	195,23
EZD9C43	L002938602	30/10/2023	7633-1	293,47
MDR7I53	L002937458	30/10/2023	5185-1	195,23
OWN5951	L002938605	30/10/2023	5541-7	195,23
RFU7J49	P300010130	30/10/2023	7455-0	130,16
HME0438	P300010131	30/10/2023	7455-0	130,16
DUZ9J45	P300010135	30/10/2023	7455-0	130,16
QXJ3A05	P300010277	30/10/2023	7463-0	195,23
RFU9B37	P300010290	30/10/2023	7455-0	130,16
OPO9267	P300010297	30/10/2023	6050-3	293,47
PVD6B01	P300010306	30/10/2023	6050-3	293,47
HMK1A06	P300010311	30/10/2023	7455-0	130,16
PXI8158	P300010340	30/10/2023	7455-0	130,16
RFE4F46	P300010368	30/10/2023	7463-0	195,23
DZI1675	P300010374	30/10/2023	7455-0	130,16
HOF1814	P300010382	30/10/2023	7455-0	130,16
EAM7C58	L002935776	31/10/2023	5185-1	195,23
JZK5764	L002938601	31/10/2023	5541-2	195,23
OPY5702	L002938730	31/10/2023	7633-1	293,47
EGV5753	L002938155	31/10/2023	5738-0	293,47
OWS8044	P300010387	31/10/2023	7463-0	195,23
DFU2745	L002938835	01/11/2023	5452-6	195,23
SIJ8D92	L002938839	01/11/2023	5541-2	195,23
OPJ3E50	L002937844	01/11/2023	7366-2	130,16
HJT2633	L002939230	01/11/2023	5541-2	195,23
GUY5627	L002938858	01/11/2023	7633-1	293,47
QPX4469	L002938782	01/11/2023	6017-4	293,47
CHB5G99	L002936927	01/11/2023	5185-1	195,23
EYT4059	L002932019	01/11/2023	7633-1	293,47
LBY5F00	L002939314	01/11/2023	5452-1	195,23
FFG3G81	L002939315	01/11/2023	5550-0	130,16
QQE0659	P300010558	01/11/2023	7463-0	195,23
ERB2J33	L002939180	02/11/2023	5185-1	195,23
DIO6J28	L002939342	02/11/2023	5185-1	195,23

HBU5B89	L002939403	02/11/2023	5185-1	195,23
GYI6434	L002939442	02/11/2023	5185-1	195,23
QPH9609	L002939457	02/11/2023	5185-1	195,23
HNL9006	L002939267	02/11/2023	5738-0	293,47
NVJ0639	L002938719	03/11/2023	5541-2	195,23
QPX9971	L002938467	03/11/2023	5592-0	130,16
QQH9814	L002938471	03/11/2023	5819-4	880,41
HIP9381	L002939549	03/11/2023	5185-1	195,23
DKF6C25	L002939663	03/11/2023	5185-1	195,23
CSW1707	L002939245	04/11/2023	5185-1	195,23
FMO0609	L002938431	04/11/2023	6122-0	293,47
EUH4G92	L002939247	04/11/2023	5550-0	130,16
NXS0E34	L002938990	04/11/2023	5541-1	195,23
QUA4018	L002938992	04/11/2023	5541-7	195,23
HCY5B04	L002938993	04/11/2023	5452-1	195,23
GVG5495	L002938767	04/11/2023	5738-0	293,47
OPO1991	L002938436	04/11/2023	5452-2	195,23
SHR9A49	L002938437	04/11/2023	7684-2	130,16
KBM6300	P300010992	04/11/2023	7455-0	130,16
DBU6H58	P300011035	05/11/2023	7471-0	880,41
PVV1987	L002939084	05/11/2023	7684-1	130,16
OWT6001	L002939240	06/11/2023	5541-2	195,23
SIU7G04	L002939612	06/11/2023	7684-2	130,16
RVS2H67	L002939089	06/11/2023	5568-0	195,23
FHY4926	L002938618	06/11/2023	7633-1	293,47
RGA9E08	L002939259	06/11/2023	5541-2	195,23
DKF6C25	L002939702	06/11/2023	5185-1	195,23
HDO2J45	L002939764	06/11/2023	5185-1	195,23
HJT1164	L002939770	06/11/2023	5185-1	195,23
QNW3486	L002939776	06/11/2023	5185-1	195,23
EYO4573	L002939845	06/11/2023	5185-1	195,23
HMU7049	L002939848	06/11/2023	5541-7	195,23
PYR4H49	L002939855	06/11/2023	7714-2	130,16
HIZ4G81	L002939869	06/11/2023	7633-1	293,47
HHO1935	L002939276	06/11/2023	5452-6	195,23
PUD3447	L002939394	06/11/2023	5550-0	130,16

DSB1774	L002939562	07/11/2023	5185-1	195,23
OQJ7117	L002933313	07/11/2023	5541-4	195,23
CIB8363	L002939732	07/11/2023	5541-2	195,23
GIY5F85	L002936936	07/11/2023	7633-2	293,47
PZQ2949	L002938788	07/11/2023	5185-1	195,23
RTT9A85	L002940204	07/11/2023	7633-2	293,47
NYC3823	L002940207	07/11/2023	5452-2	195,23
RIX0F20	L002940210	07/11/2023	7633-2	293,47
RFW0D10	L002940463	07/11/2023	5452-1	195,23
CCH7B39	L002939489	08/11/2023	5185-1	195,23
EGS3078	L002933316	08/11/2023	6050-3	293,47
OXD0H35	L002940225	10/11/2023	7633-1	293,47
PWE1639	L002940227	10/11/2023	7030-1	293,47
PXQ0806	L002940703	14/11/2023	5452-6	195,23
DKU2D07	L002941520	15/11/2023	7633-2	293,47
QPP8429	P300011952	16/11/2023	7455-0	130,16
RTW7B75	P300012048	17/11/2023	6050-3	293,47
GBJ9H96	P300012049	17/11/2023	7455-0	130,16
IOL7B08	P300012051	17/11/2023	6050-3	293,47
QNG3J43	P300012053	17/11/2023	6050-3	293,47
QQL3A31	P300012062	17/11/2023	7455-0	130,16
PYI8I86	P300012067	17/11/2023	7455-0	130,16
EQZ4A70	P300012085	17/11/2023	7455-0	130,16
QXD9G54	P300012103	17/11/2023	7455-0	130,16
RNT1F54	P300012105	17/11/2023	7455-0	130,16
SHW8F94	P300012110	17/11/2023	7455-0	130,16
LRC6077	P300012111	17/11/2023	7455-0	130,16
KRN6G32	P300012115	17/11/2023	7455-0	130,16
DNT3975	P300012220	18/11/2023	7455-0	130,16
AXK3I00	P300012236	18/11/2023	7455-0	130,16
HFO5476	P300012238	18/11/2023	7455-0	130,16
QNA0J97	P300012242	18/11/2023	7455-0	130,16
GAL9D88	P300012245	18/11/2023	7455-0	130,16
HAB1G34	P300012248	18/11/2023	7455-0	130,16
PUA1B80	P300012252	18/11/2023	7455-0	130,16
SIR7F04	P300012178	18/11/2023	7455-0	130,16

AXK3I00	P300012188	18/11/2023	7455-0	130,16
QPZ4G76	P300012199	18/11/2023	7455-0	130,16
GXE9966	P300012302	19/11/2023	7455-0	130,16
OKL7D73	P300012324	19/11/2023	7455-0	130,16
OKL7D73	P300012333	19/11/2023	7455-0	130,16
CKA7031	P300012337	19/11/2023	7455-0	130,16
QQG1H29	P300012347	19/11/2023	7455-0	130,16
HNA6A55	P300012355	20/11/2023	7455-0	130,16
OWT3H37	P300012389	20/11/2023	7455-0	130,16
RUT7G20	P300012375	20/11/2023	6050-3	293,47
QPS2A90	L002940636	20/11/2023	7633-1	293,47
PUA2576	L002940700	21/11/2023	5541-2	195,23
OQF4762	L002940403	21/11/2023	5452-1	195,23
HLE8272	L002941242	21/11/2023	5185-1	195,23
QQG1H29	P300012536	21/11/2023	7455-0	130,16
HKV9728	P300013741	02/12/2023	7455-0	130,16
SJC7H40	P300013745	02/12/2023	7455-0	130,16
HNU6651	P300013750	02/12/2023	7455-0	130,16
FBB0A82	P300013774	02/12/2023	6050-3	293,47
HOB8714	P300013778	02/12/2023	7455-0	130,16
FJS6C33	P300013795	02/12/2023	7455-0	130,16
EKP5B97	P300013797	02/12/2023	7455-0	130,16
OLU2G03	P300013817	02/12/2023	7455-0	130,16
SHC0D87	P300013824	02/12/2023	7463-0	195,23
CYV4C98	P300013842	02/12/2023	7455-0	130,16
HIB4870	P300013864	03/12/2023	6050-3	293,47
HIA3B56	P300013893	03/12/2023	6050-3	293,47
GYC8312	P300013896	03/12/2023	7463-0	195,23
PZU0666	P300013903	03/12/2023	7455-0	130,16
HBF0736	P300013913	03/12/2023	7455-0	130,16
PVV3753	P300013918	03/12/2023	7455-0	130,16
HKW0C52	P300013946	03/12/2023	7463-0	195,23
EKK0455	P300013949	03/12/2023	7455-0	130,16
RVX8A26	P300013951	03/12/2023	7463-0	195,23
FGH3291	P300013963	03/12/2023	7455-0	130,16
GSP7H22	P300013964	03/12/2023	7455-0	130,16

MYB0G80	P300013972	03/12/2023	7455-0	130,16
GFP7368	P300013984	04/12/2023	7455-0	130,16
OQB1E57	P300013986	04/12/2023	6050-3	293,47
QPP8429	P300013992	04/12/2023	7455-0	130,16
HKV2E42	P300013993	04/12/2023	7455-0	130,16
ELM0G65	P300013996	04/12/2023	6050-3	293,47
JHJ8116	P300014003	04/12/2023	7455-0	130,16
GYG1204	P300014010	04/12/2023	7455-0	130,16
OQB7074	P300014013	04/12/2023	7455-0	130,16
RMO9I83	P300014023	04/12/2023	7455-0	130,16
ORC1378	P300014026	04/12/2023	7455-0	130,16
DXP6H41	P300014031	04/12/2023	7455-0	130,16

RUY7G04	P300014034	04/12/2023	7455-0	130,16
HGJ3A64	P300014048	05/12/2023	7455-0	130,16
ETZ4075	P300014056	05/12/2023	7455-0	130,16
FUJ4J81	P300014058	05/12/2023	7463-0	195,23
RUL5I48	P300014074	05/12/2023	7455-0	130,16
EYO5F14	P300014090	05/12/2023	7463-0	195,23
QPA1B90	P300014093	05/12/2023	7455-0	130,16
PZO4I75	P300014101	05/12/2023	7463-0	195,23
HGL9F99	P300014117	05/12/2023	7455-0	130,16
GSP7H22	P300014126	05/12/2023	7455-0	130,16
SJD7F45	P300014128	05/12/2023	7463-0	195,23
SIX4F98	P300014148	06/12/2023	7455-0	130,16
OPW5670	P300014155	06/12/2023	6050-3	293,47
RUT7G20	P300014174	06/12/2023	7455-0	130,16
GRW9590	P300014181	06/12/2023	7455-0	130,16
FDI7H60	P300014186	06/12/2023	7463-0	195,23
PYB7382	P300014225	06/12/2023	7455-0	130,16
DXC9F63	L002942225	07/12/2023	5185-1	195,23
HKV2H05	L002942136	07/12/2023	5541-2	195,23
EXJ8J39	L002941958	07/12/2023	5568-0	195,23
JRS7580	L002942971	07/12/2023	5185-1	195,23
DRS4464	L002942983	07/12/2023	5550-0	130,16
CYA8A92	L002942893	08/12/2023	5541-2	195,23
QXF9H87	L002942901	08/12/2023	5541-2	195,23

HDF0951	L002940439	08/12/2023	5185-1	195,23
RVJ7G53	L002942319	08/12/2023	6017-5	293,47
QOQ0C80	L002943025	08/12/2023	5452-6	195,23
ANF3A77	L002943045	08/12/2023	5452-1	195,23
HDF0951	L002941721	08/12/2023	5185-1	195,23
CSD8559	L002943055	08/12/2023	5185-1	195,23
RTI5C84	L002942289	08/12/2023	5452-2	195,23
OWK3024	L002939798	08/12/2023	7366-2	130,16
GZV9119	L002943358	08/12/2023	7633-2	293,47
LMF5G96	L002943361	08/12/2023	7633-2	293,47
ENL9453	L002942321	09/12/2023	6530-0	195,23
PVZ5798	L002941681	09/12/2023	5185-1	195,23
OLU0629	L002942332	09/12/2023	7625-2	293,47
HAC5F57	L002941867	09/12/2023	7684-1	130,16
OZO6844	L002943079	09/12/2023	5541-2	195,23
GFJ5B53	L002943081	09/12/2023	5541-2	195,23
HLZ6404	L002943114	09/12/2023	5541-2	195,23
PXZ9566	L002943115	09/12/2023	5541-2	195,23
EMA6H50	L002943118	09/12/2023	5541-2	195,23
OPR3850	L002943119	09/12/2023	5541-2	195,23
RMV3D67	L002941868	10/12/2023	7684-1	130,16
QQB2587	L002942061	10/12/2023	6050-1	293,47
HGR0I68	L002941781	10/12/2023	6041-1	195,23
SIT7G25	L002942425	11/12/2023	5550-0	130,16
SHP8B57	L002942822	11/12/2023	7633-1	293,47
RNY1I07	L002943191	11/12/2023	5541-2	195,23
DIU2422	L002943317	11/12/2023	5568-0	195,23
RFF4C02	L002943319	11/12/2023	5550-0	130,16
OXG5236	P300019813	03/02/2024	7455-0	130,16
SIT2I33	P300030884	03/06/2024	7455-0	130,16
QXU8E45	AG08735451	28/11/2024	5738-0	293,47
QXR7J50	P300061874	02/01/2025	6050-3	293,47
RVX2G71	AG08744590	22/03/2025	7366-2	130,16
RVX2G71	P300071584	24/03/2025	7463-0	195,23
RVX2G71	P300071880	27/03/2025	7471-0	880,41
RVX2G71	P300071981	28/03/2025	7463-0	195,23

RVX2G71	P300071997	28/03/2025	7455-0	130,16
RVX2G71	P300072008	28/03/2025	7463-0	195,23
RVX2G71	P300072085	28/03/2025	7455-0	130,16
RVX2G71	AG08747259	29/03/2025	5207-0	88,38
QOX6968	P300073056	05/04/2025	6050-3	293,47
PWI3434	AG08754919	20/05/2025	6122-0	293,47
SIC1F26	AG08770855	04/10/2025	6122-0	293,47
FBE0E16	AG08770963	05/10/2025	5452-6	195,23
RTC3C49	AG08769509	06/10/2025	7056-1	293,47
QOO6B36	P300092813	11/10/2025	6050-3	293,47
TXG9E74	AG08771216	11/10/2025	5967-0	1467,35
EQF5E65	P300092816	11/10/2025	6050-3	293,47
HHD8465	AG08771603	21/10/2025	7633-1	293,47
GRK0B08	P300112955	06/04/2026	7463-0	195,23
BGZ9368	P300112966	06/04/2026	6050-3	293,47
EMR0I65	P300112959	06/04/2026	7463-0	195,23
OQK8G19	P300112961	06/04/2026	7463-0	195,23
UGK4H05	P300112933	06/04/2026	7455-0	130,16
TXQ5I88	P300112962	06/04/2026	7463-0	195,23
FPI9H26	P300112935	06/04/2026	7455-0	130,16
HIB2242	P300112964	06/04/2026	7463-0	195,23
HCM4576	P300112939	06/04/2026	7455-0	130,16
QQH7H88	P300112942	06/04/2026	7455-0	130,16
SJE0I14	P300112946	06/04/2026	7455-0	130,16
TDZ3D30	P300112947	06/04/2026	7455-0	130,16
LTL4B43	P300112965	06/04/2026	7463-0	195,23

TXO8C90	P300112948	06/04/2026	7455-0	130,16
PVU4G63	P300112949	06/04/2026	7455-0	130,16
HEW0H28	P300112951	06/04/2026	7455-0	130,16
QXU1J96	P300112952	06/04/2026	7455-0	130,16
FLD9H16	P300113633	12/04/2026	7463-0	195,23
DGQ3I29	P300113634	12/04/2026	7463-0	195,23
GDW1G81	P300113636	12/04/2026	7463-0	195,23
PVQ5875	P300113637	12/04/2026	7463-0	195,23
SYX1J59	P300113641	12/04/2026	7463-0	195,23
TCI6J04	P300113630	12/04/2026	6050-3	293,47

DFK8A50	P300113642	12/04/2026	7463-0	195,23
EQT8I72	P300113631	12/04/2026	6050-3	293,47
QYP6G48	P300113645	12/04/2026	7463-0	195,23
GRW7B44	P300113625	12/04/2026	7455-0	130,16
FKR8I09	P300113626	12/04/2026	7455-0	130,16
RMJ8C28	P300113647	12/04/2026	7463-0	195,23
UEG8E93	P300113651	12/04/2026	7455-0	130,16
EYX8F11	P300113652	12/04/2026	7455-0	130,16
FEV0E29	P300113655	12/04/2026	7455-0	130,16
EJF7A53	P300113657	12/04/2026	7463-0	195,23
GWK4365	P300113661	12/04/2026	7455-0	130,16
TXL2I68	P300113663	12/04/2026	7455-0	130,16
HGY3228	P300113666	12/04/2026	7455-0	130,16
OWS9462	P300113668	12/04/2026	7463-0	195,23
FTA7B38	P300113672	12/04/2026	7455-0	130,16
LTL4B43	P300113674	12/04/2026	7463-0	195,23
PWV2G29	P300113675	12/04/2026	7455-0	130,16
OWZ3J14	P300113676	12/04/2026	7455-0	130,16
QQC2J44	P300113677	12/04/2026	7455-0	130,16
NYG3979	P300113679	13/04/2026	7455-0	130,16
PWA3942	P300113709	13/04/2026	7463-0	195,23
CRE7E22	P300113710	13/04/2026	7463-0	195,23
FVV3D90	P300113682	13/04/2026	7455-0	130,16
GCT6I85	P300113683	13/04/2026	7455-0	130,16
BYW7875	P300113711	13/04/2026	7463-0	195,23
TJA1A34	P300113687	13/04/2026	7455-0	130,16
PHD1J98	P300113688	13/04/2026	7455-0	130,16
OQH6850	P300113689	13/04/2026	7455-0	130,16
PUC0765	P300113690	13/04/2026	7455-0	130,16
HAR3031	P300113692	13/04/2026	7455-0	130,16
PUQ4D32	P300113693	13/04/2026	7455-0	130,16
DWS4575	P300113694	13/04/2026	7455-0	130,16
HKO5794	P300113696	13/04/2026	7455-0	130,16
OQP7485	P300113697	13/04/2026	7455-0	130,16
FWA3577	P300113698	13/04/2026	7455-0	130,16
TDZ3D30	P300113701	13/04/2026	7455-0	130,16

FCA9855	P300113703	13/04/2026	7455-0	130,16
LTL4B43	P300113716	13/04/2026	7471-0	880,41
SFW3F34	P300113707	13/04/2026	7455-0	130,16
QPC6I88	P300113708	13/04/2026	7455-0	130,16
LKV5757	P300113719	13/04/2026	7463-0	195,23
FSM7B29	P300113726	13/04/2026	7455-0	130,16
GAI7I68	P300113727	13/04/2026	7455-0	130,16
FOS9F30	P300113739	13/04/2026	7463-0	195,23
SIK3I49	P300113729	13/04/2026	7455-0	130,16
GBI0G38	P300113730	13/04/2026	7455-0	130,16
MKQ1H59	P300113731	13/04/2026	7455-0	130,16
FMM3E39	P300113743	13/04/2026	7455-0	130,16
GTI4G27	P300113744	13/04/2026	7455-0	130,16
PYD0983	P300113746	13/04/2026	7455-0	130,16
ERU9258	P300113748	13/04/2026	7455-0	130,16
FHO7J22	P300113786	13/04/2026	7463-0	195,23
PUH8C71	P300113753	13/04/2026	7455-0	130,16
AUT3G95	P300113764	13/04/2026	7455-0	130,16
PWP1782	P300113788	13/04/2026	7463-0	195,23
GWU4B59	P300113789	13/04/2026	7463-0	195,23
QUU8G10	P300113768	13/04/2026	7455-0	130,16
PYG4G78	P300113771	13/04/2026	7455-0	130,16
RYY1A67	P300113772	13/04/2026	7455-0	130,16
SHS7F83	P300113778	13/04/2026	7455-0	130,16
TEL8F59	P300113779	13/04/2026	7455-0	130,16
OXL0I66	P300113790	13/04/2026	7463-0	195,23
RUG4J06	P300113792	13/04/2026	7463-0	195,23
OXI3128	P300113795	14/04/2026	7455-0	130,16
RUF0J15	P300113799	14/04/2026	7455-0	130,16
HAA4F51	P300113801	14/04/2026	7455-0	130,16
BJM2606	P300113803	14/04/2026	7455-0	130,16
BQU8B36	P300113890	14/04/2026	7463-0	195,23
EMU8G83	P300113808	14/04/2026	7455-0	130,16
HCG3723	P300113809	14/04/2026	7455-0	130,16
DIL2251	P300113810	14/04/2026	7455-0	130,16
QON8645	P300113818	14/04/2026	7455-0	130,16

QNK9013	P300113819	14/04/2026	7455-0	130,16
PMN5B77	P300113892	14/04/2026	7463-0	195,23

HNL2I76	P300113823	14/04/2026	7455-0	130,16
SIC4G07	P300113827	14/04/2026	7455-0	130,16
HOB8730	P300113830	14/04/2026	7455-0	130,16
CPI5479	P300113834	14/04/2026	7455-0	130,16
GYX3052	P300113835	14/04/2026	7455-0	130,16
FGD3G69	P300113837	14/04/2026	7455-0	130,16
TDN7C20	P300113841	14/04/2026	7455-0	130,16
BCX0D22	P300113846	14/04/2026	7455-0	130,16
EYM3148	P300113847	14/04/2026	7455-0	130,16
CCV7101	P300113849	14/04/2026	7455-0	130,16
CIO3451	P300113850	14/04/2026	7455-0	130,16
GET2F42	P300113853	14/04/2026	7455-0	130,16
RNY8I81	P300113857	14/04/2026	7455-0	130,16
BFC0098	P300113859	14/04/2026	7455-0	130,16
GWK4365	P300113861	14/04/2026	7455-0	130,16
FRB0008	P300113862	14/04/2026	7455-0	130,16
GWK3G28	P300113866	14/04/2026	7455-0	130,16
QXS5A42	P300113869	14/04/2026	7455-0	130,16
RTF7G27	P300113870	14/04/2026	7455-0	130,16
TEW8E82	P300113895	14/04/2026	7463-0	195,23
FRB0008	P300113875	14/04/2026	7455-0	130,16
TEW8E82	P300113881	14/04/2026	7455-0	130,16
HJC0G52	P300113883	14/04/2026	7455-0	130,16
EVK4C32	P300113896	14/04/2026	6050-3	293,47
CII0281	P300113897	14/04/2026	7463-0	195,23
HEB7790	P300113898	14/04/2026	6050-3	293,47
DHW7331	P300113887	14/04/2026	7455-0	130,16
AMP4914	P300113889	14/04/2026	7455-0	130,16
SVA8F66	P300113929	15/04/2026	7455-0	130,16
EDX4I74	P300113902	15/04/2026	7455-0	130,16
OWQ4B17	P300113903	15/04/2026	7455-0	130,16
GXI3J26	P300113899	15/04/2026	7463-0	195,23
BOT6548	P300113904	15/04/2026	7455-0	130,16
HAM7C35	P300113906	15/04/2026	7455-0	130,16

EGQ9J50	P300113907	15/04/2026	7455-0	130,16
GFW9H76	P300113908	15/04/2026	7455-0	130,16
EKZ6B22	P300113909	15/04/2026	7455-0	130,16
QUC9I09	P300113910	15/04/2026	7455-0	130,16
TYO4C19	P300113911	15/04/2026	7455-0	130,16
GZJ5I83	P300113912	15/04/2026	7455-0	130,16
OWS6G33	P300113913	15/04/2026	7455-0	130,16
DBF6E75	P300113914	15/04/2026	7455-0	130,16
RMV3B25	P300113915	15/04/2026	7455-0	130,16
AYS3H30	P300113916	15/04/2026	7455-0	130,16
LJZ5366	P300113917	15/04/2026	7455-0	130,16
KWL4058	P300113919	15/04/2026	7455-0	130,16
QQK1828	P300113921	15/04/2026	7455-0	130,16
RUW3D81	P300113924	15/04/2026	7455-0	130,16
TYH4I02	P300113930	15/04/2026	7455-0	130,16
OXL0I66	P300113931	15/04/2026	7455-0	130,16
TTH2J42	P300113932	15/04/2026	7455-0	130,16
TYI3F65	P300113933	15/04/2026	7455-0	130,16
RNC8B70	P300113934	15/04/2026	7455-0	130,16
SIX7I84	P300113935	15/04/2026	7455-0	130,16
HGO9G10	P300113936	15/04/2026	7455-0	130,16
OQZ3795	P300113938	15/04/2026	7455-0	130,16
QOK9H29	P300113939	15/04/2026	7455-0	130,16
HAD2493	P300113941	15/04/2026	7455-0	130,16
BEI3F53	P300113944	15/04/2026	7455-0	130,16
OPM5H52	P300113945	15/04/2026	7455-0	130,16
GUX7345	P300113946	15/04/2026	7455-0	130,16
DLS3H35	P300113947	15/04/2026	7455-0	130,16
FGD3G69	P300113948	15/04/2026	7455-0	130,16
OLY7633	P300113950	15/04/2026	7455-0	130,16
QPK7A32	P300113951	15/04/2026	7455-0	130,16
RTK3B02	P300113952	15/04/2026	7455-0	130,16
TEK1J67	P300113953	15/04/2026	7455-0	130,16
PXF6043	P300113954	15/04/2026	7455-0	130,16
RTR0D55	P300113955	15/04/2026	7455-0	130,16
FMR9F26	P300113958	15/04/2026	7455-0	130,16

FLJ2B98	P300113959	15/04/2026	7455-0	130,16
FBR1F97	P300113960	15/04/2026	7455-0	130,16
QOK4H68	P300113961	15/04/2026	7455-0	130,16
QON3C86	P300113962	15/04/2026	7455-0	130,16
PUC5H74	P300113963	15/04/2026	7455-0	130,16
TKE6A95	P300113964	15/04/2026	7455-0	130,16
PUO7D35	P300113968	15/04/2026	7455-0	130,16
BOT6548	P300113969	15/04/2026	7455-0	130,16
HGY3686	P300113970	15/04/2026	7455-0	130,16
TXG6G89	P300113971	15/04/2026	7455-0	130,16
AXV8F13	P300113972	15/04/2026	7455-0	130,16
FMP5J52	P300113973	15/04/2026	7455-0	130,16
QPJ1D46	P300113974	15/04/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300113975	15/04/2026	7455-0	130,16
GEG5B58	P300113977	15/04/2026	7455-0	130,16
RFK3H77	P300113978	15/04/2026	7455-0	130,16

EAX6J81	P300113979	15/04/2026	7455-0	130,16
RTC3H15	P300113980	15/04/2026	7463-0	195,23
FMJ8I26	P300113983	15/04/2026	7455-0	130,16
TEG4C48	P300113984	15/04/2026	7455-0	130,16
KWX9277	P300113985	15/04/2026	7455-0	130,16
RHP4J92	P300113986	15/04/2026	7455-0	130,16
HIP2A35	P300113987	15/04/2026	7455-0	130,16
RFJ0I39	P300113990	15/04/2026	7463-0	195,23
PVN1325	P300113991	15/04/2026	7455-0	130,16
EFN6I06	P300113927	15/04/2026	6050-3	293,47
EOX1I77	P300113994	15/04/2026	7455-0	130,16
RNF2D70	P300113928	15/04/2026	6050-3	293,47
EOX1I77	P300113995	15/04/2026	7463-0	195,23
PZD1479	P300113997	15/04/2026	7455-0	130,16
EAN8J42	P300113998	15/04/2026	7455-0	130,16
QMY9E70	P300113999	15/04/2026	7455-0	130,16
TXC2D84	P300114006	16/04/2026	7455-0	130,16
QOH6A26	P300114000	16/04/2026	6050-3	293,47
QMW1A10	P300114008	16/04/2026	7455-0	130,16
CEN3689	P300114009	16/04/2026	7455-0	130,16

QQH7F64	P300114011	16/04/2026	7455-0	130,16
GXF5A64	P300114012	16/04/2026	7463-0	195,23
RVB2A99	P300114013	16/04/2026	7455-0	130,16
GUD6J61	P300114014	16/04/2026	7455-0	130,16
FRB0008	P300114015	16/04/2026	7455-0	130,16
FGD3G69	P300114016	16/04/2026	7463-0	195,23
RUY0J21	P300114017	16/04/2026	7455-0	130,16
GZB1E16	P300114020	16/04/2026	7455-0	130,16
TER2C47	P300114024	16/04/2026	7455-0	130,16
QOT5B81	P300114026	16/04/2026	7455-0	130,16
QWY3A69	P300114027	16/04/2026	7455-0	130,16
RFB1H38	P300114028	16/04/2026	7455-0	130,16
DSJ0I10	P300114029	16/04/2026	7455-0	130,16
FNE0780	P300114030	16/04/2026	7455-0	130,16
FRB0008	P300114031	16/04/2026	7455-0	130,16
FDP3D29	P300114032	16/04/2026	7455-0	130,16
EEE2B02	P300114034	16/04/2026	7455-0	130,16
OOY3165	P300114035	16/04/2026	7455-0	130,16
RUC8A90	P300114036	16/04/2026	7463-0	195,23
EUD7B55	P300114037	16/04/2026	7455-0	130,16
TCM4C07	P300114038	16/04/2026	7463-0	195,23
HNL9495	P300114039	16/04/2026	7455-0	130,16
DWE6B51	P300114040	16/04/2026	7455-0	130,16
TDA0B99	P300114041	16/04/2026	7463-0	195,23
FRB0008	P300114042	16/04/2026	7455-0	130,16
TEG4C48	P300114043	16/04/2026	7455-0	130,16
FEH2192	P300114044	16/04/2026	7455-0	130,16
SIZ5I40	P300114046	16/04/2026	7455-0	130,16
CLQ3I21	P300114047	16/04/2026	7455-0	130,16
SIP9H23	P300114048	16/04/2026	7455-0	130,16
FRB0008	P300114050	16/04/2026	7455-0	130,16
PVD4556	P300114051	16/04/2026	7455-0	130,16
TWZ4F83	P300114052	16/04/2026	7455-0	130,16
TXS0A05	P300114053	16/04/2026	7455-0	130,16
PUB1G71	P300114054	16/04/2026	7455-0	130,16
TXU7B70	P300114055	16/04/2026	7471-0	880,41

FTC8C03	P300114001	16/04/2026	6050-3	293,47
JYS3193	P300114002	16/04/2026	6050-3	293,47
DAL3E67	P300114056	16/04/2026	7455-0	130,16
EDE9H84	P300114003	16/04/2026	6050-3	293,47
RUZ3C87	P300114057	16/04/2026	7463-0	195,23
REG8A47	P300114059	16/04/2026	7455-0	130,16
GST8600	P300114060	16/04/2026	7455-0	130,16
FWP2F10	P300114062	16/04/2026	7455-0	130,16
PVG7A87	P300114063	16/04/2026	7455-0	130,16
SYI7I91	P300114064	16/04/2026	7463-0	195,23
FWP2F10	P300114065	16/04/2026	7463-0	195,23
QSO9F51	P300114066	16/04/2026	7455-0	130,16
TDM9D26	P300114068	16/04/2026	7455-0	130,16
QEW1C12	P300114069	16/04/2026	7463-0	195,23
BQF3080	P300114070	16/04/2026	7455-0	130,16
PVW3G63	P300114071	16/04/2026	7455-0	130,16
HNB3546	P300114072	16/04/2026	7455-0	130,16
PYS7465	P300114073	16/04/2026	7455-0	130,16
GCI7I66	P300114074	16/04/2026	7455-0	130,16
QNJ0522	P300114075	16/04/2026	7455-0	130,16
QIK7529	P300114076	16/04/2026	7455-0	130,16
GUP3D22	P300114077	16/04/2026	7455-0	130,16
PYN5I69	P300114079	16/04/2026	7455-0	130,16
FPK1F05	P300114080	16/04/2026	7455-0	130,16
TLR1F39	P300114081	16/04/2026	7455-0	130,16
FXQ5G55	P300114082	16/04/2026	7455-0	130,16
SYD6D13	P300114083	16/04/2026	7455-0	130,16
FXZ4946	P300114084	16/04/2026	7455-0	130,16
HNH5496	P300114085	16/04/2026	7455-0	130,16
SHY8F59	P300114086	16/04/2026	7455-0	130,16

FVK8I69	P300114087	16/04/2026	7455-0	130,16
SJD4F06	P300114088	16/04/2026	7455-0	130,16
TYO4C19	P300114089	16/04/2026	7455-0	130,16
HIV3E33	P300114091	16/04/2026	7455-0	130,16
TEU8J43	P300114092	16/04/2026	7455-0	130,16
PZA4J64	P300114093	16/04/2026	7455-0	130,16

SID2G23	P300114213	16/04/2026	7471-0	880,41
TDV4C48	P300114095	16/04/2026	7455-0	130,16
FGD7489	P300114096	16/04/2026	7455-0	130,16
OLZ1241	P300114097	16/04/2026	7455-0	130,16
TCX1G15	P300114098	16/04/2026	7455-0	130,16
EFZ9725	P300114099	16/04/2026	7455-0	130,16
OQP7485	P300114214	16/04/2026	7463-0	195,23
GMQ1277	P300114215	16/04/2026	7471-0	880,41
TDJ7I21	P300114102	16/04/2026	7455-0	130,16
QQK1828	P300114104	16/04/2026	7455-0	130,16
DBF6E75	P300114105	16/04/2026	7455-0	130,16
EZF5H30	P300114216	16/04/2026	7463-0	195,23
HAY5812	P300114217	16/04/2026	7463-0	195,23
SIL7A74	P300114106	16/04/2026	7455-0	130,16
ERQ6A52	P300114219	16/04/2026	7463-0	195,23
BJM2606	P300114228	17/04/2026	7463-0	195,23
QXU6A64	P300114171	17/04/2026	7455-0	130,16
RUO4B64	P300114172	17/04/2026	7455-0	130,16
JPD8F29	P300114173	17/04/2026	7455-0	130,16
DKU8F29	P300114174	17/04/2026	7455-0	130,16
OXG5244	P300114175	17/04/2026	7455-0	130,16
RVH1E20	P300114177	17/04/2026	7455-0	130,16
FFS7I36	P300114178	17/04/2026	7455-0	130,16
MVE1408	P300114229	17/04/2026	7463-0	195,23
TBZ1D31	P300114180	17/04/2026	7455-0	130,16
GQZ3179	P300114181	17/04/2026	7455-0	130,16
LQY9J48	P300114218	17/04/2026	7463-0	195,23
QQK1828	P300114182	17/04/2026	7455-0	130,16
RTF8J88	P300114183	17/04/2026	7455-0	130,16
GYX3D48	P300114184	17/04/2026	7455-0	130,16
EWE5602	P300114185	17/04/2026	7455-0	130,16
SYE7G87	P300114186	17/04/2026	7455-0	130,16
GBS6118	P300114187	17/04/2026	7455-0	130,16
OPE7D83	P300114188	17/04/2026	7455-0	130,16
QPM3681	P300114189	17/04/2026	7455-0	130,16
RNV9B33	P300114190	17/04/2026	7455-0	130,16

GYX3D48	P300114191	17/04/2026	7455-0	130,16
SYO2A87	P300114193	17/04/2026	7455-0	130,16
QON8645	P300114194	17/04/2026	7455-0	130,16
SHE2H52	P300114195	17/04/2026	7455-0	130,16
QQK1828	P300114196	17/04/2026	7455-0	130,16
MMA2B28	P300114197	17/04/2026	7455-0	130,16
FMZ9G77	P300114198	17/04/2026	7455-0	130,16
EXX9C92	P300114199	17/04/2026	7455-0	130,16
FVI5994	P300114200	17/04/2026	7455-0	130,16
LTU4J15	P300114203	17/04/2026	7455-0	130,16
FRX7G42	P300114204	17/04/2026	7455-0	130,16
BZA4J93	P300114205	17/04/2026	7455-0	130,16
RFY3A42	P300114206	17/04/2026	7455-0	130,16
TCU8D00	P300114220	17/04/2026	7463-0	195,23
CNE2D76	P300114208	17/04/2026	7455-0	130,16
UDE1H69	P300114107	17/04/2026	7455-0	130,16
QQP3G80	P300114108	17/04/2026	7455-0	130,16
FXJ5A64	P300114221	17/04/2026	7463-0	195,23
PUU6H77	P300114109	17/04/2026	7455-0	130,16
TET3A88	P300114222	17/04/2026	7463-0	195,23
TDC1A16	P300114110	17/04/2026	7455-0	130,16
PUR6A49	P300114111	17/04/2026	7455-0	130,16
DXG3F76	P300114112	17/04/2026	7455-0	130,16
MCH8B75	P300114113	17/04/2026	7455-0	130,16
DPF8538	P300114118	17/04/2026	7455-0	130,16
OPR9A47	P300114223	17/04/2026	7463-0	195,23
OPP1C16	P300114120	17/04/2026	7455-0	130,16
FAG4766	P300114123	17/04/2026	7455-0	130,16
ETJ8J56	P300114125	17/04/2026	7455-0	130,16
EIC5E13	P300114126	17/04/2026	7455-0	130,16
GBY8E26	P300114127	17/04/2026	7455-0	130,16
NFK8I31	P300114128	17/04/2026	7455-0	130,16
TEC0F26	P300114129	17/04/2026	7455-0	130,16
REG8A47	P300114133	17/04/2026	7455-0	130,16
AUA6J35	P300114134	17/04/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300114135	17/04/2026	7455-0	130,16

HJI3G12	P300114136	17/04/2026	7455-0	130,16
FOS9F30	P300114137	17/04/2026	7455-0	130,16
NWR3G38	P300114138	17/04/2026	7455-0	130,16
GST8600	P300114141	17/04/2026	7455-0	130,16
QMZ4H26	P300114224	17/04/2026	7463-0	195,23
DKT2761	P300114143	17/04/2026	7455-0	130,16

ODD2205	P300114144	17/04/2026	7455-0	130,16
FKS7J06	P300114225	17/04/2026	7463-0	195,23
PCF9I31	P300114145	17/04/2026	7455-0	130,16
EXN8H44	P300114226	17/04/2026	7463-0	195,23
QXI5I24	P300114146	17/04/2026	7455-0	130,16
BBS4F80	P300114147	17/04/2026	7455-0	130,16
PVM0380	P300114148	17/04/2026	7455-0	130,16
HDB0064	P300114149	17/04/2026	7455-0	130,16
PXF3543	P300114150	17/04/2026	7455-0	130,16
TCN5C68	P300114152	17/04/2026	7455-0	130,16
SCP4F38	P300114227	17/04/2026	7463-0	195,23
QQT7J68	P300114153	17/04/2026	7455-0	130,16
DQE4126	P300114154	17/04/2026	7455-0	130,16
HJD8995	P300114155	17/04/2026	7455-0	130,16
TYE3G91	P300114156	17/04/2026	7455-0	130,16
QPT1610	P300114157	17/04/2026	7455-0	130,16
QWX3B40	P300114158	17/04/2026	7455-0	130,16
FTQ3I81	P300114159	17/04/2026	7455-0	130,16
LQO3J09	P300114160	17/04/2026	7455-0	130,16
EON3F87	P300114161	17/04/2026	7455-0	130,16
TCP6F85	P300114162	17/04/2026	7455-0	130,16
APJ5I25	P300114163	17/04/2026	7455-0	130,16
CBO6950	P300114164	17/04/2026	7455-0	130,16
QOC2J02	P300114209	17/04/2026	6050-3	293,47
QMT7559	P300114165	17/04/2026	7455-0	130,16
HJD8024	P300114166	17/04/2026	7455-0	130,16
PZG9C06	P300114167	17/04/2026	7455-0	130,16
BZA4J93	P300114168	17/04/2026	7455-0	130,16
PXH3D33	P300114210	17/04/2026	6050-3	293,47
RFB7I29	P300114211	17/04/2026	6050-3	293,47

KHR1B94	P300114212	17/04/2026	6050-3	293,47
LGM5134	AG08785338	18/04/2026	5185-1	195,23
EHG4314	AG08785339	18/04/2026	6122-0	293,47
TDA8I49	P300114236	18/04/2026	7455-0	130,16
PUM6F84	P300114237	18/04/2026	7455-0	130,16
GHC6G05	P300114238	18/04/2026	7455-0	130,16
TCF6H64	P300114239	18/04/2026	7455-0	130,16
CTJ1419	P300114240	18/04/2026	7455-0	130,16
BWV5B03	P300114241	18/04/2026	7455-0	130,16
UDE1H69	P300114242	18/04/2026	7463-0	195,23
FJM4235	P300114245	18/04/2026	7455-0	130,16
QVH6A78	P300114247	18/04/2026	7463-0	195,23
SJF7E42	P300114248	18/04/2026	7455-0	130,16
PXG0551	P300114249	18/04/2026	7455-0	130,16
BDE3I94	P300114250	18/04/2026	7455-0	130,16
ETJ2270	P300114253	18/04/2026	7463-0	195,23
RME0F93	P300114254	18/04/2026	7455-0	130,16
PVA4G79	P300114256	18/04/2026	7455-0	130,16
IYR2D27	P300114258	18/04/2026	7455-0	130,16
PFW1D89	P300114259	18/04/2026	7455-0	130,16
PAP0C01	P300114260	18/04/2026	7455-0	130,16
QPN0D93	P300114262	18/04/2026	7455-0	130,16
HRY5270	P300114263	18/04/2026	7455-0	130,16
RMP2H33	P300114283	18/04/2026	7463-0	195,23
BJM2606	P300114264	18/04/2026	7455-0	130,16
FUA7H99	P300114265	18/04/2026	7455-0	130,16
GST8600	P300114266	18/04/2026	7455-0	130,16
QND3H87	P300114268	18/04/2026	7455-0	130,16
SYI7H97	P300114284	18/04/2026	7463-0	195,23
GUE5E46	P300114270	18/04/2026	7455-0	130,16
HHD9074	P300114271	18/04/2026	7455-0	130,16
EZM4814	P300114272	18/04/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300114274	18/04/2026	7455-0	130,16
QQW5I84	P300114275	18/04/2026	7455-0	130,16
TYH6F58	P300114276	18/04/2026	7455-0	130,16
TYK2A10	P300114278	18/04/2026	7455-0	130,16

TIX7F61	P300114279	18/04/2026	7455-0	130,16
QUU6B42	P300114285	18/04/2026	7463-0	195,23
RUO7D07	P300114281	18/04/2026	7455-0	130,16
GGL4G98	P300114282	18/04/2026	7455-0	130,16
EDM2270	P300114287	18/04/2026	7455-0	130,16
RVJ7G58	P300114292	18/04/2026	7455-0	130,16
TCI7D19	P300114293	18/04/2026	7455-0	130,16
OQE2F41	P300114339	18/04/2026	7463-0	195,23
GBQ1D18	P300114340	18/04/2026	7463-0	195,23
OMC4976	P300114230	18/04/2026	6050-3	293,47
ERB7962	P300114231	18/04/2026	6050-3	293,47
LQV8E19	P300114232	18/04/2026	6050-3	293,47
CAG8B95	P300114233	18/04/2026	6050-3	293,47
GUY6273	P300114296	18/04/2026	7455-0	130,16
QNQ5243	P300114341	18/04/2026	7463-0	195,23
BQX9H31	P300114297	18/04/2026	7455-0	130,16
RNI9C22	P300114234	18/04/2026	6050-3	293,47
HHD8A95	P300114299	18/04/2026	7455-0	130,16
MQM5H73	P300114235	18/04/2026	6050-3	293,47
LCY9861	P300114300	18/04/2026	7455-0	130,16

OXL0I66	P300114301	18/04/2026	7455-0	130,16
QUI9501	P300114302	18/04/2026	7455-0	130,16
FWA3577	P300114303	18/04/2026	7455-0	130,16
GKI7C21	P300114304	18/04/2026	7455-0	130,16
QMX5295	P300114307	18/04/2026	7455-0	130,16
LNS2594	P300114308	18/04/2026	7455-0	130,16
DMN6I59	P300114342	18/04/2026	7463-0	195,23
HBJ9839	P300114343	18/04/2026	7463-0	195,23
RFW4D16	P300114344	18/04/2026	7463-0	195,23
MJK6555	P300114309	18/04/2026	7455-0	130,16
HMV2F10	P300114310	18/04/2026	7455-0	130,16
EGA7G16	P300114311	18/04/2026	7455-0	130,16
PXT0D71	P300114312	18/04/2026	7455-0	130,16
UAI3H08	P300114313	18/04/2026	7455-0	130,16
FAP7F19	P300114314	18/04/2026	7455-0	130,16
GEC0908	P300114315	18/04/2026	7455-0	130,16

PVN1325	P300114316	18/04/2026	7455-0	130,16
SSX3B43	P300114317	18/04/2026	7455-0	130,16
GJU9D72	P300114318	18/04/2026	7455-0	130,16
HCT6A48	P300114321	18/04/2026	7455-0	130,16
TCA2B93	P300114322	18/04/2026	7455-0	130,16
FSH1B15	P300114323	18/04/2026	7455-0	130,16
TEE3F98	P300114345	18/04/2026	7471-0	880,41
SHK1B74	P300114324	18/04/2026	7455-0	130,16
FOU6E84	P300114325	18/04/2026	7455-0	130,16
HAX3231	P300114327	18/04/2026	7455-0	130,16
QQP5I74	P300114328	18/04/2026	7455-0	130,16
DNQ4309	P300114329	18/04/2026	7455-0	130,16
SWQ1B99	P300114346	18/04/2026	7463-0	195,23
QQK3G03	P300114347	18/04/2026	7463-0	195,23
OVJ1A66	P300114331	18/04/2026	7455-0	130,16
QPN0348	P300114332	18/04/2026	7455-0	130,16
TCC1H79	P300114333	18/04/2026	7455-0	130,16
ERQ9B10	P300114334	18/04/2026	7455-0	130,16
SYE6A80	P300114335	18/04/2026	7455-0	130,16
RTJ5H52	P300114348	18/04/2026	7463-0	195,23
HOI0110	P300114337	18/04/2026	7455-0	130,16
FTQ3I81	P300114405	19/04/2026	7455-0	130,16
RNB7C56	P300114407	19/04/2026	7455-0	130,16
TEP3D78	P300114418	19/04/2026	7455-0	130,16
OQX2B10	P300114419	19/04/2026	7455-0	130,16
SHO2B41	P300114420	19/04/2026	7455-0	130,16
SIR7F09	P300114423	19/04/2026	7455-0	130,16
DQQ0H71	P300114424	19/04/2026	7455-0	130,16
SGV3I24	P300114425	19/04/2026	7455-0	130,16
DXY6D58	P300114429	19/04/2026	7455-0	130,16
HLR9C07	P300114430	19/04/2026	7455-0	130,16
TEK5A96	P300114431	19/04/2026	7455-0	130,16
TDY4H54	P300114432	19/04/2026	7455-0	130,16
HAX3231	P300114433	19/04/2026	7455-0	130,16
QPL3858	P300114434	19/04/2026	7455-0	130,16
CCP3J33	P300114435	19/04/2026	7455-0	130,16

TYC3C69	P300114349	19/04/2026	7455-0	130,16
TZD5J58	P300114351	19/04/2026	7455-0	130,16
HNT7C79	P300114352	19/04/2026	7455-0	130,16
FEB1G58	P300114353	19/04/2026	7455-0	130,16
RTN2A82	P300114354	19/04/2026	7455-0	130,16
PWN3299	P300114356	19/04/2026	7455-0	130,16
SYV4C50	P300114441	19/04/2026	7463-0	195,23
HLY8J74	P300114359	19/04/2026	7455-0	130,16
KYM0324	P300114362	19/04/2026	7455-0	130,16
HJH8H56	P300114366	19/04/2026	7455-0	130,16
GKS3309	P300114368	19/04/2026	7455-0	130,16
GDC2635	P300114369	19/04/2026	7455-0	130,16
SHR6A07	P300114372	19/04/2026	7455-0	130,16
FLC9300	P300114376	19/04/2026	7455-0	130,16
HES7075	P300114443	19/04/2026	7463-0	195,23
GXS9463	P300114379	19/04/2026	7455-0	130,16
PVI2C21	P300114380	19/04/2026	7455-0	130,16
KPT8H94	P300114381	19/04/2026	7455-0	130,16
FPE9H45	P300114382	19/04/2026	7455-0	130,16
HMN9A10	P300114383	19/04/2026	7455-0	130,16
KQY7H79	P300114388	19/04/2026	7455-0	130,16
GVG7829	P300114390	19/04/2026	7455-0	130,16
FYC5B00	P300114392	19/04/2026	7455-0	130,16
TEC8A40	P300114394	19/04/2026	7455-0	130,16
FHE9G96	P300114395	19/04/2026	7455-0	130,16
QQM5G80	P300114439	19/04/2026	6050-3	293,47
CYI0570	P300114396	19/04/2026	7455-0	130,16
TYL4J53	P300114400	19/04/2026	7455-0	130,16
CPS8224	AG08786303	20/04/2026	5185-1	195,23
MTT2392	AG08786304	20/04/2026	5185-1	195,23
PWY6335	AG08785466	20/04/2026	5010-0	880,41
STO9D25	AG08785467	20/04/2026	6050-1	293,47
STO9D25	AG08785469	20/04/2026	6270-0	195,23
EZM4814	AG08785975	20/04/2026	5550-0	130,16

SIS9I76	AG08785976	20/04/2026	5550-0	130,16
HHK2E10	AG08785977	20/04/2026	5550-0	130,16

SIH8C13	AG08787182	20/04/2026	5541-2	195,23
GXF8882	AG08787184	20/04/2026	5541-2	195,23
HNO3485	AG08787191	20/04/2026	5541-2	195,23
FHP7238	AG08787192	20/04/2026	5541-2	195,23
FPJ5J01	AG08787195	20/04/2026	5541-2	195,23
EZV6020	AG08787197	20/04/2026	5541-2	195,23
TYF3I52	AG08785978	20/04/2026	5452-2	195,23
UFS6G44	AG08787363	20/04/2026	5541-2	195,23
PWQ9519	AG08787370	20/04/2026	5541-2	195,23
FSB5B96	AG08787371	20/04/2026	5541-2	195,23
SDU5E68	AG08787372	20/04/2026	5541-2	195,23
QXU4D25	AG08787373	20/04/2026	5541-2	195,23
FXW4B49	AG08787374	20/04/2026	5541-2	195,23
OPI9704	AG08787375	20/04/2026	5541-2	195,23
OMD9486	AG08787376	20/04/2026	5541-2	195,23
HJF6731	AG08787377	20/04/2026	5541-2	195,23
OWO9181	AG08787378	20/04/2026	5541-2	195,23
OLO5924	AG08787379	20/04/2026	5541-2	195,23
OQP4647	AG08787380	20/04/2026	5541-2	195,23
LRS7H42	AG08787383	20/04/2026	5541-2	195,23
AUU9642	AG08787384	20/04/2026	5541-2	195,23
PYE5407	AG08787386	20/04/2026	5541-2	195,23
FGJ5161	AG08786559	20/04/2026	6050-2	293,47
DFO4480	AG08787413	20/04/2026	5185-1	195,23
HHF6E41	AG08787415	20/04/2026	5185-1	195,23
FGW4F80	AG08787416	20/04/2026	5185-1	195,23
EDR7J10	AG08787420	20/04/2026	5185-1	195,23
AXG1E75	AG08787422	20/04/2026	5185-1	195,23
HAM8323	AG08787423	20/04/2026	5185-1	195,23
GWK3G28	AG08787425	20/04/2026	5185-1	195,23
OXK8H23	AG08787426	20/04/2026	5185-1	195,23
RFP3G07	AG08787427	20/04/2026	5185-1	195,23
PZM3C33	AG08787429	20/04/2026	5185-1	195,23
PXL7H78	P300114463	20/04/2026	7455-0	130,16
TBV2J88	P300114450	20/04/2026	7471-0	880,41
SIL7A74	P300114469	20/04/2026	7455-0	130,16

QMT7C60	P300114475	20/04/2026	7455-0	130,16
FKU8G53	P300114453	20/04/2026	7463-0	195,23
HOF8I55	P300114480	20/04/2026	7455-0	130,16
FQA8235	P300114484	20/04/2026	7455-0	130,16
BBS6G21	P300114486	20/04/2026	7455-0	130,16
PZE1389	P300114487	20/04/2026	7455-0	130,16
HHX4791	P300114490	20/04/2026	7455-0	130,16
DRK6A44	P300114491	20/04/2026	7455-0	130,16
SYJ4I01	P300114496	20/04/2026	7455-0	130,16
FRY9B00	P300114497	20/04/2026	7455-0	130,16
SIY4B63	P300114499	20/04/2026	7455-0	130,16
HES6E68	P300114503	20/04/2026	7455-0	130,16
HNV1011	P300114507	20/04/2026	7455-0	130,16
TYL4J53	P300114457	20/04/2026	7463-0	195,23
FWH4J13	P300114512	20/04/2026	7455-0	130,16
CQF8B34	P300114513	20/04/2026	7455-0	130,16
DLZ2B14	P300114514	20/04/2026	7455-0	130,16
FIW3G70	P300114516	20/04/2026	7455-0	130,16
TTQ0H53	P300114517	20/04/2026	7455-0	130,16
DDO2C50	P300114447	20/04/2026	6050-3	293,47
UIW4G48	P300114521	20/04/2026	7455-0	130,16
NLQ9677	P300114522	20/04/2026	7455-0	130,16
CPX9827	P300114448	20/04/2026	6050-3	293,47
RIR2I03	P300114449	20/04/2026	6050-3	293,47
QRL4E74	P300114524	20/04/2026	7455-0	130,16
TDB1A10	P300114525	20/04/2026	7455-0	130,16
SYD2B06	P300114527	20/04/2026	7455-0	130,16
GII8C25	P300114528	20/04/2026	7455-0	130,16
EDO3J00	P300114530	20/04/2026	7455-0	130,16
UFI1E61	P300114451	20/04/2026	7471-0	880,41
TBV2J88	P300114535	20/04/2026	7455-0	130,16
HJT0I93	P300114537	20/04/2026	7455-0	130,16
HBE3762	P300114541	20/04/2026	7455-0	130,16
HAX3231	P300114543	20/04/2026	7455-0	130,16
PWI6D73	P300114544	20/04/2026	7455-0	130,16
FMB8C01	P300114545	20/04/2026	7455-0	130,16

FZV2346	P300114548	20/04/2026	7455-0	130,16
FLS1E36	P300114549	20/04/2026	7455-0	130,16
FUJ7C24	P300114552	20/04/2026	7455-0	130,16
TLJ9A75	P300114553	20/04/2026	7455-0	130,16
RJO0C50	P300114554	20/04/2026	7455-0	130,16
GGO7H91	P300114557	20/04/2026	7455-0	130,16
RTW4B64	P300114461	20/04/2026	7463-0	195,23
FSU9J63	P300114603	21/04/2026	7455-0	130,16
FEV4238	P300114606	21/04/2026	7455-0	130,16
AZE5H09	P300114608	21/04/2026	7455-0	130,16

MDD6F07	P300114609	21/04/2026	7455-0	130,16
KKS1F58	P300114610	21/04/2026	7455-0	130,16
NWB0I74	P300114612	21/04/2026	7455-0	130,16
STF8I54	P300114614	21/04/2026	7455-0	130,16
DCB0B14	P300114567	21/04/2026	7463-0	195,23
GFM3J21	P300114616	21/04/2026	7455-0	130,16
HJT4649	P300114618	21/04/2026	7455-0	130,16
HGB0265	P300114620	21/04/2026	7455-0	130,16
GFV1C81	P300114622	21/04/2026	7455-0	130,16
HDF2B62	P300114623	21/04/2026	7455-0	130,16
HES7A08	P300114628	21/04/2026	7455-0	130,16
OXK5541	P300114629	21/04/2026	7455-0	130,16
RHI1I59	P300114640	21/04/2026	7455-0	130,16
TDV8G70	P300114641	21/04/2026	7455-0	130,16
FOX6C14	P300114643	21/04/2026	7455-0	130,16
GFX0B30	P300114647	21/04/2026	7455-0	130,16
CKS4F17	P300114728	21/04/2026	7455-0	130,16
RNM2A69	P300114729	21/04/2026	7455-0	130,16
ELA4I78	P300114730	21/04/2026	7455-0	130,16
TYC5B39	P300114732	21/04/2026	7455-0	130,16
DCU9D26	P300114744	21/04/2026	7455-0	130,16
RFS5I06	P300114751	21/04/2026	7455-0	130,16
RMQ0F81	P300114753	21/04/2026	7455-0	130,16
SYE5F01	P300114754	21/04/2026	7455-0	130,16
TCI3A96	P300114757	21/04/2026	7455-0	130,16
PXF6043	P300114758	21/04/2026	7455-0	130,16

TXO1B84	P300114777	21/04/2026	7463-0	195,23
DVN8155	P300114780	21/04/2026	7455-0	130,16
GAR2G84	P300114573	21/04/2026	7455-0	130,16
FMO3896	P300114576	21/04/2026	7455-0	130,16
DMC6I90	P300114578	21/04/2026	7455-0	130,16
EPD2F54	P300114561	21/04/2026	7463-0	195,23
SDY7C41	P300114562	21/04/2026	7463-0	195,23
RUD1B68	P300114590	21/04/2026	7455-0	130,16
SWF3D42	P300114595	21/04/2026	7455-0	130,16
PIY3F39	P300114597	21/04/2026	7455-0	130,16
RMZ9G32	P300114598	21/04/2026	7455-0	130,16
OPT5046	P300114719	22/04/2026	7455-0	130,16
RNB7J53	P300114723	22/04/2026	7455-0	130,16
OQL2C06	P300114724	22/04/2026	7455-0	130,16
PXD4886	P300114726	22/04/2026	7455-0	130,16
RTW2D09	P300114727	22/04/2026	7455-0	130,16
GXF5935	P300114738	22/04/2026	7455-0	130,16
TDY4G92	P300114742	22/04/2026	7463-0	195,23
FUJ7C24	P300114762	22/04/2026	7463-0	195,23
QQK1828	P300114763	22/04/2026	7455-0	130,16
GIL5E62	P300114764	22/04/2026	7455-0	130,16
OPB5904	P300114768	22/04/2026	7455-0	130,16
OWS6G33	P300114770	22/04/2026	7455-0	130,16
QXV1F17	P300114771	22/04/2026	7455-0	130,16
DNT2501	P300114773	22/04/2026	7455-0	130,16
QQC1840	P300114774	22/04/2026	7455-0	130,16
QQK1828	P300114776	22/04/2026	7455-0	130,16
FCS9C74	P300114782	22/04/2026	7455-0	130,16
QXM0415	P300114783	22/04/2026	7455-0	130,16
PWP6415	P300114785	22/04/2026	7455-0	130,16
RCH8B24	P300114792	22/04/2026	7455-0	130,16
GAZ6H25	P300114794	22/04/2026	7463-0	195,23
RUY0F41	P300114797	22/04/2026	7455-0	130,16
EEK0438	P300114799	22/04/2026	7455-0	130,16
RNX9E65	P300114801	22/04/2026	7455-0	130,16
RHO3G80	P300114802	22/04/2026	7455-0	130,16

EWU8F48	P300114803	22/04/2026	7455-0	130,16
UBD2F10	P300114805	22/04/2026	7455-0	130,16
PHJ6D15	P300114806	22/04/2026	7455-0	130,16
FCK2J27	P300114807	22/04/2026	7455-0	130,16
TKE6A95	P300114814	22/04/2026	7455-0	130,16
SUC5J05	P300114817	22/04/2026	7455-0	130,16
SFE3A31	P300114818	22/04/2026	7455-0	130,16
SBY6B58	P300114821	22/04/2026	7455-0	130,16
HME1F93	P300114822	22/04/2026	7455-0	130,16
EOV1B15	P300114823	22/04/2026	7455-0	130,16
FIC5G71	P300114826	22/04/2026	7455-0	130,16
CQF8B34	P300114828	22/04/2026	7455-0	130,16
PUF7346	P300114829	22/04/2026	7455-0	130,16
FKO3031	P300114833	22/04/2026	7455-0	130,16
QQT7J68	P300114834	22/04/2026	7455-0	130,16
CVM7385	P300114835	22/04/2026	7455-0	130,16
HKP3I15	P300114838	22/04/2026	6050-3	293,47
EEJ9282	P300114840	22/04/2026	7455-0	130,16
ONP6I02	P300114841	22/04/2026	6050-3	293,47
FFR7B02	P300114846	23/04/2026	7455-0	130,16
SHH3F52	P300114847	23/04/2026	7455-0	130,16
GEL8C17	P300114850	23/04/2026	7455-0	130,16
FTQ9A26	P300114851	23/04/2026	7455-0	130,16
RAT1G47	P300114855	23/04/2026	7455-0	130,16

CDR8E86	P300114857	23/04/2026	7455-0	130,16
RNV1I37	P300114861	23/04/2026	7463-0	195,23
SYR4F58	P300114862	23/04/2026	7455-0	130,16
TDE5B60	P300114863	23/04/2026	7455-0	130,16
RNV9B33	P300114864	23/04/2026	7455-0	130,16
QQK1828	P300114865	23/04/2026	7455-0	130,16
QNC1232	P300114866	23/04/2026	7455-0	130,16
HHF6848	P300114652	23/04/2026	7455-0	130,16
SYW1I98	P300114654	23/04/2026	7455-0	130,16
PZQ2E21	P300114656	23/04/2026	7463-0	195,23
FOC5379	P300114658	23/04/2026	7455-0	130,16
FDC9G17	P300114663	23/04/2026	7471-0	880,41

DYF0J44	P300114665	23/04/2026	7455-0	130,16
FJI9F58	P300114666	23/04/2026	7455-0	130,16
DUA1E78	P300114669	23/04/2026	7455-0	130,16
SEI5D65	P300114671	23/04/2026	7455-0	130,16
RUU7I39	P300114674	23/04/2026	7455-0	130,16
FHU3487	P300114675	23/04/2026	7455-0	130,16
RFN2B30	P300114677	23/04/2026	7455-0	130,16
QPT9013	P300114678	23/04/2026	7455-0	130,16
HGK9326	P300114679	23/04/2026	7455-0	130,16
EUP7972	P300114684	23/04/2026	7463-0	195,23
TMD9D76	P300114685	23/04/2026	7455-0	130,16
PZH3B31	P300114688	23/04/2026	7455-0	130,16
FSD4D88	P300114689	23/04/2026	7455-0	130,16
FQW5243	P300114690	23/04/2026	7455-0	130,16
EUP7972	P300114693	23/04/2026	7455-0	130,16
HII9C13	P300114694	23/04/2026	7455-0	130,16
NWB0I74	P300114696	23/04/2026	7455-0	130,16
DAO3A75	P300114700	23/04/2026	7455-0	130,16
SIY4B63	P300114701	23/04/2026	7455-0	130,16
RVF5E55	P300114704	23/04/2026	7455-0	130,16
TKZ3E46	P300114706	23/04/2026	7455-0	130,16
FKS1D49	P300114707	23/04/2026	7455-0	130,16
TXW1H45	P300114708	23/04/2026	6050-3	293,47
EAH0A52	P300114713	23/04/2026	7455-0	130,16
DJP0J01	P300114715	23/04/2026	6050-3	293,47
FXW2G83	P300114717	23/04/2026	7455-0	130,16
OME9E59	AG08786037	26/04/2026	5010-0	880,41
FKU4H38	AG08786038	26/04/2026	7579-0	2934,70
ARW9J93	AG08786858	26/04/2026	5819-6	880,41
SIL6G32	AG08785634	26/04/2026	5010-0	880,41
SIL6G32	AG08785635	26/04/2026	6599-2	293,47
RFF0F22	AG08785636	26/04/2026	5045-0	293,47
MIO1A34	AG08785638	26/04/2026	5029-2	880,41
MIO1A34	AG08785639	26/04/2026	6599-2	293,47
MIO1A34	AG08785640	26/04/2026	6726-1	195,23
MIO1A34	AG08787301	26/04/2026	6769-0	130,16

RTW8F97	AG08785027	26/04/2026	5347-0	130,16
HHF5812	AG08786859	27/04/2026	5550-0	130,16
EZK4E84	AG08787602	27/04/2026	7633-1	293,47
HNU1767	AG08786712	27/04/2026	5541-4	195,23
FLR0G09	AG08787518	27/04/2026	5541-2	195,23
GUD4326	AG08787621	27/04/2026	5541-2	195,23
PXH8145	AG08787622	27/04/2026	5541-2	195,23
PQW3967	AG08787801	27/04/2026	7633-2	293,47
HCL4386	AG08787627	27/04/2026	5541-2	195,23
QOU8460	AG08787629	27/04/2026	5541-2	195,23
HMV2271	AG08787631	27/04/2026	5541-2	195,23
NGI2J82	AG08787802	27/04/2026	7633-2	293,47
NMK8C83	AG08787636	27/04/2026	7633-2	293,47
FTC0A95	AG08787637	27/04/2026	5541-2	195,23
NYC9F27	AG08787615	27/04/2026	5509-0	130,16
FDD0G14	AG08787616	27/04/2026	6637-1	195,23
HHU7916	AG08787211	27/04/2026	5541-2	195,23
QWT7756	AG08787212	27/04/2026	5541-2	195,23
QQH7248	AG08787215	27/04/2026	5541-2	195,23
EPR2J27	AG08787217	27/04/2026	5541-2	195,23
SYD6F40	AG08787218	27/04/2026	5541-2	195,23
HJI0179	AG08787655	27/04/2026	5185-1	195,23
RNB5J24	AG08787806	27/04/2026	6653-2	195,23
RNB5J24	AG08787807	27/04/2026	6599-2	293,47
TCX7E28	AG08787808	27/04/2026	6637-2	195,23
TCX7E28	AG08787809	27/04/2026	6602-0	293,47
TZB5J74	AG08787810	27/04/2026	7633-2	293,47
TZB5J74	AG08787811	27/04/2026	6602-0	293,47
LMT2J05	AG08787812	27/04/2026	6050-2	293,47
EJJ3340	AG08787928	27/04/2026	5541-2	195,23
PZN7222	AG08787462	27/04/2026	7633-1	293,47
TXF7I95	AG08786647	27/04/2026	5452-2	195,23
QNR2952	AG08787933	27/04/2026	5541-2	195,23
FVT3I92	AG08787937	27/04/2026	5541-2	195,23
ENR9H77	AG08787939	27/04/2026	5541-2	195,23
QCX1F81	AG08787962	27/04/2026	5541-2	195,23

PXM4F44	AG08784545	27/04/2026	6599-2	293,47
PXM4F44	AG08784546	27/04/2026	5045-0	293,47
GUD9110	AG08786688	27/04/2026	7633-2	293,47
DRP8940	AG08784547	27/04/2026	5010-0	880,41
EKI0G62	AG08786504	27/04/2026	5010-0	880,41
PWU4C99	AG08787022	27/04/2026	5010-0	880,41
BYX0D44	AG08784548	27/04/2026	5045-0	293,47
BYX0D44	AG08784549	27/04/2026	6599-2	293,47
HMD4141	AG08787305	27/04/2026	6599-2	293,47
NXX1C07	AG08787860	27/04/2026	5541-7	195,23
RTQ4C21	AG08787981	27/04/2026	5541-7	195,23
ERO8B18	AG08787982	27/04/2026	5541-7	195,23
PXA4D38	AG08787989	27/04/2026	5452-6	195,23
GZM8273	AG08787990	27/04/2026	5452-6	195,23
RNC7C38	AG08787996	27/04/2026	5550-0	130,16
SVH9B91	AG08788062	27/04/2026	6122-0	293,47
BYP3358	AG08788064	27/04/2026	6122-0	293,47
RNC7C38	AG08788066	27/04/2026	7293-0	130,16
HKV7D86	AG08787617	28/04/2026	5550-0	130,16
REW6C34	AG08784055	28/04/2026	5568-0	195,23
QAD5I72	AG08787620	28/04/2026	5568-0	195,23
SIO4E26	AG08787881	28/04/2026	5541-2	195,23
FZY1H08	AG08787883	28/04/2026	5541-2	195,23
KRF7E82	AG08787884	28/04/2026	5541-2	195,23
QAD9309	AG08787885	28/04/2026	5541-2	195,23
FGB4G17	AG08787886	28/04/2026	5541-2	195,23
EAS6I65	AG08787887	28/04/2026	5541-2	195,23
DNA2J66	AG08787888	28/04/2026	5541-2	195,23
TXB0B02	AG08787889	28/04/2026	5541-2	195,23
TXH2B69	AG08787890	28/04/2026	5541-2	195,23
QAR1B55	AG08787891	28/04/2026	5541-2	195,23
TBX7F49	AG08787901	28/04/2026	7633-1	293,47
CUH9D46	AG08787892	28/04/2026	5541-2	195,23
EYD2A18	AG08782354	28/04/2026	5185-1	195,23
TEA3E46	AG08787895	28/04/2026	5541-2	195,23
GXU5D45	AG08787896	28/04/2026	5541-2	195,23

BWV3C42	AG08787897	28/04/2026	5541-2	195,23
PUF4E99	AG08787898	28/04/2026	5541-2	195,23
QQO5255	AG08786069	28/04/2026	5541-4	195,23
SJB9A72	AG08786070	28/04/2026	5541-1	195,23
OPW5392	AG08786071	28/04/2026	5541-4	195,23
FTA2104	AG08787902	28/04/2026	5541-1	195,23
PWD3634	AG08787903	28/04/2026	5541-1	195,23
EYN6336	AG08787904	28/04/2026	5541-1	195,23
OWK1926	AG08787905	28/04/2026	5541-1	195,23
PZY4D15	AG08786689	28/04/2026	7633-2	293,47
HGA9H96	AG08786601	28/04/2026	5568-0	195,23
BAT3I83	AG08786690	28/04/2026	7633-1	293,47
QXC4144	AG08787464	28/04/2026	7633-1	293,47
PUS5I38	AG08787964	28/04/2026	7633-1	293,47
SVU8D11	AG08787965	28/04/2026	5452-6	195,23
BUC0H46	AG08787966	28/04/2026	5738-0	293,47
RUA6F31	AG08787465	28/04/2026	5452-6	195,23
OWM6C83	AG08787466	28/04/2026	5541-1	195,23
TEJ5F18	AG08787468	28/04/2026	5550-0	130,16
QQO0A08	AG08787469	28/04/2026	5550-0	130,16
QUZ3745	AG08787470	28/04/2026	5550-0	130,16
GHM6B27	AG08787306	28/04/2026	5037-1	586,94
SJA4J27	AG08788067	28/04/2026	5541-7	195,23
SIC7E08	AG08788068	28/04/2026	5541-7	195,23
TCL9B06	AG08788069	28/04/2026	5541-7	195,23
PZD7061	AG08788070	28/04/2026	5541-7	195,23
RJY0D67	AG08788071	28/04/2026	5452-6	195,23
BBC6I42	AG08788072	28/04/2026	5452-6	195,23
SYP6B80	AG08788073	28/04/2026	5452-6	195,23
JZU7468	AG08788074	28/04/2026	5550-0	130,16
GWD1J85	AG08788076	28/04/2026	5550-0	130,16
BAY6J05	AG08788077	28/04/2026	5550-0	130,16
TKO9A81	AG08788078	28/04/2026	7684-2	130,16
PUV6589	AG08788079	28/04/2026	7684-2	130,16
OWY1A00	AG08788080	28/04/2026	7684-2	130,16
PYL8E95	AG08788102	28/04/2026	5568-0	195,23

PXI4050	AG08788103	28/04/2026	5568-0	195,23
FBB9585	AG08788104	28/04/2026	5568-0	195,23
HCW6J24	AG08788105	28/04/2026	5568-0	195,23
HES2546	AG08788108	28/04/2026	5541-7	195,23
RNJ4F74	AG08787967	28/04/2026	5550-0	130,16
UAX1B49	AG08787969	28/04/2026	7633-2	293,47
TAP3A66	AG08787970	28/04/2026	6041-2	195,23
TZG4A03	AG08785030	28/04/2026	5274-1	2934,70
QJA7B88	AG08788230	29/04/2026	5541-2	195,23
FYZ3J07	AG08788231	29/04/2026	5541-2	195,23
SHN7I48	AG08788232	29/04/2026	5541-2	195,23
UGH7F75	AG08788233	29/04/2026	5541-2	195,23
FDJ9421	AG08788234	29/04/2026	5541-2	195,23
TXO8C90	AG08788235	29/04/2026	5541-2	195,23

PVX1C15	AG08788236	29/04/2026	5541-2	195,23
GVG9007	AG08788237	29/04/2026	5541-2	195,23
PYS8H66	AG08788239	29/04/2026	5541-2	195,23
QPU5E50	AG08788240	29/04/2026	5541-2	195,23
EUM8J73	AG08788241	29/04/2026	5541-2	195,23
SHZ7C69	AG08787735	29/04/2026	5738-0	293,47
SHZ7C69	AG08787736	29/04/2026	7579-0	2934,70
TXR4I80	AG08786715	29/04/2026	5541-4	195,23
IXX9I68	AG08787906	29/04/2026	5665-0	130,16
PYO5D88	AG08787907	29/04/2026	5550-0	130,16
RMF5J11	AG08787909	29/04/2026	7633-1	293,47
TEG1G78	AG08787911	29/04/2026	5568-0	195,23
PVV3D27	AG08786233	29/04/2026	6068-1	195,23
FQI0B93	AG08787899	29/04/2026	5541-2	195,23
RUO3C30	AG08787900	29/04/2026	5541-2	195,23
CYI5786	AG08787912	29/04/2026	5720-0	195,23
QQF7836	AG08788001	29/04/2026	5541-2	195,23
PXS9444	AG08788002	29/04/2026	5541-2	195,23
SIT2I39	AG08788003	29/04/2026	5541-2	195,23
FCF8A31	AG08788004	29/04/2026	5541-2	195,23
TLO2D30	AG08788005	29/04/2026	5541-2	195,23
SHK6F59	AG08788006	29/04/2026	5541-2	195,23

SJF6J43	AG08788007	29/04/2026	5541-2	195,23
FGK7H48	AG08788008	29/04/2026	5541-2	195,23
SYD8D15	AG08788009	29/04/2026	5541-2	195,23
RQR2D02	AG08788010	29/04/2026	5541-2	195,23
EBW3D76	AG08788011	29/04/2026	5541-2	195,23
OOA2H46	AG08788012	29/04/2026	5541-2	195,23
NMK8C83	AG08786072	29/04/2026	5541-4	195,23
TKL3J24	AG08786073	29/04/2026	5541-4	195,23
QOI2941	AG08787761	29/04/2026	5452-1	195,23
QUC8464	AG08786602	29/04/2026	5452-6	195,23
HBE3639	AG08786603	29/04/2026	5541-1	195,23
QPJ8I77	AG08786604	29/04/2026	5541-1	195,23
RFO5E82	AG08786605	29/04/2026	5541-1	195,23
FGV2I93	AG08785379	29/04/2026	5959-1	1467,35
GPQ6650	AG08786330	29/04/2026	5185-1	195,23
EEO2817	AG08786331	29/04/2026	5185-1	195,23
CKX3182	AG08786692	29/04/2026	5185-1	195,23
TXG9E74	AG08787820	29/04/2026	6602-0	293,47
RNR9B98	AG08787943	29/04/2026	6602-0	293,47
PVT1853	AG08787944	29/04/2026	6769-0	130,16
DBU6F19	AG08785471	29/04/2026	5452-6	195,23
RGA1G84	AG08785472	29/04/2026	5010-0	880,41
SHU4F59	AG08785473	29/04/2026	5010-0	880,41
LXQ2J75	AG08787971	29/04/2026	7633-2	293,47
BWU2927	AG08787972	29/04/2026	7633-2	293,47
PYD2671	AG08787973	29/04/2026	7633-2	293,47
GDR5A23	AG08787974	29/04/2026	7633-2	293,47
SHL8A15	AG08787975	29/04/2026	7633-1	293,47
GCX4B94	AG08787976	29/04/2026	5452-6	195,23
OQB8I64	AG08788109	29/04/2026	5541-2	195,23
FJZ0C24	AG08788110	29/04/2026	5541-2	195,23
FCI5848	AG08788111	29/04/2026	5541-2	195,23
QPL3J68	AG08788112	29/04/2026	5541-2	195,23
UBO6F27	AG08788113	29/04/2026	5541-2	195,23
EHR3C26	AG08788114	29/04/2026	5541-2	195,23
EZB4H46	AG08788115	29/04/2026	5541-2	195,23

OQF4762	AG08788116	29/04/2026	5541-2	195,23
PXP2J86	AG08788117	29/04/2026	5541-2	195,23
TDT4G55	AG08788118	29/04/2026	5541-2	195,23
EZF9J94	AG08788119	29/04/2026	5541-2	195,23
OXE3953	AG08788120	29/04/2026	5541-2	195,23
ECI0J77	AG08788221	29/04/2026	5541-2	195,23
OWL9H41	AG08788222	29/04/2026	5541-2	195,23
OPL8J77	AG08788223	29/04/2026	5541-2	195,23
NOL2E14	AG08788224	29/04/2026	5541-2	195,23
FWZ4F84	AG08788225	29/04/2026	5541-2	195,23
PUJ4044	AG08788226	29/04/2026	5541-2	195,23
TET8E21	AG08788227	29/04/2026	5541-2	195,23
FRW4H35	AG08788228	29/04/2026	5541-2	195,23
UDX9E10	AG08787816	30/04/2026	6602-0	293,47
UDX9E10	AG08787817	30/04/2026	6653-2	195,23
UDX9E10	AG08787818	30/04/2026	6637-1	195,23
TYR0G48	AG08787914	30/04/2026	5550-0	130,16
FDW2F95	AG08787915	30/04/2026	5550-0	130,16
RTE3H57	AG08787916	30/04/2026	5550-0	130,16
FXC7I87	AG08784058	30/04/2026	5550-0	130,16
GRK4112	AG08784060	30/04/2026	5550-0	130,16
RME1F40	AG08787917	30/04/2026	5541-7	195,23
DYU2077	AG08787945	30/04/2026	6122-0	293,47
PYL1I05	AG08786234	30/04/2026	5452-2	195,23
HFI5749	AG08788013	30/04/2026	5541-2	195,23
HOB9H59	AG08788015	30/04/2026	5541-2	195,23
SJG8C21	AG08788017	30/04/2026	5541-2	195,23
PXC6H05	AG08788018	30/04/2026	5541-2	195,23

GAV9190	AG08788019	30/04/2026	5541-2	195,23
QSR0E34	AG08787918	30/04/2026	5541-1	195,23
TDC2B40	AG08788020	30/04/2026	5541-2	195,23
GMN0C45	AG08788081	30/04/2026	5541-2	195,23
PWA7951	AG08788082	30/04/2026	5541-2	195,23
FMV4098	AG08787919	30/04/2026	5452-6	195,23
TDN8D62	AG08788083	30/04/2026	5541-2	195,23
TAR1D13	AG08788084	30/04/2026	5541-2	195,23

KYQ3B50	AG08786074	30/04/2026	5452-6	195,23
GKO2909	AG08786075	30/04/2026	5746-3	130,16
OQY8H97	AG08786606	30/04/2026	5541-2	195,23
FHZ3E77	AG08786607	30/04/2026	5541-2	195,23
PXV8273	AG08786333	30/04/2026	7633-1	293,47
FCE7B97	AG08787471	30/04/2026	5541-7	195,23
FKO3644	AG08787473	30/04/2026	5452-6	195,23
OUM1I32	AG08787474	30/04/2026	7633-1	293,47
PWW8H59	AG08787475	30/04/2026	6041-2	195,23
BZO1708	AG08787476	30/04/2026	5185-1	195,23
HOB8879	AG08787477	30/04/2026	5185-1	195,23
RTY6A70	AG08787478	30/04/2026	5452-6	195,23
RTU8I88	AG08787978	30/04/2026	7633-1	293,47
HAM6577	AG08787979	30/04/2026	7633-1	293,47
QQK1575	AG08787980	30/04/2026	7633-1	293,47
PZV6A27	AG08788181	30/04/2026	7633-1	293,47
RTP8A75	AG08788182	30/04/2026	5550-0	130,16
HJI0592	AG08788184	30/04/2026	7633-1	293,47
SYZ8H36	AG08788185	30/04/2026	5452-2	195,23
FLM9H58	AG08788246	30/04/2026	5541-7	195,23
OPS6580	AG08788247	30/04/2026	5541-7	195,23
NCW4A16	AG08788248	30/04/2026	5541-7	195,23
AUH2791	AG08788249	30/04/2026	5185-1	195,23
RFL1C89	AG08788250	30/04/2026	5185-1	195,23
DMJ1G02	AG08788251	30/04/2026	5185-1	195,23
OWZ1I38	AG08788253	30/04/2026	5185-1	195,23
AYU1D99	AG08788254	30/04/2026	5185-1	195,23
ENS6F51	AG08788255	30/04/2026	5185-1	195,23
HEJ1B59	AG08788256	30/04/2026	5185-1	195,23
HAX3231	AG08788257	30/04/2026	5185-1	195,23
MXB9B24	AG08788258	30/04/2026	5185-1	195,23
HLZ0C59	AG08788259	30/04/2026	5185-1	195,23
EEZ4I63	AG08788260	30/04/2026	5185-1	195,23
CWZ6J48	AG08788321	30/04/2026	5185-1	195,23
EZR4I53	AG08788322	30/04/2026	5185-1	195,23
PXV0B77	AG08788323	30/04/2026	5185-1	195,23

EYI1D42	AG08788324	30/04/2026	5185-1	195,23
DER8415	AG08788325	30/04/2026	5185-1	195,23
OQT7E33	AG08788326	30/04/2026	5185-1	195,23
TYY3A96	AG08788327	30/04/2026	6122-0	293,47
PYL1I05	AG08788329	30/04/2026	5452-2	195,23
CNM7J34	AG08788330	30/04/2026	5452-2	195,23
CRT3D52	AG08788331	30/04/2026	5380-0	130,16
CRT3D52	AG08788332	30/04/2026	5525-0	130,16
CRT3D52	AG08788333	30/04/2026	7293-0	130,16
FEE1A53	AG08788334	30/04/2026	7293-0	130,16
FEE1A53	AG08788335	30/04/2026	5452-6	195,23
FRE5F71	AG08788336	30/04/2026	5452-6	195,23
QUR9F76	AG08788337	30/04/2026	5550-0	130,16
EWA8E26	AG08788338	30/04/2026	7340-0	130,16
DPU0F18	AG08788339	30/04/2026	7340-0	130,16
ESB9J74	AG08788340	30/04/2026	7340-0	130,16
PXV0B77	AG08788361	30/04/2026	7633-1	293,47
DER8415	AG08788362	30/04/2026	7633-1	293,47
FJS4534	AG08787762	01/05/2026	5452-6	195,23
HBY4344	AG08787763	01/05/2026	5550-0	130,16
FHN4G96	AG08787765	01/05/2026	5550-0	130,16
FAF4D85	AG08787766	01/05/2026	5550-0	130,16
PVE1E80	AG08787920	01/05/2026	5452-1	195,23
PVZ8903	AG08788041	01/05/2026	7633-1	293,47
TEP8B23	AG08788042	01/05/2026	6050-2	293,47
TTL5J22	AG08784551	01/05/2026	5738-0	293,47
FVO1D96	AG08784552	01/05/2026	6637-1	195,23
FVO1D96	AG08784553	01/05/2026	6653-1	195,23
TKA8C11	AG08788363	01/05/2026	5452-6	195,23
EDI3C41	AG08788364	01/05/2026	5452-6	195,23
SIP6C60	AG08788365	01/05/2026	5452-6	195,23
FOT2J99	AG08788366	01/05/2026	5550-0	130,16
HOC6606	AG08788367	01/05/2026	5541-7	195,23
HLE0G48	AG08788368	01/05/2026	5452-1	195,23
SJF3G74	AG08788369	01/05/2026	5452-1	195,23
DXQ2E41	AG08788370	01/05/2026	5452-1	195,23

PWT7A77	AG08788372	01/05/2026	5550-0	130,16
OPT8F07	AG08788373	01/05/2026	5550-0	130,16
NUF1A10	AG08788374	01/05/2026	5541-7	195,23
HMP2323	AG08788375	01/05/2026	5541-7	195,23

JKN6C49	AG08788376	01/05/2026	5541-7	195,23
QXO4I49	AG08787946	02/05/2026	6599-2	293,47
QXO4I49	AG08787947	02/05/2026	7030-1	293,47
QXO4I49	AG08787948	02/05/2026	5274-1	2934,70
QXO4I49	AG08787949	02/05/2026	5835-0	195,23
QXO4I49	AG08787950	02/05/2026	6637-1	195,23
QXO4I49	AG08787951	02/05/2026	6645-0	195,23
JXL3F35	AG08787952	02/05/2026	5010-0	880,41
NYA4636	AG08787387	02/05/2026	5541-2	195,23
DCV7135	AG08787388	02/05/2026	5541-2	195,23
QNY1J27	AG08787389	02/05/2026	5541-2	195,23
HOC1545	AG08787390	02/05/2026	5541-2	195,23
QQF9B69	AG08787391	02/05/2026	5541-2	195,23
OPY6A33	AG08787392	02/05/2026	5541-2	195,23
HOB9836	AG08787393	02/05/2026	5541-2	195,23
KMS3477	AG08787394	02/05/2026	5541-2	195,23
DUB8495	AG08787395	02/05/2026	5541-2	195,23
RTS1E27	AG08787396	02/05/2026	5541-2	195,23
PZW4B62	AG08787397	02/05/2026	5541-2	195,23
HOB8201	AG08787398	02/05/2026	5541-2	195,23
GMQ2E00	AG08787399	02/05/2026	5541-2	195,23
OWN9A85	AG08787400	02/05/2026	5541-2	195,23
HHY9941	AG08788301	02/05/2026	5541-2	195,23
EAV8468	AG08788302	02/05/2026	5541-2	195,23
PVV3D27	AG08788303	02/05/2026	5541-2	195,23
DQC5E95	AG08788304	02/05/2026	5541-2	195,23
HHF6919	AG08788305	02/05/2026	5541-2	195,23
HNY9897	AG08788306	02/05/2026	5541-2	195,23
HIB3302	AG08788307	02/05/2026	5541-2	195,23
EGS2780	AG08788187	02/05/2026	7633-2	293,47
HJA8652	AG08788188	02/05/2026	7633-1	293,47
HEM6972	AG08788189	02/05/2026	7633-2	293,47

DLN7J11	AG08787953	02/05/2026	5410-0	130,16
TDS1D10	AG08787954	02/05/2026	6637-1	195,23
TDS1D10	AG08787955	02/05/2026	6602-0	293,47
HGY3722	AG08787956	02/05/2026	6653-2	195,23
HGY3722	AG08787957	02/05/2026	5800-0	195,23
TEI8B80	AG08787958	02/05/2026	6653-2	195,23
FMD4A18	AG08787959	02/05/2026	5193-0	293,47
SYF6J90	AG08787960	02/05/2026	6637-1	195,23
SIA8D62	AG08788281	02/05/2026	6653-2	195,23
TCC1F72	AG08788282	02/05/2026	6637-1	195,23
TCC1F72	AG08788283	02/05/2026	6602-0	293,47
TZB5J74	AG08788284	02/05/2026	6602-0	293,47
JGI9G32	AG08788285	02/05/2026	6599-2	293,47
CDP2A36	AG08788286	02/05/2026	6610-1	195,23
HHD6419	AG08784554	02/05/2026	5010-0	880,41
RVI5C22	AG08788287	02/05/2026	5010-0	880,41
TDU4E72	AG08788289	02/05/2026	6181-0	195,23
HGY3B55	AG08787737	02/05/2026	5274-1	2934,70
HGY3B55	AG08787738	02/05/2026	7684-2	130,16
HGY3B55	AG08787739	02/05/2026	6599-2	293,47
GXF3J35	AG08787740	02/05/2026	5010-0	880,41
GXF3J35	AG08787821	02/05/2026	5185-1	195,23
TDV6D20	AG08788290	02/05/2026	6653-1	195,23
TDV6D20	AG08788291	02/05/2026	7056-1	293,47
TDV6D20	AG08788292	02/05/2026	7030-1	293,47
TDV6D20	AG08788293	02/05/2026	7340-0	130,16
TDV6D20	AG08788294	02/05/2026	5274-1	2934,70
TDV6D20	AG08788295	02/05/2026	5967-0	1467,35
TDV6D20	AG08788296	02/05/2026	5738-0	293,47
JFU4201	AG08784555	02/05/2026	5193-0	293,47
CQF6J30	AG08785475	02/05/2026	5010-0	880,41
HGW8A47	AG08784556	02/05/2026	5037-1	586,94
HGW8A47	AG08784557	02/05/2026	7579-0	2934,70
RUN8G02	AG08784558	02/05/2026	5010-0	880,41
RUN8G02	AG08784559	02/05/2026	5061-0	880,41
SIW5I49	AG08784560	02/05/2026	5010-0	880,41

SIW5I49	AG08788261	02/05/2026	6602-0	293,47
RFB8G99	AG08788377	02/05/2026	5541-7	195,23
FJZ1064	AG08788378	02/05/2026	5541-7	195,23
FOR1H86	AG08788379	02/05/2026	5541-7	195,23
OLP8005	AG08788380	02/05/2026	5541-7	195,23
HIP9576	AG08788381	02/05/2026	5541-7	195,23
PWL4A10	AG08788382	02/05/2026	5541-7	195,23
DEX8E64	AG08788383	02/05/2026	5541-7	195,23
QOC1J09	AG08788386	02/05/2026	5541-7	195,23
GEX6I81	AG08788387	02/05/2026	5541-7	195,23
HIH1A34	AG08788388	02/05/2026	5550-0	130,16
ARQ4733	AG08788389	02/05/2026	5550-0	130,16
DSG9H82	AG08788391	02/05/2026	5550-0	130,16
GEW5H86	AG08788394	02/05/2026	5550-0	130,16
RTP6G18	AG08788396	02/05/2026	5550-0	130,16
PUM9412	AG08788398	02/05/2026	5550-0	130,16
TXP6J58	AG08788400	02/05/2026	5541-7	195,23
QWR9H39	AG08788461	02/05/2026	5541-7	195,23

TDB7C68	AG08788462	02/05/2026	5541-7	195,23
TYI9A98	AG08788463	02/05/2026	5541-7	195,23
STV5A14	AG08788464	02/05/2026	5541-7	195,23
DMB1827	AG08788465	02/05/2026	5541-7	195,23
TEQ7H09	AG08788466	02/05/2026	5541-7	195,23
ELG0H86	AG08788467	02/05/2026	5541-7	195,23
QQL3B10	AG08788468	02/05/2026	5452-1	195,23
CJZ1212	AG08788469	02/05/2026	5185-1	195,23
PVH7618	AG08788470	02/05/2026	5185-1	195,23
TEN9I47	AG08788471	02/05/2026	6122-0	293,47
RTD6F99	AG08788472	02/05/2026	6122-0	293,47
GJI8J17	AG08788475	02/05/2026	5452-6	195,23
FIY4A05	AG08788476	02/05/2026	5452-6	195,23
ATB8020	AG08788478	02/05/2026	5452-2	195,23
CGF9G54	AG08788479	02/05/2026	5622-5	88,38
NXX5872	AG08788480	02/05/2026	5622-5	88,38
PXI4721	AG08788521	02/05/2026	6122-0	293,47
RNV9I00	AG08788297	03/05/2026	7633-2	293,47

RNV9I00	AG08788298	03/05/2026	6599-2	293,47
SHY8E48	AG08788299	03/05/2026	7633-2	293,47
JQI9097	AG08788342	03/05/2026	5452-1	195,23
DVI7836	AG08788344	03/05/2026	5452-6	195,23
JFT6D94	AG08788345	03/05/2026	5452-6	195,23
LRR7C31	AG08788346	03/05/2026	5452-6	195,23
GJG6E20	AG08788347	03/05/2026	5452-6	195,23
GWS5J68	AG08786316	03/05/2026	5568-0	195,23
OOV1D33	AG08788350	03/05/2026	7633-2	293,47
TYT6E58	AG08787576	03/05/2026	7048-1	293,47
CAR5B47	AG08787024	03/05/2026	6530-0	195,23
HKN1H28	AG08787025	03/05/2026	6530-0	195,23
HNH2G79	AG08785477	03/05/2026	6599-2	293,47
HNH2G79	AG08785478	03/05/2026	5010-0	880,41
HGC5E05	AG08785479	03/05/2026	5010-0	880,41
HAI0I73	AG08785480	03/05/2026	5010-0	880,41
DMF7F29	AG08788161	03/05/2026	7684-1	130,16
DMF7F29	AG08788162	03/05/2026	7048-1	293,47
RUM6I58	AG08788163	03/05/2026	5010-0	880,41
HIH2J67	AG08788164	03/05/2026	5010-0	880,41
RMO3C44	AG08788262	03/05/2026	6599-2	293,47
RMO3C44	AG08788264	03/05/2026	5010-0	880,41
HCO3503	AG08788266	03/05/2026	5010-0	880,41
QNV4D84	AG08787027	03/05/2026	7030-1	293,47
QNV4D84	AG08787028	03/05/2026	7340-0	130,16
QSO9F51	AG08787823	03/05/2026	7056-2	130,16
QSO9F51	AG08787824	03/05/2026	5274-1	2934,70
QSO9F51	AG08787825	03/05/2026	7684-2	130,16
QSO9F51	AG08787826	03/05/2026	5207-0	88,38
QSO9F51	AG08787827	03/05/2026	6050-2	293,47
QSO9F51	AG08787828	03/05/2026	6050-2	293,47
QSO9F51	AG08787829	03/05/2026	6050-2	293,47
HGM3408	AG08784257	03/05/2026	5037-1	586,94
UBJ2I49	AG08784258	03/05/2026	7048-1	293,47
UBJ2I49	AG08784259	03/05/2026	7072-1	293,47
TYA8E85	AG08784260	03/05/2026	6912-0	88,38

PZH8B55	AG08786961	03/05/2026	7765-0	293,47
PZH8B55	AG08786962	03/05/2026	7714-2	130,16
SHM6C86	AG08786964	03/05/2026	7684-2	130,16
PYT6E62	AG08786965	03/05/2026	7340-0	130,16
OWH1605	AG08786317	03/05/2026	5452-6	195,23
GUY9845	AG08786717	04/05/2026	5568-0	195,23
SIF7B68	AG08783399	04/05/2026	7633-1	293,47
HAM9H24	AG08788085	04/05/2026	5541-2	195,23
HJV0D06	AG08788086	04/05/2026	5541-2	195,23
ODL1G36	AG08788089	04/05/2026	5541-2	195,23
PUO7707	AG08788091	04/05/2026	5541-2	195,23
RNZ6I81	AG08788092	04/05/2026	5541-2	195,23
DZJ5D41	AG08788095	04/05/2026	5541-2	195,23
HEA9H63	AG08786507	04/05/2026	7633-2	293,47
ENL1A14	AG08786508	04/05/2026	5991-0	293,47
QXY1E49	AG08788098	04/05/2026	5541-2	195,23
QXE0H16	AG08788100	04/05/2026	5541-2	195,23
IXK3373	AG08788401	04/05/2026	5541-2	195,23
RUJ3J51	AG08788402	04/05/2026	5541-2	195,23
PUY4945	AG08788403	04/05/2026	5541-2	195,23
QNS4E88	AG08788404	04/05/2026	5541-2	195,23
OQZ4464	AG08788405	04/05/2026	5541-2	195,23
QWX4I08	AG08788406	04/05/2026	5541-2	195,23
GHL4B35	AG08786237	04/05/2026	6041-1	195,23
SHG4H33	AG08786076	04/05/2026	5452-6	195,23
PVQ6J67	AG08788407	04/05/2026	5541-2	195,23
TEZ0H50	AG08788191	04/05/2026	5541-2	195,23
QPK2E67	AG08788197	04/05/2026	5541-2	195,23
DXE8J60	AG08788198	04/05/2026	5541-2	195,23
FBD7A30	AG08788421	04/05/2026	5541-2	195,23
SYV3H76	AG08788422	04/05/2026	5541-2	195,23
FHI2541	AG08788423	04/05/2026	5541-2	195,23

EAB6D48	AG08788424	04/05/2026	5541-2	195,23
HOB9B44	AG08788426	04/05/2026	5541-2	195,23
TDG8A80	AG08788428	04/05/2026	5541-2	195,23
QOE2279	AG08787767	04/05/2026	5550-0	130,16

QUS9963	AG08788045	04/05/2026	5550-0	130,16
KYP0A79	AG08788166	04/05/2026	5452-6	195,23
GGE0E24	AG08788167	04/05/2026	7633-1	293,47
PZD1533	AG08788431	04/05/2026	5541-2	195,23
RMM8H43	AG08788432	04/05/2026	5541-2	195,23
TCO8H09	AG08788435	04/05/2026	5541-2	195,23
OOZ7B54	AG08788438	04/05/2026	5541-2	195,23
GYL0592	AG08788439	04/05/2026	5541-2	195,23
QWR9H39	AG08788482	04/05/2026	5541-2	195,23
TCI3A96	AG08788483	04/05/2026	5541-2	195,23
PZU3F56	AG08788486	04/05/2026	5541-2	195,23
FUJ0G35	AG08788487	04/05/2026	5541-2	195,23
EFF6A86	AG08788489	04/05/2026	5541-2	195,23
GHF3E37	AG08788490	04/05/2026	5541-2	195,23
KOO4241	AG08788047	04/05/2026	5380-0	130,16
SIP6C60	AG08788522	04/05/2026	5452-6	195,23
LRD5A98	AG08788523	04/05/2026	5452-6	195,23
DZD8F51	AG08788525	04/05/2026	5452-6	195,23
QPR3F02	AG08788050	04/05/2026	5622-2	88,38
RTD0F08	AG08788528	04/05/2026	5550-0	130,16
PWD3686	AG08788532	04/05/2026	5185-1	195,23
TDK0D53	AG08788533	04/05/2026	5452-2	195,23
NEF2J02	AG08788534	04/05/2026	5541-7	195,23
HFB9G71	AG08788535	04/05/2026	5541-7	195,23
TKC1D14	AG08788537	04/05/2026	5568-0	195,23
TKC1D14	AG08788538	04/05/2026	7293-0	130,16
GVD3898	AG08788540	04/05/2026	5452-1	195,23
PGQ2G52	AG08784881	05/05/2026	5568-0	195,23
TJP8G63	AG08784882	05/05/2026	5568-0	195,23
SWA5I29	AG08787862	05/05/2026	5568-0	195,23
HGY1176	AG08787866	05/05/2026	5452-6	195,23
PUD3437	AG08788410	05/05/2026	5452-2	195,23
HJV0D06	AG08788411	05/05/2026	5541-2	195,23
QNJ0905	AG08788413	05/05/2026	5541-2	195,23
PUK5D53	AG08788414	05/05/2026	5541-2	195,23
GZE6332	AG08788415	05/05/2026	5541-2	195,23

GYJ1389	AG08788419	05/05/2026	5541-2	195,23
NRR0A17	AG08788420	05/05/2026	5541-2	195,23
DPS7127	AG08788561	05/05/2026	5541-2	195,23
PUN9043	AG08788562	05/05/2026	5541-2	195,23
RNC1B19	AG08788563	05/05/2026	5541-2	195,23
TCW4B88	AG08783083	05/05/2026	7633-1	293,47
BKU5E13	AG08788571	05/05/2026	5541-2	195,23
HJD8022	AG08788574	05/05/2026	5541-2	195,23
TYF0I13	AG08788575	05/05/2026	5541-2	195,23
GHK2B39	AG08783400	05/05/2026	5460-0	130,16
CYQ1656	AG08788049	05/05/2026	5568-0	195,23
DWY6294	AG08786608	05/05/2026	6122-0	293,47
PYA4B81	AG08788267	05/05/2026	7030-1	293,47
GHK2B39	AG08786609	05/05/2026	5460-0	130,16
SHP5A94	AG08787770	05/05/2026	7633-1	293,47
TEA7G66	AG08787582	05/05/2026	7684-2	130,16
EKM9E25	AG08787830	05/05/2026	5010-0	880,41
EKM9E25	AG08787831	05/05/2026	5118-0	880,41
FMY1D07	AG08787773	05/05/2026	5452-6	195,23
RTF9E93	AG08787834	05/05/2026	5037-1	586,94
TYR3B74	AG08787774	05/05/2026	5452-2	195,23
BSR4749	AG08787776	05/05/2026	5452-2	195,23
TYG1B05	AG08787777	05/05/2026	5622-2	88,38
OPE7D83	AG08787779	05/05/2026	5452-2	195,23
FQU7H20	AG08787587	05/05/2026	6530-0	195,23
FQU7H20	AG08787588	05/05/2026	5185-1	195,23
TCI4J32	AG08788492	05/05/2026	5550-0	130,16
GJP8E30	AG08788493	05/05/2026	5452-1	195,23
FYK2A32	AG08788494	05/05/2026	5452-2	195,23
OXB4H08	AG08788270	05/05/2026	5452-2	195,23
PVP9305	AG08786695	05/05/2026	5568-0	195,23
TIO9H42	AG08787480	05/05/2026	5452-1	195,23
SIM5G59	AG08787589	05/05/2026	6670-0	195,23
RMF9C15	AG08787835	05/05/2026	6653-2	195,23
GIS9J46	AG08788601	05/05/2026	5541-2	195,23
QAX8H80	AG08788606	05/05/2026	5541-2	195,23

FHM3A74	AG08788607	05/05/2026	5541-2	195,23
QNF3G52	AG08788611	05/05/2026	5541-2	195,23
TYD4I42	AG08788612	05/05/2026	5541-2	195,23
RUB5B75	AG08788613	05/05/2026	5541-2	195,23
TYO9J81	AG08788614	05/05/2026	5541-2	195,23
DAI1181	AG08788618	05/05/2026	5541-2	195,23
PPS8J34	AG08788619	05/05/2026	5541-2	195,23
CUP2G26	AG08788742	05/05/2026	5541-2	195,23

PZN9J00	AG08788743	05/05/2026	5541-2	195,23
FYL9H44	AG08788744	05/05/2026	5541-2	195,23
RNR2C24	AG08788746	05/05/2026	5541-2	195,23
STU7E31	AG08788748	05/05/2026	5541-2	195,23
PVS2E01	AG08788749	05/05/2026	5541-2	195,23
SYA3F90	AG08788750	05/05/2026	5541-2	195,23
CTB5F30	AG08788751	05/05/2026	5541-2	195,23
SYV5D51	AG08788753	05/05/2026	5541-2	195,23

Tipo de documento: NIP - Data da geração: 31 de agosto de 2026 - Total de registros: 1730

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade de Transito

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:76BEB13D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026

Aos oito dias do mês de setembro do ano de 2026, na Divisão de Licitação, localizada na Prefeitura Municipal do Prata/MG, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/2026, na ata de julgamento de preços homologada em 08/09/2026, RESOLVE registrar os preços das empresas **KACTUS PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **18.125.972/0001-78**, sediada em Senhor do Bonfim/BA, à Avenida Antônio Laurindo, nº 366, sala 405, Centro; **MARIA BEATRIZ MACEDO COSTA 77800885615-ME** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **17.632.212/0001-94,** sediada em Prata/MG, à Rua Ricardina Vilela Andrade, nº 81, bairro Rodoviário; e **REQUINT SALGADOS PRATA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.079.618/0001-67**, sediada em Prata/MG, à Rua Coronel Emídio Marques, nº 1330, bairro Primavera, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE BUFFET (ALMOÇO, JANTAR, WORK LUNCH, CAFÉ DA MANHÃ SIMPLES, COFFEE BREAK, KIT LANCHE, REFEIÇÕES E SIMILARES) PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CONFERÊNCIAS, PALESTRAS, WOKSHOPS, CONFRATERNIZAÇÕES E REUNIÕES, ENTRE OUTROS EVENTOS CORPORATIVOS E FESTIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA/MG.**

1.2. Os preços dos produtos que serão registrados encontram-se nas planilhas a seguir:

KACTUS PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº **18.125.972/0001-78**, vencedora dos itens de nº **06 e 20**, perfazendo o valor total de **R$ 202.700,00 (duzentos e dois mil e setecentos reais),** discriminado da seguinte forma:

Item	Qtde	UN	Especificação	MARCA	R$/UNIT	R$/TOTAL
06	900	KG	Broa de fubá 25 gr cada. Características Adicionais: Caseiro.	Coffee Break	3,00	2.700,00
20	1.000	SR	Serviço de garçom - O garçom deve estar atendo a servir os convidados, ter agilidade, proatividade e organização, deverá servir bebidas e comidas, respeitar as normas de higiene, recolher pratos, copos e talheres que estiverem sujos nas mesas, conhecer regras básicas de etiqueta para melhor atendimento ao público.	Buffet	200,00	200.000,00
Valor Total						**R$202.700,00**

MARIA BEATRIZ MACEDO COSTA 77800885615-ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº **17.632.212/0001-94,** vencedora dos itens de nº **03, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 28,** perfazendo o valor total de **R$ 1.228.835,00 (um milhão duzentos e vinte e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais),** discriminado da seguinte forma:

Item	Qtde	UN	Especificação	MARCA	R$/UNIT	R$/TOTAL
03	300	KG	Bolo para aniversario, confeitado, recheado (diversos sabores) Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	79,50	23.850,00
14	2.000	PES	Serviço de buffet - Opção 01 Buffet Almoço/Jantar: - Arroz Branco - Carne tipo Lagarto ao Molho Madeira - Salada Tropical (folhas diversas, manga, morango, presunto, muçarela) - Massa a definir podendo ser lasanha, spaghetti ao sugo, spaghetti ao bechamel, rondelle, entre outros.	Caseiro	65,00	130.000,00
15	1.000	PES	Serviço de buffet - Opção 02 Buffet Amoço/Jantar: - Arroz Branco - Strogonoff de Frango - Salada tropical com folhas diversas e frutas da estação - Batata palha	Caseiro	50,00	50.000,00
16	3.000	PES	Serviço de buffet - Opão 03 Buffet Almoço/Jantar: - Arroz branco - Salada tropical (folhas diversas, manga, morango, presunto, muçarela) - Feijão com bacon e calabresa - Frango assado com batatas - Massa a definir	Caseiro	60,00	180.000,00

17	1.500	PES	Serviço de buffet - Opção 04 Buffet Almoço/Jantar: - Arroz branco - Salada com folhas diversas e frutas da estação - feijão tropeiro - Pernil Assado com acompanhamento de molho barbecue - Massa a definir	Caseiro	70,00	105.000,00
18	3.000	PES	Serviço de buffet Sobremessa - Sorvete a definir sabor pelo contratante - Acompanhamento de calda de banana	Diversos	30,00	90.000,00
19	5.000	PES	Serviço de buffet de entradas para pequenas recepções: - Almôndegas - Mandioca - Tábua de frios (salaminho entre outros embutidos, queijo muçarela, azeitonas, palmito) - Ovo de codorna - Patê de frango - Torradas - Salgadinho variados.	Caseiro	70,00	350.000,00
21	1.500	LOC	Locação de talheres por dúzia (12 unidades), podendo variar e: - garfos Inox - facas Inox - colhers Inox	Diversos	20,00	30.000,00
22	1.500	LOC	Locação de pratos por dúzia (12 unidades) - Pratos de refeição 27x27x2,7cm - Porcelana	Diversos	20,00	30.000,00
23	1.500	LOC	Locação de pratos por dúzia (12 unidades) - Pratos de sobremesa 19,3 x 19,3 x 2cm - Porcelana	Diversos	20,00	30.000,00
24	1.500	LOC	Locação de taças por dúzia (12 unidades) - 300 ml Vidro	Diversos	20,00	30.000,00
25	1.500	LOC	Locação de copos por dúzia (12 unidades) - 200 ml Vidro.	Diversos	20,00	30.000,00
28	1.500	LOC	Locação de Rechaurd Inox 02 cubas 09 litros	Diversos	99,99	149.985,00
Valor Total						**R$1.228.835,00**

REQUINT SALGADOS PRATA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 50.079.618/0001-67,** vencedora dos item de **nº 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 26 e 27** perfazendo o valor total de **R$ 753.392,00 (setecentos e cinquenta e três mil trezentos e noventa e dois reais),** discriminado da seguinte forma:

Item	Qtde	UN	Especificação	MARCA	R$/UNIT	R$/TOTAL
01	500	UN	BOLO DE CENOURA (cenoura, farinha de trigo, ovo, óleo vegetal, fermento, açúcar e sal) com cobertura de chocolate. O produto deve ser entregue em porções fracionadas de 150 gr devidamente embaladas individualmente em material descartável próprio para alimentos e pronto para o consumo. O produto deve ser preparado e embalado na data da entrega. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	15,35	7.675,00
02	500	UN	BOLO DE FARINHA (farinha de trigo, fubá, açúcar, óleo ou manteiga ou margarina, ovo, leite, fermento). O produto deve ser entregue em porções fracionadas de 150 gr devidamente embaladas individualmente em material descartável próprio para alimentos e pronto para o consumo. O produto deve ser preparado e embalado na data da entrega. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	15,47	7.735,00
04	1.000	UN	Bolo sabores diversos pesando no mínimo 300gr. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	19,00	19.000,00
05	500	UN	BOLO SIMPLES (farinha de trigo, ovo, margarina ou manteiga, leite, açúcar e fermento). O produto deve ser entregue em porções fracionadas de 150 gr devidamente embaladas individualmente em material descartável próprio para alimentos e pronto para o consumo. O produto deve ser preparado e embalado na data da entrega. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	18,00	9.000,00
07	4.000	KT	Kit de lanche contendo os seguintes ingredientes: O1 pão francês de 50gr com manteiga e 180 ml de leite pasteurizado tipo C com achocolatado (servido em copo descartável).	Caseiro	7,99	31.960,00
08	1.800	KT	KIT LANCHE - CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: 01 PÃO FRANCÊS DE 50 GR COM 02 FATIAS DE MUSSARELA E 02 FATIAS DE PRESUNTO E 180 ML DE SUCO SABORES VARIADOS (SERVIDO EM COPO DESCARTÁVEL).	Caseiro	11,99	21.582,00
09	40.000	UN	Mini cachorro quente recheado de salsicha com peso mínimo 25gr. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	1,99	79.600,00
10	75.000	UN	MINI SALGADOS * assado variado, com as seguintes caracteristicas: coxinha de frango com peso mínimo de 20gr cada, empadinha de frango com peso mínimo de 15gr cada, risoles de carne com peso mínimo de 20gr cada, quibe com peso mínimo de 20gr cada, esfirra de carne com peso mínimo de 20gr cada, enroladinho de salsicha com peso mínimo de 20gr cada.	Caseiro	1,43	107.250,00
11	75.000	UN	MINI SALGADOS * frito variado, com as seguintes caracteristicas: coxinha de frango com peso mínimo de 20gr cada, empadinha de frango com peso mínimo de 15gr cada, risoles de carne com peso mínimo de 20gr cada, quibe com peso mínimo de 20gr cada, esfirra de carne com peso mínimo de 20gr cada, enroladinho de salsicha com peso mínimo de 20gr cada. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	1,87	140.250,00
12	1.500	KG	Pão de queijo 30 gr cada. Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	44,90	67.350,00
13	2.500	KG	Quitandas variadas (pão hungaro, sequilho e rosquinha). Características Adicionais: Caseiro.	Caseiro	44,90	112.250,00
26	2.000	PES	Serviço de coffee break com 04 tipos de salgados, 04 tipos de quitandas, 03 tipos de frios, 02 tipos de bolos, 02 tipos de pães e/ ou bolachas, 02 tipos de doces e 03 tipos de bebidas não alcoólicas.	Própria	44,90	89.800,00
27	2.000	PES	Serviço de coffee break kit de lanche, composto por 01 tipo de salgado, 01 tipo de quitanda, 01 tipo de biscoito doce, 01 tipo de bolo e 02 tipos de bebidas não alcoólicas.	Própria	29,97	59.940,00
Valor Total						**R$753.392,00**

1.3. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal do Prata, a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos da Lei n° 14.133/2021 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal do Prata solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.
1.6. Atender a contratante em conformidade com as requisições solicitadas, de acordo com as demandas e especificidades da Secretaria requisitante.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/2026 e seus anexos;
b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará por 01 (um) ano, contados a partir da data de publicação da Ata, podendo ser prorrogada, observadas as disposições da Lei Federal n° 14.133/2021.

4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

4.1. Prazo de Entrega:
4.1.1. Até 05 (cinco) dias corridos contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente pelo titular da Secretaria Requisitante ou preposto formalmente designado, observadas as condições e cronogramas estabelecidos para cada evento.
4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto e serviços poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

4.2. Do Local e Horário de Entrega:
4.2.1. Os materiais e serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Administração Municipal.

4.3. Condições de Recebimento:
4.3.1. O recebimento dos produtos e serviços ocorrerá da seguinte forma:
4.3.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega dos produtos ou da execução dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, oportunidade em que serão observados aspectos aparentes relacionados à quantidade, integridade, acondicionamento, apresentação e demais informações constantes da nota fiscal e da respectiva solicitação emitida pela Administração.
4.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos produtos fornecidos e/ou serviços executados, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante atesto do servidor responsável.
4.3.2. O transporte, descarregamento, montagem, organização e demais procedimentos necessários à perfeita execução do objeto correrão por conta da contratada, incluindo toda mão de obra, materiais, equipamentos e utensílios necessários.
4.3.3. Caberá ao servidor designado receber e conferir a qualidade, quantidade, condições de acondicionamento, validade dos produtos, bem como a adequada execução dos serviços prestados, para posterior atesto das notas fiscais. O recebimento definitivo poderá ser precedido de análise mais criteriosa sempre que necessário.
4.3.4. Os produtos fornecidos e os serviços prestados deverão atender às especificações constantes neste Termo de Referência, às normas sanitárias vigentes e aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos competentes.
4.3.5. Constatadas irregularidades, inadequações, defeitos, produtos impróprios para consumo, quantitativos divergentes ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, a contratada deverá promover a substituição dos produtos ou a correção dos serviços, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação formal, ou em prazo inferior quando a natureza do evento exigir atendimento imediato.
4.3.6. Reserva-se à Prefeitura Municipal do Prata o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos ou serviços executados em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, podendo aplicar as sanções cabíveis à contratada.
4.3.7. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando as medidas necessárias à regularização das falhas eventualmente constatadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
4.3.8. O recebimento ou aprovação dos produtos e serviços pela Prefeitura Municipal do Prata não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos produtos fornecidos, pela segurança alimentar, pela adequada prestação dos serviços e por quaisquer vícios ou defeitos constatados posteriormente, observadas as disposições legais aplicáveis.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 15 (quinze) dias úteis após a entrega/execução, a contar do recebimento do relatório acompanhado da Nota Fiscal pela Divisão de Compras da Prefeitura Municipal do Prata-MG.
5.2. O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Nota Fiscal Eletrônica.
5.3. O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.
5.4. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme descriminada neste Edital.
5.5. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.6. O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS e FGTS.
5.7. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal Eletrônica.
5.8. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal Eletrônica apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
5.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
5.10. No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.
5.11. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
5.12. As despesas decorrentes da presente aquisição desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento da Prefeitura Municipal do Prata e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações nas datas dos respectivos empenhos:

Secretaria Municipal de Governo
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.01.00.04.122.0002.2004.3.3.90.30.00 (34)
02.01.00.04.122.0002.2004.3.3.90.39.00 (38)
02.01.00.04.122.0002.2007.3.3.90.30.00 (40)
02.01.00.04.122.0002.2007.3.3.90.39.00 (42)

Secretaria Municipal de Controladoria Geral
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.02.00.04.122.0002.2133.3.3.90.30.00 (68)
02.02.00.04.122.0002.2133.3.3.90.39.00 (71)
02.02.00.04.124.0002.2011.3.3.90.30.00 (78)
02.02.00.04.124.0002.2011.3.3.90.39.00 (80)

Secretaria Municipal de Comunicação
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.04.00.04.131.0002.2010.3.3.90.30.00 (100)
02.04.00.04.131.0002.2010.3.3.90.39.00 (102)

Secretaria Municipal de Administração
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.05.00.04.122.0002.2012.3.3.90.30.00 (119)
02.05.00.04.122.0002.2012.3.3.90.39.00 (122)

Secretaria Municipal de Educação
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.07.01.12.122.0006.2036.3.3.90.30.00 (186)
02.07.01.12.122.0006.2036.3.3.90.39.00 (189)
02.07.01.12.128.0006.2161.3.3.90.30.00 (199)
02.07.01.12.128.0006.2161.3.3.90.39.00 (201)
02.07.01.12.364.0006.2103.3.3.90.30.00 (204)
02.07.01.12.364.0006.2103.3.3.90.39.00 (205)
02.07.01.12.364.0006.2122.3.3.90.30.00 (212)
02.07.01.12.364.0006.2122.3.3.90.39.00 (214)
02.07.02.12.361.0006.2037.3.3.90.30.00 (240)
02.07.02.12.361.0006.2037.3.3.90.39.00 (242)
02.07.02.12.361.0006.2039.3.3.90.30.00 (248)
02.07.02.12.361.0006.2039.3.3.90.39.00 (250)
02.07.02.12.361.0006.2046.3.3.90.30.00 (256)
02.07.02.12.361.0006.2076.3.3.90.30.00 (262)
02.07.02.12.361.0006.2104.3.3.90.30.00 (266)
02.07.02.12.361.0006.2104.3.3.90.39.00 (267)
02.07.02.12.361.0006.2163.3.3.90.30.00 (273)
02.07.02.12.361.0006.2163.3.3.90.39.00 (274)
02.07.02.12.365.0006.2042.3.3.90.30.00 (282)
02.07.02.12.365.0006.2042.3.3.90.39.00 (285)
02.07.02.12.365.0006.2047.3.3.90.30.00 (291)
02.07.02.12.365.0006.2047.3.3.90.39.00 (293)

Secretaria Municipal de Cultura
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.08.01.13.122.0008.2041.3.3.90.30.00 (306)
02.08.01.13.122.0008.2041.3.3.90.39.00 (309)
02.08.01.13.392.0008.2144.3.3.90.30.00 (313)
02.08.01.13.392.0008.2144.3.3.90.39.00 (316)
02.08.02.13.391.0008.2144.3.3.90.30.00 (320)
02.08.02.13.391.0008.2144.3.3.90.39.00 (322)
02.08.02.13.391.0008.2148.3.3.90.30.00 (324)
02.08.02.13.391.0008.2148.3.3.90.39.00 (326)
02.08.02.13.391.0008.2149.3.3.90.30.00 (328)
02.08.02.13.391.0008.2149.3.3.90.39.00 (329)
02.08.03.13.392.0008.2146.3.3.90.30.00 (331)
02.08.03.13.392.0008.2146.3.3.90.39.00 (333)
02.08.03.13.392.0008.2147.3.3.90.30.00 (334)
02.08.03.13.392.0008.2147.3.3.90.39.00 (336)
02.08.04.13.392.0008.2150.3.3.90.30.00 (338)
02.08.04.13.392.0008.2150.3.3.90.39.00 (340)
02.08.04.13.392.0008.2151.3.3.90.30.00 (342)
02.08.04.13.392.0008.2151.3.3.90.39.00 (344)

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.09.00.27.122.0007.2100.3.3.90.30.00 (352)
02.09.00.27.122.0007.2100.3.3.90.39.00 (355)

02.09.00.27.812.0007.2134.3.3.90.30.00 (358)
02.09.00.27.812.0007.2134.3.3.90.39.00 (362)

Secretaria Municipal de Saúde
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.10.01.10.122.0004.2090.3.3.90.30.00 (375)
02.10.01.10.122.0004.2090.3.3.90.39.00 (377)
02.10.02.10.301.0004.2028.3.3.90.30.00 (387)
02.10.02.10.301.0004.2028.3.3.90.39.00 (391)
02.10.02.10.301.0004.2121.3.3.90.30.00 (399)
02.10.02.10.301.0004.2121.3.3.90.39.00 (401)
02.10.02.10.302.0004.2061.3.3.90.30.00 (410)
02.10.02.10.302.0004.2061.3.3.90.39.00 (413)
02.10.02.10.302.0004.2074.3.3.90.30.00 (421)
02.10.02.10.302.0004.2074.3.3.90.39.00 (423)
02.10.02.10.302.0004.2130.3.3.90.30.00 (433)
02.10.02.10.302.0004.2130.3.3.90.39.00 (437)
02.10.02.10.302.0004.2132.3.3.90.30.00 (448)
02.10.02.10.302.0004.2132.3.3.90.39.00 (450)
02.10.02.10.304.0004.2032.3.3.90.30.00 (467)
02.10.02.10.304.0004.2032.3.3.90.39.00 (469)
02.10.02.10.305.0004.2033.3.3.90.30.00 (477)
02.10.02.10.305.0004.2033.3.3.90.39.00 (479)
02.10.02.10.305.0004.2106.3.3.90.30.00 (488)
02.10.02.10.305.0004.2106.3.3.90.39.00 (490)

FONTE DE RECURSO: 1.600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal
02.10.01.10.122.0004.2090.3.3.90.39.00 (377)
02.10.02.10.301.0004.2028.3.3.90.30.00 (387)
02.10.02.10.301.0004.2028.3.3.90.39.00 (391)
02.10.02.10.301.0004.2121.3.3.90.30.00 (399)
02.10.02.10.301.0004.2121.3.3.90.39.00 (401)
02.10.02.10.302.0004.2061.3.3.90.30.00 (410)
02.10.02.10.302.0004.2061.3.3.90.39.00 (413)
02.10.02.10.302.0004.2074.3.3.90.30.00 (421)
02.10.02.10.302.0004.2074.3.3.90.39.00 (423)
02.10.02.10.302.0004.2130.3.3.90.30.00 (433)
02.10.02.10.302.0004.2130.3.3.90.39.00 (437)

FONTE DE RECURSO: 1.621 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Estado
02.10.01.10.122.0004.2090.3.3.90.39.00 (377)
02.10.02.10.301.0004.2028.3.3.90.30.00 (387)
02.10.02.10.301.0004.2028.3.3.90.39.00 (391)
02.10.02.10.301.0004.2121.3.3.90.30.00 (399)
02.10.02.10.301.0004.2121.3.3.90.39.00 (401)
02.10.02.10.302.0004.2061.3.3.90.30.00 (410)
02.10.02.10.302.0004.2061.3.3.90.39.00 (413)
02.10.02.10.302.0004.2074.3.3.90.30.00 (421)
02.10.02.10.302.0004.2074.3.3.90.39.00 (423)
02.10.02.10.302.0004.2130.3.3.90.39.00 (437)
02.10.02.10.304.0004.2032.3.3.90.39.00 (469)
02.10.02.10.305.0004.2033.3.3.90.30.00 (477)
02.10.02.10.305.0004.2033.3.3.90.39.00 (479)
02.10.02.10.305.0004.2106.3.3.90.30.00 (488)
02.10.02.10.305.0004.2106.3.3.90.39.00 (490)

Secretaria Municipal de Ação Social e Promoção Humana
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.11.01.08.122.0010.2027.3.3.90.30.00 (501)
02.11.01.08.122.0010.2027.3.3.90.39.00 (505)
02.11.01.08.122.0010.2178.3.3.90.30.00 (509)
02.11.01.08.122.0010.2178.3.3.90.39.00 (511)
02.11.01.08.243.0010.2056.3.3.90.30.00 (516)
02.11.01.08.243.0010.2056.3.3.90.39.00 (518)
02.11.01.11.334.0010.2141.3.3.90.30.00 (526)
02.11.01.11.334.0010.2141.3.3.90.39.00 (528)
02.11.02.08.122.0010.2169.3.3.90.30.00 (534)
02.11.02.08.122.0010.2169.3.3.90.39.00 (538)
02.11.02.08.122.0010.2170.3.3.90.30.00 (543)
02.11.02.08.122.0010.2170.3.3.90.39.00 (546)
02.11.02.08.122.0010.2171.3.3.90.30.00 (553)
02.11.02.08.122.0010.2171.3.3.90.39.00 (556)
02.11.02.08.122.0010.2176.3.3.90.30.00 (562)
02.11.02.08.122.0010.2176.3.3.90.39.00 (563)

02.11.02.08.244.0010.2177.3.3.90.30.00 (576)
02.11.02.08.244.0010.2177.3.3.90.39.00 (577)
02.11.02.08.245.0010.2172.3.3.90.30.00 (585)
02.11.02.08.245.0010.2172.3.3.90.39.00 (587)
02.11.02.08.245.0010.2173.3.3.90.30.00 (595)
02.11.02.08.245.0010.2173.3.3.90.39.00 (598)
02.11.03.08.243.0010.2139.3.3.90.30.00 (602)
02.11.03.08.243.0010.2139.3.3.90.39.00 (605)
02.11.04.08.241.0010.2126.3.3.90.30.00 (608)
02.11.04.08.241.0010.2126.3.3.90.39.00 (611)
02.11.05.08.244.0010.2142.3.3.90.30.00 (613)
02.11.05.08.244.0010.2142.3.3.90.39.00 (616)
02.11.06.08.242.0010.2140.3.3.90.30.00 (619)
02.11.06.08.242.0010.2140.3.3.90.39.00 (622)

FONTE DE RECURSO: 1.660 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
02.11.02.08.122.0010.2170.3.3.90.30.00 (543)
02.11.02.08.122.0010.2170.3.3.90.39.00 (546)
02.11.02.08.122.0010.2171.3.3.90.30.00 (553)
02.11.02.08.122.0010.2171.3.3.90.39.00 (556)
02.11.02.08.245.0010.2172.3.3.90.30.00 (585)
02.11.02.08.245.0010.2172.3.3.90.39.00 (587)

FONTE DE RECURSO: 1.661 – Transferências de Recursos do Fundos Estaduais de Assistência Social – FNAS
02.11.01.08.122.0010.2027.3.3.90.39.00 (505)
02.11.02.08.245.0010.2173.3.3.90.30.00 (595)

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.12.00.17.512.0011.2123.3.3.90.30.00 (624)
02.12.00.17.512.0011.2123.3.3.90.39.00 (626)
02.12.00.18.122.0011.2089.3.3.90.30.00 (633)
02.12.00.18.122.0011.2089.3.3.90.39.00 (637)
02.12.00.18.541.0011.2155.3.3.90.30.00 (651)
02.12.00.18.541.0011.2155.3.3.90.39.00 (652)
02.12.00.18.541.0011.2157.3.3.90.30.00 (653)
02.12.00.18.541.0011.2157.3.3.90.39.00 (655)
02.12.00.18.541.0011.2160.3.3.90.30.00 (662)
02.12.00.18.541.0011.2160.3.3.90.39.00 (664)
02.12.00.18.541.0011.2180.3.3.90.30.00 (668)
02.12.00.18.541.0011.2180.3.3.90.39.00 (669)

Secretaria Municipal de Obras
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.13.00.15.122.0009.2107.3.3.90.30.00 (675)
02.13.00.15.122.0009.2107.3.3.90.39.00 (678)

Secretaria Municipal de Serviços Públicos
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.14.00.15.452.0009.2085.3.3.90.30.00 (724)
02.14.00.15.452.0009.2085.3.3.90.39.00 (726)
02.14.00.15.452.0009.2088.3.3.90.30.00 (740)
02.14.00.15.452.0009.2088.3.3.90.39.00 (742)

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Infraestrutura Rural
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.15.00.20.608.0012.2038.3.3.90.30.00 (766)
02.15.00.20.608.0012.2038.3.3.90.39.00 (769)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação
FONTE DE RECURSO: 1.500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
02.16.01.23.691.0013.2062.3.3.90.30.00 (802)
02.16.01.23.691.0013.2062.3.3.90.39.00 (805)

5.13. As dotações orçamentárias apresentadas poderão ser alteradas de acordo com o orçamento vigente a época da contratação.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1. A Prefeitura Municipal do Prata poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os produtos decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Prefeitura Municipal do Prata não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do fornecimento;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura Municipal do Prata.
6.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Prefeitura Municipal do Prata fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais Fornecedores a nova ordem de registro.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará o fornecedor sujeito às seguintes penalidades:
a) Advertência – inciso I, quando dar causa a inexecução parcial do contrato;
b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato - inciso II;
c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor contratado, caso haja atraso na entrega, limitado a 30% (trinta por cento) – inciso II.
d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.
f) A sanção de que trata a alínea 'b", não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021
g) As sanções das alíneas "c" e "d" não poderá ser aplicada sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14133/2021.
h) A aplicação das sanções deverá ser precedida de analise jurídica e somente pela Secretaria Requisitante, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
i) A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

8. DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

8.1. O fornecimento dos produtos/serviços nesta Ata será requisitado pelo setor competente citada na Cláusula Primeira, mediante a elaboração do termo contratual correspondente, sendo que cada termo contratual conterá no mínimo:
8.1.1. Número da Ata;
8.1.2. Quantidade do Produto/Serviços;
8.1.3. Descrição do produto requisitado;
8.1.4. Local e hora da entrega;
8.1.5. Do recebimento;
8.1.6. Dotação orçamentária onerada;
8.1.7. Valor;
8.1.8. Condições de pagamento;
8.1.9. Penalidade;
8.2. A detentora da ata deverá aceitar e/ou retirar o termo contratual, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da data de recebimento do memorando do setor interessado.

9. DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

9.1. Este documento poderá ser assinado eletronicamente e/ou digital, mediante utilização (i) de processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP-Brasil e produzirá todos os seus efeitos com relação aos signatários, conforme parágrafo 1° do artigo 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou (ii) de qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica (tais como mediante utilização dos aplicativos Docusign ou Adobesign), inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, o qual é admitido pelos signatários como válido, conforme parágrafo 2° do artigo 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
9.2. No caso de assinatura digital será considerada para efeitos de vigência a data constante no documento.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integra esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/2026 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.
10.2. Fica eleito o Foro da Cidade do Prata/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Prata/MG, 08 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE PRATA
Contratante

NAIARA ANDRADE LIMA E SILVA
Secretária Municipal de Governo

HELTON CESAR OLIVIERA SILVA
Secretário Municipal da Controladoria Geral

ALESSANDRO CAMARGOS SILVA
Secretário Municipal de Administração

BRUNO ALVARENGA PEREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ROSEMBERG FERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

FÁBIO REZENDE ASSUMÇÃO
Secretário Municipal de Agricultura

BRUNO DE SOUZA VIEIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

IURY REZENDE RIBEIRO
Secretário Municipal de Saúde

RAYSA VILELA JUNQUEIRA
Secretária Municipal de Cultura

POLIANA OLIVEIRA TANNUS BERNARDES
Secretária Municipal de Educação

GISELLA MARQUES VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Secretária Municipal de Ação Social

WASHINGTON VILELA SOUSA
Secretário Municipal de Desen. Econômico

EMPRESAS:

KACTUS PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 18.125.972/0001-78
Itens nº 06 e 20

MARIA BEATRIZ MACEDO COSTA 77800885615-ME
CNPJ/MF sob o nº 17.632.212/0001-94
Itens nº 03, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 28

REQUINT SALGADOS PRATA LTDA
CNPJ/MF sob o nº 50.079.618/0001-67
Itens nº 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 26 e 27

Publicado por:
Juscelen Novaes Alves
Código Identificador:83147361

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 527/2026

Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, Prefeito do Município de Prata, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 69, VI e IX da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares de 30 (TRINTA) dias, fragmentadas, no mês de Setembro/2026, aos servidores:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo	Período do Gozo
03642	Luciene Benedita Vilela Novais	23/10/2024 a 22/10/2025	17/09/2026 a 30/09/2026
04453	Roseane Alves Gonzaga	25/03/2023 a 24/03/2024	14/09/2026 a 18/09/2026 21/09/2026 a 10/05/2026
09472	Janaini Souza Mendes	12/01/2025 a 11/01/2026	21/09/2026 a 25/09/2026
09248	Aline Aparecida Freitas Nascimento	24/02/2025 a 23/02/2026	11/09/2026 a 30/9/2026
08649	Isabela Da Silva Nogueira	20/05/2025 a 19/05/2026	28/09/2026 a 11/10/2026
08279	Jaineli Goncalves Maia	11/12/2024 a 10/12/2025	16/09/2026 a 30/09/2026
03567	Luciana Maria Goncalves Nogueira	01/11/2023 a 31/10/2024	21/09/2026 a 30/09/2026
08277	Luciano Augusto Santos Souza	01/12/2023 a 30/11/2024	06/09/2026 a 20/09/2026
04168	Marilia Caetano Rosa	06/01/2025 a 05/01/2026	15/09/2026 a 29/09/2026
06085	Millayne Nunes Mendes	04/07/2022 a 03/07/2023	21/09/2026 a 10/10/2026
04909	Nancy Correia Almeida Martins Borges	04/07/2023 a 03/07/2024	14/09/2026 a 23/09/2026
04114	Patricia Carla Terra Silva	02/01/2020 a 01/01/2021	07/09/2026 a 21/09/2026
05696	Virginia Maria Terra Silva	29/05/2023 a 28/05/2024	14/09/2026 a 23/09/2026
08566	Eveline Mendes Da Silva	04/03/2025 a 03/03/2026	09/09/2026 a 23/09/2026
08858	Cleia Rodrigues Ferreira	02/01/2025 a 01/01/2026	14/09/2026 a 28/09/2026
08881	Leticia Rodrigues Vieira	13/01/2025 a 12/01/2026	16/09/2026 a 30/09/2026
08946	Maria Eduarda Franco Vilela	20/01/2025 a 19/01/2026	29/09/2026 a 13/10/2026
06273	Priscilla Poanca Ribeiro Flores	18/04/2025 a 17/04/2026	14/09/2026 a 28/09/2026
09391	Caldeli Goncalves Maia	19/09/2025 a 18/09/2026	21/09/2026 a 10/10/2026
04111	Bruno Goncalves Rosa	02/01/2025 a 01/01/2026	15/09/2026 a 29/09/2026

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Prata, em 08 de setembro de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaís Rezende Galvão
Código Identificador:D673B5F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 143/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no uso de suas atribuições legais, em especial, as que lhe conferem os artigos 58 e 95, ambos da Lei Orgânica do Município, autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 06 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026; com base no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; com base na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e considerando as necessidades das Secretarias Municipais de Ribeirão das Neves;

DECRETA:
Art.1º Fica aberto no orçamento do Município, para o exercício de 2026, os Créditos Suplementares para reforço das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R$ 3.680.618,19 (três milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e dezoito reais e dezenove centavos).

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
03.001.4.131.101.2006-3.3.90.33	1.501.000.0000	R$ 11.500,00
05.002.4.122.101.2309-3.3.90.40	1.500.000.0000	R$ 265.000,00
09.002.15.451.102.2019-4.4.90.51	1.500.000.0000	R$ 80.000,00
10.002.10.122.105.2836-3.3.90.30	1.500.514.1002	R$ 46.118,19
10.004.10.301.105.2402-3.1.90.94	1.600.000.0000	R$ 30.000,00
10.004.10.302.101.2846-3.1.90.94	1.600.000.0000	R$ 30.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.3.90.34	1.500.000.1002	R$ 1.300.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.3.90.34	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.006.10.302.105.2417-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 200.000,00
10.008.10.122.101.2845-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 10.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.40	1.621.000.0000	R$ 3.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.34	1.500.000.1002	R$ 1.450.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.34	1.500.000.1002	R$ 150.000,00
11.001.4.127.108.2858-3.3.90.30	1.501.000.0000	R$ 15.000,00
14.005.6.181.101.2779-3.3.90.41	1.500.000.0000	R$ 5.000,00
14.005.6.181.101.2273-3.3.90.30	1.500.000.0000	R$ 35.000,00
TOTAL		R$ 3.680.618,19

Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face aos créditos de que trata o artigo anterior, de acordo com o § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes recursos:

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
03.004.4.122.103.2842-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 8.000,00
03.004.4.122.103.2861-3.3.90.36	1.501.000.0000	R$ 3.500,00
05.001.4.122.101.2020-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 265.000,00
09.002.15.451.109.2879-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 80.000,00
10.001.10.122.101.2131-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 30.000,00
10.002.10.122.101.2414-3.3.90.14	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.002.10.122.101.2414-3.3.90.33	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.002.10.122.105.2836-3.3.90.99	1.500.503.1002	R$ 46.118,19
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.04	1.600.000.0000	R$ 30.000,00
10.004.10.302.105.2399-3.1.90.04	1.600.000.0000	R$ 30.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 1.300.000,00
10.005.10.302.105.2401-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 700.000,00
10.006.10.302.105.2622-3.3.90.30	1.500.000.1002	R$ 45.000,00
10.008.10.122.105.2889-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 10.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.39	1.500.000.1002	R$ 25.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.3.90.39	1.621.000.0000	R$ 3.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 750.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 50.000,00
10.010.10.302.105.2626-3.1.90.04	1.500.000.1002	R$ 150.000,00
11.001.4.122.101.1853-3.3.90.39	1.501.000.0000	R$ 15.000,00
14.001.6.122.101.2270-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 5.000,00
14.001.6.122.101.2270-3.3.90.39	1.500.000.0000	R$ 35.000,00
TOTAL		R$ 3.680.618,19

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 24 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves/MG, 24 de agosto de 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito Municipal

MARCELO FONSECA DA SILVA
Procurador Geral do Município

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A6EA12A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO Nº SFUP 198/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS		
AUTO DE INFRAÇÃO		**Nº SFUP 198/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**Data: 16/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): NUBIANE RAMALHO BRAGA		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 056.***.***-09	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 1.0122.021.0033.001
ENDEREÇO COMPLETO ONDE SERÁ ENVIADO O AUTO DE INFRAÇÃO: RUA AVENIDA LEONTINO FRANCISCO ALVES, N° 470 APTO 301 SERRA VERDE, CEP: 31.630-000 BELO HORIZONTE/MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **EXECUTAR OBRA SEM A DEVIDA LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL.**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: *LEI COMPLEMENTAR N° 212/2021* "*Art. 17. Nenhuma obra de construção, reforma, ampliação ou demolição, poderá ser executada sem o respectivo alvará expedido pela Prefeitura Municipal ...*"		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: PARALISAR E REGULARIZAR A OBRA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATO PRAZO PARA RECURSO: ( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias (X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – 15 dias		
NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA, EM CASO DE PREVISÃO LEGAL (ANEXO I, DECRETO 28/2019 E/OU ANEXO III, LEI COMPLEMENTAR 212/2021): NÃO SE APLICA		
NÚMERO E DATA DA INFRAÇÃO ANTERIOR, EM CASO DE REINCIDÊNCIA: NÃO SE APLICA		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO ARTIGO: 17°	**VALORES EM UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO UFMS: 400**	**CLASSIFICAÇÃO / GRAU DA INFRAÇÃO:** **( ) LEVE** **( ) MÉDIA** **( ) GRAVE** **(x) GRAVÍSSIMA**
TOTAL:	**400 UFMS**	
TOTAL EM CASO DE REINCIDÊNCIA:		
PERIODICIDADE DE APLICAÇÃO: **30 dias**	**PRAZO PARA RECURSO A SER REQUERIDO NO PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA:** **( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias** **(x) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – 30 dias**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA LUIZ ALVES DA ROCHA, N° 429 RESIDENCIAL PORTO SEGURO, CEP: 33.863-029 RIBEIRÃO DAS NEVES/MG (LOTE: 0033 QUADRA:00021)**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO: **( ) Apreensão (X) Interdição (X) Embargo (X) Demolição ( ) Cassação da licença**		
3-OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS:		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 21.093**		

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B034FE43

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 0195/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 0195/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): GLEYDSTON PINTO MARTINS		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 108.XXX.266-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0001.015.0011.001**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): Rua OITO (Landi 1ª), 60 CEP: 33925-340, BAIRRO: LANDI 1ª SEÇÃO JUSTINOPOLIS -Ribeirão das Neves		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Passeio não pavimentado		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 66****. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades,* ***bem como pavimentar os passeios.*** *Lei 040/2006* ***Art. 71****. A construção e a reconstrução de passeios dos logradouros, em toda a extensão das testadas dos terrenos, edificados ou não,* ***compete aos seus proprietários****. Lei 212/2021*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: Art. 68.A construção ou reforma das calçadas e passeios deverá atender aos padrões estabelecidos na Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade - NBR 9050, edição atualizada. Lei 212/2021		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 60 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua OITO (Landi 1ª), BAIRRO: LANDI 1ª SEÇÃO JUSTINOPOLIS, QUADRA: 015, LOTE: 0011		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO ANTERIOR – MULTA de 30 (TRINTA) UFM - UNIDADE FISCAIS DO MUNICÍPIO - DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências".		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA NUP 03927.2026.002446-07		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS M ATRÍCULA: 27.789		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FC0A48FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 190/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 190/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): Barbará Evellyn da Costa Silva		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 4xx1x03x0001-5x	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA O AUTO DE INFRAÇÃO: **RUA MONTE SIAO, Nº 70, BAIRRO FORTALEZA, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.934-230**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DA INFRAÇÂO N° SFUP 2917/2026		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ARTIGO 47 DA LEI COMPLEMENTAR 040/2006		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATO AO RECEBIMENTO DESTE.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade (“Prazo para cumprimento”)**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA MONTE SIAO, Nº 70, BAIRRO FORTALEZA, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.934-230**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO: MULTA MÉDIA NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO – UFM -LEI 040/2006 – ART. 47.		
3- OBSERVAÇÕES: Reinciência Se faz necessário a retirada de TODA alvenaria no passeio.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 501021**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D46735B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 191/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 191/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): Adega City		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 019.*4*.6*6-00	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO: **RUA DAS SAMAMBAIAS bairro PIEDADE (ao redor do campo), N° 150 CEP: 33.913-000, BAIRRO PIEDADE – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **EXERCER ATIVIDADE COMERCIAL SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA, CONCEDIDA NA FORMA DE ALVARÁ.(comércio de bebidas)**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: **Art. 95. - Nenhum estabelecimento comercial, de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará de Localização e Funcionamento, a requerimento dos interessados.**		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: **CUMPRIR AO QUE PRECEITUA A LEGISLAÇÃO APLICADA**		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 15 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade (“Prazo para cumprimento”)**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA DAS SAMAMBAIAS bairro PIEDADE (ao redor do campo), N° 150 CEP: 33.913-000, BAIRRO PIEDADE – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG**		
PENALIDADE DEVIDO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO N° 3250/2026 EMITIDA DIA 26/06/2026: MULTA NÃO INFERIOR A 150 (CENTO E CINQUENTA) UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM CONFORME DECRETO N° 016/2026.		
3- OBSERVAÇÕES: Descumprimento da notificação 3250/2026 data 26/06/2026		
4- ASSINATURAS:		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 501021 MATRÍCULA: 17801**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F63F7D6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 192/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP 192/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR	**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA):	**NOME FANTASIA:**

SIMONE RIBEIRO DA CRUZ		NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 989.***.***- 49	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **1.0011.033.0012.001**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO: **RUA AJAIR DE ALMEIDA COSTA Nº 658, BAIRRO MANTIQUEIRA, BELO HORIZONTE, CEP 31.660-280**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: INFRINGIR O ARTIGO 11 DA LEI 040/2006		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: **Lei 040/2006:** ***Art.11 - Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d`água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200/2019)"***		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA OSVALDO CRUZ, Nº 123, BAIRRO BOTAFOGO/ JUSTINÓPOLIS – RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.933-200**		
PENALIDADE APLICADA MULTA GRAVE NÃO INFERIOR A 50 (CINQUENTA) UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO - UFM – ART. 11 DA LEI 040/2006.		
3-OBSERVAÇÕES: AUTO DE INFRAÇÃO APLICADO PELO DESCUMPRIMENTO DO AUTO DE NOTIFICAÇÃO N° SFUP 1120/2025		
4- ASSINATURAS:		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 26.656**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:82C7D431

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 193/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP** **193/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 14/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): SIMONE RIBEIRO DA CRUZ		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 989.***.***- 49	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** **1.0011.033.0012.001**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO: **RUA AJAIR DE ALMEIDA COSTA Nº 658, BAIRRO MANTIQUEIRA, BELO HORIZONTE, CEP 31.660-280**		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO N° SFUP 1120/2025		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ARTIGO 47 DA LEI COMPLEMENTAR 040/2006.		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATO AO RECEBIMENTO DESTE.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA OSVALDO CRUZ, Nº 123, BAIRRO BOTAFOGO/ JUSTINÓPOLIS – RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.933-200**		
PENALIDADE APLICADA MULTA MÉDIA NÃO INFERIOR A 30 (TRINTA) UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO – UFM -LEI 040/2006 – ART. 47.		
3-OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS:		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 26.656**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A20E73E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 194/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP:** 194/2026
1- IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		**DATA:** 14/07/2026
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): KELY FERREIRA SOARES		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 120.xxx.xxx-30	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 3.0080.029.0029.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA VINTE E TRÊS, 33, FLORENÇA – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG. CEP: 33823-340		
2- TERMOS DO AUTO DE INFRAÇÃO:		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Manter terrenos/lotes cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites do município. Atos e/ou ações contraditórias ao que preceitua o artigo 66.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: "Art. 11º – Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações.		

§ 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.(…)" "Art. 66° - Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio – fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades, bem como pavimentar os passeios."
PELO PRESENTE FICA O AUTUADO OBRIGADO A CUMPRIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: REALIZAR O PAGAMENTO DA MULTA DISCRIMINADA ABAIXO E PROVIDENCIAR A LIMPEZA DO LOTE.

PRAZO PARA CUMPRIMENTO: imediato.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(x) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento").**

LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua SATURNINO VICENTE DA SILVA, 857, esquina com rua paulo césar dos santos, bairro FLORENÇA, ribeirão das neves/mg.
MULTA: Multa referente a 80 UFM (OITENTA Unidades Fiscais do Município), EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 061/2025, ANEXO ÚNICO, ITENS 13 E 46. PERIODICIDADE DE reaplicação DA MULTA: 30 (TRINTA) e 60 (sessenta) DIAS.
3- OBSERVAÇÕES:
em descumprimento Ao auto de infração nº 267/2025 E A manifestação registrada junto a ouvidoria municipal, nup: 03927.2026.001677-77, processo sei: 2025-47.
4- ASSINATURAS:
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 500.983**

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6E091636

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 209/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 209/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 23/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): Maria Luiza Barbosa		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 653xxxxxx-30	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0015.021.0016.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA O AUTO DE INFRAÇÃO: RUA Nova Jerusalém Nº 552, BAIRRO ESPERANÇA, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.913-220		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DA Notificação N° SFUP 1213/2025 data 16/12/2025		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ARTIGO 47 e 48 DA LEI COMPLEMENTAR 040/2006		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATO AO RECEBIMENTO DESTE.	**PRAZO PARA RECURSO: (X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias ( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA Nova Jerusalém Nº 552, BAIRRO ESPERANÇA, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.913-220**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO: MULTA MÉDIA NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO – UFM -LEI 040/2006 – ART. 47.		
3- OBSERVAÇÕES: Reinciência Se faz necessário a Limpeza do passeio		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 501021**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:616A33AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 210/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 210/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 23/07/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): PAULO RAMOS DOS SANTOS		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 955.194.246-91	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 1.0016.011.0073.000
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA* A INFRAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA laranjeiras 148, Vale das Cerejeiras (Justinópolis), Ribeirão das Neves – CEP 33902-090 *A SER PUBLICADA TAMBÉM NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: CONSTRUÇÃO REALIZADA, SEM LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 17****. Nenhuma obra de* ***construção****, reforma, ampliação ou demolição, poderá ser executada sem o respectivo alvará expedido pela Prefeitura Municipal, exceto: …*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: REGULARIZAR A OBRA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATAMENTE AO RECEBIMENTO DESTE	**PRAZO PARA RECURSO: ( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias (X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – 15 dias**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua RODRIGUES ALVES (Menezes), 597 CEP: 33913-270, BAIRRO: MENEZES (Justinópolis), QUADRA: 00011, LOTE: 0073		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO: O infrator deverá providenciar a documentação exigida no prazo estabelecido e paralisar a obra, conforme as disposições previstas na Lei Complementar 212/2021 além de efetuar o pagamento da importância de 400 UFM – Unidade Fiscal do Município de Ribeirão das Neves nos termos do Artigo 176 IV (infração gravíssima) e Anexo III item 02 da Lei Complementar Nº 212/2021.		
3-OBSERVAÇÕES: Conforme o Artigo 178 do Código de Obras – Lei Complementar n° 212/2021, comunicamos o EMBARGO da referida obra, fica o proprietário ou RT impedidos de dar continuidade a obra ainda não licenciada, sujeitos a penalidades administrativas em caso de descumprimento, inclusive multa em dobro por reincidência.		
4-ASSINATURAS		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 501.021**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste Auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D5AF9BE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 214/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 214/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 04/08/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): ANTENOR FERNANDES DOS SANTOS		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: 917.XXX.220-XX	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 2.0084.002.0012.000**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA VEREADOR SILAS NOGUEIRA(ANTIGA RUA 13), 425 CEP: 33860-020, BAIRRO: BOM SOSSEGO, RIBEIRÃO DAS NEVES -MG		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: MANTER SOB SUA PROPRIEDADE LOTE E PASSEIO FRONTEIRIÇO, SUJOS.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Art. 11 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações e manter fechada a caixa d´água, sob pena de multa não inferior a 50 (cinquenta) Unidade Fiscais do Município - UFM. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200/2019) **Art. 66**. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meio-fios, são obrigados a construir os respectivos muros, cercas ou grades, **bem como pavimentar os passeios.** Lei 040/2006		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: Art 11º § 1º Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município. **Art. 68**.A construção ou reforma das calçadas e passeios deverá atender aos padrões estabelecidos na Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade - NBR 9050, edição atualizada. Lei 212/2021		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: LOTE - 30 DIAS PASSEIO - 60 DIAS	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 - Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO BAIRRO: BOM SOSSEGO, QUADRA: 00002, LOTE: 0012		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO – ARI 224/2025 Conforme DECRETO Nº 061/2025 Altera o Anexo I do Decreto n° 028, de 11 de março de 2019, que "Regulamenta os dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 29 de dezembro de 2006 (Código de Posturas do Município de Ribeirão das Neves), e dá outras providências". MANTER TERRENOS / LOTES COBERTOS DE MATO - 100 UFM -PASSEIO NÃO PAVIMENTADO - 60 UFM - ART. 169- NAS REINCIDÊNCIAS AS MULTAS SERÃO CONTADAS EM DOBRO.		
3- OBSERVAÇÕES: RECLAMAÇÃO OUVIDORIA - NUP - 03927.2025.001907-43		
4- ASSINATURAS- FISCAL DE OBRAS E POSTURAS – MATRÍCULA:27.789		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:7C38AB8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 216/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 216/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 10/08/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): Odonto Saúde Ltda ME		**NOME FANTASIA:** NÃO SE APLICA
CNPJ/CPF: 11.181.961/0002-47	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 1.0016.023.0002.001**
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA O AUTO DE INFRAÇÃO: Av. Costa e Silva Nº 115, BAIRRO Menezes, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.913-290		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DA Notificação N° SFUP 001601 data 24/07/2026		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ARTIGO 47 e 95 DA LEI COMPLEMENTAR 040/2006		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: CUMPRIR AO QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATO AO RECEBIMENTO DESTE.	**PRAZO PARA RECURSO:** **(X) Lei Complementar 040/2006, Artigo 47 – Imediato art. 95 – 15 dias** **( ) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – Mesmo prazo fixado para sanar a irregularidade ("Prazo para cumprimento")**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Av. Costa e Silva Nº 115, BAIRRO Menezes, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33.913-290		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO: MULTA ART. 95 Grave 150 (cento e cinquenta) – UFMs -LEI 040/2006 – ART. 47 Média 30(trinta) - UFMs		
3- OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS: _____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 26778**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:439C76CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP: 220/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP:** 220/2026	
1- IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR	**DATA:** 20/08/2026	
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): (ESPÓLIO) LÉLIS GONÇALVES PINTO CO-RESPONSÁVEL: MARCELO MARTINS PINTO	**NOME FANTASIA:**	
CNPJ/CPF: 000.583.866-53	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0099.002.0621.000
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): RUA NOVA LIMA, 280, ALPHAVILLE – LAGOA DOS INGLESES - NOVA LIMA/MG. CEP: 34018-022.		
2- TERMOS DO AUTO DE INFRAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: Movimentação de terra (aterro, desaterro e terraplanagem) sem licença.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: Artigo 55 DA Lei Complementar nº 212/2021, que Reformula a LEI Complementar nº 079, de 20 de agosto de 2009, que "Institui o Código de Obras do Município de Ribeirão das Neves".		
PELO PRESENTE FICA O AUTUADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: REALIZAR O PAGAMENTO DA MULTA DISCRIMINADA ABAIXO, PARALISAR A ATIVIDADE, REGULARIZAR E CUMPRIR O QUE PRECEITUA O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO, NO QUE DIZ RESPEITO AO DISPOSITIVO LEGAL infringido.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATO.	**PRAZO PARA RECURSO:** **( ) Lei Complementar 40/2006, Artigo 170 – 7 (sete) dias.** **(X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208, Inciso I, Alínea "b" - 15 (quinze) dias, contados do recebimento ou da publicação do documento respectivo, conforme o caso.**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua Robson Estáquio da Silva , EM FRENTE AO NÚMERO 184, (PROXIMIDADES DA RUA DR. AILTON DE OLIVEIRA), BAIRRO JARDIM COLONIAL – RIBEIRÃO DAS NEVES/MG.		
MULTA: Multa referente a 200 UFM (DUZENTAS Unidades Fiscais do Município), em conformidade com O ARTIGO 176 E ANEXO iii (TABELA DE MULTAS), ITEM 16, DA Lei Complementar nº 212/2021, NÃO CABENDO NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR.		
3- OBSERVAÇÕES: Em atendimento A DENÚNCIA REGISTRADA JUNTO A OUVIDORIA MUNICIPAL, NUP: 03927.2026.002538-51, PROCESSO SEI: 2026-94.		
4- ASSINATURAS:		
_____ **FISCAL DE OBRAS E POSTURAS** **MATRÍCULA: 26.168**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto de notificação.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:8248DACF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 224/2026

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO URBANA E POSTURAS

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR		**Nº SFUP 224/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR		**Data: 20/08/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): BRUNO NELSON MARTINS VILAÇA		**NOME FANTASIA:**
CNPJ/CPF: **012.***.***-12**	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 2.0085.001.I028.000
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA A NOTIFICAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): **AVENIDA ÉRICO VERÍSSIMO N° 605, SÃO JOÃO BATISTA, BELO HORIZONTE, CEP** *31.515-210*		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: **DEMOLIÇÃO EXECUTADA SEM LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL.**		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: *ART. 17. NENHUMA OBRA DE CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO OU* ***DEMOLIÇÃO*** *PODERÁ SER EXECUTADA SEM O RESPECTIVO ALVARÁ EXPEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, EXCETO: ART. 193 § 1º* ***A DEMOLIÇÃO, TOTAL OU PARCIAL****, DE QUALQUER EDIFICAÇÃO E/OU ESPAÇO/EQUIPAMENTO SÓ PODERÁ SER EXECUTADA MEDIANTE LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL. LEI 212/2021.*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: PROVIDENCIAR A DEVIDA DOCUMENTAÇÃO, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA.		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATAMENTE AO RECEBIMENTO DESTE	**PRAZO PARA RECURSO:** **( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 - 7 dias** **(X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – 15 dias**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: **RUA RAIMUNDO NONATO DE SOUZA, N° 249, GLEBA A, CENTRO DE NEVES, CEP 33.805-162**		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO O INFRATOR DEVERÁ PROVIDENCIAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A DEVIDA REGULARIZAÇÃO, NO PRAZO ESTABELECIDO, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 212/2021, BEM COMO EFETUAR O PAGAMENTO DA MULTA CORRESPONDENTE A 400 UFMs (UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES), EM RAZÃO DA INFRAÇÃO CLASSIFICADA COMO GRAVÍSSIMA, NOS TERMOS DO ART. 176, INCISO IV, C/C ANEXO III, ITEM 02, DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.		
3- OBSERVAÇÕES:		
4- ASSINATURAS		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 26.656**		

ATENÇÃO!
Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:E2709285

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR Nº SFUP 229/2026

AUTO DE INFRAÇÃO VIA AR	**Nº SFUP 229/2026**
1-IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR	**Data: 31/08/2026**
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS GRANATO DE FARIA LTDA	**NOME FANTASIA:**

CNPJ/CPF: 40.176.527/0001-96	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 120234078	**INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:** 3.0072.011.0038.000
ENDEREÇO COMPLETO PARA ONDE SERÁ ENVIADA* A INFRAÇÃO (Rua, Nº, Complemento, Bairro, CEP, Cidade): Rua Vital Augusto Guimarães, 345 CEP: 33805-559, BAIRRO: São Pedro, Ribeirão das Neves MG *A SER PUBLICADA TAMBÉM NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS		
2-TERMOS DA NOTIFICAÇÃO		
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: CONSTRUÇÃO REALIZADA, SEM LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL.		
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: ***Art. 17****. Nenhuma obra de* ***construção****, reforma, ampliação ou demolição, poderá ser executada sem o respectivo alvará expedido pela Prefeitura Municipal, exceto: …*		
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS: REGULARIZAR A OBRA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA		
PRAZO PARA CUMPRIMENTO: IMEDIATAMENTE AO RECEBIMENTO DESTE	**PRAZO PARA RECURSO: ( ) Lei Complementar 040/2006, Artigo 170 – 7 dias (X) Lei Complementar 212/2021, Artigo 208 – 15 dias**	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO: Rua ANA GRANATO DE FARIA (Veneza), 328 CEP: 33820-070, BAIRRO: VENEZA, QUADRA: 00011, LOTE: 0038		
PENALIDADE QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO: O infrator deverá providenciar a documentação exigida no prazo estabelecido e paralisar a obra, conforme as disposições previstas na Lei Complementar 212/2021 além de efetuar o pagamento da importância de 400 UFM – Unidade Fiscal do Município de Ribeirão das Neves nos termos do Artigo 176 IV (infração gravíssima) e Anexo III item 02 da Lei Complementar Nº 212/2021.		
3-OBSERVAÇÕES: Conforme o Artigo 178 do Código de Obras – Lei Complementar n° 212/2021, comunicamos o EMBARGO da referida obra, fica o proprietário ou RT impedidos de dar continuidade a obra ainda não licenciada, sujeitos a penalidades administrativas em caso de descumprimento, inclusive multa em dobro por reincidência.		
4-ASSINATURAS		
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS **MATRÍCULA: 501.021**		

ATENÇÃO!

Caso o requerente queira protocolar Recurso contra a ação Fiscal, deverá fazê-lo no setor de Protocolo Geral da Prefeitura, observado o prazo informado neste Auto.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:10320B7B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026 EDITAL Nº 053/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
EDITAL Nº 053/2026

OBJETO: **registro de preços para aquisição estimada de materiais escolares, de escritório e artesanato para atender as necessidades da secretaria demandante.**

Vigência: 08/09/2026 a 08/09/2027
Data da assinatura: 08/09/2026

Partes – Prefeitura Municipal de Rodeiro e

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		DC ATACADO LTDA	CNPJ/CPF		56.103.918/0001-10	TOTAL	326.197,43
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	405259	ADAPITADOR DE LÁPIS ERGONÔMICO DE ESCRITA TDAH E AUTISTA 2 DEDOS, CORES SORTIDAS, (ADAPTADORES DE LÁPIS DE ALTA QUALIDADE SE ENCAIXAM EM LÁPIS, CANETAS E GIZ DE CERA PADRÃO PARA MELHORAR O CONTROLE E O CONFORTO AO ESCREVER OU DESENHAR, PROJETADO COM UMA SENSAÇÃO DE AMORTECIMENTO, MODELOS: CIRCULAR ESPOJA SOFTY)	70,00	UNID.	Leo	5,0000	350,00
12	393515	ALFINETE DE CABEÇA REDONDA MARCADORES Nº 24 CX COM 50 ALFINETES COLORIDOS (PADRÃO QUAL. MAPED / B	93,00	CX.	Futuro	2,4400	226,92
16	355317	ALMOFADA PARA CARIMBO N. 3 COR AZUL (PADRAO PILOT)	89,00	UNIDADE	Master/ Radex	4,5600	405,84
18	396553	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	51,00	UNID.	Master	3,8000	193,80
20	396432	APONTADOR COM UM FURO, LAMINA EM AÇO TEMPERADO, COM DEPÓSITO DE LASCAS 55MMX20MM, EM PLÁSTICO (PADRÃO QUALIDADE FABER CASTEL)	1.395,00	UNID.	Futuro/Colorare	0,6000	837,00
21	393427	APONTADOR LÁPIS JUMBO COPO COLETOR	860,00	UNID.	Futuro/Colorare	1,1600	997,60
23	402600	ARGILA MODELAR ARTESANATO ESCULTURA CERÂMICA E ESCOLAR 900G.	70,00	UNID.	Mult	5,9000	413,00
30	396458	BASTÃO DE COLA QUENTE INCOLOR FINA - 7,2MMX300MM (PADRÃO JOCAR)	3.130,00	UNID.	Make/ Futuro	0,3600	1.126,80
34	409348	BLOCO PAUTADO, MATERIAL: OFF-SET, GRAMATURA: 63 G/M2, COR: BRANCA, COMPRIMENTO: 210 MM, LARG URA: 148 MM, QUANTIDADE FOLHAS: 50 FL	409,00	BLOCO	Gráfica	2,9000	1.186,10
43	355283	BORRACHA BRANCA NUMERO 40 CAIXA COM 40 UNIDADES (PADRAO MERCUR)	182,00	CAIXA	Futuro/ Colorare	12,0000	2.184,00
46	383136	CADERNO BROCHURAO 60 FOLHAS C/ PAUTA (PADRAO TILIBRA)	5.015,00	UNIDADE	Credeal	3,5000	17.552,50
49	383135	CADERNO C/ PAUTA BROCHURA 48 FOLHAS (PADRAO TILIBRA)	85,00	UNIDADE	Jandaia/ Credeal	1,6000	136,00
55	396464	CAIXA GRAMPO 23/8 CAIXA C/ 5000 UND	154,00	CX.	BRW	20,0000	3.080,00
56	405256	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO PRONTO BOX AZUL POLIONDA 347MM X 245 MM X 133 MM (PADRAO POLYCART)	220,00	UNID.	Poli/ Plast	4,3200	950,40
57	355320	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO PRONTO BOX CINZA POLIONDA 347MMX245MMX133MM	3.310,00	UNIDADE	Poli/ Plast	4,3200	14.299,20

		(PADRAO POLYCART)					
58	383139	CALCULADORA GRANDE 12 DÍGITOS TAMANHO APROXIMADO 18 CM (PADRAO ELGIM)	121,00	UNIDADE	Yins/Master	14,0000	1.694,00
61	402604	CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES POR PACOTE, PONTA RESISTENTE E TAMPA ANTIASFIXIANTE COM VEDAÇÃO ADEQUADA, TINTA LAVÁVEL.	355,00	PCT.	Futuro	3,1000	1.100,50
62	405267	CANETA HIDROGRÁFICA, CONTÉM 12 TONS DE PELE, PONTA COM SISTEMA VAI E VEM, FORMATO REDONDO.	37,00	CX.	Futuro	10,0000	370,00
74	383163	COLA BASTAO 40 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	50,00	CAIXA	Leo/Colorare	18,0000	900,00
75	383164	COLA BRANCA 90 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	1.142,00	CAIXA	Pira/Colorare	16,6800	19.048,56
77	383165	COLA COLORIDA NÃO TOXICA CX C/ 4 UNID 25 G CADA (PADRAO ACRILEX OU KOALA)	30,00	CAIXA	Pira/Colorare	4,5600	136,80
78	390860	COLA DE ISOPOPOR 90 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX.)	59,00	CX.	Z.T/Pira	45,0000	2.655,00
81	396575	COLA PARA ARTESANATO ADESIVO INSTANTÂNEO DE ALTA VISCOSIDADE 20 GRAMAS (PADRÃO TEKBOND)	75,00	UNID.	Futuro/ Make	4,1600	312,00
83	396574	COLA UNIVERSAL - ADESIVO LÍQUIDO PARA TRABALHOS MANUAIS 17 GRAMAS (PADRÃO PEGAMIL)	40,00	UNID.	Tek	6,0000	240,00
85	396434	COLCHETE NÚMERO 15, 10CM, CX C/ 72 UNIDADES	26,00	CX.	Clips	14,4000	374,40
90	376326	CORRETIVO EM FITA COM 5 MILÍMETROS DE LARGURA E 5 METROS DE COMPRIMENTO. NÃO TÓXICA E SEM CHEIRO COM DESIGN ERGONÔMICO. POSSIBILITA ESCREVER IMEDIATAMENTE APÓS O USO. POIS NÃO REQUER TEMPO DE SECAGEM. COBRE DIVERSOS TIPOS DE TINTAS. PODE SER UTILIZADO EM QUALQUER TIPO DE PAPEL. NÃO DEIXA MARCAS. NEM SOMBRAS EM FOTOCÓPIAS.	808,00	UNIDADE	Master	2,3000	1.858,40
91	383174	CORRETIVO LÍQUIDO CX C/ 12 UNID (PARDAO MERCUR)	33,00	CAIXA	Make/ Frama	16,0000	528,00
93	405223	CORTADOR DE EVA TAMANHO 16 MM. DIVERSOS FORMATOS - ESCOLHA DOS FORMATOS NO ATO DO ENVIO DA O.F. (ANJO, BORBOLETA, CIRCULO, CORACAO, ESTRELA, FLOR, FLOR BP, FOLHA, FOLHA DE UVA, HIBISCO, LUA, MARGARIDA, POMBA, SOL, TULIPA, URSO)	85,00	UNID.	Make/ Leo	12,0000	1.020,00
94	405224	CORTADOR DE EVA TAMANHO 20 MM. DIVERSOS FORMATOS - ESCOLHA DOS FORMATOS NO ATO DO ENVIO DA O.F. (ANJO, BORBOLETA, CIRCULO, CORACAO, ESTRELA, FLOR, FLOR BP, FOLHA, FOLHA DE UVA, HIBISCO, LUA, MARGARIDA, POMBA, SOL, TULIPA, URSO)	85,00	UNID.	Make/ Leo	18,0000	1.530,00
96	383175	CRACHA HORIZONTAL (PADRAO KIT)	900,00	UNIDADE	ACP/ Poli	1,5000	1.350,00
111	383184	ENVELOPE PARDO 25 CM X 35 CM CX C/ 250 UNID (PADRAO MAXPRINT)	135,00	CAIXA	Gráfica	68,4000	9.234,00
114	355270	ESTILETE FINO DE PLASTICO LARGO, LAMINA 9MM CX C/ 12 UNID (PADRAO CARBRINK)	94,00	CAIXA	Make/ Futuro	12,0000	1.128,00
115	390862	ESTILETE GRANDE PLASTICO LARGO, LAMINA 18MM CX C/ 12 UNIDADE (PADRÃO CARBRINK OU CUTTER)	116,00	CX.	Make/ Futuro	17,9000	2.076,40
120	355337	EXTRATOR DE GRAMPO FERRO (PADRAO CARBRINK)	56,00	UNIDADE	Master	1,1100	62,16
125	383206	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA PCT C/ 6 UNID (PADRAO 3M)	179,00	PACOTE	Gatte/Koretech	14,0000	2.506,00
127	405229	FITA DE CETIM Nº 0, ROLO COM 100 METROS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL LCARO, ROSA, VERDE, VERMELHA)	50,00	ROLO	Kit	10,0000	500,00
128	405230	FITA DE CETIM Nº 1, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA)	65,00	ROLO	Kit	12,0000	780,00
129	405231	FITA DE CETIM Nº 2, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA)	95,00	ROLO	Kit	16,0000	1.520,00
130	409343	FITA DE CETIM Nº 5, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVI O DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA	105,00	ROLO	Kit	34,0000	3.570,00
131	405232	FITA DE CETIM Nº 9, ROLO COM 100 METROS (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BEGE, BRANCA, PRETA, ROSA, VERDE, VERMELHA)	505,00	ROLO	Kit	55,0000	27.775,00
137	383216	GIZ CILINDRICO BRANCO COMP. 82MM X D11MM PLASTIFICADO CX C/ 60 CAIXINHAS DE 50 UNIDADES CADA (PADRAO DUBOM OU ZIGGIS)	20,00	CAIXA	Delta	250,0000	5.000,00
140	405251	GIZ DE CERA JUMBO, CAIXA CONTENDO 12 CORES	360,00	CX.	Pira/Colorare	3,3500	1.206,00
141	396465	GIZ DE CERA PARA USO NA PRÉ ESCOLA, MEDIDA APROXIMADA DE 7CM X 2,5 CM, C/12 CORES (PADRÃO ACRILEX)	196,00	CX.	Colorare	18,0000	3.528,00
142	396446	GOMA ELASTICA AMARELA PARA CEDULA, ALTA RESISTENCIA, PACOTE DE 1KG COM APROXIDAMENTE 1200 ELASTICOS (PADRÃO REDBOR)	44,00	PCT.	Premier	20,0000	880,00

145	396700	GRAMPEADOR PEQUENO, 13 CM, PARA GRAMPO 26/26 C - 10 (CIS / YES)	117,00	UNID.	Futuro	9,5300	1.115,01
146	396509	GRAMPEADOR TIPO ALICADE DE METAL PARA GRAMPO 26/6-8	165,00	UNID.	Futuro/Jocar	11,3600	1.874,40
147	396510	GRAMPEADOR; DE MESA; ESTRUTURA METALICA, APOIO EMBORRACHADO, COM CAPACIDADE DE 200 FOLHAS, GRAMPOS: 23/6, 23/8, 23/10, 23/13, 23/15 E 23/23 E AJUSTE DE PROFUNDIDADE.	3,00	UNID.	Futuro	78,0000	234,00
148	393464	GRAMPO 106/8 - 8MM CX C/ 5000 UNID	22,00	CX.	Futuro/ BRW	15,0000	330,00
149	390864	GRAMPO 23/10 CX C/ 5000	12,00	CX.	Futuro/ BRW	17,9900	215,88
150	390863	GRAMPO 26/6 CX C/ 5000	166,00	CX.	Max	2,5000	415,00
151	383292	GRAMPO MOL 51 MM CX C/ 12 UNID (PADRAO KIT)	180,00	CAIXA	Jocar/ Futuro	16,9000	3.042,00
154	396513	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAPECEIRO 8MM CX 5000UNID	14,00	CX.	Futuro	20,0000	280,00
172	383225	LAPIS DE ESCREVER PRETO NUMERO 2 CX C/ 144 UNIDADES (PADRAO FABER CASTELL/ MULTICOLOR)	102,00	CAIXA	Pirilampo/ BRW	25,0000	2.550,00
173	383222	LAPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO CX C/ 36 UNID (PADRAO FABER CASTELL)	45,00	CAIXA	Colorare/ Futuro	20,0000	900,00
179	383227	LIVRO ATA 100 FLS NUMERADA (PADRAO GRF)	186,00	UNIDADE	Gráfica	10,2000	1.897,20
180	383228	LIVRO DE PROTOCOLO PEQUENO 100 FOLHAS (PADRAO GRF)	153,00	UNIDADE	Gráfica	9,0000	1.377,00
182	396516	MALETA POLIONDA A3 35X50,5X5CM, COM ALÇA E PRESILHA DE FECHAMENTO, TRANSPARENTE	229,00	UNID.	Poli/ Plast	17,8800	4.094,52
184	383230	MARCADOR DE TEXTO AMARELO CX C/ 12 UNID(PADRAO FABER CASTELL / JOCAR)	393,00	CAIXA	Max	5,0000	1.965,00
186	383229	MARCADOR DE TEXTO VERDE CX C/ 12 UNID(PADRAO FABER CASTELL / JOCAR)	2,00	CAIXA	Max	5,5000	11,00
188	405235	MARCADOR PARA RETRO PROJETOR, PONTA 2.0MM, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO PILOT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO)	312,00	CX.	Futuro	16,0000	4.992,00
189	383231	MASSA DE MODELAR GRANDE 180GRS CAIXA COM 12 CAIXINHAS CONTENDO 12 CORES (PADRAO ACRILEX)	1.007,00	CAIXA	Make/Colorare	28,0000	28.196,00
190	396579	MASSA PARA BISCUIT (PORCELANA FRIA) COR NATURAL PACOTE DE 1KG MASSA MODELAR, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AMIDO, QUANTIDADE CORES: 1UN, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA, ACEITA TINGIMENTO, USO: BISCUIT MATERIAL PACOTE 1KG (CATMAT 483564)	60,00	PCT.	Kit	28,2000	1.692,00
204	383235	PAPEL A 3 OFICIO C/ 2500 FOLHAS (PADRAO CHAMEX)	101,00	CAIXA	Report	246,0000	24.846,00
206	396699	PAPEL A4 NA COR BRANCA RESMA COM 250 UNIDADES 120GR	41,00	UNID.	Seninha	26,4000	1.082,40
207	396558	PAPEL A4 VERGÊ BRANCO 180G/M² 50 FOLHAS	280,00	PCT.	Master	9,7000	2.716,00
215	393484	PAPEL CONTACT PRETO CX C/ 6 ROLOS C/ 10 M CADA (PADRAO VULCAN, POLITAC)	4,00	CX.	Futuro/Leo	170,0000	680,00
216	383266	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE CAIXA COM 6 ROLOS C/ 25 M CADA (PADRAO POLITAC)	17,00	CX.	Futuro/Leo	310,0000	5.270,00
222	412487	PAPEL FOTOGRÁFICO MATTE FOSCO A4, 180G PACOTE COM 50 FOLHAS	6,00	PCT.	BRW/Master	15,2000	91,20
223	383269	PAPEL LAMINADO DOURADO C/ 40 FOLHAS (PADRAO VMP)	12,00	PACOTE	Gráfica	42,3600	508,32
224	396451	PAPEL VERGE BRANCO A4 PCT C/ 50 FLS 120G (PADRAO OFF PAPER)	65,00	PCT.	Master	6,8400	444,60
227	402602	PASTA CANALETA A4 CRISTA, TAM 230 X 310 X 7 MM.	520,00	UNID.	ACP/ Poli	1,5600	811,20
228	383276	PASTA CATALOGO PRETA COM 100 UNIDADE DE PLASTICO (PADRAO ACP)	682,00	UNID.	ACP/ Poli	17,7000	12.071,40
230	383279	PASTA DE PAPELAO PRETA COM ELASTICO (PADRAO POLYCART)	1.375,00	UNIDADE	Gráfica	2,0000	2.750,00
231	402603	PASTA L A4 INCOLOR FOSCO, TAMANHO 220 X 310.	770,00	UNID.	ACP/Poli	0,5800	446,60
232	409344	PASTA PLASTICA 1/4 PP CORES VARIADAS COM ELÁSTICO (PADRAO POLYCART)	210,00	UNID.	ACP/Poli	1,2000	252,00
233	383275	PASTA PLASTICA CLASSIFICADORA TRANSP OFICIO COM GRAMPO PLAST. TAM 226MMX355MMX10MM CAIXA COM 50 PASTAS (PADRAO PLASCONY OU ACP)	437,00	CX.	ACP/Poli	79,2000	34.610,40
234	383277	PASTA SANFONADA TAM OFICIO A4 C/ 31 DIVISORIAS (PADRAO PLACONY)	364,00	UNIDADE	ACP/Poli	32,3000	11.757,20
235	383280	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA HASTE FERRO CX C 50 UNID (PADRAO DELLO / POLYCART)	187,00	CAIXA	Gráfica	120,0000	22.440,00
239	396537	PERFURADOR DE PAPEL ALICATE DE 1 FURO	69,00	UNID.	Futuro/ Leo	4,8000	331,20
241	396613	PINCEL ATOMICO AZUL PONTA 4MM NÃO PERMANENTE CX C/ 12 UNID (PADRAO PILOT)	117,00	CX.	Futuro/ Jocar	15,5000	1.813,50
242	383286	PINCEL BROXA 835 NUMERO 6 (PADRAO TIGRE)	65,00	UNIDADE	BRW	11,8000	767,00
244	396548	PINCEL MARCADOR QUADRO BRANCO RECARREGAVEL CX C/ 12 UNIDADES - NA COR AZUL (PADRÃO DE QUALIDADE PILOT)	72,00	CX.	Master	17,0000	1.224,00
245	396570	PINCEL PINTURA Nº 0 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	27,00	PCT.	Futuro/Colorare	13,5000	364,50
246	396571	PINCEL PINTURA Nº 6 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	30,00	PCT.	Futuro/Colorare	12,0000	360,00
247	396706	PINCEL PINTURA Nº 8 (PADRÃO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	30,00	PCT.	Futuro/Colorare	13,0000	390,00
248	383288	PINCEL PINTURA NUMERO 10 (PADRAO TIGRE) PACOTE COM 12 UNIDADES	28,00	PCT.	Futuro/Colorare	14,0000	392,00
249	383289	PINCEL PINTURA NUMERO 14 (PADRAO TIGRE) PACOTE COM 12 UNIDADES	27,00	DUZIA	Futuro/Colorare	16,5000	445,50
250	393488	PINCEL PINTURA NUMERO 16 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	27,00	PCT.	Futuro/Colorare	18,0000	486,00
251	396541	PINCEL PINTURA NUMERO 22 (PADRAO TIGRE)	35,00	UNID.	Futuro/Colorare	4,2000	147,00

255	383281	PLASTICO P PASTA CATALOGO PRETA PCTE C/ 1000 UNID 0,6MM (PADRAO ACP)	4,00	PCT.	ACP/ Poli	140,0000	560,00
256	405274	PLASTICO POLASEAL, MEDIDA: 80X110, ESPESSURA: 007 (175 MICRONS), EMBALAGEM: 100 UNIDADES.	10,00	UNID.	Master	49,0000	490,00
267	383296	REGUA 20 CM (PADRAO WALEU)	666,00	UNIDADE	Waleu	0,6800	452,88
268	383297	REGUA 30 CM (PADRAO WALEU)	708,00	UNIDADE	Waleu	0,7800	552,24
291	396679	TESOURA DE COSTURA 9,5 - 24.1 CM (PADRÃO MUNDIAL)	140,00	UNID.	BRW/ Wincy	10,8000	1.512,00
292	383302	TESOURA ESCOLAR C/ PONTA ARREDONDADA (PADRAO CIS)	1.190,00	UNIDADE	Colorare/Futuro	1,1800	1.404,20
300	405243	TINTA GUACHE, VIDRO COM 250 ML, CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL ROYAL, BRANCA, LARANJA, MARROM, PRETA, VERDE, VERMELHO)	88,00	CX.	Pira/ Tintex	15,9000	1.399,20
301	402653	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR AZUL (PADRAO ACRILEX)	58,00	UNID.	Radex	3,1000	179,80
302	383304	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR PRETO(PADRAO ACRILEX)	47,00	UNIDADE	Radex	3,1000	145,70
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA.	CNPJ/CPF		05.191.550/0002-30	TOTAL	16.045,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
2	355328	AGENDA COM ACABAMENTO EM ESPIRAL E CAPA DURA, FORMATO: (14,5 X 21,5), QUE OFERECE ESPAÇO ADEQUADO PARA ANOTAÇÕES DOS COMPROMISSOS DO DIA A DIA. ALÉM DE SEU FORMATO TRADICIONAL E PRATICO, TRAZENDO O DIA DA SEMANA (UM DIA DA SEMANA POR PAGINA) E DO MÊS, APRESENTA A CADA MÊS UMA PÁGINA PARA O PLANEJAMENTO MENSAL, CALENDÁRIO NÃO PERMANENTE, COM ÍNDICE TELEFÔNICO E MAPAS ATUALIZADOS. (PADRAO QUALIDADE TILIBRA)	225,00	UNIDADE	própria	19,0000	4.275,00
3	396456	AGENDA PERMANENTE SEM IDENTIFICAÇÃO DO ANO COM ACABAMENTO EM ESPIRAL E CAPA DURA, FORMATO: (14,5 X 21,5), QUE OFERECE ESPAÇO ADEQUADO PARA ANOTAÇÕES DOS COMPROMISSOS DO DIA A DIA. ALÉM DE SEU FORMATO TRADICIONAL E PRATICO, TRAZENDO O DIA DA SEMANA (UM DIA DA SEMANA POR PÁGINA) E DO MÊS, APRESENTA A CADA MÊS UMA PÁGINA PARA O PLANEJAMENTO MENSAL, CALENDÁRIO PERMANENTE, COM ÍNDICE TELEFÔNICO E MAPAS ATUALIZADOS. (PADRAO QUALIDADE TILIBRA)	360,00	UNID.	própria	22,0000	7.920,00
65	405257	CARIMBO AUTOENTITADO PERSONALIZADO	55,00	UNID.	Marck Printer	70,0000	3.850,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		WORD COMERCIO ARMARINHO LTDA	CNPJ/CPF		55.424.623/0001-83	TOTAL	93.659,28
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
4	396644	AGULHA DE CROCHÊ Nº4	30,00	UNID.	KIT	4,1500	124,50
11	396681	AGULHA PARA RETA DPX5 CABO GROSSO Nº14 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	KIT	27,5000	1.100,00
19	409774	APOIO PUNHO TECLADO, MATERIAL: TECIDO E GEL ESPECIAL, TIPO: ERGONÔMICO COM BASE ADERENTE, COR: PRETA, COMPRIMENTO: 39 CM, LARGURA: 6,8 CM, ALTURA APOIO PUNHO: 2,3 CM, APLICAÇÃO: DIGITAÇÃO	57,00	UNID.	KIT	17,5000	997,50
28	402613	BASE DE CORTE A2 DUPLA FACE - MEDIDA 60X45 CENTÍMETROS / - 17,71X23,62 POLEGADAS - ESPESSURA 3 MM REFORÇADA COM CABO DE ALUMÍNIO, COM CANETA ESTILETE MODELO PRECISÃO CARTONAGEM SCRAPBOOK.	7,00	UNID.	KIT	72,0000	504,00
38	405255	BOBINA PLASTICA PARA ENCAPAR CADERNO 25M (45CM INCOLOR - 0,4MM)	36,00	BOBINA	GOLDPLAS	45,5000	1.638,00
54	405266	CAIXA DE PAPELÃO EM PAPEL KRAFT, ONDA SIMPLES, GRAMATURA DE 400G/M2 E COLUNA DE 5,2KN/M, DIMENSÕES I INTERNAS (COMP. X LARG. X ALT.): 74,0 X 43,0 X 53,9 CM. DIMENSÕES EXTERNAS (COMP. X LARG. X ALT.): 74,7 X 43,7 X 55,4 CM.	120,00	UNID.	SÃO CARLOS	9,1000	1.092,00
59	405275	CANETA COM PONTA DE POLIESTER PARA MARCAR TECIDOS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F (AMARELA, MARROM, PRETA, AZUL, VERDE FOLHA, VERDE MUSGO, ROSA, VERMELHA)	100,00	UNID.	JOCAR	6,1000	610,00
66	402590	CARIMBO DATADOR AUTOENTITADO	31,00	UNID.	JOCAR	50,5000	1.565,50
67	409346	CARIMBO DE MADEIRA COM CABO COM A BORRACHA DE POLÍMETRO MEDIDA DE 10CMX7CM COM DESENHOS VARIADOS (HO MEM ARANHA, BATMAN, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS)	45,00	UNID.	JOCAR	74,2000	3.339,00
79	396578	COLA DE LANTEJOULA PARA TECIDO 20 GRAMAS PDRÃO ACRILEX	20,00	UNID.	HERO	7,2000	144,00
92	402612	CORTADOR CIRCULAR 45MM, IDEAL PARA CORTES DE PRECISÃO EM PAPÉIS, TECIDOS, PLÁSTICOS, METAIS FINOS, FILMES, ACETATO, COURO, VINIL, EVA E OUTROS, IDEAL PARA PATCHWORK.	25,00	UNID.	MAKE	50,3000	1.257,50
124	393453	FITA ADESIVA DUPLA FACE 18MMX30M PACOTE COM 6 UNIDADES	75,00	PCT.	KORE	28,5000	2.137,50
126	383207	FITA CREPE C/ 72 UNID 18 X 50 M (PADRAO 3M / EUROCEL))	80,00	CAIXA	KORE	255,0000	20.400,00
136	409338	FURADOR DE PAPEL ARTE & MONTAGEM EXTRA GIGANTE CÍRCULO FURADOR DE PAPEL ARTE & MONTAGEM EXTRA GIGANTE CÍRCULO	20,00	UNID.	MAKE	80,0000	1.600,00
161	409336	KIT CARIMBO PEDAGÓGICO COM 6 CARIMBOS	88,00	KIT.	JOCAR	49,2000	4.329,60

		IDEAL PARA PROFESSOR(A),MUITO BEM,PARABÉNS,ADOREI,NÃO FEZ A TA REFA ,FALTOU ,PROCURE MELHORAR , CARIMBO MANUAL ,TAMANHO: 25MM X 25MM 25MM = 2,5CM COM AMORTECEDOR,NÃO ACOMPANHA CARIMBEIRA/ ALMOFADA					
162	396638	KIT CARIMBOS MARCADORES FLORES E NÚMEROS C/ 25 UNID.	2,00	KIT.	JOCAR	120,0000	240,00
163	396639	KIT DE CORTADORES EM METAL MODELO FLORES VARIADAS 12 PEÇAS	10,00	KIT.	JOCAR	70,0000	700,00
167	409339	KIT GANCHOS ADESIVO INOX SUPORTE PAREDE SUPER ADERÊNCIA	183,00	KIT.	JOCAR	16,0000	2.928,00
174	396449	LASTEX BRANCO ROLO COM 500 METROS (PADRAO KIT)	43,00	ROLO	KIT	32,5000	1.397,50
176	405263	LINHA PARA CROCHE NOVELO COM 1000 METROS (PADRAO ANNE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, BEGE, BRANCA, LILAS, MARROM, PRETA, VERDE, VERDE CLARO, VERMELHA)	50,00	UNID.	KIT	20,5000	1.025,00
177	396692	LINHA PARA OVERLOCK IMPORTADA COR BRANCA	50,00	KG	KIT	12,4500	622,50
178	396694	LINHA PARA OVERLOCK IMPORTADA COR PRETA	50,00	KG	KIT	14,4000	720,00
193	405236	NOVELO DE LÃ, 100 GRAMAS (PADRAO MERITA, MOLLET OU CISNE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, AZUL CLARO, BRANCO, LILAS, MARROM, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO)	100,00	UNID.	KIT	15,9000	1.590,00
194	393519	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO MÉDIO 8MM PCTE COM 100 UNIDADES	13,00	PCT.	KIT	7,7000	100,10
195	393520	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO PEQUENO 5MM PCT COM 100 UNIDADES	23,00	PCT.	KIT	6,9000	158,70
196	393518	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 10MM PCTE COM 100 UNIDADES	23,00	PCT.	KIT	8,6000	197,80
197	393526	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 12MM PCTE COM 100 UNIDADES	17,00	PCT.	KIT	9,9000	168,30
198	393527	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 16MM PCTE COM 100 UNIDADES	18,00	PCT.	KIT	14,9000	268,20
199	396569	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 3MM PCTE COM 100 UNIDADES	8,00	PCT.	KIT	7,5000	60,00
203	405237	PALITO DE PICOLE, PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES (PADRAO THETO) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, CRU, MARROM, VERDE, VERMELHO)	165,00	PCT.	GABOARDI	6,2000	1.023,00
208	396557	PAPEL A4 VERGÊ BRANCO 90G PACOTE C/100	260,00	PCT.	USA	11,5000	2.990,00
214	396536	PAPEL CONTACT ESTAMPADO ROLO C/ 10 M (PADRAO VULCAN) CX C/ 6 ROLOS	13,00	CX.	LEOARTE	179,0000	2.327,00
225	409341	PAPEL VINIL TRANSPARENTE A4	15,00	CX.	LEOARTE	105,0000	1.575,00
237	393521	PEN DRIVER 32GB (PADRÃO SANDISK / KINGSTON)	87,00	UNID.	MULTILASER	38,3000	3.332,10
257	393490	PLASTICO PORTA DOCUMENTOS MEDINDO 105MM X 70MM COM ABA PCTE COM 100 UNIDADES (PADRÃO DATASUPRI)	10,00	PCT.	ACP	48,0000	480,00
258	402593	POLASEAL PLASTICO PARA PASTIFICAÇÃO A4 220 X 307 X 0,10 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	70,00	PCT.	USA	71,0000	4.970,00
262	390885	PRANCHETA INJETADA EM POLIESTIRENO. PRENDEDOR DE PAPEL EM POLIESTIRENO INJETADO QUE NÃO ENFERRUJA E NEM MARCA O PAPEL. PRODUTO ESTERILIZÁVEL.	161,00	UNID.	SOUZA	10,2000	1.642,20
264	379309	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO 1,20X0,80 COM MOLDURA EM ALUMIINIO	44,00	UNIDADE	CORTIARTE	134,0000	5.896,00
271	393491	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 25 X 36,5 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	36,00	PCT.	GALA	55,0000	1.980,00
272	390883	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 28 X 37 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	33,00	PCT.	GALA	56,0000	1.848,00
274	393493	SACO DE PRESENTE TRANSPARENTE COLORIDO 15 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	69,00	PCT.	GALA	18,5000	1.276,50
278	402595	SACO TRANSPARENTE 50 X 80 CM, UTILIZADO PARA CESTA BÁSICA, GRAMATURA: 0,10.	219,00	KG	GALA	32,0000	7.008,00
294	393502	TESOURA GRANDE DE PICOTAR 21,5CM (PADÃO TRAMONTINA)	75,00	UNID.	NYBC	41,3000	3.097,50
310	402616	VELCRO DE ROUPA ROLO 5MTS	50,00	ROLO	KIT	33,0000	1.650,00
311	405247	VIES DE ALGODAO 50M X 12 MM COMPOSICAO 67% ALGODAO E 33% POLIESTER (PADRAO CINDERELA) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, ROSA BEBE, VERDE CLARO, VERMELHA)	50,00	ROLO	KIT	27,9000	1.395,00
312	383323	VISOR E ETIQUETA P/ PASTA ARQUIVO C/ 50 UNID (PADRAO DELLO)	22,00	PACOTE	GOODIE	6,9900	153,78
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		ALAG COMERCIO E ATACADO - LTDA	CNPJ/CPF		63.514.106/0001-23	TOTAL	83.538,74
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
5	396626	AGULHA DE MÃO Nº 6 PACOTE C/ 12	15,00	PCT.	CIRCULO	6,1500	92,25
6	396627	AGULHA DE MÃO Nº 8 PACOTE C/ 12	22,00	PCT.	CIRCULO	6,1500	135,30
22	405220	AREIA COLORIDA ESCOLAR, PRODUTO NÃO TOXICO, NÃO DESBOTA, EMBALAGEM CONTENDO 950 GRAMAS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO GEMA, AMARELO CLARO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, LILAS, PRETA, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHA, VERMELHO ESCURO)	45,00	UNID.	AP	6,0000	270,00
24	409334	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO DE	1.020,00	PCT.	LASSANE	7,5000	7.650,00

		APOSTILAS, LIVROS, AGENDAS, CADERNETAS, CALENDÁRIOS, BLOCOS, E OUTROS, EMBALAGEM: 50 UNIDADES, MATERIAL: PVC SEMI-RIGIDO, COR: PRETO/TRANSPARENTE					
26	383129	BARBANTE DE ALGODAO NÚMEO 8 ROLO COM 200 METROS (PADRAO DEFIOS)	54,00	ROLO	SANTANA	6,3100	340,74
31	396459	BASTÃO DE COLA QUENTE INCOLOR GROSSA - 11,2MMX300MM (PADRÃO JOCAR)	2.640,00	UNID.	RENDICOLA	0,9200	2.428,80
36	396462	BOBINA DE PAPEL PARDO 60CM X 200M X 80G/M²	20,00	BOBINA	JUSSARA	89,4500	1.789,00
37	412530	BOBINA DE PAPEL SULFITE PARA PLOTTER, LARGURA 610 MM X 50 M, GRAMATURA 75 G/M², COR BRANCA, MANDRIL (TUBO) DE 2 POLEGADAS.	100,00	ROLO	PAPEX	75,7800	7.578,00
48	405253	CADERNO BROCHURAO, CAPA DURA, FOLHA A3 SEM PAUTA.	700,00	UNID.	XBOM	29,4000	20.580,00
69	390859	CLIPS 1/0 CAIXA DE 500G (PADRÃO DIMPACTOR)	44,00	CX.	GRIFFE	10,3000	453,20
70	383144	CLIPS N. 2/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	36,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	370,80
71	383155	CLIPS N. 3/0 CAIXA 500G (PADRAO DIMPACTOR)	50,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	515,00
73	383158	CLIPS N. 8/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	58,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	597,40
80	383168	COLA GLITER AZUL CX C/ 12 UNID 35 GRS (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	20,00	CAIXA	ACRILEX	42,0000	840,00
98	402594	DISPLAY EXPOSITOR ACRILICO EM L TAMANHO A4 CRISTAL, PARA MESA / BALCÃO VERTICAL	50,00	UNID.	NOVA CRIL	24,3000	1.215,00
108	412488	ENCADERNADORA MANUAL PARA ESPIRAL, FORMATO A4, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE PERFURAÇÃO DE 10 FOLHAS DE papel 75 g/m² por acionamento, estrutura em aço com pintura eletrostática ou acabamento equivalente anticorrosivo, perfuração para encadernação em espiral plástico, extensão de perfuração mínima de 300 mm (padrão de qualidade Excentrix)	1,00	UNID.	LASSANE	600,0000	600,00
112	383183	ENVELOPE A3 PARDO 37 CM X 47 CM CX C/ 250 UNID (PADRAO MAXPRINT)	28,00	CAIXA	FORONI	205,0000	5.740,00
122	393450	FITA ADESIVA DE ESPUMA DUPLA FACE 19 MM X 1,5 M BRANCA PACOTE COM 6 UNIDADES	69,00	PCT.	NASTRO	28,4000	1.959,60
134	412465	FURADOR ARTESAL EXTRA GIGANTE- HÉLICE (EXCLUSIVO PARA PAPEL 75 MM)	10,00	UNID.	MAKE	79,6800	796,80
138	383218	GIZ COLORIDO CILINDRICO PLASTIFICADO COMP. 82MM X D11MM CX C/ 60 CAIXINHAS DE 50 UNIDADES CADA (PADRAO DUBOM OU ZIGGIS)	20,00	CAIXA	SETE	342,0000	6.840,00
153	396512	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAPECEIRO 14MM CX 5000UNID	10,00	UNID.	BACCHI	34,3000	343,00
155	405264	GRAMPO TRANÇADO Nº 01 , CAIXA COM 12 UNIDADES.	111,00	CX.	TOP	5,1800	574,98
156	396696	GUARDANAPO PARA DECOUPAGEM, ESTAMAPAS DEIVERSAS (PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR A MAMIKO)	50,00	UNID.	TULIP	4,6500	232,50
157	396514	GUILHOTINA DE MESA, BASE EM AÇO, COMPRIMENTO DO CORTE 36CM, CAPACIDADE MÁXIMA DE CORTE 15 FOLHAS, DIMENSÃO DA MESA 340 X 500MM, PESO 5 KG.	18,00	UNID.	MENNO	250,0000	4.500,00
158	402611	GUILHOTINA REFILADORA CORTADOR CIRCULAR COM SUPORTE 8 A 32 CM (CORTADOR CIRCULAR COM SUPORTE MATERIAL PLASTICO, LÂMINA EM AÇO, CIRCULOS PERFEITOS COM DIAMETRO ATÉ 32 CM DE FACIL MANUSEIO).	4,00	UNID.	P E B	118,4000	473,60
160	396723	INDICE TELEFONICO ESPIRAL GRANDE, CAPA PAPELÃO REVESTIDO PVC, VISOR COM MATERIAL PLÁSTICO CRISTAL MILO EM PAPEL OFF-SET 180 GRS, 72 PÁGINAS, FORMATO FECHADO 155X215MM	7,00	UNID.	REDOMA	31,2500	218,75
164	412466	KIT DE MASSINHA 100 UNIDADES DE CORTADOR NEON DE MASSAINHA- FORMINHAS COLORIDAS E SORTIDAS. MAIS DE 32 FORMAS DIFERENTES SORTIDAS- CONTEM REPETIÇÕES; MATERIAL DE PLASTICO; COMPRIMENTO DE 4 A 6 CM, ALTURA 1,5M	4,00	KIT.	CG	49,1600	196,64
165	396515	KIT DE PINCEIS PARA PINTURA FACIAL C/ 6 UNIDADES	47,00	KIT.	CASTELO	9,9000	465,30
200	393525	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 6MM PCTE COM 100 UNIDADES	8,00	PCT.	LULI	6,1500	49,20
201	412490	ORGANIZADOR DE MESA CONFECCIONADO EM ARAME DE AÇO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ANTICORROSIVO, destinado à organização de materiais de escritório.	6,00	UNID.	TN	29,4000	176,40
219	355315	PAPEL ETIQUETA BRANCO AUTO COLANTE TAMANHO A4 CAIXA COM 100 FOLHAS (PADRAO PIMACO / PRINT LABEL)	43,00	CAIXA	POLIFIX	39,4000	1.694,20
261	402601	PRANCHETA ACRÍLICO POLIPROPILENO CRISTAL COM PRENDEDOR DE METAL TAMANHO A4.	184,00	UNID.	HP	10,4000	1.913,60
276	396546	SACO TRANSPARENTE 15 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL)	4.854,00	UNID.	CROMUS	0,2500	1.213,50
286	402607	TECIDO PARA TELAS DE PINTURA ARTÍSTICA PRONTO PARA USO, 100% ALGODÃO RECOBERTO COM RESINA ACRÍLICA. LARGURA + OU - 1,70 M.	50,00	METRO	DINAMICA	30,0000	1.500,00
287	396573	TECIDO SACARIA PARA PINTURA COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, LARGURA 1,40M, GRAMATURA 260G/M²-364/ML, PEÇAS C/ 50M BRANCO	9,00	ROLO	INTEXTIL	204,6700	1.842,03
295	405269	TESOURA/ALICATE DE ARREMATE COM DEDO, 12,5CM, COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO ABS E AÇO INOXIDÁVEL.	50,00	UNID.	CIRCULO	19,0000	950,00
296	396640	TIARA DE METAL 5MM DOURADA	100,00	UNID.	CG	14,0000	1.400,00

297	396642	TIARA DE METAL 5MM PRATEADA	100,00	UNID.	CG	10,0000	1.000,00
299	405242	TINTA DIMENCIONAL RELEVO 35 ML, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (PRATA, VERDE, VERMELHA, DOURADA)	30,00	CX.	ACRILEX	56,0000	1.680,00
303	402652	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR VERMELHA (PADRAO ACRILEX)	33,00	UNID.	RADEX	3,4000	112,20
307	396697	TOALHA ROSTO C/ BARRA DE ETAMINE PARA BORDAR	247,00	UNID.	CG	3,8500	950,95
308	400302	TUBETE DE 13CM, COM TAMPA, ACRÍLICO TRANSPARENTE.	1.200,00	UNID.	PIT	1,0500	1.260,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	CNPJ/CPF		62.234.180/0001-23	TOTAL	22.503,30
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
7	396684	AGULHA PARA GALONEIRA BX63 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	32,9500	1.318,00
8	396683	AGULHA PARA OVERLOK DCX27 Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	30,9500	1.238,00
9	396682	AGULHA PARA RETA DBX1 CABO FINO Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	26,9500	1.078,00
10	396680	AGULHA PARA RETA DPX5 CABO GROSSO Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	23,9500	958,00
86	396675	CONE DE LINHA RETA 5000M PARA MÁQUINA RETA COR BRANCA (PADRÃO KRAN)	100,00	UNID.	TRICHE	14,8500	1.485,00
87	396676	CONE DE LINHA RETA 5000M PARA MÁQUINA RETA COR PRETA (PADRÃO KRAN)	100,00	UNID.	TRICHE	13,4000	1.340,00
106	396677	ELÁSTICO 100M LARGURA 7MM COMPOSIÇÃO 60% POLYESTER E 40% ELASTODIENO (PADRÃO HAK)	140,00	UNID.	ZANOTTI	26,4500	3.703,00
107	396678	ELÁSTICO 25M LARGURA 15MM COMPOSIÇÃO 72% POLYESTER E 28% ELASTODIENO (PADRÃO HAK)	55,00	UNID.	ZANOTTI	22,4500	1.234,75
132	396691	FITAS MÉTRICAS 1,5 M	50,00	UNID.	NYBC	2,3000	115,00
183	409331	MALHA HELANCA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER; ROLO LARGURA 1,80; COMPRIMENTO 30 METROS; CORES VARIADAS. ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, VERMELHO, ROXO, ROSA, LILAS, AZUL, PRETO,	30,00	ROLO	ADAR	264,7600	7.942,80
284	405252	TECIDO JUTA NATURAL COM LARGURA DE 1,00 METRO.	75,00	METRO	EURO	11,9500	896,25
305	405244	TINTA PARA TECIDO 37ML (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, BRANCA, CHOCOLATE, CORAL, FLUORESCENTE, MARROM CAFÉ, METALICA, PRETA, ROSA, SIENA NATURAL, VERDE, VERMELHO	200,00	UNID.	TEKBOND	3,3100	662,00
313	405248	ZÍPER 10 CM. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, VERDE, VERMELHA)	150,00	UNID.	NYBC	3,5500	532,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		NACIONAL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA	CNPJ/CPF		65.010.780/0001-04	TOTAL	24.102,79
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
13	393516	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 0 (3 CM) DE AÇO NIQUELADO; CAIXA COM 100 UNIDADES (PADRÃO MILWARD / IARA)	5,00	CX.	NYBC	6,4900	32,45
14	393528	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 2 DE AÇO NIQUELADO; CAIXA COM 100 UNIDADES (PADRÃO MILWARD / IARA)	9,00	CX.	NYBC	8,8900	80,01
15	405270	ALICATE PARA ILHOSES, MATERIAL: LIGA DE ZINCO, AÇO CARBONO, DIÂMETRO DO ILHÓS: 5X3X7MM MEDIDA Nº 54.	7,00	UNID.	ERTTA	38,6900	270,83
29	396576	BASE PARA CHAVEIRO DUPLO COM CORRENTE E TRIÂNGULO COR NÍQUEL C/ 50 UNIDADES	245,00	PCT.	NYBC	15,8900	3.893,05
39	402597	BOBINA PLASTICA PICOTADA 30 X 40 CM, ROLO COM 100 UNIDADES.	20,00	ROLO	VABENE	27,9900	559,80
40	393428	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 35 X 52CM - COR CRISTAL TRANSPARENTE COM 100 CAPAS - PARA CADERNO BROCHURÃO	22,00	BOBINA	VABENE	34,9900	769,78
41	402596	BOBINA PLASTICA PICOTADA 40 X 60 CM, ROLO COM 100 UNIDADES.	16,00	ROLO	VABENE	50,0000	800,00
185	409876	MARCADOR DE TEXTO EM GEL CAIXA COM 12 UNID.	33,00	CX.	LEONORA	34,6900	1.144,77
192	412540	MOUSE PAD CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, COM BASE EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, SUPERFÍCIE EM TECIDO, FORMATO RETANGULAR, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22 CM × 18 CM, ESPESSURA ENTRE 0,2 CM E 0,5 CM, COMPATÍVEL COM MOUSES ÓPTICOS E A LASER.	50,00	UNID.	MAX	4,9800	249,00
226	409345	PASTA ABA ELÁSTICA PP 44MM COM ELASTICO CORES VARIADAS (PADRAO POLYCART)	990,00	UNID.	POLIBRAS	3,2000	3.168,00
275	383298	SACO PLASTICO TRANSPARENTE COLORIDO 20 X 40 CM (PADRAO D. EMBAL)	3.723,00	KG	VABENE	2,2000	8.190,60
279	409337	SUPORTE CAVALETE PINTURA TRIPE TELA DE PINTURA DESENHO 173CM SUPORTE CAVALETE PINTURA TRIPE TELA DE PINTURA DESENHO 173CM	55,00	UNID.	SOUZA	89,9000	4.944,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CIRURGICA FRATELLI PRODUTOS MEDICOS ORTOPEDICOS	CNPJ/CPF		37.180.839/0001-69	TOTAL	366,30
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
17	402615	APAGADOR DE LOUSA C/PORTA GIZ INDIVIDUAL SOUZA FEITO EM MADEIRA MDF FIBRA DE MÉDIA DENSIDADE FELTRO DE 4MM	74,00	UNID.	corti art	4,9500	366,30

		COM DEPOSITO PARA GIZ.					
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		COPY IMPRESS COPIADORA LTDA	CNPJ/CPF		20.089.441/0001-19	TOTAL	27.269,62
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
25	405221	BARBANTE COLORIDO COMPOSICAO: 85% ALGODAO, ROLO COM 915CM. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCA, LILAS, MARROM, PRETA, VERDE, VERMELHA)	112,00	ROLO	CORBATEX	5,8500	655,20
82	393431	COLA SILICONE LÍQUIDA FRASCO DE 100ML / 92G PACOTE COM 6 UNIDADES (PADRÃO HERO)	55,00	PCT.	PIRA	25,3000	1.391,50
103	383187	E.V.A. C/ ESTAMPA FLORAL C/ 10 UNID / 40X60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+)	103,00	PACOTE	HAITI	38,4300	3.958,29
104	393432	E.V.A. GRAMA DE CAMPO MAQUETE HO 1:87 (PADRÃO FRATISCHI) NA COR BRANCO C/5 UNID / 40 X 60 CM	75,00	PCT.	HAITI	29,9000	2.242,50
105	393437	E.V.A. LISTRADO NA COR BRANCO X AZUL C/5 UNID / 40 X 60 CM	93,00	PCT.	HAITI	18,8000	1.748,40
139	396445	GIZ DE CERA GRANDE TRIANGULAR JUMBO CX C/ 12 CORES (PADRAO ACRILEX)	200,00	CX.	PIRA	4,9500	990,00
159	396577	IMÃ REDONDO (TIPO PASTILHA) PEQUENO 30X3MM	1.800,00	UNID.	KIT	2,4000	4.320,00
170	405268	LÁPIS DE COR TONS DE PELE, 12 CORES. PADRÃO FABER CASTEL.	45,00	CX.	LEO E LEO	4,8000	216,00
191	402589	MOLHADOR DE DEDOS 12G.	37,00	UNID.	NEW	2,2900	84,73
266	405260	QUADRO VERDE COM MOLDURA EM MDF COM CANTONEIRAS INJETADOS EM POLIETILENO E SUPORTE PARA GIZ, TAMPO EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA E PINTURA UV VER FOSCO PARA GIZ, MEDIDA 2X1,20	26,00	UNID.	STALO	347,0000	9.022,00
273	393492	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 45 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	38,00	PCT.	DANI	69,5000	2.641,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		PONTO OFFICE BRASIL LTDA	CNPJ/CPF		62.234.516/0001-58	TOTAL	13.059,62
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
27	383130	BARBANTE DE ALGODAO PEQUENO NUMERO 6 ROLO COM 100 METROS (PADRAO DEFIOS)	50,00	ROLO	JAF	3,5700	178,50
51	393523	CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA ARTICULADA, ACRILICA, POLIPROPILENO, FUMÊ (PADRÃO SERPA / NOVACRIL)	77,00	UNID.	NOVACRIL	37,9400	2.921,38
99	402591	DISPLAY PORTA FOLHA A4 ACRÍILICO COM FITA ADESIVA	122,00	UNID.	NOVACRIL	17,0800	2.083,76
109	396693	ENCHIMENTO ACRÍLICO PCT 500G	55,00	PCT.	STA. FÉ	16,9000	929,50
123	393451	FITA ADESIVA DUPLA FACE 12MMX30M PACOTE COM 6 UNIDADES	68,00	PCT.	ALL TAPE	18,9100	1.285,88
181	396556	LOUSA QUADRO BRANCO COM SUPORTE 100X100 MOLDURA DE ALUMINIO	15,00	UNID.	CORTIARTE	99,2000	1.488,00
218	383273	PAPEL DE PRESENTE ROLO 40 CM X 100 M (PADRAO VMP)	16,00	ROLO	SÃO JOAO	74,4000	1.190,40
289	402605	TELA PARA PINTURA VIRADA 30 X 40 CM, FEITA DE TECIDO 100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA DE ALTA QUALIDADE, COM OS CHASSIS EM EUCALIPITO.	260,00	UNID.	CORTIARTE	11,4700	2.982,20
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		GOGLIATH REPRESENTACAO LTDA	CNPJ/CPF		48.759.447/0001-75	TOTAL	69.963,34
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
32	393522	BLOCO ADESIVO AUTO-COLANTE PARA RECADO 76MM X 51MM CORES DIVERSAS PCTE COM 100 UNIDADES (PADÃO 3M / / NOTEFIX)	680,00	PCT.	FUTURO	2,5900	1.761,20
47	383137	CADERNO BROCHURAO 60 FOLHAS S/ PAUTA (PADRAO TILIBRA)	125,00	UNIDADE	JANDAIA	3,0000	375,00
53	396655	CAIXA DE MDF TAMPA SAPATO MADEIRA CRUA TAMANHO 15 X 15 X 06 CM	450,00	UNID.	JL	4,6800	2.106,00
117	405227	EVA COM GLITER PACOTE COM 10 UNIDADES, NO TAMANHO 40 X 60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (GLITER DOURADO, GLITER PRATA, GLITER AZUL, GLITER ROXO, GLITER VERDE ESCURO, GLITER VERMELHO, GLITER BRANCO, GLITER LILAS, GLITER PINK, GLITER PRETO, GLITER ROSA CLARO, GLITER VERDE CLARO)	645,00	PCT.	DUB	24,9000	16.060,50
119	383352	EXTRATOR DE GRAMPO (PADRAO K-50 / GENMES)	56,00	UNIDADE	FUTURO	3,8000	212,80
121	405228	FELTRO ROLO CONTENDO 10 METROS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO OURO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCO, COR DE PELE, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO)	59,00	ROLO	SANTAFÉ	120,0000	7.080,00
187	405234	MARCADOR PARA RETRO PROJETOR, PONTA 1.0MM, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO PILOT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO)	315,00	CX.	FUTURO	11,5000	3.622,50
229	355319	PASTA CLASSIFICADORA CARTAO DUPLO COM GRAMPO PLASTICO FORMATO 350MM X 230MM COR CINZA, COM GRAMATURA DE 480 GRAMAS (PADRÃO QUALIDADE POLYCART)	1.030,00	UNID.	TPPASTAS	5,1000	5.253,00
240	396538	PERFURADOR DE PAPEL ALICATE DE 1 FURO COM CARRITILHA DE 8 OPÇÕES DE FURO	52,00	UNID.	FUTURO	59,8000	3.109,60
253	396452	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE PROFISSIONAL BI-VOLT 100 W NA COR AZUL 19X16 COM SELO IMETRO (PADRAO TILIBRA)	198,00	UNID.	FUTURO	30,0000	5.940,00
254	396461	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA PROFISSIONAL BI-VOLT 100 W 11,5 X 11 COM	323,00	UNID.	FUTURO	20,0000	6.460,00

		SELO IMETRO (PADRAO TILIBRA)					
270	405239	ROLO DE RENDA 10MM X 50M (PADRAO NAJAR) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL ROYAL, BRANCA, DOURADA, LILAS, PRETA, ROSA BEBE, PINK, VERDE BANDEIRA, VERMELHA)	78,00	ROLO	NAJAR	30,5600	2.383,68
280	405201	SUPORTE PARA DUREX GRANDE	56,00	UNID.	FUTURO	17,0000	952,00
281	383301	TABUADA GRANDE (PADRAO TILIBRA)	1.000,00	UNIDADE	TAMOIO	2,3000	2.300,00
293	383303	TESOURA GRANDE 20 CM CABO PLASTICO (PADRAO TRAMONTINA)	246,00	UNIDADE	FUTURO	4,5100	1.109,46
306	405245	TNT ROLO COM 50 METROS (PADRAO SANTA FE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL LARO, AZUL ESCURO, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, VERDE BANDEIRA, VERMELHO)	176,00	ROLO	SANTAFÉ	63,8500	11.237,60
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		SEVEN COPY COMERCIAL LTDA	CNPJ/CPF		07.416.432/0001-27	TOTAL	22.089,32
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
33	393883	BLOCO DE ANOTAÇÕES	4,00	UNID.	PROPRIA	4,0000	16,00
35	396460	BOBINA DE PAPEL PARDO 120CM X 200M X 80G/M²	45,00	BOBINA	JUSSARA	192,1800	8.648,10
63	409333	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO PP (POLIPROPILENO) ,COR: TRANSPARENTE,FORMATO: A4 (21 X 297 M)EMBALAGEM: 50 U NIDADES	522,00	PCT.	JC	15,0000	7.830,00
64	396643	CARBONO PARA MANUSCRITO TAMANHO A4 CAIXA COM 100FLS	22,00	PCT.	PROPRIA	37,0000	814,00
72	383157	CLIPS N. 6/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	28,00	CAIXA	CLIPS TOP	9,2800	259,84
76	396695	COLA BRANCA EXTRA FORTE EMBALAGEM DE 1KG (PADRÃO ACRILEX)	40,00	UNID.	PIRA	11,2000	448,00
133	405233	FITILHO MEDINDO 5MM X 50M, PACOTE CONTENDO 10 ROLOS (PADRAO FITIL) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCO, DOURADO, PRATA, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO)	22,00	PCT.	NIZURI	15,3400	337,48
144	396508	GRAMPEADOR MANUAL DE TAPECEIRO TIPO 53 GRAMPO DE 6 A 14MM	42,00	UNID.	JOCAR	29,9500	1.257,90
209	405250	PAPEL BRILHO, PACOTE CONTENDO 20 FOLHAS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, PRETO, ROSA, VERMELHO, VERDE)	17,00	PCT.	PROPRIA	22,2000	377,40
212	383255	PAPEL COLOR SET AZUL CLARO A4 90GR PCTE C/ 20 (PADRAO VMP)	3,00	PACOTE	VMP	12,2000	36,60
217	405254	PAPEL COUCHE, FORMATO A4, PACOTE CONTENDO 50 FOLHAS.	22,00	PCT.	PROPRIA	9,7500	214,50
252	393489	PINCEL PINTURA NUMERO12 SERIE 165 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	28,00	PCT.	LEO E LEO	18,0000	504,00
263	402294	PREGADOR DE ROUPA, EM MADEIRA, TAMANHO GRANDE, PACOTE COM 12 UNIDADES.	585,00	PCT.	GABOARDI	2,3000	1.345,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649	CNPJ/CPF		43.187.819/0001-12	TOTAL	183.423,94
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
42	405225	BOLA DE SOPRAR Nº 08, PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES (PADRAO DE QUALIDADE ART LATEX) (CORES VARIADAS: LARANJA, ROSA, ROXA, VERMELHA, AMARELA, AZUL, BRANCA, VERDE, PRETA, E CORES DIVERSAS - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F.)	778,00	PCT.	JOY	9,0000	7.002,00
45	409332	CADERNO ALIBOMBOM MARGEADO E SEM PAUTA, IDEAL PARA TRABALHAR A ESCRITA EM CAIXA ALTA, COLAGEM DE ATI VIDADE E TRABALHOS ARTÍSTICO (PINTURA, LÁPIS DE COR, GIZ DE CERA, ETC), GRAMATURA ESPECIAL QUE EVITA FOLHAS MARCADAS E DIFICILMENTE SÃO DANIFICADAS PELA BORRACHA, FOLHAS MARGEADAS PARA ECONOMIA DE TEMPO DOS PROFESSORES, PAIS E ALUNOS, CAPA FLEXIVEL, 80 FOLHAS, CADERNO ALIBOMBOM CAPA DURA, AZUL SEM PAUTA 80 FLS, PADRÃO DE QUALIDADE MÁXIMA	610,00	UNID.	JANDAIA	9,0000	5.490,00
50	393430	CADERNO DE CALIGRAFIA 60 FOLHAS (PADRÃO MAXIMA)	500,00	UNID.	FORONI	3,7900	1.895,00
60	383140	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA AZUL, PRETA, VERMELHO 07 / CX COM 50 UNID (PADRAO COMPACTOR)	5.166,00	CAIXA	BRW	28,3900	146.662,74
100	383331	DUREX AMARELO C/ 10M PACOTE COM 10 UNIDADES (PADRAO EUROCEL)	55,00	PCT.	NASTRO	4,0000	220,00
101	383333	DUREX BRANCO C/ 10M PACOTE COM 10 UNIDADES (PADRAO EUROCEL)	10,00	PCT.	NASTRO	4,0000	40,00
102	383181	DUREX GRANDE C/ 50M (PADRÃO ADELBRAS)	575,00	UNIDADE	NASTRO	1,3000	747,50
118	405226	EVA PACOTE COM 10 UNIDADES, NO TAMANHO 40 X 60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (VERMELHO, AZUL, AZUL CLARO, BEGE, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO)	929,00	PCT.	BRW	12,6000	11.705,40
169	409335	LÁPIS DE COR INFINITO É O MELHOR LÁPIS PARA CRIANÇAS QUE TEMOS HOJE NO MERCADO! NÃO QUEBRA, RESISTEN TE E MUITO PIGMENTADO ELE SE TORNOU O PREFERIDO DAS ESCOLAS,OBJETIVO: ESCOLAR,CERTEZA DE QUALIDADE,TAMANHO APROXIMADO: 12CM,COMPOSIÇÃO: MADEIRA,	300,00	CX.	MAPED	12,0000	3.600,00

		CERA , CARGAS INERTES E PIGMENTOS,VALIDADE: INDETERMINADA (PRODUTO NÃO PERECÍVEL),FABRICADO NA CHINA, CORES DISPONÍVEIS: 12 CORES , FÁCIL DE USAR, É INOVAÇÃO, COM CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO, ESCRITA PIGMENTADA,NÃO NECESSITA DE APONTADOR, DURA 10X MAIS, ARMAZENAR EM LOCAL SECO E VENTILADO , DE BOA QUALIDADE, NÃO TÓXICO,MAIOR DURABILIDADE, FORMATO: TRIANGULAR,PADRÃO MAPED					
202	355295	PALITO DE CHURRASCO SEM PONTA PACOTE COM 100 UNID. (PADRAO THETO)	157,00	PACOTE	MB	3,9000	612,30
210	405249	PAPEL CARTAO, PACOTE CONTENDO 20 FOLHAS (PADRAO VMP) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL CELESTE, AZUL CLARO, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE BANDEIRA, VERDE CLARO, VERMELHO)	140,00	PCT.	VMP	14,0000	1.960,00
211	396521	PAPEL COLOR SET AMARELA PCTE C/ 20 (PADRAO VMP) 48X66 110GR	23,00	PCT.	VMP	13,0000	299,00
213	396522	PAPEL COLOR SET AZUL CLARO PCTE C/ 20 (PADRAO VMP) 48X66 110GR	30,00	PCT.	VMP	13,0000	390,00
265	378203	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO 2,00X1,20 COM MOLDURA DE ALUMINIO	14,00	UNIDADE	STALO	200,0000	2.800,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		MAGALHÃES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	CNPJ/CPF		17.403.267/0001-22	TOTAL	28.570,40
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
44	409342	CADERNO ALIBOMBOM CX 40 UNIDADE 60 FOLHAS C/ PAUTA - 123X - BROCHURÃO 215 X 310MM (PADRÃO MÁXIMA) C APA VERDE	76,00	CX.	maxima	292,0000	22.192,00
52	396656	CAIXA DE MDF TAMPA SAPATO MADEIRA CRUA TAMANHO 09 X 09 X 05 CM	600,00	UNID.	mdp	2,6500	1.590,00
110	383185	ENVELOPE 114 X 229 CM OFÍCIO 20 OFFSET 63G CX C/ 100 UNID (PADRAO MAXPRINT)	52,00	CAIXA	foroni	9,2000	478,40
277	396547	SACO TRANSPARENTE 25 X 40 CM (PADRAO D. EMBAL)	3.593,00	KG	distripack	1,0000	3.593,00
309	393513	TULE NA COR VERMELHO, C/ 50M X 1,40	3,00	PEÇA	salim	239,0000	717,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		ULTRA COMERCIO LTDA	CNPJ/CPF		60.733.530/0001-70	TOTAL	41.850,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
68	383143	CARTOLINA BRANCA PCT C/ 100 FOLHAS	42,00	PACOTE	vmp	54,9000	2.305,80
97	409350	DISPENSADOR FITA, MATERIAL: METAL, TIPO: MANUAL, MATERIAL CABO: PLÁSTICO ALTA RESISTÊNCIA, C OR CABO: PRETA, LARGURA FITA: 3 POL, FINALIDADE: DEMARCAR EVIDÊNCIAS MANTENDO LACRE E SEGURANÇA	33,00	UNID.	masterprint	36,4000	1.201,20
236	402598	PEN DRIVE 1 TB	102,00	UNID.	sandisk	350,0000	35.700,00
259	409352	PORTA-CLIPE, MATERIAL: AÇO ARAMADO, LARGURA: 89 MM, COR: PRETA, ALTURA: 58 MM, CARACTERÍSTIC AS ADICIONAIS: BASE EMBORRACHADA	92,00	UNID.	kit	9,8000	901,60
260	409351	PORTA-LÁPIS, MATERIAL: AÇO ARAMADO, COR: PRETA, ALTURA: 100 MM, DIÂMETRO: 90 MM	129,00	UNID.	kit	8,5000	1.096,50
304	396540	TINTA PARA PINTURA FACIAL TEMPORARIA CORES VARIADAS CAIXA C/ 6 UND. DE 15ML (PADRÃO MARIPEL)	43,00	CX.	maripel	15,0000	645,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		TF COMPANY LTDA	CNPJ/CPF		44.121.677/0001-53	TOTAL	27.795,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
143	396447	GRAMPEADOR GRANDE, 18CM, PARA GRAMPO 26/6 C - 15 (CIS / YES)	184,00	UNID.	JOCAR	18,4500	3.394,80
220	393426	PAPEL FOTOGRAFICO ADESIVO BRILHANTE TAMANHO A4 C/ 100 FOLHAS 180GR (PADRAO MASTERP)	132,00	PCT.	MASTER	37,1000	4.897,20
221	383234	PAPEL FOTOGRAFICO BRILHANTE TAMANHO A4 C/ 100 FOLHAS 180GR (PADRAO MASTERP)	243,00	PCT.	MASTER	19,9000	4.835,70
238	396539	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS EM AÇO, REGUA POSICIONADORA, TAPETE PLÁSTICO, DIMENSÕES C18XL14,8XA12,8 PARA ATÉ 30FLS	77,00	UNID.	JOCAR	26,0000	2.002,00
290	402606	TELA PARA PINTURA VIRADA 40 X 50 CM, FEITA DE TECIDO 100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA DE ALTA QUALIDADE, COM OS CHASSIS EM EUCALIPITO.	660,00	UNID.	CORTIARTE	19,1900	12.665,40
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CASTRO E CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	CNPJ/CPF		08.198.623/0002-03	TOTAL	107.485,45
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
205	355254	PAPEL A4 BRNACO C/5.000 FOLHAS (PADRAO CHAMEX)	463,00	CAIXA	CHAMEX	232,1500	107.485,45
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA	CNPJ/CPF		53.896.598/0001-05	TOTAL	14.650,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
282	405240	TECIDO DE CETIM, ROLO COM 50 METROS X 1,40 DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. ((AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, VERMELHO)	24,00	ROLO	ADR	190,0000	4.560,00
285	393500	TECIDO OXFORT, C/ 50M X 1,40 COM COR (ESCOLHER NO ATO DO PEDIDO)	10,00	PEÇA	ADR	250,0000	2.500,00
288	393501	TECIDOS DE CHITA ESTAMPADO 1,40 LARGURA C/ 50M	33,00	PEÇA	FAM	230,0000	7.590,00

Rodeiro, 08 de setembro 2026

Signatários: José Carlos Ferreira - Prefeito Municipal e o respectivo detentor da ata:

• RAFAEL DA SILVA FIGUEIRA: DC ATACADO LTDA; CNPJ/CPF 56.103.918/0001-10
• LEANDRO BATISTA DE OLIVEIRA: FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA; CNPJ/CPF 05.191.550/0002-30
• MARILIA DO ROSARIO DE FREITAS IVO: WORD COMERCIO ARMARINHO LTDA; CNPJ/CPF 55.424.623/0001-83
• PEDRO AUGUSTO FERNANDES GOMES GALVÃO: ALAG COMERCIO E ATACADO - LTDA; CNPJ/CPF 63.514.106/0001-23
• CAIO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA: CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA; CNPJ/CPF 62.234.180/0001-23
• GABRYELLE DE ALMEIDA ANDRADE MELO: NACIONAL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA; CNPJ/CPF 65.010.780/0001-04
• RAYMUNDO SABINO CARNEIRO: CIRURGICA FRATELLI PRODUTOS MEDICOS ORTOPEDICOS; CNPJ/CPF 37.180.839/0001-69
• VANDERLEI CARDOSO DE SOUZA: COPY IMPRESS COPIADORA LTDA; CNPJ/CPF 20.089.441/0001-19
• MARCELO DE SOUZA SOARES: PONTO OFFICE BRASIL LTDA; CNPJ/CPF 62.234.516/0001-58
• KESIA GOGLIATH MONTEIRO: GOGLIATH REPRESENTACAO LTDA; CNPJ/CPF 48.759.447/0001-75
• JOAO BATISTA DE OLIVEIRA: SEVEN COPY COMERCIAL LTDA; CNPJ/CPF 07.416.432/0001-27
• MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS: MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649; CNPJ/CPF 43.187.819/0001-12
• CAMILA DOS SANTOS MAGALHAES SILVA: MAGALHÃES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME; CNPJ/CPF 17.403.267/0001-22
• HERCULES DOMINGO ROSA: ULTRA COMERCIO LTDA; CNPJ/CPF 60.733.530/0001-70
• JADERSON ALMEIDA ALBINO DE OLIVEIRA: TF COMPANY LTDA; CNPJ/CPF 44.121.677/0001-53
• EDUARDO DE PAULA GONÇALVES DE CASTRO: CASTRO E CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA; CNPJ/CPF 08.198.623/0002-03
• JULIO CESAR CABRAL: J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA; CNPJ/CPF 53.896.598/0001-05

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:7221D08F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026 EDITAL Nº 053/2026

RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
EDITAL Nº 053/2026

Informamos o resultado da Sessão referente ao Processo Licitatório nº 087/2026, Pregão Eletrônico para registro de preços nº 047/2026, edital nº 053/2026, que tem como objeto da presente licitação **registro de preços para aquisição estimada de materiais escolares, de escritório e artesanato para atender as necessidades da secretaria demandante,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com a seguinte empresa vencedora:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		DC ATACADO LTDA	CNPJ/CPF		56.103.918/0001-10	TOTAL	326.197,43
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	405259	ADAPITADOR DE LÁPIS ERGONÔMICO DE ESCRITA TDAH E AUTISTA 2 DEDOS, CORES SORTIDAS, (ADAPTADORES DE LÁPIS DE ALTA QUALIDADE SE ENCAIXAM EM LÁPIS, CANETAS E GIZ DE CERA PADRÃO PARA MELHORAR O CONTROLE E O CONFORTO AO ESCREVER OU DESENHAR, PROJETADO COM UMA SENSAÇÃO DE AMORTECIMENTO, MODELOS: CIRCULAR ESPOJA SOFTY)	70,00	UNID.	Leo	5,0000	350,00
12	393515	ALFINETE DE CABEÇA REDONDA MARCADORES Nº 24 CX COM 50 ALFINETES COLORIDOS (PADRÃO QUAL. MAPED / B	93,00	CX.	Futuro	2,4400	226,92
16	355317	ALMOFADA PARA CARIMBO N. 3 COR AZUL (PADRAO PILOT)	89,00	UNIDADE	Master/ Radex	4,5600	405,84
18	396553	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	51,00	UNID.	Master	3,8000	193,80
20	396432	APONTADOR COM UM FURO, LAMINA EM AÇO TEMPERADO, COM DEPÓSITO DE LASCAS 55MMX20MM, EM PLÁSTICO (PADRÃO QUALIDADE FABER CASTEL)	1.395,00	UNID.	Futuro/Colorare	0,6000	837,00
21	393427	APONTADOR LÁPIS JUMBO COPO COLETOR	860,00	UNID.	Futuro/Colorare	1,1600	997,60
23	402600	ARGILA MODELAR ARTESANATO ESCULTURA CERÂMICA E ESCOLAR 900G.	70,00	UNID.	Mult	5,9000	413,00
30	396458	BASTÃO DE COLA QUENTE INCOLOR FINA - 7,2MMX300MM (PADRÃO JOCAR)	3.130,00	UNID.	Make/ Futuro	0,3600	1.126,80
34	409348	BLOCO PAUTADO, MATERIAL: OFF-SET, GRAMATURA: 63 G/M2, COR: BRANCA, COMPRIMENTO: 210 MM, LARG URA: 148 MM, QUANTIDADE FOLHAS: 50 FL	409,00	BLOCO	Gráfica	2,9000	1.186,10
43	355283	BORRACHA BRANCA NUMERO 40 CAIXA COM 40 UNIDADES (PADRAO MERCUR)	182,00	CAIXA	Futuro/ Colorare	12,0000	2.184,00
46	383136	CADERNO BROCHURAO 60 FOLHAS C/ PAUTA (PADRAO TILIBRA)	5.015,00	UNIDADE	Credeal	3,5000	17.552,50
49	383135	CADERNO C/ PAUTA BROCHURA 48 FOLHAS (PADRAO TILIBRA)	85,00	UNIDADE	Jandaia/ Credeal	1,6000	136,00
55	396464	CAIXA GRAMPO 23/8 CAIXA C/ 5000 UND	154,00	CX.	BRW	20,0000	3.080,00
56	405256	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO PRONTO BOX AZUL POLIONDA 347MM X 245 MM X 133 MM (PADRAO POLYCART)	220,00	UNID.	Poli/ Plast	4,3200	950,40
57	355320	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO PRONTO BOX CINZA POLIONDA 347MMX245MMX133MM (PADRAO POLYCART)	3.310,00	UNIDADE	Poli/ Plast	4,3200	14.299,20
58	383139	CALCULADORA GRANDE 12 DÍGITOS TAMANHO APROXIMADO 18 CM (PADRAO ELGIM)	121,00	UNIDADE	Yins/Master	14,0000	1.694,00
61	402604	CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES POR PACOTE, PONTA RESISTENTE E TAMPA ANTIASFIXIANTE COM VEDAÇÃO ADEQUADA, TINTA LAVÁVEL.	355,00	PCT.	Futuro	3,1000	1.100,50

62	405267	CANETA HIDROGRÁFICA, CONTÉM 12 TONS DE PELE, PONTA COM SISTEMA VAI E VEM, FORMATO REDONDO.	37,00	CX.	Futuro	10,0000	370,00
74	383163	COLA BASTAO 40 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	50,00	CAIXA	Leo/Colorare	18,0000	900,00
75	383164	COLA BRANCA 90 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	1.142,00	CAIXA	Pira/Colorare	16,6800	19.048,56
77	383165	COLA COLORIDA NÃO TOXICA CX C/ 4 UNID 25 G CADA (PADRAO ACRILEX OU KOALA)	30,00	CAIXA	Pira/Colorare	4,5600	136,80
78	390860	COLA DE ISOPOPOR 90 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX.)	59,00	CX.	Z.T/Pira	45,0000	2.655,00
81	396575	COLA PARA ARTESANATO ADESIVO INSTANTÂNEO DE ALTA VISCOSIDADE 20 GRAMAS (PADRÃO TEKBOND)	75,00	UNID.	Futuro/ Make	4,1600	312,00
83	396574	COLA UNIVERSAL - ADESIVO LÍQUIDO PARA TRABALHOS MANUAIS 17 GRAMAS (PADRÃO PEGAMIL)	40,00	UNID.	Tek	6,0000	240,00
85	396434	COLCHETE NÚMERO 15, 10CM, CX C/ 72 UNIDADES	26,00	CX.	Clips	14,4000	374,40
90	376326	CORRETIVO EM FITA COM 5 MILÍMETROS DE LARGURA E 5 METROS DE COMPRIMENTO. NÃO TÓXICA E SEM CHEIRO COM DESIGN ERGONÔMICO. POSSIBILITA ESCREVER IMEDIATAMENTE APÓS O USO. POIS NÃO REQUER TEMPO DE SECAGEM. COBRE DIVERSOS TIPOS DE TINTAS. PODE SER UTILIZADO EM QUALQUER TIPO DE PAPEL. NÃO DEIXA MARCAS. NEM SOMBRAS EM FOTOCÓPIAS.	808,00	UNIDADE	Master	2,3000	1.858,40
91	383174	CORRETIVO LÍQUIDO CX C/ 12 UNID (PARDAO MERCUR)	33,00	CAIXA	Make/ Frama	16,0000	528,00
93	405223	CORTADOR DE EVA TAMANHO 16 MM. DIVERSOS FORMATOS - ESCOLHA DOS FORMATOS NO ATO DO ENVIO DA O.F. (ANJO, BORBOLETA, CIRCULO, CORACAO, ESTRELA, FLOR, FLOR BP, FOLHA, FOLHA DE UVA, HIBISCO, LUA, MARGARIDA, POMBA, SOL, TULIPA, URSO)	85,00	UNID.	Make/ Leo	12,0000	1.020,00
94	405224	CORTADOR DE EVA TAMANHO 20 MM. DIVERSOS FORMATOS - ESCOLHA DOS FORMATOS NO ATO DO ENVIO DA O.F. (ANJO, BORBOLETA, CIRCULO, CORACAO, ESTRELA, FLOR, FLOR BP, FOLHA, FOLHA DE UVA, HIBISCO, LUA, MARGARIDA, POMBA, SOL, TULIPA, URSO)	85,00	UNID.	Make/ Leo	18,0000	1.530,00
96	383175	CRACHA HORIZONTAL (PADRAO KIT)	900,00	UNIDADE	ACP/ Poli	1,5000	1.350,00
111	383184	ENVELOPE PARDO 25 CM X 35 CM CX C/ 250 UNID (PADRAO MAXPRINT)	135,00	CAIXA	Gráfica	68,4000	9.234,00
114	355270	ESTILETE FINO DE PLASTICO LARGO, LAMINA 9MM CX C/ 12 UNID (PADRAO CARBRINK)	94,00	CAIXA	Make/ Futuro	12,0000	1.128,00
115	390862	ESTILETE GRANDE PLASTICO LARGO, LAMINA 18MM CX C/ 12 UNIDADE (PADRÃO CARBRINK OU CUTTER)	116,00	CX.	Make/ Futuro	17,9000	2.076,40
120	355337	EXTRATOR DE GRAMPO FERRO (PADRAO CARBRINK)	56,00	UNIDADE	Master	1,1100	62,16
125	383206	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA PCT C/ 6 UNID (PADRAO 3M)	179,00	PACOTE	Gatte/Koretech	14,0000	2.506,00
127	405229	FITA DE CETIM Nº 0, ROLO COM 100 METROS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL LCARO, ROSA, VERDE, VERMELHA)	50,00	ROLO	Kit	10,0000	500,00
128	405230	FITA DE CETIM Nº 1, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA)	65,00	ROLO	Kit	12,0000	780,00
129	405231	FITA DE CETIM Nº 2, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA)	95,00	ROLO	Kit	16,0000	1.520,00
130	409343	FITA DE CETIM Nº 5, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVI O DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA	105,00	ROLO	Kit	34,0000	3.570,00
131	405232	FITA DE CETIM Nº 9, ROLO COM 100 METROS (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BEGE, BRANCA, PRETA, ROSA, VERDE, VERMELHA)	505,00	ROLO	Kit	55,0000	27.775,00
137	383216	GIZ CILINDRICO BRANCO COMP. 82MM X D11MM PLASTIFICADO CX C/ 60 CAIXINHAS DE 50 UNIDADES CADA (PADRAO DUBOM OU ZIGGIS)	20,00	CAIXA	Delta	250,0000	5.000,00
140	405251	GIZ DE CERA JUMBO, CAIXA CONTENDO 12 CORES	360,00	CX.	Pira/Colorare	3,3500	1.206,00
141	396465	GIZ DE CERA PARA USO NA PRÉ ESCOLA, MEDIDA APROXIMADA DE 7CM X 2,5 CM, C/12 CORES (PADRÃO ACRILEX)	196,00	CX.	Colorare	18,0000	3.528,00
142	396446	GOMA ELASTICA AMARELA PARA CEDULA, ALTA RESISTENCIA, PACOTE DE 1KG COM APROXIDAMENTE 1200 ELASTICOS (PADRÃO REDBOR)	44,00	PCT.	Premier	20,0000	880,00
145	396700	GRAMPEADOR PEQUENO, 13 CM, PARA GRAMPO 26/26 C - 10 (CIS / YES)	117,00	UNID.	Futuro	9,5300	1.115,01
146	396509	GRAMPEADOR TIPO ALICADE DE METAL PARA GRAMPO 26/6-8	165,00	UNID.	Futuro/Jocar	11,3600	1.874,40
147	396510	GRAMPEADOR; DE MESA; ESTRUTURA METALICA, APOIO EMBORRACHADO, COM CAPACIDADE DE 200 FOLHAS, GRAMPOS: 23/6, 23/8, 23/10, 23/13, 23/15 E 23/23 E AJUSTE DE PROFUNDIDADE.	3,00	UNID.	Futuro	78,0000	234,00
148	393464	GRAMPO 106/8 - 8MM CX C/ 5000 UNID	22,00	CX.	Futuro/ BRW	15,0000	330,00
149	390864	GRAMPO 23/10 CX C/ 5000	12,00	CX.	Futuro/ BRW	17,9900	215,88
150	390863	GRAMPO 26/6 CX C/ 5000	166,00	CX.	Max	2,5000	415,00
151	383292	GRAMPO MOL 51 MM CX C/ 12 UNID (PADRAO KIT)	180,00	CAIXA	Jocar/ Futuro	16,9000	3.042,00
154	396513	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAPECEIRO 8MM CX 5000UNID	14,00	CX.	Futuro	20,0000	280,00
172	383225	LAPIS DE ESCREVER PRETO NUMERO 2 CX C/ 144 UNIDADES (PADRAO FABER CASTELL/ MULTICOLOR)	102,00	CAIXA	Pirilampo/ BRW	25,0000	2.550,00
173	383222	LAPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO CX C/ 36 UNID (PADRAO FABER CASTELL)	45,00	CAIXA	Colorare/ Futuro	20,0000	900,00
179	383227	LIVRO ATA 100 FLS NUMERADA (PADRAO GRF)	186,00	UNIDADE	Gráfica	10,2000	1.897,20
180	383228	LIVRO DE PROTOCOLO PEQUENO 100 FOLHAS (PADRAO GRF)	153,00	UNIDADE	Gráfica	9,0000	1.377,00
182	396516	MALETA POLIONDA A3 35X50,5X5CM, COM ALÇA E PRESILHA DE FECHAMENTO, TRANSPARENTE	229,00	UNID.	Poli/ Plast	17,8800	4.094,52

184	383230	MARCADOR DE TEXTO AMARELO CX C/ 12 UNID(PADRAO FABER CASTELL / JOCAR)	393,00	CAIXA	Max	5,0000	1.965,00
186	383229	MARCADOR DE TEXTO VERDE CX C/ 12 UNID(PADRAO FABER CASTELL / JOCAR)	2,00	CAIXA	Max	5,5000	11,00
188	405235	MARCADOR PARA RETRO PROJETOR, PONTA 2.0MM, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO PILOT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO)	312,00	CX.	Futuro	16,0000	4.992,00
189	383231	MASSA DE MODELAR GRANDE 180GRS CAIXA COM 12 CAIXINHAS CONTENDO 12 CORES (PADRAO ACRILEX)	1.007,00	CAIXA	Make/Colorare	28,0000	28.196,00
190	396579	MASSA PARA BISCUIT (PORCELANA FRIA) COR NATURAL PACOTE DE 1KG MASSA MODELAR, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AMIDO, QUANTIDADE CORES: 1UN, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA, ACEITA TINGIMENTO, USO: BISCUIT MATERIAL PACOTE 1KG (CATMAT 483564)	60,00	PCT.	Kit	28,2000	1.692,00
204	383235	PAPEL A 3 OFICIO C/ 2500 FOLHAS (PADRAO CHAMEX)	101,00	CAIXA	Report	246,0000	24.846,00
206	396699	PAPEL A4 NA COR BRANCA RESMA COM 250 UNIDADES 120GR	41,00	UNID.	Seninha	26,4000	1.082,40
207	396558	PAPEL A4 VERGÊ BRANCO 180G/M² 50 FOLHAS	280,00	PCT.	Master	9,7000	2.716,00
215	393484	PAPEL CONTACT PRETO CX C/ 6 ROLOS C/ 10 M CADA (PADRAO VULCAN, POLITAC)	4,00	CX.	Futuro/Leo	170,0000	680,00
216	383266	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE CAIXA COM 6 ROLOS C/ 25 M CADA (PADRAO POLITAC)	17,00	CX.	Futuro/Leo	310,0000	5.270,00
222	412487	PAPEL FOTOGRÁFICO MATTE FOSCO A4, 180G PACOTE COM 50 FOLHAS	6,00	PCT.	BRW/Master	15,2000	91,20
223	383269	PAPEL LAMINADO DOURADO C/ 40 FOLHAS (PADRAO VMP)	12,00	PACOTE	Gráfica	42,3600	508,32
224	396451	PAPEL VERGE BRANCO A4 PCT C/ 50 FLS 120G (PADRAO OFF PAPER)	65,00	PCT.	Master	6,8400	444,60
227	402602	PASTA CANALETA A4 CRISTA, TAM 230 X 310 X 7 MM.	520,00	UNID.	ACP/ Poli	1,5600	811,20
228	383276	PASTA CATALOGO PRETA COM 100 UNIDADE DE PLASTICO (PADRAO ACP)	682,00	UNID.	ACP/ Poli	17,7000	12.071,40
230	383279	PASTA DE PAPELAO PRETA COM ELASTICO (PADRAO POLYCART)	1.375,00	UNIDADE	Gráfica	2,0000	2.750,00
231	402603	PASTA L A4 INCOLOR FOSCO, TAMANHO 220 X 310.	770,00	UNID.	ACP/Poli	0,5800	446,60
232	409344	PASTA PLASTICA 1/4 PP CORES VARIADAS COM ELÁSTICO (PADRAO POLYCART)	210,00	UNID.	ACP/Poli	1,2000	252,00
233	383275	PASTA PLASTICA CLASSIFICADORA TRANSP OFICIO COM GRAMPO PLAST. TAM 226MMX355MMX10MM CAIXA COM 50 PASTAS (PADRAO PLASCONY OU ACP)	437,00	CX.	ACP/Poli	79,2000	34.610,40
234	383277	PASTA SANFONADA TAM OFICIO A4 C/ 31 DIVISORIAS (PADRAO PLACONY)	364,00	UNIDADE	ACP/Poli	32,3000	11.757,20
235	383280	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA HASTE FERRO CX C 50 UNID (PADRAO DELLO / POLYCART)	187,00	CAIXA	Gráfica	120,0000	22.440,00
239	396537	PERFURADOR DE PAPEL ALICATE DE 1 FURO	69,00	UNID.	Futuro/ Leo	4,8000	331,20
241	396613	PINCEL ATOMICO AZUL PONTA 4MM NÃO PERMANENTE CX C/ 12 UNID (PADRAO PILOT)	117,00	CX.	Futuro/ Jocar	15,5000	1.813,50
242	383286	PINCEL BROXA 835 NUMERO 6 (PADRAO TIGRE)	65,00	UNIDADE	BRW	11,8000	767,00
244	396548	PINCEL MARCADOR QUADRO BRANCO RECARREGAVEL CX C/ 12 UNIDADES - NA COR AZUL (PADRÃO DE QUALIDADE PILOT)	72,00	CX.	Master	17,0000	1.224,00
245	396570	PINCEL PINTURA Nº 0 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	27,00	PCT.	Futuro/Colorare	13,5000	364,50
246	396571	PINCEL PINTURA Nº 6 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	30,00	PCT.	Futuro/Colorare	12,0000	360,00
247	396706	PINCEL PINTURA Nº 8 (PADRÃO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	30,00	PCT.	Futuro/Colorare	13,0000	390,00
248	383288	PINCEL PINTURA NUMERO 10 (PADRAO TIGRE) PACOTE COM 12 UNIDADES	28,00	PCT.	Futuro/Colorare	14,0000	392,00
249	383289	PINCEL PINTURA NUMERO 14 (PADRAO TIGRE) PACOTE COM 12 UNIDADES	27,00	DUZIA	Futuro/Colorare	16,5000	445,50
250	393488	PINCEL PINTURA NUMERO 16 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	27,00	PCT.	Futuro/Colorare	18,0000	486,00
251	396541	PINCEL PINTURA NUMERO 22 (PADRAO TIGRE)	35,00	UNID.	Futuro/Colorare	4,2000	147,00
255	383281	PLASTICO P PASTA CATALOGO PRETA PCTE C/ 1000 UNID 0,6MM (PADRAO ACP)	4,00	PCT.	ACP/ Poli	140,0000	560,00
256	405274	PLASTICO POLASEAL, MEDIDA: 80X110, ESPESSURA: 007 (175 MICRONS), EMBALAGEM: 100 UNIDADES.	10,00	UNID.	Master	49,0000	490,00
267	383296	REGUA 20 CM (PADRAO WALEU)	666,00	UNIDADE	Waleu	0,6800	452,88
268	383297	REGUA 30 CM (PADRAO WALEU)	708,00	UNIDADE	Waleu	0,7800	552,24
291	396679	TESOURA DE COSTURA 9,5 - 24.1 CM (PADRÃO MUNDIAL)	140,00	UNID.	BRW/ Wincy	10,8000	1.512,00
292	383302	TESOURA ESCOLAR C/ PONTA ARREDONDADA (PADRAO CIS)	1.190,00	UNIDADE	Colorare/Futuro	1,1800	1.404,20
300	405243	TINTA GUACHE, VIDRO COM 250 ML, CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL ROYAL, BRANCA, LARANJA, MARROM, PRETA, VERDE, VERMELHO)	88,00	CX.	Pira/ Tintex	15,9000	1.399,20
301	402653	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR AZUL (PADRAO ACRILEX)	58,00	UNID.	Radex	3,1000	179,80
302	383304	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR PRETO(PADRAO ACRILEX)	47,00	UNIDADE	Radex	3,1000	145,70
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA.	CNPJ/CPF		05.191.550/0002-30	TOTAL	16.045,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
2	355328	AGENDA COM ACABAMENTO EM ESPIRAL E CAPA DURA, FORMATO: (14,5 X 21,5), QUE OFERECE ESPAÇO ADEQUADO PARA ANOTAÇÕES DOS COMPROMISSOS DO DIA A DIA. ALÉM DE SEU FORMATO TRADICIONAL E PRATICO, TRAZENDO O DIA DA SEMANA (UM DIA DA SEMANA POR PAGINA) E DO MÊS, APRESENTA A CADA MÊS UMA PÁGINA PARA O PLANEJAMENTO MENSAL, CALENDÁRIO NÃO PERMANENTE, COM ÍNDICE TELEFÔNICO E MAPAS ATUALIZADOS. (PADRAO QUALIDADE TILIBRA)	225,00	UNIDADE	própria	19,0000	4.275,00
3	396456	AGENDA PERMANENTE SEM IDENTIFICAÇÃO DO ANO	360,00	UNID.	própria	22,0000	7.920,00

		COM ACABAMENTO EM ESPIRAL E CAPA DURA, FORMATO: (14,5 X 21,5), QUE OFERECE ESPAÇO ADEQUADO PARA ANOTAÇÕES DOS COMPROMISSOS DO DIA A DIA. ALÉM DE SEU FORMATO TRADICIONAL E PRATICO, TRAZENDO O DIA DA SEMANA (UM DIA DA SEMANA POR PÁGINA) E DO MÊS, APRESENTA A CADA MÊS UMA PÁGINA PARA O PLANEJAMENTO MENSAL, CALENDÁRIO PERMANENTE, COM ÍNDICE TELEFÔNICO E MAPAS ATUALIZADOS. (PADRAO QUALIDADE TILIBRA)					
65	405257	CARIMBO AUTOENTITADO PERSONALIZADO	55,00	UNID.	Marck Printer	70,0000	3.850,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		WORD COMERCIO ARMARINHO LTDA	CNPJ/CPF		55.424.623/0001-83	TOTAL	93.659,28
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
4	396644	AGULHA DE CROCHÊ Nº4	30,00	UNID.	KIT	4,1500	124,50
11	396681	AGULHA PARA RETA DPX5 CABO GROSSO Nº14 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	KIT	27,5000	1.100,00
19	409774	APOIO PUNHO TECLADO, MATERIAL: TECIDO E GEL ESPECIAL, TIPO: ERGONÔMICO COM BASE ADERENTE, COR: PRETA, COMPRIMENTO: 39 CM, LARGURA: 6,8 CM, ALTURA APOIO PUNHO: 2,3 CM, APLICAÇÃO: DIGITAÇÃO	57,00	UNID.	KIT	17,5000	997,50
28	402613	BASE DE CORTE A2 DUPLA FACE - MEDIDA 60X45 CENTÍMETROS / - 17,71X23,62 POLEGADAS - ESPESSURA 3 MM REFORÇADA COM CABO DE ALUMÍNIO, COM CANETA ESTILETE MODELO PRECISÃO CARTONAGEM SCRAPBOOK.	7,00	UNID.	KIT	72,0000	504,00
38	405255	BOBINA PLASTICA PARA ENCAPAR CADERNO 25M (45CM INCOLOR - 0,4MM)	36,00	BOBINA	GOLDPLAS	45,5000	1.638,00
54	405266	CAIXA DE PAPELÃO EM PAPEL KRAFT, ONDA SIMPLES, GRAMATURA DE 400G/M2 E COLUNA DE 5,2KN/M, DIMENSÕES I INTERNAS (COMP. X LARG. X ALT.): 74,0 X 43,0 X 53,9 CM, DIMENSÕES EXTERNAS (COMP. X LARG. X ALT.): 74,7 X 43,7 X 55,4 CM.	120,00	UNID.	SÃO CARLOS	9,1000	1.092,00
59	405275	CANETA COM PONTA DE POLIESTER PARA MARCAR TECIDOS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F (AMARELA, MARROM, PRETA, AZUL, VERDE FOLHA, VERDE MUSGO, ROSA, VERMELHA)	100,00	UNID.	JOCAR	6,1000	610,00
66	402590	CARIMBO DATADOR AUTOENTITADO	31,00	UNID.	JOCAR	50,5000	1.565,50
67	409346	CARIMBO DE MADEIRA COM CABO COM A BORRACHA DE POLÍMETRO MEDIDA DE 10CMX7CM COM DESENHOS VARIADOS (HO MEM ARANHA, BATMAN, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS)	45,00	UNID.	JOCAR	74,2000	3.339,00
79	396578	COLA DE LANTEJOULA PARA TECIDO 20 GRAMAS PDRÃO ACRILEX	20,00	UNID.	HERO	7,2000	144,00
92	402612	CORTADOR CIRCULAR 45MM, IDEAL PARA CORTES DE PRECISÃO EM PAPÉIS, TECIDOS, PLÁSTICOS, METAIS FINOS, FILMES, ACETATO, COURO, VINIL, EVA E OUTROS, IDEAL PARA PATCHWORK.	25,00	UNID.	MAKE	50,3000	1.257,50
124	393453	FITA ADESIVA DUPLA FACE 18MMX30M PACOTE COM 6 UNIDADES	75,00	PCT.	KORE	28,5000	2.137,50
126	383207	FITA CREPE C/ 72 UNID 18 X 50 M (PADRAO 3M / EUROCEL))	80,00	CAIXA	KORE	255,0000	20.400,00
136	409338	FURADOR DE PAPEL ARTE & MONTAGEM EXTRA GIGANTE CÍRCULO FURADOR DE PAPEL ARTE & MONTAGEM EXTRA GIGANTE CÍRCULO	20,00	UNID.	MAKE	80,0000	1.600,00
161	409336	KIT CARIMBO PEDAGÓGICO COM 6 CARIMBOS IDEAL PARA PROFESSOR(A),MUITO BEM,PARABÉNS,ADOREI,NÃO FEZ A TA REFA ,FALTOU ,PROCURE MELHORAR , CARIMBO MANUAL ,TAMANHO: 25MM X 25MM 25MM = 2,5CM COM AMORTECEDOR,NÃO ACOMPANHA CARIMBEIRA/ ALMOFADA	88,00	KIT.	JOCAR	49,2000	4.329,60
162	396638	KIT CARIMBOS MARCADORES FLORES E NÚMEROS C/ 25 UNID.	2,00	KIT.	JOCAR	120,0000	240,00
163	396639	KIT DE CORTADORES EM METAL MODELO FLORES VARIADAS 12 PEÇAS	10,00	KIT.	JOCAR	70,0000	700,00
167	409339	KIT GANCHOS ADESIVO INOX SUPORTE PAREDE SUPER ADERÊNCIA	183,00	KIT.	JOCAR	16,0000	2.928,00
174	396449	LASTEX BRANCO ROLO COM 500 METROS (PADRAO KIT)	43,00	ROLO	KIT	32,5000	1.397,50
176	405263	LINHA PARA CROCHE NOVELO COM 1000 METROS (PADRAO ANNE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, BEGE, BRANCA, LILAS, MARROM, PRETA, VERDE, VERDE CLARO, VERMELHA)	50,00	UNID.	KIT	20,5000	1.025,00
177	396692	LINHA PARA OVERLOCK IMPORTADA COR BRANCA	50,00	KG	KIT	12,4500	622,50
178	396694	LINHA PARA OVERLOCK IMPORTADA COR PRETA	50,00	KG	KIT	14,4000	720,00
193	405236	NOVELO DE LÃ, 100 GRAMAS (PADRAO MERITA, MOLLET OU CISNE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, AZUL CLARO, BRANCO, LILAS, MARROM, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO)	100,00	UNID.	KIT	15,9000	1.590,00
194	393519	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO MÉDIO 8MM PCTE COM 100 UNIDADES	13,00	PCT.	KIT	7,7000	100,10
195	393520	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO PEQUENO 5MM PCT COM 100 UNIDADES	23,00	PCT.	KIT	6,9000	158,70
196	393518	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 10MM PCTE COM 100 UNIDADES	23,00	PCT.	KIT	8,6000	197,80
197	393526	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 12MM PCTE COM 100 UNIDADES	17,00	PCT.	KIT	9,9000	168,30
198	393527	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 16MM PCTE COM 100 UNIDADES	18,00	PCT.	KIT	14,9000	268,20
199	396569	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 3MM PCTE COM 100 UNIDADES	8,00	PCT.	KIT	7,5000	60,00
203	405237	PALITO DE PICOLE, PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES (PADRAO THETO) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, CRU, MARROM, VERDE, VERMELHO)	165,00	PCT.	GABOARDI	6,2000	1.023,00
208	396557	PAPEL A4 VERGÊ BRANCO 90G PACOTE C/100	260,00	PCT.	USA	11,5000	2.990,00
214	396536	PAPEL CONTACT ESTAMPADO ROLO C/ 10 M (PADRAO VULCAN) CX C/ 6 ROLOS	13,00	CX.	LEOARTE	179,0000	2.327,00
225	409341	PAPEL VINIL TRANSPARENTE A4	15,00	CX.	LEOARTE	105,0000	1.575,00

237	393521	PEN DRIVER 32GB (PADRÃO SANDISK / KINGSTON)	87,00	UNID.	MULTILASER	38,3000	3.332,10
257	393490	PLASTICO PORTA DOCUMENTOS MEDINDO 105MM X 70MM COM ABA PCTE COM 100 UNIDADES (PADRÃO DATASUPRI)	10,00	PCT.	ACP	48,0000	480,00
258	402593	POLASEAL PLASTICO PARA PASTIFICAÇÃO A4 220 X 307 X 0,10 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	70,00	PCT.	USA	71,0000	4.970,00
262	390885	PRANCHETA INJETADA EM POLIESTIRENO. PRENDEDOR DE PAPEL EM POLIESTIRENO INJETADO QUE NÃO ENFERRUJA E NEM MARCA O PAPEL. PRODUTO ESTERILIZÁVEL.	161,00	UNID.	SOUZA	10,2000	1.642,20
264	379309	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO 1,20X0,80 COM MOLDURA EM ALUMIINIO	44,00	UNIDADE	CORTIARTE	134,0000	5.896,00
271	393491	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 25 X 36,5 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	36,00	PCT.	GALA	55,0000	1.980,00
272	390883	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 28 X 37 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	33,00	PCT.	GALA	56,0000	1.848,00
274	393493	SACO DE PRESENTE TRANSPARENTE COLORIDO 15 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	69,00	PCT.	GALA	18,5000	1.276,50
278	402595	SACO TRANSPARENTE 50 X 80 CM, UTILIZADO PARA CESTA BÁSICA, GRAMATURA: 0,10.	219,00	KG	GALA	32,0000	7.008,00
294	393502	TESOURA GRANDE DE PICOTAR 21,5CM (PADÃO TRAMONTINA)	75,00	UNID.	NYBC	41,3000	3.097,50
310	402616	VELCRO DE ROUPA ROLO 5MTS	50,00	ROLO	KIT	33,0000	1.650,00
311	405247	VIES DE ALGODAO 50M X 12 MM COMPOSICAO 67% ALGODAO E 33% POLIESTER (PADRAO CINDERELA) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, ROSA BEBE, VERDE CLARO, VERMELHA)	50,00	ROLO	KIT	27,9000	1.395,00
312	383323	VISOR E ETIQUETA P/ PASTA ARQUIVO C/ 50 UNID (PADRAO DELLO)	22,00	PACOTE	GOODIE	6,9900	153,78
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		ALAG COMERCIO E ATACADO - LTDA	CNPJ/CPF		63.514.106/0001-23	TOTAL	83.538,74
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
5	396626	AGULHA DE MÃO Nº 6 PACOTE C/ 12	15,00	PCT.	CIRCULO	6,1500	92,25
6	396627	AGULHA DE MÃO Nº 8 PACOTE C/ 12	22,00	PCT.	CIRCULO	6,1500	135,30
22	405220	AREIA COLORIDA ESCOLAR, PRODUTO NÃO TOXICO, NÃO DESBOTA, EMBALAGEM CONTENDO 950 GRAMAS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO GEMA, AMARELO CLARO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, LILAS, PRETA, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHA, VERMELHO ESCURO)	45,00	UNID.	AP	6,0000	270,00
24	409334	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO DE APOSTILAS, LIVROS, AGENDAS, CADERNETAS, CALENDÁRIOS, BLOCOS, E OUTROS, EMBALAGEM: 50 UNIDADES, MATERIAL: PVC SEMI-RIGIDO, COR: PRETO/TRANSPARENTE	1.020,00	PCT.	LASSANE	7,5000	7.650,00
26	383129	BARBANTE DE ALGODAO NÚMEO 8 ROLO COM 200 METROS (PADRAO DEFIOS)	54,00	ROLO	SANTANA	6,3100	340,74
31	396459	BASTÃO DE COLA QUENTE INCOLOR GROSSA - 11,2MMX300MM (PADRÃO JOCAR)	2.640,00	UNID.	RENDICOLA	0,9200	2.428,80
36	396462	BOBINA DE PAPEL PARDO 60CM X 200M X 80G/M²	20,00	BOBINA	JUSSARA	89,4500	1.789,00
37	412530	BOBINA DE PAPEL SULFITE PARA PLOTTER, LARGURA 610 MM X 50 M, GRAMATURA 75 G/M², COR BRANCA, MANDRIL (TUBO) DE 2 POLEGADAS.	100,00	ROLO	PAPEX	75,7800	7.578,00
48	405253	CADERNO BROCHURAO, CAPA DURA, FOLHA A3 SEM PAUTA.	700,00	UNID.	XBOM	29,4000	20.580,00
69	390859	CLIPS 1/0 CAIXA DE 500G (PADRÃO DIMPACTOR)	44,00	CX.	GRIFFE	10,3000	453,20
70	383144	CLIPS N. 2/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	36,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	370,80
71	383155	CLIPS N. 3/0 CAIXA 500G (PADRAO DIMPACTOR)	50,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	515,00
73	383158	CLIPS N. 8/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	58,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	597,40
80	383168	COLA GLITER AZUL CX C/ 12 UNID 35 GRS (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	20,00	CAIXA	ACRILEX	42,0000	840,00
98	402594	DISPLAY EXPOSITOR ACRILICO EM L TAMANHO A4 CRISTAL, PARA MESA / BALCÃO VERTICAL	50,00	UNID.	NOVA CRIL	24,3000	1.215,00
108	412488	ENCADERNADORA MANUAL PARA ESPIRAL, FORMATO A4, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE PERFURAÇÃO DE 10 FOLHAS DE papel 75 g/m² por acionamento, estrutura em aço com pintura eletrostática ou acabamento equivalente anticorrosivo, perfuração para encadernação em espiral plástico, extensão de perfuração mínima de 300 mm (padrão de qualidade Excentrix)	1,00	UNID.	LASSANE	600,0000	600,00
112	383183	ENVELOPE A3 PARDO 37 CM X 47 CM CX C/ 250 UNID (PADRAO MAXPRINT)	28,00	CAIXA	FORONI	205,0000	5.740,00
122	393450	FITA ADESIVA DE ESPUMA DUPLA FACE 19 MM X 1,5 M BRANCA PACOTE COM 6 UNIDADES	69,00	PCT.	NASTRO	28,4000	1.959,60
134	412465	FURADOR ARTESAL EXTRA GIGANTE- HÉLICE (EXCLUSIVO PARA PAPEL 75 MM)	10,00	UNID.	MAKE	79,6800	796,80
138	383218	GIZ COLORIDO CILINDRICO PLASTIFICADO COMP. 82MM X D11MM CX C/ 60 CAIXINHAS DE 50 UNIDADES CADA (PADRAO DUBOM OU ZIGGIS)	20,00	CAIXA	SETE	342,0000	6.840,00
153	396512	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAPECEIRO 14MM CX 5000UNID	10,00	UNID.	BACCHI	34,3000	343,00
155	405264	GRAMPO TRANÇADO Nº 01 , CAIXA COM 12 UNIDADES.	111,00	CX.	TOP	5,1800	574,98
156	396696	GUARDANAPO PARA DECOUPAGEM, ESTAMPAS DEIVERSAS (PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR A MAMIKO)	50,00	UNID.	TULIP	4,6500	232,50
157	396514	GUILHOTINA DE MESA, BASE EM AÇO, COMPRIMENTO DO CORTE 36CM, CAPACIDADE MÁXIMA DE CORTE 15 FOLHAS, DIMENSÃO DA MESA 340 X 500MM, PESO 5 KG.	18,00	UNID.	MENNO	250,0000	4.500,00
158	402611	GUILHOTINA REFILADORA CORTADOR CIRCULAR COM SUPORTE 8 A 32 CM (CORTADOR CIRCULAR COM SUPORTE MATERIAL PLASTICO, LÂMINA EM AÇO, CIRCULOS PERFEITOS COM DIAMETRO ATÉ 32 CM DE FACIL MANUSEIO).	4,00	UNID.	P E B	118,4000	473,60
160	396723	INDICE TELEFONICO ESPIRAL GRANDE, CAPA PAPELÃO REVESTIDO PVC, VISOR COM MATERIAL PLÁSTICO CRISTAL MILO EM PAPEL OFF-SET 180 GRS, 72 PÁGINAS, FORMATO FECHADO 155X215MM	7,00	UNID.	REDOMA	31,2500	218,75
164	412466	KIT DE MASSINHA 100 UNIDADES DE CORTADOR NEON	4,00	KIT.	CG	49,1600	196,64

		DE MASSAINHA- FORMINHAS COLORIDAS E SORTIDAS. MAIS DE 32 FORMAS DIFERENTES SORTIDAS- CONTEM REPETIÇÕES; MATERIAL DE PLASTICO; COMPRIMENTO DE 4 A 6 CM, ALTURA 1,5M					
165	396515	KIT DE PINCEIS PARA PINTURA FACIAL C/ 6 UNIDADES	47,00	KIT.	CASTELO	9,9000	465,30
200	393525	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 6MM PCTE COM 100 UNIDADES	8,00	PCT.	LULI	6,1500	49,20
201	412490	ORGANIZADOR DE MESA CONFECCIONADO EM ARAME DE AÇO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ANTICORROSIVO, destinado à organização de materiais de escritório.	6,00	UNID.	TN	29,4000	176,40
219	355315	PAPEL ETIQUETA BRANCO AUTO COLANTE TAMANHO A4 CAIXA COM 100 FOLHAS (PADRAO PIMACO / PRINT LABEL)	43,00	CAIXA	POLIFIX	39,4000	1.694,20
261	402601	PRANCHETA ACRÍLICO POLIPROPILENO CRISTAL COM PRENDEDOR DE METAL TAMANHO A4.	184,00	UNID.	HP	10,4000	1.913,60
276	396546	SACO TRANSPARENTE 15 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL)	4.854,00	UNID.	CROMUS	0,2500	1.213,50
286	402607	TECIDO PARA TELAS DE PINTURA ARTÍSTICA PRONTO PARA USO, 100% ALGODÃO RECOBERTO COM RESINA ACRÍLICA. LARGURA + OU - 1,70 M.	50,00	METRO	DINAMICA	30,0000	1.500,00
287	396573	TECIDO SACARIA PARA PINTURA COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, LARGURA 1,40M, GRAMATURA 260G/M²-364/ML, PEÇAS C/ 50M BRANCO	9,00	ROLO	INTEXTIL	204,6700	1.842,03
295	405269	TESOURA/ALICATE DE ARREMATE COM DEDO, 12,5CM, COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO ABS E AÇO INOXIDÁVEL.	50,00	UNID.	CIRCULO	19,0000	950,00
296	396640	TIARA DE METAL 5MM DOURADA	100,00	UNID.	CG	14,0000	1.400,00
297	396642	TIARA DE METAL 5MM PRATEADA	100,00	UNID.	CG	10,0000	1.000,00
299	405242	TINTA DIMENCIONAL RELEVO 35 ML, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (PRATA, VERDE, VERMELHA, DOURADA)	30,00	CX.	ACRILEX	56,0000	1.680,00
303	402652	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR VERMELHA (PADRAO ACRILEX)	33,00	UNID.	RADEX	3,4000	112,20
307	396697	TOALHA ROSTO C/ BARRA DE ETAMINE PARA BORDAR	247,00	UNID.	CG	3,8500	950,95
308	400302	TUBETE DE 13CM, COM TAMPA, ACRÍLICO TRANSPARENTE.	1.200,00	UNID.	PIT	1,0500	1.260,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	CNPJ/CPF		62.234.180/0001-23	TOTAL	22.503,30
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
7	396684	AGULHA PARA GALONEIRA BX63 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	32,9500	1.318,00
8	396683	AGULHA PARA OVERLOK DCX27 Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	30,9500	1.238,00
9	396682	AGULHA PARA RETA DBX1 CABO FINO Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	26,9500	1.078,00
10	396680	AGULHA PARA RETA DPX5 CABO GROSSO Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	23,9500	958,00
86	396675	CONE DE LINHA RETA 5000M PARA MÁQUINA RETA COR BRANCA (PADRÃO KRAN)	100,00	UNID.	TRICHE	14,8500	1.485,00
87	396676	CONE DE LINHA RETA 5000M PARA MÁQUINA RETA COR PRETA (PADRÃO KRAN)	100,00	UNID.	TRICHE	13,4000	1.340,00
106	396677	ELÁSTICO 100M LARGURA 7MM COMPOSIÇÃO 60% POLYESTER E 40% ELASTODIENO (PADRÃO HAK)	140,00	UNID.	ZANOTTI	26,4500	3.703,00
107	396678	ELÁSTICO 25M LARGURA 15MM COMPOSIÇÃO 72% POLYESTER E 28% ELASTODIENO (PADRÃO HAK)	55,00	UNID.	ZANOTTI	22,4500	1.234,75
132	396691	FITAS MÉTRICAS 1,5 M	50,00	UNID.	NYBC	2,3000	115,00
183	409331	MALHA HELANCA, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER; ROLO LARGURA 1,80; COMPRIMENTO 30 METROS; CORES VARIADAS. ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, VERMELHO, ROXO, ROSA, LILAS, AZUL, PRETO,	30,00	ROLO	ADAR	264,7600	7.942,80
284	405252	TECIDO JUTA NATURAL COM LARGURA DE 1,00 METRO.	75,00	METRO	EURO	11,9500	896,25
305	405244	TINTA PARA TECIDO 37ML (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, BRANCA, CHOCOLATE, CORAL, FLUORESCENTE, MARROM CAFÉ, METALICA, PRETA, ROSA, SIENA NATURAL, VERDE, VERMELHO	200,00	UNID.	TEKBOND	3,3100	662,00
313	405248	ZÍPER 10 CM. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, VERDE, VERMELHA)	150,00	UNID.	NYBC	3,5500	532,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		NACIONAL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA	CNPJ/CPF		65.010.780/0001-04	TOTAL	24.102,79
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
13	393516	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 0 (3 CM) DE AÇO NIQUELADO; CAIXA COM 100 UNIDADES (PADRÃO MILWARD / IARA)	5,00	CX.	NYBC	6,4900	32,45
14	393528	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 2 DE AÇO NIQUELADO; CAIXA COM 100 UNIDADES (PADRÃO MILWARD / IARA)	9,00	CX.	NYBC	8,8900	80,01
15	405270	ALICATE PARA ILHOSES, MATERIAL: LIGA DE ZINCO, AÇO CARBONO, DIÂMETRO DO ILHÓS: 5X3X7MM MEDIDA Nº 54.	7,00	UNID.	ERTTA	38,6900	270,83
29	396576	BASE PARA CHAVEIRO DUPLO COM CORRENTE E TRIÂNGULO COR NÍQUEL C/ 50 UNIDADES	245,00	PCT.	NYBC	15,8900	3.893,05
39	402597	BOBINA PLASTICA PICOTADA 30 X 40 CM, ROLO COM 100 UNIDADES.	20,00	ROLO	VABENE	27,9900	559,80
40	393428	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 35 X 52CM - COR CRISTAL TRANSPARENTE COM 100 CAPAS - PARA CADERNO BROCHURÃO	22,00	BOBINA	VABENE	34,9900	769,78
41	402596	BOBINA PLASTICA PICOTADA 40 X 60 CM, ROLO COM 100 UNIDADES.	16,00	ROLO	VABENE	50,0000	800,00
185	409876	MARCADOR DE TEXTO EM GEL CAIXA COM 12 UNID.	33,00	CX.	LEONORA	34,6900	1.144,77
192	412540	MOUSE PAD CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, COM BASE EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, SUPERFÍCIE EM TECIDO, FORMATO RETANGULAR, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22 CM × 18 CM, ESPESSURA ENTRE 0,2 CM E 0,5 CM, COMPATÍVEL COM MOUSES ÓPTICOS E A LASER.	50,00	UNID.	MAX	4,9800	249,00

226	409345	PASTA ABA ELÁSTICA PP 44MM COM ELASTICO CORES VARIADAS (PADRAO POLYCART)	990,00	UNID.	POLIBRAS	3,2000	3.168,00
275	383298	SACO PLASTICO TRANSPARENTE COLORIDO 20 X 40 CM (PADRAO D. EMBAL)	3.723,00	KG	VABENE	2,2000	8.190,60
279	409337	SUPORTE CAVALETE PINTURA TRIPE TELA DE PINTURA DESENHO 173CM SUPORTE CAVALETE PINTURA TRIPE TELA DE PINTURA DESENHO 173CM	55,00	UNID.	SOUZA	89,9000	4.944,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CIRURGICA FRATELLI PRODUTOS MEDICOS ORTOPEDICOS	CNPJ/CPF		37.180.839/0001-69	TOTAL	366,30
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
17	402615	APAGADOR DE LOUSA C/PORTA GIZ INDIVIDUAL SOUZA FEITO EM MADEIRA MDF FIBRA DE MÉDIA DENSIDADE FELTRO DE 4MM COM DEPOSITO PARA GIZ.	74,00	UNID.	corti art	4,9500	366,30
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		COPY IMPRESS COPIADORA LTDA	CNPJ/CPF		20.089.441/0001-19	TOTAL	27.269,62
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
25	405221	BARBANTE COLORIDO COMPOSICAO: 85% ALGODAO, ROLO COM 915CM. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCA, LILAS, MARROM, PRETA, VERDE, VERMELHA)	112,00	ROLO	CORBATEX	5,8500	655,20
82	393431	COLA SILICONE LÍQUIDA FRASCO DE 100ML / 92G PACOTE COM 6 UNIDADES (PADRÃO HERO)	55,00	PCT.	PIRA	25,3000	1.391,50
103	383187	E.V.A. C/ ESTAMPA FLORAL C/ 10 UNID / 40X60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+)	103,00	PACOTE	HAITI	38,4300	3.958,29
104	393432	E.V.A. GRAMA DE CAMPO MAQUETE HO 1:87 (PADRÃO FRATISCHI) NA COR BRANCO C/5 UNID / 40 X 60 CM	75,00	PCT.	HAITI	29,9000	2.242,50
105	393437	E.V.A. LISTRADO NA COR BRANCO X AZUL C/5 UNID / 40 X 60 CM	93,00	PCT.	HAITI	18,8000	1.748,40
139	396445	GIZ DE CERA GRANDE TRIANGULAR JUMBO CX C/ 12 CORES (PADRAO ACRILEX)	200,00	CX.	PIRA	4,9500	990,00
159	396577	IMÃ REDONDO (TIPO PASTILHA) PEQUENO 30X3MM	1.800,00	UNID.	KIT	2,4000	4.320,00
170	405268	LÁPIS DE COR TONS DE PELE, 12 CORES. PADRÃO FABER CASTEL.	45,00	CX.	LEO E LEO	4,8000	216,00
191	402589	MOLHADOR DE DEDOS 12G.	37,00	UNID.	NEW	2,2900	84,73
266	405260	QUADRO VERDE COM MOLDURA EM MDF COM CANTONEIRAS INJETADOS EM POLIETILENO E SUPORTE PARA GIZ, TAMPO EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA E PINTURA UV VER FOSCO PARA GIZ, MEDIDA 2X1,20	26,00	UNID.	STALO	347,0000	9.022,00
273	393492	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 45 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	38,00	PCT.	DANI	69,5000	2.641,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		PONTO OFFICE BRASIL LTDA	CNPJ/CPF		62.234.516/0001-58	TOTAL	13.059,62
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
27	383130	BARBANTE DE ALGODAO PEQUENO NUMERO 6 ROLO COM 100 METROS (PADRAO DEFIOS)	50,00	ROLO	JAF	3,5700	178,50
51	393523	CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA ARTICULADA, ACRILICA, POLIPROPILENO, FUMÊ (PADRÃO SERPA / NOVACRIL)	77,00	UNID.	NOVACRIL	37,9400	2.921,38
99	402591	DISPLAY PORTA FOLHA A4 ACRÍILICO COM FITA ADESIVA	122,00	UNID.	NOVACRIL	17,0800	2.083,76
109	396693	ENCHIMENTO ACRÍLICO PCT 500G	55,00	PCT.	STA. FÉ	16,9000	929,50
123	393451	FITA ADESIVA DUPLA FACE 12MMX30M PACOTE COM 6 UNIDADES	68,00	PCT.	ALL TAPE	18,9100	1.285,88
181	396556	LOUSA QUADRO BRANCO COM SUPORTE 100X100 MOLDURA DE ALUMINIO	15,00	UNID.	CORTIARTE	99,2000	1.488,00
218	383273	PAPEL DE PRESENTE ROLO 40 CM X 100 M (PADRAO VMP)	16,00	ROLO	SÃO JOAO	74,4000	1.190,40
289	402605	TELA PARA PINTURA VIRADA 30 X 40 CM, FEITA DE TECIDO 100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA DE ALTA QUALIDADE, COM OS CHASSIS EM EUCALIPITO.	260,00	UNID.	CORTIARTE	11,4700	2.982,20
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		GOGLIATH REPRESENTACAO LTDA	CNPJ/CPF		48.759.447/0001-75	TOTAL	69.963,34
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
32	393522	BLOCO ADESIVO AUTO-COLANTE PARA RECADO 76MM X 51MM CORES DIVERSAS PCTE COM 100 UNIDADES (PADÃO 3M / / NOTEFIX)	680,00	PCT.	FUTURO	2,5900	1.761,20
47	383137	CADERNO BROCHURAO 60 FOLHAS S/ PAUTA (PADRAO TILIBRA)	125,00	UNIDADE	JANDAIA	3,0000	375,00
53	396655	CAIXA DE MDF TAMPA SAPATO MADEIRA CRUA TAMANHO 15 X 15 X 06 CM	450,00	UNID.	JL	4,6800	2.106,00
117	405227	EVA COM GLITER PACOTE COM 10 UNIDADES, NO TAMANHO 40 X 60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (GLITER DOURADO, GLITER PRATA, GLITER AZUL, GLITER ROXO, GLITER VERDE ESCURO, GLITER VERMELHO, GLITER BRANCO, GLITER LILAS, GLITER PINK, GLITER PRETO, GLITER ROSA CLARO, GLITER VERDE CLARO)	645,00	PCT.	DUB	24,9000	16.060,50
119	383352	EXTRATOR DE GRAMPO (PADRAO K-50 / GENMES)	56,00	UNIDADE	FUTURO	3,8000	212,80
121	405228	FELTRO ROLO CONTENDO 10 METROS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO OURO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCO, COR DE PELE, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO)	59,00	ROLO	SANTAFÉ	120,0000	7.080,00
187	405234	MARCADOR PARA RETRO PROJETOR, PONTA 1.0MM, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO PILOT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO)	315,00	CX.	FUTURO	11,5000	3.622,50
229	355319	PASTA CLASSIFICADORA CARTAO DUPLO COM GRAMPO PLASTICO FORMATO 350MM X 230MM COR CINZA, COM GRAMATURA DE 480 GRAMAS (PADRÃO QUALIDADE POLYCART)	1.030,00	UNID.	TPPASTAS	5,1000	5.253,00
240	396538	PERFURADOR DE PAPEL ALICATE DE 1 FURO COM CARRITILHA DE 8 OPÇÕES DE FURO	52,00	UNID.	FUTURO	59,8000	3.109,60

253	396452	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE PROFISSIONAL BI-VOLT 100 W NA COR AZUL 19X16 COM SELO IMETRO (PADRAO TILIBRA)	198,00	UNID.	FUTURO	30,0000	5.940,00
254	396461	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA PROFISSIONAL BI-VOLT 100 W 11,5 X 11 COM SELO IMETRO (PADRAO TILIBRA)	323,00	UNID.	FUTURO	20,0000	6.460,00
270	405239	ROLO DE RENDA 10MM X 50M (PADRAO NAJAR) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL ROYAL, BRANCA, DOURADA, LILAS, PRETA, ROSA BEBE, PINK, VERDE BANDEIRA, VERMELHA)	78,00	ROLO	NAJAR	30,5600	2.383,68
280	405201	SUPORTE PARA DUREX GRANDE	56,00	UNID.	FUTURO	17,0000	952,00
281	383301	TABUADA GRANDE (PADRAO TILIBRA)	1.000,00	UNIDADE	TAMOIO	2,3000	2.300,00
293	383303	TESOURA GRANDE 20 CM CABO PLASTICO (PADRAO TRAMONTINA)	246,00	UNIDADE	FUTURO	4,5100	1.109,46
306	405245	TNT ROLO COM 50 METROS (PADRAO SANTA FE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL LARO, AZUL ESCURO, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, VERDE BANDEIRA, VERMELHO)	176,00	ROLO	SANTAFÉ	63,8500	11.237,60
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		SEVEN COPY COMERCIAL LTDA	CNPJ/CPF		07.416.432/0001-27	TOTAL	22.089,32
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
33	393883	BLOCO DE ANOTAÇÕES	4,00	UNID.	PROPRIA	4,0000	16,00
35	396460	BOBINA DE PAPEL PARDO 120CM X 200M X 80G/M²	45,00	BOBINA	JUSSARA	192,1800	8.648,10
63	409333	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO PP (POLIPROPILENO) ,COR: TRANSPARENTE,FORMATO: A4 (21 X 297 M)EMBALAGEM: 50 U NIDADES	522,00	PCT.	JC	15,0000	7.830,00
64	396643	CARBONO PARA MANUSCRITO TAMANHO A4 CAIXA COM 100FLS	22,00	PCT.	PROPRIA	37,0000	814,00
72	383157	CLIPS N. 6/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	28,00	CAIXA	CLIPS TOP	9,2800	259,84
76	396695	COLA BRANCA EXTRA FORTE EMBALAGEM DE 1KG (PADRÃO ACRILEX)	40,00	UNID.	PIRA	11,2000	448,00
133	405233	FITILHO MEDINDO 5MM X 50M, PACOTE CONTENDO 10 ROLOS (PADRAO FITIL) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCO, DOURADO, PRATA, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO)	22,00	PCT.	NIZURI	15,3400	337,48
144	396508	GRAMPEADOR MANUAL DE TAPECEIRO TIPO 53 GRAMPO DE 6 A 14MM	42,00	UNID.	JOCAR	29,9500	1.257,90
209	405250	PAPEL BRILHO, PACOTE CONTENDO 20 FOLHAS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, PRETO, ROSA, VERMELHO, VERDE)	17,00	PCT.	PROPRIA	22,2000	377,40
212	383255	PAPEL COLOR SET AZUL CLARO A4 90GR PCTE C/ 20 (PADRAO VMP)	3,00	PACOTE	VMP	12,2000	36,60
217	405254	PAPEL COUCHE, FORMATO A4, PACOTE CONTENDO 50 FOLHAS.	22,00	PCT.	PROPRIA	9,7500	214,50
252	393489	PINCEL PINTURA NUMERO12 SERIE 165 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	28,00	PCT.	LEO E LEO	18,0000	504,00
263	402294	PREGADOR DE ROUPA, EM MADEIRA, TAMANHO GRANDE, PACOTE COM 12 UNIDADES.	585,00	PCT.	GABOARDI	2,3000	1.345,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649	CNPJ/CPF		43.187.819/0001-12	TOTAL	183.423,94
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
42	405225	BOLA DE SOPRAR Nº 08, PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES (PADRAO DE QUALIDADE ART LATEX) (CORES VARIADAS: LARANJA, ROSA, ROXA, VERMELHA, AMARELA, AZUL, BRANCA, VERDE, PRETA, E CORES DIVERSAS - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F.)	778,00	PCT.	JOY	9,0000	7.002,00
45	409332	CADERNO ALIBOMBOM MARGEADO E SEM PAUTA, IDEAL PARA TRABALHAR A ESCRITA EM CAIXA ALTA, COLAGEM DE ATI VIDADE E TRABALHOS ARTÍSTICO (PINTURA, LÁPIS DE COR, GIZ DE CERA, ETC), GRAMATURA ESPECIAL QUE EVITA FOLHAS MARCADAS E DIFICILMENTE SÃO DANIFICADAS PELA BORRACHA, FOLHAS MARGEADAS PARA ECONOMIA DE TEMPO DOS PROFESSORES, PAIS E ALUNOS, CAPA FLEXIVEL, 80 FOLHAS, CADERNO ALIBOMBOM CAPA DURA, AZUL SEM PAUTA 80 FLS, PADRÃO DE QUALIDADE MÁXIMA	610,00	UNID.	JANDAIA	9,0000	5.490,00
50	393430	CADERNO DE CALIGRAFIA 60 FOLHAS (PADRÃO MAXIMA)	500,00	UNID.	FORONI	3,7900	1.895,00
60	383140	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA AZUL, PRETA, VERMELHO 07 / CX COM 50 UNID (PADRAO COMPACTOR)	5.166,00	CAIXA	BRW	28,3900	146.662,74
100	383331	DUREX AMARELO C/ 10M PACOTE COM 10 UNIDADES (PADRAO EUROCEL)	55,00	PCT.	NASTRO	4,0000	220,00
101	383333	DUREX BRANCO C/ 10M PACOTE COM 10 UNIDADES (PADRAO EUROCEL)	10,00	PCT.	NASTRO	4,0000	40,00
102	383181	DUREX GRANDE C/ 50M (PADRÃO ADELBRAS)	575,00	UNIDADE	NASTRO	1,3000	747,50
118	405226	EVA PACOTE COM 10 UNIDADES, NO TAMANHO 40 X 60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (VERMELHO, AZUL, AZUL CLARO, BEGE, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO)	929,00	PCT.	BRW	12,6000	11.705,40
169	409335	LÁPIS DE COR INFINITO É O MELHOR LÁPIS PARA CRIANÇAS QUE TEMOS HOJE NO MERCADO! NÃO QUEBRA, RESISTEN TE E MUITO PIGMENTADO ELE SE TORNOU O PREFERIDO DAS ESCOLAS,OBJETIVO: ESCOLAR,CERTEZA DE QUALIDADE,TAMANHO APROXIMADO: 12CM,COMPOSIÇÃO: MADEIRA, CERA , CARGAS INERTES E PIGMENTOS,VALIDADE: INDETERMINADA (PRODUTO NÃO PERECÍVEL),FABRICADO NA CHINA, CORES DISPONÍVEIS: 12 CORES , FÁCIL DE USAR, É INOVAÇÃO, COM CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO, ESCRITA PIGMENTADA,NÃO NECESSITA DE	300,00	CX.	MAPED	12,0000	3.600,00

		APONTADOR, DURA 10X MAIS, ARMAZENAR EM LOCAL SECO E VENTILADO , DE BOA QUALIDADE, NÃO TÓXICO,MAIOR DURABILIDADE, FORMATO: TRIANGULAR,PADRÃO MAPED					
202	355295	PALITO DE CHURRASCO SEM PONTA PACOTE COM 100 UNID. (PADRAO THETO)	157,00	PACOTE	MB	3,9000	612,30
210	405249	PAPEL CARTAO, PACOTE CONTENDO 20 FOLHAS (PADRAO VMP) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL CELESTE, AZUL CLARO, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE BANDEIRA, VERDE CLARO, VERMELHO)	140,00	PCT.	VMP	14,0000	1.960,00
211	396521	PAPEL COLOR SET AMARELA PCTE C/ 20 (PADRAO VMP) 48X66 110GR	23,00	PCT.	VMP	13,0000	299,00
213	396522	PAPEL COLOR SET AZUL CLARO PCTE C/ 20 (PADRAO VMP) 48X66 110GR	30,00	PCT.	VMP	13,0000	390,00
265	378203	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO 2,00X1,20 COM MOLDURA DE ALUMINIO	14,00	UNIDADE	STALO	200,0000	2.800,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		MAGALHÃES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	CNPJ/CPF		17.403.267/0001-22	TOTAL	28.570,40
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
44	409342	CADERNO ALIBOMBOM CX 40 UNIDADE 60 FOLHAS C/ PAUTA - 123X - BROCHURÃO 215 X 310MM (PADRÃO MÁXIMA) C APA VERDE	76,00	CX.	maxima	292,0000	22.192,00
52	396656	CAIXA DE MDF TAMPA SAPATO MADEIRA CRUA TAMANHO 09 X 09 X 05 CM	600,00	UNID.	mdp	2,6500	1.590,00
110	383185	ENVELOPE 114 X 229 CM OFÍCIO 20 OFFSET 63G CX C/ 100 UNID (PADRAO MAXPRINT)	52,00	CAIXA	foroni	9,2000	478,40
277	396547	SACO TRANSPARENTE 25 X 40 CM (PADRAO D. EMBAL)	3.593,00	KG	distripack	1,0000	3.593,00
309	393513	TULE NA COR VERMELHO, C/ 50M X 1,40	3,00	PEÇA	salim	239,0000	717,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		ULTRA COMERCIO LTDA	CNPJ/CPF		60.733.530/0001-70	TOTAL	41.850,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
68	383143	CARTOLINA BRANCA PCT C/ 100 FOLHAS	42,00	PACOTE	vmp	54,9000	2.305,80
97	409350	DISPENSADOR FITA, MATERIAL: METAL, TIPO: MANUAL, MATERIAL CABO: PLÁSTICO ALTA RESISTÊNCIA, C OR CABO: PRETA, LARGURA FITA: 3 POL, FINALIDADE: DEMARCAR EVIDÊNCIAS MANTENDO LACRE E SEGURANÇA	33,00	UNID.	masterprint	36,4000	1.201,20
236	402598	PEN DRIVE 1 TB	102,00	UNID.	sandisk	350,0000	35.700,00
259	409352	PORTA-CLIPE, MATERIAL: AÇO ARAMADO, LARGURA: 89 MM, COR: PRETA, ALTURA: 58 MM, CARACTERÍSTIC AS ADICIONAIS: BASE EMBORRACHADA	92,00	UNID.	kit	9,8000	901,60
260	409351	PORTA-LÁPIS, MATERIAL: AÇO ARAMADO, COR: PRETA, ALTURA: 100 MM, DIÂMETRO: 90 MM	129,00	UNID.	kit	8,5000	1.096,50
304	396540	TINTA PARA PINTURA FACIAL TEMPORARIA CORES VARIADAS CAIXA C/ 6 UND. DE 15ML (PADRÃO MARIPEL)	43,00	CX.	maripel	15,0000	645,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		TF COMPANY LTDA	CNPJ/CPF		44.121.677/0001-53	TOTAL	27.795,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
143	396447	GRAMPEADOR GRANDE, 18CM, PARA GRAMPO 26/6 C - 15 (CIS / YES)	184,00	UNID.	JOCAR	18,4500	3.394,80
220	393426	PAPEL FOTOGRAFICO ADESIVO BRILHANTE TAMANHO A4 C/ 100 FOLHAS 180GR (PADRAO MASTERP)	132,00	PCT.	MASTER	37,1000	4.897,20
221	383234	PAPEL FOTOGRAFICO BRILHANTE TAMANHO A4 C/ 100 FOLHAS 180GR (PADRAO MASTERP)	243,00	PCT.	MASTER	19,9000	4.835,70
238	396539	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS EM AÇO, REGUA POSICIONADORA, TAPETE PLÁSTICO, DIMENSÕES C18XL14,8XA12,8 PARA ATÉ 30FLS	77,00	UNID.	JOCAR	26,0000	2.002,00
290	402606	TELA PARA PINTURA VIRADA 40 X 50 CM, FEITA DE TECIDO 100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA DE ALTA QUALIDADE, COM OS CHASSIS EM EUCALIPITO.	660,00	UNID.	CORTIARTE	19,1900	12.665,40
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CASTRO E CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	CNPJ/CPF		08.198.623/0002-03	TOTAL	107.485,45
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
205	355254	PAPEL A4 BRNACO C/5.000 FOLHAS (PADRAO CHAMEX)	463,00	CAIXA	CHAMEX	232,1500	107.485,45
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA	CNPJ/CPF		53.896.598/0001-05	TOTAL	14.650,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
282	405240	TECIDO DE CETIM, ROLO COM 50 METROS X 1,40 DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. ((AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, VERMELHO)	24,00	ROLO	ADR	190,0000	4.560,00
285	393500	TECIDO OXFORT, C/ 50M X 1,40 COM COR (ESCOLHER NO ATO DO PEDIDO)	10,00	PEÇA	ADR	250,0000	2.500,00
288	393501	TECIDOS DE CHITA ESTAMPADO 1,40 LARGURA C/ 50M	33,00	PEÇA	FAM	230,0000	7.590,00

Rodeiro, 08 de setembro de 2026.

LILIAN APARECIDA DA SILVA MEDINA
Pregoeira

PATRÍCIA APARECIDA DO NASCIMENTO DEBORTOLI
Equipe de Apoio

IOHANA DE OLIVEIRA NOGUEIRA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:2D7AE9E3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026 EDITAL Nº 053/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
EDITAL Nº 053/2026

OBJETO: **registro de preços para aquisição estimada de materiais escolares, de escritório e artesanato para atender as necessidades da secretaria demandante,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme as especificações dos anexos e edital. Consubstanciado aos termos da Ata da Sessão de Julgamento, a Ata de Análise e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, nos termos da Lei 14.133/21, adjudicar o item do objeto licitado às empresas abaixo indicadas:

IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							$ TOTAL
RAZÃO SOCIAL		DC ATACADO LTDA	CNPJ/CPF		56.103.918/0001-10	TOTAL	326.197,43
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	405259	ADAPITADOR DE LÁPIS ERGONÔMICO DE ESCRITA TDAH E AUTISTA 2 DEDOS, CORES SORTIDAS, (ADAPTADORES DE LÁPIS DE ALTA QUALIDADE SE ENCAIXAM EM LÁPIS, CANETAS E GIZ DE CERA PADRÃO PARA MELHORAR O CONTROLE E O CONFORTO AO ESCREVER OU DESENHAR, PROJETADO COM UMA SENSAÇÃO DE AMORTECIMENTO, MODELOS: CIRCULAR ESPOJA SOFTY)	70,00	UNID.	Leo	5,0000	350,00
12	393515	ALFINETE DE CABEÇA REDONDA MARCADORES Nº 24 CX COM 50 ALFINETES COLORIDOS (PADRÃO QUAL. MAPED / B	93,00	CX.	Futuro	2,4400	226,92
16	355317	ALMOFADA PARA CARIMBO N. 3 COR AZUL (PADRAO PILOT)	89,00	UNIDADE	Master/ Radex	4,5600	405,84
18	396553	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	51,00	UNID.	Master	3,8000	193,80
20	396432	APONTADOR COM UM FURO, LAMINA EM AÇO TEMPERADO, COM DEPÓSITO DE LASCAS 55MMX20MM, EM PLÁSTICO (PADRÃO QUALIDADE FABER CASTEL)	1.395,00	UNID.	Futuro/Colorare	0,6000	837,00
21	393427	APONTADOR LÁPIS JUMBO COPO COLETOR	860,00	UNID.	Futuro/Colorare	1,1600	997,60
23	402600	ARGILA MODELAR ARTESANATO ESCULTURA CERÂMICA E ESCOLAR 900G.	70,00	UNID.	Mult	5,9000	413,00
30	396458	BASTÃO DE COLA QUENTE INCOLOR FINA - 7,2MMX300MM (PADRÃO JOCAR)	3.130,00	UNID.	Make/ Futuro	0,3600	1.126,80
34	409348	BLOCO PAUTADO, MATERIAL: OFF-SET, GRAMATURA: 63 G/M2, COR: BRANCA, COMPRIMENTO: 210 MM, LARG URA: 148 MM, QUANTIDADE FOLHAS: 50 FL	409,00	BLOCO	Gráfica	2,9000	1.186,10
43	355283	BORRACHA BRANCA NUMERO 40 CAIXA COM 40 UNIDADES (PADRAO MERCUR)	182,00	CAIXA	Futuro/ Colorare	12,0000	2.184,00
46	383136	CADERNO BROCHURAO 60 FOLHAS C/ PAUTA (PADRAO TILIBRA)	5.015,00	UNIDADE	Credeal	3,5000	17.552,50
49	383135	CADERNO C/ PAUTA BROCHURA 48 FOLHAS (PADRAO TILIBRA)	85,00	UNIDADE	Jandaia/ Credeal	1,6000	136,00
55	396464	CAIXA GRAMPO 23/8 CAIXA C/ 5000 UND	154,00	CX.	BRW	20,0000	3.080,00
56	405256	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO PRONTO BOX AZUL POLIONDA 347MM X 245 MM X 133 MM (PADRAO POLYCART)	220,00	UNID.	Poli/ Plast	4,3200	950,40
57	355320	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO PRONTO BOX CINZA POLIONDA 347MMX245MMX133MM (PADRAO POLYCART)	3.310,00	UNIDADE	Poli/ Plast	4,3200	14.299,20
58	383139	CALCULADORA GRANDE 12 DÍGITOS TAMANHO APROXIMADO 18 CM (PADRAO ELGIM)	121,00	UNIDADE	Yins/Master	14,0000	1.694,00
61	402604	CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES POR PACOTE, PONTA RESISTENTE E TAMPA ANTIASFIXIANTE COM VEDAÇÃO ADEQUADA, TINTA LAVÁVEL.	355,00	PCT.	Futuro	3,1000	1.100,50
62	405267	CANETA HIDROGRÁFICA, CONTÉM 12 TONS DE PELE, PONTA COM SISTEMA VAI E VEM, FORMATO REDONDO.	37,00	CX.	Futuro	10,0000	370,00
74	383163	COLA BASTAO 40 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	50,00	CAIXA	Leo/Colorare	18,0000	900,00
75	383164	COLA BRANCA 90 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	1.142,00	CAIXA	Pira/Colorare	16,6800	19.048,56
77	383165	COLA COLORIDA NÃO TOXICA CX C/ 4 UNID 25 G CADA (PADRAO ACRILEX OU KOALA)	30,00	CAIXA	Pira/Colorare	4,5600	136,80
78	390860	COLA DE ISOPOPOR 90 GRS CX C/ 12 UNID (PADRAO ACRILEX.)	59,00	CX.	Z.T/Pira	45,0000	2.655,00
81	396575	COLA PARA ARTESANATO ADESIVO INSTANTÂNEO DE ALTA VISCOSIDADE 20 GRAMAS (PADRÃO TEKBOND)	75,00	UNID.	Futuro/ Make	4,1600	312,00
83	396574	COLA UNIVERSAL - ADESIVO LÍQUIDO PARA TRABALHOS MANUAIS 17 GRAMAS (PADRÃO PEGAMIL)	40,00	UNID.	Tek	6,0000	240,00
85	396434	COLCHETE NÚMERO 15, 10CM, CX C/ 72 UNIDADES	26,00	CX.	Clips	14,4000	374,40
90	376326	CORRETIVO EM FITA COM 5 MILÍMETROS DE LARGURA E 5 METROS DE COMPRIMENTO. NÃO TÓXICA E SEM CHEIRO COM DESIGN ERGONÔMICO. POSSIBILITA ESCREVER IMEDIATAMENTE APÓS O USO. POIS NÃO REQUER TEMPO DE SECAGEM. COBRE DIVERSOS TIPOS DE TINTAS. PODE SER UTILIZADO EM QUALQUER TIPO DE PAPEL. NÃO	808,00	UNIDADE	Master	2,3000	1.858,40

		DEIXA MARCAS. NEM SOMBRAS EM FOTOCÓPIAS.					
91	383174	CORRETIVO LÍQUIDO CX C/ 12 UNID (PARDAO MERCUR)	33,00	CAIXA	Make/ Frama	16,0000	528,00
93	405223	CORTADOR DE EVA TAMANHO 16 MM. DIVERSOS FORMATOS - ESCOLHA DOS FORMATOS NO ATO DO ENVIO DA O.F. (ANJO, BORBOLETA, CIRCULO, CORACAO, ESTRELA, FLOR, FLOR BP, FOLHA, FOLHA DE UVA, HIBISCO, LUA, MARGARIDA, POMBA, SOL, TULIPA, URSO)	85,00	UNID.	Make/ Leo	12,0000	1.020,00
94	405224	CORTADOR DE EVA TAMANHO 20 MM. DIVERSOS FORMATOS - ESCOLHA DOS FORMATOS NO ATO DO ENVIO DA O.F. (ANJO, BORBOLETA, CIRCULO, CORACAO, ESTRELA, FLOR, FLOR BP, FOLHA, FOLHA DE UVA, HIBISCO, LUA, MARGARIDA, POMBA, SOL, TULIPA, URSO)	85,00	UNID.	Make/ Leo	18,0000	1.530,00
96	383175	CRACHA HORIZONTAL (PADRAO KIT)	900,00	UNIDADE	ACP/ Poli	1,5000	1.350,00
111	383184	ENVELOPE PARDO 25 CM X 35 CM CX C/ 250 UNID (PADRAO MAXPRINT)	135,00	CAIXA	Gráfica	68,4000	9.234,00
114	355270	ESTILETE FINO DE PLASTICO LARGO, LAMINA 9MM CX C/ 12 UNID (PADRAO CARBRINK)	94,00	CAIXA	Make/ Futuro	12,0000	1.128,00
115	390862	ESTILETE GRANDE PLASTICO LARGO, LAMINA 18MM CX C/ 12 UNIDADE (PADRÃO CARBRINK OU CUTTER)	116,00	CX.	Make/ Futuro	17,9000	2.076,40
120	355337	EXTRATOR DE GRAMPO FERRO (PADRAO CARBRINK)	56,00	UNIDADE	Master	1,1100	62,16
125	383206	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA PCT C/ 6 UNID (PADRAO 3M)	179,00	PACOTE	Gatte/Koretech	14,0000	2.506,00
127	405229	FITA DE CETIM Nº 0, ROLO COM 100 METROS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL LCARO, ROSA, VERDE, VERMELHA)	50,00	ROLO	Kit	10,0000	500,00
128	405230	FITA DE CETIM Nº 1, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA)	65,00	ROLO	Kit	12,0000	780,00
129	405231	FITA DE CETIM Nº 2, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA)	95,00	ROLO	Kit	16,0000	1.520,00
130	409343	FITA DE CETIM Nº 5, ROLO COM 100 METROS. (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVI O DA O.F. (BEGE, AMARELA, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, PRETA, ROSA ESCURO, VERDE, VERMELHA	105,00	ROLO	Kit	34,0000	3.570,00
131	405232	FITA DE CETIM Nº 9, ROLO COM 100 METROS (PADRAO KIT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BEGE, BRANCA, PRETA, ROSA, VERDE, VERMELHA)	505,00	ROLO	Kit	55,0000	27.775,00
137	383216	GIZ CILINDRICO BRANCO COMP. 82MM X D11MM PLASTIFICADO CX C/ 60 CAIXINHAS DE 50 UNIDADES CADA (PADRAO DUBOM OU ZIGGIS)	20,00	CAIXA	Delta	250,0000	5.000,00
140	405251	GIZ DE CERA JUMBO, CAIXA CONTENDO 12 CORES	360,00	CX.	Pira/Colorare	3,3500	1.206,00
141	396465	GIZ DE CERA PARA USO NA PRÉ ESCOLA, MEDIDA APROXIMADA DE 7CM X 2,5 CM, C/12 CORES (PADRÃO ACRILEX)	196,00	CX.	Colorare	18,0000	3.528,00
142	396446	GOMA ELASTICA AMARELA PARA CEDULA, ALTA RESISTENCIA, PACOTE DE 1KG COM APROXIDAMENTE 1200 ELASTICOS (PADRÃO REDBOR)	44,00	PCT.	Premier	20,0000	880,00
145	396700	GRAMPEADOR PEQUENO, 13 CM, PARA GRAMPO 26/26 C - 10 (CIS / YES)	117,00	UNID.	Futuro	9,5300	1.115,01
146	396509	GRAMPEADOR TIPO ALICADE DE METAL PARA GRAMPO 26/6-8	165,00	UNID.	Futuro/Jocar	11,3600	1.874,40
147	396510	GRAMPEADOR; DE MESA; ESTRUTURA METALICA, APOIO EMBORRACHADO, COM CAPACIDADE DE 200 FOLHAS, GRAMPOS: 23/6, 23/8, 23/10, 23/13, 23/15 E 23/23 E AJUSTE DE PROFUNDIDADE.	3,00	UNID.	Futuro	78,0000	234,00
148	393464	GRAMPO 106/8 - 8MM CX C/ 5000 UNID	22,00	CX.	Futuro/ BRW	15,0000	330,00
149	390864	GRAMPO 23/10 CX C/ 5000	12,00	CX.	Futuro/ BRW	17,9900	215,88
150	390863	GRAMPO 26/6 CX C/ 5000	166,00	CX.	Max	2,5000	415,00
151	383292	GRAMPO MOL 51 MM CX C/ 12 UNID (PADRAO KIT)	180,00	CAIXA	Jocar/ Futuro	16,9000	3.042,00
154	396513	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAPECEIRO 8MM CX 5000UNID	14,00	CX.	Futuro	20,0000	280,00
172	383225	LAPIS DE ESCREVER PRETO NUMERO 2 CX C/ 144 UNIDADES (PADRAO FABER CASTELL/ MULTICOLOR)	102,00	CAIXA	Pirilampo/ BRW	25,0000	2.550,00
173	383222	LAPIS PRETO TRIANGULAR JUMBO CX C/ 36 UNID (PADRAO FABER CASTELL)	45,00	CAIXA	Colorare/ Futuro	20,0000	900,00
179	383227	LIVRO ATA 100 FLS NUMERADA (PADRAO GRF)	186,00	UNIDADE	Gráfica	10,2000	1.897,20
180	383228	LIVRO DE PROTOCOLO PEQUENO 100 FOLHAS (PADRAO GRF)	153,00	UNIDADE	Gráfica	9,0000	1.377,00
182	396516	MALETA POLIONDA A3 35X50,5X5CM, COM ALÇA E PRESILHA DE FECHAMENTO, TRANSPARENTE	229,00	UNID.	Poli/ Plast	17,8800	4.094,52
184	383230	MARCADOR DE TEXTO AMARELO CX C/ 12 UNID(PADRAO FABER CASTELL / JOCAR)	393,00	CAIXA	Max	5,0000	1.965,00
186	383229	MARCADOR DE TEXTO VERDE CX C/ 12 UNID(PADRAO FABER CASTELL / JOCAR)	2,00	CAIXA	Max	5,5000	11,00
188	405235	MARCADOR PARA RETRO PROJETOR, PONTA 2.0MM, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES	312,00	CX.	Futuro	16,0000	4.992,00

		(PADRAO PILOT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO)					
189	383231	MASSA DE MODELAR GRANDE 180GRS CAIXA COM 12 CAIXINHAS CONTENDO 12 CORES (PADRAO ACRILEX)	1.007,00	CAIXA	Make/Colorare	28,0000	28.196,00
190	396579	MASSA PARA BISCUIT (PORCELANA FRIA) COR NATURAL PACOTE DE 1KG MASSA MODELAR, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AMIDO, QUANTIDADE CORES: 1UN, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA, ACEITA TINGIMENTO, USO: BISCUIT MATERIAL PACOTE 1KG (CATMAT 483564)	60,00	PCT.	Kit	28,2000	1.692,00
204	383235	PAPEL A 3 OFICIO C/ 2500 FOLHAS (PADRAO CHAMEX)	101,00	CAIXA	Report	246,0000	24.846,00
206	396699	PAPEL A4 NA COR BRANCA RESMA COM 250 UNIDADES 120GR	41,00	UNID.	Seninha	26,4000	1.082,40
207	396558	PAPEL A4 VERGÊ BRANCO 180G/M² 50 FOLHAS	280,00	PCT.	Master	9,7000	2.716,00
215	393484	PAPEL CONTACT PRETO CX C/ 6 ROLOS C/ 10 M CADA (PADRAO VULCAN, POLITAC)	4,00	CX.	Futuro/Leo	170,0000	680,00
216	383266	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE CAIXA COM 6 ROLOS C/ 25 M CADA (PADRAO POLITAC)	17,00	CX.	Futuro/Leo	310,0000	5.270,00
222	412487	PAPEL FOTOGRÁFICO MATTE FOSCO A4, 180G PACOTE COM 50 FOLHAS	6,00	PCT.	BRW/Master	15,2000	91,20
223	383269	PAPEL LAMINADO DOURADO C/ 40 FOLHAS (PADRAO VMP)	12,00	PACOTE	Gráfica	42,3600	508,32
224	396451	PAPEL VERGE BRANCO A4 PCT C/ 50 FLS 120G (PADRAO OFF PAPER)	65,00	PCT.	Master	6,8400	444,60
227	402602	PASTA CANALETA A4 CRISTA, TAM 230 X 310 X 7 MM.	520,00	UNID.	ACP/ Poli	1,5600	811,20
228	383276	PASTA CATALOGO PRETA COM 100 UNIDADE DE PLASTICO (PADRAO ACP)	682,00	UNID.	ACP/ Poli	17,7000	12.071,40
230	383279	PASTA DE PAPELAO PRETA COM ELASTICO (PADRAO POLYCART)	1.375,00	UNIDADE	Gráfica	2,0000	2.750,00
231	402603	PASTA L A4 INCOLOR FOSCO, TAMANHO 220 X 310.	770,00	UNID.	ACP/Poli	0,5800	446,60
232	409344	PASTA PLASTICA 1/4 PP CORES VARIADAS COM ELÁSTICO (PADRAO POLYCART)	210,00	UNID.	ACP/Poli	1,2000	252,00
233	383275	PASTA PLASTICA CLASSIFICADORA TRANSP OFICIO COM GRAMPO PLAST. TAM 226MMX355MMX10MM CAIXA COM 50 PASTAS (PADRAO PLASCONY OU ACP)	437,00	CX.	ACP/Poli	79,2000	34.610,40
234	383277	PASTA SANFONADA TAM OFICIO A4 C/ 31 DIVISORIAS (PADRAO PLACONY)	364,00	UNIDADE	ACP/Poli	32,3000	11.757,20
235	383280	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA HASTE FERRO CX C 50 UNID (PADRAO DELLO / POLYCART)	187,00	CAIXA	Gráfica	120,0000	22.440,00
239	396537	PERFURADOR DE PAPEL ALICATE DE 1 FURO	69,00	UNID.	Futuro/ Leo	4,8000	331,20
241	396613	PINCEL ATOMICO AZUL PONTA 4MM NÃO PERMANENTE CX C/ 12 UNID (PADRAO PILOT)	117,00	CX.	Futuro/ Jocar	15,5000	1.813,50
242	383286	PINCEL BROXA 835 NUMERO 6 (PADRAO TIGRE)	65,00	UNIDADE	BRW	11,8000	767,00
244	396548	PINCEL MARCADOR QUADRO BRANCO RECARREGAVEL CX C/ 12 UNIDADES - NA COR AZUL (PADRÃO DE QUALIDADE PILOT)	72,00	CX.	Master	17,0000	1.224,00
245	396570	PINCEL PINTURA Nº 0 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	27,00	PCT.	Futuro/Colorare	13,5000	364,50
246	396571	PINCEL PINTURA Nº 6 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	30,00	PCT.	Futuro/Colorare	12,0000	360,00
247	396706	PINCEL PINTURA Nº 8 (PADRÃO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	30,00	PCT.	Futuro/Colorare	13,0000	390,00
248	383288	PINCEL PINTURA NUMERO 10 (PADRAO TIGRE) PACOTE COM 12 UNIDADES	28,00	PCT.	Futuro/Colorare	14,0000	392,00
249	383289	PINCEL PINTURA NUMERO 14 (PADRAO TIGRE) PACOTE COM 12 UNIDADES	27,00	DUZIA	Futuro/Colorare	16,5000	445,50
250	393488	PINCEL PINTURA NUMERO 16 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	27,00	PCT.	Futuro/Colorare	18,0000	486,00
251	396541	PINCEL PINTURA NUMERO 22 (PADRAO TIGRE)	35,00	UNID.	Futuro/Colorare	4,2000	147,00
255	383281	PLASTICO P PASTA CATALOGO PRETA PCTE C/ 1000 UNID 0,6MM (PADRAO ACP)	4,00	PCT.	ACP/ Poli	140,0000	560,00
256	405274	PLASTICO POLASEAL, MEDIDA: 80X110, ESPESSURA: 007 (175 MICRONS), EMBALAGEM: 100 UNIDADES.	10,00	UNID.	Master	49,0000	490,00
267	383296	REGUA 20 CM (PADRAO WALEU)	666,00	UNIDADE	Waleu	0,6800	452,88
268	383297	REGUA 30 CM (PADRAO WALEU)	708,00	UNIDADE	Waleu	0,7800	552,24
291	396679	TESOURA DE COSTURA 9,5 - 24.1 CM (PADRÃO MUNDIAL)	140,00	UNID.	BRW/ Wincy	10,8000	1.512,00
292	383302	TESOURA ESCOLAR C/ PONTA ARREDONDADA (PADRAO CIS)	1.190,00	UNIDADE	Colorare/Futuro	1,1800	1.404,20
300	405243	TINTA GUACHE, VIDRO COM 250 ML, CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL ROYAL, BRANCA, LARANJA, MARROM, PRETA, VERDE, VERMELHO)	88,00	CX.	Pira/ Tintex	15,9000	1.399,20
301	402653	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR AZUL (PADRAO ACRILEX)	58,00	UNID.	Radex	3,1000	179,80
302	383304	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR PRETO(PADRAO ACRILEX)	47,00	UNIDADE	Radex	3,1000	145,70
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		FACILITA SERVICOS GERAIS LTDA.	CNPJ/CPF		05.191.550/0002-30	TOTAL	16.045,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
2	355328	AGENDA COM ACABAMENTO EM ESPIRAL E CAPA DURA, FORMATO: (14,5 X 21,5), QUE OFERECE ESPAÇO ADEQUADO PARA ANOTAÇÕES DOS COMPROMISSOS DO DIA A DIA. ALÉM DE SEU FORMATO TRADICIONAL E PRATICO, TRAZENDO O DIA DA SEMANA (UM DIA DA SEMANA POR PAGINA) E DO MÊS, APRESENTA A CADA MÊS UMA PÁGINA PARA O	225,00	UNIDADE	própria	19,0000	4.275,00

		PLANEJAMENTO MENSAL, CALENDÁRIO NÃO PERMANENTE, COM ÍNDICE TELEFÔNICO E MAPAS ATUALIZADOS. (PADRAO QUALIDADE TILIBRA)					
3	396456	AGENDA PERMANENTE SEM IDENTIFICAÇÃO DO ANO COM ACABAMENTO EM ESPIRAL E CAPA DURA, FORMATO: (14,5 X 21,5), QUE OFERECE ESPAÇO ADEQUADO PARA ANOTAÇÕES DOS COMPROMISSOS DO DIA A DIA. ALÉM DE SEU FORMATO TRADICIONAL E PRATICO, TRAZENDO O DIA DA SEMANA (UM DIA DA SEMANA POR PÁGINA) E DO MÊS, APRESENTA A CADA MÊS UMA PÁGINA PARA O PLANEJAMENTO MENSAL, CALENDÁRIO PERMANENTE, COM ÍNDICE TELEFÔNICO E MAPAS ATUALIZADOS. (PADRAO QUALIDADE TILIBRA)	360,00	UNID.	própria	22,0000	7.920,00
65	405257	CARIMBO AUTOENTITADO PERSONALIZADO	55,00	UNID.	Marck Printer	70,0000	3.850,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		WORD COMERCIO ARMARINHO LTDA	CNPJ/CPF		55.424.623/0001-83	TOTAL	93.659,28
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
4	396644	AGULHA DE CROCHÊ Nº4	30,00	UNID.	KIT	4,1500	124,50
11	396681	AGULHA PARA RETA DPX5 CABO GROSSO Nº14 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	KIT	27,5000	1.100,00
19	409774	APOIO PUNHO TECLADO, MATERIAL: TECIDO E GEL ESPECIAL, TIPO: ERGONÔMICO COM BASE ADERENTE, COR: PRETA, COMPRIMENTO: 39 CM, LARGURA: 6,8 CM, ALTURA APOIO PUNHO: 2,3 CM, APLICAÇÃO: DIGITAÇÃO	57,00	UNID.	KIT	17,5000	997,50
28	402613	BASE DE CORTE A2 DUPLA FACE - MEDIDA 60X45 CENTÍMETROS / - 17,71X23,62 POLEGADAS - ESPESSURA 3 MM REFORÇADA COM CABO DE ALUMÍNIO, COM CANETA ESTILETE MODELO PRECISÃO CARTONAGEM SCRAPBOOK.	7,00	UNID.	KIT	72,0000	504,00
38	405255	BOBINA PLASTICA PARA ENCAPAR CADERNO 25M (45CM INCOLOR - 0,4MM)	36,00	BOBINA	GOLDPLAS	45,5000	1.638,00
54	405266	CAIXA DE PAPELÃO EM PAPEL KRAFT, ONDA SIMPLES, GRAMATURA DE 400G/M2 E COLUNA DE 5,2KN/M, DIMENSÕES I INTERNAS (COMP. X LARG. X ALT.): 74,0 X 43,0 X 53,9 CM, DIMENSÕES EXTERNAS (COMP. X LARG. X ALT.): 74,7 X 43,7 X 55,4 CM.	120,00	UNID.	SÃO CARLOS	9,1000	1.092,00
59	405275	CANETA COM PONTA DE POLIESTER PARA MARCAR TECIDOS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F (AMARELA, MARROM, PRETA, AZUL, VERDE FOLHA, VERDE MUSGO, ROSA, VERMELHA)	100,00	UNID.	JOCAR	6,1000	610,00
66	402590	CARIMBO DATADOR AUTOENTITADO	31,00	UNID.	JOCAR	50,5000	1.565,50
67	409346	CARIMBO DE MADEIRA COM CABO COM A BORRACHA DE POLÍMETRO MEDIDA DE 10CMX7CM COM DESENHOS VARIADOS (HO MEM ARANHA, BATMAN, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS)	45,00	UNID.	JOCAR	74,2000	3.339,00
79	396578	COLA DE LANTEJOULA PARA TECIDO 20 GRAMAS PDRÃO ACRILEX	20,00	UNID.	HERO	7,2000	144,00
92	402612	CORTADOR CIRCULAR 45MM, IDEAL PARA CORTES DE PRECISÃO EM PAPÉIS, TECIDOS, PLÁSTICOS, METAIS FINOS, FILMES, ACETATO, COURO, VINIL, EVA E OUTROS, IDEAL PARA PATCHWORK.	25,00	UNID.	MAKE	50,3000	1.257,50
124	393453	FITA ADESIVA DUPLA FACE 18MMX30M PACOTE COM 6 UNIDADES	75,00	PCT.	KORE	28,5000	2.137,50
126	383207	FITA CREPE C/ 72 UNID 18 X 50 M (PADRAO 3M / EUROCEL))	80,00	CAIXA	KORE	255,0000	20.400,00
136	409338	FURADOR DE PAPEL ARTE & MONTAGEM EXTRA GIGANTE CÍRCULO FURADOR DE PAPEL ARTE & MONTAGEM EXTRA GIGANTE CÍRCULO	20,00	UNID.	MAKE	80,0000	1.600,00
161	409336	KIT CARIMBO PEDAGÓGICO COM 6 CARIMBOS IDEAL PARA PROFESSOR(A),MUITO BEM,PARABÉNS,ADOREI,NÃO FEZ A TA REFA ,FALTOU ,PROCURE MELHORAR , CARIMBO MANUAL ,TAMANHO: 25MM X 25MM 25MM = 2,5CM COM AMORTECEDOR,NÃO ACOMPANHA CARIMBEIRA/ ALMOFADA	88,00	KIT.	JOCAR	49,2000	4.329,60
162	396638	KIT CARIMBOS MARCADORES FLORES E NÚMEROS C/ 25 UNID.	2,00	KIT.	JOCAR	120,0000	240,00
163	396639	KIT DE CORTADORES EM METAL MODELO FLORES VARIADAS 12 PEÇAS	10,00	KIT.	JOCAR	70,0000	700,00
167	409339	KIT GANCHOS ADESIVO INOX SUPORTE PAREDE SUPER ADERÊNCIA	183,00	KIT.	JOCAR	16,0000	2.928,00
174	396449	LASTEX BRANCO ROLO COM 500 METROS (PADRAO KIT)	43,00	ROLO	KIT	32,5000	1.397,50
176	405263	LINHA PARA CROCHE NOVELO COM 1000 METROS (PADRAO ANNE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, BEGE, BRANCA, LILAS, MARROM, PRETA, VERDE, VERDE CLARO, VERMELHA)	50,00	UNID.	KIT	20,5000	1.025,00
177	396692	LINHA PARA OVERLOCK IMPORTADA COR BRANCA	50,00	KG	KIT	12,4500	622,50
178	396694	LINHA PARA OVERLOCK IMPORTADA COR PRETA	50,00	KG	KIT	14,4000	720,00
193	405236	NOVELO DE LÃ, 100 GRAMAS (PADRAO MERITA, MOLLET OU CISNE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, AZUL CLARO, BRANCO, LILAS, MARROM, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO)	100,00	UNID.	KIT	15,9000	1.590,00
194	393519	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO MÉDIO 8MM PCTE COM 100 UNIDADES	13,00	PCT.	KIT	7,7000	100,10
195	393520	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO PEQUENO 5MM PCT COM 100 UNIDADES	23,00	PCT.	KIT	6,9000	158,70
196	393518	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO	23,00	PCT.	KIT	8,6000	197,80

		GRANDE 10MM PCTE COM 100 UNIDADES					
197	393526	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 12MM PCTE COM 100 UNIDADES	17,00	PCT.	KIT	9,9000	168,30
198	393527	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 16MM PCTE COM 100 UNIDADES	18,00	PCT.	KIT	14,9000	268,20
199	396569	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 3MM PCTE COM 100 UNIDADES	8,00	PCT.	KIT	7,5000	60,00
203	405237	PALITO DE PICOLE, PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES (PADRAO THETO) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, CRU, MARROM, VERDE, VERMELHO)	165,00	PCT.	GABOARDI	6,2000	1.023,00
208	396557	PAPEL A4 VERGÊ BRANCO 90G PACOTE C/100	260,00	PCT.	USA	11,5000	2.990,00
214	396536	PAPEL CONTACT ESTAMPADO ROLO C/ 10 M (PADRAO VULCAN) CX C/ 6 ROLOS	13,00	CX.	LEOARTE	179,0000	2.327,00
225	409341	PAPEL VINIL TRANSPARENTE A4	15,00	CX.	LEOARTE	105,0000	1.575,00
237	393521	PEN DRIVER 32GB (PADRÃO SANDISK / KINGSTON)	87,00	UNID.	MULTILASER	38,3000	3.332,10
257	393490	PLASTICO PORTA DOCUMENTOS MEDINDO 105MM X 70MM COM ABA PCTE COM 100 UNIDADES (PADRÃO DATASUPRI)	10,00	PCT.	ACP	48,0000	480,00
258	402593	POLASEAL PLASTICO PARA PASTIFICAÇÃO A4 220 X 307 X 0,10 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	70,00	PCT.	USA	71,0000	4.970,00
262	390885	PRANCHETA INJETADA EM POLIESTIRENO. PRENDEDOR DE PAPEL EM POLIESTIRENO INJETADO QUE NÃO ENFERRUJA E NEM MARCA O PAPEL. PRODUTO ESTERILIZÁVEL.	161,00	UNID.	SOUZA	10,2000	1.642,20
264	379309	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO 1,20X0,80 COM MOLDURA EM ALUMIINIO	44,00	UNIDADE	CORTIARTE	134,0000	5.896,00
271	393491	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 25 X 36,5 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	36,00	PCT.	GALA	55,0000	1.980,00
272	390883	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 28 X 37 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	33,00	PCT.	GALA	56,0000	1.848,00
274	393493	SACO DE PRESENTE TRANSPARENTE COLORIDO 15 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	69,00	PCT.	GALA	18,5000	1.276,50
278	402595	SACO TRANSPARENTE 50 X 80 CM, UTILIZADO PARA CESTA BÁSICA, GRAMATURA: 0,10.	219,00	KG	GALA	32,0000	7.008,00
294	393502	TESOURA GRANDE DE PICOTAR 21,5CM (PADÃO TRAMONTINA)	75,00	UNID.	NYBC	41,3000	3.097,50
310	402616	VELCRO DE ROUPA ROLO 5MTS	50,00	ROLO	KIT	33,0000	1.650,00
311	405247	VIES DE ALGODAO 50M X 12 MM COMPOSICAO 67% ALGODAO E 33% POLIESTER (PADRAO CINDERELA) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, ROSA BEBE, VERDE CLARO, VERMELHA)	50,00	ROLO	KIT	27,9000	1.395,00
312	383323	VISOR E ETIQUETA P/ PASTA ARQUIVO C/ 50 UNID (PADRAO DELLO)	22,00	PACOTE	GOODIE	6,9900	153,78
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		ALAG COMERCIO E ATACADO - LTDA	CNPJ/CPF		63.514.106/0001-23	TOTAL	83.538,74
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
5	396626	AGULHA DE MÃO Nº 6 PACOTE C/ 12	15,00	PCT.	CIRCULO	6,1500	92,25
6	396627	AGULHA DE MÃO Nº 8 PACOTE C/ 12	22,00	PCT.	CIRCULO	6,1500	135,30
22	405220	AREIA COLORIDA ESCOLAR, PRODUTO NÃO TOXICO, NÃO DESBOTA, EMBALAGEM CONTENDO 950 GRAMAS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO GEMA, AMARELO CLARO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCA, LARANJA, LILAS, PRETA, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHA, VERMELHO ESCURO)	45,00	UNID.	AP	6,0000	270,00
24	409334	ASPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO DE APOSTILAS, LIVROS, AGENDAS, CADERNETAS, CALENDÁRIOS, BLOCOS, E OUTROS, EMBALAGEM: 50 UNIDADES, MATERIAL: PVC SEMI-RIGIDO, COR: PRETO/TRANSPARENTE	1.020,00	PCT.	LASSANE	7,5000	7.650,00
26	383129	BARBANTE DE ALGODAO NÚMEO 8 ROLO COM 200 METROS (PADRAO DEFIOS)	54,00	ROLO	SANTANA	6,3100	340,74
31	396459	BASTÃO DE COLA QUENTE INCOLOR GROSSA - 11,2MMX300MM (PADRÃO JOCAR)	2.640,00	UNID.	RENDICOLA	0,9200	2.428,80
36	396462	BOBINA DE PAPEL PARDO 60CM X 200M X 80G/M²	20,00	BOBINA	JUSSARA	89,4500	1.789,00
37	412530	BOBINA DE PAPEL SULFITE PARA PLOTTER, LARGURA 610 MM X 50 M, GRAMATURA 75 G/M², COR BRANCA, MANDRIL (TUBO) DE 2 POLEGADAS.	100,00	ROLO	PAPEX	75,7800	7.578,00
48	405253	CADERNO BROCHURAO, CAPA DURA, FOLHA A3 SEM PAUTA.	700,00	UNID.	XBOM	29,4000	20.580,00
69	390859	CLIPS 1/0 CAIXA DE 500G (PADRÃO DIMPACTOR)	44,00	CX.	GRIFFE	10,3000	453,20
70	383144	CLIPS N. 2/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	36,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	370,80
71	383155	CLIPS N. 3/0 CAIXA 500G (PADRAO DIMPACTOR)	50,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	515,00
73	383158	CLIPS N. 8/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	58,00	CAIXA	GRIFFE	10,3000	597,40
80	383168	COLA GLITER AZUL CX C/ 12 UNID 35 GRS (PADRAO ACRILEX, APLICOLA)	20,00	CAIXA	ACRILEX	42,0000	840,00
98	402594	DISPLAY EXPOSITOR ACRILICO EM L TAMANHO A4 CRISTAL, PARA MESA / BALCÃO VERTICAL	50,00	UNID.	NOVA CRIL	24,3000	1.215,00
108	412488	ENCADERNADORA MANUAL PARA ESPIRAL, FORMATO A4, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE PERFURAÇÃO DE 10 FOLHAS DE papel 75 g/m² por acionamento, estrutura em aço com pintura eletrostática ou acabamento equivalente anticorrosivo, perfuração para encadernação em espiral plástico, extensão de perfuração mínima de 300 mm (padrão de qualidade Excentrix)	1,00	UNID.	LASSANE	600,0000	600,00

112	383183	ENVELOPE A3 PARDO 37 CM X 47 CM CX C/ 250 UNID (PADRAO MAXPRINT)	28,00	CAIXA	FORONI	205,0000	5.740,00
122	393450	FITA ADESIVA DE ESPUMA DUPLA FACE 19 MM X 1,5 M BRANCA PACOTE COM 6 UNIDADES	69,00	PCT.	NASTRO	28,4000	1.959,60
134	412465	FURADOR ARTESAL EXTRA GIGANTE- HÉLICE (EXCLUSIVO PARA PAPEL 75 MM)	10,00	UNID.	MAKE	79,6800	796,80
138	383218	GIZ COLORIDO CILINDRICO PLASTIFICADO COMP. 82MM X D11MM CX C/ 60 CAIXINHAS DE 50 UNIDADES CADA (PADRAO DUBOM OU ZIGGIS)	20,00	CAIXA	SETE	342,0000	6.840,00
153	396512	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAPECEIRO 14MM CX 5000UNID	10,00	UNID.	BACCHI	34,3000	343,00
155	405264	GRAMPO TRANÇADO Nº 01 , CAIXA COM 12 UNIDADES.	111,00	CX.	TOP	5,1800	574,98
156	396696	GUARDANAPO PARA DECOUPAGEM, ESTAMAPAS DEIVERSAS (PADRÃO DE QUALIDADE SIMILAR A MAMIKO)	50,00	UNID.	TULIP	4,6500	232,50
157	396514	GUILHOTINA DE MESA, BASE EM AÇO, COMPRIMENTO DO CORTE 36CM, CAPACIDADE MÁXIMA DE CORTE 15 FOLHAS, DIMENSÃO DA MESA 340 X 500MM, PESO 5 KG.	18,00	UNID.	MENNO	250,0000	4.500,00
158	402611	GUILHOTINA REFILADORA CORTADOR CIRCULAR COM SUPORTE 8 A 32 CM (CORTADOR CIRCULAR COM SUPORTE MATERIAL PLASTICO, LÂMINA EM AÇO, CIRCULOS PERFEITOS COM DIAMETRO ATÉ 32 CM DE FACIL MANUSEIO).	4,00	UNID.	P E B	118,4000	473,60
160	396723	INDICE TELEFONICO ESPIRAL GRANDE, CAPA PAPELÃO REVESTIDO PVC, VISOR COM MATERIAL PLÁSTICO CRISTAL MILO EM PAPEL OFF-SET 180 GRS, 72 PÁGINAS, FORMATO FECHADO 155X215MM	7,00	UNID.	REDOMA	31,2500	218,75
164	412466	KIT DE MASSINHA 100 UNIDADES DE CORTADOR NEON DE MASSAINHA- FORMINHAS COLORIDAS E SORTIDAS. MAIS DE 32 FORMAS DIFERENTES SORTIDAS- CONTEM REPETIÇÕES; MATERIAL DE PLASTICO; COMPRIMENTO DE 4 A 6 CM, ALTURA 1,5M	4,00	KIT.	CG	49,1600	196,64
165	396515	KIT DE PINCEIS PARA PINTURA FACIAL C/ 6 UNIDADES	47,00	KIT.	CASTELO	9,9000	465,30
200	393525	OLHOS MÓVEIS SEM PESTANA DE PLÁSTICO GRANDE 6MM PCTE COM 100 UNIDADES	8,00	PCT.	LULI	6,1500	49,20
201	412490	ORGANIZADOR DE MESA CONFECCIONADO EM ARAME DE AÇO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ANTICORROSIVO, destinado à organização de materiais de escritório.	6,00	UNID.	TN	29,4000	176,40
219	355315	PAPEL ETIQUETA BRANCO AUTO COLANTE TAMANHO A4 CAIXA COM 100 FOLHAS (PADRAO PIMACO / PRINT LABEL)	43,00	CAIXA	POLIFIX	39,4000	1.694,20
261	402601	PRANCHETA ACRÍLICO POLIPROPILENO CRISTAL COM PRENDEDOR DE METAL TAMANHO A4.	184,00	UNID.	HP	10,4000	1.913,60
276	396546	SACO TRANSPARENTE 15 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL)	4.854,00	UNID.	CROMUS	0,2500	1.213,50
286	402607	TECIDO PARA TELAS DE PINTURA ARTÍSTICA PRONTO PARA USO, 100% ALGODÃO RECOBERTO COM RESINA ACRÍLICA. LARGURA + OU - 1,70 M.	50,00	METRO	DINAMICA	30,0000	1.500,00
287	396573	TECIDO SACARIA PARA PINTURA COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, LARGURA 1,40M, GRAMATURA 260G/M²-364/ML, PEÇAS C/ 50M BRANCO	9,00	ROLO	INTEXTIL	204,6700	1.842,03
295	405269	TESOURA/ALICATE DE ARREMATE COM DEDO, 12,5CM, COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO ABS E AÇO INOXIDÁVEL.	50,00	UNID.	CIRCULO	19,0000	950,00
296	396640	TIARA DE METAL 5MM DOURADA	100,00	UNID.	CG	14,0000	1.400,00
297	396642	TIARA DE METAL 5MM PRATEADA	100,00	UNID.	CG	10,0000	1.000,00
299	405242	TINTA DIMENCIONAL RELEVO 35 ML, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (PRATA, VERDE, VERMELHA, DOURADA)	30,00	CX.	ACRILEX	56,0000	1.680,00
303	402652	TINTA PARA CARIMBO 42 ML COR VERMELHA (PADRAO ACRILEX)	33,00	UNID.	RADEX	3,4000	112,20
307	396697	TOALHA ROSTO C/ BARRA DE ETAMINE PARA BORDAR	247,00	UNID.	CG	3,8500	950,95
308	400302	TUBETE DE 13CM, COM TAMPA, ACRÍLICO TRANSPARENTE.	1.200,00	UNID.	PIT	1,0500	1.260,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	CNPJ/CPF		62.234.180/0001-23	TOTAL	22.503,30
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
7	396684	AGULHA PARA GALONEIRA BX63 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	32,9500	1.318,00
8	396683	AGULHA PARA OVERLOK DCX27 Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	30,9500	1.238,00
9	396682	AGULHA PARA RETA DBX1 CABO FINO Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	26,9500	1.078,00
10	396680	AGULHA PARA RETA DPX5 CABO GROSSO Nº12 PCT. C/ 10 AGULHAS (PADRÃO GROZ-BECKERT)	40,00	PCT.	VIOLIN	23,9500	958,00
86	396675	CONE DE LINHA RETA 5000M PARA MÁQUINA RETA COR BRANCA (PADRÃO KRAN)	100,00	UNID.	TRICHE	14,8500	1.485,00
87	396676	CONE DE LINHA RETA 5000M PARA MÁQUINA RETA COR PRETA (PADRÃO KRAN)	100,00	UNID.	TRICHE	13,4000	1.340,00
106	396677	ELÁSTICO 100M LARGURA 7MM COMPOSIÇÃO 60% POLYESTER E 40% ELASTODIENO (PADRÃO HAK)	140,00	UNID.	ZANOTTI	26,4500	3.703,00
107	396678	ELÁSTICO 25M LARGURA 15MM COMPOSIÇÃO 72% POLYESTER E 28% ELASTODIENO (PADRÃO HAK)	55,00	UNID.	ZANOTTI	22,4500	1.234,75
132	396691	FITAS MÉTRICAS 1,5 M	50,00	UNID.	NYBC	2,3000	115,00
183	409331	MALHA HELANCA, COMPOSIÇÃO 100%	30,00	ROLO	ADAR	264,7600	7.942,80

		POLIÉSTER; ROLO LARGURA 1,80; COMPRIMENTO 30 METROS; CORES VARIADAS. ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, VERMELHO, ROXO, ROSA, LILAS, AZUL, PRETO,					
284	405252	TECIDO JUTA NATURAL COM LARGURA DE 1,00 METRO.	75,00	METRO	EURO	11,9500	896,25
305	405244	TINTA PARA TECIDO 37ML (PADRAO ACRILEX) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (BEGE, BRANCA, CHOCOLATE, CORAL, FLUORESCENTE, MARROM CAFÉ, METALICA, PRETA, ROSA, SIENA NATURAL, VERDE, VERMELHO	200,00	UNID.	TEKBOND	3,3100	662,00
313	405248	ZÍPER 10 CM. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, VERDE, VERMELHA)	150,00	UNID.	NYBC	3,5500	532,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		NACIONAL DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA	CNPJ/CPF		65.010.780/0001-04	TOTAL	24.102,79
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
13	393516	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 0 (3 CM) DE AÇO NIQUELADO; CAIXA COM 100 UNIDADES (PADRÃO MILWARD / IARA)	5,00	CX.	NYBC	6,4900	32,45
14	393528	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº 2 DE AÇO NIQUELADO; CAIXA COM 100 UNIDADES (PADRÃO MILWARD / IARA)	9,00	CX.	NYBC	8,8900	80,01
15	405270	ALICATE PARA ILHOSES, MATERIAL: LIGA DE ZINCO, AÇO CARBONO, DIÂMETRO DO ILHÓS: 5X3X7MM MEDIDA Nº 54.	7,00	UNID.	ERTTA	38,6900	270,83
29	396576	BASE PARA CHAVEIRO DUPLO COM CORRENTE E TRIÂNGULO COR NÍQUEL C/ 50 UNIDADES	245,00	PCT.	NYBC	15,8900	3.893,05
39	402597	BOBINA PLASTICA PICOTADA 30 X 40 CM, ROLO COM 100 UNIDADES.	20,00	ROLO	VABENE	27,9900	559,80
40	393428	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 35 X 52CM - COR CRISTAL TRANSPARENTE COM 100 CAPAS - PARA CADERNO BROCHURÃO	22,00	BOBINA	VABENE	34,9900	769,78
41	402596	BOBINA PLASTICA PICOTADA 40 X 60 CM, ROLO COM 100 UNIDADES.	16,00	ROLO	VABENE	50,0000	800,00
185	409876	MARCADOR DE TEXTO EM GEL CAIXA COM 12 UNID.	33,00	CX.	LEONORA	34,6900	1.144,77
192	412540	MOUSE PAD CONFECCIONADO EM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, COM BASE EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, SUPERFÍCIE EM TECIDO, FORMATO RETANGULAR, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22 CM × 18 CM, ESPESSURA ENTRE 0,2 CM E 0,5 CM, COMPATÍVEL COM MOUSES ÓPTICOS E A LASER.	50,00	UNID.	MAX	4,9800	249,00
226	409345	PASTA ABA ELÁSTICA PP 44MM COM ELASTICO CORES VARIADAS (PADRAO POLYCART)	990,00	UNID.	POLIBRAS	3,2000	3.168,00
275	383298	SACO PLASTICO TRANSPARENTE COLORIDO 20 X 40 CM (PADRAO D. EMBAL)	3.723,00	KG	VABENE	2,2000	8.190,60
279	409337	SUPORTE CAVALETE PINTURA TRIPE TELA DE PINTURA DESENHO 173CM SUPORTE CAVALETE PINTURA TRIPE TELA DE PINTURA DESENHO 173CM	55,00	UNID.	SOUZA	89,9000	4.944,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CIRURGICA FRATELLI PRODUTOS MEDICOS ORTOPEDICOS	CNPJ/CPF		37.180.839/0001-69	TOTAL	366,30
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
17	402615	APAGADOR DE LOUSA C/PORTA GIZ INDIVIDUAL SOUZA FEITO EM MADEIRA MDF FIBRA DE MÉDIA DENSIDADE FELTRO DE 4MM COM DEPOSITO PARA GIZ.	74,00	UNID.	corti art	4,9500	366,30
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		COPY IMPRESS COPIADORA LTDA	CNPJ/CPF		20.089.441/0001-19	TOTAL	27.269,62
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
25	405221	BARBANTE COLORIDO COMPOSICAO: 85% ALGODAO, ROLO COM 915CM. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCA, LILAS, MARROM, PRETA, VERDE, VERMELHA)	112,00	ROLO	CORBATEX	5,8500	655,20
82	393431	COLA SILICONE LÍQUIDA FRASCO DE 100ML / 92G PACOTE COM 6 UNIDADES (PADRÃO HERO)	55,00	PCT.	PIRA	25,3000	1.391,50
103	383187	E.V.A. C/ ESTAMPA FLORAL C/ 10 UNID / 40X60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+)	103,00	PACOTE	HAITI	38,4300	3.958,29
104	393432	E.V.A. GRAMA DE CAMPO MAQUETE HO 1:87 (PADRÃO FRATISCHI) NA COR BRANCO C/5 UNID / 40 X 60 CM	75,00	PCT.	HAITI	29,9000	2.242,50
105	393437	E.V.A. LISTRADO NA COR BRANCO X AZUL C/5 UNID / 40 X 60 CM	93,00	PCT.	HAITI	18,8000	1.748,40
139	396445	GIZ DE CERA GRANDE TRIANGULAR JUMBO CX C/ 12 CORES (PADRAO ACRILEX)	200,00	CX.	PIRA	4,9500	990,00
159	396577	IMÃ REDONDO (TIPO PASTILHA) PEQUENO 30X3MM	1.800,00	UNID.	KIT	2,4000	4.320,00
170	405268	LÁPIS DE COR TONS DE PELE, 12 CORES. PADRÃO FABER CASTEL.	45,00	CX.	LEO E LEO	4,8000	216,00
191	402589	MOLHADOR DE DEDOS 12G.	37,00	UNID.	NEW	2,2900	84,73
266	405260	QUADRO VERDE COM MOLDURA EM MDF COM CANTONEIRAS INJETADOS EM POLIETILENO E SUPORTE PARA GIZ, TAMPO EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA E PINTURA UV VER FOSCO PARA GIZ, MEDIDA 2X1,20	26,00	UNID.	STALO	347,0000	9.022,00
273	393492	SACO DE PRESENTE ESTAMPADO COLORIDO 45 X 30 CM (PADRAO D. EMBAL) PCTE COM 100 UNIDADES	38,00	PCT.	DANI	69,5000	2.641,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							

RAZÃO SOCIAL		PONTO OFFICE BRASIL LTDA	CNPJ/CPF		62.234.516/0001-58	TOTAL	13.059,62
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
27	383130	BARBANTE DE ALGODAO PEQUENO NUMERO 6 ROLO COM 100 METROS (PADRAO DEFIOS)	50,00	ROLO	JAF	3,5700	178,50
51	393523	CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA ARTICULADA, ACRILICA, POLIPROPILENO, FUMÊ (PADRÃO SERPA / NOVACRIL)	77,00	UNID.	NOVACRIL	37,9400	2.921,38
99	402591	DISPLAY PORTA FOLHA A4 ACRÍILICO COM FITA ADESIVA	122,00	UNID.	NOVACRIL	17,0800	2.083,76
109	396693	ENCHIMENTO ACRÍLICO PCT 500G	55,00	PCT.	STA. FÉ	16,9000	929,50
123	393451	FITA ADESIVA DUPLA FACE 12MMX30M PACOTE COM 6 UNIDADES	68,00	PCT.	ALL TAPE	18,9100	1.285,88
181	396556	LOUSA QUADRO BRANCO COM SUPORTE 100X100 MOLDURA DE ALUMINIO	15,00	UNID.	CORTIARTE	99,2000	1.488,00
218	383273	PAPEL DE PRESENTE ROLO 40 CM X 100 M (PADRAO VMP)	16,00	ROLO	SÃO JOAO	74,4000	1.190,40
289	402605	TELA PARA PINTURA VIRADA 30 X 40 CM, FEITA DE TECIDO 100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA DE ALTA QUALIDADE, COM OS CHASSIS EM EUCALIPITO.	260,00	UNID.	CORTIARTE	11,4700	2.982,20
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		GOGLIATH REPRESENTACAO LTDA	CNPJ/CPF		48.759.447/0001-75	TOTAL	69.963,34
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
32	393522	BLOCO ADESIVO AUTO-COLANTE PARA RECADO 76MM X 51MM CORES DIVERSAS PCTE COM 100 UNIDADES (PADÃO 3M / / NOTEFIX)	680,00	PCT.	FUTURO	2,5900	1.761,20
47	383137	CADERNO BROCHURAO 60 FOLHAS S/ PAUTA (PADRAO TILIBRA)	125,00	UNIDADE	JANDAIA	3,0000	375,00
53	396655	CAIXA DE MDF TAMPA SAPATO MADEIRA CRUA TAMANHO 15 X 15 X 06 CM	450,00	UNID.	JL	4,6800	2.106,00
117	405227	EVA COM GLITER PACOTE COM 10 UNIDADES, NO TAMANHO 40 X 60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (GLITER DOURADO, GLITER PRATA, GLITER AZUL, GLITER ROXO, GLITER VERDE ESCURO, GLITER VERMELHO, GLITER BRANCO, GLITER LILAS, GLITER PINK, GLITER PRETO, GLITER ROSA CLARO, GLITER VERDE CLARO)	645,00	PCT.	DUB	24,9000	16.060,50
119	383352	EXTRATOR DE GRAMPO (PADRAO K-50 / GENMES)	56,00	UNIDADE	FUTURO	3,8000	212,80
121	405228	FELTRO ROLO CONTENDO 10 METROS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO OURO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCO, COR DE PELE, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO)	59,00	ROLO	SANTAFÉ	120,0000	7.080,00
187	405234	MARCADOR PARA RETRO PROJETOR, PONTA 1.0MM, CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES (PADRAO PILOT) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL, PRETO, VERDE, VERMELHO)	315,00	CX.	FUTURO	11,5000	3.622,50
229	355319	PASTA CLASSIFICADORA CARTAO DUPLO COM GRAMPO PLASTICO FORMATO 350MM X 230MM COR CINZA, COM GRAMATURA DE 480 GRAMAS (PADRÃO QUALIDADE POLYCART)	1.030,00	UNID.	TPPASTAS	5,1000	5.253,00
240	396538	PERFURADOR DE PAPEL ALICATE DE 1 FURO COM CARRITILHA DE 8 OPÇÕES DE FURO	52,00	UNID.	FUTURO	59,8000	3.109,60
253	396452	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE PROFISSIONAL BI-VOLT 100 W NA COR AZUL 19X16 COM SELO IMETRO (PADRAO TILIBRA)	198,00	UNID.	FUTURO	30,0000	5.940,00
254	396461	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA PROFISSIONAL BI-VOLT 100 W 11,5 X 11 COM SELO IMETRO (PADRAO TILIBRA)	323,00	UNID.	FUTURO	20,0000	6.460,00
270	405239	ROLO DE RENDA 10MM X 50M (PADRAO NAJAR) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL ROYAL, BRANCA, DOURADA, LILAS, PRETA, ROSA BEBE, PINK, VERDE BANDEIRA, VERMELHA)	78,00	ROLO	NAJAR	30,5600	2.383,68
280	405201	SUPORTE PARA DUREX GRANDE	56,00	UNID.	FUTURO	17,0000	952,00
281	383301	TABUADA GRANDE (PADRAO TILIBRA)	1.000,00	UNIDADE	TAMOIO	2,3000	2.300,00
293	383303	TESOURA GRANDE 20 CM CABO PLASTICO (PADRAO TRAMONTINA)	246,00	UNIDADE	FUTURO	4,5100	1.109,46
306	405245	TNT ROLO COM 50 METROS (PADRAO SANTA FE) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL LARO, AZUL ESCURO, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, VERDE BANDEIRA, VERMELHO)	176,00	ROLO	SANTAFÉ	63,8500	11.237,60
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		SEVEN COPY COMERCIAL LTDA	CNPJ/CPF		07.416.432/0001-27	TOTAL	22.089,32
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
33	393883	BLOCO DE ANOTAÇÕES	4,00	UNID.	PROPRIA	4,0000	16,00
35	396460	BOBINA DE PAPEL PARDO 120CM X 200M X 80G/M²	45,00	BOBINA	JUSSARA	192,1800	8.648,10
63	409333	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO PP (POLIPROPILENO) ,COR: TRANSPARENTE,FORMATO: A4 (21 X 297 M)EMBALAGEM: 50 U NIDADES	522,00	PCT.	JC	15,0000	7.830,00
64	396643	CARBONO PARA MANUSCRITO TAMANHO A4 CAIXA COM 100FLS	22,00	PCT.	PROPRIA	37,0000	814,00
72	383157	CLIPS N. 6/0 CAIXA COM 500G (PADRAO DIMPACTOR)	28,00	CAIXA	CLIPS TOP	9,2800	259,84
76	396695	COLA BRANCA EXTRA FORTE EMBALAGEM DE 1KG (PADRÃO ACRILEX)	40,00	UNID.	PIRA	11,2000	448,00
133	405233	FITILHO MEDINDO 5MM X 50M, PACOTE CONTENDO 10 ROLOS (PADRAO FITIL) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, BRANCO,	22,00	PCT.	NIZURI	15,3400	337,48

		DOURADO, PRATA, ROSA, ROXO, VERDE, VERMELHO)					
144	396508	GRAMPEADOR MANUAL DE TAPECEIRO TIPO 53 GRAMPO DE 6 A 14MM	42,00	UNID.	JOCAR	29,9500	1.257,90
209	405250	PAPEL BRILHO, PACOTE CONTENDO 20 FOLHAS. DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AMARELO, AZUL, PRETO, ROSA, VERMELHO, VERDE)	17,00	PCT.	PROPRIA	22,2000	377,40
212	383255	PAPEL COLOR SET AZUL CLARO A4 90GR PCTE C/ 20 (PADRAO VMP)	3,00	PACOTE	VMP	12,2000	36,60
217	405254	PAPEL COUCHE, FORMATO A4, PACOTE CONTENDO 50 FOLHAS.	22,00	PCT.	PROPRIA	9,7500	214,50
252	393489	PINCEL PINTURA NUMERO12 SERIE 165 (PADRAO TIGRE) PCTE COM 12 UNIDADES	28,00	PCT.	LEO E LEO	18,0000	504,00
263	402294	PREGADOR DE ROUPA, EM MADEIRA, TAMANHO GRANDE, PACOTE COM 12 UNIDADES.	585,00	PCT.	GABOARDI	2,3000	1.345,50
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA SANTOS 57174075649	CNPJ/CPF		43.187.819/0001-12	TOTAL	183.423,94
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
42	405225	BOLA DE SOPRAR Nº 08, PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES (PADRAO DE QUALIDADE ART LATEX) (CORES VARIADAS: LARANJA, ROSA, ROXA, VERMELHA, AMARELA, AZUL, BRANCA, VERDE, PRETA, E CORES DIVERSAS - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F.)	778,00	PCT.	JOY	9,0000	7.002,00
45	409332	CADERNO ALIBOMBOM MARGEADO E SEM PAUTA, IDEAL PARA TRABALHAR A ESCRITA EM CAIXA ALTA, COLAGEM DE ATI VIDADE E TRABALHOS ARTÍSTICO (PINTURA, LÁPIS DE COR, GIZ DE CERA, ETC), GRAMATURA ESPECIAL QUE EVITA FOLHAS MARCADAS E DIFICILMENTE SÃO DANIFICADAS PELA BORRACHA, FOLHAS MARGEADAS PARA ECONOMIA DE TEMPO DOS PROFESSORES, PAIS E ALUNOS, CAPA FLEXIVEL, 80 FOLHAS, CADERNO ALIBOMBOM CAPA DURA, AZUL SEM PAUTA 80 FLS, PADRÃO DE QUALIDADE MÁXIMA	610,00	UNID.	JANDAIA	9,0000	5.490,00
50	393430	CADERNO DE CALIGRAFIA 60 FOLHAS (PADRÃO MAXIMA)	500,00	UNID.	FORONI	3,7900	1.895,00
60	383140	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA AZUL, PRETA, VERMELHO 07 / CX COM 50 UNID (PADRAO COMPACTOR)	5.166,00	CAIXA	BRW	28,3900	146.662,74
100	383331	DUREX AMARELO C/ 10M PACOTE COM 10 UNIDADES (PADRAO EUROCEL)	55,00	PCT.	NASTRO	4,0000	220,00
101	383333	DUREX BRANCO C/ 10M PACOTE COM 10 UNIDADES (PADRAO EUROCEL)	10,00	PCT.	NASTRO	4,0000	40,00
102	383181	DUREX GRANDE C/ 50M (PADRÃO ADELBRAS)	575,00	UNIDADE	NASTRO	1,3000	747,50
118	405226	EVA PACOTE COM 10 UNIDADES, NO TAMANHO 40 X 60 CM (PADRAO DUB FLEX / MAKE+) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (VERMELHO, AZUL, AZUL CLARO, BEGE, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, VERMELHO)	929,00	PCT.	BRW	12,6000	11.705,40
169	409335	LÁPIS DE COR INFINITO É O MELHOR LÁPIS PARA CRIANÇAS QUE TEMOS HOJE NO MERCADO! NÃO QUEBRA, RESISTEN TE E MUITO PIGMENTADO ELE SE TORNOU O PREFERIDO DAS ESCOLAS,OBJETIVO: ESCOLAR,CERTEZA DE QUALIDADE,TAMANHO APROXIMADO: 12CM,COMPOSIÇÃO: MADEIRA, CERA , CARGAS INERTES E PIGMENTOS,VALIDADE: INDETERMINADA (PRODUTO NÃO PERECÍVEL),FABRICADO NA CHINA, CORES DISPONÍVEIS: 12 CORES , FÁCIL DE USAR, É INOVAÇÃO, COM CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO INMETRO, ESCRITA PIGMENTADA,NÃO NECESSITA DE APONTADOR, DURA 10X MAIS, ARMAZENAR EM LOCAL SECO E VENTILADO , DE BOA QUALIDADE, NÃO TÓXICO,MAIOR DURABILIDADE, FORMATO: TRIANGULAR,PADRÃO MAPED	300,00	CX.	MAPED	12,0000	3.600,00
202	355295	PALITO DE CHURRASCO SEM PONTA PACOTE COM 100 UNID. (PADRAO THETO)	157,00	PACOTE	MB	3,9000	612,30
210	405249	PAPEL CARTAO, PACOTE CONTENDO 20 FOLHAS (PADRAO VMP) DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. (AZUL CELESTE, AZUL CLARO, BRANCO, LARANJA, LILAS, MARROM, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE BANDEIRA, VERDE CLARO, VERMELHO)	140,00	PCT.	VMP	14,0000	1.960,00
211	396521	PAPEL COLOR SET AMARELA PCTE C/ 20 (PADRAO VMP) 48X66 110GR	23,00	PCT.	VMP	13,0000	299,00
213	396522	PAPEL COLOR SET AZUL CLARO PCTE C/ 20 (PADRAO VMP) 48X66 110GR	30,00	PCT.	VMP	13,0000	390,00
265	378203	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO 2,00X1,20 COM MOLDURA DE ALUMINIO	14,00	UNIDADE	STALO	200,0000	2.800,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		MAGALHÃES INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	CNPJ/CPF		17.403.267/0001-22	TOTAL	28.570,40
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
44	409342	CADERNO ALIBOMBOM CX 40 UNIDADE 60 FOLHAS C/ PAUTA - 123X - BROCHURÃO 215 X 310MM (PADRÃO MÁXIMA) C APA VERDE	76,00	CX.	maxima	292,0000	22.192,00
52	396656	CAIXA DE MDF TAMPA SAPATO MADEIRA CRUA TAMANHO 09 X 09 X 05 CM	600,00	UNID.	mdp	2,6500	1.590,00
110	383185	ENVELOPE 114 X 229 CM OFÍCIO 20 OFFSET 63G CX C/ 100 UNID (PADRAO MAXPRINT)	52,00	CAIXA	foroni	9,2000	478,40

277	396547	SACO TRANSPARENTE 25 X 40 CM (PADRAO D. EMBAL)	3.593,00	KG	distripack	1,0000	3.593,00
309	393513	TULE NA COR VERMELHO, C/ 50M X 1,40	3,00	PEÇA	salim	239,0000	717,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		ULTRA COMERCIO LTDA	CNPJ/CPF		60.733.530/0001-70	TOTAL	41.850,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
68	383143	CARTOLINA BRANCA PCT C/ 100 FOLHAS	42,00	PACOTE	vmp	54,9000	2.305,80
97	409350	DISPENSADOR FITA, MATERIAL: METAL, TIPO: MANUAL, MATERIAL CABO: PLÁSTICO ALTA RESISTÊNCIA, C OR CABO: PRETA, LARGURA FITA: 3 POL, FINALIDADE: DEMARCAR EVIDÊNCIAS MANTENDO LACRE E SEGURANÇA	33,00	UNID.	masterprint	36,4000	1.201,20
236	402598	PEN DRIVE 1 TB	102,00	UNID.	sandisk	350,0000	35.700,00
259	409352	PORTA-CLIPE, MATERIAL: AÇO ARAMADO, LARGURA: 89 MM, COR: PRETA, ALTURA: 58 MM, CARACTERÍSTIC AS ADICIONAIS: BASE EMBORRACHADA	92,00	UNID.	kit	9,8000	901,60
260	409351	PORTA-LÁPIS, MATERIAL: AÇO ARAMADO, COR: PRETA, ALTURA: 100 MM, DIÂMETRO: 90 MM	129,00	UNID.	kit	8,5000	1.096,50
304	396540	TINTA PARA PINTURA FACIAL TEMPORARIA CORES VARIADAS CAIXA C/ 6 UND. DE 15ML (PADRÃO MARIPEL)	43,00	CX.	maripel	15,0000	645,00
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		TF COMPANY LTDA	CNPJ/CPF		44.121.677/0001-53	TOTAL	27.795,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
143	396447	GRAMPEADOR GRANDE, 18CM, PARA GRAMPO 26/6 C - 15 (CIS / YES)	184,00	UNID.	JOCAR	18,4500	3.394,80
220	393426	PAPEL FOTOGRAFICO ADESIVO BRILHANTE TAMANHO A4 C/ 100 FOLHAS 180GR (PADRAO MASTERP)	132,00	PCT.	MASTER	37,1000	4.897,20
221	383234	PAPEL FOTOGRAFICO BRILHANTE TAMANHO A4 C/ 100 FOLHAS 180GR (PADRAO MASTERP)	243,00	PCT.	MASTER	19,9000	4.835,70
238	396539	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS EM AÇO, REGUA POSICIONADORA, TAPETE PLÁSTICO, DIMENSÕES C18XL14,8XA12,8 PARA ATÉ 30FLS	77,00	UNID.	JOCAR	26,0000	2.002,00
290	402606	TELA PARA PINTURA VIRADA 40 X 50 CM, FEITA DE TECIDO 100% ALGODÃO COM APLICAÇÃO DE RESINA DE ALTA QUALIDADE, COM OS CHASSIS EM EUCALIPITO.	660,00	UNID.	CORTIARTE	19,1900	12.665,40
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		CASTRO E CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	CNPJ/CPF		08.198.623/0002-03	TOTAL	107.485,45
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
205	355254	PAPEL A4 BRNACO C/5.000 FOLHAS (PADRAO CHAMEX)	463,00	CAIXA	CHAMEX	232,1500	107.485,45
IDENTIFICACAO DO PROPONENTE VENCEDOR							
RAZÃO SOCIAL		J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA	CNPJ/CPF		53.896.598/0001-05	TOTAL	14.650,00
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
282	405240	TECIDO DE CETIM, ROLO COM 50 METROS X 1,40 DIVERSAS CORES - ESCOLHA DA COR NO ATO DO ENVIO DA O.F. ((AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, VERMELHO)	24,00	ROLO	ADR	190,0000	4.560,00
285	393500	TECIDO OXFORT, C/ 50M X 1,40 COM COR (ESCOLHER NO ATO DO PEDIDO)	10,00	PEÇA	ADR	250,0000	2.500,00
288	393501	TECIDOS DE CHITA ESTAMPADO 1,40 LARGURA C/ 50M	33,00	PEÇA	FAM	230,0000	7.590,00

Rodeiro, 08 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iohana de Oliveira Nogueira
Código Identificador:6A3772DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
RESULTADO FINAL INSCRIÇÕES PROJETO TRAJETO MODA

A Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social divulga o resultado das candidatas aprovadas para participar do **Projeto Trajeto Moda**, uma iniciativa em parceria com SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.

Considerando a ocorrência de desistência voluntária por parte de candidatas inicialmente aprovadas para participação do Projeto Trajeto Moda, segue em anexo lista final com a convocação de candidatas classificadas no **cadastro reserva** aptas para integrar o projeto, respeitando rigorosamente a ordem de classificação estabelecida no processo seletivo.

O Projeto Trajeto Moda tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades profissionais e socioemocionais, por meio de capacitações e qualificações voltadas à inserção produtiva, geração de renda e empoderamento feminino de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social.

O Projeto Trajeto Moda representa uma importante oportunidade de qualificação profissional, fortalecimento da autonomia e incentivo à geração de renda no Município de Santa Bárbara, ampliando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Nº	NOME	CPF	SITUAÇÃO
01	IRENE GOMES ANDRE	186.***.976-40	APROVADA
02	GISLAINE DE LOURDES RAMOS TEODORO	078.***.886-23	APROVADA
03	ADENILZA LOPES DO CARMO SANTOS	110.***.016-27	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA
04	LUZIA CAETANO DA PAIXÃO	074.***.016-25	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA
05	JOYCE PATRÍCIA DA SILVA	122.***.006-27	APROVADA
06	LUZIA DE OLIVEIRA SILVA ANDRADE	003.***.876-61	APROVADA
07	CAMILY DOS REIS MIRANDA	174.***.356-10	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA
08	JORDÂNIA CRISTINA LUCIO	126.***.886-38	APROVADA
09	MELRYEM APARECIDA ANDRE	125.***.986-38	APROVADA
10	VERA LUCIA LOPES	066.***.686-10	APROVADA
11	LUZINETE DA GLORIA JUNIOR	047.***.826-40	APROVADA
12	ROSANE DAS GRAÇAS MIRANDA	046.***.786-92	APROVADA
13	MARINA APARECIDA DE SANTANA	824.***.856-04	APROVADA
14	JULIA APARECIDA DOS SANTOS	990.***.286-00	APROVADA
15	MARIA DE FÁTIMA RAMOS	400.***.966-87	APROVADA
16	SABRINA APARECIDA ANDRADE	087.***.706-09	APROVADA
17	NEUZA DAS DORES INACIA SILVA	026.***.926-50	APROVADA
18	LOURDIMIRA APARECIDA FERREIRA	073.***.136-09	CADASTRO RESERVA - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA
19	ALCIELE FERNANDA OLIVEIRA MALAVAZZI	138.***.376-00	CADASTRO RESERVA - APROVADA
20	MARIA TEREZINHA RIBEIRO DOS SANTOS	004.***.086-98	CADASTRO RESERVA - APROVADA
21	MARIA AUXILIADORA RAMOS DOS REIS	372.***.306-06	CADASTRO RESERVA - APROVADA
22	LUCIANA VERÔNICA ALVES CORREA	979.***.886-00	CADASTRO RESERVA

Santa Bárbara, 08 de Setembro de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Mobilização e Proteção Social

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:5C29F7DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.118 DE ACORDO COM A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE SÃO LOURENÇO/MG, INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO, EM ALINHAMENTO AO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA E À POLÍTI

PORTARIA Nº. 4.118
De acordo com a Política Municipal de Alfabetização de São Lourenço/MG, institui o Plano Municipal de Comunicação e Mobilização Social da Política de Alfabetização, em alinhamento ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e à Política Estadual de Alfabetização de Minas Gerais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que, de acordo com a Política Municipal de Alfabetização de São Lourenço/MG, a alfabetização na idade certa é um compromisso sistêmico que ultrapassa os muros da escola e constitui direito fundamental de todas as crianças do município; **considerando** as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal, e as diretrizes estipuladas pela Política Estadual de Alfabetização de Minas Gerais; **considerando** a necessidade de estruturar a execução e difusão da Política Própria de Alfabetização do Município de São Lourenço/MG, garantindo transparência, governança de informação, engajamento dos atores educacionais e mobilização da comunidade local; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com a Política Municipal de Alfabetização de São Lourenço/MG, fica instituído o Plano Municipal de Comunicação e Mobilização Social "Alfabetização na Idade Certa: Compromisso de Todos", instrumento normativo destinado a orientar e regulamentar os fluxos de comunicação interna e externa da rede municipal de ensino, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Plano Municipal de Comunicação tem por finalidade promover a cultura territorial de valorização da alfabetização, estruturado em torno dos seguintes objetivos:

I - Objetivo Geral: Promover uma cultura territorial de valorização da alfabetização, garantindo transparência, engajamento dos atores-chave e mobilização social em torno das metas pactuadas.
II - Objetivos Específicos:
a) Informar e sensibilizar as famílias sobre a importância da frequência escolar e do apoio à leitura no ambiente doméstico;
b) Valorizar o protagonismo dos professores alfabetizadores, disseminando boas práticas pedagógicas desenvolvidas na rede;
c) Prestar contas à sociedade civil sobre os avanços nos índices de fluência leitora e alfabetização do município;
Continua folha 02

PORTARIA Nº. 4.118
Folha 02

d) Alinhar o fluxo de informação interna entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e as equipes gestoras das unidades escolares.

Art. 3º A execução do Plano orienta-se pela atuação articulada junto a três esferas concêntricas de públicos-alvo:

I - Público Interno: Gestores da Secretaria Municipal de Educação, Diretores Escolares, Supervisores Pedagógicos, Psicopedagogos e Professores Alfabetizadores;
II - Público Direto: Estudantes da rede municipal e suas respectivas Famílias ou Responsáveis Legais;
III - Público Externo: Sociedade Civil de São Lourenço, Imprensa Local e Parceiros Institucionais Intersetoriais.

Art. 4º Fica estabelecida a Matriz de Canais, Periodicidade e Escopo de Conteúdo para a operacionalização da comunicação oficial:

Canal de Comunicação	Público-Alvo	Periodicidade	Escopo do Conteúdo
Boletim Informativo Digital	Diretores, Supervisores, Psicopedagogos e Professores	Mensal	Cronograma de formações, orientações pedagógicas e relatos de práticas pedagógicas de sucesso.
Grupos Oficiais de Transmissão	Equipes Gestoras das Escolas	Semanal / Conforme demanda	Avisos urgentes, prazos de avaliações diagnósticas e resoluções oficiais da SME.
Aplicativo Oficial / Agenda Escolar	Pais e Responsáveis Legais	Semanal	Dicas de incentivo à leitura em família, acompanhamento de frequência e convites para atividades escolares.
Site Oficial do Município e da SME	Imprensa e Sociedade Civil	Semestral	Relatórios técnicos, indicadores de evolução da alfabetização e consolidação de notícias da rede.

Art. 5º As ações de mobilização social e intersetorial englobarão obrigatoriamente as seguintes estratégias do município:

Continua folha 03

PORTARIA Nº. 4.118
Folha 03

I - Campanha "Família que Lê Junto": Produção e entrega de guias práticos e lúdicos durante as reuniões de pais, fornecendo orientações práticas sobre mediação de leitura no lar;
II - Dia D da Alfabetização no Território: Realização de evento público anual em praças ou equipamentos culturais de São Lourenço, englobando feira de livros, oficinas de contação de histórias e ações de engajamento comunitário;
III - Articulação Intersetorial Preventiva: Implementação de fluxo continuado de comunicação com a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social (CRAS e CREAS) para acompanhamento ativo e busca de crianças em risco de infrequência e evasão escolar.

Art. 6º A transparência e a divulgação contínua dos resultados alcançados pela rede municipal de ensino dar-se-ão por meio dos seguintes instrumentos formais:

I - Painel de Indicadores da Alfabetização (Uso Interno): Emissão de infográfico técnico restrito, direcionado às unidades escolares, contendo a tabulação dos dados de avaliações diagnósticas e de fluência leitora para fundamentar intervenções pedagógicas direcionadas;
II - Infográfico Simplificado "Nossa Rede Avançou" (Uso Público): Elaboração de material gráfico digital e impresso, afixado nos murais escolares, redes sociais oficiais da SME e das escolas, veiculando em linguagem acessível os avanços nos índices de crianças leitoras na rede municipal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 02 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:5302FA98

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

Prefeitura Municipal de Biquinhas
Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000016

• **OBJETO**: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para nutrição enteral ou oral, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I.

• ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 18/09/2026 às 08:00 .
O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura das Propostas Comerciais.

• ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 18/09/2026 às 08:00
Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

• **TEMPO DA DISPUTA:** O tempo inicial da disputa será de dez minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances, de que se trata, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
• SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:
https://ammlicita.org.br/

• **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na internet, nos sites https://ammlicita.org.br/ e www.biquinhas.mg.gov.br, ou na sala do Setor de Licitação, à Rua Goiás, 986, Centro, Biquinhas/MG.
• **ESCLARECIMENTOS:** e-mail licitacao@biquinhas.mg.gov.br, telefones (37) 3112-5100, ou na sala do Setor de Licitação.
• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 0038/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000016
I - PREÂMBULO
Município de Biquinhas, Estado de Minas Gerais, com sede administrativa na Rua Goiás, nº. 986, Centro, CEP 35621-000, CNPJ nº. 18.296.640/0001-56, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº** 00092, na modalidade **Pregão Eletrônico** nº **000016**, do tipo **Menor Preço Por Item, Modo de Disputa Aberto**, regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06, Decretos Municipais nº. 086/2023 e 90/2023 e demais condições fixadas neste Edital**.**

II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2 - Os trabalhos serão conduzidos pela servidora da Prefeitura Municipal de Biquinhas, Alane Rúbia Medeiros da Silva, designada Pregoeira, designada pela Portaria nº. 073/25, publicada em 01/08/2025. O Pregão será realizado por meio da Internet, mediante condições de segurança-criptografia e autenticação, em todas as suas fases, na plataforma do site www.licitardigital.com.br

III - OBJETO

1 – O objeto do presente Edital é o Registro de Preços para aquisição de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para nutrição enteral ou oral, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

IV - ÁREA SOLICITANTE

Secretaria de Saúde

V - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1 - Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico www.licitardigital.com.br.
1.1 - Os interessados deverão enviar como anexo no ato do pedido de participação: Contrato social da empresa, CNPJ, Dados bancários, endereço de e-mail, contato telefônico e informações dos sócios (nome completo, endereço, CPF, Identidade, nº de telefone, endereço de e-mail).
2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
5 - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
5.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.
5.2 - Será concedido também, nos limites e condições descritas no *caput* deste item, tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.
6 - Caso não compareçam à licitação 3 (três) interessados sob essas condições, o certame deve prosseguir com os licitantes presentes, observando-se requisitos de aceitabilidade das propostas.
7 - Não poderão disputar esta licitação:

7,1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
7.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
7.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
7.4 - pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
7.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
7.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
7.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
7.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;
7.9 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
7.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
7.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
8 - O impedimento de que trata o item 7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
9 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.2 e 7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
10 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
11 - O disposto nos itens 7.2 e 7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução
12 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
13 - A vedação de que trata o item 7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação
na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3 - Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
6.1 - no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
6.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 4 ou 6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
11.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
12.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
12.2 - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
13 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
14 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
15 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
1.1 - Valor unitário e valor total do item;
1.2 - Marca;
1.3 - Fabricante;
1.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
2 - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.
3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, inclusive com o transporte dos produtos.
4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
8.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
8.2 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
8 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$0,10 (dez centavos)
9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
10 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
11.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
11.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
11.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
11.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1 2 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
15 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
17 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
18 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
18.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
18.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
18.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
18.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
19.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
19.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
19.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
19.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
19.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
19.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
19.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
19.2.2 - empresas brasileiras;
19.2.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
19.2.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
20 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
20.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
20.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
20.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
20.4 - A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
20.5 - É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
21 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA FASE DE JULGAMENTO

1 - Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 da Cláusula V do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
1.1 -SICAF;
1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, expedida pelo TCU(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/); e
2 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
2.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
2.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação).
2.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
3 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício.
4 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
5 - Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.1 - contiver vícios insanáveis;
5.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
5.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
6.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
6.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
6.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
7 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
7.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
7.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
7.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
7.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
8 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
9 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
10 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
10.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
10.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
11 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
12 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
13 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
14 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
15 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
16 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

X - DA FASE DE HABILITAÇÃO

1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
3 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
4.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por consulta eletrônica.
6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
7 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
8 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
9 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
10 - A habilitação será verificada pela pregoeira através de documentos enviados pelo licitante via sistema.
10.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não- digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
11 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos documentos enviados com as exigências do Edital.

11.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
12 - A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
12.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam inseridos poderão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.
12.2 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
13 - A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
13.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
13.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
14 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos da Lei nº. 14.133/21, art. 64:
14.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
15 -Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
16 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.1.
17 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
18 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
19 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

XI - DOS RECURSOS

1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma do site eletrônico www.licitardigital.com.br.

XII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
1.2.4 - deixar de apresentar amostra;
1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
1.5 - fraudar a licitação;
1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1 - advertência;
2.2 - multa;
2.3 - impedimento de licitar e contratar e
2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
3.2 - as peculiaridades do caso concreto
3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
4.1 - Para as infrações previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
4.2 - Para as infrações previstas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Biquinhas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail licitacao@biquinhas.mg.gov.br.
4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.biquinhas.mg.gov.br.
11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
11.1 - ANEXO I - Termo de Referência
11.2 - ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
11.3 - ANEXO III - Modelo de declaração de cumprimento para ME e EPP.
12 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
13 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
14 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
15 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, sendo disponibilizado para os participantes da sessão do Pregão, no Quadro de avisos e nos sítios eletrônicos.
16- Poderão ser alteradas as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização;
16.1 - A sessão de apresentação de lances poderá ser prorrogada para os dias subsequentes, nos dias e horários determinados pela administração conforme sua conveniência, ou pausada caso a pregoeira entenda necessário, informando aos participantes através do "chat".
17 - As decisões do Prefeito Municipal de Biquinhas e da Pregoeira, bem como o resultado do julgamento da licitação, serão afixadas no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e no site oficial do Município, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis.
18 - Fica eleito o foro da Comarca de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Biquinhas-MG, 27 de agosto de 2026.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Pregoeira

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000016

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para nutrição enteral ou oral, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Preço Médio
000465 57	Alfaré é uma fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose e à base de proteína extensamente hidrolisada. Para lactentes e crianças de primeira infância, de 0 a 36 meses de idade, com alergia às proteínas intactas do leite de vaca e soja, com comprometimento do trato gastrintestinal e/ou com restrição à lactose.	Lata 400,00 Gramas	200,0000	257,5000
000465 53	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,0 kcal/ml pronta para uso, com baixo índice glicêmico, isento de sacarose, glúten e lactose com 28 vitaminas e minerais. Sendo normocalórica, normoproteica, hiperlipídica e 40% de carboidratos, com 15gramas de fibras por litro	Litro	250,0000	46,6900
000465 55	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,2 kcal/ml pronta para uso, sendo normocalórica, normoproteica, normolipídica, com mix de fibras sendo, 17 gramas de fibras por litro, isenta de glúten e lactose.	Litro	250,0000	28,4275
000465 54	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,2 kcal/ml pronta para uso, sendo normocalórica, normoproteica, normolipídica, sem fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten.	Litro	250,0000	24,9433
000465 52	Dieta para nutrição enteral, fórmula padrão líquida 1,5 kcal/ml pronta para uso, sendo hipercalórica, normoproteica, normolipídica, com 8 gramas de fibras por litro, isenta de glúten.	Litro	250,0000	27,9950
000484 73	Fórmula Infantil Aptamil 1, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	77,6725
000484 74	Fórmula Infantil Aptamil AR, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	98,3000
000484 75	Fórmula Infantil Aptamil Pepti, lata 800 gramas	Unidade	40,0000	187,5366
000484 76	Fórmula Infantil Aptamil Premium 2, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	78,5400
000484 77	Fórmula Infantil Aptamil Premium 3, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	84,0666
000484 79	Fórmula Infantil Aptamil Pro Expert Pepti, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	149,9750
000484 80	Fórmula Infantil Aptamil Pro Expert SL, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	105,0333
000484 81	Fórmula Infantil Aptamil Pro Expert Soja, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	74,9833
000494 73	Fórmula infantil Aptamil Pro Expert (Pré Transition), lata 400 gramas	Unidade	100,0000	68,4650
000484 87	Fórmula Infantil Aptamil RR lata 800 gramas	Unidade	100,0000	95,5566
000484 82	Fórmula Infantil Aptanutri 3, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	77,6000
000484 83	Fórmula Infantil Nan Comfor 1 a 3 anos, lata 800 gramas	Unidade	300,0000	65,5533
000484 84	Fórmula Infantil Nan Comfor 1, lata 800 gramas	Unidade	300,0000	62,0366
000484 85	Fórmula Infantil Nan Comfor 2, lata 800 gramas	Unidade	200,0000	68,3333
000484 88	Fórmula Infantil NAN Science Pro EspessAR lata 800 gramas	Unidade	100,0000	93,9966
000494 88	Fórmula infantil Neocate LCP, lata 400 gr	Unidade	100,0000	142,3800
000484 90	Fórmula Infantil Ninho Fases 1+, lata 800 gramas	Unidade	100,0000	61,5000

000465 56	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância com proteína extensamente hidrolisada, restrição de lactose, DHA, ARA, taurina e nucleotídeos. Atende necessidades específicas. Pregomin Pepti	Lata 400,00 Gramas	200,0000	186,0600
000484 89	Novasource Ren fórmula modificada para nutrição enteral e oral 1,5 Kcal/ml, embalagem 200 ml	Unidade	200,0000	18,6666

1.2 – Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Adquirir os produtos nutricionais tendo como objetivo garantir que os itens sejam utilizados de acordo com a prescrição dos profissionais de saúde (nutricionistas e médicos) em concordância com as exigências do tratamento dietoterápico, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar dos pacientes.
Os produtos devem atender a especificação técnica, e ter credibilidade na sua formulação e manipulação, para que sejam seguras em termos higiênicos sanitários e nutricionais, sendo de fácil diluição no manuseio, quando em pó, dispensando assim o uso obrigatório de eletrodomésticos.

Buscando o tratamento dietoterápico dos pacientes, através da complementação nutricional, em termos de economicidade, eficácia e eficiência, contratar a empresa, para o fornecimento de produtos nutricionais e fórmulas específicas para atendimento do paciente em necessidade nutricional é a melhor opção, pois desta forma garantimos a qualidade do procedimento e o resultado, garantindo ainda a promoção da manutenção, proteção e recuperação da saúde dos munícipes.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Certificação e Registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária):

O fornecedor deve possuir certificação e registro junto à Anvisa para todos os produtos a serem fornecidos, incluindo dietas enterais industrializadas (sistema aberto e fechado), suplementos nutricionais e fórmulas infantis.
A documentação comprobatória dessa certificação e registro deve ser apresentada no momento da habilitação no processo licitatório.
Este requisito assegura que os produtos a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social estejam em conformidade com as normas de segurança e qualidade estabelecidas pela Anvisa.

Os produtos deverão ser entregues respeitando o prazo mínimo de 2/3 (dois terços) da validade, sempre contando a partir da data de entrega, no endereço da secretaria solicitante.
As embalagens dos produtos deverão estar íntegras, sem amassados, ferrugens e com o prazo de validade devidamente identificado e legível.
Provisoriamente, no ato da entrega, por servidor ou o responsável pelo recebimento do produto que ficam encarregados da avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que não estiver de acordo com o descrito no edital, e/ou com a legislação pertinente.
Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

A empresa contratada deverá substituir no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que deixar de ser recebido por não estar de acordo com as condições exigidas no Edital ou que apresentarem qualquer característica que o torne impróprio para consumo. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital
.
O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.
A Secretaria requisitante, juntamente com os servidores designados exercerão a fiscalização do contrato e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital.
As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Biquinhas, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato garantindo a segurança e eficácia dos itens fornecidos aos pacientes do SUS referenciados às Secretarias Municipais.
A garantia do produto consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens, que porventura entregues danificados, fora do período de validade ou não compatíveis com as especificações do Termo.
Na substituição de produtos defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.
O prazo para entrega é de até 10 (dez) dias corridos, contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento.

O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/ e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.
A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com as especificações mínimas exigidas abaixo:

• Identificação do produto;

• Embalagem original e intacta;
• Data de fabricação;
• Data de validade;
• Peso líquido;
• Número do Lote;
• Nome do fabricante;
• Registro no órgão fiscalizador quando couber.
A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos produtos fornecidos.
A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dosprodutos, sem qualquer ônus para a contratante.

A contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.
Os riscos de impactos ocasionados devido a produção na indústria, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

4 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALOR

4.1- Há, no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os produtos solicitados, não havendo, portanto, restrições de mercado. Para todos os itens elencados, foram considerados preços praticados em contratações similares de outros órgãos, onde os valores foram calculados conforme preços praticados contratações análogas no AMM Licita (www.ammlicita.org.br), no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos) e também foram considerados preços praticados por fornecedores regionais, e inseridos no processo licitatório e considerados para a média de preços, conforme detalhado no Mapa de Preços.

4.2 – O custo estimado da contratação é de R$ 304.711,24 Trezentos e Quatro Mil e Setecentos e Onze Reais e Vinte e Quatro Centavos.
4.3 - Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.4.1- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal comopactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.4.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
4.4.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso;
4.4.3.1. Para fins do disposto no caput deste item, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
4.4.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
4.4.3.3. Na hipótese de comprovação do disposto no item 4.4.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
4.4.4 - A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento), nos moldes definados no art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/21.

5 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Biquinhas/MG, sob a rubrica orçamentária:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.03.02.10.301.0020.2012.33903000	Programa Estratégia Saúde da Família - Bloco da Atenção Básica Material De Consumo

6 – DA VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato ou equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por igual período.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas dispostas na Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou de suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
7.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 – O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8 – FISCALIZAÇÃO

8.1 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9 – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.1 – O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
9.2 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do documento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º),

9.3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do documento, determinando prazo para a correção;
9.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
9.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10 – FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1 – O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
10.2 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11 – GESTOR DO CONTRATO

11.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vista à verificação da necessidade de adequações do documento para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.2 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do documento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
11.3 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.4 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
11.5 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11.6 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.7 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1 – Recebimento
12.1.1 – Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
12.1.2 - Somente serão aceitos produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

12.1.2.1 - Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.
12.1.3 - O prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade total do produto, a partir da entrega, exceto os perecíveis.
12.1.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
12.1.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
12.1.6 - O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 – Liquidação

12.2.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa fundamentada.

12.2.2 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.3 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e da contratante;
d) o período respectivo da execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.4 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Administração Pública Municipal, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 – PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

13.3 - É de responsabilidade do fornecedor a contabilização dos pagamentos efetuados pelo Município e caso haja necessidade, desde que solicitado antecipadamente, será fornecido exclusivamente o relatório extraído pelo sistema utilizado pelo Município.

14 – FORMAS DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
14.4 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
14.5 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123,de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 – ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

15.1 - A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento total ou parcial, conforme as regras previstas no presente tópico.

16 – CESSÃO DE CRÉDITO

16.1 - É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme as regras deste presente tópico.

16.1.1 - As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
16.2 - A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

16.3 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
16.4 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

16.5 - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

17.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

17.2 - Forma de Fornecimento
17.2.1 - Os produtos deverão ser entregues da seguinte forma:
a) deverão ser entregues em dias úteis, nos horários normais de funcionamento da Secretaria requisitante, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, juntamente com o Setor de Compras que é o emissor das Ordens de Compras/Fornecimento e em conformidade com as mesmas.
b) a entrega dos produtos adquiridos deverá ocorrer no endereço indicado na Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, Centro de Biquinhas, de segunda à sexta-feira no horário de 07:00 às 16:00 horas, sendo os servidores não responsáveis pelo recebimento fora desses dias e horários.
c) o prazo máximo de entrega é 10 (dez) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

17.2.2 - As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega dos produtos, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
17.2.3 - As embalagens dos produtos deverão estar íntegras, sem amassados, ferrugens e com o prazo de validade devidamente identificado e legível. Provisoriamente, no ato da entrega, por servidor ou o responsável pelo recebimento do produto que ficam encarregados da avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que não estiver de acordo com o descrito no edital, e/ou com a legislação pertinente.
17.2.4 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.
17.2.5 - O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

17.2.6 - A empresa contratada deverá substituir no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que deixar de ser recebido por não estar de acordo com as condições exigidas neste Edital ou que apresentarem qualquer característica que o torne impróprio para consumo. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital.

17.2.7 - O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.
17.2.8 - As Secretarias requisitantes, juntamente com os servidores designados exercerão a fiscalização do contrato e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital.

17.2.9 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Biquinhas, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato garantindo a segurança e eficácia dos itens fornecidos aos pacientes do SUS referenciados às Secretarias Municipais.

18 – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

18.1.1 – Habilitação Jurídica:
18.1.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
18.1.1.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
18.1.1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
18.1.1.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
18.1.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
18.1.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
18.1.1.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
18.1.2 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
18.1.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

18.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
18.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
18.1.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
18.1.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
18.1.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
18.1.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
18.1.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.1.2.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
18.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

18.1.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
18.1. 4 – Qualificação Técnica:

18.1.4.1 - Atestado de capacidade técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, emitido por órgão público ou pessoa jurídica de reconhecida idoneidade, devidamente registrado no conselho profissional competente para o objeto.
18.1.4.2 - Alvará da Vigilância Sanitária em vigor na data do certame;
18.1.4.3 - Certificação e Registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), vigente;
18.1.5 - Declaração:
18.1.5.1 - Declaração conforme Modelo Anexo III - Modelo de declaração de cumprimento para ME e EPP;

19 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Das soluções:

1ª Solução: Buscar Atas de Registro de Preços disponíveis para a realização de adesão.
2ª Solução: Aquisição dos produtos listados no quadro de detalhamento por meio de licitação própria. Da análise:
1ª Solução: Não foi encontrada nenhuma Ata vigente que contempla todos os itens desta demanda específica, sendo necessário realizar, se possível, múltiplas adesões. Todavia, a Adesão Externa a uma Ata de Registro de Preços é um processo complexo, em que o município assumiria riscos e responsabilidades por um procedimento do qual ele não participou e foi realizado por outro órgão ou entidade, tornando-se esta solução inviável.
2ª Solução: A aquisição dos produtos listados através de pregão eletrônico se torna mais viável, pois irá contribuir na compra parcelada dos itens, e a não paralização dos serviços ofertados pela Secretária Municipal de Saúde, evitando qualquer tipo de interrupção dos serviços prestados em todos os órgãos do executivo municipal.
Da conclusão:
Com o exposto, diante da inviabilidade de adesão e uma vez que, a equipe conclui que se deve realizar licitação própria, nos termos da Solução 2, utilizando recurso próprio municipal, para a compra dos itens presentes neste Termo. Vale destacar que os preços obtidos foram coletados em sua forma unitária. Os itens estão descritos neste Termo deverão ser entregues à Contratante, mediante a demanda e em local conforme descrito na solicitação.

O início do prazo será contado a partir da disponibilização dos endereços de entrega à CONTRATADA, como também da Ordem de Fornecimento ou outro meio que o equipare. Os itens deverão ser entregues em condições de uso imediato. O transporte e a entrega dos itens em questão são de responsabilidade do fornecedor, inclusive a descarga, e deverão ser entregues conforme quantitativos e endereços dos destinatários a serem fornecidos à Contratada, pela Contratante; Rotulagem da embalagem - devem constar do lado externo de cada volume, rótulos de fácil leitura com identificação do fabricante e do fornecedor, código do produto e orientações sobre manuseio, transporte e estocagem.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Pregoeira

ANEXO II - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092 Pregão Eletrônico Nº: 000016

Aos ___dias do mês de ___de___ , através do presente instrumento de Ata de Registro de Preços, de um lado o Município de Biquinhas, com sede administrativa na Rua Goiás, 986, Centro, Biquinhas, MG, CEP 35621-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. «Responsável» e de outro lado a empresa <<FornecedorVencedor>>, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº: , estabelecido à Rua , Bairro , , doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do Processo Licitatório nº «Número do Processo», na modalidade «Modalidade» nº
«Aquisição», resolvem registrar os preços abaixo referenciados, mediante cláusulas e condições seguintes:
1 - DO OBJETO:

1.1 - O objeto desta Ata é o de Registro de Preços, do tipo Menor Preço – Por Item, para futura e eventual aquisição de fórmulas infantis, dietas e suplementos alimentares especiais para nutrição enteral ou oral, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2 – DOS PREÇOS:

2.1 - Considera-se registrado os percentuais referentes aos itens abaixo discriminados:

Lote	Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade

2.2 - No preço registrado já se encontram computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.
2.3 - Os valores devidos pelo Município serão pagos, até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

3 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 -O Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período.

4 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 - Entregue os produtos a Detentora da Ata emitirá a fatura, sendo que o Município terá até 30 dias após a entrega do documento fiscal para efetuar o pagamento, o que será feito pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por processo legal.

4.2 - O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Setor de Licitação e Compras que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos com sua exata especificação constante do Anexo I do Edital.

4.3 - Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas a devida correção e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

5.1 - A entrega dos produtos deverá ser TOTAL e, acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Anexo I deste Edital.
5.2 - A solicitação do objeto do Contrato de Fornecimento de Produtos será formalizada através de ordem de serviços, enviada por e-mail: compras@biquinhas.mg.gov.br

5.3 - As áreas competentes para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o fornecimento dos produtos desta licitação, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o Setor de Compras, os Fiscais de Contrato e o Gestor de Contratos, devidamente designados.
6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.1.3.1. Para fins do disposto no caput deste item, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.1.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.1.3.3. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no § 1º, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.1.4. A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento), nos moldes definados no art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/21.
7 - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

7 - Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I:
7.1 - Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos produtos objetos desta licitação;

7.2 - Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e/ou da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7.3 - Promover o fornecimento dos produtos/materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, da seguinte forma:

7.3.1 - o prazo máximo de entrega é de 10 (dez) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento
7.3.1.1 - a entrega deverá ser TOTAL e, acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Anexo I do Edital;

7.3.2 - O recebimento se dará no local descrito na Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, não se responsabilizando a Administração pelo recebimento em outro local, dias e horários;
7.3.3 - Deverão ser entregues lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data, o nome do produto, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir completa segurança durante o transporte e a identificar o seu conteúdo;
7.3.4 - Os produtos deverão ser entregues respeitando o prazo mínimo de 2/3 (dois terços) da validade, sempre contando a partir da data de entrega, no endereço constante na Ordem de Compras.
7.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

7.5 - Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

7.6 - Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
7.7 - Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.8 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.9 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista cível ou penal, relacionados à execuçao dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
7.10 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;
7.11 - Receber as Ordens de Fornecimento via E-mail.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Caberá ao Município de Biquinhas, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I:
8.1 - Supervisionar o fornecimento do objeto, exigindo presteza na entrega e correção das falhas eventualmente detectadas;

8.2 - Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento dos produtos.

9 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
9.1.1. deixar de entregar ou entregar os produtos em desacordo com os termos pactuados;
9.1.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1.2.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.1.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.1.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.1.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.1.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
9.2.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
9.2.1. advertência;
9.2.2. multa;
9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, a multa será de 3% do valor do contrato licitado.
9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 - DA CESSÃO

10.1 - A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, alem de construir infração passível de penalidade.

11 - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - O presente instrumento será publicado, em resumo, no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e também no Diário Eletrônico do Município.

12 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente instrumento é regido pela Lei nº 14.133/21 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo Licitatório nº 00092, Pregão Eletrônico nº 000016.

13 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

13.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.03.02.10.301.0020.2012.33903000	Programa Estratégia Saúde da Família - Bloco da Atenção Básica Material De Consumo

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 - O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

14.2 - A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica.

14.3- O detentor da ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório.

14.4- As condições gerais de fornecimento, tais como os prazos e critérios para execução, as obrigações da Administração e da Empresa registrada, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo Contratual.
14.5- Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o Edital, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15 – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
15.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
15.3 - A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
15.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual. 15.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
15.5.1 - A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
15.6 - A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
15.6.1 - À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
15.6.1.1 - A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
15.7 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
15.7.1 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
15.7.2 - A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.
15.8 - A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores. 15.9 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações

posteriores, salvo decisão judicial contrária. 15.10 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

16 – DO FORO:

16.1 - Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de Morada Nova de Minas, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam a presente Ata, em 2 (duas) vias, de igual forma e teor, para todos os fins e efeitos de direito.

_____
Prefeito Municipal

_____
Contratada
CNPJ

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00092 Pregão Eletrônico Nº: 000016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP E ATENDIMENTO DO §2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133/21

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº_____ , sediada na Rua _____, nº___ , bairro____ , CEP ____, município de____ , por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Prefeitura Municipal de Biquinhas, sob as penas da lei que:

I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

____, ____de ____de 2026.

_____
[Nome e assinatura do responsável pela empresa]

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:A57805F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPÉ
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026

Órgão Gerenciador:	Município de Itaipé / MG – CNPJ nº 18.404.756/0001-61
Representante Legal do Órgão:	Marconi Vieira Nery – Prefeito Municipal
Processo Licitatório / Modalidade:	Processo Licitatório nº 039/2026 – Pregão Eletrônico nº 024/2026
Empresa Detentora (Contratada):	MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEIC CNPJ: 03.093.776/0011-63
Representante Legal da Empresa:	Edson Pereira Borges – CPF: 025.421.435-52
Objeto:	Registro de preços para futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo tipo Odontomóvel (e Vacimóvel), novo (zero quilômetro), adaptado e equipado, destinado ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde do Município de Itaipé/MG.
Item / Lote Registrado:	LOTE 1 – Veículo tipo Unidade Móvel Odontológica • Marca/Fabricante: Renault • Modelo: Furgão Master L3H2 Adap. em Unidade Odontológica • Quantidade: 1,00 UN • Valor Unitário / Subtotal: R$ 379.990,00
Valor Total Estimado:	R$ 379.990,00 (trezentos e setenta e nove mil e novecentos e noventa reais)
Vigência:	12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
Data da Assinatura:	03 de setembro de 2026
Foro:	Comarca de Novo Cruzeiro / MG

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026

Órgão Gerenciador:	Município de Itaipé / MG – CNPJ nº 18.404.756/0001-61
Representante Legal do Órgão:	Marconi Vieira Nery – Prefeito Municipal
Processo Licitatório / Modalidade:	Processo Licitatório nº 039/2026 – Pregão Eletrônico nº 024/2026
Empresa Detentora (Contratada):	NIVEL 1 SOLUCOES AUTOMOTIVAS LTDA CNPJ: 40.975.251/0001-06
Representante Legal da Empresa:	Renata Christie Silva Duarte – CPF: 082.399.847-97
Objeto:	Registro de preços para futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo tipo Vacimóvel (e Odontomóvel), novo (zero quilômetro), adaptado e equipado, destinado ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde do Município de Itaipé/MG.
Item / Lote Registrado:	LOTE 2 – Veículo Furgão Carroceria Fechada (Vacimóvel) • Marca/Fabricante: Fiat • Modelo: Ducato Maxicargo • Quantidade: 1,00 UN • Valor Unitário / Subtotal: R$ 353.700,00
Valor Total Estimado:	R$ 353.700,00 (trezentos e cinquenta e três mil e setecentos reais)
Vigência:	12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
Data da Assinatura:	03 de setembro de 2026

Foro:	Comarca de Novo Cruzeiro / MG

Itaipé/MG, 03 de setembro de 2026.

MARCONI VIEIRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Bulhões
Código Identificador:287350E7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO 005/2026

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que o Prefeito Max Vinicius Aguiar Martins, ADJUDICOU E HOMOLOGOU o resultado do processo credenciando: empresa **27.994.641 IRAILDE MENDES PEREIRA OLIVEIRA** inscrita no CNPJ sob o nº **27.994.641/0001-65**, por terem atendido as condições do ato convocatório, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
ITENS:

Item	Marcar com um X no item credenciado	Especificação	Unidade	Qtd. estimada	Valor unitário	Valor total
1	X	Show artístico de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 500,00	R$ 5.000,00
2	X	Show artístico de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 800,00	R$ 8.000,00
3	X	Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 1.200,00	R$ 12.000,00
4	X	Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	10	R$ 1.700,00	R$ 17.000,00
5		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	7	R$ 2.000,00	R$ 14.000,00
6		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 3.000,00	R$ 18.000,00
7		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 4.000,00	R$ 24.000,00
8		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 5.000,00	R$ 30.000,00
9		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 6.000,00	R$ 36.000,00
10		Banda local de pequeno porte, incluindo transporte e alimentação	Serviço	6	R$ 7.000,00	R$ 42.000,00

Serranópolis de Minas/MG, 03 de Setembro de 2026.

IRINEZ ROSA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:9273862D

